



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

RELATÓRIO DA *Presidência*

Senado Federal e Congresso Nacional
Referente aos trabalhos da

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura
(Período de 15-2 a 30-6 e de 1º-8 a 15-12-2000)

2ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura
(Período de 5-1 a 14-2-2000)

3ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura
(Período de 16 e 29-12-2000)

Presidência do Senador Antonio Carlos Magalhães



Brasília – 2000

Senado Federal

Mesa Biênio 1999/2000

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)

1º VICE-PRESIDENTE

Senador Geraldo Melo (PSDB-RN)

2º SECRETÁRIO

Senador Carlos Patrocínio (PFL-TO)

2º VICE-PRESIDENTE

Senador Ademir Andrade (Bloco-PA)

3º SECRETÁRIO

Senador Nabor Júnior (PMDB-AC)

1º SECRETÁRIO

Senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB)

4º SECRETÁRIO

Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Suplente Senador Eduardo Suplicy (Bloco-SP)

2º Suplente Senador Lúdio Coelho (PSDB-MS)

3º Suplente Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)

4º Suplente Senadora Marluce Pinto (PMDB-RR)

DIRETOR-GERAL
Agaciel da Silva Maia

SECRETÁRIO-GERAL DA MESA
Raimundo Carreiro Silva



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA
(Senado Federal e Congresso Nacional)

Referente aos trabalhos da

- **2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura**
(Período de 15.02 a 30.06 e de 1º.08 a 15.12.2000)
- **2ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura**
(Período de 05.01 a 14.02.2000) e
- **3ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura**
(Período de 16 a 29.12.2000)

Presidência do Sr. Senador Antonio Carlos Magalhães

BRASÍLIA - 2000

Brasil, Congresso. Senado Federal. Presidência.

Relatório da Presidência: Senado Federal e Congresso Nacional. - Brasília: Senado Federal,
Secretaria-Geral da Mesa, 2000

1000 p

1. Senado, Brasil. 2. Congresso Nacional, Brasil. I. Brasil. Congresso. Senado Federal.
Presidência, relatório. II. Brasil. Congresso, relatório. III. Título.

CDDir. 341.2531



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL
(Fev/1999 a Fev/2001)

Presidente

ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA)

1º Vice-Presidente

GERALDO MELO (PSDB-RN)

2º Vice-Presidente

ADEMIR ANDRADE (PSB-PA)

1º Secretário

RONALDO CUNHA LIMA (PMDB-PB)

2º Secretário

CARLOS PATROCÍNIO (PFL-TO)

3º Secretário

NABOR JUNIOR (PMDB-AC)

4º Secretário

¹CASILDO MALDANER (PMDB-SC)

Suplentes de Secretário

1º - EDUARDO SUPLICY (BLOCO-SP)

2º - LÚDIO COELHO (PSDB-MS)

3º - JONAS PINHEIRO (PFL-MT)

4º - MARLUCE PINTO (PMDB-RR)

Secretário-Geral da Mesa: RAIMUNDO CARREIRO SILVA
Diretor-Geral: AGACIEL DA SILVA MAIA

¹ Licenciado no período de 18.8 a 16.12.2000.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA
(Senado Federal e Congresso Nacional)

Referente aos trabalhos da

- **2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura**
(Período de 15.02 a 30.06 e de 1º.08 a 15.12.2000)
- **2ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura**
(Período de 05.01 a 14.02.2000) e
- **3ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura**
(Período de 16 a 29.12.2000)

Presidência do Sr. Senador Antonio Carlos Magalhães

BRASÍLIA - 2000

Brasil, Congresso. Senado Federal. Presidência.
Relatório da Presidência: Senado Federal e Congresso Nacional. - Brasília: Senado Federal,
Secretaria-Geral da Mesa, 2000
..... p.

1. Senado, Brasil. 2. Congresso Nacional, Brasil. I. Brasil. Congresso. Senado Federal.
Presidência, relatório. II. Brasil. Congresso, relatório. III. Título.

CDDir. 341.2531

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO

2. PROCESSO LEGISLATIVO APLICADO

2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA

(Períodos de 15.2 a 30.6 e de 1º.8 a 15.12.2000)

I – Instalação da Sessão Legislativa

SENADO FEDERAL

II – O Senado Federal na 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

A – Representação dos Estados e do Distrito Federal

B – Partidos Políticos

B.1 – Constituição de Bloco Parlamentar

B.2 – Composição

B.3 – Situação Jurídica.....

C – Líderes.....

D – Afastamento do exercício do mandato (art. 56, I, da CF).....

E – Renúncia.....

F – Perda de Mandato.....

G – O Senado Federal em funcionamento

G.1 – Mesa.....

G.2 - Presidência

G.2.1) Agenda do Senador Antonio Carlos Magalhães

G.2.2) Agenda do Senador Geraldo Melo

G.2.3) Falas

G.2.3.1) Decisivas.....

G.2.3.2) Associativas

G.2.3.3) De agradecimento.....

G.2.3.4) Registros da presença de autoridades na Casa.....

G.2.3.5) Registros diversos

G.2.3.6) Consultas aos Srs. Líderes.....

G.3 – Sessões

G.3.1) Realizadas

G.3.2) Homenagens prestadas

G.3.2.1) Hora do Expediente

G.3.2.2) Voto de pesar.....

G.3.2.3) Voto de aplauso

G.3.2.4) Voto de louvor.....

G.3.2.5) Voto de congratulações

G.3.2.6) Manifestação de solidariedade

G.3.2.7) Perfis parlamentares.....

G.4 – Participação dos Senadores na direção dos trabalhos

G.5 – Participação dos Senadores nos trabalhos.....

G.5.1) Proposições apresentadas.....
G.5.2) Uso da palavra
G.6 – Participação dos Senadores em órgãos do Poder Executivo.....
Representação do Senado Federal em órgãos do Poder Executivo
G.7 – Comissões
a) Permanentes.....
a.1) Comissão Diretora
a.2) Comissão de Assuntos Econômicos.....
a.3) Comissão de Assuntos Sociais.....
• Subcomissão Permanente da Exploração do Trabalho e Prostituição Infanto-Juvenis.....
• Subcomissão Permanente do Idoso
• Subcomissão Temporária da Saúde
• Subcomissão Temporária da Questão Habitacional no Brasil
a.4) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
• Subcomissão Permanente do Judiciário
a.5) Comissão de Educação.....
• Subcomissão Permanente de Rádio e Televisão.....
• Subcomissão Temporária do Cinema Brasileiro
• Subcomissão Permanente do Cinema, Comunicação Social e Informática.....
a.6) Comissão de Fiscalização e Controle
a.7) Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
a.8) Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
• Subcomissão Temporária para apuração das causas do vazamento de óleo na Baía de Guanabara.....
• Seminário “Águas 2000”
b) Temporárias.....
b.1) Internas
b.2) Externas
b.3) Parlamentares de Inquérito
G.8 – Matéria Legislativa.....
a) Propostas de Emenda à Constituição (PEC).....
b) Projetos de Lei do Senado (PLS)
c) Projetos de Lei da Câmara (PLC).....
d) Projetos de Decreto Legislativo (PDS)
e) Projetos de Resolução (PRS)
f) Requerimentos (RQS).....
g) Indicações.....
h) Proposta de Fiscalização e Controle
i) Pareceres.....
j) Emendas oferecidas em Plenário
G.9 – Questões de Ordem e solicitações de providências
G.10 – Recursos
G.11 – Mensagens recebidas do Presidente da República
G.11.1) Art. 49, III, da Constituição Federal (Comunicação de ausência do País).....
G.11.2) Arts. 52,III, da Constituição Federal (Escolha de autoridades)
G.11.3) Art. 52, IV, da Constituição Federal (Escolha de chefes de missão diplomática).....
G.11.4) Art. 52, V, VI, VII, VIII e IX, Constituição Federal (Operações financeiras) e outros
G.11.5) Pedido de urgência
G.11.6) Retirada de matéria.....
G.12 – Ofícios
G.12.1) Ofícios “S” – art. 52, V a X, da Constituição Federal.....

G.12.2) Ofícios “S” – art. 53, § 1º, da Constituição Federal	
G.12.3) Ofícios diversos	
G.13 – Diversos	
G.14 – Avisos	
G.15 – Representação	
G.16 – Conselho de Ética e Decoro Parlamentar	
G.17 – Corregedoria do Senado Federal.....	
G.18 – Procuradoria Parlamentar.....	
G.19 – Grupos Parlamentares.....	
G.20 – Proposições sancionadas e promulgadas de 1985 a 2000	

CONGRESSO NACIONAL

III – O Congresso Nacional em Reunião Conjunta de suas Casas	
A – Sessões Realizadas	
B – Participação dos Congressistas na direção dos trabalhos.....	
C – Matéria Legislativa.....	
1) Projetos de Lei (PLN).....	
2) Projeto de Decreto Legislativo (PDN)	
3) Projetos de Resolução (PRN)	
4) Medidas Provisórias (MP)	
5) Vetos	
6) Requerimentos (RQN)	
D – Mensagens recebidas do Presidente da República	
E – Participação dos Congressistas nos trabalhos	
F – Comissões.....	
F.1) Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	
F.1.1) Designada em 1º.6 e instalada em 10.8.1999.....	
F.1.2) Designada em 10.8 e instalada em 12.9.2000	
F.2) Parlamentar Conjunta do Mercosul.....	
F.3) Parlamentar Mista de Inquérito (Roubo de Cargas).....	
G – Conselho destinado a instituir o Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro	
H – Órgão de Controle e Fiscalização Externos da Política Nacional de Inteligência	
IV – Provimento de Vagas de Ministro do TCU	
V – Comissão Representativa do Congresso Nacional	
A) Período de 1º a 31.7.2000	
B) Período de 16.12.2000 a 14.2.2001.....	

2ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA (Período de 05.01 a 14.02.2000)

- I – Ato Convocatório.....
- II – Instalação da Sessão Legislativa

SENADO FEDERAL

- III – O Senado Federal na 2ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura.....
 - A – Alterações
 - A.1 - na filiação partidária.....
 - A.2 - na composição partidária
 - A.3 - na Liderança
 - B – O Senado Federal em funcionamento
 - B.1 – Mesa
 - B.2 – Presidência
 - B.2.1) Agenda cumprida pelo Presidente do Senado,
Senador Antonio Carlos Magalhães
 - B.2.2) Falas.....
 - B.2.2.1) Decisivas
 - B.2.2.2) Associativas
 - B.2.2.3) Registros de presença de autoridades em Plenário
 - B.3 – Sessões
 - B.3.1) Realizadas
 - B.3.2) Homenagens prestadas
 - B.3.2.1) Hora do Expediente
 - B.3.2.2) Voto de pesar
 - B.3.2.3) Voto de aplauso.....
 - B.3.2.4) Voto de louvor.....
 - B.3.2.5) Voto de congratulações
 - B.4 – Participação dos Senadores na direção dos trabalhos.....
 - B.5 – Participação dos Senadores nos trabalhos
 - B.5.1) Proposições apresentadas.....
 - B.5.2) Uso da palavra.....
 - B.6 – Participação dos Senadores em órgãos do Poder Executivo
 - Representação do Senado Federal em órgãos do Poder Executivo.....
 - B.7 – Comissões
 - B.7.1) Permanentes
 - B.7.1.1) Comissão Diretora.....
 - B.7.1.2) Comissão de Assuntos Econômicos.....
 - B.7.1.3) Comissão de Assuntos Sociais.....
 - Subcomissão Permanente da Exploração do Trabalho e Prostituição Infante-Juvenis
 - Subcomissão Permanente do Idoso.....
 - B.7.1.4) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
 - Subcomissão Permanente da CPI do Judiciário.....
 - B.7.1.5) Comissão de Educação.....
 - Subcomissão Permanente de Rádio e Televisão.....

	• Subcomissão Temporária do Cinema Brasileiro.....
	B.7.1.6) Comissão de Fiscalização e Controle.....
	B.7.1.7) Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.....
	B.7.1.8) Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.....
B.8 –	Matéria Legislativa.....
	B.8.1) Propostas de Emenda à Constituição (PEC).....
	B.8.2) Projetos de Lei do Senado (PLS).....
	B.8.3) Projetos de Lei da Câmara (PLC).....
	B.8.4) Projetos de Decreto Legislativo (PDS).....
	B.8.5) Projetos de Resolução (PRS).....
	B.8.6) Requerimentos (RQS).....
	B.8.7) Pareceres.....
	B.8.8) Emendas de Plenário.....
	B.8.8.1) PEC.....
	B.8.8.2) PLS.....
	B.8.8.3) PLC.....
B.9 –	Questões de Ordem e solicitações de providências.....
B.10 –	Recursos.....
B.11 –	Mensagens recebidas do Presidente da República.....
	B.11.1) Art. 52, III, da Constituição Federal (escolha de autoridade).....
	B.11.2) Art. 52, IV, da Constituição Federal (escolha de Chefes de Missão Diplomática).....
	B.11.3) Art. 52, V, Constituição Federal (Operações financeiras) e outros.....
	B.11.4) Art. 64, § 1º, da Constituição Federal (urgência para projeto).....
	B.11.5) Arts. 6º e 7º da Lei nº 9.069, de 29.06.95 (Programação Monetária e Emissões de Real).....
	B.11.6) Art. 6º da Resolução nº 96/SF, de 10.12.98 (Programa de Apoio Financeiro ao Governo Brasileiro).....
	B.11.7) Medida Provisória nº 1.969-13/2000, Resoluções nºs 78/98 e 37/99-SF e Decreto nº 3.099/99.....
B.12 –	Ofícios “S”.....
	B.12.1) Art. 52, V a X, da Constituição Federal.....
	B.12.2) Art. 53, § 1º, da Constituição Federal.....
B.13 –	Diversos.....
B.14 –	Representação.....
	B.14.1 – Art. 71, XI, da Constituição Federal (Sustação de contratos).....
	B.14.2 – Decoro parlamentar.....
B.15 –	Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.....
B.16 –	Encerramento dos Trabalhos.....

CONGRESSO NACIONAL

IV –	O Congresso Nacional em Reunião Conjunta de suas Casas.....
	A – Sessões Realizadas.....
	B – Participação dos Congressistas na direção dos trabalhos.....
	C – Matéria Legislativa.....
	1) Projetos de Lei (PLN).....
	2) Projetos de Resolução (PRN).....
	3) Medidas Provisórias (MP).....
	4) Requerimentos (RQN).....
	D – Participação dos Congressistas nos trabalhos.....
	E – Comissões.....
	E.1 – Parlamentar Conjunta do Mercosul.....
V –	Comissão Representativa do Congresso Nacional (Período de 16.12.99 a 14.2.2000).....

3ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA

(Período de 16 a 29.12.2000)

I – Atos Convocatórios.....

SENADO FEDERAL

II – O Senado Federal na 3ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura.....

A – Alterações

A.1 – na Representação dos Estados e na composição partidária.....

B – O Senado Federal em funcionamento.....

B.1 – Mesa.....

B.2 – Presidência.....

B.2.1) Falas.....

B.2.1.1) De elogio.....

B.2.1.2) De encerramento dos trabalhos.....

B.3 – Sessões.....

B.3.1) Realizadas.....

B.4 – Participação dos Senadores na direção dos trabalhos.....

B.5 – Participação dos Senadores nos trabalhos.....

B.5.1) Proposições apresentadas.....

B.5.2) Uso da palavra.....

B.6 – Comissões.....

B.6.1) Permanentes.....

B.6.1.1) Comissão Diretora.....

B.6.1.2) Comissão de Assuntos Econômicos.....

B.6.1.3) Comissão de Assuntos Sociais.....

- Subcomissão Temporária da Questão Habitacional.....

B.6.1.4) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.....

B.6.1.5) Comissão de Educação.....

- Subcomissão Permanente de Rádio e Televisão.....

- Subcomissão Temporária do Cinema Brasileiro.....

B.6.1.6) Comissão de Fiscalização e Controle.....

B.6.1.7) Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.....

B.6.1.8) Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.....

- Subcomissão destinada a apurar as causas do vazamento de óleo na Baía de Guanabara.....

B.7 – Matéria Legislativa.....

B.7.1) Projetos de Lei da Câmara (PLC).....

B.7.2) Projetos de Decreto Legislativo (PDS).....

B.7.3) Projetos de Resolução (PRS).....

B.7.4) Requerimentos (RQS).....

B.7.5) Pareceres.....

B.8 – Mensagens recebidas do Presidente da República.....

B.8.1) Art. 52, IV, da Constituição Federal (escolha de Chefes de Missão Diplomática).....

B.8.2) Art. 52, V, Constituição Federal (Operações financeiras).....

B.9 – Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.....

CONGRESSO NACIONAL

III – O Congresso Nacional em Reunião Conjunta de suas Casas	
A – Sessões Realizadas	
B – Participação dos Congressistas na direção dos trabalhos.....	
C – Matéria Legislativa	
1) Projetos de Lei (PLN)	
2) Projeto de Decreto Legislativo (PDN)	
3) Projetos de Resolução (PRN)	
4) Medidas Provisórias (MP)	
5) Vetos.....	
6) Requerimentos (RQN).....	
D – Mensagens recebidas do Presidente da República	
E – Participação dos Congressistas nos trabalhos	
F – Comissões.....	
F.1 – Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.....	
F.2 – Parlamentar Conjunta do Mercosul	
F.3 – Parlamentar Mista de Inquérito (Roubo de Cargas)	

4ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA (Período de 29.1 a 14.2.2001)

Informação sobre o Relatório desta Sessão Legislativa.....

APRESENTAÇÃO

QUATRO ANOS DE SINTONIA COM O BRASIL

Ao assumir o mandato de Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, prometi que lutaria por algumas proposições cuja aprovação era considerada indispensável para o melhor funcionamento das instituições.

Assim, declarei que o Senado votaria o efeito vinculante, imprescindível ao bom funcionamento do Poder Judiciário, só combatido pelo corporativismo.

O Projeto do Código Civil, que já tramitava há tantos anos no Senado, desde 1984, foi aprovado pelos Senadores e remetido à Câmara dos Deputados, onde se encontra até hoje. Pasmem! Com tantos avanços na ciência e na sociedade, o nosso Código Civil data de 1916.

O Senado também aprovou a regulamentação da imunidade parlamentar, que é uma aberração completa quando fora do exercício da atividade no Parlamento. O povo não aceita essa discriminação. Daí por que tenho a certeza de que não vai demorar muito a ser aprovada pela Câmara dos Deputados.

Tantos têm sido os crimes contra o Erário que a quebra do sigilo bancário se torna indispensável, pelo menos para os que exercem a função pública.

Em relação às medidas provisórias, como não era fácil a sua extinção, limitar já seria extremamente útil ao País e sobretudo ao Poder Legislativo, que não abdica, mas é usurpado ao cumprir os seus deveres de legislar.

Foi o Legislativo o responsável pelo aumento do salário mínimo. A idéia de elevá-lo era antiga, mas só tomou força quando entramos em campo decididamente, com outros companheiros de todos os Partidos, para lutar pela sua melhoria. Ainda é pouco, mas já se deu o primeiro passo em prol de uma menor desigualdade entre os assalariados do País.

Outras medidas relevantes ainda terão que ser aprovadas, espero, até janeiro de 2003, quando se finda a presente Legislatura.

Cresce dia a dia, perante a Nação, a nossa responsabilidade pelo desenvolvimento do País e também pela democratização das oportunidades.

Somos um país desigual, onde a concentração de renda é cada vez maior, levando a falsa alegria aos que podem e maiores tristezas aos infelizes. Essa é uma situação que chama a atenção dos brasileiros e de todo o mundo, porque continua sendo e será mais ainda causa de perturbações sociais.

A erradicação da pobreza é uma meta a ser atingida em futuro longínquo, mas a sua diminuição tem que ser alcançada já. Por isso, apresentei proposta de emenda à Constituição criando o Fundo de Combate à Pobreza, que reuniu parlamentares da Situação e da Oposição, na busca de soluções definitivas. Aprovada nas duas Casas do Congresso Nacional e promulgada como Emenda Constitucional nº 31, de 2000,

já em 2001 proporcionará ao governo cerca de R\$4 bilhões a serem aplicados em programas voltados para as populações de baixa renda. Agora, precisa ser regulada, com a presença também do Legislativo na sua execução, pois os representantes do povo e o Executivo podem perfeitamente trabalhar juntos com vistas a minorar o sofrimento dos milhões e milhões de miseráveis que ainda temos no Brasil.

Não posso deixar de realçar o êxito da CPI do Judiciário, criada por iniciativa minha, depois de muitos debates acalorados, quando dela tantos não esperavam que cumprisse o seu papel. Foi realmente a Comissão Parlamentar de Inquérito que produziu e continua produzindo os melhores resultados no Senado, revelando fatos que não poderão ser renegados pelo Poder Judiciário no cumprimento dos seus deveres, maiores ainda do que os de qualquer outro Poder quando se fala em defender a moralidade pública.

Esse êxito foi possível graças principalmente ao trabalho do Senador Paulo Souto como Relator, coadjuvado pelos competentes funcionários da Casa.

A série de medidas, que não vou declinar aqui, mas que estão elencadas neste Relatório e nos dos três anos anteriores, são a demonstração não da minha eficiência, mas da eficiência dos meus Pares no cumprimento dos seus deveres de Senadores. No plenário e nas comissões, fizeram ecoar, principalmente através dos veículos de comunicação social do Senado, suas preocupações e o seu alerta sobre as necessidades do povo, da sociedade brasileira como um todo.

O tempo dirá, quanto mais distantes fiquem esses quatro anos, o quanto eles foram úteis ao Legislativo brasileiro.

Seria injusto não dizer que, em vários setores, o atual Poder Executivo obteve grande êxito, principalmente nas reformas que implantou, por suas iniciativas e a colaboração decisiva da grande figura parlamentar do seu tempo, Deputado Luís Eduardo Magalhães.

Os resultados estão vindo na melhoria da economia, embora não sentidos ainda, como é natural, por toda a população brasileira.

Com isso quero exaltar o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, mas nem por isso a minha fala o exime das falhas que ocorreram e que, creio, poderão ser sanadas.

O saldo, até o momento, é positivo.

Quero repartir com os meus colegas de Mesa, todos eles sem exceção, mas em particular o Primeiro Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima, o êxito da nossa administração.

É também do meu dever dirigir uma palavra de louvor ao excelente funcionalismo da Casa, formado por pessoas altamente competentes e que ajudam os Srs. Senadores no trabalho legislativo que produzem.

Nesse caso, cumpre salientar o papel que desempenharam nesse período o Secretário-Geral da Mesa, Raimundo Carreiro Silva, e o Diretor-Geral, Agaciel da Silva Maia.

Esta é uma Casa política por excelência, onde se travam os debates mais acalorados e onde se luta para se fazer prevalecer a moralidade pública. Não é só a produção legislativa: é também a qualidade da legislação.

Por tudo isso é que o Senado, nesses quatro anos, a despeito de nem sempre ser compreendido pela mídia, teve papel relevante no País e pôde apresentar um balanço de realizações poucas vezes visto nas duas Casas do Congresso Nacional. Foram mais de duas mil medidas apreciadas pelo Senado, incluindo-se decisões da maior importância para o fortalecimento da cidadania, do regime democrático e para o aumento da qualidade de vida da população.

O Senado cresceu aos olhos de todos. Obteve maior projeção e sintonia com a sociedade. E seu complexo de comunicação social formado pela TV Senado, Rádio Senado, Agência Senado de Notícias e pelo Jornal do Senado teve papel importante na divulgação das atividades, do trabalho árduo e sério aqui desenvolvido.

A moralidade imperou na administração criteriosa desta Casa. Não há um caso sequer em que se podem apontar irregularidades nos quatro anos em que dirigimos o Senado.

Aprovaram-se as medidas mais importantes do Governo Fernando Henrique Cardoso. Entretanto, a subserviência não foi o marco da Direção do Senado. Somos um Poder e como Poder temos que ser considerados pelos outros Poderes, para que se cumpram a independência e harmonia tão desejadas pela própria Constituição.

Acredito que continuaremos assim. E eu, depois de honrado com a Presidência da Casa, como Senador da República, estarei – como sempre estive - alerta para a Administração Pública, no sentido de que o Brasil ocupe posição entre as nações desenvolvidas e, ao mesmo tempo, se não conseguir abolir, pelo menos diminua a triste sina que carrega quando se fala em corrupção na Gestão Pública. A Lei de Responsabilidade Fiscal que o Poder Legislativo entregou à sociedade é uma ferramenta básica para esse fim.

Rui Barbosa, que honrou o Senado e que o ilumina com a sua presença no Plenário, nos dá, em toda a sua vida, exemplos flagrantes de como se pode, com autonomia, ajudar na consecução dos objetivos maiores do Poder Executivo.

Saio feliz pela consciência do dever cumprido. Saio feliz pelo apoio que obtive dos meus Colegas em todos os anos que presidi a Casa. Não tenho, é claro, a unanimidade, e me gabo de não tê-la, até porque, se assim fosse, provavelmente eu não teria cumprido os meus deveres.

Encerramos esse período de quatro anos à frente da Mesa do Senado Federal plenamente convencidos de que ajudamos a escrever, de fato, uma página importante da História do Brasil, que será lida no futuro, pelas novas gerações, com grande orgulho do nosso Parlamento.

Senado Federal, em 14 de fevereiro de 2001

ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Presidente

PROCESSO LEGISLATIVO APLICADO

No segundo semestre de 1996, a Secretaria-Geral da Mesa, por orientação da Presidência do Senado, então exercida pelo nobre Senador José Sarney, iniciou um amplo trabalho de pesquisa no *Diário do Congresso Nacional* - Seção II e no *Diário do Senado Federal*, a respeito de pronunciamentos e outras manifestações de Senadores, em sessões do Senado Federal, envolvendo questionamentos e consultas à Mesa que demandaram da Presidência da Casa decisões sobre Processo Legislativo e eventualmente também o pronunciamento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e a deliberação do Plenário.

Os resultados desse levantamento foram armazenados em CD-ROM, que já está sendo veiculado, e foram publicados também em coleção de livros.

As tarefas de pesquisa e coleta de dados foram executadas por um grupo de estagiários, alunos da área de Ciência Humanas da Universidade de Brasília, sob a coordenação da Assessoria Técnica da Secretaria-Geral da Mesa, a quem coube também o trabalho de revisão e organização de todo o banco de dados.

Na apresentação do trabalho, o Presidente do Senado Federal, Senador Antonio Carlos Magalhães, assim se pronunciou:

“Esta coletânea contém, em texto integral e em versão resumida, as questões de ordem, consultas à Mesa, indagações e outras controvérsias sobre Processo Legislativo ocorridas nas sessões do Senado Federal, que ensejaram decisões da Presidência da Casa e, em alguns casos, até mesmo o pronunciamento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e a deliberação do Plenário.

Os dados coletados correspondem aos trabalhos do Plenário do Senado entre 1º de fevereiro de 1971 e 31 de maio de 2000, período esse que coincide, integralmente, com a vigência do atual Regimento Interno do Senado, embora ele já tenha sido modificado significativamente em relação à sua versão original, devido às alterações sofridas ao longo de quase três décadas, em especial as decorrentes da Resolução nº 18, de 1989, que o adequou à Constituição Federal de 1988.

A data inicial de vigência do Regimento foi determinada no art. 4º da Resolução nº. 93, de 27 de novembro de 1970, norma essa que foi editada para compatibilizar o texto regimental à Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, à Constituição de 1967. Já a data de 31 de maio de 2000 decorreu de uma opção prática, de modo a viabilizar a edição desta coleção ainda no exercício de 2000. Posteriormente, quando o banco de dados em meio magnético estiver disponível em rede, as informações serão atualizadas diariamente.

As normas jurídicas que disciplinam o Processo Legislativo - e que são o objeto das polêmicas contidas nesta base de dados - encontram-se na Constituição Federal (em particular no Capítulo que trata do Poder Legislativo), em algumas leis complementares e ordinárias, no Regimento Comum (do Congresso Nacional) e no Regimento Interno do Senado.

Embora o art. 406 da Lei Interna estabeleça que "considera-se simples precedente a decisão sobre questão de ordem, só adquirindo força obrigatória quando incorporada ao Regimento", é inegável que diversos desses precedentes, ao longo dos anos, adquiriram força normativa, muitas vezes servindo de parâmetro para novas decisões.

Por essa razão, sempre que surge uma controvérsia de difícil solução, é comum recorrer-se às decisões pretéritas como indispensável fonte de consulta. Isso ocorre freqüentemente na atuação da Mesa e da Presidência, bem como nos trabalhos das Comissões e dos Senadores.

Consagrado, assim, o valor e a importância dessas decisões, tornou-se necessário organizar e informatizar os dados referentes a essas discussões e decisões regimentais, de modo a disponibilizar aos envolvidos no Processo Legislativo um instrumento facilitador de consultas, trabalhos e estudos, como teses e monografias.

Com este trabalho – editado sob as formas de livros e CD-ROM – pretende-se alcançar, justamente, a simplificação e a agilidade para a consulta às questões de Processo Legislativo, democratizando-se o acesso às informações entre a Mesa e os demais Senadores, entre o Senado Federal e outras Casas Legislativas do País, entre os servidores da Casa e outros profissionais que acompanham os trabalhos legislativos, entre o meio acadêmico e o público em geral.

Iniciada a realização da pesquisa dos documentos contidos nesta coleção no segundo semestre de 1996, sob a Presidência do nobre Senador José Sarney, tenho agora a honra de entregar à Casa e ao público em geral o trabalho concluído, em sua primeira versão, com os votos de que ele seja de grande valia para o bom andamento dos nossos trabalhos legislativos.

Brasília, novembro de 2000.

Senador Antonio Carlos Magalhães
Presidente do Senado Federal

Como introdução ao trabalho, o Secretário-Geral da Mesa, Raimundo Carreiro Silva, e o Coordenador-Geral do Projeto, Marcos Evandro Cardoso Santi, fizeram constar a seguinte nota, contendo informações importantes a respeito da pesquisa, tais como objetivos e metodologia de trabalho, seleção e indexação dos documentos coletados, explicações sobre a utilização do banco de dados e sobre as normas de Processo Legislativo que integram a base de dados:

“Nota da Secretaria-Geral da Mesa

1. Considerações preliminares

Na apresentação deste banco de dados, o Presidente do Senado Federal, Senador Antonio Carlos Magalhães, assinalou a importância das decisões da Presidência, do Plenário da Casa e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre dúvidas e questionamentos relacionados à interpretação e à aplicação das normas de Processo Legislativo, contidas na Constituição Federal, em algumas leis complementares e ordinárias, no Regimento Comum do Congresso Nacional e, especialmente, no Regimento Interno do Senado.

De acordo com as palavras do Presidente, Senador Antonio Carlos Magalhães, "embora o art. 406 da Lei Interna (Regimento) estabeleça que se considera 'simples precedente a decisão sobre questão de ordem, só adquirindo força obrigatória quando incorporada ao Regimento", é inegável que diversos desses precedentes, ao longo dos anos, adquiriram força normativa, servindo, muitas vezes, de parâmetro para novas decisões".

Por essa razão, e tendo o propósito de democratizar e agilizar o acesso às informações referentes aos debates - e respectivas decisões - sobre Processo Legislativo, a Secretaria-Geral da Mesa, por orientação da Presidência do Senado, realizou uma ampla pesquisa no Diário do Congresso Nacional - Seção II e no Diário do Senado Federal, cujo resultado é a presente base de dados.

A série histórica pesquisada corresponde ao período entre 1º de fevereiro de 1971 e 31 de maio de 2000, que coincide, integralmente, com a vigência do atual Regimento Interno. O Regimento foi promulgado em 27 de novembro de 1970 (Resolução n.º 93, de 1970), para compatibilizar as normas internas com a Emenda Constitucional n.º 1, de 17 de outubro de 1969, à Constituição Federal de 1967. Consoante o art. 4º da Resolução n.º 93, de 1970, a data inicial de vigência do Regimento foi fixada para 1º de fevereiro de 1971. Já a data de 31 de maio de 2000 decorreu de uma opção prática, cujo único propósito foi o de viabilizar a edição desta coletânea ainda no exercício de 2000. Assim que este banco de dados estiver disponível em rede, será ele diariamente atualizado com as informações posteriores ao mencionado dia 31 de maio.

2. Objeto da pesquisa (sobre os documentos coletados)

Este banco de dados reúne os debates e respectivas decisões da Presidência do Senado sobre interpretação e aplicação das normas que regem o Processo Legislativo no Senado Federal e que, conforme já mencionado, encontram-se na Constituição Federal, no Regimento Comum, no Regimento Interno e em algumas leis complementares e ordinárias.

De acordo com o Regimento do Senado, existem algumas modalidades de pronunciamentos que podem demandar da Presidência da Casa uma decisão sobre Processo Legislativo.

A principal e mais conhecida delas é a questão de ordem, que, nos termos do art. 403 da Norma Interna, consiste em "qualquer dúvida sobre interpretação ou aplicação deste Regimento". De acordo com o inciso XIII do art. 48, ainda da Norma Interna, compete ao Presidente "decidir as questões de ordem". Também o art. 405 do Regimento ratifica essa competência, acrescentando que,

da decisão da Presidência, caberá "recurso para o Plenário", desde que formulado ou apoiado por líder de bancada. Quando a matéria objeto de recurso "tratar de interpretação de texto constitucional", é lícito ao Presidente solicitar a audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Regimento, art. 408).

Outra importante modalidade de pronunciamento que, muitas vezes, provoca decisões regimentais da Presidência é o uso da palavra "pela ordem" (RISF, art. 14, VIII, "a"), especialmente na hipótese de "reclamação quanto à observância do Regimento".

A Presidência pode ser demandada ou consultada, ainda, ao longo de pronunciamentos, em qualquer parte da sessão, ou mesmo por meio de documento escrito por Senador ou Comissão. Outras vezes, uma decisão da Presidência pode ocorrer de ofício, por exemplo, para organizar a seqüência dos trabalhos.

Todas essas hipóteses foram consideradas na realização da pesquisa.

A pesquisa abrangeu, ainda, todos os documentos (projetos, pareceres, debates, votações, normas publicadas) relacionados à tramitação de proposições sobre Processo Legislativo que resultaram em novas normas, ou seja, as propostas de Emenda à Constituição, os projetos de lei e, em especial, os projetos de resolução que modificaram o Regimento Interno. Essas informações poderão futuramente integrar uma nova versão do banco de dados.

3. Sobre a metodologia de pesquisa e de coleta de dados

As tarefas de pesquisa e coleta de dados, sob a coordenação da Assessoria Técnica da Secretaria-Geral da Mesa, foram executadas por um grupo de estagiários, alunos dos Cursos de Direito, Ciência Política, História, Ciências Sociais e Pedagogia da Universidade de Brasília. Coube, ainda, ao grupo de estagiários a elaboração de minutas preliminares de indexação e de resumo dos documentos coletados, assim como os trabalhos de revisão do material antes da confecção do banco de dados.

O grupo foi integrado, em média, por oito estagiários, metade deles do Curso de Direito, um terço do Curso de Ciência Política, e os demais dos outros Cursos mencionados.

A etapa de pesquisa e coleta de dados consumiu mais de dois anos e abrangeu, também, o levantamento de documentos das sessões conjuntas do Congresso Nacional, a serem indexados futuramente.

Considerando-se que a leitura integral de três décadas de Diários – inclusive os referentes às sessões conjuntas – seria tarefa que demandaria muitos anos a mais, optou-se por uma metodologia simplificada de pesquisa.

De acordo com a metodologia adotada, realizava-se a leitura integral das falas do Presidente, a fim de se verificar se continham alguma decisão sobre a interpretação e aplicação de norma de Processo Legislativo. Além disso, em relação às falas dos Senadores, lia-se a indicação da finalidade do uso da palavra que normalmente se segue ao nome de cada parlamentar. Expressões como "para uma questão de ordem", "pela ordem", "para esclarecimento", "para consulta à Mesa", entre outras, tornavam obrigatória uma leitura mais atenta de todo o pronunciamento.

Assim, sempre que o teor da fala do Presidente ou a indicação ao lado do nome do orador sugerissem se tratar de um documento passível de ser coletado para o banco de dados, substituía-se a leitura "investigativa", "superficial", por uma leitura "atenta", "cuidadosa". Em primeiro lugar, para comprovar a pertinência e utilidade do documento e, depois, para determinar a abrangência deste (início, ponto de origem, seqüência e conclusão).

Outras leituras obrigatórias nos Diários foram as ementas dos pareceres (publicados na Hora do Expediente da sessão) e os resumos de todos os itens da Ordem do Dia, com vistas a coletar não só a origem de uma controvérsia sobre Processo Legislativo, mas o seu eventual desdobramento. Essa conduta permitia, ainda, localizar documentos relacionados a proposições destinadas a alterar o Regimento Interno. Em outros termos, esse procedimento possibilitava encontrar algum parecer ou discussão/votação em Ordem do Dia de controvérsia anterior que houvesse sido submetida à Mesa ou à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Na esteira desse procedimento, colheram-se todos os pareceres e debates que instruíram projetos de resolução que resultaram em alterações do Regimento Interno do Senado. Esses documentos, conforme já assinalado, não integram o banco de dados, mas o farão em versão futura.

Por fim, ainda sobre a metodologia, deve-se mencionar que cada volume do Diário era lido e pesquisado por dois estagiários, em momentos distintos. Com a segunda leitura, configurava-se a revisão da pesquisa e, a seguir, sob a orientação da Assessoria Técnica, realizava-se a conciliação entre os levantamentos dos dois estagiários, com o propósito de corrigir eventuais falhas e omissões.

Mesmo com essas precauções, eventualmente algum documento pode não ter sido coletado. Por isso, pede-se ao usuário do banco de dados que, ao detectar a ausência de alguma controvérsia regimental ou falha em algum dos documentos publicados, por gentileza comunique o fato à Secretaria-Geral da Mesa, que terá o maior prazer em examinar a questão e atualizar os seus registros.

4. Sobre a seleção dos documentos coletados

Em princípio, optou-se por coletar toda e qualquer questão de ordem – assim identificada ao lado do nome do orador ou durante o pronunciamento – por ser da natureza da questão de ordem a controvérsia sobre norma de Processo Legislativo. Quanto aos demais itens ("pela ordem", "consulta", "esclarecimento", "pronunciamentos do Presidente"), o critério era mais rigoroso: deveria estar clara a conexão com temas de Processo Legislativo.

Ao final da coleta, houve a necessidade de se excluir muitas intervenções classificadas como questões de ordem, por não conterem conexão com as normas de Processo Legislativo; portanto, não se tratava, propriamente, de questões de ordem. Esses casos – que aparecem em grande quantidade nos Diários – decorrem tanto de uma certa confusão entre o instituto da "questão de ordem" e o "uso da palavra pela ordem" (que tem uma natureza mais abrangente e envolve uma maior diversidade de matérias), como do emprego inadequado da "questão de ordem".

Houve, ainda, uma segunda e importante depuração nos documentos coletados que versam sobre o "uso da palavra".

Os debates em Plenário e as intervenções do Presidente sobre as regras do "uso da palavra" são bastante freqüentes nas sessões. Todavia, em geral, repetem-se os mesmos temas. Resultou disso um número de documentos muito elevado, apesar da pequena variedade dos assuntos. Por isso, a inclusão de todos os itens não resultaria em acréscimo de qualidade; ao contrário, dificultaria a pesquisa, em razão do maior número de dados armazenados no banco. Isso posto, optou-se por inserir na base de dados apenas aqueles casos exemplares, realmente ilustrativos, excluindo-se as repetições. Essa observação serve de alerta para que não se estranhe a ausência de muitos documentos dessa natureza.

5. Sobre a indexação dos documentos coletados

Além da íntegra de cada documento coletado, o usuário encontrará no banco de dados uma ficha de indexação com informações básicas, a saber:

- dados sobre a publicação (Diário, data e numeração das páginas);
- assunto;
- resumo (ementa);
- Senadores (autor, Presidente, outros Senadores que participaram da discussão);
- Encaminhamento, ou não, da matéria à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e ao Plenário.

Para cada documento, a equipe de estagiários elaborou uma minuta de indexação, que foi revista e corrigida pela Assessoria Técnica. Nessa tarefa, cada documento foi revisado pela Dr^a. Sarah Abrahão, Assessora da Presidência do Senado, cedida à Secretaria-Geral da Mesa, e ex-Secretária-Geral da Mesa nos períodos de novembro de 1972 a novembro de 1973 e de março de 1975 a dezembro de 1980, ou pela Dr^a Gessi Geiza Gonzaga, Assessora da Secretaria-Geral da Mesa e ex-Diretora das Subsecretarias de Expediente e de Coordenação Legislativa do Senado Federal.

6. Sobre a pesquisa ao banco de dados

O usuário tem, à sua disposição, para pesquisa, tanto os textos integrais quanto as fichas de indexação (com os resumos) de cada documento.

Evidentemente, como em qualquer outro banco de dados, recomenda-se que o usuário pesquise, inicialmente, no arquivo das fichas de indexação, utilizando-se dos diversos campos

disponíveis para tanto. No caso específico de pesquisa por assunto ou à ementa da ficha, o usuário deverá utilizar o Índice Remissivo que integra a base de dados.

Caso o usuário não obtenha sucesso na consulta ao arquivo das fichas de indexação, poderá, então, realizar uma segunda pesquisa, abrangendo integralmente os textos dos documentos.

Além disso, sempre que o usuário localizar o documento de seu interesse por meio da pesquisa ao arquivo das fichas de indexação, poderá, então, acessar o texto integral por meio de um simples comando, conforme indicado no Manual de Instalação do CD-ROM.

7. Sobre as normas de Processo Legislativo que integram o banco de dados

Por fim, deve-se mencionar que, ao lado dos documentos sobre a aplicação e interpretação das normas de Processo Legislativo, estão disponíveis, também, as normas regimentais. Desse modo, o usuário, sempre que houver interesse, poderá recorrer ao texto original em discussão, de modo a completar o estudo da matéria.

Nesta parte da base de dados, o usuário encontrará cinco versões do Regimento Interno:

- a original, instituída pela Resolução nº 93, de 1970;
- a consolidação de 1974, que alterou a numeração de artigos da Resolução nº 93, de 1970;
- a consolidação de 1989, que contemplou as alterações introduzidas pela Resolução nº 18, de 1989, para adequar o Regimento à Constituição de 1988;
- a consolidação de 1991, editada ao final da legislatura fevereiro/1987 - janeiro/1991, e que oficialmente consagrou a consolidação das mudanças promovidas pela Resolução nº 18, de 1989;
- e, por fim, a consolidação de 1999, acompanhada das Resoluções Conexas em vigor.

Além disso, o banco de dados incluiu, em seqüência cronológica, todas as Resoluções alteradoras do Regimento Interno no período de 1971 em diante.

Brasília, novembro de 2000.

Raimundo Carreiro Silva
Secretário-Geral da Mesa
Marcos Evandro Cardoso Santi
Coordenação-Geral do Projeto

Dúvidas e Sugestões

Para informações adicionais ou esclarecimentos de dúvidas sobre esta obra encontram-se à disposição do usuário os seguintes órgãos do Senado Federal:

a) Conteúdo das Bases de Dados

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Praça dos Três Poderes - Senado Federal, Brasília - DF

CEP: 70160-000; Telefones: 0-xx 61 311-4793

Fax: 0-xx 61 225-7248

Correio Eletrônico: sgm@senado.gov.br

b) Comercialização

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS

Via N2, Unidade de Apoio III, Brasília - DF

CEP 70165-900

Telefones: 0-xx 61 311.3576 / 311.3575 - Fax: 0-xx 311.4258

Correio Eletrônico: sstec@senado.gov.br

c) Instalação e problemas técnicos

CENTRO DE INFORMÁTICA E PROCESSAMENTO DE DADOS DO SENADO FEDERAL -

PRODASEN

Via N-2, Anexo "C", Brasília - DF

CEP: 70165-900

Telefones: 0-xx 61 311-3669 / 311-3998 - Fax: 0-xx 61 323-7932

Correio Eletrônico: webmaster@senado.gov.br

**SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 51ª LEGISLATURA**

I – INSTALAÇÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA

I – INSTALAÇÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA

Em obediência ao que preceitua o § 1º do art. 57 da Constituição Federal, as duas Casas do Congresso Nacional, sob a Presidência do Senador Antonio Carlos Magalhães, reuniram-se solenemente, às 11h20 do dia 15 de fevereiro de 2000, a fim de instalarem os trabalhos da Segunda Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura.

A mensagem prevista no art. 84, XI, da Constituição foi entregue pelo Senhor Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dr. Pedro Pullen Parente, e lida em Plenário pelo Deputado Ubiratan Aguiar, Primeiro Secretário da Mesa do Congresso Nacional.

Na ocasião, o Senhor Presidente do Congresso Nacional, Senador Antonio Carlos Magalhães, proferiu o seguinte discurso:

Srs. Congressistas,

Ontem tive oportunidade de dizer do orgulho que tenho de presidir o Senador Federal, dado o trabalho eficiente dos meus queridos colegas Senadores.

Não tenho dúvida de que o Presidente Michel Temer pensa do mesmo modo em relação aos seus colegas Deputados Federais. Demos um testemunho, ainda nesta convocação extraordinária, do excelente trabalho realizado pelo Legislativo em benefício do País.

Muitos, céticos, não salientam esse trabalho e assim procuram, sem querer ou querendo, enfraquecer o regime democrático. Nós responderemos sempre, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, com o nosso trabalho eficiente, sobretudo com o nosso trabalho em benefício dos segmentos sociais mais carentes: nós responderemos sempre com trabalho àqueles que não acreditam na democracia.

Nós também – e combinamos isso ainda hoje, os Presidentes da Câmara e do Senado Federal – faremos, pelos meios de comunicação, os esclarecimentos necessários à opinião pública sobre nossa atuação. Temos o dever de mostrar ao povo o que somos e o que fazemos em benefício da Pátria – e o faremos.

Ao instalar os trabalhos da 2ª Sessão Legislativa, ficamos felizes com o reconhecimento público de S. Exa., o Sr. Presidente da República, ao trabalho realizado no Congresso Nacional. Isso nos estimula, mas não é suficiente. Continuaremos a trabalhar, sobretudo nos projetos em tramitação, muitos dos quais modificarão totalmente os rumos da sociedade brasileira. Para isso não se distinguem partidos nem ideologias. Temos contado, tanto na Câmara quanto no Senado, com a colaboração de governistas e oposicionistas, todos unidos pelo bem do Brasil. Daí por que – repito – estou muito feliz em presidir o Congresso Nacional, sinto-me honrado por esta oportunidade.

Desejo dizer aos Srs. Deputados e aos Srs. Senadores que trabalharemos sempre com o mesmo espírito, para que possamos olhar de frente, como estamos olhando hoje, nos nossos Estados e no País inteiro, para a nossa sociedade.

O Congresso Nacional tem cumprido o seu dever. A Câmara acaba de bem cumpri-lo. O Senado também. Eis por que, na instalação desta Sessão Legislativa, achei por bem dizer estas palavras de estímulo e sobretudo de justiça aos Congressistas brasileiros.

Agradeço a todas as autoridades civis, militares, diplomáticas e eclesiásticas a presença. Agradeço, em particular, ao Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, que sempre tem demonstrado, mesmo antes de exercer essa função, respeito e admiração pelo Poder Legislativo.

A todos os senhores, muito obrigado.

Continuaremos a trabalhar pelo Brasil.

II – O SENADO FEDERAL
NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 51ª LEGISLATURA

A – REPRESENTAÇÃO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL

A representação dos Estados e do Distrito Federal, no início da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, ficou assim constituída:

AC -	Marina Silva ¹ Nabor Júnior Tião Viana	PA -	Ademir Andrade Jader Barbalho Luiz Otávio
AL -	Renan Calheiros Geraldo Lessa ² Heloísa Helena	PB -	Ronaldo Cunha Lima Wellington Roberto ³ Ney Suassuna
AP -	Gilvam Borges Sebastião Rocha José Sarney	PR -	Osmar Dias Roberto Requião Álvaro Dias
AM -	Bernardo Cabral Jefferson Péres Gilberto Mestrinho	PE	Carlos Wilson ⁴ Roberto Freire José Jorge
BA -	Antonio Carlos Magalhães Djalma Bessa ⁵ Paulo Souto	PI -	Freitas Neto Hugo Napoleão Alberto Silva
CE -	Lúcio Alcântara Sérgio Machado Luiz Pontes	RJ -	Artur da Távola ⁶ Geraldo Cândido ⁷ Roberto Saturnino
DF -	José Roberto Arruda Lauro Campos Luiz Estevão ^{8 9}	RN -	Geraldo Melo José Agripino Agnelo Alves ¹⁰
ES -	Gerson Camata Luzia Toledo ¹¹ Paulo Hartung	RS -	Emília Fernandes José Fogaça Pedro Simon

¹ Licença para tratamento de saúde pelo prazo de 121 (cento e vinte e um) dias, no período de 9.10.2000 a 7.2.2001 (RQS nº 524/2000). Em 11.10.2000, tomou posse o seu 1º Suplente, o Senhor Julio Eduardo Gomes Pereira, adotando o nome parlamentar de Julio Eduardo, e integrando a bancada do PV – Partido Verde.

² Em 23.05.2000, retornou o titular, Senador Teotônio Vilela Filho, tendo em vista o término de sua licença.

³ Primeiro Suplente do Senador Humberto Lucena, falecido em 13.4.98.

⁴ Licença para tratar da saúde, por 06 (seis) dias, no período de 26 a 31.5.2000, e para tratar de interesses particulares, por 115 (cento e quinze) dias, de 1º.6.2000 a 23.9.2000 (RQS nºs 304 e 305/2000, respectivamente). Em 29.5.2000, tomou posse o seu 1º Suplente, o Sr. Clodoaldo da Silva Torres Filho, adotando o nome parlamentar de Clodoaldo Torres e integrando a bancada do PTB. Em 22.9.2000, comunicou o seu retorno às atividades, a partir do dia 24.9.2000, tendo em vista o término de sua licença.

⁵ Primeiro Suplente do Senador Waldeck Ornelas, que se afastou em 7.4.98, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social.

⁶ Em 15.12.2000, foi lida comunicação de seu afastamento do exercício do mandato, a partir de 1º.01.2001, para assumir o cargo de Secretário da Cultura do Município do Rio de Janeiro.

⁷ Primeiro Suplente da Senadora Benedita da Silva, que renunciou em 1.1.99, para assumir o cargo de Vice-Governadora do Rio de Janeiro.

⁸ Em 28.6.2000, foi promulgada a Resolução nº 51/2000, decretando a perda de mandato do Senador.

⁹ Em 1º.8.2000, tomou posse o seu 1º Suplente, o Sr. Valmir Antônio Amaral, adotando o nome parlamentar de Valmir Amaral e integrando a bancada do PMDB.

¹⁰ Primeiro Suplente do Senador Fernando Bezerra, que se afastou em 2.8.99, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Integração Nacional.

¹¹ Em 1º.6.2000, reassumiu o exercício do mandato o titular, Senador Ricardo Santos.

GO -	Iris Rezende Mauro Miranda ^{12 13} Maguito Vilela	RO -	Ernandes Amorim ^{14 15} Moreira Mendes ¹⁶ Amir Lando
MA -	Bello Parga ¹⁷ Edison Lobão João Alberto Souza ¹⁸	RR -	Marluce Pinto Romero Jucá Mozarildo Cavalcanti
MT -	Carlos Bezerra Jonas Pinheiro Antero Paes de Barros	SC -	Casildo Maldaner ^{19 20} Geraldo Althoff ²¹ Jorge Bornhausen
MS -	Lúdio Coelho Ramez Tebet Juvêncio da Fonseca	SP -	Pedro Piva ²² Romeu Tuma Eduardo Suplicy
MG -	Arlindo Porto Francelino Pereira José Alencar	SE -	Antônio Carlos Valadares José Eduardo Dutra Maria do Carmo Alves
		TO -	Carlos Patrocínio Leomar Quintanilha Eduardo Siqueira Campos ^{23 24}

¹² Licença para tratar de interesses particulares por 122 dias, no período de 19.8.2000 a 18.12.2000. Em 21.8.2000, reassumiu o exercício das atividades parlamentares o seu 1º suplente, o Sr. Albino Gonçalves Boaventura, adotando o nome parlamentar de Albino Boaventura e integrando a Bancada do PMDB.

¹³ Em 15.12.2000, foi lida comunicação de seu retorno ao exercício do mandato a partir do dia 19.12.2000, tendo em vista o término de sua licença.

¹⁴ Licença para tratar da saúde, por 5 (cinco) dias, no período de 27 a 31.7.2000, e para tratar de interesses particulares, por 120 (cento e vinte) dias, no período de 1º.8 a 28.11.2000 (RQS nºs 423 e 424/2000, respectivamente). Em 4.8.2000, tomou posse o seu 1º Suplente, o Sr. Matusalém Gonçalves Fernandes, adotando o nome parlamentar de Fernando Matusalém e integrando a bancada do PPB. Em 29.11.2000, comunicou o seu retorno às atividades, a partir dessa data, tendo em vista o término de sua licença.

¹⁵ Em 14.12.2000, foi lida comunicação de renúncia ao mandato de Senador da República, a partir de 31.12.2000, com efeitos a partir de 1º.01.2001, em virtude da eleição de S. Exª para a Prefeitura de Ariquemes – RO.

¹⁶ Primeiro Suplente do Senador José Bianco, que renunciou em 1.1.99, para assumir o cargo de Governador de Rondônia.

¹⁷ Primeiro Suplente do Senador Alexandre Costa, falecido em 29.8.98.

¹⁸ Licença para tratamento de saúde a partir de 22.5.2000, pelo prazo de 130 (cento e trinta) dias (RQS nº 301/2000). Em 26.5.2000, tomou posse o seu 1º Suplente, o Sr. José de Ribamar Fiquene, adotando o nome parlamentar de Ribamar Fiquene e integrando a bancada do PFL. Em 6.10.2000, retornou às atividades, tendo em vista o término de sua licença, que havia sido prorrogada por mais 7 (sete) dias, no período de 29.9 a 5.10.2000.

¹⁹ Licença para tratar de interesse particular, no período de 18.8 a 16.12.2000 (RQS nº 454/2000). Em 18.8.2000, reassumiu o exercício das atividades parlamentares o seu 1º suplente, o Sr. José Henrique Carneiro de Loyola, adotando o nome parlamentar de Henrique Loyola e integrando a bancada do PMDB.

²⁰ Em 15.12.2000, foi lido o Ofício nº 207/00-GSCMAL, de 15.12.2000, comunicando seu retorno ao exercício do mandato a partir do dia 17.12.2000, tendo em vista o término de sua licença.

²¹ Primeiro Suplente do Senador Vilson Kleinübing, falecido em 23.10.98.

²² Primeiro Suplente do Senador José Serra, que se afastou em 31.3.98, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Saúde.

²³ Afastou-se do exercício do mandato em 30.3.2000, para exercer o cargo de Secretário de Estado do Governo do Tocantins. Em 5.4.2000, tomou posse a sua 1ª Suplente, a Srª Thelma Menezes Siqueira Campos Lourenço, adotando o nome parlamentar de Thelma Siqueira Campos e integrando a bancada do PPB.

²⁴ Reassumiu o exercício do mandato em 27.6.2000.

**Ao final da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura,
a representação dos Estados e do Distrito Federal
ficou assim constituída:**

AC -	Julio Eduardo ²⁵ Nabor Júnior Tião Viana	PA -	Ademir Andrade Jader Barbalho Luiz Otávio
AL -	Renan Calheiros Teotônio Vilela Filho Heloísa Helena	PB -	Ronaldo Cunha Lima Wellington Roberto ²⁶ Ney Suassuna
AP -	Gilvam Borges Sebastião Rocha José Sarney	PR -	Osmar Dias Roberto Requião Álvaro Dias
AM -	Bernardo Cabral Jefferson Péres Gilberto Mestrinho	PE	Carlos Wilson Roberto Freire José Jorge
BA -	Antonio Carlos Magalhães Djalma Bessa ²⁷ Paulo Souto	PI -	Freitas Neto Hugo Napoleão Alberto Silva
CE -	Lúcio Alcântara Sérgio Machado Luiz Pontes	RJ -	Artur da Távola ²⁸ Geraldo Cândido ²⁹ Roberto Saturnino
DF -	José Roberto Arruda Lauro Campos Valmir Amaral ³⁰	RN -	Geraldo Melo José Agripino Agnelo Alves ³¹
ES -	Gerson Camata Ricardo Santos ³² Paulo Hartung	RS -	Emília Fernandes José Fogaça Pedro Simon

²⁵ Primeiro Suplente da Senadora Marina Silva, licenciada até 7.2.2001.

²⁶ Primeiro Suplente do Senador Humberto Lucena, falecido em 13.4.98.

²⁷ Primeiro Suplente do Senador Waldeck Ornelas, que se afastou em 7.4.98, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social.

²⁸ Em 15.12.2000, foi lida comunicação de seu afastamento do exercício do mandato, a partir de 1º.01.2001, para assumir o cargo de Secretário da Cultura do Município do Rio de Janeiro.

²⁹ Primeiro Suplente da Senadora Benedita da Silva, que renunciou em 1.1.99, para assumir o cargo de Vice-Governadora do Estado do Rio de Janeiro.

³⁰ Primeiro Suplente do ex-Senador Luiz Estevão, que perdeu o mandato em 28.6.2000.

³¹ Primeiro Suplente do Senador Fernando Bezerra, que se afastou em 2.8.99, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Integração Nacional.

³² Primeiro Suplente do Senador José Ignácio Ferreira, que renunciou em 1.1.99, para assumir o cargo de Governador do Estado do Espírito Santo. Com a renúncia do titular, o Senador Ricardo Santos assumiu o mandato em 6.1.99, afastou-se em 12.1.99, para assumir o cargo de Secretário de Estado da Coordenação do Planejamento do Governo do Estado do Espírito Santo, e retornou ao Senado em 1.6.2000.

GO -	Iris Rezende Albino Boaventura ³³ Maguito Vilela	RO -	Ernandes Amorim ³⁴ Moreira Mendes ³⁵ Amir Lando
MA -	Bello Parga ³⁶ Edison Lobão João Alberto Souza	RR -	Marluce Pinto Romero Jucá Mozarildo Cavalcanti
MT -	Carlos Bezerra Jonas Pinheiro Antero Paes de Barros	SC -	Henrique Loyola ³⁷ Geraldo Althoff ³⁸ Jorge Bornhausen
MS -	Lúdio Coelho Ramez Tebet Juvêncio da Fonseca	SP -	Pedro Piva ³⁹ Romeu Tuma Eduardo Suplicy
MG -	Arlindo Porto Francelino Pereira José Alencar	SE -	Antônio Carlos Valadares José Eduardo Dutra Maria do Carmo Alves
		TO -	Carlos Patrocínio Leomar Quintanilha Eduardo Siqueira Campos

³³ Em 15.12.2000, foi lida comunicação do titular, Senador Mauro Miranda, informando o seu retorno ao exercício do mandato, a partir do dia 19.12.2000, tendo em vista o término de sua licença.

³⁴ Em 14.12.2000, foi lida comunicação de renúncia ao mandato de Senador da República, a partir de 31.12.2000, com efeitos a partir de 1º.01.2001, em virtude da eleição de S. Exª para a Prefeitura de Ariquemes – RO.

³⁵ Primeiro Suplente do Senador José Bianco, que renunciou em 1.1.99, para assumir o cargo de Governador de Rondônia.

³⁶ Primeiro Suplente do Senador Alexandre Costa, falecido em 29.8.98.

³⁷ Em 15.12.2000, foi lida comunicação do titular, Senador Casildo Maldaner, informando o seu retorno ao exercício do mandato, a partir do dia 17.12.2000, tendo em vista o término de sua licença.

³⁸ Primeiro Suplente do Senador Vilson Kleinübing, falecido em 23.10.98.

³⁹ Primeiro Suplente do Senador José Serra, que se afastou em 31.3.98, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Saúde.

B – PARTIDOS POLÍTICOS

B.1 – Bloco Parlamentar

Em 1º.2.99, na 3ª Reunião Preparatória, os representantes do PT, PSB, PDT e PPS no Senado comunicaram que, sob a liderança do PT, decidiram constituir o Bloco Parlamentar de Oposição para os trabalhos legislativos da 51ª Legislatura. (1ª constituição do Bloco: 30.1.97).

Em 5.10.99, o Partido Popular Socialista – PPS comunicou seu desligamento do Bloco Oposição.

Em 24.3.2000, o Partido Socialista Brasileiro – PSB comunicou seu desligamento do Bloco Oposição a partir de 27.3.2000.

Em 11.10.2000, foi lida comunicação do Bloco de Oposição, de que, a partir dessa data, passa a se constituir das bancadas do Partido dos Trabalhadores, Partido Democrático Trabalhista e Partido Verde.

B.2 – Composição

Ao iniciar-se a 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, a Representação Partidária no Senado apresentava a seguinte composição:

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - PMDB (26 integrantes)	
<u>ACRE</u> Nabor Júnior	<u>MINAS GERAIS</u> José Alencar
<u>ALAGOAS</u> Renan Calheiros	<u>PARÁ</u> Jader Barbalho
<u>AMAPÁ</u> José Sarney Gilvam Borges	<u>PARAÍBA</u> Ney Suassuna Ronaldo Cunha Lima Wellington Roberto
<u>AMAZONAS</u> Gilberto Mestrinho	<u>PARANÁ</u> Roberto Requião
<u>DISTRITO FEDERAL</u> Luiz Estevão ^{1 2}	<u>PIAUÍ</u> Alberto Silva
<u>ESPIRITO SANTO</u> Gerson Camata	<u>RIO GRANDE DO NORTE</u> Agnelo Alves
<u>GOIÁS</u> Iris Rezende Maguito Vilela Mauro Miranda ^{3 4}	<u>RIO GRANDE DO SUL</u> José Fogaça Pedro Simon
<u>MARANHÃO</u> João Alberto Souza ⁵	<u>RONDÔNIA</u> Amir Lando
<u>MATO GROSSO</u> Carlos Bezerra	<u>RORAIMA</u> Marluce Pinto
<u>MATO GROSSO DO SUL</u> Ramez Tebet	<u>SANTA CATARINA</u> Casildo Maldaner ^{6 7}

¹ Em 28.6.2000, foi promulgada a Resolução nº 51/2000, decretando a perda de mandato do Senador.

² Em 1º.8.2000, tomou posse o seu 1º Suplente, Senador Valmir Amaral, integrando a bancada do PMDB.

³ Licença para tratar de interesses particulares por 122 dias, no período de 19.8.2000 a 18.12.2000. Em 21.8.2000, reassumiu o exercício das atividades parlamentares o seu 1º suplente, Senador Albino Boaventura, integrando a Bancada do PMDB.

⁴ Em 15.12.2000, foi lida comunicação de sua reassunção ao exercício do mandato a partir do dia 19.12.2000, tendo em vista o término de sua licença.

⁵ Licença para tratamento de saúde a partir de 22.5.2000, pelo prazo de 130 (cento e trinta) dias (RQS nº 301/2000, deferido em 25.5.2000). Em 26.5.2000, tomou posse o seu 1º Suplente, Senador Ribamar Fiquene, integrando a bancada do PFL. Em 6.10.2000, retornou às atividades, tendo em vista o término de sua licença, que havia sido prorrogada por mais 7 (sete) dias, no período de 29.9 a 5.10.2000.

⁶ Licença para tratar de interesse particular, no período de 18.8 a 16.12.2000 (RQS nº 454/2000). Em 18.8.2000, reassumiu o exercício das atividades parlamentares o seu 1º suplente, Senador José Henrique Carneiro de Loyola, adotando o nome parlamentar de Henrique Loyola e integrando a bancada do PMDB.

⁷ Em 15.12.2000, foi lido o Ofício nº 207/00-GSCMAL, de 15.12.2000, comunicando de sua reassunção ao exercício do mandato a partir do dia 17.12.2000, tendo em vista o término de sua licença.

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL - PFL (21 integrantes)	
<u>AMAZONAS</u> Bernardo Cabral	<u>RIO GRANDE DO NORTE</u> José Agripino
<u>BAHIA</u> Antonio Carlos Magalhães Djalma Bessa Paulo Souto	<u>RONDÔNIA</u> Moreira Mendes
<u>MARANHÃO</u> Bello Parga Edison Lobão	<u>RORAIMA</u> Mozarildo Cavalcanti
<u>MATO GROSSO</u> Jonas Pinheiro	<u>SANTA CATARINA</u> Geraldo Althoff Jorge Bornhausen
<u>MATO GROSSO DO SUL</u> Juvêncio da Fonseca	<u>SÃO PAULO</u> Romeu Tuma
<u>MINAS GERAIS</u> Francelino Pereira	<u>SERGIPE</u> Maria do Carmo Alves
<u>PERNAMBUCO</u> José Jorge	<u>TOCANTINS</u> Carlos Patrocínio ⁸ ⁹ Eduardo Siqueira Campos
<u>PIAUI</u> Freitas Neto Hugo Napoleão	

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA – PSDB (14 integrantes)	
<u>ALAGOAS</u> Geraldo Lessa ¹⁰	<u>PARANÁ</u> Álvaro Dias Osmar Dias
<u>CEARÁ</u> Lúcio Alcântara Luiz Pontes Sérgio Machado	<u>RIO GRANDE DO NORTE</u> Geraldo Melo
<u>DISTRITO FEDERAL</u> José Roberto Arruda	<u>RIO DE JANEIRO</u> Artur da Távola ¹¹
<u>ESPIRITO SANTO</u> Luzia Toledo ¹²	<u>RORAIMA</u> Romero Jucá
<u>MATO GROSSO</u> Antero Paes de Barros	<u>SÃO PAULO</u> Pedro Piva
<u>MATO GROSSO DO SUL</u> Lúdio Coelho	

⁸ Afastou-se do exercício do mandato em 30.3.2000, para exercer o cargo de Secretário de Estado do Governo do Tocantins. Em 5.4.2000, tomou posse a sua 1ª Suplente, Senadora Thelma Siqueira Campos, integrando a bancada do PPB.

⁹ Reassumiu o exercício do mandato em 27.6.2000.

¹⁰ Em 23.5.2000, retornou o titular, Senador Teotônio Vilela Filho, tendo em vista o término de sua licença.

¹¹ Em 15.12.2000, foi lida comunicação de seu afastamento do exercício do mandato, a partir de 1º.01.2001, para assumir o cargo de Secretário da Cultura do Município do Rio de Janeiro.

¹² Em 1º.6.2000, reassumiu o exercício do mandato o titular, Senador Ricardo Santos.

13 BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO (13 integrantes)	
<u>ACRE</u> Marina Silva ¹⁴ (PT) Tião Viana (PT)	<u>PARÁ</u> Ademir Andrade (PSB)
<u>ALAGOAS</u> Heloísa Helena (PT)	<u>RIO DE JANEIRO</u> Geraldo Cândido (PT) Roberto Saturnino (PSB)
<u>AMAPÁ</u> Sebastião Rocha (PDT)	<u>RIO GRANDE DO SUL</u> Emilia Fernandes (PDT)
<u>AMAZONAS</u> Jefferson Péres (PDT)	<u>SÃO PAULO</u> Eduardo Suplicy (PT)
<u>DISTRITO FEDERAL</u> Lauro Campos (PT)	<u>SERGIPE</u> Antônio Carlos Valadares (PSB) José Eduardo Dutra (PT)

PARTIDO PROGRESSISTA BRASILEIRO – PPB (02 integrantes)	
<u>RONDÔNIA</u> Ernandes Amorim ^{15 16}	<u>TOCANTINS</u> Leomar Quintanilha

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA (3 integrantes)	
<u>ESPÍRITO SANTO</u> Paulo Hartung	<u>PERNAMBUCO</u> Carlos Wilson ¹⁷ Roberto Freire

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO – PTB (1 integrante)	
<u>MINAS GERAIS</u> Arlindo Porto	

SEM PARTIDO – 1	
<u>PARÁ</u> Luiz Otávio	

¹³ Em 24.3.2000, o Partido Socialista Brasileiro, através do Ofício nº 4/2000 - GLPSB, de 23.3, comunicou o seu desligamento do Bloco Oposição a partir de 27.3.2000 (DSF de 25.3.2000, página 5346).

¹⁴ Licença para tratamento de saúde pelo prazo de 121 (cento e vinte e um) dias, no período de 9.10.2000 a 7.2.2001 (RQS nº 524/2000). Em 11.10.2000, tomou posse o seu 1º Suplente, Senador Julio Eduardo, integrando a bancada do PV – Partido Verde.

¹⁵ Licença para tratar da saúde, por 5 (cinco) dias, no período de 27 a 31.7.2000, e para tratar de interesses particulares, por 120 (cento e vinte) dias, no período de 1º.8 a 28.11.2000 (RQS nºs 423 e 424/2000, respectivamente). Em 4.8.2000, tomou posse o seu 1º Suplente, Senador Fernando Matusalem, integrando a bancada do PPB. Em 29.11.2000, comunicou o seu retorno às atividades, a partir dessa data, tendo em vista o término de sua licença.

¹⁶ Em 14.12.2000, foi lida comunicação de renúncia ao mandato de Senador da República, a partir de 31.12.2000, com efeitos a partir de 1º.01.2001, em virtude da eleição de Sua Excelência para a Prefeitura de Ariquemes – RO.

¹⁷ Licença para tratar da saúde, por 6 (seis) dias, no período de 26 a 31.5.2000, e para tratar de interesses particulares, por 115 (cento e quinze) dias, a partir de 1º.6.2000 (RQS nºs 304 e 305/2000, respectivamente). Em 29.5.2000, tomou posse o seu 1º Suplente, Senador Clodoaldo Torres, integrando a bancada do PTB. Em 22.9.2000, comunicou o seu retorno às atividades, a partir do dia 24.9.2000, tendo em vista o término de sua licença.

**Ao final da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura,
a Representação Partidária no Senado apresentava a seguinte composição:**

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - PMDB (26 integrantes)	
<u>ACRE</u> Nabor Júnior	<u>MINAS GERAIS</u> José Alencar
<u>ALAGOAS</u> Renan Calheiros	<u>PARÁ</u> Jader Barbalho
<u>AMAPÁ</u> José Sarney Gilvam Borges	<u>PARAÍBA</u> Ney Suassuna Ronaldo Cunha Lima Wellington Roberto
<u>AMAZONAS</u> Gilberto Mestrinho	<u>PARANÁ</u> Roberto Requião
<u>DISTRITO FEDERAL</u> Valmir Amaral	<u>PIAUÍ</u> Alberto Silva
<u>ESPIRITO SANTO</u> Gerson Camata	<u>RIO GRANDE DO NORTE</u> Agnelo Alves
<u>GOIÁS</u> Iris Rezende Maguito Vilela Albino Boaventura ¹⁸	<u>RIO GRANDE DO SUL</u> José Fogaça Pedro Simon
<u>MARANHÃO</u> João Alberto Souza	<u>RONDÔNIA</u> Amir Lando
<u>MATO GROSSO</u> Carlos Bezerra	<u>RORAIMA</u> Marluce Pinto
<u>MATO GROSSO DO SUL</u> Ramez Tebet	<u>SANTA CATARINA</u> Henrique Loyola ¹⁹

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL - PFL (21 integrantes)	
<u>AMAZONAS</u> Bernardo Cabral	<u>RIO GRANDE DO NORTE</u> José Agripino
<u>BAHIA</u> Antonio Carlos Magalhães Djalma Bessa Paulo Souto	<u>RONDÔNIA</u> Moreira Mendes
<u>MARANHÃO</u> Bello Parga Edison Lobão	<u>RORAIMA</u> Mozarildo Cavalcanti
<u>MATO GROSSO</u> Jonas Pinheiro	<u>SANTA CATARINA</u> Geraldo Althoff Jorge Bornhausen
<u>MATO GROSSO DO SUL</u> Juvêncio da Fonseca	<u>SÃO PAULO</u> Romeu Tuma
<u>MINAS GERAIS</u> Francelino Pereira	<u>SERGIPE</u> Maria do Carmo Alves
<u>PERNAMBUCO</u> José Jorge	<u>TOCANTINS</u> Carlos Patrocínio Eduardo Siqueira Campos
<u>PIAUÍ</u> Freitas Neto Hugo Napoleão	

¹⁸ Em 19.12.2000, reassumiu o exercício do mandato o titular, Senador Mauro Miranda, tendo em vista o término de sua licença.

¹⁹ Em 17.12.2000, reassumiu o exercício do mandato o titular, Senador Casildo Maldaner, tendo em vista o término de sua licença.

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA – PSDB (14 integrantes)	
<u>ALAGOAS</u> Teotônio Vilela Filho	<u>PARANÁ</u> Álvaro Dias Osmar Dias
<u>CEARÁ</u> Lúcio Alcântara Luiz Pontes Sérgio Machado	<u>RIO GRANDE DO NORTE</u> Geraldo Melo
<u>DISTRITO FEDERAL</u> José Roberto Arruda	<u>RIO DE JANEIRO</u> Artur da Távola ²⁰
<u>ESPIRITO SANTO</u> Ricardo Santos	<u>RORAIMA</u> Romero Jucá
<u>MATO GROSSO</u> Antero Paes de Barros	<u>SÃO PAULO</u> Pedro Piva
<u>MATO GROSSO DO SUL</u> Lúdio Coelho	

BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO (10 integrantes)	
<u>ACRE</u> Julio Eduardo (PV) Tião Viana (PT)	<u>RIO DE JANEIRO</u> Geraldo Cândido (PT)
<u>ALAGOAS</u> Heloísa Helena (PT)	<u>RIO GRANDE DO SUL</u> Emilia Fernandes (PDT)
<u>AMAPÁ</u> Sebastião Rocha (PDT)	<u>SÃO PAULO</u> Eduardo Suplicy (PT)
<u>AMAZONAS</u> Jefferson Péres (PDT)	<u>SERGIPE</u> José Eduardo Dutra (PT)
<u>DISTRITO FEDERAL</u> Lauro Campos (PT)	

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA (3 integrantes)	
<u>ESPIRITO SANTO</u> Paulo Hartung	<u>PERNAMBUCO</u> Carlos Wilson Roberto Freire

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO – PSB (3 integrantes)	
<u>PARÁ</u> Ademir Andrade	<u>SERGIPE</u> Antonio Carlos Valadares
<u>RIO DE JANEIRO</u> Roberto Saturnino	

PARTIDO PROGRESSISTA BRASILEIRO – PPB (02 integrantes)	
<u>RONDÔNIA</u> Ernandes Amorim	<u>TOCANTINS</u> Leomar Quintanilha

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO – PTB (1 integrante)	
<u>MINAS GERAIS</u> Arlindo Porto	

SEM PARTIDO – 1	
<u>PARÁ</u> Luiz Otávio	

²⁰ Em 15.12.2000, foi lida comunicação de seu afastamento do exercício do mandato, a partir de 1º.01.2001, para assumir o cargo de Secretário da Cultura do Município do Rio de Janeiro.

B.3 - Situação Jurídica (Ofício nº 7.064/SJ-TSE, de 11.12.96)

B.3.1 - Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB

Registro definitivo: Processo nº 38, deferido em 30.06.81.
Resolução nº 11.042, publicada no *Diário da Justiça* do dia 8.7.81.

O Partido solicitou o registro do seu estatuto já adaptado à Lei nº 9.096/95, mediante petição protocolizada sob nº 6723/96, da qual originou o **Processo nº 128, Classe 18, DEFERIDO** na data de 23/5/96 – Resolução nº 19.563, publicada no *Diário da Justiça* do dia 11.6.96.

B.3.2 - Partido da Frente Liberal - PFL

Registro Definitivo: Processo nº 81, deferido em 11.09.86.
Resolução nº 13.067, publicada no *Diário da Justiça* do dia 15.10.86.

O Partido solicitou o registro do seu estatuto já adaptado à Lei nº 9.096/95, mediante petição protocolizada sob nº 391/96, da qual originou o **Processo nº 72, Classe 18, DEFERIDO** na data de 12.03.96 - Resolução nº 19.463, publicada no *Diário da Justiça* do dia 14.03.96.

B.3.3 - Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB

Registro Definitivo - Processo nº 142, deferido em 24.08.89.
Resolução nº 15.494, publicada no *Diário da Justiça* do dia 25.10.89.

O Partido solicitou o registro do seu estatuto já adaptado à Lei nº 9.096/95, mediante petição protocolizada sob nº 41666/96, da qual originou o **Processo nº 109, Classe 18, DEFERIDO** na data de 25.04.96 - Resolução nº 19.531, publicada no *Diário da Justiça* do dia 21.05.96.

B.3.4 - Partido Progressista Brasileiro - PPB

Registro definitivo - **mediante FUSÃO do PPR/PP** - Processo nº 277
Resolução nº 11.165, publicada no *Diário da Justiça* do dia 18.03.82.
Deferido em 16.11.95 - Resolução nº 19.386, publicada no *Diário da Justiça* do dia 15.12.95.

O Partido solicitou o registro do seu estatuto já adaptado à Lei nº 9.096/95, mediante petição protocolizada sob o nº 3871/96, da qual originou o **Processo nº 104, Classe 18, DEFERIDO** na data de 30.04.96 - Resolução nº 19.536, publicada no *Diário da Justiça* do dia 21.05.96.

Posteriormente, o Partido solicitou, mediante petição protocolizada sob o nº 11663/96, da qual originou o **Processo nº 204, Classe 18**, aditamento a seu estatuto, de que trata a Resolução nº 34/96 da Comissão Executiva Nacional, devidamente publicada no *Diário Oficial* da União do dia 23.08.96. Processo deferido em 21.08.97 – Resolução nº 19940, publicada no *Diário da Justiça* de 10.09.97.

B.3.5 - Partido Socialista Brasileiro - PSB

Registro Definitivo - Processo nº 113, deferido em 01.07.88.
Resolução nº 14.359, publicada no *Diário da Justiça* do dia 08.03.89.

O Partido solicitou o registro do seu estatuto já adaptado à Lei nº 9.096/95, mediante petição protocolizada sob o nº 6694/96, da qual originou o **Processo nº 127, Classe 18, DEFERIDO** na data de 14.05.96 - Resolução nº 19.551, publicada no *Diário da Justiça* do dia 14.08.96.

B.3.6 - Partido Popular Socialista - PPS

Registro Definitivo - Processo nº 172, deferido em 06.03.90.
Resolução nº 16.285, publicada no *Diário da Justiça* do dia 06.06.90.

Mediante o Processo nº 12.481, o PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO - PCB solicitou mudança de sigla, passando a chamar-se Partido Popular Socialista - PPS.
Deferido em 19.03.92. - Resolução nº 17.930, publicada no *Diário da Justiça* do dia 26.05.92.

O Partido solicitou o registro do seu estatuto já adaptado à Lei nº 9.096/95, mediante petição protocolizada sob nº 12443/95, da qual originou o **Processo nº 74 Classe 18, DEFERIDO** na data de 14.05.96 - Resolução nº 19.551, publicada no *Diário da Justiça* do dia 05.06.96.

B.3.7 - Partido Trabalhista Brasileiro - PTB

Registro Definitivo - Processo nº 39, deferido em 03.11.81.
Resolução nº 11.120, publicada no *Diário da Justiça* do dia 31.03.82.

O Partido solicitou o registro do seu estatuto já adaptado à Lei nº 9.096/95, mediante petição protocolizada sob nº 4086/96, da qual originou o **Processo nº 106, Classe 18, DEFERIDO** na data de 09.12.97 – Resoluções nºs 20.043 e 20.168, publicadas nas edições do *Diário da Justiça* de 19.02.98 e 06.05.98 respectivamente.

B.3.8 - Partido dos Trabalhadores - PT

Registro Definitivo - Processo nº 43, deferido em 11.02.82.
Resolução nº 11.165, publicada no *Diário da Justiça* do dia 18.03.82.

O Partido solicitou o registro do seu estatuto já adaptado à Lei nº 9.096/95, mediante petição protocolizada sob nº 3398/96, da qual originou o **Processo nº 101, Classe 18, DEFERIDO** na data de 25.04.96 - Resolução nº 19.530, publicada no *Diário da Justiça* do dia 13.05.96.

B.3.9 - Partido Democrático Trabalhista - PDT

Registro Definitivo - Processo nº 41, deferido em 10.11.81.
Resolução nº 11.123, publicada no *Diário da Justiça* do dia 05.02.82.

O Partido solicitou o registro do seu estatuto já adaptado à Lei nº 9.096/95, mediante petição protocolizada sob nº 7810/96, da qual originou o **Processo nº 152, Classe 18, DEFERIDO** na data de 22.04.97 – Resolução nº 19.844, publicada no *Diário da Justiça* de 19.05.97.

C – DOS LÍDERES

NO INÍCIO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA, A COMPOSIÇÃO DAS LIDERANÇAS ESTAVA ASSIM CONSTITUÍDA:

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - PMDB

Líder: Jader Barbalho
¹Vice-Líderes: José Alencar
Iris Rezende
Amir Lando
Ramez Tebet
Gilberto Mestrinho
Renan Calheiros
²Agnelo Alves
(vago)

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL - PFL

Líder: Hugo Napoleão
Vice-Líderes: Edison Lobão
Francelino Pereira
Mozarildo Cavalcanti
Romeu Tuma
³ ⁴Eduardo Siqueira Campos
(vago)
(vago)

¹ Os Vice-Líderes: José Alencar, Iris Rezende, Amir Lando, Ramez Tebet, Gilberto Mestrinho e Renan Calheiros foram indicados em 3.3.2000.

² Indicado em 30.3.2000. (Of. nº GLPMDB nº 54/2000, de 29.3.2000 – DSF de 31.3.2000, página 5680).

³ Afastou-se do exercício do mandato, em 30.3.2000, para exercer o cargo de Secretário de Estado do Governo do Tocantins.

⁴ Reassumiu o exercício do mandato em 27.6.2000.

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA - PSDB

Líder: Sérgio Machado
Vice-Líderes: Osmar Dias
Pedro Piva
Romero Jucá
Antero Paes de Barros⁵

⁶BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO (PT+PDT+PSB+PPS)

Líder: Heloísa Helena (PT)
⁷Vice-Líderes: Antônio Carlos Valadares (PSB)
José Eduardo Dutra (PT)
Sebastião Rocha (PDT)
(vago)

PARTIDO PROGRESSISTA BRASILEIRO – PPB

Líder: Leomar Quintanilha

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO – PSB

⁸Líder: Roberto Saturnino
Vice-Líder: (vago)

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO - PTB

Líder: Arlindo Porto

⁵ Indicado em 5.6.2000.

⁶ Na sessão do dia 24.3.2000, o Partido Socialista Brasileiro – PSB, através do Ofício nº 004/2000 – GLPSB, de 23.3, comunicou o seu desligamento do Bloco Oposição a partir do dia 27.3.2000 (DSF de 25.3.2000, página 5346).

⁷ Em 30.3.2000, foram indicados, como Vice-Líderes do Bloco, os seguintes Senadores: Eduardo Suplicy (PT), Sebastião Rocha (PDT) e Jefferson Peres (PDT) (Ofício nº 47/2000, de 30.3.2000 – DSF de 31.3.2000 – página 5680).

⁸ Na sessão do dia 24.3.2000, foi lido expediente da Liderança do Partido indicando o Senador Roberto Saturnino como Líder a partir de 27.3.2000 (Of. nº 005/2000-GLPSB, de 23.3.2000, DSF de 25.3.2000 – página 5346).

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA - PPS

Líder: Paulo Hartung

Vice-Líder: (vago)

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: José Roberto Arruda

Vice-Líderes: Romero Jucá
Moreira Mendes

AO FINAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA, A COMPOSIÇÃO DAS LIDERANÇAS FICOU ASSIM CONSTITUÍDA:

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - PMDB

Líder: Jader Barbalho

Vice-Líderes: José Alencar
Iris Rezende
Amir Lando
Ramez Tebet
Gilberto Mestrinho
Renan Calheiros
Agnelo Alves
(vago)

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL - PFL

Líder: Hugo Napoleão

Vice-Líderes: Edison Lobão
Francelino Pereira
Mozarildo Cavalcanti
Romeu Tuma
Eduardo Siqueira Campos
(vago)
(vago)

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA - PSDB

Líder: Sérgio Machado
Vice-Líderes: Osmar Dias
Pedro Piva
Romero Jucá
Antero Paes de Barros

BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO (PT+PDT+PV)

Líder: Heloísa Helena (PT)
Vice-Líderes: Eduardo Suplicy (PT)
Sebastião Rocha (PDT)
Jefferson Péres (PDT)

PARTIDO PROGRESSISTA BRASILEIRO – PPB

Líder: Leomar Quintanilha

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO – PSB

Líder: Roberto Saturnino
Vice-Líder: (vago)

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO - PTB

Líder: Arlindo Porto

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA - PPS

Líder: Paulo Hartung
Vice-Líder: (vago)

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: José Roberto Arruda (PSDB)

Vice-Líderes: Romero Jucá (PSDB)

Moreira Mendes (PFL)

D – AFASTAMENTO DO EXERCÍCIO DO MANDATO **(art. 56, I, da Constituição Federal)**

**Ao iniciar-se a 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura,
permaneciam afastados do exercício do mandato:**

Senadores	Cargo	Data do Afastamento
José Serra	Ministro de Estado da Saúde	31.3.98
Waldeck Ornelas	Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social	7.4.98
Ricardo Santos ^{1 2}	Secretário de Estado da Coordenação do Planejamento do Governo do Estado do Espírito Santo.	12.1.99
Fernando Bezerra	Ministro de Estado da Integração Nacional.	2.8.99

Durante a presente Sessão Legislativa, afastou-se do exercício do mandato:

Senador	Cargo	Data do Afastamento
Eduardo Siqueira Campos ³	Secretário de Estado do Governo do Tocantins.	30.3.2000

**Durante a presente Sessão Legislativa,
anunciou o afastamento do exercício do mandato a partir de 1º de janeiro de 2001:**

Senador	Cargo	Data do Afastamento
Artur da Távola ⁴	Secretário de Cultura do Município do Rio de Janeiro.	1º.01.2001

¹ Não constou do relatório da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura (1999).

² Reassumiu o exercício do mandato em 1º.6.2000.

³ Reassumiu o exercício do mandato em 27.6.2000.

⁴ A comunicação de seu afastamento foi lida na sessão do dia 15.12.2000 (DSF de 16.12.2000 – página 25417).

E - RENÚNCIA

Em 14.12.2000, foi lida comunicação do Senador Ernandes Amorim, da representação do Estado de Rondônia, de renúncia ao mandato de Senador da República, a partir de 31.12.2000, com efeitos a partir de 1º.01.2001, em virtude da eleição de Sua Excelência para a Prefeitura de Ariquemes – RO. (DSF de 15.12.2000 – página 25174).

F – PERDA DE MANDATO

Em 28.6.2000, foi promulgada a Resolução nº 51, de 2000, decretando a perda de mandato do Senador **Luiz Estevão**, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, da representação do Distrito Federal, nos termos do art. 55, II, da Constituição Federal, combinado com o art. 5º, I, da Resolução nº 20, de 1993, do Senado Federal.

G – O SENADO FEDERAL EM FUNCIONAMENTO

G.1 – MESA

<p>Presidente Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)</p> <p>1º Vice-Presidente Geraldo Melo (PSDB-RN)</p> <p>2º Vice-Presidente Ademir Andrade (Bloco-PA)</p> <p>1º Secretário Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB)</p> <p>2º Secretário Carlos Patrocínio (PFL-TO)</p>	<p>3º Secretário Nabor Júnior (PMDB-AC)</p> <p>4º Secretário Casildo Maldaner^{1 2} (PMDB-SC)</p> <p>Suplentes de Secretário 1º Eduardo Suplicy (Bloco-SP) 2º Lúdio Coelho (PSDB-MS) 3º Jonas Pinheiro (PFL-MT) 4º Marluce Pinto (PMDB-RR)</p>
---	---

Mapa de publicação das atas das reuniões da Mesa

Reunião	Pauta da reunião	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
6ª	1) Discussão e votação dos RQS nºs 62, 66 e 69/2000; 2) distribuição dos RQS nºs 67, 71, 73, 80, 82, 83, 89, 96, 97, 102, 104 e 106/2000.	15.3.2000	042	21.2.2000	4951
7ª	1) Discussão e votação dos RQS nºs 71, 73, 80, 82, 83, 89, 96, 97, 102, 104 e 106/2000; 2) distribuição do RQS nº 114/2000.	23.3.2000	046	25.3.2000	5358
8ª	Discussão e votação de assunto referente aos pronunciamentos, e documentação anexa, feitos pelos Senadores Antonio Carlos Magalhães e Jader Barbalho, na sessão do dia 5.4.2000; bem como do RQS nº 168/2000, do Senador Roberto Freire.	06.04.2000	073	6.5.2000	9381
9ª	Apresentação de resumo de reunião de Líderes sobre o RQS nº 168/2000 e apreciação de suas conclusões.	11.04.2000	073	6.5.2000	9384
10ª	1) Discussão e votação do RQS nº 114/2000; 2) distribuição dos RQS nºs 135, 137, 139, 140, 154, 162, 163, 166, 169, 170, 200, 201, 202 e 203/2000; 3) distribuição dos PRN nºs 1 e 2/2000.	13.04.2000	073	6.5.2000	9386
11ª	1) Discussão e votação dos RQS nºs 135, 137, 139, 140, 154, 200 e 201; 162, 163, 166, 169, 170, 202 e 203/2000; 2) distribuição dos RQS nºs 206, 207, 210, 212, 213, 227-A e 247/2000.	09.05.2000	075	10.5.2000	9547
12ª	Leitura e apreciação de ofício datado de 4.5.2000, do Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar	10.05.2000	083	20.5.2000	10482

¹ Licença para tratar de interesse particular, no período de 18.8 a 16.12.2000 (RQS nº 454/2000).

² Em 15.12.2000, foi lido o Ofício nº 207/00-GSCMAL, de 15.12.2000, comunicando seu retorno ao exercício do mandato a partir do dia 17.12.2000, tendo em vista o término de sua licença.

Reunião	Pauta da reunião	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
13ª	1) Discussão e votação dos RQS nºs 206, 207, 210, 212, 213, 227-A e 247/2000; 2) distribuição dos RQS nºs 252, 258, 273, 274 e 276/2000.	18.05.2000	083	20.5.2000	10483
14ª	1) Discussão e votação dos RQS nºs 252, 258, 273, 274, 276 e 290/2000; 2) distribuição dos RQS nºs 282, 284 e 285/2000.	7.6.2000	096	8.6.2000	12245
15ª	1) Discussão e votação dos RQS nºs 296, 303, 312, 313, 314, 315, 317 e 345/2000.	29.6.2000	108	30.6.2000	14342
16ª	1) Discussão e votação dos RQS nºs 318, 326, 327, 328, 329, 333, 334, 338 e 395/2000.	2.8.2000	112	4.8.2000	15800
17ª	1) Discussão e votação dos RQS nºs 414 e 415/2000; 2) comunicação da aprovação do RQS nº 320/2000.	10.8.2000	125	23.8.2000	17272
18ª	1) Discussão e votação dos Requerimentos nºs 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 44, 46, 47 e 49/2000, da Subcomissão Permanente do Judiciário; Requerimento de criação de comissão mista destinada a preparar atos comemorativos do centenário de nascimento do Presidente Juscelino Kubitschek; e RQS nºs 432, 456, 457 e 460/2000.	13.9.2000	161	17.10.2000	20538
19ª	1) Constituição de advogados para representar o Senado perante a Justiça Federal nos autos da Ação Popular nº 1997.39.00.011542-7 e da Ação de Improbidade Administrativa nº 200.15589-6.	4.10.2000	161	17.10.2000	20544
20ª	Discussão e votação das seguintes matérias: 1) proposta da Presidência sobre ausência de Senadores de Estados sujeitos a segundo turno de eleição; 2) PRS nº 25/99; 3) RQS nºs 455, 473, 481 e 489/2000; 4) RQS nºs 470, 471 e 472/2000; 5) distribuição do RQS nº 514/2000 e do PRS nº 6/2000-CN.	10.10.2000	161	17.10.2000	20546
21ª	1) Discussão e votação do RQS nº 514/2000; 2) distribuição do RQS nº 543/2000.	26.10.2000	189	29.11.2000	23278
22ª	1) Discussão e votação dos RQS nºs 553, 558, 549, 550, 564 e 565/2000.	22.11.2000	189	29.11.2000	23279
23ª	1) Discussão e votação dos RQS nºs 545, 547 e 561/2000; 2) deferimento <i>ad referendum</i> da Mesa do RQS nº 585/2000.	23.11.2000	189	29.11.2000	23280
24ª	1) Discussão e votação dos RQS nºs 543, 585, 573, 579 e 581/2000.	5.12.2000	194	6.12.2000	24340
25ª	1) Discussão e votação dos RQS nºs 600 e 616/2000; 2) distribuição dos RQS nºs 617, 618, 620 e 621/2000.	13.12.2000	200	14.12.2000	25093

G.2 – PRESIDÊNCIA

G.2.1) Agenda cumprida pelo Presidente do Senado, Senador Antonio Carlos Magalhães

Data	Hora	Compromisso
22.2.2000	11h 15h30	- Sessão Especial destinada a homenagear a memória do ex-Senador Petrônio Portella – Plenário do Senado Federal - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
23.2.2000	10h 15h30 20h30	- Despacho interno - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Jantar em homenagem ao Excelentíssimo Senhor Julio Maria Sanguinetti, Presidente da República Oriental do Uruguai – Sala Brasília
24.2.2000	10h30 11h 12h 15h	- Audiência com o Excelentíssimo Senhor Julio Maria Sanguinetti, Presidente da República Oriental do Uruguai – Salão Nobre do Senado Federal - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Reunião com Senadores – Sala de Autoridades - Cerimônia de lançamento do Programa Prioritário de Termoelectricidade 1000-2003 – Palácio do Planalto
1º.3.2000	15h30	- Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
15.3.2000	15h30	- Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
16.3.2000	11h30 14h	- Solenidade de entrega do Prêmio Luís Eduardo Eduardo Magalhães, em sua 2ª edição, com o tema “Cenários e Projetos para o Brasil no século XXI” – Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados - Partida para Salvador – Base Aérea de Brasília
22.3.2000	15h30	- Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
28.3.2000	9h30 15h30	- Simpósio sobre a transposição do Rio São Francisco – Auditório do Anexo IV da Câmara dos Deputados - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
29.3.2000	15h30 19h	- Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Sessão Conjunta do Congresso Nacional
30.3.2000	11h	- Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
4.4.2000	12h 15h30	- Audiência com o Ministro Wagner Pimenta, Presidente do TST - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
5.4.2000	10h30 15h30 19h	- Assinatura da Consignação do Canal da Rádio Senado AM e da Aprovação do Plano de Implantação do Sistema UHF da TV Senado – Sala de Autoridades da Presidência do Senado - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Sessão Conjunta do Congresso Nacional
6.4.2000	10h30 11h	- Audiência com o Embaixador Ronaldo Sardenberg, Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
11.4.2000	15h30	- Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

Data	Hora	Compromisso
12.4.2000	15h30 19h	- Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Sessão Conjunta do Congresso Nacional
13.4.2000	10h 11h	- Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Solenidade de abertura da exposição do Estado da Bahia em comemoração
25.4.2000	14h30	- Sessão em homenagem aos Senhores Sérgio Motta e Luís Eduardo Magalhães. Plenário do Senado Federal.
26.4.2000	10h30 11h 14h	- Audiência com o Senhor José Orcírio Miranda dos Santos, Governador do Mato Grosso do Sul - Sessão Especial destinada a comemorar os 40 anos de Brasília – Plenário do Senado Federal - Sessão Conjunta do Congresso Nacional – Plenário da Câmara dos Deputados
9.5.2000	9h30 12h 15h 15h30	- Gravação com jornalista Florestan Fernandes - 53ª Reunião Ordinária da Bancada do PFL – Ala Afonso Arinos – Gabinete 9 – Liderança do PFL - Cerimônia de posse do Ministro de Estado do Esporte e Turismo, Senhor Carlos Melles – Palácio do Planalto – Salão Leste - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
10.5.2000	10h30 15h30 19h	- Audiência com o Senhor Almir Gabriel, Governador do Estado do Pará - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Sessão Conjunta do Congresso Nacional – Plenário da Câmara dos Deputados
11.5.2000	10h40 11h 21h	- Audiência com o Deputado Janos Ader, Presidente da Assembléia Nacional da República da Hungria - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Jantar em homenagem ao Presidente da República Italiana e Senhora Carlo Azeglio Ciampi – Palácio da Alvorada
23.5.2000	10h 15h30	- Despacho Interno - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
24.5.2000	10h 15h 15h30	- Despacho interno - Audiência com o Senhor Ergor Stroeve, Presidente do Conselho da Federação da Assembléia Federal da Federação da Rússia, acompanhado de delegação da Câmara Alta do Parlamento Russo - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
25.5.2000	11h 12h	- Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Sessão Conjunta do Congresso Nacional
30.5.2000	10h 11h 11h30 15h30 18h	- Sessão solene em homenagem à memória do <i>marchand</i> Marcoantonio Vilaça, no Plenário Ulysses Guimarães - Audiência com o Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, STJ - Audiência com a Delegação de empresários da Seção Americana do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Exposição Brasil – Memória e Futuro, no Salão Negro do Congresso Nacional
31.5.2000	11h30 13h 15h30	- Audiência com o Senhor David Zylbersztajn, Diretor-Geral da ANP - Almoço com o Professor José Ramirez, Diretor do Incor, na Residência Oficial do Senado Federal - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

Data	Hora	Compromisso
1º.6.2000	11h 12h30	- Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Audiência com a Delegação do Partido Comunista da China
6.6.2000	11h30 15h30	- Audiência com o Senhor Roberto Borges Martins, Presidente do IPEA - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
7.6.2000	10h 15h30	- Despacho interno - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
13.6.2000	11h30 15h30	- Audiência com o Senhor Hélio Bicudo, acompanhado de membros da Comissão Interamericana de Direitos Humanos/OEA - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
14.6.2000	11h30 12h 14h30	- Audiência com o Senhor Dílio Sérgio Penedo, Presidente da Embratel - Audiência com o Senhor Anthony Harrington, Embaixador dos EUA - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
20.6.2000	15h30 19h	- Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Sessão Conjunta do congresso Nacional
21.6.2000	11h30 15h30	- Senhor Ari de Carvalho, Presidente do Jornal O dia - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
27.6.2000	14h30	- Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal – Hora do expediente destinada a comemorar o centenário do Professor Anísio Teixeira.
28.6.2000	10h 15h30 19h	- Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Sessão Conjunta do Congresso Nacional
29.6.2000	10h	- Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
2.8.2000	11h 15h30 18h	- Audiência com o Deputado João Coser - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Ressuscitação – I Simpósio Internacional Câmara & InCor – Auditório Nereu Ramos
3.8.2000	10h30 11h	- Audiência com o Senhor Cássio Taniguchi, Prefeito de Curitiba - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
10.8.2000	10h30 11h 15h30	- Audiência com o Senhor João Pedro Stédile, acompanhado de comissão do MST - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Audiência Senador José Genoud, Presidente do Senado da República da Argentina, acompanhado do Senhor Roberto Iglesias, Governador da Província de Mendoza, e do Senhor Juan Jorge Uranga, Embaixador da Argentina
22.8.2000	11h 12h	- Audiência com o Senhor Airson Bezerra Lócio, Presidente da Codevasf - Audiência com o Senhor José Gregori, Ministro de Estado da Justiça
31.8.2000	12h 19h 20h	- Audiência com o Senhor Martus Tavares, Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão - Sessão Solene de abertura da Reunião de Presidentes da América do Sul – Auditório do Palácio do Itamaraty - Jantar em homenagem aos Presidentes Sul-Americanos – Sala Brasília – Palácio do Itamaraty
12.9.2000	14h30	- Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

Data	Hora	Compromisso
13.9.2000	14h30 15h30 19h	- Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Sessão Conjunta do Congresso Nacional – Plenário do Senado Federal Sessão Conjunta do congresso Nacional – Plenário da Câmara dos Deputados
14.9.2000	11h	- Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
4.10.2000	15h30	- Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
5.10.2000	11h 12h30	- Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Audiência com o Deputado Luís Antônio Medeiros, acompanhado do Presidente da Força Sindical, Senhor Paulo Pereira da Silva, e do Presidente da CUT, Senhor João Antônio Felício.
10.10.2000	11h 11h30 12h 12h30 15h30	- Audiência com o Senhor Fernando Perrone, Presidente da INFRAERO - Audiência com o Senhor Paulo Machado de Carvalho Neto, Presidente da ABERT - Audiência com o Grupo João Lyra - Audiência com o Senador Ronaldo Cunha Lima, acompanhado da senhora Márcia Vignilli, do Conselho da Fundação Zerbini - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
18.10.2000	15h30 19h	- Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Sessão conjunta do Congresso Nacional – Plenário da Câmara dos Deputados
19.10.2000	10h 11h	- Reunião com o Presidente da Câmara e os Presidentes das Centrais Sindicais - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
24.10.2000	15h30	- Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
25.10.2000	15h30	- Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
31.10.2000	10h45 11h 13h 15h30	- Audiência com o Alm. Esq. Sérgio Florêncio Chagasteles, Comandante da Marinha - Audiência com o Coronel Rui Sampaio Silva, Comandante-Geral da Polícia Militar do DF, acompanhado do Coronel Márcio Augusto Cunha do Amaral, Comandante da Academia de Polícia Militar do DF - Almoço com o Tem-Brig-do-Ar Carlos Almeida Baptista Damasceno, Comandante da Aeronáutica – Edifício-sede do Comando da Aeronáutica - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
7.11.2000	15h30 20h	- Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Solenidade de posse do senhor George Ermakoff no cargo de Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias – Auditório Nereu Ramos
8.11.2000	9h45	- Conferência sobre a “Relação entre os Programas de Renda Mínima Associada à Educação e o Programa de Combate à Pobreza” – Auditório Nereu Ramos
9.11.2000	9h 10h30 11h 12h	- Reunião do Diretório Nacional do PFL – Ala Alexandre Costa – Sala 3 - Audiência com o Senhor José Orcírio Miranda dos Santos, Governador do Estado do Mato Grosso do Sul - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Audiência com o Senhor Carlos Alberto Menezes Direito, Ministro do STJ
21.11.2000	10h30 15h30	- Entrevista à Rádio Eldorado - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

Data	Hora	Compromisso
22.11.2000	11h 14h30	- Participação no Ato de lançamento da candidatura do Deputado Inocêncio Oliveira à presidência da Câmara dos Deputados – Plenário 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal – Hora do Expediente destinada a homenagear a escritora Rachel de Queiroz
23.11.2000	9h 10h 11h	- Café da manhã com membros da Sociedade Interamericana de Imprensa e da Associação Nacional de Jornais – Naoum Plaza Hotel - Solenidade de encerramento do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAO/2000 – Auditório do Memorial JK - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
28.11.2000	10h30 15h30	- Entrevista à Rádio CBN - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
29.11.2000	15h30	- Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
5.12.2000	11h30 15h30	- Audiência com o Senhor Felipe Pérez Roque, Ministro das Relações Exteriores da República de Cuba - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
6.12.2000	12h 15h30 18h30	- Missa de Confraternização de Natal e de Encerramento de Ano – Salão Negro do Congresso Nacional - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Lançamento da Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional – RVBI (Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho – Senado Federal)
12.12.2000	11h 14h30	- Inauguração do Centro de Transmissão de Rádio e Televisão da Câmara dos Deputados e do Senado Federal - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal – A Hora do Expediente foi destinada a comemorar o primeiro centenário do Laudo Abritral que fixou a fronteira do Brasil com a Guiana Francesa. Na ocasião foi lançado, no Salão Nobre do Senado Federal, o selo postal alusivo à data
13.12.2000	12h 15h30 18h	- Audiência com o Senhor Tabho Mbeki, Presidente da República da África do Sul - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Coquetel de encerramento dos trabalhos da presente sessão legislativa
14.12.2000	11h 12h30	- Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Audiência com o Senhor João Alberto Capiberibe, Governador do Estado do Amapá

G.2.2) Agenda cumprida pelo Presidente do Senado, em exercício, Senador Geraldo Melo

Data	Hora	Compromisso
17.5.2000	11h 14h	- Audiência com o Presidente da Assembléia Nacional do Camboja (Sala de autoridades da Presidência do SF) - Sessão do Senado Federal

G.2.3) Falas

G.2.3.1) Decisivas

Sessão	Presidente	Assunto
23.2.2000 (DSF de 24.2.2000 – página 3446)	Antonio Carlos Magalhães	Agenda para a Ordem do Dia de 29.2.2000 a apreciação do PLC nº 37/96, de iniciativa do Presidente da República (poluição em águas sob jurisdição nacional), tendo em vista ter se esgotado o prazo regimental de manifestação da CCJ e estar a matéria em regime de urgência constitucional.
23.2.2000 (DSF de 24.2.2000 – página 3468)	Antonio Carlos Magalhães	Convoca Líderes, Membros da Mesa e demais Senadores para reunião em seu gabinete, com o objetivo de decidir se as denúncias recebidas no âmbito do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar deverão submetidas ao exame da Mesa Diretora, antes de serem aceitas formalmente.
14.3.2000 (DSF de 15.3.2000 – página 4345)	Antonio Carlos Magalhães	Endossa manifestação do Senador Roberto Requião, no sentido de se cobrar dos Poderes Executivo e Judiciário as providências requeridas pelo Senado, sobretudo em suas comissões parlamentares de inquérito.
21.3.2000 (DSF de 22.3.2000 – página 4997)	Antonio Carlos Magalhães	Tendo em vista o recebimento, pelo Presidente da CAE, de correspondência de Procuradores da República, manifestando-se contrariamente à indicação da Srª Tereza Cristina Grossi Togni para Diretoria do Banco Central, a Presidência comunica ao Plenário decisão de não acatar a referida manifestação, por contrariar dispositivo da Lei Complementar nº 75/93.
31.3.2000 (DSF de 1º.4.2000 – página 5795)	Geraldo Melo	Submete à deliberação do Plenário sugestão de suspender a sessão às 10h30 para homenagear o Presidente Xanana Gusmão, do Timor Leste, por sua luta pela independência de seu país, mesmo ainda não estando investido formalmente das funções de Chefe de Estado.
11.4.2000 (DSF de 12.4.2000 – página 6915)	Geraldo Melo	Informa sobre remessa, à Procuradoria-Geral da República e ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, da documentação apresentada ao Plenário, bem como das notas taquigráficas da sessão deliberativa ordinária de 5 de abril de 2000, com a transcrição dos discursos proferidos pelos Senadores Antonio Carlos Magalhães e Jader Barbalho.
11.4.2000 (DSF de 12.4.2000 – página 6968)	Antonio Carlos Magalhães	Comunica que instituirá Comissão, composta pelo Presidente do Senado e pelos Senadores Pedro Simon, José Eduardo Dutra e Paulo Hartung e pelo Líder do Governo, Senador José Roberto Arruda, para discutir com o Presidente da Câmara dos Deputados sobre a questão da demora na apreciação, por aquela Casa, de projetos aprovados pelo Senado.
13.4.2000 (DSF de 14.4.2000 – página 7180)	Geraldo Melo	Comunica a remessa de documentos dos Srs. Antonio Carlos Magalhães e Jader Barbalho ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal.
1º.8.2000 (DSF de 2.8.2000 – página 15490)	Geraldo Melo	Comunica que, durante o recesso parlamentar de julho de 2000, foi constatada inexistência material nos autógrafos do PLC nº 3/2000, que dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas – ANA, a qual, não importando alteração no sentido da matéria, foi encaminhado expediente à Presidência da República, nos termos do art. 325, incisos II e III, do RISF, dando ciência do fato e solicitando a retificação da referida Lei.

Sessão	Presidente	Assunto
1º.8.2000 (DSF de 2.8.2000 – página 15493)	Geraldo Melo	Comunica que, durante o recesso parlamentar de julho de 2000, foi constatada inexistência material nos autógrafos do PLC nº 33/2000, que dispõe sobre a transferência de títulos da dívida pública da União para os Estados, e dá outras providências, a qual, não importando alteração no sentido da matéria, foi encaminhado expediente à Presidência da República, nos termos do art. 325, incisos II e III, do RISF, dando ciência do fato e solicitando a retificação da referida Lei..
22.8.2000 (DSF de 23.8.2000 – página 17267)	Antonio Carlos Magalhães	Responde às indagações da Senadora Heloísa Helena sobre a questão de admissibilidade de requerimentos de informações apresentados na Subcomissão permanente destinada a acompanhar e fiscalizar as indicações apontadas no relatório final da “CPI do Judiciário” e receber novas denúncias e informações relacionadas com o objetivo da investigação.

G.2.3.2) Associativas

Sessão	Presidente	Assunto
22.2.2000 (DSF de 23.2.2000 – página 3283)	Geraldo Melo	Por ocasião do encerramento da Sessão Especial de homenagem à memória do ex-Senador Petrônio Portella .
23.2.2000 (DSF de 24.2.2000 – página 3444)	Antonio Carlos Magalhães	Por ocasião da votação do RQS nº 77/2000, de homenagem de pesar pelo falecimento do cientista Carlos Chagas Filho .
23.2.2000 (DSF de 24.2.2000 – página 3445)	Antonio Carlos Magalhães	Por ocasião da votação do RQS nº 78/200, de homenagem de pesar pelo falecimento do advogado Álvaro Leite Guimarães .
28.3.2000 (DSF de 29.2.2000 – página 3712)	Gilvam Borges	Por ocasião do pronunciamento do Senador Tião Viana, sobre a evolução das doenças mentais no Brasil .
1º.3.2000 (DSF de 2.3.2000 – página 3970)	Eduardo Suplicy	Por ocasião do pronunciamento do Senador Pedro Piva, de homenagem pelo 125º aniversário do jornal O Estado de São Paulo .
30.3.2000 (DSF de 31.3.2000 – página 5716)	Marina Silva	Por ocasião do pronunciamento do Senador Eduardo Suplicy de homenagem ao Professor Aziz Ab’Sáber .
13.4.2000 (DSF de 14.4.2000 página 7182)	Moreira Mendes	Por ocasião do pronunciamento da Senadora Heloísa Helena, repudiando manifestação do Sr. Stanley Fischer , Diretor-Gerente do FMI, a respeito do Congresso Nacional brasileiro.
14.4.2000 (DSF de 15.4.2000 – página 7388)	Ademir Andrade	Por ocasião do pronunciamento do Senador Sebastião Rocha, de homenagem ao Sr. Antônio Rocha , irmão de seu pai.
17.4.2000 (DSF de 18.4.2000 – página 7441)	Antonio Carlos Magalhães	Por ocasião do pronunciamento da Senadora Heloísa Helena, de indignação por reportagem da revista IstoÉ , apontando-a como beneficiária de financiamento ilícito de campanha.
18.4.2000 (DSF de 19.4.2000 – página 7570)	Ademir Andrade	Por ocasião do encerramento da Hora do Expediente em homenagem ao aniversário do jornal Gazeta Mercantil .
18.4.2000 (DSF de 19.4.2000 – página 7594)	Antonio Carlos Magalhães	Por ocasião de homenagem prestada, na Hora do Expediente, ao jornal Gazeta Mercantil .

Sessão	Presidente	Assunto
24.4.2000 (DSF de 25.4.2000 página 7845)	Carlos Patrocínio	Por ocasião do pronunciamento do Senador Gilvam Borges, de homenagem ao Senador José Sarney pela passagem de seu aniversário em 24.4.2000.
25.4.2000 (DSF de 26.4.2000 – página 7898)	Antonio Carlos Magalhães	Por ocasião das homenagens prestadas, na Hora do Expediente, aos Srs. Sérgio Motta e Luís Eduardo Magalhães .
26.4.2000 (DSF de 27.4.2000 – página 8022)	Geraldo Melo	Por ocasião de homenagens prestadas a Brasília , pelo transcurso do seu 40º aniversário, em 21.4.2000.
18.5.2000 (DSF de 19.5.2000 – página 10180)	Antonio Carlos Magalhães	Por ocasião do encaminhamento de votação do Requerimento nº 280/2000, de homenagem de pesar pelo falecimento do Dr. Eliel Martins , Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, ex-Deputado e ex-Presidente da Assembléia Legislativa desse Estado.
23.5.2000 (DSF de 24.5.2000 – página 10671)	Antonio Carlos Magalhães	Por ocasião da aprovação do Requerimento nº 289/2000, de homenagem de pesar pelo falecimento do Deputado Paulo Jackson , ocorrido no dia 20.5.2000.
25.5.2000 (DSF de 26.5.2000 – página 10861)	Geraldo Melo	Por ocasião do discurso do Senador Ademir Andrade, de esclarecimentos sobre noticiário do Jornal Nacional, da <i>Rede Globo</i> , de 24.5.2000, que envolveu seu nome no episódio da prisão, em Brasília, do ex-Superintendente do Ibama no Pará.
25.5.2000 (DSF de 26.5.2000 – página 10893)	Ramez Tebet	Por ocasião do pronunciamento do Senador Edison Lobão, em comunicação inadiável, quando lê Nota à Imprensa do Ministro do Meio Ambiente José Sarney Filho, sobre o episódio da prisão, em Brasília, do ex-Superintendente do Ibama no Pará.
30.5.2000 (DSF de 31.5.2000 – página 11083)	Antonio Carlos Magalhães	Por ocasião da aprovação do RQS nº 308/2000, de inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Desembargador Wandy Clait Duarte .
31.5.2000 (DSF de 1º.6.2000 – página 11235)	Antonio Carlos Magalhães	Por ocasião do pronunciamento de despedida da Senadora Luzia Toledo , tendo em vista o retorno do titular, Senador Ricardo Santos.
7.6.2000 (DSF de 8.6.2000 – página 12186)	Antonio Carlos Magalhães	Por ocasião do pronunciamento de homenagem póstuma ao ex-Presidente Tancredo Neves pelo transcurso dos 15 anos de seu falecimento.
12.6.2000 (DSF de 13.6.2000 – página 12839)	Álvaro Dias	Por ocasião da aprovação do RQS nº 325/2000, de voto de pesar pelo falecimento do Sr. Joaquim Vilela .
14.6.2000 (DSF de 15.6.2000 – página 13052)	Antonio Carlos Magalhães	Por ocasião do encerramento da Hora do Expediente em homenagem ao jornalista Carlos Castello Branco .
14.6.2000 (DSF de 15.6.2000 – página 13129)	Eduardo Suplicy	Por ocasião do encaminhamento de votação, pelo Senador Romeu Tuma, do RQS nº 340/2000, de voto de profundo pesar, ao povo da Síria, pelo falecimento de seu Presidente, Hafez-El-Assad .
21.6.2000 (DSF de 22.6.2000 – página 13689)	Carlos Patrocínio	Por ocasião do encaminhamento de votação, pela Senadora Emília Fernandes, do RQS nº 380/2000, de voto de profundo pesar ao Prefeito de Uruguaiana, RS, e às famílias das crianças mortas em incêndio na Creche Casinha da Emília , nessa cidade.
27.6.2000 (DSF de 28.6.2000 – página 13844)	Antonio Carlos Magalhães	Por ocasião de homenagens feitas ao educador Anísio Teixeira , durante a Hora do Expediente.

Sessão	Presidente	Assunto
2.8.2000 (DSF de 3.8.2000 – página 15630)	Antonio Carlos Magalhães	Por ocasião do discurso do Senador Romeu Tuma, dando explicações pessoais sobre recentes acusações feitas contra S. Ex ^a em órgãos da imprensa.
7.8.2000 (DSF de 8.8.2000 – página 16277)	Nabor Júnior	Por ocasião do encaminhamento de votação dos RQS n ^{os} 436 e 437/2000, de voto de pesar pelo falecimento da ex-Deputada e ex-Vice-Governadora do Distrito Federal, Márcia Kubitschek .
8.8.2000 (DSF de 9.8.2000 – página 16339)	Geraldo Melo	Por ocasião do pronunciamento, em comunicação inadiável, do Senador Antonio Carlos Magalhães, pedindo um voto de congratulações do Senado Federal à jornalista Danuza Leão , pelo recebimento da Comenda de Cavaleiro da Ordem das Artes e das Letras da França.
9.8.2000 (DSF de 10.8.2000 – página 16478)	Antonio Carlos Magalhães	Por ocasião do pronunciamento, como líder, da Senadora He-loísa Helena, de indignação por nota publicada no jornal <i>O Globo</i> , segundo a qual teria votado contra a cassação do ex-Senador Luiz Estevão.
16.8.2000 (DSF de 17.8.2000 – página 17104)	Lauro Campos	Por ocasião do encaminhamento de votação do RQS n ^o 458/2000, de voto de pesar pelo falecimento do Dr. Ervalino Plácido Bozzetto , ex-Prefeito da cidade de Bento Gonçalves – RS.
21.8.2000 (DSF de 22.8.2000 – página 17206)	José Roberto Arruda	Por ocasião da reassunção do Senador Albino Boaventura , em virtude de licença concedida ao titular, Senador Mauro Miranda. E saúda também o Senador Henrique Loyola , pelo seu retorno.
24.8.2000 (DSF de 25.8.2000 – página 17307)	Tião Viana	Por ocasião da leitura do RQS n ^o 459/2000, de homenagens pelo falecimento do ex-Deputado Federal José Pires de Sabóia Filho .
31.8.2000 (DSF DE 1 ^o .9.2000 – página 17625)	Henrique Loyola	Por ocasião do pronunciamento do Senador Bernardo Cabral homenageando o transcurso, no dia 1 ^o .9.1000, do 28^o aniversário da Rede Amazônica de Televisão .
31.8.2000 (DSF de 1 ^o .9.2000 – página 17639)	Henrique Loyola	Por ocasião da leitura do RQS n ^o 461/2000, do Senador Albino Boaventura, de voto de pesar pelo falecimento do pastor Oswaldo Silva , ocorrido em 30.8.2000, no Estado do Rio de Janeiro.
12.9.2000 (DSF de 13.9.2000 – páginas 18370 e 18371)	Antonio Carlos Magalhães	Por ocasião das homenagens à memória da ex-Deputada Federal e ex-Vice Governadora Márcia Kubitschek .
13.9.2000 (DSF de 14.9.2000 – página 18524)	Antonio Carlos Magalhães	Por ocasião da leitura do RQS n ^o 484/2000, de homenagens pelo falecimento de Nelson Dinnebier , Prefeito de Gramado – RS.
14.9.2000 (DSF de 15.9.2000 – página 18657)	Antonio Carlos Magalhães	Por ocasião da aprovação do PLC n ^o 48/2000, que <i>autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal do Tocantins</i> .
19.9.2000 (DSF de 20.9.2000 – página 18779)	Henrique Loyola	Por ocasião da leitura do RQS n ^o 500/1000, de voto de regozijo pela passagem dos 100 anos de nascimento da servidora aposentada do Senado Ana Augusta Dias da Cunha Amazonas .
21.9.2000 (DSF de 22.9.2000 – página 18899)	Ribamar Fiquene	Por ocasião da leitura do RQS n ^o 502/2000, de homenagens pelo falecimento do ex-Senador José Saad , ocorrido no dia 20.9.2000.
22.9.2000 (DSF de 23.9.2000 – página 18913)	Ribamar Fiquene	Por ocasião da leitura do RQS n ^o 504/2000, de homenagens pelo falecimento do Deputado Estadual do Estado de Goiás Ronildo Naves .
26.9.2000 (DSF de 27.9.2000 – página 18980)	Lauro Campos	Por ocasião da leitura do RQS n ^o 506/2000, de inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do músico, violonista e compositor Baden Powell .

Sessão	Presidente	Assunto
6.10.2000 (DSF de 7.10.2000 – página 20061)	Carlos Patrocínio	Por ocasião do discurso do Senador Edison Lobão de homenagem ao ex-Presidente José Sarney pelo papel desempenhado em prol do Mercosul.
6.10.2000 (DSF de 7.10.2000 – página 20068)	Carlos Patrocínio	Por ocasião dos discursos dos Senadores Romero Jucá, Mozarildo Cavalcanti e Leomar Quintanilha, pelas considerações que fizeram aos seus Estados – Roraima e Tocantins, que completaram 12 anos de criação.
11.10.2000 (DSF de 12.10.2000 – página 20305)	Geraldo Melo	Por ocasião do discurso de posse do Senador Julio Eduardo .
18.10.2000 (DSF de 19.10.2000 – página 20689)	Antonio Carlos Magalhães	Por ocasião da leitura e aprovação do RQS nº 535/2000, de homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Paulo Tarso Flecha de Lima Júnior , filho do Embaixador do Brasil em Roma, Paulo Tarso Flecha de Lima e Lúcia Flecha de Lima.
24.10.2000 (DSF de 25.10.2000 – página 20.975)	Antonio Carlos Magalhães	Por ocasião do pronunciamento do Senador Edison Lobão, em Comunicação Inadiável, de homenagem póstuma ao ex-Senador, ex-Ministro e ex-Governador do Paraná, Sr. Ney Braga .
30.10.2000 (DSF de 31.10.2000 – página 21322)	Antonio Carlos Magalhães	Por ocasião do pronunciamento do Senador Lauro Campos, de explicações pessoais sobre matéria veiculada na revista Veja .
1º.11.2000 (DSF de 2.11.2000 – página 21813)	Ademir Andrade	Por ocasião do pronunciamento da Senadora Emília Fernandes, de regozijo pela indicação da Juíza Ellen Gracie Northfleet para o Supremo Tribunal Federal.
9.11.2000 (DSF de 10.11.2000 – página 22162)	Geraldo Melo	Por ocasião do pronunciamento do Senador Antonio Carlos Magalhães, em comunicação inadiável, da leitura e aprovação do seu RQS nº 560/2000, de solicitando voto de congratulações à Sua Eminência Reverendíssima o Cardeal- Arcebispo Dom Eugênio Sales , pelo transcurso dos seus oitenta anos de vida.
10.11.2000 (DSF de 11.11.2000 – página 22299)	Geraldo Melo	Por ocasião do pronunciamento do Senador Roberto Requião registrando a presença da Prefeita eleita de São Paulo, Marta Suplicy .
13.11.2000 (DSF de 14.11.2000 – página 22411)	Antonio Carlos Magalhães	Por ocasião da leitura e aprovação do RQS nº 568/2000, de homenagens pelo falecimento do Deputado Jairo Azi .
17.11.2000 (DSF de 18.11.2000 – página 22639)	Nabor Júnior	Por ocasião do pronunciamento do Senador Francelino Pereira de homenagem ao jornalista Wilson Frade , falecido na madrugada de 17.11.2000, em Belo Horizonte/MG.
17.11.2000 (DSF de 18.11.2000 – página 22641)	Francelino Pereira	Por ocasião do pronunciamento do Senador Nabor Júnior de homenagens ao educador acreano Raimundo Gomes de oliveira .
20.11.2000 (DSF de 21.11.2000 – página 22660)	Sebastião Rocha	Por ocasião do pronunciamento do Senador Bernardo Cabral de homenagem pelo transcurso do Dia Nacional da Consciência Negra .
20.11.2000 (DSF de 21.11.2000 – página 22681)	Iris Rezende	Por ocasião das manifestações de todos os oradores em homenagem ao Dia Nacional da Consciência Negra .
22.11.2000 (DSF de 23.11.2000 – página 22848)	Antonio Carlos Magalhães	Por ocasião dos pronunciamentos de homenagem a Rachel de Queiroz , pelo transcurso dos seus 90 anos de idade.
23.11.2000 (DSF de 24.11.2000 – página 23040)	Carlos Patrocínio	Por ocasião dos pronunciamentos de homenagem ao ex-Senador Guido Fernando Mondin .
30.11.2000 (DSF de 30.11.2000 – página 23503)	Carlos Patrocínio	Por ocasião dos pronunciamentos de homenagem ao ex-Senador Milton Campos .

Sessão	Presidente	Assunto
4.12.2000 (DSF de 5.12.2000 – página 24207)	Antonio Carlos Magalhães	Por ocasião da leitura e aprovação do RQS nº 601/2000, de votos de aplauso e congratulações ao tenista brasileiro Gustavo Kuerten , que se sagrou campeão da Copa do Mundo de Tênis.
7.12.2000 (DSF de 8.12.2000 – páginas 24467/68)	Geraldo Melo	Por ocasião das homenagens prestadas a Gustavo Capanema , pela passagem do centenário de seu nascimento.
12.12.2000 (DSF de 13.12.2000 – página 24758)	Antonio Carlos Magalhães	Por ocasião das comemorações do centenário do Laudo Arbitral do Presidente da Confederação Suíça que fixou as fronteiras entre o Brasil e a Guiana Francesa, pelo qual o Brasil incorporou definitivamente ao seu território cerca de 200.000 Km ² (Hora do Expediente).
13.12.2000 (DSF de 14.12.2000 – página 25022)	Antonio Carlos Magalhães	Por ocasião das homenagens prestadas ao Senador Artur da Távola no momento em que S. Exa. se afasta temporariamente do cargo mandato de Senador da República para exercer o cargo de Secretário de Cultura do município da cidade do Rio de Janeiro.

G.2.3.3) De agradecimento

Sessão	Presidente	Assunto
13.3.2000 (DSF de 14.3.2000 – página 4257)	Antonio Carlos Magalhães	Ao Senador Osmar Dias, por ter apresentando defesa do Sr. Presidente do Senado Federal contra acusações que lhe foram feitas em relação ao caso da Prefeitura de São Paulo.
14.6.2000 (DSF de 15.6.2000 – página 13116)	Antonio Carlos Magalhães	Ao Senador José Eduardo Dutra, pela informação prestada a respeito de petição impetrada na Justiça Federal da Bahia com falsificação grosseira de assinaturas do Deputado Federal Jaques Wagner e da advogada Carla Maria Nicolini.
12.12.2000 (DSF de 13.12.2000 página 24808)	Antonio Carlos Magalhães	ao Relator do Projeto da Unilegis, Senador José Fogaça e Carlos Patrocínio pelos excelentes trabalhos realizados em prol da criação dessa universidade.

G.2.3.4) Registros da presença de autoridades na Casa

Sessão	Presidente	Autoridades
22.2.2000 (DSF de 23.2.2000 – página 3270)	Antonio Carlos Magalhães	Procurador-Geral da República, Dr. Geraldo Brindeiro ; dos Ministros do Tribunal de Contas Adhemar Ghisi , Humberto Souto e Paulo Affonso ; e do Ministro José Carlos da Fonseca .
23.3.2000 (DSF de 24.3.2000 – página 5295/96)	Eduardo Suplicy	Os seguintes parlamentares e autoridades da Austrália : Deputados Federais Geoffrey Prosser, Presidente do Subcomitê de Comércio; Neil O'Keefe, Vice-Presidente do Subcomitê de Comércio; David Jull; os Senadores Alan Ferguson e Kerry O'Brien; a Sr ^a Jane Vincent, Secretária do Subcomitê; Sr. Rob Chard, representante para a América do Sul da Comissão Australiana de Comércio; e a Sr ^a Sharyn Minahan, Diretora do Departamento do Canadá, América Latina e Caribe do Departamento de Relações Exteriores e do Comércio da Austrália, acompanhados pelo Embaixador Garry Conroy, pelo Primeiro-Secretário Edward Sellars, a Segunda-Secretária Sarah Roberts e pelas intérpretes Marília Conter e Eva Lúcia Barreto.

Sessão	Presidente	Autoridades
28.3.2000 (DSF de 29.3.2000 – página 5434)	Geraldo Melo	Vice-Presidente da República, Senhor Marco Maciel , que é convidado a compor a Mesa, na Hora do Expediente, para comemorar o centenário de nascimento do sociólogo Gilberto Freyre.
6.4.2000 (DSF de 7.4.2000 – página 6580)	Antonio Carlos Magalhães	Comunica a presença do Ministro Waldeck Ornelas na Comissão do Salário Mínimo.
11.4.2000 (DSF de 12.4.2000 – página 6945)	Antonio Carlos Magalhães	Diretor Jornalista Renato Simões , de <i>A Tarde</i> , Vice-Presidente da Associação Internacional de Imprensa.
8.5.2000 (DSF de 9.5.2000 – página 9426)	Ademir Andrade	Sr. Pascal Mild , Ministro das Relações Exteriores da Albânia.
10.5.2000 (DSF de 11.5.2000 – página 9638)	Geraldo Melo	Deputada canadense Lyse Leduc .
16.5.2000 (DSF de 17.5.2000 – página 10025)	Roberto Saturnino	Aeronautas e aeroviários brasileiros, presentes no Plenário para acompanhar a apresentação de sua proposta pelo Senador Eduardo Suplicy.
25.5.2000 (DSF de 26.5.2000 – página 10868)	Antonio Carlos Magalhães	Delegação, presidida pelo Presidente do Senado da Rússia, de 14 membros do Parlamento Russo .
29.6.2000 (DSF de 30.6.2000 - página 14222)	Antonio Carlos Magalhães	Delegação, presidida pelo Sr. Iya Abubakar , de cinco Deputados e três Senadores da Nigéria
28.11.2000 (DSF de 29.11.2000 – página 23233)	Geraldo Melo	Maria Alice Rodrigues de Carvalho , Juíza do Supremo Tribunal de Justiça da República de São Tomé e Príncipe, que está em Brasília participando do XII Congresso Nacional das Mulheres de Carreira Jurídica.
30.11.2000 (DSF de 1º.12.2000 – página 23477)	Carlos Patrocínio	Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Carlos Velloso , que é convidado a compor a Mesa.
30.11.2000 (DSF de 1º.12.2000 – página 23458)	Carlos Patrocínio	Ex-Senador Jarbas Passarinho , Presidente da Fundação Milton Campos, órgão do Partido Progressista Brasileiro.
12.12.2000 (DSF de 13.12.2000 – página 24743)	Antonio Carlos Magalhães	Ministro Luiz Felipe Lampreia e o Ministro Pimenta da Veiga .

G.2.3.5) Registros diversos

Sessão	Presidente	Registro
22.2.2000 (DSF de 23.2.2000 – página 3267)	Antonio Carlos Magalhães	Homenageia o ex-Senador Petrônio Portella pela passagem do 20º aniversário do seu falecimento.
21.3.2000 (DSF de 22.3.2000 – páginas 4996/97)	Antonio Carlos Magalhães	Lê ofício do Senhor Presidente da República em resposta a expediente do Senador Eduardo Suplicy a respeito da indicação da Srª Tereza Cristina Grossi Togni para a Diretoria do Banco Central.
6.4.2000 (DSF de 7.4.2000 – página 6580)	Antonio Carlos Magalhães	Solidariza-se com discurso do Senador Pedro Simon a respeito da necessidade de nova legislação sobre impunidade e de encaminhamento de determinados assuntos ao Ministério Público.

Sessão	Presidente	Registro
27.4.2000 (DSF de 29.4.2000 – página 8254)	Eduardo Suplicy	Registra o comparecimento, na Câmara dos Deputados, de representantes indígenas para prestar esclarecimentos sobre o incidente na Bahia durante as comemorações aos 500 anos de descobrimento do Brasil.
31.5.2000 (DSF de 1º.6.2000 – página 11242)	Antonio Carlos Magalhães	Comunica ao Plenário reunião a ser realizada no mesmo dia, às 9h30, para um debate entre os Senadores e os Ministros do Tribunal Superior Eleitoral sobre a utilização de urna eletrônica no processo de votação.
6.9.2000 (DSF de 7.9.2000 – página 18226)	Heloísa Helena	Registra o reconhecimento do Senado e do Congresso Nacional aos servidores da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, que se esmeraram na confecção dos avulsos do PL nº 17/2000-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 2001.
7.12.2000 (DSF de 8.12.2000 – página 24455)	Antonio Carlos Magalhães	Dá testemunho sobre Gustavo Capanema ao iniciar as homenagens ao centenário de seu nascimento.

G.2.3.6) Consulta aos Srs. Líderes

Sessão	Presidente	Registro
2.5.2000 (DSF de 3.4.2000 – página 8732)	Geraldo Melo	<p>Consulta aos Srs. Líderes de Partidos, tendo em vista a existência de dez requerimentos de urgência a serem lidos, se a Mesa pode submeter à apreciação da Casa todos os requerimentos ou se deve fazer a convocação de mais cinco sessões extraordinárias para aquele dia (2.5.2000).</p> <p>Não tendo sido unânime a concordância dos Líderes, a Presidência deixou ciente a Casa de que, a partir do encerramento da Ordem do Dia da sessão, convocaria mais cinco sessões extraordinárias para a apreciação dos requerimentos. (Obs.: As sessões foram convocadas).</p>

G.3 – SESSÕES

G.3.1) Realizadas

O Senado Federal fez realizar 175 (cento e setenta e cinco) sessões plenárias e 8 (oito) reuniões, tendo realizado a primeira sessão em 21 de fevereiro de 2000, sendo:

Deliberativas Ordinárias	93
Deliberativas Extraordinárias	6
Não-Deliberativas	74
Especiais	2

G.3.1.1 –As Sessões Especiais realizadas foram destinadas:

Dia 22.2 – a homenagear a memória do **ex-Senador Petrônio Portella** (RQS nº 797/99, do Senador Hugo Napoleão e outros Senadores);

Dia 26.4 – a homenagear a cidade de **Brasília**, pela passagem de seu 40º aniversário de fundação (RQS nºs 124 e 125/2000, do Senador Luiz Estevão, e 126/2000, do Senador José Roberto Arruda e outros Senadores).

Observação:

Deixaram de ser realizadas: 02 (duas) sessões plenárias, por acordo das lideranças; 2 (duas) sessões plenárias, em conformidade com o art. 154, § 6º, II, do RISF; e 1 (uma) sessão plenária, em conformidade com o art. 154, § 6º, III, do RISF.

G.3.2) Homenagens prestadas

G.3.2.1) Hora do Expediente

Dia 28.03 – ao sociólogo **Gilberto Freyre**, pela passagem de seu centenário de nascimento (RQS nº 57/2000, do Senador José Jorge e outros Senadores);

Dia 18.04 – ao jornal **Gazeta Mercantil**, pela passagem de seu 80º aniversário de fundação (RQS nº 144/99, do Senador Edison Lobão e outros Senadores);

Dia 25.04 – aos Srs. **Sérgio Motta e Luís Eduardo Magalhães**, pelo transcurso de seu segundo aniversário de falecimento (RQS nº 199/2000, do Senador José Roberto Arruda e outros Senadores);

Dia 24.05 – à **Fundação Oswaldo Cruz**, pela passagem de seu centenário de fundação (RQS nºs 76 e 76-A, dos Senadores Carlos Patrocínio e outros Senadores, e Lúcio Alcântara e outros Senadores, respectivamente);

Dia 14.06 – à memória do jornalista **Carlos Castello Branco** (RQS nº 283/2000, do Senador Freitas Neto e outros Senadores);

Dia 27.06 – ao Professor **Anísio Teixeira**, pela passagem de seu centenário de nascimento (RQS nºs 122 e 123/2000, dos Senadores Antonio Carlos Magalhães e outros Senadores, e Paulo Souto e outros Senadores, respectivamente);

Dia 12.09 – à memória da ex-Deputada Federal e ex-Vice-Governadora do Distrito Federal **Márcia Kubitschek** (RQS nº 441/2000, do Senador Maguito Vilela e outros Srs. Senadores);

Dia 12.09¹ – ao ex-Senador **José Ermírio de Moraes**, pela passagem de seu centenário de nascimento, transcorrido em janeiro de 2000 (RQS nº 306/2000, dos Senadores José Jorge, José Sarney, Pedro Piva, Ramez Tebet, Romeu Tuma e Geraldo Melo);

Dia 22.11 – à escritora **Rachel de Queiroz**, pelo transcurso do seu 90º aniversário (RQS nº 536/2000, do Senador Lúcio Alcântara e outros Senadores);

Dia 23.11² – à memória do ex-Deputado, ex-Senador e ex-Ministro do Tribunal de Contas da União, **Guido Fernando Mondin** (RQS nº 382/2000, da Senadora Emília Fernandes e outros Senadores);

Dia 30.11 – a **Milton Campos**, pela passagem de seu centenário de nascimento (RQS nº 138/2000, do Senador Francelino Pereira e outros Senadores). **Alterações de datas:** Vide Of. S/Nº, deferido em 1º.8.2000 – DSF de 2.8.2000 – página 15461, e Comunicação, DSF de 5.10.2000, pg. 19894, do Senador Francelino Pereira;

Dia 7.12 – a **Gustavo Capanema**, pela passagem de seu centenário de nascimento (RQS nº 145/2000, do Senador Francelino Pereira e outros Senadores). **Alterações de datas:** Of. S/Nº, deferido em 1º.8.2000 – DSF de 2.8.2000 – página 15461, e Comunicação, DSF de 5.10.2000, pg. 19894, do Senador Francelino Pereira;

Dia 12.12 – ao centenário do **Laudo Arbitral do Presidente da Confederação Suíça** que fixou as fronteiras entre o Brasil e a Guiana Francesa e pelo qual o Brasil incorporou definitivamente ao seu território cerca de 200.000 Km².

G.3.2.2) Voto de pesar

Dia 21.02 – pelo falecimento do cientista brasileiro **Carlos Chagas** (RQS nº 72/2000, do Senador Francelino Pereira);

Dia 23.02 – pelo falecimento do cientista brasileiro **Carlos Chagas** (RQS nº 77/2000, dos Senadores Antonio Carlos Magalhães e José Sarney);
– e pelo falecimento do advogado **Álvaro Leite Guimarães**, ocorrido no dia 13.2 (RQS nº 78/2000, do Senador Antonio Carlos Magalhães);

Dia 24.02 – pelo falecimento do Sr. **Kurt Deichmann**, ocorrido dia 23.2, no Rio de Janeiro (RQS nº 85/2000, do Senador Roberto Saturnino);

Dia 28.02 – pelo falecimento do Marechal do Ar **Assis Casemiro Montenegro Filho** (RQS nº 86/2000, do Senador Lúcio Alcântara);
– e pelo falecimento de **Marcantônio Vilaça** (RQS nº 87/2000, dos Senadores Geraldo Melo e Bernardo Cabral);

Dia 29.02 – pelo falecimento do artista plástico **José Alves de Oliveira**, conhecido como “Mestre Dezinho de Valença”, ocorrido no Piauí (RQS nº 88/2000, do Senador Hugo Napoleão);

¹ Deverá ser marcada nova data para a homenagem, conforme Ofício nº 079/2000, de 30.8, do Senador José Jorge.

² Marcada anteriormente para o dia 19.9, foi transferida para o dia 23.11, conforme Ofício S/Nº, de 16.8.2000, do Senador José Fogaça, e fala da Presidência (DSF de 23.8.2000, página 17243).

Dia 02.03 – pelo falecimento do ex-Presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Dr. **José Barison**, ocorrido no dia 20.2, em Porto Alegre (RQS nº 100/2000, da Senadora Emilia Fernandes e dos Senadores Pedro Simon e José Fogaça);

Dia 14.03 – pelo falecimento da Senhora **Lucy Geisel**, esposa do ex-Presidente da República Ernesto Geisel, ocorrido no dia 3.3, na cidade do Rio de Janeiro (RQS nº 108/2000, dos Senadores Antonio Carlos Magalhães e José Sarney);

Dia 03.04 – pelo falecimento do Dr. **Clidenor de Freitas Santos** (RQS nº 156/2000, dos Senadores Bernardo Cabral e Nabor Júnior);

Dia 04.04 – pelo falecimento de **Solon Coutinho de Lucena**, irmão do ex-Senador Humberto Lucena (RQS nº 158/2000, do Senador Ronaldo Cunha Lima);

Dia 25.04 – pelo falecimento do empresário **José Maria Vinacqua Santos** (RQS nº 215/2000, do Senador Gerson Camata e Senadora Luzia Toledo);

Dia 02.05 – pelo falecimento do Sr. **Taufic Tebet**, ocorrido no dia 30.4.2000, na cidade de Três Lagoas, Mato Grosso do Sul (RQS nº 215/2000, do Senador Pedro Simon);

Dia 17.05 – pelo falecimento do Sr. **Aziz Ibrahim**, empresário e político de destaque no Estado de Goiás (RQS nº 275/2000, dos Senadores Iris Rezende, Maguito Vilela e Mauro Miranda);

Dia 18.05 – pelo falecimento do Dr. **Eliei Martins**, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, ex-Deputado e ex-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia (RQS nº 280/2000, dos Senadores Paulo Souto e Antonio Carlos Magalhães);

Dia 23.05 – pelo falecimento do Deputado Estadual baiano **Paulo Jackson**, ocorrido no dia 20.5.2000 (RQS nº 289/2000, dos Senadores Eduardo Suplicy, Geraldo Cândido e Heloísa Helena);

Dia 24.5 – pelo falecimento de **Filostro Machado Carneiro Neto**, empresário rural de destaque no Estado de Goiás (RQS nº 295/2000, dos Senadores Maguito Vilela e Mauro Miranda);

Dia 30.5 – pelo falecimento do jornalista **Dorian Sampaio**, ex-Vereador e Deputado Estadual do Ceará (RQS nº 307/2000, dos Senadores Sérgio Machado e Lúcio Alcântara);

– pelo falecimento do Desembargador **Wandyr Clait Duarte**, do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, ocorrido no dia 29 de maio de 2000 (RQS nº 308/2000, dos Senadores Jonas Pinheiro e Carlos Bezerra);

Dia 9.6 – pelo falecimento de **Francisco Junqueira**, Vereador em Quirinópolis, Estado de Goiás (RQS nº 322/2000, dos Senadores Maguito Vilela, Mauro Miranda e Iris Rezende);

Dia 12.6 – pelo falecimento do Sr. **Joaquim Vilela**, homem de grande liderança social na cidade de Jaraí, Goiás, pai do Senador Maguito Vilela (RQS nº 325/2000, dos Senadores Iris Rezende e Mauro Miranda);

Dia 13.6 – pelo falecimento, dia 10.6.2000, na cidade de Salvador, Bahia, do ex-Vereador e ex-Prefeito da cidade de Salvador, ex-Deputado Federal e ex-Senador pelo Estado da Bahia **Heitor Dias** (RQS nº 331/2000, do Senador Antonio Carlos Magalhães);

Dia 14.6 – pelo falecimento de Sua Excelência, o Senhor Presidente da Síria, **Hafez-El-Assad** (RQS nº 340/2000, do Senhor Senador Romeu Tuma e Eduardo Suplicy);

Dia 21.6 – pelo falecimento de **12 crianças**, ocorrido na Creche Casinha da Emília, em Uruguaiana, Rio Grande do Sul (RQS nº 380/2000, da Senadora Emilia Fernandes);

Dia 1º.8 – pelo falecimento:

- do ex-Senador **Mário Maia**, falecido dia 26.7.2000 (RQS nº 416/2000, do Senador Nabor Júnior);
- do advogado, pecuarista e escritor Dr. **Eduardo Machado Metello** (RQS nº 417/2000, do Senador Ramez Tebet);
- de **Dona Maria Edwiges de Albuquerque Borges**, ocorrido no dia 25.7.2000 (RQS nº 418/2000, do Senador Ramez Tebet);
- do jornalista **Barbosa Lima Sobrinho** (RQS nº 419/2000, do Senador Pedro Simon);
- de **Aloysio Biondi** (RQS nº 420/2000, do Senador Pedro Simon);

Dia 2.8 – pelo falecimento:

- do ex-Deputado Federal **Orlando Bezerra** (RQS nº 430/2000, do Senador Lúcio Alcântara);
- do Sr. **Adalberto Pinto de Barros**, ocorrido dia 13.7.2000 (RQS nº 431/2000, do Senador Moreira Mendes);

Dia 9.8 – pelo falecimento da Sra. **Diva Mariz**, viúva do ex-Senador Dinarte Mariz (RQS nº 449/2000, dos Senadores Agnelo Alves, Geraldo Melo e José Agripino);

Dia 16.8 – pelo falecimento de **Evalino Plácido Bozzetto** (RQS nº 458/2000, do Senador Pedro Simon);

Dia 24.8 – pelo falecimento, no dia 19.8, aos 84 anos, no Hospital do Coração, em São Paulo, do ex-Deputado Federal, jornalista, advogado, professor e escritor **José Pires de Sabóia Filho** (RQS nº 459/2000, dos Senadores José Sarney, Edison Lobão, Bello Parga e Ribamar Fiquene);

Dia 31.8 – pelo falecimento do pastor **Oswaldo Silva**, ocorrido em 30.8.2000, no Estado do Rio de Janeiro (RQS nº 461/2000, do Senador Albino Boaventura);

Dia 12.9 – pelo falecimento do Senhor **José Luciano da Fonseca**, Deputado Estadual (RQS nº 476/2000, do Senador Iris Rezende e outros Senadores);

Dia 13.9 – pelo falecimento do Senhor **Nelson Dinnebier**, Prefeito de Gramado - RS (RQS nº 484/2000, do Senador Pedro Simon);

Dia 21.9 – pelo falecimento do ex-Senador **José Saad**, ocorrido em 20.9.2000 (RQS nº 502/2000, do Senador Iris Rezende);

Dia 22.9 – pelo falecimento do Deputado Estadual de Goiás **Ronildo Nunes**, ocorrido em 20.9.2000 (RQS nº 504/2000, do Senador Iris Rezende);

Dia 26.9 – pelo falecimento do músico, violonista e compositor **Baden Powell**, falecido dia 26.9, no Rio de Janeiro (RQS nº 506/2000, do Senador Eduardo Suplicy);

Dia 16.10 – pelo falecimento do ex-Senador **Ney Braga**, ocorrido no dia 16.10.2000 (RQS nº 533/2000, do Senador Álvaro Dias);

Dia 18.10 – pelo falecimento do Senhor **Paulo Tarso Flecha de Lima Júnior**, filho do Embaixador do Brasil em Roma, Paulo Tarso Flecha de Lima e Lúcia Flecha de Lima (RQS nº 535/2000, dos Senadores, Antonio Carlos Magalhães, Carlos Patrocínio e Moreira Mendes);

Dias 25.10 e 6.11 – pelo falecimento do senhor **Osny Duarte Pereira**, ocorrido dia 23.10.2000, na cidade do Rio de Janeiro (RQS nºs 542 e 551/2000, do Senador Pedro Simon, respectivamente);

Dia 7.11 – pelo falecimento do ex-Governador e ex-Senador **Helvídio Nunes**, ocorrido dia 3.11.2000, do Estado do Piauí (RQS nº 554/2000, dos Senadores Hugo Napoleão e Freitas Neto);

Dia 8.11 – pelo falecimento do **Dr. Jones dos Santos Neves Filho**, ex-membro da Câmara dos Deputados por dois mandatos, falecido dia 1º.11.2000 (RQS nº 556/2000, do Senador Ricardo Santos);

Dia 13.11:

- pelo falecimento do ex-Prefeito da cidade de Santos, o Senhor **David Capistrano Filho** (RQS nº 566/2000, do Senador Eduardo Suplicy);

- pelo falecimento do ex-Senador **Wilson Gonçalves** (RQS nº 567-A/2000, dos Senadores Lúcio Alcântara e Sérgio Machado);

- pelo falecimento do Deputado **Jairo Azi**, ocorrido dia 12.11.2000 (RQS nº 568/2000, do Senador Antonio Carlos Magalhães e outros Senadores);

Dia 21.11 – pelo falecimento do General **Pacheco de Queiroz**, ocorrido dia 13.11.2000, no Estado do Espírito Santo (RQS nº 578/2000, do Senador Gerson Camata);

Dia 5.12 – pelo falecimento do Deputado Estadual do PMDB **João Queiroga**, do Estado do Amapá, ocorrido dia 4.12.2000, no município de Laranjal do Jari (RQS nº 602/2000, do Senador Sebastião Rocha);

Dia 13.12 – pelo falecimento da Sra. **Virgínia Aguiar dos Santos**, genitora do Senador Ricardo Santos (RQS nºs 637 e 638/2000, dos Senadores Gerson Camata e Sérgio Machado, respectivamente).

G.3.2.3) Voto de aplauso

– À **TV Senado**, nas pessoas de sua diretora, Srª **Marilena Chiarelli**, e da equipe técnica responsável: **Ângela Brandão** (repórter), **Marcos Feijó** (cinematógrafo), **Dulcídio Siqueira** (editor) e **Cleyton Lira** (técnico), pela realização do belíssimo vídeo documental sobre o trabalho que vem sendo desenvolvido há quarenta e cinco anos na região amazônica pelo Padre Paolino Baldassari (RQS nº 332/2000, do Senador Tião Viana);

- Ao Presidente da República, **Fernando Henrique Cardoso**, pela iniciativa de instituir a Fundação Universidade Federal do Tocantins (RQS nº 321/2000, do Senador Carlos Patrocínio);

- Ao tenista **Gustavo Kuerten**, pela conquista do bicampeonato no torneio de Roland Garros, na França, e pela assunção da posição de número um no tênis mundial (RQS nº 324/2000, do Senador Maguito Vilela);

- À jornalista **Danuza Leão**, pela comenda recebida de Cavaleiro da Ordem das Artes e das Letras da França (RQS nº 444/2000, do Senador Antonio Carlos Magalhães);

- Ao teatrólogo, ensaísta e jornalista **Sábato Magaldi**, pelo título de Professor Emérito, que lhe foi outorgado pela Escola de Comunicações e Artes, da Universidade de São Paulo – USP (RQS nº 532/2000, do Senador Francelino Pereira);

- à **Organização do 33º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro**, realizado no período de 21 a 28.11.2000 e, em especial, aos cineastas paraibanos **Linduarte Noronha**, **Vladimir Carvalho** e ao compositor **Marcos Vinicius**, que receberam homenagens especiais pelos seus trabalhos em prol do cinema brasileiro (RQS nº 584/2000, do Senador Ronaldo Cunha Lima);

- ao tenista brasileiro **Gustavo Kuerten**, que se sagrou Campeão da Copa do Mundo de Tênis, terminando o ano de 2000 na posição de número um do tênis no ranking mundial, sendo o 1º sulamericano a

obter tal marca, elevando o nome do Brasil no cenário desportivo (RQS nº 601/2000, dos Senadores Jorge Bornhausen e Geraldo Althoff).

Dia 14.12 – ao atleta **Edson Arantes do Nascimento, o Pelé**, que acaba de receber da FIFA o título de “Jogador do Século” (RQS nº 658-A/2000, do Senador Maguito Vilela).

G.3.2.4) Voto de louvor

Dia 14.12 – ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, **Fernando Henrique Cardoso**, pela indicação da Juíza Ellen Gracie Northfleet para o cargo de Ministra do Supremo Tribunal Federal (RQS nº 552/2000, do Senador Pedro Simon).

G.3.2.5) Voto de congratulações

Dia 15.03 – ao Senador **Roberto Saturnino**, pelo lançamento de seu livro “*Contos do Rio*”, dia 15.3, à noite, em Brasília (RQS nº 112/2000, do Senador Francelino Pereira);

Dia 23.02 – ao Senador **José Roberto Arruda**, pelo lançamento do seu livro “*Lúcia, a Mãe de Glauber*” (RQS nº 141/2000, do Senador Francelino Pereira);

Dia 03.05 – aos dirigentes de **A Gazeta**, Sr. Carlos Lindemberg e Sr^a Alice Lindemberg, pelo lançamento em Vitória, Espírito Santo, do jornal **Notícia Agora** (RQS nº 242/2000, do Senador Gerson Camata);

Dia 24.20 – à **Prefeitura e Câmara de Vereadores de Manaus**, pelo transcurso, nesse dia, dos 152 anos de emancipação daquela Capital (RQS nº 541/2000, do Senador Bernardo Cabral);

Dia 9.10:

- à Sua Eminência Reverendíssima o **Cardeal-Arcebispo Dom Eugênio Sales**, pelos transcurso dos seus oitenta anos de vida (RQS nº 560/2000, do Senador Antonio Carlos Magalhães);

- ao economista **Celso Furtado**, nos transcurso de seus oitenta anos de vida (RQS nº 563/2000, dos Senadores Roberto Saturnino e Geraldo Melo).

G.3.2.6) Manifestação de Solidariedade

Dia 22.11 – a **todos os estudantes do Brasil** que estão em Brasília, desde ontem, 21.11, mobilizados para fazer com que o Governo Federal não acabe com o Programa Especial de Treinamento (PET), que atende a interesses de 3.500 estudantes, os quais estagiam nas nossas Universidades e recebem um salário mensal de R\$ 240,00 (DSF de 23.11.2000 - página 22935, fala do Senhor Presidente Ademir Andrade);

Dia 23.11 – ao Senador **José de Alencar**, repudiando o teor das acusações a ele publicadas na revista “**Veja**”, edição de 22.11.2000 (DSF de 24.11.2000 – páginas 23080/81).

G.3.2.7) Perfis Parlamentares

**Coleção “Grandes Vultos que Honraram o Senado”,
(Instituída através da Resolução nº 84, de 1996, do Senado Federal)**

Dia 3.8 – do ex-Senador **Henrique de La Rocque** (RQS nº 395/99, do Senador Edison Lobão);

Dia 22.8 – do ex-Senador **Milton Campos** (RQS nº 414/2000, do Senador Francelino Pereira);

Dia 22.8 – do ex-Senador **Gustavo Capanema** (RQS nº 415/2000, do Senador Francelino Pereira).

**G.4 – PARTICIPAÇÃO DOS SENADORES NA COMPOSIÇÃO DA MESA
QUE DIRIGE OS TRABALHOS NAS SESSÕES PLENÁRIAS**

Senadores	Presidência	Secretaria
Ademir Andrade	57	-
Agnelo Alves	1	2
Albino Boaventura	1	1
Álvaro Dias	8	1
Amir Lando	2	-
Antero Paes de Barros	-	1
Antonio Carlos Magalhães	95	-
Antônio Carlos Valadares	-	1
Arlindo Porto	1	-
Artur da Távola	-	1
Bello Parga	10	1
Bernardo Cabral	1	1
Carlos Patrocínio	81	80
Carlos Wilson	-	2
Casildo Maldaner	18	15
Clodoaldo Torres	1	1
Djalma Bessa	4	-
Edison Lobão	8	3
Eduardo Siqueira Campos	1	-
Eduardo Suplicy	25	8
Emília Fernandes	1	3
Francelino Pereira	3	2
Freitas Neto	3	-

Senadores	Presidência	Secretaria
Geraldo Cândido	1	1
Geraldo Melo	117	-
Gilberto Mestrinho	6	-
Gilvam Borges	3	2
Heloísa Helena	16	2
Henrique Loyola	15	10
Iris Rezende	4	-
Jefferson Peres	6	10
Jonas Pinheiro	11	7
José Alencar	5	-
José Eduardo Dutra	1	-
José Fogaça	8	1
José Jorge	1	1
José Roberto Arruda	2	-
Julio Eduardo	5	6
Juvêncio da Fonseca	-	1
Lauro Campos	14	1
Leomar Quintanilha	11	3
Lúcio Alcântara	1	2
Lúdio Coelho	9	11
Luiz Otávio	6	2
Maguito Vilela	3	2
Marina Silva	1	-
Marluce Pinto	6	-
Mauro Miranda	1	-

Senadores	Presidência	Secretaria
Moreira Mendes	7	3
Mozarildo Cavalcanti	9	6
Nabor Júnior	44	43
Osmar Dias	2	1
Paulo Hartung	2	1
Pedro Piva	1	1
Pedro Simon	1	-
Ramez Tebet	7	10
Ribamar Fiquene	5	2
Ricardo Santos	2	-
Roberto Saturnino	4	-
Romero Jucá	2	-
Romeu Tuma	4	5
Sebastião Rocha	4	1
Thelma Siqueira Campos	4	-
Tião Viana	11	15
Valmir Amaral	1	1

G.5 – PARTICIPAÇÃO DOS SENADORES NOS TRABALHOS

G.5.1. – Proposições apresentadas

SENADORES	PROPOSIÇÕES APRESENTADAS						
	PEC	PLS	PDS	PRS	RQS	PARECER	EMENDA DE PLENÁRIO
Ademir Andrade	-	2	-	-	15	23	3
Agnelo Alves	-	2	-	-	1	11	-
Albino Boaventura	-	1	-	-	1	2	-
Álvaro Dias	1	3	-	1	9	36	1
Amir Lando	-	2	1	-	3	10	-
Antero Paes de Barros	1	5	-	1	2	4	-
Antonio Carlos Magalhães	1	1	-	-	9	-	-
Antônio Carlos Valadares	-	6	-	1	10	6	3
Arlindo Porto	-	5	-	-	2	1	-
Artur da Távola	-	1	-	-	3	11	2
Bello Parga	-	-	-	-	6	21	1
Bernardo Cabral	1	-	-	-	10	14	1
Carlos Bezerra	-	1	-	-	2	6	-
Carlos Patrocínio	1	10	-	-	4	115	1
Carlos Wilson	-	-	-	-	3	9	-
Casildo Maldaner	-	3	-	2	1	16	-
Clodoaldo Torres	-	-	-	-	-	-	1
Djalma Bessa	-	-	-	-	2	24	-
Edison Lobão	-	1	-	-	9	27	4
Eduardo Siqueira Campos	-	-	-	-	2	6	-
Eduardo Suplicy	-	1	1	-	17	18	7
Emília Fernandes	-	-	-	-	11	19	-
Ernandes Amorim	1	1	-	-	3	-	-

SENADORES	PROPOSIÇÕES APRESENTADAS						
	PEC	PLS	PDS	PRS	RQS	PARECER	EMENDA DE PLENÁRIO
Francelino Pereira	-	-	-	-	10	24	-
Freitas Neto	-	2	-	-	1	6	-
Geraldo Althoff	1	3	-	1	1	15	1
Geraldo Cândido	1	5	-	-	5	4	-
Geraldo Lessa	-	-	-	-	-	1	-
Geraldo Melo	-	-	-	-	5	95	2
Gerson Camata	-	2	-	-	10	12	2
Gilberto Mestrinho	-	-	-	-	5	9	9
Gilvam Borges	-	2	-	-	2	16	-
Heloísa Helena	1	6	1	-	40	3	11
Henrique Loyola	-	2	-	-	4	1	-
Hugo Napoleão	-	3	-	-	6	6	-
Iris Rezende	-	2	-	-	10	12	-
Jader Barbalho	-	1	-	-	1	-	1
Jefferson Péres	2	3	-	1	14	19	-
João Alberto Souza	-	1	-	-	3	2	-
Jonas Pinheiro	-	-	1	-	4	33	5
Jorge Bornhausen	-	2	-	-	1	1	1
José Alencar	-	-	-	-	5	6	-
José Eduardo Dutra	-	4	-	1	14	8	17
José Fogaça	-	-	-	-	4	38	2
José Jorge	-	1	-	-	3	17	1
José Roberto Arruda	-	7	-	1	15	7	4
José Sarney	-	-	-	-	3	2	-
Julio Eduardo	1	-	-	-	-	2	-

SENADORES	PROPOSIÇÕES APRESENTADAS						
	PEC	PLS	PDS	PRS	RQS	PARECER	EMENDA DE PLENÁRIO
Juvêncio da Fonseca	-	1	-	-	1	7	-
Lauro Campos	-	5	-	1	2	2	-
Leomar Quintanilha	-	1	-	-	4	6	1
Líderes	-	-	-	-	57	-	-
Lúcio Alcântara	-	5	-	-	18	30	4
Lúdio Coelho	-	-	-	-	6	20	-
Luiz Estevão	-	13	-	-	2	7	-
Luiz Otávio	-	-	-	-	6	26	3
Luiz Pontes	1	7	-	-	5	2	-
Luzia Toledo	-	6	-	-	-	11	-
Maguito Vilela	1	2	-	-	7	4	-
Maria do Carmo Alves	1	1	-	-	3	12	-
Marina Silva	-	4	-	-	9	3	-
Marluce Pinto	-	1	-	-	-	7	-
Mauro Miranda	-	-	-	-	2	2	1
Moreira Mendes	1	5	-	-	10	10	-
Mozarildo Cavalcanti	-	16	-	-	4	8	3
Nabor Júnior	1	2	-	-	5	105	1
Ney Suassuna	1	3	-	2	2	13	1
Osmar Dias	-	20	-	2	9	22	-
Paulo Hartung	3	10	-	-	2	1	1
Paulo Souto	-	3	-	-	10	7	2
Pedro Piva	-	-	-	-	2	14	-
Pedro Simon	2	1	-	-	22	9	15
Ramez Tebet	1	2	-	-	3	6	-

SENADORES	PROPOSIÇÕES APRESENTADAS						
	PEC	PLS	PDS	PRS	RQS	PARECER	EMENDA DE PLENÁRIO
Renan Calheiros	-	3	-	-	2	1	-
Ribamar Figueire	-	-	-	-	-	2	-
Ricardo Santos	2	2	-	2	3	4	2
Roberto Freire	-	7	-	1	5	3	-
Roberto Requião	1	1	1	1	6	1	-
Roberto Saturnino	-	2	-	-	6	12	9
Romero Jucá	1	5	-	-	9	11	-
Romeu Tuma	-	3	-	-	15	50	3
Ronaldo Cunha Lima	-	1	-	-	7	99	3
Sebastião Rocha	4	8	1	1	5	4	13
Sérgio Machado	-	2	-	-	7	4	2
Thelma Siqueira Campos	-	-	-	-	-	-	1
Tião Viana	1	2	-	-	6	11	2
Valmir Amaral	-	2	-	-	-	4	1
Wellington Roberto	-	-	-	-	-	8	-

G.5.2 - Uso da Palavra

SENADORES	*Pronunciamento	Discussão	Encaminhamento de votação	Explicação pessoal	Comunicação inadiável	Pela ordem	Questão de ordem e solicitação de providência	Aparte
Ademir Andrade	69	10	7	-	1	4	1	19
Agnelo Alves	-	1	-	-	-	-	-	14
Alberto Silva	1	-	-	-	-	1	-	1
Albino Boaventura	5	-	-	-	-	-	-	-
Álvaro Dias	32	12	7	-	8	3	-	11
Amir Lando	9	7	4	-	-	2	-	17
Antero Paes de Barros	8	2	-	-	1	-	1	13
Antonio Carlos Magalhães	8	-	2	2	7	-	-	11
Antônio Carlos Valadares	4	11	14	-	4	4	-	12
Arlindo Porto	9	6	1	-	1	-	-	13
Artur da Távola	5	6	3	-	-	2	1	9
Bello Parga	3	2	2	-	-	1	-	4
Bernardo Cabral	24	7	8	-	1	11	-	34
Carlos Bezerra	21	1	2	-	1	1	-	9
Carlos Patrocínio	62	4	2	-	1	-	-	16
Carlos Wilson	10	-	-	-	-	1	-	11
Casildo Maldaner	19	8	6	-	4	2	-	29
Clodoaldo Torres	4	-	-	-	-	-	-	2
Djalma Bessa	7	-	1	-	-	-	-	7
Edison Lobão	26	5	9	-	5	3	-	34
Eduardo Siqueira Campos	17	-	2	-	1	-	-	1
Eduardo Suplicy	50	32	11	-	24	30	8	75
Emília Fernandes	6	5	6	-	2	4	1	2

*Como "Pronunciamento" consideraram-se as seguintes possibilidades de uso da palavra: art. 14, I; II, "a" e "b"; VII (exceto comunicação inadiável); VIII, "c"; IX e XI do RISF.

SENADORES	*Pronunciamento	Discussão	Encaminhamento de votação	Explicação pessoal	Comunicação inadiável	Pela ordem	Questão de ordem e solicitação de providência	Aparte
Ernandes Amorim	29	1	-	-	7	3	-	22
Francelino Pereira	38	2	3	-	4	-	-	12
Freitas Neto	9	-	2	-	-	1	-	1
Geraldo Althoff	4	1	1	-	1	-	-	2
Geraldo Cândido	27	10	2	-	3	3	2	14
Geraldo Lessa	-	1	-	-	-	-	-	3
Geraldo Melo	4	1	3	-	1	1	-	24
Gerson Camata	1	5	1	-	-	2	-	25
Gilberto Mestrinho	3	-	2	-	-	2	-	22
Gilvam Borges	22	-	1	-	-	1	-	6
Heloísa Helena	63	48	50	-	1	25	2	89
Henrique Loyola	5	-	1	-	2	-	-	4
Hugo Napoleão	13	5	13	1	1	-	-	12
Iris Rezende	22	2	3	-	-	-	-	9
Jader Barbalho	12	4	8	2	-	4	2	3
Jefferson Peres	17	7	5	-	1	3	-	18
João Alberto Souza	9	-	-	-	-	-	-	-
Jonas Pinheiro	13	3	2	-	-	-	-	6
Jorge Bornhausen	3	-	-	-	-	-	-	2
José Agripino	3	-	-	-	-	4	-	2
José Alencar	10	7	5	-	1	1	-	27
José Eduardo Dutra	16	21	23	-	2	31	6	46
José Fogaça	22	10	4	-	2	4	-	13

SENADORES	*Pronunciamento	Discussão	Encaminhamento de votação	Explicação pessoal	Comunicação inadiável	Pela ordem	Questão de ordem e solicitação de providência	Aparte
José Jorge	9	3	-	-	-	-	-	6
José Roberto Arruda	37	2	21	1	1	12	1	21
José Sarney	2	1	1	-	-	1	-	1
Julio Eduardo	14	1	1	-	1	2	-	9
Juvêncio da Fonseca	8	5	-	-	-	1	-	4
Lauro Campos	32	12	8	-	1	1	-	30
Leomar Quintanilha	33	1	2	-	-	-	-	42
Lúcio Alcântara	97	17	9	-	3	4	1	15
Lúdio Coelho	7	2	2	-	-	-	-	8
Luiz Estevão	3	-	-	-	1	-	-	-
Luiz Otávio	9	5	4	2	-	3	-	5
Luiz Pontes	7	-	-	-	1	-	-	2
Luzia Toledo	10	-	-	-	-	-	-	-
Maguito Vilela	20	-	7	-	16	5	-	21
Maria do Carmo Alves	12	1	1	-	1	-	-	-
Marina Silva	32	4	2	-	4	1	-	20
Marluce Pinto	7	-	-	-	-	-	-	5
Mauro Miranda	22	1	-	-	-	-	-	1
Moreira Mendes	40	2	2	-	9	3	-	21
Mozarildo Cavalcanti	40	1	2	-	6	-	-	22
Nabor Júnior	25	2	1	1	2	1	-	4
Ney Suassuna	34	4	4	-	3	10	1	20
Osmar Dias	21	9	6	-	4	7	-	18
Paulo Hartung	27	11	12	-	8	4	-	13

SENADORES	*Pronunciamento	Discussão	Encaminhamento de votação	Explicação pessoal	Comunicação inadiável	Pela ordem	Questão de ordem e solicitação de providência	Aparte
Paulo Souto	15	7	6	-	1	-	-	5
Pedro Piva	3	2	5	-	-	-	-	5
Pedro Simon	39	13	14	-	3	12	4	47
Ramez Tebet	30	10	9	-	3	5	-	45
Renan Calheiros	12	-	4	-	3	2	1	10
Ribamar Fiquene	6	-	-	-	-	-	-	1
Ricardo Santos	17	5	2	-	-	1	-	7
Roberto Freire	15	7	14	-	2	13	2	18
Roberto Requião	25	18	13	1	13	4	3	35
Roberto Saturnino	16	14	16	-	9	3	-	36
Romero Jucá	86	8	12	-	4	16	1	59
Romeu Tuma	13	5	3	-	3	2	-	33
Ronaldo Cunha Lima	8	-	1	-	-	-	-	-
Sebastião Rocha	19	15	5	-	19	3	-	33
Sérgio Machado	29	5	9	-	-	1	1	16
Teotônio Vilela Filho	-	-	-	-	-	-	-	1
Thelma Siqueira Campos	3	-	1	-	1	-	-	6
Tião Viana	33	9	1	3	7	4	1	26
Valmir Amaral	1	-	-	-	-	-	-	-
Wellington Roberto	1	-	-	-	-	-	-	-

G.6 – PARTICIPAÇÃO DOS SENADORES EM ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO

G.6.1 - Designados pela Presidência, em 27.2.96, o Senador **Lúcio Alcântara** e, em 1º.7, o Senador **Antonio Carlos Magalhães**, para, como representantes do Senado Federal, integrarem a Comissão Nacional para as Comemorações do “V Centenário do Descobrimento do Brasil” (Decreto de 6 de fevereiro de 1996).

Histórico: No dia 13.01.2000, o Senador **Antonio Carlos Magalhães** recepcionou, como membro dessa Comissão, o Dr. **Mário Soares**, Chefe da Delegação Portuguesa da referida Comissão, em sua estada em Porto Seguro - Bahia (Requerimento nº 25/2000-M, de 19.01.2000).

G.6.2 - Designado, em 27.2.96, o Senador **Lúcio Alcântara** para, como representante do Poder Legislativo, integrar a Comissão Especial de Acesso à Informação de Arquivo (Ofício SF/169/96, de 27.2.96).

G.6.3 - Designados, em 11.3.99, os Senadores **Geraldo Melo** e **Jonas Pinheiro**, como representantes do Senado Federal, para acompanhar as reuniões do Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool - CIMA com o Conselho Consultivo para a Política Sucroalcooleira (Resolução nº 1, de 3 de fevereiro de 1999, do Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool – CIMA /Of. SF/164/99, de 11.3).

Histórico: - Na sessão do dia 14.10.99, o Senador **Jonas Pinheiro** fez, em pronunciamento, um balanço das iniciativas e avanços alcançados, por intermédio do Cima e do Comitê Consultivo, na discussão com o Governo Federal e com a sociedade em torno do programa do açúcar e do álcool (DSF nº 161, de 15.10.99, pg. 27632).

- Na sessão do dia 11.01.2000, o Senador **Jonas Pinheiro** anunciou, em pronunciamento, a realização de reunião do Conselho Consultivo do Cima com representantes do setor sucroalcooleiro, marcada para o dia 13 de janeiro de 2000, na Sala 2 da Ala Nilo Coelho, do Senado Federal, para estabelecerem as diretrizes e ações para o ano 2000 e a pauta de negociação com o Governo Federal (DSF nº 2, de 12.01.2000, pgs. 00092/00093).

- Na sessão do dia 14.01.2000, o Senador **Carlos Patrocínio** referiu-se, em pronunciamento, aos pontos principais tratados na reunião do Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool – Cima, realizada no dia 13.01.2000, nas dependências do Senado Federal (DSF nº 5, de 15.01.2000, pg. 00348).

G.6.4 - Em 10.10.2000, em resposta ao Aviso nº 894/MJ, de 11.9.2000, o Senhor Presidente do Senado, Senador Antonio Carlos Magalhães, enviou o Ofício SF nº 1420/2000, ao Ministro de Estado da Justiça, Dr. José Gregori, informando, para efeito do disposto no art. 2º da Lei nº 4.319, de 16.3.64 (que “*cria o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana*”), que no Senado Federal, na presente Sessão Legislativa, compõe a **Maioria** o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), cuja liderança é exercida pelo Senador **Jader Barbalho**; e a **Minoria** o Bloco Parlamentar de Oposição, constituído pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido Democrático Trabalhista (PDT), tendo como Líder a Senadora **Heloísa Helena**.

REPRESENTAÇÃO DO SENADO FEDERAL EM ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO

De acordo com o art. 34 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, foram nomeados pelo Senhor Presidente da República, Senhor Fernando Henrique Cardoso, através do Decreto de 9 de fevereiro de 1998, publicado no *Diário Oficial* da União de 10 de fevereiro de 1998, Seção 2, o Sr. **Raimundo Carreiro Silva**, Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal, e o Sr. **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral do Senado Federal, para representarem o Senado Federal no Conselho Consultivo da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel.

G.7 – COMISSÕES

a) PERMANENTES

a.1) COMISSÃO DIRETORA

A Comissão Diretora funcionou com a mesma composição da Mesa do Senado Federal, nos termos do disposto no art. 77 do Regimento Interno.

a.2) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Proporcionalidade Partidária

Representação por Partido Nº de integrantes: Titulares: 27 - Suplentes: 27							
Partido	Bancada	Proporção	Repres 1	Ajuste 1	Repres 2	Ajuste 2	Repres Final
PMDB	27	9,00	9	2,7	9	2,7	9
PFL	20	6,67	6	2,8571429	7	2,5	7
PSDB	16	5,33	5	2,6666667	5	2,6666667	5
BLOCO	14	4,67	4	2,8	4	2,8	5
PPB	3	1,00	1	1,5	1	1,5	1
PTB	1	0,33	0		0		0
TOTAL	81	27	25		26		27

Bloco Oposição: **PSB¹, PT, PDT e PPS²**.
Proporcionalidade partidária fixada, excepcionalmente, em 23.2.99.

¹ Em 27.3.2000, o PSB retirou-se do Bloco Oposição (Of. nº 004/2000-GLPSB, de 23.3, publicado no DSF de 25.3.2000).

² Em 05.10.99, o PPS retirou-se do Bloco Oposição.

Composição da Comissão de Assuntos Econômicos

Presidente: Senador Ney Suassuna
Vice-Presidente: Senador Bello Parga

Titulares		Suplentes
PMDB		
Agnelo Alves		1. Gerson Camata
José Fogaça		2. Pedro Simon
José Alencar		3. Roberto Requião
Luiz Estevão ^{3 4}		4. Alberto Silva
Maguito Vilela		5. Marluce Pinto
Gilberto Mestrinho		6. Mauro Miranda ⁵
Ramez Tebet		7. Wellington Roberto
Ney Suassuna		8. Amir Lando
Carlos Bezerra		9. João Alberto Souza ⁶
PFL		
Jorge Bornhausen		1. José Agripino
Francelino Pereira		2. José Jorge
Edison Lobão		3. Romeu Tuma
Bello Parga		4. Bernardo Cabral
Jonas Pinheiro		5. Eduardo Siqueira Campos ^{7 8}
Freitas Neto		6. Geraldo Althoff
Paulo Souto		7. Mozarildo Cavalcanti
PSDB		
Antero Paes de Barros		1. (Vago) ⁹
José Roberto Arruda ¹⁰		2. Sérgio Machado ¹¹
Lúdio Coelho		3. Luiz Pontes
Romero Jucá		4. Lúcio Alcântara
Pedro Piva		5. Osmar Dias

³ Em 28.6.2000, foi promulgada a Resolução nº 51/2000, decretando a perda de mandato do Senador.

⁴ Em 10.8.2000, o Senador Renan Calheiros foi designado para ocupar a vaga deixada pelo ex-Senador Luiz Estevão (OF.GLPMDDB nº 161/00, de 9.8.2000, publicado no DSF de 11.8.2000).

⁵ Licença para tratar de interesses particulares no período de 19.8 a 18.12.2000 (RQS nº 493/2000).

⁶ Licença para tratamento de saúde no período de 22.5 a 28.9.2000 (RQS nº 301/2000).

⁷ Afastou-se do exercício do mandato em 30.3.2000, para exercer o cargo de Secretário de Estado do Governo do Tocantins. Em 19.4.2000, foi designado para ocupar a vaga o Senador Moreira Mendes.

⁸ Em 31.10.2000, foi designado para substituir o Senador Moreira Mendes (Of. nº 175/00-GLPFL, de 31.10.2000, publicado no DSF de 1º.11.2000, pg. 21358).

⁹ Vaga preenchida pelo Senador Sérgio Machado em 5.6.2000.

¹⁰ Em 5.6.2000, foi substituído pelo Senador Ricardo Santos.

¹¹ Em 5.6.2000, foi substituído pelo Senador José Roberto Arruda.

Bloco Oposição^{12 13 14}		
Eduardo Suplicy (PT)		1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Lauro Campos (PT)		2. Sebastião Rocha (PDT)
José Eduardo Dutra (PT)		3. Roberto Freire ^{15 16} (PPS)
Roberto Saturnino (PSB)		4. Marina Silva ^{17 18} (PT)
Jefferson Peres (PDT)		5. Heloísa Helena (PT)
PPB		
Luiz Otávio ¹⁹		Ernandes Amorim ²⁰

Composição da Comissão de Assuntos Econômicos ao final da Sessão Legislativa

Presidente: Senador Ney Suassuna
Vice-Presidente: Senador Bello Parga

Titulares		Suplentes
PMDB		
Agnelo Alves		1. Gerson Camata
José Fogaça		2. Pedro Simon
José Alencar		3. Roberto Requião
Renan Calheiros		4. Alberto Silva
Maguito Vilela		5. Marluce Pinto
Gilberto Mestrinho		6. Mauro Miranda ²¹
Ramez Tebet		7. Wellington Roberto
Ney Suassuna		8. Amir Lando
Carlos Bezerra		9. João Alberto Souza
PFL		
Jorge Bornhausen		1. José Agripino
Francelino Pereira		2. José Jorge
Edison Lobão		3. Romeu Tuma
Bello Parga		4. Bernardo Cabral
Jonas Pinheiro		5. Eduardo Siqueira Campos
Freitas Neto		6. Geraldo Althoff
Paulo Souto		7. Mozarildo Cavalcanti

¹² Em 05.10.99, o PPS retirou-se do Bloco Oposição.

¹³ Em 27.3.2000, o PSB retirou-se do Bloco Oposição.

¹⁴ Em 11.10.2000, foi lida comunicação do Bloco de Oposição, de que, a partir dessa data, passa a se constituir das bancadas do Partido dos Trabalhadores, Partido Democrático Trabalhista e Partido Verde.

¹⁵ Em 3.5.2000, foi substituído pelo Senador Paulo Hartung (Of. nº 69/2000-GLDPT, de 3.5.2000).

¹⁶ Em 22.11.2000, por cessão, o Senador Paulo Hartung foi substituído pelo Senador Carlos Wilson (Ofício nº 152/2000-GLDPT, de 22.11.2000).

¹⁷ Licença para tratamento de saúde no período de 9.10.2000 a 7.2.2001 (RQS nº 524/2000).

¹⁸ Em 16.10.2000, foi substituída pelo Senador Julio Eduardo (Of. nº 142/2000/GLDPT, de 16.10.2000, publicado no DSF de 17.10.2000).

¹⁹ Desfilou-se do Partido em 15.12.99.

²⁰ Licença para tratamento de saúde no período de 27 a 31.7.2000 e para tratar de interesses particulares no período de 1º a 28.11.2000 (RQS nºs 423 e 424/2000, respectivamente). Em 29.11.2000, retornou às suas atividades, tendo em vista o término de sua licença.

²¹ Em 15.12.2000, foi lida comunicação de seu retorno ao exercício do mandato a partir do dia 19.12.2000, tendo em vista o término de sua licença.

PSDB		
Antero Paes de Barros		1. Sérgio Machado
Ricardo Santos		2. José Roberto Arruda
Lúdio Coelho		3. Luiz Pontes
Romero Jucá		4. Lúcio Alcântara
Pedro Piva		5. Osmar Dias
Bloco Oposição (PT, PDT e PV)		
Eduardo Suplicy (PT)		1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Lauro Campos (PT)		2. Sebastião Rocha (PDT)
José Eduardo Dutra (PT)		3. Carlos Wilson (PPS)
Roberto Saturnino (PSB)		4. Júlio Eduardo (PV)
Jefferson Peres (PDT)		5. Heloísa Helena (PT)
PPB		
Luiz Otávio (sem Partido)		Ernandes Amorim ²²

Histórico de 2000

Em 31.8.2000, foi publicado o relatório das atividades da Comissão na 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura (DSF de 1º.9.2000, pgs. 17659/61);

Em 31.10.2000, foi publicado relatório das atividades da Comissão no período de fevereiro a outubro de 2000 (DSF de 01.11.2000 – pgs. 21465/73).

Em 30.11.2000, foi publicado relatório das atividades da Comissão no período de fevereiro a novembro de 2000 (DSF de 01.12.2000 – pgs. 23680/86).

Em 15.12.2000, foi publicado relatório das atividades da Comissão no período de fevereiro a dezembro de 2000 (DSF de 16.12.2000 – pgs. 25527/37).

Mapa de publicação das atas das reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
1ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	22.2.2000	051	1.4.2000	5858
2ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa Audiência pública com os Srs. Flávio Régis Xavier de Moura e Castro , Presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil; Deputado Nominando Diniz , Presidente da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba e representante da União Nacional dos Legislativos Estaduais; Paulo Roberto Ziulkoski , Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, destinada a instruir o PLC nº 4/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).	29.2.2000	051	1.4.2000	5873
			057	11.4.2000	6814

²² Em 14.12.2000, foi lida comunicação de renúncia ao mandato de Senador da República, a partir de 31.12.2000, com efeitos a partir de 1º.01.2001, por ter sido eleito para a Prefeitura de Ariquemes – RO.

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
3ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	14.3.2000	051 057	1.4.2000 11.4.2000	5911 6851
4ª	Conjunta com a CI Exposição dos Srs. Tenente-Brigadeiro-do-Ar Carlos de Almeida Baptista , Comandante da Aeronáutica; Eduardo Bogallo Pettengill , Presidente da Infraero; Venâncio Grossi , Diretor do DAC; e Paulo Enrique Coco , Presidente da Transbrasil, acerca da atual situação das empresas aéreas, seus compromissos financeiros com organismos da União e possíveis fusões entre empresas.	14.3.2000	051 057	1.4.2000 11.4.2000	5928 6867
5ª	Conjunta com a CI Exposição do Sr. Eliseu Lemos Padilha , Ministro dos Transportes, sobre o Programa de Privatização e Tarifas de Pedágio.	15.3.2000	051	1.4.2000	5957
6ª	Audiência Pública com o Sr. Esperidião Amin , Governador do Estado de Santa Catarina, destinada a instruir o PLC nº 4/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).	15.3.2000	051	1.4.2000	5985
7ª	Audiência pública com o Sr. Carlos Eduardo de Freitas , Diretor de Finanças Públicas e Regimes Especiais do Banco Central do Brasil, acerca dos contratos de antecipação de receitas firmados por diversos Estados brasileiros.	16.3.2000	051	1.4.2000	5990
8ª	Audiência pública com os Srs. Martus Tavares , Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão; e Amaury Bier , Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, destinada a instruir o PLC nº 4/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).	21.3.2000	051	1.4.2000	6002
9ª	Arguição e aprovação da Srª Tereza Cristina Grossi Togni para exercer o cargo de Diretora do Banco Central do Brasil (MSF nº 91/2000)	21.3.2000	051	1.4.2000	6032
10ª	Depoimento do Sr. Celso Pitta , Prefeito da Cidade de São Paulo, para instruir a apreciação do contrato de confissão, consolidação, promessa de assunção e refinanciamento de dívidas celebrado entre a União e o Município de SP (MSF nº 76/2000).	22.3.2000	051	1.4.2000	6066
11ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	22.3.2000	091 097	1.6.2000 10.6.2000	11329 12360
12ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	28.3.2000	091 097	1.6.2000 10.6.2000	11329 12365
13ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	4.4.2000	091 097	1.6.2000 10.6.2000	11330 12385

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
14ª	Extraordinária Exposição do Sr. Sérgio Darcy da Silva Alves , Diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro do Banco Central do Brasil, para instrução do PLS nº 282/99–Complementar (instituição da Conta Pagamento Padrão isenta de tarifas bancárias).	4.4.2000	091 097	1.6.2000 10.6.2000	11331 12415
15ª	Extraordinária Audiência pública com a Srª Sol Garson Braule Pinto , Secretária de Fazenda do Município do Rio de Janeiro, e o Sr. Torquato Jardim , representante dos contribuintes; para instrução do PLS nº 646/99 (direitos e garantias do contribuinte).	5.4.2000	091 097	1.6.2000 10.6.2000	11332 12423
16ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	11.4.2000	091 097	1.6.2000 10.6.2000	11332 12444
17ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	18.4.2000	091 097	1.6.2000 10.6.2000	11334 12465
18ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	25.4.2000	091 097	1.6.2000 10.6.2000	11334 12488
19ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	26.4.2000	091 097	1.6.2000 10.6.2000	11336 12513
20ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa Exposições dos Srs. Ronaldo Lessa , Governador do Estado de Alagoas; Carlos Eduardo de Freitas , Diretor da Área de Dívida Pública do Banco Central; José Irenaldo , do Departamento de Regimes Especiais; e Fernando Luciano Dantas , Diretor do Banco Central e Liquidante do Produban, para instrução do Ofício “S” nº 24/2000 (extinção do Produban e criação de agência de fomento).	27.4.2000	091 097	1.6.2000 10.6.2000	11337 12542
21ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa Audiência pública com o Sr. Armínio Fraga Neto , Presidente do Banco Central, sobre as causas dos seguidos prejuízos do Banco Central nos últimos anos e os fluxos financeiros entre a Autoridade monetária e o Tesouro Nacional; cédula de crédito bancário; e possíveis responsabilidades do Banco no crescimento do passivo do Banco do Estado de Rondônia durante o regime de administração especial.	4.5.2000	091 097	1.6.2000 10.6.2000	11339 12577
22ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	9.5.2000	091 097	1.6.2000 10.6.2000	11340 12596

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
23 ^a	Extraordinária Continuação da audiência pública com o Sr. Armínio Fraga Neto , Presidente do Banco Central; e Carlos Eduardo de Freitas , Diretor do Banco Central do Brasil, sobre as causas do prejuízo do Banco Central do Brasil nos últimos anos e os fluxos financeiros entre a Autoridade monetária e o Tesouro Nacional, possíveis responsabilidades do Banco Central do Brasil no crescimento do passivo do Banco do Estado de Rondônia durante o regime de administração especial; e a operação de antecipação de <i>royalties</i> .	9.5.2000	091 097	1.6.2000 10.6.2000	11341 12618
24 ^a	Extraordinária Audiência pública com o Sr. Henry Philippe Reichstul , Presidente da Petrobrás, para instrução do PLS nº 263/99 (procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização).	10.5.2000	091 097	1.6.2000 10.6.2000	11341 12650
25 ^a	Ordinária Apreciação de matéria legislativa Exposição do Sr. Marcos Caramuru de Paiva , Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda; e Vinicius Pinheiro , Secretário de Previdência Social, para instrução da Mensagem nº 99/2000 (operação de crédito externo, ajuste setorial, reforma da Previdência Social/Segunda Fase).	16.5.2000	091 097	1.6.2000 10.6.2000	11342 12676
26 ^a	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	23.5.2000	091 097	1.6.2000 10.6.2000	11342 12698
27 ^a	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	30.5.2000	109	1.7.2000	15122
28 ^a	Conjunta com a CI Exposição dos Srs. Tenente-Brigadeiro-do-Ar Carlos Almeida Baptista , Comandante da Aeronáutica; Fernando Perrone , Presidente da Infraero; Venâncio Grossi , Diretor do DAC; Wagner Canhedo , Presidente da VASP; Osires Silva , Presidente da Varig; Amaro Rolim , Presidente da TAM; Graziela Baggio , Presidente da Federação de Aeronautas e Aeroviários, acerca da atual situação das empresas aéreas, seus compromissos financeiros perante os organismos da União e sobre possíveis acordos de fusão entre empresas.	6.6.2000	109	1.7.2000	15147
29 ^a	Ordinária Apreciação de matéria legislativa Exposição dos Srs. Figueiredo , representante do Estado de São Paulo; e Atílio Mariano , da Diretoria da Sabesp, para instrução do Ofício "S" nº 12/2000 (<i>pedido do Estado de SP para conceder contragarantia à União em operação de crédito entre a Sabesp e o BID – Projeto de Despoluição do Rio Tietê – Etapa II</i>)	13.6.2000	109	1.7.2000	15189
30 ^a	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	15.6.2000	109	1.7.2000	15211

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
31ª	Ordinária Argüição e aprovação dos Srs. João Grandino Rodas , para o cargo de Presidente do CADE, do Ministério da Justiça (MSF nº 126/2000); e para os cargos de Conselheiros do CADE, os Srs. Thompson Almeida Andrade (MSF nº 127/2000); Celso Fernandes Campi-longo (MSF nº 128/2000); e Afonso Arinos de Mello Franco Neto (MSF nº 129/2000). Apreciação de matéria legislativa	20.6.2000	109	1.7.2000	15215
32ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	21.6.2000	109	1.7.2000	15246
33ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	27.6.2000	109	1.7.2000	15261
34ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	28.6.2000	109	1.7.2000	15281
35ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	8.8.2000	135	6.9.2000	18198
36ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	12.9.2000	151	30.9.2000	19133
37ª	Extraordinária Argüição e aprovação do Sr. Ilan Goldfajn para o cargo de Diretor do Banco Central (MSF nº 167/2000).	12.9.2000	151	30.9.2000	19153
38ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	3.10.2000	172	1.11.2000	21592
39ª	Extraordinária Exposição da Srª Tereza Grossi , Diretora de Fiscalização; e do Sr. Carlos Eduardo de Freitas , Diretor de Finanças Públicas e Regimes Especiais, ambos do Banco Central do Brasil, sobre fatos relacionados ao processo de auditoria realizado no Banestado Leasing, quando do saneamento do Banco para a sua privatização.	3.10.2000	172	1.11.2000	21604
40ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	10.10.2000	172	1.11.2000	21624
41ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	17.10.2000	172	1.11.2000	21637
42ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	24.10.2000	172	1.11.2000	21657
43ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	24.10.2000	172	1.11.2000	21664
44ª	Adiamento da apresentação de emendas da Comissão ao Orçamento de 2001	25.10.2000	172	1.11.2000	21668

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
45 ^a	Ordinária Audiência pública com a presença dos Srs. Benjamim Sicsú , Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Carlos Pacheco , Secretário Executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia; Samuel Assayag Hanan , Vice-Governador do Estado do Amazonas; e Deputado José Anibal , para instrução do PLC nº 49/2000 (<i>capacitação e competitividade do setor de tecnologia de informação</i>). Apreciação de requerimentos	31.10.2000	202 (Suplemento)	16.12.2000	00394
46 ^a	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	7.11.2000	202 (Suplemento)	16.12.2000	00431
47 ^a	Extraordinária Conjunta com as Comissões de Finanças e Tributação da CD; de Economia, Indústria e Comércio da CD; de Fiscalização Financeira e Controle da CD, realizada na Câmara dos Deputados. Exposição do Sr. Arminio Fraga Neto , Presidente do Banco Central do Brasil, cumprindo determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal (avaliação semestral do cumprimento de metas das políticas monetária, creditícia e cambial), com a presença dos Presidentes e membros das Comissões acima referidas e do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Deputado Alberto Goldman .	8.11.2000	202 (Suplemento)	16.12.2000	00461
48 ^a	Ordinária Audiência pública com a presença do Sr. Everardo Maciel , Secretário da Receita Federal, para instrução do PLC nº 49/2000 (<i>capacitação e competitividade do setor de tecnologia de informação</i>), com a participação do Deputado Júlio Semeghini .	14.11.2000	202 (Suplemento)	16.12.2000	00493
49 ^a	Ordinária Audiência pública com a presença dos Srs. José Mário Abdo , Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica; Richard Olm , Diretor da Gaspetro; Júlio Colombi Neto , Diretor da Agência Nacional do Petróleo; Boria Garbati Gorenstin , Diretor do Departamento Nacional de Desenvolvimento Energético da Secretaria de Energia do Ministério das Minas e Energia; e Sérgio Weigert Ennes , membro do Conselho de Administração da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica; acerca da "Política de Preços para a Indústria do Gás Natural".	21.11.2000	202 (Suplemento)	16.12.2000	00517
50 ^a	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	21.11.2000	202 (Suplemento)	16.12.2000	00581
51 ^a	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	22.11.2000	202 (Suplemento)	16.12.2000	00594

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
52ª	Extraordinária Audiência pública com a presença dos Srs. Fernando da Costa Tourinho Neto , Presidente do TRF-1ª Região; e Almir Martins Bastos , Procurador da Fazenda Nacional, acerca da Dívida Ativa. Apreciação de matéria legislativa	22.11.2000	202 (Suplemento)	16.12.2000	00595
53ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	28.11.2000	202 (Suplemento)	16.12.2000	00608
54ª	Extraordinária Exposição do Sr. Francisco Gros , Presidente do BNDES, acerca do Novo Plano Estratégico do BNDES	29.11.2000	202 (Suplemento)	16.12.2000	00640
55ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	5.12.2000	202 (Suplemento)	16.12.2000	00673
56ª	Extraordinária Exposição dos Srs. Edson Galdino Vilela de Souza , Edilson Galdino Vilela de Souza e Elcio Aníbal de Lucca , Presidente da Serasa, com a presença do Deputado Gerson Gabrielli , acerca das "denúncias sobre abusos na inscrição de pessoas físicas e jurídicas por parte da empresa Serasa".	6.12.2000	202 (Suplemento)	16.12.2000	00701
57ª	Extraordinária Exposição dos Srs. Professor Paulo Nogueira Batista , representante do Instituto de Estudos Avançados da USP; e Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães , Diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, a respeito da agenda do seminário sobre "Dolarização <i>versus</i> Exploralismo Monetário nas Américas", previsto para 2001. Apreciação de matéria legislativa	6.12.2000	202 (Suplemento)	16.12.2000	00747
58ª	Ordinária Exposição do Sr. José Serra , Ministro da Saúde, acerca da "importação de medicamentos genéricos", com a presença da Deputada Vanessa Grazziotin .	12.12.2000	202 (Suplemento)	16.12.2000	00765
59ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	12.12.2000	202 (Suplemento)	16.12.2000	00797
60ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	14.12.2000	202 (Suplemento)	16.12.2000	00823

Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho e Luiz Gonzaga Silva Filho

a.3) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Proporcionalidade Partidária

Representação por Partido Nº de integrantes: Titulares: 29 – Suplentes: 29							
Partido	Bancada	Proporção	Repres 1	Ajuste 1	Repres 2	Ajuste 2	Repres Final
PMDB	26	9,31	9	2,6	9	2,6	9
PFL	21	7,52	7	2,625	7	2,625	8
PSDB	16	5,73	5	2,666667	6	2,285714	6
BLOCO	14	5,01	5	2,333333	5	2,333333	5
PPB	3	1,07	1	1,5	1	1,5	1
PTB	1	0,36	0		0		0
TOTAL	81	29	27		28		29

Bloco Oposição: **PSB²³, PT, PDT e PPS²⁴**
Proporcionalidade partidária fixada em 16.3.99.

Composição da Comissão de Assuntos Sociais

Presidente: Senador Osmar Dias
Vice-Presidente: Senadora Heloísa Helena

Titulares	Suplentes
PMDB	
Carlos Bezerra	1. Renan Calheiros
Gilvam Borges	2. José Sarney
José Alencar	3. Mauro Miranda ^{25 26}
Luiz Estevão ²⁷	4. Jader Barbalho
Maguito Vilela	5. João Alberto Souza ²⁸
Marluce Pinto	6. Amir Lando
Pedro Simon	7. Gilberto Mestrinho
Henrique Loyola ²⁹	8. José Fogaça
(Vago)	9. Valmir Amaral ³⁰

²³ Em 27.3.2000, o PSB retirou-se do Bloco Oposição (Of. nº 004/2000-GLPSB, de 23.3, lido na sessão de 24.3.2000).

²⁴ Em 05.10.99, o PPS retirou-se do Bloco Oposição.

²⁵ Licença para tratar de interesses particulares no período de 19.8.2000 a 18.12.2000 (RQS nº 493/2000).

²⁶ Em 1º.9.2000, foi substituído pelo Senador Albino Boaventura.

²⁷ Em 28.6.2000, foi promulgada a Resolução nº 51/2000, decretando a perda de mandato do Senador.

²⁸ Licença para tratamento de saúde no período de 22.5 a 28.9.2000 (RQS nº 301/2000).

²⁹ Designado em 1º.9.2000.

³⁰ Designado em 9.8.2000 (Of. GLPMDB nº 157/00, de 8.8.2000, publicado no DSF de 10.8.2000).

	PFL	
Jonas Pinheiro		1. Edison Lobão
Juvêncio da Fonseca		2. Freitas Neto
Djalma Bessa		3. Bernardo Cabral
Geraldo Althoff		4. Paulo Souto
Moreira Mendes		5. José Agripino
Maria do Carmo Alves		6. Jorge Bornhausen
Eduardo Siqueira Campos ^{31 32 33}		7. (Vago)
Mozarildo Cavalcanti		8. (Vago)
	PSDB	
Antero Paes de Barros		1. Artur da Távola
Luiz Pontes		2. Luzia Toledo ^{34 35}
Lúcio Alcântara		3. Pedro Piva
Osmar Dias		4. José Roberto Arruda
Sérgio Machado		5. Geraldo Lessa ^{36 37}
Romero Jucá		6. Álvaro Dias
	Bloco Oposição^{38 39 40}	
Geraldo Cândido (PT)		Emilia Fernandes (PDT)
Marina Silva ^{41 42} (PT)		Lauro Campos (PT)
Sebastião Rocha (PDT)		Roberto Freire (PPS)
Heloísa Helena (PT)		José Eduardo Dutra (PT)
Tião Viana (PT)		Jefferson Péres (PDT)
	PPB	
Leomar Quintanilha		Ernandes Amorim ⁴³

³¹ Afastou-se do exercício do mandato em 30.3.2000, para exercer o cargo de Secretário de Estado do Governo do Tocantins.

³² Em 29.5.2000, foi designado e assumiu a vaga o Senador Ribamar Fiquene.

³³ Em 31.10.2000, foi designado e reassumiu a vaga o Senador Eduardo Siqueira Campos (Of. nº 175/00-GLPFL, de 31.10.2000, publicado no DSF de 1º.11.2000, pg. 21358).

³⁴ Em 1º.6.2000, reassumiu o exercício do mandato o titular, Senador Ricardo Santos.

³⁵ Em 5.6.2000, foi designado e assumiu a vaga o Senador Ricardo Santos.

³⁶ Em 22.5.2000, encerrou-se o exercício do seu mandato, tendo em vista o término da licença e retorno do titular, Senador Teotônio Vilela Filho.

³⁷ Em 31.5.2000, foi designado e assumiu a vaga o Senador Teotônio Vilela Filho.

³⁸ Em 05.10.99, o PPS retirou-se do Bloco Oposição.

³⁹ Em 27.3.2000, o PSB retirou-se do Bloco Oposição.

⁴⁰ Em 11.10.2000, foi lida comunicação de que, a partir dessa data, o Bloco Oposição passaria a se constituir das bancadas do Partido dos Trabalhadores, Partido Democrático Trabalhista e Partido Verde.

⁴¹ Licença para tratamento de saúde no período de 9.10.2000 a 7.2.2001 (RQS nº 524/2000).

⁴² Em 16.10.2000, foi designado e assumiu a vaga o Senador Julio Eduardo (Of. nº 142/2000/GLDPT, de 16.10.2000 - DSF de 17.10.2000).

⁴³ Licença para tratamento de saúde no período de 27 a 31.7.2000 e para tratar de interesses particulares no período de 1º.8 a 28.11.2000 (RQS nºs 423 e 424/2000, respectivamente). Em 29.11.2000, retornou às suas atividades, tendo em vista o término de sua licença.

Composição da Comissão de Assuntos Sociais ao final da Sessão Legislativa

Presidente: Senador Osmar Dias
Vice-Presidente: Senadora Heloísa Helena

Titulares		Suplentes
PMDB		
Carlos Bezerra		1. Renan Calheiros
Gilvam Borges		2. José Sarney
José Alencar		3. Albino Boaventura
Henrique Loyola		4. Jader Barbalho
Maguito Vilela		5. João Alberto Souza
Marluce Pinto		6. Amir Lando
Pedro Simon		7. Gilberto Mestrinho
(vago)		8. José Fogaça
(Vago)		9. Valmir Amaral
PFL		
Jonas Pinheiro		1. Edison Lobão
Juvêncio da Fonseca		2. Freitas Neto
Djalma Bessa		3. Bernardo Cabral
Geraldo Althoff		4. Paulo Souto
Moreira Mendes		5. José Agripino
Maria do Carmo Alves		6. Jorge Bornhausen
Eduardo Siqueira Campos		7. (Vago)
Mozarildo Cavalcanti		8. (Vago)
PSDB		
Antero Paes de Barros		1. Artur da Távola ⁴⁴
Luiz Pontes		2. Ricardo Santos
Lúcio Alcântara		3. Pedro Piva
Osmar Dias		4. José Roberto Arruda
Sérgio Machado		5. Teotônio Vilela Filho
Romero Jucá		6. Álvaro Dias
Bloco Oposição (PT, PDT e PV)		
Geraldo Cândido (PT)		Emilia Fernandes (PDT)
Júlio Eduardo (PV)		Lauro Campos (PT)
Sebastião Rocha (PDT)		Roberto Freire (PPS)
Heloísa Helena (PT)		José Eduardo Dutra (PT)
Tião Viana (PT)		Jefferson Péres (PDT)
PPB		
Leomar Quintanilha		Ernandes Amorim ⁴⁵

Histórico de 2000

Em 28.4.2000, foi publicado relatório das atividades da Comissão no mês de abril (DSF de 29.4.2000, pgs. 8399/401).

⁴⁴ Em 15.12.2000, foi lida comunicação de seu afastamento do exercício do mandato a partir de 1º.01.2001, para assumir o cargo de Secretário de Cultura da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

⁴⁵ Em 14.12.2000, foi lida comunicação de renúncia ao mandato de Senador da República, a partir de 31.12.2000, com efeitos a partir de 1º.01.2001, por ter sido eleito para a Prefeitura de Ariquemes – RO.

Em 30.6.2000, foi publicado relatório das atividades da Comissão no mês de junho (DSF de 1º.7.2000, pgs. 14604/607).

Em 31.8.2000, foi publicado relatório das atividades da Comissão no mês de agosto (DSF de 1º.9.2000, pgs. 17662/665).

Em 2.10.2000, foi publicado relatório das atividades da Comissão no mês de setembro (DSF de 3.10.2000, pgs. 19756/60).

Em 31.10.2000, foi publicado relatório das atividades da Comissão no mês de outubro (DSF de 01.11.2000, pgs. 21474/75).

Em 30.11.2000, foi publicado relatório das atividades da Comissão no mês de novembro (DSF de 01.12.2000, pgs. 21687/92).

Em 15.12.2000, foi publicado relatório das atividades da Comissão durante o ano de 2000 (DSF de 16.12.2000, pgs. 25538/42).

Mapa de publicação das atas das reuniões da Comissão de Assuntos Sociais

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
1ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	23.2.2000	051	1.4.2000	6263
2ª	Extraordinária Audiência pública com os Srs. Januário Montone , Presidente da Agência Nacional de Saúde; João Luís Barroca Andrea e Maria Estela Gregori , Diretores da Agência, com a finalidade de apresentar as funções da Agência Nacional de Saúde Suplementar e a legislação condensada nos planos e seguros de saúde.	29.2.2000	051	1.4.2000	6268
3ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa. Arguição e aprovação dos Srs. Solange Beatriz Palheiro Mendes de Almeida e Arnaldo Pereira da Cunha Júnior , para exercerem os cargos de Diretores da Agência Nacional de Saúde Suplementar (Mensagens nºs 73 e 74/2000).	1.3.2000	069	29.4.2000	8442
4ª	Ordinária	15.3.2000	069	29.4.2000	8467
5ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	22.3.2000	069	29.4.2000	8477

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
6ª	Extraordinária Audiência pública com os Srs. Renilson Rehem de Souza , Secretário de Assistência à Saúde, representando o Ministro de Estado da Saúde, José Serra; José Luiz da Silva Valente , Diretor do Departamento de Desenvolvimento do Ensino Superior, representando o Ministro de Estado da Educação, Paulo Renato Souza; e Dr. Adib Jatene , ex-Ministro de Estado da Saúde (ausência justificada do Dr. Edson de Oliveira Andrade , Presidente do Conselho Federal de Medicina), para instruir o PLS nº 449/99 (<i>Lei Orgânica da Saúde</i>).	22.3.2000	069	29.4.2000	8493
7ª	Ordinária Apreciação de matérias legislativas Arguição e aprovação do Sr. Luiz Milton Veloso Costa , para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Mensagem nº 92/2000).	29.3.2000	069	29.4.2000	8515
8ª	Ordinária Apreciação de matérias legislativas. Audiência pública com os Srs. Antônio Carlos do Prado , Diretor de Gestão do Uso dos Recursos Naturais, representando a Srª Marília Marreco Cerqueira , Presidente do Ibama; Michel de Almeida Carneiro , representando a Srª Miriam Prochnow , da Rede Mata Atlântica; e Raul Madrid , representando o Sr. Gabriel Calzarava , Diretor do Departamento de Pesca e Aqüicultura, do Ministério da Agricultura, para instrução do PLS nº 492/99 (<i>supressão parcial da cobertura vegetal para desenvolvimento da aqüicultura</i>). Aprovada a criação de Subcomissão para análise da questão habitacional no Brasil.	5.4.2000	094	6.6.2000	11857
9ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa Audiência Pública com os Srs. Itamar de Paiva Rocha , Presidente da Associação Brasileira de Criadores de Camarão; e Marcelo Mesel , Conselheiro da Sociedade Brasileira de Ecologia, para instrução do PLS nº 492/99 (<i>supressão parcial da cobertura vegetal para desenvolvimento da aqüicultura</i>).	12.4.2000	094	6.6.2000	11876

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
10ª	Ordinária Apreciação de matérias legislativas. Aprovada a criação de Subcomissão para análise da questão habitacional no Brasil e designados os membros da Subcomissão da Saúde	26.4.2000	094	6.6.2000	11904
			135	6.9.2000	18159
11ª	Ordinária Solenidade de inauguração da Galeria de Ex-Presidentes da Comissão e da nova denominação da sala de reuniões, que passou a se chamar Sala Florestan Fernandes , com a presença do jornalista Florestan Fernandes Júnior e do Embaixador Milos Alcalay , da Venezuela. Apreciação de matéria legislativa	3.5.2000	109	1.7.2000	14905
12ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	10.5.2000	109	1.7.2000	14919
13ª	Ordinária Audiência Pública com os Srs. Dr. Carlos Augusto Carpaneda , da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica; Dr. Abdon José Murad Neto , Conselho Federal de Medicina; Srª Marcele Borges Soares , Procon; Professor Cláudio Roberto Rebello de Souza , Drs. Milton Nahon e Antônio Couto , Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica – Regional do Rio de Janeiro; Sr. Cláudio Mairovith Pessanha Henriques , Ministério da Saúde; Drª Márcia Rosa de Araújo , Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro; Dr. Sérgio Kniggendorf , Conselho Brasileiro de Oftalmologia; Drª Dóris Maria Hexsel , área de dermatologia; para instrução do PLC nº 26, de 1999 (<i>normas para o uso médico de próteses de silicone</i>). Apreciação de requerimento	17.5.2000	109	1.7.2000	14940
14ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	24.5.2000	109	1.7.2000	14971

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
15ª	Ordinária Audiência Pública com os Srs. Paulo Eduardo Castello Parucker e Marcelo Gonçalves Campos , da Secretaria Executiva e Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, representando o Ministro Francisco Dornelles ; Sr. Manoel José dos Santos , Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura; Sr. Marcelo José Ladeira Mauad , advogado do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC; Sr. Ricardo Tadeu Marques da Fonseca , Procurador-Chefe da 15ª Regional do Ministério Público do Trabalho; Srª Rozani Holler , representante da Federação das Cooperativas de Trabalho; Sr. José Carlos Perret Schulte , Diretor-Secretário da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio; Sr. Lourenço Ferreira do Prado , representando o Presidente da Coordenação Confederativa dos Trabalhadores; Sr. Santo Antônio Dezordi , Vice-Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras; Ex-Deputado Valdir Colatto , da Organização das Cooperativas Brasileiras, para instrução do PLC nº 31, de 1997, que <i>revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.</i>	31.5.2000	109	1.7.2000	14988
16ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa Designação dos Membros da Subcomissão da Questão Habitacional	1.6.2000	109	1.7.2000	15025
17ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	7.6.2000	109	1.7.2000	15039

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
18ª	Extraordinária Audiência Pública com o Sr. Irenêo Ceciliano Joffily Bezerra , representando o Ministro Ovídio de Angelis , Secretário de Desenvolvimento Urbano; Deputado Renato Viana , Relator do Plano Plurianual (PPA); Deputado Sérgio Guerra , Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Sr. José Orlando Battistoti , Presidente da COHAB/SC, representando o Senhor Espírião Amin , Governador do Estado de Santa Catarina; Sr. Renato Nardoni , Superintendente Nacional de Habitação, representando o Sr. Emílio Carazzai , Presidente da Caixa Econômica Federal; Srs. André Luiz de Souza e Nabil Bonduki ; Deputada Iara Bernardi e Srª Erminia Maricatu , Coordenadores do Projeto Moradia representando o Sr. Luís Inácio Lula da Silva , Coordenador do Instituto Cidadania, sobre a questão dos instrumentos de financiamento de moradias no Brasil. O Sr. Ciro Gomes , ex-Ministro da Fazenda, não compareceu e não enviou representante. Registrada a presença dos Srs. Haroldo Pereira , Presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil; e Jaceguáy Barros , 1º Vice-Presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. Houve exibição de vídeo sobre trabalho desenvolvido pelo Padre Paulino Baldassari no Estado do Acre, produzido pela <i>TV Senado</i> .	13.6.2000	109	1.7.2000	15067
19ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	15.6.2000	109	1.7.2000	15103
20ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	27.6.2000	109	1.7.2000	15117
21ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	2.8.2000	135	6.9.2000	18176
22ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	9.8.2000	135	6.9.2000	18185
23ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	13.9.2000	151	30.9.2000	19170
			162	18.10.2000	20621
			172	1.11.2000	21523

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
24ª	Ordinária Comunicações da Presidência	4.10.2000	172	1.11.2000	21539
25ª	Conjunta com a CCJ Audiência pública com os Srs. Rafael Sampaio Neuville , da Associação Brasileira de Anunciantes – ABA; Vera Luíza da Costa e Silva , do Ministério da Saúde; Flávio Corrêa , da Associação Brasileira de Agências de Publicidade – ABAP; Paulo Tonet Camargo , da Associação Nacional de Jornais – ANJ; Arthur Guerra de Andrade , da Coordenadoria Geral do Grupo Interdisciplinar de Estudos de Álcool e Drogas da USP; Ricardo José de Souza Pinheiro , Secretário-Adjunto da Receita Federal; e os juristas Josaphat Marinho e Marcelo Cerqueira , para instrução do PLC nº 47/2000 (<i>restrições ao uso e propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas</i>).	10.10.2000	172	1.11.2000	21540
			191	1.12.2000	23765
26ª	Conjunta com a CCJ Audiência pública com o Sr. Milton de Carvalho Cabral , da Associação Brasileira da Indústria do Fumo; Sr. Alexandre Kruehl Jobim , da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão; Sr. Hainsi Gralow , da Associação dos Fumicultores do Brasil; Sr. Murillo de Aragão , da Associação Nacional dos Editores de Revistas; Sr. Gilberto C. Leifert , do Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária; Sr. Aristóteles Comte de Alencar Filho , da Sociedade Brasileira de Cardiologia; Sr. José Rosemberg , da Associação Médica Brasileira; Sr. José Kogut , do Instituto Nacional do Câncer; Srª Mara Régia Di Perna , da Rede de Desenvolvimento Humano, para instrução do PLC nº 47/2000 (<i>restrições ao uso e propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas</i>)	18.10.2000	172	1.11.2000	21565
			191	1.12.2000	23790
27ª	Conjunta com a CCJ Apreciação do PLC nº 47/2000 (<i>restrições ao uso e propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas</i>)	25.10.2000	172	1.11.2000	21591
			191	1.12.2000	23843

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
28ª	Extraordinária Apreciação de emendas ao Orçamento de 2001	7.11.2000	202 (Suplemento)	16.12.2000	00839
29ª	Conjunta com a CCJ Apreciação do PLC nº 47/2000 (<i>restrições ao uso e propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcóolicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas</i>) Apreciação de requerimentos	8.11.2000	202 (Suplemento)	16.12.2000	00850
30ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa Eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão Permanente do Idoso	22.11.2000	202 (Suplemento)	16.12.2000	00871
31ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	29.11.2000	202 (Suplemento)	16.12.2000	00894
32ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	6.12.2000			

Secretário: José Roberto Cruz

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO
DE CASOS DE EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS

Requerimento aprovado na 6ª reunião da CAS, realizada no dia 28/04/99.

Subcomissão instalada na 8ª reunião da CAS, realizada em 12/05/99.

Composição

Presidente: Senadora Marluce Pinto

Vice-Presidente: Senadora Maria do Carmo Alves

Relatora: Senadora Heloísa Helena

PMDB
Marluce Pinto
Luiz Estevão ⁴⁶
PFL
Geraldo Althoff
Maria do Carmo Alves
PSDB
Osmar Dias
BLOCO OPOSIÇÃO⁴⁷
Heloísa Helena
Tião Viana
Emilia Fernandes

Composição da Subcomissão ao final da Sessão Legislativa

Presidente: Senadora Marluce Pinto

Vice-Presidente: Senadora Maria do Carmo Alves

Relatora: Senadora Heloísa Helena

PMDB
Marluce Pinto
(vago)
PFL
Geraldo Althoff
Maria do Carmo Alves
PSDB
Osmar Dias
BLOCO OPOSIÇÃO
Heloísa Helena
Tião Viana
Emilia Fernandes

⁴⁶ Em 28.6.2000, foi promulgada a Resolução nº 51/2000, decretando a perda de mandato do Senador.

⁴⁷ Em 11.10.2000, foi lida comunicação de que, a partir dessa data, o Bloco Oposição passaria a se constituir das bancadas do Partido dos Trabalhadores, Partido Democrático Trabalhista e Partido Verde.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Requerimento aprovado na 11ª reunião da CAS, realizada em 26/05/99.
Subcomissão instalada na 27ª reunião da CAS, realizada em 6/10/99

Composição

Presidente: Senador Luiz Estevão^{48 49}

PMDB
Luiz Estevão ⁵⁰
Marluce Pinto
PFL
Juvêncio da Fonseca
Djalma Bessa
PSDB
Antero Paes de Barros
BLOCO OPOSIÇÃO⁵¹
Sebastião Rocha
PPB
Leomar Quintanilha

Composição da Subcomissão ao final da Sessão Legislativa

Presidente: Senador Leomar Quintanilha
Vice-Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca
Relator: Senador Sebastião Rocha

PMDB
(vago)
Marluce Pinto
PFL
Juvêncio da Fonseca
Djalma Bessa
PSDB
Antero Paes de Barros
BLOCO OPOSIÇÃO (PT, PDT e PV)
Sebastião Rocha
PPB
Leomar Quintanilha

⁴⁸ Em 28.6.2000, foi promulgada a Resolução nº 51/2000, decretando a perda de mandato do Senador.

⁴⁹ Em 22.11.2000, na 30ª Reunião da CAS, foram eleitos Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão do Idoso os Senadores Leomar Quintanilha e Juvêncio da Fonseca e designado Relator o Senador Sebastião Rocha.

⁵⁰ Em 28.6.2000, foi promulgada a Resolução nº 51/2000, decretando a perda de mandato do Senador.

⁵¹ Em 11.10.2000, foi lida comunicação de que, a partir dessa data, o Bloco Oposição passaria a se constituir das bancadas do Partido dos Trabalhadores, Partido Democrático Trabalhista e Partido Verde.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA SAÚDE

Requerimento aprovado na 36ª reunião da CAS, realizada em 30/11/99.
Designados os seus Membros na 10ª reunião da CAS, realizada em 26.4.2000.

Composição

Presidente:

PMDB
Marluce Pinto
Mauro Miranda ⁵²
João Alberto Souza
PFL
Geraldo Althoff
Mozarildo Cavalcanti
PSDB
Lúcio Alcântara
Antero Paes de Barros
BLOCO OPOSIÇÃO⁵³
Sebastião Rocha (PDT)
Tião Viana (PT) ⁵⁴

Composição da Subcomissão ao final da Sessão Legislativa

Presidente:

PMDB
Marluce Pinto
Mauro Miranda ⁵⁵
João Alberto Souza
PFL
Geraldo Althoff
Mozarildo Cavalcanti
PSDB
Lúcio Alcântara
Antero Paes de Barros
BLOCO OPOSIÇÃO (PT, PDT e PV)
Sebastião Rocha (PDT)
Tião Viana (PT)

Histórico de 2000

Em 01.03.2000, a CAS, em sua 3ª reunião, decidiu fixar em nove o número de membros da Subcomissão e enviar ofícios às Lideranças solicitando suas indicações (DSF de 29.4.2000, pg. 8442).

Em 15.03.2000, o Bloco, na 4ª Reunião da CAS, apresentou as indicações dos Senadores Sebastião Rocha e Tião Viana para comporem a Subcomissão (DSF de 29.4.2000, pg. 8467).

Em 26.4.2000, a CAS, em sua 10ª reunião, designou os membros da Subcomissão (DSF de 6.9.2000, pg. 18160).

⁵² Licença para tratar de interesses particulares por 122 dias, no período de 19.8.2000 a 18.12.2000 (RQS nº 493/2000).

⁵³ Em 11.10.2000, foi lida comunicação de que, a partir dessa data, o Bloco Oposição passaria a se constituir das bancadas do Partido dos Trabalhadores, Partido Democrático Trabalhista e Partido Verde.

⁵⁴ Indicação feita pelo Bloco na 4ª reunião da CAS, de 15.3.2000 (DSF de 29.4.2000, pg. 8467).

⁵⁵ Em 15.12.2000, foi lida comunicação de seu retorno ao exercício do mandato a partir do dia 19.12.2000, tendo em vista o término de sua licença.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DA QUESTÃO HABITACIONAL NO BRASIL

Parecer sobre a Indicação nº 1/2000 aprovado na 10ª reunião da CAS, realizada em 26.04.2000.
Designados os seus Membros na 16ª reunião da CAS, realizada em 1.6.2000

Composição

Coordenador: Senador Mauro Miranda ⁵⁶

PMDB
Mauro Miranda ⁵⁷
Carlos Bezerra
Pedro Simon
PFL
Djalma Bessa
Maria do Carmo Alves
PSDB
Sérgio Machado
Romero Jucá
BLOCO OPOSIÇÃO⁵⁸
Sebastião Rocha (PDT)
Geraldo Cândido (PT)

Composição da Subcomissão ao final da Sessão Legislativa

Coordenador: Senador Mauro Miranda ⁵⁹

PMDB
Mauro Miranda ⁶⁰
Carlos Bezerra
Pedro Simon
PFL
Djalma Bessa
Maria do Carmo Alves
PSDB
Sérgio Machado
Romero Jucá
BLOCO OPOSIÇÃO
Sebastião Rocha (PDT)
Geraldo Cândido (PT)

Histórico de 2000

Em 26.04.2000, a CAS, em sua 10ª reunião, decidiu enviar ofícios às Lideranças solicitando suas indicações (DSF de 6.9.2000, pg. 18159).

Em 1.6.2000, a CAS, em sua 16ª reunião, designou os Membros da Subcomissão (DSF de 1.7.2000, pg. 15025).

⁵⁶ Licença para tratar de interesses particulares por 122 dias, no período de 19.8.2000 a 18.12.2000 (RQS nº 493/2000).

⁵⁷ Licença para tratar de interesses particulares por 122 dias, no período de 19.8.2000 a 18.12.2000 (RQS nº 493/2000).

⁵⁸ Em 11.10.2000, foi lida comunicação de que, a partir dessa data, o Bloco Oposição passaria a se constituir das bancadas do Partido dos Trabalhadores, Partido Democrático Trabalhista e Partido Verde.

⁵⁹ Em 15.12.2000, foi lida comunicação de seu retorno ao exercício do mandato a partir do dia 19.12.2000, tendo em vista o término de sua licença.

⁶⁰ Em 15.12.2000, foi lida comunicação de seu retorno ao exercício do mandato a partir do dia 19.12.2000, tendo em vista o término de sua licença.

a.4) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Proporcionalidade Partidária

Representação por Partido									
Nº de integrantes: Titulares: 23 – Suplentes: 23									
Partido	Bancada	Proporção	Repres 1	Ajuste 1	Repres 2	Ajuste 2	Repres 3	Ajuste 3	Repres Final
PMDB	26	7,38	7	3,25	7	3,25	8	2,888889	8
PFL	21	5,96	5	3,5	6	3	6	3	6
PSDB	16	4,54	4	3,2	4	3,2	4	3,2	5
BLOCO	14	3,98	3	3,5	4	2,8	4	2,8	4
PPB	3	0,85	0	3	0	3	0	3	0
PTB	1	0,28	0		0		0		0
TOTAL	81	23	19		21		22		23

Bloco Oposição: **PSB⁶¹, PT, PDT E PPS⁶²**.
Proporcionalidade partidária fixada em 16.3.99.

Composição da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Presidente: Senador José Agripino
Vice-Presidente: Senador Ramez Tebet

Titulares		Suplentes
PMDB		
Amir Lando		1. Carlos Bezerra
Renan Calheiros		2. Agnelo Alves
Iris Rezende		3. Gilvam Borges
Jader Barbalho		4. Luiz Estevão ^{63 64}
José Fogaça		5. Ney Suassuna
Pedro Simon		6. Wellington Roberto
Ramez Tebet		7. José Alencar
Roberto Requião		8. (Vago)
PFL		
Bernardo Cabral		1. Moreira Mendes
José Agripino		2. Djalma Bessa
Edison Lobão		3. Bello Parga
Francelino Pereira		4. Juvêncio da Fonseca
Romeu Tuma		5. José Jorge
Maria do Carmo Alves ⁶⁵		6. Mozarildo Cavalcanti

⁶¹ Em 27.3.2000, o PSB retirou-se do Bloco Oposição (Of. nº 004/2000-GLPSB, de 23.3, lido na sessão de 24.3.2000).

⁶² Em 05.10.99, o PPS retirou-se do Bloco Oposição.

⁶³ Em 28.6.2000, foi promulgada a Resolução nº 51/2000, decretando a perda de mandato do Senador.

⁶⁴ Em 1º.9.2000, foi desidnado para a vaga o Senador Henrique Loyola.

⁶⁵ Substituída, em 28.8.2000, pelo Senador Eduardo Siqueira Campos (Of. nº 145/00-GLPFL, de 28.8). Em 31.8.2000, tendo em vista a vaga ter sido cedida ao PPB, o Senador Eduardo Siqueira Campos foi substituído pelo Senador Leomar Quintanilha (PPB), conforme indicação da Liderança do PFL (Ofício nº 148/00-GLPFL, de 30.8.2000). Em 27.11.2000, o Senador Leomar Quintanilha foi substituído pela Senadora Maria do Carmo Alves (Of. nº 190/00/GLPFL, de 23.11.2000).

PSDB		
Álvaro Dias		1. Artur da Távola ⁶⁶
Carlos Wilson ^{67 68}		2. Pedro Piva
Lúcio Alcântara		3. Luiz Pontes
Luzia Toledo ^{69 70}		4. Romero Jucá
Sérgio Machado		5. Geraldo Lessa ^{71 72}
Bloco Oposição^{73 74 75}		
Antônio Carlos Valadares (PSB)		Sebastião Rocha (PDT)
Roberto Freire (PPS)		Marina Silva ^{76 77} (PT)
José Eduardo Dutra (PT)		Heloísa Helena (PT)
Jefferson Peres (PDT)		Eduardo Suplicy (PT)

Composição da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ao final da Sessão Legislativa

Presidente: Senador José Agripino
Vice-Presidente: Senador Ramez Tebet

Titulares		Suplentes
PMDB		
Amir Lando		1. Carlos Bezerra
Renan Calheiros		2. Agnelo Alves
Iris Rezende		3. Gilvam Borges
Jader Barbalho		4. Henrique Loyola
José Fogaça		5. Ney Suassuna
Pedro Simon		6. Wellington Roberto
Ramez Tebet		7. José Alencar
Roberto Requião		8. (Vago)

⁶⁶ Em 5.6.2000, passou a titular em substituição ao Senador Carlos Wilson. Em 23.11.2000, assumiu a sua vaga, na suplência, o Senador Antero Paes de Barros (Ofício nº 087/00/GLPSDB, de 23.11.2000).

⁶⁷ Desfilou-se do Partido em 31.8.99. Em 23.9.99, filiou-se ao Partido Popular Socialista – PPS.

⁶⁸ Licença para tratar da saúde, por 06 (seis) dias, no período de 26 a 31.5.2000, e para tratar de interesses particulares, por 115 (cento e quinze) dias, a partir de 1º.6.2000 (RQS nºs 304 e 305/2000, respectivamente). Em 5.6.2000, foi designado e assumiu a vaga o Senador Artur da Távola.

⁶⁹ Em 1º.6.2000, reassumiu o exercício do mandato o titular, Senador Ricardo Santos.

⁷⁰ Em 5.6.2000, foi designado e assumiu a vaga o Senador José Roberto Arruda.

⁷¹ Em 22.5.2000, encerrou-se o exercício do seu mandato, tendo em vista o término da licença e retorno do titular.

⁷² Em 31.5.2000, foi designado e assumiu a vaga o Senador Teotônio Vilela Filho.

⁷³ Em 05.10.99, o PPS retirou-se do Bloco Oposição.

⁷⁴ Em 27.3.2000, o PSB retirou-se do Bloco Oposição.

⁷⁵ Em 11.10.2000, foi lida comunicação de que, a partir dessa data, o Bloco Oposição passaria a se constituir das bancadas do Partido dos Trabalhadores, Partido Democrático Trabalhista e Partido Verde.

⁷⁶ Licença para tratamento de saúde pelo prazo de 121 (cento e vinte e um) dias, no período de 9.10.2000 a 7.2.2001 (RQS nº 524/2000).

⁷⁷ Em 16.10.2000, foi substituída pelo Senador Julio Eduardo (Of. nº 142/2000/GLDPT, de 16.10.2000 - DSF de 17.10.2000). Em 16.10.2000, foi substituída pelo Senador Julio Eduardo (Of. nº 142/2000/GLDPT, de 16.10.2000 - DSF de 17.10.2000).

PFL		
Bernardo Cabral		1. Moreira Mendes
José Agripino		2. Djalma Bessa
Edison Lobão		3. Bello Parga
Francelino Pereira		4. Juvêncio da Fonseca
Romeu Tuma		5. José Jorge
Maria do Carmo Alves		6. Mozarildo Cavalcanti
PSDB		
Álvaro Dias		1. Antero Paes de Barros
Artur da Távola ⁷⁸		2. Pedro Piva
Lúcio Alcântara		3. Luiz Pontes
José Roberto Arruda		4. Romero Jucá
Sérgio Machado		5. Teotônio Vilela Filho
Bloco Oposição (PT, PDT e PV)		
Antônio Carlos Valadares (PSB)		Sebastião Rocha (PDT)
Roberto Freire (PPS)		Júlio Eduardo (PV)
José Eduardo Dutra (PT)		Heloísa Helena (PT)
Jefferson Peres (PDT)		Eduardo Suplicy (PT)

Histórico de 2000

Em 31.08.2000, foi publicado o relatório das atividades da Comissão na 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura (DSF de 1º.9.2000, pgs. 17666/17668);

Em 29.09.2000, foi publicado o relatório das atividades da Comissão na 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura (DSF de 30.9.2000, pgs. 19065/67).

Em 30.11.2000, foi publicado o relatório das atividades da Comissão na 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura (DSF de 01.12.2000, pgs. 23677/79).

Em 15.12.2000, foi publicado o relatório das atividades da Comissão na 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura (DSF de 16.12.2000, pgs. 25543/25546).

Mapa de publicação das atas das reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
1ª	Extraordinária (Após a Ordem do Dia) Apreciação de matéria legislativa	22.2.2000	051	1.4.2000	6102
2ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	23.2.2000	051	1.4.2000	6106

⁷⁸ Em 15.12.2000, foi lida comunicação de seu afastamento do exercício do mandato a partir de 1º.01.2001, para assumir o cargo de Secretário de Cultura da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
3ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	24.2.2000	051	1.4.2000	6125
4ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	29.2.2000	051	1.4.2000	6145
5ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	1.3.2000	051	1.4.2000	6156
6ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	15.3.2000	051	1.4.2000	6175
7ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	22.3.2000	069	29.4.2000	8574
8ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	29.3.2000	069	29.4.2000	8587
9ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	5.4.2000	135	6.9.2000	17737
10ª	Ordinária 1ª Parte – Sessão Especial de solenidade da aposição do retrato do Senador Bernardo Cabral na Galeria de Ex-Presidentes da CCJ. 2ª Parte – Apreciação de matéria legislativa.	12.4.2000	069	29.4.2000	8610
11ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	26.4.2000	135	6.9.2000	17752
12ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	3.5.2000	135	6.9.2000	17764
13ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	10.5.2000	135	6.9.2000	17785
14ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	17.5.2000	135	6.9.2000	17802
15ª	Extraordinária Arguição e aprovação do Sr. João Batista Brito Pereira , para o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (MSF nº 109/2000).	18.5.2000	135	6.9.2000	17827
16ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	23.5.2000	135	6.9.2000	17834
17ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	24.5.2000	135	6.9.2000	17852

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
18ª	Extraordinária Audiência pública com os Srs. André Puccinelli , Prefeito da cidade de Campo Grande; e Fernando Passos Cupertino de Barros , Secretário da Saúde do Estado de Goiás, representando o Governador Marcone Perillo, para instrução da PEC nº 86/99 (recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde).	30.5.2000	135	6.9.2000	17877
19ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	30.5.2000	135	6.9.2000	17886
20ª	Ordinária Exposição do Dr. Geraldo Brindeiro , Procurador-Geral da República, sobre acusações que lhe são imputadas por Procuradores da República, conforme matérias publicadas no jornal "Folha de S. Paulo". Adiada a audiência de sete convidados para debate sobre o PLC nº 65/99 (<i>Lei da Mordaça</i>).	31.5.2000	135	6.9.2000	17900
21ª	Extraordinária Audiência pública com os Srs. Edson Simões Cadaxo , Vice-Governador do Acre; Tasso Jereissati , Governador do Ceará; José Targino Maranhão , Governador da Paraíba; Almir Gabriel , Governador do Pará; César Borges , Governador da Bahia; Francisco de Assis de Moraes Souza , Governador do Piauí; Firmino da Silveira Soares Filho , Prefeito de Teresina; Célio de Castro , Prefeito de Belo Horizonte; Luís Paulo Veloso Lucas , Prefeito de Vitória; Paulo Santana , Prefeito de Camaragibe-PE, para instrução da PEC nº 86/99 (recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde).	31.5.2000	135	6.9.2000	17921

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
22ª	Extraordinária Audiência Pública com os Srs. Antonio Carlos Magalhães , Presidente do Senado Federal; Ministros Maurício Corrêa , Vice-Presidente no exercício da Presidência do TSE; Nelson Jobim , Eduardo Alckmin e Fernando Neves , do Tribunal Superior Eleitoral; Paulo César Bhering Camarão , Secretário de Informática do TSE; Amilcar Bernazo Filho , especialista em segurança de dados (empresário de São Paulo); Márcio Coelho Teixeira , especialista em <i>software</i> básico (empresário de Belo Horizonte), para instrução do PLS nº 194/99 (segurança e fiscalização do voto eletrônico).	1.6.2000	135	6.9.2000	17944
23ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	7.6.2000	135	6.9.2000	17961
24ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	14.6.2000	135	6.9.2000	17984
25ª	Extraordinária Audiência pública com os Srs. Dejandir Dalpasquale , Presidente da Organização das Cooperativas do Brasil; Alfeu Silva Mendes , Presidente da Organização das Cooperativas do Estado de MG; Virgílio Perius , Professor da Usininos, RS; Edmundo Castilho , Presidente da Unimed Brasil; Odacir Klein , Consultor Jurídico da Organização das Cooperativas do Brasil; Américo Utumi , representante da Aliança Cooperativa Internacional; Paulo Roberto Stobel , Consultor Jurídico da Organização das Cooperativas do Estado do PR; Daniel Rech , Advogado e Professor da UFRPE; Gultolf van Kaick , Assessor Técnico da Organização das Cooperativas do Estado do PR; Silas Brasileiro , Presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo Nacional; Senador Jonas Pinheiro e Amílcar Barca Teixeira Júnior , Consultor Jurídico da Organização das Cooperativas do Brasil, para instrução do PLS nº 171/99, tramitando em conjunto com os PLS nºs 428 e 605/99 (sociedades cooperativas e Sistema Cooperativista Nacional).	15.6.2000	135	6.9.2000	18011

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
26ª	Extraordinária Exame do Parecer do Conselho de Ética sobre a Representação nº 2/99	19.6.2000	135	6.9.2000	18039
27ª	Ordinária Exame do Parecer do Conselho de Ética sobre a Representação nº 2/99 (com a defesa dos advogados do Senador Luiz Estevão, Drs. Felipe Amodeo e Rogério Marcolini)	21.6.2000	135	6.9.2000	18046
28ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	27.6.2000	135	6.9.2000	18084
29ª	Extraordinária Instalação da Subcomissão Permanente do Judiciário, eleição de seu Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator	1.8.2000	135	6.9.2000	18101
30ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	8.8.2000	135	6.9.2000	18111
31ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	9.8.2000	135	6.9.2000	18124
32ª	Extraordinária Arguição e aprovação do General-do-Exército Expedito Hermes Rego Miranda , para o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar (MSF nº 147/2000). Apreciação de matéria legislativa	10.8.2000	135	6.9.2000	18143
33ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	13.9.2000	191	1.12.2000	23734
34ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	4.10.2000	191	1.12.2000	23755

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
35ª	<p>Conjunta com a CAS</p> <p>Audiência pública com os Srs. Rafael Sampaio Neuville, da Associação Brasileira de Anunciantes – ABA; Vera Luíza da Costa e Silva, do Ministério da Saúde; Flávio Corrêa, da Associação Brasileira de Agências de Publicidade – ABAP; Paulo Tonet Camargo, da Associação Nacional de Jornais – ANJ; Arthur Guerra de Andrade, da Coordenadoria Geral do Grupo Interdisciplinar de Estudos de Álcool e Drogas da USP; Ricardo José de Souza Pinheiro, Secretário-Adjunto da Receita Federal; e os juristas Josaphat Marinho e Marcelo Cerqueira, para instrução do PLC nº 47/2000 (<i>restrições ao uso e propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas</i>).</p>	10.10.2000	191	1.12.2000	23765
36ª	<p>Conjunta com a CAS</p> <p>Audiência pública com o Sr. Milton de Carvalho Cabral, da Associação Brasileira da Indústria do Fumo; Sr. Alexandre Kruehl Jobim, da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão; Sr. Hainsi Gralow, da Associação dos Fumicultores do Brasil; Sr. Murillo de Aragão, da Associação Nacional dos Editores de Revistas; Sr. Gilberto C. Leifert, do Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária; Sr. Aristóteles Comte de Alencar Filho, da Sociedade Brasileira de Cardiologia; Sr. José Rosemberg, da Associação Médica Brasileira; Sr. José Kogut, do Instituto Nacional do Câncer; Srª Mara Régia Di Perna, da Rede de Desenvolvimento Humano, para instrução do PLC nº 47/2000 (<i>restrições ao uso e propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas</i>).</p>	18.10.2000	172	1.11.2000	21565
			191	1.12.2000	23790
37ª	<p>Extraordinária</p> <p>Audiência pública com os Srs. Ministros Carlos Mário Velloso, Presidente do Supremo Tribunal Federal, e Paulo Roberto Costa Leite, Presidente do Superior Tribunal de Justiça, para instrução da PEC nº 29/2000 (<i>Introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário</i>).</p>	24.10.2000	191	1.12.2000	23817

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
38ª	Conjunta com a CAS Apreciação do PLC nº 47/2000 (<i>restrições ao uso e propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcóolicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas</i>)	25.10.2000	172	1.11.2000	21591
			191	1.12.2000	23843
39ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	25.10.2000	191	1.12.2000	23844
40ª	Conjunta com a CAS Apreciação do PLC nº 47/2000 (<i>restrições ao uso e propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcóolicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas</i>)	8.11.2000	191	1.12.2000	23859
41ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	8.11.2000	191	1.12.2000	23871
42ª	Extraordinária Apreciação de emendas da Comissão ao Orçamento de 2001	9.11.2000	191	1.12.2000	23875
43ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	14.11.2000	191	1.12.2000	23880
44ª	Arguição e aprovação da Srª Ellen Gracie Northfleet para exercer o cargo de Ministra do Supremo Tribunal Federal (MSF nº 231/2000)	21.11.2000	191	1.12.2000	23892
45ª	Extraordinária Aprovação de requerimento de voto de louvor ao Presidente da República pela indicação da Ministra Ellen Gracie Northfleet para o cargo de Ministro do STF. Apreciação de matéria legislativa	22.11.2000	202 (Suplemento)	16.12.2000	00157
46ª	Extraordinária Arguição e aprovação do nome da Srª Anne Elizabeth Nunes de Oliveira para exercer o cargo de Defensor Público Geral da União no biênio 2000/2002; e do Sr. Sebastião de Oliveira Castro Filho para o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça	28.11.2000	202 (Suplemento)	16.12.2000	00198
47ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	29.11.2000	202 (Suplemento)	16.12.2000	00211
48ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	6.12.2000	202 (Suplemento)	16.12.2000	00234
49ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	12.12.2000	202 (Suplemento)	16.12.2000	00253

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
50ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	13.12.2000	202 (Suplemento)	16.12.2000	00262

Secretário: Altair Gonçalves Soares e Vera Lúcia Lacerda Nunes

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO JUDICIÁRIO**

**DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS INDICAÇÕES APONTADAS
NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO”**

Requerimento nº 12-CCJ, aprovado na 51ª reunião da CCJ, realizada em 15/12/99
(Ata publicada no Suplemento “B” ao DSF de 16.12.99, pgs. 548/549)
Subcomissão instalada na 29ª reunião da CCJ, realizada em 1.8.2000

Proporcionalidade Partidária

Representação por Partido							
Nº de integrantes: Titulares: 7 (sete) - Suplentes: 7 (sete)							
Partido	Bancada	Proporção	Repres 1	Ajuste 1	Repres 2	Ajuste 2	Repres Final
PMDB	8	2,43	2	2,666667	2	2,666667	3
PFL	6	1,83	1	3	2	2	2
PSDB	5	1,52	1	2,5	1	2,5	1
Bloco Oposição	4	1,22	1	2	1	2	1
Sem Partido	1						
TOTAL	23	7	5		6		7
Bloco Oposição: PSB⁷⁹, PT, PDT E PPS⁸⁰ .							
Proporcionalidade partidária fixada em 15.12.99.							

⁷⁹ Em 27.3.2000, o PSB retirou-se do Bloco Oposição (Of. nº 004/2000-GLPSB, de 23.3, lido na sessão de 24.3.2000).

⁸⁰ Em 05.10.99, o PPS retirou-se do Bloco Oposição.

Composição da Subcomissão Permanente do Judiciário

Presidente: Senador Renan Calheiros
Vice-Presidente: Senador Jefferson Péres
Relator: Senador José Jorge

Titulares		Suplentes
PMDB		
Pedro Simon		1. Roberto Requião
Amir Lando		2. José Fogaça
Renan Calheiros		3. Iris Rezende
PFL		
José Jorge		1. Juvêncio da Fonseca
Edison Lobão		2. Bello Parga
PSDB		
José Roberto Arruda ⁸¹		1. Lúcio Alcântara
Bloco Oposição^{82 83 84}		
Jefferson Peres (PDT)		1. José Eduardo Dutra (PT)

Composição da Subcomissão Permanente do Judiciário ao final dos seus trabalhos

Presidente: Senador Renan Calheiros
Vice-Presidente: Senador Jefferson Péres
Relator: Senador José Jorge

Titulares		Suplentes
PMDB		
Pedro Simon		1. Roberto Requião
Amir Lando		2. José Fogaça
Renan Calheiros		3. Iris Rezende
PFL		
José Jorge		1. Juvêncio da Fonseca
Edison Lobão		2. Bello Parga
PSDB		
Artur da Távola		1. Lúcio Alcântara
Bloco Oposição (PT, PDT e PV)		
Jefferson Peres (PDT)		1. José Eduardo Dutra (PT)

⁸¹ Em 3.8.2000, na 3ª Reunião da Subcomissão, foi substituído pelo Senador Artur da Távola, através de Aviso do Presidente da CCJ (DSF de 30.9.2000, pg. 19215).

⁸² Em 05.10.99, o PPS retirou-se do Bloco Oposição.

⁸³ Em 27.3.2000, o PSB retirou-se do Bloco Oposição.

⁸⁴ Em 11.10.2000, foi lida comunicação de que, a partir dessa data, o Bloco Oposição passaria a se constituir das bancadas do Partido dos Trabalhadores, Partido Democrático Trabalhista e Partido Verde.

Histórico de 2000

- Em 02.08.2000**, foi lido o Ofício nº 102/2000-Presidência/CCJ, de 1.8.2000, comunicando a instalação da Subcomissão, a designação de seus membros, a eleição de seu Presidente e Vice-Presidente e a designação do Relator (DSF de 3.8.2000, pgs. 15585/15586).
- Em 06.09.2000**, a Senadora Heloísa Helena pronunciou discurso comunicando decisão do Bloco Oposição de retirar seus membros da Subcomissão (DSF de 7.9.2000, pgs. 18227/18230), comunicação formalizada através do Ofício 163/00, de 6.9.2000, arquivado na Secretaria-Geral da Mesa.
- Em 06.09.2000**, o Senador Renan Calheiros, em comunicação inadiável, informou seu afastamento da Subcomissão e, conseqüentemente, da sua Presidência (DSF de 7.9.2000, pgs. 18246/18247), comunicação formalizada através do Ofício 89/2000-GSRCAL, de 6.12.2000, arquivado na Secretaria-Geral da Mesa.
- Em 06.09.2000**, o Governador Itamar Franco, tendo em vista decisão do Bloco Oposição e do Senador Renan Calheiros de se retirarem da Subcomissão, encaminhou carta ao Presidente do SF, comunicando decisão de não mais comparecer à Subcomissão no dia 18.10.2000, conforme agendado, para depor sobre o episódio envolvendo o TRT da 2ª Região (documento arquivado na Secretaria-Geral da Mesa).
- Em 12.09.2000**, o Senador José Agripino, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, proferiu discurso, pela ordem, manifestando-se sobre as decisões do Bloco Oposição e do Senador Renan Calheiros, ocasião em que, em aparte, o Líder do Governo, Senador José Roberto Arruda, anunciou a decisão das Lideranças do PMDB e do PSDB de se retirar da Subcomissão; tendo igualmente o Líder do PFL, Senador Hugo Napoleão, comunicado decisão do Partido no mesmo sentido (DSF de 13.9.2000, pgs. 18451/18454).
- Em 13.09.2000**, a Presidência comunicou decisão da Mesa, tomada na reunião de 13.9.2000, no sentido de deferir o encaminhamento dos Requerimentos nºs 27, 28, 29, 30, 32, 33, 44, 46, 47, 34 (com a retificação do Requerimento nº 48) e 49, de 2000, solicitando informações a Ministros de Estado, Chefe da Casa Civil e Procurador-Geral da República (DSF de 14.9.2000, pg. 18524).
- Em 13.09.2000**, as Lideranças do PMDB, PSDB e PFL oficializaram a retirada das respectivas indicações de membros para a Subcomissão, encaminhando ao Presidente da CCJ os seguintes expedientes: Ofício GLPMDB 178/00, de 13.9.2000, da Liderança do PMDB; Ofício nº 72/00-LPSDB, de 13.9.2000, da Liderança do PSDB; e Ofício GL/PFL nº 150/00, de 13.9.2000, da Liderança do PFL, arquivados na Secretaria-Geral da Mesa.

Mapa de publicação das atas das reuniões da Subcomissão Permanente do Judiciário

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
1ª	Instalação da Comissão e eleição de seu Presidente e Vice-Presidente, com designação do Relator	1.8.2000	135	6.9.2000	18101
2ª	Extraordinária Aprovação do calendário e de requerimentos da Subcomissão	2.8.2000	151	30.9.2000	19186

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
3ª	Extraordinária Depoimento do Sr. Jorge Eduardo Caldas Pereira	3.8.2000	151	30.9.2000	19215
4ª	Extraordinária Apreciação de requerimentos	8.8.2000	151	30.9.2000	19291
5ª	Extraordinária Apreciação de requerimentos da Comissão Representativa do CN	9.8.2000	151	30.9.2000	19308
6ª	Extraordinária Depoimentos dos Procuradores Luiz Francisco de Souza, Guilherme Schelb, Janice Ascari, Isabel Groba e Maria Luíza Duarte , sobre as irregularidades nas obras da Sede do TRT-SP	10.8.2000	151	30.9.2000	19328
7ª	Extraordinária Depoimentos dos Srs. Itagiba de Souza Toledo, Sérgio Prado de Melo, Nancy Rosa Caruso, Ivan Fredi, Rubens Aprobato Machado e José Geraldo Lopes , sobre as irregularidades nas obras da Sede do TRT-SP	15.8.2000	151	30.9.2000	19396
8ª	Extraordinária Depoimentos dos Juízes Décio Sebastião Daidone, Luiz Carlos Gomes Godoi, Antonio José T. de Carvalho e Edilson Rodrigues , sobre as irregularidades nas obras da Sede do TRT-SP	16.8.2000	151	30.9.2000	19450
9ª	Extraordinária Depoimentos do Dr. César Augusto Gilii e dos Juízes José Victorio Moro, Rubens Tavares Aidar e Floriano Vaz da Silva , sobre as irregularidades nas obras da Sede do TRT-SP Apreciação de requerimentos	22.8.2000	151	30.9.2000	19487
10ª	Extraordinária Depoimentos dos Srs. Ministros Almir Pazzianotto, José Ajuricaba da Costa e Silva, Ermes Pedro Pedrassani e Wagner Antônio Pimenta , sobre as irregularidades nas obras da Sede do TRT-SP. Apreciação de requerimentos	23.8.2000	151	30.9.2000	19560
11ª	Extraordinária Depoimento do Sr. Martus Antônio Rodrigues Tavares , Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão.	29.8.2000	151	30.9.2000	19604

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
12ª	Extraordinária Depoimentos dos Srs. Deputados João Coser e Yeda Crusius , do ex-Deputado Hélio Rosas e do Senador Carlos Bezerra . Apreciação de requerimentos	30.8.2000	151	30.9.2000	19675
13ª	Extraordinária Depoimento do Sr. Paulo Sérgio Cavalheiro , Chefe do Departamento de Supervisão Direta – DESUP, do Banco Central. Apreciação de requerimentos	5.9.2000	151	30.9.2000	19727

Secretário: Altair Gonçalves Soares

a.5) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Proporcionalidade Partidária

Representação por Partido Nº de integrantes: Titulares: 27 – Suplentes: 27							
Partido	Bancada	Proporção	Repres 1	Ajuste 1	Repres 2	Ajuste 2	Repres Final
PMDB	26	8,67	8	2,8888889	9	2,6	9
PFL	21	7,00	7	2,625	7	2,625	7
PSDB	16	5,33	5	2,6666667	5	2,666667	5
BLOCO	14	4,67	4	2,8	4	2,8	5
PPB	3	1,00	1	1,5	1	1,5	1
PTB	1	0,33	0		0		0
TOTAL	81	27	25		26		27

Bloco Oposição: **PSB⁸⁵, PT, PDT e PPS⁸⁶**.
Proporcionalidade partidária fixada em 16.3.99.

Composição da Comissão de Educação

Presidente: Senador Freitas Neto
Vice-Presidente: Senadora Luzia Toledo⁸⁷

Titulares	Suplentes
PMDB	
Amir Lando	1. Maguito Vilela
Agnelo Alves	2. Ney Suassuna
Gerson Camata	3. Ramez Tebet
Iris Rezende	4. Alberto Silva
José Sarney	5. Jader Barbalho
Pedro Simon	6. Valmir Amaral ⁸⁸
Roberto Requião	7. José Fogaça
Gilvam Borges	8. Albino Boaventura ⁸⁹
Luiz Estevão ^{90 91}	9. (Vago)

⁸⁵ Em 27.3.2000, o PSB retirou-se do Bloco Oposição (Of. nº 004/2000-GLPSB, de 23.3, lido na sessão de 24.3.2000).

⁸⁶ Em 05.10.99, o PPS retirou-se do Bloco Oposição.

⁸⁷ Em 1º.6.2000, reassumiu o exercício do mandato o titular, Senador Ricardo Santos.

⁸⁸ Designado em 9.8.2000 (Of. GLPMDB nº 157/00, de 8.8.2000, publicado no DSF de 10.8.2000).

⁸⁹ Designado em 5.9.2000 (Of. GLPMDB nº 174/2000, de 5.9.2000, publicado no DSF de 6.9.2000).

⁹⁰ Em 28.6.2000, foi promulgada a Resolução nº 51/2000, decretando a perda de mandato do Senador.

⁹¹ Em 1º.9.2000, foi designado para a vaga o Senador Henrique Loyola.

PFL		
Hugo Napoleão		1. Geraldo Althoff
Freitas Neto		2. Francelino Pereira
Djalma Bessa		3. Jonas Pinheiro
José Jorge		4. Mozarildo Cavalcanti
Jorge Bornhausen		5. Romeu Tuma
Eduardo Siqueira Campos ^{92 93 94}		6. Edison Lobão
Bello Parga		7. Maria do Carmo Alves
PSDB		
Álvaro Dias		1. Carlos Wilson ^{95 96}
Artur da Távola		2. Osmar Dias
Luzia Toledo ^{97 98}		3. (Cedida ao PPS em 30.11.99) ⁹⁹
Lúcio Alcântara		4. Lúdio Coelho
Geraldo Lessa ^{100 101}		5. Antero Paes de Barros
Bloco Oposição^{102 103 104}		
Sebastião Rocha (PDT)		Geraldo Cândido (PT)
Heloísa Helena (PT)		Antonio Carlos Valadares (PSB)
Emilia Fernandes (PDT)		Lauro Campos (PT)
Roberto Saturnino (PSB)		Tião Viana (PT)
Marina Silva ^{105 106} (PT)		Jefferson Peres (PDT)
PPB		
Luiz Otávio ^{107 108}		Leomar Quintanilha
PPS		
		¹⁰⁹ Paulo Hartung (Vaga cedida pelo PFL em 30.11.99)

⁹² Afastou-se do exercício do mandato, em 30.3.2000, para exercer o cargo de Secretário de Estado do Governo do Tocantins.

⁹³ Em 29.5.2000, foi designado e assumiu a vaga o Senador Ribamar Fiquene.

⁹⁴ Em 31.10.2000, foi designado para compor a comissão (Of. nº 175/00-GLPFL, de 31.10.2000 – DSF de 1º.11.2000, pg. 21358).

⁹⁵ Filiou-se ao PPS em 23.9.99.

⁹⁶ Licença para tratar da saúde, por 06 (seis) dias, no período de 26 a 31.5.2000, e para tratar de interesses particulares, por 115 (cento e quinze) dias, a partir de 1º.6.2000 (RQS nºs 304 e 305/2000, respectivamente). Reassumiu o mandato em 24.9.2000.

⁹⁷ Em 1º.6.2000, reassumiu o exercício do mandato o titular, Senador Ricardo Santos.

⁹⁸ Em 5.6.2000, foi designado e assumiu a vaga o Senador Ricardo Santos.

⁹⁹ Em 27.11.2000, foi designado e assumiu a vaga o Senador Paulo Hartung (DSF de 28.11.2000, pg. 23193).

¹⁰⁰ Em 22.5.2000, encerrou-se o exercício do seu mandato, tendo em vista o término da licença e retorno do titular, Senador Teotônio Vilela Filho.

¹⁰¹ Em 31.5.2000, foi designado e assumiu a vaga o Senador Teotônio Vilela Filho.

¹⁰² Em 05.10.99, o PPS retirou-se do Bloco Oposição.

¹⁰³ Em 27.3.2000, o PSB retirou-se do Bloco Oposição.

¹⁰⁴ Em 11.10.2000, foi lida comunicação de que, a partir dessa data, o Bloco Oposição passaria a se constituir das bancadas do Partido dos Trabalhadores, Partido Democrático Trabalhista e Partido Verde.

¹⁰⁵ Licença para tratamento de saúde no período de 9.10.2000 a 7.2.2001 (RQS nº 524/2000).

¹⁰⁶ Em 16.10.2000, foi designado e assumiu a vaga o Senador Julio Eduardo (Of. nº 142/2000/GLDPT, de 16.10.2000 - DSF de 17.10.2000).

¹⁰⁷ Desfilou-se do Partido em 15.12.99. Em 1º.9.2000, foi substituído pelo Senador Eduardo Siqueira Campos, do PFL, por cessão do PPB, conforme indicação feita pela Liderança do PPB em 31.8.2000 (DSF de 2.9.2000 – pg 17684).

¹⁰⁸ Em 31.10.2000, o Senador Eduardo Siqueira Campos foi designado para compor a comissão em vaga do próprio partido (Of. nº 175/00-GLPFL, de 31.10.2000 – DSF de 1º.11.2000, pg. 21358).

¹⁰⁹ Designado em 27.11.2000 (Of. nº 00123/GLPPS/2000, de 27.11.2000 – DSF de 28.11.2000, pg. 23193).

Composição da Comissão de Educação ao final da Sessão Legislativa

Presidente: Senador Freitas Neto

Titulares		Suplentes
PMDB		
Amir Lando		1. Maguito Vilela
Agnelo Alves		2. Ney Suassuna
Gerson Camata		3. Ramez Tebet
Iris Rezende		4. Alberto Silva
José Sarney		5. Jader Barbalho
Pedro Simon		6. Valmir Amaral
Roberto Requião		7. José Fogaça
Gilvam Borges		8. Albino Boaventura
Henrique Loyola		9. (Vago)
PFL		
Hugo Napoleão		1. Geraldo Althoff
Freitas Neto		2. Francelino Pereira
Djalma Bessa		3. Jonas Pinheiro
José Jorge		4. Mozarildo Cavalcanti
Jorge Bornhausen		5. Romeu Tuma
Eduardo Siqueira Campos		6. Edison Lobão
Bello Parga		7. Maria do Carmo Alves
PSDB		
Álvaro Dias		1. Carlos Wilson (PPS)
Artur da Távola ¹¹⁰		2. Osmar Dias
Ricardo Santos		3. (Cedida ao PPS em 30.11.99) ¹¹¹
Lúcio Alcântara		4. Lúdio Coelho
Teotônio Vilela Filho		5. Antero Paes de Barros
Bloco Oposição (PT, PDT e PV)		
Sebastião Rocha (PDT)		Geraldo Cândido (PT)
Heloísa Helena (PT)		Antonio Carlos Valadares (PSB)
Emilia Fernandes (PDT)		Lauro Campos (PT)
Roberto Saturnino (PSB)		Tião Viana (PT)
Júlio Eduardo (PV)		Jefferson Peres (PDT)
PPB		
(Vago)		Leomar Quintanilha
PPS		
		Paulo Hartung (Vaga cedida ao PPS pelo PSDB em 30.11.99)

Histórico de 2000

Em 1º.9.2000, foi publicado o relatório das atividades da Comissão no mês de agosto de 2000 (DSF de 1º.9.2000, pgs. 17669/670).

¹¹⁰ Em 15.12.2000, foi lida comunicação de seu afastamento do exercício do mandato a partir de 1º.01.2001, para assumir o cargo de Secretário de Cultura da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

¹¹¹ DFS de 1.12.99, pg. 32415.

Em 30.9.2000, foi publicado o relatório das atividades da Comissão no mês de setembro de 2000 (DSF de 30.9.2000, páginas 19076/78).

Em 01.11.2000, foi publicado o relatório das atividades da Comissão no mês de outubro de 2000 (DSF de 01.11.2000, páginas 21476/81).

Em 01.12.2000, foi publicado o relatório das atividades da Comissão no mês de novembro de 2000 (DSF de 01.12.2000, páginas 23693/96).

Mapa de publicação das atas das reuniões da Comissão de Educação

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
1ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	22.2.2000	051	1.4.2000	6195
2ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	29.2.2000	051	1.4.2000	6208
3ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	14.3.2000	051	1.4.2000	6212
4ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	21.3.2000	069	29.4.2000	8550
5ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	28.3.2000	069	29.4.2000	8559
6ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	4.4.2000	094	6.6.2000	11826
7ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	11.4.2000	094	6.6.2000	11846
8ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	25.4.2000	109	1.7.2000	14689
9ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	2.5.2000	109	1.7.2000	14700
10ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	9.5.2000	109	1.7.2000	14719
11ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	10.5.2000	109	1.7.2000	14733
12ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	16.5.2000	109	1.7.2000	14737
13ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	23.5.2000	109	1.7.2000	14750

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
14ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	30.5.2000	109	1.7.2000	14759
15ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	6.6.2000	109	1.7.2000	14774
16ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	13.6.2000	109	1.7.2000	14792
17ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	20.6.2000	109	1.7.2000	14795
18ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	27.6.2000	109	1.7.2000	14805
19ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	8.8.2000	151	30.9.2000	19096
20ª	Ordinária Exposição do Professor Doutor Fernando Rebelo , Reitor da Universidade de Coimbra, acompanhado do Deputado Átila Lira , membro da Comissão de Educação da CD Apreciação de matéria legislativa	12.9.2000	151	30.9.2000	19111
21ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	3.10.2000	172	1.11.2000	21669
22ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	10.10.2000	172	1.11.2000	21676
23ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	17.10.2000	172	1.11.2000	21680
24ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	24.10.2000	172	1.11.2000	21684
25ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	31.10.2000	191	1.12.2000	24011
26ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa, com a presença da Deputada Miriam Reid , do RJ, autora do PLC nº 26/2000, que <i>estabelece as diretrizes e bases da educação nacional</i> .	7.11.2000	191	1.12.2000	24015
27ª	Ordinária Apreciação de emendas coletivas ao Orçamento de 2001	7.11.2000	191	1.12.2000	24031
28ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	13.11.2000	191	1.12.2000	24040

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
29ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	21.11.2000	191	1.12.2000	24048
30ª	Extraordinária Audiência pública com os Srs. Prof. Antônio Macdowell Figueiredo , Secretário de Ensino Superior do Ministério da Educação; Deputado Gilmar Machado , Vice-Presidente da Comissão de Educação da CD; Prof. Dante Augusto Couto Barone , Presidente da Comissão Executiva Nacional em Defesa do Programa Especial de Treinamento; Profª Vilma Figueiredo , Vice-Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; Acadêmico Wadson Ribeiro , Presidente da União Nacional dos Estudantes; Acadêmico Gabriel Perfeito Castro , Membro da Comissão Executiva Nacional em Defesa do Programa Especial de Treinamento; Deputado Babá ; Deputado Agnelo Queiroz , destinada a debater o Programa Especial de Treinamento – PET.	22.11.2000	202 (Suplemento)	16.12.2000	00004
31ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	28.11.2000	202 (Suplemento)	16.12.2000	00043
32ª	Ordinária Audiência pública com os Srs. General Alberto Mendes Cardoso , Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, representado pela Drª Tânia Maria Monteiro , Assessora da SENAD – Secretaria Nacional Antidrogas; Prof. Ney Moura Teles , Advogado e Professor do Uniceub; Dr. Luiz Mathias Flack , Advogado e ex-Presidente do Conselho Federal de Entorpecentes – RS; Dr. Paulo Teixeira , Coordenador do Programa Nacional de Doenças Transmissíveis, Ministério da Saúde; Profª Maria José Siqueira , Educadora de SP, destinada a instruir o PLC nº 105/96 <i>(que dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de entorpecentes e drogas afins, e dá outras providências.)</i>	29.11.2000	202 (Suplemento)	16.12.2000	00051

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
33ª	Extraordinária Audiência pública com os Srs. Roque Abdo , Presidente da Abranet – Associação Brasileira dos Provedores de Internet; Prof. Dr. João Antônio Zuffo , Coordenador Geral do Laboratório de Sistemas Integráveis da USP; Francisco José Fiúza Lima , Diretor da Consultoria do Prodasen; e João de Hollanda , Diretor da Divisão de Sistemas Legislativos do Prodasen, destinada a instruir o PLS nº 151/2000 (que dispõe sobre o acesso à Internet e dá outras providências.)	29.11.2000	202 (Suplemento)	16.12.2000	00082
34ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	5.12.2000	202 (Suplemento)	16.12.2000	00095
35ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	12.12.2000	202 (Suplemento)	16.12.2000	00125

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE RÁDIO E TELEVISÃO**

Requerimento aprovado na 2ª reunião da CE, realizada em 06/04/99.
Subcomissão instalada na 8ª reunião da CE, realizada em 22/06/99

Composição

**Presidente: Senador Pedro Simon
Vice-Presidente: Artur da Távola**

Titulares		Suplentes
PMDB		
Amir Lando		1. Maguito Vilela
Gerson Camata		2. Agnelo Alves
Pedro Simon		3. Ramez Tebet
PFL		
Djalma Bessa		1. Eduardo Siqueira Campos ¹¹²
Romeu Tuma		2. Hugo Napoleão
PSDB		
Álvaro Dias		1. Lúcio Alcântara
Artur da Távola		2. Luzia Toledo ¹¹³

¹¹² Em 30.3.2000, afastou-se do exercício do mandato, para exercer o cargo de Secretário de Estado do Governo do Tocantins. Reassumiu o mandato em 27.6.2000.

¹¹³ Atuou nessa vaga de suplente da Subcomissão até 31.5.2000, quando encerrou o exercício de seu mandato, tendo em vista o retorno do titular, Senador Ricardo Santos.

Bloco Oposição^{114 115 116}		
Geraldo Cândido (PT)		Tião Viana (PT)
Emilia Fernandes (PDT)		Antônio Carlos Valadares (PSB)

Composição da Subcomissão Permanente de Rádio e TV ao final da Sessão Legislativa

Presidente: Senador Pedro Simon
Vice-Presidente: Artur da Távola ¹¹⁷

Titulares		Suplentes
PMDB		
Amir Lando		1. Maguito Vilela
Gerson Camata		2. Agnelo Alves
Pedro Simon		3. Ramez Tebet
PFL		
Djalma Bessa		1. Eduardo Siqueira Campos
Romeu Tuma		2. Hugo Napoleão
PSDB		
Álvaro Dias		1. Lúcio Alcântara
Artur da Távola ¹¹⁸		2. (Vago)
Bloco Oposição		
Geraldo Cândido (PT)		Tião Viana (PT)
Emilia Fernandes (PDT)		Antônio Carlos Valadares (PSB)

Histórico de 2000

Em 1º.7.2000, foi publicado o relatório das atividades da Subcomissão na 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, período de fevereiro a junho de 2000 (DSF de 1º.7.2000, pgs. 14635, 14640).

Mapa de publicação das atas das reuniões da Subcomissão Permanente de Rádio e TV

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
1ª	Extraordinária Apreciação de requerimentos	05.04.2000	094	6.6.2000	11853

¹¹⁴ Em 05.10.99, o PPS retirou-se do Bloco Oposição.

¹¹⁵ Em 27.3.2000, o PSB retirou-se do Bloco Oposição.

¹¹⁶ Em 11.10.2000, foi lida comunicação de que, a partir dessa data, o Bloco Oposição passaria a se constituir das bancadas do Partido dos Trabalhadores, Partido Democrático Trabalhista e Partido Verde.

¹¹⁷ Em 15.12.2000, foi lida comunicação de seu afastamento do exercício do mandato a partir de 1º.01.2001, para assumir o cargo de Secretário de Cultura da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

¹¹⁸ Em 15.12.2000, foi lida comunicação de seu afastamento do exercício do mandato a partir de 1º.01.2001, para assumir o cargo de Secretário de Cultura da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
2ª	Extraordinária Audiência pública com os Srs. Amilcare Dallevo Júnior , Presidente da TV Ômega; Marcelo de Carvalho Fragalli , Vice-Presidente da TV Ômega; Carlos Chagas , ex-Diretor da TV Manchete em Brasília; Márcio Câmara Leal , Presidente do Sindicato dos Radialistas do RJ; Roberto Souza Machado , funcionário da TV Manchete de SP, sobre a situação da Rede TV! , mantida pelo Grupo Ômega.	03.05.2000	109	1.7.2000	14815

Secretário: **Júlio Ricardo Borges Linhares**

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO CINEMA BRASILEIRO

Requerimento aprovado na 7ª reunião da CE, realizada em 15/06/99.

Subcomissão instalada na 11ª reunião da CE, realizada em 29/06/99.

Requerimento de prorrogação dos trabalhos da Subcomissão aprovado na 29ª Reunião da CE, em 7.12.99.

Composição

Presidente: Senador José Fogaça
Relator: Senador Francelino Pereira

Titulares		Suplentes
PMDB		
José Fogaça		1. Agnelo Alves
(vago) ¹¹⁹		2. Gerson Camata
PFL		
Francelino Pereira		1. Maria do Carmo Alves
PSDB		
Lúcio Alcântara		1. Artur da Távola ^{120 121 122}
Bloco Oposição^{123 124 125}		
Roberto Saturnino (PSB)		1. Sebastião Rocha (PDT)
PPB		
Luiz Otávio ¹²⁶		1. Leomar Quintanilha

¹¹⁹ Vaga aberta com a perda de mandato do ex-Senador Luiz Estevão, que atuou na Comissão nessa vaga de titular de 20.10.99 a 28.6.2000.

¹²⁰ O Senador Álvaro Dias atuou na Comissão nessa vaga de suplente até 15.3.2000.

¹²¹ O Senador Geraldo Lessa, suplente do Senador Teotônio Vilela Filho, atuou na Comissão nessa vaga de suplente no período de 15.3.2000 a 22.5.2000, tendo em vista o retorno do titular em 23.5.2000.

¹²² O Senador Artur da Távola assumiu essa vaga de suplente em 12.6.2000.

¹²³ Em 05.10.99, o PPS retirou-se do Bloco Oposição.

¹²⁴ Em 27.3.2000, o PSB retirou-se do Bloco Oposição.

¹²⁵ Em 11.10.2000, foi lida comunicação de que, a partir dessa data, o Bloco Oposição passaria a se constituir das bancadas do Partido dos Trabalhadores, Partido Democrático Trabalhista e Partido Verde.

¹²⁶ Desfilou-se do Partido em 15.12.99.

Composição da Subcomissão Temporária do Cinema Brasileiro ao final da Sessão Legislativa

Presidente: Senador José Fogaça
Relator: Francelino Pereira

Titulares		Suplentes
PMDB		
José Fogaça		1. Agnelo Alves
(vago)		2. Gerson Camata
PFL		
Francelino Pereira		1. Maria do Carmo Alves
PSDB		
Lúcio Alcântara		1. Artur da Távola ¹²⁷
Bloco Oposição		
Roberto Saturnino (PSB)		1. Sebastião Rocha (PDT)
PPB		
Luiz Otávio		1. Leomar Quintanilha

Histórico de 2000

Em 1º.7.2000, foi publicado o relatório das atividades da Subcomissão na 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, período de fevereiro a junho de 2000 (DSF de 1º.7.2000, pgs. 14634, 14639)

Mapa de publicação das atas das reuniões da Subcomissão Temporária do Cinema Brasileiro

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
1ª	Ordinária Audiência Pública com os Srs. Luiz Villaça , cineasta de SP; Walkíria Barbosa , Diretora do Festival de Cinema do RJ; Gabriel Priolli , Diretor da TV PUC de SP; e Esdras Rubim , Coordenador do Festival de Gramado, quinta audiência do ciclo "Povo do Cinema".	16.3.2000	051	1.4.2000	6231

¹²⁷ Em 15.12.2000, foi lida comunicação de seu afastamento do exercício do mandato a partir de 1º.01.2001, para assumir o cargo de Secretário de Cultura da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
2ª	Ordinária Audiência pública com os Srs. Leopoldo Nunes , Presidente da ABD- Associação Brasileira de Documentaristas-SP; João Moreira Sales , documentarista-RJ; Sílvio Tandler , cineasta-RJ; e Werner Schünemann , Presidente da Fundacine – Fundação de Cinema do RS, sexta audiência do ciclo “Povo do Cinema”.	18.5.2000	109	1.7.2000	14850
3ª	Ordinária Audiência pública com os Srs. Carlos Diegues , cineasta-RJ; Rodrigo Saturnino Braga , Gerente-Geral da Columbia Pictures – Tristar e Buena Vista no Brasil; e Bruno Wainer , Diretor-Executivo da Lumière-RJ, sétima audiência do ciclo “Povo do Cinema”.	8.6.2000	109	1.7.2000	14879
4ª	Reunião administrativa, destinada à apresentação e discussão do Relatório Final, proferido pelo Relator Geral, Senador Francelino Pereira.	5.12.2000	202 (Suplemento)	16.12.2000	00152

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO CINEMA, COMUNICAÇÃO SOCIAL E INFORMÁTICA

Requerimento de autoria do Senador José Fogaça e outros Srs. Senadores,
aprovado na 35ª reunião da CE, realizada em 12.12.2000

Fusão das Subcomissões Permanente de Rádio e TV e Temporária do Cinema Brasileiro

a.6) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Proporcionalidade Partidária

Representação por Partido									
Nº de integrantes: Titulares: 17 - Suplentes: 9									
Partido	Bancada	Proporção	Repres 1	Ajuste 1	Repres 2	Ajuste 2	Repres 3	Ajuste 3	Repres Final
PMDB	26	5,46	5	4,333333	5	4,333333	6	3,714286	6
PFL	21	4,41	4	4,2	4	4,2	4	4,2	5
PSDB	16	3,36	3	4	3	4	3	4	3
BLOCO	14	2,94	2	4,666667	3	3,5	3	3,5	3
PPB	3	0,63	0		0		0		0
PTB	1	0,21	0		0		0		0
TOTAL	81	17	14		15		16		17

Nº de integrantes: Suplentes: 9							
Partido	Bancada	Proporção	Repres 1	Ajuste 1	Repres 2	Ajuste 2	Repres Final
PMDB	26	2,89	2	8,666667	3	6,5	3
PFL	21	2,33	2	7	2	7	2
PSDB	16	1,78	1	8	1	8	2
BLOCO	14	1,56	1	7	1	7	2
PPB	3	0,33	0		0		0
PTB	1	0,11	0		0		0
TOTAL	81	9	6		7		9

Bloco Oposição: **PSB¹²⁸, PT, PDT E PPS¹²⁹**.
 Proporcionalidade partidária fixada em 16.3.99.

Composição da Comissão de Fiscalização e Controle

Presidente: Senador Romero Jucá
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma

Titulares	Suplentes
PMDB	
Alberto Silva	1. Gilvam Borges
Valmir Amaral ¹³⁰	2. Iris Rezende
João Alberto Souza ¹³¹	3. Renan Calheiros
Marluce Pinto	
Ney Suassuna	
Wellington Roberto	

¹²⁸ Em 27.3.2000, o PSB retirou-se do Bloco Oposição (Of. nº 004/2000-GLPSB, de 23.3, lido na sessão de 24.3.2000).

¹²⁹ Em 05.10.99, o PPS retirou-se do Bloco Oposição.

¹³⁰ Designado em 9.8.2000 (Of. GLPMDB nº 157/00, de 8.8.2000, publicado no DSF de 10.8.2000).

¹³¹ Licença para tratamento de saúde no período de 22.5 a 28.9.2000 (RQS nº 301/2000).

PFL		
Hugo Napoleão		1. Bello Parga
Geraldo Althoff		2. Francelino Pereira
Romeu Tuma		
Moreira Mendes		
(Vaga cedida ao PPB em 9.3.99)		
PSDB		
Carlos Wilson ¹³² 133		1. Pedro Piva
Luiz Pontes		2. Sérgio Machado
Romero Jucá		
Bloco Oposição¹³⁴ 135 136		
Eduardo Suplicy (PT)		Geraldo Cândido (PT)
José Eduardo Dutra (PT)		Roberto Saturnino (PSB)
Jefferson Péres (PDT)		
PPB		
Ernandes Amorim ¹³⁷ (Vaga cedida ao PPB pelo PFL em 9.3.99)		

Composição da Comissão de Fiscalização e Controle ao final da Sessão Legislativa

Presidente: Senador Romero Jucá
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma

Titulares		Suplentes
PMDB		
Alberto Silva		1. Gilvam Borges
Valmir Amaral		2. Iris Rezende
João Alberto Souza		3. Renan Calheiros
Marluce Pinto		
Ney Suassuna		
Wellington Roberto		
PFL		
Hugo Napoleão		1. Bello Parga
Geraldo Althoff		2. Francelino Pereira
Romeu Tuma		
Moreira Mendes		
(Vaga cedida ao PPB em 9.3.99)		
PSDB		
Ricardo Santos		1. Pedro Piva
Luiz Pontes		2. Sérgio Machado
Romero Jucá		

¹³² Desfilou-se do Partido em 31.8.99. Em 23.9.99, filiou-se ao Partido Popular Socialista – PPS.

¹³³ Licença para tratamento de saúde no período de 26 a 31.5.2000 e para tratar de interesses particulares no período de 1º.6 a 23.9.2000 (RQS nºs 304 e 305/2000, respectivamente). Em 5.6.2000, foi designado e assumiu a vaga o Senador Ricardo Santos.

¹³⁴ Em 05.10.99, o PPS retirou-se do Bloco Oposição.

¹³⁵ Em 27.3.2000, o PSB retirou-se do Bloco Oposição.

¹³⁶ Em 11.10.2000, foi lida comunicação de que, a partir dessa data, o Bloco Oposição passaria a se constituir das bancadas do Partido dos Trabalhadores, Partido Democrático Trabalhista e Partido Verde.

¹³⁷ Licença para tratamento de saúde no período de 27 a 31.7.2000 e para tratar de interesses particulares no período de 1º.8 a 28.11.2000 (RQS nºs 423 e 424/2000, respectivamente). Em 29.11.2000, retornou às suas atividades, tendo em vista o término de sua licença.

Bloco Oposição (PT, PDT e PV)		
Eduardo Suplicy (PT)		Geraldo Cândido (PT)
José Eduardo Dutra (PT)		Roberto Saturnino (PSB)
Jefferson Péres (PDT)		
PPB		
Ernandes Amorim ¹³⁸ (Vaga cedida pelo PFL em 9.3.99)		

Histórico de 2000

Em 1.4.2000, foi publicado relatório das atividades da Comissão no mês de março (DSF de 1.4.2000, pgs. 5855/5856).

Em 1º.7.2000, foi publicado o relatório das atividades da Comissão na 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, primeiro semestre de 2000 (DSF de 1º.7.2000, pgs. 14646/14647).

Mapa de publicação das atas das reuniões da Comissão de Fiscalização e Controle

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
1ª	Extraordinária Aprovação de requerimento	14.3.2000	051	1.4.2000	6293
			109	1.7.2000	14662
2ª	Ordinária Audiência pública com os Srs. Gesner José Oliveira Filho , Presidente do Cade; Mércio Felsky , Hebe Teixeira Romano Pereira da Silva , Marcelo Procópio Calliari , Ruy Afonso de Santacruz Lima e Lúcia Helena Salgado e Silva , Conselheiros do Cade, e Dalton Soares , Procurador-Geral Substituto do Cade, para prestarem esclarecimentos sobre a fusão de empresas denominada AmBev.	15.3.2000	051	1.4.2000	6293
			109	1.7.2000	14662
3ª	Apreciação de requerimentos da Sub-comissão do Judiciário	1.11.2000	191	1.12.2000	24051
4ª	Ordinária Discussão e votação das Emendas ao Orçamento de 2001 e apreciação de matéria legislativa	8.11.2000	191	1.12.2000	24053

Secretário: José Francisco B. Carvalho

¹³⁸ Em 14.12.2000, foi lida comunicação de renúncia ao mandato de Senador da República, a partir de 31.12.2000, com efeitos a partir de 1º.01.2001, por ter sido eleito para a Prefeitura de Ariquemes – RO.

a.7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Proporcionalidade Partidária

Representação por Partido									
Nº de integrantes: Titulares: 19 – Suplentes: 19									
Partido	Bancada	Proporção	Repres 1	Ajuste 1	Repres 2	Ajuste 2	Repres 3	Ajuste 3	Repres Final
PMDB	26	6,10	6	3,714286	6	3,714286	6	3,71429	7
PFL	21	4,93	4	4,2	5	3,5	5	3,5	5
PSDB	16	3,75	3	4	3	4	4	3,2	4
BLOCO	14	3,28	3	3,5	3	3,5	3	3,5	3
PPB	3	0,70	0		0		0		0
PTB	1	0,23	0		0		0		0
TOTAL	81	19	16		17		18		19

Bloco Oposição: **PSB¹³⁹, PT, PDT E PPS¹⁴⁰**.
Proporcionalidade partidária fixada em 16.3.99.

Composição da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Presidente: Senador José Sarney
Vice-Presidente: Senador Carlos Wilson^{141 142}

Titulares	Suplentes
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Agnelo Alves
Jader Barbalho	2. Gerson Camata
João Alberto Souza ¹⁴³	3. Luiz Estevão ^{144 145}
José Sarney	4. Maguito Vilela
Mauro Miranda ¹⁴⁶	5. Marluce Pinto
Wellington Roberto	6. José Alencar
José Fogaça	7. Pedro Simon
PFL	
Bernardo Cabral	1. Hugo Napoleão
Romeu Tuma	2. José Agripino
José Jorge	3. Djalma Bessa
Moreira Mendes	4. Geraldo Althoff
Mozarildo Cavalcanti	5. Paulo Souto

¹³⁹ Em 27.3.2000, o PSB retirou-se do Bloco Oposição (Of. nº 004/2000-GLPSB, de 23.3, lido na sessão de 24.3.2000).

¹⁴⁰ Em 05.10.99, o PPS retirou-se do Bloco Oposição.

¹⁴¹ Desfilou-se do Partido em 31.8.99. Em 23.9.99, filiou-se ao Partido Popular Socialista – PPS.

¹⁴² Licença para tratar da saúde no período de 26 a 31.5.2000 e para tratar de interesses particulares no período de 1º.6 a 23.9.2000 (RQS nºs 304 e 305/2000, respectivamente). Reassumiu o mandato em 24.9.2000.

¹⁴³ Licença para tratamento de saúde no período de 22.5 a 28.9.2000 (RQS nº 301/2000).

¹⁴⁴ Em 28.6.2000, foi promulgada a Resolução nº 51/2000, decretando a perda de mandato do Senador.

¹⁴⁵ Em 1º.9.2000, foi designado para a vaga o Senador Henrique Loyola.

¹⁴⁶ Licença para tratar de interesses particulares no período de 19.8 a 18.12.2000 (RQS nº 493/2000).

PSDB		
Artur da Távola		1. Lúcio Alcântara
Carlos Wilson ^{147 148}		2. José Roberto Arruda
Lúdio Coelho		3. Romero Jucá
Pedro Piva		4. Sérgio Machado
Bloco Oposição^{149 150 151}		
Lauro Campos (PT)		Sebastião Rocha (PDT)
Eduardo Suplicy (PT)		Roberto Saturnino (PSB)
Tiã Viana (PT)		Emilia Fernandes (PDT)

**Composição da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
ao final da Sessão Legislativa**

**Presidente: Senador José Sarney
Vice-Presidente: Senador Carlos Wilson**

Titulares		Suplentes
PMDB		
Gilberto Mestrinho		1. Agnelo Alves
Jader Barbalho		2. Gerson Camata
João Alberto Souza		3. Henrique Loyola
José Sarney		4. Maguito Vilela
Mauro Miranda ¹⁵²		5. Marluce Pinto
Wellington Roberto		6. José Alencar
José Fogaça		7. Pedro Simon
PFL		
Bernardo Cabral		1. Hugo Napoleão
Romeu Tuma		2. José Agripino
José Jorge		3. Djalma Bessa
Moreira Mendes		4. Geraldo Althoff
Mozarildo Cavalcanti		5. Paulo Souto
PSDB		
Artur da Távola ¹⁵³		1. Lúcio Alcântara
Álvaro Dias		2. José Roberto Arruda
Lúdio Coelho		3. Romero Jucá
Pedro Piva		4. Sérgio Machado
Bloco Oposição (PT, PDT e PV)		
Lauro Campos (PT)		Sebastião Rocha (PDT)
Eduardo Suplicy (PT)		Roberto Saturnino (PSB)
Tiã Viana (PT)		Emilia Fernandes (PDT)

¹⁴⁷ Desfilou-se do Partido em 31.8.99. Em 23.9.99, filiou-se ao Partido Popular Socialista – PPS.

¹⁴⁸ Em 22.3.2000, foi substituído pelo Senador Álvaro Dias.

¹⁴⁹ Em 05.10.99, o PPS retirou-se do Bloco Oposição.

¹⁵⁰ Em 27.3.2000, o PSB retirou-se do Bloco Oposição.

¹⁵¹ Em 11.10.2000, foi lida comunicação de que, a partir dessa data, o Bloco Oposição passaria a se constituir das bancadas do Partido dos Trabalhadores, Partido Democrático Trabalhista e Partido Verde.

¹⁵² Em 15.12.2000, foi lida comunicação de seu retorno ao exercício do mandato a partir do dia 19.12.2000, tendo em vista o término de sua licença.

¹⁵³ Em 15.12.2000, foi lida comunicação de seu afastamento do exercício do mandato a partir de 1º.01.2001, para assumir o cargo de Secretário de Cultura da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Histórico de 2000

Em 1.7.2000, foi publicado relatório das atividades da Comissão na 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, período de fevereiro a junho de 2000 (DSF de 1º.7.2000 – pgs. 14601/14603).

Mapa de publicação de ata de reunião da CRE realizada na 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, mas publicada na 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Sessão Legislativa	Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
				Número	Data	Página
1ª Ordinária	20ª	Extraordinária Exposição do Ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, sobre as dificuldades atuais do Mercosul e situação da Colômbia.	25.08.99	033	01.03.2000	3858

Mapa de publicação das atas das reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
1ª	Extraordinária Arguição e aprovação do Sr. Ariel Rocha de Cunto , para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência (MSF nº 75/2000). Apreciação de matéria legislativa	22.2.2000	206	30.12.2000	25851
2ª	Ordinária Arguição e aprovação do Sr. Luiz Augusto de Castro Neves , Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Paraguai (MSF nº 85/2000).	14.3.2000	206	30.12.2000	25856
3ª	Encerrada por falta de <i>quorum</i> .	21.3.2000	-	-	-
4ª	Encerrada por falta de <i>quorum</i> .	21.3.2000	-	-	-
5ª	Ordinária Arguição e aprovação do Sr. Arthur Vivacqua Corrêa Meyer , Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Guiné-Bissau (MSF nº 72/2000).	11.4.2000	206	30.12.2000	25860

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
6ª	Ordinária Argüição e aprovação do Sr. Lauro Barbosa da Silva Moreira , Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Marrocos (MSF nº 71/2000). Apreciação de matéria legislativa	25.4.2000	(Ver Relatório da 4ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura)		
7ª	Ordinária Argüição e aprovação dos Srs. Luiz Fernando de Oliveira e Cruz Benediti e Celso Marcos Vieira de Souza , Ministros de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para exercerem o cargo de Embaixadores do Brasil junto à República da Costa Rica (MSF nº 86/2000) e à República Árabe do Egito (MSF nº 104/2000) respectivamente.	16.5.2000	172	1.11.2000	21482
8ª	Ordinária Argüição e aprovação dos Srs. Luiz Antônio Jardim Gagliardi e Brian Michael Fraser Neele , Ministros de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para exercerem o cargo de Embaixadores do Brasil junto ao Reino da Noruega (MSF nº 105/2000) e à República da Turquia (MSF nº 110/2000). Apreciação de matéria legislativa	23.5.2000	172	1.11.2000	21493
9ª	Ordinária Argüição e aprovação do Sr. Francisco Thompson Flôres Netto , Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Oriental do Uruguai (MSF nº 115/2000); e do Sr. Joaquim Augusto Whitaker Salles , Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Uganda, cumulativamente com a República do Quênia (MSF nº 102/2000). Apreciação de matéria legislativa	30.5.2000	172	1.11.2000	21505

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
10ª	Ordinária Arguição e aprovação do Sr. Paulo Américo Veiga Wolowski , Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Togolesa e República do Burkina Faso, cumulativamente com a República de Gana (MSF nº 98/2000). Apreciação de matéria legislativa	6.6.2000	172	1.11.2000	21512
11ª	Ordinária Arguição e aprovação do Sr. Luiz Filipe de Macedo Soares Guimarães , Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República dos Estados Unidos do México e, cumulativamente, em Belize (MSF nº 117/2000). Apreciação de matéria legislativa	13.6.2000	151	30.9.2000	19085
			172	1.11.2000	21516
12ª	Ordinária Apreciação da indicação do Sr. Ricardo Luís Viana de Carvalho , Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Malauí, cumulativamente com o mesmo posto que já exerce na República do Zimbábue (MSF nº 121/2000).	27.6.2000	151	30.9.2000	19089
			172	1.11.2000	21522
13ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	8.8.2000	206	30.12.2000	25864
14ª	Ordinária Arguição e aprovação do Sr. Francisco de Paula de Almeida Nogueira Junqueira , Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Tcheca (MSF nº 119/2000); e do Sr. Elim Saturnino Ferreira Dutra , Ministro de Primeira Classe da carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Suécia (MSF nº 140/2000). Apreciação de matéria legislativa	12.9.2000	206	30.12.2000	25868

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
15ª	Extraordinária Argüição e aprovação do Sr. Luiz Henrique Pereira da Fonseca , Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Finlândia (MSF nº 142/2000); e do Sr. Armando Vitor Boisson Cardoso , Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Haiti (MSF nº 130/2000). Apreciação de matéria legislativa	13.9.2000	206	30.12.2000	25874
16ª	Extraordinária Argüição e aprovação do Sr. Ricardo Luiz Viana de Carvalho , Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a República do Suriname (MSF nº 164/2000). Apreciação de matéria legislativa	4.10.2000	206	30.12.2000	25881
17ª	Extraordinária Argüição e aprovação do Sr. Tomas Maurício Guggenheim , Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Gabão (MSF nº 165/2000); e do Sr. Ney do Prado Dieguez , Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Cooperativista da Guiana (MSF nº 174/2000). Apreciação de matéria legislativa	25.10.2000	202 (Suplemento)	16.12.2000	00310
18ª	Ordinária Apreciação das propostas de emendas coletivas da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional ao Orçamento de 2001. Argüição e aprovação do Sr. Cláudio Maria Henrique do Couto Lyra , Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República das Filipinas (MSF nº 205/2000); e do Sr. Oto Agripino Maia , Ministro de Primeira Classe da carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado da Cidade do Vaticano (MSF nº 230/2000). Apreciação de matéria legislativa e de emendas ao Orçamento de 2001	7.11.2000	202 (Suplemento)	16.12.2000	00319

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
19ª	Extraordinária Exposição do Sr. Ministro da Defesa, Dr. Geraldo Quintão , com a presença do Comandante da Marinha, Almirante Sérgio Chagas Teles ; do General-de-Exército Cleuber Vieira e do Tenente-Brigadeiro-do-Ar Carlos de Almeida Batista , respectivamente Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. Apreciação de matéria legislativa	22.11.2000	202 (Suplemento)	16.12.2000	00340
19ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	22.11.2000	202 (Suplemento)	16.12.2000	00376
20ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	28.11.2000	202 (Suplemento)	16.12.2000	00385
21ª	Extraordinária Arguição e aprovação dos Srs. Jório Salgado Gama Filho , Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da África do Sul (MSF nº 238/2000); Helder Martins de Moraes , Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Ucrânia (MSF nº 242/2000); Oto Agripino Maia , Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Ordem Soberana Militar e Hospitalar de São João de Jerusalém, de Rodes e de Malta, cumulativamente com o mesmo cargo na Santa Sé (MSF nº 243/2000); e Luiz Antônio Jardim Gagliardi , Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Islândia, cumulativamente com o mesmo cargo no Reino da Noruega (MSF nº 244/2000). Apreciação de matéria legislativa	13.12.2000	206	30.12.2000	25894

Secretário: Marcos Santos Parente Filho

a.8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

Proporcionalidade Partidária

Representação por Partido									
Nº de integrantes: Titulares: 23 – Suplentes: 23									
Partido	Bancada	Proporção	Repres 1	Ajuste 1	Repres 2	Ajuste 2	Repres 3	Ajuste 3	Repres Final
PMDB	26	7,38	7	3,25	7	3,25	8	2,888889	8
PFL	21	5,96	5	3,5	6	3	6	3	6
PSDB	16	4,54	4	3,2	4	3,2	4	3,2	5
BLOCO	14	3,98	3	3,5	4	2,8	4	2,8	4
PPB	3	0,85	0	3	0	3	0	3	0
PTB	1	0,28	0		0		0		0
TOTAL	81	23	19		21		22		23

Bloco Oposição: **PSB¹⁵⁴, PT, PDT e PPS¹⁵⁵**
 Proporcionalidade partidária fixada em 16.3.99.

Composição da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Presidente: Senadora Emilia Fernandes
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva

Titulares	Suplentes
PMDB	
Alberto Silva	1. Carlos Bezerra
Gerson Camata	2. Iris Rezende
Marluce Pinto	3. José Sarney
Mauro Miranda ¹⁵⁶	4. Ramez Tebet
Gilvam Borges	5. Roberto Requião
Valmir Amaral ¹⁵⁷	6. Gilberto Mestrinho
(Vago)	7. (Vago)
(Vago)	8. (Vago)

¹⁵⁴ Em 27.3.2000, o PSB retirou-se do Bloco Oposição.

¹⁵⁵ Em 05.10.99, o PPS retirou-se do Bloco Oposição.

¹⁵⁶ Licença para tratar de interesses particulares no período de 19.8 a 18.12.2000 (RQS nº 493/2000). Em 20.10.2000, foi substituído pelo Senador Albino Boaventura (Of. GLPMDB nº 188/00, de 18.10, publicado no DSF de 21.10, pg. 20835).

¹⁵⁷ Designado em 9.8.2000 (Of. GLPMDB nº 157/00, de 8.8.2000, publicado no DSF de 10.8.2000).

PFL		
José Agripino		1. Jonas Pinheiro
Paulo Souto		2. Jorge Bornhausen
Mozarildo Cavalcanti		3. Hugo Napoleão
José Jorge ¹⁵⁸		4. Maria do Carmo Alves
Juvêncio da Fonseca		5. Eduardo Siqueira Campos ^{159 160 161}
Arlindo Porto (vaga cedida ao PTB em 9.3.99)		6. Freitas Neto
PSDB		
José Roberto Arruda		1. Álvaro Dias
Luiz Pontes		2. Antero Paes de Barros
Osmar Dias		3. Lúdio Coelho
Romero Jucá		4. (Vago)
Geraldo Lessa ^{162 163}		5. (Vaga cedida ao PPS em 30.11.99)
Bloco Oposição^{164 165 166}		
Antonio Carlos Valadares (PSB)		Eduardo Suplicy (PT)
Emilia Fernandes (PDT)		Tião Viana ¹⁶⁷ (PT)
Geraldo Cândido (PT)		José Eduardo Dutra (PT)
Roberto Freire (PPS)		Roberto Saturnino (PSB)
PTB		
Arlindo Porto (Vaga cedida ao PTB pelo PFL em 9.3.99)		
PPS		
		Carlos Wilson ¹⁶⁸ (Vaga cedida ao PPS pelo PSDB em 30.11.99)

¹⁵⁸ Desligado da Comissão, a pedido, em 1º.3.2000.

¹⁵⁹ Desligado da Comissão, a pedido, em 21.2.2000.

¹⁶⁰ Em 29.5.2000, foi designado e assumiu a vaga o Senador Ribamar Fiquene.

¹⁶¹ Em 31.10.2000, o Senador Eduardo Siqueira Campos foi designado para compor a comissão (Of. nº 175/00-GLPFL, de 31.10.2000 – DSF de 1º.11.2000, pg. 21358).

¹⁶² Em 22.5.2000, encerrou-se o exercício do seu mandato, tendo em vista o término da licença e retorno do titular, Senador Teotônio Vilela Filho.

¹⁶³ Em 31.5.2000, foi designado e assumiu a vaga o Senador Teotônio Vilela Filho.

¹⁶⁴ Em 05.10.99, o PPS retirou-se do Bloco Oposição.

¹⁶⁵ Em 27.3.2000, o PSB retirou-se do Bloco Oposição.

¹⁶⁶ Em 11.10.2000, foi lida comunicação de que, a partir dessa data, o Bloco Oposição passaria a se constituir das bancadas do Partido dos Trabalhadores, Partido Democrático Trabalhista e Partido Verde.

¹⁶⁷ Em 6.12.2000, foi substituído pelo Senador Julio Eduardo (PV).

¹⁶⁸ Designado em 27.11.2000 (Of. nº 00123/GLPPS/2000, de 27.11.2000).

Composição da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura ao final da Sessão Legislativa

Presidente: Senadora Emilia Fernandes

Vice-Presidente: Senador Alberto Silva

Titulares		Suplentes
PMDB		
Alberto Silva		1. Carlos Bezerra
Gerson Camata		2. Iris Rezende
Marluce Pinto		3. José Sarney
Albino Boaventura		4. Ramez Tebet
Gilvam Borges		5. Roberto Requião
Valmir Amaral		6. Gilberto Mestrinho
(Vago)		7. (Vago)
(Vago)		8. (Vago)
PFL		
José Agripino		1. Jonas Pinheiro
Paulo Souto		2. Jorge Bornhausen
Mozarildo Cavalcanti		3. Hugo Napoleão
(vago)		4. Maria do Carmo Alves
Juvêncio da Fonseca		5. Eduardo Siqueira Campos
(Vaga cedida ao PTB em 9.3.99)		6. Freitas Neto
PSDB		
José Roberto Arruda		1. Álvaro Dias
Luiz Pontes		2. Antero Paes de Barros
Osmar Dias		3. Lúdio Coelho
Romero Jucá		4. (Vago)
Teotônio Vilela Filho		5. (Vaga cedida ao PPS em 30.11.99)
Bloco Oposição (PT, PDT e PV)		
Antonio Carlos Valadares (PSB)		1. Eduardo Suplicy
Emilia Fernandes		2. Júlio Eduardo
Geraldo Cândido		3. José Eduardo Dutra
Roberto Freire (PPS)		4. Roberto Saturnino (PSB)
PTB		
Arlindo Porto (Vaga cedida ao PTB pelo PFL em 9.3.99)		
PPS		
		1. Carlos Wilson (Vaga cedida ao PPS pelo PSDB em 30.11.99)

Histórico de 2000

Em 28 e 29.3.2000, a Comissão realizou o Seminário "Águas 2000. Qualidade de Vida e Desenvolvimento", no Auditório Petrônio Portella, SF, organizado pela Aneel, SRH-MMA, ABRH, ABES e ABAS e apoio da OMM e PNUD;

Em 1º.09.2000, foi publicado relatório das atividades da Comissão na 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura (DSF de 1º.9.2000, pgs. 17671/17674);

Em 30.9.2000, foi publicado relatório das atividades da Comissão na 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura (DSF de 30.9.2000, pgs. 19079/82).

Em 01.12.2000, foi publicado relatório das atividades da Comissão na 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura (DSF de 01.12.2000, pgs. 23696/98).

Mapa de publicação das atas das reuniões da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
1ª	Instalação da Subcomissão destinada a apurar as causas do vazamento de óleo ocorrido na Baía de Guanabara, RJ	24.2.2000	(Ver Relatório da 4ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura)		
2ª	Conjunta com a CAE Exposição dos Srs. Tenente-Brigadeiro-Ar Carlos de Almeida Baptista , Comandante da Aeronáutica; Eduardo Bogallo Pettengill , Presidente da Infraero; Venâncio Grossi , Diretor do DAC; e Paulo Enrique Coco , Presidente da Transbrasil, acerca da atual situação das empresas aéreas, seus compromissos financeiros com organismos da União e possíveis fusões entre empresas.	14.3.2000	051	1.4.2000	5928
3ª	Conjunta com a CAE Exposição do Sr. Eliseu Lemos Padilha , Ministro dos Transportes, sobre o "Programa de Privatização e Tarifas de Pedágio".	15.3.2000	051	1.4.2000	5957
4ª			(Ver Relatório da 4ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura)		
5ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa Relato da visita da Subcomissão destinada a apurar o vazamento de óleo na Baía de Guanabara.	13.4.2000	(Ver Relatório da 4ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura)		
6ª	Extraordinária Audiência pública com o Deputado José Sarney Filho , Ministro de Estado do Meio Ambiente, representado pela Drª Gisela Dann Foratini ; Drª Marília Marreco Cerqueira , Presidente do Ibama; a Drª Gisele Elias Porto , Procuradora do Ministério Público Federal no Rio de Janeiro, e o Dr. José Chacon de Assis , Presidente do CREA do Rio de Janeiro, que prestaram esclarecimentos e informações sobre as causas, conseqüências e providências tomadas sobre o desastre ambiental causado pelo vazamento de óleo ocorrido na Refinaria Duque de Caxias, na Baía de Guanabara, no Estado do Rio de Janeiro.	16.5.2000	(Ver Relatório da 4ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura)		

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
7ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	18.5.2000	(Ver Relatório da 4ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura)		
8ª	Extraordinária Audiência pública com o Dr. Júlio Colombi Netto , Diretor da Agência Nacional de Petróleo, Sr. Roberto Odilon Horta , Presidente da Federação Única dos Petroleiros; Sr. Nilson Cesário Vianna , Representante do Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias; Dr. Jorge Costa do Nascimento , Representante do Sindicato dos Petroleiros do Estado do Rio de Janeiro, que prestaram esclarecimentos e informações sobre as causas, conseqüências e providências tomadas sobre o desastre ambiental causado pelo vazamento de óleo ocorrido na Refinaria Duque de Caxias, na Baía de Guanabara, no Estado do Rio de Janeiro.	24.5.2000	(Ver Relatório da 4ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura)		
9ª	Conjunta com a CAE Exposição dos Srs. Tenente-Brigadeiro-Ar Carlos Almeida Baptista , Comandante da Aeronáutica; Fernando Perrone , Presidente da Infraero; Venâncio Grossi , Diretor do DAC; Wagner Canhedo , Presidente da VASP; Osires Silva , Presidente da Varig; Amaro Rolim , Presidente da TAM; Graziela Baggio , Presidente da Federação de Aeronautas e Aeroviários, acerca da atual situação das empresas aéreas, seus compromissos financeiros perante os organismos da União e sobre possíveis acordos de fusão entre empresas.	6.6.2000	109	1.7.2000	15147
10ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	7.6.2000	(Ver Relatório da 4ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura)		
11ª	Extraordinária Discussão e votação do Relatório Final da Subcomissão destinada a apurar <i>in loco</i> o vazamento de óleo ocorrido na Baía de Guanabara, RJ	10.8.2000	135	6.9.2000	18215

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
12ª	Extraordinária Apreciação da indicação dos Srs. Jerson Kelman para o cargo de Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas (MSF nº 168/2000); Benedito Pinto Ferreira Braga Júnior, Marcos Aurélio Vasconcelos de Freitas, Lauro Sérgio de Figueiredo e Ivo Brasil , para o cargo de Diretores da mesma Agência (MSF nºs 169, 170, 171 e 172/2000).	14.9.2000	151	30.9.2000	19185 (sem as notas taquigráficas)
13ª	Extraordinária Arguição e aprovação do Sr. Marcos Aurélio Vasconcelos de Freitas , para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas (MSF nº 170/2000), com a participação do Sr. Jerson Kelman , Diretor-Presidente indicado da mesma Agência.	5.10.2000	191	1.12.2000	23921
14ª	Extraordinária Arguição e aprovação do Sr. David Zilbersztajn para exercer, em recondução, o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo (MSF nº 211/2000).	7.11.2000	191	1.12.2000	23933
15ª	Extraordinária Arguição e aprovação do Sr. Renato Navarro Guerreiro para exercer o cargo de Presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel (MSF nº 216/2000).	8.11.2000	191	1.12.2000	23957
16ª	Extraordinária Arguição e aprovação do Sr. José Maria Miranda Abdo para exercer, em recondução, o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel (MSF nº 212/2000).	8.11.2000	191	1.12.2000	23970
17ª	Extraordinária Discussão e votação de emendas ao Orçamento de 2001 e apreciação de matéria legislativa	8.11.2000	191	1.12.2000	23991
18ª	Extraordinária Discussão e votação de emendas ao Orçamento de 2001	8.11.2000	191	1.12.2000	24001
19ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	7.12.2000	202 (Suplemento)	16.12.2000	00921

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
-	Sessão Solene de inauguração da galeria dos ex-Presidentes da Comissão	12.12.2000	202 (Suplemento)	16.12.2000	00929

Secretário: Celso Antony Parente

**COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
SUBCOMISSÃO DESTINADA A APURAR *IN LOCO* O VAZAMENTO DE ÓLEO OCORRIDO NA
BAÍA DE GUANABARA, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.**

Composição

Presidente **Senador Geraldo Lessa** (PSDB-AL)¹⁶⁹
Membros **Senador Arlindo Porto** (PTB-MG)
 Senador Geraldo Cândido (PT-RJ)
 Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
 Senador Mauro Miranda¹⁷⁰ (PMDB-GO)

Composição da Subcomissão ao final da Sessão Legislativa

Presidente **Senador Teotônio Vilela Filho** (PSDB-AL)
Membros **Senador Arlindo Porto** (PTB-MG)
 Senador Geraldo Cândido (PT-RJ)
 Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
 Senador Mauro Miranda ¹⁷¹ (PMDB-GO)

¹⁶⁹ Substituiu o Senador Teotônio Vilela Filho no período de 24.1 a 22.5.2000.

¹⁷⁰ Licença para tratar de interesses particulares no período de 19.8 a 18.12.2000 (RQS nº 493/2000).

¹⁷¹ Em 15.12.2000, foi lida comunicação de seu retorno ao exercício do mandato a partir do dia 19.12.2000, tendo em vista o término de sua licença.

Mapa de publicação das atas das reuniões da Subcomissão

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
1ª	Instalação	24.2.2000			
2ª	Audiência Pública, na sala de reuniões da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, com as seguintes autoridades e convidados: Deputado Carlos Dias , Presidente da CPI da Assembléia Legislativa; Dr. André Correia , Secretário Estadual do Meio Ambiente – Conema (não compareceu); Dr. Maurício Lobo Abreu , Secretário Estadual do Meio Ambiente, representado pela Drª Vera Lúcia de Oliveira ; Dr. Axel Grael , Presidente da Fundação de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA) (não compareceu); Drª Gisele Elias Porto , Procuradora do Ministério Público Federal/RJ; Dr. José Chacon de Assis , Presidente do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura- CREA/RJ; Sr. Nilson Cesário Viana , Representante do Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias; Sr. Roberto Odilon Horta , Diretor da Federação Única dos Petroleiros; e Sr. Mozart Smith de Queiroz , Secretário-Geral do Sindicato dos Petroleiros do Estado do Rio de Janeiro – Sindipetro/RJ.	3.4.2000			

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
3ª	Audiência pública realizada em Vitória, ES, com as seguintes autoridades e convidados: Senadora Luzia Toledo , Luís Paulo Vellozo Lucas , Prefeito de Vitória; Jarbas Ribeiro de Assis Jr. , Secretário e Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente; Almir Bressan Jr. , Secretário do Meio Ambiente do Estado; João Felício Scardua , Secretário de Saúde do Estado; Prof. Rogério Silveira Queiroz , da Universidade Federal do Espírito Santo; Mário Tironi Jr. , Chefe do Setor de Pneumologia Pediátrica do Hospital Infantil N. Srª da Glória; Carlos Galileu Porto , Presidente da Seção Regional da Sociedade Brasileira de Alergia e Imunopatologia; Andréia Pontual , Procuradora do Ministério Público; Paulo Esteves , Presidente da Associação dos Moradores da Ilha do Frade (Samifra); José Valadão Arantes Jr. , das Associações da Praia do Canto, Ilha do Frade, Praia da Costa, Mata da Praia e Ilha do Boi; Severino Dantas Filho e Mariza Gonçalves Leal , da Associação Médica do ES; José Armando Figueiredo Campos , Diretor e Presidente da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST); Juarez Saliba de Avelar , Diretor de Ferrosos do Sistema Sul – Companhia Vale do Rio Doce; Maurício José Lima Reis , Gerente Geral do Meio Ambiente da CVRD; e José Tadeu de Moraes , Diretor-Adjunto Industrial da Samarco Mineração.	5.4.2000			
4ª	Relato das atividades desenvolvidas pela Subcomissão por ocasião da visita realizada ao Rio de Janeiro e Vitória, em virtude do vazamento de óleo ocorrido na Baía de Guanabara e da poluição causada por resíduos tóxicos no Porto de Vitória e adjacências, respectivamente.	27.4.2000			

Secretário: Celso Antony Parente

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
SEMINÁRIO “ÁGUAS 2000” – QUALIDADE DE VIDA E DESENVOLVIMENTO

Realizado nos dias 28 e 29 de março de 2000, o Seminário foi presidido pela **Senadora Emília Fernandes** e contou com a presença de:

Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal

Deputado Michel Temer, Presidente da Câmara dos Deputados

Ministro Fernando Luiz Gonçalves Bezerra, da Integração Nacional

Ministro Sarney Filho, do Meio Ambiente

Senador Bernardo Cabral, Relator do PLC nº 3/2000 (Criação da Agência Nacional de Águas)

Sr. José Almir Cirilo, Presidente da Associação Brasileira de Recursos Hídricos - ABRH

Sr. Itabaraci Nazareno Cavalcanti, Presidente da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas – ABAS

Sr. Antônio Marsiglia Neto, Presidente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES

Sr. José Mário Miranda Abdo, Diretor-Geral da ANEEL

Secretário: Celso Antony Parente

(Agenda publicada no DSF de 1.7.2000, pgs. 14627/14630)

b) TEMPORÁRIAS

b.1) INTERNAS

b.1.1) Destinada a definir uma política para o desenvolvimento econômico e social da Amazônia.

Criação: Requerimento nº 475/96 (lido em 16.5.1996 e aprovado em 23.5.1996)

Autores: Ademir Andrade e outros Senadores

Nº de membros: 11 (onze)

Prazo de funcionamento: até 15.12.96

Proporcionalidade Partidária

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura – 1996			
Representação por Partido			
Nº de integrantes: Titulares: 11 (onze) e 11 (onze) Suplentes			
Partido	Bancada	Proporção	Representação
PMDB	24	3,25	3
PFL	21	2,85	3
PSDB	13	1,76	2
PPB	6	0,81	1
PT	5	0,67	1
PTB	4	0,54	1
PDT	3	0,40	0
PSB	2	0,27	0
PSL	1	0,13	0
PPS	1	0,13	0
Sem Partido	1	0,13	0
TOTAL	81	11	11

Composição da Comissão na 2ª Sessão Legislativa da 50ª Legislatura, quando foi criada a Comissão

Presidente: Senador Nabor Júnior
Vice-Presidente: Senadora Marina Silva
Relator: Senador Ademir Andrade

Titulares		Suplentes
	PMDB	
Ernandes Amorim		Gilvam Borges
Nabor Júnior		Marluce Pinto
(Vaga cedida ao PDT em 12.6.96)		(Vaga cedida ao PDT em 12.6.96)
	PFL	
Bernardo Cabral		Gilberto Miranda
José Bianco		Jonas Pinheiro
Vaga cedida ao PSB em 30.5.96		João Rocha

	PSDB	
Jefferson Peres		(Vago)
172Coutinho Jorge		Carlos Wilson
	PPB	
Leomar Quintanilha		Epitacio Cafeteira
	PTB	
Odacir Soares		173Regina Assumpção
	PT	
Marina Silva		(Vago)
	PSB	
174Ademir Andrade		
	PDT	
175Sebastião Rocha		176Júnia Marise

Nota: Em 31.1.97, formou-se o Bloco Parlamentar de Oposição, com os seguintes partidos: **PT, PDT, PSB e PPS.**

**Composição da Comissão ao final da 4ª Sessão Legislativa da 50ª Legislatura,
quando ela encerrou os seus trabalhos**

Titulares		Suplentes
	PMDB	
Ernandes Amorim		Gilvam Borges
Nabor Júnior		Marluce Pinto
(Vaga cedida ao PDT em 12.6.96)		(Vaga cedida ao PDT em 12.6.96)
	PFL	
Bernardo Cabral		Gilberto Miranda
José Bianco		Jonas Pinheiro
Vaga cedida ao PSB em 30.5.96		João Rocha
	PSDB	
Jefferson Peres		(Vago)
(Vago)		Carlos Wilson
	PPB	
Leomar Quintanilha		Epitacio Cafeteira
	PTB	
Odacir Soares		(Vago)
	PT	
Marina Silva		(Vago)
	PSB	
Ademir Andrade (Vaga cedida pelo PFL em 30.5.96)		
	PDT	
Sebastião Rocha (Vaga cedida pelo PMDB em 12.6.96)		Júnia Marise (Vaga cedida pelo PMDB em 12.6.96)

Nota: Em 31.1.97, formou-se o Bloco Parlamentar de Oposição, com os seguintes partidos: **PT, PDT, PSB e PPS.**

¹⁷² Renunciou ao mandato de Senador da República em 23.6.98.

¹⁷³ Em 13.4.98, reassumiu o exercício do mandato o titular.

¹⁷⁴ Designado em 30.5.96. Vaga cedida pelo PFL.

¹⁷⁵ Vaga cedida pelo PMDB em 12.6.96.

¹⁷⁶ Vaga cedida pelo PMDB em 12.6.96.

Histórico de 1998

Em 03.12.98, foi realizada a 3ª Reunião, destinada à leitura e apresentação do Relatório Final pelo Relator Senador Ademir Andrade.

Em 14.12.98, foi realizada a 4ª Reunião, destinada à discussão e votação do Relatório Final da Comissão, que foi aprovado pela unanimidade dos presentes.

Em 16.12.98, foi publicada a Ata da 4ª reunião, no DSF de 16.12.98, pg. 19235.

Histórico de 1999

A Comissão não constou do Relatório de 1999, tendo em vista haver encerrado seus trabalhos em 14.12.1998, com a aprovação do Relatório Final, que foi publicado no DSF de 16.12.98.

Histórico de 2000

Em 7.8.2000, foi publicado, no DSF de 8.8.2000 (pgs. 15902/16259), o **Relatório Final nº 1, de 2000**, constituído do Relatório Final aprovado em 14.12.1998, ao qual o Senador Nabor Júnior, então Presidente da Comissão Temporária, anexou subsídios adicionais que recebeu, em 10.4.2000, do Relator, Senador Ademir Andrade, contendo propostas de alterações ao Relatório Final original e concluindo com a apresentação de um projeto de lei complementar e duas propostas de emenda à Constituição. Essas proposições foram lidas na mesma sessão de 7.8.2000 e autuadas como **Propostas de Emenda à Constituição nºs 32 e 33/2000 e Projeto de Lei do Senado nº 193/2000 – Complementar**.

b.1.2) Destinada a acompanhar relações bilaterais, particularmente do comércio do Brasil com o Canadá, tendo em vista relações do comércio internacional entre os dois países.

Criação: Requerimento nº 639/2000 (lido e aprovado em 13.12.2000)
Autor: Roberto Freire

Histórico de 2000

Em 15.12.2000, a Comissão foi extinta nos termos do art. 76, III, do Regimento Interno do Senado Federal.

b.2) EXTERNAS

b.2.1) Destinada a acompanhar o atendimento feito junto aos desabrigados, flagelados e familiares das vítimas das enchentes e desmoronamentos que ocorrem nos Estados de Pernambuco e Alagoas

Criação: Requerimento nº 426/2000 (lido em 2.8.2000 e aprovado em 3.8.2000)

Autor: Roberto Freire

Nº de membros: 5 (cinco) titulares e 5 (cinco) suplentes

Prazo de funcionamento: 60 dias (até 2.10.2000)

Composição

Presidente	Senador Roberto Freire
Vice-Presidente	Senador Teotônio Vilela Filho
Relator	Senador Clodoaldo Torres¹⁷⁷
Membros	Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
	Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
	Senador José Jorge (PFL-PE)
	Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)
	Senador Roberto Freire (PPS-PE)
	Senador Clodoaldo Torres ¹⁷⁸(PTB-PE)
	Senadora Heloísa Helena (Bloco/PT-AL)

Composição da Comissão ao final da Sessão Legislativa

Presidente	Senador Roberto Freire
Vice-Presidente	Senador Teotônio Vilela Filho
Membros	Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
	Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
	Senador José Jorge (PFL-PE)
	Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)
	Senador Roberto Freire (PPS-PE)
	Senadora Heloísa Helena (Bloco/PT-AL)

¹⁷⁷ Indicado para a Relatoria durante o período em que substituiu o Senador Carlos Wilson em sua licença e que se encerrou em 23.9.2000, com o retorno do titular ao exercício do mandato.

¹⁷⁸ Indicado para a Relatoria durante o período em que substituiu o Senador Carlos Wilson em sua licença e que se encerrou em 23.9.2000, com o retorno do titular ao exercício do mandato.

Histórico de 2000

Em **03.08.2000**, foi aprovado o Requerimento nº 426/2000, criada a Comissão Temporária e anunciada a sua composição (DSF de 4.8.2000, pg. 15757).

Em **03.10.2000**, foi prorrogado por mais vinte dias o prazo de funcionamento da Comissão (RQS nº 507/2000, da Comissão, publicado no DSF de 4.10.2000, pg. 19820).

Em **05.10.2000**, foi lido, no Plenário do Senado Federal, o Relatório Final nº 5/2000, aprovado pela unanimidade dos presentes à 2ª Reunião da Comissão, realizada no dia 4.10.2000, que conclui pela apresentação de *Recomendações*, que serão encaminhadas às autoridades competentes, e pelo oferecimento do PRS nº 78/2000, que *altera a Resolução nº 78/98, do Senado Federal, para suspender, pelo período de doze meses, o pagamento de serviços de dívidas dos Estados de Alagoas e Pernambuco junto à União*, (DSF de 6.10.2000, pg. 19963 a 19981).

Mapa de publicação das atas das reuniões da Comissão

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
1ª	Instalação Eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator	3.8.2000	115	9.8.2000	16434
2ª	Apreciação do Relatório elaborado pelo Senador Clodoaldo Torres	4.10.2000	155	6.10.2000	19980 (sem notas taquigráficas)
			172	1.11.2000	21482 (sem notas taquigráficas)

b.2.2) Destinada a representar o Senado Federal no encontro entre representantes de organizações da sociedade civil brasileira e o Vice-Presidente do Banco Mundial – Brasil, Região da América Latina e Caribe, realizado às 15h do dia 18.10.2000, no escritório do Banco Mundial em Brasília

Criação: Indicação da Presidência (DSF de 19.10.2000, pg. 20667)

Nº de membros: 5

Prazo de funcionamento: Dia 18.10.2000, de 15h às 17h

Composição

Senador Pedro Simon (PMDB-RS)

Senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE)

Senador Júlio Eduardo (PV-AC)

Senador Paulo Souto (PFL-BA)

Senador Maguito Vilela (PMDB-GO)

Histórico de 2000

- Em 16.10.2000**, foi publicado discurso do Senador Pedro Simon **1)** anunciando a realização do Seminário “O Ataque à Pobreza”, de iniciativa do Banco Mundial-Brasil, Região da América Latina e Caribe, nos dias de 16 a 18.10.2000, no Hotel Naoum Plaza, em Brasília-DF; **2)** bem como sugerindo à Presidência a designação de uma comissão do Senado Federal para participar de reunião prevista entre representantes de organizações da sociedade civil brasileira e o Vice-Presidente do Banco Mundial para a América Latina e Caribe (DSF de 17.10.2000, pgs. 20512/20516).
- Em 16.10.2000**, o Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Magalhães, em aparte ao discurso do Senador Pedro Simon, designa S. Ex^a para representar a Presidência no referido encontro (DSF de 17.10.2000, pg. 20515).
- Em 18.10.2000**, a Presidência, exercida pelo Senador Jonas Pinheiro, comunicou a designação da comissão de Senadores para representar o Senado Federal no encontro em questão, no dia 18.10.2000, às 15h, no escritório do Banco Mundial em Brasília (DSF de 19.10.2000, pg. 20667). A referida designação foi feita através do Of. 216/2000-Presid, de 17.10.2000, do Sr. Presidente do SF, em resposta a convite formulado através da correspondência de 17.10.2000, do Sr. Gobind T. Nankani, Diretor do Banco Mundial – Brasil, Região da América Latina e Caribe.
- Em 18.10.2000**, o Senador Tião Viana, falando pela ordem, justificou a ausência do Senador Júlio Eduardo à votação da PEC nº 88/99, por estar participando da comissão designada pela Presidência para representar o Senado Federal no encontro com a Direção do Banco Mundial (DSF de 19.10.2000, pgs. 20694/20695).
- Em 19.10.2000**, o Senador Pedro Simon fez, em discurso, o relatório de sua dupla participação no Seminário “O Ataque à Pobreza” e no encontro com o Vice-Presidente do Banco Mundial, tendo sido apartado pelo Senador Júlio Eduardo, que também participou do referido encontro (DSF de 20.10.2000, pgs. 20793/20800).

b.3) PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

b.3.1) Destinada a apurar denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de organizações não-governamentais – ONGs

Criação: Requerimento nº 475/2000 (publicado no DSF de 13.9.2000)

Autores: Senador Bernardo Cabral e outros Senadores

Nº de membros: 11 (onze) titulares e 7 (sete) suplentes

Prazo de funcionamento: até 15.12.2000

Proporcionalidade Partidária

Representação por Partido									
Nº de integrantes: Titulares: 11 – Suplentes: 7									
Partido	Bancada	Proporção	Repres 1	Ajuste 1	Repres 2	Ajuste 2	Repres 3	Ajuste 3	Repres Final
PMDB	25	3,44	3	6,25	3	6,25	4	5	4
PFL	22	3,03	3	5,5	3	5,5	3	5,5	4
PSDB	14	1,93	1	7	2	4,666667	2	4,666667	2
BLOCO	10	1,38	1	5	1	5	1	5	1
PSB	3	0,41	0		0		0		0
PPS	2	0,28	0		0		0		0
PPB	2	0,28	0		0		0		0
PTB	2	0,28	0		0		0		0
S/Partido	1		0		0		0		0
TOTAL	80	11	8		9		10		11
Suplentes: 7 (sete)									
Partido	Bancada	Proporção	Repres 1	Ajuste 1	Repres 2	Ajuste 2	Repres 3	Ajuste 3	Repres Final
PMDB	25	2,19	2	8,333333	2	8,333333	3	6,25	3
PFL	22	1,93	1	11	2	7,333333	2	7,333333	3
PSDB	14	1,23	1	7	1	7	1	7	1
BLOCO	10	0,88	0		0		0		0
PSB	3	0,26	0		0		0		0
PPS	2	0,18	0		0		0		0
PPB	2	0,18	0		0		0		0
PTB	2	0,18	0		0		0		0
S/Partido	1		0		0		0		0
TOTAL	80	7	4		5		6		7
Bloco Oposição: ¹⁷⁹ PT e PDT									
Proporcionalidade partidária fixada em 13.9.2000.									

¹⁷⁹ Em 11.10.2000, foi lida comunicação de que, a partir dessa data, o Bloco Oposição passaria a se constituir das bancadas do Partido dos Trabalhadores, Partido Democrático Trabalhista e Partido Verde.

Composição da CPI das ONGs

Presidente: Senador
Vice-Presidente: Senador

Titulares		Suplentes
PMDB		
		1.
		2.
		3.
¹⁸⁰PFL		
Bernardo Cabral		1. Maria do Carmo Alves
Mozarildo Cavalcanti		2. Carlos Patrocínio
Moreira Mendes		3. Bello Parga
Djalma Bessa		
PSDB		
		1.
Bloco Oposição¹⁸¹		
Marina Silva ^{182 183}		

Composição da Comissão ao final da Sessão Legislativa

Presidente: Senador
Vice-Presidente: Senador

Titulares		Suplentes
PMDB		
		1.
		2.
		3.
PFL		
Bernardo Cabral		1. Maria do Carmo Alves
Mozarildo Cavalcanti		2. Carlos Patrocínio
Moreira Mendes		3. Bello Parga
Djalma Bessa		
PSDB		
		1.
Bloco Oposição (PT, PDT e PV)		
Tião Viana		

¹⁸⁰ Membros designados em 9.10.2000

¹⁸¹ Em 11.10.2000, foi lida comunicação do Bloco de Oposição, de que, a partir dessa data, passa a se constituir das bancadas do Partido dos Trabalhadores, Partido Democrático Trabalhista e Partido Verde.

¹⁸² Designada em 21.9.2000 (Ofício nº 118/00, da Líder do Bloco Oposição, publicado no DSF de 22.9.2000, pg. 18899).

¹⁸³ Em 5.10.2000, foi substituída pelo Senador Tião Viana (Of. nº 136/2000/GLDPT, de 4.10.2000 - DSF de 6.10.2000, pg. 19939)

Histórico de 2000

Em 15.12.2000, a Comissão foi extinta nos termos do art. 76, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

b.3.2) Destinada a investigar fatos envolvendo associações brasileiras de futebol.

Criação: Requerimento nº 497/2000 (publicado no DSF de 15.9.2000), alterado pelo Requerimento nº 521/2000 (publicado no DSF de 6.10.2000)

Autores: Senador Álvaro Dias e outros Senadores

Nº de membros: 11 (onze) titulares e 7 (sete) suplentes

Prazo inicial de funcionamento: até 15.12.2000

Novo prazo: 15.12.2001 (RQS nº 572/2000)

Proporcionalidade Partidária¹⁸⁴

Representação por Partido							
Nº de integrantes: Titulares: 13 – Suplentes: 8							
Partido	Bancada	Proporção	Repres 1	Ajuste 1	Repres 2	Ajuste 2	Repres Final
PMDB	25	4,06	4	5	4	5	5
PFL	22	3,58	3	5,5	4	4,4	4
PSDB	14	2,28	2	4,6666667	2	4,666667	2
BLOCO	10	1,63	1	5	1	5	2
PSB	3	0,49	0		0		0
PPS	2	0,33	0		0		0
PPB	2	0,33	0		0		0
PTB	2	0,33	0		0		0
S/Partido	1		0		0		0
TOTAL	80	13	10		11		13
Suplentes: 8 (oito)							
Partido	Bancada	Proporção	Repres 1	Ajuste 1	Repres 2	Ajuste 2	Repres Final
PMDB	25	2,50	2	8,3333333	3	6,25	3
PFL	22	2,20	2	7,3333333	2	7,333333	3
PSDB	14	1,40	1	7	1	7	1
BLOCO	10	1,00	1	5	1	5	1
PSB	3	0,30	0		0		0
PPS	2	0,20	0		0		0
PPB	2	0,20	0		0		0
PTB	2	0,20	0		0		0
S/Partido	1		0		0		0
TOTAL	80	8	6		7		8
Bloco Oposição: ¹⁸⁵ PT e PDT Proporcionalidade partidária fixada em 04.10.2000.							

¹⁸⁴ Alterada mediante o RQS nº 521/2000 (DSF de 6.10.2000).

¹⁸⁵ Em 11.10.2000, foi lida comunicação de que, a partir dessa data, o Bloco Oposição passaria a se constituir das bancadas do Partido dos Trabalhadores, Partido Democrático Trabalhista e Partido Verde.

Composição da CPI do Futebol

Presidente: Senador Álvaro Dias
Vice-Presidente: Senador Gilberto Mestrinho
Relator: Senador Geraldo Althoff

Titulares		Suplentes
PMDB¹⁸⁶		
Renan Calheiros		1. Ney Suassuna
Maguito Vilela		2. Gerson Camata ¹⁸⁷
Gilvam Borges		3. Agnelo Alves
Gilberto Mestrinho		
Carlos Bezerra ¹⁸⁸		
PFL¹⁸⁹		
Edison Lobão		1. José Agripino ¹⁹⁰
Geraldo Althoff		2. José Jorge
Bernardo Cabral		3. Romeu Tuma
Jonas Pinheiro		
PSDB¹⁹¹		
Álvaro Dias		1. José Roberto Arruda
Antero Paes de Barros		
Bloco Oposição^{192 193}		
Sebastião Rocha (PDT-AP) ¹⁹⁴ José Eduardo Dutra (PT-SE)		Geraldo Cândido (PT-RJ)

Composição da Comissão ao final da Sessão Legislativa

Presidente: Senador Álvaro Dias
Vice-Presidente: Senador Gilberto Mestrinho
Relator: Senador Geraldo Althoff

Titulares		Suplentes
PMDB		
Renan Calheiros		1. Ney Suassuna
Maguito Vilela		2. Valmir Amaral
Gilvam Borges		3. Agnelo Alves
Gilberto Mestrinho		
Gerson Camata		

¹⁸⁶ Membros designados em 17.20.2000.

¹⁸⁷ Em 19.10.2000, foi substituído pelo Senador Valmir Amaral (Of. GLPMDB nº 189/2000, de 19.10.2000 (DSF de 20.10.2000, pg. 20768).

¹⁸⁸ Em 19.10.2000, foi substituído pelo Senador Gerson Camata (Of. GLPMDB nº 189/2000, de 19.10.2000 (DSF de 20.10.2000, pg. 20768).

¹⁸⁹ Membros designados em 17.10.2000.

¹⁹⁰ Em 18.10.2000, foi substituído pelo Senador Freitas Neto (Of. nº 170/2000/GLPFL, de 18.10.2000 (DSF de 19.10.2000, pg. 20692).

¹⁹¹ Membros designados em 16.10.2000.

¹⁹² Membros designados em 10.10.2000.

¹⁹³ Em 11.10.2000, foi lida comunicação de que, a partir dessa data, o Bloco Oposição passaria a se constituir das bancadas do Partido dos Trabalhadores, Partido Democrático Trabalhista e Partido Verde.

¹⁹⁴ Indicado mediante o Of. nº 133/2000/GLDPT, de 4.10.2000 (DSF de 6.10.2000, pg. 19939).

PFL		
Edison Lobão		1. Freitas Neto
Geraldo Althoff		2. José Jorge
Bernardo Cabral		3. Romeu Tuma
Jonas Pinheiro		
PSDB		
Álvaro Dias		1. José Roberto Arruda
Antero Paes de Barros		
Bloco Oposição (PT, PDT e PV)		
Sebastião Rocha		1. Geraldo Cândido
José Eduardo Dutra		

Histórico de 2000

Em 21.11.2000, foi lido o RQS nº 572/2000, do Senador José Alencar e outros 30 (trinta) Srs. Senadores, solicitando a prorrogação do prazo da Comissão por mais um ano – até 15.12.2001.

Mapa de publicação das atas das reuniões da CPI do Futebol

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
1ª	Instalação, eleição do Presidente e do Vice-Presidente e designação do Relator Apreciação de requerimentos	19.10.2000	172	1.11.2000	21694
2ª	Reunião administrativa fechada Apreciação de requerimentos e apresentação da Proposta de Trabalho	24.10.2000	172	1.11.2000	21706
3ª	Depoimento do Sr. Ricardo Liao , Chefe do Departamento de Ilícitos Cambiais e Financeiros do Banco Central do Brasil, representando o Sr. Armínio Fraga Neto . Apreciação de requerimentos.	31.10.2000	183	21.11.2000	22711
			185	23.11.2000	22942
4ª	Depoimento dos Srs. Waldeck Ornelas , Ministro da Previdência Social, e Vinícius Carvalho Pinheiro , Secretário de Previdência Social (com a participação dos Srs. Marta de Barros Pacheco e Sérgio Focal , fiscais da Previdência). Apreciação de requerimentos.	1.11.2000	183	21.11.2000	22724
			185	23.11.2000	22956
5ª	Apreciação de requerimentos	7.11.2000	185	23.11.2000	22973
6ª	Depoimento da Srª Renata Carla Moura Alves Apreciação de requerimentos	9.11.2000	185	23.11.2000	22978

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
7ª	Depoimento do Sr. Wilson da Silva Piazza , ex-jogador de futebol Apreciação de requerimentos	13.11.2000	185	23.11.2000	22999
8ª	Depoimento do Sr. Juca Kfoury , jornalista. Apreciação de requerimentos	21.11.2000	193	5.12.2000	24215
9ª	Depoimento da Srª Adrienne Giannetti Nelson de Senna , Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF.	23.11.2000	193	5.12.2000	24229
10ª	Depoimento do Sr. Wanderley Luxemburgo da Silva . Apreciação de requerimentos	30.11.2000	196	8.12.2000	24565
11ª	Depoimento do Sr. José Hawila , Diretor-Presidente da empresa Traffic. Apreciação de requerimentos	7.12.2000	200	14.12.2000	25094

G.8 - MATÉRIA LEGISLATIVA

G.8 – MATÉRIA LEGISLATIVA

a) PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO (PEC)

Aprovadas em 2000	
De iniciativa do Presidente da República	1
De iniciativa da Câmara dos Deputados	2
De iniciativa do Senado Federal	4
TOTAL	7

Enviadas à Câmara dos Deputados em 2000	
De iniciativa da Câmara dos Deputados	1
De iniciativa do Senado Federal	5
TOTAL	2

Promulgadas	
De iniciativa do Presidente da República	1
De iniciativa da Câmara dos Deputados	2
De iniciativa do Senado Federal	2
TOTAL	5

Rejeitada	
De iniciativa do Senado Federal	1

Retirada	
De iniciativa do Senado Federal	1

Prejudicadas	
De iniciativa do Senado Federal	2

Em tramitação	
De iniciativa do Senado Federal	133
De iniciativa da Câmara dos Deputados	3
De iniciativa da Comissão Mista Especial de Combate à Pobreza	2
Da Comissão Temporária criada pelo RQS nº 475/96	2
Total	140

a.1) De Sessões Legislativas anteriores

Número	1º Signatário	Ementa	Resultado
17/92 – SF 82/C-91-CD	Deputado Genebaldo Correia	Altera o artigo 29 da Constituição Federal.	Tramitando
25/95	Ney Suassuna	Dá nova redação ao § 2º do art. 57 da Constituição Federal.	Tramitando
8/95	Geraldo Melo	Dá nova redação ao inciso X do § 2º do artigo 155 da Constituição Federal.	Tramitando
21/95 Vide PEC nº 29/2000	Antonio Carlos Valadares	Altera dispositivos da Constituição Federal.	Tramitando
326/95	Humberto Lucena	Prorroga a vigência da Lei Orçamentária para o exercício financeiro seguinte.	Tramitando
51/95	Marluce Pinto	Altera o inciso III do art. 235 da Constituição Federal.	Tramitando
4 57/95	Pedro Simon	Altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral.	Tramitando
64/95	Osmar Dias	Dá nova redação ao inciso XXIX do art. 7º e revoga o art. 233 da Constituição Federal (<i>igualdade prazo prescricional para ações quanto a créditos resultantes de relações trabalhistas e extingue obrigatoriedade de comprovação de cumprimento de obrigações trabalhistas por empregador rural</i>).	Aprovada em 1º turno em 18.11.98 Aprovada em 2º turno em 3.3.99 À Câmara dos Deputados
7/96	Waldeck Ornélas	Acresce § 5º ao art. 64 da Constituição Federal, com o seguinte teor: Art. 64, § 5º: Terá início pelo Senado a discussão e votação dos Projetos que interfiram nas relações federativas.	Tramitando
68/96	Casildo Maldaner	Altera o § 2º do art. 57 da Constituição Federal.	Tramitando
710/96	Sebastião Rocha	Dá nova redação a dispositivos do art. 57 da Constituição Federal.	Tramitando
19/96	Waldeck Ornélas	Dispõe sobre os benefícios fiscais referentes ao ICMS.	Tramitando
848/96	Jefferson Péres	Altera o art. 57 da Constituição Federal.	Tramitando

¹Tramita em conjunto com as PEC nºs 42/99 e 26/2000.

²Tramita em conjunto com as PECs nºs 26/95, 8 e 10/96.

³ Tramita em conjunto com as PEC nºs 5/95 e 8 e 10/96.

⁴ Tramita em conjunto com as PEC nºs 63/99 e 29/2000.

⁵ Em 9.8.2000, passou a tramitar individualmente (RQS nº 448/2000).

⁶ Tramita em conjunto com as PEC nºs 5 e 26/95 e 10/96.

⁷ Tramita em conjunto com as PEC nºs 5 e 26/95 e 8/96.

Número	1º Signatário	Ementa	Resultado
50/96	Pedro Simon	Convoca plebiscito para o eleitorado decidir sobre a realização de reforma constitucional, altera o art. 55 da Constituição Federal para prever a perda de mandato por infidelidade partidária e dá outras providências.	Tramitando
20/97	Júlio Campos	Altera o <i>caput</i> do art. 28 e o inciso II do art. 29 da Constituição Federal.	Tramitando
21/97	José Serra	Revoga o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, bem como o art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.	Aprovada em 1º turno em 12.5.99 Aprovada em 2º turno em 9.6.99 À Câmara dos Deputados
37/97	Pedro Simon	Altera o § 2º do art. 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.	Prejudicada (art. 334, I, do RISF, e em virtude da promulgação da Emenda Constitucional nº 27, de 2000 – Parecer nº 600/2000, da CCJ).
96/98	José Roberto Arruda	Inclui no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias artigo que regulariza a situação funcional de servidores de empresas públicas federais que há mais de dez anos prestam serviços à administração direta, e dá outras providências.	Tramitando
3/99 - SF	Edison Lobão	Altera dispositivos constitucionais para incluir, na competência da União, a instituição do imposto sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, vinculando a receita dele decorrente para obras no sistema nacional de viação e para a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis.	Tramitando
4/99 - SF	Geraldo Althoff	Acresce dispositivos ao art. 18, que estabelece normas sobre a criação de municípios.	Tramitando
105/99 – SF Vide PEC nº 29/2000	Geraldo Althoff	Acrescenta parágrafos aos arts. 27 e 168 e altera os arts. 28 e 29 da Constituição Federal, que tratam de relações jurídico-orçamentárias entre os Poderes dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.	Tramitando
6/99 - SF	Lúcio Alcantara	Assegura aos remanescentes dos quilombos o direito de propriedade sobre as terras que ocupam e garante a preservação de suas comunidades.	Aprovada em 1º turno em 30.11.99 Aprovada em 2º turno em 14.12.99 À Câmara dos Deputados

⁸ Tramita em conjunto com a PEC nº 6/2000.

⁹ Tramitou em conjunto com a PEC nº 11/98.

¹⁰ Tramita em conjunto com a PEC nº 16/99.

Número	1º Signatário	Ementa	Resultado
7/99 - SF	Ademir Andrade	Altera o art. 101 da Constituição Federal e dá outras providências (<i>alternância de nomeação entre pessoas do sexo masculino ou feminino para ministro do Supremo Tribunal Federal</i>).	Tramitando
8/99 - SF	José Roberto Arruda	Acrescenta § 7º ao art. 220 da Constituição Federal.	Tramitando
9/99	Maguito Vilela	Dá nova redação ao inciso IV do art. 167 e adiciona o art. 193-A à Constituição, para tornar obrigatória a destinação de recursos para ações de combate à fome e à miséria.	Tramitando
11 ¹⁰ /99	José Eduardo Dutra	Dá nova redação ao § 5º do artigo 14 da Constituição Federal, suprimindo a reeleição para Prefeitos e prevendo a desincompatibilização nos outros casos.	Tramitando
11/99	José Eduardo Dutra	Dá nova redação ao § 3º do art. 176 da Constituição Federal e ao art. 44 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.	Tramitando
12/99	Luzia Toledo	Modifica a redação do § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.	Tramitando
13/99	Carlos Patrocínio	Altera a redação do inciso III do art. 206 e acrescenta inciso ao art. 208 da Constituição Federal, estabelecendo a instituição mista de ensino.	Tramitando
12 ¹⁴ /99	Eduardo Siqueira Campos	Dá nova redação à alínea "d" do item III do art. 52 da Constituição Federal.	Tramitando
13 ¹⁵ /99	José Roberto Arruda	Altera os arts. 28, <i>caput</i> , 29, III; e 82 da Constituição Federal, para fixar a posse do Prefeito, do Governador de Estado, do Presidente da República e respectivos Vices em 15 de dezembro do mesmo ano da eleição.	Tramitando
14 ¹⁶ /99 Vide PEC nº 29/2000	Heloísa Helena	Altera a redação do § 1º do art. 99 e o art. 168 da Constituição Federal, a fim de estabelecer, para os poderes e órgãos que especifica, limites nas dotações das respectivas propostas orçamentárias.	Tramitando
15 ¹⁷ /99	Romero Jucá	Altera a redação dos arts. 52, III, "d"; 52, XI; 84, XIV; e 192 da Constituição Federal.	Tramitando
16 ¹⁸ /99	Romero Jucá	Altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.	Tramitando

¹¹ Tramita em conjunto com as PEC nºs 58, 70 e 97/99.

¹² Tramita em conjunto com a PEC nº 17/99.

¹³ Tramita em conjunto com a PEC nº 30/99.

¹⁴ Tramita em conjunto com a PEC nº 5/99.

¹⁵ Tramita em conjunto com a PEC nº 14/99.

¹⁶ Tramita em conjunto com a PEC nº 20/99.

Número	1º Signatário	Ementa	Resultado
19/99	Romero Jucá	Altera o § 5º do art. 169 da Constituição Federal, para atribuir, ao servidor não-estável que for exonerado, o direito à indenização prevista naquele dispositivo.	Tramitando
17 ²⁰ /99	José Roberto Arruda	Altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.	Tramitando
21/99 Vide PEC nº 29/2000	Pedro Simon	Acrescenta parágrafo único ao art. 98 da Constituição Federal.	Tramitando
22/99	Pedro Simon	Dá nova redação ao inciso LXXVI do art. 5º da Constituição Federal.	Tramitando
23/99 Vide PEC nº 29/2000	Roberto Requião	Acrescenta parágrafo ao art. 109 da Constituição Federal, para atribuir ao Superior Tribunal de Justiça a iniciativa de lei sobre a criação de varas da Justiça Federal especializadas em processar e julgar os crimes financeiros.	Tramitando
24/99	Lúcio Alcântara	Dá nova redação à alínea "c" do inciso I do art. 12 da Constituição Federal.	Aprovada em 1º turno em 7.6.2000 Aprovada em 2º turno em 26.6.2000 À Câmara dos Deputados
27/99	João Alberto Souza	Altera o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.	Tramitando
28/99	Romeu Tuma	Acrescenta artigo às Disposições Constitucionais Gerais, dispondo sobre o regime constitucional dos delegados de polícia de carreira.	Tramitando
18 ²⁹ /99	Paulo Hartung	Altera a redação do inciso IV do art. 158 da Constituição Federal, para o fim de estabelecer a distribuição da parcela do ICMS entre os municípios mediante critério populacional.	Tramitando
19 ³⁰ /99	Carlos Patrocínio	Altera as datas estabelecidas nos arts. 28 e 82 da Constituição Federal (Posse dos Governadores, Vice-Governadores e Presidente da República).	Tramitando
20 ³¹ /99	Carlos Patrocínio	Altera a redação do <i>caput</i> e do § 1º do art. 14 da Constituição Federal, tornando facultativo o voto.	Tramitando
32/99	Carlos Patrocínio	Acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.	Tramitando

¹⁷ Tramita em conjunto com a PEC nº 18/99.

¹⁸ Tramita em conjunto com a PEC nº 39/99.

¹⁹ Tramita em conjunto com a PEC nº 15/99.

²⁰ Tramita em conjunto com a PEC nº 44/99.

Número	1º Signatário	Ementa	Resultado
33/99 Vide PEC nº 29/2000	Jefferson Péres	Altera o art. 114 da Constituição Federal, para indicar as partes que têm legitimidade para instaurar dissídio coletivo e as hipóteses em que este pode ocorrer.	Tramitando
34/99	Pedro Simon	Altera dispositivos dos artigos 165, 166 e 167 da Constituição Federal.	Tramitando
35/99	Carlos Patrocínio	Acrescenta parágrafo ao art. 40 da Constituição Federal.	Tramitando
36/99	Maguito Vilela	Dispõe sobre a incorporação e a transferência das atribuições dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios aos Tribunais de Contas dos Estados.	Tramitando
37/99	Roberto Requião	Cria o Conselho Nacional de Justiça.	Rejeitada (art. 254 do RISF)
38/99	Mozarildo Cavalcanti	Altera os arts. 52, 225 e 231 da Constituição Federal.	Tramitando
21 ³⁹ /99	Paulo Hartung	Altera a redação do art. 158 da Constituição Federal, para o fim de estabelecer novo critério de distribuição do ICMS entre os municípios.	Tramitando
40/99	Paulo Hartung	Revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, extinguindo os terrenos de marinha e seus acrescidos e dispõe sobre a sua destinação.	Tramitando
41/99	Sérgio Machado	Altera a redação do art. 56 da Constituição Federal, para disciplinar a substituição do Senador na hipótese de vacância.	Tramitando
22 ⁴² /99	Sérgio Machado	Dá nova redação ao art. 29 da Constituição Federal estabelecendo os números mínimo e máximo de vereadores, proporcional ao número de eleitores.	Tramitando
43/99	Sérgio Machado	Acrescenta inciso III ao § 3º do art. 220 da Constituição Federal, a fim de permitir que a lei possa impor restrições à divulgação de pesquisas eleitorais.	Tramitando
23 ⁴⁴ /99	Sérgio Machado	Dá nova redação ao art. 14 da Constituição Federal, instituindo o voto facultativo.	Tramitando

²¹ Tramita em conjunto com a PEC nº 29/99.

²² Tramita em conjunto com as PEC nºs 7/92 e 26/2000.

²³ Tramita em conjunto com a PEC nº 31/99.

Número	1º Signatário	Ementa	Resultado
45/99	Sérgio Machado	Altera o § 1º do art. 27; o <i>caput</i> do art. 28; os incisos II e III do art. 29; o § 2º do art. 32; o <i>caput</i> , os §§ 2º e 4º, o inciso III do § 3º e o inciso I do § 6º do art. 57; os §§ 2º, 3º e 4º do art. 77; e o art. 82, todos da Constituição Federal, fixando calendário de eleições e posses em todos os níveis; alterando a sistemática do segundo turno das eleições, permanecendo apenas para as eleições presidenciais.	Tramitando
46/99	Sérgio Machado	Dá nova redação aos arts. 17 e 55 da Constituição Federal, que tratam da fidelidade partidária, prevendo a perda do cargo eletivo nas hipóteses de o ocupante deixar o partido pelo qual foi eleito e de grave violação da disciplina partidária, e do meio como se efetivará a sanção.	Tramitando
47/99	Sérgio Machado	Dá nova redação aos arts. 45 e 56 da Constituição Federal, instituindo o sistema eleitoral misto para as eleições para a Câmara dos Deputados, vedando a coligação partidária nas eleições legislativas e dispondo sobre a suplência dos Deputados.	Tramitando
48/99	Geraldo Melo	Acrescenta dispositivo ao art. 52 da Constituição Federal, para conferir ao Senado Federal a faculdade de retirar, a qualquer tempo, a aprovação antes concedida à escolha de autoridades.	Tramitando
49/99	Ademir Andrade	Acrescenta parágrafo ao art. 28 e ao art. 29 da Constituição Federal para estabelecer que a transmissão de cargo, substituição ou a sucessão do Governador e do Prefeito ocorrerá imediatamente após ausência, impedimento ou vacância dos titulares.	Tramitando
50/99	Álvaro Dias	Modifica o § 1º do art. 45 da Constituição Federal, que dispõe sobre a representação na Câmara dos Deputados.	Tramitando
51/99	Álvaro Dias	Modifica o <i>caput</i> do art. 27 da Constituição Federal, que dispõe sobre a representação na Assembléia Legislativa.	Tramitando
52/99	Álvaro Dias	Modifica o inciso IV do art. 29 da Constituição Federal, que dispõe sobre a representação na Câmara dos Vereadores.	Tramitando
54/99 Vide PEC nº 29/2000	Luzia Toledo	Acrescenta inciso ao art. 93 da Constituição Federal para estabelecer princípio relativo à composição dos Tribunais Superiores.	Tramitando
55/99	Mozarildo Cavalcanti	Modifica o <i>caput</i> do artigo 37 da Constituição Federal.	Tramitando

Número	1º Signatário	Ementa	Resultado
56/99	Maguito Vilela	Altera a Constituição Federal para reduzir para quatro anos o mandato de Senador e estabelecer a idade mínima de vinte e oito anos como condição de elegibilidade para os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Senador.	Tramitando
57/99	Ademir Andrade	Dá nova redação ao art. 243 da Constituição Federal.	Tramitando
24 ⁵⁸ /99	Antônio Carlos Valadares	Dispõe sobre a inelegibilidade para os mesmos cargos, no período subsequente, do Presidente da República, dos Governadores de Estados e do Distrito Federal e dos Prefeitos e fixa em cinco anos a duração de seus mandatos.	Tramitando
59/99	Mozarildo Cavalcanti	Institui o serviço civil obrigatório.	Tramitando
60/99	Paulo Hartung	Altera a redação do § 1º do art. 14 da Constituição Federal, permitindo que a lei disponha sobre a adoção do voto facultativo.	Tramitando
61/99	Álvaro Dias	Dá nova redação aos §§ 2º e 3º do art. 14 da Constituição Federal (<i>sobre capacidade eleitoral ativa de estrangeiros domiciliados no Brasil e sobre condições de elegibilidade</i>).	Tramitando
62/99 Vide PEC nº 29/2000	Mozarildo Cavalcanti	Altera a alínea "a" do inciso I do artigo 96 da Constituição Federal para determinar eleições diretas para os órgãos diretivos dos tribunais.	Tramitando
25 ²⁶ 63/99	Ramez Tebet	Dá nova redação ao inciso II e à alínea "b" do inciso III do § 1º do art. 40 da Constituição Federal (<i>aposentadoria de servidores públicos baseada em parâmetros etários</i>).	Tramitando
64/99	Eduardo Suplicy	Acrescenta parágrafo ao artigo 57 e dá nova redação ao inciso XI do artigo 84 da Constituição Federal.	Tramitando
65/99	Jefferson Péres	Altera a redação do § 3º do art. 58 da Constituição Federal para acrescentar poderes às Comissões Parlamentares de Inquérito.	Aprovada em 1º turno em 5.10.99 Aprovada em 2º turno em 26.10.99 À Câmara dos Deputados
66/99	Mauro Miranda	Altera o art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, prorrogando, por dez anos, a aplicação, por parte da União, de percentuais mínimos do total dos recursos destinados à irrigação nas regiões Centro-Oeste e Nordeste.	Aprovada em 1º turno em 3.5.2000 Aprovada em 2º turno em 31.5.2000 À Câmara dos Deputados

²⁴ Tramita em conjunto com as PEC nºs 10, 70 e 97/99.

²⁵ Tramita em conjunto com as PEC nºs 57/95 e 29/2000.

²⁶ Em 9.8.2000, passou a tramitar individualmente (RQS nº 448/2000).

Número	1º Signatário	Ementa	Resultado
²⁷ 67/99	Antonio Carlos Magalhães	Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.	Aprovada em 1º turno em 10.5.2000 Aprovada em 2º turno em 24.5.2000 À Câmara dos Deputados
68/99	Sergio Machado	Altera a redação dos §§ 1º e 2º do art. 46 da Constituição Federal, fixando o mandato de senador em 6 anos, com renovação de 1/3 a cada dois anos.	Tramitando
69/99	Luiz Otávio	Altera a redação da alínea "c" do inciso I do art. 159 da Constituição Federal (<i>destinação de metade dos recursos devidos à Região Norte ao financiamento de projetos de infra-estrutura econômica</i>).	Tramitando
²⁸ 70/99	Roberto Requião	Dispõe sobre a inelegibilidade para os mesmos cargos, no período subsequente, do Presidente da República, dos Governadores de Estado e do Distrito Federal e dos Prefeitos.	Tramitando
71/99 Vide PEC nº 29/2000	Pedro Simon	Acrescenta parágrafo ao art. 18 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 132 da Constituição Federal.	Tramitando
72/99	Carlos Patrocínio	Altera a Constituição Federal para definir que os vetos presidenciais serão apreciados em reuniões separadas das duas Casas do Congresso Nacional.	Tramitando
73/99	Pedro Simon	Inclui novo inciso no § 9º, além de novos parágrafos no art. 165 da Constituição Federal.	Tramitando
74/99 Vide PEC nº 29/2000	Pedro Simon	Altera o § 1º do art. 128 da Constituição Federal para autorizar os integrantes do Ministério Público a oferecer lista tríplice à escolha do Procurador-Geral da República.	Tramitando
75/99	Antero Paes de Barros	Acrescenta o art. 251 às Disposições Constitucionais Gerais, para determinar a vedação a que os agentes políticos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Ministério Público e os servidores que os substituam mantenham contas bancárias no exterior.	Tramitando
76/99	Paulo Souto	Acrescenta § 3º ao art. 145 e dá nova redação ao § 3º do art. 155 da Constituição Federal.	Retirada (RQS nº 534/2000)
²⁹ ³⁰ 77/99	Iris Rezende	Imprime força cogente à lei orçamentária anual acrescentando dispositivos ao art. 165 e alterando dispositivos ao art. 165 e alterando o inciso VI do art. 167, ambos da Constituição Federal.	Tramitando

²⁷ Tramitou em conjunto com a PEC nº 96/99.

²⁸ Tramita em conjunto com as PEC nºs 10, 58 e 97/99.

²⁹ Tramita em conjunto com as PEC nºs 2, 22 e 28/2000.

³⁰ Em 31.10.2000, a PEC nº 2/2000 passou a ter tramitação individual (RQS nº 531/2000).

Número	1º Signatário	Ementa	Resultado
78/99	Antero Paes de Barros	Acrescenta o art. 76 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de permitir o ingresso de professores leigos nas instituições de ensino superior.	Tramitando
79/99	Geraldo Cândido	Altera o art. 7º da Constituição Federal, para conceder Passe Livre em transportes coletivos aos trabalhadores desempregados.	Tramitando
3180/99	Pedro Simon	Dá nova redação ao § 6º do art. 66 da Constituição Federal.	Tramitando
3281/99 Vide PEC nº 29/2000	Ney Suassuna	Altera a competência do Superior Tribunal de Justiça.	Tramitando
82/99	Jefferson Peres	Altera o § 5º do art. 212 da Constituição Federal.	Tramitando
83/99	Antonio Carlos Magalhães	Acrescenta parágrafos aos arts. 100 e 184, e modifica a redação do art. 225 da Constituição Federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.	Tramitando
84/99	Bello Parga	Outorga competência à União para instituir imposto sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira.	Tramitando
85/99	Carlos Patrocínio	Dispõe sobre a idade mínima do menor para o trabalho.	Tramitando
86/99 – SF 82/95 – CD	Deputado Carlos Mosconi	Altera os arts. 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição Federal e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.	Aprovada em 1º turno em 29.6.2000 Aprovada em 2º turno em 10.8.2000 Emenda Constitucional nº 29, de 13.9.2000
87/99 – SF	Romeu Tuma	Altera dispositivo da Constituição Federal, § 8º do art. 144 – constituição de guardas municipais.	Tramitando
88/99 – SF	Lúcio Alcântara	Altera os arts. 49, 57, 59, 66, 67 e 166 da Constituição Federal e reduz as hipóteses de Sessão Conjunta do Congresso Nacional.	Aprovada em 1º turno em 18.10.2000 Aprovada em 2º turno em 8.11.2000 À Câmara dos Deputados
89/99 – SF	Geraldo Althoff	Altera seção à parte permanente da Constituição Federal, dispondo sobre atividade de perícia oficial.	Tramitando
90/99 – SF 407/96 – CD	Deputado Luciano Castro	Altera a redação do art. 100 da Constituição Federal.	Aprovada em 1º turno em 29.3.2000 Aprovada em 2º turno em 12.4.2000 À Câmara dos deputados

³¹ Deixou de constar do relatório anterior.

³² Deixou de constar do relatório anterior.

Número	1º Signatário	Ementa	Resultado
91/99 – SF	Sérgio Machado	Altera o § 2º do artigo 60 da Constituição Federal.	Tramitando
92/99 – SF Vide PEC nº 29/2000	Paulo Souto	Acrescenta alínea ao inciso I do art. 102 da Constituição, para conferir ao Supremo Tribunal Federal competência para julgar, originariamente, nos crimes de responsabilidade, os juízes de direito, juízes federais, desembargadores e membros dos Tribunais Regionais Federais.	Tramitando
93/99 – SF	Paulo Souto	Altera a redação do § 3º do art. 58 da Constituição Federal que cuida das Comissões Parlamentares de Inquérito.	Tramitando
94/99 – SF	Comissão Mista Especial de Combate à Pobreza	Adiciona o § 2º ao art. 7º da Constituição Federal.	Tramitando
95/99 – SF	Comissão Mista Especial de Combate à Pobreza	Adiciona parágrafo único ao art. 6º e o inciso IV ao § 5º do art. 65 da Constituição Federal.	Tramitando
3396/99 – SF	Comissão Mista Especial de Combate à Pobreza	Institui o Fundo Constitucional de Combate à Pobreza e a Contribuição Social sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e Créditos de Natureza Financeira e dá outras providências.	Prejudicada em virtude da aprovação da PEC nº 67/99
3497/99	Carlos Patrocínio	Dá nova redação ao § 5º do art. 14 e ao inciso II do art. 29 da Constituição Federal, vedando a reeleição de Prefeitos e Vice-Prefeitos, e estabelece a simultaneidade das eleições para todos os cargos eletivos, a partir de 2006.	Tramitando
351/2000 – SF Vide PEC nº 29/2000	Tião Viana	Altera o artigo 104 da Constituição Federal e dá outras providências.	Tramitando
36 372/2000 – SF	José Alencar	Insere dispositivo na Constituição Federal para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária decorrente de emendas de parlamentares.	Tramitando
3/2000 – SF	Jader Barbalho	Altera o <i>caput</i> e os §§ 4º, 6º, II e 7º e acresce o § 8º ao artigo 57 da Constituição Federal.	Tramitando
4/2000 – SF 85/99 – CD	Presidente da República	Acrescenta o art. 76 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Desvinculação de Receitas da União).	Aprovada em 1º turno em 23.2.2000 Aprovada em 2º turno em 15.3.2000 Emenda Constitucional nº 27, de 21.3.2000

³³ Tramitou em conjunto com a PEC nº 67/99.

³⁴ Tramita em conjunto com as PEC nºs 10, 58 e 70/99.

³⁵ As propostas de Emenda à Constituição nºs 1 a 9/2000 foram apresentadas durante a 2ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura, realizada de 5.1 a 14.2.2000.

³⁶ Tramita em conjunto com as PEC nºs 77/99; 22 e 28/2000.

³⁷ Em 31.10.2000, foi desapensada das PEC nºs 77/99; 22 e 28/2000, e passou a ter tramitação individual (RQS nº 531/2000).

Número	1º Signatário	Ementa	Resultado
5/2000 – SF Vide PEC nº 29/2000	José Roberto Arruda	Dispõe sobre o recesso parlamentar e as férias forenses coletivas.	Tramitando
386/2000 – SF	Mozarildo Cavalcanti	Altera o art. 57 da Constituição Federal.	Tramitando
7/2000 – SF	Gilvam Borges	Dá nova redação ao art. 24, XV, e inclui § 3º no art. 230 da Constituição Federal.	Tramitando
8/2000 – SF	Artur da Távola	Acrescenta parágrafos ao art. 228 da Constituição Federal, a fim de estabelecer critérios para julgamento de ato infracional doloso contra a vida.	Tramitando
9/2000 – SF	Artur da Távola	Altera a alínea “c” do inciso I do art. 12 da Constituição Federal.	Tramitando

a.2) Da presente Sessão Legislativa.

Número	1º Signatário	Ementa	Resultado
10/2000 – SF	Sebastião Rocha	Altera a alínea “d” do inciso VI do art. 150 da Constituição Federal.	Tramitando
11/2000 – SF	Bernardo Cabral	Dá nova redação ao inciso I do § 1º do art. 73 da Constituição Federal (<i>exclui os auditores da regra que estabelece limite máximo de idade para ascensão ao cargo de Ministro do TCU</i>).	Aprovada em 1º turno em 26.6.2000 Aprovada em 2º turno em 10.8.2000 À Câmara dos Deputados
12/2000 – SF	Paulo Hartung	Altera a redação do art. 57 da Constituição Federal para, alterando o período de funcionamento do Congresso Nacional, determinar o recesso constitucional de 21 de dezembro a 1º de janeiro e estabelecer que o calendário legislativo será definido por resolução do Congresso Nacional e contemplará período de férias coletivas dos Congressistas.	Tramitando
13/2000 – SF	Antero Paes de Barros	Acrescenta o § 6º ao art. 223 da Constituição Federal.	Tramitando
14/2000 – SF	Geraldo Cândido	Altera a redação do parágrafo 3º do art. 166 da Constituição Federal, excluindo a alínea “b” de seu inciso II.	Tramitando
15/2000 – SF	Carlos Patrocínio	Altera o § 13 do art. 40 da Constituição Federal, para disciplinar a aposentadoria do ocupante de cargo em comissão.	Tramitando
16/2000 – SF	Ernandes Amorim	Altera o art. 159 da Constituição, modificando a composição dos Fundos de Participação, e dá outras providências.	Tramitando

³⁸ Tramita em conjunto com a PEC nº 48/96.

Número	1º Signatário	Ementa	Resultado
17/2000 – SF	Geraldo Althoff	Confere à União competência para legislar sobre matéria de concursos para o provimento de cargos e empregos da administração pública, incluindo inciso no art. 24.	Tramitando
18/2000 – SF	Luiz Pontes	Altera o art. 71, inciso VI, da Constituição Federal, fixando competência subsidiária do Tribunal de Contas da União, relativamente às Cortes de Contas estaduais e municipais, para fiscalizar a aplicação dos recursos repassados pela União, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres.	Tramitando
19/2000 – SF	Jefferson Peres	Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental.	Tramitando
20/2000 – SF Vide PEC nº 29/2000	Sebastião Rocha	Altera o § 1º do art. 128 da Constituição Federal, a fim de estabelecer que a escolha do candidato ao cargo de Procurador-Geral da República será feita mediante processo eletivo.	Tramitando
21/2000 – SF	Ney Suassuna	Autoriza a organização de unidades de polícia militar e de bombeiros militares em municípios com mais de um milhão e meio de habitantes.	Tramitando
39 40 22/2000 – SF	Antonio Carlos Magalhães	Altera disposições da Constituição Federal, tornando de execução obrigatória a programação constante da lei orçamentária anual.	Tramitando
23/2000 – SF	Paulo Hartung	Altera a redação da alínea “a” do inciso VI do art. 29 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000, para estabelecer que nos municípios com até 10.000 habitantes o cargo de vereador será honorífico, sem direito a remuneração.	Tramitando
24/2000 – SF	Sebastião Rocha	Acrescenta parágrafo ao art. 73 da Constituição Federal, para vedar a indicação de parentes de autoridades para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União.	Tramitando
25/2000 – SF	Álvaro Dias	Altera o art. 75 da Constituição Federal, para facultar a nomeação de membros das Cortes dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios através de concurso público.	Tramitando
41 26/2000 – SF	Paulo Hartung	Altera a redação do inciso IV do art. 29 da Constituição Federal, para estabelecer o número mínimo e máximo de vereadores e o critério de cálculo da proporcionalidade populacional.	Tramitando

³⁹ Tramita em conjunto com as PEC nºs 77/99; 2 e 28/2000.

⁴⁰ Em 31.10.2000, a PEC nº 2/2000 passou a ter tramitação individual (RQS nº 531/2000).

⁴¹ Tramita em conjunto com as PEC nºs 7/92 e 42/99.

Número	1º Signatário	Ementa	Resultado
27/2000 – SF Vide PEC nº 29/2000	Sebastião Rocha	Altera o § 3º do art. 128 da Constituição Federal, a fim de estabelecer que a escolha dos candidatos ao cargo de Procurador-Geral do Estado e do Distrito Federal e Territórios será feita mediante processo eletivo.	Tramitando
42 43 ²⁸ /2000 – SF	Pedro Simon	Dá nova redação ao inciso I do § 9º do art. 165, ao <i>caput</i> do art. 166 e acrescenta novo parágrafo ao mesmo artigo da Constituição Federal (<i>obriga o Poder Executivo a submeter ao Congresso Nacional propostas de anulação de créditos orçamentários</i>).	Tramitando
44 45 46 ²⁹ /2000 – SF 96/92 - CD	Deputado Hélio Bicudo	Introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário.	Tramitando
30/2000 – SF 128/95 – CD	Deputado Nicias Ribeiro	Altera a alínea “c” do inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal. (<i>incluindo o Odontólogo ou Dentista na autorização para acumular cargos públicos remunerados</i>).	Tramitando
31/2000 – SF	Maria do Carmo Alves	Acrescenta inciso XVII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças.	Tramitando
32/2000 – SF	Comissão Temporária criada pelo RQS nº 475/96	Dá nova redação ao inciso IX do art. 21 da Constituição Federal.	Tramitando
33/2000 – SF	Comissão Temporária criada pelo RQS nº 475/96	Dá nova redação ao art. 43 da Constituição Federal.	Tramitando
34/2000 – SF	Pedro Simon	Altera, acrescenta e revoga dispositivos da Seção IX do Capítulo I do Título IV da Constituição Federal, relativa à Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária da União, e acrescenta artigos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.	Tramitando
35/2000 – SF	Roberto Requião	Dá nova redação ao art. 207 da Constituição Federal.	Tramitando
36/2000 – SF	Ramez Tebet	Altera a redação do § 4º do art. 225 da Constituição Federal.	Tramitando
37/2000 – SF	Moreira Mendes	Dispõe sobre a regularização da situação dos integrantes da carreira policial militar do ex-Território Federal de Rondônia.	Tramitando

⁴² Tramita em conjunto com as PEC nºs 77/99; 2 e 22/2000.

⁴³ Em 31.10.2000, a PEC nº 2/2000 passou a ter tramitação individual (RQS nº 531/2000).

⁴⁴ Tramitou em conjunto com as PEC nºs 57/95 e 63/99.

⁴⁵ Em 9.8.2000, passou a tramitar individualmente (RQS nº 448/2000).

⁴⁶ Em 14.9.2000, passaram a tramitar em conjunto com a PEC as seguintes proposições: PEC nºs 21/95; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92/99; 1, 5, 20 e 27/2000.

Número	1º Signatário	Ementa	Resultado
38/2000 – SF	Tião Viana	Dá nova redação ao parágrafo 2º do art. 55 da Constituição Federal, para exigir voto ostensivo no caso de perda de mandato de Deputado e Senador nas hipóteses dos incisos I, II e VI do caput do mesmo artigo.	Tramitando
39/2000 – SF	Ricardo Santos	Altera o inciso IV do art. 158 da Constituição Federal, estabelecendo novo critério de distribuição da cota-parte do ICMS entre os municípios.	Tramitando
40/2000 – SF	Heloísa Helena	Dispõe sobre a obrigatoriedade e gratuidade da educação infantil para crianças de zero a seis anos de idade.	Tramitando
41/2000 - SF	Ricardo Santos	Altera a redação do inciso VI do art. 150 da Constituição Federal para o fim de acrescentar nova limitação para a instituição de impostos.	Tramitando
42/2000 - SF	Maguito Vilela	Dá nova redação ao art. 217 da Constituição Federal, para vedar a recondução dos dirigentes de entidades de administração do desporto por mais de um período consecutivo.	Tramitando
43/2000 – SF	Júlio Eduardo	Modifica a redação dos arts. 20, III, e 26, I, da Constituição Federal, para definir a titularidade das águas subterrâneas”.	Tramitando
47 ⁴⁴ /2000 – SF	Nabor Júnior	Altera o § 6º do art. 14 da Constituição Federal.	Tramitando
48 ⁴⁵ /2000 – SF	Jefferson Péres	Modifica o § 6º do art. 14 da Constituição Federal.	Tramitando
46/2000 – SF	Romero Jucá	Altera a redação dos §§ 5º e 6º do art. 14 da Constituição Federal para prever a obrigatoriedade de o Presidente da República, Governador e Prefeito licenciarem-se do cargo para concorrer à reeleição e a outros cargos.	Tramitando

a.3) Recebidas da Câmara dos Deputados para promulgação

Número	1º Signatário	Ementa	Resultado
64/95 – SF 7/99 – CD	Osmar Dias	Dá nova redação ao inciso XXIX do art. 7º e revoga o art. 233 da Constituição Federal (<i>igualdade prazo prescricional para ações quanto a créditos resultantes de relações trabalhistas e extingue obrigatoriedade de comprovação de cumprimento de obrigações trabalhistas por empregador rural</i>).	Emenda Constitucional nº 28, de 25.5.2000
67/99 - SF 249/2000 - CD	Antonio Carlos Magalhães	Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.	Emenda Constitucional nº 31, de 14.12.2000

⁴⁷ Tramita em conjunto com a PEC nº 45/2000.

⁴⁸ Tramita em conjunto com a PEC nº 44/2000.

Número	1º Signatário	Ementa	Resultado
90/99 – SF 407/96 – CD	Deputado Luciano Castro	Altera a redação do art. 100 da Constituição Federal.	Emenda Constitucional nº 30, de 13.9.2000

a.4) Substitutivos da Câmara dos Deputados

Número	1º Signatário	Ementa	Resultado
1-A/95 – SF 472-B/97 – CD	Esperidião Amin	Altera dispositivos dos artigos 48, 57, 61, 62, 64 e 84 da Constituição Federal e dá outras providências (Medidas Provisórias).	Aprovada em 1º turno em 17.11.99 Aprovada em 2º turno em 1º.12.99 À Câmara dos Deputados

b) PROJETOS DE LEI DO SENADO (PLS)

Aprovados e enviados à Câmara dos Deputados em 2000	
Apreciados em decisão terminativa	60
Apreciados em Plenário	16
Total	76

Prejudicados	
Em decisão terminativa	4
Em Plenário	7
Total	11

Rejeitado	
Em decisão terminativa	17
Em Plenário	1
Total	18

Arquivado	
Art. 333 do RISF	1

Retirados	12
------------------	-----------

Em tramitação	824
----------------------	------------

b.1) De Sessões Legislativas anteriores

Número	Autor	Ementa	Resultado
78/83	Jorge Kalume	Estabelece obrigatoriedade de seguro de crédito para as operações que indica.	À Câmara dos Deputados em 17.9.86 Arquivado na Câmara (Of. nº 156/2000, do 1º Secretário daquela Casa)
107/88	Iram Saraiva	Torna obrigatória a reserva, no serviço público, de empregos para pessoas portadoras de deficiência, fixa percentual e dá outras providências.	À Câmara dos Deputados em 27.9.89 Arquivado na Câmara (Of. nº 157/2000, do 1º Secretário daquela Casa)

Número	Autor	Ementa	Resultado
14/91	Ney Maranhão	Dispõe, com fundamento no inciso VIII do art. 23 da Constituição Federal, sobre a obrigatoriedade de órgãos da Administração Pública Federal realizarem suas compras na Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 25.9.91 Arquivado na Câmara (Of. nº 227, de 22.8.2000, do 1º Secretário daquela Casa)
15/91	Teotônio Vilela Filho	Estabelece normas para a elaboração da matriz energética nacional, dispõe sobre a formulação do Plano Plurianual de Investimentos, na parte referente a energia, e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 16.10.91 Arquivado na Câmara (Of. nº 109, de 25.4.2000, do 1º Secretário daquela Casa)
¹ 297/91	Nelson Wedekin	Regulamenta o inciso VI do art. 5º da Constituição Federal, dispondo sobre a proteção aos locais de cultos e suas liturgias.	Arquivado (art. 333 do RISF – DSF de 17.8.2000 – pg. 17.076)
241/91	Marluce Pinto	Estabelece prazo para a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e dá outras providências.	À Câmara dos Deputados em 28.3.96 Arquivado na Câmara (Of. nº 158/2000, do 1º Secretário daquela Casa)
137/92	Almir Gabriel	Fixa normas de formação de recursos humanos na área de saúde, regulamentando o inciso III do art. 200 da Constituição Federal.	Tramitando
141/92	Mário Covas	Modifica o art. 109 da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971, para dispor sobre a imunidade tributária dos partidos políticos, e vedar-lhes a isenção de impostos na importação de veículos automotores.	À Câmara dos Deputados em 22.9.1993 Arquivado na Câmara (Of. nº 287/2000, de 9.10, do 1º Secretária daquela Casa)
³ 45/93	CPI (criada pelo Req. 376/92)	Altera a Lei nº 6.435, de 1997, sobre entidades fechadas de previdência privada, e dá outras providências.	Tramitando
⁴ 23/95	Edison Lobão	Institui a dedução, na declaração anual de rendimentos da pessoa física, dos gastos com trabalhadores domésticos.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 31.5.99
⁵ 25/95	Roberto Freire	Institui a revisão judicial dos valores atribuídos aos imóveis desapropriados, por interesse social, para fins de reforma agrária, e dá outras providências.	Tramitando

¹ Constatou como arquivado no Relatório da 11ª Sessão Legislativa Extraordinária da 49ª Legislatura (art. 332 do RISF).

² Tramitou em conjunto com o PLC nº 43/91.

³ Arquivado por equívoco no final da 49ª Legislatura, não tendo constado dos Relatórios anteriores.

⁴ Tramitou em conjunto com os PLS nºs 176 e 180/96 (tramitação conjunta restabelecida pela Presidência em 20.05.99).

Número	Autor	Ementa	Resultado
63/95	Pedro Simon	Estabelece a revisão obrigatória da Declaração do Imposto sobre a Renda dos detentores de cargo eletivo ou diretivo na Administração Pública e dá outras providências.	À Câmara dos Deputados em 15.9.99
66/95	Lúcio Alcântara	Modifica o Decreto-Lei 2.404/87, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 2.424/88, e pela Lei 7.742/89, na parte referente a isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 5.6.95 Arquivado na Câmara (Of. nº 200/2000, do 1º Secretário daquela Casa)
79/95	Waldeck Ornélas	Dispõe sobre a distribuição dos recursos do salário-educação e dá outras providências.	Tramitando
83/95	Fernando Bezerra	Dispõe sobre o enquadramento dos Juízes Classistas Temporários, como segurados, no Regime Geral da Previdência Social.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 14.11.97 Arquivado na Câmara (Ofício nº 228/2000, de 22.8, do 1º Secretário daquela Casa)
86/95	Roberto Freire	Dispõe sobre incentivos à instalação de empresas fabricantes de veículos, partes, peças e componentes automotivos nas regiões economicamente desfavorecidas que específica.	Tramitando
102/95	Romeu Tuma	Altera dispositivo da lei de execução penal sobre permissão de saída de presos em estabelecimento penal.	À Câmara dos Deputados em 21.5.97 Arquivado na Câmara (Of. nº 289/2000, de 9.10, do 1º Secretária daquela Casa)
⁶ 104/95	Romeu Tuma	Altera dispositivos da Lei de Execução Penal sobre exame criminológico e progressão do regime de execução das penas privativas de liberdade, e dá outras providências.	Tramitando
108/95	Odacir Soares	Institui o Programa de Implantação das Reservas Extrativistas e dá outras providências.	Tramitando
⁷ 109/95	Pedro Simon	Dispõe sobre a outorga e renovação de concessão ou permissão para exploração de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.	Tramitando

⁵ Conistou como "Retirado" no Relatório anterior, na 2ª Sessão Legislativa Ordinária.

⁶ Tramita em conjunto com o PLC 10/96.

⁷ Tramitou em conjunto com o PLC 20/93.

Número	Autor	Ementa	Resultado
114/95	Odacir Soares	Regulamenta o art. 43 e seu parágrafo único das Disposições Gerais da Constituição Federal.	Tramitando
133/95	José Bianco	Acrescenta parágrafo único ao art. 27 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que "dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências".	Tramitando
134/95	Roberto Freire	Regulamenta o § 3º do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre a reparação de natureza econômica devida aos aeronautas e aeroviários, civis e militares, impedidos de exercer a profissão.	À Câmara dos Deputados em 18.8.99
136/95	Guilherme Palmeira	Dispõe sobre a participação dos trabalhadores na gestão das empresas e dá outras providências.	Tramitando
167/95	João França	Dispõe sobre a retirada de fabricação de modelos de veículos automotores.	Tramitando
196/95	José Eduardo Dutra	Concede anistia a dirigentes ou representantes sindicais e trabalhadores punidos por participação em movimento reivindicatório.	Tramitando
197/95	Hugo Napoleão	Dispõe sobre o depósito legal de publicações na Biblioteca Nacional.	À Câmara dos Deputados em 17.10.95 Arquivado na Câmara (Of. nº 288/2000, de 9.10, do 1º Secretária daquela Casa)
206/95	Humberto Lucena	Dispõe sobre a alocação, em depósitos especiais remunerados de recursos da disponibilidade financeira do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, na Caixa Econômica Federal, e dá outras providências.	Tramitando
207/95	Júlio Campos	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e determina outras providências.	Tramitando
229/95	Comissão Especial para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco	Dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação e Drenagem e dá outras providências.	Tramitando
230/95	José Fogaça	Dispõe sobre as operações de fomento mercantil factoring e dá outras providências.	Tramitando
235/95	Benedita da Silva	Dispõe sobre o crime de assédio sexual e dá outras providências.	Tramitando
8258/95	Lauro Campos	Cria área de livre comércio em Brasília, Distrito Federal.	Tramitando

⁸ Tramitou em conjunto com o PLS nº 151/97.

Número	Autor	Ementa	Resultado
310/95	Eduardo Suplicy	Altera dispositivos da Lei nº 9.112, de 10 de outubro de 1995, que dispõe sobre a exportação de bens sensíveis e serviços diretamente vinculados, e dá outras providências.	Tramitando
314/95	Benedita da Silva	Acresce dispositivos aos arts. 21, 23 e 28 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.	Tramitando
319/95	Comissão Especial Temporária, criada pelo Req. 480/95	Cria o Comitê de Gestão dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, e dá outras providências.	Tramitando
20/96 (Complementar)	Pedro Simon	Dispõe sobre a participação da população e de suas entidades no processo orçamentário.	Tramitando
26/96	Fernando Bezerra	Dispõe sobre os depósitos bancários das entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e dá outras providências.	Tramitando
27/96	Edison Lobão	Cria o Programa de Incentivos a Energias Renováveis - PIER, e dá outras providências.	Tramitando
29/96	Jonas Pinheiro	Define a utilização dos Títulos da Dívida Agrária prevista na Constituição Federal.	Tramitando
34/96	Freitas Neto e outros Senadores	Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 27.5.97 Aprovado e enviado à sanção pela Câmara em 17.12.99 Lei nº 9.954, de 6.1.2000
70/96	Eduardo Suplicy	Dispõe sobre a convocação de redes de radiodifusão.	Tramitando
78/96	João França	Dispõe sobre a remissão de créditos tributários federais de pequeno valor.	Tramitando
92/96	Marina Silva	Institui a meia-entrada para estudantes e idosos em espetáculos artísticos, culturais e esportivos e dá outras providências.	Tramitando
109/96	Gerson Camata	Dispõe sobre a instituição do "Dia Nacional do Imigrante Italiano" e dá outras providências.	Tramitando

Número	Autor	Ementa	Resultado
135/96	Benedita da Silva	Altera a redação do art. 224 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 30.5.97 Aprovado e enviado à sanção pela Câmara em 30.6.2000 Veto total (MSG 00970/2000 – DOFC de 20.7.2000 – pgs. 00002/3)
142/96	José Eduardo	Estende o benefício do seguro-desemprego ao pequeno produtor rural e dá outras providências.	Tramitando
146/96	Joel de Hollanda	Dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação e dá outras providências.	Tramitando
⁹ 166/96	Odacir Soares	Dispõe sobre a prevenção do tabagismo entre crianças e adolescentes, institui taxa de 10% sobre a venda de produtos contendo nicotina, destinando o produto de sua arrecadação ao incentivo ao esporte amador, e dá outras providências.	Tramitando
¹⁰ 177/96 (Complementar)	Francelino Pereira	Dispõe sobre a multa de mora decorrente do pagamento de tributos federais e contribuições após o vencimento e dá outras providências.	Tramitando
236/96	José Eduardo Dutra	Dispõe sobre a Educação Profissional em nível nacional e dá outras providências.	Tramitando
245/96	Lúcio Alcântara	Dispõe sobre a proteção ao patrimônio fósilífero, em conformidade com o art. 216, V, da Constituição Federal, e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 6.10.99
¹¹ 266/96	José Serra	Estabelece diretrizes para o exercício do poder concedente e para o interrelacionamento entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios em matéria de serviços públicos de saneamento, e dá outras providências.	Tramitando
273/96	Benedita da Silva	Institui o estudo dos direitos humanos na formação policial.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 6.10.99

⁹ Tramita em conjunto com os PLS nºs 164 e 330/99.

¹⁰ Tramita em conjunto com o PLS nº 178/96.

¹¹ Tramita em conjunto com o PLS nº 560/99.

Número	Autor	Ementa	Resultado
65/97	Pedro Simon	Altera artigos da Lei nº 8.448, de 21 de julho de 1992.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 2.3.99
108/97	Júlio Campos	Restaura a vigência do art. 233 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.	Rejeitado em decisão terminativa
130/97	Romero Jucá	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona, e dá outras providências (São João da Baliza - RR).	Tramitando
131/97	Romero Jucá	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona, e dá outras providências (Caracarái - RR).	Tramitando
132/97	Romero Jucá	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona, e dá outras providências (São Luiz do Anauá - RR).	Tramitando
133/97	Romero Jucá	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona, e dá outras providências (Cantá - RR).	Tramitando
134/97	Romero Jucá	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona, e dá outras providências (Alto Alegre - RR).	Tramitando
135/97	Romero Jucá	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona, e dá outras providências (Caroebe - RR).	Tramitando
136/97	Romero Jucá	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona, e dá outras providências (Rorainópolis - RR).	Tramitando
137/97	Romero Jucá	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona, e dá outras providências (Bonfim - RR).	Tramitando
138/97	Romero Jucá	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona e dá outras providências (Iracema - RR).	Tramitando
139/97	Romero Jucá	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona e dá outras providências (Mucajaí - RR).	Tramitando
12154/97	Lúcio Alcântara	Dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão à produção, ao uso indevido e ao tráfico ilícito de substâncias entorpecentes e de drogas que causem dependência física ou psíquica, e dá outras providências.	Tramitando

¹² Tramitou em conjunto com o PLC nº 105/96.

Número	Autor	Ementa	Resultado
198/97	Pedro Simon	Autoriza a República Federativa do Brasil a executar projeto de construção de gasoduto internacional no trecho Argentina-Porto Alegre.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 3.3.2000
215/97	Júlio Campos	Acrescenta parágrafo ao art. 463 da CLT, assegurando ao empregado a indicação da instituição bancária onde o empregador deverá depositar seu salário.	Tramitando
219/97	Comissão Temporária criada pelo RQS 533/97	Altera a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, que "define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores, e dá outras providências".	Tramitando
241/97	Romero Jucá	Dispõe sobre a discriminação praticada contra servidores anistiados.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 4.3.99
¹³ 252/97	José Serra	Extingue a utilização da Taxa Referencial (TR) nos depósitos em que especifica e dá outras providências.	Tramitando
255/97	Pedro Simon	Fixa prazo para restituição do Imposto sobre a Renda e Proventos descontados na fonte, e dá outras providências.	À Câmara dos Deputados em 11.11.99
23/98 (Complementar)	Júnia Marise outros Senadores	Autoriza o Poder Executivo a incluir Municípios de Minas Gerais situados no Entorno do Distrito Federal, na Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal e dá outras providências.	Tramitando
91/98	Regina Assumpção	Institui o Conselho Federal do Secretariado - CFSEC e os Conselhos Regionais de Secretariado - CRSEC; dispõe sobre a fiscalização do exercício profissional e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 10.3.99 À sanção pela Câmara dos Deputados em 17.4.2000 Vetado totalmente
126/98	Pedro Simon	Dá nova redação ao art. 52 da Lei nº 8.171, de 17.01.91, que dispõe sobre a política agrícola.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 2.3.99
127/98	Lúcio Alcântara	Acrescenta dispositivo ao art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos na Administração Pública e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 2.3.99

¹³ Tramita em conjunto com o PLS nº 254/99.

Número	Autor	Ementa	Resultado
¹⁴ 160/98	Bernardo Cabral	Dá nova redação ao § 6º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pela Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991.	Tramitando
166/98	Emilia Fernandes	Altera a Lei nº 9.691, de 22 de julho de 1998, que altera a Tabela de Valores da Taxa de Fiscalização da Instalação por Estação, objeto do Anexo III da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e o funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995, e dispõe sobre as taxas de fiscalização de instalação e de funcionamento de serviços de radiodifusão de sons e imagens educativa.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 24.5.99
9/99	Jefferson Peres	Estabelece regras de financiamento da política nacional de desenvolvimento regional e dá outras providências.	Tramitando
10/99	Luiz Estevão	Altera o disposto na Lei nº 6.811, de 8 de julho de 1980, que dispõe sobre a destinação da taxa judiciária de que trata o art. 20 do Decreto-Lei nº 115, de 25 de janeiro de 1967, alterado pelo art. 2º do Decreto-Lei nº 246, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.	Tramitando
¹⁵ 11/99	Luiz Estevão	Institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Distrito Federal, a que se refere o art. 21, XIV, da Constituição, com a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998.	Tramitando
12/99	Luiz Estevão	Transfere os recursos previstos no art. 159, I, "c", da Constituição, para a gestão do Banco de Brasília, BRB, e dá outras providências.	Tramitando
13/99	Luiz Estevão	Altera a Lei Complementar nº 82, de 27 de março de 1995, acrescentando parágrafo ao art. 1º, III, para dispor sobre o cômputo das receitas e despesas correntes do Distrito Federal.	À Câmara dos Deputados em 30.11.99
¹⁶ 14/99	Luiz Estevão	Altera o art. 1º da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, para reabrir o prazo de renegociação das dívidas dos Estados e do Distrito Federal junto à União.	Tramitando

¹⁴ Tramita em conjunto com o PLS nº 99/2000.

¹⁵ Tramita em conjunto com o PLS nº 28/99.

¹⁶ Tramita em conjunto com o PLS nº 75/99.

Número	Autor	Ementa	Resultado
15/99	Luiz Estevão	Altera os arts. 121, 137, 147 e 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 75 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.	Tramitando
17 ¹⁷ 16/99	Romero Jucá	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de Rorainópolis, no Estado de Roraima.	Tramitando
18 ¹⁸ 17/99	Romero Jucá	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de Normandia, no Estado de Roraima.	Tramitando
19 ¹⁹ 18/99	Romero Jucá	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de São Luiz, no Estado de Roraima.	Tramitando
20 ²⁰ 19/99	Romero Jucá	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de Pacaraima, no Estado de Roraima.	Tramitando
21 ²¹ 20/99	Romero Jucá	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de Bonfim, no Estado de Roraima.	Tramitando
22 ²² 21/99	Romero Jucá	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de Caroebe, no Estado de Roraima.	Tramitando
22/99	Romero Jucá	Denomina "Rodovia Governador Hélio Campos" trecho da BR-174.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 5.4.2000
23 ²³ 23/99	Mozarildo Cavalcanti	Autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Agrotécnica Federal no Município de Rorainópolis no Estado de Roraima.	Tramitando
24 ²⁴ 24/99	Mozarildo Cavalcanti	Autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Agrotécnica Federal no Município de Pacaraima, no Estado de Roraima.	Tramitando
25 ²⁵ 25/99	Mozarildo Cavalcanti	Autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Agrotécnica Federal no Município de Bonfim, no Estado de Roraima.	Tramitando

¹⁷ Tramita em conjunto com o PLS nº 23/99.

¹⁸ Tramita em conjunto com os PLS nºs 46 e 363/99.

¹⁹ Tramita em conjunto com os PLS nºs 53 e 362/99.

²⁰ Tramita em conjunto com o PLS nº 24/99.

²¹ Tramita em conjunto com os PLS nºs 25 e 365/99.

²² Tramita em conjunto com os PLS nºs 52 e 361/99.

²³ Tramita em conjunto com o PLS nº 16/99.

²⁴ Tramita em conjunto com o PLS nº 19/99.

²⁵ Tramita em conjunto com os PLS nºs 20 e 365/99.

Número	Autor	Ementa	Resultado
26/99	Mozarildo Cavalcanti	Autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Agrotécnica Federal no Município de Iracema, no Estado de Roraima.	Tramitando
27/99	Bernardo Cabral	Altera os arts. 338, 340, 342 e 344 da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 (Código Civil), referentes a investigação de paternidade.	Tramitando
2628/99	José Roberto Arruda	Regulamenta o disposto no inciso XIV, art. 21, da Constituição Federal, que institui o fundo próprio para a assistência financeira do Distrito Federal e dá outras providências.	Tramitando
29/99	José Roberto Arruda	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).	Tramitando
30/99	José Roberto Arruda	Altera dispositivos da Lei nº 8.666/93, que "regulamenta o art. 37, XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos de Administração Pública e dá outras providências.	À Câmara dos Deputados em 1º.11.2000
31/99	José Roberto Arruda	Cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Leiloeiros Oficiais, dispõe sobre a regulamentação da profissão de Leiloeiro Público Oficial e dá outras providências.	Tramitando
32/99	José Roberto Arruda	Altera o art. 61 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 24.3.2000
34/99	José Roberto Arruda	Dispõe sobre o parcelamento do solo para fins urbanos no Distrito Federal.	Tramitando
35/99	José Roberto Arruda	Cria a Zona Especial de Produção do Distrito Federal - ZEPRO, estabelece mecanismo para a progressiva obtenção da autonomia econômico-financeira do DF e dá outras providências.	Tramitando
2736/99	José Roberto Arruda	Altera o inciso VIII do art. 5º e acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, e dá outras providências.	Prejudicado tendo em vista a aprovação do PLC nº 37/99
37/99	José Roberto Arruda	Acrescenta parágrafos ao art. 19 da Lei nº 6.766/79, pelos quais dispõe sobre impugnações a parcelamentos de terras promovidos pelo Poder Público, e dá outras providências.	Tramitando

²⁶ Tramita em conjunto com o PLS nº 11/99.

²⁷ Tramitou em conjunto com o PLC nº 37/99.

Número	Autor	Ementa	Resultado
38/99	José Roberto Arruda	Altera dispositivos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, de modo a reduzir para dezesseis anos a idade mínima exigida para a habilitação de condutores de veículos automotores e elétricos.	Tramitando
39/99	Artur da Tavola	Dispõe sobre a criação do "Dia Nacional do Choro" e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 19.5.99 Aprovado pela Câmara e encaminhado à sanção em 16.8.2000 Lei nº 10.000, de 4.9.2000
41/99	Artur da Tavola	Dispõe sobre o tombamento do antigo estúdio da Rádio Nacional, no Rio de Janeiro, e sua transformação em Museu da História do Rádio no Brasil.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 8.12.99 Arquivado na Câmara (Of. nº 385/2000, de 1º.12, do 1º Secretário da CD)
43/99	Romero Jucá	Revoga o art. 2º da Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995, que altera dispositivos da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que regulamentam o processo de escolha dos dirigentes universitários.	Tramitando
44/99	Romero Jucá	Proíbe a exportação de madeira em tora, prancha, ou não acabada e dá outras providências.	Tramitando
²⁸ 45/99	Mozarildo Cavalcanti	Autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Agrotécnica Federal no Município de Cantá, no Estado de Roraima.	Tramitando
²⁹ 46/99	Mozarildo Cavalcanti	Autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Agrotécnica Federal no Município de Normandia, no Estado de Roraima.	Tramitando
47/99	Mozarildo Cavalcanti	Autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Agrotécnica Federal no Município de Uiramutã, no Estado de Roraima.	Tramitando
48/99	Mozarildo Cavalcanti	Autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Agrotécnica Federal no Município de Alto Alegre, no Estado de Roraima.	Tramitando
49/99	Mozarildo Cavalcanti	Autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Agrotécnica Federal no Município de Mucajaí, no Estado de Roraima.	Tramitando

²⁸ Tramita em conjunto com o PLS nº 366/99.

²⁹ Tramita em conjunto com os PLS nºs 17 e 363/99.

Número	Autor	Ementa	Resultado
50/99	Mozarildo Cavalcanti	Autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Agrotécnica Federal no Município de São João do Baliza, no Estado de Roraima.	Tramitando
51/99	Mozarildo Cavalcanti	Autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Agrotécnica Federal no Município de Caracará, no Estado de Roraima.	Tramitando
³⁰ 52/99	Mozarildo Cavalcanti	Autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Agrotécnica Federal no Município de Caroebe, no Estado de Roraima.	Tramitando
³¹ 53/99	Mozarildo Cavalcanti	Autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Agrotécnica Federal no Município de Anauá, no Estado de Roraima.	Tramitando
³² 54/99	Lúcio Alcântara	Dispõe sobre a concessão do seguro-desemprego aos trabalhadores da pesca, durante o período de defeso, e dá outras providências.	À Câmara dos Deputados em 14.9.2000
³³ 55/99 Complementar	Lúcio Alcântara	Altera a redação do § 2º do art. 15 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.	Tramitando
56/99	Lúcio Alcântara	Acrescenta artigo à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, dispondo sobre a propaganda eleitoral para os cargos de Vice-Presidente, Vice-Governador, Vice-Prefeito e Suplente de Senador e dá outras providências.	Tramitando
57/99	Lúcio Alcântara	Altera o art. 150 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral, determinando a expedição de instruções sobre a escolha dos locais de votação de mais fácil acesso para o eleitor deficiente físico.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 9.8.99
58/99	Lúcio Alcântara	Acrescenta dispositivo ao Capítulo V da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.	Tramitando
³⁴ 59/99	Edison Lobão	Institui o Programa Nacional de Bolsas de Estudo e dá outras providências.	Tramitando
60/99	Eduardo Suplicy	Dispõe sobre a obrigatoriedade de a TV Senado transmitir, ao vivo, as reuniões dos organismos governamentais que especifica.	Tramitando

³⁰ Tramita em conjunto com os PLS nºs 21 e 361/99.

³¹ Tramita em conjunto com os PLS nºs 18 e 362/99.

³² Tramitou em conjunto com o PLC nº 25/96.

³³ Tramita em conjunto com o PLS nº 581/99-Complementar.

³⁴ Tramita em conjunto com o PLC nº 11/98.

Número	Autor	Ementa	Resultado
61/99	Eduardo Suplicy	Altera a redação do artigo 46 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, e dá outras providências.	Tramitando
62/99	Eduardo Suplicy	Altera os arts. 27 e 34 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal.	Tramitando
3563/99	Eduardo Suplicy	Dispõe sobre as campanhas publicitárias das empresas fabricantes de cigarro e de bebidas alcoólicas.	Tramitando
64/99	Eduardo Suplicy	Dispõe sobre a indisponibilidade de bens e direitos de devedores na União por dívida relativa a tributos e contribuições federais e prevê a sua conversão em penhora.	Tramitando
65/99	Eduardo Suplicy e Roberto Requião	Dispõe sobre a não-aplicação de leis estrangeiras de caráter discriminatório e que possuam efeitos extraterritoriais a todos os jurisdicionados brasileiros e dá outras providências.	Tramitando
66/99	Eduardo Suplicy	Institui a linha oficial de pobreza e estabelece que o Governo Federal deverá definir metas ao longo do tempo de progressiva erradicação de pobreza, diminuição de desigualdades sócio-econômicas, e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 13.3.2000
67/99	Romero Jucá	Cria selo a ser fixado nos produtos que especifica e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 13.10.99
68/99	Lúcio Alcântara	Acrescenta alínea ao inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas e dá outras providências.	Tramitando
69/99	Carlos Patrocínio	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de execução Penal - dispondo sobre ressarcimento ao Estado de despesas com manutenção de presos e condenados.	Tramitando
70/99	Carlos Patrocínio	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Muricilândia, no Estado do Tocantins.	Tramitando
71/99	Carlos Patrocínio	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Miracema do Tocantins.	Tramitando
72/99	Carlos Patrocínio	Revoga o <i>caput</i> do art. 83 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 3.5.2000

³⁵ Tramita em conjunto com os PLS nºs 97, 159 e 453/99, e 55/2000.

Número	Autor	Ementa	Resultado
73/99	Luiz Estevão	Dispõe sobre a responsabilidade civil e penal dos proprietários, possuidores e criadores de cães perigosos.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 17.11.99
74/99 (Complementar)	Luiz Estevão	Acrescenta os §§ 3º e 4º ao art. 40 da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, que dispõe sobre as entidades de previdência privada, e dá outras providências.	Tramitando
3675/99	Luiz Estevão	Altera o art. 1º da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.	Tramitando
3776/99	Luzia Toledo	Acrescenta parágrafo único ao art. 15 da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977 (Lei do Divórcio), e dá nova redação ao inciso VII do art. 888 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), para estender aos avós o direito de visita aos próprios netos.	Tramitando
77/99	Luzia Toledo	Acrescenta parágrafos ao art. 15 da Lei do Divórcio (Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977), e o art. 641 - A ao Código de Processo Civil (Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973), para possibilitar a executoriedade do direito de visita.	Tramitando
78/99	Luzia Toledo	Dispõe sobre a utilização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para quitação de prestações atrasadas dos financiamentos habitacionais.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 8.6.99
79/99	Nabor Junior	Modifica a redação do art. 21 da Lei nº 9.711, de 20 de novembro de 1998, e dá outras providências.	Tramitando
80/99	Djalma Falcão	Altera o art. 6º da Lei nº 7.444, de 20 de dezembro de 1985, determinando a obrigatoriedade de fotografia no título eleitoral.	Tramitando
82/99	Eduardo Suplicy	Autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Brasil de Cidadania, instituir o conselho deliberativo desse fundo, e dá outras providências.	Tramitando
84/99	Lúcio Alcântara	Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados às doações a entidades sem fins lucrativos, e dá outras providências.	Tramitando

³⁶ Tramita em conjunto com o PLS nº 14/99.

³⁷ Tramita em conjunto com o PLC nº 29/99.

Número	Autor	Ementa	Resultado
85/99	Lúcio Alcântara	Altera a redação da Lei nº 6.463, de 9 de novembro de 1977, que torna obrigatória a declaração de preço total nas vendas a prestação, e dá outras providências, e a da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Proteção e Defesa do Consumidor, para tornar obrigatória a declaração da composição do preço total nas vendas a prestação, e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 1.12.99
86/99	Lúcio Alcântara	Acrescenta parágrafo ao art. 791 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Tramitando
3887/99	Lúcio Alcântara	Dispõe sobre as receitas provenientes das privatizações, alterando a Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997.	Tramitando
3988/99	Lúcio Alcântara	Altera dispositivos das Leis nºs 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965, que "Institui o Código Eleitoral".	Prejudicado em decisão terminativa pela aprovação do PLS nº 300/99
89/99	Romero Jucá	Dispõe sobre a fixação de prazo para demarcação de terras indígenas, e dá outras providências.	Tramitando
90/99	Lúcio Alcântara	Dispõe sobre a Reprodução Assistida.	Tramitando
4091/99	Luiz Estevão	Determina a alienação de imóveis de propriedade da União situados no Distrito Federal, e dá outras providências.	Tramitando
92/99	Carlos Patrocínio	Altera a Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências.	Tramitando
93/99	Carlos Patrocínio	Anistia os eleitores e os membros de Mesa Receptora das sanções previstas na Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral - por não terem justificado sua ausência nos pleitos eleitorais realizados nos dias 4 e 25 de outubro de 1998.	Tramitando
94/99	Marluce Pinto	Dispõe sobre o seguro de crédito às microempresas e às empresas de pequeno porte e dá outras providências.	Tramitando
96/99	Marluce Pinto	Incentiva os meios de comunicação social, de transportes e outras empresas a publicar fotografias com identificação e número telefônico para contato, de crianças e adolescentes desaparecidos ou seqüestrados.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 3.3.2000

³⁸ Tramita em conjunto com o PLS nº 239/99.

³⁹ Tramitou em conjunto com o PLS nº 300/99.

⁴⁰ Tramitação sobrestada em 19.8.99, em virtude de aprovação do RQS nº 393/99, de informações. Em 19.10.99, voltou a tramitar normalmente, em virtude do atendimento ao requerimento (Aviso nº 1.914/99, de 15.10).

Número	Autor	Ementa	Resultado
41 ⁹⁷ /99	Emilia Fernandes	Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos e terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal.	Tramitando
98/99	Emilia Fernandes	Acrescenta inciso ao art. 473 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que dispõe sobre a Consolidação das Leis do Trabalho e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 30.8.99
99/99	Emilia Fernandes	Altera os arts. 17 e 19 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, que dispõe sobre os partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, §3º, inciso V, da Constituição Federal, de modo a tornar obrigatória a referência ao sexo dos eleitores nas fichas de inscrição partidária e nas listas de filiados que os partidos remetem aos Juizes Eleitorais.	Tramitando
42 ¹⁰⁰ /99	Emilia Fernandes	Altera o Decreto-Lei nº 791, de 27 de agosto de 1969, que dispõe sobre o pedágio em rodovias federais e dá outras providências, com a finalidade de conceder isenção do pagamento de pedágio em rodovias federais para veículos automotores adaptados para motoristas portadores de deficiência física.	Tramitando
101/99	Emilia Fernandes	Dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção de prontuários médicos e seu acesso por pacientes.	Tramitando
102/99	Emilia Fernandes	Autoriza o Poder Executivo a disponibilizar, em nível nacional, número telefônico destinado a atender denúncias de violência contra a mulher.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 10.12.99
103/99	Jefferson Peres	Dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para as pessoas jurídicas que possuam empregados com mais de 40 anos, e dá outras providências.	Tramitando
43 ¹⁰⁴ /99	Romero Jucá	Dispõe sobre o consumo de bebidas alcoólicas em aeronaves comerciais em todo o território nacional.	Tramitando
105/99	Marina Silva	Acrescenta parágrafos ao art. 33 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições.	Tramitando

⁴¹ Tramita em conjunto com os PLS nºs 63, 159 e 453/99, e 55/2000.

⁴² Tramita em conjunto com os PLS nºs 417/99, 70, 87 e 143/2000.

⁴³ Tramita em conjunto com o PLS nº 107/99.

Número	Autor	Ementa	Resultado
106/99 Complementar	Lúcio Alcântara	Estatui normas gerais para a contabilidade e elaboração e controle dos planos, diretrizes orçamentárias, orçamentos e balanços da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e respectivas autarquias, fundações e empresas públicas, conforme o art. 165, § 9º, da Constituição Federal.	Tramitando
44 ¹⁰⁷ /99	Moreira Mendes	Dispõe sobre o consumo de bebidas alcoólicas em aeronaves comerciais de passageiros.	Tramitando
45 ¹⁰⁸ /99	Romero Jucá	Fixa prazo para prestação de informações requeridas aos órgãos, nos termos do item XXXIII do art. 5º da Constituição Federal, e dá outras providências.	Tramitando
109/99	José Roberto Arruda	Altera o parágrafo único do art. 7º da Lei nº 9.478, de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional e dá outras providências.	Tramitando
110/99	José Roberto Arruda	Acrescenta incisos aos arts. 136 e 148, suprime parte do § 1º do art. 42 e altera a redação do art. 260 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.	Tramitando
111/99	Marina Silva	Institui o Dia Nacional de luta pela Reforma Agrária e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 8.12.99
112/99	Marina Silva	Altera a redação dos arts. 71 e 73 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que "dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências", estendendo o salário-maternidade à trabalhadora autônoma.	Aprovado em decisão terminativa <i>Declarado prejudicado pela Presidência em 1º.8.2000, tendo em vista que o objeto da proposição foi contemplado pela Lei nº 8.213/91, introduzida pela Lei nº 9.876/99 (art. 334 do RISF).</i>
113/99	Leomar Quintanilha	Proíbe a criação, reprodução, importação e comércio de cães da raça Pit Bull.	Tramitando
114/99	Carlos Patrocínio	Dispõe sobre a divulgação, pelos veículos de comunicação de massa, de produtos e serviços relacionados a sexo e erotismo.	Tramitando
115/99	Carlos Patrocínio	Autoriza o uso do gás natural ou do gás liquefeito de petróleo (GLP) como combustível para os veículos que especifica.	Tramitando

⁴⁴ Tramita em conjunto com o PLS nº 104/99.

⁴⁵ Tramita em conjunto com o PLC nº 32/95.

Número	Autor	Ementa	Resultado
116/99	Geraldo Melo	Autoriza a compensação de crédito do sujeito passivo contra créditos da Fazenda Pública.	Rejeitado em decisão terminativa
117/99	Geraldo Melo	Veda ao Poder Público estabelecer as exigências que especifica.	Tramitando
118/99	Geraldo Melo e José Agripino	Institui a tarifa social de energia elétrica para consumidores de baixa renda e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 18.12.99
119/99	Marina Silva	Dispõe sobre a inclusão de aviso alertando sobre os malefícios do uso de equipamentos de som em potência superior a 85 decibéis.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 31.8.99
120/99	Antonio Carlos Valadares	Proíbe aos ocupantes de cargos em comissão ou de assessoramento da administração direta, indireta ou fundacional da União, de celebrarem contratos que especifica e dá outras providências.	Tramitando
46122/99	Ramez Tebet	Altera a Lei nº 8.036, de 1990, permitindo a utilização do FGTS para pagamento de anuidades do ensino médio e de curso superior.	Tramitando
47123/99	Carlos Patrocínio	Torna obrigatório o uso de dispositivo de segurança em tanques e recipientes de combustíveis líquidos e gasosos.	Tramitando
48124/99 Complementar	José Eduardo Dutra	Estabelece normas de acesso ao SIAFI – Sistema de Administração Financeira – e outros sistemas de informações de órgãos públicos, e dá outras providências.	À Câmara dos Deputados em 9.8.2000
125/99	José Eduardo Dutra	Introduz modificações nas carrocerias dos ônibus urbanos.	Tramitando
126/99	José Eduardo Dutra	Altera a redação do art. 293 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Tramitando
127/99	José Eduardo Dutra	Dispõe sobre a comunicação direta dos atos e fatos apurados no decorrer dos procedimentos de fiscalização e exame de contas que tipificam a atuação do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 9.6.2000
128/99	Romero Jucá	Dispõe sobre a incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados e do Imposto de Importação sobre produtos indutores de violência.	Tramitando

⁴⁶ Tramita em conjunto com os PLS nºs 131, 198, 223 e 356/99; 18, 73 e 203/2000.

⁴⁷ Tramita em conjunto com o PLS nº 33/2000.

⁴⁸ Passou a tramitar, como Complementar, em 18.6.99.

Número	Autor	Ementa	Resultado
129/99	Antonio Carlos Valadares	Institui um financiamento público de campanhas eleitorais a partir do ano 2000.	Tramitando
130/99	Antonio Carlos Valadares	Proíbe divulgação de pesquisas eleitorais no período que determina, mediante o acréscimo de parágrafo ao art. 33 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições.	Tramitando
⁴⁹ 131/99	Antonio Carlos Valadares	Acrescenta dispositivo ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do FGTS nos casos de constituição de micro-empresa por parte do trabalhador.	Tramitando
132/99	Marluce Pinto	Altera o art. 39 da Lei nº 4.886, de 1965, que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos.	Tramitando
⁵⁰ 133/99	Emilia Fernandes	Altera os arts. 4º e 11 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, visando reservar recursos para financiamentos habitacionais em benefício da mulher chefe de família.	Tramitando
134/99	Lauro Campos	Institui o reajuste automático das remunerações dos trabalhadores, sempre que o índice de inflação atingir 10%.	Tramitando
135/99	Marina Silva	Altera os arts. 240 e 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.	Tramitando
137/99	Carlos Patrocínio	Altera a redação do art. 14 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.	Tramitando
138/99	Carlos Patrocínio	Altera a Lei nº 9.437, de 20 de fevereiro de 1997, que institui o Sistema Nacional de Armas - SINARM, estabelece condições para o registro e para o porte de arma de fogo, define crimes e dá outras providências.	Tramitando
139/99	Luiz Estevão	Determina que 5% (cinco por cento) do preço de bilheteria de filme estrangeiro sejam destinados a financiar filme brasileiro e dá outras providências.	Tramitando

⁴⁹ Tramita em conjunto com os PLS nºs 122, 198, 223 e 356/99; 18, 73 e 203/2000.

⁵⁰ Tramita em conjunto com o PLC nº 12/2000.

Número	Autor	Ementa	Resultado
140/99	Lúcio Alcântara	Altera a redação do § 9º do art. 789 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, para estender aos Presidentes das Juntas de Conciliação e Julgamento e aos juízes de direito a faculdade de conceder o benefício da justiça gratuita, nas hipóteses que especifica.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 26.10.2000
141/99	Pedro Simon	Acrescenta um inciso XI ao art. 649 da Lei nº 5.869/73 - CPC, dispondo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas.	Tramitando
142/99	Pedro Simon	Estabelece preferência para o processo e o julgamento judiciais dos crimes de responsabilidade e dos crimes funcionais e por ato de improbidade administrativa.	Tramitando
143/99	Luiz Estevão	Altera o art. 439 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para aumentar o número de jurados listados anualmente e limitar a convocação destes a apenas uma por ano.	Tramitando
144/99	Pedro Simon	Dispõe sobre a veiculação de programação educativa para crianças, por meio dos canais de radiodifusão de sons e imagens (televisão), e estabelece sanções pelo seu descumprimento.	Tramitando
145/99	Pedro Simon	Dispõe sobre a proibição de serem utilizadas como prova contra o depoente as informações fornecidas nas condições que especifica.	Tramitando
146/99	Pedro Simon	Denomina "Aeroporto Internacional de Guarulhos - Ulysses Guimarães" o Aeroporto Internacional de São Paulo no Município de Guarulhos - SP.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 4.10.99 Arquivado na Câmara dos Deputados (DSF de 29.2.2000 – página 3720)
147/99	Ronaldo Cunha Lima	Altera o art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.	Tramitando
148/99	Marina Silva	Dispõe sobre o fornecimento, pelo Sistema Único de Saúde - SUS, de transporte, alimentação e pousada aos pacientes cujo tratamento se realizar fora do local de seu domicílio.	Tramitando
51149/99	Marina Silva	O "Aeroporto Internacional Presidente Médici" passa a se chamar "Aeroporto Internacional Chico Mendes".	Tramitando

⁵¹ Tramita em conjunto com o PLS nº 320/99.

Número	Autor	Ementa	Resultado
150/99	Antonio Carlos Valadares	Dispõe sobre danos morais e sua reparação.	Tramitando
⁵² 151/99	Pedro Simon	Dispõe sobre a destinação de recursos orçamentários para o custeio das campanhas eleitorais.	Tramitando
152/99	Luzia Toledo	Altera dispositivo da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que trata da concessão de salário-maternidade e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 14.12.99
153/99	Luzia Toledo	Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, na aquisição de equipamentos destinados a adaptações especiais em veículos para o transporte de pessoas portadoras de deficiência física.	Tramitando
155/99	Luiz Estevão	Altera o artigo 4º da Lei nº 9.732, de 11 de dezembro de 1998.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 1º.3.2000
156/99 (Complementar)	Ronaldo Cunha Lima	Regulamenta o inciso I do § 1º do art. 43 da Constituição Federal.	Tramitando
157/99	Ronaldo Cunha Lima	Altera o § 2º e acrescenta o § 3º no art. 542 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil).	Tramitando
158/99	Ramez Tebet	Dispõe sobre a prioridade nos procedimentos a serem adotados pelo Ministério Público e por outros órgãos, a respeito das conclusões das comissões parlamentares de inquérito.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 26.10.99 Aprovado pela Câmara e encaminhado à sanção em 16.8.2000 Lei nº 10.001, de 4.9.2000
⁵³ 159/99	Marina Silva	Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal.	Tramitando
161/99	Lúcio Alcântara	Dispõe sobre a jornada de trabalho dos enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem.	À Câmara dos Deputados em 15.12.99
⁵⁴ 162/99	Luiz Estevão	Dispõe sobre indisponibilidade de bens de vítimas de seqüestro, e dá outras providências.	Tramitando

⁵² Tramita em conjunto com o PLS nº 353/99.

⁵³ Tramita em conjunto com os PLS nºs 63, 97 e 453/99, e 55;2000.

⁵⁴ Tramita em conjunto com os PLS nº 288 e 309/99.

Número	Autor	Ementa	Resultado
163/99	Luiz Estevão	Cria contribuição destinada a financiar programas de tratamento de doenças provocadas pelo uso de bebidas alcoólicas, e dá outras providências.	Tramitando
⁵⁵ 164/99	Luiz Estevão	Cria contribuição destinada a financiar programas de tratamento de doenças provocadas pelo fumo e dá outras providências.	Tramitando
165/99	Luiz Estevão	Dispõe sobre a preservação da concepção urbanística da Capital Federal e dá outras providências.	Tramitando
166/99	Jonas Pinheiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio.	Tramitando
167/99	Jefferson Peres	Dispõe sobre alterações de alíquotas do imposto de importação.	Tramitando
168/99	Romero Jucá	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código Brasileiro de Trânsito.	Tramitando
⁵⁶ 169/99	Antero Paes de Barros	Institui estímulo ao primeiro emprego e ao emprego após 40 anos de idade e dá outras providências.	Tramitando
170/99	Antero Paes de Barros	Acrescenta inciso ao art. 2º, dá nova redação aos arts. 3º e 7º e introduz o art. 8º-A na Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1997 (Lei do Divórcio), para permitir a separação extrajudicial, por mútuo consentimento.	Tramitando
⁵⁷ 171/99	Osmar Dias	Dispõe sobre as sociedades cooperativas.	Tramitando
172/99	Lúcio Alcântara	Altera o art. 261 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.	Tramitando
173/99	Lúcio Alcântara	Acrescenta o inciso V ao art. 94 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre política agrícola.	Tramitando
174/99	Romero Jucá	Determina a exibição de registro no órgão da Vigilância Sanitária nos produtos que específica, e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 15.6.99
175/99	Carlos Bezerra	Disciplina o financiamento público de campanhas eleitorais.	Tramitando
176/99	Carlos Bezerra	Altera os arts. 33, 39, 59 e 68 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, "que estabelece normas para as eleições".	Tramitando

⁵⁵ Tramita em conjunto com os PLS nºs 166/96 e 330/99.

⁵⁶ Tramita em conjunto com o PLS nº 502/99.

⁵⁷ Tramita em conjunto com os PLS nºs 428 e 605/99.

Número	Autor	Ementa	Resultado
58177/99	Luiz Estevão	Altera a Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, que dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal, e regulamenta o § 2º do art. 201 da Constituição, e dá outras providências.	Tramitando
178/99	Sergio Machado	Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que “institui o Código Eleitoral”, e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que “estabelece normas para as eleições”, a fim de proibir coligações nas eleições proporcionais.	À Câmara dos Deputados em 24.8.99
180/99	José Agripino	Altera a redação dos arts. 41 e 48 da Lei nº 9.096/95 e do § 1º do art. 47 da Lei nº 9.504/97, revoga o art. 57 da Lei nº 9.096/95 e dá outras providências, a fim de vedar o acesso aos recursos do fundo partidário e ao tempo de rádio e televisão aos partidos que não tenham caráter nacional.	À Câmara dos Deputados em 30.11.99
181/99	Luzia Toledo	Tipifica o crime de violação da intimidade.	Tramitando
182/99	Luzia Toledo	Tipifica o crime de ofensa à memória de pessoa morta.	Tramitando
183/99	Luzia Toledo	Acrescenta artigo ao Código de Processo Penal, determinando os casos de segredo de justiça.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 26.10.99
184/99	Moreira Mendes	Dispõe sobre isenção temporária do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI – incidente na aquisição de caminhões para transporte de mercadorias e cargas, quando adquiridos por transportadores autônomos, e dá outras providências.	Tramitando
59185/99	Lúcio Alcântara	Altera o art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, o qual trata dos pagamentos devidos pela Fazenda Pública, em virtude de sentença judiciária.	Prejudicado em virtude da aprovação do PLC nº 39/2000
186/99	Lúcio Alcântara	Aumenta as penas previstas nos arts. 244, 246 e 247 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, a fim de torná-las mais compatíveis com a gravidade e o caráter antiético dos crimes a que elas são aplicáveis.	Tramitando
187/99	Jorge Bornhausen	Modifica a Lei nº 9.096/95, com a finalidade de ampliar o prazo de filiação partidária.	Tramitando

⁵⁸ Tramita em conjunto com o PLS nº 199/99.

⁵⁹ Tramitou em conjunto com o PLC nº 39/2000.

Número	Autor	Ementa	Resultado
60 61188/99	Carlos Patrocínio	Acrescenta dispositivos à Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, estabelecendo a obrigatoriedade da rotulagem de produtos contendo organismo geneticamente modificado (OGM) ou derivados de OGM.	Tramitando
62189/99	Ramez Tebet	Altera os arts. 1º e 9º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir no rol dos crimes hediondos os crimes sexuais contra crianças e adolescentes e para aumentar as respectivas penas.	Tramitando
190/99 Complementar	Marina Silva	Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para vedar o registro, como suplente de candidato a Senador, de parentes deste até o segundo grau.	Tramitando
191/99	Freitas Neto	Dispõe sobre a criação do Centro Nacional para Estudos, Conservação e Manejo das Plantas Medicinais Brasileiras.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 13.10.99
192/99	Mozarildo Cavalcanti	Autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Agrotécnica Federal no Município de Amajari no Estado de Roraima.	Tramitando
193/99	Mozarildo Cavalcanti	Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (Altera o Plano Nacional de Viação – Km 245 da BR-174 à BR-401).	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 12.8.99 Aprovado pela Câmara e encaminhado à sanção em 5.10.2000 Lei nº 10.031, de 20.10.2000
194/99	Roberto Requião	Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que “estabelece normas para as eleições” para ampliar a segurança e a fiscalização do voto eletrônico.	Tramitando
195/99	Lúcio Alcântara	Dispõe sobre o uso da talidomida.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 31.8.99
196/99	Mozarildo Cavalcanti	Determina que as portarias e demais instrumentos legais dos órgãos federais sejam submetidos à apreciação do Senado Federal.	Tramitando

⁶⁰ Tramita em conjunto com os PLS nºs 216 e 422/99.

⁶¹ Em 27.4.2000, foi desapensado o PLS nº 216/99.

⁶² Tramita em conjunto com os PLS nºs 243 e 345/99.

Número	Autor	Ementa	Resultado
197/99	Mozarildo Cavalcanti	Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (Altera o Plano Nacional de Viação – BR-174 a Santa Maria do Boiaçu).	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 12.8.99 Aprovado pela Câmara e encaminhado à sanção em 5.10.2000 Lei nº 10.030, de 20.10.2000
⁶³ 198/99	Álvaro Dias	Altera o art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o FGTS, de forma a incluir, entre as hipóteses para movimentação da conta vinculada do trabalhador, o pagamento de encargos educacionais decorrentes de curso universitário de graduação, e dá outras providências.	Tramitando
⁶⁴ 199/99	Leomar Quintanilha	Altera a redação do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, que dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal, e dá outras providências.	Tramitando
200/99	Geraldo Cândido	Dispõe sobre a apuração de falta grave para efeito de dispensa do empregado sindicalizado e dá outras providências.	Tramitando
201/99	Carlos Patrocínio	Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia e da OAB).	Tramitando
202/99	Antero Paes de Barros	Introduz modificações na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.	Tramitando
203/99	Romeu Tuma	Altera a redação do art. 643 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 13.10.99
204/99	Romeu Tuma	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal.	Tramitando
205/99	Luiz Estevão	Acrescenta § 1º, ao art. 9º, da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964.	Tramitando
206/99	Luiz Estevão	Institui o Programa de Complementação Alimentar a Famílias Carentes - PROALIMENTAR.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 5.10.99

⁶³ Tramita em conjunto com os PLS nºs 122, 131, 223 e 356/99; 18, 73 e 203/2000.

⁶⁴ Tramita em conjunto com o PLS nº 177/99.

Número	Autor	Ementa	Resultado
207/99	Romero Jucá	Determina que o Ministério da Fazenda divulgue a entrega das cotas referentes aos Fundos de Participação dos Estados e do Distrito Federal, e dos Municípios na rede de comunicação Internet.	Tramitando
209/99	Freitas Neto	Dispõe sobre o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba e dá outras providências.	Tramitando
210/99	Roberto Freire	Altera o disposto na Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências.	Tramitando
211/99	Roberto Freire	Dispõe sobre instrumentos de política urbana, nos termos do § 4º do art. 182 da Constituição Federal.	Tramitando
212/99	Geraldo Cândido	Dispõe sobre a comercialização de substitutos do leite materno e artigos de puericultura correlacionados e dá outras providências.	Tramitando
213/99 Complementar	Antero Paes de Barros	Altera o inciso V do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.	Tramitando
214/99 Complementar	Álvaro Dias	Altera da Lei nº 4.320, de 1964, instituindo instrumento que garanta o equilíbrio fiscal estrutural dos diversos entes da federação e dá outras providências.	Rejeitado (art. 254 do RISF)
215/99	Marina Silva	Dispõe sobre a participação popular e o controle social dos atos de gestão do Poder Público, disciplina o acesso dos cidadãos e da sociedade civil organizada a informações relativas às finanças públicas e dá outras providências.	Tramitando
65 66216/99	Marina Silva	Proíbe, por cinco anos, o plantio e a comercialização de alimentos contendo organismo geneticamente modificado (OGM) ou derivados de OGM, em todo o território nacional.	Tramitando
217/99	José Roberto Arruda	Define a forma de participação do Governo Federal no Fundo de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - FPSDF e dá outras providências.	Tramitando
218/99	Luzia Toledo e Gerson Camata	Denomina "Senador João Calmon" a Escola Técnica Federal do Espírito Santo - UNED, de Colatina.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 1º.3.2000
219/99	Romeu Tuma	Altera os arts. 167, 246 e 290 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os Registros Públicos, e dá outras providências.	Tramitando

⁶⁵ Tramita em conjunto com os PLS nºs 188 e 422/99.

⁶⁶ Desapensado, em 27.4.200, dos PLS nºs 188 e 422/99, passando a tramitar individualmente.

Número	Autor	Ementa	Resultado
220/99	Luiz Estevão	Elimina documento à habilitação para casamento, dispensando a publicação dos respectivos proclamas pela imprensa, e dá outras providências.	Tramitando
221/99	Romero Jucá	Altera a Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, que dispõe sobre a intervenção e a liquidação extrajudicial de instituições financeiras.	Tramitando
222/99	Ronaldo Cunha Lima	Autoriza municípios a formarem consórcio para implementar política comum de desenvolvimento.	Tramitando
67223/99	Luiz Estevão	Autoriza a utilização do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço no pagamento do Crédito Educativo, e dá outras providências.	Tramitando
224/99 Complementar	Luiz Estevão	Modifica a Lei Complementar nº 53, de 1986, para nela incluir a isenção do imposto sobre Produtos industrializados - IPI, na compra de veículos por paraplégicos e portadores de defeitos físicos.	À Câmara dos Deputados em 28.10.99
225/99	Edison Lobão	Dispõe sobre a reutilização de livros didáticos no ensino fundamental e médio e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 4.10.99
226/99	Moreira Mendes	Altera o art. 6º da Lei nº 7.444, de 20 de dezembro de 1985, para determinar a inclusão de fotografia no título eleitoral e considerar este como documento de identidade válido em todo o País.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 10.12.99
227/99	Sebastião Rocha	Dispõe sobre as organizações não-governamentais estrangeiras, cria o Registro Nacional de Organizações Não-Governamentais e dá outras providências.	Tramitando
228/99	Casildo Maldaner	Dispõe sobre a unificação dos vestibulares nas Universidades Federais.	Rejeitado em decisão terminativa
229/99	José Roberto Arruda	Estabelece limitações para a concessão de remuneração de caráter indenizatório relativo à moradia e dá outras providências.	Tramitando
230/99	Luiz Estevão	Altera dispositivo da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para instituir a retenção e recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza nos casos que especifica.	Tramitando
232/99	Edison Lobão	Altera o artigo 46, da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1997 e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 1º.3.2000

⁶⁷ Tramita em conjunto com os PLS nºs 122, 131, 198 e 356/99; 18, 73 e 203/2000.

Número	Autor	Ementa	Resultado
234/99	Mozarildo Cavalcanti	Estabelece proporção territorial nos Estados para reservas ecológicas ambientais e indígenas.	Tramitando
235/99	Fernando Bezerra	Institui o dia nacional de prevenção e combate à hipertensão arterial, e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 20.10.99
236/99	José Eduardo Dutra	Altera os arts. 59, <i>caput</i> , e 82 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para executar a votação e a apuração eletrônica das eleições apenas em caso de falha do equipamento eletrônico utilizado em tais fins.	Tramitando
237/99	Fernando Bezerra	Acrescenta o inciso IX ao § 1º do art. 11 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições.	Tramitando
238/99	Ronaldo Cunha Lima	Altera os arts. 184 e 186 do Código Penal e o art. 525 do Código de Processo Penal.	Tramitando
68 ^{239/99}	Antero Paes de Barros	Estabelece a obrigatoriedade de aplicação de, no mínimo, quarenta por cento dos recursos arrecadados em moeda corrente com a privatização de empresas controladas direta ou indiretamente pela União em programas sociais, alterando a Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997.	Tramitando
240/99	Paulo Hartung	Altera a redação do <i>caput</i> do art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.	Tramitando
241/99	Moreira Mendes	Dispõe sobre a criação de selo comemorativo da Semana Nacional da Criança Excepcional e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 8.12.99
242/99 Complementar	Ronaldo Cunha Lima	Dá nova redação ao inciso II do art. 151 do Código Tributário Nacional.	Tramitando
69 ^{243/99}	Romero Jucá	Acrescenta item ao art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, alterada pela Lei nº 8.930, de 6 de setembro de 1994, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, XLIII, da Constituição Federal.	Tramitando
70 ^{245/99}	Emilia Fernandes	Estabelece mecanismos para a veiculação de mensagens educativas de trânsito, nas modalidades de propaganda que especifica, em caráter suplementar às campanhas previstas nos arts. 75 e 77 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.	À Câmara dos Deputados em 3.8.2000

⁶⁸ Tramita em conjunto com o PLS nº 87/99.

⁶⁹ Tramita em conjunto com os PLS nºs 189 e 345/99.

⁷⁰ Tramitou em conjunto com o PLC nº 44/96.

Número	Autor	Ementa	Resultado
246/99	Casildo Maldaner	Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para instituir, como forma de provimento de cargo público, o reingresso, no serviço público, de servidor aposentado voluntariamente.	Tramitando
247/99	Pedro Simon	Dispõe sobre advertência nas embalagens de baterias e pilhas eletroquímicas.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 14.10.99
248/99	Roberto Requião	Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para regulamentar a nomeação de ocupantes de cargo em comissão.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 13.10.2000
249/99	Luiz Estevão	Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para minimizar fraudes no sistema eletrônico de votação.	Tramitando
250/99	Luiz Estevão	Inclui o § 6º ao art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases para a educação nacional, para introduzir, a partir da quinta série, noções de Direito Penal.	Rejeitado em decisão terminativa
251/99	Lúcio Alcântara	Dispõe sobre incentivos fiscais para doações de refeições destinadas a distribuição a pessoas carentes.	Tramitando
252/99	Antero Paes de Barros	Modifica a Lei nº 9.766, de 18 de dezembro de 1998, que altera a legislação do Salário-Educação.	Tramitando
253/99	Ney Suassuna	Acrescenta o art. 61-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para estabelecer aumento de penas.	Tramitando
71 72 254/99	Antônio Carlos Valadares	Dispõe sobre reajuste do saldo devedor dos contratos habitacionais do Sistema Financeiro de Habitação - SFH e dá outras providências.	Tramitando
256/99	Pedro Simon	Dispõe sobre a não-incidência de multas e juros de mora sobre atrasos no pagamento de débitos, nos casos que especifica.	Tramitando
257/99	Carlos Patrocínio	Altera dispositivos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, com a finalidade de disciplinar a utilização de motocicleta como veículo de transporte público individual de passageiros, na modalidade mototáxi.	Tramitando

⁷¹ Em 22.3.2000, passou a tramitar como Projeto de Lei Ordinária (Of. nº GSACV nº /00 (DSF de 23.3.2000, página 5140)

⁷² Tramita em conjunto com o PLS nº 252/97.

Número	Autor	Ementa	Resultado
258/99	Gilvam Borges	Dispõe sobre a obrigatoriedade de cirurgia plástica reparadora nos casos de mutilação pós-cirúrgica e de defeitos físicos, genéticos ou decorrentes de acidentes de trabalho.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 24.3.2000
259/99	Ronaldo Cunha Lima	Dispõe sobre a apresentação e a publicação de Estudos de Viabilidade Municipal nos procedimentos de criação, incorporação, fusão ou desmembramento de Municípios, conforme determina o § 4º do art. 18 da Constituição Federal.	Tramitando
260/99	Sergio Machado	Estabelece punição para o vazamento de informações sigilosas no âmbito da Administração Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e dá outras providências.	Tramitando
261/99	Romeu Tuma	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 -Código Penal- e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 -Lei de Execução Penal, a fim de modificar os critérios de suspensão condicional da pena.	Tramitando
262/99	Lúcio Alcântara	Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, introduzindo o conceito de alimento funcional e dá outras providências.	Tramitando
263/99	Álvaro Dias	Altera dispositivos da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, que dispõe sobre procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização (<i>obriga a União a manter o controle acionário da Petrobrás e preserva as ações excedentes ao controle acionário</i>).	Tramitando
264/99	Emilia Fernandes	Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional".	Tramitando
265/99	Lúcio Alcântara	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dá outras providências.	Tramitando
266/99	Lúcio Alcântara	Dispõe sobre incentivo fiscal a doações de equipamentos e matérias-primas a entidades sem fins lucrativos, para uso no preparo de alimentos para pessoas carentes.	Tramitando
267/99	Lúcio Alcântara	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a estabilidade do empregado portador do vírus HIV e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 4.10.99
268/99	Lúcio Alcântara	Dispõe sobre a estruturação e o uso de bancos de dados sobre a pessoa e disciplina o rito processual do <i>habeas data</i> .	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 15.8.2000

Número	Autor	Ementa	Resultado
269/99	Carlos Bezerra	Estabelece normas para a destinação final de garrafas e outras embalagens plásticas e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 4.10.99
270/99	Álvaro Dias	Estabelece a obrigatoriedade de aplicação de, no mínimo, 22% dos recursos do sistema BNDES para financiamento de projetos do setor de agroindústria.	Tramitando
271/99	Luiz Estevão	Inclui § 1º ao artigo 3º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, para determinar a aplicação do artigo 186 do CPP à testemunha-indiciada nas Comissões Parlamentares de Inquérito.	Tramitando
272/99	Romero Jucá	Acrescenta dispositivos à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.	Tramitando
273/99	Luiz Estevão	Dá nova redação aos incisos XIV e XXI, do artigo 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988.	Rejeitado em decisão terminativa
274/99	Luiz Estevão	Dá nova redação ao art. 30 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.	Tramitando
275/99	Luiz Estevão	Dá nova redação ao Parágrafo Único do art. 609 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, que institui o Código de Processo Penal.	Tramitando
276/99	Luiz Estevão	Determina que os honorários da sucumbência sejam revertidos à Defensoria Pública nas ações em que participe, e dá outras providências.	Tramitando
277/99	Mozarildo Cavalcanti	Altera a redação do art. 7º da Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998.	Tramitando
278/99	Luzia Toledo	Dispõe sobre o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e dá outras providências.	Tramitando
279/99	Luzia Toledo	Acrescenta dispositivo ao art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 22.10.99
280/99	Luiz Estevão	Altera a Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, para dispor que a CPI determinará a condução coercitiva de testemunha em caso de não-comparecimento justificado, tipificando tal conduta como crime.	Tramitando

Número	Autor	Ementa	Resultado
281/99	Edison Lobão	Altera o art. 1.611, do Código Civil, estendendo o benefício do § 2º ao filho necessitado portador de deficiência.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 8.12.99 Aprovado pela Câmara e encaminhado à sanção em 26.10.2000 Lei nº 10.050, de 14.11.2000
282/99 Complementar	Geraldo Cândido	Dispõe sobre a instituição da Conta-Pagamento Padrão, isenta de tarifas bancárias, e dá outras providências.	Tramitando
284/99	Geraldo Cândido	Dispõe sobre a instalação de telefones especiais para surdos e dá outras providências.	Tramitando
285/99	Sebastião rocha	Regulamenta a experimentação técnico-científica na área de engenharia genética, vedando os procedimentos que visem a duplicação do genoma humano com a finalidade de obter clones de embriões de seres humanos, e dá outras providências.	Tramitando
⁷³ 286/99	Lúcio Alcântara	Dispõe sobre a inclusão de legenda oculta na programação das emissoras de televisão, fixa cota mínima de aparelhos de televisão com circuito de decodificação de legenda oculta e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 5.12.2000
⁷⁴ 287/99	Ramez Tebet	Dispõe sobre a concessão de desconto no valor de passagens para os maiores de sessenta anos.	Tramitando
⁷⁵ 288/99	Maguito Vilela	Dispõe sobre a indisponibilidade dos bens de vítimas de seqüestro e de extorsão mediante seqüestro, de seus familiares, e dá outras providências.	Tramitando
289/99	Maguito Vilela	Altera a redação do artigo 75 e seu §1º, e do art. 159 e seus §§ 1º e 2º do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 (Código Penal Brasileiro), e suprime o Parágrafo único do art. 8º da Lei nº 7.210, de 1984 (Lei de Execução Penal), para aumentar a pena para os crimes de extorsão mediante seqüestro e restringir o abrandamento na aplicação da pena.	Tramitando
290/99	Lúcio Alcântara	Revoga dispositivo da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para permitir a filiação partidária dos servidores da Justiça Eleitoral.	Tramitando

⁷³ Tramitou em conjunto com o PLS nº 69/2000.

⁷⁴ Tramita em conjunto com o PLC nº 10/98 e o PLS nº 569/99. Em 5.10.2000, o PLC nº 10/98 passou a tramitar individualmente, conforme RQS nº 467/2000.

⁷⁵ Tramita em conjunto com os PLS nº 162 e 309/99.

Número	Autor	Ementa	Resultado
291/99	Romero Jucá	Dispõe sobre a decretação, pelo Tribunal de Contas da União, da indisponibilidade de bens de responsável, na ocorrência de indícios da impossibilidade de ressarcimento ao Erário dos danos em apuração.	Tramitando
⁷⁶ 292/99	Gerson Camata	Dispõe sobre o fabrico, depósito, trânsito e porte de arma de fogo e dá outras providências.	Tramitando
293/99 Complementar	Gerson Camata	Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo.	Tramitando
294/99	Gerson Camata	Autoriza o Poder Executivo a transferir para o domínio do Município de Vila Velha, Estado do Espírito Santo, os terrenos de marinha e seus acréscidos localizados nesse Município.	Tramitando
295/99	Gerson Camata	Autoriza o Poder Executivo a transferir para o domínio do Município de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, os terrenos de marinha e seus acréscidos localizados nesse Município.	Tramitando
296/99	Luiz Estevão	Diminui prazos processuais para processos e julgamento de crime praticado por e contra policial.	Tramitando
⁷⁷ 297/99	Luiz Estevão	Institui o sistema de bolsa de estudo para os integrantes das carreiras de policiais federais, policiais civis, policiais militares, dos corpos de bombeiros militares e das Forças Armadas.	Tramitando
298/99	Antero Paes de Barros	Estabelece reserva de vagas na universidades públicas para alunos egressos da rede pública de ensino.	À Câmara dos Deputados em 2.9.99
⁷⁸ 300/99	Roberto Requião	Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), para instituir o sistema de lista fechada na eleição proporcional.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 7.6.2000
301/99	Jefferson Péres	Dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção de registros atualizados, na Internet, sobre o andamento das licitações na esfera federal.	Tramitando
302/99	Geraldo Cândido	Dispõe sobre a proibição da expressão "boa aparência" nos anúncios de recrutamento e seleção de pessoal e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 7.12.2000

⁷⁶ Tramita em conjunto com os PLS nºs 386 e 614/99.

⁷⁷ Tramitação sobrestada em 18.10.2000 para aguardar o envio, pela Câmara dos Deputados, do PL nº 128/99 (RQS nº 510/2000).

⁷⁸ Tramitou em conjunto com o PLS nº 88/99.

Número	Autor	Ementa	Resultado
303/99	Luzia Toledo	Dispõe sobre o acesso gratuito dos idosos às salas de cinema e dá outras providências.	Tramitando
304/99	Luzia Toledo	Dispõe sobre dias alternativos para concursos e vestibulares, de modo a atender àqueles que aleguem motivos de crença religiosa, e dá outras providências.	Tramitando
305/99	Luzia Toledo	Determina o ressarcimento ao Estado, pelas indústrias do fumo, dos custos do tratamento das doenças provenientes do tabagismo.	Tramitando
306/99	Lúcio Alcântara	Altera o art. 44 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para permitir que as penas restritivas de direito possam ser aplicadas diretamente.	Tramitando
307/99	Luiz Estevão	Estabelece condições para o exercício da atividade de Segurança Pública da União, dos Estados e do Distrito Federal.	Tramitando
308/99	Luiz Estevão	Estabelece as armas permitidas para uso das atividades de policiamento.	Tramitando
⁷⁹ 309/99	Álvaro Dias	Dispõe sobre o arresto de bens de pessoa seqüestrada, cônjuge, parentes e afins que com ela convivam, e dá outras providências.	Tramitando
⁸⁰ 310/99	Álvaro Dias	Altera o art. 75 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal - e o art. 9º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para aumentar o tempo de cumprimento da pena privativa de liberdade.	Tramitando
311/99	Roberto Saturnino	Permite dedução do imposto de renda às pessoas físicas e jurídicas que adquiram quotas dos Fundos Mútuos de Investimento em Empresas Emergentes.	Tramitando
312/99	Luzia Toledo	Institui o plano diretor de desenvolvimento urbano para cidades de interesse turístico e dá outras providências.	Tramitando
313/99	Geraldo Cândido	Autoriza o Poder Executivo a adotar medidas de apoio aos servidores responsáveis por portadores de deficiência físicas, sensoriais ou mentais.	Tramitando

⁷⁹ Tramita em conjunto com os PLS nº 162 e 288/99.

⁸⁰ Tramita em conjunto com o PLS nº 315/99.

Número	Autor	Ementa	Resultado
314/99	Heloísa Helena	Denomina "Aeroporto Campo dos Palmares – Zumbi e Dandara" o Aeroporto Campo dos Palmares, em Maceió, no Estado de Alagoas.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 4.10.99 Arquivado na Câmara dos Deputados (DSF de 29.2.2000 – página 3720)
⁸¹ 315/99	Luiz Estevão	Altera o artigo 75 do Código Penal, aumentando o tempo de cumprimento da pena privativa de liberdade.	Tramitando
316/99	Luiz Estevão	Cria o Batalhão Universitário da Polícia Militar do Distrito Federal.	Tramitando
317/99	Casildo Maldaner	Altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para conversão das obrigações para o Real e dá outras providências.	Tramitando
318/99	Jefferson Péres	Dispõe sobre as contas apresentadas anualmente pelo Presidente da República ao Congresso Nacional, conforme previsto no art. 84, XXIV, da Constituição.	Tramitando
319/99	Edison Lobão	Acrescenta dispositivo à Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os conselhos de medicina e dá outras providências.	Tramitando
⁸² 320/99	Nabor Júnior	Denomina "Aeroporto Internacional Senador Oscar Passos" o novo aeroporto, em construção, na cidade de Rio Branco, Estado do Acre.	Tramitando
⁸³ 321/99	Luiz Estevão	Inclui § 3º ao art. 2º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para dispor sobre a destinação de recursos para o Distrito Federal.	Tramitando
⁸⁴ 322/99	Lúcio Alcântara	Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.	Prejudicado em decisão terminativa tendo em vista a aprovação do PLS nº 324/99
323/99	Lúcio Alcântara	Altera a legislação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido para permitir a dedução, como despesa, do valor integral de bolsas de estudo.	Tramitando

⁸¹ Tramita em conjunto com o PLS nº 310/99.

⁸² Tramita em conjunto com o PLS nº 149/99.

⁸³ Tramita em conjunto com o PLS nº 519/99.

⁸⁴ Tramitou em conjunto com o PLS nº 324/99.

Número	Autor	Ementa	Resultado
⁸⁵ 324/99	Lúcio Alcântara	Acrescenta dispositivos à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 13.3.2000
⁸⁶ 325/99	Moreira Mendes	Dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados –IPI– na aquisição de tratores e máquinas agrícolas por pequenos produtores rurais.	Tramitando
326/99	Marina Silva	Inscribe o nome de Chico Mendes no “Livro dos Heróis da Pátria”.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 13.10.2000
327/99	Geraldo Cândido	Dispõe sobre a gratuidade da realização de exames de Código Genético (DNA) para instruir processos de reconhecimento de paternidade.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 6.4.2000
328/99 (Complementar)	Paulo Hartung	Dispõe sobre o imposto dos Municípios sobre serviços de qualquer natureza – ISS, regulamentando o disposto no art. 156, III, da Constituição Federal.	Tramitando
329/99	Carlos Patrocínio	Altera dispositivo da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 14.9.99 Arquivado na Câmara (Of. nº 389/2000, de 1º.12, do 1º Secretário da CD)
⁸⁷ 330/99	Romero Jucá	Dispõe sobre a prevenção do tabagismo em crianças e adolescentes mediante restrições ao acesso de menores de idade aos produtos de tabaco e dá outras providências.	Tramitando
331/99	Lúcio Alcântara	Altera o art. 151 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para atualizar a tipificação do crime nele previsto e alterar a respectiva pena.	Tramitando
332/99	Lúcio Alcântara	Dispõe sobre comercialização e resgate de títulos de capitalização e dá outras providências.	Retirado (RQS nº 790/99)

⁸⁵ Tramitou em conjunto com o PLS nº 322/99.

⁸⁶ Tramita em conjunto com o PLS nº94/2000.

⁸⁷ Tramita em conjunto com os PLS nºs 166/96 e 164/99.

Número	Autor	Ementa	Resultado
333/99 Complementar	Paulo Hartung	Regulamenta o inciso V do art. 163 da Constituição Federal, dispondo sobre a fiscalização das instituições financeiras, o risco da liquidação dessas instituições, autoriza a criação da Agência Nacional de Fiscalização das Instituições Financeiras - ANFIF, e do Instituto Segurador de Créditos contra Instituições Financeiras - ISIF, e dá outras providências.	Tramitando
335/99	Luiz Estevão	Estabelece a obrigatoriedade de atendimento médico ao policial e bombeiro vítima em acidente decorrente do exercício da função pública, e dá outras providências.	Tramitando
336/99 Complementar	Ademir Andrade	Altera dispositivos da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, que dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária.	Tramitando
337/99	Álvaro Dias	Acrescenta parágrafo ao art. 14 da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, no sentido de regular a gratuidade dos honorários de perito.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 21.2.2000
338/99 Complementar	Edison Lobão	Institui o Sistema Nacional de Apoio ao Seguro Rural, de acordo com o disposto nos incisos II e VI do art. 192 da Constituição Federal, e dá outras providências.	À Câmara dos Deputados em 18.10.2000
339/99	Gerson Camata	Denomina o trecho da BR-262, entre o Bairro de Jardim América e o trevo da Ceasa, no Município de Cariacica, Estado do Espírito Santo, como Mário Gurgel.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 1º.3.2000
340/99	Gerson Camata	Dispõe sobre a instituição do "Dia Nacional do Imigrante Italiano" e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 1º.3.2000
341/99	Gerson Camata	Dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas concessionárias de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens destinarem pelo menos dois minutos diários de sua programação à divulgação de informações sobre menores desaparecidos.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 4.10.99
342/99	Lúcio Alcântara	Altera os arts. 215, 216 e 231 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, suprimindo e substituindo termos cujo sentido restrito e vago dificulta a interpretação dos referidos dispositivos.	Tramitando
343/99	Roberto Freire	Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para dispor sobre prazo de filiação partidária e domicílio eleitoral.	Tramitando

Número	Autor	Ementa	Resultado
344/99 Complementar	Mozarildo Cavalcanti	Altera dispositivos da Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979 (Lei Orgânica da Magistratura), com a finalidade de estabelecer condições para a realização de concurso público para ingresso na magistratura de carreira.	Tramitando
⁸⁸ 345/99	Mozarildo Cavalcanti	Altera o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências, para incluir, entre os referidos crimes, o de corrupção de menores, tipificado na Lei nº 2.252, de 1º de julho de 1954.	Tramitando
346/99	Luiz Estevão	Acrescenta dispositivo ao art. 7º da Lei nº 9.288, de 1º de julho de 1996, que altera dispositivos da Lei nº 8.436, de 25 de junho de 1992, que institucionaliza o Programa de Crédito Educativo para estudantes carentes.	Tramitando
347/99	Carlos Bezerra	Exclui do salário-de-contribuição para a previdência social os valores recebidos a título de salário-maternidade e salário-educação.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 1º.3.2000
348/99 Complementar	Ernandes Amorim	Autoriza a captação de recursos no mercado externo para aplicações na atividade rural.	Tramitando
349/99	Geraldo Cândido	Dispõe sobre a isenção do pagamento de contas de luz, gás, água e esgoto para os trabalhadores desempregados.	Tramitando
350/99	Paulo Hartung	Altera a redação do § 2º do artigo 3º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para o fim de incluir dentre as matérias da competência do Juizado Especial as ações de natureza fiscal e de interesse da Fazenda Pública.	Tramitando
351/99	Ramez Tebet	Altera o art. 32 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para determinar aumento de pena na hipótese que especifica.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 5.12.2000
352/99	Ademir Andrade	Acrescenta parágrafos ao artigo 2º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.	Tramitando
⁸⁹ 353/99	Sérgio Machado e outros Senadores	Dispõe sobre o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais e estabelece critérios objetivos de distribuição dos recursos no âmbito dos partidos.	Tramitando

⁸⁸ Tramita em conjunto com os PLS nºs 189 e 243/99.

Número	Autor	Ementa	Resultado
354/99	Lúcio Alcântara	Institui o Dia Nacional de Luta contra Queimaduras.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 11.8.2000
355/99	Luzia Toledo	Proíbe a realização de tatuagem em menores de 18 anos, salvo com autorização expressa dos pais ou responsáveis, e dá outras providências.	Tramitando
⁹⁰ 356/99	Luzia Toledo	Altera o art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o FGTS, de forma a incluir, entre as hipóteses para movimentação da conta vinculada do trabalhador, o pagamento de encargos educacionais decorrentes de curso universitário de graduação e dá outras providências.	Tramitando
357/99	Luzia Toledo	Dispõe sobre a obrigatoriedade de existência de desfibriladores a bordo de aeronaves.	Tramitando
359/99	Luzia Toledo	Altera o prazo de financiamento pelo Fundo Geral de Turismo – FUNGETUR para a construção de hotéis de turismo e dá outras providências.	Rejeitado em decisão terminativa
360/99	Nabor Júnior	Denomina “Governador Edmundo Pinto” trecho da rodovia BR-364.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 5.4.2000
⁹¹ 361/99	Marluce Pinto	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de Caroebe, no Estado de Roraima.	Tramitando
⁹² 362/99	Marluce Pinto	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de São Luiz do Anauá, no Estado de Roraima.	Tramitando
⁹³ 363/99	Marluce Pinto	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de Normandia, no Estado de Roraima.	Tramitando
364/99	Marluce Pinto	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de Boa Vista, no Estado de Roraima.	Tramitando
⁹⁴ 365/99	Marluce Pinto	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de Bonfim, no Estado de Roraima.	Tramitando

⁸⁹ Tramita em conjunto com o PLS nº 151/99.

⁹⁰ Tramita em conjunto com os PLS nºs 122, 131, 198 e 223/99; 18, 73 e 203/2000.

⁹¹ Tramita em conjunto com os PLS nºs 21 e 52/99.

⁹² Tramita em conjunto com os PLS nºs 18 e 53/99.

⁹³ Tramita em conjunto com os PLS nºs 17 e 46/99.

⁹⁴ Tramita em conjunto com os PLS nºs 20 e 25/99.

Número	Autor	Ementa	Resultado
⁹⁵ 366/99	Marluce Pinto	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de Cantá, no Estado de Roraima.	Tramitando
367/99	Antero Paes de Barros	Estabelece regras para a concessão de incentivos fiscais ou creditícios por parte da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e dá outras providências.	Tramitando
368/99	Lauro Campos	Revoga a Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, que altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências.	Tramitando
369/99 Complementar	Lauro Campos	Dispõe sobre o preenchimento dos cargos de presidente e diretores do Banco Central e de instituições financeiras oficiais.	Tramitando
⁹⁶ 370/99	Lauro Campos	Revoga disposição que restringe o princípio da impenhorabilidade do bem de família, constante do art. 82 da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991.	Tramitando
371/99	Bello Parga	Institui normas para a eleição dos suplentes de Senador.	Tramitando
372/99	Luiz Estevão	Altera os arts. 106, 107, 108 e 109 do Código Eleitoral, estabelecendo a proporcionalidade para distribuição dos lugares a preencher, e dá outras providências.	Tramitando
373/99	Luiz Estevão	Inclui o inciso VII ao art. 7º da Lei nº 9.625, de 7 de abril de 1998, para estender a Gratificação de Desempenho e Produtividade aos ocupantes do cargo de Administrador.	Tramitando
375/99	Lauro Campos	Inabilita, pelo prazo de cinco anos, para participar de licitações públicas ou realizar contratos pertinentes a obras, serviços, compras e alienações com a administração pública, pessoas jurídicas que, direta ou indiretamente, tenham contribuído para fundos partidários ou campanhas eleitorais.	Tramitando
376/99	Lauro Campos	Proíbe a divulgação de pesquisas eleitorais a partir do último dia do prazo estabelecido para registro de candidatos a cargo eletivo.	Tramitando
377/99	Lauro Campos	Proíbe que partidos políticos e candidatos a cargos eletivos recebam contribuições de pessoas jurídicas e dá outras providências.	Tramitando

⁹⁵ Tramita em conjunto com o PLS nº 45/99.

⁹⁶ Tramita em conjunto com o PLS nº 145/2000.

Número	Autor	Ementa	Resultado
378/99	Freitas Neto	Altera dispositivo da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados.	Tramitando
379/99	Arlindo Porto	Altera os arts. 15 e 17 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências.	Tramitando
380/99	Arlindo Porto	Altera dispositivos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, de modo a permitir dispensa de exame de saúde a categorias profissionais específicas.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 12.4.2000
381/99	Luiz Estevão	Institui gratificação de risco de vida para os integrantes das carreiras de policiais federais, policiais civis, policiais militares, e dos corpos de bombeiros militares, e dá outras providências.	Tramitando
382/99	Geraldo Cândido	Estabelece a gratuidade de livros didáticos para alunos da rede pública.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 3.3.2000
383/99	Lauro Campos	Estabelece limites pecuniários para os presentes recebidos por todos os chefes dos poderes públicos em todos os níveis e dá outras providências.	Tramitando
384/99	Lauro Campos	Define crimes contra a livre concorrência.	Tramitando
385/99	Carlos Bezerra	Isenta do Imposto sobre a Renda os valores recebidos a título de salário-educação e salário-maternidade.	Tramitando
⁹⁷ 386/99	Djalma Falcão	Acresce dispositivos à Lei nº 9.437, de 20 de fevereiro de 1997, a fim de estabelecer critérios para o porte de armas de fogo.	Tramitando
387/99	Ademir Andrade	Modifica dispositivos da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1997, que dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de ensino profissionalizante do 2º grau e supletivo, e dá outras providências".	Tramitando
⁹⁸ 388/99	Tião Viana	Altera o art. 57 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências.	Tramitando

⁹⁷ Tramita em conjunto com os PLS nºs 292 e 614/99.

⁹⁸ Tramita em conjunto com o PLS nº 65/2000. Em 1º.8.2000, foi aprovado o RQS nº 323/2000, solicitando o desapensamento dos projetos.

Número	Autor	Ementa	Resultado
389/99	Luzia Toledo	Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 1º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências.	Tramitando
390/99	Luzia Toledo	Altera os arts. 215, 216 e 231 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.	Tramitando
99391/99	Maguito Vilela	Altera os arts. 21 e 232 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica).	Tramitando
392/99	Ademir Andrade	Determina que as Assembléias Legislativas ou a Câmara Legislativa do Distrito Federal sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais para os respectivos Estados ou para o Distrito Federal, e dá outras providências.	Tramitando
393/99 Complementar	Álvaro Dias	Altera a Lei Complementar nº 78, de 30 de dezembro de 1993, que disciplina a fixação do número de Deputados, nos termos do art. 45, § 1º, da Constituição Federal.	Tramitando
394/99	Mozarildo Cavalcanti	Inclui o porto de Santa Maria do Boaçu, no Rio Branco, no Estado de Roraima, na relação descritiva dos portos marítimos, fluviais e lacustres do Plano Nacional de Viação.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 11.10.99
395/99	Maguito Vilela	Dispõe sobre a concessão de desconto para os músicos – estudantes ou profissionais – no valor do ingresso em espetáculos musicais e dá outras providências.	Tramitando
396/99	Edison Lobão	Destina as importâncias não pagas dos prêmios de qualquer modalidade de concurso de prognósticos autorizado pelo poder público aos municípios atingidos por desastres climáticos ou ecológicos e dá outras providências.	Tramitando
397/99	Edison Lobão	Dispõe sobre a elaboração dos demonstrativos dos efeitos decorrentes dos benefícios tributários, financeiros e creditícios, de que trata o art. 165, §6º, da Constituição e dá outras providências.	Tramitando
398/99	Casildo Maldaner	Altera o <i>caput</i> do art. 10 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições e lhe acrescenta § 6º, com o fim de aumentar o número de candidatos que cada partido poderá registrar para as Câmaras Municipais.	Tramitando

⁹⁹ Tramita em conjunto com os PLS nºs 399 e 630/99.

Número	Autor	Ementa	Resultado
100399/99	Pedro Piva	Altera os arts. 21 e 232 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), e o § 2º do art. 2º da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996.	Tramitando
400/99	Luzia Toledo	Dispõe sobre o pagamento dos créditos de natureza alimentícia devidos pela Fazenda Pública.	Tramitando
401/99	Ernandes Amorim	Concede isenção de contribuição social para o produtor rural e altera a alíquota do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – FGTS, incidente sobre a remuneração de empregados rurais e dá outras providências.	Rejeitado em decisão terminativa
402/99	Gerson Camata	Inclui o Porto Barra do Riacho, no Estado do Espírito Santo, na relação descritiva dos portos marítimos, fluviais e lacustres do Plano Nacional de Viação.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 11.10.99
403/99	Luzia Toledo	Dispõe sobre o seguro obrigatório de pagamento das obrigações trabalhistas relativas à rescisão contratual e dá outras providências.	Rejeitado em decisão terminativa
404/99	Luiz Estevão	Define atividade exclusiva de Estado e dá outras providências.	Tramitando
405/99	Luiz Estevão	Altera o inciso XIII do art. 9º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, para permitir que os profissionais nele arrolados possam optar pelo Simples.	Tramitando
407/99 Complementar	Ney Suassuna	Dispõe sobre normas gerais para a dívida pública externa e interna, de acordo com os incisos II, III e IV do art. 163 da Constituição Federal.	Tramitando
408/99	Marina Silva	Altera a Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União, e dá outras providências.	Tramitando
409/99	Maguito Vilela	Altera os arts. 126, 129 e 130 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para permitir a remição de pena por meio do estudo.	Tramitando
410/99	Mozarildo Cavalcanti	Concede anistia aos garimpeiros presos, acusados ou condenados por crimes decorrentes de atividades laborais, em áreas indígenas ou de preservação ambiental.	Tramitando
411/99	Freitas Neto	Altera dispositivo da Lei nº 9.536, de 11 de dezembro de 1997, que regulamenta o parágrafo único do art. 49 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 4.10.99

¹⁰⁰ Tramita em conjunto com os PLS nºs 391 e 630/99.

Número	Autor	Ementa	Resultado
412/99	Moreira Mendes	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de Candeias do Jamari, no Estado de Rondônia.	Tramitando
414/99	José Sarney	Dá nova redação ao § 2º do art. 11 da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991.	Tramitando
415/99	Lúcio Alcântara	Institui o Dia Nacional da Doação de Órgãos.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 21.10.99
416/99	Tião Viana	Proíbe a fabricação, a importação, a exportação, a manutenção em estoque, a comercialização e o uso de diclorodifeniltricloreto (DDT) e dá outras providências.	Tramitando
101417/99	Lauro Campos	Altera o Decreto-Lei nº 791, de 27 de agosto de 1969, que dispõe sobre o pedágio em rodovias federais e dá outras providências, com a finalidade de conceder isenção do pagamento de pedágio para caminhões e táxis.	Tramitando
418/99	Gerson Camata	Inclui o Porto de Regência, no Estado do Espírito Santo, na relação descritiva dos portos marítimos, fluviais e lacustres do Plano Nacional de Viação.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 10.11.99
102419/99 Complementar	Mozarildo Cavalcanti	Estabelece procedimentos de controle para transferências internacionais de recursos por não-residentes (contas CC5) e dá outras providências.	Tramitando
420/99	Djalma Falcão	Inclui, no currículo do Ensino Médio, a disciplina Cidadania, Direitos e Garantias Individuais, e adota providências correlatas.	Prejudicado (art. 334, I, do RISF)
421/99	Djalma Falcão	Torna obrigatório o uso do alfabeto Braile nos manuais de especificações técnicas de eletrodomésticos e eletroeletrônicos.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 13.10.2000
103 104422/99	Romero Jucá	Determina a exibição da expressão que menciona, nos produtos transgênicos, e dá outras providências.	Tramitando
423/99	Lauro Campos	Institui a obrigatoriedade da divulgação, pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e pelo Ministério Público Federal, da remuneração percebida, a qualquer título, pelos servidores públicos e agentes políticos que especifica.	Tramitando

¹⁰¹ Tramita em conjunto com os PLS nºs 100/99, 70, 87 e 143/2000.

¹⁰² Tramita em conjunto com os PLS nºs 521 e 678/99-Complementares.

¹⁰³ Tramita em conjunto com os PLS nºs 188 e 216/99.

¹⁰⁴ Em 27.4.2000, foi desapensado o PLS nº 216/99.

Número	Autor	Ementa	Resultado
424/99	Carlos Patrocínio	Altera o art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências, para tornar obrigatório o uso de coletes salva-vidas na navegação interior.	Tramitando
425/99	Paulo Hartung	Altera a redação do artigo 1.471 da Lei nº 3.071, de 1916 – Código Civil, para o fim de determinar que as seguradoras terão o prazo de 60 (sessenta) dias para impugnar, por motivo de doença preexistente, o contrato de seguro de vida ou por invalidez ou a substituição do plano por outro mais benéfico ao segurado.	Tramitando
426/99	Antero Paes de Barros	Inclui, nas isenções do Imposto sobre Produtos Industrializados, as ambulâncias adquiridas pela administração pública e as destinadas a hospitais filantrópicos integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS.	Tramitando
427/99	Sebastião Rocha	Altera a denominação do Aeroporto Internacional de Macapá.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 8.12.99
105428/99	José Fogaça	Dispõe sobre as sociedades cooperativas.	Tramitando
429/99	Pedro Simon	Dispõe sobre o comparecimento bienal dos Chefes de Missões Diplomáticas perante o Senado Federal.	Tramitando
430/99	Geraldo Cândido	Determina a imposição provisória de tetos tarifários sobre as importações agropecuárias e dá outras providências.	Tramitando
431/99	Lauro Campos	Dispõe sobre a falência do devedor civil e dá outras providências.	Tramitando
432/99	Carlos Bezerra	Dispõe sobre a informação aos consumidores acerca da incidência de impostos sobre as mercadorias e serviços comercializados no País, na forma do art. 150, § 5º, da Constituição Federal.	Tramitando
433/99	Edison Lobão	Acrescenta parágrafos ao art. 34 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 4.10.99

¹⁰⁵ Tramita em conjunto com os PLS nºs 171 e 605/99.

Número	Autor	Ementa	Resultado
434/99	Luzia Toledo	Altera o art. 354 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para aumentar, em cada atividade, a proporcionalidade de empregados brasileiros, e dá outras providências.	Tramitando
435/99	Luzia Toledo	Dispõe sobre a indenização por dano moral decorrente do extravio ou da perda definitiva de bagagem.	Tramitando
436/99	Luzia Toledo	Concede incentivo fiscal aos empregadores que colocarem à disposição de seus empregados cursos de aperfeiçoamento e dá outras providências.	Tramitando
437/99	Romero Jucá	Incluiu Porto de Caracaraí, no Estado de Roraima, na relação descritiva dos portos marítimos, fluviais e lacustres do Plano Nacional de Viação.	Tramitando
438/99	Emilia Fernandes	Acrescenta artigo à Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências.	Tramitando
439/99	Lúcio Alcântara	Dispõe sobre a proteção e defesa do usuário dos serviços públicos prestados pela administração direta, indireta e delegada da União.	Tramitando
440/99	José Fogaça	Dispõe sobre a criação do Conselho Federal e dos Regionais da Profissão de Técnico Agrícola e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 21.9.99
441/99	Ademir Andrade	Dá nova redação ao art. 149 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Tramitando
442/99	Romero Jucá	Autoriza o Poder Executivo a instituir uma central de cadastro de Estados e Municípios, com a finalidade de cadastrar e habilitar Estados e Municípios interessados em firmar contratos, convênios e outros instrumentos congêneres com a União e suas entidades.	Tramitando
443/99	Lúcio Alcântara	Altera os arts. 18, 21 e 22 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal, e dá outras providências, modificada pela Medida Provisória nº 1.774-26, de 2 de junho de 1999.	Tramitando

Número	Autor	Ementa	Resultado
444/99	Luiz Otávio	Cria o Programa de Financiamento a Profissionais Liberais – FIPROL, destinado a beneficiar profissionais recém-formados pelas Unversidades das Regiões Norte e Nordeste.	Tramitando
445/99	Lúcio Alcântara	Acrescenta dispositivos à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, estabelecendo condições para o parcelamento de multas por infração de trânsito.	Tramitando
446/99	José Roberto Arruda	Acrescenta artigo ao Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 – Lei das Contravenções Penais, tipificando a contravenção de informação falsa.	Tramitando
447/99	Luiz Estevão	Faculta às polícias que menciona a aquisição de armamentos de indústrias nacionais ou do exterior.	Tramitando
448/99	Luiz Pontes	Altera o parágrafo único do art. 7º da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.	Tramitando
449/99	Lúcio Alcântara	Altera o art. 43 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares.	Tramitando
106450/99	Roberto Saturnino	Institui a preferência de tramitação dos procedimentos judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa física com idade igual ou superior a sessenta anos.	Prejudicado pela aprovação do PLC nº 10/2000
451/99	Roberto Saturnino	Dispensa do recolhimento de custas processuais as pessoas carentes ou desempregadas.	Tramitando
452/99	Mozarildo Cavalcanti	Dispõe sobre a demarcação de terras indígenas na faixa de fronteira.	Tramitando
107453/99	Roberto Requião	Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos e terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do artigo 220 da Constituição Federal.	Tramitando
454/99	Osmar Dias	Revoga a alínea “d” do inciso XII do art. 9º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996.	Tramitando

¹⁰⁶ Tramitou em conjunto com o PLC nº 10/2000.

¹⁰⁷ Tramita em conjunto com os PLS nºs 63, 97 e 159/99, e 55/2000.

Número	Autor	Ementa	Resultado
455/99	Edison Lobão	Altera dispositivos da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que dispõem sobre Imposto sobre a Renda e dão outras providências.	Tramitando
456/99	Roberto Saturnino	Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, - Código de Defesa do Consumidor -, para incluir a vida útil dos produtos entre os dados obrigatoriamente informados ao consumidor.	Tramitando
457/99	Geraldo Cândido	Inclui o ensino da "Introdução à Comunicação de Massa" no currículo escolar.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 14.12.99 Arquivado na Câmara (Ofício nº 229/2000, de 22.8, do 1º Secretário daquela Casa)
458/99	Luiz Estevão	Inclui inciso ao § 2º do art. 7º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a finalidade de estabelecer teto para custos unitários de obras executadas relativas à construção de prédios públicos, saneamento básico e pavimentação.	Tramitando
459/99	Luiz Estevão	Acresce dispositivo ao art. 48 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, para vedar ao Poder Executivo a possibilidade de contingenciamento em dotações da área social.	Tramitando
460/99	Arlindo Porto	Altera o art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que "dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências", para incluir entre os seguros obrigatórios o seguro de garantia das obrigações das administradoras de consórcios.	Tramitando
461/99	Arlindo Porto	Dispõe sobre a assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde.	Tramitando
462/99	Ney Suassuna	Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.	Tramitando
464/99 Complementar	Osmar Dias	Dá nova redação aos §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei Complementar nº 91, de 22 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a fixação dos coeficientes de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios.	À Câmara dos Deputados em 22.3.2000
466/99	Blairo Maggi	Altera a Lei nº 6.305, de 15 de dezembro de 1975, que "Institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos, e dá outras providências".	Tramitando

Número	Autor	Ementa	Resultado
467/99	Romeu Tuma	Dá nova redação e acrescenta parágrafo ao art. 187 do Código de Processo Penal – Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, para autorizar ao defensor levantar questões de ordem e sentar-se ao lado do acusado, inclusive nos processos do Tribunal do Júri.	Tramitando
468/99	Romeu Tuma	Regulamenta, em consonância com o disposto no art. 37, § 1º, da Constituição Federal, a publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos.	Tramitando
469/99	Edison Lobão	Institui diretriz a ser observada pela União, pelos Estados e Municípios na implementação de programas habitacionais.	Tramitando
470/99	Álvaro Dias	Altera o art. 11 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, com vistas a financiar a construção ou aquisição de moradia nas áreas rurais.	Rejeitado em decisão terminativa
471/99	Álvaro Dias	Altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que “dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências”, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que “dispõe sobre os Registros Públicos e dá outras providências”, passando a exigir firma reconhecida nos atos levados a arquivamento e prova de identidade dos sócios das empresas mercantis e civis.	Tramitando
472/99	Tião Viana	Obriga a gravação da informação sobre a condição de alérgico na Carteira de Identidade Civil das pessoas portadoras dessa condição.	Tramitando
473/99	Tião Viana	Dispõe sobre o uso do Serviço 0900 nos terminais de telefonia fixa.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 16.9.99
474/99	Tião Viana	Institui o Dia Nacional de Vacinação contra Hepatite B.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 5.4.2000
475/99	Tião Viana	Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI na aquisição de veículo por microempresa e empresa de pequeno porte.	Tramitando
476/99	Tião Viana	Altera o art. 7º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que “dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes domissanitários e outros produtos”.	Tramitando

Número	Autor	Ementa	Resultado
477/99	Luiz Estevão	Dispõe sobre incentivos fiscais para desenvolvimento regional, altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, e dá outras providências.	Tramitando
478/99	Luiz Estevão	Altera o artigo 70 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para aumentar o percentual mínimo, de sete para quinze por cento, a que têm direito as entidades desportivas.	Tramitando
479/99	Luiz Estevão	Acrescenta parágrafo ao art. 13 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, determinando que assessorias ou consultorias técnicas somente serão contratadas se as atividades não puderem ser desempenhadas por servidores da Administração Pública.	Tramitando
480/99	Luiz Estevão	Faculta o acesso gratuito de idosos a Parques Nacionais, e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 21.10.99
481/99	Lauro Campos	Dispõe sobre critérios e procedimentos para o resgate em moeda corrente do empréstimo compulsório instituído pelo Decreto-Lei nº 2.288, de 23 de julho de 1986, e dá outras providências.	Tramitando
482/99	Sérgio Machado	Altera o art. 10 da Lei nº 9.504, de 1997, ampliando o número máximo de candidaturas passíveis de registro pelos partidos políticos nas eleições legislativas em todos os níveis da Federação.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 18.10.99
483/99	Luiz Estevão	Proíbe a frequência em cursos de ensino superior em estabelecimentos públicos por tempo superior a dois semestres letivos além do tempo de duração do curso fixado em lei, e dá outras providências.	Tramitando
484/99	Luiz Estevão	Altera o art. 124, XI, do Código de Trânsito Brasileiro, dispondo sobre a inspeção veicular periódica.	Tramitando
485/99	Pedro Simon	Cria a Secretaria Federal de Controle Interno, órgão vinculado à Presidência da República.	Tramitando
486/99 Complementar	Ademir Andrade	Regulamenta o § 4º do art. 40 da Constituição, dispondo sobre a concessão de aposentadoria a servidores públicos, nos casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.	Tramitando
487/99	João Alberto Souza	Altera a Lei nº 7.357, de 2 de setembro de 1985 (Lei do Cheque).	Tramitando

Número	Autor	Ementa	Resultado
¹⁰⁸ 488/99	Luzia Toledo	Disciplina o trabalho educativo de adolescentes, previsto no art. 68 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.	Tramitando
489/99	Luzia Toledo	Concede isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados a equipamentos e material educativo destinados à utilização por pessoa portadora de deficiência.	Tramitando
490/99 Complementar	Moreira Mendes	Cria instrumento de redistribuição do Fundo de Participação dos Municípios para entes da federação que apresentem características específicas de meio ambiente e cultura e dá outras providências.	Tramitando
491/99	Pedro Piva	Altera a redação do art. 9º da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 28.2.2000
¹⁰⁹ 492/99	Maria do Carmo Alves	Modifica o art. 3º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, disciplinando a supressão parcial da cobertura vegetal para desenvolvimento da aqüicultura.	Tramitando
493/99	Ernandes Amorim	Autoriza a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 5.10.99
494/99	Sebastião Rocha	Dispõe sobre o exercício da profissão de taxista e dá outras providências.	Tramitando
¹¹⁰ 495/99	Sebastião Rocha	Dispõe sobre o benefício previdenciário complementar às vítimas e aos dependentes dos motoristas profissionais de veículos automotores de carga ou de passageiros, vitimadas por ações tipificadas como crimes, e dá outras providências.	Retirado (RQS nº 539/2000)
¹¹¹ 496/99	Sebastião Rocha	Dispõe sobre o benefício previdenciário complementar às vítimas e aos dependentes dos motoristas profissionais de veículos automotores de carga ou de passageiros, decorrente de acidente de trânsito, e dá outras providências.	Retirado (RQS nº 540/2000)

¹⁰⁸ Tramita em conjunto com o PLS nº 618/99 e PLC nº 77/97.

¹⁰⁹ Tramitação sobrestada em 29.6.2000 (RQS nº 297/2000).

¹¹⁰ Tramitou em conjunto com o PLS nº 496/99.

¹¹¹ Tramitou em conjunto com o PLS nº 495/99.

Número	Autor	Ementa	Resultado
497/99 Complementar	Sebastião Rocha	Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Amapá e Pará – RIAPA e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Delta do Rio Amazonas e dá outras providências.	Tramitando
498/99	Sebastião Rocha	Cria a Zona de Livre Comércio do Município de Oiapoque, Estado do Amapá, e dá outras providências.	Tramitando
499/99	Sebastião Rocha	Cria a Zona de Livre Comércio do Município de Laranjal do Jari, Estado do Amapá, e dá outras providências.	Tramitando
500/99	Sebastião Rocha	Dispõe sobre o trabalho penitenciário alterando os arts. 28, 29 e 36 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, e o art. 34 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.	Tramitando
501/99	Sebastião Rocha	Torna obrigatória a identificação da matéria paga, de natureza institucional ou política, bem como de seu autor, e dá outras providências.	Tramitando
112502/99	Paulo Hartung	Institui estímulos ao primeiro emprego, altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e dá outras providências.	Tramitando
503/99	Pedro Simon	Veda outorga de mandato com poderes para receber e dar quitação, nas hipóteses que menciona.	Tramitando
504/99	Luzia Toledo	Dispõe sobre o acompanhamento de paciente idoso durante internação hospitalar.	Tramitando
505/99	Luzia Toledo	Inclui conteúdos de educação ambiental nos currículos da educação básica e superior.	Prejudicado em decisão terminativa
506/99	Luzia Toledo	Altera os arts. 19 e 29 da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977, que tratam do dever de prestar alimentos na separação judicial e no divórcio.	Tramitando
507/99	Luzia Toledo	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal.	Tramitando
508/99	Luiz Estevão	Determina o valor a ser repassado para o Governo do Distrito Federal, para cumprimento do inciso XIV, do artigo 21 da Constituição Federal.	Tramitando
509/99	Luiz Estevão	Determina o atendimento Geriátrico, nos hospitais, e dá outras providências.	Tramitando
510/99	Mozarildo Cavalcanti	Acrescenta a letra “i” ao art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.	Tramitando

¹¹² Tramita em conjunto com o PLS nº 169/99.

Número	Autor	Ementa	Resultado
¹¹³ 511/99	Luiz Estevão	Concede desconto de 50% no preço do ingresso de eventos culturais às pessoas com mais de 60 anos de idade, e dá outras providências.	Tramitando
512/99	Luiz Estevão	Denomina "Rodovia Luiz Carlos Prestes" o trecho que especifica, da rodovia BR-020, e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 1º.3.2000
513/99	Luiz Estevão	Institui o Dia Nacional do Idoso.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 8.12.99
515/99	Arlindo Porto	Cria o Programa de Financiamento da Casa Própria Rural e dá outras providências.	Tramitando
516/99	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 1/96-CN	Altera os arts. 402 a 441 da Consolidação das Leis do Trabalho, que dispõem sobre o trabalho do adolescente.	Tramitando
517/99	Luiz Estevão	Determina a apresentação, por instituição de ensino superior, de certificado de avaliação positiva para participação em programa de financiamento a estudante, e dá outras providências.	Tramitando
518/99 Complementar	Romeu Tuma	Altera os arts. 88 e 121 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.	À Câmara dos Deputados em 5.10.99
¹¹⁴ 519/99	Bello Parga	Dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.	Tramitando
520/99	Pedro Simon	Altera a competência funcional dos Juizados Especiais Cíveis regulada no art. 3º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Cíveis e Criminais, e dá outras providências.	Tramitando
¹¹⁵ 521/99 Complementar	Roberto Saturnino	Estabelece obrigatoriedade de instituição para remessa de recursos por não-residentes (contas CC5) e dá outras providências.	Tramitando
522/99	Arlindo Porto	Dispõe sobre o contrato de trabalho rural simplificado, por prazo determinado, e dá outras providências.	Tramitando

¹¹³ Tramita em conjunto com o PLS nº 555/99.

¹¹⁴ Tramita em conjunto com o PLS nº 321/99.

¹¹⁵ Tramita em conjunto com os PLS nºs 419 e 678/99-Complementares.

Número	Autor	Ementa	Resultado
523/99	Álvaro Dias	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 70, de 21 de novembro de 1966, que autoriza o funcionamento de associação de poupança e empréstimo, institui a cédula hipotecária e dá outras providências, para o fim de extinguir a figura do leilão extrajudicial de imóveis pertencentes a mutuários inadimplentes.	Tramitando
524/99	Blairo Maggi	Acrescenta dispositivos à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, de modo a disciplinar a circulação de veículos com peso e dimensões especiais.	Tramitando
525/99	Blairo Maggi	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, quee regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para o fim de estabelecer a obrigatoriedade de publicação de especificações e preços das obras e serviços licitados.	Tramitando
116526/99	Blairo Maggi	Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1999, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, o destino, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.	Tramitando
527/99	Blairo Maggi	Veda a instituições públicas transferir o direito de propriedade de material genético vegetal para entidades privadas, e altera a Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997.	Tramitando
528/99	Carlos Patrocínio	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal -, definindo o crime de informação privilegiada.	Tramitando
529/99	Casildo Maldaner e outros Senadores	Institui o “Dia do Advogado” a ser celebrado em 11 de agosto.	Rejeitado em decisão terminativa
530/99	Tião Viana	Dispõe sobre a assistência pré-natal às gestantes e a realização obrigatória de exames complementares e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 12.12.2000
531/99	Luzia Toledo	Acrescenta parágrafos ao art. 43 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que “institui o Código Eleitoral”, dispondo sobre seções eleitorais especiais para idosos e outros.	Tramitando

¹¹⁶ Tramita em conjunto com o PLS nº 538/99.

Número	Autor	Ementa	Resultado
532/99	Luzia Toledo	Inclui os símbolos nacionais como tema transversal nos currículos de ensino fundamental.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 14.12.99
533/99 Complementar	Luzia Toledo	Fixa normas para a cooperação entre os entes federativos com vistas ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.	Tramitando
534/99	Pedro Simon	Altera a redação do art. 12 do Código de Processo Civil (Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973).	Tramitando
535/99	Lúcio Alcântara	Acrescenta dispositivo ao Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que “dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências”, tornando obrigatório o seguro contra danos pessoais em eventos de massa.	Tramitando
117536/99	Jorge Bornhausen	Altera dispositivos da Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, e da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.	Tramitando
537/99	Pedro Simon	Dá nova redação ao caput do art. 36 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições.	Tramitando
118538/99	Álvaro Dias	Altera os artigos 6º, 9º e 14 da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.	Tramitando
539/99	Pedro Simon	Dispõe sobre o limite máximo do valor das taxas de inscrição em concursos públicos.	Tramitando
540/99	Ernandes Amorim	Dispõe sobre a designação para exercício de cargos em comissão e funções gratificadas nos órgãos que identifica.	Tramitando
541/99	Ernandes Amorim	Organiza a Carreira Gestão do Tesouro Nacional e dá outras providências.	Tramitando
542/99	Luiz Estevão	Altera o art. 20 da Lei nº 8.742, LOAS, e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 3.3.2000

¹¹⁷ Tramita em conjunto com o PLC nº 65/99.

¹¹⁸ Tramita em conjunto com o PLS nº 526/99.

Número	Autor	Ementa	Resultado
543/99	Edison Lobão	Dispõe sobre o seguro-garantia e dá outras providências.	Tramitando
544/99	Álvaro Dias	Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral.	Tramitando
119 ^{545/99}	Lúcio Alcântara	Acrescenta alínea ao art. 32 da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias, para o fim de estabelecer garantias aos adquirentes de imóveis em construção.	Tramitando
546/99	Luzia Toledo	Altera o Decreto-Lei nº 1.191, de 27 de outubro de 1971, que dispõe sobre os incentivos fiscais ao turismo, e dá outras providências.	Tramitando
547/99	Antero Paes de Barros	Estabelece critérios para a quebra do sigilo bancário de pessoas físicas e jurídicas por autoridades judiciais e administrativas e dá outras providências.	Tramitando
548/99	Gerson Camata	Dispõe sobre o adiamento da satisfação das obrigações tributárias devidas pelas empresas fabricantes de veículos automotores.	Tramitando
549/99	Sebastião Rocha	Altera a descrição da BR-156 constante da Relação Descritiva das Rodovias do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 3.3.2000
550/99	Arlindo Porto	Dispõe sobre a inclusão de Municípios de Minas Gerais na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.	Tramitando
551/99	Romero Jucá	Institui o seguro obrigatório de danos materiais causados a terceiros por veículos automotores de via terrestre.	Retirado (RQS nº 105/2000)
552/99	Tião Viana	Altera o art. 17 da Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957 e dá outras providências.	Tramitando
553/99	Moreira Mendes	Altera o art. 1º da Lei nº 9.092, de 1995, e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 1º.3.2000
554/99	Luiz Estevão	Dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia de gastrectomia parcial nos casos de obesidade mórbida, e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 30.5.2000.

¹¹⁹ Tramita em conjunto com os PLS nºs 582, 665 e 681/99.

Número	Autor	Ementa	Resultado
¹²⁰ 555/99	Luiz Estevão	Concede desconto no preço do ingresso em eventos culturais a idosos de que trata a Lei nº 8.842, de 1994, e dá outras providências.	Tramitando
556/99	Pedro Simon	Altera o art. 3º da Lei nº 8.239, de 4 de outubro de 1991, que regulamenta o art. 143, §§ 1º e 2º da Constituição Federal, que dispõe sobre a prestação de Serviços Alternativos ao Serviço Militar Obrigatório.	Tramitando
557/99	Arlindo Porto	Dispõe sobre o ressarcimento, pelo Sistema Único de Saúde, dos gastos com medicamentos de uso contínuo indisponíveis na rede local do Sistema.	Aprovado em decisão terminativa. À Câmara dos Deputados em 30.5.2000.
558/99	Mozarildo Cavalcanti	Destina recursos provenientes das Loterias administradas pela Caixa Econômica Federal para aplicação em programas de bolsas de estudos.	Tramitando
559/99	Luiz Estevão	Dá nova redação ao § 2º do art. 64 da Lei nº 8.666, de 1993 – Lei de Licitações.	Tramitando
¹²¹ 560/99	Paulo Hartung	Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que “institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989”, para definir a distribuição de competências em matéria de serviços de saneamento básico e estabelecer condições de gestão associada no compartilhamento de instalações operacionais, nos termos do art. 241 da Constituição Federal.	Tramitando
561/99	Mozarildo Cavalcanti	Dispõe sobre a compensação de créditos entre a União, suas autarquias e fundações e os servidores públicos que especifica, em decorrência da decisão prolatada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário no Mandado de Segurança nº 22.307-7, e dá outras providências.	Tramitando
562/99	Agnelo Alves	Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que “dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso –XLIII, da Constituição Federal, determina outras providências”, para incluir o crime de quadrilha ou bando.	Tramitando

¹²⁰ Tramita em conjunto com o PLS nº 511/99.

¹²¹ Tramita em conjunto com o PLS nº 266/96.

Número	Autor	Ementa	Resultado
563/99	Roberto Saturnino	Esteende à Justiça Federal a competência para atuar de conformidade com o disposto na Lei nº 9.099, de 1995 (Juizados Especiais Cíveis e Criminais).	Tramitando
564/99	Roberto Requião	Altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados em relação aos cigarros destinados à exportação.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 15.8.2000
565/99	Pedro Simon	Atribui valor jurídico a gravações de documentos em disco óptico e dá outras providências.	Tramitando
566/99 Complementar	Antonio Carlos Magalhães	Altera os arts. 3º, 5º, 6º, 10, 12, 14, 15, e 19 da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, modificada pela Lei Complementar nº 88, de 23 de dezembro de 1996.	Tramitando
567/99	Antonio Carlos Magalhães	Regulamenta o caput e o § 3º do art. 100 da Constituição Federal.	Tramitando
568/99	Pedro Simon	Cria o Programa Tratar Popular, concedendo isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição do trator popular, por pequenos e médios produtores rurais e suas respectivas cooperativas.	Tramitando
122569/99	Luiz Estevão	Determina desconto de 50% (cinquenta por cento) nas tarifas de passagens aéreas para maiores de sessenta anos.	Tramitando
570/99	Geraldo Cândido	Institui o “Dia Nacional de Prevenção e Combate ao Alcoolismo e outras Drogas”.	Tramitando
123571/99 Complementar	Iris Rezende	Estabelece os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE, com fundamento no § 2º do art 2º da Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989.	Tramitando
572/99	Sebastião Rocha	Dispõe sobre a gratuidade do transporte coletivo urbano para crianças nos casos que especifica.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 1º.3.2000
573/99	José Jorge	Altera dispositivos da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que “Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências”.	Tramitando

¹²² Tramita em conjunto com o PLC nº 10/98 e o PLS nº 569/99. Em 5.10.2000, o PLC nº 10/98 passou a tramitar individualmente, conforme RQS nº 467/2000.

¹²³ Tramita em conjunto com o PLS nº 602/99.

Número	Autor	Ementa	Resultado
574/99	Mozarildo Cavalcanti	Dispõe sobre a criação das Comissões Extrajudiciais de Solução de Conflitos Individuais Trabalhistas – CESCIT -, e dá outras providências.	Tramitando
575/99	Paulo Hartung	Altera a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências, para instituir o serviço de televisão comunitária.	Tramitando
576/99	Luzia Toledo	Inclui como tema transversal nos currículos de ensino fundamental e médio a Prevenção Contra o Uso de Drogas.	Rejeitado em decisão terminativa
577/99	Luzia Toledo	Inclui como tema transversal nos currículos de ensino fundamental Noções de Turismo.	Rejeitado em decisão terminativa
578/99	Emilia Fernandes	Autoriza a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais da Profissão de Técnico de Segurança do Trabalho e dá outras providências.	Tramitando
579/99	Carlos Bezerra	Dispõe sobre utilização e a exploração de aeroportos e dá outras providências.	Tramitando
580/99	Luzia Toledo	Regulamenta a profissão de esteticista e cosmetologista e dá outras providências.	Tramitando
124581/99 Complementar	Luzia Toledo	Dá nova redação ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que “estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal”.	Tramitando
125582/99	Luzia Toledo	Institui a obrigatoriedade de seguro nas operações imobiliárias que especifica e dá outras providências.	Tramitando
583/99	Luiz Estevão	Dispõe sobre alienação de títulos extrajudiciais relativos a créditos inscritos em dívida ativa, e dá outras providências.	Tramitando
584/99	Luiz Estevão	Dispõe sobre a delegação a advogado particular para cobrança de créditos inscritos na dívida ativa, e dá outras providências.	Tramitando
585/99	Eduardo Suplicy	Altera dispositivos da Lei nº 9.533, que autoriza o Poder Executivo a conceder apoio financeiro aos Municípios que instituírem programas de garantia de renda mínima associados a ações socioeducativas.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 10.11.99
586/99	Carlos Patrocínio	Permite a utilização do FGTS para compra de casa própria, em qualquer sistema de financiamento habitacional, e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 1º.3.2000

¹²⁴ Tramita em conjunto com o PLS Nº 55/99.

¹²⁵ Tramita em conjunto com os PLS nºs 545, 665 e 681/99.

Número	Autor	Ementa	Resultado
587/99	Luiz Estevão	Modifica o art. 10, II, "a", da Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, para priorizar o atendimento ao idoso na área da saúde.	Prejudicado em decisão terminativa (art. 334, I, do RISF)
588/99	Luiz Estevão	Dispõe sobre a compensação de dívidas do Distrito Federal com a União.	Tramitando
589/99	Mozarildo Cavalcanti	Dá nova redação aos arts. 34 e 59 da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, que institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados e dá outras providências, para dispor sobre regras para o concurso público para o Ministério Público.	Tramitando
590/99	Mozarildo Cavalcanti	Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a rodovia que especifica, sob a designação BR-433.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 3.3.2000
591/99 Complementar	Freitas Neto	Altera a composição do Conselho a que se refere a Lei Complementar nº 66, de 17 de junho de 1991.	À Câmara dos Deputados em 29.11.2000
592/99	Eduardo Siqueira Campos	Determina que as seguradoras indenizem os proprietários de veículos automotores, no caso de perda total ou de roubo ou furto total do bem, pela importância segurada constante da apólice contratada.	Tramitando
593/99	Ademir Andrade	Modifica os arts. 104 e 105 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da criança e do Adolescente e dá outras providências".	Tramitando
594/99	Mozarildo Cavalcanti	Estabelece normas para registro de diploma e inscrição dos Conselhos Profissionais dos graduados em Medicina, Enfermagem, Farmácia, Bioquímica, Odontologia e Fisioterapia.	Tramitando
595/99	Carlos Patrocínio	Altera os arts. 44 e 66 da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que trata das incorporações de imóveis, no sentido de regular o fornecimento de autorização para registro definitivo da unidade adquirida.	Tramitando
596/99	Pedro Simon	Dispõe sobre o controle social dos atos de gestão da Administração Pública empreendidos ou descentralizados no âmbito estadual ou municipal, através de programas federais e assegura o livre acesso dos cidadãos às informações relativas às finanças públicas.	Tramitando

Número	Autor	Ementa	Resultado
597/99	José Eduardo Dutra	Dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos e materiais necessários à sua aplicação e à monitoração da glicemia capilar aos portadores de diabetes inscritos em programa de educação para diabéticos.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 12.5.2000
598/99	Luiz Estevão	Transfere para o Governo do Distrito Federal as ações pertencentes à União da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - Novacap, constituída pela Lei nº 2.874, de 19 de setembro de 1956, e dá outras providências.	Tramitando
599/99	Luiz Estevão	Estabelece tarifas diferenciadas para Estados por onde circula gás natural, em gasodutos, e dá outras providências.	Tramitando
600/99	Luiz Pontes	Acrescenta parágrafo único ao art. 393 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para assegurar o pagamento dos salários à empregada gestante, demitida sem justa causa, até cinco meses após o parto, e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 7.12.2000
601/99	Luiz Pontes	Dispõe sobre isenção de custos na emissão do CPF para desempregados e cidadãos de baixa renda.	Tramitando
¹²⁶ 602/99 Complementar	Luiz Estevão	Altera a Lei Complementar nº 62, de 1989, que estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras providências.	Tramitando
603/99	Romero Jucá	Acrescenta parágrafo único ao art. 882 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452/43.	Tramitando
604/99	Álvaro Dias	Dispõe sobre a alíquota aplicável à receita bruta mensal da Microempresa inscrita no SIMPLES - Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, de que trata a Lei nº 9.317, de 05/12/1996.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 29.3.2000
¹²⁷ 605/99	Eduardo Suplicy	Dispõe sobre as sociedades cooperativas.	Tramitando
606/99	Luiz Estevão	Transfere para o Governo do Distrito Federal as ações pertencentes à União da Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap, e dá outras providências.	Tramitando
607/99	Luiz Estevão	Isenta taxistas do pagamento de IPI, e dá outras providências.	Tramitando

¹²⁶ Tramita em conjunto com o PLS nº 571/99.

¹²⁷ Tramita em conjunto com os PLS nº 171 e 428/99.

Número	Autor	Ementa	Resultado
608/99	Lúcio Alcântara	Institui a penhora administrativa, por órgão jurídico da Fazenda Pública, e dá outras providências.	Tramitando
609/99	Álvaro Dias	Altera o art. 495 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, e amplia o prazo da ação rescisória quando referir-se a precatório judiciário.	Tramitando
610/99	Geraldo Melo	Institui normas para fixação de tarifas a serem cobradas pelo abastecimento de água e pelos serviços de esgotamento sanitário no país, regula a transferência do controle das instituições provedoras desses serviços e dá outras providências.	Tramitando
611/99	Ney Suassuna	Altera o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, fixando prazo máximo para pagamento de indenização de sinistros por parte das sociedades seguradoras e estabelecendo a multa aplicável no caso de seu descumprimento.	Tramitando
612/99	Ney Suassuna	Altera o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, atribuindo privilégio especial aos credores por restituição de prêmio de seguro.	Tramitando
613/99 Complementar	Luzia Toledo	Altera o Decreto-Lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, que estabelece normas gerais de direito financeiro, aplicáveis aos impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre serviços de qualquer natureza, e dá outras providências.	Tramitando
¹²⁸ 614/99	José Roberto Arruda	Proíbe a venda de arma de fogo e munição em todo o território nacional, e dá outras providências.	Tramitando
615/99	Luiz Estevão	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.	Rejeitado em decisão terminativa
616/99	Luiz Estevão	Altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins, e dá outras providências.	Tramitando
617/99	Paulo Hartung	Altera o caput do art. 2º do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, atualizando o conceito de terrenos de marinha.	Tramitando
¹²⁹ 618/99	Ernandes Amorim	Acrescenta dispositivos à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.	Tramitando

¹²⁸ Tramita em conjunto com os PLS nºs 292 e 386/99.

¹²⁹ Tramita em conjunto com o PLC nº 77/97 e PLS nº 488/99.

Número	Autor	Ementa	Resultado
619/99	Luzia Toledo	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de Mimoso do Sul, no Estado de Espírito Santo.	Tramitando
620/99	Roberto Requião	Dispõe sobre a obrigatoriedade de transmissão, pelas prestadoras de serviço de televisão por assinatura, da TV Senado e da TV Câmara .	À Câmara dos Deputados em 16.5.2000
621/99	Moreira Mendes	Dispõe sobre o tratamento tributário aplicável à bagagem de viajantes.	Retirado (RQS nº 361/2000)
622/99	Roberto Requião	Revoga dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências.	Tramitando
623/99	Luiz Estevão	Altera o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências.	Tramitando
624/99	Eduardo Siqueira Campos	Autoriza o Poder Executivo a constituir a Fundação Universidade Federal do Tocantins.	Tramitando
625/99	Roberto Requião	Revoga o art. 20 do Decreto-Lei nº 115, de 25 de janeiro de 1967.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 18.10.2000
626/99	Lauro Campos	Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que "regula o Programa de Seguro-Desemprego, o abono salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, e dá outras providências".	Tramitando
627/99	Carlos Patrocínio	Altera o disposto no art. 366 da Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para estabelecer que não terá direito à prescrição retroativa o acusado que, citado por edital, não atender à convocação deste.	Tramitando
628/99	José Roberto Arruda	Revoga os arts. 59 a 81 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências.	Tramitando
629/99	Paulo Hartung	Altera a redação da Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências, para incluir o CAPÍTULO - DOS DIREITOS DO IDOSO .	Tramitando

Número	Autor	Ementa	Resultado
¹³⁰ 630/99	Lúcio Alcântara	Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, no sentido de que os benefícios decorrentes da aquisição de passagens aéreas com recursos orçamentários sejam revertidos para a administração pública.	Tramitando
631/99	Carlos Patrocínio	Altera o art. 273 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.	Tramitando
632/99	Sérgio Machado	Altera o art. 39 da Lei nº 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor, para caracterizar como abusiva, por parte dos prestadores de serviços públicos, a prática de cobrança baseada em estimativa de consumo.	Tramitando
633/99	Carlos Patrocínio	Altera a redação do art. 56 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Proteção e Defesa do Consumidor, para incluir a penalidade de advertência entre as sanções administrativas nele previstas.	Tramitando
634/99	Luiz Estevão	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Ceilândia, no Distrito Federal, e dá outras providências.	Tramitando
635/99	Edison Lobão	Estabelece instrumentos legais de prevenção e repressão à falsificação de obras de artes visuais e dá outras providências.	Tramitando
636/99	Mozarildo Cavalcanti	Obriga a comprovação de sanidade mental como requisito para a colação de grau em cursos de graduação e de formação profissional em área de saúde.	Tramitando
637/99	Romero Jucá	Autoriza o Poder Executivo a transformar a Fundação Nacional do Índio – FUNAI em Agência de Proteção e de Desenvolvimento Indígena – APODI, e dá outras providências.	Tramitando
638/99	Ney Suassuna	Concede anistia às Prefeituras Municipais inadimplentes quanto aos débitos remanescentes do “Programa do Leite”, executado em convênio com o extinto Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição e dá outras providências.	Tramitando
639/99	Geraldo Althoff	Altera o art. 22 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Proteção e Defesa do Consumidor, para regular a indenização por danos materiais e por dano moral.	Tramitando

¹³⁰ Tramita em conjunto com os PLS nºs 391 e 399/99.

Número	Autor	Ementa	Resultado
640/99	Moreira Mendes	Altera o art. 895 da Consolidação das Leis do Trabalho, para autorizar os Tribunais Regionais do Trabalho a efetuar o remanejamento de Juntas de Conciliação e Julgamento no âmbito de sua Região, e dá outras providências.	Tramitando
641/99	Maria do Carmo Alves	Institui o Dia Nacional do Inventor e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 9.6.2000
642/99	Geraldo Althoff	Dá nova redação ao § 1º do art. 42; inciso I do art. 53; aos arts. 198 e 249; acrescenta o art. 244-A ao Título VII, Capítulo I, Seção II, e incisos aos arts. 56, 98, 148, 180 e 201, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente - e altera o art. 225 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).	Tramitando
643/99	Luiz Estevão	Modifica a Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de radialista e dá outras providências.	Rejeitado em decisão terminativa
644/99	Carlos Patrocínio	Proíbe a utilização de pneus recapados em veículos de transporte rodoviário de passageiros ou de produtos perigosos, e dá outras providências.	Tramitando
645/99	Ney Suassuna	Cria o Banco da Microempresa S.A. – BAMISA.	Tramitando
646/99	Jorge Bonhausen	Dispõe sobre os direitos e as garantias do contribuinte e dá outras providências.	Tramitando
647/99	José Roberto Arruda	Acrescenta dispositivo ao art. 52 e altera a redação do inciso III do art. 55 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998.	Tramitando
648/99	José Roberto Arruda	Acrescenta dispositivo ao art. 13 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, determinando que as entidades nacionais de administração do desporto sejam sediadas no Distrito Federal.	Tramitando
649/99 Complementar	Eduardo Siqueira Campos	Cria o Cadastro Geral de Contas e dá outras providências.	Tramitando
650/99	José Sarney	Institui quotas de ação afirmativa para a população negra no acesso aos cargos e empregos públicos, à educação superior e aos contratos do Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior (FIES).	Tramitando
651/99	Luiz Estevão	Torna obrigatória concessão de emprego a idosos, e dá outras providências.	Tramitando

Número	Autor	Ementa	Resultado
652/99	Luiz Estevão	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Sobradinho, no Distrito Federal, e dá outras providências.	Tramitando
653/99	Roberto Saturnino	Altera a Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, que dispõe sobre o ordenamento do transporte aquaviário, para redefinir as condições de operação de embarcação estrangeira na navegação interior e de cabotagem.	Tramitando
654/99	Luiz Pontes	Dispõe sobre encargos financeiros incidentes no crédito rural nas áreas da SUDAM e da SUDENE.	Tramitando
655/99	Luiz Pontes	Acrescenta o art. 456-A à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre as relações de emprego beneficiadas por incentivos e dá outras providências.	Tramitando
656/99	Carlos Patrocínio	Acrescenta artigo à Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1865, que institui o Código Eleitoral.	Tramitando
¹³¹ 657/99	Luiz Estevão	Altera o art. 11 da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971 e dá outras providências.	Tramitando
658/99	Luiz Estevão	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.	Tramitando
659/99	Moreira Mendes	Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para incluir trecho da rodovia RO-133 na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 28.6.2000
660/99	Luiz Estevão	Torna obrigatória concessão de emprego a pessoas portadoras de deficiência física e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 27.4.2000
661/99	Luzia Toledo	Regulamenta os arts. 52, I; 85, 86, 105, I, "a"; 108, I, "a", da Constituição Federal, relativamente ao exercício dos direitos da cidadania e à denúncia de crimes de responsabilidade.	Tramitando
662/99	Luzia Toledo	Altera o art. 244 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, que trata do crime de abandono material.	Tramitando
663/99	José Roberto Arruda	Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 6.530, de 12 de maio de 1978, que regulamenta a profissão de Corretor de Imóveis e disciplina o funcionamento de seus órgãos de fiscalização.	Tramitando

¹³¹ Tramita em conjunto com o PLC nº 14/98.

Número	Autor	Ementa	Resultado
664/99	Álvaro Dias	Ratifica os títulos de alienações ou de concessões de terras feitas pelos Estados na Faixa de Fronteira e dá outras providências.	Tramitando
¹³² 665/99	Arlindo Porto	Institui o seguro-garantia de término de obra de construção civil e dá outras providências.	Tramitando
666/99	Ney Suassuna	Dispõe sobre a demonstração social das empresas e dá outras providências.	Tramitando
667/99	Álvaro Dias	Dá nova redação aos arts. 1º e 2º da Lei nº 9.469, de 1997.	Tramitando
668/99	Roberto Saturnino	Dispõe sobre a desconsideração da personalidade jurídica de pessoas jurídicas de direito privado.	Tramitando
669/99	Juvêncio da Fonseca	Altera dispositivo da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos.	Tramitando
670/99	Ademir Andrade	Modifica o art. 3º da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, que altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências.	Tramitando
671/99 Complementar	CPI criada pelo RQS nº 118/99 (do Judiciário)	Altera dispositivos da Lei nº 5.172/66 (Código Tributário Nacional), da Lei nº 4.591/64 (Lei de Condomínios e Incorporações) e do Decreto-Lei nº 7.661/45 (Lei de Falências).	À Câmara dos Deputados em 29.3.2000
672/99	Lúcio Alcântara	Dispõe sobre o comércio eletrônico.	Tramitando
673/99	Maria do Carmo Alves	Institui a Certidão de Débitos (CD) a ser expedida pelos serviços de proteção ao crédito, estabelece prazo para exclusão de registro de inadimplência regularizada e dá outras providências.	Tramitando
674/99	Maria do Carmo Alves	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que dispõe sobre licitações e contratos administrativos, para o fim de determinar aos órgãos e entidades da Administração Pública, sempre que possível, o uso da Internet no processo licitatório.	Tramitando
675/99	Osmar Dias	Acrescenta parágrafo único ao art. 104 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a prescrição das ações cíveis para reparação de danos decorrentes de acidentes de trabalho e dá outras providências.	Tramitando
676/99	Osmar Dias	Altera a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, modificando o índice de atualização monetária dos contratos de refinanciamento das dívidas estaduais.	Tramitando

¹³² Tramita em conjunto com os PLS nºs 545, 582 e 681/99.

Número	Autor	Ementa	Resultado
677/99	Comissão de Assuntos Sociais	Institui o Dia do Instrumentador Cirúrgico.	Tramitando
133678/99 Complementar	CPI do Sistema Financeiro	Estabelece obrigatoriedade de instituição para remessa de recursos por não-residentes (contas CC5) e dá outras providências.	Tramitando
679/99	CPI do Sistema Financeiro	Acrescenta parágrafo único ao art. 1.479 da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 (Código Civil).	À Câmara dos Deputados em 29.3.2000
680/99	CPI do Sistema Financeiro	Estabelece a obrigatoriedade de publicação das demonstrações financeiras das sociedades por quotas, de responsabilidade limitada	À Câmara dos Deputados em 29.3.2000
134681/99	CPI do Sistema Financeiro	Estabelece a opção de seguro em operações do Sistema Imobiliário Nacional e dá outras providências.	Tramitando
682/99	CPI do Sistema Financeiro	Altera o art. 60 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que “dispõe sobre as Sociedades por Ações”.	À Câmara dos Deputados em 30.3.2000
683/99 Complementar	CPI do Sistema Financeiro	Regulamenta a prestação de informações ao Banco Central do Brasil, para instrumentalização do Sistema Central de Risco de Crédito e dá outras providências.	À Câmara dos Deputados em 5.12.2000
684/99 Complementar	CPI do Sistema Financeiro	Altera o art. 12 da Lei nº 4.595, de 31.12.64, que dispõe sobre a apolítica e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.	À Câmara dos Deputados em 18.4.2000
135685/99	CPI do Sistema Financeiro	Altera os arts. 6º e 7º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que “dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para conversão das obrigações para o Real, e dá outras providências.	Tramitando
686/99 Complementar	Paulo Souto	Acrescenta dispositivos à Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.	Tramitando

¹³³ Tramita em conjunto com os PLS nºs 419 e 521/99-Complementares.

¹³⁴ Tramita em conjunto com os PLS nºs 545, 582 e 665/99.

¹³⁵ Tramita em conjunto com o PLS nº 26/2000.

Número	Autor	Ementa	Resultado
687/99	Paulo Souto	Define os crimes de responsabilidade dos magistrados, altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que “dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências”, para tipificar novas condutas, e dá outras providências.	Tramitando
688/99	Juvêncio da Fonseca	Altera dispositivos da Lei nº 9.871, de 23 de novembro de 1999 que “trata de prazos e condições para ratificação de títulos de terras concedidos ou alienados pelos Estados na faixa de fronteira”.	Tramitando
689/99	Maria do Carmo Alves	Altera o art. 25 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que “dispõe sobre a política agrícola”.	Tramitando
1361/2000	Maguito Vilela	Impõe às empresas prestadoras de serviços de telefonia a obrigação de fazer constar de sua publicidade as tarifas dos serviços por elas prestados.	Tramitando
1372/2000	Roberto Saturnino	Estabelece restrições ao financiamento pelo BNDES a pessoas jurídicas cujo poder de controle seja detido por pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior, alterando a Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952.	Tramitando
3/2000	Luiz Estevão	Regulamenta o art. 37, X, da Constituição Federal, e dá outras providências (<i>revisão geral da remuneração dos servidores públicos</i>).	Tramitando
4/2000	Gerson Camata	Dispõe sobre a cobrança de pedágio nas rodovias brasileiras e dá outras providências.	Tramitando
1385/2000	Sebastião Rocha	Acrescenta dispositivos à Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para conceder o benefício do seguro-desemprego aos trabalhadores que especifica e dá outras providências.	Tramitando

¹³⁶ Os projetos nº 1 a 37/2000 foram apresentados durante a 2ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura, realizada no período de 5.1 a 14.2.2000.

¹³⁷ Tramita em conjunto com o PLS nº 21/2000.

¹³⁸ Tramita em conjunto com o PLS nº 68/2000.

Número	Autor	Ementa	Resultado
6/2000	Sebastião Rocha	Altera o Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965), para determinar a criação do Conselho dos Partidos Políticos, integrado por representantes de todos os partidos que participam do pleito, incumbido de fiscalizar o processo eleitoral.	Tramitando
7/2000	Sebastião Rocha	Altera a Lei nº 8.072, de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências (<i>inclui a falsificação da moeda entre os crimes hediondos</i>).	Tramitando
8/2000	Geraldo Cândido	Altera a redação dos arts. 58, 59 e 61 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), dispondo sobre a duração máxima da jornada de trabalho.	Tramitando
9/2000	Ademir Andrade	Altera o art. 2º da Lei nº 8.20001, de 13 de março de 1990, que define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e dá outras providências.	Tramitando
10/2000	Luzia Toledo	Dispõe sobre a existência de acomodações separadas para fumantes e não-fumantes em estabelecimentos hoteleiros.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 15.12.2000
11/2000	Luzia Toledo	Altera o inciso I do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Tramitando
12/2000	Luzia Toledo	Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 7.12.2000
13/2000	Casildo Maldaner	Acrescenta dispositivos à Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e à Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que dispõem, respectivamente, sobre o imposto de renda das pessoas jurídicas e das pessoas físicas.	Rejeitado em decisão terminativa
14/2000 Complementar	Casildo Maldaner	Institui a Contribuição sobre Seguros, altera a legislação sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas e dá outras providências.	Tramitando
15/2000	Romero Jucá	Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para incluir, entre os documentos necessários ao registro de candidaturas, o exame laboratorial que menciona.	Tramitando

Número	Autor	Ementa	Resultado
16/2000	Antonio Carlos Valadares	Faculta a dedução, na declaração de rendimentos do imposto de renda das pessoas físicas, de despesas com medicamentos para uso próprio de aposentados e pensionistas com idade igual ou superior a sessenta anos.	Tramitando
17/2000 Complementar	Roberto Freire	Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Pólo Petrolina/PE e Juazeiro/BA e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Pólo Petrolina/PE e Juazeiro/PE.	À Câmara dos Deputados em 10.10.2000
¹³⁹ 18/2000	Casildo Maldaner	Altera o art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o FGTS, de forma a incluir, entre as hipóteses para movimentação da conta vinculada do trabalhador, catástrofes ocasionadas pela natureza.	Tramitando
19/2000	Geraldo Melo	Disciplina o fornecimento de energia elétrica à agricultura irrigada, às glebas que façam parte de programas de reforma agrária ou que tenham área total de até dez hectares e dá outras providências.	Tramitando
20/2000	Luzia Toledo	Autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo de Apoio à Microempresa, a ser administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, e dá outras providências.	Tramitando
¹⁴⁰ 21/2000	Maguito Vilela	Veda a concessão de empréstimos ou financiamentos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, a pessoas jurídicas cujo poder de controle seja detido por pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior, alterando a Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952.	Tramitando
22/2000	Artur da Távola	Disciplina a desindexação das dívidas judiciais e dá outras providências.	Tramitando
23/2000	Osmar Dias	Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que "dispõe sobre o regime de concessão e prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências", estabelecendo critérios de transparência para a exploração de concessões públicas.	Tramitando
24/2000	Carlos Bezerra	Altera o art. 171 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para tipificar o crime de cópia de dados bancários.	Tramitando

¹³⁹ Tramita em conjunto com os PLS nºs 122, 131, 198, 223 e 356/99; 73 e 203/2000.

¹⁴⁰ Tramita em conjunto com o PLS nº 2/2000.

Número	Autor	Ementa	Resultado
25/2000	Álvaro Dias	Altera a Lei nº 8.692, de 28 de julho de 1993, e dá outras providências.	Tramitando
¹⁴¹ 26/2000	Paulo Hartung	Altera a redação do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para definir que o Presidente do Banco Central comparecerá, pessoalmente, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, para fazer relato sobre a execução da programação monetária que se finda e a exposição e entrega da Programação Monetária Trimestral.	Tramitando
27/2000	Ramez Tebet	Dá nova redação ao § 1º do art. 8º da Lei nº 9.099, de 1995, para permitir, nos Juizados Especiais, a autoria de ações aos micro e pequenos empresários.	Retirado (RQS nº 56/2000)
28/2000	Roberto Requião	Acrescenta § 3º-A ao art. 36 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que “estabelece normas para as eleições”, e revoga os arts. 323, 324, 325, 326 e 327 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que “institui o Código Eleitoral”.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 20.6.2000
29/2000	Luiz Estevão	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Samambaia, no Distrito Federal, e dá outras providências.	Tramitando
30/2000	Luiz Estevão	Acrescenta dispositivo ao art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.	Tramitando
31/2000	Luiz Estevão	Acrescenta dispositivo ao art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, com a redação dada pela Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.	Tramitando
32/2000	Luzia Toledo	Acrescenta parágrafo único ao art. 39 da Lei nº 5.700, de 1971, “que dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais, e dá outras providências.	Tramitando
¹⁴² 33/2000	Leomar Quintanilha	Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de aparelhos sensores e bloqueadores de vazamento de gás utilizados nos locais que especifica.	Tramitando

¹⁴¹ Tramita em conjunto com o PLS nº 685/99.

¹⁴² Tramita em conjunto com o PLS nº 129/99.

Número	Autor	Ementa	Resultado
34/2000	Osmar Dias	Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que “dispõe sobre o regime de concessão e prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências”, determinando que todas as concessões de serviços públicos sejam precedidas de relatório de impacto econômico-social.	Tramitando
35/2000	Luiz Estevão	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal do Gama, no Distrito Federal, e dá outras providências.	Tramitando
36/2000 Complementar	Carlos Bezerra	Regulamenta o § 3º do art. 192 da Constituição Federal, que dispõe sobre a cobrança de juros reais máximos de doze por cento ao ano e dá outras providências.	Tramitando
37/2000	Osmar Dias	Altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que “dispõe sobre o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não”, dispondo sobre a distribuição do prêmio arrecadado pelas seguradoras e a orientação ao segurado e vítimas de trânsito.	Tramitando

b.2) Da presente Sessão Legislativa

Número	Autor	Ementa	Resultado
38/2000	Osmar Dias	Revoga o art. 15 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, a alínea “a” do § 2º do art. 1º do Decreto-Lei nº 2.120, de 14 de maio de 1984, e a alínea “e” do inciso II do art. 2º da Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990.	Tramitando
39/2000 Complementar	Luzia Toledo	Dispõe sobre o reajuste dos encargos mensais e dos saldos devedores nos contratos de financiamentos habitacionais pactuados no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação - SFH, modificando a Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964.	Tramitando
40/2000	Luzia Toledo	Acrescenta § 3º-A e § 4º ao art. 40 da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977 (Lei do Divórcio).	Tramitando
41/2000	Sebastião Rocha	Acrescenta dispositivos à Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para conceder o benefício do seguro-desemprego aos trabalhadores que especifica e dá outras providências.	Retirado (RQS nº 98/2000)

Número	Autor	Ementa	Resultado
42/2000 Complementar	Maria do Carmo Alves e Renan Calheiros	Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento, e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento, da Foz do Velho Chico.	À Câmara dos Deputados em 6.12.2000
43/2000	Gerson Camata	Dispõe sobre a proteção e defesa da dignidade da pessoa humana.	Tramitando
44/2000 Complementar	Heloísa Helena	Cria instrumento de redistribuição do Fundo de Participação dos Estados para antes da federação que sofrem os efeitos da desertificação e dá outras providências.	Retirado (RQS nº 130/2000)
45/2000	Sebastião Rocha	Altera o art. 1.245 do Código Civil (Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916) para ampliar para dez anos o prazo de garantia de obra.	Tramitando
46/2000	Antero Paes de Barros	Dispõe sobre a expropriação de glebas em que for utilizado trabalho escravo ou análogo, e dá outras providências.	Tramitando
47/2000	Nabor Júnior	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para o fim de disciplinar a afixação de placa indicativa da realização de obras ou de serviços nas condições e forma que menciona.	Tramitando
48/2000	Luzia Toledo	Altera dispositivos da Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, que assegura validade nacional às Carteiras de Identidade, regula sua expedição e dá outras providências.	Tramitando
49/2000	Luzia Toledo	Tipifica o crime de informação falsa.	Tramitando
50/2000	Luiz Estevão	Acrescenta dispositivo ao art. 3º da Lei nº 8.650, de 22 de abril de 1993, que dispõe sobre as relações de trabalho do Treinador Profissional de Futebol e dá outras providências, a fim de permitir ao jogador de futebol o exercício da profissão nas condições que especifica.	Tramitando
51/2000	Luiz Estevão	Dá nova redação ao inciso I, do art. 158, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, determinando limite mínimo de carga horária para a aprendizagem noturna.	Tramitando
52/2000	Artur da Távola	Proíbe o uso de propaganda e publicidade em livros didáticos, de todos os níveis, e dá outras providências.	Tramitando
53/2000 Complementar	Marina Silva	Cria reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE para as Unidades da Federação que abrigarem em seus territórios, unidades de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas.	Tramitando

Número	Autor	Ementa	Resultado
54/2000	Mozarildo Cavalcanti	Autoriza o Poder Executivo a estimular a criação de Fundos de Responsabilidade Social e dá outras providências.	Tramitando
143 ⁵⁵ /2000	Carlos Patrocínio	Inclui os §§ 5º e 6º no art. 7º da Lei nº 9.294, de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso da propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal.	Tramitando
56/2000	Tião Viana	Inscreve o nome de Plácido de Castro no “Livro dos Heróis da Pátria”.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 20.6.2000
57/2000	Álvaro Dias	Altera a redação dos arts. 259, 261 e 496 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil.	Tramitando
58/2000	Antônio Carlos Valadares	Institui o Programa de Construção Associativa da Casa Própria e dá outras providências.	Tramitando
59/2000	Antônio Carlos Valadares	Acrescenta alínea h ao inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1996, que altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências.	Tramitando
60/2000	Carlos Patrocínio	Altera o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir no rol dos crimes hediondos os crimes sexuais contra crianças e adolescentes.	Tramitando
61/2000	José Roberto Arruda	Institui Programa de Avaliação Seriada Anual para o acesso às Instituições de Ensino Superior pública e dá outras providências.	Tramitando
62/2000	Luiz Estevão	Denomina Israel Pinheiro a terceira ponte do Lago Paranoá, na cidade de Brasília.	Rejeitado em decisão terminativa
63/2000	Romeu Tuma	Altera os arts. 2º e seus parágrafos, 3º, 10, 14, 15, 26 e o § 1º do art. 27 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.	Tramitando
64/2000	Luiz Estevão	Dá nova redação ao art. 289 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a fim de tipificar como crime a falsificação de outro tipo de moeda.	Tramitando

¹⁴³ Tramita em conjunto com os PLS nºs 63, 97, 159 e 453/99.

Número	Autor	Ementa	Resultado
¹⁴⁴ 65/2000	Ernandes Amorim	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que “dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências”, para determinar que os medicamentos em comprimidos e cápsulas e ampolas injetáveis sejam vendidos na exata quantidade necessária para atender à prescrição contida na receita aviada.	Tramitando
66/2000	Ney Suassuna	Cria o Conselho de Corretores de Seguros, de Capitalização e de Previdência Privada e dá outras providências.	Tramitando
¹⁴⁵ 67/2000	Ademir Andrade	Modifica os arts. 2º, 4º, 5º, 6º, 11 e 12 da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que “dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.	Tramitando
¹⁴⁶ 68/2000	Marina Silva	Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego ao trabalhador extrativista vegetal durante o período em que estiver impedido de exercer sua atividade e dá outras providências.	Tramitando
¹⁴⁷ 69/2000	Luiz Pontes	Determina a obrigatoriedade do uso do sistema de legendamento oculto na veiculação de mensagens do Poder Público pelas emissoras de televisão.	Rejeitado em decisão terminativa
¹⁴⁸ 70/2000	Geraldo Cândido	Altera o § 2º do art. 1º do Decreto-Lei nº 791, de 27 de agosto de 1969, que “dispõe sobre o pedágio em rodovias federais e dá outras providências”, de modo a isentar as motocicletas, motonetas e ciclomotores do pagamento de pedágio em rodovias federais.	Tramitando
71/2000	Romeu Tuma	Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir entre os rendimentos isentos do imposto de renda os proventos percebidos pelos portadores de hepatopatia grave.	Tramitando

¹⁴⁴ Tramita em conjunto com o PLS nº 388/99. Em 1º.8.2000, foi aprovado o RQS nº 323/2000, solicitando o desapensamento dos projetos.

¹⁴⁵ Tramita em conjunto com os PLS nºs 83 e 126/2000.

¹⁴⁶ Tramita em conjunto com o PLS nº 5/2000.

¹⁴⁷ Tramitou em conjunto com o PLS nº 286/99.

¹⁴⁸ Tramita em conjunto com os PLS nºs 100 e 417/99: 87 e 143/2000.

Número	Autor	Ementa	Resultado
72/2000	Luiz Estevão	Dispõe sobre a comercialização e venda de armas de fogo no País, e dá outras providências.	Tramitando
¹⁴⁹ 73/2000	Luiz Estevão	Acrescenta inciso ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, dispondo sobre a permissão de saque pelo trabalhador na conta do FGTS para pagamento de anuidade escolar.	Tramitando
74/2000	Moreira Mendes	Denomina "Aeroporto Jorge Teixeira de Oliveira" o Aeroporto de Porto Velho, na Capital do Estado de Rondônia.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 15.8.2000
75/2000	Arlindo Porto	Altera a Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que "estatui normas reguladoras do trabalho rural e dá outras providências".	Tramitando
¹⁵⁰ 76/2000	Renan Calheiros	Define e tipifica os delitos informáticos, e dá outras providências.	Tramitando
77/2000	Luzia Toledo	Altera a redação do art. 2º do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, com o objetivo de redefinir o conceito de terrenos de marinha e dá outras providências.	Tramitando
78/2000 Complementar	Ramez Tebet	Regulamenta o inciso I do § 1º do art. 43 da Constituição Federal e dá outras providências.	Tramitando
79/2000	Paulo Souto	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que "dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências".	Tramitando
80/2000	Luiz Pontes	Altera os arts. 19 e 20, §§ 3º e 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que "regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e dá outras providências".	Tramitando

¹⁴⁹ Tramita em conjunto com os PLS nºs 122, 131, 198, 223 e 356/99; 18 e 203/2000.

¹⁵⁰ Tramita em conjunto com o PLS nº 137/2000.

Número	Autor	Ementa	Resultado
81/2000	Luiz Pontes	Altera a redação do art. 2º da Lei nº 7.292, de 19 de dezembro de 1984, que autoriza O Departamento Nacional de Registro do Comércio a estabelecer modelos e cláusulas padronizadas, destinadas a simplificar a constituição de sociedades mercantis, para tornar obrigatória a inclusão do número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) na qualificação completa de todos os sócios das empresas.	Retirado (RQS nº 277/2000)
82/2000	José Roberto Arruda	Suprime o inciso IV do art. 219 da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916, que institui o Código Civil Brasileiro.	Tramitando
15183/2000	Luiz Pontes	Altera a Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.	Tramitando
84/2000	Ronaldo Cunha Lima	Altera a Lei nº 9.745, de 15 de dezembro de 1998, para instituir, nas regiões afetadas pela seca, o Programa Especial de Garantia de Renda Mínima.	Tramitando
85/2000	Luiz Estevão	Dispõe sobre visita de parentes a filhos de pais separados.	Tramitando
86/2000	Luiz Estevão	Assegura a gratuidade da taxa de inscrição em exame de admissão a curso superior nas condições que determina.	Tramitando
15287/2000	Luiz Estevão	Modifica o § 2º do art. 1º do Decreto-Lei nº 791, de 27 de agosto de 1969, isentando os idosos com mais de 65 anos do pagamento de pedágio.	Tramitando
88/2000 Complementar	Gilvam Borges	Altera o art. 105, da Lei nº 9.503, de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, tornando obrigatória a instalação de recipientes para coleta de lixo nos veículos que menciona.	Tramitando
89/2000	Ney Suassuna	Altera o art. 86 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para determinar a construção de estabelecimento penal.	Tramitando
90/2000	Gilvam Borges	Dispõe sobre limites máximos de juros a serem cobrados por instituições administradoras de cartões de crédito.	Tramitando

¹⁵¹ Tramita em conjunto com os PLS nºs 67 e 126/2000.

¹⁵² Tramita em conjunto com os PLS nºs 100 e 417/99: 70 e 143/2000.

Número	Autor	Ementa	Resultado
91/2000	Álvaro Dias	Dispõe sobre a divulgação em Diário Oficial do relatório do registrador de dados de voo (caixa preta) de avião acidentado.	Tramitando
¹⁵³ 92/2000	Jorge Bornhausen	Dispõe sobre as normas gerais relativas a concursos públicos	Tramitando
93/2000	José Jorge	Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995, para determinar a obrigatoriedade de emissão de extratos parciais de contas pelas operadoras de serviços de telecomunicações.	Tramitando
¹⁵⁴ 94/2000	Luzia Toledo	Dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados para trator agrícola e respectivos acessórios, quando adquiridos por pequenos e médios produtores rurais.	Tramitando
95/2000	Romeu Tuma	Dispõe sobre a identificação de munições para armas de fogo portáteis, a fim de permitir o controle do seu destino, e define o crime de desaparecimento, extravio ou consumo não autorizado de armas e munições sob responsabilidade da administração pública.	Tramitando
96/2000	Geraldo Cândido	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que dispõem sobre a fixação do salário mínimo, de acordo com a Constituição Federal.	Tramitando
97/2000	Luiz Estevão	Dispõe sobre a distribuição gratuita de anticoncepcionais e preservativos a pobres, e dá outras providências.	Tramitando
98/2000	Luiz Estevão	Dispõe sobre a liberação judicial de recursos a crédito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.	Tramitando
¹⁵⁵ 99/2000	Jefferson Péres	Dá nova redação ao § 6º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pela Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991.	Tramitando
100/2000	Lúcio Alcântara	Dispõe sobre requerimento de informações relativo a procedimento instalado pelo Ministério Público sobre conclusões de comissão parlamentar de inquérito.	Tramitando

¹⁵³ Tramita em conjunto com o PLS nº 101/2000.

¹⁵⁴ Tramita em conjunto com o PLS nº 325/99.

¹⁵⁵ Tramita em conjunto com o PLS nº 160/98.

Número	Autor	Ementa	Resultado
¹⁵⁶ 101/2000	Geraldo Althoff	Fixa normas sobre a realização de concursos públicos destinados ao provimento de cargos ou empregos na administração direta e indireta, no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.	Tramitando
102/2000	Marina Silva	Estabelece para o ex-diretor, a obrigatoriedade da vinculação e a proibição de prestar serviços a empresas sob regulamentação ou fiscalização de agência reguladora de serviços públicos.	Tramitando
103/2000	Iris Rezende	Dá nova redação aos arts. 459 e 580 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil.	Tramitando
104/2000	Iris Rezende	Altera os arts. 43, 44, 45, 46, 47, 54 e 55 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, o art. 61 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que "dispõe sobre os Juizados especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências" e o CAPITULO III DO TITULO II DO LIVRO IV do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal.	Tramitando
105/2000	Osmar Dias	Estabelece a obrigatoriedade de que empresas privatizadas devem manter o seu capital aberto e dá outras providências.	Tramitando
106/2000	Osmar Dias	Estabelece normas para o investimento público em habitação e dá outras providências.	Tramitando
107/2000	Mozarildo Cavalcanti	Dispõe sobre a isenção de taxa de emissão de passaporte e demais documentos de viagem para os maiores de sessenta e cinco anos.	Tramitando
108/2000	Sebastião Rocha	Altera o art. 94 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, prorrogando o prazo para a transformação dos clubes em empresas até 30 de junho de 2002.	Prejudicado (Parecer nº 920/2000 - DSF de 4.9.2000, pg. 19835)
109/2000	Mozarildo Cavalcanti	Denomina "Rodovia Governador Aquilino Mota Duarte" trecho da rodovia BR-210.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 28.6.2000
110/2000	Mozarildo Cavalcanti	Denomina "Rodovia Governador Ene Garcez" a rodovia BR-401.	Tramitando
111/2000	Álvaro Dias	Altera dispositivos da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, que dispõe sobre procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização.	Tramitando

¹⁵⁶ Tramita em conjunto com o PLS nº 92/2000.

Número	Autor	Ementa	Resultado
112/2000	Moreira Mendes	Acrescenta artigo à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, estabelecendo hipóteses de cassação de registro de candidatura ou de perda de mandato.	Tramitando
113/2000	Moreira Mendes	Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegível aquele cuja prestação de contas relativa a campanha eleitoral tenha sido rejeitada.	Tramitando
114/2000	Amir Lando	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Porto Velho, no Estado de Rondônia.	Tramitando
115/2000 Complementar	Osmar Dias	Estabelece mecanismos de gestão orçamentária obrigatória e dá outras providências.	Tramitando
116/2000	Gerson Camata	Exclui de ilicitude a ortotanásia.	Tramitando
157117/2000	Antônio Carlos Valadares	Concede à Justiça comum competência para processar e julgar crimes de tortura praticados por militares.	Tramitando
118/2000	José Roberto Arruda	Altera dispositivos da Lei nº 8.401, de 8 de janeiro de 1992, que “dispõe sobre o controle de autenticidade de cópias de obras audiovisuais em videograma posta em comércio”.	Tramitando
119/2000	Romero Jucá	Denomina “Rodovia Francisco Gouveia Leite”, trecho da BR 210.	Tramitando
120/2000 Complementar	Moreira Mendes	Cria o Fundo Nacional de Segurança Pública (FUNSEG), e dá outras providências.	Tramitando
121/2000	Antero Paes de Barros	Autoriza o Poder Executivo a repactuar as dívidas municipais nos termos em que estabelece e dá outras providências.	Tramitando
122/2000 Complementar	João Alberto Souza	Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que “dispõe sobre a Política e as instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências”, introduzindo parágrafo que proíbe a cobrança pela prestação de serviços bancários que especifica.	Tramitando
123/2000 Complementar	Osmar Dias	Estabelece restrições à alteração de lei de diretrizes orçamentárias e dá outras providências.	Tramitando
124/2000	Roberto Freire	Institui estágio obrigatório remunerado como condição para a concessão do diploma de médico e o exercício profissional da Medicina.	Tramitando

¹⁵⁷ Tramita em conjunto com o PLS nº 132/2000 e PLC nº 22/97.

Número	Autor	Ementa	Resultado
125/2000	Luiz Pontes	Dispõe sobre a responsabilidade pela destinação final de medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, cosméticos e saneantes deteriorados ou com prazo de validade expirado.	Tramitando
¹⁵⁸ 126/2000	Paulo Hartung	Altera os arts. 4º e 5º da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que “dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências”, para alterar a forma de fiscalização da aplicação dos recursos do Fundef.	Tramitando
127/2000	Paulo Hartung	Modifica o Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, que altera a redação do art. 66 da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, estabelece normas de processo sobre alienação fiduciária e dá outras providências, para determinar a correção monetária das parcelas pagas e a avaliação judicial, na forma e condições que especifica.	Tramitando
128/2000	Paulo Hartung	Acrescenta parágrafo único ao artigo 1.773, da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 (Código Civil Brasileiro), § 3º ao art. 1.031, da Lei nº 5.869, de 1º de janeiro de 1973, e altera a redação do item 25 do inciso I do art. 167 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei dos Registros Públicos), para dispensar a homologação judicial da partilha amigável de pessoas capazes, permitindo que seja levada a registro, mediante a comprovação da quitação dos tributos incidentes.	Tramitando
129/2000	Romero Jucá	Denomina “Ponte José Vieira de Sales Guerra”, a ponte sobre o Rio Branco, na BR-174, no Município de Caracaraí, em Roraima.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 23.8.2000
130/2000 Complementar	Osmar Dias	Estabelece a obrigatoriedade para as decisões tomadas no âmbito do Conselho Nacional dos Secretários de Fazenda – CONFAZ e dá outras providências.	Tramitando
131/2000	Romero Jucá	Denomina “Rodovia Sylvio Lofêgo Botelho” trecho da BR 401, no Estado de Roraima.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 18.10.2000
¹⁵⁹ 132/2000	Arlindo Porto	Altera o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar e o Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969 - Código de Processo Penal Militar.	Tramitando

¹⁵⁸ Tramita em conjunto com o PLS nºs 67 e 83/2000.

Número	Autor	Ementa	Resultado
133/2000 Complementar	Osmar Dias	Altera a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, regulamentando as operações de antecipação de pagamentos de tributos e dá outras providências.	Tramitando
134/2000	Mozarildo Cavalcanti	Dispõe sobre a contagem de tempo para aposentadoria, dos serviços prestados por cidadãos em órgãos públicos e empresas privadas a título de estágio.	Tramitando
135/2000	Mozarildo Cavalcanti	Dispõe sobre reserva de 5% (cinco por cento) das vagas em universidades públicas para índios, sem exigência de vestibular.	Tramitando
136/2000	Mozarildo Cavalcanti	Dispõe sobre reserva de 5% (cinco por cento) das vagas em concursos públicos realizados em todo o território brasileiro aos índios.	Tramitando
¹⁶⁰ 137/2000	Leomar Quintanilha	Estabelece nova pena aos crimes cometidos com a utilização de meios de tecnologia de informação e telecomunicações.	Tramitando
138/2000	Hugo Napoleão	Autoriza o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS a doar ao Município de Alvorada do Gurguéia, Estado do Piauí, o imóvel que especifica.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 5.12.2000
139/2000	Pedro Simon	Altera a redação dos §§ 7º e 8º do art. 54 da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, que "transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE em autarquia, dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica e dá outras providências."	Tramitando
140/2000	Romero Jucá	Denomina "Rodovia Luiz Otávio Corrêa de Melo" trecho da BR 401, no Estado de Roraima.	Tramitando
141/2000 Complementar	Osmar Dias	Autoriza o Poder Executivo a instituir o Fundo de Participação dos Servidores e dá outras providências.	Retirado (RQS nº 465/2000)
142/2000	Antero Paes de Barros	Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento, e dá outras providências, e a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.	Tramitando

¹⁵⁹ Tramita em conjunto com o PLS nº 117 e PLC nº 22/97.

¹⁶⁰ Tramita em conjunto com o PLS nº 76/2000.

Número	Autor	Ementa	Resultado
¹⁶¹ 143/2000	Mozarildo Cavalcanti	Altera o § 2º do art. 1º do Decreto-Lei nº 791, de 27 de agosto de 1969, que dispõe sobre o pedágio em rodovias federais e dá outras providências, para isentar do pagamento de pedágio os veículos conduzidos pelos respectivos proprietários maiores de sessenta e cinco anos.	Tramitando
¹⁶² 144/2000	José Eduardo Dutra	Revoga a Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983, que define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências.	Tramitando
¹⁶³ 145/2000	Carlos Patrocínio	Revoga dispositivo da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, e da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990 (<i>redireciona a fiança em contrato de locação para o meio comercial, excluindo o bem de família</i>).	Tramitando
146/2000	Mozarildo Cavalcanti	Altera o § 1º do art. 19 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o estatuto do índio (<i>permite ao Senado Federal analisar o processo de demarcação de áreas indígenas</i>).	Tramitando
¹⁶⁴ 147/2000	Roberto Freire	Revoga a Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983, que define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências (Lei de Segurança Nacional).	Tramitando
¹⁶⁵ 148/2000	Roberto Freire	Extingue a prisão especial e dispõe sobre o cumprimento de pena em dependência separada.	Tramitando
149/2000	Lauro Campos	Altera o art. 29 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, revoga os seus §§ 6º e 7º, 8º, 9º e os arts. 5º 6º e 7º da Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999.	Tramitando
150/2000	Lauro Campos	Altera a pena para o crime de redução a condição análoga à de escravo.	Tramitando
151/2000	Luiz Estevão	Dispõe sobre acesso a informações da Internet, e dá outras providências.	Tramitando
152/2000	Luiz Estevão	Dispõe sobre publicação de custos operacionais de bancos e dá outras providências.	Tramitando

¹⁶¹ Tramita em conjunto com os PLS nºs 100 e 417/99: 70 e 87/2000.

¹⁶² Tramita em conjunto com o PLS nº 147/2000.

¹⁶³ Tramita em conjunto com o PLS nº 370/99.

¹⁶⁴ Tramita em conjunto com o PLS nº 144/2000.

¹⁶⁵ Tramita em conjunto com o PLS nº 169/2000.

Número	Autor	Ementa	Resultado
153/2000 Complementar	Osmar Dias	Cria instrumento de redistribuição do Fundo de Participação dos Estados para antes da Federação que cumpram todos os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal e dá outras providências.	Tramitando
154/2000	Agnelo Alves	Altera o art. 2º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990 (<i>igual a encargos financeiros dos programas de desenvolvimento do BNDES aos dos Fundos Constitucionais e atribui à União a responsabilidade pela cobertura de remuneração dos recursos do FAT</i>).	Tramitando
155/2000	Mozarildo Cavalcanti	Acrescenta artigos à Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973 (Estatuto do Índio), dispondo sobre a reserva de vagas nos concursos públicos para os trabalhadores indígenas.	Tramitando
156/2000	Mozarildo Cavalcanti	Assegura ao idoso gratuidade de acesso a eventos culturais, desportivos e recreativos.	Tramitando
157/2000	José Eduardo Dutra	Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, para criar mecanismos de proteção do emprego dos trabalhadores de empresas em processo de fusão, incorporação e agrupamento societário.	Tramitando
158/2000	Hugo Napoleão	Dispõe sobre a devolução do adiantamento da remuneração das férias, acrescentando novo parágrafo ao art. 145 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e dá outras providências.	Tramitando
159/2000	Antônio Carlos Valadares e José Agripino	Dá nova redação ao § 5º e acrescenta parágrafos ao art. 39 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.	Retirado (RQS nº 538/2000)
160/2000	Renan Calheiros	Estabelece as condições e as penalidades aplicáveis às companhias aéreas em caso de prática de "overbooking".	Tramitando
161/2000	Renan Calheiros	Altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974 e define a utilização de parte dos recursos arrecadados pelo DPVAT para esclarecimento dos direitos das vítimas de trânsito ao prêmio desse seguro.	Tramitando
162/2000 Complementar	Osmar Dias	Estabelece a obrigatoriedade da consolidação de todas as dívidas municipais a fim de constituir Fundo Nacional de Extinção de Endividamento e dá outras providências.	Tramitando
163/2000	Luiz Pontes	Autoriza a criação do Fundo de Apoio à Cultura do Caju - FUNCAJU e dá outras providências.	Tramitando
164/2000	Mozarildo Cavalcanti	Denomina "Sebastião Diniz" a ponte sobre o rio Uraricoera, na rodovia BR-174, no Estado de Roraima.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 28.8.2000

Número	Autor	Ementa	Resultado
165/2000	Mozarildo Cavalcanti	Denomina "Sylvio Botelho" trecho da rodovia BR-174.	Tramitando
166/2000	Osmar Dias	Estabelece regra para a remuneração dos depósitos de poupança e dá outras providências.	Tramitando
167/2000	Osmar Dias	Dispõe sobre o trabalho rural e dá outras providências.	Tramitando
168/2000	Antonio Carlos Magalhães	Dispõe sobre viagens oficiais e dá outras providências.	Tramitando
¹⁶⁶ 169/2000	Antero Paes de Barros	Altera o art. 295 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, que dispõe sobre prisão especial antes de condenação definitiva.	Tramitando
170/2000	Ramez Tebet	Altera dispositivo da Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, para tornar gratuita a emissão de carteira de identidade no caso que menciona.	Tramitando
171/2000	Carlos Bezerra	Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais para a recomposição de áreas de preservação permanente e da reserva florestal legal.	Tramitando
172/2000	Mozarildo Cavalcanti	Dispõe sobre o procedimento especial de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e dá outras providências.	Tramitando
173/2000	Heloísa Helena e outros Senadores	Cancela as dívidas de países pobres com o Brasil.	Retirado (RQS nº 363/2000)
174/2000	Luiz Pontes	Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.	Tramitando
175/2000	Paulo Hartung	Dispõe sobre a atualização monetária dos valores expressos em reais na Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do Imposto sobre a Renda das pessoas físicas e dá outras providências.	Tramitando
176/2000	Edison Lobão	Dispõe sobre a isenção do imposto de importação nas hipóteses que menciona.	Tramitando
177/2000	Lúcio Alcântara	Acrescenta parágrafo ao art. 4º do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal) (<i>infiltração de agentes de polícia em quadrilhas</i>).	Tramitando
178/2000 Complementar	Lauro Campos	Estabelece a vedação da privatização das instituições financeiras federais e dá outras providências.	Tramitando

¹⁶⁶ Tramita em conjunto com o PLS nº 148/2000.

Número	Autor	Ementa	Resultado
179/2000	Jader Barbalho	Dispõe sobre a destinação dos recursos arrecadados com a privatização da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no Pará, e dá outras providências.	Tramitando
180/2000	Freitas Neto	Altera a Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966 (<i>inclui parte do Estado do Maranhão e o Estado do Piauí na área de atuação da Sudam</i>).	Tramitando
181/2000 Complementar	Lauro Campos	Estabelece a vedação da privatização da Petrobrás e dá outras providências.	Tramitando
¹⁶⁷ 182/2000	Casildo Maldaner	Acrescenta art. 392-A à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e art. 71-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a licença-maternidade das mães adotantes ou que tenham obtido guarda judicial de crianças e dá outras providências.	Tramitando
183/2000	Marina Silva	Altera o art. 164 da Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre a nova composição das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes - CIPA e dá outras providências.	Tramitando
184/2000	Arlindo Porto	Dispõe sobre a regulamentação da profissão Cerimonialista e suas correlatas, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais, e dá outras providências.	Tramitando
185/2000	Sebastião Rocha	Acrescenta parágrafo único ao art. 65 da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916, que "dispõe sobre o Código Civil".	Tramitando
186/2000	Geraldo Althoff	Disciplina os consórcios públicos entre Estados e entre Municípios.	Tramitando
187/2000 ¹⁶⁸	Osmar Dias	Altera a Lei nº 8.443, de 1992, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências, acrescentando artigos que estabelecem parâmetros para a ação do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.	Tramitando
188/2000 ¹⁶⁹	Osmar Dias	Altera a Lei nº 8.443, de 1992, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências, acrescentando artigos que definem critérios para a nomeação para Ministro do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.	Tramitando

¹⁶⁷ Tramita em conjunto com o PLS nº 196/2000.

¹⁶⁸ Em 9.8.2000, o texto original do projeto foi substituído por outro, a pedido do autor, para adequação à Lei Complementar nº 95/98.

¹⁶⁹ Em 9.8.2000, o texto original do projeto foi substituído por outro, a pedido do autor, para adequação à Lei Complementar nº 95/98.

Número	Autor	Ementa	Resultado
189/2000	Osmar Dias	Altera a Lei nº 8.112, de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.	Tramitando
190/2000	Antero Paes de Barros	Isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados os veículos para transporte da produção agrícola, adquiridos pelas entidades que especifica, e dá outras providências.	Tramitando
191/2000	Geraldo Cândido	Determina obrigações às agências bancárias que atuam no território nacional, em relação aos seus usuários e dá outras providências.	Tramitando
192/2000	José Roberto Arruda	Altera o parágrafo único do art. 459, o caput do art. 580 e suprime o parágrafo único do art. 580 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil.	Tramitando
193/2000	Comissão Temporária criada pelo RQS nº 475/96	Altera a legislação do imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.	Tramitando
194/2000 Complementar	Casildo Maldaner	Obriga a União a ressarcir todas as parcelas pertencentes ao Fundo de Participação dos Municípios - FPM e ao Fundo de Participação dos Estados e Distrito Federal - FPE que foram retidas durante a vigência do Fundo de Estabilização Fiscal - FEF e dá outras providências.	Tramitando
195/2000	José Roberto Arruda	Altera os arts. 317 e 333 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, bem como dispositivos da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (<i>inclui a corrupção passiva e a corrupção ativa no rol dos crimes hediondos, eleva as penas respectivas e decreta a indisponibilidade imediata dos bens dos condenados</i>).	Tramitando
170196/2000	Marluce Pinto	Acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a licença-maternidade e salário-maternidade das mães adotantes ou com guarda judicial de crianças e dá outras providências.	Tramitando

¹⁷⁰ Tramita em conjunto com o PLS nº 182/2000.

Número	Autor	Ementa	Resultado
197/2000	Paulo Hartung	Acrescenta inciso V ao parágrafo único do art. 694 e altera a redação do art. 746 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil, para viabilizar ao arrematante desistir da Arrematação, na hipótese de Embargos.	Tramitando
198/2000	Paulo Hartung	Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para estabelecer que no caso de pagamento de contas mensais periódicas o consumidor é obrigado a guardar o comprovante por 4 meses.	Tramitando
199/2000 Complementar	Paulo Hartung	Altera a redação da alínea “e” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para aumentar para oito anos, após o cumprimento da pena, a inelegibilidade pela condenação criminal pela prática dos crimes que especifica.	Tramitando
200/2000	Jefferson Péres	Altera o inciso III do art. 8º da Lei nº 5.700, de 19 de setembro de 1971, que “dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais, e dá outras providências”, para substituir, na representação das Armas Nacionais, o ramo de fumo pelo de guaraná.	Tramitando
201/2000	Roberto Requião	Acrescenta uma alínea “i” ao art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Comunicações, para determinar a veiculação diária obrigatória de programa oficial do Congresso Nacional pelas emissoras de radiodifusão sonora e de sons e imagens.	Tramitando
202/2000	Lúcio Alcântara	Isenta os doadores de sangue do pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos.	Tramitando
*171203/2000	Casildo Maldaner	Acrescenta inciso ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, de forma a permitir saque no Fundo de Garantia do tempo de Serviço (FGTS) para pagamento de mensalidade escolar no ensino médio e no superior, bem como de dívidas do programa de crédito educativo.	Tramitando
204/2000	José Roberto Arruda	Dispõe sobre o registro de aparelhos telefônicos celulares pelo sistema denominado Pré-Pago, tornando obrigatória a manutenção, pelas empresas operadoras, do respectivo cadastro.	Tramitando
205/2000	Sebastião Rocha	Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para permitir a aplicação de recursos do FAT na concessão de empréstimos a cooperativas habitacionais.	Tramitando

¹⁷¹ Tramita em conjunto com os PLS nºs 122, 131, 198, 223 e 356/99; 18 e 73/2000.

Número	Autor	Ementa	Resultado
206/2000	Sebastião Rocha	Autoriza a criação do Fundo de Apoio à Cultura da Castanha do Brasil e dá outras providências.	Tramitando
207/2000	Osmar Dias	Estabelece prioridades para aplicação dos recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e dá outras providências.	Tramitando
208/2000 Complementar	Roberto Saturnino	Cria o Sistema de Equalização das Transferências Constitucionais dos Fundos de Participação, modificando a Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989.	Tramitando
209/2000	Roberto Saturnino	Dá nova redação ao § 3º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre o benefício de prestação continuada da pessoa portadora de deficiência ou idosa.	Tramitando
210/2000	Marina Silva	Acrescenta à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, dispositivo que veda a sinalização indicativa da localização dos instrumentos eletrônicos de medição de velocidade de operação autônoma.	Tramitando
211/2000	Osmar Dias	Altera o art. 36 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências, estabelecendo critérios para a apreciação das Contas prestadas anualmente pelo Presidente da República.	Tramitando
212/2000	Heloísa Helena	Concede remissão total de créditos externos da União e dá outras providências.	Tramitando
213/2000	Roberto Freire	Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, no âmbito da Justiça Federal, destinados a atuarem nas causas em que seja parte a União Federal, suas autarquias, fundações e empresas públicas, e dá outras providências.	Tramitando
214/2000 Complementar	Heloísa Helena	Altera a redação do art. 13 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.	Tramitando
215/2000 Complementar	Nabor Júnior	Acrescenta dispositivo ao art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.	Tramitando

Número	Autor	Ementa	Resultado
216/2000	Arlindo Porto	Estabelece a retenção em até 10% (dez por cento) do valor dos juros cobrados pela União relativos ao refinanciamento das dívidas estaduais, e sua transferência para Fundos Estaduais de Habitação, para aplicação em programas de construção de moradia popular, alterando as Leis nº 8.727, de 5 de novembro de 1993 e 9.496, de 11 de setembro de 1997.	Tramitando
217/2000	Arlindo Porto	Dá nova redação ao inciso III do art. 4º e à alínea "c" do inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências.	Tramitando
218/2000	Heloísa Helena	Altera dispositivos da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, que dispõe sobre procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização.	Tramitando
219/2000	Paulo Souto	Define a Unidade de Fiança Penal - UFP, altera arts. Do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, e dá outras providências.	Tramitando
220/2000	Mozarildo Cavalcanti	Dispõe sobre incentivos fiscais a empresas privadas que contratem trabalhadores de faixa etária a partir de 50 (cinquenta) anos.	Tramitando
221/2000	Paulo Souto	Altera as penas e o regime de cumprimento dos crimes que menciona, constantes do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.	Tramitando
222/2000	Carlos Patrocínio	Altera o art. 192 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.	Tramitando
223/2000	Ney Suassuna	Altera o art. 19 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração, e dá outras providências.	Tramitando
224/2000	Heloísa Helena	Torna obrigatório um percentual de edição de livros e revistas em Braille e dá outras providências.	Tramitando
225/2000	Geraldo Althoff	Acrescenta dispositivos à Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para conceder o benefício do seguro-desemprego aos trabalhadores que especifica, e dá outras providências.	Tramitando
226/2000	Moreira Mendes	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de Chupinguaia, no Estado de Rondônia.	Tramitando

Número	Autor	Ementa	Resultado
227/2000	Sérgio Machado	Inclui, na Lei nº 8.406, de 9 de janeiro de 1992, artigo que estabelece a gratuidade da emissão de extratos bancários referentes ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.	Tramitando
228/2000	Osmar Dias	Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 9.800, de 26 de maio de 1999, que permite às partes a utilização de sistema de transmissão de dados para a prática de atos processuais.	Tramitando
229/2000	Antônio Carlos Valadares	Proíbe a arregimentação ou propaganda de bocas de urna no dia da eleição e dá outras providências.	Tramitando
230/2000	Paulo Hartung	Altera a redação do art. 585 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil, para conferir a toda apólice de seguro natureza de título executivo extrajudicial.	Tramitando
231/2000	Juvêncio da Fonseca	Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde para coibir a exigência de realização de testes genéticos para a detecção de doenças.	Tramitando
232/2000	Albino Boaventura	Dispõe sobre isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de veículos utilitários efetuada por instituições filantrópicas e religiosas, e dá outras providências.	Tramitando
233/2000	Carlos Patrocínio	Altera o art. 231 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para indicar qualquer pessoa como sujeito passivo do crime.	Tramitando
234/2000	Carlos Patrocínio	Altera a redação dos arts. 148 e parágrafo 2º do art. 902 da Lei nº 5.869, de 1973 – Código de Processo Civil.	Tramitando
235/2000	Henrique Loyola	Altera o Código Civil e o Código de Processo Civil para permitir o processamento do inventário e da partilha, quando amigáveis, diretamente por escritura pública.	Tramitando
236/2000	José Roberto Arruda	Acrescenta dispositivos à Lei nº 6.530, de 12 de maio de 1978, que regulamenta a profissão de Corretor de Imóveis e disciplina o funcionamento de seus órgãos de fiscalização.	Tramitando
237/2000	Osmar Dias	Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, alterado pela Lei nº 8.930, de 6 de setembro de 1994, e pela Lei nº 9.695, de 20 de agosto de 1998.	Tramitando

Número	Autor	Ementa	Resultado
¹⁷² 238/2000	Paulo Hartung	Dá nova redação ao art. 6º e acrescenta os arts. 10-A e 10-B à Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, que regulamenta o disposto no inciso VI do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993; dispõe sobre a intervenção da União nas causas em que figurarem, como autores ou réus, entes da administração indireta; regula os pagamentos devidos pela Fazenda Pública em virtude de sentença judiciária; revoga a Lei nº 8.197, de 27 de junho de 1991 e a Lei nº 9.081, de 19 de julho de 1995, e dá outras providência, para adequá-la ao art. 100 da Constituição Federal, com a redação da Emenda Constitucional nº 30, de 2000, disciplinando o pagamento de obrigações de pequeno valor e do crédito de natureza alimentícia devido pela Fazenda Pública em virtude de sentença judiciária transitada em julgado.	Prejudicado pela aprovação do PLC nº 39/2000
239/2000	Maguito Vilela	Veda a implantação do horário de verão nos Estados de Goiás, Tocantins e no Distrito Federal.	Tramitando
240/2000	Carlos Patrocínio	Acrescenta parágrafo ao art. 62 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições.	Tramitando
241/2000	Carlos Patrocínio	Dá nova redação aos arts. 21 e 22 da Lei nº 9.096, de 19 de dezembro de 1995, que dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal.	Tramitando
242/2000	Jorge Bornhausen	Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições.	Tramitando
243/2000	Amir Lando	Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – qualificando o homicídio praticado contra policiais.	Tramitando
244/2000	Romero Jucá	Altera os arts. 583 e 741, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), bem como acrescenta-lhe o art. 584-A, com o objetivo de estabelecer que as decisões dos Tribunais de Contas constituam títulos executivos parajudiciais, para os fins e nas hipóteses que especifica.	Tramitando
245/2000	Osmar Dias	Acrescenta o inciso XIII ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir o saque da conta vinculada do trabalhador no FGTS para pagamento de cirurgias.	Tramitando

¹⁷² Tramitou em conjunto com o PLC nº 39/2000.

Número	Autor	Ementa	Resultado
246/2000	Sérgio Machado	Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que dispõe sobre pesquisas e testes pré-eleitorais.	Tramitando
247/2000	Jefferson Péres	Altera os arts. do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal.	Tramitando
248/2000	Lúcio Alcântara	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho) para promover o reconhecimento e a prevenção das Lesões por Esforço Repetitivo ou Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho (LER/Dort) e a assistência e reabilitação aos trabalhadores afetados.	Tramitando
249/2000	José Eduardo Dutra	Altera os arts. 33 e 90 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que dispõe sobre pesquisas e testes pré-eleitorais.	Tramitando
250/2000	José Eduardo Dutra	Regulamenta o § 7º do art. 37 da Constituição Federal.	Tramitando
251/2000	Lauro Campos	Dispõe sobre o salário mínimo nacional.	Tramitando
252/2000	Eduardo Suplicy	Dispõe sobre o financiamento público exclusivo de campanhas eleitorais.	Tramitando
253/2000	Geraldo Cândido	Dispõe sobre o serviço de medição residencial do consumo telefônico, mediante instalação de medidor residencial.	Tramitando
254/2000	Hugo Napoleão	Altera o art. 8º, II, "b", da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para facultar às pessoas físicas a dedução, na declaração de rendimentos do Imposto sobre a Renda, do valor integral das despesas com educação fundamental do 1º Grau.	Tramitando
255/2000	Paulo Hartung	Dá nova redação ao art. 6º e acrescenta os arts. 10-A e 10-B à Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, para, nos termos dos §§ 3º e 4º do art. 100 da Constituição Federal, com a redação da Emenda Constitucional nº 30, de 2000, conceituar as obrigações de pequeno valor e disciplinar o pagamento de obrigações de pequeno valor e do crédito de natureza alimentícia devido pela Fazenda Pública em virtude de sentença judiciária transitada em julgado – precatório.	Tramitando
256/2000 Complementar	Mozarildo Cavalcanti	Altera a composição do Conselho a que refere a Lei Complementar nº 67, de 13 de junho de 1991.	Tramitando
257/2000	Roberto Freire	Dispõe sobre incentivo à pesquisa e à inovação tecnológica.	Tramitando
258/2000	Maguito Vilela	Regulamenta a profissão de treinador de goleiros de futebol e dá outras providências.	Tramitando

Número	Autor	Ementa	Resultado
259/2000	Tião Viana	Acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementa e modifica a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, no que diz respeito à aplicação da pena de cassação de outorga de serviço de radiodifusão.	Tramitando
260/2000	Carlos Patrocínio	Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que "dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.	Tramitando
261/2000	Agnelo Alves	Denomina "Viaduto Trampolim da Vitória" o viaduto localizado no entroncamento das rodovias BR-101 e BR-304 (B), no Município de Parnamirim, no Estado do Rio Grande do Norte.	Tramitando
262/2000	Roberto Freire	Altera o art. 45 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para permitir o acesso da população em geral a serviços de saúde criados, no âmbito da administração pública direta e indireta, para assistência a servidores.	Tramitando
263/2000	Geraldo Cândido	Modifica o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências.	Tramitando
264/2000	Ademir Andrade	Modifica os arts. 176, § 1º, II, item 3; 214; 225; 227; 236 e 289 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências.	Tramitando
265/2000	Sebastião Rocha	Altera o art. 30 da Lei nº 8.906, de julho de 1994 (Estatuto de Advocacia), para acrescentar hipótese de impedimento de advogado, nos casos de parentesco com o juiz da causa.	Tramitando
266/2000	Sebastião Rocha	Estabelece penalidades para o uso de silicone no organismo humano.	Tramitando
267/2000	Carlos Patrocínio	Tipifica o crime de fraude em concursos.	Tramitando
268/2000	Freitas Neto	Cria área de livre comércio nos municípios de Parnaíba e Luís Correia, no Estado do Piauí.	Tramitando
269/2000	Ricardo Santos	Altera dispositivos dos Decretos-Leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987.	Tramitando
270/2000	Ricardo Santos	Altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõem sobre a compensação financeira aos Estados, Distrito Federal e Municípios pelo resultado da exploração e da produção de petróleo e gás natural.	Tramitando

Número	Autor	Ementa	Resultado
271/2000	Antonio Carlos Valadares	Suspende até o ano de 2004 a produção e a comercialização de organismos geneticamente modificados (OGMs) e dá outras providências.	Tramitando
272/2000	Henrique Loyola	Exclui das Restrições Impostas à Utilização da Mata Atlântica, o Perímetro Urbano dos Municípios situados nas áreas por ela abrangidas.	Tramitando
273/2000	Valmir Amaral	Acrescenta dispositivos à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, com o propósito de tornar obrigatório o uso de equipamento limitador de velocidade nos veículos conduzidos por portadores de Permissão para Dirigir.	Tramitando
274/2000 Complementar	Roberto Freire	Regulamenta a aplicação dos recursos previstos no § 2º do art. 98 da Constituição Federal, e nos incisos I, II e III do art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, nos termos do § 1º do art. 1999 da Constituição Federal.	Tramitando
275/2000	Valmir Amaral	Autoriza o Presidente da República a criar a Ouvidoria-Geral da República, vinculada à Casa Civil da Presidência da República.	Tramitando
276/2000 Complementar	Lúcio Alcântara	Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2.000, para uniformizar os mandatos dos dirigentes de órgãos do Poder Judiciário com o exercício financeiro.	Tramitando

b.3) Emendados pela Câmara dos Deputados

Projetos aprovados e sancionados com veto parcial	2
Projeto aprovado e sancionado sem veto	2
Projeto aprovado e vetado integralmente	1
Projeto promulgado pelo Presidente do Senado Federal	1
Projetos em tramitação	14
TOTAL	20

Número		Autor	Ementa	Resultado
SF	CD			
292/81	6.183/85	Itamar Franco	Disciplina a formação de banco de dados pessoais e respectivo uso das informações cadastradas.	Tramitando

Número		Autor	Ementa	Resultado
SF	CD			
47/88	4.569/89	Marco Maciel	Dá nova redação ao parágrafo único do art. 1º do Decreto-Lei nº 1.850, de 15 de janeiro de 1981, ao art. 1º, seu parágrafo único, e ao art. 3º do Decreto-Lei nº 1.876, de 15 de julho de 1981, e ao § 4º do art. 3º e inciso II do art. 6º do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987.	Tramitando
60/88	974/88	Itamar Franco	Determina que o Poder Executivo exija das representações diplomáticas estrangeiras o cumprimento da legislação trabalhista.	Tramitando
110/88	3.803/89	Jarbas Passarinho	Dispõe sobre o depósito legal de publicações na Biblioteca Nacional e dá outras providências.	Tramitando
112/88	4.243/89	Iram Saraiva	Concede incentivos fiscais ao empregador que admitir pessoas portadoras de deficiência física e maiores de sessenta anos, nas condições que especifica.	Tramitando
63/89	5.993/90	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre a construção de logradouros, de edifícios de uso público e de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência física, nos termos dos arts. 227, § 2º, e 224 da Constituição.	Tramitando
260/89	4.881/90	Comissão Diretora	Dispõe sobre a demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, e dá outras providências.	Tramitando
294/89	189/91	Itamar Franco	Dispõe sobre a seleção de locais, a construção, o licenciamento, a operação, a fiscalização, os custos, a remuneração, a responsabilidade civil e as garantias dos depósitos de rejeitos radioativos e dá outras providências.	Tramitando
83/91	1.586/91	Jutahy Magalhães	Altera a Lei nº 6.662, de 25 de junho de 1979, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação, e dá outras providências.	Tramitando
273/91	3.190/92	Marluce Pinto	Transfere ao domínio do Estado de Roraima terras pertencentes à União e dá outras providências.	Tramitando
297/91	3.403/92	Francisco Rollemberg	Dá prioridade de atendimento à clientela que especifica e dá outras providências (<i>peças portadoras de deficiência, idosos, gestantes, lactantes e peças acompanhadas de crianças de colo</i>).	À sanção Vetado parcialmente Lei nº 10.048, de 8.11.2000

Número		Autor	Ementa	Resultado
SF	CD			
27/95	1.645/96	Jonas Pinheiro	Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.	À sanção Vetado parcialmente Lei nº 9.974, de 6.6.2000
127/95	989/95	Lauro Campos	Padroniza o volume de áudio das transmissões de rádio e televisão nos espaços dedicados à propaganda e dá outras providências.	Tramitando
219/95 Compl.	220/98 Compl.	Lúcio Alcântara	Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências.	À sanção Lei Complementar nº 105, de 10.1.2001
64/96	3.057/97	Ney Suassuna	Restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências.	À sanção Lei nº 9.965, de 27.4.2000
115/96	3.098/97	Odacir Soares	Restringe o uso de capuz em operações policiais.	À sanção Vetado totalmente
205/96	3.777/97	Sérgio Machado	Acrescenta parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor.	Tramitando
221/96	3.164/97	Lúcio Alcântara	Determina o tombamento dos bens culturais das empresas incluídas no Programa Nacional de Desestatização.	Tramitando
11/97	3.602/97	José Ignácio Ferreira	Dispõe sobre os acordos judiciais trabalhistas que tratem da concessão de seguro-desemprego e da movimentação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e dá outras providências.	Tramitando

Número		Autor	Ementa	Resultado
SF	CD			
81/99	934/99	Gerson Camata	Dispõe sobre anistia de multas aplicadas pela Justiça Eleitoral em 1998.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 13.5.99 À sanção em 8.12.99 Vetado totalmente Veto rejeitado pelo Congresso Nacional em 9.8.2000 À promulgação Promulgado pelo Presidente do Senado Federal Lei nº 9.996, de 14.8.2000

c) PROJETOS DE LEI DA CÂMARA (PLC)

Aprovados, em 2000, e sancionados com veto parcial	
De origem do Executivo	13
De origem parlamentar	4
Total	17

Aprovados, em 2000, e sancionado com veto total	
De origem parlamentar	2

Aprovados, em 2000, e sancionados sem veto	
De origem do Executivo	15
De origem parlamentar	8
De origem do Judiciário	3
De origem do Ministério Público	2
Total	28

Emendados, em 2000, e encaminhados à Câmara dos Deputados	
De iniciativa parlamentar	8
De iniciativa do Executivo	7
Total	15

Rejeitados	
De iniciativa parlamentar	3

Prejudicados	
De iniciativa parlamentar	3

Arquivado (art. 333 do RISF)	
De iniciativa parlamentar	1

Com a tramitação sobrestada	
De iniciativa parlamentar	1

Em tramitação	
De iniciativa parlamentar	119
De iniciativa do Executivo	23
De iniciativa do Judiciário	4
De iniciativa da CPI dos Bingos	1
Total	147

c.1) De Sessões Legislativas anteriores

Número		Autor	Ementa	Resultado
SF	CD			
143/91	4.163/89	Deputado Antônio Carlos Konder Reis	Regula o disposto no art. 5º, inciso VI, da Constituição Federal e dá outras providências.	Arquivado (art. 333 do RISF – DSF de 17.8.2000 – pg. 17.076)
124/92	636/91	Deputado Pedro Abrão	Acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 5.969, de 11 de dezembro de 1973, tornando inexigível, antes da decisão terminativa do recurso interposto à Comissão Especial de Recursos do PROAGRO, a dívida oriunda do crédito rural.	Tramitando
133/92	2.086/91	Deputado Gilvam Borges	Regulamenta o § 2º do artigo 74 da Constituição Federal.	Emendado À Câmara dos Deputados em 12.12.95 Emendas do Senado prejudicadas na Câmara em face do advento da Lei nº 8.443/92, que dispõe sobre a Lei Orgânica do TCU Projeto arquivado na Câmara
225/93	3.343/89	Deputada Rita Camata	Dispõe sobre o acréscimo de inciso VII ao art. 131 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Emendado À Câmara dos Deputados em 27.10.99
54/93	444/91	Deputado Marcelo Barbieri	Dispõe sobre a prestação de assistência religiosa nas entidades hospitalares públicas e privadas.	Emendado À Câmara dos Deputados em 6.8.96 Substitutivo do Senado aprovado na Câmara Projeto enviado à sanção pela Câmara em 30.6.2000 Vetado parcialmente Lei nº 9.982, de 14.7.2000
10/94	2.395/91	Deputado José Carlos Coutinho	Dispõe sobre remuneração mínima do Assistente Social.	Tramitando
47/94	1.177/91	Deputada Laprovita Vieira	Dispõe sobre o exercício profissional do Técnico de Segurança Patrimonial e dá outras providências.	Tramitando
394/94	1.306/91	Deputado José Carlos Coutinho	Acrescenta § 2º ao art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Emendado À Câmara dos Deputados em 28.10.99

¹ Tramitou em conjunto com o PLS nº 97/91.

² Tramitou em conjunto com o PLC nº 9/95.

³ Tramitou em conjunto com o PLC nº 8/95.

Número		Autor	Ementa	Resultado
SF	CD			
4 ⁶ /95	5.814/90	Deputado Antônio Carlos Mendes Thame	Altera o art. 167 do Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho.	Tramitando
5 ¹² /95	1.387/91	Deputado Antônio Carlos Mendes Thame	Dispõe sobre a responsabilidade penal do empregador, nos termos do art. 132 do Código Penal, em casos de acidente de trabalho por falta de equipamento de proteção individual, acrescentando parágrafo único ao art. 166 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.	Tramitando
13/95	1.919/91	Deputada Célia Mendes	Cria o Programa Nacional para atividades de Extensão Universitária em Saúde, na Amazônia Legal.	Emendado À Câmara dos Deputados em 4.11.99
18/95	2.090/91	Deputado Marcelino Romano Machado	Regulamenta o exercício profissional do histotecnologista e dá outras providências.	Emendado À Câmara dos Deputados em 11.11.99
6 ¹⁹ /95	3.751/93	Deputado José Fortunati	Acrescenta parágrafos ao art. 168 da Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre exames médicos do empregado.	Tramitando
27/95	1.540/91	Deputado Rubens Bueno	Dispõe sobre o acesso das entidades sindicais às informações provenientes dos registros administrativos que especifica e dá outras providências.	Tramitando
31/95	1.681/91	Deputado José Carlos Coutinho	Dá nova redação ao § 1º do art. 239 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Tramitando
7 ³² /95	1.674/91	Deputado Koyu Iha	Regulamenta o inciso XXXIII do art. 5º da Constituição Federal.	Tramitando
55/95	3.999/93	Deputado Nelson Marquezelli	Dispõe sobre as funções de magistério para efeito do disposto no art. 56 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.	Tramitando
59/95	4.465/89	Deputado Geraldo Alckmin Filho	Altera dispositivos da Lei nº 4.870, de 1º de dezembro de 1965, para a criação do Conselho de Assistência Social aos Trabalhadores da Agroindústria Canavieira (cana-de-açúcar, álcool e açúcar).	Tramitando
60/95	4.805/90	Deputada Rita Camata	Institui a gratificação de adicional por tempo de serviço aos empregados em geral e dá outras providências.	Tramitando
61/95	803/91	Deputado Eduardo Jorge	Dispõe sobre a divulgação dos principais devedores junto à Secretaria da Receita Federal, ao Ministério do Trabalho, ao Ministério da Previdência e Assistência Social e à Caixa Econômica Federal e dá outras providências.	Tramitando

⁴ Tramita em conjunto com os PLC nºs 12 e 19/95.

⁵ Tramita em conjunto com os PLC nºs 6 e 19/95.

⁶ Tramita em conjunto com os PLC nºs 6 e 12/95.

⁷ Tramita em conjunto com o PLS nº 108/99.

Número		Autor	Ementa	Resultado
SF	CD			
67/95	383/91	Deputado Marcelino Romano Machado	Regulamenta o exercício profissional da acupuntura e determina outras providências.	Tramitando
72/95	3.129/92	Deputado José Vicente Brizola	Disciplina os anúncios de oferta de emprego.	Tramitando
76/95	4.228/93	Deputado Nilson Gibson	Altera a redação do art. 2º da Lei nº 5.698, de 31 de agosto de 1971, que dispõe sobre as prestações devidas a ex-combatente segurado da previdência social e dá outras providências.	Tramitando
77/95	4.329/93	Deputado Munhoz da Rocha	Dispõe sobre a obrigatoriedade de inserção de dados sobre a edição nas publicações de órgãos e entidades da Administração Pública Federal.	Rejeitado (art. 254, do RISF)
82/95	3.016/92	Deputado Luiz Carlos Santos	Dá nova redação ao art. 58 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Emendado À Câmara dos Deputados em 17.11.99
96/95	2.235/91	Deputado Paulo Paim	Acrescenta parágrafos ao art. 163 da Consolidação das Leis do Trabalho, que trata da obrigação das empresas de manter serviços especializados em segurança e medicina do trabalho.	Tramitando
8 ¹⁰ 101/95	1.920/91	Deputado Eduardo Jorge	Dispõe sobre a jornada de trabalho e outros aspectos referentes à organização do trabalho e das condições ambientais dos trabalhadores que realizam suas atividades continuamente em terminais de vídeo.	Tramitando
113/95	5.920/90	Deputado Paulo Paim	Dispõe sobre o processo de trabalho nas ações que envolvam demissão por justa causa e dá outras providências.	Tramitando
119/95	642/95	Deputado Valde- mar Costa Neto	Redireciona recursos do Sistema de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE e dá outras providências.	Tramitando
1/96	1.727/91	Deputado Paulo Portugal	Institui para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pela geração de energia elétrica em centrais nucleares.	Tramitando
9 ¹⁰ 10/96	724/95	Presidente da República	Define os crimes de especial gravidade e altera dispositivos do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.	Tramitando
15/96	1.354/95	Presidente da República	Dispõe sobre a remuneração da Polícia Civil dos extintos territórios federais e dá outras providências.	Tramitando
10 ²⁵ 25/96	3.729/93	Deputado Jackson Pereira	Altera o art. 1º da Lei nº 8.287, de 20 de dezembro de 1991, que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego a pescadores artesanais, durante os períodos de defeso.	Prejudicado, em 3.5.2000, em virtude da aprovação do PLS nº 54/99

⁸ Tramita em conjunto com o PLC nº 42/94.

⁹ Tramita em conjunto com o PLS nº 104/95.

Número		Autor	Ementa	Resultado
SF	CD			
1131/96	1.417/96	CPI destinada a investigar a situação dos bingos no Brasil	Dispõe sobre o jogo de bingo e dá outras providências.	Tramitando
36/96	5.071/90	Deputado Fábio Feldmann	Dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas, em conformidade com o inciso X do art. 20 e o inciso V do art. 216 da Constituição Federal, e dá outras providências.	Emendado À Câmara dos Deputados em 4.3.99
37/96	2.891/92	Presidente República da	Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de petróleo e seus derivados e outras substâncias nocivas em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências.	Emendado À Câmara dos Deputados em 29.2.2000 Remetido à sanção pela Câmara dos Deputados em 7.4.2000 Vetado parcialmente Lei nº 9.966, de 28.4.2000
42/96	266/95	Deputado Sandro Mabel	Dispõe sobre o depósito e venda de veículo apreendido pelos DETRAN, em todo o território nacional.	Tramitando
1244/96	4.622/94	Deputado Ronaldo Perim	Dispõe sobre a veiculação de mensagem voltada à educação para o trânsito.	Prejudicado em virtude da aprovação do PLS nº 245/99
54/96	1.286/91	Deputado Iha Koyu	Regulamenta o exercício da profissão de Classificador de Produtos Vegetais a que se referem as Leis nºs 5.025, de 10 de junho de 1966, e 6.305, de 15 de dezembro de 1975, e dá outras providências.	Emendado À Câmara dos Deputados em 16.9.99
55/96	4.004/93	Presidente República da	Torna obrigatória a inclusão do ensino da língua espanhola nos currículos plenos dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus.	Emendado À Câmara dos Deputados em 1.9.99
1363/96	1.243/95	Deputado Maurício Requião	Dispõe sobre a transferência de recursos federais destinados aos programas de alimentação escolar e do livro didático e ao programa do leite.	Tramitando
69/96	3.074/92	Deputado César Souza	Altera dispositivo do Código de Processo Penal, dispondo sobre o local em que os réus deverão estar sentados durante as audiências e sessões.	Tramitando
73/96	145/95	Deputado Alvaro Valle	Revoga o art. 318 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Tramitando
75/96	360/95	Deputado Jorge Tadeu Mudalen	Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de colete à prova de bala por profissionais nas condições que especifica, e dá outras providências.	Tramitando

¹⁰ Tramitou em conjunto com o PLS nº 54/99.

¹¹ Tramitou em conjunto com o PLS nº 175/95.

¹² Tramitou em conjunto com o PLS nº 245/99.

¹³ Tramita em conjunto com os PLC nºs 99/96 e 27/98. Desapensado, em 30.11.99, o PLC nº 27/98 (RQS nº 692/99).

Número		Autor	Ementa	Resultado
SF	CD			
77/96	589/95	Deputada Rita Camata	Dá nova redação ao art. 30 do Código de Processo Civil.	Rejeitado (art. 254 do RISF)
78/96	565/95	Deputado Coriolano Sales	Altera o art. 19 da Lei nº 1.533, de 31 de dezembro de 1951.	Tramitando
79/96	459/95	Deputado Sérgio Carneiro	Regula o disposto no inciso II do art. 20 da Constituição Federal, dispondo sobre as terras devolutas sob o domínio da União.	Tramitando
80/96	420/95	Deputado Raimundo Santos	Obriga as empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo - GLP ou de gás natural a lacrar os botijões e requalificá-los e dá outras providências.	Tramitando
86/96	1.536/96	Deputado Magno Bacelar	Altera o § 1º do art. 39 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, que regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro.	Tramitando
91/96	4.652/94	Deputado José Fortunati	Dispõe sobre a legalização da prática de jogos de azar e dá outras providências.	Tramitando
96/96	826/95	Deputado Jorge Anders	Dispõe sobre o julgamento das contas dos responsáveis por bens, dinheiros e valores públicos.	Tramitando
1497/96	1.147/95	Deputado Zaire Rezende	Altera dispositivos da Lei nº 8.971, de 29 de dezembro de 1994, e da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 - Código Civil, para garantir ao companheiro ou companheira o direito à meação dos bens reunidos na constância da união e dá outras providências.	Tramitação sobrestada (RQS nº 477/99) aguardando a decisão da Câmara dos Deputados sobre o PL nº 2.686/96.
1599/96	626/95	Deputado Maurício Requião	Altera a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994, que dispõe sobre a municipalização da merenda escolar.	Tramitando
101/96	1.708/91	Deputado Jackson Pereira	Define condições para o lançamento de esgotos e a disposição de resíduos sólidos, e dá outras providências.	Tramitando
16102/96	1.626/96	Deputado Moacyr Andrade	Amplia a legitimação para causas perante os juizados especiais cíveis e dá outras providências.	Emendado À Câmara dos Deputados em 3.10.2000
17105/96	1.873/91	Deputado Elias Murad	Dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de entorpecentes e drogas afins, e dá outras providências.	Tramitando
107/96	1.697/96	Deputado Vicente Arruda	Altera a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, que regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro.	Tramitando

¹⁴ Tramitação sobrestada em 15.9.99 (RQS nº 477/99).

¹⁵ Tramita em conjunto com os PLC nºs 63/96 e 27/98. Desapensado, em 30.11.99, o PLC nº 27/98 (RQS nº 692/99).

¹⁶ Tramitou em conjunto com o PLS nº 187/97.

¹⁷ Tramita em conjunto com o PLS nº 154/97.

Número		Autor		Ementa	Resultado
SF	CD				
4/97	4.476/94	Deputado Iha	Koyu	Autoriza o Poder Executivo Federal a reverter em favor da Sociedade Japonesa de Santos, no Estado de São Paulo, o imóvel que menciona.	Emendado À Câmara dos Deputados em 14.10.99
12/97	982/95	Deputado Paim	Paulo	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, que dispõe sobre os estágios de estudantes, alterada pela Lei nº 8.859, de 23 de março de 1994.	Emendado À Câmara dos Deputados em 1.9.99
15/97	1.078/95	Deputado Abi-Ackel	Ibrahim	Acrescenta parágrafo único ao art. 95 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.	Tramitando
21/97	2.859/97	Deputado Apolinário	Carlos	Dispõe sobre norma geral de organização que torna obrigatória a avaliação psicológica periódica dos integrantes das polícias e corpos de bombeiros militares e civis.	Emendado À Câmara dos Deputados em 19.4.99
18 ²² /97	2.314/96	Presidente República	da	Dá nova redação a dispositivos dos Decretos-Leis nºs 1.001 e 1.002, ambos de 21 de outubro de 1969, e dá outras providências (crimes praticados por militares estaduais contra civis).	Tramitando
28/97	77/95	Deputado Janene	José	Dispõe sobre as transferências no Sistema Financeiro da Habitação - SFH.	Tramitando
19 ³¹ /97	2.226/96	Deputado Nunes Ferreira	Aloysio	Revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Tramitando
34/97	1.314/95	Deputada Pelaes	Fátima	Altera o art. 83, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.	Tramitando
38/97	4.751/94	Deputado Pizzatto	Luciano	Cria o Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange e dá outras providências.	Tramitando
39/97	85/95	Deputado Coimbra	José	Dispõe sobre a prática desportiva da capoeira e dá outras providências.	À sanção Vetado totalmente
47/97	380/91	Deputado Egidio	José	Dispõe sobre a criação do Fundo de Recuperação Econômica das Regiões Norte, Noroeste e Centro-Norte do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.	Tramitando
52/97	676/95	Deputado Aguiar	Ubira-	Regulamenta o inciso VI do art. 206 da Constituição Federal, dispondo sobre a gestão democrática do ensino público.	Tramitando
53/97	730/95	Deputado Aguiar	Ubira-	Regulamenta o art. 213 da Constituição Federal, definindo escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas para fins de recebimento de recursos públicos.	Tramitando

¹⁸ Tramita em conjunto com os PLS nºs 117 e 132/2000.

¹⁹ Tramitou em conjunto com os PLS nºs 156/97 e 6/98.

Número		Autor	Ementa	Resultado
SF	CD			
54/97	1.615/96	Deputado Regis de Oliveira	Dá nova redação ao item 9º do art. 54 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (<i>dispensa testemunhas em caso de nascimento em unidade hospitalar ou casa de saúde</i>).	À sanção Lei nº 9.997, de 17.8.2000
73/97	3.500/97	Deputada Telma de Souza	Institui a Semana Nacional de Combate e Prevenção ao Câncer de Próstata.	Aprovado Substitutivo do Senado Federal À Câmara dos Deputados em 12.9.2000
2077/97	469/95	Deputado Alexandre Ceranto	Dispõe sobre o Programa Especial de Trabalho Educativo e dá outras providências.	Tramitando
213/98	4.053/93	Deputado Renato Johnsson	Dispõe sobre a multa incidente sobre os débitos das Prefeituras Municipais para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e dá outras providências.	Tramitando
8/98	4.166/98	Deputado Luciano Zica	Dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização no País de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.	Tramitando
2210/98	4.175/89	Deputado Koyu Iha	Dispõe sobre gratuidade de transporte de idosos.	Tramitando
2311/98	731/95	Deputado Ubiratan Aguiar	Regulamenta o § 1º do art. 213 da Constituição Federal.	Tramitando
13/98	2.189/96	Deputado Maurício Aguiar	Revoga o art. 4º do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, que trata da alienação fiduciária.	Tramitando
2414/98	3.770/97	Deputado Arnaldo Faria de Sá	Dá nova redação ao parágrafo único do art. 30 e ao inciso III do art. 31 da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, que dispõe sobre a forma de apresentação dos Símbolos Nacionais, e dá outras providências (<i>inclui as palmas entre as saudações ao Hino Nacional e extingue a proibição de utilizar a Bandeira Nacional como roupa ou adereço</i>).	Tramitando
24/98	4.556/94	Deputado Virmondés Cruvinel	Dispõe sobre o piso salarial dos médicos e cirurgiões-dentistas, alterando dispositivos da Lei nº 3.999, de 15 de dezembro de 1961.	Emendado À Câmara dos deputados em 3.5.2000

²⁰ Tramita em conjunto com oS PLS nºs 488 e 618/99.

²¹ Os projetos nºs 3 e 5/98 foram apresentados durante a 6ª Sessão Legislativa Extraordinária da 50ª Legislatura, realizada no período de 6 de janeiro a 13 de fevereiro de 1998.

²² Tramitou em conjunto com os PLS nºs 287 e 569/99, até 5.10.2000, quando passou a tramitar individualmente conforme RQS nº RQS nº 467/2000.

²³ Tramita em conjunto com o PLS nº 59/99.

²⁴ Tramita em conjunto com o PLS nº 657/99.

Número		Autor	Ementa	Resultado
SF	CD			
26/98	2.863/97	Presidente da República	Estabelece as sanções administrativas e penais em caso de realização de atividades proibidas pela Convenção Internacional sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso das Armas Químicas e sobre a Destruição das Armas Químicas existentes no mundo (CPAQ).	Tramitando
25 ²⁷ /98	4.157/98	Deputado Hélio Bicudo e outro	Institui o Programa Nacional de Apoio à Infância, dispõe sobre a ampliação dos benefícios da merenda escolar e dá outras providências.	Tramitando
30/98	4.544/98	Deputado Aécio Neves e outro	Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de quadro com informações sobre drogas psicoativas, lícitas e ilícitas, em lugares públicos.	Tramitando
38/98	3.066/97	Ministério Público da União	Dispõe sobre a Carreira de Apoio Técnico-Administrativo do Ministério Público da União, fixa os valores de sua remuneração e dá outras providências.	Emendado À Câmara dos Deputados em 13.8.98 À sanção pela Câmara em 15.12.99 Vetado parcialmente Lei nº 9.953, de 4.1.2000
40/98	518/95	Deputado Francisco Dornelles	Dispõe sobre a autorização para utilização do instituto da consignação nas operações de compra e venda de veículos automotores usados realizadas por pessoas jurídicas cujo objeto social principal é a compra e venda de veículos e dispõe sobre os direitos do consumidor nestas operações.	Prejudicado (art. 334, I, do RISF)
45/98	1.668/96	Presidente da República	Altera o Título XI do Código Penal, que trata dos crimes contra a Administração Pública.	Tramitando
49/98	2.242/96	Deputado Eduardo Jorge e outros	Cria o Dia Nacional de Vacinação da Terceira Idade e o programa de vacinação em pessoas que alcançaram a terceira idade, internadas ou recolhidas em instituições geriátricas.	Emendado À Câmara dos Deputados em 23.11.99
50/98	2.298/91	Deputado Luiz Carlos Santos	Acrescenta dispositivos ao art. 487 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Tramitando
51/98	4.769/94	Presidente da República	Institui a Política Nacional de Turismo, mediante o estabelecimento de normas destinadas a promover e a incentivar o turismo como fator de desenvolvimento social, e dá outras providências.	Tramitando
1/99	1.064/91	Deputado Roberto Jefferson	Regulamenta o § 4º do art. 199 da Constituição Federal, relativo à coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados, estabelece o ordenamento institucional indispensável à execução adequada dessas atividades, e dá outras providências.	Emendado À Câmara dos Deputados em 30.11.2000

²⁵ Tramitou em conjunto com os PLC nºs 63 e 99/96. Desapensado dos mesmos em 30.11.99 (RQS nº 692/99).

Número		Autor	Ementa	Resultado
SF	CD			
3/99	3.844/97	Deputado Aníbal José	Dispõe sobre educação em direitos humanos e institui a política nacional de educação em direitos humanos para o ensino fundamental e médio.	Emendado À Câmara dos Deputados em 25.8.99
8/99	3.125/97	Presidente República da	Dispõe sobre o Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – SINMETRO, e dá outras providências.	Vide MSF nº 219/99, de retirada, na tramitação do projeto
21/99	1.526/96	Deputado Bueno Cunha	Dispõe sobre a obrigatoriedade de os novos aparelhos de televisão conterem dispositivo que possibilite o bloqueio temporário da recepção de programação inadequada.	Tramitando
23/99	2.597/96	Presidente República da	Autoriza a Universidade Federal do Rio Grande do Norte a alienar bem imóvel de sua propriedade, e dá outras providências.	Emendado À Câmara dos Deputados em 19.10.99
26/99	3.961/97	Deputado Teixeira Miro	Estabelece normas para o uso médico das próteses de silicone e dá outras providências.	Tramitando
27/99	2.892/92	Presidente República da	Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII, da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.	À sanção Vetado parcialmente Lei nº 9.985, de 18.7.2000
26/29/99	530/99	Deputado Bacci Enio	Amplia, no caso de separação, o direito de visitas aos filhos para os avós paternos e maternos e dá outras providências.	Tramitando
30/99	4.695/98	Presidente República da	Altera os arts. 789 e 790 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que também fica acrescida dos arts. 789A, 789B, 790A e 790B (custas e emolumentos na Justiça do Trabalho).	Tramitando
31/99	4.285/93	Deputado Feldmann Fábio	Altera a Lei nº 7.542, de 26 de setembro de 1986.	À sanção Lei nº 10.166, de 27.12.2000
33/99	590/99	Deputada Erundina Luiza	Acrescenta artigo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (<i>tipifica crime de prostituição ou exploração sexual infantil, infanto-juvenil ou juvenil</i>).	À sanção Lei nº 9.975, de 23.6.2000
34/99	4.767/98	Presidente República da	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 10.098, de 19.12.2000
36/99	4.183/98	Deputado Moura Confúcio	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.	Tramitando

²⁶ Tramita em conjunto com o PLS nº 76/99.

Número		Autor		Ementa	Resultado
SF	CD				
27	28	Deputado Ubiratan Aguiar		Altera o inciso VIII do art. 5º e acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC.	Emendado À Câmara dos Deputados em 1º.8.2000 Emendas do Senado aprovadas na Câmara Projeto encaminhado à sanção, pela Câmara, em 15.8.2000 Lei nº 9.999, de 30.8.2000
37/99	3.468/97				
40/99	4.418/98	Presidente República	da	Autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica à Sociedade de Assistência aos Cegos de Fortaleza.	À sanção Lei nº 9.963, de 23.3.2000
41/99	81/99	Deputado Bacci	Ênio	Altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil – e dá outras providências (ampliação das atribuições do oficial de Justiça).	Tramitando
42/99	4.675/94	Presidente República	da	Dispõe sobre o processo seletivo para o ingresso nas categorias funcionais da Carreira Policial Civil do Distrito Federal e dá outras providências.	Tramitando
43/99 Compl.	248/98 Compl.	Presidente República	da	Disciplina a perda de cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável e dá outras providências.	Emendado À Câmara dos Deputados em 12.4.2000
47/99	3.939/97	Presidente República	da	Institui o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTTEL, e dá outras providências.	À sanção Vetado parcialmente Lei nº 10.052, de 28.11.2000
49/99	2.514/96	Deputado Bolsonaro	Jair	Altera a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, a Lei 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, dispondo sobre a capacitação e competitividade do setor de tecnologia da informação.	Aprovado Substitutivo do Senado À Câmara dos Deputados em 14.12.2000
52/99	3.456/97	Deputado Meneguelli	Jair	Institui normas gerais relativas à atividade de peão de rodeio, equiparando-o a atleta profissional.	Tramitando
53/99	3.883/97	Deputado Roberto Jefferson	Roberto Jefferson	Dispõe sobre a atuação de advogado durante depoimento perante Comissão Parlamentar de Inquérito.	Tramitando
58/99	88/99	Deputado Fraga	Alberto Fraga	Estabelece normas gerais para a prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares e dá outras providências.	À sanção Lei nº 10.029, de 20.10.2000

²⁷ Na sessão de 10/8/99, a Presidência apensou, ao processado do PLC nº 37/99, o parecer proferido para o PLS nº 36/99.

²⁸ Tramitou em conjunto com o PLS nº 36/99.

Número		Autor		Ementa	Resultado
SF	CD				
59/99	267/99	Deputada Camata	Rita	Institui o dia 18 de maio como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.	À sanção Vetado parcialmente Lei nº 9.970, de 17.5.2000
2960/99	3.808/99	Deputado Pimentel	José	Institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações.	À sanção Vetado parcialmente Lei nº 9.998, de 17.8.2000
63/99 Compl.	10/99 Compl.	Presidente República	da	Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências.	Tramitando
64/99	990/99	Deputado Meneguelli	Jair	Dispõe sobre a produção de cloro e dá outras providências.	À sanção Lei nº 9.976, de 3.7.2000
3065/99	2.961/97	Presidente República	da	Altera dispositivos da Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, com a redação dada pelas Leis nºs 6.657, de 5 de junho de 1979, e 7.960, de 21 de dezembro de 1989; da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992; e da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 (<i>Lei da Mordaga</i>).	Tramitando
311/2000 Compl.	8/99 Compl.	Presidente República	da	Dispõe sobre a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar, e dá outras providências.	Tramitando
2/2000	3.864/97	Deputado Arruda	Inácio	Dispõe sobre o valor das benfeitorias executadas com recursos públicos nas desapropriações para fins de reforma agrária.	Tramitando
323/2000	1.617/99	Presidente República	da	Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas – ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências.	À sanção Vetado Parcialmente Lei nº 9.984, de 17.7.2000
4/2000 Compl.	18/99 Compl.	Presidente República	da	Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências (<i>Lei de Responsabilidade Fiscal</i>).	À sanção Vetado parcialmente Lei Complementar nº 101, de 4.5.2000

²⁹ Tramitação interrompida em 12.1.2000, tendo em vista a aprovação do RQS nº 10/2000, de informações relacionadas com a matéria. Em 19.1.2000, tendo em vista o atendimento ao requerimento, o projeto voltou à sua tramitação normal.

³⁰ Tramita em conjunto com o PLS nº 536/99.

³¹ Os projetos nºs 1 a 4/2000 foram recebidos durante a 2ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura, realizada no período de 5.1 a 14.2.2000.

³² Em 12.5.2000, foi lida e anexada, ao seu processado, a MSF nº 116/2000, de pedido de urgência para o projeto.

c.2) Da presente Sessão Legislativa

Número		Autor		Ementa	Resultado
5/2000	2.329/2000	Presidente República	da	Dispõe sobre o sistema de armazenagem dos produtos agropecuários.	Emendado À Câmara dos Deputados em 25.4.2000 Emendas do Senado rejeitadas na Câmara Projeto enviado à sanção pela Câmara em 15.5.2000 Vetado parcialmente Lei nº 9.973, de 29.5.2000
6/2000	2.078/99	Superior Tribunal de Justiça		Dispõe sobre as reestruturações dos Tribunais Regionais Federais das cinco Regiões e dá outras providências	À sanção Lei nº 9.967, de 10.5.2000
7/2000	2.398/2000	Superior Tribunal de Justiça		Dispõe sobre a reestruturação do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e dá outras providências.	À sanção Lei nº 9.968, de 10.5.2000
8/2000	4.257/98	Presidente República	da	Institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências.	À sanção Vetado parcialmente Lei nº 9.972, de 25.5.2000
9/2000	3.178/97	Deputado Roque	Padre	Altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.	Tramitando
33 ¹⁰ /2000	420/99	Deputado Temer	Milton	Dá preferência de tramitação aos procedimentos judiciais em que figure como parte pessoa com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos.	À sanção Lei nº 10.173, de 9.1.2001
11/2000	2.500/92	Presidente República	da	Dispõe sobre o aumento de capital nas empresas públicas ou sociedades de economia mista sob o controle da União e dá outras providências.	Tramitando
34 ¹² /2000	885/95	Deputada Elvira	Maria	Institui o Programa Nacional de Habitação para Mulheres com Responsabilidades de Sustento da Família.	Tramitando
13/2000	1.411/96	Deputado Fernando Gabeira	Fernando	Fixa normas gerais para a prática do natu-rismo.	Tramitando
14/2000	192/99	Deputado Roberto Batochio	José	Dá nova redação aos arts. 544 e 545 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil.	Tramitando
15/2000	4.733/98	Deputado Déda	Marcelo	Institui o dia 8 de julho como o Dia Nacional da Ciência e dá outras providências.	Tramitando

³³ Tramitou em conjunto com o PLS 450/99.

³⁴ Tramita em conjunto com o PLS nº 133/99.

Número		Autor		Ementa	Resultado
16/2000	1.419/99	Deputado	Duilio Pesaneschi	Altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996 (incluindo na tarifa de energia elétrica, exceto da zona rural, o custo do consumo de energia destinada à iluminação pública).	Rejeitado (art. 254 do RISF)
17/2000	2.445/2000	Deputado	Philemon Rodrigues	Acrescenta parágrafo ao art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, dispensando as instituições religiosas do recolhimento da contribuição previdenciária incidente sobre o valor pago aos ministros de confissão religiosa.	Aprovado Substitutivo do Senado Federal À Câmara dos Deputados em 19.10.2000 Substitutivo do Senado aprovado na Câmara dos Deputados e enviado à sanção em 15.12.2000 Lei nº 10.170, de 19.12.2000
18/2000	1.176/95	Presidente República	da	Estabelece os princípios e as diretrizes para o Sistema Nacional de Viação e dá outras providências.	Tramitando
19/2000 Compl.	113/2000 Compl.	Presidente República	da	Autoriza os Estados e o Distrito Federal a instituir o piso salarial a que se refere o inciso V do art. 7º da Constituição Federal, por aplicação do disposto no parágrafo único do seu art. 22.	À sanção Lei Complementar nº 103, de 14.7.2000
20/2000	2.549/2000	Presidente República	da	Dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras e dá outras providências.	À sanção Vetado parcialmente Lei nº 9.986, de 18.7.2000
21/2000	621/99	Presidente República	da	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967 (<i>tipifica novos crimes comuns e de responsabilidade contra as finanças públicas e as leis orçamentárias</i>).	À sanção Lei nº 10.028, de 19.10.2000
22/2000 Compl.	114/2000 Compl.	Presidente República	da	Altera dispositivos da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (<i>Lei Kandir</i>), que “dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências”.	À sanção Lei Complementar nº 102, de 11.7.2000
23/2000	933/99	Presidente República	da	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e dá outras providências (mediante a tipificação de condutas que constituem crimes contra a Previdência Social).	À sanção Vetado parcialmente Lei nº 9.983, de 14.7.2000
24/2000	256/99	Deputada	Luiza Erundina	Acrescenta parágrafo aos arts. 179 e 207 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (<i>obrigatoriedade da presença de advogado constituído ou defensor em oitiva de adolescente</i>).	À sanção Vetado totalmente

Número		Autor		Ementa	Resultado
25/2000	4.496/94	Tribunal Superior do Trabalho		Cria cargos no Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região e dá outras providências.	Tramitando
26/2000	1.910/99	Deputada Miriam Reid		Altera dispositivo da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e Bases da Educação Nacional.	Tramitando
27/2000	2.985/2000	Presidente República	da	Prorroga o período de transição previsto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que “dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo, e dá outras providências”, e altera dispositivos da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, que “altera a legislação tributária federal”.	À sanção Vetado parcialmente Lei nº 9.990, de 21.7.2000
28/2000	2.793/2000	Presidente República	da	Dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 9.991, de 24.7.2000
29/2000	2.794/2000	Presidente República	da	Altera a destinação de receitas próprias decorrentes de contratos firmados pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, visando o financiamento de programas e projetos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico do setor produtivo na área de transportes terrestres, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 9.992, de 24.7.2000
30/2000	2.844/2000	Presidente República	da	Destina recursos da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e pela exploração de recursos minerais para o setor de ciência e tecnologia.	À sanção Lei nº 9.993, de 24.7.2000
31/2000	2.859/2000	Presidente República	da	Institui o Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Setor Espacial, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 9.994, de 24.7.2000
32/2000	2.978/2000	Presidente República	da	Institui contribuição de intervenção de domínio econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação e dá outras providências.	Tramitando
33/2000	2.904/2000	Presidente República	da	Dispõe sobre a transferência de títulos da dívida pública da União para os Estados, e dá outras providências.	À sanção Vetado parcialmente Lei nº 9.988, de 23.6.2000
34/2000	2.446/2000	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios		Dispõe sobre a transformação de funções comissionadas do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, para adequação das atividades administrativas e judiciárias.	À sanção Lei nº 9.987, de 19.7.2000

Número		Autor		Ementa	Resultado
35/2000	2.733/97	Deputado	Aírton Dipp	Determina a obrigatoriedade de a embalagem, o rótulo e a propaganda de bebida alcoólica conterem advertência sobre a proibição de sua venda a menores de dezoito anos e prejudicialidade à saúde, e dá outras providências.	Tramitando
36/2000	2.974/2000	Deputado	Gerson Gabrielli	Reabre o prazo de opção ao Refis.	Emendado À Câmara dos Deputados em 10.8.2000 Emendas do Senado aprovadas na Câmara Projeto enviado à sanção pela Câmara em 24.8.2000 Vetado parcialmente Lei nº 10.002, de 14.9.2000
37/2000	2.785/97	Ministério da União	Público	Cria cargos de Procurador da República na carreira do Ministério Público Federal.	À sanção Lei nº 10.033, de 24.10.2000
38/2000	4.653/98	Presidente da República	da	Regulamenta o § 2º do art. 236 da Constituição Federal, mediante o estabelecimento de normas gerais para a fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro.	À sanção Vetado parcialmente Lei nº 10.169, de 29.12.2000
35 ³⁹ /2000	637/95	Deputado	Gonza- ga Patriota	Regulamenta, para a Previdência Social, o disposto no § 3º do art. 100 da Constituição Federal (Altera a Lei nº 8.213, de 24/07/91, para definir as obrigações de pequeno valor para fins de pagamento pela Previdência Social, sem expedição de precatório).	À sanção Lei nº 10.099, de 19.12.2000
40/2000	2.281/99	Presidente da República	da	Autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social a doar imóvel que especifica ao Município de Recife – PE.	Tramitando
41/2000	121/99	Deputado	Cunha Bueno	Estabelece a disciplina legal para a propriedade, a posse, o transporte e a guarda responsável de cães.	Tramitando
42/2000	4.155/98	Deputado	Ivan Valente	Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.	À sanção Vetado parcialmente Lei nº 10.172, de 9.1.2001
43/2000	4.201/98	Ministério da União	Público	Dispõe sobre a criação de Procuradorias da República em Municípios e dá outras providências.	À sanção Lei nº 10.053, de 28.11.2000

³⁵ Tramitou em conjunto com os PLS nºs 185/99 e 238/2000.

Número		Autor		Ementa	Resultado
44/2000	2.222/99	Presidente República	da	Acrescenta dispositivos à Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público e define crimes.	Tramitando
3645/2000 Compl.	23/99 Compl.	Presidente República	da	Altera a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 (<i>dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis e estabelece normas para a consolidação de atos normativos</i>).	Aprovado Substitutivo do Senado À Câmara dos Deputados em 3.10.2000
46/2000	1.122/95	Presidente República	da	Acrescenta parágrafo ao art. 14 da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, que estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados.	Tramitando
47/2000	3.156/2000	Presidente República	da	Altera dispositivos da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas .	Emendado À Câmara dos Deputados em 21.11.2000 À sanção pela Câmara Vetado parcialmente Lei nº 10.167, de 27.12.2000
48/2000	3.126/2000	Presidente República	da	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal do Tocantins.	À sanção Lei nº 10.032, de 23.10.2000
49/2000	3.169/2000	Presidente República	da	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer os procedimentos, no âmbito da Justiça do Trabalho, de execução das contribuições devidas à Previdência Social.	À sanção Lei nº 10.035, de 25.10.2000
50/2000	4.434/98	Deputado Carlos Haully	Luiz	Altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Imposto e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES.	À sanção Vetado parcialmente Lei nº 10.034, de 24.10.2000
51/2000	642/99	Presidente República	da	Acrescenta dispositivos à Lei nº 9.020, de 30 de março de 1995, que dispõe sobre a implantação, em caráter emergencial e provisório, da Defensoria Pública da União.	Tramitando
52/2000	2.623/96	Deputado Cobra	Zulaiê	Altera o art. 31 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os juizados especiais cíveis e criminais e dá outras providências.	Tramitando

³⁶ Em 15.8.2000, foi lida e anexada, ao seu processado, a MSG nº 801/2000, recebida da Câmara dos Deputados (DSF de 16.8.2000, página 16.968).

Número		Autor		Ementa	Resultado
53/2000	3.251/97	Deputado	Osmâ- nio Pereira	Dispõe sobre o desmembramento dos Conselhos Federal e Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional.	Tramitando
54/2000	3.199/2000	Presidente	da	Acrescenta inciso ao § 5º do art. 178 da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 – Código Civil, e parágrafo único do art. 208 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil.	Emendado À Câmara dos Deputados em 21.11.2000
55/2000	3.185/2000	Deputado	Miro	Dispõe sobre a prorrogação dos contratos temporários relativos ao Censo de 2000.	Tramitando
56/2000	3.272/2000	Presidente	da	Cria cargos na Carreira Policial Federal.	À sanção Lei nº 10.055, de 12.12.2000
57/2000	3.273/2000	Presidente	da	Dispõe sobre a identificação criminal e dá outras providências.	À sanção Lei nº 10.054, de 7.12.2000
58/2000	3.275/2000	Presidente	da	Altera os arts. 1º e 2º da Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995, que dispõe sobre a utilização de meios operacionais para a prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas.	Emendado À Câmara dos Deputados em 21.11.2000
59/2000	855/99	Deputado	Geovan Freitas	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, de forma a obrigar a realização de exame psicológico periódico para os motoristas profissionais.	Tramitando
60/2000	2.083/96	Deputado	Agnelo Queiroz	Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização dos exames para diagnóstico precoce da fenilcetonúria e do hipotireoidismo congênito do recém-nascido.	Tramitando
61/2000	1.866/96	Deputado	Corauci Sobrinho	Assegura aos adquirentes de imóveis em construção o direito de exigir dos responsáveis pelo empreendimento a comprovação de recolhimento aos cofres do INSS e CEF.	Tramitando
62/2000	1.461/96	Presidente	da	Denomina “Rodovia Governador Antonio Mariz” o trecho federal da BR-230, entre a cidade de Cajazeiras e João Pessoa, no Estado da Paraíba.	Tramitando
63/2000	1.180/95	Deputado	Fernando Gonçalves	Dispõe sobre a inserção, nas fitas de vídeo gravadas que especifica, destinadas a venda ou aluguel no País, da seguinte mensagem: “Faça sexo seguro. Use camisinha”.	Tramitando
64/2000	1.096/95	Deputado	Freire Júnior	Determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica.	Tramitando

Número		Autor		Ementa	Resultado
65/2000	1.075/95	Deputada	Esther Grossi	Dispõe sobre a responsabilidade do Estado em educação pública, e dá outras providências.	Tramitando
66/2000	4.132/93	Deputado	Luiz Carlos Hauli	Dispõe sobre a responsabilidade técnica por cursos livres de lutas, natação e ginástica.	Tramitando
67/2000	2.521/96	Deputado	Airton Dipp	Acrescenta parágrafos ao art. 9º da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias.	Tramitando
68/2000	147/99	Deputado	Enio Bacci	Altera a redação do art. 180 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro (<i>veículo imobilizado por falta de combustível</i>).	Tramitando
69/2000	3.773/97	Deputado	Walter Pinheiro e outros Deputados	Acrescenta parágrafo ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências (<i>direito de saque de conta do FGTS para aquisição de casa própria por trabalhadores financiados por fundos de pensão</i>).	Tramitando
70/2000	3.838/97	Deputado	Ricardo Barros	Altera os arts. 56 e 58 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 – Lei de Registros Públicos (<i>alteração de prenomes</i>).	Tramitando
71/2000	3.922/97	Deputado	João Paulo	Institui multa a fornecedores de bens ou serviços por atraso no cumprimento de prazo de entrega de mercadoria ou realização do serviço.	Tramitando
72/2000	3.987/97	Deputado	Enio Bacci	Acrescenta dispositivo ao Código de Processo Civil, no capítulo relativo aos prazos (<i>início da contagem de prazo</i>).	Tramitando
73/2000	4.403/98	Deputado	Max Rosenmann	Dispõe sobre mensagens educativas em embalagens de preservativos e absorventes higiênicos.	Tramitando
74/2000	2.845/2000	Presidente	da República	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho (proibição de trabalho de menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz).	À sanção Vetado parcialmente Lei nº 10.097, de 19.12.2000
75/2000	2.308/2000	Deputado	Aloízio Mercadante	Dispõe sobre a divulgação, através da Internet, dos dados e informações relativos a licitações realizadas pelos órgãos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, em todos os níveis da administração pública, e dá outras providências.	Tramitando
76/2000	240/99	Deputado	Professor Luizinho	Acrescenta parágrafos ao art. 5º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, para obrigar a divulgação do seguro obrigatório DPVAT aos segurados.	Tramitando

Número		Autor		Ementa	Resultado
77/2000	510/99	Deputado Bucci	Ênio	Acrescenta parágrafo único ao art. 160 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (<i>direito de apresentar petições via fax</i>).	Tramitando
78/2000	561/99	Deputado Bueno	Rubens	Altera o art. 1.219 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil (<i>depósito em nome da parte ou do interessado</i>).	Tramitando
79/2000	596/99	Deputado Bucci	Ênio	Altera a Lei nº 3.207, de 18 de julho de 1957, que regulamenta as atividades dos empregados vendedores, viajantes ou praticistas, para permitir o pagamento de comissões e percentagens em prestações sucessivas quando do recebimento da primeira parcela e estabelece critérios para o estorno de comissões pagas.	Tramitando
80/2000	1.066/99	Deputado Bueno	Rubens	Acrescenta parágrafo ao art. 179 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, determinando a suspensão dos prazos judiciais iguais ou inferiores a um quinquídio.	Tramitando
81/2000	1.455/99	Deputado Lucas	Ademir	Revoga o art. 376 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT para permitir a realização de horas-extras por mulheres.	Tramitando
82/2000	1.803/99	Deputado Júnior	Freire	Permite o registro do nome dos guardiões ou tutores de crianças e adolescentes nos documentos pessoais dos menores.	Tramitando
83/2000	4.899/99	Presidente República	da	Altera a redação do art. 3º da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996. (<i>isenção de CPMF para beneficiários de privilégios e imunidades diplomáticas e consulares</i>)	Tramitando
84/2000	1.542/91	Deputado Izar	Ricardo	Dispõe sobre a propiciação de consultas às trabalhadoras e servidoras públicas para atenção integral à saúde da mulher, nas situações que especifica.	Tramitando
85/2000	2.534/2000	Presidente República	da	Dá nova redação ao art. 46 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os Registros Públicos (<i>declaração de nascimento após o prazo legal</i>).	Tramitando
86/2000	1.790/99	Deputado Barbosa	Eduardo	Institui o Dia Nacional das APAEs.	Tramitando
87/2000	566/99	Deputado de Jesus	Reginaldo	Dispõe sobre a veiculação, pelas empresas concessionárias de distribuição, de instruções aos consumidores de energia elétrica no verso das contas de luz.	Tramitando

Número		Autor		Ementa	Resultado
88/2000	261/99	Deputado	Barbosa Neto	Dispõe sobre a obrigatoriedade de inserção nas embalagens de roupas íntimas de orientações impressas sobre a importância de exames preventivos de câncer de mama, colo de útero e de próstata, e dá outras providências.	Tramitando
89/2000	3.512/97	Presidente	da República	Dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho, e dá outra providências.	Tramitando
90/2000	3.240/97	Deputado	Salvador Zimbaldi	Altera o art. 22 da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que dispõe sobre o condomínio em edificação e as incorporações imobiliárias (<i>mandato de síndico</i>).	Tramitando
91/2000	2.990/97	Deputado	Ursicino Queiroz	Altera a redação dos arts. 13 e 14 da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, que dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais e dá outras providências, determinando o hasteamento diário da Bandeira Nacional em todos os prédios públicos.	Tramitando
92/2000	2.984/97	Deputado	Airton Dipp	Altera o art. 132 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, permitindo a recondução de Conselheiros Tutelares, sem restrições.	Tramitando
93/2000	2.654/96	Deputado	Agnelo Queiroz	Dispõe sobre a obrigatoriedade de constar o prazo de validade nas certidões expedidas pela Administração Pública.	Tramitando
94/2000	1.693/96	Deputado	Silas Brasileiro	Dispõe sobre o controle de incêndios florestais e queimadas, a concessão de autorização especial para a queima controlada, e dá outras providências.	Tramitando
95/2000	1.080/95	Deputado	Antônio Jorge	Dispõe sobre a obrigatoriedade de os fabricantes de lâmpadas informarem o tempo de vida útil do produto.	Tramitando
96/2000	588/95	Deputado	Rita Camata	Altera dispositivos da Lei nº 7.644, de 18 de dezembro de 1987, que dispõe sobre a regulamentação da atividade de mãe social e dá outras providências, adequando-a à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.	Tramitando
97/2000	110/95	Deputado	Odelmo Leão	Acrescenta parágrafo único ao art. 4º e dá nova redação ao § 3º do art. 8º da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que "dispõe sobre a política agrícola" (<i>orientação da política agrícola pelos planos de safra e planos plurianuais</i>).	Tramitando
98/2000	111/95	Deputado	Odelmo Leão	Acrescenta artigo à Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que "dispõe sobre a política agrícola" (<i>identificação das áreas desertificadas</i>).	Tramitando

Número		Autor		Ementa	Resultado
99/2000	1.043/95	Superior Tribunal Militar		Acrescenta inciso ao art. 9º da Lei nº 8.457, de 4 de setembro de 1992, que "organiza a Justiça Militar da União e regula o funcionamento de seus Serviços Auxiliares" (<i>exercício de função de confiança</i>).	Tramitando
100/2000	2.408/96	Deputado Pires Franco	Vic	Acrescenta parágrafo ao art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (<i>inclusão de informática nos currículos escolares</i>).	Tramitando
101/2000	2.534/96	Deputado Serafim Vezon		Faculta às gestantes o acesso a ônibus, cinemas e outros locais sem a utilização da catraca ou roleta, quando assim o exigir.	Tramitando
102/2000	2.862/97	Superior Tribunal Militar		Altera dispositivos da Lei nº 8.457, de 4 de setembro de 1992 (<i>juízes militares dos Conselhos Especial e Permanente</i>).	Tramitando
103/2000	3.434/97	Presidente República	da	Altera a redação do art. 41 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pela Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993 (<i>determina penalidades para autoridade ou servidor público que infringir a Lei da Seguridade Social</i>).	Tramitando
104/2000	3.478/97	Deputado Bacci	Ênio	Institui o Programa de Diagnóstico e Prevenção de Anomalias Fetais, e dá outras providências.	Tramitando
105/2000	3.480/97	Deputado Bacci	Ênio	Dispõe sobre o atendimento preferencial ao idoso nas unidades vinculadas ao Sistema Único de Saúde.	Tramitando
106/2000	3.881/97	Deputado Roberto Pessoa	Ro-	Altera o § 1º do art. 236 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil (<i>normas para publicação de intimação</i>).	Tramitando
107/2000	1.748/99	Superior Tribunal Militar		Extingue a 5ª e a 6ª Auditorias da 1ª Circunscrição Judiciária Militar, extingue cargos da Magistratura e do Quadro Permanente das Auditorias da Justiça Militar da União, e dá outras providências.	Tramitando
108/2000	279/99	Deputado Bacci	Ênio	Dispõe sobre a obrigatoriedade da fixação de cartazes orientando sobre falsificação de remédios, em farmácias e drogarias, e dá outras providências.	Tramitando
109/2000	4.734/98	Deputado Lima	Paulo	Dispõe sobre a informatização, no âmbito da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 - Lei de Registros Públicos, da escrituração cartorária por meio de discos ópticos e optomagnéticos ou em outros meios reconhecidos como legais, sem prejuízo dos métodos atualmente empregados.	Tramitando
110/2000	2.414/2000	Deputado Dunga	Carlos	Denomina "Palácio Desembargador Rivando Bezerra Cavalcanti" o edifício sede do Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Paraíba.	Tramitando

Número		Autor		Ementa	Resultado
111/2000	577/99	Deputado	José Chaves	Denomina "Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes – Gilberto Freyre" o Aeroporto localizado na cidade do Recife, Estado do Pernambuco.	Tramitando
112/2000	3.756/2000	Presidente	da	Altera o art. 11 da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996 (utilização, pela Secretaria da Receita Federal, de informações relativas à CPMF para verificação da existência e para lançamento de crédito tributário).	À sanção Vetado parcialmente Lei nº 10.174, de 9.1.2001
113/2000	405/95	Deputado	Fernando Zuppo	Estabelece precedência aos usuários que especifica, no atendimento em órgãos da administração direta da União e de suas entidades da administração indireta.	Tramitando
114/2000 Compl.	77/99 Compl.	Presidente	da	Altera dispositivos da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional.	À sanção Lei Complementar nº 104, de 10.1.2001
115/2000	3.837/2000	Presidente	da	Dispõe sobre a incidência da contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP, e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, nas operações de venda dos produtos que especifica	À sanção Lei nº 10.147, de 21.12.2000
116/2000	3.520/2000	Deputado	Osmar Serraglio	Prorroga o prazo para as ratificações de concessões e alienações de terras feitas pelos Estados na faixa de fronteira e dá outras providências.	À sanção Lei nº 10.164, de 27.12.2000
117/2000	3.745/2000	Presidente	da	Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.	À sanção Vetado parcialmente Lei nº 10.165, de 27.12.2000
118/2000	2.508/2000	Deputado	Sílvio Torres	Denomina "Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos – Governador André Franco Montoro" o aeroporto internacional da cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo".	Tramitando

d) PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO (PDS)

Projetos aprovados e promulgados	
De iniciativa da Câmara dos Deputados	256

Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados	
De iniciativa de Senador	2
De iniciativa de Comissão	9
Total	11

Projeto rejeitado	
De iniciativa da Câmara dos Deputados	1

Projeto com tramitação sobrestada	
De iniciativa da Câmara dos Deputados	1

Em tramitação	
De iniciativa do Senado Federal	20
De iniciativa da Câmara dos Deputados	288
Total	308

d.1) De Sessões Legislativas anteriores

Número	Autor	Ementa	Resultado
16/84 – SF 58/84 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto da Convenção nº 87 relativa a Liberdade Sindical e à Proteção de Direito Sindical, adotado em São Francisco, em 1948, por ocasião da 31ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho.	Tramitando
12/88 – SF 13/88 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova os textos das Recomendações adotadas pela Conferência Internacional do Trabalho, no período de 1962 a 1985.	Rejeitado (art. 254 do RISF)
34/93 – SF 237/93 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre os povos indígenas e tribais em países independentes.	Tramitando
41/93 – SF 242/93 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão da empresa MODELO FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Castanhal, Estado do Pará.	Tramitando
47/93 – SF 60/91 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO FM RIO ACARAÚ DE TAMBORIL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Tamboril, Estado do Ceará.	Tramitando

Número	Autor	Ementa	Resultado
65/93 – SF 278/93 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão da RÁDIO GUAIRACÁ DE GUARAPUAVA LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná.	Tramitando
67/93 – SF 306/93 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à 98 TIMBURI FM LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Andirá, Estado do Paraná.	Tramitando
25/94 – SF 334/93 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO PANATI LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Patos, Estado da Paraíba.	Decreto Legislativo nº 132, de 20.6.2000
29/94 – SF 288/93 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO TOCANTINS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Cameté, Estado do Pará.	Decreto Legislativo nº 50, de 12.4.2000
30/94 – SF 310/93 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CULTURAL DO ARAGUAIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Jussara, Estado de Goiás.	Tramitando
32/94 – SF 336/93 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO GRAÚNA DE PALOTINA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Palotina, Estado do Paraná.	Tramitando
33/94 – SF 350/93 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à RÁDIO E TELEVISÃO INTEGRAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre.	Tramitando
47/94 – SF 353/93 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO VALE DO TAQUARI LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Coxim, Estado de Mato Grosso do Sul.	Decreto Legislativo nº 214, de 8.11.2000
63/94 – SF 375/93 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PANATI LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Patos, Estado da Paraíba.	Decreto Legislativo nº 117, de 8.6.2000
66/94 – SF 243/93 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ARAGUAIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brasília, Distrito Federal.	Decreto Legislativo nº 133, de 20.6.2000
67/94 – SF 376/93 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a outorga deferida à RÁDIO CENTENÁRIO DE ARARAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araras, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 215, de 8.11.2000
75/94 – SF 194/93 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO DIFUSORA PORTO REAL LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Rezende, Estado do Rio de Janeiro.	Decreto Legislativo nº 225, de 17.11.2000

Número	Autor	Ementa	Resultado
12/95 – SF 368/93 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO ESPERANÇA PRUDENTÓPOLIS LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Prudentópolis, Estado do Paraná.	Decreto Legislativo nº 126, de 16.6.2000
26/95 – SF 428/94 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TELEVISÃO LIBERAL LTDA., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na Cidade de Belém, Estado do Pará.	Tramitando
51/95 – SF 348/93 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga à RÁDIO E TELEVISÃO INTEGRAÇÃO LTDA., concessão para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na Cidade Cruzeiro do Sul, Estado do Acre.	Tramitando
55/95 – SF 21/95 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO EMISSORA FANDANGO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Cachoeira do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.	Decreto Legislativo nº 39, de 29.3.2000
65/95 – SF 7/95 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO E TELEVISÃO ATALAIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Óbidos, Estado do Pará.	Decreto Legislativo nº 216, de 8.11.2000
77/95 – SF 318/93 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO TREZE DE JUNHO S.A., atualmente denominada RÁDIO TREZE DE JUNHO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Mantena, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 186, de 18.10.2000
79/95 – SF 111/95 – CD	Comissão Especial – Câmara dos Deputados (Protocolo do Mercosul)	Aprova o texto do Protocolo relativo ao Código Aduaneiro do Mercosul, concluído em Ouro Preto, assinado pelo Brasil em 17 de dezembro de 1994.	Tramitando
89/95 – SF 42/95 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SUL PARANÁ RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de São Mateus do Sul, Estado do Paraná.	Tramitando
98/95 – SF 35/95 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CIDADE DE CASCAVEL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Cascavel, Estado do Paraná.	Tramitando
105/95 – SF 23/95 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO E TV CORREIO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba.	Decreto Legislativo nº 198, de 26.10.2000
111/95 – SF 312/93 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO DIFUSORA SÃO PATRÍCIO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Ceres, Estado de Goiás.	Decreto Legislativo nº 189, de 19.10.2000

Número	Autor	Ementa	Resultado
113/95 – SF 14/95 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CULTURA DE FOZ DO IGUAÇU LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas na Cidade de Foz do Iguaçú, Estado do Paraná.	Tramitando
116/95 – SF 41/95 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO E TV CORREIO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba.	Decreto Legislativo nº 123, de 14.6.2000
137/95 – SF 22/95 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO ANGRA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro.	Tramitando
179/95 – SF 332/93 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO EDUCADORA DE CHAPADA DIAMANTINA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Seabra, Estado da Bahia.	Tramitando
184/95 – SF 104/95 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO ALTO PIRANHAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Cajazeiras, Estado da Paraíba.	Decreto Legislativo nº 182, de 13.10.2000
186/95 – SF 102/95 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO GOIATUBA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Goiatuba, Estado de Goiás.	Decreto Legislativo nº 145, de 28.6.2000
5/96 – SF 138/95 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO BELA VISTA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Bela Vista, Estado de Mato Grosso do Sul.	Decreto Legislativo nº 129, de 19.6.2000
8/96 – SF 161/95 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à ECC - EMPRESA COROMANDELENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Coromandel, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
46/96 – SF 196/95 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ATLÂNTICA DE FREQUÊNCIA MODULADA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná.	Decreto Legislativo nº 108, de 1º.6.2000
48/96 – SF 212/95 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM STUDIO 96 LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.	Decreto Legislativo nº 148, de 29.6.2000
50/96 – SF 215/95 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a outorga deferida à RÁDIO ENCRUZILHADENSE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Encruzilhada do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.	Decreto Legislativo nº 130, de 19.6.2000

Número	Autor	Ementa	Resultado
53/96 – SF 225/95 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO TUCANO FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Tucano, Estado da Bahia.	Tramitando
58/96 – SF 114/89 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CIDADE DE SUMÉ LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Cuité, Estado da Paraíba.	Tramitando
59/96 – SF 140/89 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova concessão outorgada à REDE SUL MATO-GROSSENSE DE EMISSORAS LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Caarapó, Estado do Mato Grosso do Sul.	Tramitando
96/96 – SF 253/96 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO COMUNICADORA GRANDE RIO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro.	Tramitando
104/96 – SF 172/95 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO MF LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Feira de Santana, Estado da Bahia.	Decreto Legislativo nº 76, de 5.5.2000
114/96 – SF	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal	Declara a nulidade da compra, pela Companhia Vale do Rio Doce, das ações dos acionistas controladores da Urucum Mineração S.A., e dá outras providências.	Tramitando
115/96 – SF 274/96 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO CLUBE DE RONDONÓPOLIS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Rondonópolis, Estado do Mato Grosso.	Tramitando
1/97 – SF	Comissão Especial criada pelo RQS 585/96 – SF (garimpeiros de Serra Pelada)	Susta os efeitos da aprovação, pelo Presidente da República, da Nota Conjur-Minfra nº 0024-92, através da Exposição de Motivos nº 0019/92, do Ministro de Estado da Infra-Estrutura, publicada em 24 de março de 1992.	À Câmara dos Deputados em 25.5.99
42/97 – SF 341/96 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO AURI VERDE DE LONDRINA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Londrina, Estado do Paraná.	Tramitando
55/97 – SF 362/96 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO A VOZ DO SERIDÓ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Caicó, Estado do Rio Grande do Norte.	Tramitando
56/97 – SF 352/96 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO INDUSTRIAL DE VÁRZEA GRANDE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso.	Tramitando

Número	Autor	Ementa	Resultado
62/97 – SF 368/96 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto do Acordo relativo à Readmissão de Pessoas em Situação Irregular, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Paris, em 28 de maio de 1996.	Tramitando
78/97 – SF 155/97 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão deferida à TV STUDIOS SILVIO SANTOS LTDA., atualmente denominada TVSBT - canal 11 do Rio de Janeiro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.	Decreto Legislativo nº 113, de 7.6.2000
105/97 – SF 211/97 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da FUNDAÇÃO CULTURAL E EDUCACIONAL SANTANA DE CAETITÉ para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Caetité, Estado da Bahia.	Tramitando
107/97 – SF 420/97 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão deferida à RÁDIO BRASIL SOCIEDADE LIMITADA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo.	Tramitando
109/97 – SF 428/97 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CLUBE DE ITAÚNA S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Itaúna, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
114/97 – SF 435/97 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CAMPINAS DO SUL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média de âmbito local na Cidade de Campinas do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando
116/97 – SF 454/97 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO SERRA DA CAPIVARA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de São Raimundo Nonato, Estado do Piauí.	Tramitando
127/97 – SF 472/97 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO CLUBE DE ITAÚNA S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Itaúna, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
130/97 – SF 432/97 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO JOVEM SOM DE PRESIDENTE VENCESLAU LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Presidente Venceslau, Estado de São Paulo.	Tramitando
¹ 2131/97 – SF 573/97 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997.	Tramitando

1 Tramitação interrompida em 29.4.98.

2 Em 27.4.99, voltou a tramitar, tendo em vista o atendimento ao RQS nº 259/98.

Número	Autor	Ementa	Resultado
5/98 – SF 258/96 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto do Tratado de Extradicação celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Coréia, em Brasília, em 1º de setembro de 1995.	Tramitando
6/98 – SF 559/97 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Civil, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Paris, em 28 de maio de 1996.	Decreto Legislativo nº 163, de 3.8.2000
17/98 – SF 627/98 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto do Acordo sobre Transporte Fluvial Transversal Fronteiriço de Passageiros, Veículos e Cargas, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, no Rio de Janeiro, em 27 de abril de 1997.	Decreto Legislativo nº 59, de 18.4.2000
28/98 – SF 484/97 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO O POVO LTDA., atualmente denominada Empresa Jornalística O Povo S.A., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.	Tramitando
30/98 – SF 486/97 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão deferida à RÁDIO ENTRE RIOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Santo Antônio do Sudoeste, Estado do Paraná.	Tramitando
35/98 – SF 491/97 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão deferida à TELEVISÃO LAGES LTDA., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na Cidade de Lages, Estado de Santa Catarina.	Tramitando
48/98 – SF 506/97 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO DIFUSORA PARAISENSE LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 158, de 4.7.2000
61/98 – SF 494/97 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão deferida à RÁDIO EMISSORA BATOVI LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de São Gabriel, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando
67/98 – SF 531/97 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão deferida à REDE DE EMISSORAS UNIDAS DE PARAGOMINAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Paragominas, Estado do Pará.	Tramitando
69/98 – SF 533/97 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO MIRANTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de São Luís, Estado do Maranhão.	Tramitando
70/98 – SF 534/97 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão deferida à RÁDIO ALIANÇA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina.	Tramitando

Número	Autor	Ementa	Resultado
72/98 – SF 536/97 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO CLUBE DE CONQUISTA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Vitória da Conquista, Estado da Bahia.	Tramitando
73/98 – SF 537/97 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO ASTORGA BROADCASTING LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Astorga, Estado do Paraná.	Tramitando
77/98 – SF 542/97 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO JAGUARI LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Jaguari, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando
84/98 – SF 549/97 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada À RÁDIO CIDADE DE CUIABÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.	Tramitando
108/98 – SF 585/97 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Santos, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 11, de 24.2.2000
115/98 – SF 592/97 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da SOCIEDADE RÁDIO CLUBE DE OSWALDO CRUZ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Oswaldo Cruz, Estado de São Paulo.	Tramitando
126/98 – SF 604/97 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à EMPRESA JORNALÍSTICA O POVO S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.	Tramitando
129/98 – SF 607/97 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO CACIQUE DE GUARAPUAVA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Guarapuava, Estado do Paraná.	Tramitando
131/98 – SF 609/97 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CAPITAL DO SOM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul.	Tramitando
132/98 – SF 610/97 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da SOCIEDADE RÁDIO PEPERI LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina.	Tramitando
134/98 – SF 612/97 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ATENAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Alfenas, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 110, de 2.6.2000

Número	Autor	Ementa	Resultado
4/99 – SF 658/98 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto do Acordo Comercial celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Indonésia, em Brasília, em 24 de setembro de 1996.	Tramitando
16/99 – SF	Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal	Aprova a Programação Monetária relativa ao primeiro trimestre de 1999.	À Câmara dos Deputados em 23.2.99
18/99 – SF	Senador Mozarildo Cavalcanti	Convoca plebiscito sobre a criação do Estado do Araguaia.	Tramitando
19/99 – SF	Senador Mozarildo Cavalcanti	Convoca plebiscito sobre a criação do Estado do Tapajós.	À Câmara dos Deputados em 23.11.2000
20/99 – SF	Senador Mozarildo Cavalcanti	Convoca plebiscito sobre a criação do Estado do Solimões.	À Câmara dos Deputados em 9.11.2000
23/99 – SF	Senador Roberto Freire	Susta ato do Executivo que determina estudos e ações visando a privatização do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal.	Tramitando
38/99 – SF	Senador Paulo Hartung	Susta a Resolução nº 2.461, de 26 de dezembro de 1997, do Conselho Monetário Nacional.	Tramitando
44/99 – SF	Comissão de Assuntos Econômicos do SF	Aprova a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre de 1999.	À Câmara dos Deputados em 7.4.99
47/99 – SF	Senadores José Eduardo Dutra, Heloisa Helena e outros	Dispõe sobre a convocação de plebiscito acerca da desestatização da Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF.	Tramitando
48/99 – SF 305/93 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à EMISSORA SUL GOIANA DE QUIRINÓPOLIS LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Quirinópolis, Estado de Goiás.	Tramitando
49/99 – SF 637/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO INTEGRAÇÃO DO BREJO LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bananeiras, Estado da Paraíba.	Tramitando
50/99 – SF 638/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO CLUBE DE MIRANDÓPOLIS LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mirandópolis, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 7, de 23.2.2000
51/99 – SF 639/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CAPIXABA LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo.	Decreto Legislativo nº 8, de 23.2.2000
52/99 – SF 640/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA APARECIDA, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Aparecida, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 18, de 2.3.2000

Número	Autor	Ementa	Resultado
53/99 – SF 641/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO EMISSORA BOTUCARAÍ LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cachoeira do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.	Decreto Legislativo nº 35, de 24.3.2000
54/99 – SF 642/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO SERRA AZUL DE FREQUÊNCIA MODULADA LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santos Dumont, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 24, de 15.3.2000
55/99 – SF 643/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO DIFUSORA DE AMPARO LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Amparo, Estado de São Paulo.	Tramitando
56/99 – SF 670/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao SISTEMA TRANSRIO DE COMUNICAÇÃO LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.	Decreto Legislativo nº 118, de 8.6.2000
57/99 – SF 669/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO CULTURA DE POÇOS DE CALDAS LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 26, de 16.3.2000
59/99 – SF 668/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão do SISTEMA DE RADIODIFUSÃO ARAXÁ LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araxá, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 14, de 25.2.2000
60/99 – SF 644/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO BARBACENA LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Barbacena, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
62/99 – SF 647/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RADIODIFUSÃO LITORAL SUL LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná.	Decreto Legislativo nº 43, de 6.4.2000
63/99 – SF 704/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CULTURA DE CAJURU LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cajuru, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 44, de 6.4.2000
64/99 – SF 649/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CLUBE DE MOCOCA LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mococa, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 85, de 12.5.2000

Número	Autor	Ementa	Resultado
65/99 – SF 678/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO TRANSCONTINENTAL LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 45, de 6.4.2000
66/99 – SF 680/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO SETE COLINAS DE UBERABA LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 91, de 17.5.2000
67/99 – SF 676/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO DIFUSORA BENTO GONÇALVES LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul.	Decreto Legislativo nº 66, de 5.5.2000
68/99 – SF 650/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da FUNDAÇÃO ALDEIA SOS DE GOIOERÊ, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Goioerê, Estado do Paraná.	Decreto Legislativo nº 9, de 23.2.2000
70/99 – SF 653/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO BEIRA-MAR DE SÃO SEBASTIÃO LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Sebastião, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 46, de 7.4.2000
71/99 – SF 654/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão deferida à SOCIEDADE RÁDIO CLUBE DE CORUMBÁ LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Corumbá, Estado do Mato Grosso do Sul.	Tramitando
72/99 – SF 656/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO EMISSORAS DO LITORAL PAULISTA LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Caraguatatuba, Estado de São Paulo.	Tramitando
73/99 – SF 657/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO CENTRAL DO PARANÁ LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.	Tramitando
74/99 – SF 662/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO DIFUSORA ALTO VALE LTDA., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina.	Decreto Legislativo nº 67, de 5.5.2000
75/99 – SF 663/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TELEVISÃO MORENA LTDA., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul.	Decreto Legislativo nº 68, de 5.5.2000

Número	Autor	Ementa	Resultado
76/99 – SF 664/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO E TELEVISÃO UNIVERSITÁRIA METROPOLITANA LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando
77/99 – SF 665/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO DIFUSORA DE ASSIS S.A., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Assis, Estado de São Paulo.	Tramitando
78/99 – SF 666/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO EDUCADORA DE CAMPINAS LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 69, de 5.5.2000
79/99 – SF 671/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PICUI - FUNDEPI, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Picuí, Estado da Paraíba.	Decreto Legislativo nº 27, de 16.3.2000
80/99 – SF 672/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO SOCIEDADE DE CERES LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ceres, Estado de Goiás.	Tramitando
81/99 – SF 673/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES LTDA., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Salvador, Estado da Bahia.	Decreto Legislativo nº 194, de 25.10.2000
83/99 – SF 675/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão deferida à RÁDIO PRINCESA ISABEL LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Princesa Isabel, Estado da Paraíba.	Tramitando
385/99 – SF 752/98 – CD	Mesa - CD	Consolida as disposições dos Decretos Legislativos nºs 96, de 1975, e nº 29, de 1981, e dá outras providências.	Tramitando
86/99 – SF 677/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO REGIONAL DE CONQUISTA LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Vitória da Conquista, Estado da Bahia.	Decreto Legislativo nº 51, de 12.4.2000
87/99 – SF 679/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à DIFUSORA OURO VERDE LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.	Decreto Legislativo nº 47, de 7.4.2000

Número	Autor	Ementa	Resultado
88/99 – SF 681/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO PLATINA DE ITUIUTABA LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 70, de 5.5.2000
89/99 – SF 682/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO TERNURA LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibitinga, Estado de São Paulo.	Decreto legislativo nº 36, de 24.3.2000
90/99 – SF 683/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO AMÉRICA S.A., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.	Tramitando
92/99 – SF 685/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO DIFUSORA DE PATROCÍNIO LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Patrocínio, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 71, de 5.5.2000
93/99 – SF 686/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da FUNDAÇÃO SÃO JOSÉ DO PARAÍSO, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
94/99 – SF 687/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Votorantim, Estado de São Paulo.	Tramitando
95/99 – SF 688/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 28, de 17.3.2000
96/99 – SF 689/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da SOCIEDADE RÁDIO CLUB ALTINÓPOLIS LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Altinópolis, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 12, de 24.2.2000
97/99 – SF 690/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 25, de 15.3.2000
98/99 – SF 695/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO DIFUSORA DE ITUIUTABA LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 29, de 17.3.2000
99/99 – SF 703/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO FLORESTA LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tucuruí, Estado do Pará.	Decreto Legislativo nº 72, de 5.5.2000

Número	Autor	Ementa	Resultado
100/99 – SF 705/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da SOCIEDADE RÁDIO IMBIARA DE ARAXÁ LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araxá, Estado de Minas Gerais.	Decreto legislativo nº 37, de 24.3.2000
101/99 – SF 706/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO JORNAL SÃO MIGUEL LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Miguel do Iguaçú, Estado do Paraná.	Decreto Legislativo nº 15, de 25.2.2000
102/99 – SF 707/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA IMACULADA CONCEIÇÃO para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Palmeira, Estado do Paraná.	Decreto Legislativo nº 16, de 25.2.2000
103/99 – SF 646/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO DIFUSORA DE PATROCÍNIO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Patrocínio, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 86, de 12.5.2000
104/99 – SF 648/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO SÃO JOAQUIM LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Joaquim da Barra, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 13, de 24.2.2000
105/99 – SF	Senadora Marina Silva	Dispõe sobre a apuração de indícios de despesas não autorizadas, conforme prescrito no art. 72 da Constituição Federal.	Tramitando
106/99 – SF	Senador Mozarildo Cavalcanti	Susta a Portaria do Ministério da Justiça nº 820, de 11 de dezembro de 1998, que declara de posse permanente dos índios a Terra Indígena Raposa Serra do Sol.	Tramitando
107/99 – SF 655/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão deferida à RÁDIO TROPICAL AM LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Luziânia, Estado de Goiás.	Decreto Legislativo nº 73, de 5.5.2000
108/99 – SF 746/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO ANDRADAS LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Andradas, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
109/99 – SF 747/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à CULTURA II FM DE POÇOS DE CALDAS LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 94, de 19.5.2000
110/99 – SF 748/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da SOCIEDADE RÁDIO CACIQUE DE CAPIVARI LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Capivari, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 52, de 12.4.2000

Número	Autor	Ementa	Resultado
111/99 – SF 749/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à ABC FM STÉREO LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo André, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 53, de 13.4.2000
112/99 – SF 753/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO UNIVERSO LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.	Decreto Legislativo nº 187, de 18.10.2000
113/99 – SF 754/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da FUNDAÇÃO RADIODIFUSORA DE CONGONHAS, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Congonhas, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 77, de 9.5.2000
114/99 – SF 755/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da FUNDAÇÃO RADIODIFUSORA DE CONGONHAS, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Congonhas, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 81, de 10.5.2000
115/99 – SF 756/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO NOSSA SENHORA DO SOCORRO LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Socorro, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 87, de 12.5.2000
116/99 – SF	Senadora Marina Silva	Susta a aplicação do disposto no art. 2º, inciso XIV, do Decreto nº 1.752, de 20 de dezembro de 1995.	Tramitando
121/99 – SF	Senador Blairo Maggi	Autoriza, nos termos do § 3º do art. 231 da Constituição Federal, o aproveitamento dos recursos hídricos de trechos dos rios das Mortes, Araguaia e Tocantins exclusivamente para fins de transporte fluvial e dá outras providências.	Tramitando
122/99 – SF	Senador Blairo Maggi	Autoriza, nos termos do § 3º do art. 231 da Constituição Federal, o aproveitamento dos recursos hídricos de trechos dos rios Juruema, Teles Pires e Tapajós exclusivamente para fins de transporte fluvial e dá outras providências.	Tramitando
126/99 – SF 732/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO GLOBO DE SÃO PAULO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda curta na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.	Tramitando
128/99 – SF 751/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), com fins exclusivamente educativos, na cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 17, de 2.3.2000

Número	Autor	Ementa	Resultado
135/99 – SF	Senador Pedro Simon	Susta o Decreto do Poder Executivo Federal, de 23 de maio de 1997, que autoriza a cisão de Furnas – Centrais Elétricas S/A, altera o objeto social da NUCLEN – Engenharia e Serviços S/A, autoriza a transferência da autorização para construção e operação da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto e dá outras providências.	Tramitando
137/99 – SF 551/97 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO CLUBE DE ITAPIRA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itapira, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 74, de 5.5.2000
138/99 – SF 722/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da FUNDAÇÃO CULTURAL E EDUCACIONAL BOM JESUS para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bom Jesus da Lapa, Estado da Bahia.	Decreto Legislativo nº 54, de 13.4.2000
139/99 – SF 723/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO MARCELINO RAMOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Marcelino Ramos, Estado do Rio Grande do Sul.	Decreto Legislativo nº 75, de 5.5.2000
140/99 – SF 724/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à JPB – EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina.	Decreto Legislativo nº 19, de 2.3.2000
141/99 – SF 725/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO AURILÂNDIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 80, de 9.5.2000
142/99 – SF 727/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão da FM 100 LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Anápolis, Estado de Goiás.	Decreto Legislativo nº 55, de 13.4.2000
143/99 – SF 554/97 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO SOCIEDADE SOBRADINHO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Sobradinho, Estado do Rio Grande do Sul.	Decreto Legislativo nº 56, de 13.4.2000
144/99 – SF 719/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DE BELÉM (RÁDIO CULTURA) para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná.	Decreto Legislativo nº 92, de 17.5.2000
145/99 – SF 720/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da SOCIEDADE RÁDIO OLIVEIRA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Oliveira, Estado de Minas Gerais.	Tramitando

Número	Autor	Ementa	Resultado
146/99 – SF 721/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO CENTRAL DO TRIÂNGULO MINEIRO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Monte Alegre de Minas, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 88, de 12.5.2000
147/99 – SF 726/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da SOCIEDADE RÁDIO FRUTAL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Frutal, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 48, de 7.4.2000
148/99 – SF 728/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO IRACEMA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina.	Decreto Legislativo nº 57, de 13.4.2000
149/99 – SF 729/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO CULTURA DE BARIRI LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bariri, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 58, de 13.4.2000
150/99 – SF 730/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PIATÁ DE SALVADOR LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salvador, Estado da Bahia.	Decreto Legislativo nº 60, de 18.4.2000
151/99 – SF 731/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO MIRIAM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando
152/99 – SF 733/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO CULTURA DE CURITIBA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.	Tramitando
153/99 – SF 734/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CONTINENTAL DE FRANCISCO BELTRÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná.	Decreto Legislativo nº 78, de 9.5.2000
154/99 – SF 735/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO TUPÃ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tupã, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 61, de 18.4.2000
155/99 – SF 736/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO CLUBE DE CAMPO BELO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Campo Belo, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 96, de 19.5.2000
156/99 – SF 738/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE MINEIRA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 190, de 19.10.2000

Número	Autor	Ementa	Resultado
157/99 – SF 739/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO ARAGUAIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda curta na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.	Decreto Legislativo nº 159, de 4.7.2000
158/99 – SF 740/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que declara perempta a concessão outorgada à BRUMADO RADIODIFUSÃO SERTANEJA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Brumado, Estado da Bahia.	Tramitando
159/99 – SF 741/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO CLUBE DE GUAXUPÉ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guaxupé, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 218, de 9.11.2000
163/99 – SF 13/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO EDUCADORA DE DOIS VIZINHOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.	Decreto Legislativo nº 62, de 19.4.2000
164/99 – SF 17/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova os atos que renovam as concessões outorgadas à FUNDAÇÃO METROPOLITANA PAULISTA para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média e onda curta na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 30, de 22.3.2000
165/99 – SF 18/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO CULTURA DE BRAGANÇA PAULISTA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bragança Paulista, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 63, de 19.4.2000
166/99 – SF 22/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO ALVORADA DE CARDOSO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cardoso, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 105, de 31.5.2000
167/99 – SF 25/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da SOCIEDADE RÁDIO NOVO HORIZONTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Novo Horizonte, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 79, de 9.5.2000
170/99 – SF	Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal	Aprova a Programação Monetária relativa ao terceiro trimestre de 1999.	À Câmara dos Deputados em 18.8.99
4171/99 – SF	Senador Carlos Patrocínio	Altera o Decreto Legislativo nº 96, de 1975, que "dispõe sobre o pecúlio parlamentar".	Tramitando
172/99 – SF 10/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO CULTURA DE PORTO NOVO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Além Paraíba, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 98, de 23.5.2000

Número	Autor	Ementa	Resultado
173/99 – SF 11/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO COSTA AZUL FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro.	Decreto Legislativo nº 106, de 31.5.2000
174/99 – SF 12/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão da RÁDIO DIFUSORA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
175/99 – SF 14/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO ALVORADA DE LINS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Lins, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 93, de 17.5.2000
176/99 – SF 15/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO ANDRADINA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Andradina, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 109, de 1º.6.2000
177/99 – SF 19/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO DIFUSORA DE ITAPETININGA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itapetininga, Estado São Paulo.	Decreto Legislativo nº 160, de 4.7.2000
178/99 – SF 21/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO VALE DO RIO TIETÊ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de José Bonifácio, Estado de São Paulo.	Tramitando
179/99 – SF 23/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a autorização do Governo do Estado de Minas Gerais – RÁDIO INCONFIDÊNCIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 219, de 9.11.2000
180/99 – SF 24/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RAULAND BELÉM SOM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belém, Estado do Pará.	Tramitando
181/99 – SF 26/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO PRESIDENTE VENCESLAU LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Presidente Venceslau, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 95, de 19.5.2000
182/99 – SF 27/99	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PRESIDENTE PRUDENTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 97, de 19.5.2000
184/99 – SF 33/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO BROTAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Piraí do Sul, Estado do Paraná.	Tramitando

Número	Autor	Ementa	Resultado
185/99 – SF 37/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão do SISTEMA CLUBE DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda curta na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 99, de 23.5.2000
186/99 – SF 51/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO ELDORADO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 111, de 2.6.2000
187/99 – SF 54/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da INTERVISÃO – EMISSORAS DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens – TV na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
188/99 – SF 55/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO PRESIDENTE PRUDENTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 101, de 25.5.2000
189/99 – SF 56/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO PAULISTA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paulista, Estado de Pernambuco.	Decreto Legislativo nº 165, de 14.9.2000
190/99 – SF 61/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO RÁDIO EDUCATIVA OSWALDO CRUZ para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Sertãozinho, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 104, de 26.5.2000
191/99 – SF 67/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO DIFUSORA DE CATANDUVA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Catanduva, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 82, de 20.5.2000
192/99 – SF 68/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO DINÂMICA DE SANTA FÉ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Fé do Sul, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 191, de 19.10.2000
193/99 – SF 69/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO LOGOS – EDIÇÕES, JORNALISMO E RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 124, de 14.6.2000
194/99 – SF 57/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão da RÁDIO INTERCONTINENTAL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.	Decreto Legislativo nº 102, de 25.5.2000

Número	Autor	Ementa	Resultado
195/99 – SF 108/95 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão deferida à RÁDIO ALVORADA DE RONDÔNIA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ji-Paraná, Estado de Rondônia.	Decreto Legislativo nº 220, de 10.11.2000
196/99 – SF 178/95 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO DIFUSORA GUARAPUAVA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná.	Decreto Legislativo nº 134, de 20.6.2000
197/99 – SF 395/97 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a outorga deferida à RÁDIO DIFUSORA CRISTAL LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Quixeramobim, Estado do Ceará.	Tramitando
198/99 – SF 396/97 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que declara perempta a concessão outorgada à RÁDIO DIFUSORA VALE DO RIO UNA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Bento do Uma, Estado de Pernambuco.	Decreto Legislativo nº 119, de 8.6.2000
⁵ 199/99 – SF 501/97 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO PORTA VOZ DE CIANORTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cianorte, Estado do Paraná.	Tramitação sobrestada (Vide nota)
200/99 – SF 34/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO OITO DE SETEMBRO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Descalvado, Estado de São Paulo.	Tramitando
201/99 – SF 35/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 149, de 29.6.2000
202/99 – SF 36/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à INTERSOM – EMISSORA DE FREQUÊNCIA MODULADA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 199, de 26.10.2000
203/99 – SF 38/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão do SISTEMA CLUBE DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 114, de 7.6.2000
204/99 – SF 43/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO LUZ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 120, de 8.6.2000

⁵ Tramitação sobrestada, em 13.6.2000, em virtude de aprovação do RQS nº 302/2000, para aguardar posicionamento do Poder Judiciário sobre as questões jurídicas pertinentes ao controle acionário da Rádio Porta Voz de Cianorte Ltda.

Número	Autor	Ementa	Resultado
205/99 – SF 45/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a autorização do Governo do Estado de Minas Gerais – RÁDIO INCONFIDÊNCIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda curta na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 221, de 10.11.2000
206/99 – SF 46/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOMBRASIL COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo.	Decreto Legislativo nº 127, de 16.6.2000
207/99 – SF 48/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da FUNDAÇÃO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS DE UNIÃO DA VITÓRIA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de União da Vitória, Estado do Paraná.	Decreto Legislativo nº 83, de 10.5.2000
208/99 – SF 49/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO INDEPENDÊNCIA DE RIBERIÃO PRETO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 121, de 8.6.2000
209/99 – SF 53/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO DIFUSORA DE PIRASSUNUNGA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pirassununga, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 89, de 12.5.2000
210/99 – SF 47/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO MONTES CLAROS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
213/99 – SF 295/93 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO PARANAÍBA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itumbiara, Estado de Goiás.	Tramitando
214/99 – SF 60/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 200, de 26.10.2000
215/99 – SF 70/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO NORTE-RIOGRANDENSE DE PESQUISA E CULTURA – FUNPEC, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.	Decreto Legislativo nº 31, de 22.3.2000
216/99 – SF 86/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO AJURICABA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de e Manaus, Estado do Amazonas.	Decreto Legislativo nº 64, de 28.4.2000

Número	Autor	Ementa	Resultado
217/99 – SF 70/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao SISTEMA DE RADIODIFUSÃO ARAXÁ LTDA. sonora em frequência modulada na cidade de Araxá, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 175, de 5.10.2000
218/99 – SF 126/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO MUNDIAL S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.	Decreto Legislativo nº 172, de 15.9.2000
219/99 – SF 129/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO EXCELSIOR LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 137, de 28.6.2000
221/99 – SF 145/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão deferida à RBN – REDE BRASIL NORTE DE ETELEVISÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.	Decreto legislativo nº 65, de 27.4.2000
222/99 – SF 157/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da SOCIEDADE RÁDIO PRINCESA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná.	Decreto Legislativo nº 90, de 12.5.2000
224/99 – SF 50/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO CULTURAL RIOGRANDENSE para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.	Decreto Legislativo nº 107, de 31.5.2000
226/99 – SF	Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal	Aprova a Programação Monetária relativa ao quarto trimestre de 1999.	À Câmara dos Deputados em 21.10.99
228/99 – SF 212/99	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Taubaté, Estado de São Paulo.	Decreto legislativo nº 33, de 23.3.2000
229/99 – SF 218/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO DIFUSORA TAUBATÉ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Taubaté, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 226, de 17.11.2000
230/99 – SF 226/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CAPITAL DO VALE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caçapava, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 34, de 23.3.2000
232/99 – SF 111/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	aprova o ato que renova a concessão da FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA APARECIDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Aparecida, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 146, de 28.6.2000

Número	Autor	Ementa	Resultado
233/99 – SF 112/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO MORADA DO SOL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araraquara, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 147, de 28.6.2000
234/99 – SF 113/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO EMISSORA VANGUARDA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 161, de 4.7.2000
235/99 – SF 114/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO EDUCADORA GOITACÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Campos, Estado do Rio de Janeiro.	Decreto Legislativo nº 201, de 27.10.2000
236/99 – SF 115/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ALVORADA FREQUÊNCIA MODULADA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.	Decreto Legislativo nº 207, de 1º.11.2000
237/99 – SF 116/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO CHAMPAGNAT para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.	Decreto Legislativo nº 138, de 28.6.2000
238/99 – SF 117/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CULTURA ARARAQUARA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araraquara, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 202, de 27.10.2000
239/99 – SF 119/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da ORLÂNDIA RÁDIO CLUBE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Orlandia, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 139, de 28.6.2000
240/99 – SF 120/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO ASSUNÇÃO DE JALES SOCIEDADE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jales, Estado de São Paulo.	Tramitando
241/99 – SF 121/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da FUNDAÇÃO CULTURAL DE ARATIBA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Aratiba, Estado do Rio Grande do Sul.	Decreto Legislativo nº 227, de 17.11.2000
242/99 – SF 127/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO CLUBE DE ITAPEVA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itapeva, Estado de São Paulo.	Tramitando
243/99 – SF 128/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão de EMISORAS CENTRO-OESTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cruz Alta, Estado do Rio Grande do Sul.	Decreto Legislativo nº 150, de 29.6.2000

Número	Autor	Ementa	Resultado
244/99 – SF 139/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL PEDRO TRÉS para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vila Velha, Estado do Espírito Santo.	Decreto Legislativo nº 140, de 28.6.2000
245/99 – SF 141/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE ASSIS para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Assis, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 100, de 23.5.2000
248/99 – SF 118/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da SOCIEDADE RÁDIO DIFUSORA DE LENÇÓIS PAULISTA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Lençóis Paulista, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 222, de 10.11.2000
249/99 – SF 122/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a outorga deferida à RÁDIO TAQUARA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Taquara, Estado do Rio Grande do Sul.	Decreto Legislativo nº 40, de 30.3.2000
250/99 – SF 123/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO CULTURA DE ASSIS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Assis, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 208, de 1º.11.2000
251/99 – SF 124/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO EMISSORA VANGUARDA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo.	Tramitando
252/99 – SF 125/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO UIRAPURU LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Birigui, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 228, de 17.11.2000
253/99 – SF 130/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO FM CIDADE DE MOGI GUAÇU LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mogi Guaçu, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 232, de 23.22.2000
254/99 – SF 143/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da FUNDAÇÃO EDUCATIVA NORDESTE para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Soledade, Estado do Rio Grande do Sul.	Decreto Legislativo nº 41, de 3.4.2000
255/99 – SF 159/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão À FUNDAÇÃO SENHOR BOM JESUS para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Perdões, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 49, de 7.4.2000

Número	Autor	Ementa	Resultado
256/99 – SF 185/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO GLOBO S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro.	Tramitando
257/99 – SF 194/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO GLOBO DE SÃO PAULO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 252, de 8.12.2000
259/99 – SF 134/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE RÁDIO E TELEVISÃO para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araraquara, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 84, de 20.5.2000
260/99 – SF 176/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA SYRIA COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tucunduva, Estado do Rio Grande do Sul.	Decreto Legislativo nº 42, de 3.4.2000
261/99 – SF 146/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO JORNAL CIDADE BAURU LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bauru, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 192, de 19.10.2000
262/99 – SF 147/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da FUNDAÇÃO CASPER LÍBERO para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.	Tramitando
263/99 – SF 148//99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão do SISTEMA JORNAL DE RÁDIO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo.	Tramitando
264/99 – SF 149/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da SOCIEDADE RÁDIO DIFUSORA SANTA CRUZ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Cruz do Rio Pardo, Estado de São Paulo.	Tramitando
265/99 – SF 151/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão do SISTEMA JORNAL DE RÁDIO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 233, de 27.11.2000
266/99 – SF 154/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão da RÁDIO JORNAL DE RIO CLARO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 209, de 1º.11.2000

Número	Autor	Ementa	Resultado
267/99 – SF 155/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO MUSICAL FM S/C LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jacareí, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 210, de 1º.11.2000
268/99 – SF 156/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão DA RÁDIO JORNAL DE RIO CLARO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo.	Tramitando
269/99 – SF 160/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO DE PESQUISA, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DE TOLEDO – FUNDAÇÃO TOLEDO - para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Toledo, Estado do Paraná.	Decreto Legislativo nº 141, de 28.6.2000
270/99 – SF 161/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO CLUBE DE BIRIGUI LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Birigui, Estado de São Paulo.	Tramitando
271/99 – SF 273/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ITAPORANGA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média de âmbito local na cidade de Itaporanga, Estado de São Paulo.	Tramitando
275/99 – SF 16/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da FUNDAÇÃO CULTURAL RIOGRANDENSE para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.	Decreto Legislativo nº 152, de 29.6.2000
276/99 – SF 131/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ASSUNÇÃO DE JALES SOCIEDADE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jales, Estado de São Paulo.	Tramitando
277/99 – SF 132/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO MÃE DE DEUS para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.	Decreto Legislativo nº 162, de 4.7.2000
278/99 – SF 135/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO MISSIONEIRA DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Ângelo, Estado do Rio Grande do Sul.	Decreto Legislativo nº 223, de 10.11.2000
279/99 – SF 136/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO DE INTEGRAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DO NOROESTE DO ESTADO para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul.	Decreto Legislativo nº 142, de 28.6.2000

Número	Autor	Ementa	Resultado
280/99 – SF 142/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO CIDADE JUNDIAÍ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 229, de 17.11.2000
281/99 – SF 150/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO FM “CAPITAL DOS MINÉRIOS” LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itapeva, Estado de São Paulo.	Tramitando
282/99 – SF 152/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO JORNAL DO POVO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Limeira, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 250, de 7.12.2000
283/99 – SF 158/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO EDUCATIVA DE RADIODIFUSÃO PROFESSOR LOURENÇO FILHO para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Ferreira, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 246, de 5.12.2000
284/99 – SF 164/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO a executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.	Tramitando
285/99 – SF 170/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO DIFUSORA TAUBATÉ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pindamonhangaba, Estado de São Paulo.	Tramitando
286/99 – SF 171/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO TROPICAL DE RIBEIRÃO PRETO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.	Tramitando
287/99 – SF 178/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO CHAMPAGNAT para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.	Decreto Legislativo nº 153, de 29.6.2000
288/99 – SF 179/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO SARA NOSSA TERRA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro.	Tramitando
289/99 – SF 183/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO MORENA STÉREO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.	Tramitando

Número	Autor	Ementa	Resultado
290/99 – SF 184/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO JEQUITIBÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.	Tramitando
291/99 – SF 200/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO DIFUSORA RHEMA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Granada, Estado de São Paulo.	Tramitando
292/99 – SF 201/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO GUARAMANO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Guarani das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.	Decreto Legislativo nº 21, de 14.3.2000
293/99 – SF 230/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CORREIO DO VALE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mamanguape, Estado da Paraíba.	Tramitando
295/99 – SF 277/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão AO SISTEMA EXCELSIOR DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 211, de 1º.11.2000
296/99 – SF 271/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à EMPRESA E COMUNICAÇÃO PRM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Santos, Estado de São Paulo.	Tramitando
297/99 – SF 281/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE PONTA GROSSA para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens (TV) na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.	Decreto Legislativo nº 32, de 22.3.2000
6 ^o 1/2000 – SF 85/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOCIEDADE PATENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
2/2000 – SF 89/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO PAIQUERÊ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Londrina, Estado do Paraná.	Tramitando
3/2000 – SF 90/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO DIFUSORA APUCARANA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Apucarana, Estado do Paraná.	Tramitando

6 Os projetos nº 1 a 43/2000 foram apresentados durante a 2ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura, realizada no período de 5.1 a 14.2.2000.

Número	Autor	Ementa	Resultado
4/2000 – SF 96/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO CULTURA DE GUAÍRA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guaíra, Estado de São Paulo.	Tramitando
5/2000 – SF 101/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO PIRATININGA DE PIRAJU LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Piraju, Estado de São Paulo.	Tramitando
6/2000 – SF 105/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada a O DIÁRIO RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.	Tramitando
7/2000 – SF 133/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ a executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Icapuí, Estado do Ceará.	Decreto Legislativo nº 157, de 3.7.2000
8/2000 – SF 144/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO SARA NOSSA TERRA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Planaltina, Estado de Goiás.	Tramitando
9/2000 – SF 175/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO FM CONCÓRDIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Três Lagoas, Estado do Mato Grosso do Sul.	Decreto Legislativo nº 128, de 16.6.2000
10/2000 – SF 190/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO CULTURAL NOSSA SENHORA DE LOURDES DE MARINGÁ para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens (TV) na cidade de Maringá, Estado do Paraná.	Decreto Legislativo nº 173, de 15.9.2000
11/2000 – SF 208/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão ao SISTEMA DE COMUNICAÇÃO RIO BONITO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Palmas, Estado do Tocantins.	Decreto Legislativo nº 212, de 1º.11.2000
12/2000 – SF 209/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão ao SISTEMA DE COMUNICAÇÃO RIO BONITO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Gurupi, Estado de Tocantins.	Decreto Legislativo nº 251, de 7.12.2000
13/2000 – SF 211/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da JERÔNIMO T. MINAMIHARA & CIA. LTDA. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Assaí, Estado do Paraná.	Tramitando
14/2000 – SF 247/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da TV GLOBO DE JUIZ DE FORA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (TV) na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 174, de 15.9.2000

Número	Autor	Ementa	Resultado
15/2000 – SF 249/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOCIEDADE DE RADIODIFUSÃO CAPIVARI LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Capivari, Estado de São Paulo.	Tramitando
16/2000 – SF 251/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO E TELEVISÃO IGUAÇU S. ^a para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.	Tramitando
17/2000 – SF 256/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à VALENTE PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caçu, Estado de Goiás.	Tramitando
718/2000 – SF 257/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA GOIANO DE TELECOMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás.	Tramitando
19/2000 – SF 258/99 – SF	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO PRINCESA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná.	Tramitando
20/2000 – SF 259/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA DE COMUNICAÇÃO RIO BONITO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araguacema, Estado do Tocantins.	Decreto Legislativo nº 203, de 27.10.2000
21/2000 – SF 260/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.	Tramitando
22/2000 – SF 264/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão à BRASIL AMAZÔNIA COMUNICAÇÃO E EMPREENDIMENTOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Abaetetuba, Estado do Pará.	Tramitando
23/2000 – SF 265/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à UNIVERSIDADE SANTA CECÍLIA – UNISANTA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santos, Estado de São Paulo.	Tramitando
24/2000 – SF 270/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO SARA NOSSA TERRA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araucária, Estado do Paraná.	Decreto Legislativo nº 231, de 22.11.2000

Número	Autor	Ementa	Resultado
25/2000 – SF 272/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à SOCIEDADE VALE DO ARAGUAIA DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Palmas, Estado do Tocantins.	Decreto Legislativo nº 38, de 24.3.2000
26/2000 – SF 274/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão ao DIÁRIO DE SUZANO RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salesópolis, Estado de São Paulo.	Tramitando
27/2000 – SF 286/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da SOCIEDADE RÁDIO EMISSORA METROPOLITANA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.	Tramitando
28/2000 – SF 287/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO COLMÉIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.	Tramitando
29/2000 – SF 288/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a autorização outorgada à PREFEITURA MUNICIPAL DE AMPARO – RÁDIO CULTURA MUNICIPAL DE AMPARO para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Amparo, Estado de São Paulo.	Tramitando
30/2000 – SF 291/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO CANOA GRANDE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Igarapu, Estado de São Paulo.	Tramitando
31/2000 – SF 294/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à S/A RÁDIO GUARANI para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
32/2000 – SF	Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal	Aprova a Programação Monetária relativa ao primeiro trimestre de 2000.	À Câmara dos Deputados em 13.1.2000
33/2000 – SF 282/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO E TV MAIRA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Candeias do Jamari, Estado de Rondônia.	Decreto Legislativo nº 115, de 7.6.2000
34/2000 – SF	Roberto Requião	Susta ato do Ministro de Estado da Fazenda que autorizou o refinanciamento dos títulos públicos de responsabilidade do Tesouro do Estado de Pernambuco emitidos para o pagamento de precatórios judiciais.	Tramitando
35/2000 – SF 241/99 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	aprova o texto do Acordo para a Provisão de Apoio às Operações da Missão de Observadores Militares Equador - Peru (MOMEPE-II), celebrado entre o Brasil e o Peru, em Lima, em 9 de junho de 1998	Decreto Legislativo nº 22, de 15.3.2000

Número	Autor	Ementa	Resultado
36/2000 – SF 242/99 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto do Acordo para a Provisão de Apoio às Operações da Missão de Observadores Militares Equador - Peru (MOMEPII), celebrado entre o Brasil e o Equador, em Quito, em 18 de junho de 1998.	Decreto Legislativo nº 23, de 15.3.2000
37/2000 – SF 315/99 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto do Acordo sobre a Isenção Recíproca de Vistos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia, em Brasília, em 14 de julho de 1999.	Decreto Legislativo nº 20, de 14.3.2000
38/2000 – SF 346/99 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Cooperação entre as Academias Diplomáticas de Ambos os Países, celebrado em Lima, em 21 de julho de 1999.	Decreto Legislativo nº 176, de 5.10.2000
39/2000 – SF	Eduardo Suplicy	Susta a aplicação do disposto no art. 1º do Decreto de 23 de dezembro de 1999, de autoria do Poder Executivo, publicado no D. O. U. de 24 de dezembro de 1999 (seção I, nº 246, pág. 8).	Tramitando
40/2000 – SF 162/99 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos Regulares, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça, em Brasília, em 29 de julho de 1998	Decreto Legislativo nº 255, de 13.12.2000
41/2000 – SF 168/99 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto da Convenção sobre a Segurança do Pessoal das Nações Unidas e Pessoal Associado, concluída em Nova Iorque, em 9 de dezembro de 1994	Decreto Legislativo nº 122, de 8.6.2000
42/2000 – SF 189/99 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto final, após modificações de cunho vernacular, em substituição àquele encaminhado pela Mensagem nº 1.259, de 1996, da Convenção Interamericana contra a Corrupção, concluída originalmente em Caracas, em 29 de março de 1996, com reserva para o art. XI, “c”.	Tramitando
43/2000 – SF 235/99 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto da Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais, concluída em Paris, em 17 de dezembro de 1997 – com interpretação do art. 9º, § 3º (sigilo bancário).	Decreto Legislativo nº 125, de 14.6.2000

d.2) Da presente Sessão Legislativa

Número	Autor	Ementa	Resultado
44/2000 – SF 408/2000 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Autoriza o envio de um pelotão para integrar força de manutenção de paz da Administração Transitória das Nações Unidas no Timor Leste (UNTAET).	Decreto Legislativo nº 10, de 24.2.2000

Número	Autor	Ementa	Resultado
45/2000 – SF	Heloísa Helena e outros Senadores	Convoca plebiscito sobre a desestatização das hidrelétricas.	Tramitando
46/2000 – SF 340/2000 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação na Área de Proteção da Saúde Animal, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia, em Brasília, em 23 de abril de 1999.	Decreto Legislativo nº 103, de 25.5.2000
47/2000 – SF 341/2000 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto do Acordo sobre a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviço, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola, em Luanda, em 31 de maio de 1999.	Decreto Legislativo nº 143, de 28.6.2000
48/2000 – SF 342/2000 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto do Acordo, por troca de Notas, de Isonção de Vistos em Passaportes Diplomático, Oficial/Serviço, Especial e Oficial de ambos os Países, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativista da Guiana, em Brasília, em 20 de maio de 1999.	Decreto Legislativo nº 164, de 9.8.2000
49/2000 – SF 343/2000 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação na Área de Turismo, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia, em Brasília, em 28 de abril de 1999.	Decreto Legislativo nº 131, de 19.6.2000
50/2000 – SF	Amir Lando	Susta a aplicação do Decreto de 23 de dezembro de 1999, do Poder Executivo, que “Reconhece como de interesse do Governo brasileiro a participação societária estrangeira no capital social do Banco do Estado de São Paulo S.A. – BANESPA, e de suas controladoras Banescor – Banespa S.A. Corretora de Câmbio e Títulos e Banespa Leasing – Banespa S.A. Arrendamento Mercantil”, e dá outras providências.	Tramitando
51/2000 – SF 333/99 - CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO SOCIEDADE ESPIGÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Espigão d’Oeste, Estado de Rondônia.	Decreto Legislativo nº 112, de 2.6.2000
52/2000 – SF 202/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO FM DA ILHA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barra dos Coqueiros, Estado de Sergipe.	Decreto Legislativo nº 144, de 28.6.2000
53/2000 – SF 20/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a autorização outorgada ao GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - RÁDIO INCONFIDÊNCIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais	Tramitando
54/2000 – SF 88/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da FUNDAÇÃO SANTA LUZIA DE MOSSORÓ para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte	Tramitando

Número	Autor	Ementa	Resultado
55/2000 – SF 92/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da EMISORA SARANDIENSE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Sarandi, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando
56/2000 – SF 94/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO LITORAL NORTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Sebastião, Estado de São Paulo	Tramitando
57/2000 – SF 95/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade RÁDIO CIRCUITO DAS ÁGUAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caxambu, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
58/2000 – SF 98/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da SOCIEDADE RÁDIO IBITINGA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ibitinga, Estado de São Paulo.	Tramitando
59/2000 – SF 99/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO DIFUSORA DE MIRASSOL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mirassol, Estado de São Paulo.	Tramitando
60/2000 – SF 100/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da SISTEMA NOVA DIFUSORA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Olímpia, Estado de São Paulo.	Tramitando
61/2000 – SF 103/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à O DIÁRIO RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sertãozinho, Estado de São Paulo.	Tramitando
62/2000 – SF 106/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO VALPARAÍZO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Valparaíso, Estado de São Paulo.	Tramitando
63/2000 – SF 110/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da FUNDAÇÃO EDUCATIVA NORDESTE para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Lagoa Vermelha, Estado do Rio Grande do Sul.	Decreto Legislativo nº 230, de 17.11.2000
64/2000 – SF 137/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão À FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DE LAZER DO ALTO DO RIO DAS VELHAS para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
65/2000 – SF 191/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão da FUNDAÇÃO FREI JOÃO BATISTA VOGEL O.F.M. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Anápolis, Estado de Goiás.	Tramitando

Número	Autor	Ementa	Resultado
66/2000 – SF 192/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da SOCIEDADE RÁDIO METEOROLOGIA PAULISTA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Ibitinga, Estado de São Paulo.	Tramitando
67/2000 – SF 193/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO SERRA DA BOA ESPERANÇA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Boa Esperança, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
68/2000 – SF 195/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à AGRESTE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Cruz, Estado do Rio Grande do Norte.	Decreto Legislativo nº 183, de 13.10.2000
69/2000 – SF 196/99 - CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Outorga permissão à BRASIL AMAZÔNIA COMUNICAÇÃO E EMPREENDIMENTOS LTDA. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Timboteua, Estado do Pará.	Tramitando
70/2000 – SF 197/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à DMD ASSOCIADOS ASSESSORIA E PROPAGANDA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barra do Garças, Estado do Mato Grosso.	Decreto Legislativo nº 166, de 14.9.2000
71/2000 – SF	Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal	Aprova a programação monetária relativa ao segundo trimestre de 2000.	À Câmara dos Deputados em 3.5.2000
72/2000 – SF 203/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CULTURAL VENDA NOVA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibatiba, Estado do Espírito Santo.	Decreto Legislativo nº 234, de 27.11.2000
73/2000 – SF 206/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão ao SISTEMA DE COMUNICAÇÃO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Cabo de Santo Agostinho, Estado de Pernambuco.	Tramitando
74/2000 – SF 207/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à GONÇALVES E MARCHETTI LTDA. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Primavera do Leste, Estado de Mato Grosso.	Decreto Legislativo nº 151, de 29.6.2000
75/2000 – SF 210/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão ao SISTEMA EXCELSIOR DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Ibiúna, Estado de São Paulo.	Tramitando
76/2000 – SF 213/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO TRIÂNGULO FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Candelária, Estado do Rio Grande do Sul.	Decreto Legislativo nº 217, de 8.11.2000

Número	Autor	Ementa	Resultado
77/2000 – SF 214/99 - CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO NAVEGANTES DE PORTO LUCENA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campina das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.	Decreto Legislativo nº 193, de 19.10.2000
78/2000 – SF 215/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à SUPER RÁDIO DM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo.	Decreto Legislativo nº 154, de 29.6.2000
79/2000 – SF 216/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	aprova o ato que autoriza o Governo do Estado do Acre, por intermédio da FUNDAÇÃO DE CULTURA E COMUNICAÇÃO ELIAS MANSOUR, a executar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Feijó, Estado do Acre.	Decreto Legislativo nº 116, de 7.6.2000
80/2000 – SF 217/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a outorga da FUNDAÇÃO JOSÉ RESENDE VARGAS DE RÁDIO para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Paranaíba, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
81/2000 – SF 219/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da REDE NORTE SUL DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando
82/2000 – SF 335/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza o CLUBE DE MÃES E IDOSOS LINDALVA GOMES a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jesus, Estado do Rio Grande do Norte.	Decreto Legislativo nº 178, de 5.10.2000
83/2000 – SF 269/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINÓPOLIS a executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Capinópolis, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
84/2000 – SF 220/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão do SISTEMA EVANGELIZADOR DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo	Tramitando
85/2000 – SF 221/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO NOVO HORIZONTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibateguara, Estado de Alagoas	Decreto Legislativo nº 167, de 14.9.2000
86/2000 – SF 222/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA CHAPADENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Chapadão do Sul, Estado do Mato Grosso do Sul.	Tramitando
87/2000 – SF 223/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à CHAPADÃO RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Roque de Minas, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 168, de 14.9.2000

Número	Autor	Ementa	Resultado
88/2000 – SF 224/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO BOM JESUS DE RÁDIO E TELEVISÃO para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pindamonhangaba, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 237, de 29.11.2000
89/2000 – SF 225/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO INTERATIVA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aguai, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 241, de 30.11.2000
90/2000 – SF 227/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO PARAGUAÇU PAULISTA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 155, de 29.6.2000
91/2000 – SF 228/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA DE COMUNICAÇÕES PATROCÍNIO PAULISTA S/C LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Patrocínio Paulista, Estado de São Paulo.	Tramitando
92/2000 – SF 229/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO FM COSTA BRANCA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Areia Branca, Estado do Rio Grande do Norte.	Tramitando
93/2000 – SF 307/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO CULTURAL E EDUCACIONAL DE ITAJAÍ para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina.	Decreto Legislativo nº 136, de 27.6.2000
94/2000 – SF 245/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da FUNDAÇÃO JOÃO XXIII – RÁDIO POR UM MUNDO MELHOR, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
95/2000 – SF 250/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO DIFUSORA DA CAMPANHA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Campanha, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
96/2000 – SF 252/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à IBIRÁ RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibirá, Estado de São Paulo.	Tramitando
97/2000 – SF 253/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à ORGANIZAÇÃO GUARATUBANA DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Guaratuba, Estado do Paraná.	Decreto Legislativo nº 204, de 27.10.2000
98/2000 – SF 254/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO FM MIRAGUAÍ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Miraguaí, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando

Número	Autor	Ementa	Resultado
99/2000 – SF 255/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA MUTUM DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso.	Decreto Legislativo nº 169, de 14.9.2000
100/2000 – SF 261/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à GAZETA COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando
101/2000 – SF 266/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO ALVORADA FM DE SALINAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salinas, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 213, de 1º.11.2000
102/2000 – SF 267/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à TM-TV TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sacramento, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
103/2000 – SF 283/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PRINCESA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina.	Tramitando
104/2000 – SF 285/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão deferida à RÁDIO POMERODE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pomerode, Estado de Santa Catarina.	Tramitando
105/2000 – SF 290/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO CULTURA DE PEDERNEIRAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pederneiras, Estado de São Paulo.	Tramitando
106/2000 – SF 292/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da FUNDAÇÃO EDUCACIONAL SANT'ANA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Caicó, Estado do Rio Grande do Norte.	Tramitando
107/2000 – SF 293/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à BRASIL AMAZÔNIA COMUNICAÇÃO E EMPREENDIMENTOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Redenção, Estado do Pará.	Decreto Legislativo nº 236, de 27.11.2000
108/2000 – SF 295/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO RÁDIO EDUCACIONAL DE JATAÍ para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jataí, Estado de Goiás	Decreto Legislativo nº 170, de 14.9.2000
109/2000 – SF 296/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à REDE UNIÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Rio Branco, Estado do Acre.	Tramitando

Número	Autor	Ementa	Resultado
110/2000 – SF 332/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão ao SISTEMA MATOGRANDE DE RÁDIO E COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Touros, Estado do Rio Grande do Norte.	Decreto Legislativo nº 171, de 14.9.2000
111/2000 – SF 297/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à RÁDIO PRINCESA DAS MATAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Viçosa, Estado de Alagoas.	Tramitando
112/2000 – SF 298/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DA ABADIA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
113/2000 – SF 299/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO PIONEIRA STÉREO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sonora em onda média na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando
114/2000 – SF 300/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARANAÍBA a executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Paranaíba, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 224, de 10.11.2000
115/2000 – SF 303/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO SUL FLUMINENSE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro.	Tramitando
116/2000 – SF 304/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CAIOBÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.	Decreto Legislativo nº 184, de 13.10.2000
117/2000 – SF 305/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO AM SHOW LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jardópolis, Estado de São Paulo.	Tramitando
118/2000 – SF 306/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO DOM BOSCO para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.	Decreto Legislativo nº 238, de 29.11.2000
119/2000 – SF 318/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CIDADE ALTA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade Apucarana, Estado do Paraná.	Tramitando
120/2000 – SF 337/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza o MOVIMENTO COMUNITÁRIO PELA CIDADANIA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.	Tramitando

Número	Autor	Ementa	Resultado
121/2000 – SF 102/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO MORADA DO SOL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araraquara, Estado de São Paulo.	Tramitando
122/2000 – SF 308/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO DEBIE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ivaiporã, Estado do Paraná.	Tramitando
123/2000 – SF 373/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DA RÁDIO COMUNITÁRIA ALTERNATIVA FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaratuba, Estado do Paraná.	Decreto Legislativo nº 188, de 18.10.2000
124/2000 – SF 313/99 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos de Cooperação entre as Academias Diplomáticas de Ambos os Países, celebrado em Brasília, em 27 de abril de 1999.	Decreto Legislativo nº 256, de 13.12.2000
125/2000 – SF 366/99 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto do Protocolo Adicional ao Acordo para a Conservação da Fauna Aquática nos Cursos dos Rios Limítrofes, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, em Brasília, em 19 de maio de 1999.	Tramitando
126/2000 – SF 404/2000 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Israel sobre Isenção de Vistos para Titulares de Passaportes Nacionais Válidos, celebrado em Brasília, em 1º de setembro de 1999.	Decreto Legislativo nº 135, de 27.6.2000
127/2000 – SF 87/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO FEIRA DE SANTANA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Feira de Santana, Estado da Bahia	Tramitando
128/2000 – SF 93/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itu, Estado de São Paulo.	Tramitando
129/2000 – SF 243/99 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto da Emenda, por troca de Notas, ao Acordo sobre Transportes Aéreos, de 4 de julho de 1947, celebrada entre a República Federativa do Brasil e a República do Chile, em Brasília, em 3 de dezembro de 1998.	Tramitando
130/2000 – SF 246/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO EMBOABAS DE MINAS GERAIS S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São João Del Rei, Estado de Minas Gerais.	Tramitando

Número	Autor	Ementa	Resultado
131/2000 – SF 387/99 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto do Protocolo de São Luiz sobre Matéria de Responsabilidade Civil Emergente de Acidentes de Trânsito entre os Estados Partes do Mercosul, concluído em São Luiz, República Argentina, em 25 de junho de 1996, e da respectiva Errata, feita em Assunção, em 19 de junho de 1997.	Decreto Legislativo nº 259, de 15.12.2000
132/2000 – SF 392/2000 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia, celebrado em La Paz, em 26 de julho de 1999.	Tramitando
133/2000 – SF 334/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à PARANÁ FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José de Ribamar, Estado do Maranhão.	Decreto Legislativo nº 156, de 29.6.2000
134/2000 – SF 268/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CLUBE FM ITURAMA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Iturama, Estado de Minas Gerais	Tramitando
135/2000 – SF 275/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à REDE UNIÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.	Decreto Legislativo nº 257, de 13.12.2000
136/2000 – SF 376/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL E SOCIAL DE MONTANHA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Montanha, Estado do Espírito Santo.	Decreto Legislativo nº 180, de 6.10.2000
137/2000 – SF 284/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão deferida à TV RECORD DE FRANCA S/A para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Franca, Estado de São Paulo.	Tramitando
138/2000 – SF 317/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO CLUBE DE INDAIAL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média da cidade de Indaial, Estado de Santa Catarina.	Tramitando
139/2000 – SF 244/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o texto de Emenda, por Troca de Notas, ao Anexo do Acordo sobre Transportes Aéreos, de 4 de julho de 1947, celebrada entre a República Federativa do Brasil e a República do Chile, em Brasília, em 3 de dezembro de 1998.	Tramitando
140/2000 – SF 390/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativista da Guiana sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado em Brasília, em 20 de maio de 1999.	Decreto Legislativo nº 260, de 15.12.2000

Número	Autor	Ementa	Resultado
141/2000 – SF 512/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o texto do tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas e de Menores sob Tratamento Especial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, celebrado em Brasília, em 10 de fevereiro de 2000.	Tramitando
142/2000 – SF 423/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO DONATILE COSTA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pedro Avelino, Estado do Rio Grande do Norte.	Decreto Legislativo nº 235, de 27.11.2000
143/2000 – SF 324/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO DIFUSORA DE PENÁPOLIS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Penápolis, Estado de São Paulo.	Tramitando
144/2000 – SF 325/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO SOCIEDADE MURIAÉ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Muriaé, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
145/2000 – SF 326/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à S/A RÁDIO GUARANI para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
146/2000 – SF 329/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à VALENTE PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Caçu, Estado de Goiás.	Tramitando
147/2000 – SF 331/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO RAINHA DA PAZ para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brasília, Distrito Federal.	Tramitando
148/2000 – SF 336/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SENHORA SANTANA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cansção, Estado da Bahia.	Tramitando
149/2000 – SF 338/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA COMUNICAÇÃO E CULTURA DE MONSENHOR GIL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monsenhor Gil, Estado do Piauí.	Decreto Legislativo nº 185, de 13.10.2000
150/2000 – SF 339/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DAS DONAS DE CASA DE MATOZINHOS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Matozinhos, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
151/2000 – SF 348/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO EDUCADORA DO TOCANTINS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Uruaçu, Estado de Goiás.	Tramitando

Número	Autor	Ementa	Resultado
152/2000 – SF 349/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.	Tramitando
153/2000 – SF 352/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à THOMAZELLA, PAVAN & CIA. LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Fé, Estado do Paraná.	Tramitando
154/2000 – SF 357/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA RITA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita de Cássia, Estado da Bahia.	Tramitando
155/2000 – SF 360/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE CARAMBÉI a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carambeí, Estado do Paraná.	Tramitando
156/2000 – SF 367/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CASTELO BRANCO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
157/2000 – SF 369/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão À FUNDAÇÃO DOM AVELAR BRANDÃO VILELA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salvador, Estado da Bahia.	Tramitando
158/2000 – SF 374/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E INFÂNCIA DE IPORÁ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iporá, Estado do Paraná.	Tramitando
159/2000 – SF	Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal	Aprova a “Programação Monetária relativa ao terceiro trimestre de 2000”.	À Câmara dos Deputados em 9.8.2000
160/2000 – SF 377/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE ITAPOÁ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapoá, Estado de Santa Catarina.	Tramitando
161/2000 – SF 319/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO GLOBO S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda curta na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.	Tramitando
162/2000 – SF 320/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO GLOBO ELDORADO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.	Tramitando

Número	Autor	Ementa	Resultado
163/2000 – SF 321/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO GLOBO ELDORADO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.	Decreto Legislativo nº 239, de 29.11.2000
164/2000 – SF 91/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO JUAZEIRO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Juazeiro, Estado da Bahia.	Tramitando
165/2000 – SF 323/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO BELO HORIZONTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 242, de 30.11.2000
166/2000 – SF 276/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à MR RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Urbano Santos, Estado do Maranhão.	Decreto Legislativo nº 243, de 30.11.2000
167/2000 – SF 322/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO TRÊS COLINAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Franca, Estado de São Paulo.	Tramitando
168/2000 – SF 327/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à MR RADIO-DIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vitória do Mearim, Estado do Maranhão.	Decreto Legislativo nº 244, de 30.11.2000
169/2000 – SF 328/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à MR RADIO-DIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Viana, Estado do Maranhão.	Decreto Legislativo nº 247, de 5.12.2000
170/2000 – SF 350/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FÊNIX RÁDIO FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipameri, Estado de Goiás.	Tramitando
171/2000 – SF 351/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à RÁDIO ATALAIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Campo Erê, Estado de Santa Catarina	Tramitando
172/2000 – SF 356/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS TRABALHADORES DE BOA SAÚDE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boa Saúde, Estado do Rio Grande do Norte.	Tramitando
173/2000 – SF 358/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO ASSOCIADAS EM FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cururupu, Estado do Maranhão.	Decreto Legislativo nº 177, de 5.10.2000

Número	Autor	Ementa	Resultado
174/2000 – SF 359/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DEHONIANA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pindaré-Mirim, Estado do Maranhão.	Decreto Legislativo nº 253, de 8.12.2000
175/2000 – SF 370/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO LOTEAMENTO JARDIM SANTA-ANA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maceió, Estado de Alagoas.	Tramitando
176/2000 – SF 382/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SOLIDARIEDADE E DESENVOLVIMENTO DE ARCOS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arcos, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
177/2000 – SF 330/99 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à LENE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
178/2000 – SF 372/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CONCEIQUENSE DE RADIODIFUSÃO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição de Ipanema, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
179/2000 – SF 378/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL COMUNITÁRIA DE CARMO DO PARANAÍBA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carmo do Paranaíba, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
180/2000 – SF 414/2000 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto do Acordo sobre Arbitragem Comercial Internacional do Mercosul, concluído em Buenos Aires em 23 de julho de 1998.	Tramitando
181/2000 – SF 108/99 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova a participação do Brasil no Fundo de Meio Ambiente Global “Global Environment Facility – GEF” Reestruturado, com contribuição inicial equivalente a Direito Especial de Saque – DES quatro milhões, de acordo com os termos do Instrumento para a criação do Fundo Reestruturado de Meio Ambiente, concluído em Genebra, Suíça, em maio de 1994.	Tramitando
182/2000 – SF 365/99 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o envio de um contingente de peritos eleitorais, oficiais militares de ligação e policiais militares, todos desarmados, os quais ficarão à disposição da Missão das Nações Unidas no Timor Leste (UNAMET).	Decreto Legislativo nº 261, de 15.12.2000
183/2000 – SF 401/2000 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto da Convenção Interamericana sobre o Cumprimento de Sentenças Penais no Exterior, concluída em Manágua, em 9 de junho de 1993.	Tramitando

Número	Autor	Ementa	Resultado
184/2000 – SF 403/2000 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Zimbábue, celebrado em Brasília, em 16 de setembro de 1999.	Tramitando
185/2000 – SF 44/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da REDE POPULAR DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul	Tramitando
186/2000 – SF 172/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão DA RÁDIO CULTURA DE MONTE ALTO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Monte Alto, Estado de São Paulo.	Tramitando
187/2000 – SF 173/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da BRASIL EMISSORAS ALIADAS SOCIEDADE LIMITADA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Bárbara D'Oeste, Estado de São Paulo.	Tramitando
188/2000 – SF 379/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO, CULTURAL, INFORMATIVO E SOCIAL DE COMODORO - MT a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Comodoro, Estado de Mato Grosso.	Tramitando
189/2000 – SF 420/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO CULTURA DE DIVINÓPOLIS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
190/2000 – SF 424/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO CULTURAL PROFESSORA ASTROGILDA MARIANO DAMASCENO para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Rita do Passa Quatro, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 179, de 5.10.2000
191/2000 – SF 425/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CONTINENTAL DE CURITIBA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.	Tramitando
192/2000 – SF 428/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da FUNDAÇÃO CULTURAL DE RADIODIFUSÃO "ARTHUR DE SOUZA VALLE" para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Nova Odessa, Estado de São Paulo	Tramitando
193/2000 – SF 440/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO TUIUTI LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Martinópolis, Estado de São Paulo.	Tramitando

Número	Autor	Ementa	Resultado
194/2000 – SF 446/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E ARTÍSTICA DE PRATINHA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pratinha, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
195/2000 – SF 478/2000 - CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO FRANCISCO CAMBRAIA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itapecerica, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 254, de 8.12.2000
196/2000 – SF 639/2000- CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto do Acordo por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para o Fornecimento de Material de Defesa Norte-Americano, celebrado em Washington, em 2 de junho de 2000.	Decreto Legislativo nº 181, de 10.10.2000
197/2000 – SF 174/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO ZEQUINHA DE ABREU LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Rita do Passa Quatro, Estado de São Paulo.	Tramitando
198/2000 – SF 177/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão À FLASH FM RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cosmópolis, Estado de São Paulo.	Tramitando
199/2000 – SF 248/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da SOCIEDADE RÁDIO DIFUSORA LUCÉLIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Lucélia, Estado de São Paulo.	Tramitando
200/2000 – SF 368/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à BARIRI RÁDIO CLUBE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bariri, Estado de São Paulo.	Tramitando
201/2000 – SF 421/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão da FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DA PENHA DO ESPÍRITO SANTO para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo.	Tramitando
202/2000 – SF 427/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO UNIVERSITÁRIA METROPOLITANA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Brasília, Distrito Federal.	Tramitando
203/2000 – SF 429/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO MUNDIAL FM DE TOLEDO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Toledo, Estado do Paraná.	Tramitando
204/2000 – SF 430/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DA PENHA DO ESPÍRITO SANTO para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cariacica, Estado do Espírito Santo.	Tramitando

Número	Autor	Ementa	Resultado
205/2000 – SF 431/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO EXCELSIOR LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Andradina, Estado de Mato Grosso do Sul.	Tramitando
206/2000 – SF 435/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA CERQUEIRENSE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cerqueira César, Estado de São Paulo	Decreto Legislativo nº 258, de 13.12.2000
207/2000 – SF 436/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS E MORADORES DE BRASNORTE – AAMB a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brasnorte, Estado de Mato Grosso.	Tramitando
208/2000 – SF 477/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ARTES DE MONTENEGRO para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Montenegro, Estado do Rio Grande do Sul.	Decreto Legislativo nº 195, de 25.10.2000
209/2000 – SF 452/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza o Governo do Estado do Acre, por intermédio da FUNDAÇÃO DE CULTURA E COMUNICAÇÃO ELIAS MANSOUR, a executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brasília, Estado do Acre.	Decreto Legislativo nº 196, de 25.10.2000
210/2000 – SF 454/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza o Governo do Estado do Acre, por intermédio da FUNDAÇÃO DE CULTURA E COMUNICAÇÃO ELIAS MANSOUR, a executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre.	Decreto Legislativo nº 197, de 25.10.2000
211/2000 – SF 455/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza o Governo do Estado do Acre, por intermédio da FUNDAÇÃO DE CULTURA E COMUNICAÇÃO ELIAS MANSOUR, a executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tarauacá, Estado do Acre.	Decreto Legislativo nº 205, de 27.10.2000
212/2000 – SF 456/2000 – SF	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza o Governo do Estado do Acre, por intermédio da FUNDAÇÃO DE CULTURA E COMUNICAÇÃO ELIAS MANSOUR, a executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Xapuri, Estado do Acre.	Decreto Legislativo nº 206, de 27.10.2000
213/2000 – SF 198/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO FM 2000 LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Manacapuru, Estado do Amazonas.	Tramitando
214/2000 – SF 263/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à RÁDIO CORREIO DO VALE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Itaporanga, Estado da Paraíba.	Tramitando

Número	Autor	Ementa	Resultado
215/2000 – SF 441/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA LASAFÁ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caeté, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
216/2000 – SF 445/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Piauí, Estado do Piauí.	Decreto Legislativo nº 240, de 29.11.2000
217/2000 – SF 447/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO, CULTURA E DESPORTO DO MUNICÍPIO DE ELESBÃO VELOSO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Elesbão Veloso, Estado do Piauí.	Decreto Legislativo nº 245, de 30.11.2000
218/2000 – SF 450/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra de Santo Antônio, Estado de Alagoas.	Tramitando
219/2000 – SF	Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal	Aprova a “Programação Monetária relativa ao quarto trimestre de 2000”.	À Câmara dos Deputados em 11.10.2000
220/2000 – SF 458/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO JOSÉ DE PAIVA NETTO, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo.	Tramitando
221/2000 – SF 461/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO EDUCATIVA DE RÁDIO E TELEVISÃO OURO PRETO para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
222/2000 – SF 471/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO DIFUSORA GARIBALDI LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Garibaldi, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando
223/2000 – SF 472/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL UNIÃO DA SERRA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Marau, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando
224/2000 – SF 479/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão À RÁDIO TIMBÓ LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina.	Tramitando
225/2000 – SF	Jonas Pinheiro	Susta a Portaria/Incra/P/ nº 558/99, que cancela sumariamente cadastros de imóveis rurais no Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR.	Tramitando

Número	Autor	Ementa	Resultado
226/2000 – SF 483/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO RECORD DE CURITIBA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.	Tramitando
227/2000 – SF 484/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO TUPI LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.	Tramitando
228/2000 – SF 489/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RADIO-DIFUSÃO LUZES DA RIBALTA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Bárbara D'Oeste, Estado de São Paulo.	Tramitando
229/2000 – SF 491/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL DE MORRO REDONDO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morro Redondo, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando
230/2000 – SF 199/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA DE COMUNICAÇÃO AM PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Coari, Estado do Amazonas.	Tramitando
231/2000 – SF 205/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA DE COMUNICAÇÃO AM PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Alvarães, Estado do Amazonas.	Tramitando
232/2000 – SF 433/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA BELO HORIZONTE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.	Tramitando
233/2000 – SF 449/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE MONTES CLAROS DE GOIÁS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Montes Claros de Goiás, Estado de Goiás.	Tramitando
234/2000 – SF 460/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE BARRA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra, Estado da Bahia.	Tramitando
235/2000 – SF 475/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO NOVO MUNDO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.	Tramitando

Número	Autor	Ementa	Resultado
236/2000 – SF 608/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da TV ÔMEGA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens - TV, nas cidades do Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte, Fortaleza e São Paulo, nos Estados do Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais, Ceará e São Paulo, respectivamente.	Tramitando
237/2000 – SF 383/99 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto do Acordo Geral de Cooperação celebrado pelo Governo da República Federativa do Brasil no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em Praia, Cabo Verde, em 17 de julho de 1998.	Tramitando
238/2000 – SF 465/2000 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia, celebrado em La Paz, em 26 de julho de 1999.	Tramitando
239/2000 – SF 481/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO VÉRITAS para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bauru, Estado de São Paulo.	Tramitando
240/2000 – SF 422/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO CULTURAL EDUCACIONAL MELODIA CATAGUASES para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 248, de 5.12.2000
241/2000 – SF	Eduardo Suplicy e outros Senadores	Regulamenta o controle externo da atividade de inteligência previsto no art. 6º da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, que institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência, ABIN e dá outras providências.	Tramitando
242/2000 – SF 480/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO VALE DO ARAGUAIA DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO/CULTURAL – FM (AVADA FM) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Miguel do Araguaia, Estado de Goiás.	Decreto Legislativo nº 249, de 5.12.2000
243/2000 – SF	Roberto Requião, Álvaro Dias e Osmar Dias	Susta a Portaria nº 8, de 25 de setembro de 2000, da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.	Tramitando
244/2000 – SF 560/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLUBE DO MACHADINHO DE RADIODIFUSÃO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lauro Müller, Estado de Santa Catarina.	Tramitando
245/2000 – SF 506/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL PEDRENSE para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itápolis, Estado de São Paulo.	Tramitando
246/2000 – SF 451/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E PRODUTORES DE CARINHANHA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carinhanha, Estado da Bahia.	Tramitando

Número	Autor	Ementa	Resultado
247/2000 – SF 486/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO AURIFLAMA DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Auriflama, Estado de São Paulo.	Tramitando
248/2000 – SF 487/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO JOSÉ DE PAIVA NETTO, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio do Descoberto, Estado de Goiás.	Tramitando
249/2000 – SF 488/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO DIFUSORA DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São José do Rio Pardo, Estado de São Paulo.	Tramitando
250/2000 – SF 492/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO DIFUSORA DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Rio Pardo, Estado de São Paulo.	Tramitando
251/2000 – SF 501/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO PADRE ANTÔNIO BEZERRA DE MENEZES para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itapipoca, Estado do Ceará.	Tramitando
252/2000 – SF 503/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL, EDUCACIONAL E CULTURAL ÁUDIO para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens - TV, na cidade de Francisco Morato, Estado de São Paulo.	Tramitando
253/2000 – SF 504/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DE INTEGRAÇÃO DO OESTE DE MINAS para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
254/2000 – SF 508/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO BATA-TAENSE CULTURAL - ABC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Batatais, Estado de São Paulo.	Tramitando
255/2000 – SF 523/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao SISTEMA FM DE RÁDIO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
256/2000 – SF 524/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE AUTONOMISTA DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Osasco, Estado de São Paulo.	Tramitando

Número	Autor	Ementa	Resultado
257/2000 – SF 530/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à DMD ASSOCIADOS ASSESSORIA E PROPAGANDA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.	Tramitando
258/2000 – SF 509/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO EDUCACIONAL SALESIANA DOM BOSCO para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.	Tramitando
259/2000 – SF 531/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão da RÁDIO REGIONAL COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.	Tramitando
260/2000 – SF 532/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
261/2000 – SF 535/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ACCNR - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CENTRO NORTE DE RÁDIO E DIFUSÃO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Colíder, Estado de Mato Grosso.	Tramitando
262/2000 – SF 537/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE SALINAS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salinas, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
263/2000 – SF 543/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens - TV na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina.	Tramitando
264/2000 – SF 546/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO, CULTURAL E SOCIAL-PALESTINA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palestina, Estado de São Paulo.	Tramitando
265/2000 – SF 549/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE POÇO DAS TRINCHEIRAS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Poço das Trincheiras, Estado de Alagoas.	Tramitando
266/2000 – SF 561/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E ATIVIDADES CULTURAIS E COMUNITÁRIAS DE RANCHARIA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rancharia, Estado de São Paulo.	Tramitando
267/2000 – SF 562/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA ITAPERUÇU - ARCI a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaperuçu, Estado do Paraná.	Tramitando

Número	Autor	Ementa	Resultado
268/2000 – SF 580/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA DE RADIODIFUSÃO SANTA CRUZ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz das Palmeiras, Estado de São Paulo.	Tramitando
269/2000 – SF 371/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a RÁDIO COMUNITÁRIA EDUCATIVA E CULTURAL ARINENSE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arinos, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
270/2000 – SF 522/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Renova a concessão da FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II para explorar serviço de radiodifusão sonora em onde média na cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo.	Tramitando
271/2000 – SF 548/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Autoriza a Radioclube Vida a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jussara, Estado de Goiás.	Tramitando
272/2000 – SF 548/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE MONTE DOURADO DA AMAZÔNIA a executar serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Monte Dourado, Município de Almerim, Estado do Pará.	Tramitando
273/2000 – SF 677/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA VERA CRUZ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amapá, Estado do Amapá.	Tramitando
274/2000 – SF	Sebastião Rocha e outros Senadores	Convoca plebiscito sobre a criação do Território Federal do Oiapoque.	Tramitando
275/2000 – SF 540/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO RÁDIO EDUCADORA DE BRAGANÇA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bragança, Estado do Pará.	Tramitando
276/2000 – SF 675/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão À FUNDAÇÃO NACIONAL DA CULTURA NEGRA E MISCIGENAÇÕES BRASILEIRAS para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Capanema, Estado do Pará.	Tramitando
277/2000 – SF 240/99 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto do Acordo de Assistência Judiciária em Matéria Penal, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, celebrado em Brasília, em 14 de outubro de 1997.	Decreto Legislativo nº 262, de 18.12.2000

e) PROJETOS DE RESOLUÇÃO (PRS)

e.1) do Senado Federal

Aprovados e promulgados	
Apreciados em Plenário	63
Prejudicado	
Em virtude da aprovação de outros projetos	1
Rejeitado	
	1
Em tramitação	
De iniciativa de Senador	72
De iniciativa de Comissão	13
De iniciativa da Mesa da Câmara dos Deputados	1
Total	86

e.1.1) De Sessões Legislativas anteriores

Número	Autor	Ementa	Resultado
7/93	Comissão Diretora	Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal e dá outras providências.	Tramitando
72/95	Lúcio Alcântara	Dispõe sobre o registro de pessoas físicas ou jurídicas junto ao Senado Federal, para os fins que especifica e dá outras providências.	Tramitando
94/95	Gilberto Miranda	Veda as operações de crédito da União, de suas autarquias, inclusive Banco Central do Brasil, e demais entidades controladas pelo poder público federal, que impliquem a assunção de dívidas de instituições financeiras públicas e privadas.	Tramitando
*96/95	Roberto Requião	Altera os arts. 243 e 244 do Regimento Interno, que versam sobre autoria das proposições.	Tramitando
118/95	Comissão Diretora	Cria o Conselho Editorial do Senado Federal.	Tramitando
67/96	Casildo Maldaner	Autoriza o CEGRAF a publicar edições histórico-culturais.	Tramitando
126/96-CN	Marina Silva	Institui o Diploma Chico Mendes de Meio Ambiente e Cidadania e dá outras providências.	Tramitando
119/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Estado de Minas Gerais a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no valor de dois milhões, novecentos e trinta e dois mil, quatrocentos e noventa reais e quarenta centavos, no âmbito do programa PRÓ-SANEAMENTO.	Tramitando

*Anexada ao PRS nº 66/95, arquivado em 05.03.99.

Número	Autor	Ementa	Resultado
120/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Estado de Minas Gerais a prestar garantia em operação de crédito a ser contratada pela Companhia de Habitação de Minas Gerais - COHAB/MG com a Caixa Econômica Federal - CEF, no valor de quatro milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil reais, destinando-se os recursos ao fornecimento de cartas de crédito habitacionais.	Tramitando
121/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a conceder garantia à operação de crédito a ser realizada pela Companhia de Habitação de Minas Gerais - COHAB - MG, junto à Caixa Econômica Federal, no valor de onze milhões, oitocentos e quarenta e seis mil reais.	Tramitando
1129/97	José Sarney, demais Presidentes das Comissão Permanentes do Senado Federal e Líderes Partidários	Dá nova redação ao <i>caput</i> do art. 77 do Regimento Interno do Senado Federal (composição das comissões permanentes).	Tramitando
2161/97	Comissão de Serviços de Infra-Estrutura	Modifica o Regimento Interno do Senado Federal, transformando a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura em Comissão de Assuntos Regionais, Infra-Estrutura e Meio Ambiente.	Tramitando
25/98	Emilia Fernandes	Institui o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz e dá outras providências.	Tramitando
55/98	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo, no Estado de São Paulo, a emitir, mediante ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Município - LFTM/SBC, cujos recursos serão destinados ao pagamento da oitava parcela de precatórios judiciais, dos processos aqui nomeados, bem como de seus complementos da primeira à sexta parcelas.	Tramitando
34/99	Eduardo Suplicy	Altera o art. 216 do Regimento Interno.	Tramitando
45/99	Eduardo Suplicy	Altera dispositivo do Regimento Interno do Senado Federal estabelecendo critérios de indicação dos relatores nas comissões permanentes.	Tramitando
57/99	Ademir Andrade	Altera a redação do inciso V do art. 293 do Regimento Interno do Senado Federal.	Tramitando
13/99	Luiz Estevão	Dá nova redação aos arts. 337 e 341 do Regimento Interno do Senado Federal.	Tramitando

¹ Apensado ao PRS nº 81/99.

² Apensado ao PRS nº 81/99.

³ Apensado ao PRS nº 81/99. (RQS nº 472/99)

⁴ Apensado ao PRS nº 81/99. (RQS nº 472/99)

⁵ Apensado ao PRS nº 81/99. (RQS nº 472/99)

Número	Autor	Ementa	Resultado
6 ¹⁴ /99	Lúcio Alcântara	Dispõe sobre a revisão da Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, que dispõe sobre formalidades e critérios para a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.	Tramitando
7 ¹⁵ /99	Marluce Pinto	Cria a Comissão Permanente da Amazônia - Cam e dá outras providências.	Tramitando
8 ¹⁶ /99	Ademir Andrade	Altera a redação do art. 332 e suprime o art. 333 do Regimento Interno do Senado Federal.	Tramitando
9 ¹⁰ 17/99	Amir Lando	Cria no Senado Federal a Comissão de Agricultura, Abastecimento e Política Fundiária.	Tramitando
11 ¹⁸ /99	Lúcio Alcântara	Cria o Conselho Brasileiro de Bioética, junto à Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal.	Tramitando
23/99	Nabor Junior	Dá nova redação ao § 1º do art. 154 do Regimento Interno do Senado Federal.	Tramitando
12 ²⁴ /99	Lúcio Alcântara	Dispõe sobre documentos sigilosos no Senado Federal, de acordo com os parâmetros traçados pela Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991.	Tramitando
25/99	Pedro Simon	Cria capela ecumênica em dependências do Senado Federal.	Tramitando
13 ¹⁴ 26/99	Pedro Simon	Cria a Comissão de Agricultura.	Tramitando
15 ²⁸ /99	Emília Fernandes	Cria a Comissão de Direitos Humanos e Questões de Gênero e dá outras providências.	Tramitando
16 ²⁹ /99	Pedro Simon	Cria a Comissão de Relações com a Sociedade Brasileira (CSB) de caráter permanente.	Tramitando
30/99	Álvaro Dias	Introduz artigo na Resolução nº 93, de 1970, do Senado Federal, editada em conformidade com a Resolução nº 18, de 1989, do Senado Federal, que dispõe sobre o Regimento Interno do Senado Federal e dá outras providências.	Tramitando

⁶ Tramita em conjunto com o PRS nº 54/99.

⁷ Apensado ao PRS nº 81/99. (RQS nº 472/99)

⁸ Apensado ao PRS nº 81/99. (RQS nº 472/99)

⁹ Tramita em conjunto com o PRS nº 26/99.

¹⁰ Apensado ao PRS nº 81/99. (RQS nº 472/99)

¹¹ Apensado ao PRS nº 81/99. (RQS nº 472/99)

¹² Apensado ao PRS nº 81/99. (RQS nº 472/99)

¹³ Tramita em conjunto com o PRS nº 17/99.

¹⁴ Apensado ao PRS nº 81/99. (RQS nº 472/99)

¹⁵ Apensado ao PRS nº 81/99. (RQS nº 472/99)

¹⁶ Apensado ao PRS nº 81/99. (RQS nº 472/99)

Número	Autor	Ementa	Resultado
33/99	Luiz Estevão e Roberto Saturnino	Estabelece alíquota do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações interestaduais com veículos automotores de passageiros.	Tramitando
17 ³⁴ /99	Marina Silva	Altera os arts. 243 e 244 do Regimento Interno do Senado Federal, instituindo o projeto de bancada e o projeto coletivo multipartidário.	Tramitando
18 ³⁶ /99	Marina Silva	Altera o art. 107 do Regimento Interno do Senado Federal.	Tramitando
19 20 ³⁷ /99	Pedro Simon	Fixa prazo para a indicação de membros de comissões temporárias internas.	Tramitando
38/99-CN	Luiz Estevão	Proíbe a concessão de imóvel funcional e auxílio-moradia a parlamentares representantes do Distrito Federal.	Tramitando
39/99	José Alencar	Convalida os atos praticados com base nas autorizações concedidas pelas Resoluções nºs 44 e 45/98, do Senado Federal, e fixa critérios para a renovação das obrigações financeiras vincendas.	Tramitando
41/99	Carlos Bezerra	Altera a Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal, que dispõe sobre limites globais para as operações de crédito externo e interno da União, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo poder público federal e estabelece limites e condições para a concessão de garantias da União em operações de crédito externo e interno.	Tramitando
21 ⁴² /99	Tião Viana	Modifica dispositivos do Regimento Interno do Senado Federal, estabelecendo novo horário para o início das sessões.	Tramitando
22 ⁴³ /99	Pedro Simon	Altera disposições dos artigos 39 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal relativos à ausência de Senadores.	Tramitando
23 ⁴⁴ /99	Arlindo Porto	Altera o Regimento Interno do Senado Federal para assegurar a participação de todos os partidos políticos com representação no Senado Federal em suas comissões permanentes.	Tramitando

¹⁷ Apensado ao PRS nº 81/99. (RQS nº 472/99)

¹⁸ Apensado ao PRS nº 81/99. (RQS nº 472/99)

¹⁹ Tramita em conjunto com o PRS nº 51/99.

²⁰ Apensado ao PRS nº 81/99. (RQS nº 472/99)

²¹ Apensado ao PRS nº 81/99. (RQS nº 472/99)

²² Apensado ao PRS nº 81/99. (RQS nº 472/99)

²³ Apensado ao PRS nº 81/99. (RQS nº 472/99)

Número	Autor	Ementa	Resultado
45/99	Roberto Requião	Modifica a Resolução nº 22, de 1989, do Senado Federal, que estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações e prestações interestaduais.	Tramitando
2446/99	Pedro Simon	Institui a sessão administrativa mensal para deliberar pelas matérias que especifica.	Tramitando
47/99	Antero Paes de Barros	Altera a Resolução 78, de 1998, do Senado Federal.	Rejeitado (art. 254 do RISF)
25 2651/99	Ronaldo Cunha Lima	Acresce parágrafo único ao art. 78 do Regimento Interno do Senado Federal, que dispõe sobre a indicação de membros para as comissões.	Tramitando
2754/99	Gilvam Borges	Dispõe sobre as formalidades e disciplina os procedimentos para a apreciação dos atos de outorga e de renovação de concessão, permissão ou autorização de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.	Tramitando
2855/99	Luiz Estevão	Modifica o inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, especificando a documentação a ser contida na Mensagem sobre escolha de autoridades prevista no art. 52, III e IV, da Constituição Federal.	Tramitando
56/99	Roberto Requião	Altera o § 3º do art. 12 da Resolução nº 78, de 1998, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantia, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências.	Tramitando
2957/99	Romero Jucá	Altera os arts. 258 e 259 do Regimento Interno do Senado Federal, referentes à tramitação em conjunto de proposições.	Tramitando
3059/99	Carlos Patrocínio	Altera a redação do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal.	Tramitando

²⁴ Apensado ao PRS nº 81/99. (RQS nº 472/99)

²⁵ Tramita em conjunto com o PRS nº 37/99.

²⁶ Apensado ao PRS nº 81/99. (RQS nº 472/99)

²⁷ Tramita em conjunto com o PRS nº 14/99.

²⁸ Apensado ao PRS nº 81/99. (RQS nº 472/99)

²⁹ Apensado ao PRS nº 81/99. (RQS nº 472/99)

³⁰ Apensado ao PRS nº 81/99. (RQS nº 472/99)

Número	Autor	Ementa	Resultado
60/99	Álvaro Dias	Altera a Resolução nº 78/98, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências.	Tramitando
61/99	Carlos Patrocínio	Modifica o inciso I do § 2º do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, que trata da retirada das proposições.	Tramitando
3165/99	Mozarildo Cavalcanti	Altera os arts. 224, 225, 226 e 227 e acrescenta o art. 227-A ao Regimento Interno do Senado Federal, permitindo a indicação a outro Poder, para sugestão de providência administrativa ou apresentação de proposição.	Tramitando
3267/99	Sebastião Rocha	Altera o art. 14 do Regimento Interno do Senado Federal, estabelecendo o tempo de uso da palavra pelos líderes e demais senadores após a Ordem do Dia.	Tramitando
3369/99	Gerson Camata	Acrescenta parágrafo ao art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal.	Tramitando
3476/99	Sebastião Rocha	Acrescenta parágrafos a dispositivos do Regimento Interno do Senado Federal.	Tramitando
3577/99	Tião Viana	Modifica dispositivos do Regimento Interno do Senado Federal, estabelecendo novas regras para a elaboração e a distribuição da pauta dos trabalhos das comissões.	Tramitando
36 3780/99	Roberto Requião	Extingue o processo simbólico de votação previsto no Regimento Interno do Senado Federal.	Tramitando
38 3981/99	Lúcio Alcântara	Altera dispositivos do Regimento Interno do Senado Federal.	Tramitando
84/99	Roberto Saturnino	Determina a redução da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e dá outras providências.	Tramitando

³¹ Apensado ao PRS nº 81/99. (RQS nº 472/99)

³² Apensado ao PRS nº 81/99. (RQS nº 472/99)

³³ Apensado ao PRS nº 81/99. (RQS nº 472/99)

³⁴ Apensado ao PRS nº 81/99. (RQS nº 472/99)

³⁵ Apensado ao PRS nº 81/99. (RQS nº 472/99)

³⁶ Apensado ao PRS nº 81/99. (RQS nº 472/99)

³⁷ Em 3.10.2000, voltou a tramitar individualmente (RQS nº 362/2000).

³⁸ Ao projeto foram apensados os seguintes PRS: 129 e 161/97; 4, 5, 7, 15, 16, 17, 18, 24, 26, 28, 29, 34, 36, 37, 42, 43, 44, 46, 51, 55, 57, 59, 65, 67, 69, 76, 77, 80, 85, 92, 93, 113 e 135/99; 16, 17, 57 e 71/2000. (RQS nº 472/99)

³⁹ Em 3.10.2000, o PRS nº 80/99 voltou a tramitar individualmente (RQS nº 362/2000).

Número	Autor	Ementa	Resultado
4085/99	Sebastião Rocha	Altera o inciso IX do art. 14 do Regimento Interno do Senado Federal, referente ao uso da palavra.	Tramitando
91/99	Antero Paes de Barros	Altera a Resolução do Senado Federal nº 78, de 1998, modificando a redação do inciso II do art. 6º e dá outras providências.	Tramitando
4192/99	Osmar Dias	Dá nova redação ao <i>caput</i> do art. 77 e ao <i>caput</i> do art. 102-D do Regimento Interno do Senado Federal, que dispõem sobre o número de membros das comissões permanentes.	Tramitando
4293/99	Jorge Bornhausen	Altera dispositivos do Regimento Interno para indicar dias de funcionamento de comissão parlamentar de inquérito, tipificar como quebra de decoro parlamentar atos relativos ao funcionamento dessas comissões e condicionar a atuação de membro ou suplente ao acesso a informações bancárias, patrimoniais e telefônicas.	Tramitando
95/99	Ney Suassuna	Altera a Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal.	Tramitando
43113/99	Nabor Júnior	Dá nova redação ao inciso IX do art. 14, ao art. 17 e ao § 1º do art. 154 do Regimento Interno do Senado Federal.	Tramitando
134/99	CPI do Sistema Financeiro	Altera a Resolução do Senado Federal nº 78, de 1998, que “dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências”	Resolução nº 62, de 13.10.2000
44135/99	CPI do Sistema Financeiro	Cria a Comissão de Acompanhamento do Sistema Financeiro e dá outras providências.	Tramitando
456/2000	Bernardo Cabral	Regulamenta a Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, no âmbito do Senado Federal, e dá outras providências.	Tramitando
7/2000	Mozarildo Cavalcanti	Altera a redação do art. 126 do Regimento Interno do Senado Federal.	Tramitando

⁴⁰ Apensado ao PRS nº 81/99. (RQS nº 472/99)

⁴¹ Apensado ao PRS nº 81/99. (RQS nº 472/99)

⁴² Apensado ao PRS nº 81/99 (RQS nº 472/99.

⁴³ Apensado ao PRS nº 81/99 (RQS nº 472/99.

⁴⁴ Anexado ao PRS nº 81/99 (RQS nº 472/99)

⁴⁵ Os projetos nº 1 a 15/2000 foram apresentados durante a 2ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura, realizada no período de 5.1 a 15.2.2000.

Número	Autor	Ementa	Resultado
46 ⁸ /2000	Jorge Bornhausen	Autoriza os Municípios a contratarem operações de crédito com a Caixa Econômica Federal, destinadas à implantação de programas de fortalecimento e modernização da máquina administrativa municipal.	Resolução nº 47, de 23.6.2000
11/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a União a contratar operações financeiras de que trata o Contrato de Reestruturação de Dívida da República de Moçambique para com a República Federativa do Brasil, no valor equivalente a cento e cinquenta milhões, oitocentos e quatro mil, quatrocentos e trinta e um dólares norte-americanos e quarenta e sete centavos, com base na Ata de Entendimentos de 21 de novembro de 1996, celebrada no âmbito do chamado Clube de Paris	Resolução nº 12, de 1º.3.2000
12/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a Prefeitura Municipal de Cachoeirinha - RS a contratar operação de crédito junto ao FUNDOPIMES, cujo órgão gestor é o Banco do Estado do Rio Grande do Sul – BANRISUL, no valor de dois milhões de reais, destinada a financiamento de investimento em infra-estrutura urbana.	Resolução nº 13, de 1º.3.2000
13/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a União a realizar operações financeiras de que trata o Contrato de Reestruturação de Débitos da República de Cabo Verde para com a República Federativa do Brasil, no valor de sete milhões, duzentos e noventa e três mil, oitocentos e três dólares norte-americanos e vinte centavos, oriundos de financiamentos do Fundo de Financiamento à Exportação - FINEX, cujos créditos passaram a integrar, por força da Lei nº 8.187, de 1º de junho de 1991, o Programa de Financiamento às Exportações – PROEX.	Resolução nº 17, de 22.3.2000

e.1.2) Da presente Sessão Legislativa

Número	Autor	Ementa	Resultado
47 ¹⁶ /2000	Antero Paes de Barros	Altera os incisos I e IX do art. 14 e os §§ 1º e 2º do art. 17 do Regimento Interno, com o objetivo de dar nova disciplina ao uso da palavra pelo Senador nas Sessões Ordinárias do Senado Federal.	Tramitando
48 ¹⁷ /2000	Sebastião Rocha	Altera os arts. 107, 154 e 155 do Regimento Interno, com o objetivo de transferir para o período matutino as Sessões Ordinárias do Senado Federal, reservando o período vespertino para as reuniões das comissões permanentes.	Tramitando

⁴⁶ Tramitou em conjunto com o PRS nº 18/2000.

⁴⁷ Anexado ao PRS nº 81/99.

⁴⁸ Anexado ao PRS nº 81/99.

Número	Autor	Ementa	Resultado
49 ¹⁸ /2000	José Roberto Arruda	Autoriza os Municípios a contratarem operação de crédito com a Caixa Econômica Federal destinada à implantação de programas de fortalecimento e modernização da máquina administrativa municipal.	Prejudicado em virtude da aprovação do PRS nº 8/2000
19/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT a elevar temporariamente os seus limites de endividamento, para que possa contratar operação de crédito externo com o Japan Bank for International Cooperation – JBIC e a Marubeni, no valor de seis bilhões, oitocentos e trinta e nove milhões, oitenta e um mil, quinhentos e quarenta e nove ienes, para dar continuidade ao processo de modernização, referente ao Programa de Recuperação e Ampliação do Sistema de Telecomunicação e do Sistema Postal – PASTE.	Resolução nº 16, de 15.3.2000
20/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor de vinte e oito milhões, setecentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e sessenta e sete euros, junto ao Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW.	Resolução nº 14, de 2.3.2000
21/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até cinco milhões, setenta e dois mil, novecentos e cinco euros junto ao Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW, destinada a financiamento de quinze por cento da importação de bens e serviços a serem fornecidos pela empresa alemã Carls Zeiss Jena GmbH, no âmbito do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários.	Resolução nº 15, de 2.3.2000
22/2000	Comissão de assuntos Econômicos	Autoriza a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até cento e oitenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de principal, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Município do Rio de Janeiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada ao financiamento parcial do Programa de Urbanização de Assentamentos Populares do Rio de Janeiro, “Favela-Bairro” – Segunda Etapa (PROAP II).	Resolução nº 18, de 23.3.2000
23/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor de EUR 4.671.408,00 (quatro milhões, seiscentos e setenta e um mil e quatrocentos e oito euros), junto ao Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW.	Resolução nº 19, de 13.4.2000
24/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor de EUR 3.107.376,00 (três milhões, cento e sete mil e trezentos e setenta e seis euros), junto ao Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW.	Resolução nº 20, de 13.4.2000

⁴⁹ Tramitou em conjunto com o PRS nº 8/2000.

Número	Autor	Ementa	Resultado
25/2000	Antônio Carlos Valadares	Acrescenta incisos V, VI, VII, VIII e IX ao artigo 3º da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, que "Dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências" (<i>restrições à antecipação de royalties por parte de governadores e prefeitos</i>).	Resolução nº 58, de 4.7.2000
26/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a Prefeitura Municipal de Santos – SP a contratar operação de crédito junto ao Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM, administrado pela Caixa Econômica Federal – CEF, no valor de doze milhões, vinte e um mil e trezentos reais, a preços de 31 de julho de 1999, destinados a projetos de modernização administrativa.	Resolução nº 21, de 18.4.2000
27/2000	Osmar Dias e outros Senadores	Estabelece alíquota do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações e prestações interestaduais com farinha de trigo.	Tramitando
28/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a concessão, pela União, da garantia da República Federativa do Brasil, no âmbito do Protocolo de Cooperação Técnica e Financeira, em aditamento ao contrato de financiamento externo firmado entre a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF e a Empresa Húngara de Comércio Exterior e Empreendimentos para Exportação - AGROINVEST, bem como a dispensa da respectiva contragarantia.	Resolução nº 39, de 17.5.2000
29/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a União a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor equivalente a até cento e oitenta e cinco milhões de dólares norte-americanos, de principal, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Profissionalização de Trabalhadores da Área de Enfermagem – PROFPAE.	Resolução nº 42, de 25.5.2000
30/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor de quinhentos e quarenta e oito mil, trezentos e sessenta e um euros, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW, destinada ao financiamento da parcela à vista de 15% do contrato comercial para importação de bens e serviços a serem fornecidos pela empresa GUNT Gerätebau GmbH, no âmbito do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários.	Resolução nº 40, de 19.5.2000
31/2000	Geraldo Althoff	Altera dispositivos da Resolução nº 78, de 1998, para regulamentar as antecipações de receita realizadas diretamente com contribuintes.	Tramitando

Número	Autor	Ementa	Resultado
32/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a assumir as dívidas da Companhia de Habitação do Estado – COHAB/RS e da Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul – CEE-RS, nos respectivos valores de oitocentos e onze milhões, seiscentos e trinta e nove mil, duzentos e oitenta e dois reais e sessenta e sete centavos, a preços de 01.09.99, e quarenta e dois milhões, vinte e sete mil, setecentos e oitenta e oito reais e quarenta e dois centavos, a preços de 01.08.99.	Resolução nº 22, de 27.4.2000
33/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro (RJ) a assumir dívidas da Companhia Estadual de Habitação do Estado do Rio de Janeiro – CEHAB/RJ e do Banco do Estado do Rio de Janeiro S/A, em liquidação extrajudicial nos valores de trezentos e noventa e oito milhões, quinhentos e cinqüenta e oito mil, seiscentos e vinte e sete reais e quarenta e dois centavos; e vinte e dois milhões, quatrocentos e cinqüenta mil, cento e oitenta e sete reais e dez centavos, respectivamente, a preços de 01.02.2000.	Resolução nº 23, de 27.4.2000
34/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina (SC) a assumir dívida da Companhia de Habitação do Estado COHAB/SC, no valor de cento e cinqüenta e dois milhões, oitocentos e vinte mil, novecentos e noventa e um reais e vinte e oito centavos, a preços de janeiro de 2000.	Resolução nº 24, de 27.4.2000
35/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Estado de Mato Grosso do Sul a contratar operação de refinanciamento de dívidas do Estado, consubstanciada no contrato de confissão, assunção e refinanciamento de dívidas, celebrado com a União, em 30 de março de 1998, com base no protocolo de acordo firmado entre a União e o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor total de novecentos e três milhões, seiscentos e sessenta mil, cinqüenta e nove reais e vinte e um centavos, para alterar o valor total da operação para um bilhão, duzentos e trinta e seis milhões, duzentos e trinta e seis mil, trezentos e noventa e seis reais e cinqüenta e cinco centavos, resultante do acréscimo da parcela de trezentos e trinta e dois milhões, quinhentos e setenta e seis mil, trezentos e trinta e sete reais e trinta e quatro centavos, ao valor refinanciado.	Resolução nº 25, de 2.5.2000
36/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a União e o Município de São Paulo a celebrarem, com a interveniência do Banco do Brasil S.A., como agente do Tesouro Nacional, e do Banco do Estado de São Paulo - BANESPA, como depositário, Contrato de Confissão, Consolidação, Promessa de Assunção e Refinanciamento de Dívidas, nos termos em que apresenta.	Resolução nº 26, de 2.5.2000

Número	Autor	Ementa	Resultado
37/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a União a celebrar os contratos bilaterais de reescalonamento de seus créditos junto a República Islâmica da Mauritânia, ou suas agências governamentais, renegociados no âmbito do Clube de Paris, conforme Ata de Entendimentos celebrada em 28 de junho de 1995, no valor total de seis milhões, duzentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e noventa e seis dólares norte-americanos e onze centavos, oriundos de financiamentos do Fundo de Financiamento à Exportação - FINEX, cujos créditos passaram a integrar, por força da Lei nº 8.187, de 1º de junho de 1991, o Programa de Financiamento às Exportações – PROEX.	Resolução nº 45, de 16.6.2000
38/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Altera a Resolução nº 67, de 1º de julho de 1998, do Senado Federal, a fim de elevar em doze milhões, cem mil, quinhentos e sessenta e nove reais e dois centavos, o valor do Contrato de Confissão, Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas, firmado entre a União e o Estado de Goiás.	Resolução nº 27, de 4.5.2000
39/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Município de São Gabriel - RS a contratar operação de crédito junto ao Fundo de Desenvolvimento ao Programa Integrado de Melhoria Social – FUNDOPIMES, administrado pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A - BANRISUL, no valor de dois milhões e cem mil reais, a preços de setembro de 1999, destinada a obras de infraestrutura urbana.	Resolução nº 28, de 4.5.2000
40/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a União a contratar operação de crédito, no valor equivalente a sessenta milhões de reais, entre a República Federativa do Brasil e o Estado de Goiás.	Resolução nº 29, de 4.5.2000
41/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Estado do Piauí a contratar operação de crédito consubstanciada no contrato de Abertura de Crédito celebrado entre a União e o Estado do Piauí, em 19 de abril de 2000, com a interveniência do Banco Central do Brasil, no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público na Atividade Bancária.	Resolução nº 30, de 4.5.2000
42/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Município de Ubitatã – PR a contratar operação de crédito interno, junto ao Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano/Programa Paraná Urbano, no valor de novecentos mil reais, destinados à realização de investimentos em infraestrutura urbana.	Resolução nº 31, de 4.5.2000
43/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Estado de Alagoas a celebrar operação de crédito com a União e o Banco do Estado de Alagoas S.A - Produban, em liquidação extrajudicial, com a interveniência da Caixa Econômica Federal – CEF e do Banco Central do Brasil – Bacen, no valor de quatrocentos e vinte e sete milhões, duzentos e cinquenta mil reais, a preços de 30 de abril de 1998, visando a extinção do Produban e a criação de agência de fomento naquele Estado.	Resolução nº 32, de 4.5.2000

Número	Autor	Ementa	Resultado
44/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a União e o Estado da Paraíba a celebrarem contrato de refinanciamento de dívida correspondente a cento e oito milhões, novecentos e trinta e dois mil, duzentos e oitenta e um reais e sessenta e três centavos, relativa ao reconhecimento de dívida do Estado da Paraíba junto ao Banco do Nordeste do Brasil S/A – BNB.	Resolução nº 33, de 4.5.2000
45/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Município de Campinas (SP) a realizar operação de crédito, visando o refinanciamento, pela União, dos títulos públicos emitidos para pagamento de precatórios judiciais em poder de terceiros, no valor de cento e trinta e sete milhões, oitocentos e oitenta e oito mil, oitocentos e oitenta e dois reais e setenta e seis centos, posição em 19 de abril de 2000, ao amparo da Medida Provisória nº 2.022-16, de 20 de abril de 2000, nos termos do art. 12 a Resolução nº 78, de 1º de junho de 1998, do Senado Federal.	Resolução nº 34, de 4.5.2000
46/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Município de Osasco – SP a celebrar operação de crédito de refinanciamento, junto a União, dos títulos da dívida pública emitidos para o pagamento de precatórios judiciais no valor de cento e noventa e três milhões, cinco mil, setecentos e vinte e três reais e oitenta e seis centavos, a preços de 19 de abril de 2000.	Resolução nº 35, de 4.5.2000
47/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a União e o Estado de Alagoas a celebrarem, com a interveniência da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil S.A, Contrato de Confissão, Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas.	Resolução nº 36, de 4.5.2000
48/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a Prefeitura de Guarulhos (SP), a contratar operação de crédito visando o refinanciamento dos títulos públicos emitidos para pagamento de precatórios judiciais, no valor de trinta e um milhões, setecentos e dezesseis mil, trezentos e vinte e dois reais e oitenta e nove centavos, ao amparo da Medida Provisória nº 2.022-16, de 20 de abril de 2000.	Resolução nº 37, de 4.5.2000
5049/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Estado de Santa Catarina a realizar operação de crédito visando ao refinanciamento dos títulos públicos emitidos para pagamento de precatórios judiciais em poder de terceiros, no valor de quinhentos e oitenta e um milhões, seiscentos e setenta mil, trezentos e trinta e seis reais e doze centavos.	Resolução nº 38, de 4.5.2000

⁵⁰ Anexadas, ao seu processado, as informações recebidas através do Aviso nº 512/2000, de 17.8, do Ministro da Fazenda, requeridas através do RQS nº 207/2000.

Número	Autor	Ementa	Resultado
50/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT a elevar temporariamente seus limites de endividamento para contratar operação de crédito externo, com o BG Bank A/S – Dinamarca, no valor total equivalente a até trinta e sete milhões, cinqüenta e quatro mil, setecentos e cinqüenta e oito marcos alemães, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Automação do Sistema de Triagem de Objetos Postais, que integra o Programa de Recuperação e Ampliação do Sistema de Telecomunicações e do Sistema Postal – PASTE.	Resolução nº 41, de 19.5.2000
51/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor de oitocentos e vinte e quatro mil, trezentos e sessenta e seis euros, com o Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW (<i>destinado ao financiamento de quinze por cento (parcela à vista) de contrato comercial de importação de bens e serviços a serem fornecidos pela empresa Dornier Medizintechnik GmbH, no âmbito do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários</i>).	Resolução nº 46, de 20.6.2000
52/2000	José Eduardo Dutra	Altera as Resoluções do Senado nºs 36 e 38, de 2000.	Tramitando
53/2000	Osmar Dias	Dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências.	Tramitando
54/2000	Álvaro Dias e outros Senadores	Estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações que especifica.	Tramitando
55/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor de noventa e sete milhões, oitocentos e cinqüenta e cinco mil, setecentos e trinta e dois dólares norte-americanos e vinte centavos, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banque Nationale de Paris – BNP, destinados ao financiamento de importação de oito helicópteros "Cougar" e serviços a serem fornecidos pela Eurocopter S/A.	Resolução nº 43, de 7.6.2000
56/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor equivalente a até quinhentos e cinco milhões e sessenta mil dólares norte-americanos, na modalidade de ajuste setorial da Previdência Social – Segunda Fase, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro internacional ao Brasil.	Resolução nº 44, de 7.6.2000

Número	Autor	Ementa	Resultado
5157/2000	Roberto Requião	Revoga o § 8º do art. 132 do Regimento Interno, com o objetivo de excluir a proibição de computar o voto do autor da proposição no âmbito das Comissões.	Tramitando
58/2000	Casildo Maldaner	Acrescenta artigo na Resolução nº 79, de 1999, do Senado Federal.	Tramitando
59/2000	Comissão de assuntos Econômicos	Autoriza o Estado de São Paulo a conceder contragarantia à República Federativa do Brasil na operação de crédito a ser realizada entre a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos serão destinados ao financiamento do Programa de Despoluição do Rio Tietê – Etapa II.	Resolução nº 48, de 27.6.2000
60/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor de dois milhões, setecentos e quarenta e sete mil, quinhentos e sete euros e trinta e dois centavos, junto ao Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW.	Resolução nº 56, de 30.6.2000
61/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A., no valor equivalente a até cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD.	Resolução nº 49, de 27.6.2000
62/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor de até quatrocentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e quatro euros e vinte e três centavos, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW, destinada ao financiamento de quinze por cento (parcela à vista) de contrato comercial de importação de bens e serviços a serem fornecidos pela empresa alemã Leica Microsystems NussLoch GmbH, no âmbito do “Programa de Modernização e Consolidação da Infraestrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários”.	Resolução nº 57, de 30.6.2000
63/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor de até dezessete milhões, oitocentos mil Direitos Especiais de Saque, equivalente a aproximadamente vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura - FIDA, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Desenvolvimento Sustentável para os Assentamentos da Reforma Agrária no Semi-Árido da Região Nordeste.	Resolução nº 50, de 27.6.2000

⁵¹ Anexado ao PRS nº 81/99.

Número	Autor	Ementa	Resultado
64/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operações de crédito externo no valor total de duzentos e doze milhões, seiscentos e quarenta e cinco mil dólares norte-americanos, junto ao Banque Nationale de Paris – BNP.	Resolução nº 52, de 28.6.2000
65/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a União a contratar operações de crédito externo, nos valores de cento e sessenta e sete milhões, novecentos e noventa e oito mil, duzentos e cinqüenta dólares norte-americanos e quarenta e quatro milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, setecentos e cinqüenta dólares norte-americanos, entre a República Federativa do Brasil e o Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW, destinadas, a primeira, ao financiamento de oitenta e cinco por cento do valor dos bens e serviços referentes à parte alemã, que integram o projeto Pró-Amazônia/Promotec, e, a segunda, a quinze por cento da respectiva aquisição, bem como dos serviços a serem prestados por empresas brasileiras (tranche brasileira).	Resolução nº 53, de 28.6.2000
66/2000	Conselho de Ética e Decoro Parlamentar	Decreta a perda de mandato do Senador Luiz Estevão.	Resolução nº 51, de 28.6.2000
67/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no valor de R\$94.870.000,00 (noventa e quatro milhões, oitocentos e setenta mil reais), a preços de outubro de 1999.	Resolução nº 54, de 29.6.2000
68/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a União a contratar operação de crédito externo, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor equivalente a até US\$505,060,000.00 (quinhentos e cinco milhões e sessenta mil dólares norte-americanos), de principal, na modalidade de ajuste setorial - Reforma Fiscal e Administrativa.	Resolução nº 55, de 29.6.2000
69/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, a contratar operação de crédito externo, na modalidade Importação Financiada, no valor de US\$8,330,000.00 (oito milhões, trezentos e trinta mil dólares dos Estados Unidos da América), equivalentes a R\$16.016.091,00 (dezesseis milhões, dezesseis mil e noventa e um reais), a preços de 30 de novembro de 1999, junto ao M.L.W. – Intermed Handels und Consultinggesellschaft, destinados ao Projeto Reequipamento da UNESP – Fase I, com a garantia do Governo do Estado de São Paulo.	Resolução nº 59, de 3.7.2000

Número	Autor	Ementa	Resultado
70/2000	Ney Suassuna (Relator)	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$75,000,000.00 (setenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, junto ao Japan Bank for International Cooperation – JBIC, com a garantia da República Federativa do Brasil, destinada ao financiamento parcial do Programa de Corredores de Transporte do Estado do Rio Grande do Sul.	Resolução nº 60, de 4.7.2000
5271/2000	Jefferson Péres	Revoga o § 8º do art. 132 e a letra “c” do inciso I do art. 197 do Regimento Interno, com o objetivo de excluir a proibição de computar o voto do autor da proposição no âmbito das Comissões e a obrigatoriedade de realização de sessão secreta para deliberar sobre perda de mandato ou suspensão de imunidade de Senador durante o estado de sítio.	Tramitando
72/2000	Casildo Maldaner	Determina que a TV Senado fica obrigada a transmitir e interpretar da língua portuguesa para a língua brasileira para surdos – LIBRAS, toda a sua programação.	Tramitando
73/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até cinquenta e um milhões de dólares dos Estados Unidos da América, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.	Resolução nº 61, de 15.9.2000
74/2000	Ney Suassuna	Altera a Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, para dispensar tratamento especial às operações de crédito realizadas por autarquias prestadoras de serviços de saneamento.	Resolução nº 65, de 15.12.2000
5375/2000	Roberto Freire	Altera a Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, para suspender, pelo período de doze meses, o pagamento de serviços de dívidas dos Estados de Alagoas e de Pernambuco junto à União.	Tramitando
76/2000	Ricardo Santos e Gerson Camata	Altera a Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências.	Resolução nº 63, de 10.11.2000
77/2000	Comissão Diretora	Cria, no âmbito do Senado Federal, a Universidade do Legislativo Brasileiro.	Tramitando
5478/2000	Comissão Temporária Externa criada pelo RQS nº 426/2000	Altera a Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, para suspender, pelo período de doze meses, o pagamento de serviços de dívidas dos Estados de Alagoas e Pernambuco junto à União.	Tramitando

⁵² Anexado ao PRS nº 81/99.

⁵³ Anexado, ao seu processado, o PRS nº 78/2000.

⁵⁴ Anexado ao PRS nº 75/2000.

Número	Autor	Ementa	Resultado
79/2000	Ricardo Santos e Gerson Camata	Altera a Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências.	Resolução nº 64, de 13.12.2000
80/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRÁS a elevar, temporariamente, o seu limite de endividamento, em três bilhões, trezentos e trinta milhões de reais, cujos recursos serão destinados ao alongamento de sua dívida, sem aumento do endividamento total.	Tramitando
81/2000	Lauro Campos	Modifica a Resolução nº 20, de 1993, que institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar, para estender aos suplentes de Senador a aplicação de suas normas.	Tramitando
82/2000	Comissão Diretora	Dispõe sobre a Polícia do Senado Federal.	Tramitando
83/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor de US\$69,600,000.00 (sessenta e nove milhões e seiscentos mil dólares dos Estados Unidos da América).	Resolução nº 68, de 15.12.2000
84/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a União a contratar operação de crédito externo, com a Marubeni Corporation, no valor equivalente a até Y280.269.000,00 (duzentos e oitenta milhões, duzentos e sessenta e nove mil ienes japoneses) de principal, destinada à aquisição de bens e serviços no âmbito do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários.	Resolução nº 69, de 15.12.2000
85/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Estado do Rio de Janeiro a contratar operação de crédito com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no valor total de duzentos e vinte e dois milhões, oitocentos e vinte e três mil, duzentos e dez reais, destinada ao financiamento do Programa de Expansão e Recuperação do Metrô/RJ, com recursos do FAT.	Resolução nº 66, de 15.12.2000
86/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até noventa milhões de dólares norte-americanos, de principal, junto ao EFIBANCA-Ente Finanziario Interbancario SpA.	Resolução nº 67, de 15.12.2000

Número	Autor	Ementa	Resultado
87/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Senado Federal para a contratação de operação de crédito externo, no valor de sete bilhões, trezentos e nove milhões, quatrocentos e nove mil, oitocentos e vinte ienes japoneses, entre a República Federativa do Brasil e o Japan Bank for International Cooperation JBIC, destinada ao financiamento parcial de contratos comerciais a serem firmados com diversos fornecedores, para a importação de bens e serviços no âmbito do Programa de Modernização Gerencial e Reequipamento Hospitalar.	Resolução nº 70, de 19.12.2000
88/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a contratação de operação de crédito externo, no valor de oito bilhões, trezentos e oitenta e oito milhões, oitocentos e noventa e cinco mil, oitocentos e dois ienes japoneses, entre a República Federativa do Brasil e o Japan Bank for International Cooperation JBIC, destinada ao financiamento parcial de aquisição de bens e serviços no âmbito do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários.	Resolução nº 71, de 19.12.2000
89/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a contratação de operação de crédito externo, no valor de dezoito milhões, duzentos e setenta e três mil, oitocentos e dezessete dólares norte-americanos, entre a República Federativa do Brasil e o BankBoston, destinada ao financiamento do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários.	Resolução nº 72, de 19.12.2000
90/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a contratação de operação de crédito externo, no valor de treze milhões, quatrocentos e dezesseis mil, seiscentos e setenta e seis Euros e setenta e dois centavos, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria - BBVA, destinadas ao financiamento do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários.	Resolução nº 73, de 19.12.2000
91/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Eleva para US\$ 30,000,000,000.00 (trinta bilhões de dólares norte-americanos), o valor a que se referem os arts. 1º e 2º, "a", da Resolução nº 57, de 1995, alterada pelas Resoluções nºs 51, de 1997, e 23, de 1999, do Senado Federal.	Resolução nº 74, de 19.12.2000
92/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$19,125,000.00 (dezenove milhões, cento e vinte e cinco mil dólares norte-americanos), junto ao Eximbank Magyar (Budapeste/Hungria).	Tramitando

e.2) do Congresso Nacional (PRN)

Número	Autor	Ementa	Resultado
1/99	Mesa da Câmara dos Deputados	Regulamenta os arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 9.506, de 1997 (<i>Valor da pensão do dependente do segurado do extinto IPC a ser concedida ou mantida pela União Federal</i>).	Tramitando

f) REQUERIMENTOS (RQS)

Aprovados	442
Deferidos (em 2000)	117
Indeferido	1
Prejudicados	10
Rejeitados	14
Retirados	10
Aguardando atendimento	29
Aguardando a realização de auditoria	2
Aguardando resultado de auditoria	1
Constituição de Comissão	20
Prorrogação de prazo de Comissão	2
Em tramitação	83

f.1) De Sessões Legislativas anteriores

Número	Autor	Assunto	Resultado
76/92	Mansueto de Lavor	Voto de congratulações ao Presidente da África do Sul, Frederik de Klerk, e ao povo desse País, pela realização do plebiscito que determinou o encerramento do regime de apartheid .	Tramitando
715/95	Ernandes Amorim	Pedido de informações ao Ministro das Minas e Energia.	Tramitando
1.332/95	Lúcio Alcântara	Pedido de informações ao Procurador Geral da República.	Tramitando
235/96	Pedro Simon	Solicita seja submetido ao Plenário desta Casa, após ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o recurso objetivando desarquivar o feito atinente à CPI dos corruptores, a que se refere o Requerimento nº 402, de 1995.	Deferido, em parte, em 1996, para o fim de determinar o desarquivamento do Req. 402/95 Arquivado, em 29.8.2000, nos termos do Parecer nº 848/2000, da CCJ (DSF de 30.8.2000 – pg. 17415/16)
253/97	Pedro Simon	Pedido de realização de inspeção e auditoria, de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial na Caixa Econômica Federal, especificamente na Gerência de Administração de Loterias – GELOT, bem como na empresa estatal DATAMEC S.A. - Sistemas de Processamento de Dados.	Aprovado Aguardando a realização da auditoria
86/98	Marina Silva	Transcrição, nos Anais do Senado, de artigos de autoria do professor Mário José de Lima, publicados no jornal A Gazeta , do Acre.	Tramitando

Número	Autor	Assunto	Resultado
326/98	José Eduardo Dutra	Realização, pelo TCU, de inspeção especial e extraordinária sobre o "Projeto de Irrigação de Jacarecica II" e o contrato firmado entre o Governo do Estado de Sergipe, através das empresas públicas Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas (CEHOP) e Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe (COHIDRO), e as empresas Contécnica Ltda. - Consultoria e Planejamento - e a Construtora Norberto Odebrecht S.A., a fim de examinar os aspectos que especifica.	Aprovado Informações recebidas do TCU através do Aviso nº 747/98, de 26.10. Aguardando resultado da auditoria
537/98	Eduardo Suplicy	Pedido de informações, ao Ministro da Previdência e Assistência Social, sobre entidades que solicitaram, até o momento, a extinção dos créditos decorrentes de contribuições sociais devidas, a partir de 25 de julho de 1981, de acordo com o disposto no art. 4º da Lei nº 9.429, de 26 de dezembro de 1996.	Deferido pela Mesa em 24.11.98 Arquivado em 14.9.99 sem resposta Atendido (Aviso nº 233/2000, de 14.7)
19/99	Eduardo Suplicy	Pedido de informações, ao Ministro da Educação, sobre os convênios realizados nos anos de 1998/1999 por esse Órgão com os municípios brasileiros incluídos dentro do Programa de Garantia de Renda Mínima, associados a ações sócio-educativas.	Deferido pela Mesa em 28.1.99 Atendido parcialmente (Aviso nº 19/99, de 19.3) Aguardando complemento das informações
21/99	Lúcio Alcântara	Pedido de informações, ao Ministro da Fazenda, sobre os Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados.	Deferido pela Mesa em 28.1.99 Atendido parcialmente (Aviso nº 62/99, de 4.3) Aguardando complemento das informações
34/99	Mozarildo Cavalcanti	Criação de Comissão Temporária do Senado Federal, destinada a acompanhar a situação, as providências e as circunstâncias das delimitações e demarcações de reservas indígenas.	Tramitando
35/99	Carlos Wilson	Constituição de Comissão Temporária do Senado Federal, destinada a inventariar as obras inacabadas em todo o território nacional, dentre outros objetivos.	Tramitando
41/99	Eduardo Siqueira Campos	Criação de Comissão Temporária sob a denominação de "Comissão Especial da Criança e do Adolescente", composta por 9 (nove) membros, tendo prazo de funcionamento previsto até 15 de dezembro de 1999, com o objetivo de realizar diagnóstico e análise da situação da criança e do adolescente brasileiros, análise e acompanhamento das políticas públicas a eles destinadas, exame da legislação pertinente e apresentação de propostas com vistas à superação dos problemas identificados no decorrer dos trabalhos.	Tramitando

Número	Autor	Assunto	Resultado
42/99	Mozarildo Cavalcanti	Criação de Comissão Temporária, composta por 7 (sete) Senadores, com o prazo de 120 (cento e vinte) dias, encarregada de promover estudos para a redivisão territorial do País.	Tramitando
43/99	Ney Suassuna e outros Senadores	Criação de Comissão Temporária composta de 9 (nove) Senadores e igual número de suplentes, destinada a, no prazo de 1 (um) ano e com um orçamento previsto em cem mil reais, verificar os efeitos produzidos pela atual seca que assola o Nordeste do Brasil e a região do Polígono das Secas do Estado de Minas Gerais, acompanhar e inspecionar, <i>in loco</i> , a execução das medidas de emergência promovidas pelo Governo Federal, indicar a adoção de providências que pareçam oportunas e elaborar as diretrizes de um Plano de Ação para implementações de políticas públicas a serem encaminhadas ao Poder Executivo.	Tramitando
53/99	Amir Lando	Criação de uma Comissão, composta de onze membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de noventa dias, analisar a dívida do setor público no Brasil, quanto à sua origem e composição, bem como oferecer proposições no sentido de equacionar os problemas decorrentes do endividamento da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e suas Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações mantidas pelos poderes públicos.	Tramitando
55/99	Luzia Toledo	Constituição de Comissão Especial Interna, integrada por 11 (onze) membros, para, no prazo de um ano, promover estudos e levantamentos visando estabelecer um sistema logístico de transporte, que seja integrado por portos e terminais conectados entre si por meio de linhas regulares de navegação, operando como um sistema coordenado, na região do Corredor Atlântico do Mercosul, que integra todo o sistema portuário, marítimo e hidroviário da América do Sul.	Tramitando
57/99	Maguito Vilela	Nota de repúdio ao Exm ^o Sr. Presidente do TST, à revelia do Senador Antonio Carlos Magalhães, por declarações atacando o Presidente do Senado, publicadas pela imprensa.	Tramitando
59/99	Eduardo Suplicy	Pedido de informações, ao Ministro da Justiça, sobre providências adotadas no sentido de repatriar os menores Belal Atef e Hamze Atef Abbas.	Deferido pela Mesa em 11.3.99 Atendido parcialmente (Aviso nº 475/99, de 13.5) Atendido (Aviso nº 265/2000, de 19.4)

Número	Autor	Assunto	Resultado
68/99	Luiz Estevão	Criação de Comissão Temporária, composta de 7 (sete) membros, com o prazo de funcionamento até o final da presente sessão legislativa, com o objetivo de estudar em profundidade o problema da autonomia da universidade brasileira, tendo em vista, principalmente, a sua necessidade de flexibilidade de funcionamento.	Tramitando
69/99	Eduardo Suplicy	Pedido de informações, ao Ministro Extraordinário de Projetos Especiais, sobre a fase em que se encontra a implantação do Projeto SIVAM frente ao cronograma inicialmente previsto.	Deferido pela Mesa em 11.3.99 Aguardando atendimento
75/99	Heloísa Helena	Criação de Comissão Especial Interna, composta de 11 (onze) Senadores, para, no prazo de 60 (sessenta) dias, discutir com a sociedade, ministros e juízes, a fim de colher subsídios para a reforma do Poder Judiciário.	Tramitando
76/99	Ademir Andrade	Convocação do Ministro das Minas e Energia, a fim de prestar esclarecimentos sobre o processo de cisão da Eletronorte, com o objetivo de sua privatização.	Tramitando
95/99	Ramez Tebet	Voto de Congratulações pela <i>performance</i> de artistas brasileiros, notadamente Fernanda Montenegro e a Walter Sales Junior, por terem elevado o nome do Brasil perante o mundo, por ocasião da entrega do maior prêmio do cinema mundial, o <i>Oscar</i> , disputando com o filme Central do Brasil .	Tramitando
96/99	Ademir Andrade	Pedido de informações, ao Ministro da Previdência e Assistência Social, sobre a nova estrutura organizacional do INSS.	Deferido pela Mesa em 11.5.99. Aguardando atendimento.
100/99	Djalma Falcão	Pedido de informações, ao Ministro do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, sobre os recursos orçamentários da União, exercício de 1998, destinados às obras de macrodrenagem do Grande Tabuleiro de Maceió.	Deferido pela Mesa em 25.5.99 Aguardando atendimento
119/99	Pedro Simon	Criação de Comissão, integrada por 11 (onze) titulares e 11 (onze) suplentes, incumbida de, no prazo de 120 dias, estudar as causas do desemprego e do subemprego no País.	Tramitando
123/99	Lauro Campos	Convocação do Ministro das Relações Exteriores para prestar esclarecimentos, perante o Plenário, sobre a posição adotada pelo Brasil na reunião do Conselho de Segurança da ONU do dia 26 de março de 1999, na votação do pedido da Rússia quanto à suspensão dos ataques da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) contra a Iugoslávia.	Tramitando

Número	Autor	Assunto	Resultado
136/99	José Roberto Arruda e outros Senadores	Criação de Comissão Temporária, composta de 11 (onze) titulares e 7 (sete) suplentes, para, no prazo de noventa dias, realizar estudos e apresentar Proposta de Reforma Tributária.	Tramitando
163/99	Luiz Estevão	Constituição de Comissão Especial destinada a estudar e propor medidas legislativas em relação à reforma do Poder Judiciário, integrada por 11 (onze) membros e com prazo de 90 (noventa) dias para conclusão dos trabalhos.	Tramitando
177/99	Jefferson Péres, Bernardo Cabral e Gilberto Mestrinho	Voto de Congratulações pelo transcurso, no dia 19 de abril, do cinquentenário de fundação do jornal A Crítica , da Empresa de Jornais Calderaro Ltda., de Manaus.	Tramitando
185/99	Antero Paes de Barros	Pedido de cópias e esclarecimentos, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, por intermédio do Ministro Extraordinário da Política Fundiária, relacionados à realização de obras de infraestrutura nos assentamentos do Incra no Estado do Mato Grosso, executadas em parceria com as Prefeituras Municipais, por intermédio da celebração de convênios.	Deferido pela Mesa em 25.5.99 Atendido (Ofício nº 196/99, de 22.9)
187/99	José Roberto Arruda	Criação de Comissão Provisória Especial para contribuir na organização dos festejos dos 40 anos de Brasília, daqui a exatamente um ano.	Tramitando
188/99	Heloísa Helena	Constituição de comissão composta por cinco senadores, com o objetivo de realizar diligências nos municípios visitados pela Comissão Parlamentar de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 1, de 1996-CN, com a finalidade de apurar as denúncias contidas na reportagem da revista Veja do dia 30 de agosto de 1995, sobre o trabalho de crianças e adolescentes no Brasil.	Tramitando
1199/99	Ademir Andrade	Pedido de informações, ao Ministro da Justiça, referentes a denúncias publicadas na revista Veja , de 13.1.99, em relação à aquisição de áreas de grande extensão territorial no Pará, pelo Sr. Cecílio do Rego Almeida, onde estariam ocorrendo crimes.	Deferido pela Mesa em 25.5.99 Atendido (Aviso nº 140/2000, de 29.2)

¹ Constatou do Relatório da Presidência de 1999 como tendo sido atendido, mas, até 3.2.2000, ainda aguardava atendimento. Na sessão do dia 3.2.2000, o Senador Ademir Andrade, fazendo uso da palavra pela ordem, solicitou providências da Mesa no sentido de reiterar, junto ao Ministério da Justiça, a resposta ao requerimento de informações, expedido em 31.5.99 (DSF de 4.2.2000, pgs. 1750/1751).

Número	Autor	Assunto	Resultado
210/99	Geraldo Cândido	Adoção, pelo Senado Federal, em nome do Congresso Nacional do Brasil, de voto de repúdio às ações militares desenvolvidas pela Organização do Tratado do Atlântico Norte – Otan, com o apoio do Governo dos Estados Unidos da América, contra a Iugoslávia, desde o dia 24 de março de 1999, desprezando a solução pacífica para a questão do Kosovo.	Tramitando
241/99	Edison Lobão	Pedido de informações, ao Ministro da Previdência e Assistência Social, sobre os montantes das dívidas, junto à Previdência Social, de cada Estado da Federação e de cada um dos respectivos Municípios, bem como do Banco do Brasil, Caixa Econômica e demais entidades públicas vinculadas ao Governo Federal.	Deferido pela Mesa em 2.6.99 Atendido (Aviso nº 100/2000, de 15.3)
253/99	Iris Rezende	Voto de solidariedade à Cidade de Goiás – GO, que pleiteia, junto à Unesco, o título de Patrimônio da Humanidade.	Tramitando
256/99	Emilia Fernandes	Sobrestamento temporário da deliberação sobre o PDS nº 4/99.	Tramitando
260/99	Tião Viana	Pedido de informações, ao Ministro da Saúde, sobre as ações desse Ministério decorrentes do Processo Administrativo nº 08101.000492/98-76, em curso na Procuradoria da República no Estado do Acre, sobre denúncias de irregularidades e malversação de verbas do Sistema Único de Saúde – SUS.	Deferido pela Mesa em 8.6.99. Aguardando atendimento.
265/99	Luiz Otávio	Pedido de informações, ao Ministro da Previdência e Assistência Social, relativas à adimplência da Companhia Vale do Rio Doce – CVRD quanto ao recolhimento das contribuições à Previdência Social, bem como a época em que foi realizada a última fiscalização na referida empresa e a respectiva conclusão.	Deferido pela Mesa em 9.6.99 Aguardando atendimento
285/99	Gerson Camata e Paulo Hartung	Transcrição, nos anais, do discurso proferido pelo Jornalista Carlos Lindenberg Filho, por ocasião da inauguração do novo parque gráfico de A Gazeta , prestigiado órgão da imprensa brasileira.	Tramitando
295/99	Maguito Vilela	Pedido de informações, ao Ministro da Previdência e Assistência Social, sobre os imóveis de propriedade do INSS.	Deferido <i>ad referendum</i> da Mesa em 22.6.99 Atendido (Aviso nº 99/2000, de 15.3)

² Em 6.8.99, foi lido o Aviso nº 352/99, de 29.6, do Ministério da Saúde, comunicando a impossibilidade de prestar as informações solicitadas, tendo em vista que os autos do processo referente a denúncias de irregularidades e malversação de verbas no SUS encontram-se no âmbito do Ministério Público até aquele momento.

Número	Autor	Assunto	Resultado
³ 324/99	Carlos Patrocínio	Pedido de informações, ao Ministro da Educação, sobre a existência, nesse Ministério, de estudo ou projeto relativo à implantação da Universidade Federal do Tocantins.	Deferido pela Mesa em 30.6.99 Atendido (Ofício nº 69/2000, de 8.6)
341/99	Moreira Mendes	Pedido ao Banco do Brasil, através do Ministério da Fazenda, do encaminhamento de cópia de todas as faturas emitidas, a partir de 1º de janeiro de 1998, ao próprio Banco do Brasil e a todos os órgãos e entidades públicas com os quais a BBTUR – Banco do Brasil Viagens e Turismo Ltda.– opera.	Deferido pela Mesa em 11.8.99 Atendido (Aviso nº 473/99, de 9.9) Reiterado, pelo seu autor, em pronunciamento, pela ordem, na sessão do dia 13.4.2000. (DSF de 14.4.2000 – página 7276) Atendido (Aviso nº 272-A/2000, de 18.5) Atendido (Aviso nº 666/2000, de 4.12) Aguardando manifestação do Requerente
371/99	Pedro Simon	Voto de Aplauso ao Esporte Clube Juventude, pela conquista do título de campeão da Copa do Brasil, em jogo realizado no dia 27.6.99.	Tramitando
376/99	José Roberto Arruda e Líderes	Voto de apoio desta Casa Legislativa ao Governo brasileiro e ao Mercosul, pelo firme posicionamento assumido em defesa da redução das barreiras comerciais impostas pela União Européia aos produtos da região, especialmente os agrícolas, condição esta indispensável a uma maior aproximação entre os dois blocos.	Tramitando
390/99	Ademir Andrade	Pedido de informações, ao Ministro da Previdência e Assistência Social, sobre o valor arrecadado pelo Instituto Nacional do Seguro Social, mês a mês, nos últimos 60 meses, e respectiva alíquota, com a contribuição social devida pelo empregado e pelos empregadores.	Expedido Ofício SF/750/99, ao TCU, em 24.8.99.
395/99	Edison Lobão	Publicação do perfil parlamentar do ex-Senador Henrique de La Roque, como homenagem e agradecimento do Senado Federal pelo esforço despendido em favor da democracia e, particularmente, do Poder Legislativo (<i>coleção “Grandes vultos que honram o Senado”</i>).	Aprovado pela Mesa em 3.8.2000

³ Em 25.8.99, foi lido o Aviso nº 147/99, de 20.8, comunicando que, até aquele momento, não teria sido possível concluir o levantamento dos dados para responder o requerimento.

Número	Autor	Assunto	Resultado
409/99	Maguito Vilela	Criação de Comissão Temporária, composta de onze Senadores, a fim de analisar as proposições em tramitação no Senado Federal referentes à fome e à miséria e apresentar, no prazo de 90 dias, proposição legislativa para erradicar a miséria e a fome no País, realizando as audiências <i>in loco</i> de programas bem sucedidos.	Tramitando
417/99	Maguito Vilela	Voto de aplausos e congratulações ao Comitê Olímpico Brasileiro, através de seu Presidente, Carlos Arthur Nuzman, extensivo a todos os atletas que participaram dos Jogos Pan-Americanos de Winnipeg – Canadá.	Tramitando
471/99	Sebastião Rocha e Gilberto Mestrinho	Criação de uma Comissão Temporária no Senado Federal, composta por 11 (onze) membros e igual número de suplentes, com a finalidade de propor mecanismos que venham inibir possíveis interferências externas na região amazônica, com suas implicações políticas e militares, e conseqüências futuras para a conturbada região de fronteira da Amazônia (Comissão de Defesa da Soberania Amazônica).	Tramitando
501/99	Maria do Carmo Alves	Criação de Comissão Senatorial Temporária, composta de 7 (sete) membros e 7 (sete) suplentes para, no prazo de 2 (dois) meses, promover ampla discussão acerca do Projeto de Transposição de Águas do Vale do São Francisco e outras alternativas de concepção baseada na transposição de vazões entre bacias hidrográficas.	Tramitando
4540/99	Álvaro Dias	Pedido de informações, ao Ministro de Estado dos Transportes, a respeito das denúncias veiculadas na imprensa a respeito de irregularidades na licitação para a pavimentação de 94 quilômetros da rodovia BR-476, que liga Curitiba a Adrianópolis.	Deferido pela Presidência <i>ad referendum</i> Em 9.11.99 a Mesa acolheu a decisão Atendido (Aviso nº 434/2000, de 20.4)
558/99	Comissão de Assuntos Sociais	Pedido de informações, ao Ministro da Justiça, sobre as providências tomadas pela Polícia Federal para tornar mais efetiva a repressão aos crimes relacionados com medicamentos.	Deferido pela Mesa em 28.9.99 Atendido (Aviso nº 1.252/99, de 8.12)

⁴ Em 12.11.99, foi lido o Aviso nº 1.784/99, de 11.11, informando da finalização da análise dos recursos interpostos pelas empresas que se sentiram prejudicadas no processo de licitação, e que, tão logo se conclua esses trabalhos, o resultado será devidamente encaminhado ao Senado Federal.

Número	Autor	Assunto	Resultado
559/99	Comissão de Assuntos Sociais	Pedido de informações, ao Ministro do Trabalho, sobre as providências tomadas pelos Conselhos Regionais de Medicina e de Farmácia de Minas Gerais para apurar a responsabilidade dos profissionais envolvidos com os episódios investigados pela Comissão Parlamentar de Inquérito (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais) criada para apurar a entrada de medicamentos naquele Estado, bem como para corrigir a situação encontrada.	Deferido pela Mesa em 28.9.99 Aviso nº 235/299, de 11.11, informando da impossibilidade da resposta ao Requerimento, tendo em vista que os Conselhos de fiscalização do exercício de profissões regulamentadas não são suscetíveis de supervisão ministerial.
560/99	Comissão de Assuntos Sociais	Pedido de informações, ao Ministro da Saúde, sobre as providências tomadas por esse Órgão para tornar mais efetiva a fiscalização sanitária de medicamentos.	Deferido pela Mesa em 28.9.99 Atendido (Aviso nº 70/2000, de 8.2)
561/99	Eduardo Suplicy	Pedido de informações, ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, relativas aos financiamentos concedidos pelo BNDES.	Deferido pela Mesa em 9.11.99 Atendido (Aviso nº 296/99, de 9.12) Atendido (Aviso nº 24/2000, de 10.2 – Complementar)
573/99	Mauro Miranda	Voto de solidariedade ao Governo e ao povo de Taiwan.	Tramitando
604/99	Heloísa Helena	Voto de censura ao Senhor Armínio Fraga, Presidente do Banco Central do Brasil, pelas declarações de Sua Senhoria feitas a investidores estrangeiros em conferência realizada no Conselho das Américas, em Nova Iorque, Estados Unidos da América.	Tramitando
627/99	Comissão de Fiscalização e Controle	Pedido de informações, ao Tribunal de Contas da União – TCU, sobre a reincidência de irregularidades em algumas obras públicas fiscalizadas nos dois últimos anos, de forma a evidenciar as razões pelas quais não foi possível o saneamento desses empreendimentos, além das ações tomadas pelo Tribunal com vistas a essa finalidade.	Expedido Ofício SF nº 1014/99, ao TCU, em 20.10.99.
628/99	Comissão de Fiscalização e Controle	Pedido de esclarecimentos, ao Tribunal de Contas da União – TCU, sobre as providências adotadas e os resultados obtidos no tocante aos indícios de irregularidades apuradas nas 53 obras, bem como naquela cujo processo foi reaberto, conforme referido pelo Relatório do Ministro Humberto Souto no Processo TC nº 009.810/97-8, de maneira a subsidiar as atividades da CFC.	Expedido Ofício SF nº 1015/99, ao TCU, em 20.10.99.
648/99	Luiz Estevão	Sobrestamento do estudo do PLS nº 307/99.	Tramitando
651/99	Luiz Estevão	Sobrestamento do estudo do PLS nº 308/99, a fim de aguardar o recebimento de outra proposição sobre a mesma matéria.	Tramitando

Número	Autor	Assunto	Resultado
665/99	Ernandes Amorim	Pedido de informações, ao Ministro da Previdência e Assistência Social, sobre os imóveis daquele ministério e suas autarquias que não estejam sendo utilizados para a prestação de serviço público.	Deferido pela Mesa em 1º.12.99 Atendido (Avisos nºs 322/2000, de 9.8, e 357/2000, de 20.9)
666/99	Luiz Estevão	Sobrestamento do estudo do PLS nº 316/99, a fim de aguardar o recebimento de outra proposição sobre a mesma matéria.	Tramitando
684/99	Luiz Estevão	Sobrestamento do estudo do PLS nº 381/99.	Tramitando
685/99	Mozarildo Cavalcanti	Pedido de informações, ao Ministro da Saúde, sobre as entidades privadas e Organizações Não-Governamentais que prestam assistência à saúde nas comunidades indígenas.	Deferido pela Mesa em 15.12.99 Atendido (Aviso nº 173/2000, de 24.3)
686/99	Mozarildo Cavalcanti	Pedido de informações, ao Ministro da Justiça, sobre as entidades privadas e Organizações Não-Governamentais que prestam assistência à saúde nas comunidades indígenas.	Deferido pela Mesa em 15.12.99 Atendido (Aviso nº 264/2000, de 19.4)
687/99	Luiz Estevão	Sobrestamento do estudo do PLS nº 297/99.	Prejudicado pela aprovação do RQS nº 510/2000.
688/99	Ney Suassuna	Criação de uma Comissão Temporária composta por cinco Senadores titulares e igual número de suplentes, para acompanhar <i>in loco</i> as ações de políticas públicas destinadas a minorar os efeitos da seca na região Nordeste, até 15 de dezembro de 1999.	Tramitando
689/99	Ney Suassuna	Criação de uma Comissão Temporária composta por cinco Senadores titulares e igual número de suplentes, para acompanhar junto ao Executivo a execução físico-financeira das obras do projeto de transposição das águas do Rio São Francisco, até 15 de dezembro de 1999.	Tramitando
707/99	Freitas Neto	Pedido de informações, ao Ministro dos Transportes, sobre o estado da malha rodoviária federal, no que se refere à pavimentação e à sinalização.	Deferido pela Mesa em 01.12.99 Atendido (Aviso nº 345/2000, de 5.4)
717/99	Roberto Saturnino	Pedido de informações, ao Ministro da Educação, sobre as universidades privadas que atuam no Estado do Rio de Janeiro, nos últimos quatro anos.	Deferido pela Mesa em 01.12.99 Atendido (Ofício nº 17/2000, de 15.2)
718/99	Juvêncio da Fonseca	Voto de louvor à Embrapa Recursos Genéticos e biotecnologia, cujo 25º aniversário de fundação transcorre dia 23.11, pela sua pioneira e competente atuação na pesquisa com recursos genéticos, biotecnologia e controle biológico, trabalhando, simultaneamente, com plantas, animais e microorganismos.	Tramitando

Número	Autor	Assunto	Resultado
733/99	Ademir Andrade	Pedido de informações, ao Ministro das Comunicações, sobre as autorizações de funcionamento das Rádios Comunitárias.	Deferido pela Mesa em 15.12.99 Atendido (Aviso nº 58/2000, de 24.3)
739/99	Osmar Dias	Pedido de informações ao Secretário da Receita Federal, através do Ministro da Fazenda, sobre as salas de bingo que comprovadamente efetuaram sonegação de imposto.	Deferido pela Mesa em 20.1.2000 Aviso nº 83/2000, de 23.2, esclarecendo que, quanto aos quesitos nº 1 e 2, as informações solicitadas estão protegidas pelo sigilo fiscal; e, quanto ao quesito 3, a competência é do Indesp. O Requerimento vai ao arquivo
763/99	Osmar Dias e Heloísa Helena	Pedido de informações, ao Ministro da Agricultura, sobre a aplicação dos recursos do Programa de Apoio e Desenvolvimento da Fruticultura Irrigada do Nordeste, criado através do Decreto de 26 de setembro de 1997.	Deferido pela Mesa em 20.1.2000 Atendido (Aviso nº 31/2000, de 22.2)
768/99	José Eduardo Dutra	Sobrestamento da deliberação da Mensagem nº 219/99, a fim de aguardar o recebimento de projeto de lei do Poder Executivo, conforme expresso na Exposição de Motivos EM nº 155/MDIC, que acompanha a referida Mensagem.	Tramitando
771/99	José Eduardo Dutra	Audiência da CCJ sobre o PLS nº 522/99.	Tramitando
772/99	Carlos Wilson	Pedido de informações, ao Ministro da Fazenda, a respeito de acordo entre a União e o Governo do Estado do Rio de Janeiro, em relação ao Rio-Previdência.	Deferido pela Mesa em 20.1.2000 Atendido (Aviso nº 91/2000, de 25.2)
773/99	Iris Rezende	Pedido de informações, ao Ministro da Defesa, sobre as medidas concretas que têm sido adotadas pelo Departamento de Aviação Civil, objetivando a reestruturação da aviação civil brasileira e o que existe de concreto quanto à noticiada fusão de companhias aéreas.	Deferido pela Mesa em 20.1.2000 Atendido (Aviso nº 1.066/2000, de 25.2)
783/99	Roberto Saturnino	Tramitação conjunta do PLS nº 59/99 com o PLC nº 11/98.	Aprovado
784/99	Osmar Dias	Tramitação conjunta do PLS nº 630/99 com o PLS nº 391/99, que já tramita em conjunto com PLS nº 399/99.	Aprovado
785/99	Bernardo Cabral e outros Senadores	Realização de sessão especial destinada a comemorar os 50 anos do jornal Tribuna da Imprensa , em data a ser marcada.	Tramitando
786/99	Gilvam Borges	Pedido de informações, ao Ministro da Saúde, relativas à venda no mercado brasileiro das chamadas bebidas energéticas.	Deferido pela Mesa em 20.1.2000 Atendido (Aviso nº 172/2000, de 24.3)
790/99	Lúcio Alcântara	Retirada do PLS nº 332/99.	Aprovado

Número	Autor	Assunto	Resultado
791/99	Álvaro Dias	Pedido de informações, ao Ministro da Fazenda, sobre a possível alienação de parcela da composição acionária da Petrobrás.	Deferido pela Mesa em 20.1.2000 Atendido (Aviso nº 142/2000, de 17.3)
793/99	Casildo Maldaner	Pedido de informações, ao Ministro da Fazenda, relativas ao Ofício nº S/63/99.	Deferido pela Mesa em 20.1.2000 Atendido (Aviso nº 381/2000, de 23.6)
794/99	Gilvam Borges	Audiência da CAS sobre o PLS nº 510/99.	Aprovado
795/99	Geraldo Cândido	Solicitado, ao Presidente da Caixa Econômica, através do Ministro da Fazenda, o envio do Termo Aditivo ao contrato de Abertura de Contas, Nomeação de Agente Fiduciário e outros pactos firmados entre o Estado e a Caixa Econômica Federal.	Deferido pela Mesa em 20.1.2000 Atendido (Aviso nº 82/2000, de 23.2)
796/99	Edison Lobão	Pedido de informações, aos Ministros da Fazenda, da Previdência e Assistência Social e do Trabalho, sobre assuntos referentes à Receita Federal, ao COFINS, ao INSS e ao PIS-PASEP.	Deferido pela Mesa em 20.1.2000 Atendido (Aviso nº 98/2000, de 14.3)
513/2000	Eduardo Suplicy	Pedido de informações, ao Ministro das Comunicações, sobre as medidas adotadas pela ANATEL e pelo Ministério das Comunicações visando coibir que a Embratel volte a bloquear o sinal da TV-Cultura, emissora mantida pelo Governo do Estado de São Paulo.	Deferido pela Mesa em 9.2.2000 Atendido (Aviso nº 72/2000, de 19.4)
15/2000	Mozarildo Cavalcanti	Convocação do Senhor Ministro da Saúde, Dr. José Serra, para dar explicações sobre os problemas de febre amarela e dengue no Brasil.	Tramitando
18/2000	Roberto Saturnino	Pedido de informações, ao Banco Central, através Ministro da Fazenda, sobre os investimentos diretos estrangeiros ingressados no ano de 1999.	Deferido pela Mesa em 14.2.2000 Atendido (Aviso nº 144/2000, de 17.3)
21/2000	Ernandes Amorim	Pedido de informações, ao Ministro da Indústria e Comércio, sobre os encargos dos financiamentos prestados pelo BNDES ao capital nacional e externo em privatizações nos últimos 5 anos.	Deferido pela Mesa em 14.2.2000 Atendido (Aviso nº 40/2000, de 16.3)
23/2000	Emilia Fernandes	Audiência da CI sobre o PLC nº 27/99.	Rejeitado
24/2000	Roberto Saturnino	Pedido de informações, ao Ministro da Fazenda, referentes a um cartão recebido por funcionários do Banco do Brasil, lotados no Rio de Janeiro.	Deferido pela Mesa em 14.2.2000 Atendido (Aviso nº 134/2000, de 16.3)

⁵ Os Requerimentos nº 1 a 71/2000 foram apresentados durante a 2ª Sessão Legislativa Extraordinária da 5ª Legislatura, realizada no período de 5.1 a 14.2.2000.

Número	Autor	Assunto	Resultado
25/2000	Moreira Mendes	Pedido de informações, ao Ministro da Previdência e Assistência Social, relativas à existência de débitos com a Previdência Social, das empresas aéreas nacionais e estrangeiras em operação no País.	Deferido pela Mesa em 14.2.2000 Atendido (Aviso nº 9/2000, de 15.3)
26/2000	Moreira Mendes	Pedido de informações e cópia de documentos, ao Ministro da Defesa, referentes à autorização às companhias aéreas estrangeiras a operarem no País.	Deferido pela Mesa em 14.2.2000 Atendido (art. 157, I, do RISF)
27/2000	Moreira Mendes	Pedido de informações à Caixa Econômica Federal, através do Ministro da Fazenda, relativas à existência de débito das companhias aéreas nacionais e estrangeiras que atuam no País, relativo ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.	Deferido pela Mesa em 14.2.2000 Atendido (Aviso nº 138/2000, de 17.3)
28/2000	Moreira Mendes	Pedido de informações, à Infraero, através do Ministro da Defesa, relativas à existência de débitos das companhias aéreas nacionais e estrangeiras em operação no País, referentes ao repasse das taxas de embarque e demais taxas aeroportuárias.	Deferido pela Mesa em 14.2.2000 Atendido (art. 157, I, do RISF)
633/2000	Marina Silva	Pedido de informações, ao Ministro das Minas e Energia, sobre o desastre causado pelo vazamento na Refinaria de Duque de Caxias.	Deferido pela Mesa em 14.2.2000 Atendido (Aviso nº 49/2000, de 10.3)
44/2000	Pedro Simon	Pedido de informações, ao Ministro das Minas e Energia, sobre o vazamento de óleo combustível, em 17 de janeiro, na Baía de Guanabara.	Deferido pela Mesa em 14.2.2000 Aviso nº 53/2000, solicitando mais prazo para atendimento ao RQS Aguardando atendimento
47/2000	Romero Jucá	Pedido de informações, ao Banco Central, através do Ministério da Fazenda, relacionadas ao montante do prejuízo, em consequência da venda, pela PREVI, de 12,5% do controle acionário da Itaúsa.	Deferido pela Mesa em 14.2.2000 Atendido (Aviso nº 139/2000, de 17.3)
53/2000	Francelino Pereira	Voto de aplauso à 3ª Mostra de Cinema de Tiradentes, realizada nos dias 21 e 29 de janeiro deste ano, na histórica cidade de Tiradentes - MG.	Tramitando
54/2000	Heloísa Helena	Pedido de informações, ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, sobre os documentos “Documento de País” do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e “Estratégia de Assistência ao País” do Banco Mundial (BIRD).	Deferido pela Mesa em 14.2.2000 Atendido (Ofício nº 76/2000, de 20.3)
55/2000	Bello Parga	Tramitação conjunta do PLS nº 164/99 com os PLS nºs 166/96.	Aprovado
56/2000	Ramez Tebet	Retirada do PLS nº 27/2000.	Aprovado

⁶ Em 24.11.2000, foi anexado, ao seu processado, o Aviso nº 1.452/GP/TCU, DE 21.11.2000.

Número	Autor	Assunto	Resultado
62/2000	Geraldo Cândido	Pedido de informações, à INB – Indústrias Nucleares do Brasil S.A., em Resende, Estado do Rio de Janeiro, através do Ministro da Ciência e Tecnologia, relativas ao transporte de material radioativo.	Deferido pela Mesa em 15.3.2000 Atendido (Ofício nº 113/2000, de 18.4)
66/2000	Eduardo Suplicy e Romeu Tuma	Pedido de informações, ao Ministro da Justiça, acerca da introdução, em abril próximo, de cédulas de R\$ 10,00 (dez reais), de polímero, a serem fornecidas pela empresa australiana Note Printing Australia Limited.	Deferido pela Mesa em 15.3.2000 Atendido (Aviso nº 229/2000, de 3.4)
67/2000	Eduardo Suplicy e Romeu Tuma	Pedido de informações, ao Ministro da Fazenda, acerca da introdução, em abril próximo, de cédulas de R\$ 10,00 (dez reais), de polímero, a serem fornecidas pela empresa australiana Note Printing Australia Limited.	Deferido pela Mesa em 15.3.2000 Atendido parcialmente (Aviso nº 196/2000, de 13.4) Aguardando atendimento
69/2000	Amir Lando	Pedido de informações, ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, referentes aos contratos de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social aos adquirentes das empresas estatais, no âmbito do Programa Nacional de Desestatização.	Deferido pela Mesa em 15.3.2000 Atendido (Aviso nº 34/2000, de 18.4)
71/2000	Heloísa Helena	Pedido, ao Ministro da Fazenda, de cópia de documentos do Processo nº 13802.000402/97-16, da Receita Federal, que trata do perdão da dívida resultante de impostos atrasados da Igreja Universal do Reino de Deus.	Deferido pela Mesa em 24.3.2000 Aviso nº 256/2000, do Ministro da Fazenda, encaminhando Memorando elaborado pela Secretaria da Receita Federal, comunicando a impossibilidade de prestar as informações, por envolver matéria protegida pelo instituto do sigilo fiscal. Arquivado

f.2) Da presente Sessão Legislativa

Número	Autor	Assunto	Resultado
72/2000	Francelino Pereira	Voto de pesar à Exma. Senhora Anná Leopoldina de Mello Franco Chagas, pelo falecimento do cientista brasileiro Carlos Chagas Filho, que, além de pesquisador, escritor e professor, desempenhou importantes funções no Brasil e no âmbito externo, sendo, assim, personalidade de relevo na vida político-administrativa internacional, chegando a presidir, por duas décadas, a Pontifícia Academia das Ciências de Roma, além de representar o Brasil na Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO.	Aprovado

Número	Autor	Assunto	Resultado
73/2000	Heloísa Helena	Pedido de informações, ao Ministro de Desenvolvimento Agrário, Sr. Raul Jungmann, sobre o cadastro fundiário do Incra.	Deferido pela Mesa em 24.3.2000 Atendido (Ofício nº 137/2000, de 11.5)
74/2000	Heloísa Helena	Audiência da CAS sobre o PLC nº 3/2000.	Aprovado
75/2000	Marina Silva	Audiência da CAS sobre o PLC nº 3/2000.	Prejudicado pela aprovação do RQS nº 74/2000.
76/2000	Carlos Patrocínio e outros Senadores	Solicitam que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão do dia 24.5.2000 seja destinado a comemorar o centenário de criação da Fundação Oswaldo Cruz.	Aprovado Comemoração realizada
76-A/2000	Lúcio Alcântara e outros Senadores	Solicitam que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão de 24.5.2000 seja destinado a comemorar o centenário da Fundação Oswaldo Cruz.	Aprovado Comemoração realizada
77/2000	Antonio Carlos Magalhães, José Sarney e Carlos Patrocínio	Homenagens pelo falecimento do cientista Carlos Chagas Filho.	Aprovado
78/2000	Antonio Carlos Magalhães	Homenagens pelo falecimento do advogado Álvaro Leite Guimarães, ocorrido no dia 13.2.2000.	Aprovado
79/2000	Emilia Fernandes e outras Senadoras	Realização de Sessão Especial, conjunta (Câmara e Senado), no dia 15 de março de 2000, às 10 horas, para comemoração do Dia Internacional da Mulher, que transcorre anualmente no dia 8 de março.	Aprovado
80/2000	Leomar Quintanilha	Pedido de informações, ao Ministro de Estado da Saúde, sobre atividades envolvendo organismos geneticamente modificados (OGM).	Deferido pela Mesa em 24.3.2000 Atendido (Aviso nº 234/2000, de 12.4)
81/2000	Pedro Simon	Tramitação conjunta dos PLS nºs 664 e 688/99.	Retirado (RQS nº 109/2000)
82/2000	Leomar Quintanilha	Pedido de informações, ao Ministro de Estado do Meio Ambiente, sobre atividades envolvendo organismos geneticamente modificados (OGM).	Deferido pela Mesa em 24.3.2000 Atendido (Ofício nº 669/2000, de 6.7)
83/2000	Ademir Andrade	Pedido de informações, ao Ministro de Estado da Fazenda, sobre a reestruturação das instituições financeiras públicas federais.	Deferido pela Mesa em 24.3.2000 Atendido (art. 144, do RISF)
84/2000	Líderes (PFL, PMDB e BLOCO)	Urgência, art. 336, I, do RISF, para o PDS nº 44/2000.	Aprovado
85/2000	Roberto Saturnino	Homenagens pelo falecimento do Sr. Kurt Deichmauu, ocorrido dia 23.2 no Rio de Janeiro.	Aprovado
86/2000	Lúcio Alcântara	Homenagens pelo falecimento do Marechal do Ar Assis Casemiro Montenegro Filho.	Aprovado
87/2000	Geraldo Melo e Bernardo Cabral	Homenagens pelo falecimento de Marcanônio Vilaça.	Aprovado

Número	Autor	Assunto	Resultado
88/2000	Hugo Napoleão	Voto de pesar pelo falecimento, no Piauí, do artista plástico José Alves de Oliveira, conhecido como "Mestre Dezinho de Valença".	Aprovado
89/2000	Ademir Andrade	Pedido de informações, ao Ministro de Estado de Minas e Energia, Sr. Rodolpho Tourinho Neto, sobre a proposta da Agência Nacional do Petróleo relativa à atuação do setor de distribuição e de revenda varejista de combustíveis líquidos derivados de petróleo e outros combustíveis automotivos.	Deferido pela Mesa em 24.3.2000 Atendido (Aviso nº 63/2000, de 29.3)
90/2000	Líderes (Governo, PSDB, PMDB e PFL)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 20/2000.	Aprovado
91/2000	Líderes (Governo, PSDB, PMDB e PFL)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 21/2000.	Aprovado
92/2000	Lúcio Alcântara	Preferência para votação do Substitutivo ao PLC nº 37/96.	Aprovado
93/2000	José Eduardo Dutra	Dispensa de publicação do Parecer nº 136/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PRS nº 11/2000.	Aprovado
94/2000	Lúdio Coelho	Dispensa de publicação do Parecer nº 137/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PRS nº 12/2000.	Aprovado
95/2000	Líderes (PMDB, PFL, BLOCO, PSDB e PPS)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS Nº 19/2000.	Aprovado
96/2000	Heloísa Helena	Pedido de informações, ao Ministro da Indústria e Comércio, sobre a produção de veículos movidos à combustíveis renováveis no País.	Deferido pela Mesa em 24.3.2000 Atendido parcialmente (Ofício nº 36-A/2000, de 27.4) Atendido (Aviso nº 241/2000, de 18.7)
97/2000	Heloísa Helena	Pedido de informações, ao Ministro da Justiça, sobre alterações na Lei nº 8.989/95, que prejudicam os portadores de deficiência física.	Deferido pela Mesa em 24.3.2000 Atendido (Aviso nº 327/2000, de 11.5)
98/2000	Sebastião Rocha	Retirada do PLS nº 41/2000.	Aprovado
99/2000	Carlos Patrocínio	Criação de Comissão Temporária, composta por sete Senadores, com prazo de 120 (cento e vinte) dias, encarregada de apresentar estudos conclusivos sobre a influência do vocabulário e de costumes estrangeiros nos diversos setores da vida e da cultura brasileira, bem como indicar diretrizes para a preservação do idioma e dos valores nacionais.	Tramitando
100/2000	Emilia Fernandes, Pedro Simon e José Fogaça	Homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Dr. José Barison, ocorrido em 20.2.2000, em Porto Alegre – RS.	Aprovado
101/2000	Pedro Simon	Tramitação conjunta do PLS nº 536/99 com PLC nº 65/99.	Aprovado

Número	Autor	Assunto	Resultado
102/2000	Ademir Andrade	Pedido de informações, ao Ministro da Fazenda, sobre a distribuição dos recursos do FUNDEF.	Deferido pela Mesa em 24.3.2000 Atendido (Aviso nº 258/2000, de 8.5)
103/2000	Gilberto Mestrinho	Dispensa de publicação do Parecer nº 178/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PDS nº 37/2000.	Aprovado
104/2000	Gerson Camata	Pedido de informações, ao Ministro da Justiça, sobre o efetivo da Polícia Federal no Estado do Espírito Santo.	Deferido pela Mesa em 24.3.2000 Atendido (Ofício nº 294/2000, de 28.4)
105/2000	Romero Jucá	Retirada do PLS nº 551/99.	Aprovado
106/2000	Heloísa Helena	Pedido de informações, ao Ministro das Relações Exteriores, referentes aos resultados de investigação sobre a rede de espionagem dirigida pela NSA (Agência Nacional de Segurança dos EUA), chamada "Echelon".	Deferido pela Mesa em 24.3.2000 Atendido (Ofício nº 12/2000, de 26.4)
107/2000	Bernardo Cabral	Tramitação conjunta dos PLS nºs 602/99-Complementar e 571/99-Complementar.	Aprovado
108/2000	Antonio Carlos Magalhães e José Sarney	Homenagens pelo falecimento da Senhora Lucy Geisel, ocorrido no dia 3.3, na cidade do Rio de Janeiro.	Aprovado
109/2000	Pedro Simon	Retirada do RQS nº 81/2000.	Aprovado
110/2000	José Jorge	Dispensa de publicação do Parecer nº 183/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PDS nº 35/2000.	Aprovado
111/2000	Bernardo Cabral	Dispensa de publicação do Parecer nº 184/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PDS nº 36/2000.	Aprovado
112/2000	Francelino Pereira	Voto de Congratulação ao Senador Roberto Saturnino, pelo lançamento de seu novo livro <i>Contos do Rio</i> hoje (15.3.2000) em Brasília.	Aprovado
113/2000	Arlindo Porto	Tramitação conjunta dos PLS nº 287 e 569/99 com o PLC nº 10/98.	Aprovado
114/2000	Ademir Andrade	Pedido de informações, ao Ministro de Estado da Política Fundiária e Desenvolvimento Agrário, relativas às providências adotadas contra registros imobiliários fraudulentos no Estado do Pará.	Deferido pela Mesa em 17.4.2000 Atendido (Ofício nº 167/2000, de 12.6)
115/2000	Lúcio Alcântara	Tramitação conjunta dos PLS nºs 419 e 678/99.	Aprovado
116/2000	Marina Silva	Tramitação conjunta dos PLS nºs 149 e 320/99.	Retirado (RQS nº 142/2000)

Número	Autor	Assunto	Resultado
117/2000	Heloísa Helena	Solicita, ao Tribunal de Contas da União, a realização de auditoria nos contratos de refinanciamento da dívida firmados entre o Estado de Alagoas e a União.	Aprovado em 22.3.2000 Processo nº TC-3.998/2000-9 (Aviso nº 247-GP/TCU, de 3.4.2000) Aguardando a realização da auditoria
118/2000	Osmar Dias	Tramitação conjunta dos PLS nº 55/2000, 63, 97 e 159/99.	Aprovado
119/2000	Heloísa Helena	Tramitação conjunta do PLC nº 77/97 com o PLS nº 618/99.	Aprovado
120/2000	Maguito Vilela	Manifestação de apoio, junto à UNESCO, ao pleito da cidade de Goiás, Estado de Goiás, para tornar-se Patrimônio da Humanidade.	Tramitando
121/2000	Lauro Campos	Pedido de informações, ao Tribunal de Contas da União, sobre o processo de licitação para instalação do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM).	Aprovado em 22.3.2000 Aguardando atendimento
122/2000	Antonio Carlos Magalhães e outros Senadores	Solicitam que a sessão da quarta-feira, dia 20 de junho de 2000, seja dedicada a comemorar o centenário do nascimento do Professor Anísio Teixeira, que ocorrerá no mês de julho.	Aprovado Comemoração realizada no dia 27.6.2000
123/2000	Paulo Souto e outros Senadores	Realização de Sessão Especial no dia 20 de junho de 2000, para comemoração do centenário de nascimento de Anísio Teixeira, que ocorrerá no dia 12.7.2000.	Aprovado Comemoração realizada no dia 27.6.2000
124/2000	Luiz Estevão e outros Senadores	Solicitam que, em 20 de abril de 2000, seja realizada Sessão Especial do Senado Federal destinada a comemorar os 40 anos de Brasília.	Aprovado
125/2000	Luiz Estevão	Solicita a transferência da data aprovada pelo RQS nº 124/2000, de 20.4 para 26.4.2000.	Aprovado Sessão realizada
126/2000	José Roberto Arruda e outros Senadores	Realização, no Plenário desta Casa, em 20 de abril de 2000, de Sessão Especial destinada a comemorar o 40º aniversário da fundação de Brasília, tendo em vista a inegável importância da alusiva data (21 de abril) e da Capital Federal para o País.	Aprovado Sessão realizada
127/2000	Emilia Fernandes	Remessa à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, do PLS nº 109/99.	Aprovado
128/2000	José Eduardo Dutra	Dispensa de publicação do Parecer nº 225/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PRS nº 13/2000.	Aprovado
129/2000	Lúcio Alcântara	Tramitação conjunta dos PLS nºs 254/99 e 252/97.	Aprovado
130/2000	Heloísa Helena	Retirada do PLS nº 44/2000.	Aprovado
131/2000	Eduardo Suplicy	Adiamento da votação do PLS nº 464/99-Complementar, a fim de ser feita na sessão do dia 23.3.2000.	Rejeitado

Número	Autor	Assunto	Resultado
132/2000	Luiz Otávio	Preferência para as Emendas nº 2 e 3-Rel, apresentadas ao PLS nº 464/99-Complementar, a fim de serem submetidas à apreciação do Plenário antes da Emenda nº 1-CAE.	Aprovado
133/2000	Luiz Otávio	Dispensa de publicação do Parecer nº 243/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PLS nº 464/99-Complementar.	Aprovado
134/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 22/2000.	Aprovado
135/2000	Antero Paes de Barros	Pedido de informações, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, por intermédio do Ministro Extraordinário da Política Fundiária, relacionadas às ações daquela autarquia no Estado de Mato Grosso, nos últimos cinco anos.	Deferido pela Mesa em 9.5.2000 Atendido (Ofício nº 287/2000, de 20.9)
136/2000	Roberto Saturnino	Tramitação conjunta dos PRS nº 8 e 18/2000.	Aprovado
137/2000	Eduardo Suplicy	Pedido de informações, ao Ministro da Fazenda, referentes ao índice de correção monetária cobrado nos saldos devedores aos mutuários do Sistema Financeiro de Habitação.	Deferido pela Mesa em 9.5.2000 Atendido (Aviso nº 308/2000, de 5.6)
138/2000	Francelino Pereira e outros Senadores	Solicitam que a Hora do Expediente da sessão do dia 17.8.2000 seja destinada a comemoração do centenário do nascimento do ex-Senador Milton Campos.	Aprovado Homenagem prestada na Sessão Deliberativa Ordinária de 30.11.2000
139/2000	Eduardo Suplicy	Pedido de informações, ao Ministro da Fazenda, relacionadas à negativa do Banco Central do Brasil de designar agentes da Regional de Fiscalização de São Paulo (REFIS) para acompanhar Oficiais de Justiça em diligência de Busca e Apreensão de Documentos na sede do Banco Santander Brasil S/A .	Deferido pela Mesa em 9.5.2000 Atendido (Aviso nº 311/2000, de 5.6)
140/2000	Ademir Andrade	Pedido de informações, ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, sobre os investimentos com recursos públicos através do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social.	Deferido pela Mesa em 9.5.2000 Atendido (Ofício nº 62/2000, de 8.6)
141/2000	Francelino Pereira	Voto de Congratulações ao Senador José Roberto Arruda, pelo lançamento de seu livro, Lúcia, a mãe de Glauber.	Aprovado
142/2000	Marina Silva	Retirada do RQS nº 116/2000.	Deferido
143/2000	Lúcio Alcântara	Tramitação conjunta dos PLS nºs 545, 665 e 681/99.	Aprovado

Número	Autor	Assunto	Resultado
144/2000	Edison Lobão e outros Senadores	Solicitam que o tempo destinado à Hora do Expediente da Sessão Ordinária do dia 18 de abril seja dedicado a homenagear a passagem do 80º aniversário do jornal Gazeta Mercantil , que comemora nessa mesma data a transformação, em 1950, do antigo boletim mimeografado Gazeta Mercantil Industrial e Financeira em jornal diário de circulação nacional.	Aprovado Homenagem prestada
145/2000	Francelino Pereira e outros Senadores	Solicitam que a Hora do Expediente da sessão do dia 24 de agosto de 2000, quarta-feira, seja destinada à comemoração do centenário do nascimento de Gustavo Campanema.	Aprovado Homenagem prestada no dia 7.12.2000
146/2000	Tião Viana	Solicita, nos termos do art. 215, inciso II, alínea b , do RISF, esclarecimentos sobre quais os estudos em curso para que, com a maior brevidade possível, as instalações desta Casa sejam adequadas para assegurar o livre tráfego dos portadores de deficiência em suas dependências.	Deferido
147/2000	Geraldo Melo	Adiamento da votação da PEC nº 90/99, a fim de ser feita na sessão de 12.5.2000.	Rejeitado
148/2000	Bello Parga	Destaque para votação em separado do § 5º do art. 100 da Constituição Federal, contido no art. 1º da PEC nº 90/99.	Aprovado
149/2000	José Alencar	Destaque para votação em separado da Emenda nº 3-Plen à PEC nº 90/99.	Aprovado
150/2000	Paulo Souto	Dispensa de publicação do Parecer nº 280/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PLS nº 671/99-Complementar.	Aprovado
151/2000	Bello Parga	Dispensa de publicação do Parecer nº 281/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PLS nº 679/99.	Aprovado
152/2000	Bello Parga	Dispensa de publicação do Parecer nº 282/200, para imediata discussão e votação da redação final do PLS nº 680/99.	Aprovado
153/2000	Lúcio Alcântara	Tramitação conjunta dos PLS nºs 286/99 e 69/2000.	Aprovado
154/2000	Luiz Pontes	Pedido de informações, ao Ministro da Educação, sobre possíveis irregularidades identificadas na aplicação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de valorização do Magistério - FUNDEF.	Deferido pela Mesa em 9.5.2000 Atendido (Ofício nº 49/2000, de 3.5)
155/2000	Bello Parga	Dispensa de publicação do Parecer nº 285/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PLS nº 682/2000.	Aprovado
156/2000	Bernardo Cabral e Nabor Júnior	Homenagens pelo falecimento do Doutor Clidenor de Freitas Santos.	Aprovado

Número	Autor	Assunto	Resultado
157/2000	Osmar Dias	Tramitação conjunta do PLS nº 388/99 com o 65/2000.	Aprovado
158/2000	Ronaldo Cunha Lima	Voto de pesar e apresentação de condolências à família, pelo falecimento de Solon Coutinho de Lucena, irmão do ex-Senador Humberto Lucena.	Aprovado
159/2000	Luiz Pontes	Audiência da CAS sobre o PLS nº 67/2000.	Aprovado
160/2000	Bello Parga	Audiência da CAE sobre o PLS nº 683/99-Complementar.	Aprovado
161/2000	Maria do Carmo Alves	Dispensa de publicação do Parecer nº 296/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PLS nº 64/99.	Aprovado
162/2000	Maria do Carmo Alves e Renan Calheiros	Pedido de informações, ao Ministro de Minas e Energia, relacionadas aos compromissos assumidos pelo Governo Brasileiro junto ao Banco Mundial, decorrentes dos Contratos de Empréstimos e dos Acordos de Projetos com a finalidade de corrigir os efeitos adversos da construção das instalações hidrelétricas do São Francisco, na agricultura e na produção pesqueira na Região do Baixo São Francisco.	Deferido pela Mesa em 9.5.2000 Atendido (Aviso nº 106/2000, de 22.5)
163/2000	Jonas Pinheiro	Pedido de informações, ao Ministro de Estado da Reforma Agrária, informações relativas ao INCRA no Estado de Mato Grosso.	Deferido pela Mesa em 9.5.2000 Atendido (Ofício nº 142/2000, de 12.5)
164/2000	Nabor Júnior	Sobrestamento do estudo do PLS nº 68/2000, a fim de aguardar o pronunciamento da Câmara dos Deputados sobre o PLS nº 16/96.	Tramitando
165/2000	José Roberto Arruda e outros Senadores	Homenagem ao Senador Dario Délio Cardoso, com a publicação de sua biografia e atuação parlamentar, ainda neste ano, como parte da série coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado.	Tramitando
⁷ 166/2000	Tião Viana	Pedido de informações, ao Ministro de Estado da Justiça, relativas ao episódio da destruição, em 4 de março último, do "Monumento à Resistência", que estava sendo erguido pelos Pataxós na terra indígena Coroa Vermelha.	Deferido pela Mesa em 9.5.2000 Atendido (Aviso nº 363/2000, de 23.5)
167/2000	Líderes	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 4/2000-Complementar.	Aprovado

⁷ Em 12.4.2000, foi deferido o Ofício nº 173/2000, do Senador Tião Viana, solicitando republicação do Requerimento, a fim de serem feitas correções.

Número	Autor	Assunto	Resultado
168/2000	Roberto Freire	Requer, nos termos regimentais, o encaminhamento, ao Procurador-Geral da República e ao Conselho de Ética do Senado Federal, da documentação apresentada ao Plenário desta Casa, bem como as notas taquigráficas da Sessão de 5 de abril de 2000, que dizem respeito às denúncias recíprocas levadas a efeito pelos Senadores Antonio Carlos Magalhães e Jader Barbalho.	Prejudicado em 11.4.2000, em virtude do seu objeto ter sido atendido pela Mesa
169/2000	Heloísa Helena	Pedido de informações, ao Ministro de Estado da Educação, relativas à concessão de autorizações para funcionamento das Instituições de Ensino Superior em todo o Brasil.	Deferido pela Mesa em 9.5.2000 Esclarecimento (Ofício nº 80/2000, de 29.6) Atendido (Ofício nº 114/2000, de 11.9)
170/2000	Maguito Vilela	Pedido de informações, ao Ministro de Estado da Justiça, acerca da ação policial movida no dia 14 de março, na cidade de Mineiros, onde integrantes da Polícia Militar de Goiás invadiram violentamente a residência da Senhora Maria Rezende Vilela.	Indeferido pela Mesa em 9.5.2000
171/2000	Paulo Hartung	Tramitação conjunta dos PLS nº 685/99 e 26/2000.	Aprovado
172/2000	João Alberto Souza	Audiência da CAE sobre o PLS nº 685/99.	Aprovado
173/2000	Sebastião Rocha	Requer o apensamento do PLS nº 68/2000 ao PLS nº 5/2000.	Aprovado
174/2000	Marina Silva	Requer o desapensamento do PLS nº 216/99, a fim de que possa ter tramitação independente dos PLS nºs 188 e 422/99.	Aprovado
175/2000	Ney Suassuna	Destaque para votação em separado do caput do art. 20 do PLC nº 4/2000-Complementar.	Prejudicado
176/2000	José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado da Emenda nº 6-Plen ao PLC nº 4/2000-Complementar.	Retirado (solicitação oral deferida pela Presidência - DSF de 12.4.2000 – página 6988)
177/2000	José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado da Emenda nº 7-Plen ao PLC nº 4/2000-Complementar.	Aprovado
178/2000	Nabor Júnior	Destaque para votação em separado da Emenda nº 10-Plen ao PLC nº 4/2000-Complementar.	Rejeitado
179/2000	Romero Jucá	Destaque para votação em separado da Emenda nº 22-Plen ao PLC nº 4/2000-Complementar.	Aprovado
180/2000	Edison Lobão	Retirada da Emenda nº 18-Plen, oferecida ao PLC nº 4/2000-Complementar.	Aprovado
181/2000	Edison Lobão	Retirada da Emenda nº 15-Plen, oferecida ao PLC nº 4/2000-Complementar.	Aprovado
182/2000	Edison Lobão	Retirada da Emenda nº 5-Plen, oferecida ao PLC nº 4/2000-Complementar.	Aprovado

Número	Autor	Assunto	Resultado
183/2000	Luiz Otávio	Dispensa de publicação do Parecer nº 323/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PRS nº 23/2000.	Aprovado
184/2000	Luiz Otávio	Dispensa de publicação do Parecer nº 324/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PRS nº 24/2000.	Aprovado
185/2000	Líderes	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 6/2000.	Aprovado
186/2000	Líderes	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 7/2000.	Aprovado
187/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 26/99.	Aprovado
188/2000	Edison Lobão	Destaque, para votação em separado, do § 5º ao art. 77 da PEC nº 90/99.	Aprovado
189/2000	José Eduardo Dutra	Preferência para o item 3 (PLS nº 124/99-Complementar), a fim de ser apreciado antes da matéria constante do item nº 2 (PLC nº 43/99-Complementar), da Ordem do Dia da Sessão Deliberativa Ordinária de 12.4.2000.	Aprovado
190/2000	José Eduardo Dutra	Adiamento da discussão do PLS nº 124/99-Complementar, a fim de que a referida proposição seja reexaminada pela CAE.	Aprovado
191/2000	Romero Jucá	Destaque, para votação em separado, da Emenda nº 31-Plen ao PLC nº 43/99-Complementar.	Aprovado
192/2000	Jonas Pinheiro	Destaque, para votação em separado, da Emenda nº 17-Plen ao PLC nº 43/99-Complementar.	Aprovado
193/2000	Mauro Miranda	Destaque, para votação em separado, da Emenda nº 17-Plen ao PLC nº 43/99-Complementar.	Prejudicado em virtude da aprovação do RQS nº 192/2000
194/2000	Heloísa Helena	Destaque, para votação em separado, da Emenda nº 20-Plen ao PLC nº 43/99-Complementar.	Aprovado
195/2000	Heloísa Helena	Destaque, para votação em separado, da Emenda nº 21-Plen ao PLC nº 43/99-Complementar.	Aprovado
196/2000	Tião Viana	Destaque, para votação em separado, da Emenda nº 22-Plen ao PLC nº 43/99-Complementar.	Aprovado
197/2000	Ronaldo Cunha Lima	Adiamento da discussão do PLS nº 687/99 por 28 (vinte e oito) dias. (25 de maio)	Aprovado
198/2000	Romero Jucá	Dispensa de publicação do Parecer nº 330/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PLC nº 43/99-Complementar.	Aprovado

Número	Autor	Assunto	Resultado
199/2000	José Roberto Arruda e outros Senadores	Solicitam que o período destinado ao oradores da Hora do Expediente, da Sessão Ordinária do dia 25.4.2000, seja dedicado a homenagear os dois anos de morte dos dois grandes e saudosos brasileiros, Sr. Sérgio Motta e Sr. Luís Eduardo Magalhães, falecidos, respectivamente, em 20.4 e 21.4.98.	Aprovado Homenagem prestada
200/2000	Romero Jucá	Pedido de informações, ao Ministro das Minas e Energia, acerca de acordo firmado entre os Governos do Brasil e da Venezuela, visando a propiciar à Petrobrás a exploração de petróleo em território venezuelano, e sobre o custo financeiro com a construção da ponte sobre o Rio Orinoco, na fronteira entre o Brasil e Venezuela, a ser, segundo a imprensa, financiada com recursos do BNDES.	Deferido pela Mesa em 9.5.2000 Atendido (Aviso nº 107/2000, de 22.5)
201/2000	Renan Calheiros	Pedido de informações, ao Ministro das Minas e Energia, sobre antecipações de receitas feitas pela Petrobrás ao Estado de Alagoas nos últimos dois anos.	Deferido pela Mesa em 9.5.2000 Atendido (Aviso nº 108/2000, de 22.5)
202/2000	Comissão de Assuntos Sociais	Pedido de informações, ao Ministro da Saúde, sobre as providências tomadas e resultados obtidos em relação a duas determinações feitas, respectivamente, ao Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria da Secretaria Executiva (para promover auditoria em unidades de saúde do Município de Conceição do Araguaia) e à Coordenação Regional da Fundação Nacional de Saúde no Pará (para que coopere com a Secretaria Municipal de Saúde).	Deferido pela Mesa em 9.5.2000 Atendido (Aviso nº 343/2000, de 16.6)
203/2000	Romero Jucá	Pedido de informações, ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, relativas a acordo firmado entre os Governos do Brasil e da Venezuela visando propiciar à Petrobrás a exploração de petróleo em território venezuelano.	Deferido pela Mesa em 9.5.2000 Atendido (Ofício nº 58/2000, de 7.6)
204/2000	Antônio Carlos Valadares	Exame da CCJ sobre o PLC nº 67/95 (Substitutivo).	Aprovado
205/2000	Romeu Tuma	Dispensa de publicação do Parecer nº 346/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PDS nº 17/98.	Aprovado
206/2000	José Eduardo Dutra	Pedido de informações, ao Ministro da Fazenda, relacionadas às operações de compra e venda de títulos emitidos pela Prefeitura Municipal de São Paulo, nas condições que menciona.	Deferido pela Mesa em 18.5.2000 Atendido (Aviso nº 548/2000, de 13.9)
207/2000	Eduardo Suplicy	Pedido de informações, ao Ministro da Fazenda, relacionadas ao não cancelamento das Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina.	Deferido pela Mesa em 18.5.2000 Atendido (Avisos nºs 370, e 512/2000, de 23.6 e 17.8, respectivamente)

Número	Autor	Assunto	Resultado
208/2000	Jefferson Peres	Tramitação conjunta dos PLS nº 99/2000 e 160/98.	Aprovado
209/2000	Ramez Tebet	Tramitação conjunta dos PLS nºs 2 e 21/2000.	Aprovado
210/2000	Romero Jucá	Pedido de informações, ao Ministro da Previdência e Assistência Social, relacionadas à compensação previdenciária devida pelo Instituto Nacional de Previdência Social referente ao pagamento das aposentadorias e pensões dos servidores públicos dos Estados do Rio de Janeiro, Bahia, Paraná, Sergipe, Ceará, Pernambuco, Mato Grosso e Espírito Santos e aos municípios de Campina Grande e Caxias do Sul, como acerto de contas.	Deferido pela Mesa em 18.5.2000 Atendido (Aviso nº 240/2000, de 18.7)
211/2000	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	Sobrestamento do Projeto de Resolução nº 1, de 1999-CN.	Retirado (RQS nº 251/2000)
212/2000	Ademir Andrade	Pedido de informações, ao Ministro da Integração Nacional, relativas aos estudos preliminares sobre a união das bacias dos rios São Francisco e Tocantins.	Deferido pela Mesa em 18.5.2000 Atendido (Ofício nº 318/2000, de 6.6)
213/2000	Ademir Andrade	Solicita, ao Ministro do Meio Ambiente, a íntegra dos estudos preliminares sobre os impactos ambientais que traria a transferência de águas do Rio Tocantins para o São Francisco.	Deferido pela Mesa em 18.5.2000 Atendido (Ofício nº 756/2000, de 27.7)
214/2000	Luiz Pontes	Audiência da CAS sobre o PLS nº 84/2000.	Aprovado
215/2000	Gerson Camata e Luzia Toledo	Voto de profundo pesar pelo falecimento do empresário José Maria Vivácqua Santos.	Aprovado
216/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 32/2000.	Aprovado
217/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 33/2000.	Aprovado
218/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 34/2000.	Aprovado
219/2000	Álvaro Dias	Tramitação conjunta das PEC nºs 48/96 e 6/2000.	Aprovado
220/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 35/2000.	Aprovado
221/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 36/2000.	Aprovado
222/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 32/2000.	Retirado (RQS nº 223/2000)
223/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Retirada do RQS nº 222/2000.	Aprovado
224/2000	Antônio Carlos Valadares	Destaque, para votação em separado, do art. 5º do PLC nº 39/97.	Aprovado

Número	Autor	Assunto	Resultado
225/2000	Antônio Carlos Valadares	Dispensa de publicação do Parecer nº 369/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PLC nº 39/97.	Aprovado
226/2000	José Roberto Arruda	Constituição de uma Comissão Temporária Interna composta de 12 membros titulares e 12 suplentes para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, estudar a redivisão Territorial dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal.	Tramitando
227/2000	Pedro Simon	Inserção em Ata de um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Taufic Tebet, bem como apresentação de condolências à família.	Aprovado
227-A/2000	Renan Calheiros	Pedido de informações, ao Ministro da Fazenda, relativas ao processo de liquidação extrajudicial do Produban.	Deferido pela Mesa em 18.5.2000 Atendido (Aviso nº 377/2000, de 23.6)
228/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 38/2000.	Aprovado
229/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 39/2000.	Aprovado
230/2000	José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado da Emenda nº1-Plen. oferecida ao PRS nº 36/2000.	Aprovado
231/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 40/2000.	Aprovado
232/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 41/2000.	Aprovado
233/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 42/2000.	Aprovado
234/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 43/2000.	Aprovado
235/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 44/2000.	Aprovado
236/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 45/2000.	Aprovado
237/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 46/2000.	Aprovado
238/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 47/2000.	Aprovado
239/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 48/2000.	Aprovado
240/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 49/2000.	Aprovado
241/2000	Moreira Mendes	Retirada do Projeto de Lei do Senado nº 621, de 1999	Retirado (RQS nº 287/2000)

Número	Autor	Assunto	Resultado
242/2000	Gerson Camata	Inserção nos Anais da casa de voto de congratulações aos dirigentes do jornal "A Gazeta", Senhor Carlos Lindemberg e Senhora Maria Alice Lindemberg, pelo lançamento em Vitória, Espírito Santo, do jornal "Notícia Agora".	À publicação
243/2000	Pedro Simon	Retirada das Emendas nºs 2 e 3, de sua autoria, oferecidas ao PLC nº 8/2000.	Aprovado
244/2000	Jonas Pinheiro	Retirada das Emendas nºs 4 a 7, de sua autoria, oferecidas ao PLC nº 8/2000.	Aprovado
245/2000	Sérgio Machado e Hugo Napoleão	Adiamento da discussão do PLS nº 194/99, a fim de ser feita na sessão do dia 24 de maio de 2000.	Aprovado
246/2000	Tião Viana	Dispensa de publicação do Parecer nº 409/2000, para imediata discussão e votação da redação final do Substitutivo do Senado ao PLC nº 24/98.	Aprovado
247/2000	Eduardo Suplicy	Pedido de informações, ao Ministro da Fazenda, relativas às dívidas municipais refinanciadas pela União com base na Resolução do Senado Federal nº 37, de 1999, e as operações de crédito realizadas entre bancos oficiais federais e Municípios e/ou empresas municipais, bem como as operações de Antecipação de Receitas Orçamentárias	Deferido pela Mesa em 18.5.2000 Atendido (Aviso nº 375/2000, de 23.6)
248/2000	Romeu Tuma	Audiência da CCJ sobre o PLC nº 67/95.	Aprovado
249/2000	Gerson Camata	Dispensa de publicação do Parecer nº 431/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PLC nº 59/99.	Aprovado
250/2000	Álvaro Dias	Tramitação conjunta das PPEC nºs 58 e 70/99.	Aprovado
251/2000	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	Retirada do RQS nº 211/2000.	Deferido
252/2000	Moreira Mendes	Pedido de informações, ao Ministério do Trabalho e Emprego, relativas às empresas aéreas nacionais e estrangeiras que atuam no País, que estejam em débito com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, bem como o montante dos débitos.	Deferido pela Mesa em 7.6.2000 Atendido (Aviso nº 179/2000, de 9.8)
253/2000	Heloísa Helena	Audiência da CI sobre o PLS nº 320/99.	Rejeitado
254/2000	Lúcio Alcântara	Tramitação conjunta dos PLS nºs 419, 521 e 678/99.	Aprovado
255/2000	Roberto Saturnino	Tramitação conjunta do PLS nºs 450/99 e o PLC nº 10/2000.	Aprovado
256/2000	Romeu Tuma	Tramitação conjunta dos PLS nºs 92 e 101/2000.	Aprovado
257/2000	Gerson Camata	Adiamento da discussão do PLS nº 620/99, a fim de que seja submetido ao reexame da Comissão de Educação.	Rejeitado

Número	Autor	Assunto	Resultado
258/2000	Romero Jucá	Pedido de informações, ao Ministro da Educação, sobre o montante dos repasses feitos, para aquisição de merenda escolar ao Governo do Estado de Roraima nos anos de 1996 a 1999.	Deferido pela Mesa em 7.6.2000 Atendido (Ofício nº 88/2000, de 12.7)
259/2000	Marina Silva	Audiência da CAS sobre o PLS nº 53/2000.	Aprovado
260/2000	Marina Silva	Pedido de sobrestamento do estudo do PLS nº 166/99, com o objetivo de aguardar o pronunciamento da Câmara dos Deputados sobre o PL nº 2.057/91, que se encontra em fase final de tramitação.	Tramitando
261/2000	Antônio Carlos Valadares e Osmar dias	Inclusão em Ordem do Dia do PRS nº 25/2000.	Tramitando
262/2000	Eduardo Suplicy	Destaque para votação em separado do § 1º do art. 79 da CF- Emenda nº 6 (Substitutiva) à PEC nº 67/99.	Rejeitado
263/2000	Pedro Simon	Destaque para votação em separado da Emenda nº 2-Plen. à PEC nº 67/99.	Rejeitado
264/2000	Eduardo Suplicy	Destaque para votação em separado da Emenda nº 4-Plen. à PEC nº 67/99.	Rejeitado
265/2000	Líderes (Bloco, PFL, PMDB, Governo) e dos Senadores Ney Suassuna e Jorge Bornhausen,	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 50/2000.	Aprovado
266/2000	Gilberto Mestrinho	Adiamento da discussão do PLC nº 58/99, a fim de que seja ouvido pela CRE.	Aprovado
267/2000	Luiz Pontes	Apensamento dos PLS nº 67 e 126/2000 ao PLS nº 83/2000.	Aprovado
268/2000	Pedro Simon	Tramitação conjunta dos PLS nºs 151 e 353/99.	Aprovado
269/2000	Leomar Quintanilha	Votação, em globo, do Substitutivo da Câmara ao PLS nº 27/95.	Aprovado
270/2000	Leomar Quintanilha	Dispensa de publicação do Parecer nº 498/2000, para imediata discussão e votação da redação final do Substitutivo da Câmara ao PLS nº 27/95.	Aprovado
271/2000	Djalma Bessa	Dispensa de publicação do Parecer nº 499/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PRS nº 28/2000.	Aprovado
272/2000	Geraldo Melo e Eduardo Suplicy	Criação de comissão temporária interna composta de 11 Senadores e igual número de suplentes, para, no prazo de 120 dias, levantar dados e informações a respeito da crise na indústria aeronáutica brasileira, bem como propor conjunto de medidas e recomendações com vistas à solução do problema.	Tramitando

Número	Autor	Assunto	Resultado
273/2000	Osmar Dias	Pedido de informações, ao Ministro da Fazenda, relacionadas ao Contrato de Antecipação de "Royalties" relativos a Itaipu, firmado entre o Governo Federal e o Governo do Paraná.	Deferido pela Mesa em 7.6.2000 Atendido parcialmente (Ofício nº 451/2000, de 19.6)
274/2000	Geraldo Cândido	Pedido de informações, ao Ministro das Minas e Energia, relacionadas à readmissão dos funcionários da Petrobrás.	Deferido pela Mesa em 7.6.2000 Atendido (Aviso nº 134/2000, de 21.6)
275/2000	Iris Rezende, Maguito Vilela e Mauro Miranda	Voto de pesar pelo falecimento de Aziz Ibrahim, empresário e político de destaque no Estado de Goiás.	Aprovado
276/2000	Lúcio Alcântara	Pedido de informações, ao Ministro da Justiça, a respeito do cumprimento ou não das diligências determinadas pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE.	Deferido pela Mesa em 7.6.2000 Atendido (Avisos nºs 535/2000, de 15.6, e 897/2000, de 11.9)
277/2000	Luiz Pontes	Retirada do PLS nº 81/2000.	Aprovado
278/2000	Arlindo Porto	Tramitação conjunta dos PLS nºs 117 e 132/2000.	Aprovado
279/2000	Ademir Andrade	Dispensa de publicação do Parecer nº 506/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PRS nº 30/2000.	Aprovado
280/2000	Paulo Souto e Antonio Carlos Magalhães	Homenagens pelo falecimento do Dr. Eliel Martins, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, ex-Deputado e ex-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia.	Aprovado
281/2000	Heloísa Helena	Exame da CAS sobre a MSF nº 99/2000.	Aprovado
282/2000	Osmar Dias	Pedido de informações, ao Ministro da Agricultura e Abastecimento, relativas à composição das cestas básicas adquiridas pelo Governo Federal, através da Conab, em atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos – PRODEA.	Deferido pela Mesa em 7.6.2000 Atendido (Aviso nº 199/2000, de 21.6)
283/2000	Freitas Neto e outros Senadores	Solicitam que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão do Senado Federal do dia 14 de junho de 2000 seja dedicado a homenagear a memória do jornalista Carlos Castello Branco.	Aprovado Homenagem prestada
284/2000	Geraldo Cândido	Pedido de informações e de cópia de contrato, ao Ministro das Comunicações, referentes à transferência, da TV Manchete para a TV Ômega , da concessão para exploração de serviço de radiodifusão de sons e imagens nas cidades do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Fortaleza e São Paulo.	Deferido pela Mesa em 7.6.2000 Atendido (Aviso nº 184/2000, de 28.11)

Número	Autor	Assunto	Resultado
285/2000	Paulo Souto	Pedido de informações, ao Ministro da Fazenda, referentes a incentivos e benefícios fiscais de toda natureza, agregados por tipo de receita (natureza tributária) e por Unidade da Federação, relativos aos exercícios de 1996 a 1999.	Deferido pela Mesa em 7.6.2000 Atendido (Aviso nº 416/2000, de 6.7)
286/2000	José Sarney, Edison Lobão e Bello Parga	Dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos do Parecer nº 514, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 109, de 2000, a fim de que a matéria conste da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária seguinte.	Aprovado
287/2000	Moreira Mendes	Retirada do RQS nº 241, de 2000.	Aprovado
288/2000	Líderes (Governo, PMDB, PSDB e PFL)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para a MSF nº 99/2000.	Aprovado
289/2000	Eduardo Suplicy, Geraldo Cândido e Heloísa Helena	Inclusão em Ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do Deputado Estadual baiano Paulo Jackson, no dia 20 de maio.	Aprovado
290/2000	Carlos Bezerra	Pedido de remessa, pelo Ministro da Fazenda, do documento que gerou a substituição da hipoteca a que se referiu o item 4.3.1 do Relatório nº 7 - ENCOL, de 11/01/99, do Banco do Brasil S.A.	Deferido pela Mesa em 7.6.2000 Atendido (Aviso nº 415/2000, de 6.7)
291/2000	José Eduardo Dutra	Tramitação conjunta dos PLS nºs 100 e 417/99; 70, 87 e 143/2000.	Aprovado
292/2000	Geraldo Althoff e outros Senadores	Realização de sessão solene do Congresso Nacional para o dia 28 de junho, às 10 horas, com o objetivo de celebrar os 10 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90).	Aprovado
293/2000	Eduardo Suplicy, Heloísa Helena e Marina Silva	Destaque para votação em separado do § 1º do art. 79, da Constituição Federal, com a redação dada pelo art. 1º da PEC 67/99, na forma do Substitutivo aprovado em primeiro turno.	Aprovado
294/2000	Mozarildo Cavalcanti	Dispensa de publicação do Parecer nº 534/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PDS nº 46/2000..	Aprovado
295/2000	Maguito Vilela e Mauro Miranda	Inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de Filostro Machado Carneiro Neto.	Aprovado
296/2000	Agnelo Alves	Pedido 1) de informações, ao Ministro da Fazenda, sobre contratos entre a Prefeitura Municipal de Parnamirim – RN e a Caixa Econômica Federal, entre 1988 e 2000; de 2) remessa de cópia de laudo de perícia técnica feita pela CEF em obras de galerias pluviais na Av. Getúlio Vargas, no mesmo município; 3) e de histórico funcional de servidor da CEF.	Deferido pela Mesa em 29.6.2000 Atendido (Aviso nº 471/2000, de 27.7)

Número	Autor	Assunto	Resultado
297/2000	Comissão de Assuntos Sociais	Sobrestamento do estudo do PLS nº 492/99, de sua autoria, até que o Congresso Nacional delibere sobre a Medida Provisória nº 1.956-49.	Aprovado
298/2000	Roberto Requião, Ronaldo Cunha Lima, Jader Barbalho e Geraldo Cândido	Solicitam que a Mesa do Senado Federal, ouvido o Plenário, oficie à Rede Globo , pedindo-lhe que ouça o Senador Ademir Andrade, representante do Estado do Pará e injustamente acusado em espaço de jornalismo da Rede e emissoras vinculadas, para esclarecer sobre o envolvimento do nome de S. Ex ^a e de seus assessores no caso do suborno que envolve dirigentes do IBAMA no Pará.	Aprovado
299/2000	Jefferson Péres	Adiamento da discussão do PLS nº 687/99, a fim de ser submetido ao reexame da CCJ.	Rejeitado
300/2000	Francelino Pereira	Sobrestamento da apreciação do PLS nº 687/99.	Prejudicado em virtude da votação do RQS nº 299/2000.
301/2000	João Alberto Souza	Licença para tratamento de saúde, por 130 (cento e trinta) dias, a partir de 22.5.2000.	Deferido
302/2000	Comissão de Educação	Sobrestamento do estudo do Projeto de Decreto Legislativo nº 199, de 1999, a fim de aguardar posicionamento do Poder Judiciário sobre questões jurídicas pertinentes ao controle acionário da Rádio Porta Voz de Cianorte Ltda., bem como que se oficie ao Ministério das Comunicações, solicitando as informações disponíveis a respeito do assunto.	Aprovado
303/2000	Roberto Saturnino	Pedido de informações, ao Ministro das Relações Exteriores, acerca das providências que o Governo Brasileiro tomou ou está tomando para salvaguardar os interesses do País, em razão de notícias veiculadas sobre episódios que estariam ocorrendo em escolas norte-americanas sugerindo a subtração da Região Amazônica de nosso território.	Expedido Ofício SF nº 118/2000, ao Ministro das Relações Exteriores, em 30.6.2000.
304/2000	Carlos Wilson	Licença para tratamento de saúde por 6 (seis) dias, no período de 26 a 31.5.2000.	Deferido
305/2000	Carlos Wilson	Licença para tratar de interesses particulares por 115 (cento e quinze) dias, a partir de 1º.6.2000.	Deferido
306/2000	José Jorge, José Sarney, Pedro Piva, Ramez Tebet, Romeu Tuma e Geraldo Melo	Solicitam que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão do Senado Federal do dia 12 de setembro de 2000 seja dedicado a comemorar o centenário de nascimento do ex-Senador José Ermírio de Moraes, que transcorreu em janeiro.	Aprovado
307/2000	Sérgio Machado e Lúcio Alcântara	Inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do jornalista Dorian Sampaio.	Aprovado

Número	Autor	Assunto	Resultado
308/2000	Jonas Pinheiro e Carlos Bezerra	Inserção em ata de voto de pesar ao Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, pelo falecimento do Desembargador Wandyr Clait Duarte, ocorrido no dia 29 de maio de 2000.	Aprovado
309/2000	Lúcio Alcântara	Tramitação conjunta dos PLS nºs 122, 131, 198, 223, 356/99 e 18/2000.	Aprovado
310/2000	Líderes (Governo, PSDB, PFL e PMDB)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para a MSF nº 78/2000 (PRS nº 55/2000).	Aprovado
311/2000	Roberto Freire	Dispensa de publicação do Parecer nº 558/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PLC nº 33/99.	Aprovado
312/2000	Antônio Carlos Valadares	Pedido de informações, ao Ministro da Fazenda, relacionadas à arrecadação da CPMF – Contribuição Provisória de Movimentação Financeira.	Deferido pela Mesa em 29.6.2000 Atendido (Aviso nº 469/2000, de 27.7)
313/2000	Carlos Bezerra	Pedido de informações, ao Ministro das Minas e Energia, relativas à dominação pela Petrocoque, do mercado de coque verde.	Deferido pela Mesa em 29.6.2000 Atendido (Aviso nº 145/2000, de 12.7)
314/2000	José Eduardo Dutra	Pedido de informações, ao Ministro da Fazenda, relacionadas à arrecadação de tributos pela Secretaria da Receita Federal, de 1997 a 1999.	Deferido pela Mesa em 29.6.2000 Atendido (Aviso nº 470/2000, de 27.7)
315/2000	Heloísa Helena	Pedido de informações, ao Ministro da Fazenda, sobre empréstimos externos concedidos pelo Brasil a outros países e pessoas jurídicas.	Deferido pela Mesa em 29.6.2000 Atendido parcialmente (Aviso nº 479/2000, de 3.6)
316/2000	José Fogaça	Tramitação conjunta PLS nºs 55 e 581/99-Complementares.	Aprovado
317/2000	Geraldo Cândido	Pedido de informações, ao Ministro da Educação, a respeito da Portaria nº 28, de 19 de janeiro de 1998, referente à manutenção dos imóveis pertencentes ao Instituto Benjamin Constant, sob o domínio da União.	Deferido pela Mesa em 29.6.2000 Atendido (Ofício nº 94/2000, de 3.8)
318/2000	Marina Silva	Pedido de cópias, ao Ministro do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, dos contratos de gestão do Ministério do Meio Ambiente com a Associação Brasileira para o Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia (Bioamazônia), bem como cópias dos documentos relativos ao acordo firmado entre a Bioamazônia e a empresa suíça Novartis Pharma.	Deferido pela Mesa em 3.8.2000 Arquivado em 3.8.2000, tendo em vista o atendimento antecipado, em 21.6.2000, da informações solicitadas (DSF de 4.8.2000 – pgs. 15746/47).
319/2000	José Jorge	Dispensa de publicação do Parecer nº 597/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PDS nº 41/2000.	Aprovado
320/2000	Pedro Simon	Pedido de informações complementares, ao Ministro das Minas e Energia, ao Requerimento nº 44, de 2000, sobre o vazamento de óleo ocorrido em 17 de janeiro, na Baía da Guanabara.	Deferido pela Mesa em 9.8.2000 Atendido (Aviso nº 183/2000, de 11.9)

Número	Autor	Assunto	Resultado
321/2000	Carlos Patrocínio	Voto de aplauso ao Presidente da República, Dr. Fernando Henrique Cardoso, em reconhecimento à sua decisão de encaminhar à Câmara dos Deputados a Mensagem nº 745, de 2000, a qual converteu-se no Projeto de Lei nº 3.126, de 2000, que autoriza o Poder Executivo a Instituir a Fundação Universidade Federal do Tocantins.	Aprovado
322/2000	Maguito Vilela, Mauro Miranda e Iris Rezende	Voto de pesar pelo falecimento de Francisco Junqueira, vereador em Quirinópolis, Estado de Goiás, e apresentadas condolências à família e aos seus pares na Câmara Municipal.	À publicação
323/2000	Jefferson Péres	Desapensamento do PLS nº 388/99 do PLS nº 65/2000.	Aprovado
324/2000	Maguito Vilela	Voto de aplausos e congratulações ao tenista Gustavo Kuerten, que ontem sagrou-se bi-campeão do torneio Roland Garros, na França, alcançando a posição de número um no tênis mundial.	Aprovado
325/2000	Iris Rezende e Mauro Miranda	Voto de pesar pelo falecimento do Senhor Joaquim Vilela, homem de grande liderança social na cidade de Jataí, Goiás, com o indispensável envio de mensagem de condolências à família enlutada.	Aprovado
326/2000	Mozarildo Cavalcanti	Pedido de informações, ao Ministro da Defesa, sobre matéria intitulada "EUA doam armas usadas ao Brasil".	Deferido pela Mesa em 3.8.2000 Atendido (Aviso nº 5.652/2000, de 8.9)
327/2000	Heloísa Helena	Pedido de informações, ao Ministro da Defesa, sobre o acordo de cooperação militar entre o Brasil e os Estados Unidos.	Deferido pela Mesa em 3.8.2000 Atendido (Aviso nº 5.653/2000, de 8.9)
328/2000	Heloísa Helena	Pedido de informações, ao Ministro das Relações Exteriores, sobre o acordo de cooperação militar entre o Brasil e os Estados Unidos.	Deferido pela Mesa em 3.8.2000 Atendido (Ofício nº 30/2000, de 28.8)
329/2000	Lúcio Alcântara	Pedido de informações, ao Ministro dos Transportes, relacionadas ao transporte ferroviário, de modo a permitir uma avaliação dos impactos da privatização no setor.	Deferido pela Mesa em 3.8.2000 Atendido (Aviso nº 1.152/2000, de 31.8)
330/2000	José Alencar	Tramitação conjunta dos PLS nºs 545 e 582/99.	Aprovado
331/2000	Antonio Carlos Magalhães	Homenagens pelo falecimento do ex-Senador Heitor Dias.	Aprovado

Número	Autor	Assunto	Resultado
332/2000	Tião Viana	Voto de aplauso à TV Senado, nas pessoas de sua diretora, Sra. Marilena Chiarelli e da equipe técnica responsável, Ângela Brandão (repórter), Marcos Feijó (cinegravista), Dulcídio Siqueira (Editor) e Cleyton Lira (técnico), pela realização do belíssimo vídeo documental sobre o trabalho que vem sendo desenvolvido há quarenta e cinco anos na região amazônica pelo Padre Paolino Baldassari.	Aprovado
333/2000	Ademir Andrade	Pedido de informações, ao Ministro da Agricultura e do Abastecimento, acerca das conversações com a União Européia em relação ao fim das restrições sanitárias às exportações dos produtos agropecuários brasileiros e, em contrapartida, a aceitação de um acordo bilateral que permite a pesca em águas brasileiras por barcos europeus.	Deferido pela Mesa em 3.8.2000 Atendido (Aviso nº 266/2000, de 30.8)
334/2000	Ademir Andrade	Pedido de informações, ao Ministro das Relações Exteriores, acerca das conversações com a União Européia em relação ao fim das restrições sanitárias às exportações dos produtos agropecuários brasileiros e, em contrapartida, a aceitação de um acordo bilateral que permite a pesca em águas brasileiras por barcos europeus.	Deferido pela Mesa em 3.8.2000 Atendido (Ofício nº 33/2000, de 13.9)
335/2000	Romeu Tuma	Dispensa de publicação do Parecer nº 628/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PDS nº 43/2000.	Aprovado
336/2000	Geraldo Cândido	Pedido de informações, ao Tribunal de Contas da União, sobre o resultado das providências determinadas na Decisão nº 851, de 1999, daquela egrégia Corte.	Aprovado pelo Plenário em 16.6.2000 Atendido parcialmente (Ofício nº 3/2000, e 31.7) Aguardando atendimento
337/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 59/2000.	Aprovado
338/2000	Mozarildo Cavalcanti	Pedido de informações, ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, relacionadas aos cortes no orçamento.	Deferido pela Mesa em 3.8.2000 Atendido (Ofício nº 329/2000, de 15.9)
339/2000	Eduardo Suplicy	Dispensa de publicação do Parecer nº 636/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PRS nº 37/2000.	Aprovado
340/2000	Romeu Tuma	Voto de profundo pesar e associação à consternação do nobre povo sírio por motivo de recente falecimento de Sua Excelência, o Senhor Presidente da Síria, Hafez-El-Assad.	Aprovado
341/2000	Iris Rezende e Mauro Miranda	Voto de pesar pelo falecimento, no dia 13.6, do Dr. Orlando Arruda, fundador do Hospital Neurológico de Goiânia.	Aprovado
342/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 8/2000.	Aprovado

Número	Autor	Assunto	Resultado
343/2000	Líderes (PSDB, PMDB e PFL)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 61/2000.	Aprovado
344/2000	Moreira Mendes	Dispensa de publicação do Parecer nº 654/2000, para imediata discussão e votação do PDS nº 49/2000.	Aprovado
345/2000	Geraldo Melo	Pedido de informações, ao Ministro da Saúde, relacionadas à alienação aos municípios dos bens originalmente pertencentes à Fundação Nacional de Saúde.	Deferido pela Mesa em 29.6.2000 Atendido (Aviso nº 529/2000, de 25.8)
346/2000	Líderes (PSDB, Governo, PMDB e PFL)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 63/2000.	Aprovado
347/2000	Líderes (Governo, PLF, PMDB e PSDB)	Adiamento da votação do PLC nº 3/2000, a fim de ser feita no dia 20.6.2000.	Aprovado
348/2000	Paulo Hartung	Destaque para votação em separado da primeira expressão "a elaboração" constante do inciso III do art. 4º do PLC nº 3/2000.	Aprovado
349/2000	Paulo Souto	Destaque para votação em separado da Emenda nº 2-CCJ ao PLC nº 3/2000.	Aprovado
350/2000	Paulo Souto	Destaque para votação em separado da Emenda nº 3-CCJ ao PLC nº 3/2000.	Aprovado
351/2000	Heloísa Helena	Destaque para votação em separado da Emenda nº 4-CCJ ao PLC nº 3/2000.	Aprovado
352/2000	Heloísa Helena	Destaque para votação em separado da Emenda nº 5-CCJ ao PLC nº 3/2000.	Aprovado
353/2000	Heloísa Helena	Destaque para votação em separado da Emenda nº 6-CCJ ao PLC nº 3/2000.	Aprovado
354/2000	Heloísa Helena	Destaque para votação em separado da Emenda nº 7-CCJ ao PLC nº 3/2000.	Aprovado
355/2000	Heloísa Helena	Destaque para votação em separado da Emenda nº 8-CCJ ao PLC nº 3/2000.	Aprovado
356/2000	Heloísa Helena	Destaque para votação em separado da Emenda nº 9-CCJ ao PLC nº 3/2000.	Aprovado
357/2000	Heloísa Helena	Destaque para votação em separado da Emenda nº 10-CCJ ao PLC nº 3/2000.	Aprovado
358/2000	Heloísa Helena	Destaque para votação em separado da Emenda nº 11-CCJ ao PLC nº 3/2000.	Aprovado
359/2000	Lúdio Coelho	Dispensa de publicação do Parecer nº 660/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PRS nº 51/2000.	Aprovado
360/2000	Luiz Otávio	Criação de uma Comissão Temporária composta de nove membros titulares e de sete suplentes para, no prazo de noventa dias, conhecer, discutir e consolidar a legislação vigente e em tramitação no Congresso Nacional, sobre direitos e vantagens dos idosos, com o objetivo de elaborar proposição legislativa que disponha sobre o Estatuto do Idoso.	Tramitando

Número	Autor	Assunto	Resultado
361/2000	Moreira Mendes	Retirada do PLS nº 621/99.	Aprovado
362/2000	Roberto Requião	Requer que o PRS nº 80/99 seja desapensado do PRS nº 81/99.	Aprovado
363/2000	Heloísa Helena	Retirada do PLS nº 173/2000.	Aprovado
364/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS Nº 25/2000.	Aprovado
365/2000	Líderes (Governo, PSDB, PFL e PMDB)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 64/2000.	Aprovado
366/2000	Heloísa Helena	Destaque para votação em separado da Emenda nº 13 ao PLC nº 20/2000.	Aprovado
367/2000	Heloísa Helena	Destaque para votação em separado da Emenda nº 15 ao PLC nº 20/2000.	Aprovado
368/2000	Heloísa Helena	Destaque para votação em separado da Emenda nº 16 ao PLC nº 20/2000.	Aprovado
369/2000	Emilia Fernandes e Heloísa Helena	Destaque para votação em separado da Emenda nº 17 ao PLC nº 20/2000.	Aprovado
370/2000	Emilia Fernandes e Heloísa Helena	Destaque para votação em separado da Emenda nº 18 ao PLC nº 20/2000.	Aprovado
371/2000	Emilia Fernandes e Heloísa Helena	Destaque para votação em separado da Emenda nº 19 ao PLC nº 20/2000.	Aprovado
372/2000	Emilia Fernandes e Heloísa Helena	Destaque para votação em separado da Emenda nº 20 ao PLC nº 20/2000.	Aprovado
373/2000	José Roberto Arruda	Adiamento da votação do PLC nº 20/2000.	Aprovado
374/2000	Geraldo Melo	Destaque para votação em separado da Emenda nº 2-Plen ao PRS nº 8/2000, para fazer constar na Emenda nº 1-CAE (Substitutivo).	Aprovado
375/2000	Ernandes Amorim	Adiamento da discussão do PLC nº 27/99, a fim de que sobre ele seja ouvida a CAE.	Rejeitado
376/2000	Juvêncio da Fonseca	Dispensa de publicação do Parecer nº 698/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PLC nº 27/99.	Aprovado
377/2000	Pedro Piva	Dispensa de publicação do Parecer nº 699/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PDS nº 47/2000.	Aprovado
378/2000	Pedro Piva	Dispensa de publicação do Parecer nº 700/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PDS nº 126/2000.	Aprovado
379/2000	Líderes (Governo, PSDB, PFL e PMDB)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 65/2000.	Aprovado
380/2000	Emilia Fernandes	Voto de profundo pesar pelo falecimento de 12 crianças, ocorrido na Creche Casinha da Emília, em Uruguaiana, Rio Grande do Sul.	Aprovado
381/2000	Amir Lando	Tramitação conjunta dos PLS nºs 310 e 315/99.	Aprovado

Número	Autor	Assunto	Resultado
382/2000	Emília Fernandes, José Fogaça e Pedro Simon	Solicitam que o tempo destinado à Hora do Expediente da sessão do dia 19.9.2000 seja destinado a homenagear o ilustre homem público, ex-Deputado, ex-Senador e Ex-Ministro do Tribunal de Contas da União, Guido Fernando Mondin (<i>adiada para 23.11.00 na sessão de 22.8.00</i>).	Aprovado Homenagem prestada na sessão do dia 23.11.2000
383/2000	Antônio Carlos Valadares	Tramitação conjunta das PEC nºs 10, 58, 70 e 97/99.	Aprovado
384/2000	Gerson Camata	Dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos, para inclusão em Ordem do Dia, do PDS nº 78/2000.	Aprovado
385/2000	Djalma Bessa, Bello Parga e Ribamar Figueine	Dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos, para inclusão em Ordem do Dia, do PDS nº 133/2000.	Aprovado
386/2000	Ney Suassuna	Tramitação conjunta das PEC nºs 57/95 e 63/99.	Aprovado
387/2000	Francelino Pereira	Tramitação conjunta dos PLS nºs 144 e 147/2000.	Aprovado
388/2000	Líderes (Governo, PSDB, PFL e PMDB)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 27/2000.	Aprovado
389/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 67/2000.	Aprovado
390/2000	Líderes (Governo, PSDB, PFL e PMDB)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 60/99.	Aprovado
391/2000	Líderes (PMDB, PSDB, Governo, PFL e Bloco)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 28/2000.	Aprovado
392/2000	Líderes (PMDB, PSDB, Governo, PFL e Bloco)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 29/2000.	Aprovado
393/2000	Líderes (PMDB, PSDB, Governo, PFL e Bloco)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 30/2000.	Aprovado
394/2000	Líderes (PMDB, PSDB, Governo, PFL e Bloco)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 31/2000.	Aprovado
395/2000	Líderes (PFL, PSDB, Governo e PMDB)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 68/2000.	Aprovado
396/2000	Líderes (Bloco, PFL, PPB, Governo e PMDB)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 24/2000.	Aprovado
397/2000	Líderes (PMDB, PSDB e PFL)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 32/2000.	Aprovado
398/2000	Líderes (Governo, PMDB, PSDB e Bloco)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 34/2000.	Aprovado
399/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 69/2000.	Aprovado
400/2000	Álvaro Dias	Tramitação conjunta do PLS nº 108/99 com o PLC nº 32/95.	Aprovado
401/2000	Jáder Barbalho e Edison Lobão	Preferência para votação do projeto (PLC nº 60/99) antes do seu substitutivo.	Aprovado

Número	Autor	Assunto	Resultado
402/2000	Gilberto Mestrinho	Dispensa de publicação do Parecer nº 743/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PRS nº 60/2000.	Aprovado
403/2000	Gilberto Mestrinho	Dispensa de publicação do Parecer nº 744/2000, para imediata discussão e votação do PRS nº 62/2000.	Aprovado
404/2000	Marina Silva	Tramitação conjunta do PLS nº 149/99 com o PLS nº 320/99.	Aprovado
405/2000	Ricardo Santos	Destaque, para votação em separado, da Emenda nº 1-Plen ao Substitutivo do PRS nº 25/2000.	Aprovado
406/2000	Ricardo Santos	Destaque, para votação em separado, da Emenda nº 2-Plen ao Substitutivo do PRS nº 25/2000.	Aprovado
407/2000	Líderes (PFL, PPS, PMDB, PSDB, Governo, Bloco) e Senadores Pedro Piva e Moreira Mendes	Extinção de urgência, art. 352, II, do RISF, para o PLC 32/2000.	Aprovado
408/2000	Bernardo Cabral	Audiência da CCJ sobre o PLC Nº 32/2000.	Aprovado
409/2000	José Roberto Arruda	Adiamento da discussão do PLS nº 263/99, a fim de ser feita na sessão de 9 de agosto de 2000.	Aprovado
410/2000	Líderes (Bloco, PMDB, PSDB e PFL) e Senador José Fogaça	Urgência, art. 336, II, do RISF, para a MSF nº 134/2000.	Aprovado
411/2000	Líderes (Governo, Bloco, PFL, PSDB e PMDB)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 33/2000).	Aprovado
412/2000	Iris Rezende	Pedido de informações, ao Ministro da Fazenda, destinadas a complementar o expediente elaborado pelo Banco Central, sob nº DIRET-2000/00130, de 11 de janeiro de 2000 (<i>resposta ao RQS nº 691/99</i>).	Retirado (RQS nº 483/2000)
413/2000	Pedro Simon e outros Senadores	Realização de Sessão Especial destinada a homenagear o advogado, jornalista, escritor, político administrador, acadêmico e estadista, Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, falecido em 16.7.2000, no Rio de Janeiro.	Aprovado
414/2000	Francelino Pereira	Solicita, nos termos do § 1º do art. 1º e do art. 2º da Resolução nº 84/96, do Senado Federal, seja incluído o nome do Senador Milton Campos na coleção intitulada " <i>Grandes vultos que honraram o Senado</i> ".	Aprovado pela Mesa em 22.8.2000
415/2000	Francelino Pereira	Solicita, nos termos do § 1º do art. 1º e do art. 2º da Resolução nº 84/96, do Senado Federal, seja incluído o nome do Senador Gustavo Capanema na coleção intitulada " <i>Grandes vultos que honraram o Senado</i> ".	Aprovado pela Mesa em 22.8.2000

Número	Autor	Assunto	Resultado
416/2000	Nabor Júnior	Homenagens pelo falecimento do ex-Senador Mário Maia, na última quarta-feira, dia 26 de julho de 2000.	Aprovado
417/2000	Ramez Tebet	Homenagens pelo falecimento do ilustre advogado, pecuarista e escritor, Dr. Eduardo Machado Metello.	Aprovado
418/2000	Ramez Tebet	Homenagens pelo falecimento de Dona Maria Edwirges de Albuquerque Borges, ocorrido no dia 25 de julho de 2000.	Aprovado
419/2000	Pedro Simon	Inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento, no dia 16 de julho de 2000, na cidade do Rio de Janeiro, do Jornalista Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, com apresentação de condolências à família.	Aprovado
420/2000	Pedro Simon	Inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento do jornalista Aloysio Biondi, no dia 21 de julho de 2000, com apresentação de condolências à família.	Aprovado
421/2000	José Roberto Arruda	Dispensa de publicação do Parecer nº 792/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PLC nº 37/99.	Aprovado
422/2000	Lúdio Coelho	Dispensa de publicação do Parecer nº 793/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PDS nº 6/98.	Aprovado
423/2000	Ernandes Amorim	Licença para tratamento de saúde no período de 27 a 31.7.2000.	Aprovado
424/2000	Ernandes Amorim	Licença para tratar de interesses particulares no período de 1.8 a 28.11.2000.	Aprovado
425/2000	Osmar Dias	<p>Instauração de Comissão Temporária composta por sete membros titulares e sete membros suplentes, com o prazo de 120 dias, a fim de:</p> <ol style="list-style-type: none"> a) estudar o Sistema de Controle das Finanças Públicas e do Orçamento atualmente vigente, bem como apurar seus resultados, tanto do ponto de vista do Controle Interno como do Controle Externo; b) propor modificações nos mecanismos e órgãos de controle a fim de garantir a sua maior transparência, eficiência, economicidade e efetividade; c) propor requisitos, critérios e instrumentos que possibilitem a melhor gestão dos recursos públicos e evite os desvios de recursos públicos; e propor outras ações que impliquem a melhoria do controle dos recursos públicos. 	Tramitando

Número	Autor	Assunto	Resultado
⁸ 426/2000	Roberto Freire	Instalação de uma Comissão Temporária Externa, representativa do Senado Federal, composta por cinco Senadores e igual número de suplentes, pelo prazo de 60 dias, com ônus para a Casa, tendo por finalidade acompanhar o atendimento feito junto aos desabrigados, flagelados e familiares das vítimas das enchentes e desmoronamentos que ocorrem nos Estados de Pernambuco e Alagoas.	Aprovado
427/2000	Antero Paes de Barros	Encaminha, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário, pedido de relação das propriedades rurais griladas por latifundiários no Estado do Mato Grosso.	Atendido, parcialmente, antes mesmo da deliberação sobre o Requerimento – DSF de 14.9.2000 – pg. 18499 (Aviso nº 280, de 6.9) Tramitando
428/2000	José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado do art. 3º do PLC nº 54/97.	Aprovado
429/2000	José Eduardo Dutra	Dispensa de publicação do Parecer nº 797/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PLC nº 54/97.	Aprovado
430/2000	Lúcio Alcântara	Homenagens pelo falecimento do ex-Deputado Federal Orlando Bezerra.	Aprovado
431/2000	Moreira Mendes	Homenagens pelo falecimento do Sr. Adalberto Pinto de Barros, ocorrido no dia 13 de julho de 2000.	Aprovado
432/2000	Eduardo Suplicy	Pedido de informações, ao Ministro do Planejamento e Orçamento, relativas à implementação do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal nos órgãos da Administração Pública Federal direta e indireta.	Deferido pela Mesa em 14.9.2000 Atendido (Ofício nº 392/2000, de 27.10)
433/2000	Líderes (Governo, PMDB, PFL) e do Senador Pedro Simon	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 1/2000-Complementar.	Aprovado
434/2000	Roberto Requião	Reexame da CCJ sobre o PLS nº 194/99.	Aprovado
435/2000	Maria do Carmo Alves	Dispensa de publicação do Parecer nº 813/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PLS nº 245/99.	Aprovado
436/2000	Hugo Napoleão e Edison Lobão	Homenagens de pesar pelo falecimento da ex-Deputada Federal e ex-Vice-Governadora do Distrito Federal, Márcia Kubitschek.	Aprovado
437/2000	Pedro Simon	Inserção em Ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento, no dia 5 de agosto último, da ex-Deputada e ex-Vice-Governadora do Distrito Federal, Márcia Kubitschek.	Aprovado
438/2000	Lúcio Coelho	Tramitação conjunta dos PLS nºs 325/99 e 94/2000.	Aprovado

⁸ Anexado, ao seu processado, o Aviso nº 331/2000-MMA/GM, de 2.12.2000, do Ministro de Estado, interino, do Meio Ambiente.

Número	Autor	Assunto	Resultado
439/2000	Líderes (Governo, PSDB, PFL e PMDB)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 32/2000.	Aprovado
440/2000	Líderes (Governo, PSDB, PFL e PMDB)	Urgência, art. 336, II, do RISF para o PLC nº 36/2000.	Aprovado
441/2000	Maguito Vilela e outros Senadores	Solicitam que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente de sessão do Senado a ser marcada seja destinado a prestar homenagem à ex-Deputada Federal e ex-Vice-Governadora do Distrito Federal Márcia Kubitscheck.	Aprovado Homenagem prestada no dia 12.9.2000
442/2000	Moreira Mendes	Tramitação conjunta dos PLS nºs 325/99 e 94/2000.	Prejudicado em virtude da aprovação do RQS nº 438/2000.
443/2000	Roberto Requião	Tramitação conjunta do PLC nº 14/98 com o PLS nº 657/99.	Aprovado
444/2000	Antonio Carlos Magalhães	Voto de aplauso a Danuza Leão, pela comenda recebida de Cavaleiro da Ordem das Artes e das Letras da França.	Aprovado
445/2000	José Roberto Arruda	Tramitação conjunta das PEC nºs 57/95, 63/99 e 29/2000.	Aprovado
446/2000	Lúdio Coelho	Dispensa de publicação do Parecer nº 823/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PDS nº 48/2000.	Aprovado
447/2000	Emilia Fernandes	Solicita, nos termos regimentais, seja encaminhado aos Excelentíssimos Senhores Presidentes da República da Coreia e da República Democrática Popular da Coreia, voto de louvor pela histórica reunião que, neste mês de junho, aproximou os dois Chefes de Estado, abrindo caminho para a paz na região, com reflexos extremamente positivos para o conjunto das relações internacionais.	A manifestação da CRE sobre o RQS foi publicado no DSF de 11.11.2000, página 22.288
448/2000	Bernardo Cabral	Desapensamento da PEC nº 29/2000 das PEC nºs 57/95 e 63/99.	Aprovado
449/2000	Agnelo Alves, Geraldo Melo e José Agripino	Homenagens pelo falecimento da Srª Diva Mariz, viúva do ex-Senador Dinarte Mariz.	Aprovado
450/2000	Líderes (PMDB, PFL, Governo e PSDB)	Extinção de urgência para o PLC nº 1/2000-Complementar.	Aprovado
450-A/2000	Moreira Mendes	Retirada do PLS nº 74/2000.	Prejudicado em virtude da aprovação em decisão terminativa do PLS nº 74/2000.
451/2000	Roberto Requião	Destaque para votação em separado do art. 3º da PEC nº 86/99.	Rejeitado
452/2000	Líderes (Governo, PSDB, PFL e PMDB)	Extinção de urgência para o PLC nº 32/2000.	Aprovado
453/2000	Mauro Miranda	Licença pelo prazo de 122 (cento e vinte e dois) dias, a partir de 19 de agosto de 2000, a fim de tratar de interesses particulares.	Aprovado

Número	Autor	Assunto	Resultado
454/2000	Casildo Maldaner	Licença, pelo prazo de 121 (cento e vinte e um) dias, no período de 18 de agosto a 16 de dezembro de 2000, para tratar de interesses particulares.	Aprovado
455/2000	Álvaro Dias	Pedido de informações, ao Ministro das Minas e Energia, sobre o acordo celebrado entre a empresa C.R. Almeida S.A. - Engenharia e Construções e a Companhia Paranaense de Energia - COPEL.	Deferido pela Mesa em 10.10.2000 Respondido (Aviso nº 213/2000, de 23.10)
456/2000	Amir Lando	Pedido de informações, à Petróleo Brasileiro S/A – Petrobrás, através do Ministro das Minas e Energia, relativas à reestruturação organizacional ora em andamento na Petrobrás.	Deferido pela Mesa em 14.9.2000 Aguardando atendimento
457/2000	Lúcio Alcântara	Pedido de informações, ao Secretário Federal de controle, por intermédio do Ministro da Fazenda, sobre o acompanhamento da Secretaria Federal de Controle, de obras e contratos do Poder Judiciário e assuntos relacionados.	Deferido pela Mesa em 14.9.2000 Atendido (Aviso nº 604/2000, de 19.10)
458/2000	Pedro Simon	Inserção em Ata de um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Ervalino Plácido Bozzetto, ex-Prefeito da cidade de Bento Gonçalves - Rio Grande do Sul, com apresentação de condolências à família.	Aprovado
459/2000	José Sarney, Edison Lobão, Bello Parga e Ribamar Fiquene	Homenagens pelo falecimento do jornalista e ex-Deputado José Pires de Sabóia Filho.	Aprovado
460/2000	Eduardo Suplicy	Pedido de informações, ao Ministro da Fazenda, relativas aos detentores de títulos da dívida interna e externa pública federal.	Deferido pela Mesa em 14.9.2000 Atendido (Aviso nº 611/2000, de 20.10)
461/2000	Albino Boaventura	Voto de pesar pelo falecimento do Pastor Osvaldo Silva, ocorrido em 30.8.2000, no Estado do Rio de Janeiro.	Aprovado
462/2000	Bernardo Cabral	Tramitação conjunta das PEC nºs 21/95; 16, 21, 23, 33, 54, 62 e 92/99, e 1/2000, com a de nº 29/2000.	Aprovado
463/2000	Heloísa Helena	Tramitação conjunta dos PLC nºs 35 e 47/2000, com os PLS nºs 63, 97, 159, 453/99 e 55/2000, que já tramitam em conjunto.	Rejeitado
464/2000	Pedro Simon	Tramitação conjunta do PLS nº 488/99 com o PLC nº 77/97.	Aprovado
465/2000	Osmar Dias	Retirada do PLS nº 141/2000.	Aprovado
466/2000	Roberto Freire	Tramitação conjunta dos PLS nºs 76 e 137/2000.	Aprovado
467/2000	Amir Lando	Desapensamento do PLC nº 10/98, dos PLS nºs 287 e 569/99.	Aprovado
468/2000	Emília Fernandes	Tramitação conjunta do PLC nº 12/2000 com o PLS nº 133/99.	Aprovado

Número	Autor	Assunto	Resultado
469/2000	José Fogaça	Tramitação conjunta dos PLS nºs 370/99 e 145/2000.	Aprovado
470/2000	Osmar Dias	Pedido de informações, ao Ministro da Fazenda, relacionadas à auditoria realizada pelo Banco Central do Brasil para apurar irregularidades na gestão do Banestado e Banestado Leasing.	Deferido pela Mesa em 10.10.2000 Atendido (Ofício nº 650/2000, de 21.11)
471/2000	Tião Viana	Pedido de informações, ao Ministro da Previdência e Assistência Social, relacionadas às entidades filantrópicas.	Deferido pela Mesa em 10.10.2000 Atendido (Aviso nº 425/2000, de 8.11)
472/2000	Eduardo Suplicy	Pedido de informações, ao Ministro da Fazenda, sobre os índices de correção monetária aplicados aos saldos devedores dos mutuários do SFH e às cadernetas de poupança, durante o ano de 1990.	Deferido pela Mesa em 10.10.2000 Atendido (Aviso nº 646/2000, de 16.11)
473/2000	Álvaro Dias	Pedido de informações, à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, através do Ministro da Fazenda, sobre a alienação das ações que excedem o controle acionário detido pela União na Petrobrás.	Deferido pela Mesa em 10.10.2000 Atendido (Aviso nº 648/2000, de 16.11)
474/2000	Líderes (PSDB, PFL, Governo, Bloco, PTB e PMDB)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 50/2000.	Aprovado
475/2000	Bernardo Cabral e outros Senadores	Criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito com 11 membros titulares e sete suplentes para apurar, no prazo de cento e oitenta dias, as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de Organizações Não-Governamentais – ONGs.	Criada a CPI nos termos do art. 145 do RISF
476/2000	Iris Rezende, Maguito Vilela e Albino Boaventura	Homenagens pelo falecimento do senhor José Luciano da Fonseca, Deputado Estadual.	Aprovado
477/2000	Romeu Tuma	Votação em globo dos dispositivos rejeitados do Substitutivo da Câmara ao PLS nº 115/96.	Aprovado
478/2000	Gerson Camata	Adiamento da discussão do PLS nº 109/1995, para que seja examinado na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.	Aprovado
479/2000	Ronaldo Cunha Lima	Adiamento da discussão do PLS nº 109/95 por 30 (trinta) dias.	Prejudicado em virtude da aprovação do RQS nº 178/2000.
480/2000	Romeu Tuma	Dispensa de publicação do Parecer nº 890/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PLS nº 115/96.	Aprovado
481/2000	Ademir Andrade	Pedido de informações, ao Ministro da Fazenda, sobre a aplicação das linhas de investimento do Banco do Brasil.	Deferido pela Mesa em 10.10.2000 Atendido (Aviso nº 647/2000, de 16.11)

Número	Autor	Assunto	Resultado
482/2000	Eduardo Siqueira Campos e Leomar Quintanilha	Dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos para que o PLC nº 48/2000 conste da Ordem do Dia da próxima Sessão Deliberativa (14.9.2000).	Aprovado
483/2000	Iris Rezende	Retirada do RQS nº 412/2000.	Deferido
484/2000	Pedro Simon	Inserção em Ata de um voto de pesar pelo falecimento de Nelson Dinnebier, Prefeito de Gramado – RS.	Aprovado
485/2000	Líderes (PMDB, PSDB, PFL, Governo e Bloco)	Urgência, art. art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 73/2000.	Aprovado
486/2000	Álvaro Dias	Adiamento da votação do PLS nº 263/99, para reexame da CAE.	Aprovado
487/2000	Henrique Loyola	Adiamento da discussão do PLC nº 58/99 para audiência da CAS.	Rejeitado
488/2000	Jefferson Péres	Tramitação conjunta das PEC nºs 77/99, 2, 22 e 28/2000.	Aprovado
489/2000	Ademir Andrade	Pedido de informações, ao Ministro do Trabalho e Emprego, sobre os investimentos com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.	Deferido pela Mesa em 10.10.2000 Atendido (Aviso nº 244/2000, de 7.12)
490/2000	Romeu Tuma	Dispensa de publicação do Parecer nº 899/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PLC nº 58/99.	Aprovado
491/2000	Artur da Távola	Audiência da CE sobre o PLC nº 50/2000.	Aprovado
492/2000	Heloísa Helena	Votação, em globo, do Substitutivo da Câmara ao PLS nº 297/91.	Aprovado
493/2000	Bernardo Cabral	Em aditamento ao RQS nº 462/2000, requer, também, tramitação conjunta com a PEC nº 29/2000, as seguintes propostas: nº 71, 74 e 81/99; 5, 20 e 27/2000.	Aprovado
494/2000	José Roberto Arruda	Dispensa de publicação do Parecer nº 903/2000, para imediata discussão e votação do PLS nº 54/99.	Aprovado
495/2000	Nabor Júnior	Dispensa de publicação do Parecer nº 904/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PLS nº 297/91.	Aprovado
496/2000	Líderes (PSDB, PFL, Governo, Bloco e PMDB) e Senador Carlos Bezerra	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 73/2000.	Aprovado
497/2000	Álvaro Dias e outros Senadores	Criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por onze Senadores titulares e seis suplentes, destinada a investigar fatos envolvendo associações brasileiras de futebol.	Criada a CPI nos termos do art. 145 do RISF
498/2000	Pedro Simon	Publicação, dentro da coleção “ <i>Grandes Vultos que Honraram o Senado</i> ”, de homenagem ao ex-Presidente da República e ex-Senador Juscelino Kubitschek.	Tramitando

Número	Autor	Assunto	Resultado
499/2000	Pedro Simon	Tramitação conjunta das PEC nºs 7/92 e 26/2000.	Aprovado
500/2000	Henrique Loyola e outros Senadores	Consignação em ata de voto de regozijo pela passagem dos 100 anos de vida da Senhora Ana Augusta Dias da Cunha Amazonas, servidora aposentada do Senado Federal.	À publicação
501/2000	Heloísa Helena	Substituição, em todas as publicações da Casa, da versão do PLS nº 218/2000, de sua autoria.	Deferido
502/2000	Iris Rezende	Homenagens pelo falecimento do ex-Senador José Saad, ocorrido no dia 20.9.2000.	Aprovado
503/2000	Heloísa Helena	Tramitação conjunta do PLS nº 33/2000 com o PLS nº 123/99.	Aprovado
504/2000	Iris Rezende	Homenagens pelo falecimento do Deputado Estadual de Goiás Ronildo Naves, ocorrido no dia 20.9.2000.	Aprovado
505/2000	Eduardo Suplicy	Convocação do Ministro das Relações Exteriores, Senhor Luiz Felipe Lampreia, para prestar, perante o Plenário do Senado, esclarecimentos referentes às razões que levaram o Governo Brasileiro a articular a operação de asilo político no Panamá para o Sr. Vladimiro Montesinos, principal assessor do Presidente do Peru, Sr. Alberto Fujimori.	Na Sessão Deliberativa do dia 16.11.2000, a Presidência informou o Plenário do recebimento da opinião da CRE sobre o Requerimento (DSF de 17.11.2000 – página 22596) Aprovado em 23.11.2000
506/2000	Eduardo Suplicy	Inserção em Ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento do músico, violonista e compositor Baden Powel, falecido hoje no Rio de Janeiro.	À publicação
507/2000	Comissão Temporária criada pelo RQS nº 426/2000	Prorrogação dos trabalhos da Comissão por mais 20 (vinte) dias, para apresentação do Relatório Final.	Aprovado
508/2000	Henrique Loyola	Dispensa de publicação do Parecer nº 929/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PLC nº 102/96.	Aprovado
509/2000	Henrique Loyola	Dispensa de publicação do Parecer nº 930/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PDS nº 38/2000.	Aprovado
510/2000	Comissão de Educação	Sobrestamento do PLS nº 297/99, a fim de aguardar o envio a esta Casa, pela Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei nº 128/99.	Aprovado
511/2000	Bello Parga	Solicita a remessa à CCJ do PLC nº 44/2000.	Aprovado
512/2000	João Alberto Souza	Prorrogação de licença para tratamento de saúde no período de 29.9 a 5.10.2000.	Aprovado
513/2000	Osmar Dias	Tramitação conjunta dos PLS nºs 73 e 203/2000, com os Projetos de Lei do Senado nºs 122, 131, 198, 223 e 356, de 1999 e nº 18, de 2000, que já tramitam em conjunto	Aprovado

Número	Autor	Assunto	Resultado
514/2000	Heloísa Helena	Pedido de informações, ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, sobre o documento "Documento de País", do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).	Deferido pela Mesa em 26.10.2000 Atendido parcialmente (Ofício nº 440/2000, de 19.11)
515/2000	Gilberto Mestrinho	Dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos, para inclusão em Ordem do Dia do Parecer nº 937/2000, oferecido ao PDS nº 196/2000.	Aprovado
516/2000	Romeu Tuma	Dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos, para inclusão em Ordem do Dia do Parecer nº 939/2000, sobre a MSF nº 168/2000.	Aprovado
517/2000	Romeu Tuma	Dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos, para inclusão em Ordem do Dia do Parecer nº 940/2000, sobre a MSF nº 169/2000.	Aprovado
518/2000	Romeu Tuma	Dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos, para inclusão em Ordem do Dia do Parecer nº 941/2000, sobre a MSF nº 171/2000.	Aprovado
519/2000	Romeu Tuma	Dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos, para inclusão em Ordem do Dia do Parecer nº 942/2000, sobre a MSF nº 172/2000.	Aprovado
520/2000	Romeu Tuma	Dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos, para inclusão em Ordem do Dia do Parecer nº 943/2000, sobre a MSF nº 170/2000.	Aprovado
521/2000	Álvaro Dias e outros Senadores	Solicita, nos termos regimentais, e a fim de atender à proporcionalidade partidária constitucional e regimental, em aditamento ao RQS nº 497/2000, que criou a comissão parlamentar de inquérito destinada a investigar fatos envolvendo as associações brasileiras de futebol, que a Comissão seja composta de 13 (treze) membros titulares e 8 suplentes.	À publicação
522/2000	Osmar Dias	Tramitação conjunta dos PLS nºs 182 e 196/2000.	Aprovado
523/2000	Jefferson Péres	Tramitação conjunta dos PLS nºs 148 e 169/2000.	Aprovado
524/2000	Marina Silva	Licença para tratamento de saúde por 121 (cento e vinte e um) dias, a partir do dia 10.10.2000.	Aprovado
525/2000	Líderes (PSDB, PMDB, PFL e Bloco de Oposição)	Adiamento da discussão do PRS nº 27/2000, a fim de ser feita na sessão do dia 8.11.2000.	Aprovado
526/2000	José Fogaça	Dispensa de publicação do Parecer nº 953/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PDS nº 196/2000.	Aprovado

Número	Autor	Assunto	Resultado
527/2000	Jefferson Péres	Dispensa de publicação do Parecer nº 954/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PLS nº 17/2000-Complementar.	Aprovado
528/2000	Luiz Otávio	Constituição de uma Comissão Especial Temporária, composta de 17 (dezessete) membros titulares e igual número de suplentes, com a finalidade de examinar questões relativas à ocupação e ao desenvolvimento da Amazônia e propor projetos nesse sentido, considerando os problemas recentes suscitados pelo combate ao narcotráfico e preocupações quanto à preservação da biodiversidade da região.	Tramitando
529/2000	Sérgio Machado	Tramitação conjunta das PEC nºs 7/92 com as de nºs 42/99 e 26/2000.	Aprovado
530/2000	Jefferson Péres	Dispensa de publicação do Parecer nº 960/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PLC nº 21/2000.	Aprovado
531/2000	José Alencar	Desapensamento da PEC nº 2/2000 das PEC nºs 77/99, 22 4 28/2000.	Tramitando
532/2000	Francelino Pereira	Voto de Aplauso ao teatrólogo, ensaísta e jornalista Sábato Magaldi, pelo título de Professor Emérito que lhe foi outorgado pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo – USP.	À publicação
533/2000	Álvaro Dias	Homenagens pelo falecimento, ocorrido na manhã de 16.10.2000, do ex-Senador Ney Braga.	Aprovado
534/2000	Paulo Souto	Retirada da PEC nº 76/99.	Aprovado
535/2000	Antonio Carlos Magalhães, Carlos Patrocínio e Moreira Mendes	Homenagens de pesar pelo falecimento do Senhor Paulo Tarso Flecha de Lima, filho do Embaixador do Brasil em Roma, Paulo Tarso Flecha de Lima e Lúcia Flecha de Lima.	Aprovado
536/2000	Lúcio Alcântara e outros Senadores	Solicitam que a Hora do Expediente da sessão do próximo dia 22 de novembro seja destinada a homenagear a escritora Rachel de Queiroz pelo transcurso de seu nonagésimo aniversário de nascimento.	Aprovado Homenagem prestada
537/2000	José Alencar	Dispensa de publicação do Parecer nº 998/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PLS nº 338/99-Complementar.	Aprovado
538/2000	Antônio Carlos Valadares	Retirada do PLS nº 159/2000.	Aprovado
539/2000	Sebastião Rocha	Retirada do PLS nº 495/99.	Aprovado
540/2000	Sebastião Rocha	Retirada do PLS nº 496/99.	Aprovado

Número	Autor	Assunto	Resultado
541/2000	Bernardo Cabral	Voto de congratulações pelo transcurso, dia 24.10.2000, dos 152 anos de emancipação da Cidade de Manaus (AM) aos seguintes órgãos: a) Prefeitura daquela Capital; e b) Câmara de Vereadores de Manaus.	Aprovado
542/2000	Pedro Simon	Voto de pesar pelo falecimento do senhor Osny Duarte Pereira.	Aprovado
543/2000	Artur da Távola	Pedido de informações, ao Ministro das Comunicações, sobre as Rádios Nacionais da Amazônia e Rio de Janeiro.	Deferido pela Mesa em 5.12.2000 Aguardando atendimento
544/2000	Comissão de Educação	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 47/99.	Aprovado
545/2000	Pedro Simon	Pedido de informações, ao Ministro da Justiça, sobre prazos de instauração de averiguações preliminares e de processo administrativo devidos pela Secretaria de Direito Econômico - SDE, e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, em representação que especifica.	Deferido pela Mesa em 23.11.2000 Aguardando atendimento
546/2000	Pedro Simon	Transmissão, aos Chefes de Estado de Israel e da Autoridade Nacional Palestina e ao Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, manifestação de apoio do Senado Federal brasileiro às iniciativas que objetivem acordo de paz para a questão judaico-palestina no Oriente Médio, assim como o encaminhamento desta proposição ao Poder Executivo para conhecimento.	Tramitando
547/2000	Heloísa Helena	Pedido de informações, ao Ministro da Fazenda, relacionadas aos créditos lançados como "prejuízo" pelo Banco do Brasil nos últimos cinco anos.	Deferido pela Mesa em 23.11.2000 Aguardando atendimento
548/2000	Líderes (PFL, Bloco, PMDB) e do Senador Bernardo Cabral	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 43/2000.	Aprovado
549/2000	Heloísa Helena	Pedido de informações, ao Ministro da Fazenda, relacionadas à arrecadação de CPMF resultante das aplicações de investidores não residentes no mercado acionário brasileiro.	Deferido pela Mesa em 22.11.2000 Aguardando atendimento
550/2000	José Eduardo Dutra	Pedido de informações, ao Ministro das Minas e Energia, relacionadas à contratação da empresa Norueguesa PGS para operar o banco de dados geofícios da indústria do Petróleo.	Deferido pela Mesa em 22.11.2000 Aguardando atendimento
551/2000	Pedro Simon	Voto de pesar pelo falecimento do senhor Osny Duarte Pereira, ocorrido no dia 23.10.2000, na cidade do Rio de Janeiro	Aprovado
552/2000	Pedro Simon	Voto de louvor pela indicação da primeira mulher, a Juíza Ellen Grace Northfleet, para o cargo de Ministra do Supremo Tribunal Federal.	Aprovado

Número	Autor	Assunto	Resultado
553/2000	Lúcio Alcântara	Pedido de informações, ao Ministro da Fazenda, relativas às contas "CC-5", considerando as denúncias feitas à Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro Nacional sobre a sonegação fiscal e lavagem de dinheiro originário de atividades ilícitas como o narcotráfico e o contrabando.	Deferido pela Mesa em 22.11.2000 Aguardando atendimento
554/2000	Hugo Napoleão e Freitas Neto	Voto de pesar pelo falecimento do ex-Governador e ex-Senador Helvídio Nunes, ocorrido dia 3.11.2000.	Aprovado
555/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 76/2000.	Aprovado
556/2000	Ricardo Santos	Homenagens pelo falecimento do Dr. Jones dos Santos Neves Filho, ex-membro da Câmara dos Deputados, ocorrido dia 1º.11.2000.	Aprovado
557/2000	Gerson Camata	Dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos do Parecer nº 1.051, de 2000, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a MSF nº 211/2000.	Aprovado
558/2000	Romero Jucá	Pedido de informações, ao Presidente da Caixa Econômica Federal, através do Ministro da Fazenda, sobre a procedência da transferência de 1,6 bilhões da CEF para a Funcef, destinados à aposentadoria de 55.000 funcionários da CEF.	Deferido pela Mesa em 22.11.2000 Aguardando atendimento
559/2000	Edison Lobão	Adiamento da discussão do PRS nº 27/2000, a fim de que seja reexaminada pela CAE.	Aprovado
560/2000	Antonio Carlos Magalhães	Voto de congratulações a Sua Excelência Reverendíssima o Cardeal-Arcebispo Dom Eugênio Sales, pela passagem dos seus 80 anos de vida e que, do presente requerimento se dê conhecimento ao Governo do Estado do Rio de Janeiro e à Academia Brasileira de Letras.	Aprovado
561/2000	Roberto Saturnino	Pedido de informações, ao Ministro do Trabalho e Emprego, relativas ao ingresso e estabelecimento de estrangeiros para trabalhar no Brasil, no período de 1990 a 2000.	Deferido pela Mesa em 23.11.2000 Aguardando atendimento
562/2000	Paulo Souto	Dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos para inclusão em Ordem do Dia do Parecer nº 1065/2000 (recondução do Senhor José Mário Miranda Abdo, ao cargo de Diretor-Geral da ANEEL.	Aprovado
563/2000	Roberto Saturnino e Geraldo Melo	Voto de congratulações ao Professor e Economista Celso Furtado, no transcurso dos seus 80 anos de vida, e que a manifestação se estenda à Academia Brasileira de Letras pela exposição que hoje dedica a esse grande brasileiro.	Aprovado

Número	Autor	Assunto	Resultado
564/2000	Heloísa Helena	Pedido de informações, ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, sobre a contratação de serviços de pessoas físicas ou jurídicas, pelo Ministério e pelo INCRA, ou indiretamente através de organismos internacionais com recursos a eles transferidos.	Expedido Ofício SF nº 1.634/2000, ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, em 23.11.2000
565/2000	Heloísa Helena	Pedido de informações, ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, sobre a contratação de serviços de pessoas físicas ou jurídicas, pelo Ministério e pelo INCRA, ou indiretamente através de organismos internacionais com recursos a eles transferidos, para publicidade e comunicação social.	Expedido Ofício SF nº 1.635/2000, ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, em 23.11.2000
566/2000	Eduardo Suplicy	Voto de pesar pelo falecimento do ex-Prefeito da cidade de Santos, o Senhor David Capistrano Filho.	Aprovado
567/2000	Eduardo Suplicy e outros Senadores	Convocação do Sr. Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, para prestar, perante o plenário desta Casa, esclarecimentos sobre operações da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).	Retirado (RQS nº 609/2000)
567-A/2000	Lúcio Alcântara e Sérgio Machado	Voto de pesar pelo falecimento do ex-Senador Wilson Gonçalves.	Aprovado
568/2000	Antonio Carlos Magalhães e outros Senadores	Voto de pesar, com levantamento da sessão, pelo falecimento do Deputado Jairo Azi, ocorrido dia 12.11.2000.	Aprovado
569/2000	Líderes (Governo, PMDB, PPS, PSDB e PFL)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 39/2000.	Aprovado
570/2000	Edison Lobão	Audiência da CAE sobre o PLS nº 125/2000.	Aprovado
571/2000	Edison Lobão	Audiência da CCJ sobre o PLS nº 125/2000.	Aprovado
572/2000	José Alencar e outros Senadores	Prorrogação do prazo da Comissão criada pelo RQS nº 497/2000, por mais 01 (um) ano, ou seja, até 15.12.2001 (CPI do Futebol).	O RQS contém número de assinaturas suficientes para produzirem os seus efeitos (À publicação)
573/2000	Heloísa Helena	Pedido de informações, ao Ministro da Ciência e Tecnologia, sobre contratos e convênios entre o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INPE) e a Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espacial (FUNCATE).	Deferido pela Mesa em 5.12.2000 Aguardando atendimento
574/2000	José Fogaça	Dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos do Parecer nº 1.092/2000, da CCJ, a fim de que a MSF nº 231/2000 conste da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa (lido e aprovado em 21.11.2000).	Aprovado
575/2000	Moreira Mendes	Destaque para votação em separado da expressão "e a venda" constante do inciso III do art. 3º-A da subemenda da CCJ ao PLC nº 47/2000.	Aprovado

Número	Autor	Assunto	Resultado
576/2000	Moreira Mendes	Destaque para votação em separado da expressão "e o equivalente a 20% (vinte por cento) do total dos gastos, inclusive divulgação e promulgação, com esses patrocínios sejam destinados à produção e veiculação, em qualquer veículo, de comerciais educativos sobre os malefícios que o cigarro provoca, elaborados pelo Ministério da Saúde, e veiculados na mesma época em que ocorrer a divulgação do evento. (AC)", constante do parágrafo único do art. 3º-A da subemenda da CCJ ao PLC nº 47/2000.	Aprovado
577/2000	Heloísa Helena	Preferência para votação do art. 3º da Lei nº 9.294, de 1996, na redação dada pelo art. 1º do PLC nº 47/2000.	Aprovado
578/2000	Gerson Camata	Inserção nos Anais do Senado de voto de profundo pesar pelo falecimento do General Darcy Pacheco de Queiroz, ocorrido no dia 13.11.2000, no Estado do Espírito Santo.	Aprovado
579/2000	José Eduardo Dutra	Pedido de inteiro teor de documentos, ao Ministro da Integração Nacional, referentes à transposição do Rio São Francisco.	Deferido pela Mesa em 5.12.2000 Aguardando atendimento
580/2000	Líderes (PMDB, Bloco, Governo, PSDB) e do Senador Moreira Mendes	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 34/99.	Aprovado
581/2000	Geraldo Cândido	Pedido de informações, ao Ministro de Minas e Energia, sobre a celebração de contratos de prestação de serviços entre a Eletrobrás e as Universidades e Fundações sem fins lucrativos.	Deferido pela Mesa em 5.12.2000 Aguardando atendimento
582/2000	Líderes (Bloco, Governo, PFL, PMDB e PSDB)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 74/2000.	Aprovado
583/2000	Lúcio Alcântara e Paulo Hartung	Tramitação conjunta do PLC nº 39/2000 com os PLS nºs 185/99 e 238/2000.	Aprovado
584/2000	Ronaldo Cunha Lima	Voto de aplauso à organização do 33º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, realizado no período de 21 a 28.11.2000, em especial, aos cineastas paraibanos Linduarte Noronha, Vladimir Carvalho e o compositor Marcos Vinicius, que receberam homenagens especiais pelos seus trabalhos em prol do cinema brasileiro.	Aprovado
585/2000	Eduardo Siqueira Campos	Pedido de informações, ao Ministro da Fazenda, referentes à extensão das relações existentes entre o Banco Central, a rede bancária e a empresa SERASA.	Deferido Ad referendum da Mesa em 23.11.2000 Deferido pela Mesa em 5.12.2000 Aguardando atendimento
586/2000	Mozarildo Cavalcanti	Destaque para votação em separado da Emenda nº 2-CCJ, oferecida ao PDS nº 19/99.	Aprovado

Número	Autor	Assunto	Resultado
587/2000	Ademir Andrade	Dispensa de publicação do Parecer nº 1.034/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PDS nº 19/99.	Aprovado
588/2000	Comissão de Educação	Sobrestamento do Projeto de Decreto Legislativo nº 18/2000, a fim de aguardar o posicionamento final do Poder Judiciário sobre a matéria.	Aprovado
589/2000	Jefferson Péres e Nabor Júnior	Tramitação conjunta das PEC nºs 44 e 45/2000.	Aprovado
590/2000	Lúcio Alcântara	Retirada do PLS nº 608/99.	Tramitando
591/2000	Iris Rezende e José Fogaça	Dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos do Parecer nº 1.146/2000, da CCJ, sobre a MSF nº 208/2000.	Aprovado
592/2000	Iris Rezende e José Fogaça	Dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos do Parecer nº 1.147/2000, da CCJ, sobre a MSF nº 237/2000.	Aprovado
593/2000	Heloísa Helena	Convocação do Senhor Ministro do Desenvolvimento Agrário, a fim de que, perante o Plenário, preste informações sobre as providências tomadas pelo Ministério sobre os graves conflitos agrários no Brasil.	Tramitando
594/2000	José Roberto Arruda	Solicita que a convocação do Ministro-Chefe do Gabinete da Segurança Institucional da Presidência da República seja transferida para o âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.	Retirado verbalmente pelo autor (DSF de 30.11.2000 – páginas 23348 e 23349)
595/2000	Jefferson Péres	Adiamento da votação do RQS nº 567/2000 para a Sessão Deliberativa Ordinária do dia 5.12.2000.	Aprovado
596/2000	José Roberto Arruda	Solicita que a convocação do Ministro-Chefe do Gabinete da Segurança Institucional da Presidência da República seja transferida para o âmbito do Órgão de Controle e Fiscalização Externos da Política Nacional de Inteligência.	Aprovado
597/2000	Eduardo Suplicy	Dispensa de publicação do Parecer nº 1.164/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PLS nº 591/99-Complementar.	Aprovado
598/2000	Líderes (Governo, PFL, PMDB, e PSDB)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 38/2000.	Aprovado
599/2000	Carlos Patrocínio	Dispensa de publicação do Parecer nº 1.172/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PLC nº 1/99.	Aprovado
600/2000	Carlos Wilson	Pedido de informações, ao Ministro de Minas e Energia, relativas a liberação de recursos para financiar obras de eletrificação rural em Pernambuco, por meio da concessionária privada de energia elétrica estadual, sucessora da Celpe – o consórcio Guaraniana.	Deferido pela Mesa em 13.12.2000 Aguardando atendimento

Número	Autor	Assunto	Resultado
601/2000	Jorge Bornhausen e Geraldo Althoff	Votos de aplauso e congratulações ao tenista Gustavo Kuerten, que se sagrou campeão da Copa do Mundo de Tênis.	Aprovado
602/2000	Sebastião Rocha	Voto de pesar pelo falecimento, dia 4.12.2000, do Deputado Estadual do PMDB João Queiroga, no Estado do Amapá, no município de Laranjal do Jari.	Aprovado
603/2000	José Sarney e outros Senadores	Solicitam que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão de 12.12.2000 seja destinada às comemorações do centenário do Laudo Arbitral do Presidente da Confederação Suíça que fixou as fronteiras entre o Brasil e a Guiana Francesa e pelo qual o Brasil incorporou definitivamente ao seu território cerca de 200.000 Km ² .	Aprovado Homenagem prestada
604/2000	Jefferson Péres	Exame, pela CCJ, da constitucionalidade do substitutivo ao PLC nº 49/99, oferecido pela CAE, especialmente de seu art. 8º.	Retirado (RQS nº 661-A/2000)
605/2000	Romeu Tuma	Retirada do PLS nº 95/2000.	Tramitando
606/2000	Líderes (Governo, PFL, PSDB, PMDB e Bloco)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 31/99.	Aprovado
607/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 79/98.	Aprovado
608/2000	Tião Viana	Voto de censura ao governo fundamentalista do Afeganistão, que se autodenomina Emirado Islâmico do Afeganistão, apontando a indignação dos brasileiros com relação aos acontecimentos que vêm tendo lugar naquele país, onde é flagrante o desrespeito às mulheres, submetidas a toda espécie de maus-tratos e humilhações pelo regime Taliban.	Tramitando
609/2000	Jefferson Péres	Retirada do RQS nº 567/2000.	Aprovado
610/2000	Roberto Requião	Pedido de cópia, ao Ministro da Fazenda, do contrato e termos aditivos firmados entre a Caixa Econômica Federal e a empresa GTECH Brasil Ltda..	Tramitando
611/2000	Ronaldo Cunha Lima	Pedido de informações, ao Ministro da Justiça, acerca de todos os recursos liberados em favor do Estado da Paraíba, no âmbito daquele Ministério, nos últimos cinco anos, bem como os valores despendidos pelo Estado a título de contrapartida.	Tramitando
612/2000	Ronaldo Cunha Lima	Pedido de informações, ao Ministro da Saúde, acerca de todos os recursos liberados em favor do Estado da Paraíba, no âmbito daquele Ministério, nos últimos cinco anos, bem como os valores despendidos pelo Estado a título de contrapartida.	Tramitando

Número	Autor	Assunto	Resultado
613/2000	Ronaldo Cunha Lima	Pedido de informações, ao Ministro da Educação, acerca de todos os recursos liberados em favor do Estado da Paraíba, no âmbito daquele Ministério, nos últimos cinco anos, bem como os valores despendidos pelo Estado a título de contrapartida.	Tramitando
614/2000	Hugo Napoleão	Audiência da CCJ sobre o PDS nº 42/2000.	Tramitando
615/2000	Edison Lobão	Dispensa de publicação do Parecer nº 1.207/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PLS nº 42/2000-Complementar.	Aprovado
616/2000	Comissão de Educação	Pedido de informações, ao Ministro da Educação, relativas ao Programa Especial de Treinamento – PET.	Expedido Ofício SF nº 1.762/2000, ao Ministro da Educação, em 20.12.2000.
617/2000	Antônio Carlos Valadares	Pedido de informações, ao Ministro da Saúde, sobre o montante em reais dos recursos da CPMF transferidos este ano pela União, mês a mês, a partir de janeiro, ao Ministério da Saúde.	Tramitando
618/2000	Antônio Carlos Valadares	Pedido de informações, ao Ministro da Fazenda, relativas ao valor global da arrecadação da CPMF feita por todas as agências bancárias no período compreendido entre 1º de janeiro e 30 de novembro do corrente ano.	Tramitando
619/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 83/2000.	Aprovado
620/2000	Ademir Andrade	Pedido de informações, ao Ministro das Comunicações, sobre a regulamentação e o controle exercido sobre as concessionárias dos serviços de telecomunicações.	Tramitando
621/2000	Ademir Andrade	Pedido de informações, ao Ministro da Justiça, sobre o controle exercido nas propagandas veiculadas na imprensa pelas companhias de telecomunicações.	Tramitando
622/2000	Líderes (Governo, Bloco, PSDB, PMDB e PFL)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 112/2000.	Aprovado
623/2000	Líderes (Governo, Bloco, PSDB, PMDB e PFL)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 114/2000-Complementar.	Aprovado
624/2000	Líderes (Governo, Bloco, PSDB, PMDB e PFL)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o Substitutivo da Câmara ao PLS nº 219/95-Complementar.	Aprovado
625/2000	Líderes (Governo, PSDB, PMDB e PFL)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 115/2000.	Aprovado
626/2000	Líderes (Governo, PSDB, PMDB e PFL)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 84/2000.	Aprovado
627/2000	Líderes (Governo, PSDB, PMDB e PFL)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PDS nº 277/2000.	Aprovado
628/2000	Líderes (Governo, PSDB, PMDB e PFL)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 32/2000.	Aprovado

Número	Autor	Assunto	Resultado
629/2000	Líderes (Bloco, PPS, PFL e PMDB)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 10/2000.	Aprovado
630/2000	Comissão de Educação	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 42/2000.	Aprovado
631/2000	Sérgio Machado e outros Senadores	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 49/99.	Aprovado
632/2000	Antonio Carlos Valadares e Carlos Patrocínio	Retirada da Emenda nº 1-Plen ao PRS nº 79/2000.	Aprovado
633/2000	Sérgio Machado	Adiamento da discussão do PLC nº 80/96, para exame da CAE.	Aprovado
634/2000	Heloísa Helena	Adiamento da discussão do PRS nº 77/2000, a fim de que seja feita na sessão de 14.12.2000.	Aprovado
635/2000	Lauro Campos	Dispensa de publicação do Parecer nº 1.231/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PDS nº 40/2000.	Aprovado
636/2000	Hugo Napoleão	Dispensa de publicação do Parecer nº 1.232/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PDS nº 124/2000.	Aprovado
637/2000	Gerson Camata	Inserção nos Anais desta Casa de voto de profundo pesar pelo falecimento da senhora Virgínia Aguiar dos Santos, genitora do Senador Ricardo Santos.	À publicação
638/2000	Sérgio Machado	Homenagens pelo falecimento da senhora Virgínia Aguiar dos Santos, mãe do Senador Ricardo Santos.	À publicação
639/2000	Roberto Freire	Instalação de uma Comissão Temporária Interna do Senado Federal, composta de cinco Senadores e igual número de suplentes, para acompanhar, durante 24 meses, as relações bilaterais, particularmente as comerciais, entre o Brasil e o Canadá, tendo em vista os contenciosos nas relações de comércio internacional entre esses dois Países.	Aprovado
640/2000	Gilvam Borges	Dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos, para o Parecer nº 1.241/2000, da CE, sobre o PDS nº 275/2000.	Aprovado
641/2000	Gilvam Borges	Dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos, para o Parecer nº 1.242/2000, da CE, sobre o PDS nº 276/2000.	Aprovado
642/2000	Romeu Tuma	Dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos, para o Parecer nº 1.246/2000, da CE, sobre o PDS nº 220/2000.	Aprovado
643/2000	Nabor Júnior	Dispensa de publicação do Parecer nº 1.255/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PLC nº 74/2000.	Aprovado
644/2000	Líderes (Governo, PMDB, PSDB e PFL)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para a MSF nº 253/2000.	Aprovado

Número	Autor	Assunto	Resultado
645/2000	Líderes (Governo, PMDB, PSDB e PFL)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para a MSF nº 254/2000.	Aprovado
646/2000	Líderes (Governo, PMDB, PSDB e PFL)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para a MSF nº 255/2000.	Aprovado
647/2000	Líderes (Governo, PMDB, PSDB e PFL)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para a MSF nº 256/2000.	Aprovado
648/2000	Líderes (Governo, PMDB, PFL e PSDB)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 86/2000.	Aprovado
649/2000	Líderes (PSDB, PMDB, Bloco e PFL) e Juvêncio Dias	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 116/2000.	Aprovado
650/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 74/2000.	Aprovado
651/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 85/2000.	Aprovado
652/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 75/2000.	Aprovado
653/2000	Líderes (Governo, PMDB, PSDB e PFL)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para a MSF nº 245/2000.	Aprovado
654/2000	José Roberto Arruda	Votação em globo dos dispositivos favoráveis ao Substitutivo da Câmara ao PLS nº 219/95-Complementar.	Aprovado
655/2000	José Roberto Arruda	Votação em globo dos dispositivos, de parecer contrário, do Substitutivo da Câmara ao PLS nº 219/95-Complementar.	Aprovado
656/2000	Hugo Napoleão	Dispensa de publicação do Parecer nº 1.264/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PDS nº 131/2000.	Aprovado
657/2000	Artur da Távola	Dispensa de publicação do Parecer nº 1.265/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PDS nº 140/2000.	Aprovado
658/2000	Lúdio Coelho	Dispensa de publicação do Parecer nº 1.266/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PDS nº 182/2000.	Aprovado
658-A/2000	Maguito Vilela	Voto de aplausos e congratulações ao atleta Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, que acaba de receber da FIFA o título de "Jogador do Século".	Deferido
659/2000	Bernardo Cabral	Destaque para votação em separado da Emenda nº 17-Plen ao PLC nº 49/99.	Aprovado
660/2000	Jefferson Péres	Destaque para votação em separado do art. 8º do Substitutivo ao PLC nº 49/99.	Aprovado
661/2000	Paulo Souto	Destaque para votação em separado da Emenda nº 18-Plen ao PLC nº 49/99.	Aprovado
661-A/2000	Jefferson Péres	Retirada do RQS nº 604/2000.	Aprovado
662/2000	Paulo Souto	Retirada da Emenda nº 18-Plen. ao PLC nº 49/99.	Aprovado

Número	Autor	Assunto	Resultado
663/2000	Líderes (Bloco, PMDB, PFL e PSDB)	Extinção de Urgência para o PLC nº 117/2000.	Aprovado
664/2000	Líderes (PMDB, Governo, PFL e PSDB)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para a MSF nº 248/2000.	Aprovado
665/2000	José Roberto Arruda e outros Senadores	Extinção de Urgência para o PRS nº 75/2000.	Prejudicado pela falta de Quorum
666/2000	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	Tramitação conjunta dos PLS nºs 222/99 e 186/2000.	Tramitando
667/2000	Comissão de Serviços de Infra-Estrutura	Pedido de informações, ao TCU, sobre o resultado das providências determinadas à Agência Nacional de Petróleo na Decisão nº 351/99, daquela Corte de Contas.	Tramitando
668/2000	Comissão de Serviços de Infra-Estrutura	Pedido de informações, ao Ministro das Comunicações, através do Presidente da Anatel, sobre questões levantadas e pendentes de explicação constantes do Relatório apresentado pela Ouvidoria da Agência Nacional de Telecomunicações.	Tramitando

f.3) de licença

Número	Autor	Assunto	Resultado
301/2000	João Alberto Souza	Licença para tratamento de saúde, por 130 (cento e trinta) dias, a partir de 22.5.2000.	Deferido
304/2000	Carlos Wilson	Licença para tratamento de saúde por 6 (seis) dias, no período de 26 a 31.5.2000.	Deferido
305/2000	Carlos Wilson	Licença para tratar de interesses particulares por 115 (cento e quinze) dias, a partir de 1º.6.2000.	Deferido
423/2000	Ernandes Amorim	Licença para tratamento de saúde no período de 27 a 31.7.2000.	Aprovado
424/2000	Ernandes Amorim	Licença para tratar de interesses particulares no período de 1.8 a 28.11.2000.	Aprovado
453/2000	Mauro Miranda	Licença pelo prazo de 122 (cento e vinte e dois) dias, a partir de 19 de agosto de 2000, a fim de tratar de interesses particulares.	Aprovado
454/2000	Casildo Maldaner	Licença, pelo prazo de 121 (cento e vinte e um) dias, no período de 18 de agosto a 16 de dezembro de 2000, para tratar de interesses particulares.	Aprovado
512/2000	João Alberto Souza	Prorrogação de licença para tratamento de saúde no período de 29.9 a 5.10.2000.	Aprovado
524/2000	Marina Silva	Licença para tratamento de saúde por 121 (cento e vinte e um) dias, a partir do dia 10.10.2000.	Aprovado

g) INDICAÇÕES

g.1) De Sessões Legislativas anteriores

Número	Autor	Ementa	Resultado
6/95	Romero Jucá	Sugere que a Comissão de Assuntos Econômicos, a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em conjunto, criem uma subcomissão mista temporária, para estudar e consolidar a legislação agrária, agrícola e ambiental.	Tramitando
11/95	Romero Jucá	Solicita que a Comissão de Assuntos Sociais apresente estudos e providências no sentido de redefinir e consolidar a legislação federal e estadual sobre o meio ambiente.	Tramitando
1/97	Leomar Quintanilha	Sugere a realização de Seminário sobre Manipulações Genéticas, a ser promovido pelo Senado Federal, com a participação de representantes do Poder Executivo, do Poder Judiciário, da comunidade científica brasileira e da sociedade civil.	Parecer nº 335/99, do Sr. Carlos Patrocínio, favorável, aprovado na Reunião da Mesa de 8.6.99 (DSF de 10.6) e encaminhado à publicação em 9.6.99 (DSF de 18.6). A matéria não será submetida ao Plenário, por ser de competência administrativa da Comissão Diretora.
2/97	Jader Barbalho	Questão de ordem quanto à possibilidade de os Senadores membros de CPI apresentarem emendas a Relatório.	Tramitando
1/99	Emilia Fernandes	Sugere a realização de Seminário sobre a Violência na Juventude, a ser promovido pelo Senado Federal, com a participação de representantes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e da sociedade.	Tramitando
2/99	Luzia Toledo	Sugere o patrocínio de concurso de monografias sobre o Senado Federal, tendo como objetivo a divulgação, para o público externo, de conhecimentos sobre a Casa por meio dos conteúdos que enumera.	Tramitando

g.2) Da presente Sessão Legislativa

Número	Autor	Ementa	Resultado
1/2000	Mauro Miranda	Sugere à Comissão de Assuntos Sociais a realização de seminário sobre questão habitacional.	Tramitando

h) PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

h.1) De Sessão Legislativa anterior

Número	Autor	Assunto	Resultado
¹ ² ³ ⁴ 1/97	Comissão de Fiscalização e Controle	Solicita ao Tribunal de Contas da União - TCU a realização de auditorias nos seguintes órgãos e instituições financeiras: Tesouro Nacional, bancos oficiais federais, PIN, PROTERRA, FINAM, SUDAM, SUDENE, FINOR, SUFRAMA, BNDES e INCRA.	Tramitando

¹ Não constou dos relatórios anteriores.

² Em 2.3.99, foram anexados, ao seu processado, os Avisos nºs **785**, de 5.12.97; **824**, de 15.12.97; **826**, de 16.12.97; **827**, de 16.12.97; **388**, de 19.6.98; **900**, de 15.12.98; **25**, de 4.2.99; **51**, de 11.2.99; e **53**, de 11.2.99, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópias de Decisões do Tribunal, relatórios e votos respectivos. (DSF de 3.3.99)

³ Em 9.4.99, foi anexado, ao seu processado, o Aviso nº **143**, de 26.3.99, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópias de Decisões do Tribunal, relatórios e votos respectivos. (DSF de 10.04.99)

⁴ Em 5.8.99, foi anexado, ao seu processado, o Aviso nº **646**, de 15.7.99, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia de Decisão do Tribunal, relatórios e votos respectivos. (DSF de 6.08.99)

i) PARECERES

Da Mesa	90
Comissão Diretora	398
Comissão de Assuntos Econômicos	127
Comissão de Assuntos Sociais	70
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	141
Comissão de Educação	330
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	46
Comissão de Serviços de Infra-Estrutura	16
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar	6
De Plenário	39
TOTAL	1263

Incluídos em Ordem do Dia como proposições – art. 228 do RISF	
Numerados	48
Sem número	4
TOTAL	52

i.1) Emitidos pela Mesa e lidos em Plenário

Número	Relator	Matéria
194	Nabor Júnior	RQS nº 62/2000.
195	Nabor Júnior	RQS nº 66/2000.
196	Nabor Júnior	RQS nº 67/2000.
197	Nabor Júnior	RQS nº 69/2000.
255	Carlos Patrocínio	RQS nº 71/2000.
256	Carlos Patrocínio	RQS nº 73/2000.
257	Carlos Patrocínio	RQS nº 80/2000.
258	Carlos Patrocínio	RQS nº 82/2000.
259	Carlos Patrocínio	RQS nº 83/2000.
260	Carlos Patrocínio	RQS nº 89/2000.
261	Carlos Patrocínio	RQS nº 96/2000.
262	Carlos Patrocínio	RQS nº 97/2000.
263	Carlos Patrocínio	RQS nº 102/2000.
264	Carlos Patrocínio	RQS nº 104/2000.
265	Carlos Patrocínio	RQS nº 106/2000.
454	Carlos Patrocínio	RQS nº 135/2000.
455	Carlos Patrocínio	RQS nº 137/2000.
456	Carlos Patrocínio	RQS nº 139/2000.
457	Carlos Patrocínio	RQS nº 140/2000.
458	Nabor Júnior	RQS nº 162/2000.
459	Nabor Júnior	RQS nº 163/2000.
460	Nabor Júnior	RQS nº 166/2000.
461	Nabor Júnior	RQS nº 169/2000.
462	Nabor Júnior	RQS nº 170/2000.

Número	Relator	Matéria
463	Carlos Patrocínio	RQS nº 200/2000.
464	Carlos Patrocínio	RQS nº 201/2000.
465	Nabor Júnior	RQS nº 202/2000.
466	Nabor Júnior	RQS nº 203/2000.
507	Carlos Patrocínio	RQS nº 206/2000.
508	Carlos Patrocínio	RQS nº 207/2000.
509	Carlos Patrocínio	RQS nº 210/2000.
510	Carlos Patrocínio	RQS nº 212/2000.
511	Carlos Patrocínio	RQS nº 213/2000.
512	Carlos Patrocínio	RQS nº 227-A/2000.
513	Carlos Patrocínio	RQS nº 247/2000.
580	Geraldo Melo	RQS nº 252/2000.
581	Geraldo Melo	RQS nº 258/2000.
582	Geraldo Melo	RQS nº 273/2000.
583	Geraldo Melo	RQS nº 274/2000.
584	Geraldo Melo	RQS nº 276/2000.
585	Casildo Maldaner	RQS nº 282/2000.
586	Casildo Maldaner	RQS nº 284/2000.
587	Casildo Maldaner	RQS nº 285/2000.
588	Geraldo Melo	RQS nº 290/2000.
770	Geraldo Melo	RQS nº 296/2000.
771	Geraldo Melo	RQS nº 303/2000.
772	Carlos Patrocínio	RQS nº 312/2000.
773	Carlos Patrocínio	RQS nº 313/2000.
774	Carlos Patrocínio	RQS nº 314/2000.
775	Carlos Patrocínio	RQS nº 315/2000.
776	Carlos Patrocínio	RQS nº 317/2000.
777	Carlos Patrocínio	RQS nº 345/2000.
804	Casildo Maldaner	RQS nº 326/2000.
805	Casildo Maldaner	RQS nº 327/2000.
806	Geraldo Melo	RQS nº 328/2000.
807	Casildo Maldaner	RQS nº 329/2000.
808	Casildo Maldaner	RQS nº 333/2000.
809	Casildo Maldaner	RQS nº 334/2000.
810	Geraldo Melo	RQS nº 338/2000.
827	Casildo Maldaner	RQS nº 320/2000.
849	Carlos Patrocínio	RQS nº 414/2000.
850	Carlos Patrocínio	RQS nº 415/2000.
895	Carlos Patrocínio	RQS nº 432/2000.
896	Geraldo Melo	RQS nº 456/2000.
897	Geraldo Melo	RQS nº 457/2000.
898	Carlos Patrocínio	RQS nº 460/2000.
961	Geraldo Melo	RQS nº 455/2000.
962	Carlos Patrocínio	RQS nº 470/2000.
963	Carlos Patrocínio	RQS nº 471/2000.
964	Carlos Patrocínio	RQS nº 472/2000.
965	Geraldo Melo	RQS nº 473/2000.
966	Geraldo Melo	RQS nº 481/2000.
967	Geraldo Melo	RQS nº 489/2000.
1.028	Nabor Júnior	RQS nº 514/2000.
1.121	Nabor Júnior	RQS nº 549/2000.

Número	Relator	Matéria
1.122	Nabor Júnior	RQS nº 550/2000.
1.123	Geraldo Melo	RQS nº 553/2000.
1.124	Geraldo Melo	RQS nº 558/2000.
1.125	Nabor Júnior	RQS nº 564/2000.
1.126	Nabor Júnior	RQS nº 565/2000.
1.135	Geraldo Melo	RQS nº 545/2000.
1.136	Geraldo Melo	RQS nº 547/2000.
1.137	Geraldo Melo	RQS nº 561/2000.
1.197	Geraldo Melo	RQS nº 543/2000.
1.198	Carlos Patrocínio	RQS nº 573/2000.
1.199	Carlos Patrocínio	RQS nº 579/2000.
1.200	Carlos Patrocínio	RQS nº 581/2000.
1.201	Carlos Patrocínio	RQS nº 585/2000.
1.252	Nabor Júnior	RQS nº 600/2000.
1.253	Ademir Andrade	RQS nº 616/2000.

i.2) Emitidos pelas Comissões e pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e lidos em Plenário:

i.2.1) COMISSÃO DIRETORA

Número	Relator	Matéria
93	Geraldo Melo	Redação final do PDS nº 50/99.
94	Geraldo Melo	Redação final do PDS nº 51/99.
95	Geraldo Melo	Redação final do PDS nº 68/99.
103	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 108/98.
104	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 96/99.
105	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 104/99.
112	Geraldo Melo	Redação final do PDS nº 59/99.
113	Geraldo Melo	Redação final do PDS nº 101/99.
114	Geraldo Melo	Redação final do PDS nº 102/99.
116	Ademir Andrade	Redação final do PDS nº 44/2000.
134	Geraldo Melo	Redação do vencido do Substitutivo do Senado ao PLC nº 37/96.
135	Lúdio Coelho	Redação final do PDS nº 128/99.
136	Lúdio Coelho	Redação final do PDS nº 11/2000.
137	Lúdio Coelho	Redação final do PRS nº 12/2000.
141	Geraldo Melo	Redação final do PDS nº 52/99.
142	Geraldo Melo	Redação final do PDS nº 140/99.
146	Carlos Patrocínio	Redação final do PRS nº 20/2000.
147	Carlos Patrocínio	Redação final do PRS nº 21/2000.
177	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 292/99.
178	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS nº 37/2000.
180	Nabor Júnior	Redação final do PRS nº 19/2000.
181	Nabor Júnior	Redação final do PDS nº 54/99.
182	Nabor Júnior	Redação final do PDS nº 97/99.
183	Carlos Patrocínio	Redação final do PDS nº 35/2000.

Número	Relator	Matéria
184	Carlos Patrocínio	Redação final do PDS nº 36/2000.
199	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 57/99.
200	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 79/99.
201	Carlos Patrocínio	Redação final do PDS nº 95/99.
202	Carlos Patrocínio	Redação final do PDS nº 98/99.
222	Geraldo Melo	Redação final do PDS nº 164/99.
223	Geraldo Melo	Redação final do PDS nº 215/99.
224	Geraldo Melo	Redação final do PDS nº 297/99.
225	Geraldo Melo	Redação final do PRS nº 13/2000.
241	Geraldo Melo	Redação final do PDS nº 228/99.
242	Geraldo Melo	Redação final do PDS nº 230/99.
243	Geraldo Melo	Redação final do PLS nº 464/99-Complementar.
248	Geraldo Melo	Redação final do PDS nº 53/99.
249	Geraldo Melo	Redação final do PDS nº 89/99.
250	Geraldo Melo	Redação final do PDS nº 100/99.
251	Geraldo Melo	Redação final do PDS nº 25/2000.
252	Geraldo Melo	Redação final do PRS nº 22/2000.
277	Lúdio Coelho	Redação final do PDS nº 55/95.
279	Nabor Júnior	Redação final do PDS nº 249/99.
280	Geraldo Melo	Redação final do PLS nº 671/99-Complementar.
281	Geraldo Melo	Redação final do PLS nº 679/99.
282	Geraldo Melo	Redação final do PLS nº 680/99.
283	Nabor Júnior	Redação final do PDS nº 254/99.
284	Nabor Júnior	Redação final do PDS nº 260/99.
285	Nabor Júnior	Redação final do PDS nº 682/99.
296	Ademir Andrade	Redação final do PLS nº 64/96.
301	Carlos Patrocínio	Redação final do PDS nº 62/99.
302	Carlos Patrocínio	Redação final do PDS nº 63/99.
303	Carlos Patrocínio	Redação final do PDS nº 65/99.
304	Carlos Patrocínio	Redação final do PLS nº 684/99-Complementar.
305	Geraldo Melo	Redação final do PDS nº 70/99.
306	Geraldo Melo	Redação final do PDS nº 87/99.
307	Geraldo Melo	Redação final do PDS nº 147/99.
308	Geraldo Melo	Redação final do PDS nº 255/99.
317	Nabor Júnior	Redação final do PDS nº 29/94.
318	Nabor Júnior	Redação final do PDS nº 86/99.
319	Nabor Júnior	Redação final do PDS nº 110/99.
322	Nabor Júnior	Redação final do PLC nº 4/2000-Complementar.
323	Nabor Júnior	Redação final do PRS nº 23/2000.
324	Nabor Júnior	Redação final do PRS nº 24/2000.
327	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 111/99.
328	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 138/99.
329	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 142/99.
330	Ronaldo Cunha Lima	Redação final das Emendas do Senado ao PLC nº 43/99-Complementar.
331	Carlos Patrocínio	Redação final do PDS nº 143/99.
332	Carlos Patrocínio	Redação final do PDS nº 148/99.
333	Carlos Patrocínio	Redação final do PDS nº 149/99.
342	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PLC nº 6/2000.

Número	Relator	Matéria
343	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS nº 26/2000.
344	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 150/99.
345	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 154/99.
346	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 17/98.
347	Nabor Júnior	RQS nº 114/2000.
348	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 163/99.
349	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 165/99.
361	Geraldo Melo	Redação final das Emendas do Senado do PLC nº 5/2000.
361-A	Geraldo Melo	Redação final do PDS nº 216/99.
365	Geraldo Melo	Redação final do PRS nº 32/2000.
366	Geraldo Melo	Redação final do PRS nº 33/2000.
367	Geraldo Melo	Redação final do PRS nº 34/2000.
368	Geraldo Melo	Redação final do PDS nº 221/99.
369	Geraldo Melo	Redação final do PLC nº 39/97.
391	Casildo Maldaner	Redação final do PRS nº 35/2000.
393	Casildo Maldaner	Redação final do PRS nº 36/2000.
394	Carlos Patrocínio	Redação final do PDS nº 141/99.
395	Carlos Patrocínio	Redação final do PDS nº 75/99.
396	Carlos Patrocínio	Redação final do PDS nº 104/96.
397	Carlos Patrocínio	Redação final do PDS nº 99/99.
398	Carlos Patrocínio	Redação final do PDS nº 107/99.
401	Nabor Júnior	Redação final do PDS nº 71/2000.
402	Nabor Júnior	Redação final do PDS nº 137/99.
403	Nabor Júnior	Redação final do PDS nº 139/99.
404	Geraldo Melo	Redação final do PDS nº 67/99.
405	Geraldo Melo	Redação final do PDS nº 74/99.
406	Lúdio Coelho	Redação final do PDS nº 78/99.
407	Lúdio Coelho	Redação final do PDS nº 88/99.
408	Geraldo Melo	Redação final do PDS nº 92/99.
409	Casildo Maldaner	Redação final do PLC nº 24/98.
414	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS nº 38/2000.
415	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS nº 39/2000.
416	Carlos Patrocínio	Redação final do PRS nº 40/2000.
417	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS nº 41/2000.
418	Carlos Patrocínio	Redação final do PRS nº 42/2000.
419	Jonas Pinheiro	Redação final do PRS nº 44/2000.
420	Jonas Pinheiro	Redação final do PRS nº 45/2000.
421	Jonas Pinheiro	Redação final do PRS nº 46/2000.
423	Jonas Pinheiro	Redação final do PRS nº 47/2000.
424	Jonas Pinheiro	Redação final do PRS nº 48/2000.
426	Jonas Pinheiro	Redação final do PLS nº 49/2000.
427	Jonas Pinheiro	Redação final do PRS nº 43/2000.
428	Nabor Júnior	Redação final do PDS nº 113/99.
429	Nabor Júnior	Redação final do PDS nº 153/99.
430	Nabor Júnior	Redação final do PDS nº 167/99.
431	Nabor Júnior	Redação final do PLC nº 59/99.
447	Geraldo Melo	Redação do vencido do Substitutivo ao PLS nº 54/99.

Número	Relator	Matéria
449	Nabor Júnior	Redação final do PDS nº 114/99.
450	Nabor Júnior	Redação final do PDS nº 191/99.
451	Nabor Júnior	Redação final do PDS nº 207/99.
452	Eduardo Suplicy	Redação final do PDS nº 259/99.
453	Ademir Andrade	Redação final do PLS nº 620/99.
474	Carlos Patrocínio	Redação final do PDS nº 64/99.
475	Carlos Patrocínio	Redação final do PDS nº 103/99.
476	Carlos Patrocínio	Redação final do PDS nº 115/99.
477	Carlos Patrocínio	Redação final do PDS nº 146/99.
478	Casildo Maldaner	Redação final do PDS nº 209/99.
479	Carlos Patrocínio	Redação final do PDS nº 222/99.
495	Carlos Patrocínio	Redação final do PDS nº 66/99.
496	Carlos Patrocínio	Redação final do PDS nº 144/99.
497	Carlos Patrocínio	Redação final do PDS nº 175/99.
498	Carlos Patrocínio	Redação final do Substitutivo da Câmara ao PLS nº 27/95.
499	Carlos Patrocínio	Redação final do PRS nº 28/2000.
500	Carlos Patrocínio	Redação final do PDS nº 109/99.
501	Carlos Patrocínio	Redação final do PDS nº 181/99.
502	Carlos Patrocínio	Redação final do PRS nº 29/2000.
503	Geraldo Melo	Redação final do PRS nº 50/2000.
504	Geraldo Melo	Redação final do PDS nº 155/99.
505	Geraldo Melo	Redação final do PDS nº 182/99.
506	Geraldo Melo	Redação final do PRS nº 30/2000.
528	Geraldo Melo	Redação final do PDS nº 172/99.
529	Geraldo Melo	Redação final do PDS nº 185/99.
530	Geraldo Melo	Redação final do PDS nº 245/99.
532	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 188/99.
533	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 194/99.
534	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 46/2000.
534-A	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 190/99.
537	Geraldo Melo	Redação do vencido, para turno suplementar, do Substitutivo ao PLS nº 687/99.
546	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 166/99.
547	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 173/99.
548	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 224/99.
556	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 46/96.
557	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 176/99.
558	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PLC nº 33/99.
560	Ademir Andrade	Redação final do PDS nº 134/98.
561	Ademir Andrade	Redação final do PDS nº 186/99.
562	Ademir Andrade	Redação final do PDS nº 51/2000.
573	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS nº 55/2000.
575	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS nº 56/2000.
576	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 78/97.
577	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 203/99.
578	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 33/2000.
579	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 79/2000.
590	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 198/99.

Número	Relator	Matéria
593	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 56/99.
594	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 204/99.
595	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 63/94.
596	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 208/99.
597	Marluce Pinto	Redação final do PDS nº 41/2000.
624	Nabor Júnior	Redação final do PDS nº 116/95.
625	Nabor Júnior	Redação final do PDS nº 193/99.
628	Nabor Júnior	Redação final do PDS nº 43/2000.
630	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 12/95.
631	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 206/99.
632	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 9/2000.
636	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS nº 37/2000.
652	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 5/96.
653	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 50/96.
654	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 49/2000.
657	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 25/94.
658	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 66/94.
659	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 196/99.
660	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 51/2000.
683	Nabor Júnior	Redação do vencido, para turno suplementar, do Substitutivo ao PRS nº 8/2000.
685	Nabor Júnior	Redação final do Substitutivo ao PRS nº 8/2000.
686	Nabor Júnior	Redação final do PRS nº 59/2000.
687	Nabor Júnior	Redação final do PRS nº 61/2000.
688	Carlos Patrocínio	Redação final do PRS nº 63/2000.
689	Ronaldo Cunha Lima	Redação do vencido, para turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao PLC nº 73/97.
690	Nabor Júnior	Redação final do PDS nº 219/99.
691	Nabor Júnior	Redação final do PDS nº 237/99.
692	Lúdio Coelho	Redação final do PDS nº 239/99.
693	Nabor Júnior	Redação final do PDS nº 244/99.
694	Nabor Júnior	Redação final do PDS nº 269/99.
695	Nabor Júnior	Redação final do PDS nº 279/99.
696	Nabor Júnior	Redação final do PDS nº 52/2000.
697	Nabor Júnior	Redação final do PDS nº 93/2000.
698	Carlos Patrocínio	Redação final do PLC nº 27/99.
699	Nabor Júnior	Redação final do PDS nº 47/2000.
700	Nabor Júnior	Redação final do PDS nº 126/2000.
704	Eduardo Suplicy	Redação final do PDS nº 186/95.
705	Eduardo Suplicy	Redação final do PDS nº 232/99.
706	Eduardo Suplicy	Redação final do PDS nº 233/99.
714	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PLC nº 23/2000.
715	Ronaldo Cunha Lima	Redação do vencido, para turno suplementar, do Substitutivo ao PRS nº 25/2000.
716	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS nº 64/2000.
717	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS nº 65/2000.
718	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 48/2000.
719	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 201/99.
720	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 243/99.

Número	Relator	Matéria
721	Casildo Maldaner	Redação final do PDS nº 74/2000.
722	Carlos Patrocínio	Redação final do PLC nº 22/2000-Complementar.
724	Carlos Patrocínio	Redação final do PRS nº 66/2000.
734	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 275/99.
735	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 287/99.
736	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 78/2000.
737	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 90/2000.
738	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 133/2000.
739	Geraldo Melo	Redação final do PLC nº 27/2000.
740	Geraldo Melo	Redação final do PRS nº 67/2000.
741	Geraldo Melo	Redação final do PRS nº 68/2000.
743	Geraldo Melo	Redação final do PRS nº 60/2000.
744	Geraldo Melo	Redação final do PRS nº 62/2000.
745	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do Substitutivo ao PRS nº 25/2000.
752	Carlos Patrocínio	Redação final do PLC nº 30/2000.
755	Carlos Patrocínio	Redação final do PLC nº 31/2000.
756	Carlos Patrocínio	Redação final do PLC nº 24/2000.
759	Carlos Patrocínio	Redação final do PRS nº 69/2000.
760	Carlos Patrocínio	Redação final do PDS nº 48/98.
761	Carlos Patrocínio	Redação final do PDS nº 157/99.
762	Carlos Patrocínio	Redação final do PDS nº 177/99.
763	Carlos Patrocínio	Redação final do PDS nº 234/99.
764	Carlos Patrocínio	Redação final do PDS nº 277/99.
765	Carlos Patrocínio	Redação final do PDS nº 7/2000.
767	Carlos Patrocínio	Redação final do PRS nº 70/2000.
792	Casildo Maldaner	Redação final do PLC nº 37/99.
793	Casildo Maldaner	Redação final do PDS nº 6/98.
794	Carlos Patrocínio	Redação do vencido, para turno suplementar, do Substitutivo do PLS nº 124/99-Complementar.
797	Eduardo Suplicy	Redação final do PLC nº 54/97.
803	Geraldo Melo	RQS nº 395/99.
813	Nabor Júnior	Redação final do PLS nº 245/99.
823	Nabor Júnior	Redação final do PDS nº 48/2000.
826	Nabor Júnior	Redação final do PDS nº 159/2000.
832	Ronaldo Cunha Lima	Redação final da Emenda do Senado ao PLC nº 36/2000.
883	Carlos Patrocínio	Redação final do PDS nº 189/99.
884	Carlos Patrocínio	Redação final do PDS nº 70/2000.
885	Carlos Patrocínio	Redação final do PDS nº 85/2000.
886	Carlos Patrocínio	Redação final do PDS nº 87/2000.
887	Carlos Patrocínio	Redação final do PDS nº 99/2000.
888	Carlos Patrocínio	Redação final do PDS nº 108/2000.
889	Carlos Patrocínio	Redação final do PDS nº 110/2000.
890	Carlos Patrocínio	Redação final do PLS nº 115/96.
894	Nabor Júnior	Redação final do PDS nº 218/99.
899	Geraldo Melo	Redação final do PLC nº 58/99.
901	Nabor Júnior	Redação final do PDS nº 10/2000.
902	Nabor Júnior	Redação final do PDS nº 14/2000.
903	Ademir Andrade	Redação final do Substitutivo ao PLS nº 54/99.

Número	Relator	Matéria
904	Geraldo Melo	Redação final do PLS nº 297/91.
905	Jonas Pinheiro	Redação final do PRS nº 73/2000.
924	Ronaldo Cunha Lima	Redação do vencido do Substitutivo do Senado ao PLC nº 45/2000-Complementar.
925	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 217/99.
926	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 173/2000.
929	Ronaldo Cunha Lima	Redação final das Emendas do Senado ao PLC nº 102/96.
930	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 38/2000.
931	Ronaldo Cunha Lima	Redação do vencido do Substitutivo ao PRS nº 134/99.
934	Lúdio Coelho	Redação final do PLC nº 49/2000.
935	Lúdio Coelho	Redação final do PDS nº 82/2000.
936	Lúdio Coelho	Redação final do PDS nº 190/2000.
938	Geraldo Melo	Redação final do PDS nº 136/2000.
945	Geraldo Melo	PRS nº 96/95.
953	Geraldo Melo	Redação final do PDS nº 196/2000.
954	Geraldo Melo	Redação final do PLS nº 17/2000-Complementar.
955	Carlos Patrocínio	Redação final do PDS nº 219/2000.
956	Carlos Patrocínio	Redação final do PDS nº 184/95.
957	Carlos Patrocínio	Redação final do PDS nº 68/2000.
958	Carlos Patrocínio	Redação final do PDS nº 116/2000.
959	Carlos Patrocínio	Redação final do PDS nº 149/2000.
960	Carlos Patrocínio	Redação final do PLC nº 21/2000.
968	Geraldo Melo	PRS nº 25/99.
969	Geraldo Melo	Redação do vencido do Substitutivo do Senado ao PLC nº 17/2000.
987	Nabor Júnior	Redação final do PDS nº 77/95.
988	Nabor Júnior	Redação final do PDS nº 112/99.
989	Nabor Júnior	Redação final do PDS nº 123/2000.
996	Geraldo Melo	Redação final do PDS nº 111/95.
997	Jonas Pinheiro	Redação final do PDS nº 156/2000.
998	Geraldo Melo	Redação final do PLS nº 338/99-Complementar.
1.003	Nabor Júnior	Redação final do PDS nº 192/99.
1.004	Nabor Júnior	Redação final do PDS nº 261/99.
1.005	Nabor Júnior	Redação final do PDS nº 77/2000.
1.012	Nabor Júnior	Redação final do PDS nº 81/99.
1.013	Nabor Júnior	Redação final do PDS nº 208/2000.
1.014	Nabor Júnior	Redação final do PDS nº 209/2000.
1.015	Nabor Júnior	Redação final do PDS nº 210/2000.
1.018	Carlos Patrocínio	Redação final do PDS nº 105/95.
1.019	Carlos Patrocínio	Redação final do PDS nº 202/99.
1.020	Carlos Patrocínio	Redação final do PDS nº 214/99.
1.021	Carlos Patrocínio	Redação final do PDS nº 235/99.
1.022	Carlos Patrocínio	Redação final do PDS nº 238/99.
1.023	Carlos Patrocínio	Redação final do PDS nº 20/2000.
1.024	Carlos Patrocínio	Redação final do PDS nº 97/2000.
1.025	Carlos Patrocínio	Redação final do PDS nº 211/2000.
1.026	Geraldo Melo	Redação final do PDS nº 212/2000.

Número	Relator	Matéria
1.027	Carlos Patrocínio	Redação do vencido do Subst. ao PLS nº 30/99.
1.036	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PLC nº 47/2000.
1.037	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 236/99.
1.038	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 250/99.
1.039	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 266/99.
1.040	Ronaldo Cunha Lima	Redação do vencido do Subst. ao PDS nº 20/99.
1.041	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 267/99.
1.042	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 295/99.
1.043	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 11/2000.
1.044	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 101/2000.
1.047	Nabor Júnior	Redação final do PDS nº 47/94.
1.048	Nabor Júnior	Redação final do PDS nº 67/94.
1.049	Nabor Júnior	Redação final do PDS nº 65/95.
1.050	Nabor Júnior	Redação final do PDS nº 76/2000.
1.063-A	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 159/99.
1.064	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 179/99.
1.069	Nabor Júnior	Redação final do PRS nº 76/2000.
1.070	Ademir Andrade	Redação final do PDS nº 195/99.
1.071	Ademir Andrade	Redação final do PDS nº 205/99.
1.072	Nabor Júnior	Redação final do PDS nº 248/99.
1.073	Nabor Júnior	Redação final do PDS nº 279/99.
1.074	Ademir Andrade	Redação final do PDS nº 114/2000.
1.082	Ademir Andrade	Redação final do PDS nº 75/94.
1.083	Ademir Andrade	Redação final do PDS nº 229/99.
1.084	Ademir Andrade	Redação final do PDS nº 241/99.
1.085	Ademir Andrade	Redação final do PDS nº 252/99.
1.086	Ademir Andrade	Redação final do PDS nº 280/99.
1.087	Ademir Andrade	Redação final do PDS nº 63/2000.
1.096	Geraldo Melo	Redação final do PLC nº 47/2000.
1.097	Eduardo Suplicy	Redação final do PLC nº 54/2000.
1.098	Eduardo Suplicy	Redação final do PLC nº 58/2000.
1.101	Eduardo Suplicy	Redação final do PDS nº 24/2000.
1.116	Carlos Patrocínio	Redação final do PLC nº 39/2000.
1.118	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PLC nº 57/2000.
1.119	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 253/99.
1.120	Ronaldo Cunha Lima	Redação do vencido do Substitutivo ao PLS nº 683/99-Complementar.
1.130	Ademir Andrade	Redação final do PDS nº 265/99.
1.131	Ademir Andrade	Redação final do PDS nº 72/2000.
1.132	Ademir Andrade	Redação final do PDS nº 107/2000.
1.133	Ademir Andrade	Redação final do PDS nº 142/2000.
1.134	Ademir Andrade	Redação final do PDS nº 19/99.
1.151	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PLC nº 34/99.
1.152	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PLC nº 74/2000.
1.153	Ademir Andrade	Redação final do PDS nº 88/2000.
1.154	Nabor Júnior	Redação final do PDS nº 118/2000.
1.155	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 163/2000.
1.156	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 216/2000.
1.160	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 89/2000.

Número	Relator	Matéria
1.161	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 165/2000.
1.162	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 166/2000.
1.163	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 217/2000.
1.164	Eduardo Suplicy	Redação final do PLS nº 591/99-Complementar.
1.171	Eduardo Suplicy	Redação final do PDS nº 168/2000.
1.172	Eduardo Suplicy	Redação final das Emendas do Senado ao PLC nº 1/99.
1.193	Jonas Pinheiro	Redação final do PDS nº 283/99.
1.194	Jonas Pinheiro	Redação final do PDS nº 169/2000.
1.195	Jonas Pinheiro	Redação final do PDS nº 240/2000.
1.196	Jonas Pinheiro	Redação final do PDS nº 242/2000.
1.204	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PLC nº 38/2000.
1.205	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 282/99.
1.206	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 12/2000.
1.207	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PLS nº 42/2000-Complementar.
1.214	Geraldo Melo	Redação final do PLC nº 31/99.
1.215	Geraldo Melo	Redação final do PDS nº 257/99.
1.216	Geraldo Melo	Redação final do PDS nº 174/2000.
1.217	Geraldo Melo	Redação final do PDS nº 195/2000.
1.228	Geraldo Melo	Redação final do PRS nº 79/2000.
1.229	Nabor Júnior	Redação final do PDS nº 135/2000.
1.230	Nabor Júnior	Redação final do PDS nº 206/2000.
1.231	Nabor Júnior	Redação final do PDS nº 40/2000.
1.232	Nabor Júnior	Redação final do PDS nº 124/2000.
1.255	Geraldo Melo	Redação final do PLC nº 74/2000.
1.256-A	Geraldo Melo	Redação final do PLC nº 112/2000.
1.258	Geraldo Melo	Redação final do PLC nº 114/2000-Complementar.
1.261	Lúdio Coelho	Redação final do PLS nº 219/95-Complementar.
1.262	Nabor Júnior	Redação final do PRS nº 83/2000.
1.263	Nabor Júnior	Redação final do PRS nº 84/2000.
1.264	Nabor Júnior	Redação final do PDS nº 131/2000.
1.265	Nabor Júnior	Redação final do PDS nº 140/2000.
1.266	Nabor Júnior	Redação final do PDS nº 182/2000.
1.270	Nabor Júnior	Redação do vencido do Subst. ao PLC nº 49/99.
1.274	Nabor Júnior	Redação final do Subst. ao PLC nº 49/99.
1.275	Nabor Júnior	Redação final do PLC nº 115/2000.
1.277	Nabor Júnior	Redação final do PDS nº 277/2000.
1.278	Nabor Júnior	Redação final do PLC nº 10/2000.
1.280	Nabor Júnior	Redação final do PRS nº 87/2000.
1.282	Nabor Júnior	Redação final do PRS nº 88/2000.
1.284	Nabor Júnior	Redação final do PRS nº 89/2000.
1.286	Nabor Júnior	Redação final do PRS nº 90/2000.
1.287	Nabor Júnior	Redação final do PRS nº 86/2000.
1.288	Nabor Júnior	Redação final do PRS nº 74/2000.
1.289	Nabor Júnior	Redação final do PRS nº 85/2000.
1.291	Nabor Júnior	Redação final do PLC nº 117/2000.
1.292-A	Carlos Patrocínio	Redação final do PRS nº 91/2000.

i.2.2) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Número	Relator	Matéria
85	Freitas Neto	PLS nº 359/99.
97	Eduardo Suplicy (<i>ad hoc</i>)	PLS nº 96/99.
128	Wellington Roberto	MSF nº 253/99, apresentando o PRS nº 19/2000.
129	Bello Parga	MSF nº 62/2000, apresentando o PRS nº 20/2000.
130	Bello Parga	MSF nº 63/2000, apresentando o PRS nº 21/2000.
145	José Fogaça	PRS nº 47/99.
173	Bello Parga (<i>ad hoc</i>)	PLC nº 40/98.
188	Jefferson Peres	PLS nº 401/99.
189	Jefferson Peres	PLS nº 470/99.
203	Eduardo Suplicy (<i>ad hoc</i>)	PLS nº 116/99.
207	Carlos Bezerra	PLS nº 215/97.
208	Bello Parga (<i>ad hoc</i>)	PLS nº 214/99-Complementar.
210	Luiz Otávio (<i>ad hoc</i>)	PLS nº 403/99.
211	Roberto Saturnino	PLS nº 604/99.
229	Jorge Bornhausen	MSF nº 91/2000.
244	Gilberto Mestrinho	MSF nº 90/2000, apresentando o PRS nº 22/2000.
253	Luiz Otávio (<i>ad hoc</i>)	MSF nº 80/2000, apresentando o PRS nº 23/2000.
254	Luiz Otávio	MSF nº 83/2000, apresentando o PRS nº 24/2000.
284	Jefferson Péres	PLC nº 4/2000-Complementar.
325	Jonas Pinheiro	Of. nº S/3/2000, apresentando o PRS nº 26/2000.
334	Bernardo Cabral (<i>ad hoc</i>)	MSF nº 242/99, apresentando o PRS nº 28/2000.
335	Osmar Dias (<i>ad hoc</i>)	MSF nº 77/2000, apresentando o PRS nº 29/2000.
336	Roberto Saturnino	MSF nº 82/2000, apresentando o PRS nº 30/2000.
339	Roberto Saturnino	PLS nº 676/99.
350	Jonas Pinheiro	PLC nº 5/2000.
351	Antero Paes de Barros	PLS nº 72/99.
358	Pedro Piva	Of. nº S/15/2000, apresentando o PRS nº 32/2000.
359	Luiz Otávio	Of. nº S/16/2000, apresentando o PRS nº 33/2000.
360	José Fogaça	Of. nº S/19/2000, apresentando o PRS nº 34/2000.
362	Bello Parga	MSF nº 97/2000, apresentando o PDS nº 71/2000.
363	Roberto Saturnino	Of. nº S/65/98, apresentando o PRS nº 35/2000.
364	Romero Jucá	MSF nº 76/2000, apresentando o PRS nº 36/2000.
374	Eduardo Suplicy	MSF nº 84/2000, apresentando o PRS nº 37/2000.
375	Luiz Otávio	Of. nº S/11/2000, apresentando o PRS nº 38/2000.
376	Paulo Souto	Of. nº S/13/2000, apresentando o PRS nº 39/2000.
377	José Roberto Arruda	Of. nº S/26/2000, apresentando o PRS nº 40/2000.
378	Jefferson Peres	Of. nº S/27/2000, apresentando o PRS nº 41/2000.
381	Geraldo Althoff	Of. nº S/14/2000, apresentando o PRS nº 42/2000.
382	Bello Parga	Of. nº S/24/2000, apresentando o PRS nº 43/2000.
383	Geraldo Althoff	Of. nº S/29/2000.
384	Luiz Otávio	Of. nº S/30/2000, apresentando o PRS nº 44/2000.
385	Eduardo Suplicy	Of. nº S/31/2000, apresentando o PRS nº 45/2000.
386	José Fogaça	Of. nº S/32/2000, apresentando o PRS nº 46/2000.
387	Geraldo Althoff	Of. nº S/33/2000, apresentando o PRS nº 47/2000.
388	Bello Parga	Of. nº S/34/2000, apresentando o PRS nº 48/2000.

Número	Relator	Matéria
389	Paulo Souto	Of. nº S/35/2000, apresentando o PRS nº 49/2000.
400	Jonas Pinheiro	PLC nº 8/2000.
443	Wellington Roberto	MSF nº 241/99, apresentando o PRS nº 50/2000.
448	Antero Paes de Barros	MSF nº 81/2000, apresentando o PRS nº 51/2000.
536	Edison Lobão	PLS nº 263/99.
543	Geraldo Althoff (<i>ad hoc</i>)	MSF nº 78/2000, apresentando o PRS nº 55/2000.
544	Ramez Tebet	MSF nº 99/2000, apresentando o PRS nº 56/2000.
550	Ney Suassuna (art. 129, do RISF)	PLS nº 127/99.
565	Edison Lobão	PLS nº 646/99-Complementar.
566	Roberto Saturnino	PLS nº 124/99-Complementar.
613	José Eduardo Dutra (<i>ad hoc</i>)	PLS nº 336/99-Complementar.
629	Jonas Pinheiro	Of. nº S/12/2000, apresentando o PRS nº 59/2000.
637	Pedro Piva (<i>ad hoc</i>)	MSF nº 108/2000, apresentando o PRS nº 60/2000.
638	Freitas Neto	MSF nº 113/2000, apresentando o PRS nº 61/2000.
639	Gilberto Mestrinho (<i>ad hoc</i>)	MSF nº 114/2000, apresentando o PRS nº 62/2000.
640	Wellington Roberto	MSF nº 107/2000, apresentando o PRS nº 63/2000.
644	Roberto Saturnino	PRS nº 8/2000.
662	Pedro Piva	PLC nº 37/99 e PLS nº 36/99.
664	Wellington Roberto	Of. nº S/28/2000.
665	Gilberto Mestrinho	MSF nº 131/2000, apresentando o PRS nº 64/2000.
666	Romero Jucá	MSF nº 132/2000, apresentando o PRS nº 65/2000.
669	Osmar Dias	PRS nº 25/2000.
670	José Fogaça	MSF nº 126/2000.
671	Pedro Piva	MSF nº 127/2000.
672	Francelino Pereira	MSF nº 128/2000.
673	Edison Lobão	MSF nº 129/2000.
681	José Alencar	PLC nº 22/2000 - Complementar
709	Jefferson Peres	Of. nº S/47/2000, apresentando o PRS nº 67/2000.
710	Sérgio Machado	PLC nº 27/2000.
713	Lúcio Alcântara	Emendas de Plenário ao PLC nº 60/99.
723	Luiz Otávio	MSF nº 96/2000, apresentando o PRS nº 68/2000.
725	Luiz Otávio	Of. nº S/46/2000, apresentando o PRS nº 69/2000.
746	Paulo Souto	PLC nº 28/2000.
748	Carlos Bezerra	PLC nº 29/2000.
750	Gilberto Mestrinho	PLC nº 30/2000.
753	Bello Parga	PLC nº 31/2000.
757	Pedro Piva	PLC nº 32/2000.
815	Edison Lobão	PLS nº 564/99.
819	Bello Parga	MSF nº 138/2000, apresentando o PDS nº 159/2000.
822	Luiz Otávio (<i>ad hoc</i>)	PLC nº 36/2000.
841	José Alencar	Emendas de Plenário ao PLS nº 338/99-Compl.
842	Lúdio Coelho	PLS nº 13/2000.
843	Luiz Otávio	PRS nº 134/99.
879	Pedro Piva	PLC nº 50/2000.
880	Jonas Pinheiro	MSF nº 166/2000, apresentando o PRS nº 73/2000.
881	José Fogaça	Of. nº S/20/2000 (pelo arquivamento).
882	Bello Parga (<i>ad hoc</i>)	PRS nº 27/2000.
891	Lúcio Alcântara	MSF nº 167/2000.
949	Luiz Otávio (<i>ad hoc</i>)	MSF nº 176/2000, apresentando o PDS nº 219/2000.

Número	Relator	Matéria
971	Osmar Dias	PLS nº 683/99-Complementar.
972	Paulo Souto	PLC nº 16/2000.
1.011	Luiz Otávio	MSF nº 123/2000, apresentado o PRS nº 80/2000.
1.016	Wellington Roberto	PLC nº 47/99.
1.046	Osmar Dias	PRS nº 76/2000.
1.168	Ney Suassuna	PLC nº 49/99.
1.192	Osmar Dias	PRS nº 79/2000.
1.209	Freitas Neto	PLS nº 273/99.
1.212	José Fogaça	Of. nº S/50/2000.
1.213	Lúcio Alcântara	MSF nº 239/2000, apresentando o PRS nº 83/2000.
1.219	Luiz Otávio	MSF nº 175/2000, apresentando o PRS nº 84/2000.
1.225	Luiz Otávio	PLS nº 175/2000.
1.234	Osmar Dias	PLC nº 116/2000.
1.235	Bello Parga (<i>ad hoc</i>)	Of. nº S/61/2000, apresentado o PRS nº 85/2000.
1.236	Roberto Saturnino (<i>ad hoc</i>)	PRS nº 74/2000.
1.237	José Eduardo Dutra	PRS nº 75/2000 (Anexado ao PRS nº 78/2000).
1.254	Bello Parga (<i>ad hoc</i>)	MSF nº 246/2000, apresentado o PRS nº 86/2000.
1.256	Luiz Otávio	PLC nº 112/2000.
1.257	Romero Jucá	PLC nº 114/2000-Complementar.
1.260	José Roberto Arruda	Substitutivo da Câmara ao PLS nº 219/95-Compl.
1.279	Osmar Dias	MSF nº 253/2000, apresentando o PRS nº 87/2000.
1.281	Osmar Dias	MSF nº 254/2000, apresentando o PRS nº 88/2000.
1.283	Ricardo Santos	MSF nº 255/2000, apresentando o PRS nº 89/2000.
1.285	Luiz Otávio	MSF nº 256/2000, apresentando o PRS nº 90/2000.
1.292	Carlos Bezerra	MSF nº 248/2000, apresentando o PRS nº 91/2000.
1.294	José Eduardo Dutra	PLS nº 454/99.
1.295	Wellington Roberto	MSF nº 215/2000, apresentando o PRS nº 92/2000.
1.297	José Fogaça	PLS nº 123/2000-Complementar.
1.307	Luiz Otávio	PLS nº 379/99.
1.308	Edison Lobão	PLS nº 460/99.
1.309	Jefferson Péres	PLS nº 601/99.
1.319	Pedro Piva	PDS nº 181/2000.
1.321	Jefferson Péres	PLS nº 617/99.

i.2.3) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Número	Relator	Matéria
84	Marina Silva	PLS nº 347/99.
88	Marluce Pinto	PLS nº 553/99.
89	Marluce Pinto	PLS nº 572/99.
90	Leomar Quintanilha (<i>ad hoc</i>)	PLS nº 586/99.
91	Eduardo Siqueira Campos	PLS nº 155/99.
100	Juvêncio da Fonseca	PLS nº 542/99.
111	Geraldo Althoff	PLS nº 322 e 324/99 (tramitando em conjunto).
118	Heloísa Helena	PLS nº 66/99.
119	Heloísa Helena	PLC nº 59/95.

Número	Relator	Matéria
131	Osmar Dias	PLC nºs 197/93 e 37/96.
143	Artur da Távola	MSF nº 186/2000.
176	Juvêncio da Fonseca	PLC nº 27/99.
187	Marluce Pinto	PLS nº 258/99.
190	Maria do Carmo Alves	PLS nº 64/96.
191	Moreira Mendes	PLC nº 31/95.
193	Geraldo Cândido	PLC nº 34/99.
209	Juvêncio da Fonseca	PLS nº 403/99.
267	Geraldo Althoff	PLS nº 474/99.
286	Geraldo Althoff	MSF nº 92/2000.
291	José Alencar	PLC nº 101/96.
299	Djalma Bessa	Aviso nº 32/99.
337	José Alencar	Aviso nº 43/99, apresentando o RQS nº 202/2000.
340	Heloísa Helena (<i>ad hoc</i>)	PLS nº 660/99.
341	Tião Viana	Emendas de Plenário nºs 1 a 3, oferecidas ao PLC nº 24/98.
410	Tião Viana	PLS nº 597/99.
433	Leomar Quintanilha	Substitutivo da Câmara ao PLS nº 27/95.
434	Luzia Toledo	PLS nº 112/99.
435	Luzia Toledo	Emenda oferecida ao Substitutivo do PLS nº 112/99.
437	Djalma Bessa	PLS nº 587/99.
445	Carlos Bezerra	PRN nº 1/99-CN.
516	Luiz Pontes	PLC nº 64/99.
518	Luiz Estevão	PLS nº 557/99.
520	Sebastião Rocha	PLS nº 554/99.
540	Moreira Mendes	PLC nº 113/95.
607	Juvêncio da Fonseca	Emendas nºs 5 a 9-Plen ao PLC nº 27/99.
608	Sérgio Machado	PLC nº 3/2000.
612	Moreira Mendes	PLC nº 19/2000.
647	Maria do Carmo Alves	PLS 245/99 e PLC nº 44/96.
650	Romero Jucá	PLC nº 20/2000.
674	Mauro Miranda	Substitutivo da Câmara ao PLS nº 297/91.
675	Marluce Pinto	Substitutivo da Câmara ao PLS nº 297/91.
701	Emilia Fernandes	PLS nº 108/97.
703	Djalma Bessa	PLS nº 643/99.
711	Romero Jucá	PLC nº 27/2000.
727	Emilia Fernandes	PLC nº 24/2000.
798	Eduardo Siqueira Campos	PLC nº 80/96.
802	Gilvam Borges	RQS nº 260/2000.
812	Romero Jucá	PLC nº 1/2000-Complementar.
833	José Alencar	Respostas de Ministérios a requerimentos de informações da CAS sobre Ofício nº S/37/99.
877	Maria do Carmo Alves	Emendas de Plenário ao Substit. do PLS nº 54/99.
909	José Roberto Arruda	PLC nº 17/2000.
932	Djalma Bessa	Emendas de Plenário nºs 2 a 25, oferecidas ao PLS nº 31/99.
1.075	Geraldo Althoff	PLC nº 1/99.
1.077	José Roberto Arruda	PLC nº 47/2000.
1.081	Maria do Carmo Alves	PLC nº 10/94.

Número	Relator	Matéria
1.114	Luiz Pontes	PLC nº 39/2000.
1.128	Geraldo Cândido	Emendas nºs 4 a 7-Plen oferecidas ao PLC nº 34/99.
1.129	Moreira Mendes	PLC nº 74/2000.
1.149	Julio Eduardo (<i>ad hoc</i>)	PLS nº 600/99.
1.150	Juvêncio da Fonseca	PLS nº 12/2000.
1.173	Eduardo Siqueira Campos (<i>ad hoc</i>)	PLS nº 530/99.
1.174	Mozarildo Cavalcanti	Emendas oferecidas em turno suplementar ao PLS nº 530/99.
1.210	José Alencar (<i>ad hoc</i>)	PLS nº 273/99.
1.211	Leomar Quintanilha (<i>ad hoc</i>)	PLS nº 10/2000.
1.238	Gilvam Borges	PLC nº 52/99.
1.301	Julio Eduardo (<i>ad hoc</i>)	PLS nº 319/99.
1.302	Moreira Mendes	PLS nº 11/2000.
1.304	Moreira Mendes	PLS nº 183/2000.
1.306	Geraldo Althoff	PLS nº 101/99.
1.310	Pedro Simon	PLS nº 75/2000.

i.2.4) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Número	Relator	Matéria
81	Luzia Toledo	PLS nº 232/99.
87	Edison Lobão	PLS nº 536/99.
92	Romeu Tuma	PDS nº 47/99.
96	Esperidião Amin	PLS nº 198/97.
117	Ramez Tebet	PLS nº 66/99.
138	Álvaro Dias	PLS nº 30/99.
172	Romeu Tuma	PLC nº 40/98.
174	Edison Lobão	PLC nº 27/99.
175	Edison Lobão	PLC nº 27/99 – em reexame.
185	Jefferson Peres	PEC nº 37/99.
186	Álvaro Dias	PLS nº 32/99.
192	Lúcio Alcântara	PLC nº 34/99.
198	Lúcio Alcântara	Redação final da PEC nº 4/2000.
206	Álvaro Dias	PLS nº 213/99-Complementar.
230	Edison Lobão	PEC nº 90/99.
266	Romero Jucá	Emendas de Plenário ao PLC nº 43/99-Complementar.
278	Álvaro Dias (<i>ad hoc</i>)	PLS nº 327/99.
289	Jefferson Peres	PLS nº 687/99.
290	Luzia Toledo	PLC nº 101/96.
292	Luzia Toledo	PLS nº 380/99.
293	Maria do Carmo Alves	PEC nº 63/99.
295	Edison Lobão	Redação, para o 2º turno, da PEC nº 90/99.
297	Álvaro Dias	PLC nº 4/2000-Complementar.
300	Lúcio Alcântara	PEC nº 66/99.

Número	Relator	Matéria
314	Bernardo Cabral	PLC nº 6/2000.
315	Bernardo Cabral	PLC nº 7/2000.
316	Carlos Wilson	PEC nº 61/99.
326	Edison Lobão	Redação final da PEC nº 90/99.
352	Romeu Tuma	PLC nº 58/99.
370	Lúcio Alcântara	Emendas nºs 2 a 5-Plen. oferecidas à PEC nº 67/99.
432	Roberto Freire	PLC nº 33/99.
436	Romeu Tuma	Emendas nºs 1 a 4-Plen, oferecidas ao PLS nº 23/98-Compl.
444	Carlos Wilson	Emenda nº 1-Plen à PEC nº 24/99.
446	Amir Lando	PRN nº 1/99-CN.
473	Lúcio Alcântara	Redação, para o 2º turno, da PEC nº 67/99.
514	Bernardo Cabral	MSF nº 109/2000.
515	Iris Rezende	PLC nº 64/99.
519	Ramez Tebet	PEC nº 69/99.
522	Lúcio Alcântara	PLC nº 73/97.
531	Lúcio Alcântara	Redação final da PEC nº 67/99.
535	Lúcio Alcântara (<i>ad hoc</i>)	PLS nº 263/99.
541	José Fogaça	PLS nºs 88/99 e 300/99.
542	Álvaro Dias	PLC nº 77/95.
551	Antônio Carlos Valadares	PLS nº 127/99.
552	José Eduardo Dutra	PLC nº 54/97.
553	Lúcio Alcântara	Redação final da PEC nº 66/99.
559	Amir Lando	PEC nº 11/2000.
563	Jefferson Péres	Emenda nº 1-Plen à PEC nº 51/95.
564	Edison Lobão	PLS nº 646/99-Complementar.
589	Amir Lando	Redação, para o 2º turno, da PEC nº 24/99.
598	Antônio Carlos Valadares	PEC nº 86/99.
599	Maria do Carmo Alves	PLC nº 77/96.
600	Bernardo Cabral	Emenda nº 2-Plen ao Subst. da PEC nº 37/97.
603	Maria do Carmo Alves	PLC nº 29/99 e PLS nº 76/99.
604	Iris Rezende	PLS nº 28/2000.
605	Romeu Tuma	Substitutivo da Câmara ao PLS nº 115/96.
606	Edison Lobão	Emendas nºs 5 a 9-Plen ao PLC nº 27/99.
609	Bernardo Cabral	PLC nº 3/2000.
611	Sérgio Machado	PLC nº 19/2000.
648	José Eduardo Dutra	PLS nº 245/99 e PLC nº 44/96.
649	Francelino Pereira	PLC nº 20/2000.
651	Bello Parga	PLC nº 23/2000.
663	Romeu Tuma	Of. nº S/28/2000.
668	Romeu Tuma	Parecer nº 667/2000, do CEDP, sobre a Representação nº 2/99.
676	Renan Calheiros (<i>ad hoc</i>)	Substitutivo da Câmara ao PLS nº 297/91.
678	Pedro Simon	PEC nº 2/2000.
679	José Fogaça	PLC nº 14/98.
702	Maria do Carmo Alves	PLS nº 108/97.
726	José Roberto Arruda	PLC nº 34/2000.
778	Ramez Tebet	Emenda nº 1-Plen ao Substitutivo do PLS nº 207/95.
796	Iris Rezende	PEC nº 87/99.

Número	Relator	Matéria
811	José Fogaça	PLC nº 1/2000-Complementar.
814	Amir Lando	PLC nº 102/96.
818	Álvaro Dias	PLS nº 268/99.
825	José Fogaça	Relatório da Comissão Especial criada na Câmara dos Deputados para apreciar e proferir parecer sobre as emendas do Senado ao PLC nº 118/84 (<i>institui o Código Civil</i>).
829	Antônio Carlos Valadares	Redação final da PEC nº 86/99.
830	Amir Lando	Redação final da PEC nº 11/2000.
840	Edison Lobão	MSF nº 147/2000.
844	Amir Lando	PEC nº 23/99.
845	Lúcio Alcântara	PLC nº 37/2000.
847	Jefferson Péres	PEC nº 88/99.
848	Bernardo Cabral	RQS nº 235/96.
874	Maurício Corrêa	PDS nº 12/88.
878	Francelino Pereira	PLS nº 168/99.
892	Leomar Quintanilha	PLC nº 48/2000.
906	Lúcio Alcântara	PLC nº 45/2000-Complementar.
907	Lúcio Alcântara	PLC nº 49/2000.
908	Pedro Simon	PLC nº 17/2000.
910	Jefferson Péres	PLC nº 21/2000.
919	Jefferson Péres	PLS nº 17/2000-Complementar.
921	José Eduardo Dutra	PLS nº 248/99.
944	Bernardo Cabral	PRS nº 96/95.
947	Pedro Simon	PLS nº 625/99.
948	Álvaro Dias	Emenda nº 2-Plen ao PLS nº 30/99.
950	Maria do Carmo Alves	PDS nº 18/99.
951	Romeu Tuma	PDS nº 19/99.
952	Jefferson Péres	PDS nº 20/99.
970	Bello Parga	PLS nº 683/99-Complementar.
980	Pedro Simon	PLS nº 140/99.
1.035	Bernardo Cabral	PLC nº 43/2000.
1.045	Álvaro Dias	PLC nº 113/2000-Complementar.
1.061	Jefferson Péres	Redação final da PEC nº 88/99.
1.066	Edison Lobão	PLS nº 591/99-Complementar.
1.067	Edison Lobão	PLS nº 42/2000-Complementar.
1.068	Iris Rezende	PLC nº 25/2000.
1.076	José Roberto Arruda	PLC nº 47/2000.
1.088	Edison Lobão	PLC nº 54/2000.
1.089	Romeu Tuma	PLC nº 56/2000.
1.090	Romeu Tuma	PLC nº 58/2000.
1.092	José Fogaça	MSF nº 231/2000.
1.113	Edison Lobão	PLC nº 39/2000.
1.127	Lúcio Alcântara	Emendas nºs 4 a 7-Plen oferecidas ao PLC nº 34/99.
1.139	Edison Lobão	PLS nº 138/2000.
1.140	Romeu Tuma	PLS nº 351/99.
1.146	José Fogaça	MSF nº 208/2000.
1.147	Iris Rezende	MSF nº 237/2000.
1.148	Antônio Carlos Valadares	PLS nº 302/99.
1.165	Lúcio Alcântara	PLC nº 38/2000.

Número	Relator	Matéria
1.166	José Jorge	PLC nº 49/99.
1.169	Iris Rezende	Emenda nº 1-Plen oferecida ao PLC nº 25/2000.
1.170	Bernardo Cabral	PLC nº 40/2000.
1.175	Sérgio Machado	PLS nº 187/99.
1.176	Álvaro Dias	PLS nº 353/99 (tramitando em conjunto com o PLS nº 151/99).
1.191	José Eduardo Dutra	PLC nº 31/99.
1.208	Jefferson Péres (<i>ad hoc</i>)	Emenda nº 2-Plen. apresentada à PEC nº 87/99.
1.223	José Fogaça	PLC nº 32/2000.
1.224	Bernardo Cabral	PLC nº 51/2000.
1.226	Romeu Tuma	PLC nº 10/2000 (Tramitando em conjunto com o PLS nº 450/99).
1.233	José Fogaça	RQS nº 552/2000.
1.259	José Roberto Arruda	Subst. da Câmara ao PLS nº 219/95-Complementar.
1.299	José Fogaça	PLS nº 27/99.
1.300	Lúcio Alcântara	PLS nº 319/99.
1.303	Jefferson Péres (<i>ad hoc</i>)	PLS nº 170/2000.
1.305	José Eduardo Dutra	PLS nº 101/99.
1.313	José Fogaça (<i>ad hoc</i>)	PEC nº 10/2000.
1.314	Djalma Bessa	PLS nº 186/2000.
1.316	Romeu Tuma	PDS nº 34/93.
1.320	Roberto Freire (<i>ad hoc</i>)	PLS nº 617/99.
1.322	Roberto Freire	Emendas da CAE ao PLS nº 617/99.
1.324	Antonio Carlos Valadares	Emendas ao PLC nº 52/97.
1.325	Antonio Carlos Valadares	Emendas ao PLC nº 52/97.

i.2.5) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Número	Relator	Matéria
70	Luiz Otávio	PDS nº 29/94.
71	Álvaro Dias	PDS nº 12/95.
72	Álvaro Dias	PDS nº 196/99.
73	Gerson Camata	PDS nº 206/99.
74	Agnelo Alves	PDS nº 215/99.
75	Romeu Tuma	PDS nº 219/99.
76	Luiz Otávio	PDS nº 228/99.
77	Luiz Otávio	PDS nº 230/99.
78	Álvaro Dias	PDS nº 237/99.
79	Gerson Camata	PDS nº 244/99.
80	Paulo Hartung	PLS nº 218/99.
82	Luzia Toledo	PLS nº 229/99.
83	Luzia Toledo	PLS nº 340/99.
86	Lúcio Alcântara	PLS nº 512/99.
98	Djalma Bessa (<i>ad hoc</i>)	PLS nº 96/99.
99	José Jorge	PLS nº 382/99.
110	Luzia Toledo	PLS nº 420/99.
120	Álvaro Dias	PDS nº 48/96.

Número	Relator	Matéria
121	José Fogaça	PDS nº 243/99.
122	Álvaro Dias	PDS nº 269/99.
123	José Fogaça	PDS nº 275/99.
124	José Fogaça	PDS nº 277/99.
125	Álvaro Dias	PDS nº 287/99.
126	José Fogaça	PDS nº 292/99.
127	Álvaro Dias	PDS nº 297/99.
148	Romeu Tuma	PDS nº 214/99.
149	Romeu Tuma	PDS nº 259/99.
150	Gerson Camata	PDS nº 261/99.
151	Ney Suassuna	PDS nº 25/94.
152	Luiz Estevão	PDS nº 66/94.
153	Francelino Pereira	PDS nº 77/95.
154	Iris Rezende	PDS nº 111/95.
155	Ney Suassuna	PDS nº 184/95.
156	Iris Rezende	PDS nº 186/95.
157	Lúdio Coelho	PDS nº 5/96.
158	Emilia Fernandes	PDS nº 50/96.
159	Artur da Távola	PDS nº 56/99.
160	Djalma Bessa	PDS nº 81/99.
161	Francelino Pereira	PDS nº 156/99.
162	Iris Rezende	PDS nº 157/99.
163	Artur da Távola	PDS nº 177/99.
164	Djalma Bessa	PDS nº 192/99.
165	Romeu Tuma	PDS nº 201/99.
166	Gilvam Borges	PDS nº 216/99.
167	Artur da Távola	PDS nº 218/99.
168	Gilvam Borges	PDS nº 221/99.
169	Lúcio Alcântara	PDS nº 232/99.
170	Romeu Tuma	PDS nº 233/99.
171	Romeu Tuma	PDS nº 234/99.
179	Marina Silva (<i>ad hoc</i>)	PLC nº 59/99.
204	Eduardo Siqueira Campos	PDS nº 20/2000.
205	Eduardo Siqueira Campos	PDS nº 25/2000.
212	José Fogaça	PDS nº 55/95.
213	Ney Suassuna	PDS nº 105/95.
214	Djalma Bessa	PDS nº 202/99.
215	Artur da Távola	PDS nº 235/99.
216	Artur da Távola	PDS nº 236/99.
217	Maria do Carmo Alves	PDS nº 250/99.
218	Maria do Carmo Alves	PDS nº 266/99.
219	Geraldo Lessa	PDS nº 267/99.
220	Luiz Otávio	PDS nº 295/99.
221	Leomar Quintanilha	PDS nº 11/2000.
226	Emilia Fernandes	PDS nº 249/99.
227	José Fogaça	PDS nº 254/99.
228	Emilia Fernandes	PDS nº 260/99.
231	Lúdio Coelho	PDS nº 47/94.
232	Djalma Bessa	PDS nº 67/94.

Número	Relator	Matéria
233	Gilvam Borges	PDS nº 65/95.
234	Francelino Pereira	PDS nº 159/99.
235	Amir Lando	PDS nº 195/99.
236	Mozarildo Cavalcanti	PDS nº 239/99.
237	Gilvam Borges	PDS nº 248/99.
238	Jonas Pinheiro	PDS nº 252/99.
239	Lúdio Coelho	PDS nº 280/99.
240	Leomar Quintanilha	PDS nº 12/2000.
245	Francelino Pereira	PDS nº 179/99.
246	Francelino Pereira	PDS nº 205/99.
247	Gilvam Borges	PDS nº 255/99.
268	Hugo Napoleão	PLS nº 22/99.
269	Gerson Camata (<i>ad hoc</i>)	PLS nº 360/99.
270	Ney Suassuna	PDS nº 75/94.
271	Francelino Pereira	PDS nº 217/99.
272	Mozarildo Cavalcanti	PDS nº 229/99.
273	Djalma Bessa	PDS nº 238/99.
274	Djalma Bessa	PDS nº 253/99.
275	Bello Parga	PDS nº 265/99.
276	Geraldo Althoff	PDS nº 282/99.
288	José Jorge	PLS nº 228/99.
294	Álvaro Dias (<i>ad hoc</i>)	PLS nº 620/99.
309	José Fogaça	PDS nº 189/99.
310	Maguito Vilela	PDS nº 213/99.
311	Emília Fernandes	PDS nº 241/99.
312	Emília Fernandes	PDS nº 279/99.
313	Ney Suassuna	PDS nº 293/99.
338	Gerson Camata	PLS nº 320/99.
353	Luzia Toledo	PDS nº 242/99.
354	Romeu Tuma	PDS nº 251/99.
355	Romeu Tuma	PDS nº 290/99.
356	Luzia Toledo	PDS nº 291/99.
357	Álvaro Dias	PDS nº 2/2000.
411	Bello Parga	PLS nº 577/99.
438	Romeu Tuma	PDS nº 284/99.
439	Lúcio Alcântara	PDS nº 7/2000.
440	Álvaro Dias	PDS nº 24/2000.
441	Lúcio Alcântara	PDS nº 283/99.
442	Antero Paes de Barros	PDS nº 245/99.
467	Romeu Tuma	PDS nº 262/99.
468	Romeu Tuma	PDS nº 289/99.
469	Romeu Tuma	PDS nº 296/99.
470	Mozarildo Cavalcanti	PDS nº 15/2000.
471	Luiz Otávio	PDS nº 22/2000.
480	Amir Lando	PLS nº 529/99.
481	Roberto Saturnino	PLS nº 576/99.
482	Lúcio Alcântara	PDS nº 197/99.
483	Gilvam Borges	PDS nº 270/99.
484	Gilvam Borges	PDS nº 271/99.

Número	Relator	Matéria
485	Romeu Tuma	PDS nº 286/99.
486	Osmar Dias	PDS nº 3/2000.
487	Romeu Tuma	PDS nº 6/2000.
488	Iris Rezende	PDS nº 8/2000.
489	Osmar Dias	PDS nº 10/2000.
490	Romeu Tuma	PDS nº 263/99.
491	Romeu Tuma	PDS nº 264/99.
492	Luiz Estevão	PDS nº 17/2000.
493	Romeu Tuma	PDS nº 26/2000.
494	Amir Lando	PDS nº 33/2000.
517	Djalma Bessa	PLS nº 250/99.
521	Luzia Toledo	PLS nº 109/95 e Emendas nºs 1 e 2-Plen.
523	Sebastião Rocha	PLC nº 73/97.
524	Jonas Pinheiro	PDS nº 4/2000.
525	Jonas Pinheiro	PDS nº 29/2000.
526	Djalma Bessa	PDS nº 30/2000.
527	Amir Lando	PDS nº 51/2000.
538	Álvaro Dias	PDS nº 199/99, apresentando o RQS nº 302/2000.
539	Álvaro Dias	PDS nº 199/99.
545	Jonas Pinheiro	PLS nº 641/99.
549	Tiã Viana	PDS nº 79/2000.
568	Carlos Wilson	PDS nº 240/99.
569	Carlos Wilson	PDS nº 276/99.
570	Ramez Tebet	PDS nº 9/2000.
572	Carlos Wilson	PDS nº 77/99.
601	José Jorge	PLS nº 615/99.
602	Agnelo Alves	PLS nº 56/2000.
614	Ramez Tebet	PDS nº 93/2000.
615	Lúdio Coelho	PDS nº 48/98.
616	Edison Lobão	PDS nº 55/99.
617	Emilia Fernandes	PDS nº 278/99.
618	Agnelo Alves	PDS nº 281/99.
619	Maria do Carmo Alves	PDS nº 52/2000.
620	Luiz Estevão	PDS nº 59/2000.
621	Luiz Estevão	PDS nº 67/2000.
622	José Jorge	PDS nº 68/2000.
623	Mozarildo Cavalcanti	PDS nº 87/2000.
642	Bello Parga	PLS nº 109/2000.
645	Nabor Júnior (<i>ad hoc</i>)	Emendas nºs 1 e 2-Plen ao PLC nº 44/94.
646	José Fogaça	PLS nº 245/99 e PLC nº 44/96.
645	Jonas Pinheiro (art. 84, § 2º, III, do RISF)	PDS nº 74/2000.
646	Jonas Pinheiro (art. 84, § 2º, III, do RISF)	PDS nº 90/2000.
661	José Jorge	PLS nº 36/99.
680	Marina Silva (<i>ad hoc</i>)	PLC nº 15/2000.
707	Gerson Camata	PDS nº 78/2000.
708	Djalma Bessa	PDS nº 133/2000.
728	Álvaro Dias	PDS nº 28/2000.

Número	Relator	Matéria
729	Agnelo Alves	PDS nº 54/2000.
730	Emília Fernandes	PDS nº 63/2000.
731	José Fogaça	PDS nº 81/2000.
732	Romeu Tuma	PDS nº 84/2000.
733	Osmar Dias	PDS nº 97/2000.
769	Álvaro Dias	PDS nº 16/2000.
779	Jonas Pinheiro	PDS nº 115/96.
780	Francelino Pereira	PDS nº 1/2000.
781	Francelino Pereira	PDS nº 14/2000.
782	Iris Rezende	PDS nº 85/2000.
783	Romeu Tuma	PDS nº 88/2000.
784	Romeu Tuma	PDS nº 91/2000.
785	Romeu Tuma	PDS nº 96/2000.
786	Luiz Otávio	PDS nº 107/2000.
787	Romeu Tuma	PDS nº 121/2000.
788	Álvaro Dias	PDS nº 19/2000.
789	Álvaro Dias	PDS nº 21/2000.
790	Luiz Estevão	PDS nº 58/2000.
791	Luiz Estevão	PDS nº 66/2000.
795	Edison Lobão	PDS nº 110/2000.
800	Sebastião Rocha	PLS nº 354/99.
801	Jonas Pinheiro	PLS nº 110/2000.
816	Francelino Pereira	PLS nº 62/2000.
817	Gerson Camata	PLS nº 74/2000.
820	Antero Paes de Barros	PDS nº 70/2000.
821	Jonas Pinheiro	PDS nº 99/2000.
828	Maguito Vilela	PDS nº 108/2000.
834	Agnelo Alves (<i>ad hoc</i>)	PLS nº 129/2000.
835	Artur da Távola	PDS nº 288/99.
836	Artur da Távola	PDS nº 27/2000.
837	José Fogaça	PDS nº 98/2000.
838	Djalma Bessa	PDS nº 101/2000.
839	Gerson Camata	PDS nº 158/99.
846	Bello Parga (<i>ad hoc</i>)	PLS nº 164/2000.
851	Francelino Pereira	PDS nº 187/99.
852	Romeu Tuma	PDS nº 5/2000.
853	Iris Rezende	PDS nº 65/2000.
854	José Jorge	PDS nº 73/2000.
855	Mozarildo Cavalcanti	PDS nº 75/2000.
856	Emília Fernandes	PDS nº 76/2000.
857	José Fogaça	PDS nº 77/2000.
858	Agnelo Alves	PDS nº 82/2000.
859	Lúdio Coelho	PDS nº 86/2000.
860	Romeu Tuma	PDS nº 89/2000.
861	Agnelo Alves	PDS nº 92/2000.
862	José Fogaça	PDS nº 100/2000.
863	Agnelo Alves	PDS nº 106/2000.
864	Ribamar Fiquene	PDS nº 111/2000.
865	José Fogaça	PDS nº 113/2000.

Número	Relator	Matéria
866	Álvaro Dias	PDS nº 116/2000.
867	Romeu Tuma	PDS nº 117/2000.
868	Lúdio Coelho	PDS nº 118/2000.
869	Osmar Dias	PDS nº 119/2000.
870	Luiz Otávio	PDS nº 120/2000.
871	Álvaro Dias	PDS nº 122/2000.
872	Álvaro Dias	PDS nº 123/2000.
873	Luiz Otávio	PDS nº 69/2000.
893	Eduardo Siqueira Campos	PLC nº 48/2000
911	Jonas Pinheiro	PDS nº 56/2000.
912	Ribamar Fiquene	PDS nº 62/2000.
913	Agnelo Alves	PDS nº 109/2000.
914	Francelino Pereira	PDS nº 114/2000.
915	Ricardo Santos	PDS nº 136/2000.
916	Freitas Neto	PDS nº 149/2000.
917	Edison Lobão	PDS nº 173/2000.
918	Djalma Bessa	PDS nº 190/2000.
920	Djalma Bessa	PLS nº 108/2000.
922	Tiã Viana	PLS nº 326/99.
923	Emilia Fernandes	PLS nº 421/99.
927	José Jorge	PLC nº 50/2000 e a Emenda nº 1-Plen a ele oferecida.
933	Djalma Bessa	RQS nº 687/99, de sobrestamento do PLS nº 297/99, apres. o RQS nº 510/2000.
946	Álvaro Dias (<i>ad hoc</i>)	PLS nº 131/2000.
973	Valmir Amaral	PDS nº 60/2000.
974	Romeu Tuma	PDS nº 61/2000.
975	Gerson Camata	PDS nº 72/2000.
976	Geraldo Althoff	PDS nº 104/2000.
977	Henrique Loyola	PDS nº 137/2000.
978	Geraldo Althoff	PDS nº 138/2000.
979	Bello Parga	PDS nº 192/2000.
981	Roberto Requião	PDS nº 65/93.
982	Álvaro Dias	PDS nº 19/2000.
983	Gerson Camata	PDS nº 115/2000.
984	Hugo Napoleão	PDS nº 163/2000.
985	Jonas Pinheiro	PDS nº 167/2000.
986	Albino Boaventura	PDS nº 187/2000.
999	Tiã Viana	PDS nº 209/2000.
1.000	Tiã Viana	PDS nº 210/2000.
1.001	Tiã Viana	PDS nº 211/2000.
1.002	Tiã Viana	PDS nº 212/2000.
1.006	Emilia Fernandes	PDS nº 208/2000.
1.007	Djalma Bessa	PDS nº 148/2000.
1.008	Álvaro Dias	PDS nº 152/2000.
1.009	Álvaro Dias	PDS nº 153/2000.
1.010	Djalma Bessa	PDS nº 154/2000.
1.017	Hugo Napoleão	PLC nº 47/99.
1.029	Edison Lobão	PDS nº 169/2000.

Número	Relator	Matéria
1.030	Edison Lobão	PDS nº 184/2000.
1.031	Edison Lobão	PDS nº 166/2000.
1.032	Ricardo Santos	PDS nº 177/2000.
1.033	Ricardo Santos	PDS nº 186/2000.
1.034	Bello Parga	PDS nº 200/2000.
1.052	Francelino Pereira	PDS nº 150/2000.
1.053	Djalma Bessa	PDS nº 157/2000.
1.054	Geraldo Althoff	PDS nº 160/2000.
1.055	Djalma Bessa	PDS nº 164/2000.
1.056	Francelino Pereira	PDS nº 165/2000.
1.057	Geraldo Althoff	PDS nº 171/2000.
1.058	Francelino Pereira	PDS nº 176/2000.
1.059	Jonas Pinheiro	PDS nº 199/2000.
1.078	Emilia Fernandes	PLC nº 26/2000.
1.079	Geraldo Cândido (<i>ad hoc</i>)	PLS nº 505/99.
1.080	Alvaro Dias (<i>ad hoc</i>)	PLS nº 140/2000.
1.091	Agnelo Alves	PDS nº 142/2000.
1.093	Lúcio Alcântara	PDS nº 135/2000.
1.094	Valmir Amaral	PDS nº 147/2000.
1.095	Osmar Dias	PDS nº 155/2000.
1.102	Jonas Pinheiro	PDS nº 188/2000.
1.103	Albino Boaventura	PDS nº 197/2000.
1.104	Valmir Amaral	PDS nº 202/2000.
1.105	Álvaro Dias	PDS nº 203/2000.
1.106	Lúdio Coelho	PDS nº 205/2000.
1.107	Jonas Pinheiro	PDS nº 207/2000.
1.108	Freitas Neto	PDS nº 216/2000.
1.109	Freitas Neto	PDS nº 217/2000.
1.110	Romeu Tuma	PDS nº 257/2000.
1.111	Maguito Vilela	PDS nº 193/2000.
1.112	Osmar Dias	PDS nº 158/2000.
1.138	Pedro Simon	PLS Nº 69/2000 (Tramitando em conjunto com o PLS nº 286/99).
1.141	Maguito Vilela	PDS nº 18/2000, apresentando o RQS nº 588/2000.
1.142	Romeu Tuma	PDS nº 128/2000.
1.143	Edison Lobão	PDS nº 168/2000.
1.144	Romeu Tuma	PDS nº 198/2000.
1.145	Jonas Pinheiro	PDS nº 228/2000.
1.157	José Fogaça	PRS nº 77/2000.
1.158	Francelino Pereira	PDS nº 240/2000.
1.159	Lúcio Alcântara	PDS nº 242/2000.
1.167	Lúcio Alcântara	PLC nº 49/99.
1.177	Francelino Pereira	PDS nº 210/99.
1.178	Francelino Pereira	PDS nº 31/2000.
1.179	Francelino Pereira	PDS nº 53/2000.
1.180	Francelino Pereira	PDS nº 179/2000.
1.181	Francelino Pereira	PDS nº 195/2000.
1.182	Valmir Amaral	PDS nº 206/2000.
1.183	Francelino Pereira	PDS nº 221/2000.

Número	Relator	Matéria
1.220	Jonas Pinheiro	PDS nº 261/2000.
1.221	Gilvam Borges	PDS nº 272/2000.
1.222	Gilvam Borges	PDS nº 273/2000.
1.226-A	José Jorge	PLC nº 42/2000.
1.239	Romeu Tuma	PLC nº 52/99.
1.240	Gilvam Borges	PDS nº 252/2000.
1.241	Gilvam Borges	PDS nº 275/2000.
1.242	Gilvam Borges	PDS nº 276/2000.
1.243	Romeu Tuma	PDS nº 126/99.
1.244	Agnelo Alves	PDS nº 172/2000.
1.245	Sebastião Rocha	PDS nº 175/2000.
1.246	Romeu Tuma	PDS nº 220/2000.
1.247	José Fogaça	PDS nº 222/2000.
1.248	José Fogaça	PDS nº 223/2000.
1.249	Emília Fernandes	PDS nº 229/2000.
1.250	Djalma Bessa	PDS nº 234/2000.
1.251	Romeu Tuma	PDS nº 239/2000.
1.293	José Jorge	PLC nº 53/97.
1.296	Emília Fernandes	Emenda nº 2-Plen ao PLC nº 26/2000.
1.311	Gilvam Borges	PLS nº 119/2000.
1.312	Emília Fernandes	PLS nº 261/2000.
1.323	Gerson Camata (<i>ad hoc</i>)	PLC nº 52/97.
1.326	José Fogaça	Emendas nºs 1 a 4 ao PLC nº 52/97.

i.2.6) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Número	Relator	Matéria
106	José Jorge	PDS nº 35/2000.
107	Bernardo Cabral	PDS nº 36/2000.
108	Gilberto Mestrinho	PDS nº 37/2000.
109	Romeu Tuma	MSF nº 75/2000.
287	Wellington Roberto	PDS nº 17/98.
379	João Alberto Souza	PDS nº 38/2000.
380	José Jorge	PDS nº 41/2000.
399	João Alberto Souza	PDS nº 43/2000.
412	Mozarildo Cavalcanti	PDS nº 46/2000.
413	Pedro Piva	PDS nº 47/2000.
472	Moreira Mendes	PDS nº 49/2000.
554	Mauro Miranda	MSF nº 71/2000.
555	Carlos Wilson	MSF nº 104/2000.
567	Carlos Wilson	PDS nº 6/98.
571	Pedro Simon	PDS nº 48/2000.
591	Gilberto Mestrinho	MSF nº 72/2000.
592	Bernardo Cabral	MSF nº 86/2000.
626	Pedro Simon	MSF nº 102/2000.
627	Pedro Simon	MSF nº 115/2000.
633	José Fogaça	MSF nº 105/2000.

Número	Relator	Matéria
634	Moreira Mendes	MSF nº 110/2000.
635	Hugo Napoleão	MSF nº 98/2000.
641	Pedro Piva	PDS nº 126/2000.
677	Carlos Wilson	Diversos nº 37/97.
824	Romeu Tuma	PLC nº 58/99.
875	Jarbas Passarinho	PDS nº 12/88.
876	Carlos Wilson	PDS nº 12/88.
928	Bernardo Cabral	MSF nº 119/2000.
937	José Fogaça	PDS nº 196/2000.
1.062	Wellington Roberto	MSF nº 165/2000.
1.063	Artur da Távola	MSF nº 174/2000.
1.099	Romeu Tuma	MSF nº 205/2000.
1.100	José Jorge	MSF nº 230/2000.
1.184	Lauro Campos	PDS nº 40/2000.
1.185	Hugo Napoleão	PDS nº 124/2000.
1.186	Hugo Napoleão	PDS nº 131/2000.
1.187	Artur da Távola	PDS nº 140/2000.
1.188	Lúdio Coelho	PDS nº 182/2000.
1.189	Mozarildo Cavalcanti	PDS nº 183/2000.
1.190	Tião Viana	PDS nº 184/2000.
1.202	José Fogaça	PDS nº 180/2000.
1.218	Emilia Fernandes	PDS nº 5/98.
1.276	José Sarney	PDS nº 277/2000.
1.298	Pedro Piva	PDS nº 237/2000.
1.315	Tião Viana	PDS nº 34/93.
1.318	Pedro Piva	PDS nº 181/2000.

i.2.7) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

Número	Relator	Matéria
101	José Sarney	PLS nº 549/99.
102	Marluce Pinto	PLS nº 590/99.
610	Gilvam Borges	PLC nº 3/2000.
643	Gilberto Mestrinho	PLS nº 659/99.
712	Roberto Saturnino	PLC nº 60/99.
799	Carlos Bezerra	PLC nº 80/96.
939	Juvêncio da Fonseca	MSF nº 168/2000.
940	Osmar Dias	MSF nº 169/2000.
941	Geraldo Cândido	MSF nº 171/2000.
942	Marluce Pinto	MSF nº 172/2000.
943	Arlindo Porto	MSF nº 170/2000.
1.051	Gerson Camata	MSF nº 211/2000.
1.060	Romero Jucá	MSF nº 216/2000.
1.065	Paulo Souto	MSF nº 212/2000.
1.317	Emilia Fernandes	Diversos nº 38/99.
1.327	Emilia Fernandes	Of. nº S/41/2000, apresentando o RQS nº 668/2000.

i.2.8) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número	Relator	Matéria
139	Ney Suassuna	Denúncia nº 2/2000.
140	Juvêncio da Fonseca	Denúncia nº 1/99.
371	Ney Suassuna	Apenso à Denúncia nº 2/2000.
372	Osmar Dias	Denúncia nº 3/2000.
373	Osmar Dias	Denúncia nº 4/2000.
667	Jefferson Péres	Representação nº 2/99, apresentando o PRS nº 66/2000.

i.3) Proferidos em Plenário em substituição a Comissões

Número	Relator	Matéria
115	Romeu Tuma	PDS nº 44/2000.
132	Lúcio Alcântara	PLC nº 37/96 e suas Emendas.
133	Osmar Dias	Emendas ao PLC nº 37/96.
320	Álvaro Dias	Emendas de Plenário ao PLC nº 4/2000-Complementar.
321	Jefferson Peres	Emendas de Plenário ao PLC nº 4/2000-Complementar.
390	Roberto Saturnino	Emenda nº 1-Plen. ao PRS nº 35/2000.
392	Romero Jucá	Emendas nºs 1 a 3-Plen. ao PRS nº 36/2000.
422	Geraldo Althoff	Emenda nº 1-Plen. ao PRS nº 47/2000.
425	Pedro Piva	Emenda nº 1-Plen. ao PRS nº 49/2000.
574	Osmar Dias	PRS nº 56/2000.
682	Roberto Saturnino	Emenda nº 2-Plen ao PRS nº 8/2000.
684	Roberto Saturnino	Emenda nº 1-Plen ao Substitutivo ao PRS nº 8/2000.
742	Osmar Dias	Emendas nºs 1 a 3-Plen. ao PRS nº 25/2000.
747	Paulo Souto	PLC nº 28/2000.
749	Carlos Bezerra	PLC nº 29/2000.
751	Gilberto Mestrinho	PLC nº 30/2000.
754	Bello Parga	PLC nº 31/2000.
758	José Jorge	PLC nº 32/2000.
766	Ney Suassuna	MSF nº 134/2000, apresentando o PRS nº 70/2000.
768	Paulo Souto	PLC nº 33/2000.
831	Luiz Otávio	Emenda nº 1-Plen ao PLC nº 36/2000.
900	Pedro Piva	Emenda nº 1-Plen ao PLC nº 50/2000.
990	Pedro Piva	MSF nº 140/2000.
991	Lauro Campos	MSF nº 164/2000.
992	Tiã Viana	MSF nº 120/2000.
993	Moreira Mendes	MSF nº 130/2000.
994	Moreira Mendes	MSF nº 141/2000.
995	José Jorge	MSF nº 142/2000.
1.115	Edison Lobão	PLC nº 39/2000 (Tramitando em conjunto com os PLS nºs 185/99 e 238/2000).
1.117	José Fogaça	PLC nº 57/2000.

Número	Relator	Matéria
1.203	Lúcio Alcântara	Emenda nº 1-Plen ao PLC nº 38/2000.
1.227	Osmar Dias	Emenda nº 1-Plen ao PRS nº 79/2000.
1.267	José Jorge	Emendas nºs 17, 18 e 19-Plen ao PLC nº 49/99.
1.268	Lúcio Alcântara	Emendas nºs 17, 18 e 19-Plen ao PLC nº 49/99.
1.269	Ney Suassuna	Emendas nºs 17, 18 e 19-Plen ao PLC nº 49/99.
1.271	José Jorge	Emendas nº 1 a 10-Plen. ao Subst. do PLC nº 49/99.
1.272	Lúcio Alcântara	Emendas nº 1 a 10-Plen. ao Subst. do PLC nº 49/99.
1.273	Ney Suassuna	Emendas nº 1 a 10-Plen. ao Subst. do PLC nº 49/99.
1.290	Ney Suassuna	PLC nº 117/2000.

i.4) Emitidos pelas Comissões e Conselho de Ética e incluídos em Ordem do Dia

i.4.1) Numerados

Número	Comissão	Relator	Matéria	Resultado
33/2000	CAE	José Alencar (<i>ad hoc</i>)	Of. nº S/59/99.	Aprovado em 22.2.2000
109/2000	CRE	Romeu Tuma	MSF nº 75/2000	Aprovado em 15.3.2000
139/2000	Conselho de Ética e Decoro Parlamentar	Ney Suassuna	Denúncia nº 2/2000	Aprovado em 1º.3.2000
140/2000	Conselho de Ética e Decoro Parlamentar	Juvêncio da Fonseca	Denúncia nº 1/99	Aprovado em 1º.3.2000
143/2000	CAS	Artur da Távola	MSF nº 73/2000	Aprovado em 22.3.2000
144/2000	CAS	Artur da Távola	MSF nº 74/2000	Aprovado em 22.3.2000
229/2000	CAE	Jorge Bornhausen	MSF nº 91/2000	Aprovado em 28.3.2000
286/2000	CAS	Geraldo Althoff	MSF nº 92/2000	Aprovado em 18.4.2000
514/2000	CCJ	Bernardo Cabral	MSF nº 109/2000	Aprovado em 24.5.2000
554/2000	CRE	Mauro Miranda	MSF nº 71/2000	Aprovado em 31.5.2000
555/2000	CRE	Carlos Wilson	MSF nº 104/2000	Aprovado em 31.5.2000
591/2000	CRE	Gilberto Mestrinho	MSF nº 72/2000	Aprovado em 7.6.2000
592/2000	CRE	Bernardo Cabral	MSF nº 86/2000	Aprovado em 7.6.2000
626/2000	CRE	Pedro Simon	MSF nº 102/2000	Aprovado em 13.6.2000
627/2000	CRE	Pedro Simon	MSF nº 115/2000	Aprovado em 13.6.2000
633/2000	CRE	José Fogaça	MSF nº 105/2000	Aprovado em 14.6.2000
634/2000	CRE	Moreira Mendes	MSF nº 110/2000	Aprovado em 14.6.2000
635/2000	CRE	Hugo Napoleão	MSF nº 98/2000	Aprovado em 14.6.2000
670/2000	CAE	José Fogaça	MSF nº 126/2000	Aprovado em 27.6.2000
671/2000	CAE	Pedro Piva	MSF nº 127/2000	Aprovado em 27.6.2000
672/2000	CAE	Francelino Pereira	MSF nº 128/2000	Aprovado em 27.6.2000
673/2000	CAE	Edison Lobão	MSF nº 129/2000	Aprovado em 27.6.2000
825/2000	CCJ	José Fogaça	Relatório da Comissão Especial criada na Câmara dos Deputados para apreciar e proferir parecer sobre as emendas do Senado ao PLC nº 118/84 (<i>institui o Código Civil</i>).	Aprovado em 10.8.2000 – À Câmara dos Deputados
891/2000	CAE	Lúcio Alcântara	MSF nº 167/2000	Aprovado em 13.9.2000
840/2000	CCJ	Edison Lobão	MSF nº 147/2000	Aprovado em 13.9.2000

Número	Comissão	Relator	Matéria	Resultado
928/2000	CRE	Bernardo Cabral	MSF nº 119/2000	Aprovado em 3.10.2000
939/2000	CI	Juvêncio da Fonseca	MSF nº 168/2000	Aprovado em 10.10.2000
940/2000	CI	Osmar Dias	MSF nº 169/2000	Aprovado em 10.10.2000
941/2000	CI	Geraldo Cândido	MSF nº 171/2000	Aprovado em 10.10.2000
942/2000	CI	Marluce Pinto	MSF nº 172/2000	Aprovado em 10.10.2000
943/2000	CI	Arlindo Porto	MSF nº 170/2000	Aprovado em 10.10.2000
990/2000	Plenário	Pedro Piva	MSF nº 140/2000	Aprovado em 18.10.2000
991/2000	Plenário	Lauro Campos	MSF nº 164/2000	Aprovado em 18.10.2000
992/2000	Plenário	Tião Viana	MSF nº 120/2000	Aprovado em 18.10.2000
993/2000	Plenário	Moreira Mendes	MSF nº 130/2000	Aprovado em 18.10.2000
994/2000	Plenário	Moreira Mendes	MSF nº 141/2000	Aprovado em 18.10.2000
995/2000	Plenário	José Jorge	MSF nº 142/2000	Aprovado em 18.10.2000
1.051/2000	CI	Gerson Camata	MSF nº 211/2000	Aprovado em 8.11.2000
1.060/2000	CI	Romero Jucá	MSF nº 216/2000	Aprovado em 8.11.2000
1.062/2000	CRE	Wellington Roberto	MSF nº 165/2000	Aprovado em 8.11.2000
1.063/2000	CRE	Artur da Távola	MSF nº 174/2000	Aprovado em 8.11.2000
1.099/2000	CRE	Romeu Tuma	MSF nº 205/2000	Aprovado em 21.11.2000
1.100/2000	CRE	José Jorge	MSF nº 230/2000	Aprovado em 21.11.2000
1.065/2000	CI	Paulo Souto	MSF nº 212/2000	Aprovado em 21.11.2000
1.092/2000	CCJ	José Fogaça	MSF nº 231/2000	Aprovado em 22.11.2000
1.146/2000	CCJ	José Fogaça	MSF nº 208/2000	Aprovado em 29.11.2000
1.147/2000	CCJ	Iris Rezende	MSF nº 237/2000	Aprovado em 29.11.2000

i.4.2) Sem número

Comissão	Relator	Matéria	Resultado
CRE	Gilberto Mestrinho	MSF nº 85/2000	Aprovado em 29.3.2000
CRE	Eduardo Suplicy	MSF nº 117/2000	Aprovado em 13.9.2000
CRE	Eduardo Suplicy	MSF nº 121/2000	Aprovado em 13.9.2000
CRE	Eduardo Suplicy	MSF nº 124/2000	Aprovado em 13.9.2000

j) EMENDAS OFERECIDAS EM PLENÁRIO

j.1) De Sessão Legislativa anterior

(1ª Sessão Ordinária e 2ª Sessão Extraordinária da 51ª Legislatura)

j.1.1) PEC

Número	1º Signatário	Assunto	Matéria	Resultado
2-Plen	Ney Suassuna	Altera o <i>caput</i> do art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, constante do art. 2º da PEC.	PEC nº 90/99	Prejudicada em 29.3.2000, pela aprovação da Subemenda nº 1-CCJ
3-Plen	Antônio Carlos Valadares	Altera a redação do art. 2ª da PEC.		Rejeitada em 29.3.2000
4-Plen	Álvaro Dias	Altera o § 3º-A do art. 100 da Constituição, acrescentado pela PEC.		Rejeitada em 29.3.2000
5-Plen	Álvaro Dias	Acrescenta § 3º-A ao art. 100 da Constituição, de acordo com a redação dada pelo art. 1º da PEC.		Rejeitada em 29.3.2000

j.1.2) PLS

Número	Autor	Assunto	Matéria	Resultado
2-Plen	Eduardo Suplicy	Altera a redação do art. 1º do projeto.	PLS nº 12/99	Tramitando
3-Plen	Romero Jucá	Altera a redação do art. 1º do Substitutivo ao projeto.		Tramitando
2-Plen	Moreira Mendes	Altera a redação do § 1º do art. 3º do projeto.	PLS nº 31/99	Tramitando
3-Plen		Altera a redação do art. 5º do projeto.		Tramitando
4-Plen		Modifica o <i>caput</i> do art. 6º do projeto.		Tramitando
5-Plen		Suprime o parágrafo único do art. 7º do projeto.		Tramitando
6-Plen		Altera a redação do art. 9º do projeto.		Tramitando
7-Plen		Altera a redação do § 2º do art. 12 do projeto.		Tramitando
8-Plen		Altera a redação do § 2º do art. 16 do projeto.		Tramitando
9-Plen		Altera a redação do § 3º do art. 16 do projeto.		Tramitando
10-Plen		Altera a redação do § 1º do art. 22 do projeto.		Tramitando
11-Plen		Altera a redação do § 2º do art. 22 do projeto.		Tramitando

Número	1º Signatário	Assunto	Matéria	Resultado
12-Plen		Suprime o art. 28 do projeto.	PLS nº 31/99 (Continuação)	Tramitando
13-Plen		Acrescenta parágrafo único ao art. 28 do projeto.		Tramitando
14-Plen		Altera a redação do art. 31 do projeto.		Tramitando
15-Plen		Altera a redação do § 1º do art. 34 do projeto.		Tramitando
16-Plen		Altera a redação do § 2º do art. 34 do projeto.		Tramitando
17-Plen		Altera a redação do § 3º do art. 34 do projeto.		Tramitando
18-Plen		Altera a redação do art. 36 do projeto.		Tramitando
19-Plen		Altera a redação do § 3º do art. 36 do projeto.		Tramitando
20-Plen		Altera a redação do art. 37 do projeto.		Tramitando
21-Plen		Suprime o § 2º do art. 38 do projeto.		Tramitando
22-Plen		Suprime o art. 39 do projeto.		Tramitando
23-Plen		Altera a redação do art. 39 do projeto.		Tramitando
24-Plen		Suprime o art. 40 do projeto.		Tramitando
25-Plen		Suprime o art. 41 do projeto.		Tramitando
2-Plen		Luiz Otávio		Altera a redação do § 2º do art. 1º do projeto.
3-Plen	Inclui parágrafo único ao art. 2º do projeto.	Rejeitadas em 18.10.2000		
4-Plen	Suprime o parágrafo único do art. 8º do projeto.			
5-Plen	Altera a redação do art. 9º do projeto, permanecendo com o seu parágrafo único.			
6-Plen	Suprime o inciso II do art. 14 do projeto.			
7-Plen	Altera a redação do art. 15 do projeto.			
1-Plen	Gerson Camata	Acrescenta redação ao texto, onde couber.	PLS nº 687/99	Prejudicada em virtude da aprovação da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo).

j.1.3) PLC

Número	Autor	Assunto	Matéria	Resultado
1-Plen (turno suplementar)	Luiz Estevão	Altera o art. 1º do Substitutivo ao projeto.	PLC nº 24/98	Rejeitada em 3.5.2000
2-Plen (turno suplementar)		Transforma o parágrafo único do art. 1º do Substitutivo ao projeto em art. 2º.		Aprovadas em 3.5.2000

Número	Autor	Assunto	Matéria	Resultado
3-Plen (turno suplementar)		Renumerar o art. 2º do Substitutivo para art. 3º.	PLC nº 24/98 (Continuação)	
1-Plen	Jefferson Péres	Suprime o § 4º do art. 1º do projeto.	PLC nº 57/99	Retirada (RQS nº 43/2000)
2-Plen	Mozarildo Cavalcanti	Altera a redação dos §§ 2º a 4º do projeto.		Retirada (RQS nº 41/2000)
3-Plen	Gerson Camata	Acrescenta art. 3º ao projeto, renumerando os demais.		Retirada (RQS nº 42/2000)
1-Plen	Amir Lando	Altera a redação do art. 1º do projeto.	PLC nº 60/99	Prejudicadas em 28.6.2000
2-Plen		Suprime o art. 2º do projeto, renumerando-se os demais.		
3-Plen		Acrescenta inciso I ao art. 4º do projeto, renumerando-se os demais.		
4-Plen	Gerson Camata	Altera a redação do inciso VI do art. 5º do projeto.		
5-Plen	Jader Barbalho	Altera a redação do § 1º do art. 5º do projeto.		
6-Plen	Gerson Camata	Acrescenta § 4º ao art. 5º do projeto.		
5-Plen	Edison Lobão	Altera a redação do § 3º do art. 7º do projeto.	PLC nº 4/2000 Complementar	Retirada (RQS nº 182/2000)
6-Plen	José Eduardo Dutra	Inclui § 3º no art. 9º do projeto, renumerando os demais.		Rejeitada em 11.4.2000
7-Plen		Altera a redação do § 3º do art. 17 do projeto.		Rejeitada em 11.4.2000
8-Plen	Ney Suassuna	Altera a redação do <i>caput</i> do art. do projeto.		Rejeitada em 11.4.2000
9-Plen	Luiz Otávio	Altera a redação do inciso II do art. 20 do projeto.		Rejeitada em 11.4.2000
10-Plen	Nabor Júnior	Altera a redação da alínea "a" do inciso II do art. 20 do projeto.		Rejeitada em 11.4.2000
11-Plen	José Eduardo Dutra	Suprime expressão do inciso I do art. 30 do projeto.		Rejeitada em 11.4.2000
12-Plen		Suprime as Subseções II e III da Seção IV – Das Operações de Crédito, do Capítulo VI.		Rejeitada em 11.4.2000
13-Plen		Altera a redação do art. 32, § 1º, do projeto.		Rejeitada em 11.4.2000
14-Plen	Eduardo Suplicy	Altera a redação do § 1º do art. 35 do projeto.		Rejeitada em 11.4.2000
15-Plen	Edison Lobão	Altera a redação do inciso I do art. 39 do projeto.		Retirada (RQS nº 181/2000)
16-Plen	José Eduardo Dutra	Suprime o art. 40 do projeto.		Rejeitada em 11.4.2000
17-Plen		Suprime o art. 50, § 2º, do projeto.		Rejeitada em 11.4.2000
18-Plen		Edison Lobão		Inserir artigo, onde couber, no projeto.

Número	Autor	Assunto	Matéria	Resultado
19-Plen	Mozarildo Cavalcanti	Suprime o § 3º do art. 40 do projeto.	PLC nº 4/2000 Complementar (Continuação)	Rejeitada em 11.4.2000
20-Plen		Suprime o § 7º do art. 30 do projeto.		Rejeitada em 11.4.2000
21-Plen		Suprime expressão do <i>caput</i> do art. 20 do projeto.		Rejeitada em 11.4.2000
22-Plen	Pedro Simon	Suprime, no parágrafo único do art. 48, o termo "incentivo", substituindo a crase a , que se lhe segue, pelo artigo a .		Rejeitada em 11.4.2000

j.1.4) PRS

Número	Autor	Assunto	Matéria	Resultado
1-Plen	José Jorge	Acrescenta art. 3º ao projeto, renumerando-se os demais (DSF de 18.5.99)	PRS nº 54/99	Tramitando
1-Plen	José Eduardo Dutra	Suprime expressão do art. 78 do RISF, constante do art. 1º do projeto. (DSF de 26.8.99)	PRS nº 81/99	Tramitando
2-Plen		Acrescenta parágrafos aos arts. 78, constante do art. 1º do projeto, e 88 do RISF.		Tramitando
3-Plen		Acrescenta § 2º ao art. 80 do RISF, e renumera como § 1º o atual parágrafo único.		Tramitando
4-Plen		Dá nova redação ao § 1º do art. 132 do RISF, constante do art. 1º do projeto.		Tramitando
5-Plen		Suprime expressões do art. 243 do RISF.		Tramitando
6-Plen		Dá nova redação ao inciso III do art. 336 do RISF.		Tramitando
7-Plen		Acrescenta parágrafo ao art. 336 do RISF, renumerando-se o atual parágrafo único como primeiro.		Tramitando
8-Plen		Dá nova redação aos incisos I, II e III do art. 338 do RISF.		Tramitando
9-Plen		Dá nova redação ao inciso II do art. 341 do RISF.		Tramitando
10-Plen		Acrescenta § ao art. 356, renumerando-se o atual parágrafo único como primeiro.		Tramitando
11-Plen		Acrescenta § 3º ao art. 356 do RISF, constante do art. 1º do projeto.		Tramitando
12-Plen		Restabelece a redação original do art. 357 do RISF, modificado pelo projeto.		Tramitando
13-Plen		Restabelece a redação original do art. 360 do RISF, modificado pelo projeto.		Tramitando

j.2) Da presente Sessão Legislativa

j.2.1) PEC

Número	1º Signatário	Assunto	Matéria	Resultado
1-Plen	José Roberto Arruda	Altera a redação do art. 40 da Constituição Federal, conforme a redação dada pela Emenda Constitucional nº 28/98.	PEC nº 57/95	Tramitando
2-Plen	Thelma Siqueira Campos	Altera a redação do art. 107 da Constituição Federal, conforme a redação dada pela proposta.		Tramitando
2-Plen	José Fogaça	Altera o <i>caput</i> do art. 101 da Constituição Federal.	PEC nº 7/99	Tramitando
1-Plen	José Eduardo Dutra	Acrescenta artigo à proposta.	PEC nº 24/99	Aprovada em 7.6.2000
2-Plen	Sérgio Machado	Altera a redação dos §§ 2º e 3º do art. 14.	PEC nº 61/99	Tramitando
3-Plen	José Roberto Arruda	Altera a redação do § 1º do art. 14.		Tramitando
3-Plen	Leomar Quintanilha	Altera a redação do art. 40 da Constituição Federal, conforme a redação dada pela PEC.	PEC nº 63/99	Tramitando
3-Plen	Carlos Patrocínio	Altera a redação do § 1º do art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a redação proposta pela PEC.	PEC nº 67/99 (tramitando em conjunto com a PEC nº 96/99)	Tramitando
4-Plen	Eduardo Suplicy	Inclui parágrafo único ao artigo 76.		Tramitando
5-Plen	Antônio Carlos Valadares	Inclui parágrafo, onde couber, no art. 78 do substitutivo.		Tramitando
2-Plen	Valmir Amaral	Acrescenta parágrafo ao art. 144 da Constituição Federal.	PEC nº 87/99	Tramitando
1-Plen	José Fogaça	Acrescenta parágrafo ao art. 1º da proposta.	PEC nº 2/2000	Tramitando

j.2.2) PLS

Número	Autor	Assunto	Matéria	Resultado
2-Plen	Heloísa Helena	Suprime o art. 4º do projeto, com a redação dada pela Emenda Substitutiva nº 1, da CCJ.	PLS nº 30/99	Prejudicada em 26.10.2000, em virtude da aprovação da subemenda nº 1/CCJ à Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo)

Número	Autor	Assunto	Matéria	Resultado
1-Plen	Ademir Andrade	Acrescenta redação ao § 3º do art. 1º do projeto.	Substitutivo do PLS nº 54/99.	Aprovadas em 14.9.2000
2-Plen	Ademir Andrade	Acrescenta redação à parte final do § 4º do art. 1º do projeto.		
2-Plen	Lúcio Alcântara	Emenda Substitutiva ao projeto.	PLS nº 168/99	Tramitando
1-Plen	Gerson Camata	Inclui § 2º ao artigo 43-A do projeto, passando o parágrafo único a ser parágrafo primeiro.	PLS nº 214/99 Complementar	Tramitando
1-Plen	José Roberto Arruda	Altera a redação do art. 1º do projeto.	PLS nº 270/99	Tramitando
2-Plen	Eduardo Suplicy	Retifica a redação do art. 1º do projeto.	PLS nº 320/99	Tramitando
3-Plen	Heloísa Helena	Suprime o art. 2º do projeto.		Tramitando
7-Plen	Paulo Hartung	Altera a redação do art. 2º e, em consequência, suprime o art. 5º do projeto.	PLS nº 353/99	Tramitando
2-Rel	Luiz Otávio	Mantém o inciso I do § 1º do art. 2º da Lei Complementar nº 91, de 1997.	PLS nº 464/99 Complementar	Aprovada em 22.3.2000
3-Rel		Suprime o art. 3º do projeto, em obediência ao art. 9º da Lei Complementar nº 95, de 1998.		Aprovada em 22.3.2000
3-Plen	Gerson Camata	Acrescenta alínea q ao art. 4º da Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965.	PLS nº 536/99	Tramitando
17-Plen	José Eduardo Dutra	Altera a redação dos §§ 1º e 2º do projeto	PLS nº 646/99	Tramitando
18-Plen	Pedro Simon	Suprime o art. 2º e seu parágrafo do projeto		Tramitando
19-Plen	José Eduardo Dutra e Eduardo Suplicy	Altera a redação do art. 5º do projeto.		Tramitando
20-Plen	Pedro Simon	Suprime a parte final do art. 5º do projeto.		Tramitando
21-Plen	Eduardo Suplicy e José Eduardo Dutra	Suprime, no art. 8º do projeto, a expressão "complementar".		Tramitando
22-Plen	José Eduardo Dutra e Eduardo Suplicy	Altera a redação do art. 10 do projeto.		Tramitando
23-Plen	Pedro Simon	Altera a redação do art. 12 do projeto.		Tramitando
24-Plen	Pedro Simon	Suprime, do projeto, o art. 14 e seu parágrafo único.		Tramitando
25-Plen	Eduardo Suplicy	Altera a redação do <i>caput</i> do art. 14 do projeto.		Tramitando
26-Plen	Pedro Simon	Suprime o art. 15 do projeto.		Tramitando
27-Plen	Pedro Simon	Suprime, do projeto, o art. 16 e seus parágrafos.		Tramitando

Número	Autor	Assunto	Matéria	Resultado	
28-Plen	José Eduardo Dutra e Eduardo Suplicy	Altera a redação do <i>caput</i> e § 1º do art. 16 do projeto.	PLS nº 646/99 (Continuação)	Tramitando	
29-Plen	Pedro Simon	Suprime o parágrafo único do art. 17 do projeto.		Tramitando	
30-Plen	Pedro Simon	Suprime a parte final do art. 14 do projeto.		Tramitando	
31-Plen	Eduardo Suplicy e José Eduardo Dutra	Altera a redação do art. 26 do projeto.		Tramitando	
32-Plen	Pedro Simon	Altera a redação do art. 26 do projeto.		Tramitando	
33-Plen	Pedro Simon	Suprime, do projeto, o art. 28 e seu parágrafo único.		Tramitando	
34-Plen	Pedro Simon	Altera a redação do inciso III do art. 31 do projeto.		Tramitando	
35-Plen	Pedro Simon	Suprime, do projeto, o art. 43 e seus parágrafos.		Tramitando	
36-Plen	José Eduardo Dutra e Eduardo Suplicy	Altera a redação do art. 43 do projeto.		Tramitando	
37-Plen	Pedro Simon	Suprime, do projeto, o art. 50 e seus incisos.		Tramitando	
38-Plen	José Eduardo Dutra e Eduardo Suplicy	Altera a redação do art. 50 do projeto.		Tramitando	
1-Plen	Jorge Bornhausen	Altera a redação do art. 2º do projeto, renumerando o atual art. 2º para art. 3º.		PLS nº 676/99.	Tramitando
1-Plen	Tião Viana	Suprime o art. 2º do Substitutivo ao projeto.		PLS nº 687/99	Tramitando
2-Plen	Heloísa Helena	Altera a redação do inciso II do art. 2º do Substitutivo ao projeto.	Tramitando		
3-Plen	Heloísa Helena	Altera a redação do inciso III do art. 2º do Substitutivo ao projeto.	Tramitando		
4-Plen	Heloísa Helena	Altera a redação do art. 6º do Substitutivo ao projeto.	Tramitando		
5-Plen	Heloísa Helena	Altera preposição no § 2º do art. 8º do Substitutivo ao projeto.	Tramitando		

j.2.3) PLC

Número	Autor	Assunto	Matéria	Resultado
1-Plen	Edison Lobão	Altera a redação do § 1º do art. 3º do projeto.	PLC nº 101/96	Tramitando
4-Plen	Lúcio Alcântara	Altera a redação do art. 2º do projeto.	PLC nº 14/98.	Tramitando

Número	Autor	Assunto	Matéria	Resultado
5-Plen	Jonas Pinheiro	Altera a redação do inciso XVIII do art. 2º do projeto.	PLC nº 27/99	Rejeitadas em 21.6.2000
6-Plen		Adiciona inciso XIV ao art. 4º do projeto		
7-Plen		Altera o <i>caput</i> do art. 22 do projeto.		
8-Plen		Adiciona § 3º ao art. 25 do projeto.		
9-Plen		Altera a redação do art. 45 do projeto.		
4-Plen	Roberto Saturnino	Inclui inciso V no art. 11 do projeto.	PLC nº 34/99	Rejeitadas em 28.11.2000
5-Plen		Acrescenta inciso IV ao art. 13 do projeto.		
6-Plen		Altera a redação do art. 15 do projeto.		
7-Plen		Inclui inciso IV ao art. 21 do projeto.		
2-Plen	Sebastião Rocha	Inclui expressão no § 1º do art. 4º do projeto.	PLC nº 43/99 Complementar	Rejeitada em 12.4.2000
3-Plen		Altera a redação do § 2º do art. 4º do projeto.		Rejeitada em 12.4.2000
4-Plen	Roberto Saturnino	Acrescenta § 4º ao art. 4º do projeto.		Rejeitada em 12.4.2000
5-Plen	Sebastião Rocha	Inclui parágrafo 4º ao art. 4º do projeto.		Rejeitada em 12.4.2000
6-Plen	Roberto Saturnino	Altera a redação do art. 5º do projeto.		Rejeitada em 12.4.2000
7-Plen	Sebastião Rocha	Suprime expressão do art. 5º do projeto		Rejeitada em 12.4.2000
8-Plen		Inclui parágrafo 1º ao art. 5º do projeto.		Rejeitada em 12.4.2000
9-Plen		Inclui parágrafo 1º ao art. 5º do projeto.		Rejeitada em 12.4.2000
10-Plen		Altera a redação do § 3º do art. 5º do projeto.		Rejeitada em 12.4.2000
11-Plen		Inclui expressão no § 4º do art. 5º do projeto.		Rejeitada em 12.4.2000
12-Plen		Substitui expressão do art. 11 do projeto.		Rejeitada em 12.4.2000
13-Plen		Altera a redação dos incisos I e II do art. 11 do projeto.		Rejeitada em 12.4.2000
14-Plen		Inclui art. 11 e parágrafo único ao projeto, renumerando-se os demais		Rejeitada em 12.4.2000
15-Plen		Inclui parágrafo único ao art. 12 do projeto.		Rejeitada em 12.4.2000
16-Plen	Romeu Tuma	Altera a redação da <i>caput</i> do art. 15 do projeto, acrescentando parágrafo único.		Rejeitada em 12.4.2000

Número	Autor	Assunto	Matéria	Resultado
17-Plen	Mauro Miranda	Altera a redação da <i>caput</i> do art. 15 do projeto.	PLC nº 43/99 Complementar (Continuação)	Rejeitada em 12.4.2000
18-Plen	Roberto Saturnino	Acrescenta expressão ao <i>caput</i> do art. 15 do projeto.		Rejeitada em 12.4.2000
19-Plen		Acrescenta expressão ao <i>caput</i> do art. 15 do projeto.		Rejeitada em 12.4.2000
20-Plen	Heloísa Helena	Adiciona expressão ao art. 15 do projeto.		Rejeitada em 12.4.2000
21-Plen		Adiciona expressão ao art. 15 do projeto.		Rejeitada em 12.4.2000
22-Plen	Tião Viana	Acrescenta expressões ao art. 15 do projeto.		Aprovada em 12.4.2000
23-Plen	Ademir Andrade	Inclui outros servidores de outras carreiras ao art. 15 do projeto.		Rejeitada em 12.4.2000
24-Plen	Lúcio Alcântara	Acrescenta outras carreiras ao <i>caput</i> do art. 15 do projeto.		Rejeitada em 12.4.2000
25-Plen	Artur da Távola	Inclui carreiras no <i>caput</i> do art. 15 do projeto.		Rejeitada em 12.4.2000
26-Plen		Inclui carreiras no <i>caput</i> do art. 15 do projeto.		Rejeitada em 12.4.2000
27-Plen	Roberto Saturnino e Antônio Carlos Valadares	Acrescenta expressão ao <i>caput</i> do art. 15 do projeto.		Rejeitada em 12.4.2000
28-Plen	Ronaldo Cunha Lima	Altera a redação do § 1º do art. 15 do projeto.		Rejeitada em 12.4.2000
29-Plen	Jader Barbalho	Inclui § 3º ao art. 15 do projeto.		Aprovada em 12.4.2000
30-Plen	Romeu Tuma	Altera a redação do art. 16 do projeto.		Rejeitada em 12.4.2000
31-Plen	Lúcio Alcântara	Altera a redação do art. 16 do projeto.		Aprovada em 12.4.2000
32-Plen	José Eduardo Dutra	Altera a redação do art. 16 do projeto.		Rejeitada em 12.4.2000
33-Plen	Sebastião Rocha	Altera a redação do § 2º do art. 16 do projeto.	Rejeitada em 12.4.2000	
17-Plen	Bernardo Cabral	Inclui art. 6º ao projeto, renumerando-se os demais.	PLC nº 49/99	Rejeitada em 14.12.2000
18-Plen	Paulo Souto	Inclui dispositivos ao projeto, onde couber.		Retirada (RQS nº 662/2000)
19-Plen	Gilberto Mestrinho	Altera a redação do art. 1º da Lei nº 8.248, de 1991.		Aprovada com subemenda de redação em 14.12.2000

Número	Autor	Assunto	Matéria	Resultado	
1-Plen	Gilberto Mestrinho	Altera a redação do art. 1º do Substitutivo.	Substitutivo do PLC nº 49/99	Rejeitadas em 14.12.2000	
2-Plen		Altera a redação do art. 1º do Substitutivo.			
3-Plen		Altera a redação do art. 1º do Substitutivo.			
4-Plen		Altera a redação do art. 6º do Substitutivo.			
5-Plen		Altera a redação do art. 6º do Substitutivo.			
6-Plen		Altera a redação do art. 7º do Substitutivo.			
7-Plen		Altera a redação do art. 8º do Substitutivo.			
8-Plen		Altera a redação do art. 9º do Substitutivo.			
9-Plen	Paulo Souto e outros Senadores	Altera a redação do art. 11 do Substitutivo.			Aprovada em 14.12.2000
10-Plen	Sérgio Machado e Heloísa Helena	Suprime a Subemenda oferecida ao <i>caput</i> do art. 1º.			Aprovada em 14.12.2000
1-Plen	Heloísa Helena	Altera a redação § 2º do art. 11 do projeto.	PLC nº 1/2000 Complementar	Tramitando	
2-Plen	Heloísa Helena	Altera a redação do parágrafo único do art. 15 do projeto.		Tramitando	
3-Plen	José Roberto Arruda	Inclui artigo nas Disposições Gerais do projeto.		Tramitando	
1-Plen	Bello Parga	Altera a redação do art. 3º do projeto.	PLC nº 25/2000	Tramitando	
2-Plen	José Jorge	Altera a redação do art. 1º do projeto.	PLC nº 26/2000	Tramitando	
1-Plen	Álvaro Dias	Altera a redação do art. 2º do projeto.	PLC nº 36/2000	Aprovada em 10.8.2000	
1-Plen	Pedro Simon	Altera a redação do inciso V do art. 3º do projeto.	PLC nº 38/2000	Rejeitada em 6.12.2000	
1-Plen	Clodoaldo Torres	Acrescenta artigos ao projeto.	PLC nº 50/2000	Rejeitada em 3.10.2000	

j.2.4) PRS

Número	Autor	Assunto	Matéria	Resultado
2-Plen	Geraldo Melo	Inclui artigo ao projeto.	PRS nº 8/2000	Rejeitada em 21.6.2000
1-Plen	Geraldo Melo	Inclui artigo ao substitutivo, em turno suplementar.		Aprovada em 21.6.2000
1-Plen	Ricardo Santos	Altera a redação do § 1º-C do art. 3º do art. 2º do Substitutivo ao projeto.	Substitutivo ao PRS nº 25/2000	Rejeitada em 29.6.2000
2-Plen	Ricardo Santos e Gerson Camata	Suprime do art. 2º do Substitutivo o § 1º-D do art. 3º.		Rejeitada em 29.6.2000
3-Plen	José Eduardo Dutra	Acrescenta § 1º-E ao art. 2º do Substitutivo.		Aprovada em 29.6.2000
1-Plen	Heloísa Helena	Inclui art. 1º ao projeto, renumerando os demais.	PRS nº 35/2000	Aprovada em 2.5.2000
1-Plen	José Eduardo Dutra	Altera a redação do inciso IV do art. 3º do projeto, acrescentando os incisos XI e XII.	PRS nº 36/2000	Rejeitada em 2.5.2000
2-Plen	Eduardo Suplicy	Altera a redação do inciso IV do art. 3º do projeto.		Rejeitada em 2.5.2000
3-Plen	Romeu Tuma	Inclui art. 3º ao projeto, renumerando o atual art. 3º para art. 4º.		Aprovada em 2.5.2000
1-Plen	Antônio Carlos Valadares	Altera a redação do parágrafo único do art. 4º do projeto.	PRS nº 47/2000	Aprovada em 4.5.2000
1-Plen	Geraldo Althoff e Jorge Bornhausen	Altera a redação do parágrafo único do art. 3º do projeto.	PRS nº 49/2000	Aprovada em 4.5.2000
1-Plen	Antonio Carlos Valadares e Maria do Carmo Alves	Acrescenta artigo ao projeto.	PRS nº 79/2000	Retirada (RQS nº 632/2000)
1-Plen	Ronaldo Cunha Lima	Altera a redação do § 2º do art. 2º do projeto.	PRS nº 82/2000	Tramitando
2-Plen		Altera a redação do art. 6º e seus parágrafos.		Tramitando

G.9 – QUESTÕES DE ORDEM E SOLICITAÇÕES DE PROVIDÊNCIAS

G.9.1) Da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Leitura	Autor	Assunto	Resultado
08.04.99	Emília Fernandes	Manifesta repúdio em relação a campanhas de desmoralização, em curso na mídia, ao Senado Federal e à Justiça do Trabalho.	<p>A Presidência informa que, cumprindo a Resolução nº 17, § 2º, vai encaminhar o fato à Corregedoria do Senado (DSF nº 52, de 9.4.99, página 7649).</p> <p>(Resultou do despacho do Presidente: 1) Ofício SF nº 322/99, datado de 13.4.99, do Presidente do SF ao Senador Romeu Tuma, da Corregedoria do SF (anexas as notas taquigráficas dos pronunciamentos da Senadora Emília Fernandes e do Senador Osmar Dias).</p>
16.06.99	Roberto Freire	Manifesta repúdio em relação: 1) à liminar parcial concedida pelo Ministro Sepúlveda Pertence, do Supremo Tribunal Federal, ao ex-Presidente do Banco Central, Sr. Francisco Lopes, impedindo a quebra do seu sigilo bancário e fiscal pela CPI dos Bancos; 2) a despacho que, segundo uma agência de notícias, o Sr. Ministro teria dado na referida liminar, repreendendo o trabalho da CPI e de seus membros.	<p>A Presidência acata a primeira manifestação do Senador, criticando também a iniciativa do Ministro de decidir assunto dessa natureza em liminar, não tendo se manifestado sobre o segundo ponto levantado pelo Senador (DSF nº 99, de 17.6.99 – páginas 15485 / 15486).</p>
16.06.99	Artur da Távola	Solicita que os juristas da Casa elaborem uma legislação que torne as CPIs mais eficazes e criem para elas um procedimento jurídico que torne efetivo o seu funcionamento e lhes dê foros de plena juridicidade.	<p>A Presidência acata a manifestação do Senador e sugere que os Líderes indiquem representantes para formar uma comissão para elaborar legislação específica para as CPIs (DSF nº 99, de 17.6.99, página 15486).</p>
16.06.99	Jader Barbalho	Pondera ser adequado que o Supremo Tribunal Federal: 1) se pronuncie, com urgência, quanto ao mérito do processo movido pelo Sr. Francisco Lopes, ex-Presidente do Banco Central, contra a CPI dos Bancos; 2) defina o quanto antes, à luz da Constituição, os limites das CPIs, tarefa que é da sua competência única e exclusiva.	<p>A Presidência reitera seu posicionamento contrário à interferência do Poder Judiciário nos trabalhos das CPIs, que estão cumprindo rigorosamente o papel do Congresso Nacional (DSF nº 99, de 17.6.99, páginas 15489 / 15490).</p>

G.9.2) Da 2ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura

G.9.2.1) Numerada

Número	Leitura	Autor	Assunto	Resultado
1/2000	21.1.2000	Eduardo Suplicy	Solicita exame das operações realizadas pelos controladores da Embraer, a fim de verificar possível desrespeito às restrições impostas pela Resolução nº 69, de 1994, do SF, no tocante à participação acionária estrangeira na privatização da empresa.	Despachada à CCJ ((DSF de 22.1.2000, pgs. 793/798)

G.9.2.2) Sem número

Sessão	Autor	Assunto	Resultado
10.01.2000	Eduardo Suplicy	Solicita providências junto ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Sr. Alcides Tápias, no sentido da complementação das informações prestadas em resposta ao Requerimento nº 561/99, de autoria do Senador Eduardo Suplicy.	A Presidência informa que a Mesa reiterará o pedido de informação ao Ministério em questão, encaminhando também o discurso do Senador (DSF de 11.01.2000, pgs. 00061/00063). (Em 11.01.2000, através do Of. nº 154/SF, a Presidência encaminhou ao Sr. Ministro, em aditamento ao Of. nº 1144/SF, de 10.11.99, as notas taquigráficas do pronunciamento do Senador Eduardo Suplicy)

Sessão	Autor	Assunto	Resultado
11.01.2000	Roberto Freire	<p>Solicita a inclusão, na pauta da convocação extraordinária, da PEC nº 86/99 (<i>assegura recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde</i>), aprovada em dois turnos na Câmara dos Deputados.</p> <p>Na sessão do dia 30.3.2000, o Senador Roberto Freire, falando pela Liderança, reiterou que a matéria em tela, atualmente na SGM, para onde foi em 23.11.99, retorne à CCJ e retome a sua tramitação normal.</p>	<p>A Presidência informa que proposta de emenda constitucional no mesmo sentido foi rejeitada na sessão legislativa anterior (PEC nº 19/97, do Senador Antônio Carlos Valadares) e que a solicitação do Senador será atendida no mês de fevereiro de 2000 (DSF de 12.01.2000, pg. 00105).</p> <p>(A referida PEC foi lida em Plenário na sessão de 12.11.99, encaminhada à CCJ na mesma data e devolvida à SGM, em atendimento ao Of. SF nº 1.208/99, de 23.11.99, para o exame da matéria à luz do § 5º do art. 60 da CF.)</p> <p>(A CAS, em sua reunião de 23.2.2000, aprovou o Requerimento CAS nº 1/2000, do Senador Tião Viana, que solicita gestões junto ao Presidente da CCJ, Senador José Agripino, no sentido da realização, em reunião conjunta da CAS e CCJ, de audiência pública com técnicos, representantes da sociedade civil e autoridades públicas que atuam na área de saúde, para instrução da apreciação da PEC nº 86/99.</p> <p>Em 29.2.2000, o Sr. Presidente recebeu, em seu gabinete, o Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns e a Drª Zilda Arns Neumann, Coordenadora Nacional da Pastoral da Criança, que foram solicitar empenho para a aprovação da referida PEC – <i>Jornal do Senado</i>, edição de 1º.3.2000, pg. 2.</p> <p>A Presidência informa que as providências reclamadas já haviam sido tomadas pelo Presidente do SF, que já fizera recomendação nesse sentido à Secretaria-Geral da Mesa (DSF de 31.3.2000, pg. 5660/5661).</p> <p>(Ver, neste quadro, manifestação do Senador Jader Barbalho em 28.4.2000)</p> <p>(A proposição foi aprovada, em segundo turno, em 10.8.2000, promulgada em 13.9.2000 e convertida na Emenda Constitucional nº 29/2000, de 14.9.2000.)</p>

Sessão	Autor	Assunto	Resultado
18.1.2000	Pedro Simon	Solicita dispensa da audiência da CCJ e a votação imediata do RQS nº 16/2000, de sua autoria, de manifestação de voto de aplauso ao jornalista Barbosa Lima Sobrinho pelo transcurso do seu 103º aniversário; em seguida, anuncia que apresentará requerimento de realização de sessão especial em homenagem ao mesmo jornalista.	<p>A Presidência, após consulta ao Plenário e com a sua anuência, coloca o RQS nº 16/2000 imediatamente em votação, o qual é aprovado após o encaminhamento da votação pelo seu autor, e anuncia sua disposição de, juntamente com o Presidente da Câmara dos Deputados, realizar sessão especial em homenagem ao jornalista, que também foi Deputado Federal (DSF de 19.1.2000, pgs. 487/490).</p> <p>(Em 1.8.2000, foi aprovado o RQS 413/2000, do Senador Pedro Simon e outros Senadores, no sentido da realização de Sessão Especial destinada a homenagear o advogado, jornalista, escritor, político administrador, acadêmico e estadista, Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, falecido em 16.7.2000, no Rio de Janeiro.</p> <p>Até a conclusão deste Relatório, a sessão ainda não havia sido marcada.)</p>
01.02.2000	José Eduardo Dutra	Com base no art. 14 da Resolução nº 20/93-SF, solicita à Presidência que encaminhe, ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, todas as peças relativas à representação que sete Partidos com assento no Congresso Nacional encaminharam à Mesa do Senado, solicitando a abertura de processo disciplinar referente ao Senador Luiz Estevão.	<p>A Presidência esclarece, primeiramente, a questão da contradição que teria havido entre os pareceres emitidos pela Advocacia do SF, reafirmando, contudo, que a decisão sobre o assunto cabe unicamente aos Senadores. Em seguida, informa que o processo será enviado, no mesmo dia, para o Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, resguardado o direito de defesa do Senador envolvido (DSF de 2.2.2000, pg. 1454).</p> <p>Segue-se esclarecimento do Corregedor do SF, Senador Romeu Tuma, sobre possível suspeita de que S. Exª estaria retardando o encaminhamento da representação dos Partidos ao Conselho de Ética (DSF de 2.2.2000, pg. 1454).</p> <p>Manifestaram-se, ainda, sobre o assunto, pela ordem, os Senadores Jader Barbalho, Heloísa Helena e José Eduardo Dutra (DSF de 2.2.2000, pgs. 1455/1456).</p> <p>(A Representação foi anunciada na sessão do dia 8.12.99 – DSF de 9.12.99, pg. 34267 – e tomou o número 2/99, tendo sido despachada à Advocacia do SF na mesma data. Em 12.1.2000, foi remetida ao Corregedor do Senado, Senador Romeu Tuma, e, em 1.2.2000, ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, onde, em 23.2.2000, foi designado Relator o Senador Jefferson Péres.</p> <p>Em 14.6.2000, o CEDP aprovou o relatório, que concluiu pela apresentação do Projeto de Resolução nº 66/2000, lido em Plenário em 21.6.2000. Na mesma data, leu-se também o relatório do Senador Romeu Tuma, aprovado na CCJ.</p> <p>Em 28.6.2000, o Plenário aprovou o PRS nº 66/2000, que se transformou na Resolução nº 51/2000, que decretou a perda de mandato do Senador Luiz Estevão.)</p>

Sessão	Autor	Assunto	Resultado
03.02.2000	Roberto Requião	<p>Solicita esclarecimentos junto ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sr. Martus Tavares, por ter prestado informação falsa em resposta a requerimento encaminhado a esse Ministério, sobre a terceirização do Projeto Brasil em Ação (RQS nº 154/99, que requer, nos termos regimentais, sejam prestadas, pelo Ministro de Estado do Orçamento e Gestão, informações sobre o programa 'Brasil em Ação').</p> <p>Contraditando a questão de ordem, o Senador José Roberto Arruda contesta a declaração do Senador Roberto Requião e anuncia que encaminhará a contestação à Mesa, por escrito, na forma do Regimento. Adianta, contudo, que "o Ministério do Orçamento e Gestão, ao fazer os levantamentos para o Programa de Desenvolvimento, contratou consultoria na forma da lei brasileira, e essa consultoria foi inclusive muito bem-sucedida ao levantar todos os dados necessários. Os esclarecimentos detalhados serão oferecidos à Mesa, como V. Ex^a determina."</p>	<p>A Presidência solicita ao Senador Roberto Requião que formalize por escrito seu requerimento oral, para que ele possa receber o despacho e encaminhamento devidos (DSF de 4.2.2000, pgs. 1742/1743).</p> <p>A Presidência esclarece que "não determinou que a questão de ordem fosse formulada por escrito, pois isso não seria um procedimento regimental. A Mesa determinou que o requerimento do Senador fosse formulado por escrito, como manda o Regimento." (DSF de 4.2.2000, pg. 1743).</p>
03.02.2000	Ademir Andrade	<p>Solicita providências em relação a requerimentos de informação encaminhados, em 31/5/99, aos Ministérios de Política Fundiária (RQS nº 200/99) e da Justiça (RQS nº 199/99), sobre denúncias de irregularidades na propriedade de Cecílio do Rego Almeida no Estado do Pará.</p>	<p>A Presidência informa que as informações serão reiteradas aos Ministérios (DSF de 4.2.2000, pgs. 1750/1751).</p> <p>(O RQS nº 200/99 foi atendido em 14.2.2000, através do Ofício nº 35/2000, de 8.2, do Ministro do Desenvolvimento Agrário (DSF de 15.2.2000, pg. 2363)</p>

Sessão	Autor	Assunto	Resultado
09.02.2000	Renan Calheiros	<p>Questiona o encaminhamento dos Projetos de Lei nºs 292, 386 e 614/99 (<i>venda e uso de armas</i>) à CRE, para apreciação do mérito, e solicita que as matérias sejam despachadas à CCJ para exame da preliminar de constitucionalidade, sobre a qual levanta dúvidas o próprio parecer do Relator naquela Comissão, Senador Pedro Piva.</p> <p>O Senador Pedro Piva, Relator das matérias na CRE, contraditou, informando que essa Comissão votará o mérito dos projetos, que, em seguida, serão analisados na CCJ, conforme determinado anteriormente.</p>	<p>A Presidência informa que a questão de ordem será melhor estudada à luz do Regimento, para então se lhe dar uma solução definitiva, prometida para o dia seguinte (DSF de 10.2.2000, pgs. 2057/2058).</p> <p>Na sessão do dia 15.3.2000, respondendo à questão de ordem, a Presidência, exercida pelo Senador Ademir Andrade, informa que o exame do mérito das três proposições, à vista do disposto no art. 101, II, "c", e art. 103, V, do Regimento Interno, é da competência das duas Comissões, uma vez que envolvem matéria referente à segurança pública, ao Direito Penal e às Forças Armadas.</p> <p>Tendo em vista, entretanto, o questionamento do Relator da CRE relativamente à constitucionalidade das proposições, a Presidência defere a Questão de Ordem, para retificar o seu despacho apostado aos Projetos de Lei do Senado nºs 292, 386 e 614, todos de 1999, determinando a remessa dos processos à CCJ para exame da constitucionalidade e mérito e para, uma vez instruído com o competente parecer dessa Comissão, submetê-lo, em decisão terminativa, ao exame da CRE ((DSF de 16.3.2000, pg. 4588).</p>

G.9.3) Da presente Sessão Legislativa

G.9.3.1) Sem número

Sessão	Autor	Assunto	Resultado
29.02.2000	José Eduardo Dutra	Invocando o art. 60, § 3º, da CF, combinado com o art. 369 do RISF, solicita que se promulgue a PEC nº 1-A, de 1995 (<i>limitação à edição de medidas provisórias</i>), relativamente às partes coincidentes do texto votado em dois turnos na CD e no SF, na forma do precedente observado na CD, na tramitação da PEC nº 33/95 (<i>Reforma da Previdência</i>) (nº 36/96 no SF).	A Presidência informa que, embora seja possível a promulgação das partes votadas, há um esforço das duas Casas no sentido da promulgação da matéria como um todo que represente o pensamento do Congresso Nacional (DSF de 1º.3.2000, pgs. 3821/3822).
14.03.2000	José Eduardo Dutra	Invocando o art. 335, II, do RISF, solicita o sobrestamento da apreciação da indicação da Srª Tereza Cristina Grossi Togni para o cargo de Diretora do Banco Central, até que a Justiça se pronuncie sobre inquéritos que envolvem o nome da indicada (<i>Parecer nº 229/2000, da CAE, sobre a MSF nº 91/2000</i>).	A Presidência rejeita a questão de ordem, ressalvando, contudo, o direito do Senador de recorrer ao Plenário (DSF de 15.3.2000, pgs. 4333/4334).
23.03.2000	Pedro Simon	Solicita, em comunicação inadiável: 1) que a Presidência peça à Câmara dos Deputados mais agilidade na apreciação da PEC nº 1-A, de 1995 (<i>limitação à edição de medidas provisórias</i>) ou que se promulgue a parte já aprovada pelas duas Casas; 2) que se decida a questão da fixação do novo salário mínimo na Comissão Mista criada para esse fim no Congresso Nacional, com a participação de representantes do Governo Federal, e não por medida provisória; 3) que a Presidência faça gestões junto ao Presidente da República para que acolha proposta da Senadora Marina Silva no sentido de destinar parcela da DRU ao Fundo de Combate à Pobreza.	A Presidência esclarece que: 1) já solicitou à Câmara dos Deputados mais agilidade na tramitação da PEC nº 1-A, de 1995 (<i>limitação à edição de medidas provisórias</i>), sem, contudo, afastar a possibilidade de promulgar as partes já aprovadas por ambas as Casas; 2) haverá efetivamente reunião com Líderes da CD e SF e membros do Governo Federal para a definição do novo valor do salário mínimo; 3) o Fundo de Combate à Pobreza será votado na semana seguinte, para entrar em vigor antes da confecção do Orçamento (DSF de 24.3.2000, pgs. 5262/5265).
23.03.2000	Ney Suassuna	Manifesta indignação em face de assaltos violentos de que tem sido vítima a sua família no Rio de Janeiro, onde reside.	A Presidência prontifica-se a solicitar providências imediatas ao Sr. Governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, no sentido de dar garantia de vida ao Senador Ney Suassuna e sua família (DSF de 24.3.2000, pgs. 5265/5268). (Em cumprimento ao seu despacho, a Presidência expediu o Of. SF nº 520/2000, de 23.3.2000, ao Sr. Anthony Garotinho, encaminhando o pronunciamento do Senador.)

Sessão	Autor	Assunto	Resultado
11.04.2000	Eduardo Suplicy	Questiona (e reitera logo em seguida), com base no parágrafo único do art. 107 do RISF, quando do encaminhamento da votação do PLC nº 4/2000-Complementar, o funcionamento da Comissão que examina a conversão do projeto do salário mínimo em lei, argumentando que uma comissão permanente não pode funcionar ao mesmo tempo em que estiver em andamento um processo de votação em Ordem do Dia.	A Presidência acatou o questionamento, informando que o Presidente da Comissão, Senador Iris Rezende, já fora avisado da votação e que já deveria ter encerrado os trabalhos da Comissão (DSF de 12.4.2000 – pgs. 6960/6961 e 6963).
27.04.2000	Roberto Requião	Quando da votação do RQS nº 221/2000, de urgência para o PRS nº 36/2000 (<i>rolagem da dívida do Município de São Paulo</i>), reitera questão de ordem formulada em reunião da CAE, com base no art. 30 da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, e solicita à Mesa que devolva a essa Comissão o projeto em tela, para que seja apreciado na forma da referida Resolução. O Senador Ney Suassuna, Presidente da CAE, contraditou a questão de ordem, informando que: 1) representantes do Banco Central estavam presentes na referida reunião da Comissão; 2) o Prefeito de São Paulo já comparecera à Comissão, em ocasião anterior, para prestar esclarecimentos; e 3) colocada em votação, a matéria fora aprovada pela maioria dos membros da Comissão. O Senador Roberto Requião decide retirar a questão de ordem para apresentá-la no momento da votação do mérito da matéria (DSF de 28.4.2000, pgs. 8106/8108).	A Presidência decide colocar em votação o requerimento de urgência, argumentando que: 1) não houve recurso à CCJ contra a votação da matéria na CAE; e 2) o assunto foi motivo de acordo feito pouco tempo antes do anúncio da votação do PRS.
28.04.2000	José Eduardo Dutra	Invocando o art. 345 do RISF, questiona o fato de se considerar a sessão em curso, sem <i>quorum</i> para votação, como sessão deliberativa, para efeito de interstício para apreciação da rolagem das dívidas do Estado de Mato Grosso do Sul e do Município de São Paulo (<i>PRS nºs 35 e 36/2000</i>), matérias que tiveram sua urgência aprovada na sessão do dia anterior. Contudo, o Senador solicita que a resposta à sua questão seja dada na sessão da terça-feira seguinte.	A Presidência recebe a questão de ordem e se compromete a respondê-la na sessão da terça-feira seguinte, conforme solicitado pelo Senador José Eduardo Dutra. Contudo, antecipando-se, informa que, para ser considerada deliberativa, a sessão necessita apenas ter Ordem do Dia. Mesmo que não haja <i>quorum</i> para votação, há para discussão das matérias constantes da Ordem do Dia (DSF de 29.4.2000, pg. 8347).

Sessão	Autor	Assunto	Resultado
28.4.2000	Jader Barbalho	Formula requerimento à Presidência, solicitando o prosseguimento da tramitação da PEC nº 86/9 (<i>financiamento das ações e serviços públicos de saúde</i>) e seu encaminhamento à CCJ, nos termos do art. 356 do RISF.	A Presidência informa que a matéria foi despachada à CCJ no dia anterior (DSF de 29.4.2000, pgs. 8351/8357). (Ver registro feito, neste quadro, em 11.1.2000.)
02.05.2000	Eduardo Suplicy	Relatando atrasos na apreciação de seus requerimentos de informações pela Mesa (RQS nºs 67 e 207/2000) e solicita que se altere o art. 7º do Ato da Comissão Diretora nº 14, de 1990, para que se considere como deferido o requerimento de informações que não receber parecer de seu Relator no prazo de oito dias, conforme estabelece o referido dispositivo.	A Presidência informa que aguardará a apresentação da proposta (DSF de 3.5.2000, pg. 8732).
02.05.2000	Roberto Requião	<p>Reitera questão de ordem formulada no dia 27/4 e retirada no mesmo dia, solicitando à Mesa que retire de votação o projeto de resolução referente à rolagem da dívida do Município de São Paulo (PRS nº 36/2000) e o devolva à CAE, uma vez que o representante do Banco Central não estava presente à reunião em que a Comissão apreciou a matéria, conforme prevê o art. 30 da Resolução nº 78, de 1998, impossibilitando, assim, a discussão do parecer apresentado por esse Banco sobre a operação sob exame.</p> <p>O Senador Ney Suassuna, Presidente da CAE, contraditou a questão de ordem, louvando-se em nota técnica emitida, a seu pedido, pela Consultoria Legislativa da Casa, que entendeu que o comparecimento (previsto no art. 30 da Resolução 78/98) de representantes do Estado, do Distrito Federal ou do Município e do Banco Central a reunião da CAE que deliberar sobre operações de crédito deve ter caráter facultativo, pois obrigar esse comparecimento seria inconstitucional.</p> <p>Os Senadores José Eduardo Dutra e Roberto Freire, falando pela ordem, contestam o argumento de inconstitucionalidade do dispositivo.</p>	<p>A Presidência indefere a questão de ordem, argumentando que a CAE rejeitou a questão de ordem do Senador Roberto Requião e que nenhum Senador recorreu contra essa decisão.</p> <p>O Senador José Eduardo Dutra, apoiado por outros Senadores, recorre da decisão da Presidência (Recurso nº 9/2000). Submetida à votação (votação nominal requerida pelo Senador Eduardo Suplicy), a decisão é mantida pelo Plenário (DSF de 3.5.2000, pgs. 8749/8758).</p>

Sessão	Autor	Assunto	Resultado
09.05.2000	Eduardo Suplicy	Solicita à Mesa, apoiado pelos Senadores Roberto Freire e José Eduardo Dutra, que declare a prejudicialidade do RQS nº 257/2000, de reexame, pela Comissão de Educação, do PLS nº 620/99, tendo em vista que a matéria já foi apreciada por essa Comissão.	A Presidência esclarece que o requerimento deverá ser submetido à votação em Plenário, tendo em vista a existência de dois recursos da Comissão de Educação para apreciação da matéria (PLS nº 620/99) pelo Plenário do Senado (DSF de 10.5.2000, pg. 9504). (Na sessão de 9.5.2000, rejeitou-se o RQS nº 257/2000 e aprovou-se o PLS nº 620/99, que foi remetido à Câmara dos Deputados em 22.5.2000.)
09.05.2000	José Eduardo Dutra	Solicita à Mesa, com fundamento no art. 242 do RISF, que declare a prejudicialidade do RQS nº 257/2000, de reexame, pela Comissão de Educação, do PLS nº 620/99, tendo em vista a ausência, em plenário, do autor do requerimento.	A Presidência informa que, para os efeitos do citado dispositivo regimental, é necessário que haja a presença do Senador no âmbito do Senado Federal (DSF de 10.5.2000, pgs. 9504/9505).
11.05.2000	José Roberto Arruda	Questiona a aprovação, pela respectiva Comissão Mista, do projeto substitutivo que trata da questão do funcionamento das casas de bingo no Brasil, no mesmo instante em que se realizava sessão deliberativa no Senado.	A Presidência informa que ouvirá o Presidente da Comissão Mista e os membros presentes à reunião para decidir sobre o assunto (DSF de 12.5.2000, pg. 9768).
17.05.2000	Lúcio Alcântara	Questiona a fundamentação regimental que permite, em qualquer caso e momento de tramitação da matéria nas comissões, a aplicação do art. 279, I, do RISF, que prevê a audiência de outra comissão não incluída no despacho inicial; e sugere, para evitar prejuízos à normalidade da tramitação das matérias nas comissões, determinação no sentido de que requerimentos nesse sentido só possam ser apresentados no momento da discussão da matéria em Plenário, salvo nos casos de apreciação terminativa nas comissões.	A Presidência anuncia que determinará o estudo do assunto, para que as informações pertinentes sejam prestadas ao Senador (DSF de 18.5.2000, pgs. 10054/10056). (Na sessão do dia 18.5.2000, a Presidência responde à indagação do Senador Lúcio Alcântara (<i>que, estando ausente no momento, receberá a informação em cópia</i>), invocando o art. 255, II, "c", 12, e o princípio da economia processual, para embasar a remessa, a determinada comissão, de matéria despachada a outra e ainda em fase de instrução perante as comissões. Quanto à seqüência do exame da proposição pelas comissões, a Presidência informa que essa questão está disciplinada no art. 49 do RISF, por analogia, conforme determina o art. 412, VI - DSF de 19.5.2000, pg. 10154/10155).

Sessão	Autor	Assunto	Resultado
18.05.2000	Romero Jucá	<p>Ao ser anunciada pela Presidência a retirada de pauta do PRS nº 50/2000 (<i>que autoriza elevação dos limites de endividamento da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos</i>), nos termos do art. 175, V, do RISF, e em face da ausência do Relator, o Senador questiona a decisão, sob o argumento de que as indagações feitas por Senadores na fase inicial de discussão da matéria já estão respondidas no parecer do Relator.</p> <p>O Senador José Eduardo Dutra contradita a questão de ordem, argumentando ser indispensável a presença do Presidente da CAE e do Relator na discussão da matéria, inclusive para emitir parecer sobre eventuais emendas de plenário.</p>	<p>A Presidência, exercida pelo Senador Ademir Andrade, endossa a contradita e mantém a decisão de adiar a discussão da matéria para a sessão do dia seguinte (DSF de 18.5.2000, pgs. 10102/10103).</p>
18.05.2000	Sérgio Machado	<p>Retoma questionamento anteriormente feito em relação à decisão da Presidência de invocar o art. 175, V, do RISF, e a ausência do Relator para retirar de pauta o PRS nº 50/2000 (<i>que autoriza elevação dos limites de endividamento da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos</i>); e solicita que se estabeleça como regra básica, também para projetos futuros, a obrigatoriedade da presença do relator nas votações das matérias.</p> <p>O Senador Luiz Otávio, falando em seguida pela ordem, relembra argumento apresentado, minutos antes, pelo Senador José Eduardo Dutra em contradita ao mesmo questionamento.</p> <p>O Senador José Eduardo Dutra manifesta-se contra o argumento do Senador Sérgio Machado, lembrando que a matéria em questão está em regime de urgência, exigindo, portanto, tratamento diferente do dispensado às matérias em tramitação normal.</p>	<p>A Presidência, exercida pelo Senador Carlos Patrocínio, informa que a decisão foi tomada com base nos arts. 48 (<i>atribuições da Presidência</i>) e 175, V (<i>retirada de matérias da Ordem do Dia</i>), em face de falha de instrução e da impossibilidade de se dirimi-la em virtude da ausência do relator.</p> <p>A Presidência endossa o argumento do Senador José Eduardo Dutra e encerra a questão (DSF de 18.5.2000, pgs. 10104/10105).</p>

Sessão	Autor	Assunto	Resultado
23.05.2000	Eduardo Suplicy	Alerta para o fato de a nova mensagem presidencial sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias ter omitido a obrigatoriedade do registro, no Siafi, de toda execução orçamentária e financeira do Governo Federal; e recomenda à Presidência um contato com o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, para tratar desse assunto.	A Presidência agradece e informa que também estará atenta, junto ao Poder Executivo, para que não seja cortado o acesso ao Siafi (DSF de 24.5.2000, pgs. 10651/10652).
10.8.2000	Tião Viana	Durante a terceira e última sessão de discussão da PEC nº 86/99 (<i>PEC da Saúde</i>), a propósito do pedido de destaque, feito pelo Senador Roberto Requião, para votação em separado do art. 3º da Proposta (<i>RQS nº 451/2000</i>), o Senador Tião Viana questiona se a referida supressão não alteraria o mérito do projeto, contrariando, assim, o art. 363 do RISF.	O Presidente Antonio Carlos Magalhães informa que, salvo entendimento contrário do Plenário, o destaque não altera o mérito da proposição e que, portanto, ela não voltaria à Câmara dos Deputados (DSF de 11.8.2000, pg. 16549).
22.8.2000	Heloísa Helena	Indaga à Presidência sobre decisão tomada a respeito de requerimentos de informações assinados pelos Senadores Eduardo Suplicy, José Eduardo Dutra, Jefferson Péres e S. Exª, aprovados pela "Subcomissão Permanente do Judiciário" e encaminhados à Mesa.	A Presidência informa que tomou conhecimento dos requerimentos no dia anterior e que, em face da ausência de Membros da Mesa, decidiu avocar para si a responsabilidade de, após ouvir seus assessores jurídicos, emitir o parecer e submetê-lo à Mesa na reunião de 1º de setembro (DSF de 23.8.2000, pg. 17266). (Em 13.09.2000, a Presidência comunicou ao Plenário decisão da Mesa, tomada na reunião de 13.9.2000, no sentido de deferir o encaminhamento dos Requerimentos nºs 27, 28, 29, 30, 32, 33, 44, 46, 47, 34 (com a retificação do Requerimento nº 48) e 49, de 2000, solicitando informações a Ministros de Estado, Chefe da Casa Civil e Procurador-Geral da República – DSF de 14.9.2000, pg. 18524).
12.9.2000	Pedro Simon	Solicita da Presidência do SF uma decisão a respeito de requerimentos de informações e de quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico encaminhados pelo Bloco Oposição à Subcomissão Permanente do Judiciário.	A Presidência informa que aguarda resposta do Presidente do PMDB quanto ao interesse do partido na manutenção ou não da Subcomissão Permanente do Judiciário, tendo em vista o desligamento do Bloco e de membros do PMDB e a renúncia do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Uma vez recebida a resposta, o Presidente convocaria a Mesa para tratar do assunto (DSF de 13.9.2000, pg. 18413). (Nas sessões dos dias 6 e 12.9.2000, as Lideranças do Bloco Oposição, do PMDB, PSDB e PFL retiraram suas indicações para a Subcomissão Permanente do Judiciário, manifestações posteriormente formalizadas mediante ofícios encaminhados ao Presidente da CCJ (ver, neste Relatório, registros feitos sob a rubrica "Comissão Permanente do Judiciário" em "Comissões".)

Sessão	Autor	Assunto	Resultado
13.9.2000	José Eduardo Dutra	Solicita à Presidência que providencie o enquadramento do Ministro Pedro Malan em crime de responsabilidade por descumprimento do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e do art. 216 do RISF, tendo em vista que S. Exª não respondeu a requerimento de informações de autoria do Senador encaminhado ao Ministério em 22.5.2000 (RQS nº 206/2000).	<p>A Presidência informa que, tendo tomado conhecimento antecipadamente da intenção do Senador em apresentar a questão de ordem, entrou em contato com o Ministro, que se comprometeu a encaminhar as informações requeridas até o final da tarde, prazo que o Presidente se disse disposto a aguardar para, então, se necessário, tomar as providências solicitadas pelo Senador (DSF de 14.9.2000, pg. 18529).</p> <p>(O RQS nº 206/2000 foi atendido através do Aviso nº 548/2000, de 13.9, do Ministro da Fazenda - DSF de 21.9.2000, pg. 18819).</p>
13.9.2000	Eduardo Suplicy	<p>Solicita à Presidência que se dê aos requerimentos de informações e de transferência de sigilos bancário, fiscal e telefônico apresentados pela Subcomissão Permanente do Judiciário e aprovados pela Mesa do SF o mesmo tratamento que a Constituição Federal e o Regimento Interno do SF conferem aos requerimentos de informações, podendo-se, inclusive, enquadrar em crime de responsabilidade os Ministros consultados, caso não forneçam as informações pedidas de forma completa e no prazo devido. Uma vez recebidas, ficam responsáveis por essas informações os membros da CCJ e da CI que a elas tiverem acesso.</p> <p>Como membro da CCJ, citada pelo Senador Eduardo Suplicy, o Senador Bernardo Cabral esclarece que os Senadores que recebem material em caráter confidencial são obrigados a assinar um termo de responsabilidade.</p>	<p>A Presidência informa ser essa a prática que a Mesa tem adotado e adotará (DSF de 14.9.2000, pgs. 18529/18530).</p>
19.9.2000	Pedro Simon	Propõe à Presidência que envie um representante do Senado Federal para participar de Congresso promovido pela Procuradoria de São Paulo.	A Presidência informa que a proposição foi anotada pela Secretaria-Geral da Mesa (DSF de 20.9.2000, pg. 18787/18789).
18.10.2000	Geraldo Cândido	Solicita à Presidência que reitere ao Ministro das Comunicações solicitação de envio de resposta ao Requerimento de informações nº 284/2000.	<p>A Presidência informa que a Mesa tomará as medidas pertinentes (DSF de 19.10.2000, pg. 20680).</p> <p>(O requerimento foi atendido mediante o Aviso nº 184/2000, de 28.11.)</p>

Sessão	Autor	Assunto	Resultado
31.10.2000	Eduardo Suplicy	Solicita à Presidência que coloque em pauta requerimento de sua autoria (RQS nº 505/2000), convocando o Ministro das Relações Exteriores para explicar ao Senado a posição do Governo brasileiro no episódio envolvendo o Sr. Vladimiro Montesinos Torres, ex-Auxiliar do ex-Presidente do Peru, Alberto Fujimori.	<p>A Presidência informa que ouvirá a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o assunto e posteriormente informará ao Plenário (DSF de 1.11.2000, pg. 21367).</p> <p>(Em 16.11.2000, a Presidência comunicou ao Plenário a opinião da CRE sobre o requerimento (DSF de 17.11.2000, pgs. 22595/22596), manifestada em sua 18ª Reunião, realizada em 7.11.2000.). Nessa reunião, o Presidente da Comissão, Senador José Sarney, avocou para si a relatoria e deu parecer (aprovado pela Comissão) favorável à convocação do Ministro das Relações Exteriores, para comparecer ao Plenário para prestar esclarecimentos sobre a situação atual do Peru - DSF de 16.12.2000, Suplemento I, pg. 337).</p> <p>(Em 23.11.2000, o requerimento foi aprovado em Plenário, tendo usado da palavra o Senador José Fogaça. A matéria foi encaminhada à SGM, para as devidas providências - DSF de 24. 11.2000, pgs. 23071/23072).</p>
1.11.2000	Heloísa Helena	Solicita posicionamento da Mesa a respeito de resposta encaminhada por autoridades do Governo relativamente a requerimentos de informações da Subcomissão Permanente do Judiciário.	<p>A Presidência informa que solicitou as notas taquigráficas e as respostas das referidas autoridades para exame e posterior providências e solicita à Senadora que formalize sua proposta de procedimento em relação à matéria (DSF de 2.11.2000, pg. 21796).</p> <p>(O RSJ nº 27/2000 foi atendido através do Ofício nº 737, de 31.10.2000, do Ministério Público Federal, lido em Plenário nesse mesmo dia; os RSJ nºs 28, 32, 33, 34, 44, 47 e 49/2000 foram atendidos através dos Avisos nºs 596, 594., 591, 595, 597, 593 e 592, de 13.10.2000, do Ministro da Fazenda, lidos em Plenário em 30.10.2000; os RSJ nºs 29 e 30/2000 foram atendidos através dos Avisos nºs 1729 e 1728, de 10.10.2000, do Chefe da Casa Civil da Presidência da República, lidos em Plenário em 31 e 30.10.2000; e o RSJ nº 46/2000 foi atendido através do Aviso nº 1034, de 16.10.2000, do Ministro da Justiça, lido em Plenário em 30.10.2000.)</p>
28.11.2000	Geraldo Cândido	Solicita à Presidência que reitere ao Ministro das Comunicações solicitação de envio de resposta a Requerimento de informações (RQS nº 284/2000).	<p>A Presidência informa que o Ministério respondeu nessa data e que encaminhará as informações ao Senador requerente (DSF de 29.11.2000, pg. 23232).</p> <p>(O requerimento foi atendido através do Aviso nº 184/2000, de 28.11.)</p>

Sessão	Autor	Assunto	Resultado
7.12.2000	Antero Paes de Barros	Solicita esclarecimentos sobre providências adotadas pela Mesa quanto à aplicação de dispositivo da Resolução nº 17/93 que atribui à Corregedoria do Senado Federal a função de supervisionar a proibição de porte de armas.	A Presidência informa que encaminhará o requerimento à Mesa para posterior deliberação (DSF de 8.12.2000, pg. 24526).

G.10 – RECURSOS
(RISF, art. 91, § 3º - 124, III e 408)

Número	Leitura no Plenário	Autor	Matéria
2/2000	21.2.2000	José Eduardo Dutra e outros Senadores	PDS nº 47/99
3/2000	1º.3.2000	Antônio Carlos Valadares e outros Senadores	PLS nº 30/99
4/2000	1º.3.2000	Pedro Simon e outros Senadores	PLS nº 536/99
5/2000	7.4.2000	Hugo Napoleão e outros Senadores	PLS nº 620/99
6/2000	12.4.2000	Gerson Camata e outros Senadores	PLS nº 620/99
7/2000	14.4.2000	José Roberto Arruda e outros Senadores	PLS nº 676/99
8/2000	27.4.2000	José Eduardo Dutra e outros Senadores	PLS nº 320/99
9/2000	2.5.2000	José Eduardo Dutra, apoiado pelo Senhor Líder do PPS, Senador Paulo Hartung (DSF de 3.5.2000 – página 8753)	Da decisão da Presidência indeferindo a Questão de Ordem levantada pelo Senador Roberto Requião (DSF de 3.5.2000 – páginas 8750 e 8753).
10/2000	5.6.2000	Álvaro Dias e outros Senadores	PLS nº 263/99
11/2000	19.6.2000	Heloísa Helena e outros Senadores	Emenda nº 2-CCJ ao PLC nº 3/2000
12/2000	19.6.2000	Heloísa Helena e outros Senadores	Emenda nº 3-CCJ ao PLC nº 3/2000
13/2000	19.6.2000	Heloísa Helena e outros Senadores	Emenda nº 4-CCJ ao PLC nº 3/2000
14/2000	19.6.2000	Heloísa Helena e outros Senadores	Emenda nº 5-CCJ ao PLC nº 3/2000
15/2000	19.6.2000	Heloísa Helena e outros Senadores	Emenda nº 6-CCJ ao PLC nº 3/2000
16/2000	19.6.2000	Heloísa Helena e outros Senadores	Emenda nº 7-CCJ ao PLC nº 3/2000
17/2000	19.6.2000	Heloísa Helena e outros Senadores	Emenda nº 8-CCJ ao PLC nº 3/2000
18/2000	19.6.2000	Heloísa Helena e outros Senadores	Emenda nº 9-CCJ ao PLC nº 3/2000
19/2000	19.6.2000	Heloísa Helena e outros Senadores	Emenda nº 10-CCJ ao PLC nº 3/2000
20/2000	19.6.2000	Heloísa Helena e outros Senadores	Emenda nº 11-CCJ ao PLC nº 3/2000
21/2000	21.6.2000	Heloísa Helena e outros Senadores	Emenda nº 17 ao PLC nº 20/2000

Número	Leitura no Plenário	Autor	Matéria
22/2000	21.6.2000	Heloísa Helena e outros Senadores	Emenda nº 18 ao PLC nº 20/2000
23/2000	21.6.2000	Heloísa Helena e outros Senadores	Emenda nº 19 ao PLC nº 20/2000
24/2000	21.6.2000	Heloísa Helena e outros Senadores	Emenda nº 20 ao PLC nº 20/2000
25/2000	21.6.2000	Heloísa Helena e outros Senadores	Emenda nº 13 ao PLC nº 20/2000
26/2000	21.6.2000	Heloísa Helena e outros Senadores	Emenda nº 15 ao PLC nº 20/2000
27/2000	21.6.2000	Heloísa Helena e outros Senadores	Emenda nº 16 ao PLC nº 20/2000
28/2000	11.8.2000	Romero Jucá e outros Senadores	PLS nº 110/2000
29/2000	5.9.2000	Lúcio Alcântara e outros Senadores	PLS nº 168/99
30/2000	24.11.2000	Mozarildo Cavalcanti e outros Senadores	PLS nº 140/2000
31/2000	1º.12.2000	Roberto Freire e outros Senadores	PLS nº 187/99
32/2000	1º.11.2000	Roberto Freire e outros Senadores	PLS nº 353/99

G.11 – MENSAGENS RECEBIDAS DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

G.11.1) Mensagens de comunicação de ausência do País

(art. 49, III, da Constituição Federal)

Número		Período e Finalidade
SF	Origem	
79/2000	259/2000	De 29 de fevereiro a 1º de março próximo, a convite do Presidente da República Oriental do Uruguai, Julio María Sanguinetti, a fim de participar da cerimônia de posse do Presidente eleito Jorge Battle, em Montevideu.
87/2000	320/2000	De 7 a 9 de março, a fim de realizar visita oficial à República Portuguesa, a convite do Presidente da República do Chile, para participar da cerimônia de posse do Presidente-eleito Ricardo Lagos Escobar, em Santiago.
88/2000	322/2000	De 10 a 12 de março, a fim de realizar visita oficial à República Portuguesa, a convite do Presidente da República do Chile, para participar da cerimônia de posse do Presidente-eleito Ricardo Lagos Escobar, em Santiago.
94/2000	392/2000	De 3 a 7.4, para realizar visitas à República da Costa Rica e à República Bolivariana de Venezuela.
122/2000	706/2000	De 30.5 a 6.6, para realizar visita de trabalho à República Federal da Alemanha e à República Francesa.
133/2000	819/2000	De 15 a 17.6, para participar da XIV Reunião de Chefes de Estado e de Governo do Mecanismo de Consulta e Concertação Política - Grupo do Rio, em Cartagena das Índias, Colômbia.
136/2000	845/2000	De 28 a 30.6, para participar da XVIII Reunião do Conselho Mercado Comum e da Reunião dos Chefes de Estado do Mercosul, na cidade de Buenos Aires, Argentina.
146/2000	953/2000	De 16 a 18.7, a fim de participar da III Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, em Maputo, capital da República de Moçambique.
177/2000	1.400/2000	De 3 a 11.10, para realizar visita à República Federal da Alemanha e ao Reino dos Países Baixos, a convite, respectivamente, do Chefe do Governo Alemão, Gerhard Schröder, e da Rainha Beatrix.
209/2000	1.474/2000	De 24 a 28.10, para realizar visita ao Reino da Espanha.
235/2000	1.675/2000	Dias 17 e 18.11, para realizar visita oficial à República do Panamá, a fim de participar da X Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da Conferência Ibero-americana, na cidade do Panamá.
240/2000	1.778/2000	De 29.11 a 2.12, para realizar visita oficial aos Estados Unidos Mexicanos, a fim de participar das cerimônias de posse do Presidente eleito, Vicente Fox Quesada, na cidade do México, em 1º de dezembro.
249/2000	1.813/2000	Dia 8.12, para realizar visita de trabalho à República da Bolívia no contexto das cerimônias de lançamento da obras de construção das usinas termelétricas de Corumbá e de Puerto Suarez, marco da crescente cooperação entre o Brasil e a Bolívia no campo do aproveitamento energético do gás boliviano.

G.11.2) Referentes a indicações sobre escolha de autoridades

(Art. 52, III, da Constituição Federal)

Indicações aprovadas	23
Indicações prejudicadas	6
TOTAL	29

G.11.2.1) De Sessões Legislativas anteriores

NÚMERO		Nome	Cargo	Resultado
SF	Origem			
88/99	334/99	Ângelo Mário de Carvalho e Silva	Ministro Classista do Tribunal Superior do Trabalho, como representante dos empregadores, para o triênio de 1999 a 2002.	Prejudicada em virtude da promulgação da Emenda Constitucional nº 24/99
89/99	336/99	Regina Fátima Abrantes Rezende Exequiel	Ministro Classista do Tribunal Superior do Trabalho, como representante dos empregadores, para o triênio de 1999 a 2002.	Prejudicada em virtude da promulgação da Emenda Constitucional nº 24/99
90/99	337/99	Alfredo Peres da Silva	Ministro Classista do Tribunal Superior do Trabalho, como representante dos empregadores, para o triênio de 1999 a 2002.	Prejudicada em virtude da promulgação da Emenda Constitucional nº 24/99
¹ 91/99	332/99	Nelson Antônio Dahia	Ministro Classista do Tribunal Superior do Trabalho, como representantes dos empregadores, para o triênio de 1999 a 2002, em recondução.	Prejudicada em virtude da promulgação da Emenda Constitucional nº 24/99
92/99	335/99	Vinícius Alves	Ministro Classista do Tribunal Superior do Trabalho, representante dos empregadores, para o triênio de 1999 a 2002.	Prejudicada em virtude da promulgação da Emenda Constitucional nº 24/99
94/99	333/99	José Roberto Tadros	Suplente de Ministro Classista, representante dos empregadores, para o triênio de 1999 a 2002.	Prejudicada em virtude da promulgação da Emenda Constitucional nº 24/99
² 73/2000	186/2000	Solange Beatriz Palheiro Mendes de Almeida	Diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar, com mandato de quatro anos.	Aprovada a indicação em 22.3.2000

¹ Não constou do relatório anterior.

NÚMERO		Nome	Cargo	Resultado
SF	Origem			
74/2000	187/2000	Luiz Arnaldo Pereira da Cunha Júnior	Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar, com mandato de três anos.	Aprovada a indicação em 22.3.2000
75/2000	188/2000	Ariel Rocha de Cunto	Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência.	Aprovada a indicação em 15.3.2000

G.11.2.2) Da presente Sessão Legislativa

NÚMERO		Nome	Cargo	Resultado
SF	Origem			
91/2000	362/2000	Tereza Cristina Grossi Togni	Diretor do Banco Central do Brasil.	Aprovada a indicação em 28.3.2000
92/2000	270/2000	Luiz Milton Veloso Costa	Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, até 25 de abril de 2003.	Aprovada a indicação em 18.4.2000
109/2000	625/2000	João Batista Brito Pereira	Ministro do Tribunal Superior do Trabalho.	Aprovada a indicação em 14.5.2000
126/2000	803/2000	João Grandino Rodas	Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, do Ministério da Justiça, com mandato de 2 anos.	Aprovada a indicação em 27.6.2000
127/2000	804/2000	Thompson Almeida Andrade	Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, do Ministério da Justiça, com mandato de 2 anos.	Aprovada a indicação em 27.6.2000
128/2000	805/2000	Celso Fernandes Campilongo	Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, do Ministério da Justiça, com mandato de 2 anos.	Aprovada a indicação em 27.6.2000
129/2000	806/2000	Afonso Arinos de Mello Franco Neto	Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, do Ministério da Justiça, com mandato de 2 anos.	Aprovada a indicação em 27.6.2000
147/2000	1.016/2000	Expedito Hermes Rego Miranda	Ministro do Superior Tribunal Militar.	Aprovada a indicação em 13.9.2000

² As Mensagens nºs 73 a 75/2000 foram recebidas durante a 2ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura, realizada no período de 5.1 a 14.2.2000.

NÚMERO		Nome	Cargo	Resultado
SF	Origem			
167/2000	1.144/2000	Ilan Goldfajn	Diretor do Banco Central do Brasil.	Aprovada a indicação em 13.9.2000
168/2000	1.176/2000	Jerson Kelman	Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas, com mandato de cinco anos.	Aprovada a indicação em 10.10.2000
169/2000	1.177/2000	Benedito Pinto Ferreira Braga Júnior	Diretor da Agência Nacional de Águas, com mandato de cinco anos.	Aprovada a indicação em 10.10.2000
170/2000	1.178/2000	Marcos Aurélio Vasconcelos de Freitas	Diretor da Agência Nacional de Águas, com mandato de quatro anos.	Aprovada a indicação em 10.10.2000
171/2000	1.180/2000	Lauro Sérgio de Figueiredo	Diretor da Agência Nacional de Águas, com mandato de três anos.	Aprovada a indicação em 10.10.2000
172/2000	1.179/2000	Ivo Brasil	Diretor da Agência Nacional de Águas, com mandato de quatro anos.	Aprovada a indicação em 10.10.2000
208/2000	1.437/2000	Anne Elisabeth Nunes de Oliveira	Defensor Público-Geral da União, com mandato de 2 anos.	Aprovada a indicação em 29.11.2000
211/2000	1.480/2000	David Zylbersztajn	Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo – ANP, em recondução.	Aprovada a indicação em 8.11.2000
212/2000	1.481/2000	José Mário Miranda Abdo	Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em recondução..	Aprovada a indicação em 21.11.2000
216/2000	1.512/2000	Renato Navarro Guerreiro	Conselheiro e Presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL.	Aprovada a indicação em 8.11.2000
231/2000	1.608/2000	Ellen Gracie Northfleet	Ministro do Supremo Tribunal Federal.	Aprovada a indicação em 22.11.2000
237/2000	1.718/2000	Sebastião de Oliveira Castro Filho	Ministro do Superior Tribunal de Justiça.	Aprovada a indicação em 29.11.2000

G.11.3) Referentes a indicações sobre escolha de chefes de missão diplomática de caráter permanente

(art. 52, IV, da Constituição Federal)

Indicações aprovadas	24
Indicação retirada	1
Indicações em tramitação	5
TOTAL	30

G.11.3.1) De Sessão Legislativa anterior

NÚMERO		Nome	Cargo	Resultado
SF	Origem			
³ 71/2000	182/2000	Lauro Barbosa da Silva Moreira	Embaixador do Brasil junto ao Reino do Marrocos.	Aprovada a indicação em 31.5.2000
72/2000	184/2000	Arthur Vivacqua Corrêa Meyer	Embaixador do Brasil junto à República de Guiné-Bissau.	Aprovada a indicação em 7.6.2000

G.11.3.2) Da presente Sessão Legislativa

NÚMERO		Nome	Cargo	Resultado
SF	Origem			
85/2000	256/2000	Luiz Augusto de Castro Neves	Embaixador do Brasil junto à República do Paraguai.	Aprovada a indicação em 29.3.2000
86/2000	269/2000	Luiz Fernando de Oliveira e Cruz Benedini	Embaixador do Brasil junto à República da Costa Rica.	Aprovada a indicação em 7.6.2000
98/2000	497/2000	Paulo Américo Veiga Wollowski	Embaixador do Brasil junto à República de Gana e, cumulativamente, junto à República Togolesa e à República do Burkina Faso.	Aprovada a indicação em 14.6.2000
102/2000	511/2000	Joaquim Augusto Whitaker Salles	Embaixador do Brasil junto à República do Quênia e, cumulativamente, junto à República de Uganda.	Aprovada a indicação em 13.6.2000
104/2000	579/2000	Celso Marcos Vieira de Souza	Embaixador do Brasil junto à República Árabe do Egito.	Aprovada a indicação em 31.5.2000

³ As Mensagens nºs 71 e 72/2000 foram recebidas durante a 2ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura, realizada no período de 5.1 a 14.2.2000.

NÚMERO		Nome	Cargo	Resultado
SF	Origem			
105/2000	580/2000	Luiz Antonio Jardim Gagliardi	Embaixador do Brasil junto ao Reino da Noruega.	Aprovada a indicação em 14.6.2000
110/2000	662/2000	Brian Michael Fraser Neele	Embaixador do Brasil junto à República da Turquia.	Aprovada a indicação em 14.6.2000
115/2000	668/2000	Francisco Thompson Flôres Netto	Embaixador do Brasil junto à República Oriental do Uruguai.	Aprovada a indicação em 13.6.2000
117/2000	691/2000	Luiz Filipe de Macedo Soares Guimarães	Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos do México.	Aprovada a indicação em 13.9.2000
119/2000	698/2000	Francisco de Paula de Almeida Nogueira Junqueira	Embaixador do Brasil junto à República Tcheca.	Aprovada a indicação em 3.10.2000
120/2000	699/2000	Brian Michael Fraser Neele	Embaixador do Brasil junto à República do Azerbaijão (cumulativamente).	Aprovada a indicação em 18.10.2000
121/2000	700/2000	Ricardo Luiz Viana de Carvalho	Embaixador do Brasil junto à República do Malauí (cumulativamente).	Aprovada a indicação em 13.9.2000
124/2000	751/2000	Luiz Filipe de Macedo Soares Guimarães	Embaixador do Brasil junto a Belize (cumulativamente).	Aprovada a indicação em 13.9.2000
130/2000	810/2000	Armando Vitor Boisson Cardoso	Embaixador do Brasil junto à República do Haiti.	Aprovada a indicação em 18.10.2000
140/2000	934/2000	Elim Saturnino Ferreira Dutra	Embaixador do Brasil junto ao Reino da Suécia.	Aprovada a indicação em 18.10.2000
141/2000	949/2000	Celso Marcos Vieira de Souza	Embaixador do Brasil junto à República do Sudão (cumulativamente).	Aprovada a indicação em 18.10.2000
142/2000	955/2000	Luiz Henrique Pereira da Fonseca	Embaixador do Brasil junto à República da Finlândia.	Aprovada a indicação em 18.10.2000
⁴ 156/2000	1.091/2000	Alfredo Carlos de Oliveira Tavares	Embaixador do Brasil junto à República Dominicana.	Retirada (MSF nº 179/2000)
164/2000	1.138/2000	Ricardo Luiz Viana de Carvalho	Embaixador do Brasil junto à República do Suriname.	Aprovada a indicação em 18.10.2000

⁴ Anexada, ao seu processado, a MSF nº 179/2000 (nº 1.426/2000, na origem), de retirada do nome.

NÚMERO		Nome	Cargo	Resultado
SF	Origem			
165/2000	1.139/2000	Tomas Maurício Guggenheim	Embaixador do Brasil junto à República do Gabão.	Aprovada a indicação em 8.11.2000
174/2000	1.244/2000	Ney do Prado Dieguez	Embaixador do Brasil junto à República Cooperativista da Guiana.	Aprovada a indicação em 8.11.2000
205/2000	1.425/2000	Cláudio Maria Henrique do Couto Lyra	Embaixador do Brasil junto à República da Filipinas.	Aprovada a indicação em 21.11.2000
230/2000	1.603/2000	Oto Agripino Maia	Embaixador do Brasil junto ao Estado da Cidade do Vaticano.	Aprovada a indicação em 21.11.2000
238/2000	1.719/2000	Jório Salgado Gama Filho	Embaixador do Brasil junto à República da África do Sul.	Tramitando
242/2000	1.808/2000	Helder Martins de Moraes	Embaixador do Brasil junto à República da Ucrânia.	Tramitando
243/2000	1.809/2000	Oto Agripino Maia	Embaixador do Brasil junto à Ordem Soberana Militar e Hospitalar de São João de Jerusalém, de Rodes e de Malta (cumulativamente).	Tramitando
244/2000	1.810/2000	Luiz Antonio Jardim Gagliardi	Embaixador do Brasil junto à República da Islândia (cumulativamente).	Tramitando
252/2000	1.832/2000	Cyro Gabriel do Espírito Santo Cardoso	Embaixador do Brasil junto à Jamaica.	Tramitando

G.11.4) Referentes ao art. 52, V, VI, VII, VIII e IX, da Constituição Federal

(operações externas de natureza financeira e limites da dívida consolidada da União, Estados, Distrito Federal e municípios),

Arts. 6º, § 1º, e 7º, I e II, da Lei nº 9.069/95

(programação monetária e emissão de real)

Resolução nº 57/95, com a redação dada pelas Resoluções nºs 51/97 e 23/99

(relatório trimestral, do Ministério da Fazenda, da execução do Programa de Emissão e Colocação de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior)

Art. 19, XXIX, da Lei nº 9.472, de 16.7.97 (Relatório Anual de Atividades da Anatel)

Resolução nº 78/98

(operações de crédito interno e externo dos Estados, Distrito Federal, Municípios, suas autarquias e fundações);

Resolução nº 37/99

(relatório trimestral, do Banco Central, de refinanciamentos de dívidas de municípios);

Medida Provisória nº 1.969-13/2000 e Decreto nº 3.099/99

(consolidação, assunção e refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras de responsabilidade dos municípios);

Lei Complementar nº 101, de 4.5.2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)

Mensagens transformadas em PRS e convertidas em Resoluções	33	
Mensagens transformadas em PDS remetidos à Câmara dos Deputados	4	
Mensagens em tramitação	Transformadas em PRS	2
	Não transformadas	21
Mensagens anexadas a Ofícios 'S'	1	
Mensagens anexadas a processado de PRS e/ou Resolução	2	
Mensagem anexada a processado de PLC	1	
TOTAL	64	

G.11.4.1) De Sessões Legislativas anteriores

Número		Assunto	Resultado
SF	Origem		
168/97	1.094/97	Encaminha, nos termos do art. 52 da Constituição Federal, termo aditivo ao contrato celebrado entre a Caixa Econômica Federal e o Estado do Rio de Janeiro, com a garantia da União, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.	Anexada, em 3.10.97, ao PRS nº 79/97, que foi convertido na Resolução nº 61/97.
197/98	826/98	Encaminha, nos termos do art. 6º, § 1º, e art. 7º, I, da Lei nº 9.069, de 1995, a programação monetária relativa ao terceiro trimestre de 1998.	Transformada no PDS nº 92/98 (Parecer nº 475/98, da CAE) Projeto aprovado em 13.8.98 e remetido à Câmara dos Deputados
236/98	1.193/98	Encaminha, nos termos do art. 6º, § 1º, e art. 7º, I, da Lei nº 9.069, de 1995, a programação monetária relativa ao quarto trimestre de 1998.	Transformada no PDS nº 95/98 (Parecer nº 528/98, da CAE) Projeto aprovado em 28.10.98 e remetido à Câmara dos Deputados
30/99	1.643/98	Encaminha, nos termos do art. 6º, § 1º, e art. 7º, I, da Lei nº 9.069, de 1995, a programação monetária para o primeiro trimestre de 1999.	Transformada no PDS nº 16/99 (Parecer nº 56/99, da CAE) Projeto aprovado em 23.2.99 e remetido à Câmara dos Deputados
97/99	401/99	Encaminha, nos termos do art. 6º, § 1º, e art. 7º, I, da Lei nº 9.069, de 1995, a programação monetária relativa ao segundo trimestre de 1999.	Transformada no PDS nº 44/99 (Parecer nº 146/99, da CAE) Projeto aprovado em 7.4.99 e remetido à Câmara dos Deputados
134/99	937/99	Encaminha, nos termos do art. 6º, § 1º, e art. 7º, I, da Lei nº 9.069, de 1995, a programação monetária relativa ao terceiro trimestre de 1999.	Transformada no PDS nº 170/99 (Parecer nº 512/99, da CAE) Projeto aprovado e encaminhado à Câmara

Número		Assunto	Resultado
SF	Origem		
			ra dos Deputados
146/99	952/99	Encaminha, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988, o relatório acerca da Retribuição Adicional Variável – RAV, referente ao segundo semestre de 1998.	Tramitando
170/99	1.298/99	Solicita sejam autorizadas operações financeiras de que trata o Contrato de Reestruturação de Dívida da República de Moçambique para com a República Federativa do Brasil, no valor de cento e cinquenta milhões, oitocentos e quatro mil, quatrocentos e trinta e um dólares norte-americanos e quarenta e sete centavos, com base na Ata de Entendimentos de 21 de novembro de 1996, celebrado no âmbito do chamado Clube de Paris.	Transformada no PRS nº 11/2000 (Parecer nº 44/2000, da CAE) Resolução nº 12, de 1º.3.2000
184/99	1.425/99	Encaminha a programação monetária relativa ao quarto trimestre de 1999.	Transformada no PDS nº 226/99 (Parecer nº 832/99, da CAE) Projeto aprovado e encaminhado à Câmara dos Deputados em 21.10.99

Número		Assunto	Resultado
SF	Origem		
190/99	1.474/99	Solicita sejam autorizadas operações financeiras de que trata o contrato de Reestruturação de Débitos da República Unida da Tanzânia para com a República Federativa do Brasil, no valor de duzentos e trinta e dois milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, oitocentos e cinqüenta e dois dólares norte-americanos e quatorze centavos, em consonância com a Ata de Entendimentos celebrada em âmbito do chamado Clube de Paris.	Tramitando
195/99	1.488/99	Solicita sejam autorizadas operações financeiras de que trata o Contrato de Reestruturação de Débitos da República de Cabo Verde para com a República Federativa do Brasil, no valor de sete milhões, duzentos e noventa e três mil, oitocentos e três dólares norte-americanos e vinte centavos, oriundos de financiamentos do Fundo de Financiamento à Exportação – FINEX, cujos créditos passaram a integrar o Programa de Financiamento às Exportações – PROEX.	Transformada no PRS nº 13/2000 (Parecer nº 52/2000, da CAE) Resolução nº 17, de 22.3.2000
218/99	1.675/99	Encaminha documentação referente à contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até dois bilhões e duzentos milhões de dólares norte-americanos, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada a garantir a alocação orçamentária do Programa de Reforma e Proteção Social, no âmbito do programa de apoio financeiro internacional ao Brasil.	Tramitando
222/99	1.752/99	Encaminha, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei nº 7.711, de 1988, o relatório acerca da Retribuição Adicional Variável – RAV, referente ao 1º semestre de 1999.	Tramitando
241/99	1.827/99	Solicita seja autorizada a elevação temporária do limite de endividamento da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, a fim de que possa dar continuidade ao processo de modernização, referente ao Programa de Recuperação e Ampliação do Sistema de Telecomunicações e do Sistema Postal – Paste, junto ao BG Bank, no valor de DM 37.054.758.	Transformada no PRS nº 50/2000 (Parecer nº 443/2000, da CAE) Resolução nº 41, de 19.5.2000
242/99	1.828/99	Solicita seja autorizada concessão, pela União, da garantia da República Federativa do Brasil, no âmbito do Protocolo de Cooperação Técnica e Financeira, em aditamento ao contrato de financiamento externo firmado entre a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – Codevasf e a Empresa Húngara de Comércio Exterior e Empreendimentos para Exportação – Agroinvest, no valor de dois milhões, quatrocentos e dezoito mil dólares norte-americanos.	Transformada no PRS nº 28/2000 (Parecer nº 334/2000, da CAE) Resolução nº 39, de 17.5.2000
253/99	1.898/99	Solicita seja autorizada a elevação temporária do limite de endividamento da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, com o banco JBIC - Export - Import Bank of Japan e a Marubeni, no valor de seis bilhões, oitocentos e trinta e nove milhões, oitenta e um mil, quinhentos e quarenta e nove ienes, a fim de que possa dar continuidade ao processo de modernização, referente ao Programa de Recuperação e Ampliação do Sistema de Telecomunicações e do Sistema Postal - PASTE.	Transformada no PRS nº 19/2000 (Parecer nº 128/2000, da CAE) Resolução nº 16, de 15.3.2000

Número		Assunto	Resultado
SF	Origem		
⁵ 62/2000	109/2000	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, entre a República Federativa do Brasil e o Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW, no valor de vinte e oito milhões, setecentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e sessenta e sete euros, de principal, destinada ao financiamento de oitenta e cinco por cento de contrato comercial de importação de bens e serviços a serem fornecidos pela Carl Zeiss Jena GmbH, no âmbito do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários.	Transformada no PRS nº 20/2000 (Parecer nº 129/2000, da CAE) Resolução nº 14, de 2.3.2000
63/2000	110/2000	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, entre a República Federativa do Brasil e o Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW, no valor de cinco milhões, setenta e dois mil, novecentos e cinco euros, de principal, destinada ao financiamento de quinze por cento (parcela à vista) de contrato comercial de importação de bens e serviços a serem fornecidos pela Carl Zeiss Jena GmbH, no âmbito do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários.	Transformada no PRS nº 21/2000 (Parecer nº 130/2000, da CAE) Resolução nº 15, de 2.3.2000
1/2000	2.015/99	Encaminha a programação monetária relativa ao primeiro trimestre de 2000.	Transformada no PDS nº 32/2000 (Parecer nº 3/2000, da CAE) Projeto aprovado em 13.1.2000 e remetido à Câmara dos Deputados
123/2000	708/2000	Solicita seja autorizada a elevação do limite de endividamento da Petróleo Brasileiro S.A – PETROBRÁS, em três bilhões, trezentos e trinta milhões de reais, a serem destinados ao alongamento da dívida, sem aumento do endividamento total, sendo dois bilhões e duzentos e vinte milhões de reais a serem contratados no corrente exercício e um bilhão, cento e dez milhões de reais, em 2001.	Transformada no PRS nº 80/2000 (Parecer nº 1.011/2000, da CAE) Tramitando

G.11.4.2) Da presente Sessão Legislativa

Número		Assunto	Resultado
SF	Origem		
76/2000	203/2000	Submete à apreciação do Senado Contrato de Confissão, Consolidação, Promessa de Assunção e Refinanciamento de Dívidas celebrado entre a União e o Município de São Paulo, tendo por objeto o refinanciamento de obrigações financeiras de responsabilidade desse Município.	Transformada no PRS nº 36/2000 (Parecer nº 364/2000, da CAE) Resolução nº 26, de 2.5.2000

⁵ As Mensagens nºs 62 e 63/2000 foram recebidas durante a 2ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura, realizada no período de 5.1 a 14.2.2000.

Número		Assunto	Resultado
SF	Origem		
77/2000	243/2000	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até cento e oitenta e cinco milhões de dólares norte-americanos, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Profissionalização de Trabalhadores da Área de Enfermagem-PROFAE.	Transformada no PRS nº 29/2000 (Parecer nº 335/2000, da CAE) Resolução nº 42, de 25.5.2000
78/2000	250/2000	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor total de noventa e sete milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e trinta e dois dólares norte-americanos e vinte centavos, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banque Nationale de Paris – BNP, destinados ao financiamento de importação de oito helicópteros “Cougar” e serviços a serem fornecidos pela Eurocopter S.A.	Transformada no PRS nº 55/2000 (Parecer nº 543/2000, da CAE) Resolução nº 43, de 7.6.2000
80/2000	252/2000	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor de quatro milhões, seiscentos e setenta e um mil, quatrocentos e oito euros, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW, destinada ao financiamento de oitenta e cinco por cento do valor de contrato comercial para importação de bens e serviços, no âmbito do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários.	Transformada no PRS nº 23/2000 (Parecer nº 253/2000, da CAE) Resolução nº 19, de 13.4.2000
81/2000	253/2000	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor de oitocentos e vinte e quatro mil, trezentos e sessenta e seis euros, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW, destinada ao financiamento de quinze por cento (parcela à vista) de contrato comercial de importação de bens e serviços, no âmbito do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários.	Transformada no PRS nº 51/2000 (Parecer nº 448/2000, da CAE) Resolução nº 46, de 20.6.2000
82/2000	254/2000	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor de até quinhentos e quarenta e oito mil, trezentos e sessenta e um euros, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW, destinada ao financiamento da parcela à vista de quinze por cento do contrato comercial para importação de bens e serviços, no âmbito do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários.	Transformada no PRS nº 30/2000 (Parecer nº 336/2000, da CAE) Resolução nº 40, de 19.5.2000
83/2000	255/2000	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor de até três milhões, cento e sete mil, trezentos e setenta e seis euros, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW, destinada ao financiamento de oitenta e cinco por cento do valor de contrato comercial para importação de bens e serviços, no âmbito do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários.	Transformada no PRS nº 24/2000 (Parecer nº 254/2000, da CAE) Resolução nº 20, de 13.4.2000
84/2000	258/2000	Submete à apreciação do Senado o contrato de reescalonamento de dívida da República Islâmica da Mauritânia para com a República Federativa do Brasil, no valor equivalente a seis	Transformada no PRS nº 37/2000 (Parecer nº 374/2000, da CAE)

Número		Assunto	Resultado
SF	Origem		
		milhões e setecentos mil dólares norte-americanos, relativamente a operações de financiamento à exportação realizadas com recursos do Fundo de Financiamento à Exportação - FINEX, cujos créditos passaram a ser geridos pelo Programa de Financiamento às Exportações - PROEX.	Resolução nº 45, de 16.6.2000
89/2000	314/2000	Encaminha o demonstrativo das emissões do Real referente ao mês de janeiro de 2000, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.	Conhecida e arquivada em 20.06.2000
⁶ 90/2000	361/2000	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até cento e oitenta milhões de dólares norte-americanos, de principal, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Município do Rio de Janeiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, destinada ao financiamento parcial do Programa de Urbanização de Assentamentos Populares do Rio de Janeiro "Favela-Bairro" – Segunda Etapa (PROAP II).	Transformada no PRS nº 22/2000 (Parecer nº 244/2000, da CAE) Resolução nº 18, de 23.3.2000
-	439/2000	Encaminha o Relatório da Execução do Programa de Emissão e Colocação de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no exterior, com informações relativas a novembro e dezembro de 1999, e janeiro de 2000.	Anexada, em cópia, aos processados das Resoluções nºs 57/95, 51/97 e 23/99 e juntada ao processado do Div. nº 34/97, despachado à CAE.
95/2000	449/2000	Encaminha o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de fevereiro de 2000, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.	Conhecida e arquivada em 20.06.2000
96/2000	448/2000	Solicita autorização para que seja contratada operação de crédito externo, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor equivalente a até quinhentos e cinco milhões e sessenta mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, na modalidade de ajuste setorial – Reforma Fiscal e Administrativa (Fiscal and Administrative Reform Special Adjustment Loan).	Transformada no PRS nº 68/2000 (Parecer nº 723/2000, da CAE) Resolução nº 55, de 29.6.2000
97/2000	469/2000	Encaminha a programação monetária relativa ao segundo trimestre de 2000.	Transformada no PDS nº 71/2000 (Parecer nº 362/2000, da CAE) Projeto aprovado e enviado à Câmara dos Deputados em 3.5.2000

⁶ Em 21.3.2000, foi anexado, ao seu processado, o Ofício nº 805, de 20.3, do BACEN.

Número		Assunto	Resultado
SF	Origem		
100/2000	501/2000	Encaminha o Relatório Anual de Atividades da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, referente ao exercício de 1998.	Tramitando
99/2000	479/2000	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até quinhentos e cinco milhões e sessenta mil dólares norte-americanos, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, na modalidade de ajuste setorial – Reforma da Previdência Social/Segunda Fase, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro Internacional ao Brasil.	Transformada no PRS nº 56/2000 (Parecer nº 544/2000, da CAE) Resolução nº 44, de 7.6.2000
106/2000	581/2000	Encaminha o demonstrativo das emissões do real referentes ao mês de março de 2000, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.	Conhecida e arquivada em 20.06.2000
107/2000	578/2000	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor de até dezessete milhões e oitocentos mil Direitos Especiais de Saque, equivalente a aproximadamente vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura – FIDA, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Desenvolvimento Sustentável para os Assentamentos da Reforma Agrária no Semi-Árido da Região Nordeste.	Transformada no PRS nº 63/2000 (Parecer nº 640/2000, da CAE) Resolução nº 50, de 27.6.2000
108/2000	577/2000	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor de dois milhões, setecentos e quarenta e sete mil, quinhentos e sete euros e trinta e dois centavos, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW, destinada ao financiamento de oitenta e cinco por cento do valor de contrato comercial para importação de bens e serviços, no âmbito do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários.	Transformada no PRS nº 60/2000 (Parecer nº 637/2000, da CAE) Resolução nº 56, de 30.6.2000
113/2000	666/2000	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até cinqüenta milhões de dólares norte-americanos, de principal, entre o Banco do Nordeste do Brasil S.A. e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao financiamento parcial do Programa de Crédito Produtivo Popular para o Nordeste – Crediamigo.	Transformada no PRS nº 61/2000 (Parecer nº 638/2000, da CAE) Resolução nº 49, de 27.6.2000
114/2000	667/2000	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor de quatrocentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e cinqüenta e quatro euros e vinte e três centavos, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW, destinada ao financiamento de quinze por cento (parcela à vista) de contrato comercial de importação de bens e serviços a serem fornecidos pela empresa alemã Leica Microsystems Nussloch GmbH, no âmbito do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários.	Transformada no PRS nº 62/2000 (Parecer nº 639/2000, da CAE) Resolução nº 57, de 30.6.2000

Número		Assunto	Resultado
SF	Origem		
-	695/2000	Solicita autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a duzentos milhões de dólares norte-americanos, de principal, entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada a financiamento do Projeto de Despoluição do Rio Tietê – 2ª etapa.	Anexada ao processado do OF. nº S/12/2000.
125/2000	753/2000	Encaminha demonstrativo das emissões do real correspondente ao mês de abril de 2000, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.	Conhecida e arquivada em 20.06.2000
131/2000	812/2000	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, nos valores de cento e sessenta e sete milhões, novecentos e noventa e oito mil, duzentos e cinqüenta dólares norte-americanos e quarenta e quatro milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, setecentos e cinqüenta dólares norte-americanos, entre a República Federativa do Brasil e o Banque Nationale de Paris – BNP, destinadas, a primeira, ao financiamento de oitenta e cinco por cento do valor dos bens e serviços referentes à parte francesa, que integram o Projeto Pró-Amazônia/Promotec, e, a segunda, ao financiamento dos quinze por cento do valor dos bens e serviços referentes à parte francesa, que integram o Projeto Pró-Amazônia/Promotec, bem como de serviços a serem prestados por empresas brasileiras (tranche brasileira).	Transformada no PRS nº 64/2000 (Parecer nº 665/2000, da CAE) Resolução nº 52, de 28.6.2000
132/2000	813/2000	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, nos valores de cento e sessenta e sete milhões, novecentos e noventa e oito mil, duzentos e cinqüenta dólares norte-americanos, e quarenta e quatro milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, setecentos e cinqüenta dólares norte-americanos, entre a República Federativa do Brasil e o Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW, destinadas, a primeira, ao financiamento de oitenta e cinco por cento do valor dos bens e serviços referentes à parte alemã, que integram o projeto Pro-Amazônia/Promotec, e, a segunda, a quinze por cento da respectiva aquisição, bem como de serviços a serem prestados por empresas brasileiras (tranche brasileira).	Transformada no PRS nº 65/2000 (Parecer nº 666/2000, da CAE) Resolução nº 53, de 28.6.2000
134/2000	830/2000	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor, em ienes, equivalente a setenta e cinco milhões de dólares norte-americanos, de principal, entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e o Japan Bank for International Cooperation (JBIC), destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Corredores de Transporte do Estado do Rio Grande do Sul.	Transformada no PRS nº 70/2000 (Parecer nº 766/2000, da CAE) Resolução nº 60, de 4.7.2000
-	833/2000	Relatório da Execução do Programa de Emissão e Colocação de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, com informações relativas ao período de fevereiro a abril de 2000.	Anexada ao processado do Diversos nº 34, de 1997, e, em cópia, aos processados das Resoluções acima

Número		Assunto	Resultado
SF	Origem		
138/2000	945/2000	Encaminha a programação monetária relativa ao terceiro trimestre de 2000.	Transformada no PDS nº 159/2000 (Parecer nº 819/2000, da CAE) Projeto aprovado em 9.8.2000 e encaminhado à Câmara dos Deputados
139/2000	930/2000	Encaminha o demonstrativo das emissões do real referentes ao mês de maio do corrente ano, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.	Conhecida e arquivada em 09.11.2000
154/2000	1.069/2000	Encaminha proposta de limites globais para o montante da dívida consolidada da União.	Tramitando
154-A/2000	1.069/2000	Encaminha proposta de limites globais para o montante da dívida consolidada dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.	Tramitando
155/2000	1.082/2000	Encaminha o demonstrativo das emissões do real referente ao segundo trimestre de 2000, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.	Conhecida e arquivada em 06.09.2000
166/2000	1.143/2000	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até cinquenta e um milhões de dólares norte-americanos, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada ao financiamento parcial do Programa de Consolidação e Emancipação (Auto Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária.	Transformada no PRS nº 73/2000 (Parecer nº 880/2000, da CAE) Resolução nº 61, de 15.9.2000
173/2000	1.226/2000	Encaminha o demonstrativo das emissões do real correspondente ao mês de julho de 2000, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.	Conhecida e arquivada em 05.10.2000
175/2000	1.352/2000	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até duzentos e oitenta milhões, duzentos e sessenta e nove mil ienes japoneses, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Marubeni Corporation, destinada a aquisição de bens e serviços no âmbito do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários.	Transformada no PRS nº 83/2000 (Parecer nº 1.213/2000, da CAE) Resolução nº 68, de 15.12.2000
176/2000	1.398/2000	Encaminha a programação monetária relativa ao quarto trimestre de 2000.	Transformada no PDS nº 219/2000 (Parecer nº 949/2000, da CAE) Projeto aprovado em 11.10.2000 e encaminhado à Câmara dos Deputados
178/2000	1.410/2000	Encaminha o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de agosto de 2000, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.	Conhecida e arquivada em 09.11.2000

Número		Assunto	Resultado
SF	Origem		
206/2000	1.444/2000	Solicita sejam autorizadas operações financeiras de que trata o acordo de reescalonamento, com remissão parcial da dívida, da República da Costa do Marfim para com a República Federativa do Brasil, no valor equivalente a cinco milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e cinqüenta e um dólares norte-americanos e trinta e seis centavos, com previsão de redução direta do principal, em consonância com a Ata de Entendimentos celebrada no âmbito do "Clube de Paris".	Tramitando
207/2000	1.443/2000	Solicita sejam autorizadas operações financeiras de que trata o acordo de reescalonamento da dívida da República da Zâmbia para com a República Federativa do Brasil, no valor equivalente a quatorze milhões, cento e vinte e sete mil, noventa e oito dólares norte-americanos e cinqüenta e oito centavos, com previsão de redução do valor presente líquido, com base na Ata de Entendimentos celebrada no âmbito do "Clube de Paris".	Tramitando
215/2000	1.505/2000	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a dezenove milhões, cento e vinte e cinco mil dólares norte-americanos, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Hungarian Export-Import Bank, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Modernização de Laboratórios de Educação Profissional, no âmbito do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP).	Transformada no PRS nº 92/2000 (Parecer nº 1.295/2000 da CAE) Tramitando
232/2000	1.659/2000	Encaminha, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069, de 1995, o demonstrativo das emissões do real referentes ao terceiro trimestre de 2000, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.	Conhecida e arquivada em 28.11.2000
⁷ 239/2000	1.726/2000	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até sessenta e nove milhões e seiscentos mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, com a garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado da Bahia e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BID, destinada a financiar, parcialmente, o Projeto de Educação do Estado da Bahia – Projeto Bahia.	Transformada no PRS nº 84/2000 (Parecer nº 1.219/2000, da CAE) Resolução nº 69, de 15.12.2000
245/2000	1.811/2000	Solicita seja autorizada a contratação de operações de crédito externo, no valor total de duzentos e oitenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América, entre a República Federativa do Brasil e os <i>Bank Hapoalim B.M., Bank Leumi Le-Israel e Banco Bilbao Vizcaya Argentaria BBVA</i> , destinados ao financiamento do Programa de Modernização das Aeronaves F5, no âmbito do Programa de Reequipamento da Força Aérea Brasileira.	Tramitando

⁷ Em 30.11.2000, foi anexado, ao seu processado, o Ofício nº 3.476/2000, de 30.11, do Banco Central.

Número		Assunto	Resultado
SF	Origem		
246/2000	1.812/2000	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até noventa milhões de dólares norte-americanos, de principal, entre a República Federativa do Brasil e a EFIBANCA- <i>Entre Finanziario Interbancario SpA</i> , destinada ao financiamento parcial do valor de contratos comerciais a serem firmados com fornecedores italianos para o terceiro lote de aeronaves AM-X.	Transformada no PRS nº 86/2000 (Parecer nº 1.254/2000 da CAE) Resolução nº 67, de 15.12.2000
247/2000	1.815/2000	Solicita seja autorizada a contratação de operações de crédito externo, com contragarantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a cento e oitenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil – TBG e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, mediante lançamento de títulos no mercado internacional de capitais, destinada ao financiamento parcial do Projeto Gasoduto Bolívia-Brasil.	Tramitando
248/2000	1.816/2000	Propõe seja retificada a Resolução nº 57, de 1995, do Senado Federal, para que seja autorizada a ampliação do limite fixado para a execução do Programa de Emissão e Colocação de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional, instituído pela Resolução nº 87, de 1994, do Senado Federal.	Transformada no PRS nº 91/2000 (Parecer nº 1.292/2000 da CAE) Resolução nº 74, de 19.12.2000
250/2000	1.817/2000	Encaminha, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069, de 1995, o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de outubro de 2000, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.	Tramitando
253/2000	1.833/2000	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até sete bilhões, trezentos e nove milhões, quatrocentos e noventa e nove mil, oitocentos e vinte ienes japoneses, entre a República Federativa do Brasil e o Japan Bank for International Cooperation-JBIC, destinada ao financiamento parcial de contratos comerciais a serem firmados com diversos fornecedores, para a importação de bens e serviços no âmbito do Programa de Modernização Gerencial e Reequipamento Hospitalar.	Transformada no PRS nº 87/2000 (Parecer nº 1.279/2000 da CAE) Resolução nº 70, de 19.12.2000
254/2000	1.834/2000	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até oito bilhões, trezentos e oitenta e oito milhões, oitocentos e noventa e cinco mil, oitocentos e dois ienes japoneses, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Japan Bank for International Cooperation-JBIC, destinada ao financiamento parcial da aquisição de bens e serviços no âmbito do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários.	Transformada no PRS nº 88/2000 (Parecer nº 1.281/2000 da CAE) Resolução nº 71, de 19.12.2000
255/2000	1.835/2000	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor de dezoito milhões, duzentos e setenta e três mil, oitocentos e dezessete dólares dos Estados Unidos da América, entre a República Federativa do Brasil e o BankBoston, destinada ao financiamento do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários.	Transformada no PRS nº 89/2000 (Parecer nº 1.283/2000 da CAE) Resolução nº 72, de 19.12.2000

Número		Assunto	Resultado
SF	Origem		
256/2000	1.836/2000	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor de treze milhões, quatrocentos e dezesseis mil, seiscentos e setenta e seis Euros e setenta e dois centavos, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria - BBVA, destinadas ao financiamento do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários.	Transformada no PRS nº 90/2000 (Parecer nº 1.285/2000 da CAE) Resolução nº 73, de 19.12.2000

G.11.5) Referentes a pedido de urgência

Número		Assunto	Resultado
SF	Origem		
116/2000	478/2000	Urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2000 (nº 1.617/99 na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas – ANA, entidade federal de coordenação e apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências.	Anexada ao processado do PLC nº 3/2000 em 12.5.2000

G.11.6) Referentes a retirada de matéria

G.11.6.1) De Sessão Legislativa anterior

Número		Assunto	Resultado
SF	Origem		
219/99	1.661/99	Retirada do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 1999 (nº 3.125/97, na Casa de origem), que dispõe sobre o Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – SINMETRO, e dá outras providências.	Tramitação sobrestada (RQS nº 768/99) (Vide tramitação do projeto)

G.11.6.2) Da presente Sessão Legislativa

Número		Assunto	Resultado
SF	Origem		
149/2000	944/2000	Retirada de tramitação das Recomendações adotadas pela Conferência Internacional do Trabalho, no período de 1962 a 1985 (PDS nº 12/88), por não caber aprovação legislativa sobre a matéria.	Arquiva, em 29.8.2000, juntamente com o PDS nº 12/88, nos termos do Parecer nº 252/90, da CCJ.
179/2000	1.426/2000	Retirada da indicação do <i>Senhor Alfredo Carlos de Oliveira Tavares</i> , Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Dominicana (MSF nº 156/2000 (1.091/2000, na origem).	Aprovada em 31.10.2000

G.12 – OFÍCIOS

G.12.1) Ofícios “S”, art. 52, V a X, da Constituição Federal

Transformados em PRS e convertidos em resoluções	22
Em tramitação	65
Arquivados	11
TOTAL	98

G.12.1.1) De Sessões Legislativas anteriores

Número		Assunto	Resultado
SF	ORIGEM		
31/97	22/97	do STF, encaminhando cópia do parecer do Ministério Público Federal, da versão do registro taquigráfico do julgamento e do acórdão proferido por aquela Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 183119-7/210, que declarou a inconstitucionalidade, sem redução do texto, da expressão “correspondente ao período-base de 1989”, com relação ao inciso II do art. 1º da Lei nº 7.988, de 1989.	Tramitando
44/97	90/97	do STF, encaminhando cópia do parecer do Ministério Público Estadual, da versão do registro taquigráfico do julgamento e do acórdão proferido por aquela Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 204827, que declarou a inconstitucionalidade do art. 7º, I e II; do art. 87, <i>caput</i> e incisos I e II; e do art. 94 da Lei Municipal nº 6.989, de 1966, todos com a redação dada pela Lei nº 10.921, de 1990, do Município de São Paulo.	Tramitando
56/97	132/97	do STF, encaminhando cópia do acórdão proferido por essa Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 188107, que declarou a inconstitucionalidade do art. 10 da Lei nº 2.145, de 1953, com a redação da Lei nº 8.387, de 1991.	Tramitando
65/97	150/97	do STF, encaminhando cópia da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por essa Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 194036, que declarou a inconstitucionalidade dos arts. 2º e 3º da Lei nº 6.747, de 1990, do Município de Santo André - SP.	Tramitando
74/97	152/97	do STF, encaminhando cópia do parecer do Ministério Público Federal, da versão do registro taquigráfico do julgamento e do acórdão proferido por aquela Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 191648/97, que declarou a inconstitucionalidade do art. 24, § 1º, nº 4, da Lei nº 6.374, de 1989, do Estado de São Paulo.	Tramitando
87/97	184/97	do STF, encaminhando cópia da Lei nº 5.641, de 22.12.89, do Município de Belo Horizonte, da certidão de trânsito em julgado, do parecer da Procuradoria-Geral da República e do acórdão proferido por aquela Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 153771, que declarou a inconstitucionalidade do subitem 2.2.3 do Setor II da Tabela III da referida Lei municipal.	Tramitando

Número		Assunto	Resultado
SF	ORIGEM		
97/97	207/97	do STF, encaminhando cópia do parecer da Procuradoria-Geral da República e do acórdão proferido por aquela Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 149922, que declarou a inconstitucionalidade do art. 11 do Convênio ICM nº 66, de 14.12.88, do Ministério da Fazenda.	Tramitando
99/97	206/97	do STF, encaminhando parecer da Procuradoria-Geral da República, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte nos autos do Habeas Corpus nº 74761, que declarou a inconstitucionalidade da expressão "absoluta de seus membros", constante do <i>caput</i> do art. 181 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.	Tramitando
100/97	215/97	do STF, encaminhando parecer da Procuradoria-Geral da República e do acórdão proferido por aquela Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 120954, que declarou a inconstitucionalidade dos arts. 8º e 9º da Lei nº 3.310, de 27.12.79, do Estado do Espírito Santo.	Tramitando
101/97	205/97	do STF, encaminhando cópias do parecer da Procuradoria-Geral da República, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte nos autos do Mandado de Segurança nº 21055, que declarou a inconstitucionalidade da Resolução nº 271/89, do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região.	Tramitando
21/98	48/98	do STF, encaminhando cópia do parecer do Ministério Público Federal, da versão do registro taquigráfico do julgamento e do acórdão proferidos por aquela Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 199969, que declarou a inconstitucionalidade dos arts. 7º, I e II; 87, I e II; e 94 da Lei nº 6.989, de 1966, do Município de São Paulo, com a redação dada pela Lei nº 11.152, de 30.12.91.	Tramitando
22/98	55/98	Do STF, encaminhando cópia do parecer do Ministério Público Federal, da versão do registro taquigráfico do julgamento e do acórdão proferido por aquela Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 213735, que declarou a inconstitucionalidade do art. 7º, I e II, da Lei nº 6.989, de 1966, do Município de São Paulo, com a redação dada pela Lei nº 11.152, de 30.12.91.	Tramitando
31/98	66/98	do Presidente do STF encaminhando cópia da Lei nº 8118, de 30.12.85, bem como do parecer do Ministério Público Federal, da versão do registro taquigráfico do julgamento e do acórdão proferido por aquela Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 209714, que declarou a inconstitucionalidade do art. 20, II, da referida Lei.	Tramitando

Número		Assunto	Resultado
SF	ORIGEM		
65/98	1.744/98	do Banco Central do Brasil, solicitando a retificação da Resolução nº 69, de 1998, que autorizou o Estado de Mato Grosso do Sul a contratar operação de refinanciamento de dívidas do Estado, consubstanciada no contrato de confissão, assunção e refinanciamento de dívidas, celebrado com a União em 30 de março de 1998, com base no protocolo de acordo firmado entre a União e o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor total de novecentos e três milhões, seiscentos e sessenta mil, cinqüenta e nove reais e vinte e um centavos, para considerar o pleito pelo valor global, acrescentando-se a parcela de trezentos e trinta e dois milhões, quinhentos e setenta e seis mil, trezentos e trinta e sete reais e trinta e quatro centavos, ao valor refinanciado, totalizando o valor de um bilhão, cento e trinta e oito milhões, setecentos e dezenove mil, quinhentos e cinqüenta e nove reais e um centavo.	Transformado no PRS nº 35/2000 (Parecer nº 363/2000, da CAE) Resolução nº 25, de 2.5.2000
73/98	133/98	do STF, encaminhando cópia do parecer da Procuradoria-Geral da República, da certidão de trânsito em julgado, do acórdão proferido por aquela Corte e da versão do registro taquigráfico do julgamento do Recurso Extraordinário nº 190363, que declarou a inconstitucionalidade do inciso II do art. 1º da Lei nº 8.033, de 12.04.90 (ISOF sobre operações com ouro).	Tramitando
74/98	140/98	do STF, encaminhando cópia do Decreto Legislativo nº 12, de 1990 (Lei Orgânica do Município de Cidreira/RS), do parecer da Procuradoria-Geral da República e do acórdão proferido por aquela Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 172.004/98, que declarou a inconstitucionalidade do inciso XVIII do art. 51 e respectivo parágrafo único da citada Lei.	Tramitando
¹ 77/98	182/98	do STF, encaminhando cópia do texto das Leis Complementares Municipais nºs 7/73 e 212/89, da versão do registro taquigráfico do julgamento, do parecer do Ministério Público Federal, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 179273, que declarou a inconstitucionalidade do art. 5º, § 1º, I, alíneas "a" a "f", da Lei Complementar Municipal nº 7, de 7.12.73, com a redação dada pela Lei Complementar Municipal nº 212, de 1989, ambas do Município de Porto Alegre-RS.	Tramitando
79/98	221/98	do STF, encaminhando cópia do Regulamento da Lei nº 997, de 31 de maio de 1976, e do Decreto nº 28.313, de 4 de abril de 1988, ambos do Estado de São Paulo, bem como da certidão de trânsito em julgado do acórdão, do parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento proferido por aquela Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 157905, que declarou a inconstitucionalidade do § 4º do art. 32 do referido Regulamento.	Tramitando

¹ Em 22.9.99, foi anexado, ao seu processado, o Ofício nº 122/99, de 17.9, do STF.

Número		Assunto	Resultado
SF	ORIGEM		
81/98	224/98	do STF, encaminhando cópia do Ato das Disposições Transitórias da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, de 5 de abril de 1990, bem como do parecer da Procuradoria-Geral da República, da certidão de trânsito em julgado, do acórdão e da versão do registro taquigráfico do julgamento proferido por aquela Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 187142, que declarou a inconstitucionalidade dos arts. 25, 27 e parágrafos, do Ato das Disposições Transitórias da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro.	Tramitando
² 1/99	253/98	do STF, encaminhando cópia da Lei nº 6.545, de 2.6.91, do Município de Campinas (SP), do parecer da Procuradoria-Geral da República, da certidão de trânsito em julgado, do acórdão proferido por aquela Corte e da versão do registro taquigráfico do julgamento do Recurso Extraordinário nº 199517, que declarou a inconstitucionalidade do art. 1º da referida Lei.	Tramitando
7/99	11/99	do STF, encaminhando cópia da Lei nº 1.794, de 25 de fevereiro de 1991, do Estado do Rio de Janeiro, do parecer da Procuradoria Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 171078, que declarou a inconstitucionalidade da referida Lei estadual.	Tramitando
13/99	37/99	do STF, encaminhando cópia da Lei Federal nº 8.162, de 8.1.91, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da certidão de trânsito em julgado, do acórdão proferido por aquela Corte e da versão do registro taquigráfico do julgamento do Recurso Extraordinário nº 221946, que declarou a inconstitucionalidade dos incisos I e II do art. 7º da referida Lei.	Tramitando
22/99	73/99	do STF encaminhando cópia da Lei Municipal nº 6.580, de 1989, de Santo André (SP), do parecer da Procuradoria-Geral da República, da certidão de trânsito em julgado, da versão do registro taquigráfico do julgamento, bem como do acórdão proferido por aquela Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 206777/99, que declarou a inconstitucionalidade do art. 1º e do art. 2º, inciso I, alínea "a", e inciso II, alíneas "a" e "b", da mencionada Lei Municipal.	Tramitando
³ 25/99	93/99	do STF, encaminhando cópia das Leis nºs 6.556, de 30 de novembro de 1989; 7.003, de 27 de dezembro de 1990; 7.646, de 26 de dezembro de 1991; e 8.207, de 30 de dezembro de 1992, todas do Estado de São Paulo, das certidões de trânsito em julgado dos acórdãos preferidos por aquela Corte; do Parecer do Ministério Público Federal, bem como das versões dos registros taquigráficos dos julgamentos do Recurso Extraordinário nº 188.443, e respectivos embargos declaratórios, que declarou a inconstitucionalidade dos arts. 3º a 9º da Lei nº 6.556, de 1989, e das demais leis supracitadas (imposto: vinculação a órgão, fundo ou despesa).	Tramitando

² Os Ofícios nºs 1,3,4 e 5, de 1999, foram apresentados na 7ª Sessão Legislativa Extraordinária da 50ª Legislatura, realizada no período de 4 a 29 de janeiro de 1999.

³ Em 28.9.99, foi anexado, ao seu processado, o Ofício nº 125/99, de 23.9, do STF.

Número		Assunto	Resultado
SF	ORIGEM		
26/99	102/99	do STF, encaminhando cópia da Lei Municipal nº 751, de 16 de maio de 1984, do Município de Aurifloma-SP, da certidão de trânsito em julgado, do acórdão proferido por aquela Corte, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, bem como da versão do registro taquigráfico do julgamento do Recurso Extraordinário nº 118.585, que declarou a inconstitucionalidade da referida lei (vício formal quanto à iniciativa da lei).	Tramitando
27/99	92/99	Do STF, encaminhando cópia da Lei Ordinária Federal nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972; do Decreto-Lei nº 57, de 18 de novembro de 1966; e da Lei Municipal nº 2.200, de 3 de junho de 1983, do Município de Sorocaba (SP), do parecer da Procuradoria-Geral da República, da certidão de trânsito em julgado, da versão do registro taquigráfico do julgamento e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 140.773, através do qual declarou a inconstitucionalidade da mencionada Lei Municipal e do art. 12 da Lei Federal supracitada, na parte em que revogou o art. 15 do retromencionado Decreto-Lei.	Tramitando
29/99	682/99	do Banco Central do Brasil, encaminhando manifestação desse Órgão, a respeito de pedido de contratação de operação de crédito da Prefeitura de Bom Retiro do Sul, do Estado do Rio Grande do Sul, informando que o posicionamento da Autarquia é desfavorável à autorização.	Tramitando
31/99	12/99	do Tribunal de Contas da União, encaminhando o relatório e voto da Tomada de Contas dessa Corte, referente ao ano de 1998.	Tramitando
32/99	3.026/99	do Banco Central do Brasil, comunicando que o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul emitiu, de 24.09.98 a 1º.10.98, trinta e quatro cartas de crédito para seis empreiteiras em pagamento pela prestação de serviços ou execução de obras públicas, totalizando quatro milhões, novecentos e quarenta e três mil, trezentos e cinqüenta e um reais e cinqüenta centavos, sem observar a vedação prescrita no inciso II do art. 3º da Resolução nº 78, de 1998.	Tramitando
34/99	613/99	do Banco do Nordeste do Brasil, encaminhando, nos termos do art. 20, § 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, as Demonstrações Contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, com posição do primeiro semestre de 1999.	Tramitando
⁴ 37/99	150/99	Da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, encaminhando o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito criada para apurar a entrada de medicamentos falsos na rede hospitalar pública e privada, bem como a sua comercialização nesse Estado.	Tramitando
39/99	133/99	Do Banco da Amazônia S/A, encaminhando, nos termos do art. 20, § 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, a prestação de contas do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, alusivo ao exercício de 1998.	Tramitando

⁴ Em 23.2.2000, foram anexadas, ao seu processado, as informações recebidas pelos Avisos nºs 1.252/99, do Ministro da Justiça; 235/99, do Ministro do Trabalho e Emprego; e 70/2000, do Ministro da Saúde, em atendimento aos RQS nºs 558, 559 e 560/99, respectivamente.

Número		Assunto	Resultado
SF	ORIGEM		
40/99	218/99	Do Banco do Nordeste do Brasil, encaminhando, nos termos do art. 20, § 4º, da Lei nº 7.827, de 17 de setembro de 1989, as demonstrações contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, com posição em 31 de dezembro de 1998.	Tramitando
41/99	103/98	Consulta ao Tribunal de Contas da União, em atendimento à solicitação do Senador Júlio Campos, referente a licitude de negociação entre o Governo do Estado do Mato Grosso (MT) e a TELEMAT, para antecipação de pagamento de ICMS devido, bem como sobre a existência de decisão do TCU que se aplique, por analogia, a hipótese, e, ainda, quais os procedimentos que se aplicam à questão.	Tramitando
42/99	31.319/99	Do Banco do Brasil S/A, encaminhando, nos termos do art. 20, § 4º, da Lei nº 7.827, de 1989, as Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 1998, devidamente auditadas, do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO.	Tramitando
43/99	108/99	Do STF, encaminhando cópia da Resolução nº 8, de 23 de fevereiro de 1994, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão, com sua republicação, proferido por aquela Corte nos autos do Mandado de Segurança nº 21.981, que declarou inconstitucionalidade da referida Resolução, necessidade de lei formal e material para a promoção de equivalência remuneratória entre Judiciário e Legislativo.	Tramitando
46/99	121/99	do STF, encaminhando cópia dos acórdãos proferidos por essa Corte, no Recurso Extraordinário nº 199.281-6, que declararam a inconstitucionalidade do art. 1º da Lei nº 11.152, de 30 de dezembro de 1991, na parte que alterou a redação dos arts. 7º e 27 e respectivos parágrafos da Lei nº 6.989, de 29 de dezembro de 1966, com a redação que lhes foi conferida pelas Leis nºs 10.394, de 20 de novembro de 1987; 10.805, de 27 de dezembro de 1989; e 10.921, de 30 de dezembro de 1990, todas do Município de São Paulo (IPTU progressivo – violação do princípio da isonomia tributária), bem como cópia da referida legislação, do parecer da Procuradoria-Geral da República e da certidão de trânsito em julgado do acórdão.	Tramitando
49/99	128/99	do STF, encaminhando cópia das Leis nºs 6.989, de 29 de dezembro de 1966; 10.921, de 30 de dezembro de 1990; e 10.805, de 27 de dezembro de 1989, todas do Município de São Paulo, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 210586, que declarou a inconstitucionalidade dos arts. 7º, I e II; e 27 da Lei nº 6.989, de 1966, na redação dada pelas leis municipais mencionadas.	Tramitando

Número		Assunto	Resultado
SF	ORIGEM		
50/99	130/99	do STF, encaminhando cópia da Lei nº 2.175, de 24 de novembro de 1989, do Município de Osasco, São Paulo, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 228735, que declarou a inconstitucionalidade do art. 4º da referida lei municipal (IPTU progressivo).	Tramitando
51/99	131/99	do STF, encaminhando cópia da Lei nº 10.389, de 26 de dezembro de 1990, do Município de São Carlos/SP, do parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 227273, que declarou a inconstitucionalidade do art. 1º da referida lei municipal (IPTU progressivo).	Tramitando
52/99	132/99	do STF, encaminhando cópia da Lei nº 379, de 19 de dezembro de 1969, na redação que lhe deu o art. 1º da Lei nº 1.039, de 7 de dezembro de 1989, ambas do Município de Diadema/SP, do parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 228309, que declarou a inconstitucionalidade do art. 10 da referida lei municipal (IPTU progressivo).	Tramitando
⁵ 59/99	4.246/99	do Banco Central do Brasil, encaminhando relatório sobre operação de troca de títulos do tipo Brady por um novo título do tipo Global, conduzida por esse Órgão, na qualidade de agente do Tesouro Nacional, no valor de dois bilhões de dólares estadunidenses, e comunicando, que o texto da documentação traduzida será encaminhado a esta Casa tão logo esteja disponível.	Arquivado (Parecer nº 33/200, aprovado em 22.2.2000)
⁶ 1/2000	308/99	da Prefeitura Municipal de Joinville, solicitando, nos termos do Resolução nº 37, de 1999, autorização do Senado Federal para que possa habilitar-se a contratar operação de crédito destinada ao Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios – PNAFM.	Tramitando
2/2000	227/2000	do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, manifestação daquele Órgão acerca da solicitação da Prefeitura Municipal de Cachoeirinha - RS para que possa contratar operação de crédito junto ao Fundopimes, cujo órgão gestor é o Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Banrisul, no valor de dois milhões de reais, destinada ao financiamento de investimentos em infra-estrutura urbana.	Transformado no PRS nº 12/2000 (Parecer nº 45/2000, da CAE) Resolução nº 13, de 1º.3.2000

⁵ Em 2.2.2000, foi anexado, ao seu processado, o Ofício nº 348/2000, do Banco Central do Brasil, encaminhando versão traduzida da documentação referente ao relatório.

⁶ Os ofícios nºs 1 a 3/2000 foram apresentados durante a 2ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura, realizada no período de 5.1 a 14.2.2000.

Número		Assunto	Resultado
SF	ORIGEM		
3/2000	230/2000	do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, manifestação daquele Órgão acerca da solicitação da Prefeitura Municipal de Santos - SP para que possa contratar operação de crédito no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros - PNAFM, administrado pela Caixa Econômica Federal – CEF, no valor de doze milhões, vinte e um mil e trezentos reais, a preços de 31 de julho de 1999.	Transformado no PRS nº 26/2000 (Parecer nº 325/2000, da CAE) Resolução nº 21, de 18.4.2000

G.12.1.2) Da presente Sessão Legislativa

Número		Assunto	Resultado
SF	ORIGEM		
8/2000	297/2000	Do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, encaminhando cópias de Notas Técnicas da Secretaria de Inspeção do Trabalho e da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, em resposta ao Ofício nº 262/99-CN, de 24 de agosto de 1999, do Primeiro-Secretário do Senado Federal, que encaminhou Relatório da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada com a finalidade de apurar as denúncias publicadas na Revista VEJA sobre o trabalho de crianças e adolescentes no Brasil.	Tramitando
9/2000	153/2000	Da Câmara Municipal da Estância de Bragança Paulista, encaminhando cópia de propositura e sugerindo estudos no sentido de formalizar legislação apta a regulamentar a existência de loteamentos fechados no âmbito nacional.	Tramitando
11/2000	959/2000	Do Banco Central do Brasil, nos termos da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, encaminhando manifestação daquele Órgão acerca da operação de crédito baseada no Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Confissão, Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas, firmado em 28 de julho de 1999, entre a União e o Estado de Goiás, que altera o valor do contrato de Refinanciamento, objeto da Resolução nº 67, de 1º de julho de 1998, em doze milhões, cem mil, quinhentos e sessenta e nove reais e dois centavos.	Anexado ao processado da Resolução nº 67/98 Transformado no PRS nº 38/2000 (Parecer nº 375/2000, da CAE) Resolução nº 27, de 4.5.2000
⁷ 12/2000	960/2000	Do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, manifestação daquele Órgão acerca da solicitação do Estado de São Paulo para conceder contragarantia à União em operação de crédito pretendida pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de duzentos milhões de dólares, equivalentes a trezentos e oitenta e quatro milhões, quinhentos e quarenta mil reais, a preços de 30.11.1999, cujos recursos serão destinados ao Projeto de Despoluição do Rio Tietê – Etapa II.	Transformado no PRS nº 59/2000 (Parecer nº 629/2000, da CAE) Resolução nº 48, de 27.6.2000

⁷ Em 24.5.2000, foi anexado, ao seu processado, a Mensagem nº 695/2000, de 22.5, da Presidência da República.

Número		Assunto	Resultado
SF	ORIGEM		
13/2000	1.108-3/2000	Do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 78/98, manifestação daquele Órgão acerca do pedido da Prefeitura Municipal de São Gabriel - RS para contratar operação de crédito com o Fundo de Desenvolvimento ao Programa Integrado de Melhoria Social - FUNDOPIMES administrado pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A - BANRISUL, no valor de dois milhões e cem mil reais, a preços de setembro de 1999, destinada a investimentos em infra-estrutura urbana.	Transformado no PRS nº 39/2000 (Parecer nº 376/2000, da CAE) Resolução nº 28, de 4.5.2000
14/2000	1.108-4/2000	Do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 78/98, manifestação daquele Órgão acerca do pedido da Prefeitura Municipal de Ubitatã - PR para contratar operação de crédito com o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano/Programa Paraná Urbano administrado pelo Banco do Estado do Paraná - BANESTADO, no valor de novecentos mil reais, a preços de setembro de 1999, destinada a investimentos em infra-estrutura urbana.	Transformado no PRS nº 42/2000 (Parecer nº 381/2000, da CAE) Resolução nº 31, de 4.5.2000
15/2000	1.108-6/2000	Do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 78/98, manifestação daquele Órgão acerca do pedido do Governo do Estado do Rio Grande do Sul para assunção formal de dívidas da Companhia de Habitação do Estado - COHAB/RS e da Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul - CEE-RS, nos respectivos valores de oitocentos e onze milhões, seiscentos e trinta e nove mil, duzentos e oitenta e dois reais e sessenta e sete centavos, a preços de 1º de setembro de 1999, e quarenta e dois milhões, vinte e sete mil, setecentos e oitenta e oito reais e quarenta e dois centavos, a preços de 1º de agosto de 1999.	Transformado no PRS nº 32/2000 (Parecer nº 358/2000, da CAE) Resolução nº 22, de 27.4.2000
16/2000	1.108-7/2000	Do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 78/98, manifestação daquele Órgão acerca do pedido do Governo do Estado do Rio de Janeiro para assunção formal de dívidas da Companhia Estadual de Habitação do Estado do Rio de Janeiro - CEHAB/RJ e do Banco do Estado do Rio de Janeiro S/A - em liquidação extrajudicial, nos valores de trezentos e noventa e oito milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e vinte e sete reais e quarenta e dois centavos, e vinte e dois milhões, quatrocentos e cinquenta mil, cento e oitenta e sete reais e dez centavos, respectivamente, a preços de 1º de fevereiro de 2000.	Transformado no PRS nº 33/2000 (Parecer nº 359/2000, da CAE) Resolução nº 23, de 27.4.2000
17/2000	-	Da 1ª Vice-Presidência do Senado, entregue à Presidência do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar em 14.4.2000, encaminhando discursos proferidos na sessão do dia 5.4.2000, pelos Senadores Antonio Carlos Magalhães e Jader Barbalho e documentação anexa.	Decisão proferida na 7ª reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, realizada em 3.5.2000
18/2000	1.108-5/2000	Do Banco Central do Brasil, encaminhando a relação das prefeituras que descumpriram o disposto no art. 17 da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, referente a liquidação de operações de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO).	Conhecido e arquivado em 26.06.2000

Número		Assunto	Resultado
SF	ORIGEM		
19/2000	1.108-2/2000	Do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 78/98, manifestação daquele Órgão acerca da solicitação do Governo do Estado de Santa Catarina para assunção formal de dívida da Companhia de Habitação do Estado – COHAB/SC, no valor de cento e cinquenta e dois milhões, oitocentos e vinte mil, novecentos e noventa e um reais e vinte e oito centavos, a preços de janeiro de 2000.	Transformado no PRS nº 34/2000 (Parecer nº 360/2000, da CAE) Resolução nº 24, de 27.4.2000
⁸ 20/2000	1.086/2000	Do Banco Central do Brasil, em atendimento ao disposto no art. 5º da Resolução nº 69, de 1996, do Senado Federal, encaminhando relatório sobre a operação de troca de títulos do tipo Brady por um novo título do tipo Global, conduzida por aquela instituição, na qualidade de agente do Tesouro Nacional, no valor de seiscentos milhões de dólares americanos, e comunicando que o texto da documentação traduzida será enviado a esta Casa tão logo esteja disponível.	Arquivado (Parecer nº 881/2000 – DSF de 13.9.2000, pg. 18408)
⁹ 21/2000	44/2000	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da Lei nº 8.874, de 18 de julho de 1989, do Estado do Rio Grande do Sul, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos da Ação Originária nº 604, que declarou a inconstitucionalidade das seguintes expressões, constantes dos arts. 1º, 2º e 3º da referida Lei Estadual: “mensal”, “em cada ano” e “vedada, no caso de acumulação de férias, a dupla percepção da vantagem”.	Tramitando
22/2000	45/2000	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da Lei nº 8.878, de 18 de julho de 1989, do Estado do Rio Grande do Sul, Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos da Ação Originária nº 627, que declarou a inconstitucionalidade do vocábulo “mensal”, constante do art. 1º, e de todo o texto do art. 2º, ambos da referida Lei Estadual.	Tramitando
¹⁰ 23/2000	52/2000	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da Lei nº 8.870, de 18 de julho de 1989, do Estado do Rio Grande do Sul, Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos da Ação Originária nº 517, que declarou a inconstitucionalidade, do vocábulo “mensal”, constante do art. 1º, e de todo o texto do art. 2º, ambos da referida Lei Estadual.	Tramitando

⁸ Em 3.8.2000, foi anexado, ao seu processado, o Ofício nº 2.075/2000, do BACEN.

⁹ Em 19.4.2000, foi anexado, ao seu processado, os Ofícios nºs 46 a 51, de 2000, do Supremo Tribunal Federal, encaminhando as Ações Originárias nºs 610, 521, 531, 602, 608 e 623, respectivamente, todos referentes ao mesmo assunto.

¹⁰ Em 19.4.2000, foi anexado, ao seu processado, o Ofício nº 53, de 2000, do referido Supremo Tribunal Federal, encaminhando a Ação Originária nº 527, referente ao mesmo assunto.

Número		Assunto	Resultado
SF	ORIGEM		
24/2000	1.153/2000	Do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, manifestação daquele Órgão acerca da solicitação do Governo do Estado de Alagoas para que possa contratar operação de crédito visando a extinção do Banco do Estado de Alagoas - PRODUBAN e a criação de agência de fomento naquele Estado, no valor de quatrocentos e vinte e sete milhões, duzentos e cinquenta mil reais, a preços de 30 de abril de 1998, no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária.	Transformado no PRS nº 43/2000 (Parecer nº 382/2000, da CAE) Resolução nº 32, de 4.5.2000
25/2000	S/nº/2000	Do Sindicato Nacional de Instrumentadores Cirúrgicos - SINIC, encaminhando anteprojeto do CODIC – Código Deontológico de Instrumentadores Cirúrgicos, objetivando a criação do Conselho Federal e do curso a nível superior daquela categoria profissional.	Tramitando
26/2000	1.154/2000	Do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, manifestação daquele Órgão acerca da solicitação do Governo do Estado de Goiás para que possa contratar operação de crédito visando a criação de agência de fomento naquele Estado, no valor de sessenta milhões de reais, no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária.	Transformado no PRS nº 40/2000 (Parecer nº 377/2000, da CAE) Resolução nº 29, de 4.5.2000
27/2000	1.190/2000	Do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, manifestação daquele Órgão acerca da solicitação do Governo do Piauí visando a criação de agência de fomento naquele Estado, no valor de quatro milhões de reais, no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária.	Transformado no PRS nº 41/2000 (Parecer nº 378/2000, da CAE) Resolução nº 30, de 4.5.2000
¹¹ 28/2000	1.193/2000	Do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, manifestação daquele Órgão acerca da solicitação do Governo de Santa Catarina para cancelar o registro na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP, de cento e setenta mil Letras Financeiras do Tesouro de Santa Catarina – LFTESC, de propriedade do Fundo de Liquidez da Dívida Pública daquele Estado, emitidas para pagamento de precatórios judiciais, cujo valor, em 29.02.2000, correspondia a quatrocentos e dois milhões, oitocentos e nove mil, sessenta reais e cinquenta e quatro centavos.	Arquivado em 5.10.2000
29/2000	120/2000	Da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, solicitando seja submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa, o pedido para que seja assegurado aos Municípios o mesmo tratamento concedido aos Estados, com a finalidade de autorizar a retroação, para o mês de setembro de 1997, do cálculo do saldo de sua dívida mobiliária interna a ser refinanciada.	Arquivado em 20.06.2000

¹¹ Anexadas, ao seu processado, as informações recebidas através do Aviso nº 512/2000, de 17.8, do Ministro da Fazenda, requeridas através do RQS nº 207/2000.

Número		Assunto	Resultado
SF	ORIGEM		
30/2000	1.254/2000	Do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, manifestação daquele Órgão acerca de reconhecimento de dívida do Estado da Paraíba junto ao Banco do Nordeste do Brasil S/A – BNB e seu refinanciamento pela União, no valor de cento e oito milhões, novecentos e trinta e dois mil, duzentos e sessenta e um reais e sessenta e três centavos, posição em 19 de abril de 2000.	Transformado no PRS nº 44/2000 (Parecer nº 384/2000, da CAE) Resolução nº 33, de 4.5.2000
31/2000	1.255/2000	Do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, manifestação daquele Órgão acerca da operação de crédito do Município de Campinas visando o refinanciamento dos títulos públicos emitidos para pagamento de precatórios judiciais em poder de terceiros, no valor de cento e trinta e sete milhões, oitocentos e oitenta e oito mil, oitocentos e oitenta e dois reais e setenta e seis centavos, posição em 19 de abril de 2000.	Transformado no PRS nº 45/2000 (Parecer nº 385/2000, da CAE) Resolução nº 34, de 4.5.2000
32/2000	1.256/2000	Do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, manifestação daquele Órgão acerca da operação de crédito do Município de Osasco visando o refinanciamento dos títulos públicos emitidos para pagamento de precatórios judiciais em poder de terceiros, no valor de cento e noventa e três milhões, cinco mil, setecentos e vinte e três reais e oitenta e seis centavos, posição em 19 de abril de 2000.	Transformado no PRS nº 46/2000 (Parecer nº 386/2000, da CAE) Resolução nº 35, de 4.5.2000
33/2000	1.257/2000	Do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, manifestação daquele Órgão acerca da operação de crédito do Estado de Alagoas visando o refinanciamento dos títulos públicos emitidos para pagamento de precatórios judiciais em poder de terceiros, no valor de oitocentos e sete milhões, cento e noventa e um mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e setenta e quatro centavos, posição em 19 de abril de 2000.	Transformado no PRS nº 47/2000 (Parecer nº 387/2000, da CAE) Resolução nº 36, de 4.5.2000
34/2000	1.258/2000	Do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, manifestação daquele Órgão acerca da operação de crédito do Município de Guarulhos visando o refinanciamento dos títulos públicos emitidos para pagamento de precatórios judiciais em poder de terceiros, no valor de trinta e um milhões, setecentos e dezesseis mil, trezentos e vinte e dois reais e oitenta e nove centavos, posição em 19 de abril de 2000	Transformado no PRS nº 48/2000 (Parecer nº 388/2000, da CAE) Resolução nº 37, de 4.5.2000
35/2000	1.259/2000	Do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, manifestação daquele Órgão acerca da operação de crédito do Estado de Santa Catarina visando o refinanciamento dos títulos públicos emitidos para pagamento de precatórios judiciais em poder de terceiros, no valor de quinhentos e oitenta e um milhões, seiscentos e setenta mil, trezentos e trinta e seis reais e doze centavos, posição em 19 de abril de 2000.	Transformado no PRS nº 49/2000 (Parecer nº 389/2000, da CAE) Resolução nº 38, de 4.5.2000

Número		Assunto	Resultado
SF	ORIGEM		
36/2000	58/2000	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia da Lei nº 11.154, de 30 de dezembro de 1991, do Município de São Paulo, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 234105, que declarou a inconstitucionalidade do art. 10, inciso II, da referida lei municipal, que trata do Imposto de Transmissão inter vivos de bens imóveis.	Tramitando
37/2000	59/2000	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia da Lei nº 5.803, de 4 de setembro de 1990, do Município de Ribeirão Preto – SP, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 237965, que declarou a inconstitucionalidade do § 1º do art. 4º, da referida lei municipal, que estabelece horário para funcionamento de farmácias e drogarias.	Tramitando
38/2000	897/2000	Do Presidente da Câmara Municipal de Araraquara, encaminhando cópia do Requerimento nº 234/00, aprovado no dia 17 de abril último, em sessão ordinária daquela Casa, através do qual tece considerações, no sentido de que sejam realizados estudos para a implantação, no País, de um centro especializado no tratamento da Retinosis Pigmentaria.	Tramitando
39/2000	-	Da Assembléia da República de Portugal, encaminhando o Relatório do II Encontro da Associação dos Secretários Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa, realizado em Luanda, Angola.	Arquivado em 9.5.2000
40/2000	66/2000	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia do parecer do Procurador-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento e da certidão de trânsito em julgado, do acórdão proferido no Recurso Extraordinário nº 232.896.	Tramitando
41/2000	9/2000	Da Ouvidoria da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, encaminhando, nos termos do parágrafo único do art. 45 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, o Relatório referente ao período de agosto de 1999 a março do corrente ano.	Tramitando
42/2000	83/2000	Do Supremo Tribunal Federal encaminhando cópia da Lei Federal nº 8.033, de 12 de abril de 1990, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 232467, que declarou a inconstitucionalidade do inciso V do art. 1º da referida Lei (incidência do Imposto sobre Operações Financeiras – IOF em saques de caderneta de poupança).	Tramitando
43/2000	1.732/2000	Do Conselho Administrativo de Defesa Econômica encaminhando cópia completa do Acórdão relativo ao Recurso do Ofício na Averiguação Preliminar nº 08000.000518/96-04, em que são Representadas as empresas National Medical Care Ins., Baxter International Inc. e Baxter Hospitalar Ltda., referentes às denúncias de monopolização e cartelização da hemodiálise no País.	Não foi aberto processado da matéria

Número		Assunto	Resultado
SF	ORIGEM		
44/2000	86/2000	Do Supremo Tribunal Federal encaminhando cópia da Lei Municipal nº 744, de 25 de agosto de 1992, do Município de Nova Bassano – RS, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 220821, que declarou a inconstitucionalidade do art. 119 da referida lei municipal, que dispõe sobre o regime jurídico único dos servidores públicos do Município e dá outras providências.	Tramitando
45/2000	87/2000	Do Supremo Tribunal Federal encaminhando cópia da Lei Municipal nº 1.513, de 27 de dezembro de 1989, do Município do Rio de Janeiro, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 200324, que declarou a inconstitucionalidade do art. 1º da referida lei municipal, que deu nova redação ao art. 29 da Lei nº 691, de 24 de dezembro de 1984, daquele Município.	Tramitando
46/2000	1.852/2000	Do Banco Central do Brasil, contendo nova manifestação daquele Órgão, à luz da Resolução nº 78, de 1998, acerca do pedido da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP, para contratar operação de crédito externo na modalidade Importação Financiada, no valor de oito milhões, trezentos e trinta mil dólares norte-americanos, equivalente a dezesseis milhões, dezesseis mil e noventa e um reais, a preços de 30 de novembro de 1999, junto ao M.L.W. - Intermed Handels und Consultinggesellschaft, destinados ao Projeto Reequipamento da UNESP - Fase I, envolvendo a concessão de garantia do Governo do Estado de São Paulo.	Transformado no PRS nº 69/2000 (Parecer nº 725/2000, da CAE) Resolução nº 59, de 3.7.2000
47/2000	1.897/2000	Do Banco Central do Brasil, encaminhado, nos termos da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, manifestação daquele Órgão acerca da solicitação da Prefeitura do Rio de Janeiro para que possa contratar operação de crédito no valor de noventa e quatro milhões, oitocentos e setenta mil reais, a preços de outubro de 1999, destinada à continuidade das obras de restauração e melhorias na Avenida Brasil.	Transformado no PRS nº 67/2000 (Parecer nº 709/2000, da CAE) Resolução nº 54, de 29.6.2000
48/2000	6.889/2000	Do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, encaminhando informações sobre providências adotadas por esse Tribunal, em cumprimento às sugestões e determinações da CPI do Senado Federal, instalada para apurar irregularidades na autorização, emissão e negociação de títulos públicos (“CPI dos Títulos Públicos”).	Tramitando
49/2000	164/2000	Da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão da Procuradoria Geral da República no Estado do Rio de Janeiro, recomendando a revogação do art. 109 do Decreto-Lei nº 2.063, de 1940, bem como a edição de dispositivo compatível com a atual Lei de Seguros Privados (Decreto-Lei nº 73, de 1966), com a Constituição Federal e todos os demais diplomas legais que amparam os interesses do menor, objetivando a cobertura dos riscos, tais como acidentes, doenças, morte natural, violência física, inclusive a policial, a que estão expostos os menores de quatorze anos.	Tramitando

Número		Assunto	Resultado
SF	ORIGEM		
50/2000	2.328/2000	do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos do disposto no art. 5º da Resolução nº 69, de 1996, do Senado Federal, Relatório sobre a operação de troca de títulos do tipo Brady por um novo título do tipo Global, concluída em 26 de julho passado, conduzida por aquela Instituição, na qualidade de agente do Tesouro Nacional, no valor de um bilhão de dólares americanos, e esclarecendo que o texto da documentação traduzida será enviado a esta Casa tão logo esteja disponível.	Arquivado em 20.12.2000
51/2000	291/2000	Da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Pernambuco, encaminhando informações sobre as providências adotadas pelo Ministério Público desse Estado em face das conclusões constantes do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 1.101, de 1996 ("CPI dos Títulos Públicos").	Tramitando
52/2000	123/2000	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia da Lei nº 9.639, de 25 de maio de 1998, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Habeas Corpus nº 77734, que declarou a inconstitucionalidade do parágrafo único do art. 11 da referida lei federal, em sua publicação no Diário Oficial da União de 26 de maio de 1998 (amortização de dívidas com o INSS).	Tramitando
¹² 53/2000	2.639/2000	Do Banco Central do Brasil, encaminhando relatório sobre a operação de troca de títulos do tipo Brady por um novo título do tipo Global, conduzida por aquela Instituição, concluída em 17 de agosto último, no valor de cinco bilhões, cento e cinquenta e sete milhões, trezentos e onze mil dólares estadunidenses, e esclarecendo que o texto traduzido da documentação correspondente será enviado a esta Casa tão logo esteja disponível.	Tramitando
54/2000	S/Nº	Do Dr. José Gerardo Grossi, Advogado do senhor Eduardo Jorge Caldas Pereira, encaminhando à Mesa do Senado Federal documentos de interesse da Subcomissão da CCJ.	Tramitando
55/2000	825/2000	Do Presidente do Tribunal de Contas de Pernambuco, encaminhando cópia da Decisão nº 1.830, de 1997, daquela Corte, bem como dos seus fundamentos, em resposta a Ofícios desta Casa, que solicitaram informações sobre as providências adotadas por aquele Tribunal em cumprimento às determinações e sugestões contidas no Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Títulos Públicos.	Tramitando
56/2000	3.184/2000	Do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, demonstrativo das operações de crédito de dívida fundada e de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) de Estados, do Distrito Federal e de Municípios, analisadas nos meses de agosto de 1999 a junho de 2000.	Conhecido e arquivado em 9.11.2000

¹² Anexado ao processado da Resolução nº 69/96-SF.

Número		Assunto	Resultado
SF	ORIGEM		
57/2000	1.146/2000	Do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos do art. 4º da Resolução nº 37, de 1999, do Senado Federal, relatório contemplando as operações de refinanciamento das dívidas municipais, cuja documentação foi remetida pelo Banco do Brasil até março de 2000.	Conhecido e arquivado em 9.11.2000
58/2000	3.176/2000	Do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, a relação das operações de crédito dos Estados, do Distrito Federal e de Municípios, analisadas nos meses de julho a setembro de 2000.	Conhecido e arquivado em 27.11.2000
¹³ 59/2000	246/2000	Do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, em vista do disposto no art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal com dados acumulados até o segundo quadrimestre do corrente ano, instituído pelo art. 54, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).	Conhecido e arquivado em 27.11.2000
60/2000	138/2000	Do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia da Lei Municipal nº 1.942, de 1983, do Município de Votuporanga (SP), do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 121.617, que declarou a inconstitucionalidade dos arts. 212 a 215 da referida lei municipal (ilegalidade de cobrança de taxa para conservação de estradas).	Tramitando
61/2000	3.525/2000	Do Banco Central do Brasil, encaminhando ao Senado manifestação daquele Órgão, acerca do pedido do Governo do Estado do Rio de Janeiro para contratar operação de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no valor total de duzentos e vinte e dois milhões, oitocentos e vinte e três mil, duzentos e dez reais, destinada ao financiamento do Programa de Expansão e Recuperação do Metrô/RJ, com recursos do FAT.	Transformado no PRS nº 85/2000 (Parecer nº 1.235/2000, da CAE) Resolução nº 66, de 15.12.2000
62/2000	150/2000	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia da Medida Provisória nº 1.577/97, reeditada até a Medida Provisória nº 2.027-39, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Mandado de Segurança nº 23562, que declarou a inconstitucionalidade da alteração introduzida no § 2º do art. 2º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.	Tramitando
63/2000	151/2000	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 247866, que declarou a inconstitucionalidade no art. 14 da referida Lei da expressão "em dinheiro, para as benfeitorias úteis e necessárias, inclusive culturas e pastagens artificiais.	Tramitando

¹³ Em 14.11.2000, foi anexado, ao seu processado, o Ofício nº 748/2000, de 10.11, do Procurador-Geral da República.

G.12.2) Ofícios “S”, art. 53, § 1º, da Constituição Federal

Despachados a comissão	2
Prejudicado	1
TOTAL	3

G.12.2.1) De Sessões Legislativas anteriores¹⁴

Of. nº S/5/2000 (1.820/99), do Supremo Tribunal Federal	Tramitando na CCJ
Of. nº S/6/2000 (11/2000) do Supremo Tribunal Federal	Tramitando na CCJ
Of. nº S/7/2000 (69/2000) do Supremo Tribunal Federal	Prejudicado tendo em vista a promulgação da Resolução nº 51/2000

¹⁴ Os Ofícios nºs 5, 6 e 7/2000, foram apresentados durante a 2ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura, realizada no período de 5.1 a 14.2.2000.

G.12.3) Ofícios diversos

G.12.3.1 – De Sessões Legislativas anteriores

Número	Origem	Assunto	Resultado
1.934/99	Banco Central do Brasil	Encaminha documentação referente à oferta de Letras Financeiras do Tesouro do Município do Rio de Janeiro, emitidas nos meses de março, abril e maio, destinadas ao giro de sua dívida mobiliária vencível no primeiro semestre de 1999.	Tramitando

G.12.3.2 – Da presente Sessão Legislativa

Número	Origem	Assunto	Resultado
S/Nº/2000	Antônio Carlos Valadares	Solicita a republicação do Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2000, lido na sessão de 31/05/2000.	Deferido

G.13 – DIVERSOS ¹

G.13.1) De Sessões Legislativas anteriores

Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
3/96	10.1.96	Ofício nº 557/95, do Banco da Amazônia S.A.	Encaminha, nos termos do art. 20, § 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, o balanço do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, referente ao primeiro semestre de 1995.	À CFC
27/96	27.3.96	Aviso nº 98/96, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 121/96, adotada pelo referido Tribunal, na Sessão Extraordinária do Plenário de 21 de março de 1996, bem como do Relatório e Voto que a fundamentam.	À CCJ e, em cópia, à CFC
29/96	3.4.96	Ofício nº 793/96, do Presidente do BACEN	Informa sobre determinação no sentido de que as competências e atribuições ditadas pela legislação, pelos Regimento Interno e Manual de Administração do BACEN, concernente aos assuntos de Fiscalização, de Normas e Organização do Sistema Financeiro e de Política Monetária, passem a ser exercidas, respectivamente, pelos Diretores Cláudio Ness Mauch, Alkimar Ribeiro Moura e Francisco de Pádua Lopes, e que permanecem inalteradas as competências e atribuições dos demais Diretores e que o Dr. Francisco Lopes responderá, cumulativamente, pelos assuntos de Política Econômica.	À CAE
35/96	18.4.96	Aviso nº 307/96, do Presidente do TCU	Encaminha o Relatório de Atividades do TCU, referente ao exercício de 1995.	À CFC
39/96 ²	6.5.96	Ofício nº 422/96, do Procurador-Geral de Justiça do Estado do Pará	Remete cópias de peças informativas dos inquéritos policiais militar e civil sobre os fatos ocorridos nas proximidades de Eldorado dos Carajás e informa que autorizou o deslocamento, para aquela área, dos Promotores de Justiça de Marabá e Curionópolis, e que designou Procurador e Promotores para acompanhar os mencionados inquéritos policiais.	Arquivado juntamente com o RQS nº 365/96.
51/96	5.6.96	Ofício nº 253/96, do Juiz Federal da 3ª Vara/MT	Encaminha manifestações do Procurador Regional da República, Moacir Mendes Sousa, e as decisões da Justiça Federal proferidas nos autos da Ação de Reintegração de Posse nº 96.365-3, que a AJC Agropecuária Ltda. move contra a FUNAI e a União.	Aguarda informações solicitadas pelo RQS nº 1067/97.

¹ A partir de agosto de 1999, os processos até então autuados sob a denominação de “Diversos” passaram a ser numerados sob a rubrica de “Avisos”.

² Em 6.5.96, foi anexado ao RQS nº 365/96 e arquivado em virtude das conclusões do Relatório nº 01/96, da Comissão Externa criada pelo RQS nº 365/96, publicado no DSF de 23.05.96 – págs. 8588 a 8590.

Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
58/96	27.6.96	Expediente recebido do Representante no Brasil da ONU para Agricultura e Alimentação -FAO	Comunica convocação para o <i>World Food Summit</i> de Chefes de Estado ou Governo, a realizar-se em Roma, no período de 13 a 17.11.96, nos termos da Resolução da conferência da FAO, aprovada em sua 28ª Sessão.	À CRE
68/96	22.7.96	Aviso nº 756/96, do TCU	Comunica que essa Corte, ao acolher o Relatório, Voto e Decisão contidos no processo TC-001.058/95-9, decidiu propor ao Congresso Nacional a alteração das Leis nºs 6.435/77 e 8.020/90.	Arquivado em 8.10.99
80/96	2.9.96	Ofício nº 756/96, do Presidente da Câmara dos Deputados	Encaminha cópia do Relatório dos trabalhos da Comissão Externa criada com a finalidade de apurar denúncias de violação dos direitos humanos de brasileiros no Paraguai.	À CRE para conhecimento e arquivamento.
85/96 ³	1º.10.96	Referente ao Aviso nº 533/96 - do Presidente do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 610/96, adotada pelo referido Tribunal, na Sessão Ordinária do Plenário de 25.9.96, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam.	À CFC
87/96	8.10.96	Referente ao Aviso nº 467/96, do Presidente do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 545/96, adotada pelo referido Tribunal, na Sessão Ordinária do Plenário de 28 de agosto de 1996, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à auditoria operacional realizada na CO-DEVASP e DNOCS, sobre o Projeto Nordeste I.	À CFC
92/96 ⁴	29.10.96	Proposta de Governadores de Estado	Estabelece hipóteses em que fica suspensa a concessão de medidas liminares e dá outras providências.	À CCJ
93/96 ⁵	29.10.96	Proposta de Governadores de Estado	Altera a Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal.	À CCJ
94/96 ⁶	29.10.96	Proposta de Governadores de Estado	Altera o art. 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.	À CCJ
95/96 ⁷	29.10.96	Proposta de Governadores de Estado	Altera o § 1º do art. 125 da Constituição Federal.	À CCJ

³ À CFC, em 24.01.2000, com as informações prestadas pelo TCU, solicitadas pelo RQS nº 626/99.

⁴ À CFC, em 1.3.99, instruído com o Relatório nº 8/97 da Comissão Especial, criada em 29.10.96, publicado no DSF de 16.12.97, págs. 28728 a 28742.

⁵ À CFC, em 1.3.99, instruído com o Relatório nº 8/97 da Comissão Especial, criada em 29.10.96, publicado no DSF de 16.12.97, págs. 28728 a 28742.

⁶ À CFC, em 1.3.99, instruído com o Relatório nº 8/97 da Comissão Especial, criada em 29.10.96, publicado no DSF de 16.12.97, págs. 28728 a 28742.

⁷ À CFC, em 1.3.99, instruído com o Relatório nº 8/97 da Comissão Especial, criada em 29.10.96, publicado no DSF de 16.12.97, págs. 28728 a 28742.

Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
96/96 ⁸	29.10.96	Proposta de Governadores de Estado	Altera o art. 168 da Constituição Federal.	À CCJ
98/96	1º.11.96	Ofício nº 765/96, do Procurador-Geral da República	Encaminha cópia do relatório, acompanhada da documentação dos trabalhos de auditoria, com relação aos repasses de recursos federais (do extinto INAMPS) a diversos Municípios do Estado de São Paulo, por força de convênios de municipalização nos anos de 1992 a 1994.	À CFC
102/96	21.11.96	Ofício nº 235/96, do Presidente do Conselho de Reforma do Estado	Encaminha cópia da Resolução nº 1 do Conselho, de 18 de outubro de 1996, contendo recomendações objetivando o descongestionamento de demandas no Poder Judiciário e a ampliação do acesso à Justiça, entregue em 14/11/96 aos Exm ^{os} Srs. Clóvis Carvalho, Chefe da Casa Civil, e Sepúlveda Pertence, Presidente do Supremo Tribunal Federal.	À CCJ
21/97	17.4.97	Aviso nº 167/97, do Presidente do TCU	Encaminha cópia do acórdão nº 63/97, aprovado pelo referido Tribunal, na Sessão Ordinária do Plenário de 9.4.97, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, atendendo à solicitação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar irregularidades da TV Jovem Pan Ltda.	Despachado, em cópia, à CFC, para ser anexado ao processado do Requerimento nº 1/93-CN.
23/97	24.4.97	Aviso nº 204/97, do Presidente do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 188/97, adotada pelo referido Tribunal, na Sessão Ordinária do Plenário de 16 de abril de 1997, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à Auditoria Operacional realizada no Sistema de Telecomunicações Brasileiro.	À CFC
25/97	13.5.97	Ofício nº 492/97, do Banco do Nordeste	Encaminha, nos termos do art. 20, § 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, as demonstrações contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), administrado por aquele Órgão, com posição em 31.12.96.	À CMPOPF e, em cópia, à CFC
27/97	16.5.97	Aviso nº 288/97, do Presidente do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 262/97, adotada pelo referido Tribunal, na Sessão Ordinária do Plenário de 14.5.97, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à auditoria realizada no Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Telebrás, em atendimento à solicitação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do Requerimento nº 493/91-CN, destinada a investigar as causas e as dimensões do atraso tecnológico nos processos produtivos da indústria brasileira, bem como nos processos de pesquisa e instituições de ensino e pesquisa do Brasil.	À CFC

⁸ À CFC, em 1.3.99, instruído com o Relatório nº 8/97 da Comissão Especial, criada em 29.10.96, publicado no DSF de 16.12.97, págs. 28728 a 28742.

Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
30/97	4.6.97	Aviso nº 498/97, do Presidente do TCU	Encaminha o Relatório de Atividades do TCU, referente ao primeiro trimestre de 1997.	À CFC
37/97 ⁹	9.7.97	Expediente do Presidente do Parlamento Latino-Americano	Encaminha a Ata Final da XIII Conferência Interparlamentar União Européia/América Latina, realizada na Cidade de Caracas - Venezuela, no período de 19 a 22 de maio de 1997.	Arquivado em 5.10.2000
39/97		Aviso nº 404/97, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 401/97, adotada pelo referido Tribunal, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, em resposta ao Requerimento nº 1.426, de 1995, do Senador Pedro Simon.	À CFC
40/97	5.8.97	Aviso nº 908/97, do TCU	Encaminha o Relatório de Atividades do TCU, referente ao primeiro trimestre de 1997.	À CFC
42/97 ¹⁰	6.8.97	Aviso nº 461/97 do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 429/97, que conheceu da solicitação da Comissão Especial destinada a acompanhar <i>in loco</i> os atos, fatos e circunstâncias que envolvem a tragédia da Clínica Santa Geneveva, no Rio de Janeiro.	À CFC
47/97 ¹¹		Ofício nº 108/97, SF	Solicitação da CPI dos Títulos Públicos, criada pelo Requerimento nº 1.101/96, de manifestação da CAE sobre os procedimentos a serem adotados em relação à suspensão da negociação dos títulos públicos estaduais e municipais, nos exercícios de 1995 e de 1996.	À CAE e CCJ
48/97	8.9.97	Aviso nº 1.648/97, do Presidente do TCU	Encaminha o Relatório de atividades do TCU, referente ao segundo trimestre de 1997.	À CFC
49/97	8.9.97	Aviso nº 558/97, do Presidente do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 561/97, adotada pelo referido Tribunal, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referentes às ações desenvolvidas no sentido do aperfeiçoamento dos trabalhos de fiscalização da renúncia de receitas públicas federais.	À CFC
52/97	25.9.97	Ofício nº 1.067/97, do Banco do Nordeste do Brasil S.A.	Encaminha, nos termos do art. 20, § 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, as demonstrações contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), posição de 30/06/97.	À CFC
53/97	29.9.97	Aviso nº 578/97, do Presidente do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 625/97, adotada pelo referido Tribunal, na Sessão Extraordinária Reservada do Plenário de 17.9.97, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, em atendimento ao disposto no art. 69 da Lei nº 9.473, de 1997 - Lei de Diretrizes Orçamentárias - para o exercício de 1998 (TC nº 009.810/97-8).	Aguardando informações do TCU, solicitadas pelo RQS nº 628/99.

⁹ Parecer nº 677, de 2000, da CRE, publicado no DSF de 22.6.2000, págs. 13571 a 13578, pela aprovação integral da Ata Final.

¹⁰ Em 23.9.99, foi anexado, ao seu processado, o Aviso nº 823/99, de 16.9, do Presidente do TCU, encaminhando cópia da decisão nº 634/99 daquele Tribunal.

¹¹ Na CCJ, em 23.10.97, já com parecer da CAE.

Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
54/97	1.10.97	Aviso nº 622/97, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 639/97, adotada pelo referido Tribunal, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre o Processo TC nº 017.091/96-9, referente à fixação dos coeficientes a serem utilizados no cálculo para a distribuição dos recursos dos Fundos de Participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.	À CFC
56/97	30.10.97	Ofício nº 707/97, do Banco do Brasil	Encaminha, nos termos do art. 20, § 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, as demonstrações contábeis de 30 de junho de 1997, devidamente auditadas, do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO.	À CMPOPF e, em cópia, à CFC
62/97	04.12.97	Aviso nº 1899/97, do Presidente do TCU	Encaminha o seu Relatório de Atividades, referente ao terceiro trimestre de 1997.	À CFC
63/97 ¹²	05.12.97	Ofício nº 1.208/97, do Presidente da Câmara dos Deputados	Encaminha cópia do Relatório da Comissão Externa daquela Casa, criada para apurar denúncias de exploração e comercialização ilegal de plantas e material genético na Amazônia.	Arquivado, em 20.12.2000, juntamente com o processado do RQS nº 475/96
2/98 ¹³	07.01.98	Mensagem nº 75/98 (nº 1/98, na origem), de 6.1.98, do Presidente da República	Encaminha, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei nº 7.711, de 22.12.88, o relatório acerca da Retribuição Adicional Variável - RAV, referente ao primeiro semestre de 1997.	À CFC
5/98	6.3.98	Ofício nº 155/98, do Banco do Nordeste do Brasil S.A.	Encaminha, nos termos do art. 20, § 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, as demonstrações contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), posição de 31.12.97.	À CFC
7/98		Of. nº 004/98, da Comissão de Fiscalização e Controle	Solicita a realização, pelo Tribunal de Contas da União, de inspeção seguida de tomada de contas especial, junto à Comissão Permanente de Licitação do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, sobre a Concorrência nº 001/97-SJC, relativa à execução de projeto, fabricação, integração, montagem, testes e qualificação de um Conjunto de Plataformas Multimissão dos Satélites da Missão Espacial Completa Brasileira- MECB.	Aguardando resultado de diligência solicitada ao TCU

¹² Distribuído à Comissão Especial criada pelo RQS nº 475/96, tendo concluído pela Apresentação do Relatório nº 1/2000, publicado no DSF de 17.8.2000, págs. 17110 a 17114.

¹³ Os diversos nºs 2 e 3/98 foram apresentados durante a 6ª Sessão Legislativa Extraordinária da 50ª Legislatura, realizada no período de 6 de janeiro a 13 de fevereiro de 1998.

Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
8/98 ¹⁴	24.3.98	Ofício nº 60/98, do Governador do Estado do Rio Grande do Sul	Solicita manifestação do Senado, visando a inclusão de parcela de precatórios judiciais emitidos em 1995, no refinanciamento da dívida do Rio Grande do Sul, a ser celebrado com a União, ao amparo do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.	À CAE e CCJ
14/98	20.5.98	Ofício nº 25, de 20.5, do Presidente da CAE	Comunica a aprovação, em reunião realizada no dia 19.5, do Requerimento nº 12/98-CAE, solicitando providências junto ao Tribunal de Contas da União no sentido de que sejam realizadas diligências acerca da movimentação de recursos oriundos de convênios firmados entre órgãos federais e o Estado de Rondônia.	Aguardando, na CAE, informações solicitadas ao TCU (DSF de 21.5.98, pág. 8831)
15/98	4.6.98	Aviso nº 564/98, de 29.5, do Presidente do TCU	Encaminha o Relatório de Atividades do TCU, referente ao primeiro trimestre de 1998.	À CFC
17/98	3.8.98	Mensagem nº 902/98, de 27.7, do Presidente da República	Encaminha, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988, o relatório acerca da Retribuição Adicional Variável - RAV, referente ao segundo semestre de 1997.	À CFC
19/98 ¹⁵	3.8.98	Aviso nº 467/98, de 27.7, do Presidente do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 444/98, adotada pelo referido Tribunal, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria operacional realizada no Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, no Amazonas - 8º Distrito, relativa aos efeitos da mineração sobre o meio ambiente.	Na SGM em 26.5.2000, aguardando parecer da CFC, CI e CAE, em autuações separadas
20/98	27.7.98	Aviso nº 471/98, de 27.7, do Presidente do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 445/98, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam.	Desarquivado em 13.8.99 e anexado ao Aviso nº 778/99, do TCU
21/98	11.8.98	Carta nº 441/98, de 5.8, do BNDES	Solicita, nos termos do § 6º do art. 6º da Resolução nº 78, de 1998, seja dado tratamento diferenciado às operações de crédito realizadas pelos Estados e Municípios junto ao BNDES, à sua subsidiária integral Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME e aos agentes financeiros de ambos, no âmbito do Programa de Modernização das Administrações Tributárias Municipais – PMAT, do Programa de Assistência Técnica à Parceria Público-Privada em Saneamento - PROPAR e do Projeto Multissetorial Integrado.	À CCJ em 11.11.99 (Ver Aviso nº 4/99)
24/98	5.10.98	Aviso nº 956/98, de 31.8, do Presidente do TCU	Encaminha o Relatório de Atividades do TCU, referente ao segundo trimestre de 1998.	À CFC

¹⁴ Na CCJ, instruído com parecer da CAE.

¹⁵ Tramitação interrompida em 15.12.98, em virtude da aprovação dos Requerimentos de informações nºs 609 e 610/98, relacionadas com a matéria. Voltou a tramitar em 24.2.99, tendo em vista atendimento ao RQS nº 609/98, através do Aviso nº 17/99.

Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
28/98 ¹⁶		Expediente do Sind. Nacional dos Instrumentadores Cirúrgicos	Encaminha expediente propondo os anteprojetos do Código Deontológico de Instrumentadores Cirúrgicos - CODIC, e sugestão no sentido de que o dia 6 de maio seja considerado o Dia Nacional do Instrumentador Cirúrgico.	Na SGM
29/98 ^{17 18}	8.10.98	Aviso nº 673/98, de 30.9, do Presidente do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 659/98, adotada pelo referido Tribunal, e dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, bem como cópia dos elementos citados no item 8.1 da mencionada Decisão, a respeito dos resultados colhidos nos levantamentos de informações e de auditoria feitos em obras públicas, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 79 da Lei nº 9.692/98 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 1999).	Na SGM, em 19.10.99, aguardando informações solicitadas pela CFC através do RQS nº 627/99.
30/98		Expedientes do TRE dos Estados	Encaminham expedientes contendo os resultados do pleito eleitoral realizado no dia 4 de outubro de 1998.	Arquivados
31/98	23.10.98	Aviso nº 724/98, de 19.10, do Presidente do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 244/98, adotada pelo referido Tribunal, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à auditoria realizada na área habitacional da Caixa Econômica Federal, relativa aos aspectos pertinentes ao descumprimento de normas específicas e de determinações expedidas por esse Tribunal, em atendimento à solicitação constante do Relatório nº 4, de 1993-CN, conclusão dos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 595/91-CN, destinada a apurar a verdadeira situação do Sistema Financeiro da Habitação.	À CFC
35/98	26.11.98	Mensagem nº 1.426/98, de 24.11, do Presidente da República	Encaminha, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988, o relatório acerca da Retribuição Adicional Variável - RAV, referente ao primeiro semestre de 1998.	À CFC
8/99	3.3.99	Aviso nº 65/99, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 36/99, adotada pelo referido Tribunal, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à Auditoria Operacional no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, no Estado de Santa Catarina, realizada no segundo semestre de 1998, com abrangência aos exercícios de 1997 e 1998.	À CFC

16 Parecer nº 1.143/99-CAS concluindo pela apresentação do PLS nº 677/99 (DSF de 15.12.99 – págs. 34759 a 34760), que aguarda na SGM inclusão em Ordem do Dia.

17 Em 18.11.98, foi lido e anexado, ao seu processado, o Aviso nº 1.235/98, de 11.11, do Presidente do TCU, encaminhando, em aditamento ao Aviso nº 673/98, desse Tribunal, para substituição, dois volumes do Anexo II - Tomos 1 e 2, contendo dados atualizados com vistas ao fiel atendimento das disposições contidas no inciso I do art. 79 da Lei nº 9.692, de 1998 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 1999).

18 Em 26.5.99, foi lido e anexado, ao seu processado, o Aviso nº 464/99, de 21.5, do Presidente do TCU, encaminhando cópia da Decisão nº 244, de 1999, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre os resultados da auditoria realizada nas obras de implantação e pavimentação do trecho Salinas-Araçuaí da BR-342, com vistas ao cumprimento do disposto do art. 79 da Lei nº 9.692, de 1998 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 1999).

Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
16/99		Expediente da Mesa do Senado Federal	Representação numérica dos partidos e dos blocos parlamentares, fixada no início da 51ª Legislatura, e forma de cálculo adotada para apuração da proporcionalidade partidária nas comissões permanentes do Senado Federal.	Encaminhado aos Líderes e fixada a proporcionalidade dos partidos nas Comissões.
17/99		Expediente da Secretaria-Geral da Mesa	Proposições arquivadas nos termos dos arts. 332 e 333 do Regimento Interno do Senado Federal e proposições que continuaram tramitando ao término da 50ª Legislatura.	Arquivado (DSF nº 22-A, de 24.02.99 – Suplemento).
39/99		Expediente do Presidente do Senado do Canadá	Comunica a formação do Grupo Parlamentar Canadá-Brasil e encaminha os nomes dos componentes, tanto do Senado como da House of Commons.	Encaminhado ao Plenário em 15.12.2000 para leitura do Parecer da CRE.

G.14 – AVISOS ¹

G.14.1 – De Sessões Legislativas anteriores

Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
1/99	12.8.99	Aviso nº 690/99, de 29.7, do Presidente do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 473/99, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a irregularidades verificadas em auditoria realizada na Coordenadoria Regional da Fundação Nacional de Saúde no Amapá – CO-RAP/FNS.	À CFC
2/99	12.8.99	Aviso nº 694/99, de 5.8, do Presidente do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 508/99, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente ao Plano de Auditoria para o segundo semestre de 1999.	À CFC
3/99	17.8.99	Aviso nº 736/99, de 13.8, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 516/99, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referentes à impossibilidade jurídica da manutenção da cobrança do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, incidente sobre o pedágio, arrecadado, no percentual de 5%, nos trechos rodoviários objeto de concessão.	À CFC
4/99	17.8.99	Aviso nº 722/99, de 12.8, do TCU, em cópia	Encaminha cópia da Decisão nº 512/99, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referentes à destinação dos recursos provenientes da aplicação das disponibilidades do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Ver Diversos nº 20/98 À CFC
6/99	1º.9.99	Aviso nº 778/99, de 27.8, do TCU	Encaminha cópia das Decisões nºs 575 a 580, de 1999, bem como dos respectivos Relatório e Voto que as fundamentam, sobre as auditorias operacionais realizadas no Serviço Social da Indústria – SESI, Departamento Nacional e Departamentos Regionais dos Estados de Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Piauí e Sergipe.	À CFC
7/99	1º.9.99	Aviso nº 771/99, de 27.8, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 574, de 1999, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria de desempenho realizada com o objetivo de avaliar a atividade de fiscalização ambiental empreendida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.	À CAS e, em cópia, à CFC

¹ A partir de agosto de 1999, os processos até então autuados sob a denominação de “Diversos” passaram a ser numerados sob a rubrica de “Avisos”.

Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
8/99	4.1.99	Aviso nº 930/98, de 15.12. do Presidente do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 897/98, adotada por essa Corte, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à inspeção realizada no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, sobre o processo de privatização do Sistema Telebrás.	À CFC
9/99	5.1.99	Aviso nº 905/98, do Presidente do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 868/98, adotada por essa Corte, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre a auditoria realizada nas Embaixadas do Brasil em Helsinki, Kiev, Ancara e Atenas.	À CFC e, em cópia, à CRE
10/99		Aviso nº 15/99, do Presidente do TCU	Encaminha cópia da Decisão 2/99, adotada pelo referido Tribunal, na Sessão Ordinária da Primeira Câmara de 26.2.99, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam (TC 003.780/98-8).	Conhecido na CE e encaminhado à CFC, para conhecimento por decisão do Presidente da CE.
12/99		Aviso nº 43/99, do Presidente do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 30/99, adotada pelo referido Tribunal, na Sessão Extraordinária Reservada do Plenário de 10.2.99, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, e cópia dos quadros VIII, IX e XI, anexos (TC nº 929.227/98-0).	À CFC
14/99	16.6.99	Aviso nº 528/99, de 11.6, do Presidente do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 332/99, adotada pelo referido Tribunal, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre inspeção realizada nas empresas Petróleo Brasileiro S/A – Petrobrás e Petrobrás Distribuidora S/A – BR, objetivando o exame da regularidade da aplicação de disponibilidades de caixa dessas entidades na rede privada de bancos (TC – 575.793/96-1).	À CCJ
15/99	10.3.99	Aviso nº 126/99, de 26.2, do TCU	Encaminha o Relatório das Atividades do TCU, referente ao quarto trimestre de 1998.	À CFC
16/99	15.3.99	Aviso nº 83/99, de 5.3, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 51/99, adotada pelo referido Tribunal, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à inspeção realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER.	À CFC
17/99	15.3.99	Aviso nº 96/99, de 5.3, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 49/99, adotada pelo referido Tribunal, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à inspeção realizada no Conselho Federal de Medicina.	À CFC

Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
18/99	29.3.99	Aviso nº 124/99, de 25.3, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 87/99, adotada pelo referido Tribunal, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, e, ainda, do Relatório de Auditoria (TC nº 001.989/98-7), realizada no Banco Central do Brasil.	À CFC
19/99	05.4.99	Aviso nº 49/99, de 03.02, do TCU	Encaminha o Relatório das Atividades do TCU, referente ao terceiro trimestre de 1998.	À CFC
20/99	12.4.99	Aviso nº 188/99, de 8.4, do Presidente do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 135/99, adotada pelo referido Tribunal, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP.	À CFC
21/99	14.4.99	Aviso nº 252/99, de 31.3, do TCU	Encaminha o Relatório das Atividades do TCU, referente ao exercício de 1998.	À CFC
22/99 ²	26.5.99	Aviso nº 472/99, de 21.5, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 266/99, adotada pelo referido Tribunal, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a denúncia formulada contra o Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região – PB sobre diversas irregularidades que estariam sendo praticadas no âmbito do referido Tribunal Regional.	À CFC e, em cópia, à CPI do Judiciário
23/99	8.6.99	Aviso nº 478/99, de 21.5, do TCU	Encaminha o Relatório das Atividades do TCU, referente ao exercício de 1998.	À CFC
24/99	11.6.99	Aviso nº 531/99, de 29.5, do TCU	Encaminha o Relatório das Atividades do TCU, referente ao primeiro trimestre de 1999.	À CFC
25/99 ³	17.6.99	Aviso nº 545/99, de 10.6, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 351, de 1999, adotada pelo referido Tribunal, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre acompanhamento de procedimento licitatório para a concessão de áreas voltadas para a exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural. (TC – 005.109/99-0).	À CFC e, em cópia, à CI
26/99 ⁴	2.8.99	Aviso nº 634/99, de 9.7, do Presidente do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 417/999, adotada pelo referido Tribunal, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à inspeção realizada no Banco do Brasil S/A, visando a apurar todos os fatos relacionados com a concessão de financiamentos à construtora Encol.	À CFC e, em cópia, à CPI dos Bancos

² A apreciação do documento consta do Relatório nº 3/99, publicado no DSF (Suplemento) ao nº 198, de 10.12.99, da CPI do Judiciário

³ Em 15.12.2000, foi lido em plenário o Parecer nº 1.317/2000-CI, concluindo pelo RQS nº 667/2000, com pedido de informação ao TCU.

⁴ Anexado, ao seu processado, cópia dos Avisos nºs 177 e 178/2000, de 22.9, do TCU (DSF de 29.9.2000 – pg. 19045). A apreciação do documento consta do Relatório nº 4/99, da CPI dos Bancos, publicado no DSF (Suplemento) ao nº 201, de 15.12.99.

Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
27/99	2.8.99	Aviso nº 629/99, de 9.7, do Presidente do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 411/99, adotada pelo referido Tribunal, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Caixa Econômica Federal, na área de habitação e hipoteca.	À CFC
28/99	2.8.99	Aviso nº 582/99, de 21.6, do TCU	Encaminha o Relatório das Atividades do TCU, referente ao primeiro trimestre de 1999.	À CFC
29/99	6.9.99	Avisos nºs 844 e 845/99, de 31.8, do TCU	Encaminha o Relatório as Atividades do TCU, referente ao segundo trimestre de 1999.	À CFC
32/99 ⁵	5.10.99	Aviso nº 990/99, de 27.9, do Presidente do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 651/99, adotada pelo referido Tribunal, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria de desempenho realizada no Ibama, com o objetivo de identificar eventuais falhas no processo de arrecadação, para a implementação de medidas tendentes ao aperfeiçoamento do sistema de cobrança das receitas dessa Autarquia.	Arquivado
33/99 ⁶	6.10.99	Aviso nº 1.015/99, de 30.9, do Presidente do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 682/99, adotada pelo referido Tribunal, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre os resultados colhidos nos levantamentos de auditoria em obras públicas e atualização das informações constantes de processos em andamento nesse Tribunal, em cumprimento do disposto no art. 92 da Lei nº 9.811/99 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2000 (TC- nº 004.189/99-0).	À CFC
35/99	14.10.99	Aviso nº 1.031/99, de 7.10, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 684/99, adotada pelo referido Tribunal, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre o pedido de reexame da Decisão nº 446/99, desse Tribunal, a respeito da auditoria realizada na Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.	À CFC
36/99	22.10.99	Aviso nº 939/99, de 11.10, do TCU	Encaminha o Relatório das Atividades do TCU, referente ao segundo trimestre de 1999.	À CFC
37/99		Aviso nº 1.089/99, de 3.11, do TCU	Encaminha ao Senado, em caráter sigiloso, cópia da Decisão nº 795/99, adotada pelo referido Tribunal na sessão extraordinária-reservada do Plenário de 03 de novembro de 1999, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam (TC nº 928.510/98-0).	Encaminhado, em 15.5.2000, à CMPOF por recomendação do parecer da CRE.

⁵ Parecer nº 299/2000-CAE, publicado no DSF de 6.4.2000, págs. 6469 a 6471, com recomendações ao TCU.

⁶ Anexado, ao seu processado, os Avisos nºs 736/2000, de 3.7, do TCU (DSF de 2.8.2000), e nº 145/2000 (nº 825/2000 no TCU), DSF de 19.8.2000.

Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
42/99	1º.12.99	Aviso nº 1.169/99, de 26.11, do Presidente do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 861/99, adotada pelo referido Tribunal, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Fundação Banco do Brasil.	À CFC e, em cópia, à CCJ
43/99		Aviso nº 1.246/99, do TCU	Encaminha cópia das Decisões nºs 276 e 278/99, adotadas pelo referido Tribunal, bem como dos respectivos Relatórios e Votos que as fundamentam, sobre auditorias realizadas nas Secretarias da Saúde dos Estados do Espírito Santo, Pará e Rio Grande do Sul (TC nºs 011.114/99-1, 011.116/99-4 e 011.449/99-3).	Parecer nº 337/2000-CAS, apresentando o RQS nº 202/2000, de pedido de informações ao Ministro da Saúde, dependendo, ainda, de parecer da CFC
44/99	13.12.99	Aviso nº 1.045, de 30.11, do TCU	Encaminha o Relatório da Atividades do TCU, referente ao terceiro trimestre de 1999.	À CFC

G.14.2 – Da presente Sessão Legislativa

Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
1/2000	23.2.2000	Aviso nº 1.274/99, de 9.12, do TCU	Encaminha cópias das Decisões nºs 285 e 286, de 1999, bem como dos respectivos Relatórios e Votos que as fundamentam, sobre auditorias realizadas em diversos órgãos e entidades de saúde nos Estados do Tocantins e de Minas Gerais, respectivamente (TC- nºs 011.110/99-6 e 011.549/99-8).	À CFC
2/2000	23.2.2000	Aviso nº 1.331/99, de 9.12, do TCU	Encaminha cópias das Decisões nºs 381 e 570, de 1999, bem como dos respectivos Relatórios e Votos que as fundamentam, sobre auditorias realizadas no Departamento Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, no Estado do Piauí, e na área de Convênios da Prefeitura Municipal de Maranguape-CE, respectivamente (TC- nºs 525.064/97-4 e 275.081/94-0).	À CFC
3/2000	23.2.2000	Aviso nº 1.336/99, de 10.12, do TCU	Encaminha cópia do Acórdão nº 229, de 1999, e das Decisões nºs 912 e 923, de 1999, bem como dos respectivos Relatórios e Votos que os fundamentam, sobre auditorias realizadas na Secretaria de Planejamento do Estado do Piauí - Seplan/PI, e nas obras de construção e pavimentação da BR-174 - Divisa AM/RR - Marco BV-8, e levantamento de auditoria no Município de Cabo Frio-RJ (TC- nºs 525.369/96-1, 576.170/90-9 e 825.056/97-7).	À CFC

Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
4/2000	23.2.2000	Aviso nº 1.381/99, de 15.12, do TCU	Encaminha cópia das Decisões nºs 304 a 307, de 1999, e do Acórdão nº 479, de 1999, bem como dos respectivos Relatórios e Votos que os fundamentam sobre auditorias realizadas na Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte-CE; nas Secretarias de Estado da Saúde do Acre, da Paraíba e de Alagoas, bem como em outras entidades ligadas à área de saúde daqueles Estados (TC nºs 275.215/95-4; 011.006/99-4; 011.064/99-4; e 011.168/99-4)	À CFC
5/2000	23.2.2000	Aviso nº 1.409/99, de 16.12, do TCU	Encaminha cópia das Decisões nºs 948, 949, 951 a 957, todas de 1999, e dos Acórdãos nºs 235 a 237, de 1999, bem como dos respectivos Relatórios e Votos que os fundamentam sobre auditorias realizadas no Programa de Promoção Turística do Brasil no Exterior, conduzido pela Embratur; na obra de construção do edifício-sede do Ministério Público Federal, em cumprimento às disposições dos incisos I e II do art. 92 da Lei nº 9.811/99; na Infraero, para apuração dos débitos de empresas de transporte aéreo junto àquele Entidade; na Superintendência de Negócios do Escritório de Curitiba da Caixa Econômica Federal, referentes aos Programas Habitar-Brasil, PASS e Pro-Infra; no Banco do Brasil, referente aos contratos na área de propaganda e publicidade; nos convênios firmados pela União com o Estado e Municípios de Sergipe, referentes ao combate ao dengue e à leishmaniose; no Programa de Ação na Área de Saúde em entidades integrantes da estrutura do Ministério da Saúde; na Secretaria de Estado de Cidadania, Justiça e Trabalho de Mato Grosso do Sul, referente à aplicação dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador-FAT; no Serpro, Anatel, Aneel e no Banco Central do Brasil, referente à questão do "bug do milênio". (TC nºs 014.055/97-0, 925.274/98-4, 005.034/98-1, 012.800/99-6, 013.699/97-0, 001.786/98-9, 675.055/98-9, 011.773/99-5, 008.656/99-1 e 400.073/97-8).	À CFC
6/2000	23.2.2000	Aviso nº 1.579/99, de 16.12, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 930, de 1999, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam sobre o Plano de Auditorias para o primeiro semestre de 2000 (TC nº 010.098/99-2).	À CFC

Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
7/2000	23.2.2000	Aviso nº 1.587/99, de 16.12, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 934, de 1999, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam e, ainda, cópia da Decisão Normativa nº 28, de 1999, sobre o Fundo de Participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (TC nº 015.057/99-2).	À CFC
8/2000	23.2.2000	Aviso nº 7/2000, de 21,1, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 5, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Telecomunicações do Mato Grosso S/A - TELEMAT (TC nº 425.057/96-8).	À CFC
9/2000	23.2.2000	Aviso nº 36/2000, de 21.1, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 5, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre omissão na prestação de contas do Conselho Regional de Estatística no Estado do Rio de Janeiro - Conre/RJ, relativa ao exercício de 1996 (TC- 575.183/98-5).	À CFC
10/2000	23.2.2000	Aviso nº 71/2000, de 27.1, do TCU	Encaminha cópias das Decisões nºs 20 e 21, de 2000, bem como dos respectivos Relatórios e Votos que as fundamentam, sobre inspeção e auditoria realizadas na Coordenação-Geral do Fundo de Marinha Mercante e na Prefeitura Municipal de Salvador - BA, respectivamente - (TC nºs - 575.862/96-3 e 251.542/95-5).	À CFC
11/2000	21.3.2000	Aviso nº 817/2000, de 17.3, do TCU	Encaminhando cópia do Acórdão nº 35, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada no Banco do Brasil, na área de publicidade (TC- nº 001.594/97-4).	À CFC
12/2000	23.2.2000	Aviso nº 101/2000, de 2.2, do TCU	Encaminha o Relatório das Atividades do TCU, referente ao 3º trimestre de 1999.	À CFC
13/2000	23.2.2000	Aviso nº 1.142/99, de 30.12, do TCU	Encaminha cópia das Decisões nºs 8 e 9, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que as fundamentam, sobre de auditorias realizadas nos órgãos e entidades de saúde do Distrito Federal e no Serviço de Convênios dos Ministério da Saúde em Roraima (TC- 015.085/99-6 e TC-014.271/99-0).	À CFC

Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
14/2000	23.2.2000	Aviso nº 146/2000, de 4.2, do TCU	Encaminha cópia das Decisões nºs 31 a 33, de 2000, bem como dos respectivos Relatórios e Votos que as fundamentam, sobre auditoria realizada na Coordenação Regional da Fundação Nacional de Saúde no Estado da Paraíba; acompanhamento de transferência das ações da empresa Concepa – Concessionária da Rodovia Osório-Porto Alegre S.A., à sociedade Triunfo Participações e Investimentos S.A., comunicada pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER; e auditoria realizada no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – TRE/PR, respectivamente (TC- nºs 475.852/97-4; 009.540/99-7 e 014.733/99-4).	À CFC
15/2000	23.2.2000	Aviso nº 197/2000, de 11.2, do TCU	Encaminha cópias das Decisões nºs 51 a 53, de 2000, bem como dos respectivos Relatórios e Votos que as fundamentam, sobre auditorias realizadas em diversos órgãos de saúde nos Estados de Santa Catarina e da Bahia, e na Justiça Federal de Primeira Instância do Estado de Sergipe (TC - nºs 650.073/97-5, 675.129/97-4 e 926.966/98-7).	À CFC
16/2000	23.2.2000	Aviso nº 226/2000, de 22.2, do TCU	Encaminha cópia do Acórdão nº 20, de 2000 e da Decisão nº 14, de 2000, bem como dos respectivos Relatórios e Votos que os fundamentam, sobre a Prestação de Contas da Escola Superior de Agricultura de Mossoró - ESAM/RN, e da Representação formulada pela Primeira Secretaria de Controle Externo relacionada à concessão da Ponte Rio-Niterói, com referência a cobrança do pedágio, respectivamente (TC - 600.184/98-6 e 011.997/96-6).	À CFC
17/2000	21.3.2000	Aviso nº 845/2000, de 17.3, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 142, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Tribunal Regional Eleitoral do Amapá - TRE/AP (TC-775.087/97-1).	À CFC
18/2000	3.3.2000	Aviso nº 263/2000, de 17.2, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 19/2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na área de convênios, acordos e ajustes, e <i>royalties</i> de petróleo transferidos à Prefeitura de Parnamirim/RN (TC-600.223/97-3).	À CFC
19/2000	3.3.2000	Aviso nº 303/2000, de 21.2, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 72/2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria na área de licitações e contratos na Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP (TC-575.162/96-1).	À CFC

Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
20/2000	3.3.2000	Aviso nº 331/2000, de 21.2, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 75/2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada pela SECEX na Prefeitura Municipal de Caracará – RR, a respeito de supostas irregularidades ocorridas em licitações, contratos e convênios firmados entre diversos órgãos/entidades federais e aquela Prefeitura. (TC-001.708/99-6).	À CFC
21/2000	3.3.2000	Aviso nº 415/2000, de 23.2, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 29, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas-RS, referente à área de pessoal. (TC- nº 016.384/99-7).	À CFC
22/2000	3.3.2000	Aviso nº 359/2000, de 23.2, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 27, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada em órgãos e entidades de saúde do Estado do Rio Grande do Norte (TC- nº 011.231/99-8).	À CFC
23/2000	3.3.2000	Aviso nº 387/2000, de 23.2, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 28, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada em órgãos e entidades de saúde do Estado de Sergipe (TC- nº 011.404/99-0).	À CFC
24/2000	14.3.2000	Aviso nº 457/2000, de 25.2, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 46/2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada a respeito de convênio entre o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER e o Estado de Santa Catarina. (TC - 650.041/96-8).	À CFC
25/2000	14.3.2000	Aviso nº 485/2000, de 25.2, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 47/2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Contagem - MG. (TC - 375.133/97-6).	À CFC
26/2000	14.3.2000	Aviso nº 514/2000, de 1º.3, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 77/2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Prefeitura Municipal de São Francisco do Conde - BA. (TC - nº 251.232/95-6).	À CFC
27/2000	15.3.2000	Aviso nº 544/2000, de 3.3, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 30, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Superintendência Estadual do INSS no Espírito Santo (TC-002.841/99-1).	À CFC

Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
28/2000	15.3.2000	Aviso nº 590/2000, de 9.3, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 117, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Teresina – Piauí (TC- 525.224/97-1).	À CFC
29/2000	15.3.2000	Aviso nº 618/2000, de 9.3, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 118, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério do Esporte e Turismo (TC- 014.137/99-2).	À CFC
30/2000	15.3.2000	Aviso nº 646/2000, de 9.3, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 119, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no 14º Distrito Rodoviário Federal do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER (TC- 600.265/95-1).	À CFC
31/2000	15.3.2000	Aviso nº 674/2000, de 9.3, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 120, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Secretaria Executiva do Ministério da Previdência e Assistência Social e Secretaria de Estado de Assistência Social (TC- 015.746/99-2).	À CFC
32/2000	15.3.2000	Aviso nº 702/2000, de 9.3, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 121, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Coordenação Regional da Fundação Nacional de Saúde no Estado do Tocantins – Funasa-TO (TC- 006.072/99-2).	À CFC
33/2000	15.3.2000	Aviso nº 730/2000, de 9.3, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 122, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU (TC- 008.479/99-2).	À CFC
34/2000	15.3.2000	Aviso nº 758/2000, de 9.3, do TCU	Encaminha cópia do Acórdão nº 30, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Hospital Geral de Caxias do Sul/RS (TC- 625.231/96-1).	À CFC
35/2000	15.3.2000	Aviso nº 165/B/2000, de 29.2, do TCU	Encaminha o Relatório das Atividades do TCU, referente ao 4º trimestre de 1999.	À CFC

Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
36/2000	21.3.2000	Aviso nº 873/2000, de 17.3, do TCU	Encaminha cópia do Acórdão nº 36, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada nas áreas de convênios federais e repasses à conta do Sistema Único de Saúde - SUS, no Município de Picos/PI (TC- nº 525.158/95-2).	À CFC
37/2000	21.3.2000	Aviso nº 901/2000, de 17.3, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 141, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre levantamento de auditoria no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA (TC - 010.111/96-4).	À CFC
38/2000	22.3.2000	Aviso nº 788/2000, de 16.3.2000, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 98, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Coordenação Regional da Fundação Nacional de Saúde no Estado do Maranhão - FNS/MA. (TC-350.249/97-0).	À CFC
39/2000	4.4.2000	Aviso nº 1.014/2000, de 24.3, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 181, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada em convênio firmado pela Departamento de Assuntos Penitenciários – DEPEN e a Secretaria de Estado de Justiça do Rio de Janeiro (TC- nº 009.143/99-8).	À CFC
40/2000	4.4.2000	Aviso nº 1.042;1000, de 24.3, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 182, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada nas obras inacabadas da Adutora do Agreste/Trairi-RN e de três unidades hospitalares no Município de Natal (TC- 600.042/96-0).	À CFC
41/2000	4.4.2000	Aviso nº 1.070/2000, de 24.3. do TCU	Encaminha cópia do Acórdão nº 44, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada em convênio celebrado entre o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e o Departamento Estadual de Transportes do Estado do Amapá - Detrap (TC- nº 929.379/98-5).	À CFC
42/2000	4.4.2000	Aviso nº 1.098/2000, de 24.3, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 180, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Companhia de Desenvolvimento de Barcarena - Codebar/PA (TC - 929441/98-2).	À CFC

Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
43/2000	4.4.2000	Aviso nº 1.153/2000, de 24.3, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 178, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria operacional realizada no Instituto Nacional do Seguro Social INSS/MPAS e na Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social - DATAPREV (TC - 004.852/95-8).	À CFC
44/2000	4.4.2000	Aviso nº 1.182/2000, de 28.3, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 166, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre denúncia relativa a possíveis irregularidades nos empreendimentos denominados Programa de Lotes Urbanizados e Saneamento e Interceptores de Esgoto no Município de Bauru/SP (TC nº 022.710/94-9).	À CFC
45/2000	5.4.2000	Aviso nº 1.288/2000, de 29.3, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 66, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre a auditoria realizada Prefeitura Municipal de Belém-PA (TC nº 930.152/98-0).	À CFC
46/2000	5.4.2000	Aviso nº 1.224/2000, de 29.3, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 64, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre a auditoria realizada no Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro CEFETE/RJ (TC nº 008.949/99-9).	À CFC
47/2000	6.4.2000	Aviso nº 1.319/2000, de 31.3, do TCU	Encaminha cópia do Acórdão nº 136 e da Decisão nº 56, ambos de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que os fundamentam, sobre auditoria realizada no Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO (TC- 017.206/96-0).	À CMPOF
48/2000	12.4.2000	Aviso nº 243/2000, de 31.3, do TCU	Encaminhando relatório das atividades do TCU, referente ao exercício de 1999.	À CFC
49/2000	24.4.2000	Aviso nº 1.418/2000, de 7.4, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 207, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre o pedido de reexame interposto pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, contra a Decisão nº 612/99 a respeito de auditoria operacional realizada no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI (TC-200.088/97-1).	À CFC e CAS

Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
50/2000	24.4.2000	Aviso nº de 1.430/2000, 7.4, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 220, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre Relatório de Inspeção realizada na Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL, relativo a possíveis irregularidades no processo de concordata e falência de empresas do sistema ENGESA (TC-000.695/95-5).	À CFC
51/2000	24.4.2000	Aviso nº de 1.458/2000, 7.4, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 223, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre representação acerca das inconstitucionalidades presentes na Medida Provisória nº 1.784, de 14/12/98, que dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e institui o Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE (TC-002.363/2000-6).	À CCJ, CE e CFC
52/2000	24.4.2000	Aviso nº de 1.486/2000, 7.4, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 217, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Secretaria de Estado de Saúde do Estado de Goiás, FUNASA/GO, Escritório de Negócios da CEF/GO, Instância Colegiada Estadual de Saneamento, Comissão Intergestores Bipartite, Gerência Estadual do Ministério da Saúde, Conselho Estadual de Saúde, Secretarias Municipais de Saúde e Conselhos Municipais de Saúde de Goiatuba e Catalão, dentro do programa de Ação na Área da Saúde (TC-011.166/99-1).	À CFC
53/2000	24.4.2000	Aviso nº de 1.514/2000, 7.4, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 221, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria operacional realizada com objetivo de verificar as possibilidades de ampliação do atendimento oferecido pelo Sesi/PR (TC-015.656/99-3).	À CFC
54/2000	24.4.2000	Aviso nº de 1.542/2000, 7.4, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 215, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Fundação Nacional de Saúde – Coordenação Regional da Bahia, objetivando a verificar os procedimentos adotados para celebração de convênios, fiscalização da sua execução e para o ressarcimento dos recursos repassados, no caso de detecção de irregularidades, abrangendo o período de 1993 a 1996 (TC-250.228/97-1).	À CFC

Número	Leitura	Referência		Assunto	Situação atual
55/2000	24.4.2000	Aviso nº 1.571/2000, de 7.4, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 216, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no DNER, referente as obras da BR-545/97-7).	À CFC
56/2000	24.4.2000	Aviso nº 1.599/2000, de 7.4, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 222, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Secretaria de Educação do Estado do Maranhão, para verificar eventuais irregularidades na execução do Convênio nº 1.789/94 (TC-350.420/96-3).	À CFC
57/2000	24.4.2000	Aviso nº 1.627/2000, de 7.4, do TCU	nº de	Encaminha cópia do Acórdão nº 54, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Tribunal Regional Eleitoral no Estado do Rio Grande do Norte, nas áreas de contratos e licitações (TC-600.084/97-3).	À CFC
58/2000	24.4.2000	Aviso nº 1.655/2000, de 7.4, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 214, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Caixa Econômica Federal – CEF, referentes à Concorrência nº 5/96, efetuada pela Comissão Permanente de Licitação da CEF no Paraná (TC-013.545/99-0).	À CFC
59/2000	24.4.2000	Aviso nº 1.683/2000, de 7.4, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 218, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Tribunal Regional Eleitoral no Estado de Roraima, na área de pessoal, abrangendo o período de 01/01/94 a 09/08/96 (TC-825.202/96-5).	À CFC
60/2000	24.4.2000	Aviso nº 1.412/2000, de 7.4, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 236, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, pela qual conhece das licitações contidas no Relatório Final nº 4, de 1999, da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro, informando as providências já adotadas por aquele Tribunal (TC-001.233/2000-7).	À CFC
61/2000	24.4.2000	Aviso nº 1.350/2000, de 5.4, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 83, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Coordenação Regional da Fundação Nacional de Saúde no Estado do Rio Grande do Norte – Funasa, relativa às irregularidades na aplicação de recursos federais transferidos mediante convênios (TC-014.182/99-8).	À CFC

Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
62/2000	5.5.2000	Aviso nº 1.745/2000, de 12.4, do TCU	Encaminha cópia do Acórdão nº 169, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada na Prefeitura de Condeúba/BA, referente a irregularidades na execução de convênios e realização de despesas sem a observância dos procedimentos previstos na Lei 4.320, de 1964 - (TC- 250.106/92-2).	À CFC
63/2000	5.5.2000	Aviso nº 1.773/2000, de 12.4, do TCU	Encaminha cópia do Acórdão nº 170, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada na Prefeitura de Teresópolis/RJ, referente a avaliação da aplicação de recursos federais, repassados mediante convênios, do sistema SUS e dos <i>royalties</i> do petróleo - (TC- 575.421/98-3).	À CFC
64/2000	5.5.2000	Aviso nº 1.801/2000, de 14.4, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 278, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas em cumprimento à Decisão nº 261, de 1999-Plenário, referente a irregularidades já tratadas em processo de denúncia, objeto do TC-001.249/98-3, em tramitação - (TC-009.350/99-3).	À CFC
65/2000	5.5.2000	Aviso nº 1.829/2000, de 14.4, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 277, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Ceará, nas áreas de pessoal, licitação e contratos - (TC- 929.499/98-0).	À CFC
66/2000	5.5.2000	Aviso nº 1.857/2000, de 14.4, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 276, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Departamento Nacional de Estradas e Rodagem - DNER, originário da Decisão nº 512, de 1998-Plenário, que determinou a realização de trabalhos em diversas obras, em atendimento ao art. 79, inciso II, da Lei nº 9.692/98 - (TC- 925.217/98-0).	À CFC
67/2000	5.5.2000	Aviso nº 1.885/2000, de 14.4, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 62, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (Superintendência Estadual de São Paulo), sobre emissão indevida de Certidão Negativa de Débito (CND), em favor da Construtora Encol S/A - (TC- 700.361/97-9).	À CFC

Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
68/2000	5.5.2000	Aviso nº 1.913/2000, de 14.4, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 281, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, relativa à inspeção nas obras realizadas com os recursos provenientes de cobrança indevida do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e incidente sobre o pedágio - (TC- 015.789/99-3).	À CFC
69/2000	5.5.2000	Aviso nº 1.941/2000, de 14.4, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 283, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria operacional realizada no Projeto Saúde Básica para o Nordeste II, identificando os entraves na implantação do Projeto que causam dificuldades na execução financeira - (TC-013.976/96-6).	À CFC
70/2000	5.5.2000	Aviso nº 1.969/2000, de 14.4, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 279, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional - Sefor, do Ministério do Trabalho e Emprego, com vistas a verificar a aplicação dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, no Plano Nacional de Qualificação Profissional - Planfor - (TC-013.836/99-4).	À CFC
71/2000	5.5.2000	Avisos nºs 1.997 e 2.068/2000, de 14.4 do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 274, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Ministério das Relações Exteriores - Embaixadas do Brasil em Kuala Lumpur, Cingapura, Bangkok e Nova Delhi, referente à existência de impropriedades, gastos incompatíveis com o interesse público e infrações a normas legais nessas Embaixadas - (TC-013.441/99-0).	À CFC e CRE
72/2000	5.5.2000	Aviso nº 2.025/2000, de 14.4, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 275, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, com vistas a verificar a estrutura de formação de custos rodoviários utilizados pelo DNER, e a execução de contratos. - (TC- 009.253/97-1).	À CFC
73/2000	5.5.2000	Aviso nº 2.122/2000, de 17.4, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 89, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à auditoria realizada na Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - Infraero na área de contratos de consultoria para verificação de falhas e irregularidades - (TC-016.352/99-8).	À CFC

Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
73-A/2000	27.4.2000	Aviso nº 2.103/2000, de 14.4, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 271, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre pedido de reexame interposto pelo BNDES contra a Decisão nº 123/98-TCU, no que tange à determinação contida no item 8.3, segundo a qual o Banco teria que se abster de conceder créditos aos Estados, a título de adiantamento de receitas provenientes de processos de desestatização de empresas estaduais, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, sem o pronunciamento do Banco Central e sem autorização do Senado Federal (TC- nº 000.852/98-8).	Anexado ao processado do Div. nº 9/98 Na CAE, conhecido e determinado o seu arquivamento em 2.5.2000.
74/2000	5.5.2000	Aviso nº 2.150/2000, de 17.4, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 88, e do Acórdão nº 189, ambos de 2000, bem como dos respectivos Relatórios e Votos que os fundamentam, referente à auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Nova Andradina/MS na área de Convênios, Acordos e Ajustes - (TC-400.173/95-6).	À CFC
75/2000	5.5.2000	Aviso nº 2.181/2000, de 24.4, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 309, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam sobre auditoria realizada nas Telecomunicações do Ceará S/A referente a supostas irregularidades em licitações e contratos - (TC-275.268/97-1).	À CFC
76/2000	5.5.2000	Aviso nº 2.209/2000, de 24.4, do TCU	Encaminha cópia do Acórdão nº 67, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam sobre auditoria realizada na Prefeitura de Municipal de Santana/AP nas áreas de convênios, acordos e execução de programas federais - (TC-775.075/98-1).	Na CFC, conhecido e determinado o seu arquivamento em 23.5.2000.
77/2000	5.5.2000	Aviso nº 2.237/2000, de 24.4, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 310, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam sobre auditoria realizada no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro – AMRJ, nas áreas de licitações contratos e pessoal - (TC-930.290/98-4).	À CFC
78/2000	5.5.2000	Aviso nº 2.320/2000, de 28.4, do TCU	Encaminha cópia do Acórdão nº 71, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam sobre Tomada de Contas Especial instaurada em nome de gestores do Centro Social Dr. Pio Guerra – Vicência/PE em face de desvio de recursos financeiros recebidos do extinto Ministério da Ação Social - (TC-524.007/95-0).	À CFC
79/2000	5.5.2000	Aviso nº 2.324/2000, de 28.4, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 340, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam sobre auditoria realizada na Área de pesquisa e desenvolvimento de projetos da Universidade Federal de Santa Catarina - (TC-014.752/99-9).	À CFC
80/2000	5.5.2000	Aviso nº 2.352/2000, de 28.4, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 337, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam sobre auditoria realizada na área de pessoal da Câmara dos Deputados - (TC-023.082/92-5).	À CFC

Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
81/2000	5.5.2000	Aviso nº 2.380/2000, de 28.4, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 338, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam sobre auditoria realizada na área de convênios federais da Prefeitura Municipal de Ceará-Mirim/RN - (TC-600.095/97-5).	À CFC
82/2000	5.5.2000	Aviso nº 2.408/2000, de 28.4, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 339, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam sobre auditoria realizada, em cumprimento à Decisão nº 512/98, no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, na área de obras de restauração da BR 393/RJ - (TC-925.591/98-0).	À CFC
83/2000	9.5.2000	Aviso nº 234/2000, de 28.4, do Ministério da Fazenda	Encaminha, nos termos do art. 5º da Resolução nº 91, de 1997, do Senado Federal, o VI Relatório de Progresso do Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros – PNAFE, relativo ao 2º semestre de 1999, bem como o quadro demonstrativo dos montantes financeiros liberados para cada Estado integrante do Programa.	Na CAE, determinado o seu arquivamento em 23.5.2000
84/2000	17.5.2000	Aviso nº 2.609/2000, de 10.5, do TCU	Encaminha cópia da Acórdão nº 232, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Oeiras/PI, abrangendo o período de 01.01.94 a 23.08.96, na área de convênios (TC- nº 525.272/96-8).	À CFC
85/2000	17.5.2000	Aviso nº 2.637/2000, de 10.5, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 135, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER e Departamentos Estaduais de Estradas de Rodagem dos Estados de São Paulo e Minas Gerais - DER/SP e DER/MG, com o objetivo de acompanhar o Programa de Modernização e Ampliação da Capacidade da BR-381 – Rodovia Fernão Dias, por força da Decisão nº 146/98 (TC- nº 929.102/93-3).	À CFC
86/2000	9.8.2000	Aviso nº 2.806/2000, de 16.5, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 146, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Escola Agronômica Federal de São Cristóvão/SE, abrangendo os exercícios de 1998 e 1999, referente às falhas e impropriedades diversas ocorridas no controle do que é produzido na Escola. (TC-004.731/99-9)	À CFC
87/2000	9.8.2000	Aviso nº 2.807/2000 de 16.5, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 147, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Hospital Universitário Getúlio Vargas, da Fundação Universidade Federal do Amazonas, referente às falhas e irregularidades quanto à contratação de pessoal e aquisição de medicamentos e material de consumo. (TC – 013.044/99-0)	À CFC

Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
88/2000	9.8.2000	Aviso nº 2.835/2000, de 16.5, do TCU	Encaminha cópia do Acórdão nº 243, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada na Fundação Estadual de Cultura do Amapá/FUNDECAP, referente a procedimentos adotados nas áreas de convênios, acordos, ajustes, licitações, contratos, acompanhamento e execução, pela administração estadual, de programas federais. (TC-929.343/98-0)	À CFC
89/2000	9.8.2000	Aviso nº 2.864/2000, de 19.5, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 402, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, visando conhecer a organização, os sistemas, as operações, as atividades e as peculiaridades daquela entidade, a fim de subsidiar a elaboração e implementação de novas técnicas, procedimentos e papéis de trabalho para realização de atividades de fiscalização das concessões, permissões e autorizações de serviços públicos referentes ao setor de telecomunicações. (TC-000.415/2000-5)	À CFC
90/2000	9.8.2000	Aviso nº 2.896/2000, de 19.5, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 404, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Fundação Nacional de Saúde, visando implementar melhorias de eficiência, economicidade, eficácia e efetividade no Programa Nacional de Imunizações. (TC-010.823/99-9)	À CFC
91/2000	9.8.2000	Aviso nº 2.942/2000, de 22.5, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 170, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Sorocaba/SP, na área de convênios firmados nos exercícios de 1996 e 1997, entre órgãos e entidades da Administração Pública Federal e a citada Prefeitura. (TC-700.162/97-6)	À CFC
92/2000	9.8.2000	Aviso nº 2.981/2000, de 23.5, do TCU	Encaminha cópia do Acórdão nº 249, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada na Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, no período compreendido entre janeiro e novembro de 1997, na área de licitações e contratos. (TC-001.026/98-4)	À CFC
93/2000	9.8.2000	Aviso nº 3.163/2000, de 26.5, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 428, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Serviço Social do Comércio – SESC/Administração Regional no Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de verificar a legalidade dos procedimentos relativos a licitações, contratos, diárias, passagens e pessoal. (TC-575.400/97-8)	À CFC

Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
94/2000	9.8.2000	Aviso nº 3.131/2000, de 26.5, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 427, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, referente a obras de restauração da BR-163/PA/Divisa MT/PA – Santarém. (TC-450.229/98-0)	À CFC
95/2000	9.8.2000	Aviso nº 3.195/2000, de 26.5, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 426, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – Superintendência Regional do Acre. (TC-927.767/98-8)	À CFC
96/2000	9.8.2000	Aviso nº 3.013/2000, de 23.5, do TCU	Encaminha cópia do Acórdão nº 248, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Cardeal da Silva/BA, na gestão de recursos federais repassados mediante convênios ou a título de <i>royalties</i> do petróleo. (TC-250.502/97-6)	À CFC
97/2000	9.8.2000	Aviso nº 3.045/2000, de 23.5, do TCU	Encaminha cópia do Acórdão nº 247, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a Tomada de Contas Especial instaurada pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, contra os Srs. Aníbal Barcellos, Edison Machado de Brito e Miguel Viana da Paixão. (TC-927.350/98-0)	À CFC
98/2000	9.8.2000	Aviso nº 2.670/2000, de 12.5, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 384, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada junto à Coordenação-Geral de Recursos Humanos do Ministério da Previdência e Assistência Social, em cumprimento ao Plano de Auditoria do 1º semestre de 1997, no período de 22 de abril a 13 de maio de 1997, na área de pessoal, envolvendo admissões, requisições e diárias/passagens. (TC-003.370/97-6)	À CFC
99/2000	9.8.2000	Aviso nº 2.698/2000, de 12.5, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 383, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre Auditoria Operacional realizada no Sistema de Arrecadação de Tributos Federais, no período de 04.04 a 07.07.94, abrangendo a Secretaria da Receita Federal, bancos (rede arrecadadora), Serviço Federal de Processamento de Dados, Banco Central, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. (TC – 017.787/94-7)	À CFC
100/2000	9.8.2000	Aviso nº 2.726/2000, de 12.5, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 88, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Contendas do Sincorá – BA, no período de 30.08 a 06.09.95, tendo por finalidade a verificação da aplicação dos recursos transferidos ao Município por força de convênios, acordos e subvenções. (TC – 251.473/95-3)	À CFC

Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
101/2000	9.8.2000	Aviso nº 3.234/2000, de 29.5, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 180, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Senador Pompeu – CE, na área de convênios e <i>royalties</i> . (TC – 275.446/95-6)	À CFC
102/2000	9.8.2000	Aviso nº 3.276/2000, de 2.6, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 448, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Secretaria da Receita Federal, Secretaria do Tesouro Nacional, Banco do Brasil S/A e Caixa Econômica Federal, relativa à avaliação dos procedimentos e controles existentes no que se refere à apuração e retenção dos recursos da CPMF, bem como do cumprimento dos prazos no recolhimento efetivado à Secretaria da Receita Federal. (TC – 011.933/97-6)	À CFC
103/2000	9.8.2000	Aviso nº 3.308/2000, de 2.6, do TCU	Encaminha cópia do Acórdão nº 104, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Superintendência Regional da Paraíba, no período de 22.05 a 13.06.97. (TC – 476.025/97-4)	À CFC
104/2000	9.8.2000	Aviso nº 3.372/2000, de 5.6, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 191, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA/ Superintendência Estadual do Paraná – SUPES/PR, objetivando a verificação de procedimentos relativos a licitações, contratos, diárias, passagens, veículos e atos de permissão de uso. (TC – 550.138/96-0)	À CFC
105/2000	9.8.2000	Aviso nº 352/2000, de 30.5, do TCU	Encaminhando relatório das atividades daquele órgão, referente ao 1º Trimestre de 2000.	À CFC
106/2000	9.8.2000	Aviso nº 3.421/2000, de 7.6, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 163, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Secretaria de Estado de Saúde de Santa Catarina, e diversos outros órgãos e entidades de saúde de Santa Catarina, dentro do Programa de Ação na Área de Saúde – Diagnóstico. (TC – 011.012/99-4)	À CFC
107/2000	9.8.2000	Aviso nº 3.454/2000, de 9.6, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 465, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Administração Regional do Serviço Social do Comércio no Estado do Rio de Janeiro – SESC/ARRJ, de janeiro a maio de 1999, abrangendo as áreas de contratos, convênios, acordos, ajustes e licitações. (TC – 006.044/99-9)	À CFC

Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
108/2000	9.8.2000	Aviso nº 3.486/2000, de 9.6, do TCU	Encaminha cópia do Acórdão nº 109, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Tartarugalzinho/AP, no período de 01/01/95 a 15/05/97, na área de convênios. (TC – 775.067/97-0)	À CFC
109/2000	9.8.2000	Aviso nº 3.533/2000, de 9.6, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 208, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Projeto de Irrigação Jaíba/MG, obra sob a responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF, abrangendo as áreas de licitações, contratos, obras e serviços de engenharia. (TC – 008.996/99-7)	À CFC
110/2000	9.8.2000	Aviso nº 3.565/2000, de 9.6, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 209, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Superintendência Estadual do Instituto Nacional do Seguro Social do Rio Grande do Sul – INSS/RS. (TC – 013.863/99-1)	À CFC
111/2000	9.8.2000	Aviso nº 3.597/2000, de 9.6, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 210, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à auditoria realizada na Superintendência Estadual do Instituto Nacional do Seguro Social no Estado do Rio de Janeiro – INSS/RJ. (TC – 015.092/99-2)	À CFC
112/2000	9.8.2000	Aviso nº 3.670/2000, de 13.6, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 170, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas, e diversos outros órgãos e entidades de Saúde do Estado do Amazonas, dentro do Programa de Ação na Área de Saúde – Diagnóstico. (TC - 010.961/99-2)	À CFC
113/2000	9.8.2000	Aviso nº 3.720/2000, de 16.6, do TCU	Encaminha cópia do Acórdão nº 114, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada na Secretaria de Educação do Estado do Piauí, tendo por objetivo a análise dos recursos recebidos por esse órgão estadual mediante convênios firmados com órgãos e entidades federais. (TC - 525.164/97-9)	À CFC
114/2000	9.8.2000	Aviso nº 3.752/2000, de 16.6, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 487, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER – BR-393/116/RJ (obra de construção do contorno rodoviário de Volta Redonda). (TC - 925.238/98-8)	À CFC

Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
115/2000	9.8.2000	Aviso nº 3.784/2000, de 16.6, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 488, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS, com objetivo de analisar os contratos de consultoria celebrados por este órgão quanto à observância da Lei de Licitações e Contratos e Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 1999, em especial quanto à disposição contida no § 3º do art. 19 da Lei nº 9.692, de 1998. (TC - 014.046/99-7)	À CFC
116/2000	9.8.2000	Aviso nº 3.816/2000, de 16.6, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 489, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), no trecho da BR-153/GO entre o entroncamento da GO-431 (Pirenópolis) e entroncamento com a BR-060/GO, denominado Contorno de Anápolis (GO), compreendendo a duplicação da BR-153 (GO), em extensão correspondente a 15,28Km, a partir do entroncamento da BR-060 (GO), no sentido Pirenópolis (GO) e anel viário de Anápolis (GO). (TC - 007.904/99-1)	À CFC
117/2000	9.8.2000	Aviso nº 3.848/2000, de 16.6, do TCU	Encaminha cópia do Acórdão nº 115, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada na Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa, no período de 20 a 24/3/1995, abrangendo a área de licitações e contratos relativamente aos exercícios de 1993 a 1995. (TC - 225.054/95-7)	À CFC
118/2000	9.8.2000	Aviso nº 3.885/2000, de 21.6, do TCU	Encaminha cópia do Acórdão nº 369, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria na área de licitações e contratos na Telecomunicações de Roraima – TELAIMA S/A, abrangendo os exercícios de 1995 e 1996. (TC - 825.108/96-9)	À CFC
119/2000	9.8.2000	Aviso nº 3.921/2000, de 23.6, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 498, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Superintendência Regional da Receita Federal na 9ª Região Fiscal (PR), tendo por objeto o exame da licitação destinada à contratação permissionária, pelo prazo de 10 anos, para prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias em geral na Estação Aduaneira Interior (EADI) a ser instalada no Município de Curitiba ou de São José dos Pinhais. (TC – 007.369/99-9)	À CFC

Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
120/2000	9.8.2000	Aviso nº 3.982/2000, de 26.6, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 515, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – FUFMS, com o objetivo de verificar a legalidade e a conveniência, sob o ponto de vista econômico-financeiro, do acordo firmado entre a Universidade e a Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e a Cultura – FAPEC, para administração da Editora da FUFMS. (TC - 004.661/2000-7)	À CFC
121/2000 ⁷	1º.8.2000	Aviso nº 5000/2000, de 3.7, do TCU	Encaminha, para os fins previstos na alínea "g" do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990, a relação dos nomes dos responsáveis que tiveram suas contas julgadas irregulares por aquele Tribunal, nos últimos cinco anos imediatamente anteriores à realização das eleições de 1º de outubro de 2000, consoante o disposto nos arts. 91 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992; 1º, § 2º, e 2º da Resolução-TCU nº 113, de 1998.	À CCJ e CFC
122/2000	9.8.2000	Aviso nº 4.021/2000, de 7.7, do TCU	Encaminha cópia do Acórdão nº 123, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada na Superintendência Estadual do Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, no Ceará, objetivando verificar a eficácia do órgão no estabelecimento de assentamentos de trabalhadores rurais e as condições em que se encontram tais assentamentos. (TC - 275.384/97-7)	À CFC
123/2000	9.8.2000	Aviso nº 4.053/2000, de 7.7, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 526, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Capela (SE), na área de convênios e <i>royalties</i> , abrangendo o período de 1/1/96 a 26/2/97. (TC - 675.047/97-8)	À CFC
124/2000	9.8.2000	Aviso nº 4.085/2000, de 7.7, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 527, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre Auditoria de Desempenho para avaliação do programa de gerência de rejeitos radioativos levado a efeito pela Comissão Nacional de Energia Nuclear – Cnen. (TC - 010.694/99-4)	À CFC
125/2000	9.8.2000	Aviso nº 4.117/2000, de 7.7, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 528, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Departamento de Estradas de Rodagem – DER/MG, no período de 14 a 25.6.99, para acompanhar as obras da BR-381/MG - divisa SP/MG - Belo Horizonte. (TC - 007.518/99-4)	À CFC

⁷ Anexado, ao seu processado, os Avisos nºs 805/2000, de 9.8, 1.052/2000, de 18.9, e 1.141/2000, de 27.9, do TCU (DSF de 15.8, 22.9 e 4.10.2000, respectivamente).

Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
126/2000	9.8.2000	Aviso nº 4.149/2000, de 7.7, do TCU	Encaminha cópia do Acórdão nº 124, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada no Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais, na obra de construção de trechos da BR-482, entre Conselheiro Lafaiete e Araponga. (TC - 008.902/99-2)	À CFC
127/2000	9.8.2000	Aviso nº 4.181/2000, de 7.7, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 529, de 2000, e dos Acórdãos nºs 125 e 126, de 2000, bem como dos respectivos Relatórios e Votos que os fundamentam, sobre auditorias realizadas no Departamento de Estradas de Rodagem de Roraima – DER/RR relativas às obras de construção e pavimentação da BR-174, divisa. AM/RR (TC - 825.056/97-7)	À CFC
128/2000	9.8.2000	Aviso nº 4.220/2000, de 10.7, do TCU	Encaminha cópia das Decisões nºs 237 a 240, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que as fundamentam, sobre auditorias realizadas na Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF (TC - 007.027/2000-6, 007.029/2000-0, 007.600/2000-5 e 007.607/2000-6), respectivamente.	À CFC
129/2000	9.8.2000	Aviso nº 4.255/2000, de 12.7, do TCU	Encaminha cópia da Acórdão nº 326, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Cidreira (RS), com vistas a verificar a gestão dos recursos federais transferidos à mencionada Prefeitura (TC - 625.562/96-8).	À CFC
130/2000	9.8.2000	Aviso nº 4.287/2000, de 14.7, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 540, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada junto à Comissão para Coordenação do Projeto do Sistema Integrado de Vigilância da Amazônia, relativa à implantação do SIVAM (TC – 929.021/98-3).	À CFC
131/2000	9.8.2000	Aviso nº 4.329/2000, de 17.7, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 250, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social no Amazonas – INSS/AM, relativa às áreas de concessão e pagamento de benefícios (TC - 014.608/99-5).	À CFC
132/2000	9.8.2000	Aviso nº 4.387/2000, de 19.7, do TCU	Encaminha cópia do Acórdão nº 333, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada no Hospital das Forças Armadas (HFA), nas áreas de licitações e contratos e de pessoal civil, abrangendo o período de 1.1.97 a 17.4.98, com o objetivo de analisar as concorrências, tomadas de preços, convites, inexigibilidades e dispensas de licitações e contratos de concessão de uso de imóveis, bem como de contratações temporárias de pessoal (TC - 003.882/98-5).	À CFC
133/2000	7.8.2000	Aviso nº 466/2000, de 26.6, do TCU	Encaminhando relatório das atividades do TCU, referente ao 4º Trimestre de 1999.	À CFC

Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
134/2000	9.8.2000	Aviso nº 4.438/2000, de 21.7, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 556, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Desenvolvimento Rodoviário S. A. - DERSA, relativa às desapropriações das áreas necessárias à construção do Rodoanel Rodoviário de São Paulo (TC - 006.203/2000-0).	À CFC
135/2000	9.8.2000	Aviso nº 4.470/2000, de 21.7, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 557, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Departamento de Estradas de Rodagem do Amazonas - DER/AM, relativa a obras e serviços de melhoramento e pavimentação da Rodovia BR-174-Trecho Manaus-Divisa AM/RR, kms 0/255 (TC - 225.183/98-6).	À CFC
136/2000 ⁸	9.8.2000	Aviso nº 4.504/2000, de 29.7, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 586, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA - Superintendência no Amapá, nas áreas de obras e serviços de engenharia, pessoal, licitações, contratos, bens móveis e imóveis, almoxarifado, veículos, convênios, acordos, ajustes e equipamentos (TC - 775.039/97-7).	À CFC
137/2000	9.8.2000	Aviso nº 4.551/2000, de 28.7, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 571, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Secretaria do Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, na área de concessão de incentivos fiscais ou renúncia de receitas ao setor automotivo (TC - 005.875/99-4).	À CFC
138/2000	9.8.2000	Aviso nº 4.583/2000, de 28.7, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 570, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada em diversos órgãos relativos ao Projeto de Reforço à Reorganização do Sistema Único de Saúde - REFORSUS, no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica TCU/Reino Unido. (TC - 013.790/97-8).	À CAS, CAE e CFC
139/2000	18.8.2000	Aviso nº 4.741/2000, de 4.8, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 596/2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria de desempenho realizada no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, no período de 20.09 a 16.10.99 (TC - 010.989/99-4).	À CFC
140/2000	18.8.2000	Aviso nº 4.773/2000, de 4.8, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 597/2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, órgão vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia (TC - 014.356/99-6).	À CFC

⁸ Anexado, ao seu processado, o Aviso nº 4.923/2000, de 8.8, do TCU (DSF de 17.8.2000).

Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
141/2000	18.8.2000	Aviso nº 4.805/2000, de 4.8, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 594/2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Teresina – PI, na áreas de convênios, acordos e ajustes (TC – 525.224/97-1).	À CFC
142/2000	18.8.2000	Aviso nº 4.837/2000, de 4.8, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 592/2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Tribunal Regional Federal da 2ª Região (RJ e ES), abrangendo a gestão da área de licitações e contratos no período de 21.06.93 a 30.09.95 (TC – 575.553/95-2).	À CFC
143/2000	18.8.2000	Aviso nº 4.869/2000, de 4.8, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 595/2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre levantamento de auditoria realizada na Secretaria de Transportes Aquaviários do Ministério dos Transportes e Secretaria da Receita Federal, com o objetivo de conhecer os procedimentos de concessão, acompanhamento e fiscalização referentes aos incentivos fiscais concedidos ao setor de construção naval (TC – 925.735/98-1).	À CFC
144/2000	18.8.2000	Aviso nº 4.956/2000, de 4.8, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 239/2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Programa de Ação na Área da Saúde – Diagnóstico, no Estado do Mato Grosso do Sul (TC – 011.170/99-9).	À CFC
145/2000	18.8.2000	Aviso nº 825/2000, do TCU	Em aditamento ao Aviso nº 736, de 2000, encaminha a relação das obras constantes do Quadro III da Lei nº 9.969, do corrente ano, cujos contratos apresentaram indícios de irregularidades nos levantamentos de informações e de auditoria realizados por aquela Corte, com a exclusão da Obra de Recuperação do Terminal Salineiro de Areia Branca – RN, que foi considerada regular com ressalvas.	À CMPOPF e, em cópia, anexado ao Aviso nº 33, de 1999, à CFC
146/2000	21.8.2000	Aviso nº 4.991/2000, de 11.8, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 621/2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria de desempenho realizada no Programa Nacional do Livro Didático - PNLD (TC – 010.990/99-2).	À CFC
147/2000	21.8.2000	Aviso nº 5.034/2000, de 11.8, do TCU	Encaminha cópia do Acórdão nº 430/2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada na Telecomunicações do Ceará S/A, abrangendo o período de 1º/01/94 a 24/03/95 (TC – 275.037/1995-9).	À CFC
148/2000	23.8.2000	Aviso nº 5.076/2000, de 15.8, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 254, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, nas obras do Contorno Sudoeste de Goiânia, Rodovia BR 060/GO (TC nº 006.704/99-9).	À CFC

Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
149/2000	23.8.2000	Aviso nº 5.108/2000, de 15.8, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 253, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Hospital Universitário Antônio Pedro da Universidade Federal Fluminense, para apuração de prováveis irregularidades na aplicação de recursos do Sistema Único de Saúde - SUS (TC nº 007.220/2000-6).	À CFC
150/2000	23.8.2000	Aviso nº 5.149/2000, de 18.8, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 644, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial no Estado do Amapá, abrangendo o período de 1º.1 a 31.12.98, nas áreas de licitações, contratos administrativos e pessoal (TC nº 006.442/99-4).	À CFC
151/2000	23.8.2000	Aviso nº 5.212/2000, de 18.8, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 643, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Hospital Goiânia Leste Ltda. em atendimento à solicitação do Congresso Nacional, tendo por base o Relatório Final da Comissão de Inquérito destinada a apurar irregularidades no extinto Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (TC nº 006.657/2000-3)..	À CFC
152/2000	23.8.2000	Aviso nº 5.213/2000, de 18.8, do TCU	Encaminha cópia do Acórdão nº 190, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada na Superintendência Estadual do Instituto Nacional do Seguro Social no Estado do Amapá, nas áreas de bens móveis e imóveis, almoxarifado, contratos, licitações, veículos, pessoal, diárias e passagens, acompanhamento de execução orçamentária e financeira (TC nº 775.132/97-7).	À CFC
153/2000	5.9.2000	Aviso nº 5.248/2000, de 21.8, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 301/2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada com o objetivo de avaliar o Fundo de Investimento Setorial - Fiset (TC – 928.461/98-0).	À CFC
154/2000	5.9.2000	Aviso nº 5.287/2000, de 23.8, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 265/2000 e do Acórdão nº 381/2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que os fundamentam, sobre auditoria realizada no Hospital das Clínicas – Universidade Federal do Paraná, nas áreas de almoxarifado, licitações e contratos (TC – 003.661/99-7).	À CFC
155/2000	5.9.2000	Aviso nº 5.238/2000, de 2.8, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 688/2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria decorrente de solicitação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Orçamento, realizada na Associação Educacional Caxiense para apurar irregularidades nas entidades receptoras de subvenções sociais (TC – 575.658/93-2).	Na CPMOF, anexado ao processado do Div. nº 14/96-CN.

Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
156/2000	5.9.2000	Aviso nº 5.383/2000, de 28.8, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 665/2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre inspeção realizada na Procuradoria da Fazenda Nacional do Amapá (TC – 009.046/99-2).	À CFC
157/2000	4.9.2000	Aviso nº 874/2000, de 30.8, do TCU	Encaminha o relatório das atividades do TCU, referente ao 2º Trimestre de 2000.	À CFC
158/2000	19.9.2000	Aviso nº 5.420/2000, de 1.9, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 694, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Auditoria e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Hospital de Base Ary Pinheiro, em Porto Velho (RO), para apuração de prováveis irregularidades na apreciação de recursos do SUS (TC - nº 008.889/2000-7).	À CFC
159/2000	19.9.2000	Aviso nº 5.452/2000, de 1.9, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 695, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Secretaria Executiva e na Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente – MMA, no período de 7 a 29/10/99, com o objetivo de analisar os contratos de consultoria celebrados por esses órgãos, com referência à observância das Leis nºs 8.666, de 1993 (Lei de Licitações) e 9.692, de 1998 (Lei das Diretrizes orçamentárias para o exercício de 1999) (TC nº 014.043/1999-8).	À CFC
160/2000	19.9.2000	Aviso nº 5.484/2000, de 1.9, do TCU	Encaminha cópia do Acórdão nº 206, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Manaus (AM), abrangendo o período de setembro de 1996 a junho de 1997, na área de convênios (TC nº 225.194/97-0).	À CFC
161/2000	19.9.2000	Aviso nº 5.516/2000, de 1.9, do TCU	Encaminha cópias da Decisão nº 696, e do Acórdão nº 205, ambos de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Inspeção e Voto que os fundamentam, sobre inspeção realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), no período de 21 a 30.3.94, a fim de apurar denúncias publicadas pela imprensa, entre outras, de supostas irregularidades em contrato firmado entre o DNER e a empresa Protos Engenharia Ltda (TC nº 008.796/2000-6).	À CFC
162/2000	21.9.2000	Aviso nº 5.559/2000, de 1.9, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 698, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre o acompanhamento das obras de estabilização do Molhe de Atalaia Nova e da Proteção Frontal da Coroa do Meio, em Aracaju (SE) (TC nº 675.047/96-0).	À CFC

Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
163/2000	19.9.2000	Aviso nº 5.760/2000, de 11.9, do TCU	Encaminha cópia Decisão nº 720, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER e Departamento de Infra-Estrutura de Transportes do Estado da Bahia – Derba, referente a obra da BR-116/BA, compreendendo o trecho de Euclides da Cunha a Ibó (TC nº 008.104/99-9).	À CFC
164/2000	19.9.2000	Aviso nº 5.792/2000, de 11.9, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 721, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – 17º Distrito Rodoviário Federal e Departamento de Estradas de Rodagem do Espírito Santo – DER/ES, pertinente à obras de terraplanagem, pavimentação, drenagem e de artes correntes e complementares da rodovia BR-484/ES, trecho Itarana - Afonso Cláudio, no período de 16 a 30.6.99 (TC nº 008.645/99-0).	À CFC
165/2000	19.9.2000	Aviso nº 5.824/2000, de 11.9, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 719, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Secretaria de Agricultura do Estado de Alagoas, referente às obras do Projeto de Irrigação de Pindorama, naquele Estado (TC nº 008.777/2000-0).	À CFC
166/2000	19.9.2000	Aviso nº 5.856/2000, de 11.9, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 718, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Coordenação Regional da Fundação Nacional de Saúde no Estado do Amazonas, para analisar as áreas de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres e de licitação e contratos (TC nº 225.144/98-0).	À CFC
167/2000	19.9.2000	Aviso nº 5.574/2000, de 4.9, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 321, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, na área de irrigação (TC nº 006.073/2000-4).	À CFC
168/2000	19.9.2000	Aviso nº 5.606/2000, de 4.9, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 322, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Perímetro de Irrigação de Boacica (AL), obra sob a responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – Codevasf, nos Municípios de Igreja Nova e Penedo (AL) (TC nº 008.740/2000-0).	À CFC
169/2000	19.9.2000	Aviso nº 5.638/2000, de 4.9, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 323, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Perímetro de Irrigação de Itiúba (AL), obra de responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – Codevasf, no Município de Porto Real do Colégio (AL) (TC nº 008.778/2000-8).	À CFC

Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
170/2000	28.9.2000	Aviso nº 5.673/2000, de 6.9, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 293, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Auditoria e Voto que a fundamentam, realizada na Companhia de Desenvolvimento do Estado do Piauí - Comdepi (TC - nº 008.450/2000-0).	À CFC
171/2000	28.9.2000	Aviso nº 5.705/2000, de 6.9, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 292, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Auditoria e Voto que a fundamentam, realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, referente às obras de construção da BR-135, trecho Colinas-Orozimbo/MA (TC nº 008.981/99-0).	À CFC
172/2000	28.9.2000	Aviso nº 5.926/2000, de 15.9, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 748, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre consulta formulada pela Câmara dos Deputados referente a contagem em dobro de licença-prêmio, para fins de aposentadoria (TC nº 007.826/2000-2).	À CFC
173/2000	28.9.2000	Aviso nº 5.940/2000, de 15.9, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 752, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Auditoria Operacional e Voto que a fundamentam, realizada no Departamento Nacional de Obras contra as Secas - DNOCS (TC nº 007.114/2000-3).	À CFC
174/2000	28.9.2000	Aviso nº 5.972/2000, de 15.9, do TCU	Encaminha cópia Decisão nº 750 e do Acórdão nº 215, ambos de 2000, bem como dos respectivos Relatórios de Auditoria e Votos que os fundamentam, realizada junto à Coordenadoria Regional da Fundação Nacional de Saúde no Estado do Ceará, na área de licitação e contratos (TC nº 275.043/95-9).	À CFC
175/2000	28.9.2000	Aviso nº 553/2000, de 20.9, do Ministério da Fazenda	Encaminha, nos termos do art. 5º da Resolução nº 91, de 1997, do Senado Federal, o VII Relatório de Progresso do Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros – PNAFE, relativo ao 2º semestre de 2000, bem como o quadro demonstrativo dos montantes financeiros liberados para cada Estado integrante do referido Programa. Informa, ainda, que não ocorreram inadimplências nos pagamentos de encargos e amortizações, assim como não aconteceram descumprimentos de dispositivos dos contratos assinados no âmbito do PNAFE e, também, não houve exclusão de Estados ou do Distrito Federal do Programa.	Na CAE, conhecido e determinado o seu arquivamento em 9.11.2000
176/2000	28.9.2000	Aviso nº 6.006/2000, de 14.9, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 337, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Auditoria e Voto que a fundamentam, realizada no Perímetro de Irrigação de Baixo de Irecê/BA, obra de responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco/CODEVASF (TC nº 007.604/2000-4)	À CFC

Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
177/2000	28.9.2000	Aviso nº 6;113/2000, de 22.9, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 768, de 2000, bem como dos respectivos Relatórios de Pedido de Re-exame e Voto que a fundamentam, interposto pelo Banco do Brasil, contra a Decisão nº 417/99 (TC nº 003.268/99-3).	À CFC
178/2000	28.9.2000	Aviso nº 6.121/2000, de 22.9, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 779, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Acompanhamento e Voto que a fundamentam, realizado na Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, referente a outorga de concessão de serviço público de Transmissão de Energia Elétrica, em obras do trecho Taquaruçu – Assis e Assis – Sumaré/SP (TC nº 007.005/99-7).	À CFC
179/2000	28.9.2000	Aviso nº 6.200/2000, de 22.9, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 775, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Auditoria e Voto que a fundamentam, realizada no Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR (TC nº 013.713/97-3).	À CFC
180/2000	28.9.2000	Aviso nº 6.136/2000, de 22.9, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 776, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Auditoria e Voto que a fundamentam, realizada na Escola Superior de Agricultura de Mossoró/RN, nas áreas de licitações e contratos (TC nº 004.328/99-0).	À CFC
181/2000	28.9.2000	Aviso nº 6.266/2000, de 22.9, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 777, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Auditoria e Voto que a fundamentam, realizada na Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, nas áreas de licitações e contratos (TC nº 375.506/98-5)	À CFC
182/2000	28.9.2000	Aviso nº 6.168/2000, de 22.9, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 778, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Auditoria e Voto que a fundamentam, realizada no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, nas Obras da Barragem do Açude Público Castanhão, Município de Alto Santo/CE (TC nº 008.615/2000-2).	À CFC
183/2000	3.10.2000	Aviso nº 6.076/2000, de 19.9, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 326, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Auditoria e Voto que a fundamentam, realizada na Prefeitura Municipal de Manaus, na área de convênios (TC - 928.423/98-0).	À CFC
184/2000	3.10.2000	Aviso nº 6.299/2000, de 19.9, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 325, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Auditoria e Voto que a fundamentam, realizada na Prefeitura Municipal de Feira de Santana, abrangendo convênios, royalties e Fundo Especial do Petróleo, no período de janeiro de 1997 a março de 1998 (TC - 250.119/98-6).	À CFC

Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
185/2000	3.10.2000	Aviso nº 6.232/2000, de 21.9, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 342, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Auditoria e Voto que fundamentam, realizada no Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, sobre pagamento de substituição em cargo em comissão ou função comissionada em descumprimento à Lei nº 8.112, de 1990, e despesas com suprimento de fundos em desacordo com a legislação em vigor (TC-925.357/98-7).	À CFC
186/2000	13.10.2000	Aviso nº 6.386/2000, de 29.9, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 818, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria operacional realizada no âmbito de acordos de cooperação firmados entre a União e suas entidades e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (TC - 003.283/96-8), especificamente sobre o Projeto BRA/91/013, firmado pelo Governo brasileiro, por meio do Ministério do Trabalho e Emprego, com o objetivo de apoiar o desenvolvimento de políticas e programas do setor.	À CFC
187/2000	13.10.2000	Aviso nº 6.391/2000, de 29.9, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 815, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a representação acerca do descumprimento, por órgãos e entidades estaduais e municipais da Lei nº 9.755, de 1998, que dispõe sobre divulgação de dados e informações pela internet, por meio da homepage Contas Públicas, mantida pelo Tribunal de Contas da União (TC - 011.784/99-7).	À CFC
188/2000	13.10.2000	Aviso nº 6.394/2000, de 29.9, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 229, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a levantamento de auditoria em obras de hospitais no Estado de São Paulo que receberam recursos orçamentários contemplados no Programa de Trabalho, denominado "Término das Obras dos Hospitais Estaduais em São Paulo" (TC - 007.509/99-5).	À CFC
189/2000	13.10.2000	Aviso nº 6.426/2000, de 29.9, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 798, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a levantamento de auditoria nas obras de construção do Edifício Sede do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TC - 008.503/2000-6).	À CFC
190/2000	13.10.2000	Aviso nº 6.458/2000, de 29.9, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 799, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a levantamento de auditoria nas obras e serviços de engenharia relativos à construção da rodovia BR-174, no trecho situado no Estado de Roraima (TC - 008.794/2000-1).	À CFC

Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
191/2000	13.10.2000	Aviso nº 6.490/2000, de 29.9, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 800, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a levantamento de auditoria no Projeto de Irrigação do Passarão, situado no Município de Boa Vista, em Roraima (TC - 008.797/2000-3).	À CFC
192/2000	13.10.2000	Aviso nº 6.522/2000, de 29.9, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 801, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria de desempenho realizada junto ao Ibama, no período de 9/8 a 29/10/99, objetivando avaliar o Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais – PrevFogo quanto aos aspectos da eficiência, eficácia e efetividade (TC - 010.969/99-3).	À CAS e CFC
193/2000	13.10.2000	Aviso nº 6.554/2000, de 29.9, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 802, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada nas obras de infra-estrutura de irrigação do Perímetro de Irrigação denominado Serrinha, situado no Município de Serra Talhada, Estado de Pernambuco (TC - 007.560/2000-8).	À CFC
194/2000	13.10.2000	Aviso nº 6.586/2000, de 29.9, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 803, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditorias realizadas nas obras de infra-estrutura de irrigação de uso comum no Perímetro de Irrigação Tabuleiros Litorâneos, localizado nos Municípios de Parnaíba e Buriti dos Lopes, na região norte do Estado do Piauí (TC - 008.468/2000-5 e TC - 008.846/2000-0).	À CFC
195/2000	13.10.2000	Aviso nº 6.618/2000, de 29.9, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 804, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditorias realizadas nas obras de infra-estrutura de irrigação denominada Platôs de Guadalupe, situado no Município de Guadalupe, próximo ao lago da Barragem da Boa Esperança, na região centro-sul do Estado do Piauí (TC - 009.989/2000-7 e TC - 009.997/2000-9).	À CFC
196/2000	13.10.2000	Aviso nº 6.682/2000, de 29.9, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 230, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada na Coordenadoria Regional da Fundação Nacional de Saúde – Funasa/Corap, no Amapá, no período de 8.3 a 8.4.99, abrangendo o exercício de 1998, relativas a irregularidades nas áreas de licitações, pessoal, veículos e convênios (TC - 003.117/99-5).	À CFC
197/2000	13.10.2000	Aviso nº 6.714/2000, de 29.9, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 806, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria operacional realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, 6º Distrito, na obra da BR - 381 - DNER/MG (TC - 004.632/2000-5).	À CFC

Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
198/2000	13.10.2000	Aviso nº 6.746/2000, de 29.9, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 807, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria, ainda em execução, no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER e no Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER/MG, nas obras de duplicação e modernização da Rodovia Fernão Dias, BR-381 (TC - 003.827/2000-1).	À CFC
199/2000	13.10.2000	Aviso nº 6.650/2000, de 29.9, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 805/2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada na Secretaria de Infra-Estrutura do Estado do Tocantins, nos Projetos de Construção, Reforma e Reparelhamento de Estabelecimentos Penais, e de construção de trechos Rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins, BR - 242, Trecho Peixe-Paraná-Taguatinga, com recursos oriundos do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER (TC - 010.106/2000-3 e TC - 010.142/2000-0).	À CFC
200/2000	13.10.2000	Aviso nº 6.362/2000, de 28.9, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 790, de 2000, do Relatório e Voto que a fundamentam, bem como das informações constantes dos Anexos I, II e III, referentes à realização de levantamentos de auditoria em obras públicas constantes dos orçamentos anuais da União, em cumprimento à Lei nº 9.995, de 2000, Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2001. (TC 005.088/2000-2).	À CFC
201/2000	17.10.2000	Aviso nº 6.778/2000, de 29.9, do TCU	Encaminha cópia do Acórdão nº 516, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Itabaiana/SE, na área de convênios e royalties de petróleo; (TC - 675.043/97-2).	À CFC
202/2000	17.10.2000	Aviso nº 6.810/2000, de 29.9, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 351, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada no Perímetro de Irrigação de Nilo Coelho/PE, obra sob a responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba/CODEVASF, nos Municípios de Petrolina e Casa Nova – PE (TC - 007.009/2000-8).	À CFC
203/2000	17.10.2000	Aviso nº 6.842/2000, de 29.9, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 352, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada no Perímetro de Irrigação de Ladeirinha/SE, obra sob a responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba/CODEVASF, nos Municípios de Japoatã e Pacatuba - SE (TC - 008.757/2000-8).	À CFC

Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
204/2000	17.10.2000	Aviso nº 6.874/2000, de 29.9, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 353, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada no Perímetro de Irrigação de Vaza-Barris/SE, obra sob a responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF, no Município de Lagarto – SE (TC - 008.780/2000-6).	À CFC
205/2000	17.10.2000	Aviso nº 6.907/2000, de 4.10, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 339, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem DNER, nas obras de construção de trechos rodoviários no corredor oeste-norte da BR-163/PA – divisa MT/PA – Santarém (TC – 009.068/2000-8).	À CFC
⁹ 206/2000	19.10.2000	Aviso nº 6.963/2000, de 9.10, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 833/2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referentes à solicitação da CPI Judiciário para que aquela Corte analise conclusivamente todos os procedimentos constantes do processo TRT-PA-1.073/95, bem como aqueles investigados pelo Ministério Público Federal no Rio de Janeiro, relativos à Portaria AP nº 1, de 25.05.99, antes de julgar as contas do TRT da 1ª Região, relativas aos anos de 1993 e 1994.	À CCJ e CFC
207/2000	19.10.2000	Aviso nº 7.108/2000, de 9.10, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 833, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Auditoria e Voto que a fundamentam, realizada na Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, no setor elétrico e na estrutura organizacional, com vistas a elaborar novos procedimentos a serem executados nas atividades de fiscalização daquele Tribunal (TC 003.163/2000-0).	À CFC
208/2000	19.10.2000	Aviso nº 7.210/2000, de 13.10, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 373, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Levantamento de Auditoria e Voto que a fundamentam, realizada nas obras do Perímetro de Irrigação Senador Nilo Coelho/PE, de responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF (TC 007.568/2000-6).	À CFC
209/2000	19.10.2000	Aviso nº 6.980/2000, de 9.10, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 828, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Auditoria e Voto que a fundamentam, realizada no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas, nas áreas de pessoal, licitações e contratos, abrangendo o período de janeiro de 1997 a março de 1998 (TC 700.053/98-0).	À CFC

⁹ Anexado ao processado do RQS nº 118/99.

Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
210/2000	19.10.2000	Aviso nº 7.012/2000, de 9.10, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 829, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Auditoria e Voto que a fundamentam, realizada no Hospital Getúlio Vargas, hospital público vinculado à Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco, para apuração de possíveis irregularidades na aplicação dos recursos do SUS (TC 006.240/2000-4).	À CFC
211/2000	19.10.2000	Aviso nº 7.140/2000, de 9.10, do TCU	Encaminha cópia do Acórdão nº 240, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Inspeção e Voto que o fundamentam, realizada junto à Empresa de Telecomunicações de Sergipe S/A – TELERGIPE a fim de verificar a situação do contrato de edição de lista telefônica (TC 675.109/96-5).	À CFC
212/2000	19.10.2000	Aviso nº 7.172/2000, de 11.10, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 346, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Auditoria e Voto que a fundamentam, realizada no Hospital Santa Terezinha Ltda., em Uberlândia-MG, visando a apuração de possíveis irregularidades na aplicação de recursos do SUS (TC 004.668/2000-8).	À CFC
213/2000	19.10.2000	Aviso nº 7.245/2000, de 13.10, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 849, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Levantamento de Auditoria e Voto que a fundamentam, realizada na obra de duplicação da Rodovia BR-381/SP (Fernão Dias), que interliga as cidades de São Paulo e Belo Horizonte, no trecho entre a divisa dos Estados de São Paulo e Minas Gerais e o entroncamento com o Rodovia BR-116/SP (Presidente Dutra) (TC 009.003/2000-3).	À CFC
214/2000	19.10.2000	Aviso nº 7.277/2000, de 13.10, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 851, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Auditoria e Voto que a fundamentam, realizada nas obras de infraestrutura de irrigação do Perímetro de Irrigação denominado Jenipapo, situado no Município de São João do Piauí, Estado do Piauí (TC 009.990/2000-8).	À CFC
215/2000 ¹⁰	19.10.2000	Aviso nº 7.309/2000, de 13.10, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 852, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Levantamento de Auditoria e Voto que a fundamentam, realizada no Perímetro de Irrigação Pontal Norte Sul, localizado em Petrolina/PE, sob a responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF (TC 010.806/2000-1).	À CFC

¹⁰ Anexado, ao seu processado, o Aviso nº 222/2000 (nº 7.523/2000) de 23.10, do TCU.

Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
216/2000	19.10.2000	Aviso nº 7.076/2000, de 9.10, do TCU	Encaminhando cópia da Decisão nº 831, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Auditoria e Voto que a fundamentam, relacionada com Plano Especial de Auditorias em obras públicas, incluídas no Orçamento Geral da União, do exercício de 1999, que compreendeu a verificação de obras de responsabilidade do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, referentes à duplicação da BR-101/PE, no trecho compreendido entre Prazeres e Cabo (TC 007.931/99-9).	À CFC
217/2000	19.10.2000	Aviso nº 7.044/2000, de 9.10, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 830, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Levantamento de Auditoria e Voto que a fundamentam, relativo à construção do Centro de Detenção Provisória de São José do Rio Preto – SP (TC 008.819/2000-2).	À CFC
218/2000	27.10.2000	Aviso nº 7.392/2000, de 20.10, do TCU	Encaminha cópia do Acórdão nº 257, de 2000, bem como dos respectivos e Voto que a fundamentam, referente a inspeção extraordinária realizada no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, no período de 19/05 a 09/07/93, em razão de denúncia formulada pelo Deputado Federal Jackson Pereira, referente às atividades desenvolvidas na Sede e na 2ª Diretoria Regional, em Fortaleza - CE (TC - 013.401/93-9).	À CFC
219/2000	27.10.2000	Aviso nº 7.424/2000, de 20.10, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 876, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada nas obras no Aeroporto Internacional Guararapes, em Recife – PE, com o intuito de subsidiar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização no exame das peças orçamentárias para o próximo exercício. (TC - 007.582/2000-5).	À CFC
220/2000	27.10.2000	Aviso nº 7.456/2000, de 20.10, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 875, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada nas obras de ampliação da capacidade da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, com o intuito de subsidiar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização no exame das peças orçamentárias para o próximo exercício (TC - 008.621/2000).	À CFC
221/2000	27.10.2000	Aviso nº 7.488/2000, de 20.10, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 878, de 2000, bem como dos respectivos relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Araraquara/SP, referente às obras de construção de contornos ferroviários no Corredor Transmetropolitano de Araraquara/SP (TC - 012.234/2000-2).	À CFC

Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
222/2000	9.11.2000	Aviso nº 7.523/2000, de 23.10, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 384, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a Levantamento de Auditoria realizado nas obras do Perímetro de Irrigação Pontal Norte Sul, localizado em Petrolina/PE, sob a responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF (TC 007.565/2000-4).	Anexado ao processado do Aviso nº 215/2000.
223/2000	9.11.2000	Aviso nº 7.555/2000, de 23.10, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 385, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a Levantamento de Auditoria nas obras de adequação de trechos e contornos rodoviários no Corredor Nordeste BR 230-PB – João Pessoa – Campina Grande (TC 008.751/2000-4).	À CFC
224/2000	9.11.2000	Aviso nº 7.587/2000, de 23.10, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 386, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a Auditoria realizada no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI – Departamento Regional do Rio de Janeiro (TC – 575.517/97-2).	À CFC
225/2000	9.11.2000	Aviso nº 7.651/2000, de 23.10, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 383, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a Levantamento de Auditoria nas obras do Perímetro de Irrigação Gorutuba-MG, sob a responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF (TC - 005.503/2000-2).	À CFC
226/2000	9.11.2000	Aviso nº 7.619/2000, de 23.10, do TCU	Encaminha cópia do Acórdão nº 560, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a Auditoria realizada na Fundação Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, abrangendo as áreas de obras e serviços de engenharia, licitações e contratos, atuação dos conselheiros fiscais, pessoal e convênios (TC - 926.183/98-2).	À CFC
227/2000	9.11.2000	Aviso nº 7.756/2000, de 25.10, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 393, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a Levantamento de Auditoria nas obras do Perímetro de Irrigação Pirapora – MG, sob a responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF (TC - 005.394/2000-6).	À CFC
228/2000	9.11.2000	Aviso nº 7.788/2000, de 25.10, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 394, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a Auditoria Operacional realizada nos Projetos de Irrigação do Gorutuba e de Lagoa Grande-MG, obras financiadas com recursos federais na região abrangida pela Sudene (TC - 005.497/2000-3).	À CFC

Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
229/2000	9.11.2000	Aviso nº 7.683/2000, de 24.10, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 358, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a Levantamento de Auditoria na obra de implantação do terminal de tancagem da Petrobrás no Complexo Portuário de Pecém/CE (TC - 008.848/2000-4).	À CFC
230/2000	9.11.2000	Aviso nº 7.715/2000, de 24.10, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 358, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a Levantamento de Auditoria na obra de implantação do terminal de tancagem da Petrobrás no Complexo Portuário de Pecém/CE (TC - 008.848/2000-4).	À CFC
231/2000	9.11.2000	Aviso nº 7.835/2000, de 30.10, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 897, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a Auditoria realizada no Hospital Regional de Garanhuns Dom Moura/Centro Regional de Saúde Elísio Alves Pinto - Garanhuns/PE - (TC - 007.134/2000-6).	À CFC
232/2000	16.11.2000	Aviso nº 7.825/2000, de 30.10, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 891, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referentes ao pedido de reexame de decisão que considerou indevidos os pagamentos efetuados pelo Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão (TRT 16ª Região) das Gratificações Judiciária e Extraordinária instituídas pelo Decreto-Lei nº 2.173, de 1984 e pela Lei nº 7.758, de 1989 (TC - 014.621/97-5).	À CFC
233/2000	16.11.2000	Aviso nº 7.882/2000, de 1º.11, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 365, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referentes a Auditoria realizada na Secretaria de Transportes Aquaviários do Ministério dos Transportes, com o objetivo de avaliar o cumprimento dos objetivos do programa de desestatização do setor portuário (TC – 011.995/2000-1).	À CFC
234/2000	17.11.2000	Aviso nº 7.914/2000, de 6.11, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 918, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à Auditoria realizada no Centro Tecnológico de Informática do Ministério da Saúde, no Rio de Janeiro, no período de 27.03 a 07.04.2000, com o objetivo de avaliar os sistemas de processamento de dados do Departamento de Informática do SUS e seus procedimentos quanto ao controle, eficiência e eficácia, em especial, no tocante à segurança física, segurança lógica, comunicações, controles de qualidade e controles internos (TC 005.230/2000-3).	À CFC
235/2000	17.11.2000	Aviso nº 7.950/2000, de 6.11, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 374, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à Auditoria realizada na Valec – Engenharia, Construções e Ferrovias S/A, relativamente ao trecho da ferrovia Norte-Sul localizado entre as cidades de Imperatriz e Estreito - MA (TC 350.158/98-3).	À CFC

Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
236/2000	17.11.2000	Aviso nº 7.984/2000, de 8.11, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 375, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a Levantamento de Auditoria na obra de construção do Complexo Portuário de Pecém, no Estado do Ceará (TC – 007.484/99-2).	À CFC
237/2000	17.11.2000	Aviso nº 8.018/2000, de 6.11, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 924, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a Representação formulada pelo Deputado Estadual Paulo Rubem Santiago, versando sobre possíveis irregularidades na operação de empréstimo do Governo do Estado de Pernambuco junto à Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobrás (TC - 007.232/99-3).	À CFC
238/2000	17.11.2000	Aviso nº 8.080/2000, de 10.11, do tcu	Encaminha cópia da Decisão nº 950, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à Auditoria realizada na Coordenação-Geral de Recursos Humanos do Ministério dos Transportes, no período de 2 a 26.05.2000, com o objetivo de detectar os fatores e óbices que vêm dificultando a imediata concessão das pensões devidas aos beneficiários de servidores vinculados àquele Ministério (TC - 004.780/2000-8).	À CFC
239/2000	17.11.2000	Aviso nº 8.112/2000, de 10.11, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 951, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à Auditoria realizada nas obras de construção do edifício-sede da Procuradoria-Geral da República, no Distrito Federal, em junho do corrente ano (TC - 007.550/2000-1).	À CFC
240/2000	21.11.2000	Aviso nº 8.144/2000, de 10.11, do TCU	Encaminha cópias da Decisão nº 405 e do Acórdão nº 601, ambos de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que os fundamentam, sobre auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Ponte Branca – MT, abrangendo as áreas de convênios, subvenções, acordos e royalties do petróleo (TC – 425.042/97-9).	À CFC
241/2000	30.11.2000	Aviso nº 8.179/2000, de 16.11, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 388, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada nas obras de restauração da BR-101/ES – trecho Atílio Vivacqua - Divisa ES/RJ e obras de restauração com adequação de capacidade da BR-262/ES – trecho Vitória – Divisa ES/MG, no período de 30/09 a 5/11/99 (TC-015.807/99-1).	À CFC
242/2000	30.11.2000	Aviso nº 8.226/2000, de 17.11, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 424, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada nas obras da Barragem de Santa Cruz, no Município de Apodi/RN (TC nº 006.356/2000-0).	À CFC

Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
243/2000	11.12.2000	Aviso nº 8.273/2000, de 24.11, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 442, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada na obra denominada Adutora Sertão Central Cabugi, no Estado do Rio Grande do Norte, no período de 15 a 31.03.99 (TC 600.298/97-3).	À CFC
244/2000	11.12.2000	Aviso nº 8.330/2000, de 24.11, do TCU	Encaminha cópia do Acórdão nº 293, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente a auditoria realizada junto ao Banco Central do Brasil, no período de 19/01 a 09/03/98, com a finalidade de averiguar a economicidade, eficiência e eficácia dos gastos com publicidade do Governo Federal, e apurar denúncia acerca de irregularidades cometidas por aquela Autarquia (TC 000.526/98-3).	À CFC
245/2000	11.12.2000	Aviso nº 8.362/2000, de 14.11, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 981, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada junto à Agência Nacional do Petróleo, objetivando conhecer a organização, os sistemas, as operações, as atividades e as peculiaridades da ANP, a fim de subsidiar a elaboração e implementação de novas técnicas, procedimentos e papéis de trabalho para a realização de atividades de fiscalização das concessões e autorizações de serviços públicos referentes ao setor de petróleo e gás natural (TC 000.858/2000-4).	À CI e CFC
246/2000	11.12.2000	Aviso nº 8.394/2000, de 24.11, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 982, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a levantamento de auditoria realizado nas obras de pavimentação asfáltica do trecho Itaberai/Itaguari da BR-070/GO, sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER e Departamento de Estradas de Rodagem de Goiás – DER/GO, em atendimento ao art. 79, inciso II, da Lei nº 9.692, de 27.07.98 (TC 325.208/98-0).	À CFC
247/2000	11.12.2000	Aviso nº 1.496/2000, de 30.11, do TCU	Encaminha o Relatório das atividades do TCU, referente ao 3º trimestre de 2000.	À CFC

G.15 – REPRESENTAÇÃO

G.15.1) Art. 71, XI, da Constituição Federal (Sustação de contratos)

Número	Recebimento	Autor	Assunto	Resultado
1/99	Em 17.8.99 (DSF de 18.8.99, pg. 20459.	Presidente do Tribunal de Contas da União	Susta, com fundamento no inciso XI do art. 71 da Constituição Federal, cláusulas dos contratos firmados entre a União, através do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, e as empresas concessionárias Ponte Rio-Niterói S.A., NovaDutra S.A., Cia. Concer, Rio-Teresópolis S.A. e Concepa S.A., por infringência do disposto no art. 150, incisos I e III, alínea “a”, da Constituição, conforme decisão tomada, por unanimidade, em sessão dessa Corte de Contas, realizada em 11.8.99.	Encaminhada à Câmara dos Deputados para iniciar sua tramitação (Of. nº 699/99 (SF), de 17.8.99

G.15.2) Decoro Parlamentar

Número	Recebimento	Autor	Assunto	Resultado
2/99	Em 8.12.99 (DSF de 9.12.99, pg. 34267)	Partidos: PT, PDT, PSB, PPS, PCdoB, PV e PL	Representação apresentada contra o Senador Luiz Estevão, por quebra de decoro parlamentar.	Despachada à Advocacia do SF em 8.12.99. Despachada ao Corregedor do Senado, Senador Romeu Tuma, em 12.1.2000. Despachada ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar em 1.2.2000. Em 21.6.2000, foi lido o Parecer nº 667/2000, do Senador Jefferson Péres, apresentando o PRS nº 66/2000, que decreta a perda do mandato do Senador Luiz Estevão. Em 28.6.2000, foi promulgada a Resolução nº 51, decretando a perda o mandato do Senador Luiz Estevão Processo arquivado em 11.9.2000 e requisitado pela SSCLSF em 27.11.2000

G.16 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

Composição

Presidente: Senador Ramez Tebet¹
Vice-Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca²

Titulares		Suplentes
PMDB		
Casildo Maldaner ³		Marluce Pinto
Ramez Tebet		Gerson Camata
Nabor Júnior		Jader Barbalho ⁴
Ney Suassuna		Renan Calheiros ⁵
Amir Lando		Carlos Bezerra ⁶
PFL		
Geraldo Althoff		José Agripino
Francelino Pereira		Carlos Patrocínio
Paulo Souto		Djalma Bessa
Juvêncio da Fonseca		Freitas Neto
PSDB		
Lúcio Alcântara		Antero Paes de Barros
Osmar Dias		Luzia Toledo ⁷
José Roberto Arruda		Romero Jucá
Bloco Oposição (PT/PDT/PV)		
Lauro Campos		José Eduardo Dutra
Heloísa Helena		Marina Silva ⁸
Jefferson Péres		Roberto Saturnino (PSB)

Eleição realizada em 30.6.99

Senador Romeu Tuma – Corregedor do Senado Federal (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)

Composição ao final da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidente: Senador Ramez Tebet
Vice-Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca

¹ Eleito em 24.11.99, de acordo com a Resolução nº 20/93 (Ata da reunião – DSF nº 187, de 25.11.99, página 31.737).

² Eleito em 24.11.99, de acordo com a Resolução nº 20/93 (Ata da reunião – DSF nº 187, de 25.11.99, página 31.737).

³ Licença para tratar de interesse particular, no período de 18.8 a 16.12.2000 (RQS nº 454/2000).

⁴ Eleito em 26.6.2000, através do OF. GLPMDB Nº 127/2000, de 26.6.2000, do Líder do PMDB (DSF de 27.6.2000, pg. 13783).

⁵ Eleito em 26.6.2000, através do OF. GLPMDB Nº 127/2000, de 26.6.2000, do Líder do PMDB (DSF de 27.6.2000, pg. 13783).

⁶ Eleito em 26.6.2000, através do OF. GLPMDB Nº 127/2000, de 26.6.2000, do Líder do PMDB (DSF de 27.6.2000, pg. 13783).

⁷ De 30.6.1999 a 30.5.2000, esta suplência foi exercida pela Senadora Luzia Toledo. Em 1º.6.2000, retornou o titular do mandato, Senador Ricardo Santos, cuja indicação para integrar o Conselho em substituição à Senadora foi aprovada, em Plenário, em 1º.8.2000.

⁸ Licença para tratamento de saúde, no período de 10.10.2000 a 7.2.2001 (RQS nº 524/2000).

Titulares		Suplentes
PMDB		
Casildo Maldaner ⁹		Marluce Pinto
Ramez Tebet		Gerson Camata
Nabor Júnior		Jader Barbalho
Ney Suassuna		Renan Calheiros
Amir Lando		Carlos Bezerra
PFL		
Geraldo Althoff		José Agripino
Francelino Pereira		Carlos Patrocínio
Paulo Souto		Djalma Bessa
Juvêncio da Fonseca		Freitas Neto
PSDB		
Lúcio Alcântara		Antero Paes de Barros
Osmar Dias		Ricardo Santos
José Roberto Arruda		Romero Jucá
Bloco Oposição (PT/PDT/PV)		
Lauro Campos		José Eduardo Dutra
Heloísa Helena		Marina Silva ¹⁰
Jefferson Péres		Roberto Saturnino (PSB)

Eleição realizada em 30.6.99

Senador Romeu Tuma – Corregedor do Senado Federal (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)

Histórico de 2000

- Em 21.02.2000**, foi lido aviso de convocação do Presidente do Conselho, Senador Ramez Tebet, para a **2ª reunião**, marcada para **23.2.2000**, às 10h, na sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a dar conhecimento de matéria recebida (DSF de 22.2.2000, pg. 3177. Republicada no DSF de 23.2.2000, pg. 3347).
- Em 29.02.2000**, foi lido aviso de convocação do Presidente do Conselho, Senador Ramez Tebet, para a **3ª reunião**, marcada para **1º.3.2000**, às 10h, na sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, para conhecimento e apreciação de relatório sobre processos em andamento no Conselho (DSF de 01.3.2000, pg. 3838).
- Em 30.03.2000**, foi lido aviso de convocação do Presidente do Conselho, Senador Ramez Tebet, para a **4ª reunião**, marcada para **5.4.2000**, às 9h, na sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, para oitiva de testemunhas arroladas pela Defesa nos autos da Representação nº 2/99 (DSF de 31.3.2000, pg. 5726. Republicada no DSF de 1.4.2000, pg. 5820).
- Em 11.04.2000**, fala da Presidência do Senado, exercida pelo Senador Geraldo Melo, comunicando despacho exarado em relação ao encaminhamento a ser dado aos pronunciamentos feitos, na sessão do dia 5.4.2000, pelos Senadores Antonio Carlos Magalhães e Jader Barbalho (DSF de 12.4.2000, pgs. 6915/6916).
- Em 12.04.2000**, foi lido aviso de convocação do Presidente do Conselho, Senador Ramez Tebet, para a **5ª reunião**, marcada para **13.4.2000**, às 9h, na sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a

⁹ Em 15.12.2000, foi lido o Ofício nº 207/00-GSCMAL, de 15.12.2000, comunicando seu retorno ao exercício do mandato a partir do dia 17.12.2000, tendo em vista o término de sua licença.

¹⁰ Licença para tratamento de saúde, no período de 10.10.2000 a 7.2.2001 (RQS nº 524/2000).

apreciar as Denúncias nºs 3 e 4, de 2000, e o Apenso à Denúncia nº 2, de 2000 (DSF de 13.4.2000, pg. nº 7153).

- Em 13.04.2000**, foi lido aviso do Presidente do Conselho, Senador Ramez Tebet, lembrando reunião convocada para o dia **19.4** (*posteriormente cancelada*), às 9h, na sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a continuar a apreciação das Denúncias nº 3 e 4, de 2000, e do Apenso à Denúncia nº 2, de 2000, bem como a tratar de assunto referente a pronunciamentos feitos, na sessão do dia 5.4, pelos Senadores Antonio Carlos Magalhães e Jader Barbalho e documentações apresentadas (DSF de 14.4.2000, pg. 7305. Republicado no DSF de 15.4.2000, pg. 7393).
- Em 17.04.2000**, foi lido aviso de convocação do Presidente do Conselho, Senador Ramez Tebet, para a **6ª reunião**, marcada para **25.4.2000**, às 17h, na sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, com a mesma pauta da Reunião convocada para o dia 19.4.2000, ficando esta cancelada (DSF de 18.4.2000, pg. nº 7537/38. Republicada nos DSF de 19.4.2000, pg. 7621; de 20.4.2000, pg. 7809; e de 25.4.2000, pg. 7875).
- Em 27.04.2000**, foram lidos: **1) Parecer nº 371/2000**, do Senador Ney Suassuna, sobre o Apenso à Denúncia nº 2/2000; voto em separado da Senadora Heloísa Helena; lista de votação do parecer e notas taquigráficas da reunião do dia 25.4.2000; **2) Parecer nº 372/2000**, do Senador Osmar Dias, sobre a Denúncia nº 3/2000; a respectiva lista de votação e notas taquigráficas da reunião do dia 25.4.2000; e **3) Parecer nº 373/2000**, do Senador Osmar Dias, sobre a Denúncia nº 4/2000; a respectiva lista de votação e as notas taquigráficas da reunião do dia 25.4.2000 (DSF de 28.4.2000, pgs. 8112/8195).
- Em 27.04.2000**, foi lido aviso de convocação do Presidente do Conselho, Senador Ramez Tebet, para a **7ª reunião**, marcada para **3.5.2000**, às 17h, na sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a tratar de assunto referente a pronunciamentos feitos na sessão do dia 5.4.2000, pelos Senadores Antonio Carlos Magalhães e Jader Barbalho e documentações apresentadas (DSF de 28.4.2000, pg. 8262. Republicada nos DSF de 29.4.2000, pg. 8379; e de 3.5.2000, pg. 8822).
- Em 03.05.2000**, foi lido o Termo da Reunião do Conselho realizada em 27.4.2000 (DSF de 4.5.2000, pgs. 8956/8987).
- Em 04.05.2000**, foi lido aviso de convocação do Presidente do Conselho, Senador Ramez Tebet, para a **8ª reunião**, marcada para **9.5.2000**, às 9h, na sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à oitiva do Sr. José Marcion da Silva, do Departamento de Polícia Federal, testemunha referida nos autos da Representação nº 2/99 (DSF de 5.5.2000, pg. 9175. Republicada no DSF de 6.5.2000, pg. 9370).
- Em 17.05.2000**, foi lido aviso de convocação do Presidente do Conselho, Senador Ramez Tebet, para a **9ª reunião**, marcada para **31.5.2000**, às 9h, na sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à apresentação do parecer do Senador Jefferson Péres, relator da Representação nº 2/99 (DSF de 18.5.2000, pg. 10120. Republicada nos DSF de 19.5.2000, pg. 10212; de 20.5.2000, pg. 10432; de 23.5.2000, pg. 10558; de 24.5.2000, pg. 10678; de 25.5.2000, pg. 10784; de 26.5.2000, pg. 20914; de 27.5.2000, pg. 10944; de 30.5.2000, pg. 11045; de 31.5.2000, pg. 11166).
- Em 02.06.2000**, foi lido aviso de convocação, pelo Presidente do Conselho, da **10ª reunião** desse Órgão, marcada para **14.6.2000**, às 9h, na sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à apreciação do Parecer do Senador Jefferson Péres, Relator da Representação nº 2/99 (DSF de 3.6.2000 – pg. nº 11531. Republicada nos DSF de 6.06.2000, pg. 11741; de 7.06.2000, pg. 12042; de 8.06.2000, pg. 12216; de 10.6.2000, pg. 12359; de 13.6.2000, pg. 12871; de 14.6.2000, pg. 13031);
- Em 20.6.2000**, foi lido aviso de convocação, pelo Presidente do Conselho, da **11ª reunião** desse Órgão, marcada para o dia **27.6.2000**, às 9h, na sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a ouvir o Senador Luiz Otávio, nos autos da Denúncia nº 1, de 2000, conforme requerido pela Relatora, Senadora Heloísa Helena (DSF de 21.6.2000 – pg. 13431. Republicada nos DSF de 22.6.2000, pg. 13697; 27.6.2000, pg.13798).
- Em 09.10.2000**, foi lido aviso de convocação, pelo Presidente do Conselho, da **12ª reunião** desse Órgão, marcada para **18.10.2000**, às 17h, na sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a ouvir o Senador Luiz Otávio, nos autos da Denúncia nº 1, de 2000 (DSF 10.10.2000, pg. 20142; de 12.10.2000, pg. 20367; de 14.10.2000, pg. 20430; de 17.10.2000, pg. 20537).

Em 31.10.2000, foi lido aviso de convocação, pelo Presidente do Conselho, da **13ª reunião** desse Órgão, marcada para o dia **7.11.2000**, às 17h, na sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a ouvir o Sr. Anderson Rui Fontel de Oliveira, nos autos da Denúncia nº 1, de 2000 (*posteriormente foi incluído o Sr. Francisco Salles Ferreira*), conforme requerido pela Relatora, Senadora Heloísa Helena (DSF de 21.6.2000 – pg. 13431. (DSF de 1.11.2000, pg. 21391; 7.11.2000, pg.21924).

Em 29.11.2000, foi lido aviso de convocação, pelo Presidente do Conselho, da **14ª reunião** desse Órgão, marcada para o dia **6.12.2000** (*realizada efetivamente nos dias 6 e 7.12.2000*), às 17h, na sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a ouvir os Srs. Pedro José Coelho Pinto, Lucimalva Saraiva Barbosa e José Raimundo Farias Cantos, nos autos da Denúncia nº 1, de 2000, conforme requerido pela Relatora, Senadora Heloísa Helena (DSF de 30.11.2000 – pg. 23447. Republicada nos DSF de 1.12.2000, pg. 23666; 2.12.2000, pg. 24125).

Matéria recebida pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

G.16.1) Representação recebida

G.16.1.1) De Sessão Legislativa anterior

Documento	Recebimento no CEDP	Autor	Assunto	Resultado
Representação nº 2/99	Em 1.2.2000	Partidos: PT, PDT, PSB, PPS, PCdoB, PV e PL	Representação apresentada contra o Senador Luiz Estevão, por quebra de decoro parlamentar.	Designado Relator o Senador Jefferson Péres, em despacho do Presidente do CEDP às fls. 272 do processo, em 23.2.2000. Em 14.6.2000, o CEDP aprovou relatório do Senador Jefferson Péres, que tomou o número 667/2000, concluindo pela apresentação do Projeto de Resolução nº 66/2000 (<i>que decreta a perda de mandato do Senador Luiz Estevão</i>), lidos em Plenário em 21.6.2000 (DSF de 22.6.2000, pg. 13486). Em 21.6.2000, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou relatório do Senador Romeu Tuma, que tomou o número 668/2000 (<i>com relação aos aspectos constitucional, legal e jurídico do Parecer nº 667/2000 do CEDP</i>), lido em Plenário em 21.6.2000 (DSF de 22.6.2000, pg. 13535). Em 28.6.2000, em sessão secreta, o Plenário do Senado Federal aprovou o Projeto de Resolução nº 66/2000, promulgado no mesmo dia e transformado na Resolução nº 51/2000, de 28.6.2000. Em consequência, a Presidência decretou a perda de mandato do Senador Luiz Estevão (DSF de 29.6.2000, pgs. 14008 e 14012).

G.16.2) Denúncias recebidas

G.16.2.1) De Sessão Legislativa anterior

Documento	Recebimento no CEDP	Autor	Assunto	Resultado
Denúncia nº 1/99	Em 9.2.2000	Deputado Salomão Afonso de Souza Cruz	Denúncia feita contra o Sr. Waldemar Johanson e o Senador Romero Jucá Filho, por presumida utilização de recursos públicos oriundos da União, via empresa pública Eletronorte/RR (Bovesa), para a prática, em tese, de crime de improbidade administrativa explícita.	<p>Na sessão do dia 1º.3.2000, foi lido o Ofício CEDP nº 6/2000, de 1.3.2000, do Presidente do CEDP, comunicando a aprovação do Parecer nº 140/2000 (CEDP), do Senador Juvêncio da Fonseca (anexo), concluindo pelo não-recebimento da denúncia, por tratar-se de denúncia anônima, bem como pela inconsistência dos fatos narrados, por se sustentarem em prova ilícita, violando o que dispõe o art. 5º, X e XII, da Constituição Federal.</p> <p>A Presidência determinou o arquivamento da matéria (DSF de 2.3.2000, pgs. 3945/3952).</p>

G.16.2.2) Na presente Sessão Legislativa

Documento	Recebimento no CEDP	Autor	Assunto	Resultado
Denúncia nº 1/2000	23.2.2000	Sargento Abílio Teixeira Filho	Denúncia feita contra o Senador Luiz Otávio, por infração ao decoro parlamentar.	<p>Em reunião realizada em 23.2.2000, o CEDP designou a Senadora Heloísa Helena para a Relatoria da Denúncia.</p> <p>A 11ª e a 12ª reuniões, realizadas em 27.6.2000 e 18.10.2000, respectivamente, destinaram-se à oitiva do Senador Luiz Otávio.</p> <p>Tramitando</p>
Denúncia nº 2/2000	23.2.2000	Sargento Abílio Teixeira Filho	Denúncia feita contra os Senadores Teotônio Vilela Filho e Geraldo Lessa, por infração ao decoro parlamentar, com base em matéria publicada no jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 10.2.2000.	<p>Na sessão do dia 1º.3.2000, foi lido o Ofício CEDP nº 5/2000, de 1.3.2000, do Presidente do CEDP, comunicando a aprovação do Parecer nº 139/2000 (CEDP), do Senador Ney Suassuna (anexo), concluindo pela rejeição das alegações e recomendando seu arquivamento por insubsistente.</p> <p>A Presidência determinou o arquivamento da matéria (DSF de 2.3.2000, pgs. 3925/3944 e 3952).</p> <p>Em 27.4.2000, foi lido o Parecer nº 371/2000, do Conselho de Ética, sobre o Apenso à Denúncia nº 2/2000, considerando prejudicada a iniciativa do denunciante por absoluta ausência dos alegados fatos novos que pretendiam dar-lhe consistência formal e de mérito, persistindo as razões que serviram para a rejeição e o arquivamento da denúncia original (DSF de 28.4.2000, pg. 8112)</p>

Denúncia nº 3/2000	15.3.2000	Sargento Abílio Teixeira Filho	Denúncia feita contra o Senador Antonio Carlos Magalhães, por infração ao Código de Ética.	Em 15.3.2000, o Presidente do CEDP designou o Senador Osmar Dias Relator da Denúncia. Em 27.4.2000, foi lido o Parecer nº 372/2000, do Conselho de Ética, que concluiu pelo arquivamento da Denúncia nº 3/2000, tendo em vista que o fato denunciado não constituiu abuso de prerrogativa constitucional assegurada aos membros do Congresso Nacional, não tendo havido, por conseguinte, salvo melhor entendimento, quebra de decoro parlamentar por parte do denunciado.
Denúncia nº 4/2000	22.3.2000	Deputado Estadual Paulo Sérgio Ramos Bar	Denúncia feita contra o Senador Antonio Carlos Magalhães, por infração ao Código de Ética.	Em 22.3.2000, o Presidente do CEDP determinou a remessa dos autos ao Senador Osmar Dias, para relatar. Na reunião de 25.4.2000, foi lido o Parecer nº 373/2000, do CEDP, que concluiu pelo arquivamento da Denúncia nº 4/2000.

G.16.3) Requerimento recebido

Número	Recebimento no CEDP	Autor	Assunto	Resultado
1-RED	7.12.2000	Senadora He-loísa Helena, Líderes e Senadores do PT, PDT, PSB e PPS	Solicita ao CEDP que proceda às diligências e instrução probatória para apuração de denúncias e responsabilidades e conseqüente aplicação das medidas disciplinares cabíveis, trazidas em debates na Sessão do SF de 6.12.2000; bem como que solicite informações ao Ministério Público sobre providências adotadas em relação às denúncias feitas pelos dois Senadores contendores e já encaminhadas a esse Ministério.	Encaminhada, em 12.12.2000, cópia do Requerimento a todos os membros do CEDP, por determinação do Sr. Vice-Presidente do Conselho. Expedido, em 13.12.2000, o Ofício CEDP nº 88/2000 ao Procurador-Geral da República, encaminhando-lhe cópia do Requerimento, atendendo à solicitação contida em seu segundo parágrafo.

G.16.4) Ofícios recebidos

Número	Recebimento no CEDP	Autor	Assunto	Resultado
Ofício nº S/17/2000, datado de 11.4.2000	14.4.2000	1º Vice-Presidente do Senado Federal	Pronunciamentos feitos na sessão de 5.4.2000, pelos Senadores Antonio Carlos Magalhães e Jader Barbalho, encaminhando à Mesa documentos que relacionam.	Em reunião realizada em 3.5.2000, o Conselho decidiu aplicar censura escrita aos Senadores Antonio Carlos Magalhães e Jader Barbalho, com base no art. 9, § 2º, da Resolução nº 20/93-SF (Código de Ética e Decoro Parlamentar); bem como encaminhar os referidos pronunciamentos e documentação anexa ao Ministério Público (DSF de 20.5.2000, pgs. 10433/10455).

Mapa de publicação das atas de reuniões do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar realizadas nas 1ª e 2ª Sessões Legislativas Ordinárias da 51ª Legislatura

Sessão Legislativa	Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
				Número	Data	Página
1ª Ordinária	1ª	Destinada à eleição e posse do Presidente e do Vice-Presidente	24.11.99	187	25.11.99	31737
2ª Ordinária	2ª	Destinada a dar conhecimento de matérias recebidas: Denúncias nºs 1/99, 1 e 2/2000 e Representação nº 2/99.	23.2.2000	030	25.2.2000	3586
2ª Ordinária	3ª	Destinada à leitura e apreciação dos Relatórios dos Senadores Heloísa Helena, Ney Suassuna e Juvêncio da Fonseca sobre as Denúncias nºs 1 e 2/2000 e nº 1/99, respectivamente.	1.3.2000	037	14.3.2000	4271
2ª Ordinária	4ª	Destinada à oitiva das seguintes testemunhas arroladas nos autos da Representação nº 2/99: Francisco Naurides Barros, Dulcília Ramos Calhao e Luiz Cláudio de Brito , servidores do SF.	5.4.2000	056	8.4.2000	6695
2ª Ordinária	5ª	Destinada à apreciação das Denúncias nºs 3 e 4/2000 e o apenso à Denúncia nº 2/2000.	13.4.2000	063	19.4.2000	7622
2ª Ordinária	6ª	Destinada ao prosseguimento da apreciação das Denúncias nº 3 e 4/2000, e do Apenso à Denúncia nº 2/2000, bem como a tratar de assunto referente a pronunciamentos feitos, na sessão do dia 5.4.2000, pelos Senadores Antonio Carlos Magalhães e Jader Barbalho e documentações apresentadas.	25.4.2000	068	28.4.2000	8263
2ª Ordinária	7ª	Destinada à apreciação de assunto referente a pronunciamentos feitos na sessão do dia 5.4.2000, pelos Senadores Antonio Carlos Magalhães e Jader Barbalho e documentações apresentadas	3.5.2000	083	20.5.2000	10433
2ª Ordinária	8ª	Destinada à oitiva do Sr. José Marcion da Silva , do Departamento de Polícia Federal, testemunha referida nos autos da Representação nº 2/99	9.5.2000	083	20.5.2000	10470
2ª Ordinária	9ª	Destinada à apresentação do Relatório do Senador Jefferson Péres, Relator da Representação nº 2/99	31.5.2000	093	3.06.2000	11531

Sessão Legislativa	Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
				Número	Data	Página
2ª Ordinária	10ª	Destinada à apreciação do Relatório do Senador Jefferson Péres, Relator da Representação nº 2/99, apresentado ao CEDP na reunião de 31.5.2000.	14.6.2000	104	22.6.2000	Suplemento
2ª Ordinária	11ª	Destinada à oitiva do Senador Luiz Otávio , conforme requerido pela Relatora, Senadora Heloísa Helena, nos autos da Denúncia nº 1/2000,.	27.6.2000	106	28.6.2000	13938
2ª Ordinária	12ª	Destinada à oitiva do Senador Luiz Otávio , nos autos da Denúncia nº 1/2000.	18.10.2000	168	26.10.2000	21069
2ª Ordinária	13ª	Destinada à oitiva dos Srs. Anderson Rui Fontel de Oliveira e José Ferreira Sales , delegados da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Pará, nos autos da Denúncia nº 1/2000.	7.11.2000	180	15.11.2000	22494
				183	21.11.2000	22689
2ª Ordinária	14ª	Destinada à oitiva do Sr. Pedro José Coelho Pinto , Advogado do Banco do Brasil S/A, lotado na Assessoria Jurídica Regional no Estado do Pará; e dos Srs. Lucimalva Saraiva Barbosa e José Raimundo Farias Canto , ex-Advogados da mesma instituição, atendendo à solicitação, deferida pela Presidência do Conselho, da Exmª Srª Senadora Heloísa Helena, Relatora, nos autos da Denúncia nº 1/2000.	6 e 7.12.2000	198	12.12.2000	24714
				206	30.12.2000	25820

G.17 – CORREGEDORIA DO SENADO FEDERAL

Nos termos da Resolução nº 17, de 17.03.93, do Senado Federal, foram eleitos, na sessão ordinária de 2.4.97, Corregedor e Corregedores Substitutos, os seguintes Senadores:

Romeu Tuma:	(58 votos)	Corregedor
Ramez Tebet:	(58 votos)	1º Corregedor Substituto
(Vago)		2º Corregedor Substituto
Lúcio Alcântara:	(65 votos)	3º Corregedor Substituto

Composição da Corregedoria ao final da Sessão Legislativa:

Romeu Tuma	Corregedor
Ramez Tebet	1º Corregedor Substituto
(Vago)	2º Corregedor Substituto
Lúcio Alcântara	3º Corregedor Substituto

Histórico de matérias recebidas pela Corregedoria

Documento	Origem/Data	Assunto	Resultado
Diversos nº 52/95 (Of. nº 622/95 da Câmara dos Deputados)	Recebido na SGM em 3.4.95	Matéria publicada no Jornal da Semana (Goiânia), de autoria do Jornalista Luiz Carlos Bordonni, sob o título "Congresso dos 600 ladrões".	Tramitando
Sindicância nº 01/98, do Senador José Roberto Arruda	Recebida na SGM em 18.3.98 e, no mesmo dia, encaminhada à Corregedoria	Comunica ao Presidente do Senado Federal o uso indevido do seu nome por terceiros, em processo de abertura de conta-poupança em Posto de Serviço do UNIBANCO S.A .	Tramitando
Sindicância nº 01/99, da Senadora Emília Fernandes e Senador Osmar Dias	Recebida na SGM em 14.4.99 e, no mesmo dia, encaminhada à Corregedoria	Pronunciamento da Senadora Emília Fernandes e do Senador Osmar Dias, dando notícias de atos ilícitos que teriam ocorrido no âmbito do Senado e de notícias veiculadas na Imprensa, referentes à PEC nº 63/95, que tem por objeto a extinção, na Justiça do Trabalho, dos Juízes Classistas.	Tramitando

Ofícios expedidos pela Corregedoria

Número	Destinatário	Assunto	Resultado
007/99-GSRT, de 18.11.99	Dr. Paulo Érico Silva Castelo Branco, Secretário de Segurança Pública do DF	Solicitando o envio das informações existentes na esfera daquele Órgão acerca de investigação sobre a prática, em locais públicos de Brasília, inclusive nas dependências do Senado Federal, de tráfico e uso de drogas proibidas, conforme matéria intitulada "Droga no Coração do Poder" divulgada na edição nº 1.572, de 17.11.99, da revista semanal IstoÉ .	Aguardando resposta
008/99-GSRT, de 18.11.99	Dr. Agílio Monteiro Filho, Diretor do Departamento de Polícia Federal de Brasília	Consultando sobre possíveis ações e providências daquele Órgão diante das informações contidas na matéria intitulada "Droga no Coração do Poder", publicada na edição nº 1.572, de 17.11.99, da revista semanal IstoÉ .	Aguardando resposta

G.18 – PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

G.18.1) Membros designados em 30.6.99

Composição

PMDB

Senadores: Amir Lando, Ramez Tebet e Alberto Silva

PFL

Senadores: Djalma Bessa e Bernardo Cabral

Histórico de matérias recebidas pela Procuradoria Parlamentar

Documento	Origem/Data	Assunto	Resultado
Of. Circular SF/Nº 452/96-SF	do Presidente do SF, em 8.4.96	Submete à apreciação dos membros da Procuradoria matérias veiculadas pela imprensa.	Tramitando
Of. Circular SF/Nº 205/97	do Presidente do SF, em 3.3.97	Submete à apreciação dos membros da Procuradoria matéria veiculada pela imprensa.	Tramitando

G.19 – GRUPOS PARLAMENTARES ¹

G.19.1) BRASIL-ALEMANHA

O Grupo Parlamentar Brasil-Alemanha foi criado a partir da Sociedade Brasileira-Alemã, fundada em 7.12.1960 pelo filósofo e político Professor Dr. Hermann Görge, juntamente com outras personalidades da vida política e diplomática dos dois países. A Ata desse evento foi registrada nos Anais do Congresso Nacional Brasileiro em 19.10.1961. No Brasil, em 30.11.1971, foi constituído o Grupo Parlamentar Teuto-Brasileiro, hoje Grupo Parlamentar Brasil-Alemanha, que se reuniu em setembro de 1991, outubro de 1994 e março de 1999. O Grupo teve como Presidentes, dentre outras personalidades, o parlamentar Pedro Colin, que o dirigiu por 16 anos; e os Deputados Ulysses Guimarães e Nelson Morro.

A Ata de aprovação dos Estatutos e eleição da primeira Comissão Executiva foi publicada no DCN de 1.7.1972, Seção I, pg. 2376. Seu Regimento foi publicado no DCN de 7.7.1992

Em 23.3.1999, realizou-se reunião para eleição da nova Diretoria (Ata publicada no DSF de 25.6.1999, pg. 17182), que ficou assim constituída:

Presidente	- Deputado Werner Wanderer (PFL/PR)
1º Vice-Presidente	- Senador Fernando Bezerra (PMDB/RN)
2º Vice-Presidente	- Deputado Nilson Pinto (PSDB/PA)
1º Secretário	- Deputado Aroldo Cedraz ((PFL/BA)
2º Secretário	- Deputado Hugo Biehl (PPB/SC)

G.19.2) BRASIL-ROMÊNIA

O Grupo foi criado pela Resolução nº 67, de 7.6.1994, da Câmara dos Deputados, por iniciativa do então Deputado Mauro Miranda, publicada no DCN de 23.9.1995, pg. 16477. Sua Ata de Fundação foi publicada no DCN de 23.09.1995, Seção II, pgs. 16476/16477. Em 01.03.2000, realizou-se reunião para eleição da nova Diretoria, que ficou assim constituída:

Presidente	- Senador Moreira Mendes
1º Vice-Presidente	- Deputado Werner Wanderer
2º Vice-Presidente	- Senador Mauro Miranda
Secretário	- Deputado Átila Lins
Tesoureiro	- Deputado Pedro Valadares

Histórico de 2000

Em 02.06.2000, foi lido, no Plenário do Senado Federal, o OF. GSMM nº 316/2000, de 23.5.2000, do Senador Moreira Mendes, comunicando a sua eleição para a presidência do Grupo Parlamentar Brasil-Romênia e a constituição da sua nova Diretoria (DSF de 3.6.2000, pg. 11527).

¹ Embora sejam grupos parlamentares mistos, os registros constantes dos respectivos históricos referem-se apenas às atividades dos Srs. Senadores ao longo da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura.

G.19.3) BRASIL-MÉXICO

Em 12.4.2000, realizou-se reunião para eleição da Comissão Executiva do Grupo Parlamentar, ano 2000, bem como para discussão e votação do Estatuto (Ata da Assembléia-Geral publicada no DSF de 28.4.2000, pg. 8295). Após a aprovação do Estatuto, o Grupo passou a deliberar a respeito da escolha dos membros da Comissão Executiva, que ficou assim constituída:

Presidente de Honra	-	Senador José Sarney
Presidente	-	Senador Bello Parga
1º Vice-Presidente	-	Deputado Marcelo Barbieri
Secretária-Geral	-	Deputada Maria Elvira
1º Secretário	-	Senador Luiz Otávio
Tesoureiro	-	Senador Gerson Camata
Secretário Executivo	-	Sr. João Roberto Pereira de Baère

Demais membros: Senadores Jorge Bornhausen, Edison Lobão e Bernardo Cabral e Deputados Yeda Crusius e José Lourenço

Histórico de 2000

Em 15 e 16.5.2000, o Senador **José Sarney**, na condição de Presidente de Honra do Grupo Parlamentar Brasil-México; bem como o Senador **José Fogaça** participaram, a convite da Presidente da Mesa Diretora e da Junta de Coordenação Política do Senado Federal mexicano, Senadora Maria de los Angeles Moreno Uriega, de reunião com Parlamentares desse país, na Cidade do México, destinada a formalizar laços de amizade e compartilhar idéias e preocupações comuns em torno do desenvolvimento da América Latina (Documentos anexos aos RQM nºs 206 e 217/2000, respectivamente dos Senadores José Sarney e José Fogaça).

G.19.4) BRASIL-REINO UNIDO

Criado através da Resolução nº 3, de 1995, da Câmara dos Deputados, publicada no DCD de 15.12.95, pg. 9470, coluna 1.

Histórico de 2000

Em 01 a 09.06.2000, o Senador **José Roberto Arruda** participou de encontro com membros do Parlamento britânico e instituições acadêmicas, realizado em Londres, Inglaterra, no âmbito do programa "Diálogo Brasil - Reino Unido", desenvolvido pela Embaixada do Brasil, pelo Grupo Parlamentar Reino Unido-América Latina, sob a coordenação do Presidente da Representação britânica do Grupo Parlamentar Reino Unido-Brasil (Documentos anexos ao RQM nº 246/2000, do Senador José Roberto Arruda).

G.19.5) PARLAMENTO AMAZÔNICO

Histórico de 2000

Em 26.05.2000, o Senador **Mozarildo Cavalcanti** participou, como palestrante, de evento promovido pelo Parlamento Amazônico, em Belém, Pará (RQM nº 264/2000 do Senador Mozarildo Cavalcanti).

G.19.6) PARLAMENTO LATINO-AMERICANO (GRUPO BRASILEIRO)

O Parlamento Latino-Americano foi fundado em Lima, Peru, em 10 de dezembro de 1964, por iniciativa de parlamentares de países da região, dentre eles, os Senadores Nelson Carneiro, do Brasil, e Andrés Townsend, do Peru. Seu Tratado de Institucionalização foi assinado também em Lima, em 16.11.1987, por 18 países da América Latina, incluindo o Brasil. Hoje são 22 países participantes. O texto do Tratado foi aprovado no Senado Federal, por meio do Decreto Legislativo nº 6, de 21.3.1988.

O Parlatino tem sua sede em São Paulo, inaugurada em julho de 1993. Participam do Parlamento os Congressos ou Assembléias Legislativas nacionais dos Estados-Membros democraticamente constituídos, representados por delegações pluralmente constituídas. São órgãos do Parlamento a Assembléia (seu órgão supremo), a Junta Diretora, as Comissões Permanentes e a Secretaria-Geral. Representam o Brasil na Junta Diretora a Deputada Laura Carneiro e o Deputado Ney Lopes. Participam das Comissões Permanentes os seguintes Parlamentares: Senador Artur da Távola, como Presidente da Comissão de Assuntos Culturais, Educação, Ciência e Tecnologia; Deputado Carlos Mosconi, como Vice-Presidente da Comissão de Saúde; Deputado Almino Affonso, como Presidente da Comissão de Assuntos Trabalhistas e Previdenciários; e o Senador Roberto Freire, como membro da Comissão de Dívida Social.

O Parlamento Latino-Americano tem como meta central a constituição da Comunidade Latino-Americana de Nações (CLAN). Desde 1974, já realizou 13 Conferências Interparlamentares, sendo que a última foi em Caracas, em maio de 1997. É membro da União Interparlamentar e observador da Organização das Nações Unidas e da UNCTAD – Comissão das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento.

Presidente do Parlamento Latino-Americano: Deputado Juan Adolfo Singer

Comissão Diretora do Grupo Brasileiro:

Presidente	-	Deputada Laura Carneiro
1º Vice-Presidente	-	Deputado Bonifácio de Andrada
2º Vice-Presidente	-	Deputado Paulo Delgado
3º Vice-Presidente	-	Senador Carlos Wilson
1º Secretário	-	Senador Hugo Napoleão
2º Secretário	-	Deputada Yeda Crusius
1º Tesoureiro	-	Senador José Fogaça
2º Tesoureiro	-	Senadora Emília Fernandes

Histórico de 2000

Em 15 a 18.3.2000, o Senador **Artur da Távola**, na condição de Presidente da Comissão de Assuntos Culturais, Educação, Ciência e Tecnologia do Parlamento Latino-Americano, participou, a convite da Presidente do Grupo Brasileiro, Deputada Laura Carneiro, de reunião dos Presidentes e Vice-Presidentes de comissões do referido Parlamento, bem como de sua XVIII Assembléia Ordinária, realizada na cidade de São Paulo, SP (Documentos anexos ao RQM nº 80/2000, do Senador Artur da Távola).

Em 22 a 26.05.2000, o Senador **Artur da Távola**, na condição de Presidente da Comissão de Assuntos Culturais, Educação, Ciência e Tecnologia do Parlamento Latino-Americano; bem como o Senador **Roberto Freire**, como membro da Comissão da Dívida Social, participaram, a convite da Presidente do Grupo Brasileiro do referido Parlamento, Deputada Laura Carneiro, do Seminário “La Educación Rural em el Tercer Milenio: Desafios y Proyecciones”, realizado na cidade de Chillán, Chile, bem como de reuniões das referidas

Comissões (Documentos anexos aos RQM nºs 230 e 231/2000, respectivamente dos Senadores Roberto Freire e Artur da Távola).

Em 06.06.2000, o Senador **Artur da Távola**, na condição de Presidente da Comissão de Assuntos Culturais, Educação, Ciência e Tecnologia, do Parlamento Latino-Americano, participou de reunião realizada na cidade de São Paulo, SP (RQM nº 255/2000, do Senador Artur da Távola).

Em 13 a 15.06.2000, os Senadores **Carlos Patrocínio** e **José Fogaça** participaram, a convite da Presidente do Grupo Brasileiro do Parlamento Latino-Americano, Deputada Laura Carneiro, de reunião da Comissão de Energia e Minas do referido Parlamento, realizada na cidade de Havana, Cuba (Documentos anexos aos RQM nºs 262 e 256/2000, dos Senadores Carlos Patrocínio e José Fogaça).

Em 21.6.2000, foi lido o Parecer nº 677/2000 (Relator: Senador Carlos Wilson), pelo qual a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprova integralmente a Ata Final da XIII Conferência Interparlamentar União Européia/América Latina, realizada na cidade de Caracas – Venezuela, no período de 19 a 22 de maio de 1997, encaminhada pelo Secretário Executivo do Parlamento Latino-Americano ao Senado Federal, onde tramitou como **Diversos nº 37, de 1997** (DSF de 22.6.2000, pgs. 13571/13578).

G.19.7) UNIÃO INTERPARLAMENTAR (GRUPO BRASILEIRO)

A União Parlamentar foi fundada em 1889, por iniciativa de Sir William Randal Cremer, da Inglaterra, e de Frédéric Bassy, da França, que realizaram sua primeira Conferência Interparlamentar em Paris, com a presença de nove países. Hoje ela está sediada em Genebra e conta com 138 países-membros.

O Grupo Brasileiro foi fundado em 25 de outubro de 1954 e reconhecido como Serviço de Cooperação Interparlamentar, no Senado Federal, pela Resolução nº 9, de 6 de junho de 1955 (publicada no DCN de 7/6/55); e na Câmara dos Deputados, pela Resolução nº 28, de 22 de junho de 1955 (publicada no DCN de 7/6/55).

O Grupo realizou sua última sessão plenária em 2 de fevereiro de 1999, quando elegeu sua Comissão Deliberativa para o período 1999/2002 (Ata publicada no DSF de 24.2.99, pg. 3515), que, por sua vez, elegeu sua Comissão Diretora para o biênio 1999/2000 (Ata publicada no DSF de 24.2.99, pg. 3516), que ficou assim constituída:

Presidente	-	Deputado Leur Lomanto
1º Vice-Presidente	-	Senador José Jorge
2º Vice-Presidente		Senador Geraldo Melo
Secretário	-	Deputado Jaques Wagner
Tesoureiro	-	Senador Carlos Wilson
Conselho Interparlamentar	-	Deputados Aécio Neves e Henrique Eduardo Alves

Histórico de 2000

Em 30.4 a 6.5.2000, os Senadores **José Jorge** e **Artur da Távola** participaram, a convite do Presidente do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, Deputado Leur Lomanto, da 103ª Conferência Interparlamentar, realizada em Amã, Jordânia (Documentos anexos ao RQM nº 163/2000, do Senador José Jorge).

Em 06 a 08.06.2000, o Senador **Jorge Bornhausen** participou, representando o Senado Federal, por designação do Presidente do SF, de reunião de dirigentes de Parlamentos, realizada nos EUA, na sede da ONU, como preparação para sua Assembléia-Geral (Documento anexo ao RQM nº 252/2000, do Senador Jorge Bornhausen).

G.19.8) BRASIL–CANADÁ

Criado através da Resolução nº 31, de 1993, da Câmara dos Deputados, publicada no DCN de 13.3.1993, Seção I.

Histórico de 2000

Em 13.12.2000, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal aprovou o Diversos nº 39/1999, do Presidente do Senado (House os Commons) do Canadá, que *comunica a formação do Grupo Parlamentar Canadá-Brasil e encaminha os nomes dos componentes tanto do Senado como da House of Commons*, tendo como relator o Senador Artur da Távola

G.20 – PROPOSIÇÕES SANCIONADAS/PROMULGADAS DE 1985 A 2000

Ano	Projetos de Lei de iniciativa do			MPs aprovadas ou convertidas	Total	PECs
	Presidente da República	Legislativo	Judiciário			
1985	71	64	12	-	147	-
1986	75	40	7	-	122	-
1987	48	8	6	-	62	-
1988	40	16	1	-	57	-
1989	33	35	32	28	128	-
1990	30	21	5	34	90	-
1991	71	19	27	13	130	-
1992	37	22	34	5	98	2
1993	72	38	11	10	131	2
1994	32	44	8	30	114	6
1995	39	61	10	40	150	5
1996	39	35	3	14	91	6
1997	30	25	1	31	87	2
1998	32	27	10	33	102	3

Ano	Projetos de Lei de iniciativa:						MPs aprovadas ou convertidas	Total	PECs		
	Do Pres. da República	do Legislativo		Do MPU ¹	Do Judiciário	Popular			SF	CD	Pres. da República
		SF	CD								
1999	20	4	27	-	2	-	34	87	2	-	2
2000	33	10	18	3	3	-	18	85	4	2	1

OBS.: O levantamento feito até 2000, inclusive, não considerou as leis oriundas de Projetos de Lei do Congresso Nacional (PLN), que tratam de créditos suplementares e especiais.

¹ Ministério Público da União.

**III - O CONGRESSO NACIONAL
EM REUNIÃO CONJUNTA DE SUAS CASAS,
NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 51ª LEGISLATURA**

A – SESSÕES REALIZADAS

Realizaram-se 20 sessões conjuntas, sendo 14 para tratar de matéria legislativa e 6 solenes, e 1 reunião.

As sessões solenes foram as seguintes:

Data	Finalidade
15-2-2000	Destinada à instalação dos trabalhos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura. (realizada no Plenário do Senado Federal)
15-3-2000	Destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher. (realizada no Plenário da Câmara dos Deputados)
21-3-2000	Destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 27, de 2000. (realizada no Plenário do Senado Federal)
12-5-2000	Destinada a homenagear o Excelentíssimo Senhor Carlo Azeglio Ciamp, Presidente da República Italiana. (realizada no Plenário do Senado Federal)
25-5-2000	Destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 28, de 2000. (realizada no Plenário do Senado Federal)
13-9-2000	Destinada à promulgação das Emendas Constitucionais nºs 29 e 30, de 2000. (realizada no Plenário do Senado Federal)
14-12-2000	Destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 31, de 2000. (realizada no Plenário da Câmara dos Deputados – promulgada na 1ª parte da Sessão Conjunta)

B – PARTICIPAÇÃO DOS CONGRESSISTAS NA DIREÇÃO DOS TRABALHOS

Senadores	Presidência	Secretaria
Ademir Andrade	1	-
Antonio Carlos Magalhães	17	-
Carlos Patrocínio	3	10
Eduardo Suplicy	1	1
Emilia Fernandes	1	-
Marluce Pinto	1	-
Nabor Júnior	-	1
Romeu Tuma	-	1

Deputados	Presidência	Secretaria
Gustavo Früet	1	1
Esther Grossi	1	-
Heráclito Fortes	9	-
Iara Bernardi	1	-
Jandira Feghali	1	-
Marcus Vicente	-	1
Maria Elvira	1	-
Mauro Benevides	-	1
Nelson Marchezan	-	1
Ubiratan Aguiar	2	1

C – MATÉRIA LEGISLATIVA

1) PROJETO DE LEI (PLN)

Total de Projetos de Lei.....	141
- de Sessões Legislativas anteriores.....	002
- da presente Sessão Legislativa	139
- aprovados e sancionados.....	138
- em tramitação.....	003
- Pareceres numerados proferidos pela Comissão Mista e publicados no Diário do Congresso Nacional e Diário do Senado Federal.....	094
- Pareceres orais proferidos em plenário, em substituição à Comissão, Mista e publicado no Diário do Congresso Nacional.....	044

a) De Sessão Legislativa anterior

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
19/99-CN	839/99-CN (nº 1.265/99, na origem)	Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2000/2003.	Parecer nº 14/2000-CN (DCN 6-6-2000) Parecer nº 17/2000-CN – Redação Final (DCN 16-6-2000) Relator: Dep. Renato Vianna. Transformado na Lei nº 9.989, de 21-7-2000 (DO 24-7-2000)
20/99-CN	840/99-CN (nº 1.264/99, na origem)	Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2000.	Parecer nº 7/2000-CN (DSF 1º-4-2000) Parecer nº 8/2000-CN – Redação Final (Supl. ao DCN nº 12 de 13-4- 2000) Relator: Dep. Carlos Melles. Transformado na Lei nº 9.969, de 11-5-2000 (DO 12-5-2000)

b) Da presente Sessão Legislativa

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1/2000-CN	350/2000-CN (nº 500/2000, na origem)	Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da lei orçamentária para o exercício de 2001 e dá outras providências.	Parecer nº 19/2000-CN (DCN 29-6-2000) Parecer nº 20/2000-CN – Redação Final (Supl. ao DCN nº 28 de 29-6- 2000) Relator: Dep. Sérgio Guerra. Transformado na Lei nº 9.995, de 25-7-2000 (DO 26-7-2000)
2/2000-CN	498/2000-CN (nº 782/2000, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir créditos suplementares, no exercício de 2000, para reforço de dotações orçamentárias constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União.	Em tramitação
3/2000-CN	515/2000-CN (nº 796/2000, na origem)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor de R\$ 30.400.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.	Parecer nº 31/2000-CN (DCN 29-6-2000) Relator: Dep. João Leão. Transformado na Lei nº 9.977, de 5-7-2000 (DO 6-7-2000)
4/2000-CN	516/2000-CN (nº 802/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Meio Ambiente, crédito especial no valor de R\$ 69.600.000,00, para os fins que especifica.	Parecer Oral (DCN 29-6-2000) Relator: Sen. Tião Viana. Transformado na Lei nº 9.978, de 5-7-2000 (DO 6-7-2000)
5/2000-CN	555/2000-CN (nº 881/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, crédito suplementar no valor de R\$ 155.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento	Parecer Oral (DCN 29-6-2000) Relator: Sen. Edison Lobão. Transformado na Lei nº 9.979, de 5-7-2000 (DO 6-7-2000)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
6/2000-CN	566/2000-CN (nº 884/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Esporte e Turismo e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor global de R\$ 27.278.921,00, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente.	Parecer Oral (DCN 29-6-2000) Relator: Dep. Santos Filho. Transformado na Lei nº 9.980, de 5-7-2000 (DO 6-7-2000)
7/2000-CN	683/2000-CN (nº 957/2000, na origem)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$ 59.584.852,00, para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente.	Parecer nº 34/2000-CN (DCN 14-9-2000) Relator: Sen. Mozarildo Cavalcanti. Transformado na Lei nº 10.003, de 20-9-2000 (DO 21-9-2000)
8/2000-CN	690/2000-CN (nº 1.092/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito especial no valor de R\$ 135.100.000,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 35/2000-CN (DCN 14-9-2000) Relator: Dep. Roberto Balestra. Transformado na Lei nº 10.004, de 20-9-2000 (DO 21-9-2000)
9/2000-CN	691/2000-CN (nº 1.096/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$ 220.800.000,00, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente.	Parecer nº 36/2000-CN (DCN 14-9-2000) Relator: Sen. Moreira Mendes. Transformado na Lei nº 10.005, de 20-9-2000 (DO 21-9-2000)
10/2000-CN	693/2000-CN (nº 1.095/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$ 72.790.000,00, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente.	Parecer nº 37/2000-CN (DCN 14-9-2000) Relator: Dep. Alberto Goldman. Transformado na Lei nº 10.006, de 20-9-2000 (DO 21-9-2000)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
11/2000-CN	694/2000-CN (nº 1.106/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de R\$ 149.732.606,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.	Parecer nº 38/2000-CN (DCN 14-9-2000) Relator: Dep. Nécio Rodrigues. Transformado na Lei nº 10.007, de 20-9-2000 (DO 21-9-2000)
12/2000-CN	716/2000-CN (nº 1.140/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito suplementar no valor de R\$ 203.303.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.	Parecer Oral (DCN 14-9-2000) Relator: Dep. Laura Carneiro. Transformado na Lei nº 10.008, de 20-9-2000 (DO 21-9-2000)
13/2000-CN	717/2000-CN (nº 1.141/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito especial no valor de R\$ 33.497.000,00, para os fins que especifica.	Parecer Oral (DCN 14-9-2000) Relator: Dep. Laura Carneiro. Transformado na Lei nº 10.009, de 20-9-2000 (DO 21-9-2000)
14/2000-CN	718/2000-CN (nº 1.142/2000, na origem)	Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$ 25.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.	Parecer Oral (DCN 14-9-2000) Relator: Dep. Laura Carneiro. Transformado na Lei nº 10.010, de 20-9-2000 (DO 21-9-2000)
15/2000-CN	750/2000-CN (nº 1.171/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Cultura, crédito especial no valor de R\$ 7.516.800,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 39/2000-CN (DCN 14-9-2000) Relator: Dep. Gilmar Machado. Transformado na Lei nº 10.011, de 20-9-2000 (DO 21-9-2000)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
16/2000-CN	789/2000-CN (nº 1.222/2000, na origem) 1.006/2000-CN (nº 1.564/2000, na origem) – encaminhando alterações ao PLN 16/2000-CN.	Altera programas e ações do Plano Plurianual para o período de 2000/2003.	Em tramitação
17/2000-CN	790/2000-CN (nº 1.224/2000, na origem) 821/2000-CN (nº 1.279/2000, na origem) – encaminhando os demonstrativos contendo informações complementares ao PLN 17/2000-CN.	Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2001.	Em tramitação
18/2000-CN	792/2000-CN (nº 1.237/2000, na origem)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos dos Poderes Executivo e Judiciário, crédito suplementar no valor global de R\$ 1.889.768.471,00, para reforço de dotações consignadas nos orçamentos vigentes.	Parecer Oral (DCN 14-9-2000) Relator: Dep. Laura Carneiro. Transformado na Lei nº 10.012, de 20-9-2000 (DO 21-9-2000)
19/2000-CN	793/2000-CN (nº 1.238/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de R\$ 1.232.728.000,00, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.	Parecer Oral (DCN 14-9-2000) Relator: Dep. Laura Carneiro. Transformado na Lei nº 10.013, de 20-9-2000 (DO 21-9-2000)
20/2000-CN	794/2000-CN (nº 1.239/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito suplementar no valor de R\$ 150.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.	Parecer Oral (DCN 14-9-2000) Relator: Dep. Laura Carneiro. Transformado na Lei nº 10.014, de 20-9-2000 (DO 21-9-2000)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
21/2000-CN	795/2000-CN (nº 1.240/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República e do Ministério da Justiça crédito suplementar no valor global de R\$ 40.544.936,00, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente.	Parecer Oral (DCN 14-9-2000) Relator: Dep. Laura Carneiro. Transformado na Lei nº 10.015, de 20-9-2000 (DO 21-9-2000)
22/2000-CN	796/2000-CN (nº 1.241/2000, na origem)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República, crédito suplementar no valor de R\$ 30.051.411,00, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente.	Parecer Oral (DCN 14-9-2000) Relator: Dep. Laura Carneiro. Transformado na Lei nº 10.016, de 20-9-2000 (DO 21-9-2000)
23/2000-CN	797/2000-CN (nº 1.242/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Senado Federal, crédito suplementar no valor de R\$ 3.560.797,00, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente.	Parecer Oral (DCN 14-9-2000) Relator: Dep. Laura Carneiro. Transformado na Lei nº 10.017, de 20-9-2000 (DO 21-9-2000)
24/2000-CN	799/2000-CN (nº 1.255/2000, na origem)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Tribunal de Contas da União, crédito suplementar no valor de R\$ 3.970.000,00, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente.	Parecer nº 50/2000-CN (DCN 20-10-2000) Relator: Dep. Pedro Celso. Transformado na Lei nº 10.036, de 26-10-2000 (DO 27-10-2000)
25/2000-CN	800/2000-CN (nº 1.256/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$ 25.139.872,00, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente.	Parecer Oral (DCN 14-9-2000) Relator: Dep. Laura Carneiro. Transformado na Lei nº 10.018, de 20-9-2000 (DO 21-9-2000)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
26/2000-CN	801/2000-CN (nº 1.257/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Relações Exteriores, crédito suplementar no valor de R\$ 52.200.000,00, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente.	Parecer Oral (DCN 14-9-2000) Relator: Dep. Laura Carneiro. Transformado na Lei nº 10.019, de 20-9-2000 (DO 21-9-2000)
27/2000-CN	802/2000-CN (nº 1.258/2000, na origem)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R\$ 154.423.995,00, para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente.	Parecer Oral (DCN 14-9-2000) Relator: Dep. Laura Carneiro. Transformado na Lei nº 10.020, de 20-9-2000 (DO 21-9-2000)
28/2000-CN	803/2000-CN (nº 1.259/2000, na origem)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Judiciário, crédito suplementar no valor global de R\$ 13.439.278,00, para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos.	Parecer nº 42/2000-CN (DCN 20-10-2000) Relator: Dep. João Fassarella. Transformado na Lei nº 10.037, de 26-10-2000 (DO 27-10-2000)
29/2000-CN	804/2000-CN (nº 1.260/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e da Justiça Eleitoral, crédito especial no valor global de R\$ 2.535.566,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 43/2000-CN (DSF 24-10-2000) Relator: Dep. João Caldas. Transformado na Lei nº 10.076, de 18-12-2000 (DO 19-12-2000)
30/2000-CN	805/2000-CN (nº 1.261/2000, na origem)	Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência e Assistência Social, crédito suplementar no valor de R\$ 59.418.078,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.	Parecer Oral (DCN 14-9-2000) Relator: Dep. Laura Carneiro. Transformado na Lei nº 10.021, de 20-9-2000 (DO 21-9-2000)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
31/2000-CN	806/2000-CN (nº 1.262/2000, na origem)	Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência e Assistência Social, crédito especial no valor de R\$ 56.081.922,00, para os fins que especifica.	Parecer Oral (DCN 14-9-2000) Relator: Dep. Laura Carneiro. Transformado na Lei nº 10.022, de 20-9-2000 (DO 21-9-2000)
32/2000-CN	807/2000-CN (nº 1.263/2000, na origem)	Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$ 138.250.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.	Parecer Oral (DCN 14-9-2000) Relator: Dep. Laura Carneiro. Transformado na Lei nº 10.023, de 20-9-2000 (DO 21-9-2000)
33/2000-CN	808/2000-CN (nº 1.264/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor de R\$ 146.158.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento, e dá outras providências.	Parecer Oral (DCN 14-9-2000) Relator: Dep. Laura Carneiro. Transformado na Lei nº 10.024, de 20-9-2000 (DO 21-9-2000)
34/2000-CN	809/2000-CN (nº 1.265/2000, na origem)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Câmara dos Deputados, da Presidência da República e do Ministério da Justiça crédito especial no valor de R\$ 2.720.000,00, para os fins que especifica.	Parecer Oral (DCN 14-9-2000) Relator: Dep. Laura Carneiro. Transformado na Lei nº 10.025, de 20-9-2000 (DO 21-9-2000)
35/2000-CN	813/2000-CN (nº 1.267/2000, na origem)	Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Senado Federal, crédito especial no valor de R\$ 2.000.000,00, para os fins que especifica.	Parecer Oral (DCN 14-9-2000) Relator: Dep. Laura Carneiro. Transformado na Lei nº 10.026, de 20-9-2000 (DO 21-9-2000)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
36/2000-CN	814/2000-CN (nº 1.266/2000, na origem)	Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$ 31.594.269,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.	Parecer Oral (DCN 14-9-2000) Relator: Dep. Laura Carneiro. Transformado na Lei nº 10.027, de 20-9-2000 (DO 21-9-2000)
37/2000-CN	818/2000-CN (nº 1.271/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Cultura, crédito suplementar no valor de R\$ 17.078.618,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.	Parecer nº 44/2000-CN (DCN 20-10-2000) Relator: Sen. Tião Viana. Transformado na Lei nº 10.049, de 8-11-2000 (DO 9-11-2000) De acordo com o Parecer nº 44/2000-CN o PLN nº 37, foi desmembrado em 37 e 37-A
37-A/2000-CN	818/2000-CN (nº 1.271/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Cultura, crédito especial no valor de R\$ 1.135.000,00, para os fins que especifica.	Apresentado como conclusão do Parecer nº 44/2000-CN, oferecido ao PLN nº 37/2000. Parecer nº 44/2000-CN (DCN 20-10-2000) Relator: Sen. Tião Viana. Transformado na Lei nº 10.047, de 7-11-2000 (DO 8-11-2000)
38/2000-CN	820/2000-CN (nº 1.273/2000, na origem)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação, de Minas e Energia, da Previdência e Assistência Social e da Integração Nacional, crédito especial no valor global de R\$ 296.909.000,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 46/2000-CN (DCN 20-10-2000) Relator: Dep. Gilmar Machado. Transformado na Lei nº 10.046, de 27-10-2000 (DO 30-10-2000)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
39/2000-CN	902/2000-CN (nº 1.405/2000, na origem)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 123.905.583,00, para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente.	Parecer nº 55/2000-CN (DCN 20-10-2000) Relator: Dep. Paulo Kabayashi. Transformado na Lei nº 10.051, de 14-11-2000 (DO 16-11-2000)
40/2000-CN	903/2000-CN (nº 1.406/2000, na origem)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de R\$ 320.576,00, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente.	Parecer Oral (DCN 20-10-2000) Relator: Dep. Ricardo Barros. Transformado na Lei nº 10.038, de 26-10-2000 (DO 27-10-2000)
41/2000-CN	904/2000-CN (nº 1.407/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, crédito suplementar no valor de R\$ 5.750.000,00, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente.	Parecer Oral (DCN 20-10-2000) Relator: Dep. Giovanni Queiroz. Transformado na Lei nº 10.039, de 26-10-2000 (DO 27-10-2000)
42/2000-CN	905/2000-CN (nº 1.408/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Esporte e Turismo, crédito suplementar no valor de R\$ 769.591,00, para reforço de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente.	Parecer nº 45/2000-CN (DCN 20-10-2000) Relator: Dep. Domiciano Cabral. Transformado na Lei nº 10.040, de 26-10-2000 (DO 27-10-2000)
43/2000-CN	906/2000-CN (nº 1.409/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, crédito suplementar no valor de R\$ 73.926.000,00, em favor do Ministério da Fazenda, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.	Parecer nº 47/2000-CN (DCN 20-10-2000) Relator: Dep. Roberto Balestra. Transformado na Lei nº 10.041, de 26-10-2000 (DO 27-10-2000)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
44/2000-CN	907/2000-CN (nº 1.415/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor de R\$ 31.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.	Parecer Oral (DCN 20-10-2000) Relator: Sen. Ramez Tebet. Transformado na Lei nº 10.042, de 26-10-2000 (DO 27-10-2000)
45/2000-CN	909/2000-CN (nº 1.424/2000, na origem)	Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$ 146.160.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.	Parecer Oral (DCN 20-10-2000) Relator: Dep. Ricardo Barros. Transformado na Lei nº 10.043, de 26-10-2000 (DO 27-10-2000)
46/2000-CN	914/2000-CN (nº 1.432/2000, na origem)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$ 8.816.931,00, para reforço de dotações consignadas nos orçamentos vigentes.	Parecer nº 64/2000-CN (DSF 30-11-2000) Relator: Dep. Luciano Castro. Transformado na Lei nº 10.102, de 21-12-2000 (DO 22-12-2000)
47/2000-CN	915/2000-CN (nº 1.433/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Meio Ambiente, crédito especial no valor de R\$ 110.000,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 65/2000-CN (DSF 30-11-2000) Relator: Dep. César Bandeira. Transformado na Lei nº 10.103, de 21-12-2000 (DO 22-12-2000)
48/2000-CN	916/2000-CN (nº 1.434/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de R\$ 333.520.400,00, para reforçar dotações consignadas no vigente orçamento.	Parecer nº 66/2000-CN (DSF 02-12-2000) Relator: Sen. Juvêncio da Fonseca. Transformado na Lei nº 10.104, de 21-12-2000 (DO 22-12-2000)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
49/2000-CN	917/2000-CN (nº 1.435/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$ 15.310.935,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 94/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Dep. Paulo Mourão. Transformado na Lei nº 10.151, de 22-12-2000 (DO 23-12-2000 – Ed. Extra)
50/2000-CN	918/2000-CN (nº 1.436/2000, na origem)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de R\$ 302.704.604,00, para reforçar dotações constantes dos orçamentos vigentes.	Parecer nº 67/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Dep. Anivaldo Valle. Transformado na Lei nº 10.105, de 21-12-2000 (DO 22-12-2000)
51/2000-CN	919/2000-CN (nº 1.445/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito suplementar no valor de R\$ 273.478.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.	Parecer nº 68/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Dep. Almir de Sá. Transformado na Lei nº 10.106, de 21-12-2000 (DO 22-12-2000)
52/2000-CN	920/2000-CN (nº 1.451/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor de R\$ 7.133.141,00, para reforço de dotação consignada no vigente orçamento.	Parecer Oral (DCN 20-10-2000) Relator: Dep. Ricardo Barros. Transformado na Lei nº 10.044, de 26-10-2000 (DO 27-10-2000)
53/2000-CN	921/2000-CN (nº 1.452/2000, na origem)	Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$ 1.557.641.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.	Parecer Oral (DCN 20-10-2000) Relator: Dep. Ricardo Barros. Transformado na Lei nº 10.045, de 26-10-2000 (DO 27-10-2000)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
54/2000-CN	943/2000-CN (nº 1.449/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República e do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor global de R\$ 2.090.000,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 134/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Dep. Pedro Canedo. Transformado na Lei nº 10.107, de 21-12-2000 (DO 22-12-2000)
55/2000-CN	944/2000-CN (nº 1.450/2000, na origem)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 15.339.213,00, para reforço de dotações consignadas nos orçamentos vigentes.	Parecer nº 125/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Dep. Igor Avelino. Transformado na Lei nº 10.108, de 21-12-2000 (DO 22-12-2000)
56/2000-CN	1.004/2000-CN (nº 1.516/2000, na origem)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República, do Ministério de Minas e Energia, do Ministério dos Transportes e do Ministério das Comunicações, crédito suplementar no valor global de R\$ 17.269.277,00, para reforço de dotações constantes dos orçamentos vigentes.	Parecer nº 95/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Dep. Adolfo Marinho. Transformado na Lei nº 10.152, de 22-12-2000 (DO 23-12-2000 – Ed. Extra)
57/2000-CN	1.005/2000-CN (nº 1.517/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Cultura, crédito especial no valor de R\$ 9.156.297,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 69/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Dep. Airton Dipp. Transformado na Lei nº 10.109, de 21-12-2000 (DO 22-12-2000)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
58/2000-CN	1.007/2000-CN (nº 1.565/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Cultura, crédito suplementar no valor de R\$ 14.894.631,00, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente.	Parecer nº 70/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Dep. Airton Dipp. Transformado na Lei nº 10.110, de 21-12-2000 (DO 22-12-2000)
59/2000-CN	1.008/2000-CN (nº 1.568/2000, na origem)	Abre ao Orçamento de Investimento, em favor da Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social – DATAPREV, crédito suplementar no valor total de R\$ 22.100.000,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 71/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Dep. Antonio Carlos Konder Reis. Transformado na Lei nº 10.111, de 21-12-2000 (DO 22-12-2000)
60/2000-CN	1.009/2000-CN (nº 1.569/2000, na origem)	Abre ao Orçamento de Investimento, para 2000, em favor de diversas empresas, crédito suplementar, no valor total de R\$ 90.812.490,00 e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de R\$ 66.807.985,00, para os fins que especifica.	Parecer Oral (DCN 13-12-2000) Relator: Dep. Nair Xavier Lobo. Transformado na Lei nº 10.160, de 22-12-2000 (DO 23-12-2000 – Ed. Extra)
61/2000-CN	1.010/2000-CN (nº 1.570/2000, na origem)	Abre ao Orçamento de Investimento, para 2000, em favor de diversas empresas do Grupo ELETROBRÁS, crédito suplementar no valor total de R\$ 526.694.776,00, e reduz o Orçamento de Investimento, de diversas empresas do mesmo Grupo, no valor global de R\$ 454.409.967,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 72/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Dep. Silas Brasileiro. Transformado na Lei nº 10.087, de 19-12-2000 (DO 20-12-2000)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
62/2000-CN	1.011/2000-CN (nº 1.571/2000, na origem)	Abre ao Orçamento de Investimento para 2000, em favor de diversas empresas do Grupo ELETROBRÁS, crédito especial no valor total de R\$ 35.825.592,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 73/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Dep. Silas Brasileiro. Transformado na Lei nº 10.088, de 19-12-2000 (DO 20-12-2000)
63/2000-CN	1.012/2000-CN (nº 1.572/2000, na origem)	Abre ao Orçamento de Investimento para 2000, em favor do Banco da Amazônia S.A e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, crédito especial no valor de R\$ 6.281.000,00, para os fins que especifica.	Parecer Oral (DCN 13-12-2000) Relator: Dep. Nair Xavier Lobo. Transformado na Lei nº 10.089, de 19-12-2000 (DO 20-12-2000)
64/2000-CN	1.013/2000-CN (nº 1.573/2000, na origem)	Abre ao Orçamento de Investimento para 2000, em favor de diversas empresas, crédito especial no valor de R\$ 14.217.549,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 74/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Dep. Renato Vianna. Transformado na Lei nº 10.112, de 21-12-2000 (DO 22-12-2000)
65/2000-CN	1.014/2000-CN (nº 1.574/2000, na origem)	Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$ 240.250.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.	Parecer nº 126/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Sen. Paulo Hartung. Transformado na Lei nº 10.090, de 19-12-2000 (DO 20-12-2000)
66/2000-CN	1.015/2000-CN (nº 1.575/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$ 300.000.000,00, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente.	Parecer Oral (DCN 13-12-2000) Relator: Sen. Tião Viana. Transformado na Lei nº 10.113, de 21-12-2000 (DO 22-12-2000)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
67/2000-CN	1.016/2000-CN (nº 1.578/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$ 19.010.937,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 75/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Dep. Giovanni Queiroz. Transformado na Lei nº 10.059, de 15-12-2000 (DO 18-12-2000)
68/2000-CN	1.017/2000-CN (nº 1.579/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Esporte e Turismo, crédito especial no valor de R\$ 6.120.000,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 76/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Dep. Aracely de Paula. Transformado na Lei nº 10.060, de 15-12-2000 (DO 18-12-2000)
69/2000-CN	1.018/2000-CN (nº 1.580/2000, na origem)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República, do Ministério de Minas e Energia, do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R\$ 53.207.913,00, para reforço de dotações constantes dos orçamentos vigentes.	Parecer nº 96/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Dep. Santos Filho. Transformado na Lei nº 10.153, de 22-12-2000 (DO 23-12-2000 – Ed. Extra)
70/2000-CN	1.019/2000-CN (nº 1.581/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, crédito suplementar no valor de R\$ 6.500.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.	Parecer nº 97/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Sen. Gilberto Mestrinho. Transformado na Lei nº 10.061, de 15-12-2000 (DO 18-12-2000)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
71/2000-CN	1.020/2000-CN (nº 1.582/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de R\$ 64.292.479,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.	Parecer nº 77/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Dep. Danilo de Castro. Transformado na Lei nº 10.114, de 21-12-2000 (DO 22-12-2000)
72/2000-CN	1.021/2000-CN (nº 1.584/2000, na origem)	Abre ao Orçamento de Investimento para 2000, em favor da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO, crédito especial no valor de R\$ 12.649.000,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 78/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Dep. Alexandre Santos. Transformado na Lei nº 10.062, de 15-12-2000 (DO 18-12-2000)
73/2000-CN	1.022/2000-CN (nº 1.585/2000, na origem)	Abre ao Orçamento de Investimento, para 2000, em favor de diversas empresas, crédito suplementar no valor total de R\$ 49.096.716,00, e reduz o Orçamento de Investimento, das mesmas empresas, no valor global de R\$ 4.943.187,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 79/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Dep. Wagner Salustiano. Transformado na Lei nº 10.077, de 18-12-2000 (DO 19-12-2000 – Ed. Extra)
74/2000-CN	1.023/2000-CN (nº 1.586/2000, na origem)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Cultura, crédito suplementar no valor de R\$ 3.461.619,00, para reforço de dotações constantes dos orçamentos vigentes.	Parecer nº 98/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Dep. João Herrmann Neto. Transformado na Lei nº 10.063, de 15-12-2000 (DO 18-12-2000)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
75/2000-CN	1.024/2000-CN (nº 1.587/2000, na origem)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Justiça e do Ministério das Relações Exteriores, crédito suplementar no valor global de R\$ 85.357.204,00, para reforço de dotações constantes dos orçamentos vigentes.	Parecer nº 99/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Dep. Paulo Kobayashi. Transformado na Lei nº 10.078, de 18-12-2000 (DO 19-12-2000 – Ed. Extra)
76/2000-CN	1.025/2000-CN (nº 1.588/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de R\$ 70.000.000,00, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente.	Parecer nº 100/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Dep. Gonzaga Patriota. Transformado na Lei nº 10.154, de 22-12-2000 (DO 23-12-2000 – Ed. Extra)
77/2000-CN	1.026/2000-CN (nº 1.589/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura e do Abastecimento e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R\$ 20.000.000,00, para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento.	Parecer Oral (DCN 13-12-2000) Relator: Dep. João Grandão. Transformado na Lei nº 10.091, de 19-12-2000 (DO 20-12-2000)
78/2000-CN	1.027/2000-CN (nº 1.590/2000, na origem)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de R\$ 20.163.451,00, para reforçar dotações constantes dos orçamentos vigentes.	Parecer nº 101/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Sen. Emilia Fernandes. Transformado na Lei nº 10.155, de 22-12-2000 (DO 23-12-2000 – Ed. Extra) De acordo com o Parecer nº 101/2000-CN o PLN nº 78, foi desmembrado em 78 e 78-A

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
78-A/2000-CN	1.027/2000-CN (nº 1.590/2000, na origem)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$ 1.151.522,00, para os fins que especifica.	Apresentado como conclusão do Parecer nº 101/2000-CN, oferecido ao PLN nº 78/2000. Parecer nº 101/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Sen. Emilia Fernandes. Transformado na Lei nº 10.156, de 22-12-2000 (DO 23-12-2000 – Ed. Extra)
79/2000-CN	1.028/2000-CN (nº 1.591/2000, na origem)	Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito especial no valor de R\$ 200.000,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 80/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Dep. João Coser. Transformado na Lei nº 10.064, de 15-12-2000 (DO 18-12-2000)
80/2000-CN	1.029/2000-CN (nº 1.592/2000, na origem)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de R\$ 25.458.000,00, para reforço de dotações constantes dos orçamentos vigentes.	Parecer nº 81/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Dep. João Coser. Transformado na Lei nº 10.115, de 21-12-2000 (DO 22-12-2000)
81/2000-CN	1.030/2000-CN (nº 1.593/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de R\$ 26.929.779,00, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente.	Parecer nº 82/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Dep. João Coser. Transformado na Lei nº 10.065, de 15-12-2000 (DO 18-12-2000)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
82/2000-CN	1.031/2000-CN (nº 1.594/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$ 27.700.000,00, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente.	Parecer nº 83/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Dep. Luciano Castro. Transformado na Lei nº 10.116, de 21-12-2000 (DO 22-12-2000)
83/2000-CN	1.032/2000-CN (nº 1.595/2000, na origem)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$ 160.060.829,00, para reforço de dotações constantes dos orçamentos vigentes.	Parecer nº 102/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Dep. João Caldas. Transformado na Lei nº 10.117, de 21-12-2000 (DO 22-12-2000)
84/2000-CN	1.033/2000-CN (nº 1.596/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de R\$ 58.880.000,00, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente.	Parecer Oral (DCN 15-12-2000) Relator: Dep. Marçal Filho. Transformado na Lei nº 10.118, de 21-12-2000 (DO 22-12-2000)
85/2000-CN	1.034/2000-CN (nº 1.597/2000, na origem)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Tribunal de Contas da União, crédito suplementar no valor global de R\$ 14.184.000,00, para reforço de dotações constantes dos orçamentos vigentes.	Parecer nº 84/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Dep. César Bandeira. Transformado na Lei nº 10.146, De 21-12-2000 (DO 22-12-2000)
86/2000-CN	1.035/2000-CN (nº 1.598/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 180.000.665,00, para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente.	Parecer nº 103/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Sen. Carlos Bezerra. Transformado na Lei nº 10.119, de 21-12-2000 (DO 22-12-2000)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
87/2000-CN	1.036/2000-CN (nº 1.599/2000, na origem)	Abre ao Orçamento de Investimento, em favor da BB-TUR – Viagens e Turismo Ltda., crédito suplementar no valor total de R\$ 200.000,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 127/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Dep. Paulo Braga. Transformado na Lei nº 10.120, de 21-12-2000 (DO 22-12-2000)
88/2000-CN	1.037/2000-CN (nº 1.600/2000, na origem)	Abre ao Orçamento de Investimento para 2000, em favor de diversas empresas do Grupo PETROBRÁS, crédito suplementar no valor total de R\$ 2.768.909.436,00, e reduz o Orçamento de Investimento das mesmas empresas no valor global de R\$ 959.751.468,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 85/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Dep. Luiz Sérgio. Transformado na Lei nº 10.121, de 21-12-2000 (DO 22-12-2000)
89/2000-CN	1.038/2000-CN (nº 1.601/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, crédito especial no valor de R\$ 52.129.500,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 104/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Dep. Sérgio Miranda. Transformado na Lei nº 10.079, de 18-12-2000 (DO 19-12-2000 – Ed. Extra)
90/2000-CN	1.041/2000-CN (nº 1.602/2000, na origem)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Esporte e Turismo, crédito suplementar no valor de R\$ 17.495.950,00, para reforço de dotações constantes dos orçamentos vigentes.	Parecer nº 128/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Dep. Domiciano Cabral. Transformado na Lei nº 10.092, de 18-12-2000 (DO 19-12-2000 – Ed. Extra)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
91/2000-CN	1.042/2000-CN (nº 1.609/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$ 177.760.250,00, para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente.	Parecer nº 86/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Dep. Roberto Balestra. Transformado na Lei nº 10.080, de 18-12-2000 (DO 19-12-2000 – Ed. Extra)
92/2000-CN	1.043/2000-CN (nº 1.610/2000, na origem)	Abre ao Orçamento de Investimento, para 2000, em favor de diversas empresas do Grupo PETROBRAS, crédito especial no valor total de R\$ 2.923.339.373,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 105/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Dep. João Herrmann Neto. Transformado na Lei nº 10.122, de 21-12-2000 (DO 22-12-2000)
93/2000-CN	1.044/2000-CN (nº 1.611/2000, na origem)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, crédito suplementar no valor de R\$ 45.051.012,00, para reforço de dotações constantes dos orçamentos vigentes.	Parecer Oral (DCN 13-12-2000) Relator: Sen. Lauro Campos. Transformado na Lei nº 10.123, de 21-12-2000 (DO 22-12-2000)
94/2000-CN	1.045/2000-CN (nº 1.612/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$ 58.485.629,00, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente.	Parecer nº 87/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Sen. Marluce Pinto. Transformado na Lei nº 10.124, de 21-12-2000 (DO 22-12-2000)
95/2000-CN	1.046/2000-CN (nº 1.613/2000, na origem)	Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, crédito suplementar no valor de R\$ 12.853.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.	Parecer nº 106/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Sen. Sebastião Rocha. Transformado na Lei nº 10.125, de 21-12-2000 (DO 22-12-2000)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
96/2000-CN	1.047/2000-CN (nº 1.615/2000, na origem)	Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Tribunal de Contas da União, crédito suplementar no valor de R\$ 1.500.000,00, para reforço de dotação constante do orçamento vigente.	Parecer nº 88/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Dep. César Bandeira. Transformado na Lei nº 10.093, de 19-12-2000 (DO 20-12-2000)
97/2000-CN	1.048/2000-CN (nº 1.616/2000, na origem)	Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência e Assistência Social, crédito suplementar no valor de R\$ 673.572.447,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.	Parecer nº 107/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Dep. Armando Abílio. Transformado na Lei nº 10.066, de 15-12-2000 (DO 18-12-2000)
98/2000-CN	1.049/2000-CN (nº 1.617/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R\$ 2.514.879.000,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 89/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Dep. Félix Mendonça. Transformado na Lei nº 10.126, de 21-12-2000 (DO 22-12-2000)
99/2000-CN	1.050/2000-CN (nº 1.618/2000, na origem)	Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência e Assistência Social, crédito suplementar no valor de R\$ 4.325.284.422,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.	Parecer nº 108/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Dep. Mussa Demes. Transformado na Lei nº 10.127, de 21-12-2000 (DO 22-12-2000)
100/2000-CN	1.051/2000-CN (nº 1.619/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, crédito suplementar no valor de R\$ 9.738.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.	Parecer nº 109/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Sen. Nabor Júnior. Transformado na Lei nº 10.067, de 15-12-2000 (DO 18-12-2000)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
101/2000-CN	1.052/2000-CN (nº 1.620/2000, na origem)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor global de R\$ 29.003.000,00, para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos.	Parecer nº 110/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Sen. Carlos Patrocínio. Transformado na Lei nº 10.094, de 19-12-2000 (DO 20-12-2000)
102/2000-CN	1.053/2000-CN (nº 1.621/2000, na origem)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de R\$ 33.616.381,00, para reforçar dotações constantes dos orçamentos vigentes.	Parecer nº 129/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Dep. Milton Monti. Transformado na Lei nº 10.095, de 19-12-2000 (DO 20-12-2000)
103/2000-CN	1.054/2000-CN (nº 1.622/2000, na origem)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República e do Ministério da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R\$ 66.358.143,00, para reforço de dotações constantes dos orçamentos vigentes.	Parecer nº 111/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Dep. Iberê Ferreira. Transformado na Lei nº 10.128, de 21-12-2000 (DO 22-12-2000)
104/2000-CN	1.055/2000-CN (nº 1.623/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor de R\$ 7.510.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.	Parecer nº 112/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Dep. Carlito Merss. Transformado na Lei nº 10.129, de 21-12-2000 (DO 22-12-2000)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
105/2000-CN	1.056/2000-CN (nº 1.624/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional e do Ministério do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor global de R\$ 23.151.879,00, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente.	Parecer nº 141/2000-CN (DCN 15-12-2000) Relator: Dep. João Leão. Transformado na Lei nº 10.157, de 22-12-2000 (DO 23-12-2000 – Ed. Extra)
106/2000-CN	1.057/2000-CN (nº 1.625/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito especial no valor de R\$ 12.740.000,00, para os fins que especifica.	Parecer Oral (DCN 13-12-2000) Relator: Dep. Arnon Bezerra. Transformado na Lei nº 10.096, de 19-12-2000 (DO 20-12-2000 - Ed. Extra)
107/2000-CN	1.058/2000-CN (nº 1.626/2000, na origem)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República e do Ministério de Minas e Energia, crédito suplementar no valor global de R\$ 4.260.321,00, para reforço de dotações constantes dos orçamentos vigentes.	Parecer Oral (DCN 13-12-2000) Relator: Sen. Mozarildo Cavalcanti. Transformado na Lei nº 10.130, de 21-12-2000 (DO 22-12-2000)
108/2000-CN	1.059/2000-CN (nº 1.627/2000, na origem)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor de R\$ 12.513.700,00, para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos.	Parecer Oral (DCN 13-12-2000) Relator: Dep. Cleonânio Fonseca. Transformado na Lei nº 10.081, de 18-12-2000 (DO 19-12-2000 – Ed. Extra)
109/2000-CN	1.060/2000-CN (nº 1.628/2000, na origem)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, crédito suplementar no valor de R\$ 7.537.000,00, para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos.	Parecer Oral (DCN 13-12-2000) Relator: Dep. Eurípedes Miranda. Transformado na Lei nº 10.082, de 18-12-2000 (DO 19-12-2000)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
110/2000-CN	1.061/2000-CN (nº 1.629/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito especial no valor de R\$ 1.334.000,00, para os fins que especifica.	Parecer Oral (DCN 13-12-2000) Relator: Dep. Wilson Braga. Transformado na Lei nº 10.131, de 21-12-2000 (DO 22-12-2000)
111/2000-CN	1.062/2000-CN (nº 1.630/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$ 249.349.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.	Parecer Oral (DCN 13-12-2000) Relator: Sen. Luiz Pontes. Transformado na Lei nº 10.083, de 18-12-2000 (DO 19-12-2000 – Ed. Extra)
112/2000-CN	1.063/2000-CN (nº 1.631/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, crédito suplementar no valor de R\$ 26.000.000,00, para reforço de dotação constante do orçamento vigente.	Parecer nº 90/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Dep. Virgílio Guimarães. Transformado na Lei nº 10.132, de 21-12-2000 (DO 22-12-2000)
113/2000-CN	1.064/2000-CN (nº 1.632/2000, na origem)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de R\$ 208.476.920,00, para reforçar dotações constantes dos orçamentos vigentes.	Parecer nº 113/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Dep. Paulo Mourão. Transformado na Lei nº 10.133, de 21-12-2000 (DO 22-12-2000)
114/2000-CN	1.065/2000-CN (nº 1.634/2000, na origem)	Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$ 423.620.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.	Parecer nº 130/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Dep. Nelson Meurer. Transformado na Lei nº 10.084, de 18-12-2000 (DO 19-12-2000 – Ed. Extra)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
115/2000-CN	1.066/2000-CN (nº 1.635/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 197.015.203,00, para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente.	Parecer nº 135/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Dep. Pedro Chaves. Transformado na Lei nº 10.158, de 22-12-2000 (DO 23-12-2000 – Ed. Extra)
116/2000-CN	1.067/2000-CN (nº 1.636/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$ 2.851.251.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.	Parecer Oral (DCN 13-12-2000) Relator: Dep. José Priante. Transformado na Lei nº 10.134, de 21-12-2000 (DO 22-12-2000)
117/2000-CN	1.068/2000-CN (nº 1.637/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor global de R\$ 36.998.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.	Parecer nº 114/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Dep. Luciano Castro. Transformado na Lei nº 10.161, de 22-12-2000 (DO 23-12-2000 – Ed. Extra)
118/2000-CN	1.069/2000-CN (nº 1.638/2000, na origem)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$ 14.269.459,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 91/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Dep. Laura Carneiro. Transformado na Lei nº 10.135, de 21-12-2000 (DO 22-12-2000)
119/2000-CN	1.070/2000-CN (nº 1.639/2000, na origem)	Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência e Assistência Social e da Saúde, crédito suplementar no valor global de R\$ 30.990.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.	Parecer nº 131/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Dep. Alexandre Santos. Transformado na Lei nº 10.136, de 21-12-2000 (DO 22-12-2000)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
120/2000-CN	1.071/2000-CN (nº 1.640/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R\$ 844.093.000,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 115/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Sen. Lúcio Alcântara. Transformado na Lei nº 10.137, de 21-12-2000 (DO 22-12-2000)
121/2000-CN	1.072/2000-CN (nº 1.641/2000, na origem)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito suplementar no valor de R\$ 7.373.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.	Parecer nº 116/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Dep. Pastor Valdeci Paiva. Transformado na Lei nº 10.138, de 21-12-2000 (DO 22-12-2000)
122/2000-CN	1.073/2000-CN (nº 1.643/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura e do Abastecimento e do Ministério do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor global de R\$ 6.393.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.	Parecer nº 117/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Dep. Pedro Novais. Transformado na Lei nº 10.139, de 21-12-2000 (DO 22-12-2000)
123/2000-CN	1.074/2000-CN (nº 1.644/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R\$ 14.169.000,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 132/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Dep. Neuton Lima. Transformado na Lei nº 10.140, de 21-12-2000 (DO 22-12-2000)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
124/2000-CN	1.075/2000-CN (nº 1.645/2000, na origem)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$ 21.230.654,00, para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos.	Parecer nº 133/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Sen. Antero Paes de Barros. Transformado na Lei nº 10.162, de 22-12-2000 (DO 23-12-2000 – Ed. Extra) De acordo com o Parecer nº 133/2000-CN o PLN nº 124, foi desmembrado em 124 e 124-A
124-A/2000-CN	1.075/2000-CN (nº 1.645/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério Público da União, crédito especial no valor de R\$ 1.450.000,00, para os fins que especifica.	Apresentado como conclusão do Parecer nº 133/2000-CN, oferecido ao PLN nº 124/2000. Parecer nº 133/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Sen. Antero Paes de Barros. Transformado na Lei nº 10.159, de 22-12-2000 (DO 23-12-2000 – Ed. Extra)
125/2000-CN	1.076/2000-CN (nº 1.646/2000, na origem)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$ 516.499.104,00, para reforço de dotações consignadas nos orçamentos vigentes.	Parecer nº 118/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Sen Antero Paes de Barros. Transformado na Lei nº 10.086, de 18-12-2000 (DO 19-12-2000 – Ed. Extra)
126/2000-CN	1.077/2000-CN (nº 1.583/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça do Trabalho, crédito suplementar no valor de R\$ 847.423,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.	Parecer Oral (DCN 13-12-2000) Relator: Sen. Ramez Tebet. Transformado na Lei nº 10.085, de 18-12-2000 (DO 19-12-2000 – Ed. Extra)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
127/2000-CN	1.078/2000-CN (nº 1.647/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 27.592.652,00, para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente.	Parecer nº 92/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Dep. Gonzaga Patriota. Transformado na Lei nº 10.068, de 15-12-2000 (DO 18-12-2000)
128/2000-CN	1.079/2000-CN (nº 1.648/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Supremo Tribunal Federal e da Justiça Federal, crédito especial no valor global de R\$ 10.013.000,00, para os fins que especifica.	Parecer Oral (DCN 13-12-2000) Relator: Sen. Ramez Tebet Transformado na Lei nº 10.141, de 21-12-2000 (DO 22-12-2000)
129/2000-CN	1.080/2000-CN (nº 1.649/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito suplementar no valor de R\$ 40.857.485,00, para reforço de dotação consignada ao vigente orçamento.	Parecer Oral (DCN 13-12-2000) Relator: Dep. Arnon Bezerra Transformado na Lei nº 10.142, de 21-12-2000 (DO 22-12-2000)
130/2000-CN	1.081/2000-CN (nº 1.650/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 10.000.000,00, para reforço de dotação consignada no orçamento vigente.	Parecer nº 119/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Dep. Danilo de Castro. Transformado na Lei nº 10.143, de 21-12-2000 (DO 22-12-2000)
131/2000-CN	1.082/2000-CN (nº 1.652/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 39.604.000,00, para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente.	Parecer nº 142/2000-CN (DCN 15-12-2000) Relator: Dep. Paulo Kobayashi. Transformado na Lei nº 10.144, de 21-12-2000 (DO 22-12-2000)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
132/2000-CN	1.083/2000-CN (nº 1.614/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de R\$ 11.773.043,00, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente.	Parecer nº 120/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Dep. Fernando Gonçalves. Transformado na Lei nº 10.069, de 15-12-2000 (DO 18-12-2000)
133/2000-CN	1.084/2000-CN (nº 1.633/2000, na origem)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos dos Poderes Legislativo e Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$ 4.487.160.676,00, para reforço de dotações consignadas nos orçamentos vigentes.	Parecer nº 121/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Sen. Juvêncio da Fonseca. Transformado na Lei nº 10.057, de 13-12-2000 (DO 14-12-2000)
134/2000-CN	1.085/2000-CN (nº 1.642/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$ 10.000.000,00, para reforço de dotação constante do orçamento vigente.	Parecer nº 93/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Dep. Anivaldo Vale. Transformado na Lei nº 10.056, de 13-12-2000 (DO 14-12-2000)
135/2000-CN	1.086/2000-CN (nº 1.651/2000, na origem)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$ 136.243.146,00, para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos.	Parecer nº 122/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Dep. Anivaldo Vale. Transformado na Lei nº 10.100, de 19-12-2000 (DO 20-12-2000)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
136/2000-CN	1.087/2000-CN (nº 1.653/2000, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito suplementar no valor de R\$ 10.000.000,00, para reforço de dotação consignada no orçamento vigente.	Parecer nº 123/2000-CN (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Dep. Nilo Coelho. Transformado na Lei nº 10.145, de 21-12-2000 (DO 22-12-2000)

2) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (PDN)

Total dos Projetos de Decreto Legislativo	27
- transformados em Decreto Legislativo do Congresso Nacional...	27

Nº	Autor	Ementa	Resultado
1/2000-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2000, do subtítulo 26.782.0238.5715.0001 – Construção de Anel Rodoviário no Corredor Fronteira-Norte – BR-364/AC – Em Rio Branco, listado no Quadro III anexo à Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000.	Como conclusão do Parecer nº 21/2000-CN, da CMPOPF. (DCN 29-6-2000) Relator: Sen. Wellington Roberto Decreto Legislativo nº 1/2000-CN (Public. no DOU-E de 30-6-2000)
2/2000-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2000, no programa de trabalho 26.782.0238.5711.0007 – Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Fronteira Norte – BR-364/AC – Trecho Rio Branco – Cruzeiro do Sul, da Unidade Orçamentária 39201 – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, no valor de 25.000.000,00.	Como conclusão do Parecer nº 22/2000-CN, da CMPOPF. (DCN 29-6-2000) Relator: Dep. João Coser Decreto Legislativo nº 2/2000-CN (Public. no DOU-E de 30-6-2000)
3/2000-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2000, do subtítulo 26.782.0238.5711.0005 – Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Fronteira Norte – BR-317/AC – Brasília – Assis Brasil, listado no quadro III anexo à Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000.	Como conclusão do Parecer nº 23/2000-CN, da CMPOPF. (DCN 29-6-2000) Relator: Sen. Antônio Carlos Valadares Decreto Legislativo nº 3/2000-CN (Public. no DOU-E de 30-6-2000)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
4/2000-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução orçamentária condicional da dotação consignada no orçamento fiscal para 2000, subtítulo 26.782.0232.5706.0001 – Construção de Anel de Trechos Rodoviários no Corredor Sudoeste/BR – 070/MT p Cáceres – Fronteira com a Bolívia, constante do Quadro III da Lei nº 9.969, de 11.05.2000.	Como conclusão do Parecer nº 24/2000-CN, da CMPOPF. (DCN 29-6-2000) Relator: Sen. Tião Viana Decreto Legislativo nº 4/2000-CN (Public. no DOU-E de 30-6-2000)
5/2000-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2000, no programa de trabalho 26.783.0222.5754.0001 – IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE RECIFE – TRECHO RECIFE - - CAJUEIRO SECO, da Unidade Orçamentária 39.208 – Companhia Brasileira de Trens Urbanos, no valor de R\$ 30.150.000,00 (trinta milhões, cento e cinquenta mil reais).	Como conclusão do Parecer nº 25/2000-CN, da CMPOPF. (DCN 29-6-2000) Relator: Dep. Gonzaga Patriota Decreto Legislativo nº 9/2000-CN (Public. no DOU-E de 3-7-2000)
6/2000-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2000, no programa de trabalho 26.783.0222.5754.0003 – IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE RECIFE – TRECHO TIP – TIMBI, da Unidade Orçamentária 39.208 – Companhia Brasileira de Trens Urbanos, no valor de R\$ 25.450.000,00 (vinte e cinco milhões, quatrocentos e cinquenta mil reais).	Como conclusão do Parecer nº 26/2000-CN, da CMPOPF. (DCN 29-6-2000) Relator: Dep. Gonzaga Patriota Decreto Legislativo nº 10/2000-CN (Public. no DOU-E de 3-7-2000)
7/2000-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução orçamentária parcial das dotações consignada no orçamento fiscal para 2000, constantes do Quadro III da Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000-Lei Orçamentária para o exercício de 2000.	Como conclusão do Parecer nº 27/2000-CN, da CMPOPF. (DCN 29-6-2000) Relator: Dep. José Priante Decreto Legislativo nº 5/2000-CN (Public. no DOU-E de 30-6-2000) (Republicado no DSF de 12-8-2000 – pág. 16715)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
8/2000-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução orçamentária da dotação referente ao subtítulo do orçamento fiscal 18.544.0515.1851.0103 – Construção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura Hídrica – Açude Jenipapo no Estado do Piauí, constante do Quadro III da Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000 – Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2000.	Como conclusão do Parecer nº 28/2000-CN, da CMPOPF. (DCN 29-6-2000) Relator: Sen. Wellington Roberto Decreto Legislativo nº 6/2000-CN (Public. no DOU-E de 30-6-2000)
9/2000-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2000, no programa de trabalho 26.782.0230.5725.0001 – CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE – BR-040/MG – SANTOS DUMONT – RESSAQUINHA – BELO HORIZONTE – SETE LAGOAS, da Unidade Orçamentária 39.201 – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem no valor de R\$ 25.0000,00 (vinte e cinco mil reais).	Como conclusão do Parecer nº 29/2000-CN, da CMPOPF. (DCN 19 e 29-6-2000) Relator: Dep. Márcio Reinaldo Decreto Legislativo nº 7/2000-CN (Public. no DOU-E de 30-6-2000) (Retificado – DOU-E de 18-12-2000 – pág. 18)
10/2000-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2000, no programa de trabalho 02.061.0569.3732.0001 – Conclusão do edifício-anexo do TRF da 2ª Região no Rio de Janeiro-RJ, da Unidade Orçamentária 12103 – Tribunal Regional Federal – 2ª Região, no valor de R\$ 1.358.044,00.	Como conclusão do Parecer nº 30/2000-CN, da CMPOPF. (DCN 29-6-2000) Relator: Dep. Laura Carneiro Decreto Legislativo nº 8/2000-CN (Public. no DOU-E de 30-6-2000)
11/2000-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização Oriundo da Mensagem nº 578/2000-CN (nº 821/20000, na origem)	Autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2000, no subtítulo 26.784.0235.0496.0001–Participação da União no Capital – Companhia Docas do Rio Grande do Norte – Recuperação e Melhoramento da Infra-Estrutura Portuária do Terminal Salineiro de Areia Branca–Rio Grande do Norte, da Unidade Orçamentária 39101 – Ministério dos Transportes, no valor de R\$ 1.000.000,00.	Como conclusão do Parecer nº 48/2000-CN, da CMPOPF. (DCN 20-10-2000) Relator: Dep. Pedro Chaves Decreto Legislativo nº 11/2000-CN (Public. no DOU-E de 24-10-2000)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
12/2000-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização Oriundo da Mensagem nº 578/2000-CN (nº 821/20000, na origem)	Autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2000, no subtítulo 26.784.0230.0520.0001 – Participação da União no Capital – Companhia Docas do Rio de Janeiro – Construção do Terminal de Minério, Gusa e Produtos Siderúrgicos no Porto de Sepetiba – Rio de Janeiro, da Unidade Orçamentária 39101 – Ministério dos Transportes, no Valor de R\$ 500.000,00.	Como conclusão do Parecer nº 49/2000-CN, da CMPOPF. (DCN 20-10-2000) Relator: Dep. Laura Carneiro Decreto Legislativo nº 12/2000-CN (Public. no DOU-E de 24-10-2000)
13/2000-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização Oriundo da Mensagem nº 816/2000-CN (nº 1.246/2000, na origem)	Autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2000, no subtítulo 26.782.0229.5703.0001 – Estudos para o Aproveitamento Hidroagrícola em Áreas Irrigáveis – No Estado da Bahia, da Unidade Orçamentária 53.201 – CODEVASF, no valor de R\$ 390.995,00.	Como conclusão do Parecer nº 51/2000-CN, da CMPOPF. (DCN 20-10-2000) Relator: Dep. Armando Abílio Decreto Legislativo nº 13/2000-CN (Public. no DOU-E de 24-10-2000) (Retificado – DOU-E de 18-12-2000 – pág. 18)
14/2000-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização Oriundo da Mensagem nº 685/2000-CN (nº 982/2000, na origem)	Autoriza a execução orçamentária da dotação referente ao subtítulo do orçamento fiscal 26.782.0229.5703.0001 – Construção de Trechos Rodoviários no Corredor São Francisco – BR – 116/BA – Euclides da Cunha – Ibó, constante do Quadro III da Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000 – Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2000.	Como conclusão do Parecer nº 52/2000-CN, da CMPOPF. (DCN 20-10-2000) Relator: Dep. João Leão Decreto Legislativo nº 14/2000-CN (Public. no DOU-E de 24-10-2000)
15/2000-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização Oriundo da Mensagem nº 685/2000-CN (nº 982/2000, na origem)	Autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2000, no subtítulo 26.782.0237.5710.0001 – Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins-BR-070/GO – Cocalzinho – Itaberaí, da Unidade Orçamentária 39.201 – DNER, no valor de R\$ 25.000,00.	Como conclusão do Parecer nº 53/2000-CN, da CMPOPF. (DCN 20-10-2000) Relator: Dep. Nécio Rodrigues Decreto Legislativo nº 15/2000-CN (Public. no DOU-E de 24-10-2000)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
16/2000-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização Oriundo da Mensagem nº 816/2000-CN (nº 1.246/2000, na origem)	Autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2000, no subtítulo 14.421.0661.1844.0041 – Construção, Ampliação, Reforma e Reparcelamento de Estabelecimentos Penais – No Estado de São Paulo, da Unidade Orçamentária 30.907 – FUNPEN, no valor de R\$ 4.612.000,00.	Como conclusão do Parecer nº 51/2000-CN, da CMPOPF. (DCN 20-10-2000) Relator: Dep. Armando Abílio Decreto Legislativo nº 16/2000-CN (Public. no DOU-E de 24-10-2000)
17/2000-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2000, do subtítulo 26.782.0230.5704.0011-Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Leste - BR-484/ES – Itarana – Afonso Cláudio, Listado no Quadro III anexo à Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000.	Como conclusão do Parecer nº 56/2000-CN, da CMPOPF. (DCN 20-10-2000) Relator: Sen. Tião Viana Decreto Legislativo nº 17/2000-CN (Public. no DOU-E de 24-10-2000)
18/2000-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução orçamentária parcial da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2000, no subtítulo 26.782.0237.5710.0005 – Construção de Trechos Rodoviários no corredor Araguaia-Tocantins – BR-158/PA – Entroncamento BR-230 (Altamira) – Divisa PA/MT, da Unidade Orçamentária 39201–DNER, nos contratos que especifica.	Como conclusão do Parecer nº 57/2000-CN, da CMPOPF. (DCN 20-10-2000) Relator: Sen. Lúcio Alcântara Decreto Legislativo nº 18/2000-CN (Public. no DOU-E de 24-10-2000)
19/2000-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2000 no subtítulo 26.782.0235.5728.0001 – Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Nordeste – BR-101/PE – Prazeres - Cabo, da Unidade Orçamentária 39201 – DNER, no valor de R\$ 4.000.000,00.	Como conclusão do Parecer nº 58/2000-CN, da CMPOPF. (DCN 20-10-2000) Relator: Dep. Osvaldo Coelho Decreto Legislativo nº 19/2000-CN (Public. no DOU-E de 24-10-2000)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
20/2000-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2000 no subtítulo 26.782.0230.5704.0009 – Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Leste – BR-482/MG – Conselheiro Lafaiete - Viçosa - Fervedouro, da Unidade Orçamentária 39.201 – DNER, no valor de R\$ 3.000.000,00.	Como conclusão do Parecer nº 59/2000-CN, da CMPOPF. (DCN 20-10-2000) Relator: Dep. Alexandre Santos Decreto Legislativo nº 20/2000-CN (Public. no DOU-E de 24-10-2000)
21/2000	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2000 no programa de trabalho 20.607.0379.1836.0039 – Construção de Obras de Infra-estrutura de Irrigação de Uso Comum – Perímetro de Irrigação Araras Norte, no Estado do Ceará, da Unidade Orçamentária 53204 – Departamento Nacional de Obras contra as Secas, no valor de R\$ 1.000.000,00.	Como conclusão do Parecer nº 61/2000-CN, da CMPOPF. (DSF 8-11-2000) Relator: Sen. Carlos Patrocínio Decreto Legislativo nº 23/2000-CN (Public. no DOU-E de 20-12-2000)
22/2000	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2000 no subtítulo 18.544.0515.1851.0115 – Construção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura Hídrica – Barragem do Castanhão no Estado do Ceará, da Unidade Orçamentária 53.204 – DNOCS, no valor de R\$ 70.000.000,00.	Como conclusão do Parecer nº 62/2000-CN, da CMPOPF. (DSF 8-11-2000) Relator: Dep. Eunício Oliveira Decreto Legislativo nº 24/2000-CN (Public. no DOU-E de 20-12-2000)
23/2000	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2000 no subtítulo 18.544.0515.1851.0117 – Construção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura Hídrica – Barragem Santa Cruz do Apodi no Estado do Rio Grande do Norte, da Unidade Orçamentária 53.204 – DNOCS, no valor de R\$ 3.000.000,00.	Como conclusão do Parecer nº 124/2000-CN, da CMPOPF. (DSF 09-12-2000 Sup. ao nº 197) Relator: Dep. Iberê Ferreira Decreto Legislativo nº 25/2000-CN (Public. no DOU-E de 20-12-2000)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
24/2000	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2000 no subtítulo 26.782.0237.5730.0001 – Adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins - BR-060/GO/DF - Entroncamento DF-290 - Entroncamento BR-153/GO, da Unidade Orçamentária 39201 - DNER, no valor de R\$ 25.000,00.	Como conclusão do Parecer nº 137/2000-CN, da CMPOPF. Relator: Dep. Paulo Mourão Decreto Legislativo nº 26/2000-CN (Public. no DOU-E de 20-12-2000)
25/2000	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização Oriundo da Mensagem nº 579/2000-CN (nº 840/20000, na origem)	Autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2000 no subtítulo 26.784.0231.0524.001 – Participação da União no Capital - Companhia Docas de São Paulo - Construção do Terminal de Contêineres - TECON 2 no Porto de Santos - São Paulo, da Unidade Orçamentária 39.101 - Ministério dos Transportes, no valor de R\$ 2.000.000,00.	Como conclusão do Parecer nº 138/2000-CN, da CMPOPF. Relator: Dep. Milton Monti Decreto Legislativo nº 27/2000-CN (Public. no DOU-E de 20-12-2000)
26/2000	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2000 no subtítulo 20.607.0379.1836.0037 – Construção de Obras de Infra-Estrutura de Irrigação de uso comum – Perímetro de irrigação Tabuleiro de Russas da Unidade Orçamentária 53.204 - DNOCS, no valor de R\$ 23.000.000,00.	Como conclusão do Parecer nº 139/2000-CN, da CMPOPF. Relator: Dep. Raimundo Gomes de Matos Decreto Legislativo nº 21/2000-CN (Public. no DOU-E de 20-12-2000)
27/2000	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização Oriundo da Mensagem nº 815/2000-CN (nº 1.170/2000, na origem)	Autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2000 no programa de trabalho 26.782.0236.5709.0001 – Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Oeste-Norte – BR-163/PA – Trecho Divisa MT/PA – Santarém, da Unidade Orçamentária 39201 – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, no valor de R\$ 43.000.000,00, e dá outras providências.	Como conclusão do Parecer nº 140/2000-CN, da CMPOPF. Relator: Dep. Luciano de Castro Decreto Legislativo nº 22/2000-CN (Public. no DOU-E de 20-12-2000)

3) PROJETO DE RESOLUÇÃO (PRN)

Total dos Projetos de Resolução	21
- de sessões legislativas anteriores	14
- da presente sessão legislativa	07
- transformados em resolução.....	02
- em tramitação.....	19

a) De Sessões Legislativas anteriores

Nº	Autor	Ementa	Resultado
1/85-CN	Dep. Francisco Amaral e outros Senhores Congressistas	Dispõe sobre a abertura das sessões.	Em tramitação.
5/89-CN	Dep. Antonio Carlos Konder Reis e outros Senhores Congressistas	Altera o Regimento Comum - Resolução nº 1, de 1970-CN, alterada pelas Resoluções nº 2, de 1972-CN e nº 2, de 1980-CN.	Em tramitação.
1/90-CN	Dep. Aluizio Campos e outros Senhores Congressistas	Altera disposições do Regimento Comum sobre a delegação legislativa.	Em tramitação.
3/95-CN	Sen. José Eduardo Dutra e outros Senhores Congressistas	Regulamenta a escolha de membros do Conselho de Comunicação Social pelo Congresso Nacional.	Em tramitação.
10/95-CN	Oriundo do PLS nº 47/95.	Institui prêmio Ulysses Guimarães do Mérito Democrático.	Em tramitação (Casas Separadas)
1/97-CN	Sen. Sebastião Rocha e outros Senhores Congressistas	Institui a Comissão Mista Permanente de Constituição e Justiça do Congresso Nacional.	Em tramitação.
1/98-CN	Sen. Odacir Soares e outros Senhores Congressistas	Altera a Resolução nº 1, de 1989-CN, que dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, introduzindo o exame de adequação financeira e orçamentária no Congresso Nacional.	Em tramitação.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
3/98-CN	Sen. Mauro Miranda e outros Senhores Congressistas	Acrescenta parágrafo ao art. 20 da Resolução nº 2, de 1995-CN, que dispõe sobre a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para acrescentar regras sobre a apresentação de emendas coletivas.	Em tramitação.
1/99-CN	Mesa da Câmara dos Deputados	Regulamenta os arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 9.506, de 1997.	Em tramitação (Casas Separadas)
3/99-CN	Dep. Miro Teixeira e outros Senhores Congressistas	Institui com base no art. 128 do Regimento Comum, no âmbito do Congresso Nacional, Comissão Mista de Moeda e crédito, de caráter permanente.	Em tramitação
4/99-CN	Sen. Paulo Souto e outros Senhores Congressistas	Acrescenta inciso IIIA ao art. 16 da Resolução nº 2, de 1995-CN, para estabelecer relação de correspondência entre o custo total e o tempo de execução dos subprojetos decorrentes de emendas à proposta de lei orçamentária anual.	Em tramitação
5/99-CN	Sen. Ademir Andrade e outros Senhores Congressistas	Suprime o § 2º e altera a redação do § 3º, ambos do art. 45 da Resolução nº 1, de 1970-CN - Regimento Comum.	Em tramitação
6/99-CN	Sen. Osmar Dias e outros Senhores Congressistas	Altera a Resolução nº 2, de 1995-CN, restabelecendo a obrigatoriedade da renovação dos membros titulares da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.	Em tramitação
7/99-CN	Dep. Miro Teixeira e outros Senhores Congressistas	Inclui artigo na Resolução nº 1, de 1970-CN. <i>(“Art. 9º-A. Na constituição das Comissões Mistas, na eleição de seus Presidentes e Vice-Presidentes, bem como na designação dos Relatores e dos Relatores substitutos assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos e dos Blocos Parlamentares que participem do Congresso Nacional assim como a alternância entre as Casas que o compõem.”)</i>	Em tramitação

b) Da presente Sessão Legislativa

Nº	Autor	Ementa	Resultado
1/2000-CN	Dep. José Roberto Batochio e outros Senhores Congressistas	Dispõe sobre a apreciação de medidas provisórias pelo Congresso Nacional.	Em tramitação
2/2000-CN	Sen. Maguito Vilela e outros Senhores Congressistas	Institui a Comissão Permanente do Congresso Nacional destinada a acompanhar e fiscalizar as ações destinadas à erradicação da pobreza e à redução das desigualdades sociais e regionais.	Em tramitação
3/2000-CN	Das Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados	Dispõe sobre a participação das bancadas minoritárias na composição das comissões mistas.	Resolução nº 2/2000-CN (DOU-E de 19-6-2000)
4/2000-CN	Sen. Pedro Piva e outros Senhores Congressistas	Extingue a figura das Emendas Individuais ao Orçamento da União e cria o instituto das Emendas Partidárias, alterando a redação do Art. 15, revogando o Art. 19 e acrescentando inciso ao Art. 20 da Resolução 02, de 1995-CN.	Em tramitação
5/2000-CN	Sen. Antonio Carlos Magalhães e outros Senhores Congressistas	Altera a Resolução nº 2, de 1995-CN, que dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, e sobre a tramitação de matérias a que se refere o mesmo artigo.	Em tramitação
6/2000-CN	Dep. Giovanni Queiroz e outros Senhores Congressistas	Altera de dez para quinze o número de emendas coletivas de bancadas estaduais, de que trata o art. 20 da Resolução nº 2, de 1995-CN e dá outras providências	Em tramitação
7/2000-CN	Dep. Alberto Goldman e outros Senhores Congressistas	Regula a título excepcional, a apreciação do projeto de lei orçamentária anual para o exercício financeiro de 2001.	Parecer nº 60/2000-CN (Redação Final) Resolução nº 3/2000-CN (DOU de 20-10-2000)

4) MEDIDAS PROVISÓRIAS (MP)

Total das Medidas Provisórias	910
- aprovadas e sancionadas (nos termos de Projeto de Lei de Conversão).....	007
- aprovadas e promulgadas	009
- perderam eficácia	787
- revogadas	035
- em tramitação	071
- Pareceres numerados proferidos pela Comissão Mista e publicados no Diário do Congresso Nacional e Diário do Senado Federal	014
- Pareceres orais proferidos em plenário, em substituição à Comissão Mista, e publicados no Diário do Congresso Nacional.....	026

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas em 2000	Resultado	Observação
1.925-15, public. em 15-12-2000	1.187/2000-CN (nº 1.843/2000, na origem)	Dispõe sobre a Cédula de Crédito Bancário.	1.925-4, 1.925-5, 1.925-6, 1.925-7, 1.925-8, 1.925-9, 1.925-10, 1.925-11, 1.925-12, 1.925-13 e 1.925-14.	Em tramitação	-
1.933-12, public. em 31-3-2000	274/2000-CN (nº 410/2000, na origem)	Dispõe sobre os reajustes do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de maio de 1999 e dos benefícios mantidos pela Previdência Social a partir de 1º de junho de 1999.	1.933-10 e 1.933-11.	Revogada	MP 1.933-12 foi revogada e reeditada pela MP 2.019-1.

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas em 2000	Resultado	Observação
1.934-20, public. em 24-11-2000	1.121/2000-CN (nº 1.727/2000, na origem)	Altera a Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963, autoriza a doação de bens e dá outras providências.	1.934-10, 1.934-11, 1.934-12, 1.934-13, 1.934-14, 1.934-15, 1.934-16, 1.934-17, 1.934-18 e 1.934-19.	Em tramitação	MP 1.934-20 Parecer nº 136/2000-CN Mérito (DSF 9-12-2000) Relator: Sen. Wellington Roberto
1.935-21, public. em 17-11-2000	1.101/2000-CN (nº 1.691/2000, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da Seguridade Social e Fiscal da União, em favor da Presidência da República e do Ministério da Defesa, créditos extraordinários no valor de R\$ 132.242.089,00, para os fins que especifica.	1.935-11, 1.935-12, 1.935-13, 1.935-14, 1.935-15, 1.935-16, 1.935-17, 1.935-18, 1.935-19 e 1.935-20.	Pareceres Orais - Admissibilidade e Mérito (DCN 15-12-2000) Relator: Dep. Ricardo Barros Convertida na Lei nº 10.058, de 14-12-2000 (DO 15-12-2000)	MP 1.935-21 aprovada na íntegra.
1.936-45, public. em 31-3-2000	277/2000-CN (nº 401/2000, na origem)	Altera a redação dos arts. 14, 18, 34, 44 e 49 da Lei nº 9.082, de 25 de julho de 1995, dos arts. 18, 19, 34, 35 e do § 4º do art. 53 da Lei nº 9.293, de 15 de julho de 1996, que dispõem, respectivamente, sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para os exercícios de 1996 e 1997.	1.936-43 e 1.936-44.	Revogada	MP 1.936-45 foi revogada pela MP 1.992-27.
1.937-14, public. em 31-3-2000	278/2000-CN (nº 402/2000, na origem)	Altera dispositivos da Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 1999.	1.937-12 e 1.937-13.	Revogada	MP 1.937-14 foi revogada pela MP 1.992-27.

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas em 2000	Resultado	Observação
1.938-24, public. em 15-12-2000	1.188/2000-CN (nº 1.845/2000, na origem)	Autoriza a União a adquirir ou pagar obrigações de pessoas jurídicas de direito público interno, relativas a operações financeiras externas, e dá outras providências.	1.938-13, 1.938-14, 1.938-15, 1.938-16, 1.938-17, 1.938-18, 1.938-19, 1.938-20, 1.938-21, 1.938-22 e 1.938-23.	Em tramitação	-
1.939-36, public. em 15-12-2000	1.189/2000-CN (nº 1.846/2000, na origem)	“Restaura a vigência da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis destinados ao transporte autônomo de passageiros e ao uso de portadores de deficiência física, reduz o imposto de importação para os produtos que especifica, e dá outras providências.	1.939-25, 1.939-26, 1.939-27, 1.939-28, 1.939-29, 1.939-30, 1.939-31, 1.939-32, 1.939-33, 1.939-34 e 1.939-35.	Em tramitação	-
1.940-29, public. em 15-12-2000	1.190/2000-CN (nº 1.847/2000, na origem)	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, da Lei nº 5.627, de 1º de dezembro de 1970, e dá outras providências.	1.940-18, 1.940-19, 1.940-20, 1.940-21, 1.940-22, 1.940-23, 1.940-24, 1.940-25, 1.940-26, 1.940-27 e 1.940-28.	Em tramitação	-
1.941-26, public. em 15-12-2000	1.191/2000-CN (nº 1.848/2000, na origem)	Dispõe sobre a aquisição de produtos para a implementação de ações de saúde no âmbito do Ministério da Saúde.	1.941-15, 1.941-16, 1.941-17, 1.941-18, 1.941-19, 1.941-20, 1.941-21, 1.941-22, 1.941-23, 1.941-24 e 1.941-25.	Em tramitação	-

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas em 2000	Resultado	Observação
1.942-25, public. em 15-12-2000	1.192/2000-CN (nº 1.849/2000, na origem)	Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, que altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências.	1.942-14, 1.942-15, 1.942-16, 1.942-17, 1.942-18, 1.942-19, 1.942-20, 1.942-21, 1.942-22, 1.942-23 e 1.942-24.	Em tramitação	-
1.943-59, public. em 17-11-2000	1.107/2000-CN (nº 1.711/2000, na origem)	Altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências.	1.943-49, 1.943-50, 1.943-51, 1.943-52, 1.943-53, 1.943-54, 1.943-55, 1.943-56, 1.943-57 e 1.943-58.	Revogada	MP 1.943-59 foi revogada e reeditada pela MP 2.062-60.
1.944-22, public. em 15-12-2000	1.193/2000-CN (nº 1.850/2000, na origem)	Cria o Programa de Arrendamento Residencial, institui o arrendamento residencial com opção de compra e dá outras providências.	1.944-11, 1.944-12, 1.944-13, 1.944-14, 1.944-15, 1.944-16, 1.944-17, 1.944-18, 1.944-19, 1.944-20 e 1.944-21.	Em tramitação	-
1.945-50, public. em 31-3-2000	286/2000-CN (nº 411/2000, na origem)	Dispõe sobre o salário mínimo para o período de 1º de maio de 1996 a 30 de abril de 1997.	1.945-48 e 1.945-49.	Revogada	MP 1.945-50 foi revogada e reeditada pela MP 2.019-1.
1.946-38, public. em 31-3-2000	287/2000-CN (nº 412/2000, na origem)	Dispõe sobre o salário mínimo para o período de 1º de maio de 1997 a 30 de abril de 1998.	1.946-36 e 1.946-37.	Revogada	MP 1.946-38 foi revogada e reeditada pela MP 2.019-1.
1.947-25, public. em 31-3-2000	288/2000-CN (nº 413/2000, na origem)	Dispõe sobre o salário mínimo a vigorar a partir de 1º de maio de 1998.	1.947-23 e 1.947-24.	Revogada	MP 1.947-25 foi revogada e reeditada pela MP 2.019-1.

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas em 2000	Resultado	Observação
1.948-62, public. em 15-12-2000	1.194/2000-CN (nº 1.851/2000, na origem)	Dispõe sobre a emissão de Notas do Tesouro Nacional - NTN destinadas a aumento de capital do Banco do Brasil S.A., e dá outras providências.	1.948-51, 1.948-52, 1.948-53, 1.948-54, 1.948-55, 1.948-56, 1.948-57, 1.948-58, 1.948-59, 1.948-60 e 1.948-61.	Em tramitação	-
1.949-31, public. em 15-12-2000	1.195/2000-CN (nº 1.852/2000, na origem)	Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.	1.949-20, 1.949-21, 1.949-22, 1.949-23, 1.949-24, 1.949-25, 1.949-26, 1.949-27, 1.949-28, 1.949-29 e 1.948-30.	Em Tramitação	-
1.950-71, public. em 15-12-2000	1.196/2000-CN (nº 1.853/2000, na origem)	Dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real e dá outras providências.	1.950-60, 1.950-61, 1.950-62, 1.950-63, 1.950-64, 1.950-65, 1.950-66, 1.950-67, 1.950-68, 1.950-69 e 1.950-70.	Em tramitação	-
1.951-33, public. em 14-12-2000	1.186/2000-CN (nº 1.839/2000, na origem)	Dispõe sobre a adoção de medidas relacionadas com o Sistema Financeiro da Habitação - SFH, altera as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.692, de 28 de julho de 1993, e dá outras providências.	1.951-22, 1.951-23, 1.951-24, 1.951-25, 1.951-26, 1.951-27, 1.951-28, 1.951-29, 1.951-30, 1.951-31 e 1.951-32.	Em tramitação	-

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas em 2000	Resultado	Observação
1.952-31, public. em 15-12-2000	1.197/2000-CN (nº 1.860/2000, na origem)	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para dispor sobre o trabalho a tempo parcial, a suspensão do contrato de trabalho e o programa de qualificação profissional, modifica as Leis nºs 4.923, de 23 de dezembro de 1965, 6.321, de 14 de abril de 1976, 6.494, de 7 de dezembro de 1977, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e 9.601, de 21 de janeiro de 1998, e dá outras providências.	1.952-20, 1.952-21, 1.952-22, 1.952-23, 1.952-24, 1.952-25, 1.952-26, 1.952-27, 1.952-28, 1.952-29 e 1.952-30.	Em tramitação	-
1.953-26, public. em 15-12-2000	1.198/2000-CN (nº 1.854/2000, na origem)	Institui o Auxílio-Transporte aos militares, servidores e empregados públicos da administração federal direta, autárquica e fundacional da União, e revoga o § 1º do art. 1º da Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985.	1.953-15, 1.953-16, 1.953-17, 1.953-18, 1.953-19, 1.953-20, 1.953-21, 1.953-22, 1.953-23, 1.953-24 e 1.953-25.	Em tramitação	-
1.954-34, public. em 15-12-2000	1.199/2000-CN (nº 1.855/2000, na origem)	Institui o Programa Especial de Financiamento para combate aos efeitos da estiagem na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, e dá outras providências.	1.954-23, 1.954-24, 1.954-25, 1.954-26, 1.954-27, 1.954-28, 1.954-29, 1.954-30, 1.954-31, 1.954-32 e 1.954-33.	Em tramitação	-
1.955-75, public. em 15-12-2000	1.200/2000-CN (nº 1.856/2000, na origem)	Dispõe sobre o pagamento dos militares e dos servidores públicos do Poder Executivo Federal, inclusive suas autarquias e fundações, bem como dos empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista e de suas subsidiárias, e dá outras providências.	1.955-64, 1.955-65, 1.955-66, 1.955-67, 1.955-68, 1.955-69, 1.955-70, 1.955-71, 1.955-72, 1.955-73 e 1.955-74.	Em tramitação	-

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas em 2000	Resultado	Observação
1.956-57, public. em 15-12-2000	1.201/2000-CN (nº 1.857/2000, na origem)	Altera os arts. 1º, 4º, 14, 16 e 44, e acresce dispositivos à Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o Código Florestal, bem como altera o art. 10 da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, e dá outras providências.	1.956-46, 1.956-47, 1.956-48, 1.956-49, 1.956-50, 1.956-51, 1.956-52, 1.956-53, 1.956-54, 1.956-55 e 1.956-56.	Em tramitação	<p>MP 1.885-42, (revogada pela a MP nº 1.956-43)</p> <p>*Parecer nº 39/99-CN</p> <p>Admissibilidade (DSF 12-11-99)</p> <p>*Parecer nº 40/99-CN</p> <p>Mérito (DSF 12-11-99)</p> <p>PLV nº 7/99</p> <p>*Parecer nº 12/2000-CN</p> <p>Mérito (DSF 11-5-2000)</p> <p>PLV nº 5/2000</p> <p>Relator: Dep. Moacir Micheletto.</p> <p><u>OBS:</u> Parecer nº 40/99-CN Mérito, foi convalidado até a MP 1956-49, sendo dado outro Parecer de Mérito nº 12/2000-CN e PLV nº 5/2000 à MP 1.596-49, em 10-5-2000.</p> <p>Relator: Dep. Moacir Micheletto.</p> <p>*Pareceres convalidados de acordo com o Ofício 103/99-CN, publicado no DSF de 7-5-99, pág. 10573/74.</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas em 2000	Resultado	Observação
1.957-43, public. em 15-12-2000	1.202/2000-CN (nº 1.858/2000, na origem)	Autoriza a União a receber em valores mobiliários os dividendos e juros sobre o capital próprio a serem pagos por entidades de cujo capital o Tesouro Nacional participe, e dá outras providências.	1.957-32, 1.957-33, 1.957-34, 1.957-35, 1.957-36, 1.957-37, 1.957-38, 1.957-39, 1.957-40, 1.957-41 e 1.957-42.	Em tramitação	-
1.958-38, public. em 15-12-2000	1.203/2000-CN (nº 1.859/2000, na origem)	Dispõe sobre a instituição de sociedade de crédito ao microempreendedor, altera dispositivos das Leis nºs 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 8.029, de 12 de abril de 1990, e 8.934, de 18 de novembro de 1994, e dá outras providências.	1.958-27, 1.958-28, 1.958-29, 1.958-30, 1.958-31, 1.958-32, 1.958-33, 1.958-34, 1.958-35, 1.958-36 e 1.958-37.	Em tramitação	-
1.959-28, public. em 24-11-2000	1.122/2000-CN (nº 1.728/2000, na origem)	Acresce dispositivos da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento.	1.959-18, 1.959-19, 1.959-20, 1.959-21, 1.959-22, 1.959-23, 1.959-24, 1.959-25, 1.959-26 e 1.959-27.	Em tramitação	-
1.960-68, public. em 24-11-2000	1.123/2000-CN (nº 1.729/2000, na origem)	Altera a legislação referente ao Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e ao Fundo da Marinha Mercante - FMM, e dá outras providências.	1.960-58, 1.960-59, 1.960-60, 1.960-61, 1.960-62, 1.960-63, 1.960-64, 1.960-65, 1.960-66 e 1.960-67.	Em tramitação	-
1.961-29, public. em 24-11-2000	1.124/2000-CN (nº 1.730/2000, na origem)	Dispõe sobre o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária - RECOOP, autoriza a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP, e dá outras providências.	1.961-19, 1.961-20, 1.961-21, 1.961-22, 1.961-23, 1.961-24, 1.961-25, 1.961-26, 1.961-27 e 1.961-28.	Em tramitação	-

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas em 2000	Resultado	Observação
1.962-32, public. em 24-11-2000	1.125/2000-CN (nº 1.746/2000, na origem)	Estende aos servidores públicos civis do Poder Executivo Federal a vantagem de vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento, objeto da decisão do Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.	1.962-22, 1.962-23, 1.962-24, 1.962-25, 1.962-26, 1.962-27, 1.962-28, 1.962-29, 1.962-30 e 1.962-31.	Em tramitação	-
1.963-25, public. em 24-11-2000	1.126/2000-CN (nº 1.731/2000, na origem)	Dispõe sobre a administração dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, consolida e atualiza a legislação pertinente ao assunto e dá outras providências.	1.963-15, 1.963-16, 1.963-17, 1.963-18, 1.963-19, 1.963-20, 1.963-21, 1.963-22, 1.963-23 e 1.963-24.	Em tramitação	-
1.964-33, public. em 24-11-2000	1.127/2000-CN (nº 1.732/2000, na origem)	Altera as Leis nºs 6.368, de 21 de outubro de 1976, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e 9.525, de 3 de dezembro de 1997, e dá outras providências	1.964-23, 1.964-24, 1.964-25, 1.964-26, 1.964-27, 1.964-28, 1.964-29, 1.964-30, 1.964-31 e 1.964-32.	Em tramitação	-
1.965-21 public. em 24-11-2000	1.128/2000-CN (nº 1.733/2000, na origem)	Estabelece a nulidade das disposições contratuais que menciona, inverte, nas hipóteses que prevê, o ônus da prova nas ações intentadas para sua declaração.	1.965-11, 1.965-12, 1.965-13, 1.965-14, 1.965-15, 1.965-16, 1.965-17, 1.965-18, 1.965-19 e 1.965-20.	Em tramitação	-
1.966-15, public. em 24-11-2000	1.129/2000-CN (nº 1.734/2000, na origem)	Altera dispositivos da Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996, que institui a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, dispõe sobre a remuneração dos recursos do Fundo de Participação PIS-PASEP, do Fundo de Amparo ao Trabalhador e do Fundo da Marinha Mercante.	1.966-5, 1.966-6, 1.966-7, 1.966-8, 1.966-9, 1.966-10, 1.966-11, 1.966-12, 1.966-13 e 1.966-14.	Em tramitação	-

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas em 2000	Resultado	Observação
1.967-14, public. em 24-11-2000	1.130/2000-CN (nº 1.735/2000, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito extraordinário no valor de R\$ 240.000.000,00, para os fins que especifica.	1.967-4, 1.967-5, 1.967-6, 1.967-7, 1.967-8, 1.967-9, 1.967-10, 1.967-11, 1.967-12 e 1.967-13.	Pareceres Orais - Admissibilidade e Mérito (DCN 15-12-2000) Relator: Dep. Ricardo Barros Convertida na Lei nº 10.074, de 18-12-2000 (DO 19-12-2000)	MP 1.967-14 aprovada na íntegra.
1.968-13, public. em 24-11-2000	1.131/2000-CN (nº 1.736/2000, na origem)	Altera dispositivos da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares.	1.968-3, 1.968-4, 1.968-5, 1.968-6, 1.968-7, 1.968-8, 1.968-9, 1.968-10, 1.968-11 e 1.968-12.	Em tramitação	-
1.969-15, public. em 31-3-2000	310/2000-CN (nº 436/2000, na origem)	Estabelece critérios para consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Municípios.	1.969-13 e 1.969-14.	Revogada	MP 1.969-15 foi revogada e reeditada pela MP 2.022-16.
1.970-17, public. em 24-11-2000	1.132/2000-CN (nº 1.747/2000, na origem)	Institui, no âmbito do Poder Executivo da União, o Programa de Desligamento Voluntário - PDV, a jornada de trabalho reduzida com remuneração proporcional e a licença sem remuneração com pagamento de incentivo em pecúnia, destinados ao servidor da administração pública direta, autárquica e fundacional.	1.970-7, 1.970-8, 1.970-9, 1.970-10, 1.970-11, 1.970-12, 1.970-13, 1.970-14, 1.970-15 e 1.970-16	Em tramitação	-

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas em 2000	Resultado	Observação
1.971-18, public. em 24-11-2000	1.133/2000-CN (nº 1.748/2000, na origem)	Dispõe sobre a reestruturação da Carreira Auditoria do Tesouro Nacional e organização da Carreira Auditoria-Fiscal da Previdência Social e da Carreira Auditoria Fiscal do Trabalho.	1.971-8, 1.971-9, 1.971-10, 1.971-11, 1.971-12, 1.971-13, 1.971-14, 1.971-15, 1.971-16 e 1.971-17.	Em tramitação	-
1.972-20, public. em 24-11-2000	1.134/2000-CN (nº 1.749/2000, na origem)	Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências.	1.972-10, 1.972-11, 1.972-12, 1.972-13, 1.972-14, 1.972-15, 1.972-16, 1.972-17, 1.972-18 e 1.972-19.	Em tramitação	MP 1.972-10, *Parecer nº 5/2000-CN Admissibilidade (DSF 3-3-2000) Relator: Dep. Osvaldo Biolchi. *Parecer convalidado de acordo com o Ofício 103/99-CN, publicado no DSF de 7-5-99, pág. 10573/74.
1.973-68, public. em 24-11-2000	1.135/2000-CN (nº 1.750/2000, na origem)	Dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais, e dá outras providências.	1.973-58, 1.973-59, 1.973-60, 1.973-61, 1.973-62, 1.973-63, 1.973-64, 1.973-65, 1.973-66 e 1.973-67.	Em tramitação	-
1.974-86, public. em 24-11-2000	1.136/2000-CN (nº 1.751/2000, na origem)	Dispõe sobre os títulos da dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional, consolidando a legislação em vigor sobre a matéria.	1.974-76, 1.974-77, 1.974-78, 1.974-79, 1.974-80, 1.974-81, 1.974-82, 1.974-83, 1.974-84 e 1.974-85.	Em tramitação	-

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas em 2000	Resultado	Observação
1.975-28, public. em 30-7-2000 (Ed. Extra)	662/2000-CN (nº 1.043/2000, na origem)	Dá nova redação ao art. 9º da Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores, e dá outras providências.	1.975-22, 1.975-23, 1.975-24, 1.975-25, 1.975-26 e 1.975-27.	Revogada	MP 1.975-28 foi revogada e reeditada pela MP 2.053-29.
1.976-33, public. em 24-11-2000	1.137/2000-CN (nº 1.782/2000, na origem)	Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos privados de assistência à saúde, e dá outras providências.	1.976-23, 1.976-24, 1.976-25, 1.976-26, 1.976-27, 1.976-28, 1.976-29, 1.976-30, 1.976-31 e 1.976-32.	Em tramitação	-
1.977-22, public. em 24-11-2000	1.138/2000-CN (nº 1.752/2000, na origem)	Institui medidas adicionais de estímulo e apoio à reestruturação e ao ajuste fiscal dos Estados e dá outras providências.	1.977-12, 1.977-13, 1.977-14, 1.977-15, 1.977-16, 1.977-17, 1.977-18, 1.977-19, 1.977-20 e 1.977-21.	Em tramitação	-
1.978-31, public. em 24-11-2000	1.139/2000-CN (nº 1.753/2000, na origem)	Dispõe sobre a renegociação de dívidas no âmbito do Programa de Crédito Educativo, e dá outras providências.	1.978-21, 1.978-22, 1.978-23, 1.978-24, 1.978-25, 1.978-26, 1.978-27, 1.978-28, 1.978-29 e 1.978-30.	Em tramitação	-
1.979-25 public. em 24-11-2000	1.140/2000-CN (nº 1.783/2000, na origem)	Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, altera a Lei nº 9.533, de 10 de dezembro de 1997, que dispõe sobre programa de garantia de renda mínima, e dá outras providências.	1.979-15, 1.979-16, 1.979-17, 1.979-18, 1.979-19, 1.979-20, 1.979-21, 1.979-22, 1.979-23 e 1.979-24.	Em tramitação	-

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas em 2000	Resultado	Observação
1.980-25, public. em 24-11-2000	1.141/2000-CN (nº 1.754/2000, na origem)	Dispõe sobre as relações financeiras entre a União e o Banco Central do Brasil e dá outras providências.	1.980-15, 1.980-16, 1.980-17, 1.980-18, 1.980-19, 1.980-20, 1.980-21, 1.980-22, 1.980-23 e 1.980-24.	Em tramitação	-
1.981-54, public. em 24-11-2000	1.142/2000-CN (nº 1.755/2000, na origem)	Dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS; altera o Decreto-Lei nº 2.406, de 5 de janeiro de 1988, e as Leis nºs 8.004, 8.100 e 8.692, de 14 de março de 1990, 5 de dezembro de 1990, e 28 de julho de 1993, respectivamente; e dá outras providências.	1.981-44, 1.981-45, 1.981-46, 1.981-47, 1.981-48, 1.981-49, 1.981-50, 1.981-51, 1.981-52 e 1.981-53.	Pareceres Orais - Admissibilidade e Mérito (DCN 15-12-2000) PLV nº 11/2000 Relator: Dep. Walter Pinheiro Convertida na Lei nº 10.150, de 21-12-2000 (DO 22-12-2000)	MP 1.981-54 aprovada nos termos do PLV nº 11/2000.
1.982-77, public. em 24-11-2000	1.143/2000-CN (nº 1.756/2000, na origem)	Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências.	1.982-67, 1.982-68, 1.982-69, 1.982-70, 1.982-71, 1.982-72, 1.982-73, 1.982-74, 1.982-75 e 1.982-76.	Pareceres Orais - Admissibilidade e Mérito (DCN 15-12-2000) Relator: Sen. Ney Suassuna Convertida na Lei nº 10.101, de 19-12-2000 (DO 20-12-2000)	MP 1.982-77 aprovada na íntegra.

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas em 2000	Resultado	Observação
1.983-49, public. em 7-4-2000	326/2000-CN (nº 466/2000, na origem)	Estabelece mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, dispõe sobre a privatização de instituições financeiras, e dá outras providências.	1.983-47 e 1.983-48.	Revogada	MP 1.983-49 foi revogada e reeditada pela MP 2.023-50.
1.984-24, public. em 24-11-2000	1.144/2000-CN (nº 1.757/2000, na origem)	Acresce e altera dispositivos das Leis nºs 8.437, de 30 de junho de 1992, 9.028, de 12 de abril de 1995, 9.494, de 10 de setembro de 1997, 7.347, de 24 de julho de 1985, 8.429, de 2 de junho de 1992, 9.704, de 17 de novembro de 1998, do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.869, de 11 de janeiro de 1973, e 4.348, de 26 de junho de 1964 e dá outras providências.	1.984-14, 1.984-15, 1.984-16, 1.984-17, 1.984-18, 1.984-19, 1.984-20, 1.984-21, 1.984-22 e 1.984-23.	Em tramitação	MP 1.984-22 revogou e reeditou a MP 2.059.
1.985-34, public. em 24-11-2000	1.145/2000-CN (nº 1.758/2000, na origem)	Dispõe sobre operações financeiras entre o Tesouro Nacional e as entidades que menciona, e dá outras providências.	1.985-24, 1.985-25, 1.985-26, 1.985-27, 1.985-28, 1.985-29, 1.985-30, 1.985-31, 1.985-32 e 1.985-33.	Em tramitação	-
1.986-12, public. em 24-11-2000	1.146/2000-CN (nº 1.759/2000, na origem)	Acresce dispositivos à Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico, para facultar o acesso ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e ao seguro-desemprego.	1.986-2, 1.986-3, 1.986-4, 1.986-5, 1.986-6, 1.986-7, 1.986-8, 1.986-9, 1.986-10 e 1.986-11.	Em tramitação	-

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas em 2000	Resultado	Observação
1.987-31, public. em 9-6-2000	499/2000-CN (nº 786/2000, na origem)	Dispõe sobre a regulação, fiscalização e supervisão dos mercados de títulos ou contratos de investimento coletivo, e dá outras providências.	1.987-27, 1.987-28, 1.987-29 e 1.987-30.	Revogada	MP 1.987-31 foi revogada e reeditada pela MP 2.031-32.
1.988-21, public. em 9-6-2000	500/2000-CN (nº 787/2000, na origem)	Dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.	1.988-17, 1.988-18, 1.988-19 e 1.988-20.	Revogada	<p>MP 1.988-16, *Parecer nº 2/2000-CN Admissibilidade (DSF 1º-2-2000) Relator: Dep. Francisco Garcia.</p> <p>*Parecer convalidado de acordo com o Ofício 103/99-CN, publicado no DSF de 7-5-99, pág. 10573/74.</p> <p>MP 1.988-21 foi revogada e reeditada pela MP 2.035-22.</p>
1.989-23, public. em 9-6-2000	501/2000-CN (nº 788/2000, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, crédito extraordinário no valor de R\$ 68.383.840.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.	1.989-19, 1.989-20, 1.989-21 e 1.989-22.	Revogada	MP 1.989-23 foi revogada e reeditada pela MP 2.032-24.

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas em 2000	Resultado	Observação
1.990-32, public. em 9-6-2000	502/2000-CN (nº 789/2000, na origem)	Altera a legislação do imposto de renda relativamente à incidência na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras, inclusive de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, à conversão, em capital social, de obrigações no exterior de pessoas jurídicas domiciliadas no País, amplia as hipóteses de opção, pelas pessoas físicas, pelo desconto simplificado, regula a informação, na declaração de rendimentos, de depósitos mantidos em bancos no exterior, e dá outras providências.	1.990-28, 1.990-29, 1.990-30 e 1.990-31.	Revogada	MP 1.990-32 foi revogada e reeditada pela MP 2.033-33.
1.991-18, public. em 10-6-2000 (Ed. Extra)	512/2000-CN (nº 807/2000, na origem)	Altera a legislação das Contribuições para a Seguridade Social - COFINS, para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP e do Imposto sobre a Renda, e dá outras providências.	1.991-14, 1.991-15, 1.991-16 e 1.991-17.	Revogada	MP 1.991-18 foi revogada e reeditada pela MP 2.037-19.
1.992-29, public. em 9-6-2000	503/2000-CN (nº 791/2000, na origem)	Altera dispositivos das Leis nºs 9.082, de 25 de julho de 1995, 9.293, de 15 de julho de 1996, 9.473, de 22 de julho de 1997, 9.692, de 27 de julho de 1998, e 9.811, de 28 de julho de 1999, que dispõem sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para os exercícios de 1996, 1997, 1998, 1999 e 2000, respectivamente.	1.992-25, 1.992-26, 1.992-27, 1.992-28.	Revogada	MP 1.992-27 revogou e reeditou as MPs 1.936-45 e 1.937-14. MP 1.992-29 foi revogada e reeditada pela MP 2.030-30.

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas em 2000	Resultado	Observação
1.994-40, public. em 9-6-2000	504/2000-CN (nº 792/2000, na origem)	Dispõe sobre a concessão de financiamento vinculado à exportação de bens ou serviços nacionais, e dá outras providências.	1.994-36, 1.994-37, 1.994-38 e 1.994-39.	Revogada	MP 1.994-40 foi revogada e reeditada pela MP 2.034-41.
1.995-79, public. em 9-6-2000	505/2000-CN (nº 793/2000, na origem)	Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.	1.995-75, 1.995-76, 1.995-77 e 1.995-78.	Revogada	MP 1.995-79 foi revogada e reeditada pela MP 2.036-80.
1.996-25, public. em 9-6-2000	506/2000-CN (nº 794/2000, na origem)	Dá nova redação ao art. 57 da Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965, que dispõe sobre o regime jurídico peculiar aos funcionários policiais civis da União e do Distrito Federal, e dá outras providências.	1.996-21, 1.996-22, 1.996-23 e 1.996-24.	Revogada	MP 1.996-25 foi revogada e reeditada pela MP 2.048-26.
1.997-37, public. em 12-4-2000	340/2000-CN (nº 494/2000, na origem)	Acresce e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, das Leis nºs 4.504, de 30 de novembro de 1964, 5.869, de 11 de janeiro de 1973, e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências.	1.997-35 e 1.997-36.	Revogada	MP 1.997-37 foi revogada e reeditada pela MP 2.027-38.
1.998-66, public. em 9-6-2000	507/2000-CN (nº 795/2000, na origem)	Dá nova redação aos arts. 6º e 9º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, e acresce dispositivo à Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996.	1.998-62, 1.998-63, 1.998-64 e 1.998-65.	Revogada	MP 1.998-66 foi revogada e reeditada pela MP 2.038-67.

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas em 2000	Resultado	Observação
1.999-19, public. em 9-6-2000	508/2000-CN (nº 790/2000, na origem)	Altera dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.	1.999-15, 1.999-16, 1.999-17 e 1.999-18.	Revogada	MP 1.999-19 foi revogada e reeditada pela MP 2.049-20.
2.000-17, public. em 10-6-2000 (Ed. Extra)	513/2000-CN (nº 808/2000, na origem)	Altera dispositivos da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e dá outras providências.	2.000-13, 2.000-14, 2.000-15 e 2.000-16.	Revogada	MP 2.000-17 foi revogada e reeditada pela MP 2.039-18.
2.001-9, public. em 10-6-2000 (Ed. Extra)	514/2000-CN (nº 809/2000, na origem)	Dispõe sobre a realização de contratos de financiamento do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e de projetos de estruturação dos assentados e colonos nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária, aprovados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, bem como dos beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra, com risco para o Tesouro Nacional ou para os Fundos Constitucionais das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e dá outras providências.	2.001-5, 2.001-6, 2.001-7 e 2.001-8.	Revogada	MP 2.001-9 foi revogada e reeditada pela MP 2.050-10.

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas em 2000	Resultado	Observação
2.004-6, public. em 13-3-2000	254/2000-CN (nº 360/2000, na origem)	Institui o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS.	2.004-5.	Pareceres Orais - Admissibilidade e Mérito (DCN 30-3-2000) PLV nº 3/2000 Relator: Dep. Gervásio Silva Parecer nº 6/2000-CN – Redação Final (DCN 30-3-2000) Convertida na Lei nº 9.964, de 10-4-2000 (DO 11-4-2000)	MP 2.004-6 aprovada nos termos do PLV nº 3/2000, com erratas de Plenário.
2.008-6, public. em 9-6-2000	509/2000-CN (nº 797/2000, na origem)	Dispõe sobre a atuação das câmaras e dos prestadores de serviços de compensação e de liquidação, no âmbito do sistema de pagamentos, e dá outras providências.	2.008-2, 2.008-3, 2.008-4 e 2.008-5.	Revogada	MP 2.008-6 foi revogada e reeditada pela MP 2.040-7.
2.009-6, public. em 9-6-2000	510/2000-CN (nº 798/2000, na origem)	Assegura percepção de gratificação por servidores da Carreira Policial Federal, e dá outras providências.	2.009-2, 2.009-3, 2.009-4 e 2.009-5.	Revogada	MP 2.009-6 foi revogada e reeditada pela MP 2.041-7.

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas em 2000	Resultado	Observação
2.010-38, public. em 24-11-2000	1.147/2000-CN (nº 1.737/2000, na origem)	Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 9.530, de 10 de dezembro de 1997.	2.010-28, 2.010-29, 2.010-30, 2.010-31, 2.010-32, 2.010-33, 2.010-34, 2.010-35, 2.010-36 e 2.010-37.	Pareceres Orais - Admissibilidade e Mérito (DCN 15-12-2000) PLV nº 9/2000 Relator: Dep. Mário Assad Convertida na Lei nº 10.148, de 21-12-2000 (DO 22-12-2000)	MP 2.010-38 aprovada nos termos do PLV nº 9/2000.

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas em 2000	Resultado	Observação
2.011-8, public. em 28-5-2000 (Ed. Extra)	463/2000-CN (nº 738/2000, na origem)	Altera dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e dá outras providências.	2.011-4, 2.011-5, 2.011-6 e 2.011-7.	Parecer nº 9/2000-CN Admissibilidade (DSF 15-4-2000)	MP 2.011-6 *Parecer nº 9/2000-CN Admissibilidade
2.011-9, public. em 27-6-2000	553/2000-CN (nº 876/2000, na origem)	OBS: Foi reeditada tendo em vista que a MP 2.011-8, aprovada em 20-6-2000, não havia sido sancionada até a data da sua vigência.		<p>Parecer nº 16/2000-CN - Mérito (DSF 15-6-2000) PLV nº 7/2000</p> <p>Parecer nº 18/2000-CN – Redação Final (DCN 21-6-2000)</p> <p>Relator: Sen. Maguito Vilela.</p> <p>Convertida na Lei nº 9.981, de 14-7-2000 (DO 17-7-2000)</p>	<p>MP 2.011-7 Parecer nº 13/2000-CN Mérito (DSF 27-5-2000)</p> <p><u>OBS:</u> Parecer nº 13/2000-CN Mérito, foi só para a MP 2.011-7, sendo dado outro Parecer de Mérito nº 16/2000-CN e PLV nº 7/2000 à MP 2.011-8.</p> <p>*Parecer convalidado de acordo com o Ofício 103/99-CN, publicado no DSF de 7-5-99, pág. 10573/74.</p> <p>MP 2.011-8 aprovada nos termos do PLV nº 7/2000.</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas em 2000	Resultado	Observação
2.014-12, public. em 24-11-2000	1.148/2000-CN (nº 1.738/2000, na origem)	Altera e acresce dispositivos à Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, e dá outras providências.	2.014-2, 2.014-3, 2.014-4, 2.014-5, 2.014-6, 2.014-7, 2.014-8, 2.014-9, 2.014-10 e 2.014-11.	Em tramitação	-
2.016-11, public. em 24-11-2000	1.149/2000-CN (nº 1.739/2000, na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 182.200.000,00, para os fins que especifica, institui o Programa Especial de Financiamento, e dá outras providências.	2.016-1, 2.016-2, 2.016-3, 2.016-4, 2.016-5, 2.016-6, 2.016-7, 2.016-8, 2.016-9 e 2.016-10.	Pareceres Orais - Admissibilidade e Mérito (DCN 15-12-2000) Relator: Dep. Ricardo Barros Convertida na Lei nº 10.075, de 18-12-2000 (DO 19-12-2000)	MP 2.016-11 aprovada na íntegra.

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas em 2000	Resultado	Observação
2.017-5, public. em 9-6-2000	511/2000-CN (nº 799/2000, na origem)	Acresce dispositivo à Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994, que institui a Cédula de Produto Rural, e dá outras providências.	2.017, 2.017-1, 2.017-2, 2.017-3 e 2.017-4.	Revogada	<p>MP 2.017 a 2.017-2</p> <p>*Parecer nº 3/2000-CN Admissibilidade (DSF 10-2-2000)</p> <p>*Parecer nº 4/2000-CN Mérito (DSF 10-2-2000) Relator: Sen. Jonas Pinheiro.</p> <p>*Pareceres convalidados de acordo com o Ofício 103/99-CN, publicado no DSF de 7-5-99, pág. 10573/74.</p> <p>MP 2.017-5 foi revogada e reeditada pela MP 2.042-6.</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas em 2000	Resultado	Observação
2.018-10, public. em 24-11-2000	1.150/2000-CN (nº 1.784/2000, na origem)	Abre créditos extraordinários, em favor do Ministério do Meio Ambiente e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de R\$ 303.050.000,00, para os fins que especifica.	2.018, 2.018-1, 2.018-2, 2.018-3, 2.018-4, 2.018-5, 2.018-6, 2.018-7, 2.018-8 e 2.018-9	Pareceres Orais - Admissibilidade e Mérito (DCN 15-12-2000) Relator: Dep. Ricardo Barros Convertida na Lei nº 10.073, de 18-12-2000 (DO 19-12-2000)	MP 2.018-10 aprovada na íntegra.

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas em 2000	Resultado	Observação
2.019-1, public. em 22-4-2000 (Ed. Extra)	351/2000-CN (nº 506/2000, na origem)	Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 1996, e dá outras providências.	2019.	<p>Parecer nº 10/2000-CN - Admissibilidade (DSF 19-4-2000) Adendo ao Parecer nº 10/2000 (DSF 3-5-2000)</p> <p>Parecer nº 11/2000-CN - Mérito (DSF 19-4-2000) Adendo ao Parecer nº 11/2000 (DSF 6-5-2000)</p> <p>PLV nº 4/2000</p> <p>Relator: Dep. Armando Monteiro.</p> <p>Convertida na Lei nº 9.971, de 18-5-2000 (DO 19-5-2000)</p>	<p>MP 2.019 e 2.019-1</p> <p>*Parecer nº 10/2000-CN Admissibilidade</p> <p>*Parecer nº 11/2000-CN Mérito</p> <p>Relator: Dep. Armando Monteiro.</p> <p>*Pareceres convalidados de acordo com o Ofício 103/99-CN, publicado no DSF de 7-5-99, pág. 10573/74.</p> <p>MP 2.019-1 revogou as MPs 1.933-12, 1.945-50, 1.946-38 e 1.947-25.</p> <p>MP 2.019-1 aprovada nos termos do PLV nº 4/2000.</p>
2.020-3, public. em 23-6-2000	521/2000-CN (nº 841/2000, na origem)	Institui a Gratificação de Incentivo à Docência e dá outras providências.	2.020, 2.020-1 e 2.020-2.	Revogada	MP 2.020-3 foi revogada e reeditada pela MP 2.051-4.

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas em 2000	Resultado	Observação
2.021-8, public. em 24-11-2000	1.151/2000-CN (nº 1.760/2000, na origem)	Acresce dispositivos ao Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, para dispor sobre o financiamento a projetos de implantação e recuperação de infraestrutura de pesquisa nas instituições públicas de ensino superior e de pesquisa, e dá outras providências.	2.021, 2.021-1, 2.021-2, 2.021-3, 2.021-4, 2.021-5, 2.021-6 e 2.021-7.	Em tramitação	-
2.022-18, public. em 23-6-2000	522/2000-CN (nº 842/2000, na origem)	Estabelece critérios para consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Municípios.	2.022-16 e 2.022-17.	Revogada	MP 2.022-16 revogou e reeditou a MP 1.969-15. MP 2.022-18 foi revogada e reeditada pela MP 2.043-19.
2.023-52, public. em 23-6-2000	523/2000-CN (nº 843/2000, na origem)	Estabelece mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, dispõe sobre a privatização de instituições financeiras, e dá outras providências.	2.023-50 e 2.023-51.	Revogada	MP 2.023-50 revogou e reeditou a MP 1.983-49. MP 2.023-52 foi revogada e reeditada pela MP 2.044-53.
2.024, public. em 3-5-2000	391/2000-CN (nº 587/2000, na origem) OBS: A mensagem não foi enviada pelo Palácio do Planalto.	Institui o Vale-Pedágio obrigatório sobre transporte rodoviário de carga e dá outras providências.	-	Revogada	MP 2.024 foi revogada e reeditada pela MP 2.025-1.

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas em 2000	Resultado	Observação
2.025-8, public. em 24-11-2000	1.152/2000-CN (nº 1.761/2000, na origem)	Institui o Vale-Pedágio obrigatório sobre transporte rodoviário de carga e dá outras providências.	2.025-1, 2.025-2, 2.025-3, 2.025-4, 2.025-5, 2.025-6 e 2.025-7.	Em tramitação	MP 2.025-1 revogou e reeditou a MP 2.024.
2.026-7, public. em 24-11-2000	1.153/2000-CN (nº 1.762/2000, na origem)	Institui, no âmbito da União, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.	2.026, 2.026-1, 2.026-2, 2.026-3, 2.026-4, 2.026-5 e 2.026-6.	Em tramitação	-
2.027-45, public. em 24-11-2000	1.154/2000-CN (nº 1.785/2000, na origem)	Acresce e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, das Leis nºs 4.504, de 30 de novembro de 1964, 8.177, de 1º de março de 1991 e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências.	2.027-38, 2.027-39, 2.027-40, 2.027-41, 2.027-42, 2.027-43 e 2.027-44.	Em tramitação	MP 2.027-38 revogou e reeditou a MP 1.997-37.
2.028, public. em 21-6-2000	518/2000-CN (nº 833/2000, na origem)	Abre crédito extraordinário em favor da Presidência da República, do Ministério da Justiça, do Ministério do Esporte e Turismo e do Ministério da Defesa, no valor global de R\$ 422.002.000,00, para os fins que especifica.	-	Revogada	MP 2.028 foi revogada e reeditada pela MP 2.047-1.
2.029, public. em 21-6-2000	519/2000-CN (nº 834/2000, na origem)	Institui o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, suspende temporariamente o registro de arma de fogo, e dá outras providências.	-	Revogada	MP 2.029 foi revogada e reeditada pela MP 2.045-1.

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas em 2000	Resultado	Observação
2.030-30, public. em 21-6-2000	520/2000-CN (nº 839/2000, na origem)	Altera dispositivos das Leis nºs 9.082, de 25 de julho de 1995, 9.293, de 15 de julho de 1996, 9.473, de 22 de julho de 1997, 9.692, de 27 de julho de 1998, e 9.811, de 28 de julho de 1999, que dispõem sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para os exercícios de 1996, 1997, 1998, 1999 e 2000, respectivamente.	-	Revogada	MP 2.030-30 revogou e reeditou a MP 1.992-29. MP 2.030-30 foi revogada e reeditada pela MP 2.046-31.
2.031-37, public. em 24-11-2000	1.155/2000-CN (nº 1.740/2000, na origem)	Dispõe sobre a regulação, fiscalização e supervisão dos mercados de títulos ou contratos de investimento coletivo, e dá outras providências.	2.031-32, 2.031-33, 2.031-34, 2.031-35 e 2.031-36.	Em tramitação	MP 2.031-32 revogou e reeditou a MP 1.987-31.
2.032-29, public. em 24-11-2000	1.156/2000-CN (nº 1.741/2000, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, crédito extraordinário no valor de R\$ 68.383.840.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.	2.032-24, 2.032-25, 2.032-26, 2.032-27 e 2.032-28.	Pareceres Orais - Admissibilidade e Mérito (DCN 15-12-2000) Relator: Dep. Ricardo Barros Convertida na Lei nº 10.072, de 18-12-2000 (DO 19-12-2000)	MP 2.032-24 revogou e reeditou a MP 1.989-23. MP 2.032-29 aprovada na íntegra.

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas em 2000	Resultado	Observação
2.033-38, public. em 24-11-2000	1.157/2000-CN (nº 1.742/2000, na origem)	Altera a legislação do imposto de renda relativamente à incidência na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras, inclusive de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, à conversão, em capital social, de obrigações no exterior de pessoas jurídicas domiciliadas no País, amplia as hipóteses de opção, pelas pessoas físicas, pelo desconto simplificado, regula a informação, na declaração de rendimentos, de depósitos mantidos em bancos no exterior, e dá outras providências.	2.033-33, 2.033-34, 2.033-35, 2.033-36 e 2.033-37.	Em tramitação	MP 2.033-33 revogou e reeditou a MP 1.990-32.
2.034-46, public. em 24-11-2000	1.158/2000-CN (nº 1.743/2000, na origem)	Dispõe sobre a concessão de financiamento vinculado à exportação de bens ou serviços nacionais, e dá outras providências.	2.034-41, 2.034-42, 2.034-43, 2.034-44 e 2.034-45.	Em tramitação	MP 2.034-41 revogou e reeditou a MP 1.994-40.

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas em 2000	Resultado	Observação
2.035-27, public. em 24-11-2000	1.159/2000-CN (nº 1.786/2000, na origem)	Dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.	2.035-22, 2.035-23, 2.035-24, 2.035-25 e 2.035-26.	Parecer nº 63/2000-CN Mérito (DSF 15-11-2000) PLV nº 8/2000 Relator: Dep. Francisco Garcia Convertida na Lei nº 10.177, de 12-01-2001 (DO 15-01-2001)	MP 2.035-22 revogou e reeditou a MP 1.988-21. MP 1.988-16, *Parecer nº 2/2000-CN Admissibilidade (DSF 1º-2-2000) Relator: Dep. Francisco Garcia. *Parecer convalidado de acordo com o Ofício 103/99-CN, publicado no DSF de 7-5-99, pág. 10573/74. MP 2.035-27 aprovada nos termos do PLV nº 8/2000.
2.036-85, public. em 24-11-2000	1.160/2000-CN (nº 1.763/2000, na origem)	Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.	2.036-80, 2.036-81, 2.036-82, 2.036-83 e 2.036-84.	Em tramitação	MP 2.036-80 revogou e reeditou a MP 1.995-79.

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas em 2000	Resultado	Observação
2.037-24, public. em 24-11-2000	1.161/2000-CN (nº 1.787/2000, na origem)	Altera a legislação das Contribuições para a Seguridade Social - COFINS, para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP e do Imposto sobre a Renda, e dá outras providências.	2.037-19, 2.037-20, 2.037-21, 2.037-22 e 2.037-23.	Em tramitação	MP 2.037-19 revogou e reeditou a MP 1.991-18.
2.038-72, public. em 24-11-2000	1.162/2000-CN (nº 1.764/2000, na origem)	Dá nova redação aos arts. 6º e 9º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, e acresce dispositivo à Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996.	2.038-67, 2.038-68, 2.038-69, 2.038-70 e 2.038-71.	Em tramitação	MP 2.038-67 revogou e reeditou a MP 1.998-66.
2.039-23, public. em 24-11-2000	1.163/2000-CN (nº 1.765/2000, na origem)	Altera dispositivos da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e dá outras providências.	2.039-18, 2.039-19, 2.039-20, 2.039-21 e 2.039-22.	Em tramitação	MP 2.039-18 revogou e reeditou a MP 2.000-17.
2.040-12, public. em 24-11-2000	1.164/2000-CN (nº 1.766/2000, na origem)	Dispõe sobre a atuação das câmaras e dos prestadores de serviços de compensação e de liquidação, no âmbito do sistema de pagamentos, e dá outras providências.	2.040-7, 2.040-8, 2.040-9, 2.040-10 e 2.040-11.	Em tramitação	MP 2.040-7 revogou e reeditou a MP 2.008-6.

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas em 2000	Resultado	Observação
2.041-12, public. em 24-11-2000	1.165/2000-CN (nº 1.767/2000, na origem)	Assegura percepção de gratificação por servidores das Carreiras Policial Federal, Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal, dá nova redação ao art. 57 da Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965, que dispõe sobre o regime jurídico peculiar aos funcionários policiais civis da União e do Distrito Federal, e dá outras providências.	2.041-7, 2.041-8, 2.041-9, 2.041-10 e 2.041-11.	Em tramitação	MP 2.041-7 revogou e reeditou a MP 2.009-6.
2.042-11, public. em 24-11-2000	1.166/2000-CN (nº 1.768/2000, na origem)	Acresce e altera dispositivos da Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994, que institui a Cédula de Produto Rural, e dá outras providências.	2.042-6, 2.042-7, 2.042-8, 2.042-9 e 2.042-10.	Em tramitação	MP 2.042-6 revogou e reeditou a MP 2.017-5.
2.043-24, public. em 24-11-2000	1.167/2000-CN (nº 1.769/2000, na origem)	Estabelece critérios para consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Municípios.	2.043-19, 2.043-20, 2.043-21, 2.043-22 e 2.043-23.	Em tramitação	MP 2.043-19 revogou e reeditou a MP 2.022-18.
2.044-58, public. em 24-11-2000	1.168/2000-CN (nº 1.770/2000, na origem)	Estabelece mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, dispõe sobre a privatização de instituições financeiras, e dá outras providências.	2.044-53, 2.044-54, 2.044-55, 2.044-56 e 2.044-57.	Em tramitação	MP 2.044-53 revogou e reeditou a MP 2.023-52.
2.045-6, public. em 24-11-2000	1.169/2000-CN (nº 1.771/2000, na origem)	Institui o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, e dá outras providências.	2.045-1, 2.045-2, 2.045-3, 2.045-4 e 2.045-5.	Em tramitação	MP 2.045-1 revogou e reeditou a MP 2.029.

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas em 2000	Resultado	Observação
2.046-36, public. em 24-11-2000	1.170/2000-CN (nº 1.772/2000, na origem)	Altera dispositivos das Leis nºs 9.082, de 25 de julho de 1995, 9.293, de 15 de julho de 1996, 9.473, de 22 de julho de 1997, 9.692, de 27 de julho de 1998, e 9.811, de 28 de julho de 1999, e 9.995, de 25 de julho de 2000, que dispõem sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para os exercícios de 1996, 1997, 1998, 1999, 2000 e 2001, respectivamente.	2.046-31, 2.046-32, 2.046-33, 2.046-34 e 2.046-35.	Em tramitação	MP 2.046-31 revogou e reeditou a MP 2.030-30.
2.047-6, public. em 24-11-2000	1.171/2000-CN (nº 1.773/2000, na origem)	Abre crédito extraordinário em favor da Presidência da República, do Ministério da Justiça, do Ministério do Esporte e Turismo e do Ministério da Defesa, no valor global de R\$ 422.002.000,00, para os fins que especifica.	2.047-1, 2.047-2, 2.047-3, 2.047-4 e 2.047-5.	Pareceres Orais - Admissibilidade e Mérito (DCN 15-12-2000) Relator: Dep. Paulo Magalhães Convertida na Lei nº 10.071, de 18-12-2000 (DO 19-12-2000)	MP 2.047-1 revogou e reeditou a MP 2.028. MP 2.047-6 aprovada na íntegra.
2.048-31, public. em 24-11-2000	1.172/2000-CN (nº 1.774/2000, na origem)	Dispõe sobre a criação, reestruturação e organização de carreiras, cargos e funções comissionadas técnicas no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.	2.048-26, 2.048-27, 2.048-28, 2.048-29 e 2.048-30.	Em tramitação	MP 2.048-26 revogou e reeditou a MP 1.996-25.

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas em 2000	Resultado	Observação
2.049-25, public. em 24-11-2000 (Republ. DO 25-11-2000-Ed. Extra)	1.173/2000-CN (nº 1.788/2000, na origem)	Altera dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.	2.049-20, 2.049-21, 2.049-22, 2.049-23 e 2.049-24.	Em tramitação	MP 2.049-20 revogou e reeditou a MP 1.999-19.
2.050-15, public. em 24-11-2000	1.174/2000-CN (nº 1.775/2000, na origem)	Dispõe sobre a realização de contratos de financiamento do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e de projetos de estruturação dos assentados e colonos nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária, aprovados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, bem como dos beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra, com risco para o Tesouro Nacional ou para os Fundos Constitucionais das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e dá outras providências.	2.050-10, 2.050-11, 2.050-12, 2.050-13 e 2.050-14.	Em tramitação	MP 2.050-10 revogou e reeditou a MP 2.001-9.
2.051-9, public. em 24-11-2000	1.175/2000-CN (nº 1.776/2000, na origem)	Institui a Gratificação de Incentivo à Docência e dá outras providências.	2.051-4, 2.051-5, 2.051-6, 2.051-7 e 2.051-8.	Em tramitação	MP 2.051-4 revogou e reeditou a MP 2.020-3.

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas em 2000	Resultado	Observação
2.052-5, public. em 24-11-2000	1.176/2000-CN (nº 1.777/2000, na origem)	Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição, os arts. 1º, 8º, alínea "j", 10, alínea "c", 15 e 16, alíneas 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e a transferência de tecnologia para sua conservação e utilização, e dá outras providências.	2.052, 2.052-1, 2.052-2, 2.052-3 e 2.052-4.	Em tramitação	-
2.053-33 public. em 1º-12-2000	1.179/2000-CN (nº 1.804/2000, na origem)	Dá nova redação ao art. 9º da Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores, e dá outras providências.	2.053-29, 2.053-30, 2.053-31 e 2.053-32.	Em tramitação	MP 2.053-29 revogou e reeditou a MP 1.975-28.
2.054-4, public. em 8-12-2000	1.182/2000-CN (nº 1.824/2000, na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Integração Nacional, dos Transportes e da Educação, no valor global de R\$ 155.014.448,00, para os fins que especifica.	2.054, 2.054-1, 2.054-2 e 2.054-3.	Pareceres Orais - Admissibilidade e Mérito (DCN 15-12-2000) Relator: Dep. Ricardo Barros Convertida na Lei nº 10.070, de 18-12-2000 (DO 19-12-2000)	MP 2.054-4 aprovada na íntegra.

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas em 2000	Resultado	Observação
2.055-4, public. em 8-12-2000	1.183/2000-CN (nº 1.825/2000, na origem)	Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, que transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE em autarquia, dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica, e dá outras providências.	2.055, 2.055-1, 2.055-2 e 2.055-3.	Pareceres Orais - Admissibilidade e Mérito (DCN 15-12-2000) PLV nº 10/2000 Relator: Dep. Múcio Sá Convertida na Lei nº 10.149, de 21-12-2000 (DO 22-12-2000)	MP 2.055-4 aprovada nos termos do PLV nº 10/2000.
2.056-4, public. em 8-12-2000	1.184/2000-CN (nº 1.826/2000, na origem)	Altera o art. 10 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo, e acresce dispositivos ao art. 10 da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, que dispõe sobre a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis e estabelece sanções administrativas.	2.056, 2.056-1, 2.056-2 e 2.056-3.	Em tramitação	-

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas em 2000	Resultado	Observação
2.057-4, public. em 8-12-2000	1.185/2000-CN (nº 1.827/2000, na origem)	Abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Defesa, no valor de R\$ 162.000.000,00, para os fins que especifica.	2.057, 2.057-1, 2.057-2 e 2.057-3.	Pareceres Orais - Admissibilidade e Mérito (DCN 15-12-2000) Relator: Dep. Ricardo Barros Convertida na Lei nº 10.163, de 26-12-2000 (DO 27-12-2000)	MP 2.057-4 aprovada na íntegra.
2.058-4, public. em 15-12-2000	1.204/2000-CN (nº 1.844/2000, na origem)	Altera a legislação do imposto sobre a renda no que se refere aos incentivos fiscais de isenção e de redução, define diretrizes para os incentivos fiscais de aplicação de parcela do imposto sobre a renda nos Fundos de Investimentos Regionais, e dá outras providências.	2.058, 2.058-1, 2.058-2 e 2.058-3.	Em tramitação	-
2.059, public. em 9-9-2000 (Ed. Extra)	798/2000-CN (nº 1.243/2000, na origem)	Acresce disposições à Lei nº 4.348, de 26 de junho de 1964.	-	Revogada	MP 2.059 foi revogada e reeditada pela MP 1.984-22.
2.060-2, public. em 24-11-2000	1.177/2000-CN (nº 1.789/2000, na origem)	Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela Previdência Social, e altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991, 9.604, de 5 de fevereiro de 1998, 9.639, de 25 de maio de 1998, 9.717, de 27 de novembro de 1998, e 9.796, de 5 de maio de 1999, e dá outras providências.	2.060 e 2.060-1.	Em tramitação	-

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas em 2000	Resultado	Observação
2.061-2, public. em 1º-12-2000	1.180/2000-CN (nº 1.805/2000, na origem)	Dispõe sobre o Programa de Recuperação Fiscal - Refis.	2.061 e 2.061-1.	Em tramitação	-
2.062-60, public. em 1º-12-2000	1.181/2000-CN (nº 1.806/2000, na origem)	Altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências.	-	Em tramitação	MP 2.062-60 revogou e reeditou a MP 1.943-59.

5) VETOS

Total dos Projetos.....	060
Total dos Vetos.....	340
- de sessões legislativas anteriores	138
- da presente sessão legislativa	202
- em tramitação	273
- mantidos.....	031
- rejeitados.....	001
- projetos prejudicados.....	002

a) De Sessões Legislativas anteriores

Mensagem	Projeto	Ementa	Resultado
202/94-CN (nº 503/94, na origem)	PLC nº 34/94 (PL nº 2.535/92, na Casa de origem)	Dispõe sobre o exercício da profissão de desenhista.	Em tramitação Total - 1 Veto Total
117/95-CN (nº 188/95, na origem)	PLC nº 207/93 (PL nº 1.830/91, na Casa de origem)	Dispõe sobre a importação de produtos de origem animal e vegetal destinados ao consumo.	Em tramitação Total - 1 Veto Total
472/95-CN (nº 985/95, na origem)	PLS nº 340/91 (PL nº 4.386/94, na Câmara dos Deputados)	Cria a área de livre comércio de Cáceres e dá outras providências.	Em tramitação Total - 1 Veto Total
634/95-CN (nº 1.291/95, na origem)	PLC nº 100/95 (PL nº 373/95, na Casa de origem)	Autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelos empregadores em geral, na forma que especifica, e determina outras providências.	Mantidos os vetos na sessão de 9-8-2000 Total - 5 Veto Parcial
41/96-CN (nº 1.473/95, na origem)	PLC nº 29/95 (PL nº 407/91, na Casa de origem)	Acrescenta dispositivos à Lei nº 2.604, de 17 de setembro de 1955, que “regula o exercício da enfermagem profissional”, estabelecendo limite para a jornada normal de trabalho.	Em tramitação Total - 1 Veto Total Relatório nº 2/96-CN (DCN 22.03.96) Relatora: Dep. Lídia Quinan

Mensagem	Projeto	Ementa	Resultado
128/96-CN (nº 228/96, na origem)	PLC nº 5/96 (PL nº 1.355/95, na Casa de origem)	Reorganiza as classes da Carreira Policial Federal, fixa a remuneração dos cargos que as integram e dá outras providências.	Em tramitação Total - 2 Veto Parcial Relatório nº 3/96-CN (DCN 03.04.96) Relator: Dep. Wigberto Tartuce
541/96-CN (nº 869/96, na origem)	PLC nº 57/96 - Complementar (PL nº 95/96- Complementar, na Casa de origem)	Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências.	Em tramitação Total - 38 Veto Parcial
131/97-CN (nº 1.439/96, na origem)	PLC nº 92/96 (PL nº 2.380/96, na Casa de origem)	Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.	Em tramitação Total - 3 Veto Parcial
193/97-CN (nº 248/97, na origem)	PLC nº 64/96 (PL nº 7.865/86, na Casa de origem)	Institui o Sistema Nacional de Armas - SINARM, estabelece condições para o registro e para o porte de arma de fogo, define crimes e dá outras providências.	Em tramitação Total - 2 Veto Parcial
621/97-CN (nº 1.056/97, na origem)	PLC nº 73/94 (PL nº 3.710/93, na Casa de origem)	Institui o Código de Trânsito Brasileiro.	Mantidos os vetos na sessão de 15-9-99 Total - 119 Veto Parcial
			OBS.: Faltando ser apreciados
			Total - 9
217/98-CN (nº 1.645/97, na origem)	PLC nº 112/92 (PL nº 2.802/92, na Casa de origem)	Altera o art. 389 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação Total - 1 Veto Total
221/98-CN (nº 1.504/97, na origem)	PLV nº 13/97 (oriundo da MP nº 1.596- 14/97)	Altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.	Em tramitação Total - 7 Veto Parcial
397/98-CN (nº 622/98, na origem)	PLV nº 9/98 (oriundo da MP nº 1.651- 43/98)	Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.	Mantidos os vetos na sessão de 9-8-2000 Total - 2 Veto Parcial

Mensagem	Projeto	Ementa	Resultado
761/98-CN (nº 858/98, na origem)	PLS nº 195/95 (nº 4.573/98, na Câmara dos Deputados)	Concede anistia de multas cominadas pelo Tribunal Superior do Trabalho a entidades sindicais representativas dos empregados da Empresa Petróleo Brasileiro S/A - Petrobrás, no período em que menciona.	Em tramitação Total - 2 Veto Parcial
740/99-CN (nº 673/99, na origem)	PLC nº 29/96 (PL nº 382/91, na Casa de origem)	Inserir na Consolidação das Leis do Trabalho regras sobre o acesso da mulher ao mercado de trabalho e dá outras providências.	Em tramitação Total - 16 Veto Parcial
838/99-CN (nº 967/99, na origem)	PLS nº 307/95 (nº 3.152/97, na Câmara dos Deputados)	Altera a redação do art. 4º do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista, e dá outras providências.	Em tramitação Total - 1 Veto Total
843/99-CN (nº 1.055/99, na origem)	PL nº 2/99-CN	Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2000 e dá outras providências.	A Presidência declara a Prejudicialidade do Projeto na sessão de 9-8- 2000 Ao Arquivo Total - 32 Veto Parcial
857/99-CN (nº 1.271/99, na origem)	PLC nº 58/98 (PL nº 2.775/97, na Casa de origem)	Altera a redação do inciso III do art. 12 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências.	Mantido o veto na sessão de 9-8-2000 Total - 1 Veto Parcial
954/99-CN (nº 1.278/99, na origem)	PLC nº 12/98 (PL nº 1.022/95, na Casa de origem)	Dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação dos índices de evasão e repetência nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio.	Mantido o veto na sessão de 9-8-2000 Total - 1 Veto Total
1.200/99-CN (nº 1.436/99, na origem)	PLS nº 32/96 (nº 2.211/96, na Câmara dos Deputados)	Institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, dispondo sobre o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido previsto nos arts. 170 e 179 da Constituição Federal.	Em tramitação Total - 1 Veto Parcial
1.201/99-CN (nº 1.584/99, na origem)	PLC nº 71/93 (PL nº 3.112/89, na Casa de origem)	Acrescenta § 2º ao art. 626 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Mantido o veto na sessão de 9-8-2000 Total - 1 Veto Total
1.202/99-CN (nº 1.673/99, na origem)	PLC nº 57/98 (PL nº 4.688/94, na Casa de origem)	Dispõe sobre a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais, visando à integração social dos cidadãos, conforme específica.	Mantidos os vetos na sessão de 9-8-2000 Total - 4 Veto Parcial

Mensagem	Projeto	Ementa	Resultado
1.203/99-CN (nº 1.674/99, na origem)	PLC nº 10/99 (PL nº 2.960/97, na Casa de origem)	Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.	Mantidos os vetos na sessão de 9-8-2000 Total - 6 Veto Parcial

b) Da presente Sessão Legislativa

Mensagem	Projeto	Ementa	Resultado
264/2000- CN (nº 1.750/99, na origem)	PLV nº 8/99 (oriundo da MP nº 1.910- 11/99) Veto Parcial nº 1/2000	Estabelece prazo para as ratificações de concessões e alienações de terras feitas pelos Estados na faixa de fronteira, e dá outras providências.	Mantido o veto na sessão de 9-8-2000 Total - 1 Veto Parcial
265/2000- CN (nº 1.807/99, na origem)	PLC nº 17/99 (PL nº 2.872/97, na Casa de origem) Veto Parcial nº 2/2000	Dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1º do art. 102 da Constituição Federal.	Em tramitação Total - 7 Veto Parcial
266/2000- CN (nº 1.895/99, na origem)	PLC nº 50/95 (PL nº 2.001/91, na Casa de origem) Veto Total nº 3/2000	Introduz alterações na Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que institui o seguro- desemprego, visando a estender o benefício ao empregado doméstico e dá outras providências.	Em tramitação Total - 1 Veto Total
267/2000- CN (nº 1.896/99, na origem)	PLC nº 60/96 (PL nº 1.643/96, na Casa de origem) Veto Total nº 4/2000	Altera o art. 883 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil.	Mantido o veto na sessão de 9-8-2000 Total - 1 Veto Total
268/2000- CN (nº 1.990/99, na origem)	PLS nº 81/99 (nº 934/99, na Câmara dos Deputados) Veto Total nº 5/2000	Dispõe sobre anistia de multas aplicadas pela Justiça Eleitoral em 1996 e 1998.	Rejeitado o veto na sessão de 9-8-2000 Lei nº 9.996, de 14-8-2000 (DO de 15-8-2000) Total - 1 Veto Total

Mensagem	Projeto	Ementa	Resultado
269/2000-CN (nº 2.014/99, na origem)	PL nº 47/99-CN Veto Parcial nº 6/2000	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Senado Federal e da Presidência da República, crédito especial no valor global de R\$ 2.363.536,00, para os fins que especifica.	A Presidência declara a Prejudicialidade do Projeto na sessão de 8-6-2000. Ao Arquivo Total - 3 Veto Parcial
270/2000-CN (nº 1/2000, na origem)	PLC nº 38/98 (PL nº 3.066/97, na Casa de origem) Veto Parcial nº 7/2000	Dispõe sobre a Carreira de Apoio Técnico-Administrativo do Ministério Público da União, fixa os valores de sua remuneração e dá outras providências.	Em tramitação Total - 8 Veto Parcial
271/2000-CN (nº 247/2000, na origem)	PLC nº 57/99 (PL nº 4.811/98, na Casa de origem) Veto Parcial nº 8/2000	Disciplina o regime de emprego público do pessoal da Administração federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.	Em tramitação Total - 2 Veto Parcial
272/2000-CN (nº 1.749/99, na origem)	PLV nº 5/99 (oriundo da MP nº 1.890-67/99) Veto Parcial nº 9/2000	Dispõe sobre o valor total das anuidades escolares e dá outras providências.	Em tramitação Total - 4 Veto Parcial
347/2000-CN (nº 75/2000, na origem)	PLC nº 28/99 (PL nº 4.693/98, na Casa de origem) Veto Parcial nº 10/2000	Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, instituindo o procedimento sumaríssimo no processo trabalhista.	Mantidos os vetos na sessão de 9-8-2000 Total - 3 Veto Parcial
490/2000-CN (nº 571/2000, na origem)	PLC nº 37/96 (PL nº 2.891/92, na Casa de origem) Veto Parcial nº 11/2000	Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências.	Mantido o veto na sessão de 9-8-2000 Total - 1 Veto Parcial

Mensagem	Projeto	Ementa	Resultado
491/2000-CN (nº 627/2000, na origem)	PLC nº 4/2000-Complementar (PL Complementar nº 18/99, na Casa de origem) Veto Parcial nº 12/2000	Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.	Em tramitação Total - 25 Veto Parcial
492/2000-CN (nº 663/2000, na origem)	PLS nº 91/98 (nº 390/99, na Câmara dos Deputados) Veto Total nº 13/2000	Institui o Conselho Federal do Secretariado – CFSEC e os Conselhos Regionais de Secretariado – CRSEC; dispõe sobre a fiscalização do exercício profissional e dá outras providências.	Mantido o veto na sessão de 9-8-2000 Total - 1 Veto Total
493/2000-CN (nº 671/2000, na origem)	PL nº 20/99-CN Veto Parcial nº 14/2000	Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2000.	Em tramitação Total - 24 Veto Parcial
494/2000-CN (nº 690/2000, na origem)	PLC nº 59/99 (PL nº 267/99, na Casa de origem) Veto Parcial nº 15/2000	Institui o dia 18 de maio como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.	Mantido o veto na sessão de 9-8-2000 Total - 2 Veto Parcial
495/2000-CN (nº 697/2000, na origem)	PLC nº 39/97 (PL nº 85/95, na Casa de origem) Veto Total nº 16/2000	Dispõe sobre a prática desportiva da capoeira e dá outras providências.	Mantido o veto na sessão de 9-8-2000 Total - 1 Veto Total
496/2000-CN (nº 705/2000, na origem)	PLC nº 8/2000 (PL nº 4.257/98, na Casa de origem) Veto Parcial nº 17/2000	Institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências.	Em tramitação Total - 2 Veto Parcial

Mensagem	Projeto	Ementa	Resultado
497/2000-CN (nº 746/2000, na origem)	PLC nº 5/2000 (PL nº 2.329/2000, na Casa de origem) Veto Parcial nº 18/2000	Dispõe sobre o sistema de armazenagem dos produtos agropecuários.	Mantido o veto na sessão de 9-8-2000 Total - 1 Veto Parcial
517/2000-CN (nº 780/2000, na origem)	PLS nº 27/95 (nº 1.645/96, na Câmara dos Deputados) Veto Parcial nº 19/2000	Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.	Em tramitação Total - 1 Veto Parcial
776/2000-CN (nº 958/2000, na origem)	PLV nº 7/2000 (oriundo da MP nº 2.011-8/2000) Veto Parcial nº 33/2000	Altera dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e dá outras providências.	Em tramitação Total - 3 Veto Parcial
777/2000-CN (nº 960/2000, na origem)	PLC nº 54/93 (PL nº 444/91, na Casa de origem) Veto Parcial nº 20/2000	Dispõe sobre a prestação de assistência religiosa nas entidades hospitalares públicas e privadas, bem como nos estabelecimentos prisionais civis e militares.	Em tramitação Total - 2 Veto Parcial
778/2000-CN (nº 961/2000, na origem)	PLC nº 23/2000 (PL nº 933/99, na Casa de origem) Veto Parcial nº 21/2000	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e dá outras providências.	Em tramitação Total - 1 Veto Parcial
779/2000-CN (nº 966/2000, na origem)	PLC nº 3/2000 (PL nº 1.617/99, na Casa de origem) Veto Parcial nº 22/2000	Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas – ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências.	Em tramitação Total - 7 Veto Parcial

Mensagem	Projeto	Ementa	Resultado
780/2000-CN (nº 967/2000, na origem)	PLC nº 27/1999 (PL nº 2.892/92, na Casa de origem) Veto Parcial nº 23/2000	Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III, e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.	Em tramitação Total - 11 Veto Parcial
781/2000-CN (nº 968/2000, na origem)	PLC nº 20/2000 (PL nº 2.549/2000, na Casa de origem) Veto Parcial nº 24/2000	Dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras e dá providências.	Em tramitação Total - 1 Veto Parcial
782/2000-CN (nº 970/2000, na origem)	PLS nº 135/96 (nº 3.189/97, na Câmara dos Deputados) Veto Total nº 25/2000	Altera a redação do art. 224 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro 1940 – Código Penal.	Em tramitação Total - 1 Veto Total
783/2000-CN (nº 971/2000, na origem)	PLC nº 24/2000 (PL nº 256/99, na Casa de origem) Veto Total nº 26/2000	Acrescenta parágrafos aos arts. 179 e 207 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.	Em tramitação Total - 1 Veto Total
784/2000-CN (nº 972/2000, na origem)	PLC nº 33/2000 (PL nº 2.904/2000, na Casa de origem) Veto Parcial nº 27/2000	Dispõe sobre a transferência de títulos da dívida pública da União para os Estados, e dá outras providências.	Em tramitação Total - 1 Veto Parcial
785/2000-CN (nº 975/2000, na origem)	PL nº 19/99-CN Veto Parcial nº 28/2000	Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2000/2003.	Em tramitação Total - 53 Veto Parcial

Mensagem	Projeto	Ementa	Resultado
786/2000-CN (nº 976/2000, na origem)	PLC nº 27/2000 (PL nº 2.985/2000, na Casa de origem) Veto Parcial nº 29/2000	Prorroga o período de transição previsto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo, e dá outras providências, e altera dispositivos da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, que altera a legislação tributária federal.	Em tramitação Total - 5 Veto Parcial
787/2000-CN (nº 984/2000, na origem)	PL nº 1/2000-CN Veto Parcial nº 30/2000	Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2001 e dá outras providências.	Em tramitação Total - 14 Veto Parcial
788/2000-CN (nº 1.109/2000, na origem)	PLC nº 60/99 (PL nº 3.808/97, na Casa de origem) Veto Parcial nº 31/2000	Institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações.	Em tramitação Total - 5 Veto Parcial
822/2000-CN (nº 1.272/2000, na origem)	PLC nº 36/2000 (PL nº 2.974/2000, na Casa de origem) Veto Parcial nº 32/2000	Reabre o prazo de opção ao REFIS.	Em tramitação Total - 1 Veto Parcial
945/2000-CN (nº 1.483/2000, na origem)	PLS nº 115/96 (nº 3.098/97, na Câmara dos Deputados) Veto Total nº 34/2000	Restringe o uso de capuz em operações policiais.	Em tramitação Total - 1 Veto Total
967/2000-CN (nº 1.502/2000, na origem)	PLC nº 50/2000 (PL nº 4.434/98, na Casa de origem) Veto Parcial nº 35/2000	Altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Imposto e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES.	Em tramitação Total - 1 Veto Parcial

Mensagem	Projeto	Ementa	Resultado
1.023/2000- CN (nº 1.661/2000, na origem)	PLS nº 297/91 (nº 3.403/92, na Câmara dos Deputados) Veto Parcial nº 36/2000	Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.	Em tramitação Total - 1 Veto Parcial
1.178/2000- CN (nº 1.794/2000, na origem)	PLC nº 47/99 (PL nº 3.939/97, na Casa de origem) Veto Parcial nº 37/2000	Institui o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – Funttel, e dá outras providências.	Em tramitação Total - 4 Veto Parcial

6) REQUERIMENTOS (RQN)

Total dos Requerimentos.....	79
- aprovados.....	48
- à publicação.....	05
- rejeitados.....	23
- retirados.....	03

Nº	Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
23/2000-CN	29-03-2000	Dep. Oscar Andrade	Criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para apurar, em todo o País, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviários, ferroviários e aquaviários.	Aprovado
24/2000-CN	29-03-2000	Dep. Aloizio Mercadante - Líder do PT na Câmara dos Deputados	Destaque para votação em separado da expressão "...inclusive os decorrentes de falta de recolhimento de valores retidos", constante do caput do art. 1º do PLV apresentado à MP nº 2004-06, de 13.04.2000.	Rejeitado
25/2000-CN	12-04-2000	Dep. Narcio Rodrigues e outros Senhores Congressistas	Destaque para votação da Emenda nº 50100002, de autoria da Comissão de Agricultura e Política Rural, apresentada ao PL nº 20/1999-CN.	Aprovado
26/2000-CN	12-04-2000	Sen. Osmar Dias e outros Senhores Congressistas	Destaque para votação em separado da Emenda nº 60060001, de autoria da Comissão de Assuntos Sociais, apresentada ao PL nº 20/1999-CN.	Aprovado
27/2000-CN	12-04-2000	Sen. Romero Jucá e outros Senhores Congressistas	Destaque para votação da Emenda nº 81000296, apresentada pelo Dep. Carlos Melles - Relator-Geral, ao PL nº 20/1999-CN.	Aprovado
28/2000-CN	12-04-2000	Sen. Romero Jucá e outros Senhores Congressistas	Destaque para votação da Emenda nº 81000302, apresentada pelo Dep. Carlos Melles - Relator-Geral, ao PL nº 20/1999-CN.	Aprovado
29/2000-CN	12-04-2000	Sen. Romero Jucá e outros Senhores Congressistas	Destaque para votação da Emenda nº 81000293, apresentada pelo Dep. Carlos Melles - Relator-Geral, ao PL nº 20/1999-CN.	Aprovado

Nº	Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
30/2000-CN	12-04-2000	Sen. Romero Jucá e outros Senhores Congressistas	Destaque para votação da Emenda nº 50120005, da Comissão de Constituição, Justiça e de Redação, apresentada ao PL nº 20/1999-CN.	Aprovado
31/2000-CN	12-04-2000	Dep. Aloizio Mercadante - Líder do PT na Câmara dos Deputados e outros Senhores Congressistas	Destaque para votação da Emenda nº 50210003, de autoria da Comissão de Seguridade Social, apresentada ao PL nº 20/1999-CN.	Aprovado
32/2000-CN	12-04-2000	Dep. Djalmá Paes e outros Senhores Congressistas	Destaque para votação da Emenda nº 35760002, de autoria do Deputado Paulo Baltazar, apresentada ao PL nº 20/1999-CN.	Aprovado
33/2000-CN	12-04-2000	Dep. Nilmário Miranda e outros Senhores Congressistas	Seja recomposto o valor original do subtítulo programática nº 0379.1856.0019, do Programa IRRIGAÇÃO E DRENAGEM, do PL nº 20/1999-CN.	Aprovado
34/2000-CN	26-04-2000	Sen. Sebastião Rocha	Criação de Comissão Mista Especial, para estudar e propor uma política de recomposição do salário mínimo ideal para o povo brasileiro.	À publicação
35/2000-CN	26-04-2000	Sen. Sebastião Rocha	Criação de Comissão Especial Mista, para estudar as causas estruturais e conjunturais da violência no País e apresentar soluções legislativas para a sua erradicação.	À publicação
36/2000-CN	10-05-2000	Sen. Maguito Vilela	Criação de Comissão Especial Mista, para propor nova legislação para os jogos de bingo, com previsão de gastos no valor de R\$ de 30.000,00.	À publicação
37/2000-CN	10-05-2000	Dep. Arthur Virgílio Neto - Líder do Governo no Congresso Nacional	Encerramento da discussão da MP nº 2.019-01/2000.	Aprovado

Nº	Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
38/2000-CN	10-05-2000	Dep. Aécio Neves - Líder do PSDB na Câmara dos Deputados e outros Senhores Congressistas	Destaque para votação do Art. 6º, constante do PLV nº 04/00.	Rejeitado
39/2000-CN	10-05-2000	Dep. Miro Teixeira - Líder do PDT na Câmara dos Deputados	Destaque para votação em separado da Emenda nº 2, de autoria do Deputado Medeiros, apresentada ao PLV nº 04/00.	Retirado
40/2000-CN	10-05-2000	Dep. Alberto Goldman e outros Senhores Congressistas	Destaque para votação da Emenda nº 4, de autoria do Deputado Benedito Dias, apresentada à MP nº 2.019-01/00.	Rejeitado
41/2000-CN	10-05-2000	Dep. José Carlos Aleluia e outro Senhor Congressista	Destaque para votação da Emenda nº 9, de autoria do Deputado Djalma Paes, apresentada à MP nº 2.019-01/00.	Retirado
42/2000-CN	10-05-2000	Dep. Pedro Eugênio	Destaque para votação em separado da Emenda nº 11, de sua autoria, apresentada à MP nº 2.019/00.	Retirado
43/2000-CN	10-05-2000	Dep. Alberto Goldman e outros Senhores Congressistas	Destaque para votação da Emenda nº 18, de autoria do Deputado Paulo Lima, apresentada à MP nº 2.019-01/00.	Rejeitado
44/2000-CN	10-05-2000	Dep. Alberto Goldman e outros Senhores Congressistas	Destaque para votação da Emenda nº 19, de autoria do Senador Carlos Patrocínio, apresentada à MP nº 2.019-01/00.	Rejeitado
45/2000-CN	10-05-2000	Dep. José Carlos Aleluia e outros Senhores Congressistas	Destaque para votação em separado da Emenda nº 20, de autoria do Deputado Coriolano Sales, apresentada à MP nº 2.019/00.	Rejeitado
46/2000-CN	10-05-2000	Dep. Airton Cascavel	Destaque para votação em separado da Emenda nº 21, de sua autoria, apresentada à MP nº 2.019/00.	Rejeitado
47/2000-CN	10-05-2000	Dep. José Carlos Aleluia e outros Senhores Congressistas	Destaque para votação da Emenda nº 32, de autoria do Deputado Roberto Argenta, apresentada à MP nº 2.019-01/00.	Rejeitado
48/2000-CN	10-05-2000	Dep. José Carlos Aleluia e outros Senhores Congressistas	Destaque para votação da Emenda nº 42, de sua autoria do Deputado José Carlos Aleluia, apresentada à MP nº 2.019-01/00.	Rejeitado

Nº	Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
49/2000-CN	10-05-2000	Dep. Odelmo Leão - Líder do PPB na Câmara dos Deputados e outros Senhores Congressistas	Destaque para votação em separado da Emenda nº 43, de autoria do Deputado José Carlos Aleluia, apresentada à MP nº 2.019/00.	Rejeitado
50/2000-CN	10-05-2000	Dep. José Carlos Aleluia e outros Senhores Congressistas	Destaque para votação da Emenda nº 48, de autoria do Deputado José Carlos Aleluia, apresentada à MP nº 2.019-01/00.	Rejeitado
51/2000-CN	10-05-2000	Dep. Aloizio Mercadante - Líder do PT na Câmara dos Deputados	Destaque para votação em separado da Emenda Substitutiva Global nº 51, de autoria do Deputado Paulo Paim, apresentada à MP nº 2.019-01/00.	Rejeitado
52/2000-CN	10-05-2000	Dep. Arthur Virgílio Neto - Líder do Governo no Congresso Nacional e outros Senhores Congressistas	Votação em Globo dos requerimentos de destaques apresentados à MP nº 2.019-01/00.	Aprovado
53/2000-CN	08-06-2000	Sen. Sebastião Rocha	Criação de uma Comissão Mista para, no prazo de 180 dias, esclarecer em que circunstâncias ocorreu a morte do ex-Presidente João Goulart, em 6 de dezembro de 1976, na estância de sua propriedade, na Província de Corrientes, na Argentina.	À publicação
54/2000-CN	15-06-2000	Sen. Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Congressistas	Destaque para a Emenda nº 71240066, da Bancada do Estado de Roraima, apresentada ao PL nº 19/1999-CN. (PPA)	Aprovado
55/2000-CN	15-06-2000	Dep. Átila Lins e outros Senhores Congressistas	Destaque para a Emenda nº 816, da Bancada Federal do Estado do Amazonas, apresentada ao PL nº 19/1999-CN. (PPA)	Aprovado
56/2000-CN	15-06-2000	Dep. Evilásio Farias e outros Senhores Congressistas	Destaque para a Emenda nº 36040003, apresentada ao PL nº 19/1999-CN. (PPA)	Aprovado
57/2000-CN	15-06-2000	Dep. Pedro Valadares e outros Senhores Congressistas	Destaque para a Emenda nº 2290, da Bancada Federal de Sergipe, apresentada ao PL nº 19/1999-CN. (PPA)	Aprovado

Nº	Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
58/2000-CN	15-06-2000	Dep. Pedro Valadares e outros Senhores Congressistas	Destaque para a Emenda nº 2296, da Bancada Federal de Sergipe, apresentada ao PL nº 19/1999-CN. (PPA)	Aprovado
59/2000-CN	15-06-2000	Dep. Luíza Erundina e outros Senhores Congressistas	Destaque para a Emenda nº 36110010, da Bancada Federal de Sergipe, apresentada ao PL nº 19/1999-CN. (PPA)	Aprovado
60/2000-CN	15-06-2000	Dep. Rubens Furlan e outros Senhores Congressistas	Destaque para a Emenda nº 2482, da Bancada da Região Centro-Oeste, apresentada ao PL nº 19/1999-CN. (PPA)	Aprovado
61/2000-CN	15-06-2000	Dep. Nair Xavier Lobo e outros Senhores Congressistas	Destaque para a Emenda nº 2804, da Bancada de Goiás, apresentada ao PL nº 19/1999-CN. (PPA)	Aprovado
62/2000-CN	15-06-2000	Dep. Pedro Chaves e outros Senhores Congressistas	Destaque para a Emenda nº 2804, da Bancada Federal de Goiás, apresentada ao PL nº 19/1999-CN. (PPA)	Aprovado
63/2000-CN	15-06-2000	Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados	Urgência para apreciação do Projeto de Resolução nº 3, de 2000-CN, que "Dispõe sobre a participação das bancadas minoritárias na composição das comissões mistas.	Aprovado
64/2000-CN	20-06-2000	Dep. Aloizio Mercadante - Líder do PT na Câmara dos Deputados e outro Senhor Congressista	Destaque para votação em separado da expressão "cabendo à entidade fixar o valor da cláusula penal para as hipóteses de descumprimento, rompimento ou rescisão unilateral"	Rejeitado
65/2000-CN	20-06-2000	Dep. Aloizio Mercadante - Líder do PT na Câmara dos Deputados e outro Senhor Congressista	Destaque para votação em separado do § 2º do art. 29 da Lei nº 9.615/98, constante do art. 1º do PLV nº 7/2000 à MPV nº 2.011-8, de 26-05-2000.	Rejeitado
66/2000-CN	20-06-2000	Dep. Fernando Coruja	Destaque para votação em separado do inciso IV do art. 11 da Lei nº 9.615/98, constante do art. 1º do PLV nº 7/2000 à MPV nº 2.011-8, de 26-05-2000, com o objetivo de suprimi-lo.	Rejeitado

Nº	Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
67/2000-CN	20-06-2000	Dep. Fernando Coruja	Destaque para votação em separado das expressões: (a) "profissionais" contida no inciso V do art. 12-A da Lei nº 9.615/98, constante do art. 1º do PLV nº 7/2000 à MPV nº 2.011-8, de 26-05-2000, com o objetivo de suprimi-la; (b) "profissionais" contida no caput do art. 45 da Lei nº 9.615/98, constante do art. 1º do PLV nº 7/2000 à MPV nº 2.011-8, de 26-05-2000, com o objetivo de suprimi-la; (c) "no caso dos atletas profissionais", contida no parágrafo único do art. 45 da Lei nº 9.615/98, constante do art. 1º do PLV nº 7/2000 à MPV nº 2.011-8, de 26-05-2000, com o objetivo de suprimi-la.	Rejeitado
68/2000-CN	20-06-2000	Dep. Fernando Coruja	Destaque para votação em separado da expressão "exclusivamente quanto à observância da forma procedimental estabelecida no Código de Justiça Desportiva" contida no § 1º do art. 52 da Lei nº 9.615/98, constante do art. 1º do PLV nº 7/2000 à MPV nº 2.011-8, de 26-05-2000, com o objetivo de suprimi-la.	Rejeitado
69/2000-CN	20-06-2000	Dep. Fernando Coruja	Destaque para votação em separado da expressão "e que por estes serão indicados" contida na parte final do caput do art. 53 da Lei nº 9.615/98, constante do art. 1º do PLV nº 7/2000 à MPV nº 2.011-8, de 26-05-2000, com o objetivo de suprimi-la.	Rejeitado
70/2000-CN	20-06-2000	Dep. Fernando Coruja	Destaque para votação em separado da expressão "exceção feita aos membros dos conselhos deliberativos das entidades de prática desportiva" contida na parte final do § 2º do art. 55 da Lei nº 9.615/98, constante do art. 1º do PLV nº 7/2000 à MPV nº 2.011-8, de 26-05-2000, com o objetivo de suprimi-la.	Rejeitado
71/2000-CN	20-06-2000	Dep. Fernando Coruja	Destaque para votação em separado da expressão "a ser pago pelo atleta" contida na parte final do inciso II do art. 57 da Lei nº 9.615/98, constante do art. 1º do PLV nº 7/2000 à MPV nº 2.011-8, de 26-05-2000, com o objetivo de suprimi-la.	Rejeitado

Nº	Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
72/2000-CN	20-06-2000	Dep. Fernando Coruja	Destaque para votação em separado do art. 93 da Lei nº 9.615/98, constante do art. 1º do PLV nº 7/2000 à MPV nº 2.011-8, de 26-05-2000, com o objetivo de suprimi-la.	Rejeitado
73/2000-CN	20-06-2000	Dep. Fernando Coruja	Destaque para votação em separado do art. 2º do PLV nº 7/2000 à MPV nº 2.011-8, de 26-05-2000, com o objetivo de suprimi-lo.	Rejeitado
74/2000-CN	20-06-2000	Dep. Fernando Coruja	Destaque para votação em separado do art. 4º do PLV nº 7/2000 à MPV nº 2.011-8, de 26-05-2000, com o objetivo de suprimi-lo.	Rejeitado
75/2000-CN	20-06-2000	Dep. Arthur Virgílio Neto - Líder do Governo no Congresso Nacional e outros Senhores Congressistas	Votação em Globo dos requerimentos de destaques apresentados à MPV nº 2.011-8/2000, ressalvados os de nºs 64 e 65/2000-CN.	Aprovado
76/2000-CN	28-06-2000	Sen. Sérgio Machado - Líder do PSDB no Senado Federal e outros Senhores Congressistas	Urgência para votação do PLN Nº 5,/2000.	Aprovado
77/2000-CN	28-06-2000	Dep. Arthur Virgílio Neto - Líder do Governo no Congresso Nacional e outros Senhores Congressistas	Urgência para votação do PLN Nº 3,/2000.	Aprovado
78/2000-CN	28-06-2000	Dep. Arthur Virgílio Neto - Líder do Governo no Congresso Nacional	Urgência para votação do PLN Nº 4/2000.	Aprovado

Nº	Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
79/2000-CN	28-06-2000	Dep. Arthur Virgílio Neto - Líder do Governo no Congresso Nacional	Urgência para votação do PLN Nº 6/2000.	Aprovado
80/2000-CN	28-06-2000	Dep. Salvador Zimbaldi e outros Senhores Congressistas	Retirada dos itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 20, 24, 26, 27, 30, 31, 34, 36 e 39, constantes da Cédula Única de Votação.	Aprovado
81/2000-CN	13-09-2000	Sen Antônio Carlos Magalhães	Criação de uma Comissão Mista, destinada a preparar os atos comemorativos do centenário de nascimento do Presidente Juscelino Kubitschek, que transcorrerá em 12 de setembro de 2002.	Aprovado
82/2000-CN	13-09-2000	Dep. Salvador Zimbaldi	Urgência para votação dos PLNs Nºs 12, 13, 14, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 35 e 36/2000.	Aprovado
83/2000-CN	13-09-2000	Sen. Romeu Tuma	Prorrogação do prazo por mais 1 (um) ano, da CPMI destinada "apurar, em todo o País, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviários, ferroviários e aquaviários" criada através do Req. nº 23/2000-CN, bem como sejam estendidas as investigações no que concerne a lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas de roubos de cargas.	Aprovado
84/2000-CN	19-10-2000	Dep. Arthur Virgílio Neto - Líder do Governo no Congresso Nacional e outros Senhores Congressistas	Inclusão, em Ordem do Dia, dos PLNs nºs 24, 28, 37, 37-A, 38, 39, 42 e 43/2000.	Aprovado
85/2000-CN	19-10-2000	Sen. Jonas Pinheiro	Criação de uma Comissão Mista Especial, destinada a analisar a crise das Indústrias processadoras de oleaginosas do Brasil, e propor medidas para a sua superação.	Aprovado

Nº	Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
86/2000-CN	19-10-2000	Dep. Arthur Virgílio Neto - Líder do Governo no Congresso Nacional e outros Senhores Congressistas	Urgência para votação do PLN nº 40/2000 na presente Sessão.	Aprovado
87/2000-CN	19-10-2000	Dep. Arthur Virgílio Neto - Líder do Governo no Congresso Nacional e outros Senhores Congressistas	Urgência para votação do PLN nº 41/2000 na presente Sessão.	Aprovado
88/2000-CN	19-10-2000	Dep. Arthur Virgílio Neto - Líder do Governo no Congresso Nacional e outros Senhores Congressistas	Urgência para votação do PLN nº 44/2000 na presente Sessão.	Aprovado
89/2000-CN	19-10-2000	Dep. Arthur Virgílio Neto - Líder do Governo no Congresso Nacional e outros Senhores Congressistas	Urgência para votação do PLN nº 53/2000 na presente Sessão.	Aprovado
90/2000-CN	19-10-2000	Dep. Arthur Virgílio Neto - Líder do Governo no Congresso Nacional e outros Senhores Congressistas	Urgência para votação do PLN nº 45/2000 na presente Sessão.	Aprovado

Nº	Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
91/2000-CN	19-10-2000	Dep. Arthur Virgílio Neto - Líder do Governo no Congresso Nacional e outros Senhores Congressistas	Urgência para votação dos PDNs nºs 11 a 20/2000.	Aprovado
92/2000-CN	19-10-2000	Dep. Arthur Virgílio Neto - Líder do Governo no Congresso Nacional e outros Senhores Congressistas	Urgência para votação do PRN nº 7 /2000.	Aprovado
93/2000-CN	19-10-2000	Dep. Arthur Virgílio Neto - Líder do Governo no Congresso Nacional e outros Senhores Congressistas	Urgência para votação do PLN nº 52/2000 na presente Sessão.	Aprovado
94/2000-CN	12-12-2000	Sen. Sebastião Rocha	Criação de uma Comissão Temporária Mista do Congresso Nacional, com a finalidade de propor mecanismos que venham a inibir possíveis interferências externas na região amazônica, com suas implicações políticas e militares, e conseqüências futuras para a conturbada região de fronteira da Amazônia.	À publicação
95/2000-CN	12-12-2000	Dep. Arthur Virgílio Neto - Líder do Governo no Congresso Nacional e outros Senhores Congressistas	Urgência para votação dos PLNs nºs 60, 63, 66, 77, 93, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 116, 126, 128 e 129/2000.	Aprovado

Nº	Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
96/2000-CN	12-12-2000	Dep. Arthur Virgílio Neto - Líder do Governo no Congresso Nacional e outros Senhores Congressistas	Urgência para votação dos PDNs nºs 21 a 25, cujos pareceres foram aprovados na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que autorizam a execução orçamentária das dotações consignadas no Orçamento Fiscal da União para 2000.	Aprovado
97/2000-CN	14-12-2000	Dep. Alexandre Cardoso - Líder do Bloco (PSB, PCdoB) na Câmara dos Deputados e outro Senhor Congressista	Criação de uma Comissão Mista Externa, destinada a relatar a grave crise institucional por que passa o Estado do Amapá, e avaliar soluções legislativas pertinentes ao Congresso Nacional, visando ao restabelecimento da harmonia dos poderes.	Aprovado
98/2000-CN	14-12-2000	Dep. Arthur Virgílio Neto - Líder do Governo no Congresso Nacional e outros Senhores Congressistas	Inversão dos itens da Ordem do Dia: 13, 15, 2, 7, 9, 3, 11, 8, 4, 5, 6, 14, 10, 12 e 1.	Aprovado
99/2000-CN	14-12-2000	Dep. Arthur Virgílio Neto - Líder do Governo no Congresso Nacional e outros Senhores Congressistas	Urgência para votação dos PLNs nºs 105 e 131/2000.	Aprovado
100/2000-CN	14-12-2000	Dep. Arthur Virgílio Neto - Líder do Governo no Congresso Nacional e outros Senhores Congressistas	Urgência para votação do PLN nº 84/2000.	Aprovado
101/2000-CN	14-12-2000	Dep. Arthur Virgílio Neto - Líder do Governo no Congresso Nacional e outros Senhores Congressistas	Inclusão em Ordem do Dia do PDN nº 27/2000.	Aprovado

D – MENSAGEM RECEBIDA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Nº	Autor	Ementa	Resultado
817/2000-CN (nº 1.220/2000, na origem)	Presidente da República	Submetendo à deliberação do Congresso Nacional a Exposição de Motivos nº 33, de 28 de agosto de 2000, do Senhor Ministro de Estado dos Transportes, com esclarecimentos sobre as medidas saneadoras adotadas em projeto de responsabilidade do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER.	Lida na sessão de 13-9- 2000

E – PARTICIPAÇÃO DOS CONGRESSISTAS NOS TRABALHOS

SENADORES	Proposições Apresentadas		Uso da Palavra					Participação nas Comissões Mistas						
	RE-QUERIMENTO	PROJETO DE RESOLUÇÃO	ENCAMINHAMENTO, VOTAÇÃO	DISCUSSÃO	APARTE	PRONUNCIAMENTO	QUESTÃO DE ORDEM	C. M. DE ORÇAMENTO	C. P. M. DE INQUÉRITO	ESPECIAIS	VETOS	MEDIDAS PROVISÓRIAS	PARECERES	RELATÓRIOS
Ademir Andrade	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	31	-	-
Agnelo Alves	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	3	-	-
Alberto Silva	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	5	-	-
Alvaro Dias	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	2	17	-	-
Amir Lando	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	93	-	-
Antero Paes de Barros	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	25	2	-
Antonio Carlos Magalhães	1	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Antonio Carlos Valadares	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	81	1	-
Arlindo Porto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	32	-	-
Artur da Távola	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24	-	-
Bello Parga	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	33	-	-
Bernardo Cabral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	38	-	-
Carlos Bezerra	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	82	1	-
Carlos Patrocínio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	32	2	-
Carlos Wilson	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	10	-	-
Casildo Maldaner	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Clodoaldo Torres	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	32	-	-
Djalma Bessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	41	-	-
Djalma Falcão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Edison Lobão	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	2	74	1	-
Eduardo Siqueira Campos	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	14	-	-
Eduardo Suplicy	-	-	1	2	1	5	-	-	-	-	2	1	-	-
Emilia Fernandes	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	5	3	1	-
Ernandes Amorim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	136	-	-
Fernando Bezerra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	45	-	-
Fernando Matusalém	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	-	-

SENADORES	Proposições Apresentadas		Uso da Palavra					Participação nas Comissões Mistas						
	RE-QUERIMENTO	PROJETO DE RESOLUÇÃO	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO	DISCUSSÃO	APARTE	PRONUNCIAMENTO	QUESTÃO DE ORDEM	C. M. DE ORÇAMENTO	C. P. M. DE INQUÉRITO	ESPECIAIS	VETOS	MEDIDAS PROVISÓRIAS	PARECERES	RELATÓRIOS
Francelino Pereira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	78	-	-
Freitas Neto	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	37	-	-
Geraldo Althoff	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	22	-	-
Geraldo Cândido	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	3	-	-
Geraldo Lessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Geraldo Melo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	-	-
Gerson Camata	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	2	2	-	-
Gilberto Mestrinho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	5	1	-
Gilvan Borges	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	2	-	-
Heloisa Helena	-	-	1	-	-	2	-	-	-	-	4	171	-	-
Hugo Napoleão	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	35	-	-
Iris Rezende	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	99	-	-
Jader Barbalho	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	159	-	-
Jefferson Péres	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	2	91	-	-
João Alberto Souza	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Jonas Pinheiro	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	4	14	2	-
Jorge Bornhausen	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
José Agripino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40	-	-
José Alencar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	85	-	-
José Eduardo Dutra	-	-	-	-	2	-	-	-	1	-	4	-	-	-
José Fogaça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	15	-	-
José Jorge	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	2	32	-	-
José Roberto Arruda	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	6	-	-
Juvêncio da Fonseca	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	27	2	-
Lauro Campos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-
Leomar Quintanilha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	143	-	-
Lúcio Alcântara	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	33	2	-
Lúdio Coelho	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	46	-	-
Luiz Estevão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Luiz Otávio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	61	-	-

SENADORES	Proposições Apresentadas		Uso da Palavra					Participação nas Comissões Mistas						
	RE-QUERIMENTO	PROJETO DE RESOLUÇÃO	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO	DISCUSSÃO	APARTE	PRONUNCIAMENTO	QUESTÃO DE ORDEM	C. M. DE ORÇAMENTO	C. P. M. DE INQUÉRITO	ESPECIAIS	VETOS	MEDIDAS PROVISÓRIAS	PARECERES	RELATÓRIOS
Luiz Pontes	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	33	1	-
Luzia Toledo	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	1	11	-	-
Maguito Vilela	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	2	7	3	-
Maria do Carmo Alves	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	31	-	-
Marina Silva	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	4	1	-	-
Marluce Pinto	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	3	1	-
Mauro Miranda	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	6	-	-
Moreira Mendes	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	3	32	1	-
Mozarildo Cavalcanti	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	38	2	-
Nabor Júnior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	74	1	-
Ney Suassuna	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	6	2	-
Osmar Dias	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	75	-	-
Paulo Hartung	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	40	1	-
Paulo Souto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19	-	-
Pedro Piva	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	31	-	-
Pedro Simon	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	-	-
Ramez Tebet	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	3	-
Renan Calheiros	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	3	-	-
Ribamar Fiquene	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18	-	-
Ricardo Santos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18	-	-
Roberto Freire	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	2	30	-	-
Roberto Requião	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	-	-
Roberto Saturnino	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	31	-	-
Romero Jucá	4	-	-	-	-	-	-	-	1	-	7	39	-	-
Romeu Tuma	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	4	38	-	-
Ronaldo Cunha Lima	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Sebastião Rocha	4	-	-	2	-	1	-	-	1	-	1	3	1	-
Sérgio Machado	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	33	-	-
Teotônio Vilela Filho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	-	-
Thelma Siqueira Campos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-

SENADORES	Proposições Apresentadas		Uso da Palavra					Participação nas Comissões Mistas						
	RE-QUERIMENTO	PROJETO DE RESOLUÇÃO	ENCAMINHAMEN. VOTAÇÃO	DISCUSSÃO	APARTE	PRONUNCIAMENTO	QUESTÃO DE ORDEM	C. M. DE ORÇAMENTO	C. P. M. DE INQUÉRITO	ESPECIAIS	VETOS	MEDIDAS PROVISÓRIAS	PARECERES	RELATÓRIOS
Tião Viana	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	6	-
Valmir Amaral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Wellington Roberto	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	4	3	-

DEPUTADOS	Proposições Apresentadas		Uso da Palavra					Participação nas Comissões Mistas						
	RE-QUERIMENTO	PROJETO DE RESOLUÇÃO	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO	DISCUSSÃO	APARTE	PRONUNCIAMENTO	QUESTÃO DE ORDEM	C. M. DE ORÇAMENTO	C. P. M. DE INQUÉRITO	ESPECIAIS	VETOS	MEDIDAS PROVISÓRIAS	PARECERES	RELATÓRIOS
Abelardo Lupion	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	-	-
Adão Pretto	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Adauto Pereira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Adelson Ribeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12	-	-
Ademir Lucas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Adolfo Marinho	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	1	-
Aécio Neves	1	-	2	2	1	4	-	-	-	-	-	166	-	-
Agnaldo Muniz	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Agnelo Queiroz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Airton Cascavel	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Airton Dipp	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-
Airton Roveda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Albérico Filho	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	21	-	-
Alberto Fraga	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	-	-
Alberto Goldman	3	-	1	4	8	1	1	-	-	-	2	8	3	-
Alberto Mourão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	-	-
Alceste Almeida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Alcione Athayde	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	10	-	-
Aldir Cabral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Aldo Rebelo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Alex Canziani	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Alexandre Cardoso	-	-	2	1	1	4	1	-	-	-	-	14	-	-
Alexandre Santos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-
Almerinda de Carvalho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Almir Sá	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	10	1	-
Aloizio Mercadante	5	-	7	7	-	14	2	-	-	-	-	92	-	-
Aloizio Santos	-	-	-	-	-	3	-	-	1	-	-	-	-	-
Ana Catarina	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	-	-

DEPUTADOS	Proposições Apresentadas		Uso da Palavra					Participação nas Comissões Mistas						
	RE-QUERIMENTO	PROJETO DE RESOLUÇÃO	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO	DISCUSSÃO	APARTE	PRONUNCIAMENTO	QUESTÃO DE ORDEM	C. M. DE ORÇAMENTO	C. P. M. DE INQUÉRITO	ESPECIAIS	VETOS	MEDIDAS PROVISÓRIAS	PARECERES	RELATÓRIOS
André Benassi	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	1	-	-	-
Aníbal Gomes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Anivaldo Vale	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	3	-
Antonio Cambraia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Antônio Carlos Konder Reis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	-
Antonio Carlos Pannunzio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Antônio do Valle	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	26	-	-
Antonio Feijão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	-	-
Antônio Geraldo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-
Antônio Joaquim Araújo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	-	-
Antônio José Mota	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Antonio Pallocci	-	-	-	-	3	2	-	-	-	-	-	16	-	-
Aracely de Paula	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	1	-
Arlindo Chinaglia	-	-	-	2	1	1	1	-	1	-	-	82	-	-
Armando Abílio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	6	3	-
Armando Monteiro	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	22	2	-
Arnaldo Faria de Sá	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	15	-	-
Arnaldo Madeira	-	-	-	3	1	3	-	-	-	-	-	69	-	-
Arnon Bezerra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	-
Arolde de Oliveira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	-	-
Aroldo Cedraz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-
Arthur Virgílio	17	-	4	-	2	9	-	-	-	-	-	-	-	-
Ary Kara	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	9	-	-
Átila Lins	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Átila Lira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Augusto Farias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Augusto Nardes	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	13	-	-
Avenzoar Arruda	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	2	-	-
Ayrton Xerez	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Babá	-	-	-	-	1	4	-	-	-	-	-	3	-	-

DEPUTADOS	Proposições Apresentadas		Uso da Palavra					Participação nas Comissões Mistas						
	RE-QUERIMENTO	PROJETO DE RESOLUÇÃO	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO	DISCUSSÃO	APARTE	PRONUNCIAMENTO	QUESTÃO DE ORDEM	C. M. DE ORÇAMENTO	C. P. M. DE INQUÉRITO	ESPECIAIS	VETOS	MEDIDAS PROVISÓRIAS	PARECERES	RELATÓRIOS
Barbosa Neto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	-	-
Benedito Dias	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-
Benito Gama	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Betinho Rosado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	-	-
Bispo Rodrigues	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	2	1	-	-
Caio Riela	-	-	-	-	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Carlito Meress	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	1	-
Carlos Batata	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Carlos Dunga	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	8	-	-
Carlos Melles	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	4	1	-
Carlos Santana	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Celcita Pinheiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-
Celso Russomanno	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Cesar Bandeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21	2	-
Cezar Schirmer	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	14	-	-
Chico da Princesa	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Ciro Nogueira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16	-	-
Cláudio Cajado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	5	-	-
Clementino Coelho	-	-	1	1	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Cleonânicio Fonseca	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	1	-
Cleuber Carneiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-
Clovis Volpi	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-
Confúcio Moura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	-	-
Coraúci Sobrinho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-
Coriolano Sales	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4	-	-
Coronel Garcia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Costa Ferreira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Cunha Bueno	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-
Custódio Mattos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Damião Feliciano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-

DEPUTADOS	Proposições Apresentadas		Uso da Palavra					Participação nas Comissões Mistas						
	RE-QUERIMENTO	PROJETO DE RESOLUÇÃO	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO	DISCUSSÃO	APARTE	PRONUNCIAMENTO	QUESTÃO DE ORDEM	C. M. DE ORÇAMENTO	C. P. M. DE INQUÉRITO	ESPECIAIS	VETOS	MEDIDAS PROVISÓRIAS	PARECERES	RELATÓRIOS
Danilo de Castro	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	2	-
Darci Coelho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3	-	-
Darcísio Perondi	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	3	-	-
Deusdeth Pantoja	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Dilceu Sperafico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Dino Fernandes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Djalma Paes	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Domiciano Cabral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	2	-
Dr. Evilásio	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Dr. Heleno	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Dr. Hélio	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	13	-	-
Dr. Rosinha	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	1	-	-
Edinho Araújo	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Edinho Bez	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	16	-	-
Edir Oliveira	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Edison Andrino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Edmar Moreira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-
Eduardo Barbosa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Eduardo Campos	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Eduardo Jorge	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	2	-	-	-
Eduardo Paes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-
Elcione Barbalho	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	2	-	-
Eliseu Moura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	-	-
Eliseu Resende	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	3	-	-
Elton Rohnelt	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Énio Bacci	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Enivaldo Ribeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14	-	-
Esther Grossi	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	3	-	-
Eujácio Simões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Euler Morais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16	-	-

DEPUTADOS	Proposições Apresentadas		Uso da Palavra					Participação nas Comissões Mistas						
	RE-QUERIMENTO	PROJETO DE RESOLUÇÃO	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO	DISCUSSÃO	APARTE	PRONUNCIAMENTO	QUESTÃO DE ORDEM	C. M. DE ORÇAMENTO	C. P. M. DE INQUÉRITO	ESPECIAIS	VETOS	MEDIDAS PROVISÓRIAS	PARECERES	RELATÓRIOS
Euler Ribeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	-	-
Eunício Oliveira	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	7	1	-
Eurico Miranda	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	5	-	-
Eurípedes Miranda	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	1	-
Evilásio Farias	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Expedito Júnior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	-	-
Fátima Pelaes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	5	-	-
Félix Mendonça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Fernando Coruja	9	-	1	1	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Fernando Diniz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	-	-
Fernando Ferro	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Fernando Gabeira	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	2	12	-	-
Fernando Gonçalves	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	1	-
Fetter Júnior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	-	-
Feu Rosa	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Francisco Coelho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	-	-
Francisco Garcia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	2	-
Francisco Rodrigues	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Francisco Silva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Francistônio Pinto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Freire Júnior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Gastão Vieira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21	-	-
Geddel Vieira Lima	-	-	1	-	-	2	-	-	-	-	-	18	-	-
Geovan Freitas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	6	-	-
Geovanni Queiroz	-	-	1	7	2	2	-	-	-	-	-	-	1	-
Geraldo Magela	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-
Geraldo Simões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Germano Rigotto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	6	-	-
Gerson Gabrielli	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	3	-	-
Gerson Peres	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	34	-	-

DEPUTADOS	Proposições Apresentadas		Uso da Palavra					Participação nas Comissões Mistas						
	RE- QUERI- MENTO	PROJETO DE RESO- LUÇÃO	ENCAMI- NHAMEN- TO VOTAÇÃO	DISCUSSÃO	APARTE	PRONUN- CIAMENTO	QUESTÃO DE ORDEM	C. M. DE ORCA- MENTO	C. P. M. DE INQUÉ- RITO	ESPECIAIS	VETOS	MEDIDAS PROVI- SORIAS	PARE- CERES	RELA- TORIOS
Gervásio Silva	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	10	2	-
Gessivaldo Isaías	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Gilberto Kassab	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	-	-
Gilmar Machado	-	-	-	3	-	2	-	-	-	-	-	5	2	-
Giovanni Queiroz	-	-	1	8	2	5	2	-	-	-	-	1	2	-
Glycon Terra Pinto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-
Gonzaga Patriota	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	4	-
Gustavo Fruet	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Haroldo Lima	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Hélio Costa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	-	-
Henrique Eduardo Alves	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	4	-	-
Henrique Fontana	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Heráclito Fortes	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Herculano Anghinetti	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13	-	-
Hermes Parcianello	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	-	-
Hugo Biehl	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	10	-	-
Iara Bernardi	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Iberê Ferreira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	9	2	-
Ibrahim Abi-Ackel	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-
Iéidio Rosa	-	-	-	-	-	1	-	-	-	2	-	7	-	-
Igor Avelino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	1	-
Ildefonso Cordeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Inácio Arruda	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-
Inaldo Leitão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Inocêncio Oliveira	-	-	1	2	2	4	-	-	-	-	-	8	-	-
Ivânio Guerra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-
Jaime Fernandes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Jaime Martins	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	2	-	-
Jair Bolsonaro	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	9	-	-
Jair Meneguelli	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	2	1	-	-

DEPUTADOS	Proposições Apresentadas		Uso da Palavra					Participação nas Comissões Mistas						
	RE-QUERIMENTO	PROJETO DE RESOLUÇÃO	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO	DISCUSSÃO	APARTE	PRONUNCIAMENTO	QUESTÃO DE ORDEM	C. M. DE ORÇAMENTO	C. P. M. DE INQUÉRITO	ESPECIAIS	VETOS	MEDIDAS PROVISÓRIAS	PARECERES	RELATÓRIOS
Jairo Azi	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Jairo Carneiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Jandira Feghali	-	-	1	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-
Jaques Wagner	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
João Almeida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	3	-	-
João Caldas	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	2	2	-
João Carlos Bacelar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
João Coser	-	-	1	15	3	5	-	-	-	-	-	2	4	-
João Fassarella	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	1	2	1	-
João Grandão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
João Henrique	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	7	-	-
João Hermann Neto	-	-	1	-	1	2	-	-	-	-	-	13	2	-
João Leão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	3	-
João Magalhães	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	-	-
João Matos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15	-	-
João Mendes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	-	-
João Paulo	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
João Pizzolatti	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	-	-
João Ribeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12	-	-
João Tota	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	-	-
Joaquim Francisco	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Joel de Hollanda	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	4	-	-
Jonival Lucas Júnior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-
Jorge Alberto	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	9	-	-
Jorge Bittar	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Jorge Costa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	-	-
Jorge Khoury	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	7	-	-
Jorge Pinheiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Jorge Wilson	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-
José Aleksandro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-

DEPUTADOS	Proposições Apresentadas		Uso da Palavra					Participação nas Comissões Mistas						
	RE-QUERIMENTO	PROJETO DE RESOLUÇÃO	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO	DISCUSSÃO	APARTE	PRONUNCIAMENTO	QUESTÃO DE ORDEM	C. M. DE ORÇAMENTO	C. P. M. DE INQUÉRITO	ESPECIAIS	VETOS	MEDIDAS PROVISÓRIAS	PARECERES	RELATÓRIOS
José Antonio de Almeida	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
José Borba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	-	-
José Carlos Aleluia	5	-	-	1	-	1	-	-	-	-	3	11	-	-
José Carlos Coutinho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
José Carlos Vieira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-
José Chaves	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12	-	-
José Dirceu	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
José Egidio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
José Genoio	-	-	-	1	-	4	-	-	-	-	1	2	-	-
José Índio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
José Janene	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	5	-	-
José Linhares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	9	-	-
José Lourenço	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
José Machado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
José Melo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
José Mendonça Bezerra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
José Militão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
José Múcio Monteiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
José Pimentel	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	4	-	-
José Priante	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	3	2	-
José Rocha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
José Ronaldo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
José Thomaz Nonô	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Jovair Arantes	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	2	5	1	-
Júlio Delgado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Júlio Redecker	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-
Julio Semeghini	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Jurandil Juarez	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17	-	-
Jutahy Júnior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	147	-	-
Kátia Abreu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-

DEPUTADOS	Proposições Apresentadas		Uso da Palavra					Participação nas Comissões Mistas						
	RE-QUERIMENTO	PROJETO DE RESOLUÇÃO	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO	DISCUSSÃO	APARTE	PRONUNCIAMENTO	QUESTÃO DE ORDEM	C. M. DE ORÇAMENTO	C. P. M. DE INQUÉRITO	ESPECIAIS	VETOS	MEDIDAS PROVISÓRIAS	PARECERES	RELATÓRIOS
Lael Varella	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Laire Rosado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Lamartine Posella	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Laura Carneiro	-	-	-	1	1	1	-	-	-	-	1	10	22	-
Lavoisier Maia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Léo Alcântara	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Lincoln Portela	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Luci Choinacki	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lúcia Vânia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-
Luciano Castro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	4	4	-
Luciano Pizzato	-	-	-	-	-	1	-	-	-	2	2	3	-	-
Luis Barbosa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-
Luis Carlos Heinze	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	-	-
Luiz Antonio Fleury	-	-	-	-	-	2	-	-	-	1	-	-	-	-
Luiz Bittencourt	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-
Luiz Carlos Haully	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	4	-	-
Luiz Dantas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Luiz Fernando	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	-	-
Luiz Mainardi	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Luiz Moreira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-
Luiz Piauhyllino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Luiz Sérgio	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	1	-
Luiza Erundina	1	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-
Magno Malta	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Maluly Netto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-
Manoel Castro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	9	-	-
Marçal Filho	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-
Marcelo Déda	-	-	-	-	-	1	-	-	-	2	-	-	-	-
Márcio Bittar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Márcio Reinaldo Moreira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	1	-

DEPUTADOS	Proposições Apresentadas		Uso da Palavra					Participação nas Comissões Mistas						
	RE-QUERIMENTO	PROJETO DE RESOLUÇÃO	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO	DISCUSSÃO	APARTE	PRONUNCIAMENTO	QUESTÃO DE ORDEM	C. M. DE ORÇAMENTO	C. P. M. DE INQUÉRITO	ESPECIAIS	VETOS	MEDIDAS PROVISÓRIAS	PARECERES	RELATÓRIOS
Nelson Proença	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Neuton Lima	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Ney Lopes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3	-	-
Nice Lobão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Nilmar Ruiz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Nilmário Miranda	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nilo Coelho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Nilson Pinto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Nilton Baiano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-
Norberto Teixeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	-	-
Odelmo Leão	1	-	1	-	-	2	-	-	-	-	-	26	-	-
Olavo Calheiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12	-	-
Oliveira Filho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Oscar Andrade	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Osmânio Pereira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	-	-
Osmar Serraglio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	10	-	-
Osvaldo Biolchi	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	16	1	-
Osvaldo Coelho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	-
Osvaldo Reis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	-	-
Osvaldo Sobrinho	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Paes Landim	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	2	12	-	-
Pastor Amarildo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	-	-
Pastor Oliveira Filho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-
Pastor Valdeci Paiva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Pauderney Avelino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	-	-
Paulo Braga	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	-
Paulo de Almeida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-
Paulo Delgado	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-
Paulo Kobayashi	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	3	-
Paulo Lima	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-

DEPUTADOS	Proposições Apresentadas		Uso da Palavra					Participação nas Comissões Mistas						
	RE-QUERIMENTO	PROJETO DE RESOLUÇÃO	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO	DISCUSSÃO	APARTE	PRONUNCIAMENTO	QUESTÃO DE ORDEM	C. M. DE ORÇAMENTO	C. P. M. DE INQUÉRITO	ESPECIAIS	VETOS	MEDIDAS PROVISÓRIAS	PARECERES	RELATÓRIOS
Paulo Magalhães	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	2	-
Paulo Marinho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-
Paulo Mourão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	3	-
Paulo Octávio	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-
Paulo Paim	-	-	-	2	1	2	1	-	-	-	-	2	-	-
Paulo Rocha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Pedro Bittencourt	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Pedro Canêdo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	-
Pedro Celso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Pedro Chaves	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	-
Pedro Corrêa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16	-	-
Pedro Eugênio	1	-	-	1	-	3	-	-	-	-	-	1	-	-
Pedro Fernandes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Pedro Henry	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	5	-	-
Pedro Irujo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-
Pedro Novais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	11	1	-
Pedro Pedrossian	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	-	-
Pedro Valadares	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pedro Wilson	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-
Philemon Rodrigues	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-
Pinheiro Landim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16	-	-
Pompeo de Mattos	-	-	-	1	-	3	-	-	1	-	-	-	-	-
Professor Luizinho	-	-	-	2	-	7	3	-	-	-	-	129	-	-
Rafael Greca	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Rafael Guerra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Raimundo Colombo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Raimundo Gomes de Matos	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	2	1	-
Raimundo Santos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Regis Cavalcante	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	13	-	-
Renato Silva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-

DEPUTADOS	Proposições Apresentadas		Uso da Palavra					Participação nas Comissões Mistas						
	RE-QUERIMENTO	PROJETO DE RESOLUÇÃO	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO	DISCUSSÃO	APARTE	PRONUNCIAMENTO	QUESTÃO DE ORDEM	C. M. DE ORÇAMENTO	C. P. M. DE INQUÉRITO	ESPECIAIS	VETOS	MEDIDAS PROVISÓRIAS	PARECERES	RELATÓRIOS
Renato Vianna	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	6	2	-
Ricardo Barros	-	-	-	2	-	2	1	-	-	-	-	3	18	-
Ricardo Ferraço	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Ricardo Fiuzza	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-
Ricardo Noronha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	-	-
Ricarte de Freitas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Rita Camata	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-
Robério Araújo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Roberto Argenta	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	13	-	-
Roberto Balestra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	3	-
Roberto Jefferson	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	161	-	-
Roberto Pessoa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Robson Tuma	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Rodrigo Maia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Roland Lavigne	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-
Romel Anízio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	9	-	-
Ronaldo Caiado	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	1	-	-	-
Ronaldo Vasconcelos	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Rubem Medina	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-
Rubens Bueno	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Rubens Furlan	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Salatiel Carvalho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	-	-
Salomão Cruz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Salvador Zimbaldi	1	-	-	1	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-
Santos Filho	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	3	2	-
Saraiva Felipe	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12	-	-
Sérgio Barcellos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Sérgio Barros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Sérgio Guerra	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Sérgio Miranda	-	-	1	2	1	-	-	-	-	-	2	13	1	-

DEPUTADOS	Proposições Apresentadas		Uso da Palavra					Participação nas Comissões Mistas						
	RE-QUERIMENTO	PROJETO DE RESOLUÇÃO	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO	DISCUSSÃO	APARTE	PRONUNCIAMENTO	QUESTÃO DE ORDEM	C. M. DE ORÇAMENTO	C. P. M. DE INQUÉRITO	ESPECIAIS	VETOS	MEDIDAS PROVISÓRIAS	PARECERES	RELATÓRIOS
Sérgio Novais	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-
Sérgio Reis	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Silas Brasileiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	2	-
Silvio Torres	-	-	-	1	-	1	-	-	1	-	1	-	-	-
Simão Sessim	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	7	-	-
Synval Guazzelli	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	3	-	-
Telma de Souza	-	-	-	-	1	3	-	-	1	-	-	-	-	-
Teté Bezerra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Themístocles Sampaio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Udson Bandeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Ursicino Queiroz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Vadão Gomes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	-	-
Valdemar Costa Neto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	-	-
Valdir Ganzer	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Vicente Arruda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-
Vicente Caropreso	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Vilmar Rocha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3	-	-
Virgílio Guimarães	-	-	2	2	1	3	-	-	-	-	-	-	1	-
Vivaldo Barbosa	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-
Wagner Salustiano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	1	-
Waldemir Moka	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	-	-
Waldir Pires	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Waldir Schmidt	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	12	-	-
Walter Pinheiro	-	-	3	3	-	10	2	-	-	-	1	130	2	-
Wellington Dias	-	-	-	-	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-
Werner Wanderer	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Wigberto Tartuce	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Wilson Braga	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Wilson Santos	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	6	-	-
Xico Graziano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4	-	-

DEPUTADOS	Proposições Apresentadas		Uso da Palavra					Participação nas Comissões Mistas						
	RE-QUERIMENTO	PROJETO DE RESOLUÇÃO	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO	DISCUSSÃO	APARTE	PRONUNCIAMENTO	QUESTÃO DE ORDEM	C. M. DE ORÇAMENTO	C. P. M. DE INQUÉRITO	ESPECIAIS	VETOS	MEDIDAS PROVISÓRIAS	PARECERES	RELATÓRIOS
Yeda Crusius	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Yvonilton Gonçalves	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Zaire Rezende	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	12	-	-
Zé Gomes da Rocha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Zenaldo Coutinho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	-	-
Zezé Perrella	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-
Zulaê Cobra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-

F – COMISSÕES

F.1 - MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

F.1.1 – DESIGNADA EM 1º.6 E INSTALADA EM 10.8.99

COMPOSIÇÃO:

Presidente: Sen. Gilberto Mestrinho - PMDB-AM
1º Vice-Presidente: Dep. Jovair Arantes - PSDB-GO
2º Vice-Presidente: Sen. Romero Jucá - PSDB-RR
3º Vice-Presidente: Dep. João Coser - PT-ES
Relator-Geral do Orçamento: Dep. Carlos Melles - PFL-MG
Número de membros: 21 Senadores e 63 Deputados

SENADORES	
TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Ramez Tebet	1-Marluce Pinto(12)
Wellington Roberto	2-Carlos Bezerra(12)
Luiz Estevão	3-Alberto Silva(19)
José Alencar	4-Gilvam Borges(19)
Gilberto Mestrinho	5-vago
Nabor Júnior(26)	6-Ney Suassuna(32)
Mauro Miranda	7-João Alberto(32)
PFL	
Mozarildo Cavalcanti	1-Carlos Patrocínio
Moreira Mendes	2-Romeu Tuma
Edison Lobão	3- vago
Carlos Patrocínio(43)	4- vago
Hugo Napoleão	5- vago
PSDB	
Romero Jucá	1- vago(9)
Antero Paes de Barros(27)	2- Sérgio Machado(20)
Luiz Pontes	3- Luzia Toledo(20)
Lúcio Alcântara	4- vago
BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB-PPS)	
Antônio Carlos Valadares	1-Roberto Saturnino
Eduardo Suplicy	2- vago
Sebastião Rocha	3- vago
Tião Viana	4- vago
PPB	
Luiz Otávio	1-Ernandes Amorim

DEPUTADOS

TITULARES

SUPLENTES

PFL

Antonio Carlos Konder Reis	1-João Ribeiro
Jaime Martins(39)	2-Luis Barbosa
César Bandeira	3-Paulo Marinho
Jorge Khoury	4-Sérgio Barcellos
José Lourenço	5-Zila Bezerra
Átila Lins (37)	6-Aroldo Cedraz(2) (35)
Lael Varella	7-Deusdeth Pantoja(2)
Laura Carneiro	8-Jaime Martins(2)
Neuton Lima	9-Rubens Furlan(2)
Osvaldo Coelho	10-Ciro Nogueira(2)
Paes Landim	11-Francisco Garcia(2)
Paulo Braga	12-Aracely de Paula(21)
Santos Filho	13-José Egydio(45)
Wilson Braga	14-José Thomaz Nonô(23)

PMDB

Armando Abílio	1-Darcísio Perondi(3)
Damião Feliciano	2-José Borba
Eunício Oliveira(4)	3-João Henrique(4)
Freire Júnior	4-Jorge Alberto(4)
José Chaves	5-Milton Monti(4)
José Priante	6-Múcio Sá(4)
Osvaldo Reis	7-Norberto Teixeira(4)
Pedro Chaves	8-Olavo Calheiros(4)
Renato Vianna	9-Pedro Novais(4)
Silas Brasileiro	10-Philemon Rodrigues(4)
Waldemir Moka	11-Ricardo Noronha(4)
Teté Bezerra(44)	12- Alceste Almeida(24)

PSDB

Alberto Goldman	1-João Almeida(5) (11)
Basílio Villani	2-Fátima Pelaes(5)
João Leão	3-Pedro Canedo(5)
Nárcio Rodrigues	4-Raimundo Gomes de Matos(5) (29)
Pedro Henry	5-Mário Negromonte(5)
Jovair Arantes	6-Marcus Vicente(5)
Anivaldo Vale	7-B. Sá(5)
Paulo Feijó	8-Júlio Semeghini(5)
Sérgio Guerra(40)	9-Ricarte de Freitas(5)
Rommel Feijó	10-Lídia Quinan(5)
Roberto Rocha	11-Danilo de Castro(5) (41)
Paulo Mourão(5)(10)	12-Alexandre Santos(5)

PT

Ben - Hur Ferreira	1-Antônio Palocci
Carlito Merss	2-Pedro Celso
Fernando Marroni	3-José Pimentel
João Coser	4-Gilmar Machado
João Fassarella	5-João Paulo
Jorge Bittar(42)	6-Luiz Sérgio(33)
Virgílio Guimarães	7-João Grandão(33)

PPB

Almir Sá	1-João Tota(14)
Cleonânncio Fonseca	2-Eliseu Moura(14)
Iberê Ferreira	3-Pedro Corrêa
Márcio Reinaldo Moreira	4-Dr. Benedito Dias
Nelson Meurer	5-Ricardo Barros(34)
Roberto Balestra	6-vago
Vadão Gomes	7-vago

PTB

Félix Mendonça	1-Eduardo Paes(13)
José Carlos Elias	2-Renildo Leal(16-30)
Fernando Gonçalves(30)	3-Nelson Markezelli(30)

PDT

Airton Dipp	1-Olímpio Pires(38)
Giovanni Queiroz(36)	2-Pompeo de Mattos(28)
Eurípedes Miranda	3-Fernando Coruja

BLOCO (PSB-PC do B)

Sérgio Miranda(1)	1-Givaldo Carimbão(8-18)
Gonzaga Patriota(7)	2-Agnelo Queiroz(25)
Djalma Paes(6-17)	3-vago

BLOCO (PL-PST-PMN-PSD-PSL)

Eujácio Simões	1-Marcos Cintra
João Caldas(15)	2-vago

- (1) Substituindo o Deputado Aldo Rebelo (T) - em 11-6-99 - BLOCO (PSB-PC do B) - CD
- (2) Indicações feitas em vagas de suplentes dia 9-8-99 - PFL - CD
- (3) Substituindo o Deputado Eunício Oliveira (S) dia 9-8-99 - PMDB - CD
- (4) Indicações feitas em vagas de suplentes e titular dia 9-8-99 - PMDB - CD
- (5) Substituindo o Deputado Aloysio Nunes Ferreira (T) e indicações em vagas de suplentes dia 9-8-99 - PSDB - CD
- (6) Substituindo o Deputado Pedro Eugênio (T) dia 10-8-99 - BLOCO (PSB-PC do B) - CD
- (7) Substituindo a Deputada Luiza Erundina (T) dia 10-8-99 - BLOCO (PSB-PC do B) - CD
- (8) Substituindo o Deputado Eduardo Campos (S) dia 10-8-99 - BLOCO (PSB-PC do B) - CD
- (9) Substituindo o Senador Osmar Dias (S) dia 11-8-99 - PSDB - SF
- (10) Substituindo o Deputado Aécio Neves (T) dia 11-8-99 - PSDB - CD
- (11) Substituindo o Deputado Paulo Mourão (S) dia 11-8-99 - PSDB - CD
- (12) Indicações feitas em vagas de suplentes dia 16-8-99 - PMDB - SF
- (13) Indicação feitas em 1º-9-99 - PTB-CD
- (14) Indicações feitas em 9-9-99 - PPB-CD
- (15) Substituindo o Dep. Lincoln Portela - em 15-9-99 - BLOCO(PL-PST-PMN-PSD-PSL)
- (16) Indicação feita em 16-9-99 - PTB-CD
- (17) Substituindo o Dep. Clementino Coelho (T)- em 21-9-99 - BLOCO (PC do B - PSB) - CD
- (18) Substituindo o Dep. Pedro Eugênio (S)- em 21-9-99 - BLOCO (PC do B - PSB) - CD
- (19) Indicações feitas em 2-9-99 - PMDB-SF
- (20) Indicações feitas em 27-8-99 - PSDB-SF
- (21) Indicação feita em 12-8-99 - PFL-CD
- (22) Indicação feita em 20-9-99 - PFL-CD
- (23) Indicação feita em 23-9-99 - PFL-CD
- (24) Indicação feita em 13-8-99 - PMDB-CD
- (25) Indicação feita em 3-9-99 - BLOCO PCdoB, PSB
- (26) Substituindo o Sen. Jader Barbalho,(T) em 28-9-99 - PMDB - (SF).
- (27) Substituindo o Sen.Paulo Hartung, (T) em 1º-10-99 - PMDB - (SF).
- (28) Indicação feita em 4-10-99 - PDT- CD

- (29) Substituindo o Dep. Emerson Kapaz em 8-10-99 - PSDB – CD
- (30) Substituições e indicações feitas em 20-10-99 – PTB-CD
- (31) Substituindo o Dep. Luiz Ribeiro , em 21-10-99 – PSDB – CD
- (32) Indicações feitas em 22-10-99 – PMDB (SF)
- (33) Indicações feitas em 26-10-99 – PT (CD)
- (34) Indicação feita em 5-11-99 – PPB (CD)
- (35) Substituindo o Dep. Antônio Geraldo, (S) em 10-11-99 – PFL – CD
- (36) Substituindo o Dep. Coriolano Sales – BA (T) em 1º-12-99 – PDT – CD
- (37) Substituindo o Dep. José Melo - AM (T) em 17-03-2000 – PFL – CD
- (38) Substituindo o Dep. Celso Jacob - RJ (S) em 23-03-2000 – PDT – CD
- (39) Substituindo o Dep. Carlos Melles - MG (T) em 12-05-2000 – PFL – CD
- (40) Substituindo o Dep. Danilo Castro - PE (T) em 12-05-2000 – PSDB – CD
- (41) Indicação feita em 12-05-2000 – PSDB – CD
- (42) Substituindo o Dep. Nilson Mourão - AC (T) em 26-05-2000 – PT – CD
- (43) Indicação feita em 07-06-2000 – PFL – SF
- (44) Substituindo o Dep. Wilson Santos (T) em 21-6-2000 - PMDB- CD
- (45) Substituindo o Dep. José Carlos Coutinho (S) em 1º-8-2000 – PFL - CD

F.1.2 – DESIGNADA EM 10.8 E INSTALADA EM 12.9.2000

COMPOSIÇÃO:

Presidente: Dep. Alberto Goldman - PSDB-SP

1º Vice-Presidente: Sen. Jonas Pinheiro - PFL-MT

2º Vice-Presidente: Dep. Pedro Chaves - PMDB-GO

3º Vice-Presidente: Sen. Lúcio Alcântara - PSDB-CE

Relator-Geral do Orçamento: Sen. Amir Lando - PMDB-RO

(**)Número de membros: 22 Senadores e 64 Deputados

SENADORES	
TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Ramez Tebet	1-Alberto Silva(6)
Wellington Roberto	2-Gilvam Borges(6)
Nabor Júnior(17)	3-Ney Suassuna(6)
Gilberto Mestrinho	4-vago
Amir Lando(7)	5- vago
Carlos Bezerra(6)	6- vago
Marluce Pinto(6)	7- vago
PFL	
Mozarildo Cavalcanti	1-José Jorge
Moreira Mendes	2-Romeu Tuma
Juvêncio da Fonseca	3-Hugo Napoleão
Carlos Patrocínio	4-Francelino Pereira
Jonas Pinheiro	5-Geraldo Althoff
vago	6-Eduardo Siqueira Campos(10)
PSDB	
Antero de Barros(4)	1-Ricardo Santos(4)
Lúcio Alcântara(4)	2-Sergio Machado(4)
Luiz Pontes(4)	3-Osmar Dias(4)
Romero Jucá(4)	4-Lúdio Coelho(4)
BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB)	
Emilia Fernandes	1-Antônio Carlos Valadares(34)
Lauro Campos	2-Eduardo Suplicy
Tião Viana	3-José Eduardo Dutra
Sebastião Rocha	4-Jefferson Péres
PPS	
Paulo Hartung	1-Roberto Freire

DEPUTADOS

TITULARES

SUPLENTES

Bloco (PSDB-PTB)

Félix Mendonça(2)	1-Eduardo Paes(2)
Fernando Gonçalves(2)	2-Nilton Capixaba(2)(13)
José Carlos Elias(2)	3-Renildo Leal(2)
Arnon Bezerra(8)	4-Max Rosenmann(8)
Alberto Goldman(8)	5-Fátima Pelaes(8)
Alexandre Santos(8)	6-Juquinha(8)
Anivaldo Vale(8)	7-Lídia Quinan(8)
Adolfo Marinho(8)	8-Marcus Vicente(8)
Sérgio Guerra(8) (29)	9-Mário Negromonte(8)
Helenildo Ribeiro(8)	10-Pedro Henry(8)
João Leão(8)	11-Raimundo Gomes de Matos(8)
Narcio Rodrigues(8)	12-Ricarte de Freitas(8)
Nilo Coelho(8)	13-Roberto Rocha(8)
Paulo Kobayashi(8)	14-Danilo de Castro(8) (29)
Paulo Mourão(8)	15-Ricardo Rique(8)
Pedro Canedo(8)	16-João Almeida(8)

Bloco (PMDB-PST-PTN)

Milton Monti (24)	1-Antônio Feijão
Armando Abílio	2-Coriolano Chaves
Domiciano Cabral	3-Darcísio Perondi
Eunício Oliveira	4-Jorge Wilson
José Borba	5-Alberto Mourão (24)
José Priante	6-Olavo Calheiros(1)
Marçal Filho	7-Jorge Alberto(14)
Nair Xavier Lobo	8-José Chaves(15)
Pedro Chaves	9-Waldemir Moka(18)
Pedro Novais	10-Teté Bezerra(26)
Silas Brasileiro	11-João Henrique(27)
Renato Vianna(12)	12-Alceste Almeida(35)
Igor Avelino(25)	13-vago

PFL

Antônio Carlos Konder Reis(3)	1-Benito Gama(3) (28)
Aracely de Paula(3)	2-Átila Lins(3)
Cesar Bandeira(3)	3-Francisco Garcia(3)
Jorge Khoury(3)	4-Francisco Rodrigues(3)
Laura Carneiro(3)	5-Jaime Martins(3)
Luciano Castro(3)	6-João Ribeiro(3)
Mussa Demes(3)	7-Expedito Júnior(3) (32)
Neuton Lima(3)	8-José Thomaz Nonô(3)
Osvaldo Coelho(3)	9-Ildefonso Cordeiro(3) (23)
Paulo Braga(3)	10-Zila Bezerra(3)
Santos Filho(3)	11-Gerson Gabrielli(5)
Wilson Braga(3)	12-Gervásio Silva(11)

PT

Jorge Bittar(20)	1-João Paulo
João Coser	2-Arlindo Chinaglia
Virgílio Guimarães(19)	3-João Fassarella(19)
João Grandão	4-Fernando Marroni (9) (21) (22)
Luiz Sérgio	5-Dr. Rosinha(9)
Pedro Celso	6-Gilmar Machado(9) (20)
Carlito Merss(21)	7-Professor Luizinho(9)

PPB

Iberê Ferreira	1-Eliseu Moura
Almir Sá	2-João Tota
Nelson Meurer	3-Ary Kara
Roberto Balestra	4-Augusto Nardes
Cleonânio Fonseca	5-Márcio Reinaldo Moreira(16)
Wagner Salustiano	6-Ricardo Barros(16)

PDT

Airton Dipp	1-Fernando Coruja
Eurípedes Miranda	2-Olímpio Pires
Giovanni Queiroz	3-Pompeo de Mattos

BLOCO (PSB-PC do B)

Gonzaga Patriota(31)(33)	1-Agnelo Queiroz
Sérgio Miranda	2-Djalma Paes

BLOCO (PL-PSL)

João Caldas	1-Eujácio Simões
Pastor Valdeci Paiva	2-Marcos Cintra

PPS

João Herrmann Neto	1-Agnaldo Muniz
Rubens Bueno	2-Clementino Coelho

(**) Composição da Comissão alterada de acordo com a Resolução nº 2/2000-CN

- (1) Indicação feita em 23-8-2000 – **Bloco (PMDB-PST-PTN)** - (CD)
- (2) Indicações feitas em 24-8-2000 – **Bloco (PSDB-PTB)** - (CD)
- (3) Indicações feitas em 25-8-2000 – **PFL** - (CD)
- (4) Indicações feitas em 30-8-2000 – **PSDB** - (SF)
- (5) Indicação feita em 30-8-2000 – **PFL** - (CD)
- (6) Indicações feitas em 4-9-2000 – **PMDB** – (SF)
- (7) Substituindo o Sen. Mauro Miranda (T) em 4-9-2000 – **PMDB** – (SF)
- (8) Indicações feitas em 12-9-2000 – **Bloco (PSDB-PTB)** - (CD)
- (9) Indicações feitas em 12-9-2000 – **PT** - (CD)
- (10) Indicação feita em 13-9-2000 - **PFL** - (SF)
- (11) Indicação feita em 13-9-2000 – **PFL** - (CD)
- (12) Indicação feita em 18-9-2000 – **Bloco (PMDB-PST-PTN)** - (CD)
- (13) Substituindo o Dep. Nelson Marquezelli (S) em 19-9-2000 - **Bloco (PSDB-PTB)** - (CD)
- (14) Indicação feita em 4-10-2000 – **Bloco (PMDB-PST-PTN)** - (CD)
- (15) Indicação feita em 4-10-2000 – **Bloco (PMDB-PST-PTN)** - (CD)
- (16) Indicações feitas em 4-10-2000 – **PPB** - (CD)
- (17) Substituindo o Sen. José Alencar (T) em 17-10-2000 – **PMDB** – (SF)
- (18) Indicação feita em 17-10-2000 – **Bloco (PMDB-PST-PTN)** - (CD)
- (19) Remanejando o Dep. Virgílio Guimarães de suplente para titular e o Dep. João Fassarella, de titular para suplente em 19-10-2000 – **PT** – (CD)
- (20) Remanejando o Dep. Jorge Bittar de suplente para titular e o Dep. Gilmar Machado, de titular para suplente em 19-10-2000 – **PT** – (CD)
- (21) Remanejando o Dep. Carlito Merss de suplente para titular substituindo o Dep Fernando Marroni

- e indicando o Dep. Geraldo Magela na vaga deixada pelo Dep. Carlito Merss (S) em 19-10-2000 – **PT** – (CD)
- (22) Substituindo o Dep. Geraldo Magela (S) em 20-10-2000 (S) – **PT** – (CD)
 - (23) Substituindo o Dep. Rogério Silva em 6-11-2000 (S) – **PFL** – (CD)
 - (24) Substituindo o Dep. Alberto Mourão (T), que passa à qualidade de suplente em 10-11-2000 – **Bloco (PMDB/PST/PTN)** (CD)
 - (25) Indicação do Dep. Igor Avelino (T) em 22-11-2000 - **Bloco (PMDB/PST/PTN)** – (CD)
 - (26) Indicação da Dep. Teté Bezerra (S) em 7-12-2000 - **Bloco (PMDB/PST/PTN)** – (CD)
 - (27) Indicação do Dep. João Henrique(S) em 7-12-2000 - **Bloco (PMDB/PST/PTN)** – (CD)
 - (28) Substituindo o Dep. Aroldo Cedraz em 11-12-2000 (S) – **PFL** – (CD)
 - (29) Remanejando o Dep. Sérgio Guerra de suplente para titular e o Dep. Danilo de Castro, de titular para suplente em 12-12-2000 – **Bloco (PSDB-PTB)** - (CD)
 - (30) Substituindo o Dep. Aroldo Cedraz em 11-12-2000 (S) – **PFL** – (CD)
 - (31) Substituindo o Dep. Gonzaga Patriota em 13-12-2000 (T) – **Bloco (PSB/PC do B)** – (CD)
 - (32) Substituindo o Dep. José Lourenço em 13-12-2000 (S) – **PFL** – (CD)
 - (33) Substituindo o Dep. Givaldo Carimbão em 14-12-2000 (T) – **Bloco (PSB/PC do B)** – (CD)
 - (34) Substituindo a Sen. Heloísa Helena em 14-12-2000 (S) – **Bloco Oposição (PT-PDT-PSB)** – (SF)
 - (35) Indicação do Dep. Alceste Almeida (S) em 14-12-2000 - **Bloco (PMDB/PST/PTN)** – (CD)

Mapa de publicação das atas das reuniões da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DCN		
			Número	Data	Página
1ª Ordinária	Apreciação dos Relatórios Setoriais apresentados à proposta Orçamentária para 2000 – PL nº 20/99-CN.	13, 18, 19, 20 , 25, 26 e 27-1-2000 e 1, 2 e 3-2-2000	18	17-5-2000	10481
1ª Audiência Pública	Reunião convocada com o objetivo de receber o Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. Martus Tavares, visando a prestar esclarecimentos acerca do Decreto nº 3.474, de 18 de maio de 2000 (Contingenciamento à Lei Orçamentária para 2000), bem como ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2001.	7-6-2000	32	12-9-2000	19336
2ª Ordinária	Apreciação dos Relatórios Setoriais apresentados à proposta Orçamentária para 2000 – PL nº 20/99-CN.	8, 9, 10 e 16-2-2000	23	9-6-2000	13967
2ª Extraordinária	Apreciação do Relatório Final apresentado ao PL nº 9/99-CN – Plano Plurianual de 2000 a 2003.	23, 24, 30 e 31-5-2000 e 1º-6-2000	32	12-9-2000	19146
2ª Audiência Pública	Reunião convocada com o objetivo de receber o Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. Martus Tavares, visando a prestar esclarecimentos acerca do Decreto nº 3.474, de 18 de maio de 2000 (Contingenciamento à Lei Orçamentária para 2000), bem como ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2001.	13-6-2000	32	12-9-2000	19344
3ª Ordinária	Obs: a 3ª reunião convocada, por falta de quorum foi transformada em termo de reunião.	-	-	-	-
4ª Ordinária	Apreciação do Parecer apresentado às Contas do Governo da República referentes ao exercício de 1997, que conclui por um Projeto de Decreto Legislativo.	14 e 16-3-2000	18	17-5-2000	10707
5ª Ordinária	Apreciação de Relatórios sobre a autorização da execução orçamentária, constantes do Quadro III anexo à Lei nº 9.969, de 11-5-2000, apresentados às seguintes matérias: - subprojeto 26.782.0238.5711.0007 – Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Fronteira Norte – BR – 364/AC – Trecho Rio Branco – Cruzeiro do Sul. - subtítulo 26.782.0238.5711.000 – Construção de Trecho Rodoviários no Corredor Fronteira-Norte – BR 364/AC – Rio Branco – Cruzeiro do Sul. - subprojeto 26.782.0238.5711.0005 (BR – 317/AC Brasília – Assis Brasil). - subtítulo 18.544.0515.1851.0103 – Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica – Açude Jenipapo, no Estado do Piauí. - subtítulo 26.782.0232.5706.0001 – Construção de trechos Rodoviários no Corredor Sudoeste/BR – 070/MT – Cáceres – Fronteira com a Bolívia. - subtítulo 02.061.0569.3732.0001 – Conclusão do edifício anexo do TRF da 2ª Região no Rio de Janeiro – RJ. - projetos 26.783.0222.5754.0001 – Implantação do sistema de trens urbanos de Recife – trecho Recife – Cajueiro Seco e 26.783.0222.5754.0003 – Implantação do sistema de trens urbanos de Recife – trecho Tip – Timbi. - projeto 26.782.0230.5725.0001 – Construção de Trechos Rodoviários no Corredor leste BR – 040/MG – Santos Dumont – Ressaquinha – Belo Horizonte – Sete Alagoas. Apreciação de requerimentos e mensagens. Apreciação do Relatório às emendas apresentadas ao Projeto de Decreto legislativo que aprova as Contas do Governo Federal relativas ao exercício de 1997. Apreciação do Relatório sobre a liberação parcial da execução dos créditos orçamentários constantes do Quadro III – Subtítulos cuja execução é vedada nos termos do art. 5º, § 1º da Lei nº 9.969. Apreciação dos Relatórios apresentados aos PLs nºs 01 e 3/2000-CN.	27 e 28-6-2000	32	12-9-2000	19487
Termo de	Convocada para os dias 22, 24 e 29-2-2000 e 2-3-2000, deixou de ser realizada a Terceira Reunião	-	18	17-5-2000	10725

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DCN		
			Número	Data	Página
Reunião nº 1	Ordinária, em virtude da inexistência de número regimental no recinto, tendo sido a mesma convocada em observância ao disposto no caput do art. 29 da resolução nº 2, de 1995, do Congresso Nacional.				
Termo de Reunião nº 2	Convocada para o dia 4-4-2000, deixou de ser realizada a Quinta Reunião Ordinária, em virtude da realização simultânea da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados, conforme o estabelecido no § 1º do art. 46 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.	-	18	17-5-2000	10726
Termo de Reunião nº 3	Convocada para o dia 6-4-2000, deixou de ser realizada a Sexta Reunião Ordinária, em virtude da realização simultânea da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados, conforme o estabelecido no § 1º do art. 46 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.	-	18	17-5-2000	10726
Termo de Reunião nº 4	Convocada para o dia 11-4-2000, deixou de ser realizada a Sétima Reunião Ordinária, em virtude da realização simultânea da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados, conforme o estabelecido no § 1º do art. 46 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.	-	18	17-5-2000	10727
Termo de Reunião nº 5	Convocada para o dia 13-4-2000, deixou de ser realizada a Oitava Reunião Ordinária, em virtude da inexistência de número regimental no recinto, tendo sido a mesma convocada em observância ao disposto no caput do art. 29 da resolução nº 2, de 1995, do Congresso Nacional.	-	18	17-5-2000	10727
Termo de Reunião nº 6	Convocada para o dia 18-4-2000, deixou de ser realizada a Nona Reunião Ordinária, em virtude da inexistência de número regimental no recinto, tendo sido a mesma convocada em observância ao disposto no caput do art. 29 da resolução nº 2, de 1995, do Congresso Nacional.	-	18	17-5-2000	10728
Termo de Reunião nº 7	Convocada para o dia 25-4-2000, deixou de ser realizada a Décima Reunião Ordinária, em virtude da realização simultânea da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados, conforme o estabelecido no § 1º do art. 46 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, tendo sido a mesma convocada em observância ao disposto no caput do art. 29 da resolução nº 2, de 1995, do Congresso Nacional.	-	18	17-5-2000	10728
Termo de Reunião nº 8	Convocada para o dia 27-4-2000, deixou de ser realizada a Décima Primeira Reunião Ordinária, em virtude da inexistência de número regimental no recinto, tendo sido a mesma convocada em observância ao disposto no caput do art. 29 da resolução nº 2, de 1995, do Congresso Nacional.	-	18	17-5-2000	10728
Termo de Reunião nº 9	Convocada para o dia 2-5-2000, deixou de ser realizada a Segunda Reunião Extraordinária, em virtude da inexistência de número regimental no recinto, tendo sido a mesma convocada em observância ao disposto no caput do art. 29 da resolução nº 2, de 1995, do Congresso Nacional.	-	18	17-5-2000	10729
Termo de Reunião nº 10	Convocada para o dia 4-5-2000, deixou de ser realizada a Décima Segunda Reunião Ordinária, em virtude da inexistência de número regimental no recinto, tendo sido a mesma convocada em observância ao disposto no caput do art. 29 da resolução nº 2, de 1995, do Congresso Nacional.	-	18	17-5-2000	10729
Termo de Reunião nº 11	Convocada para o dia 9-5-2000, deixou de ser realizada a Décima Terceira Reunião Ordinária, em virtude da realização simultânea da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados, conforme o estabelecido no § 1º do art. 46 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, tendo sido a mesma convocada em observância ao disposto no caput do art. 29 da resolução nº 2, de 1995, do Congresso Nacional.	-	18	17-5-2000	10730
Termo de Reunião nº 12	Convocada para o dia 11-5-2000, deixou de ser realizada a Quinta Reunião Ordinária, em virtude da inexistência de número regimental no recinto, tendo sido a mesma convocada em observância ao disposto no caput do art. 29 da resolução nº 2, de 1995, do Congresso Nacional.	-	23	9-6-2000	14348

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DCN		
			Número	Data	Página
Termo de Reunião nº 13	Convocada para o dia 16-5-2000, deixou de ser realizada a Reunião, em virtude da realização simultânea da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados, conforme o estabelecido no § 1º do art. 46 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, tendo sido a mesma convocada em observância ao disposto no caput do art. 29 da resolução nº 2, de 1995, do Congresso Nacional.	-	23	9-6-2000	14349
Termo de Reunião nº 14	Convocada para o dia 18-5-2000, deixou de ser realizada a Reunião, em virtude da realização simultânea da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados, conforme o estabelecido no § 1º do art. 46 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, tendo sido a mesma convocada em observância ao disposto no caput do art. 29 da resolução nº 2, de 1995, do Congresso Nacional.	-	23	9-6-2000	14349
Termo de Reunião nº 15	Convocada para o dia 6-6-2000, deixou de ser realizada a Reunião, em virtude da realização simultânea da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados, conforme o estabelecido no § 1º do art. 46 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, tendo sido a mesma convocada em observância ao disposto no caput do art. 29 da resolução nº 2, de 1995, do Congresso Nacional.	-	32	12-9-2000	19567
Termo de Reunião nº 16	Convocada para o dia 8-6-2000, deixou de ser realizada a Reunião, em virtude da realização simultânea de Sessão do Congresso Nacional, conforme o estabelecido no § 1º do art. 46 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.	-	32	12-9-2000	19568
Termo de Reunião nº 17	Convocada para o dia 15-6-2000, deixou de ser realizada a Reunião, em virtude da realização simultânea de Sessão do Congresso Nacional, conforme o estabelecido no § 1º do art. 46 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.	-	32	12-9-2000	19568
Termo de Reunião nº 18	Convocada para o dia 20-6-2000, deixou de ser realizada a Reunião, em virtude da realização simultânea de Sessão do Congresso Nacional, conforme o estabelecido no § 1º do art. 46 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.	-	32	12-9-2000	19569
-	Reunião de instalação e eleição da Mesa Diretora da Comissão para 2000.	12-9-2000	38	26-10-2000	24220
3ª Extraordinária	Apreciação dos Relatórios apresentados aos Projetos de Lei nºs 7, 8, 9, 10, 11 e 15/2000-CN.	12-9-2000	38	26-10-2000	24241
3ª Audiência Pública	Reunião convocada com o objetivo de receber o Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Dr. Pedro Malan, visando a prestar esclarecimentos acerca do Projeto de Lei nº 17/2000-CN – Proposta Orçamentária para 2001.	17-10-2000	38	26-10-2000	24267
4ª Extraordinária	Apreciação do relatório Preliminar, com as emendas, apresentado ao projeto de lei nº 17/2000-CN – Proposta Orçamentária para 2001.	31-10-2000	40	30-11-2000	26221
4ª Audiência Pública	Reunião convocada com o objetivo de receber o Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. Martus Tavares, visando a prestar esclarecimentos acerca do Projeto de lei nº 17/2000-CN – Proposta Orçamentária para 2001.	7-11-2000	40	30-11-2000	26305
5ª Audiência Pública	Reunião convocada com o objetivo de receber o Senhor Ministro da Previdência e Assistência Social, Dr. Waldeck Ornelas, visando a prestar esclarecimentos acerca do Projeto de lei nº 17/2000-CN – Proposta Orçamentária para 2001.	29-11-2000	-	Aguardand o remessa da ata, pela CMPOPF, para publicação	-

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DCN		
			Número	Data	Página
5ª Extraordinária	Apreciação de Relatórios apresentados à Projetos de Lei do Congresso Nacional.	12-12-2000	-	Aguardand o remessa da ata, pela CMPOPF, para publicação o	-
6ª Ordinária	Apreciação dos Relatórios apresentados aos subtítulos com indícios de irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas da União, listados no Quadro III anexo à Lei nº 9.969, de 11-5-2000 – Lei Orçamentária para 2000. Apreciação dos Relatórios apresentados aos seguintes Projetos de lei nºs: 2, 24, 28 e 37/2000-CN. Apreciação do Relatório apresentado às Contas do Presidente da República.	17-10-2000	38	26-10-2000	24364
6ª Extraordinária	Apreciação dos Relatórios Setorias. apresentados à proposta Orçamentária para 2001 – PL nº 17/2000-CN.	12-12-2000	-	Aguardand o remessa da ata, pela CMPOPF, para publicação	-
7ª Ordinária	Apreciação de Relatórios apresentados à Projetos de Lei do Congresso Nacional.	21-11-2000	-	Aguardand o remessa da ata, pela CMPOPF, para publicação	-
8ª Ordinária	Apreciação de Relatórios apresentados à Projetos de Lei do Congresso Nacional.	28-11-2000	-	Aguardand o remessa da ata, pela CMPOPF, para publicação	-
9ª Ordinária	Apreciação de Relatórios apresentados à Projetos de Lei do Congresso Nacional.	5-12-2000	-	Aguardand o remessa da ata, pela CMPOPF, para publicação	-
Termo de Reunião nº 19	Convocada para o dia 22-11-2000, deixou de ser realizada a Reunião, tendo sido a mesma convocada em observância ao disposto no caput do art. 29 da resolução nº 2, de 1995, do Congresso Nacional.	22-11-2000	40	30-11-2000	26424

F.2 - PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
 (Representação Brasileira, nos termos da Resolução nº 1, de 1996-CN)

COMPOSIÇÃO:

Presidente de honra: Senador José Sarney - PMDB-AP
Presidente: Deputado Julio Redecker - PPB-RS
Vice-Presidente: Senador José Fogaça - PMDB-RS
Secretário-Geral: Senador Jorge Bornhausen - PFL-SC
Secretário-Geral Adjunto: Deputado Feu Rosa - PSDB-ES
(16 Titulares e 16 Suplentes)

SENADORES

TITULARES

SUPLENTES

PMDB

José Fogaça-RS	1.Pedro Simon-RS
Casildo Maldaner-SC (1) (2)	2.Amir Lando-RO
Roberto Requião-PR	3.Marluce Pinto-RR

PFL

Geraldo Althoff-SC	1.José Jorge-PE
Jorge Bornhausen-SC	2.Djalma Bessa-BA

PSDB

Pedro Piva-SP	1.Geraldo Lessa(3)
Antero Paes de Barros-MT(8)	2.Luzia Toledo(4)

BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB-PPS) (5) (6) (7)

Emilia Fernandes-RS	1.Roberto Saturnino-RJ
---------------------	------------------------

MEMBRO NATO

José Sarney, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
--

Nota: Em 1º-2-99, constituiu-se o Bloco Parlamentar de Oposição, com os seguintes partidos:
PT/PDT/PSB/PPS

DEPUTADOS	
TITULARES	SUPLENTE
PFL	
Ney Lopes-RN	1. Luciano Pizzatto-PR
Santos Filho-PR	2. Maluly Netto-SP
PMDB	
Confúcio Moura-RO	1. Edison Andrino-SC
Germano Rigotto-RS	2. Osmar Serraglio-PR
PSDB	
Feu Rosa-ES	1. Marisa Serrano-MS (9)
Nelson Marchezan-RS	2. João Herrmann Neto-SP (cessão) (10)
PT	
Luiz Mainardi-RS	1. Paulo Delgado-MG
PPB	
Júlio Redecker-RS	1. Celso Russomanno-SP

- (1) - O Senador Casildo Maldaner entrou de licença para tratar de interesse particular, no período de 18-8 a 16-12-2000 (RQS nº 454/2000), sendo substituído pelo Senador Henrique Loyola no período compreendido entre 24-10 e 17-12-2000.
- (2) - Em 15-12-2000, foi lido o Ofício nº 207/00-GSCMAL, de 15-12-2000, comunicando seu retorno ao exercício do mandato a partir do dia 17-12-2000, tendo em vista o término de sua licença.
- (3) - Em 22-5-2000, encerrou-se o exercício do seu mandato, tendo em vista o término da licença do titular.
- (4) - Em 1º-6-2000, reassumiu o exercício do mandato o titular, Senador Ricardo Santos.
- (5) - Em 27-3-2000, o PSB retirou-se do Bloco Oposição (Of. nº 004/2000-GLPSB, de 23-3-2000, lido na Sessão de 24-3-2000).
- (6) - Em 5-10-99, o PPS retirou-se do Bloco Oposição.
- (7) - Em 11-10-2000, foi lida comunicação do Bloco Oposição, de que, a partir dessa data, passa a se constituir das bancadas do Partido dos Trabalhadores, Partido Democrático Trabalhista e Partido Verde.
- (8) - O Senador Antero Paes de Barros substituiu o Senador Álvaro Dias a partir de 3-2-2000.
- (9) - A Deputada Marisa Serrano substituiu o Deputado Antonio Carlos Pannunzio em 24-4-2000.
- (10) - O Deputado João Herrmann Neto substituiu o Deputado Narcio Rodrigues.

F.3 – PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

F.3.1) Destinada a apurar, em todo o País, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviários, ferroviários e aquaviários.

Criação: 29-3-2000 - Requerimento nº 23, de 2000-CN

Instalação: 16-5-2000

Autor: Deputado Oscar Andrade

Designação da Comissão: 10-5-2000

Prazo final no Congresso: 10-12-2001 →

Prazo prorrogado em virtude de aprovação do Req. nº 83/2000-CN – lido na sessão do dia 13-9-2000.

Composição

Presidente: Senador Romeu Tuma – PFL-SP

Vice-Presidente: Deputado Mário Negromonte – PSDB-BA

Relator: Deputado Oscar Andrade – PFL-RO

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Maguito Vilela (10)	1. Alberto Silva
Gerson Camata	2. Renan Calheiros (10)
Marluce Pinto (9)	3. Agnelo Alves
Wellington Roberto	4. Gilvam Borges
PFL	
Moreira Mendes	1. Freitas Neto
Romeu Tuma (2)	2. Edison Lobão
Geraldo Althoff (5)	3. Jonas Pinheiro
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Luiz Pontes (4)
Ricardo Santos(4)(8)	2. Romero Jucá (4)
BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT)	
Sebastião Rocha	1. Jefferson Peres
Geraldo Cândido	2. José Eduardo Dutra

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
Bloco (PSDB/PTB)	
Aloizio Santos-ES	1. Márcio Fortes-RJ (6)
Chico da Princesa-PR	2. Raimundo Gomes de Matos-CE (3)
Mário Negromonte-BA	3. Silvio Torres-SP
Bloco (PMDB/PST/PTN)	
Carlos Dunga-PB	1. Albérico Filho-MA
Alberto Fraga-DF (11)	2. Waldir Schmidt-RS

PFL

Jaime Martins-MG	1.Gervásio Silva-SC
Oscar Andrade-RO	2.Robson Tuma-SP

PT

Nelson Pellegrino-BA (7)	1.Telma de Souza-SP (1)
--------------------------	-------------------------

PPB

Ary Kara-SP(13)	1.Almir Sá-RR
-----------------	---------------

PDT

Pompeo de Mattos-RS	1.Cabo Júlio-MG (cessão-PL) (12)
---------------------	----------------------------------

BLOCO (PSB-PC do B)

Eduardo Campos-PE	1.Gonzaga Patriota-PE
-------------------	-----------------------

- (1) Substituindo o Dep. Arlindo Chinaglia (S) em 16-5-2000 – PT-CD
- (2) Substituindo o Sen. Geraldo Althoff (T) em 16-5-2000 – PFL-SF
- (3) Substituindo o Dep. Sérgio Reis (S) em 17-5-2000 – Bloco (PSDB-PTB)-CD
- (4) Substituindo o Sen. Álvaro Dias (T), Sen. Luiz Pontes (S) e o Sen. Romero Jucá (S) em 18-5-2000 – PSDB-SF
- (5) Substituindo o Sen. José Jorge (T) em 19-5-2000 – PFL-SF
- (6) Substituindo o Dep. Feu Rosa (S) em 24-5-2000 – Bloco (PSDB-PTB)-CD
- (7) Substituindo o Dep. Carlos Santana (T) em 1º-6-2000 – PT-CD
- (8) Substituindo a Sen. Luzia Toledo (T) em 5-6-2000 – PSDB-SF
- (9) Substituindo o Sen. Mauro Miranda (T) em 14-6-2000 – PMDB-SF
- (10) Remanejado o Sen. Maguito Vilela de suplente para titular e o Sen. Renan Calheiros de titular para suplente em 15-6-2000 – PMDB-SF
- (11) Substituindo o Dep. Eunício de Oliveira (T) em 21-6-2000 – Bloco (PMDB-PST-PTN)-CD
- (12) Indicação do Dep. Cabo Júlio (S) (Cessão-PL) em 13-11-2000 – PDT-CD
- (13) Substituindo o Dep. José Janene (T) em 15-12-2000 – PPB-CD

Mapa de publicação das atas das reuniões da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar o roubo de cargas transportadas por vias rodoviárias, ferroviárias e aquaviárias

Reunião	Data	Pauta da Reunião	Publicação no DSF	
			Número	Data
1ª	16-5-2000	Instalação da Comissão, com eleição do Presidente e Vice Presidente e designação do Relator.		
2ª	23-5-2000	Apresentação do calendário e programação dos trabalhos da Comissão. Aprovados 4 (quatro) requerimentos, sendo dois de autoria do Sen. Moreira Mendes, um de autoria do Relator, Dep. Oscar Andrade e um do Vice-Presidente Mário Negromonte – a saber: Req. nº 1/2000, requer as oitavas dos senhores Romeu Panzan, do Sindicato de São Paulo e Augusto Dalçóquio da Federação de Santa Catarina; Req. nº 2/2000, requer os depoimentos dos Senhores: Clésio Andrade, da CNT; Flávio Benatti, da FETCESP; Osmar Ricardo Labes, do Sindicato de Blumenau; Saulo Ivo Lamb, do Sindicato de Foz do Iguaçu; Cel. Paulo Roberto de Souza, da NTC; Patrick Larra Joiti, da Sulamérica Seguros; Newton Gibson, da ABTC e José da Fonseca Lopes, da FETRABENS; Req. nº 3/2000, requer os depoimentos dos senhores: Romeu Luft, da ANT, Oscar Conter, da ABTI; Osmar José Gomes, da CNTT; Álvaro Henrique Vianna de Neves, da Polícia Rodoviária Federal; Eduardo Ferreira Rebuzzi, do Sindicato dos Transportadores, Trabalhadores e Condutores; Genésio Bernardino de Souza, do DNER; Demóstenes Madureira de Pinto Filho, do IRB; Ministro da Justiça, José Gregori e Edvaldo Bronzeado, da Confederação de Pernambuco; Req. nº 4/2000, solicita que sejam oficiados aos secretários de Segurança do Estado, pedindo documentação sobre o roubo de cargas.	117	11-8-2000
3ª	30-5-2000	Foram ouvidos os senhores Romeu Panzan, Presidente do Sindicato das Empresas de Transportes de SP; Roberto Mira, Diretor da Coordenação Nacional para o Combate ao Roubo de Cargas; o Cel. Paulo Roberto de Souza, assessor de Segurança do Sindicato de SP e Artenir Werne, Diretor Speriintendente da Transportadora Dalçóquio. Aprovados 6 (seis) requerimentos, sendo um de autoria do Dep. Carlos Dunga, um do Sen. Romeu Tuma, um do Dep. Oscar Andrade, dois da Dep. Tela de Souza e um do Dep. Pompeo de Mattos – a saber: Req. nº 5/2000, convoca a depor o sr. Clóvis Nogueira Bezerra, do Sindicato do Ceará; Req. nº 6/2000, quebra o sigilo bancário, fiscal e telefônico das pessoas físicas e jurídicas relacionadas: ALM Eventos Prod. Com. Ltda., André Luis Laurindo, Anselmo Lopes Miyabara, Antônio Carlos Viotti, Antônio Roberto Rodrigues, Artur Eugênio Mathias, Bacana Com. Atacadista Ltda., Carlos Eduardo Waldir, Distribuidora Campi Ltda., Dog Center Com. E Distrib Ltda., Edson Pereira Coutinho, Fábio Peixoto de Melo, Geraldo da Silva, Burdini Júnior, Ioná Mª Andrade da Silva, Jorge Meres Alves de Almeida, Jotek Distrib. De Cigarros Ltda., Marco Antônio Laurindo, Marco Aurélio Sozza, marcos Antônio Rodrigues, Nocenter Comercial e Atacadista Ltda., Noêmia de Souza Rodrigues, Norte Transportes Rodoviários Ltda., Sérgio Luiz Checcia Masson, Setes Comercial e Distrib. Ltda., Transphoenix Transpoters Ltda., Willian Walder Sozza; Req. nº 7/2000, requer a criação de um telefone “disque – denúncias” para a Comissão; Req. nº 8/2000, requer oitiva do dr. José Paulo Bisol, Secretário de Segurança do rio Grande do Sul; Req. nº 9/2000, requer que sejam convidados a depor os Presidentes das Companhias Docas do Brasil; Req. nº 10, requer seja inserido nos anais da Comissão matéria sobre roubos no Estado do RS.	117	11-8-2000

Reunião	Data	Pauta da Reunião	Publicação no DSF	
			Número	Data
4ª	6-6-2000	Foram ouvidos os srs. Eduardo Ferreira Rebuzzi, Pres. do Sind. das Empr. de Transp. de Cargas do Rio de Janeiro; Clóvis Nogueira Bezerra, Pres. do Sind. das Empr. de Transp. de Cargas do Ceará; Osmar Ricardo Labes, Pres. do Sind. das Empr. de Transp de Cargas de Santa Catarina; Saulo Ivo Lamb, Pres. do Sind.das Empr. de Transp. Rod. de Cargas de Foz do Iguaçu. Foram apreciados dois requerimentos, sendo o Req. nº 11/2000, de autoria do Dep. Oscar Andrade, convocando para depor perante a Comissão os srs. Artur Santos, da Corretora Pancary, Paulo Cunha da Corretora Apsul, Celso Ciglio, da Corretora Disconal e César Augusto Kaiafa, da Pull Seguros; e o Req. nº 12/2000, de autoria do Dep. Pompeo de Mattos, solicitando a convocação do sr. Jorge Méres, a fim de prestar esclarecimentos sobre o roubo de cargas.	117	11-8-2000
5ª	13-6-2000	Foram ouvidos os senhores Artur Santos, da Corretora Pancary; Paulo Cunha da Corretora Apsul; Celso Ciglio, da Corretora Disconal; e Luiz Carlos Beltrami, empresário de Ibirina – Santa Catarina. Foram apreciados e aprovados quatro requerimentos, sendo o Req. nº 13 de autoria do Deputado Robson Tuma, requerendo a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico da empresa Abaeté Taxi Aéreo e do senhor Jorge Melo; o Req. nº 14, de autoria do Senador Romeu Tuma requerendo do Governo de São Paulo esclarecimento sobre notícias vinculadas na imprensa no que diz respeito à desativação de postos fiscais; e os Reqs. nºs 15 e 16, de autoria do Deputado Pompeo de Mattos, requerendo as oitavas dos senhores Ademir José Albarello e Ananias Elisário da Silva.	117	11-8-2000
6ª	27-6-2000	Foram ouvidos os senhores Ivan Gonçalves Passos – Vice-Presidente Técnico da Sulamérica Seguros; Demóstenes Madureira de Pinho Filho – Presidente do Instituto de Resseguros do Brasil – IRB e José da Fonseca Lopes – Presidente da Federação dos Caminhoneiros Autônomos. Foram apreciados e aprovados 12 (doze) Requerimentos, sendo os de nº 17, 18 e 19 de autoria do Relator Dep. Oscar Andrade, que solicita esclarecimentos do Departamento da Polícia Rodoviária, Federal, solicita à Assembléia Legislativa de São Paulo cópia do Relatório da CPI de Combustíveis e a oitava de Pedro Negrini – ex-Diretor da Salva Carga Corretora de Seguros de Seguros; os de nºs 20, 21, 22 e 27, de autoria do Dep. Robson Tuma, que requer a quebra de sigilo das contas CC-5 solicita ao Secretário de Segurança Pública da Bahia cópia do processo contra Humberto Solon Sacramento Franco, bem como convoca a depor o sr. Humberto, requer quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico das empresas e pessoas físicas que relaciona; nº 23, de autoria do Dep. Eduardo Campos, que requer o sobrestamento dos Requerimentos votados na reunião anterior; nº 24, de autoria do Senador Geraldo Cândido requerendo ao oitavas do Delegado de Grajaú – MA, Cleosvaldo Brito, Chiquinho e Luis Carlos da Cunha, de Barra do Corda – MA, Nº 25 de autoria do Senador Romeu Tuma, requerendo a oitava de Mário Autine Fernandes do Prado; nº 26 de autoria do Dep. Carlos Dunga, requerendo seja encaminhado ao Ministro da Justiça apelo à Polícia Rodoviária Federal de itens tais como: aumento de efetivo de pessoal, viaturas e maior número de Postos; nº 28, de autoria do Dep. Pompeo de Mattos, solicitando à Polícia Federal diligências na Cidade Anapólis – GO.	117	11-8-2000

Reunião	Data	Pauta da Reunião	Publicação no DSF	
			Número	Data
7ª	1-8-2000	Administrativa sendo discutida a prorrogação da Comissão por mais um ano, bem como que sejam estendidas as investigações no que concerne a lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões. Marcados os depoimentos dos senhores Jorge Méres e Ananias Elisário da Silva para o dia 08.08.00.	118	12-8-2000
8ª	8-8-2000	Para as oitivas dos Senhores Jorge Méres e Ananias da Silva. Foram aprovados os Requerimentos nºs 29 a 34, sendo o nº 29 de autoria do Deputado Robson Tuma, requerendo os depoimentos dos proprietários e representantes das seguintes empresas: Distribuidoras NASCAR, PETROFORTE, PETROSUL E REDE ROJÃO; nº 30 de autoria do Deputado Carlos Dunga, requerendo seja solicitado ao Secretário de Finanças do Estado da Paraíba os cadastros das empresas Demil e Teca e ao Secretário de Segurança Pública do mesmo Estado, solicitando informações sobre os policiais "Paulão, Luiz Antonio, João e José Nilson"; nº 31 de autoria do Deputado Pompeo de Mattos e Senador Moreira Mendes, requerendo as oitivas dos proprietários das seguintes empresas: Laticínios Pauli – Campinas, Hipermercado Paes Mendonça – Marginal Tietê; Distribuidora Morifarma – Santo Amaro; Laboratório e Distribuidora Bifarma – São Bernardo do Campo; Materiais de Construção Beto – Zini; Biscoitos Zabetti; Carrefour – São José dos Campos; Supermercado Real – Rondonópolis – MT; Supermercado Itaquãl – Itaquaquecetuba e Hipermercado de Luiz Antonio – Suzano – SP; nº 32 de autoria do Deputado Pompeo de Mattos e do Senador Moreira Mendes, requerendo a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Supermercado Lusitano Ltda e de seus proprietários em São Luiz – MA; nº 33 de autoria do Deputado Pompeo de Mattos, requerendo a oitiva do Sr. Vander Dorneles e de seu cunhado Nivaldo, da cidade de Feira de Santana – BA e nº 34 também de autoria do Deputado Pompeo de Mattos, requerendo as oitivas do Sr. Paulão, Delegado de Polícia de Mirasol do Oeste e da proprietária da fazenda Água Boa, no mesmo município.	Aguardando remessa das atas, pela Comissão, para publicação	-
9ª	13-9-2000	Sendo tratado assuntos administrativos referentes à prorrogação do prazo da Comissão por mais um ano.	Aguardando remessa das atas, pela Comissão, para publicação	-
10ª	10-10-2000	ministrativa, aonde foi discutido e aprovado o calendário para o final do ano de 2000.	Aguardando remessa das atas, pela Comissão, para publicação	-
11ª	17-10-2000	Para as oitivas dos Senhores Genésio Bernardino de Souza – Diretor do Departamento Nacional de Estradas e Rodagens e Álvaro Henrique Vianna Morais – Diretor do Departamento da Polícia Rodoviária Federal.	Aguardando remessa das atas, pela Comissão, para publicação	-

Reunião	Data	Pauta da Reunião	Publicação no DSF	
			Número	Data
12ª	26-10-2000	Audiência pública no I encontro dos Transportadores de Cargas do Estado de Santa Catarina, ocasião que foram ouvidos: Odemar Müller – Presidente da Associação dos Distribuidores e Atacadistas de Santa Catarina; Ludovino Costella – Diretor da Transportes Marvel; Luis Carlos Beltramini – Transportes Udo Beltramini e Renato José Hendges – Delegado de Polícia; Participaram de audiência ainda, os Senhores Deputados Estaduais Francisco Áppio, Pastor Edson Praczyk e João Henrique Blasi, Presidente das CPIs, dos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, respectivamente.	Aguardando remessa das atas, pela Comissão, para publicação	-
13ª	8-11-2000	Foi ouvido o Sr. Sálvio Barbosa Vilar.	Aguardando remessa das atas, pela Comissão, para publicação	-
14ª	17-11-2000	Reunião de audiência pública no Estado da Paraíba, no Centro de Convenções do Hotel Tambaú, ocasião que foram ouvidos, Dr. ANTONIO JACARANDÁ DE OLIVEIRA – Presidente do Sindicato de Transportes de Cargas do Estado de Pernambuco – PE, Dr. EDVALDO BRONZEADO – Presidente do Sindicato de Transportes de Cargas da Paraíba – PB, Dr LUIZ ROBERTO COSTA – Delegado de Repressão a Roubo de Cargas – Recife – PE, Dr. GLAUBERTO BEZERRA – Secretário de Segurança Pública da PB, Sr. ANTONIO PEREIRA MENDES DA SILVA, Sr. ANTONIO MARCOS SANTOS DA SILVA, Sr. REINAM BEZERRA DE LIMA e JOSÉ FLORENTINO DO NASCIMENTO.	Aguardando remessa das atas, pela Comissão, para publicação	-
15ª	23-11-2000	Reunião com Audiência Pública na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.	Aguardando remessa das atas, pela Comissão, para publicação	-
16ª	24-11-2000	Reunião com Audiência Pública na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.	Aguardando remessa das atas, pela Comissão, para publicação	-
17ª	29-11-2000	Reunião Administrativa, para discussão de Pauta.	Aguardando remessa das atas, pela Comissão, para publicação	-
18ª	7-12-2000	Reunião com Audiência Pública na Assembléia do Estado de São Paulo.	Aguardando remessa das atas, pela Comissão, para publicação	-

Reunião	Data	Pauta da Reunião	Publicação no DSF	
			Número	Data
19ª	8-12-2000	Reunião com Audiência Pública na Assembléia do Estado de São Paulo.	Aguardando remessa das atas, pela Comissão, para publicação	-
20ª	13-12-2000	Reunião para a oitiva do Sr. Willian Walder Sozza.	Aguardando remessa das atas, pela Comissão, para publicação	-
21ª	14-12-2000	Reunião para a acareação entre o Sr. Willian Walder Sozza e Jorge Meris.	Aguardando remessa das atas, pela Comissão, para publicação	-

**G – CONSELHO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO”
(Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN)**

**Composição
(designada na sessão do Senado Federal de 26.5.2000)**

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

Deputados	Senadores
Pedro Wilson (PT-GO)	Antonio Carlos Magalhães (Presidente) (PFL-BA)
Maria Elvira (PMDB-MG)	Sebastião Rocha (PDT-AP)
Marisa Serrano (PSDB-MS)	Carlos Patrocínio (PFL-TO)

Histórico de 2000

- Em 26.05.2000**, a Presidência comunica ao Plenário do Senado Federal que o Presidente da Câmara dos Deputados, respondendo à solicitação da Presidência do Congresso Nacional, enviou-lhe o ofício GP-0 nº 1.423/00, de 17.5.2000, indicando os Srs. Deputados Pedro Wilson, Maria Elvira e Marisa Serrano para integrar o Conselho constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN (DSF de 27.5.2000, pg. 10944).
- Em 26.05.2000**, a Presidência, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN, designa os Srs. Congressistas abaixo relacionados para compor o Conselho destinado a apreciar e escolher pessoa a ser agraciada com o Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro: Deputados Pedro Wilson, Maria Elvira e Marisa Serrano e Senadores Sebastião Rocha e Carlos Patrocínio (DSF de 27.5.2000, pg. 10944).

H – Órgão de Controle e Fiscalização Externos da Política Nacional de Inteligência – OCFEPNI

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 7.12.99)

COMPOSIÇÃO

PRESIDENTE: Senador JOSÉ SARNEY

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado AÉCIO NEVES (PSDB-MG)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador JADER BARBALHO (PMDB-PA)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senadora HELOÍSA HELENA (Bloco PT/PDT-AL)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador JOSÉ SARNEY (PMDB-AP)

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA

Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SACOP)

Histórico de 2000

- Em 26.6.2000**, foi lida, em Plenário, a Mensagem nº 135, de 2000 (nº 618/2000, na origem), encaminhando o texto da proposta da Política Nacional de Inteligência, que define os objetivos e estabelece as diretrizes para os órgãos encarregados do exercício da atividade de inteligência no País, sendo aberto prazo de 5 dias úteis para apresentação de emendas perante o Órgão acima. Em 20 dias úteis, o relator apresentará seu relatório, e o órgão se reunirá para apreciá-lo. Uma vez aprovado, será dado conhecimento à Presidência do Senado, que, por sua vez, dará ciência ao Plenário e comunicará à Câmara.
- Em 21.11.2000**, foi realizada a **1ª Reunião** para instalação do Órgão de Controle e Fiscalização Externos da PNI, eleição de seu Presidente e designação do Relator da Mensagem nº 135/2000, do Senhor Presidente da República, bem como do Ato a que se refere o art. 6º da Lei nº 9.883, de 7.12.1999.
- Em 22.11.2000**, foi comunicado, em Plenário, o recebimento do Ofício OCFEPNI nº 1, de 2000, de 21.11, do Senador José Sarney, Presidente do Órgão, comunicando a sua instalação no dia 21.11, bem como a eleição do Presidente da CRE do Senado Federal para Presidente do Órgão e a designação do Deputado Luiz Carlos Hauly, Presidente da CRE da Câmara dos Deputados, para relatar a Mensagem nº 135/2000, do Senhor Presidente da República, bem como o Ato a que se refere o art. 6º da Lei nº 9.883, de 7.12.1999.

Em 22.11.2000, foi lido, em Plenário, o Projeto de Decreto Legislativo nº 241, de 2000, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros Srs. Senadores, que “*regulamenta o controle externo da atividade de inteligência previsto no art. 6º da Lei nº 9.883, de 7.12.99, que institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN e dá outras providências*”.

Em 29.11.2000, foi aprovado o Requerimento nº 596, de 2000, do Senador José Roberto Arruda, solicitando a convocação do General Alberto Mendes Cardoso, Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, no âmbito do Órgão de Controle e Fiscalização Externos da PNI.

Em 30.11.2000, foi realizada a **2ª Reunião** (secreta), destinada à oitiva do General Alberto Mendes Cardoso, Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Em 1.12.2000, foi comunicado, em Plenário, o recebimento de oito emendas à MSF nº 135/2000 e o retorno da matéria ao Relator, Deputado Luiz Carlos Hauly, Presidente da CRE da CD, para emitir parecer.

Em 20.12.2000, foi comunicado, em Plenário, o recebimento de oito emendas ao PDS nº 241/2000 e o encaminhamento da matéria à CRE do SF.

Ofícios expedidos

Número	Data	Assunto	Destinatário
1	21.11.2000	Comunica instalação do OCFE, eleição de seu Presidente e designação do Relator da MSF nº 135/2000	Presidente do SF
2	21.11.2000	Comunica instalação do OCFE, eleição de seu Presidente e designação do Relator da MSF nº 135/2000	Presidente da CD

Mapa de publicação das atas das reuniões do Órgão de Controle e Fiscalização Externos da PNI realizadas na 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Sessão Legislativa	Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
				Número	Data	Página
2ª Ordinária	1ª	Instalação, eleição do Presidente, designação do Relator e leitura da Mensagem nº 135/2000, do Senhor Presidente da República	21.11.2000	189	29.11.2000	23281
2ª Ordinária	2ª	Oitiva do General Alberto Mendes Cardoso , Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. (reunião secreta)	30.11.2000	193	5.12.2000	24214

IV - PROVIMENTO DE VAGAS DE MINISTRO DO TCU

(A partir da promulgação da CF/88)

Vaga	Critério	Fundamento Legal e Normativo	Ministros Nomeados	Data da Nomeação
1ª	Livre Escolha da Presidência da República, com aprovação do Senado Federal	Inciso I do § 2º do art. 73 da Constituição Federal e inciso I do art. 72, c/c os incisos I e III do art. 105, ambos da Lei nº 8.443, de 16/7/1992.	Olavo Drummond	28/5/90
2ª	Livre Escolha do Senado Federal	Inciso II do § 2º do art. 73 da Constituição Federal, c/c o inciso II do art. 72 da Lei nº 8.443, de 16/7/1992.	Iram de Almeida Saraiva	7/7/94
3ª	Livre Escolha da Câmara dos Deputados	Inciso II do § 2º do art. 73 da Constituição Federal, c/c o inciso II do art. 72 da Lei nº 8.443, de 16/7/1992	Humberto Guimarães Souto	23/6/95
4ª	Escolha, pela Presidência da República, em lista tríplice, entre Auditores do TCU, com aprovação do Senado Federal.	Inciso I do § 2º do art. 73 da Constituição Federal; inciso I do art. 72 c/c os incisos I e III do art. 105, ambos da Lei nº 8.443, 16/7/1992; e art. 281 do Regimento Interno do TCU.	Bento José Bugarin	31/10/95
5ª	Livre Escolha do Senado Federal	Inciso II do § 2º do art. 73 da Constituição Federal, c/c o inciso II do art. 72 da Lei nº 8.443, de 16/7/1992.	Antônio Bezerra Valmir Campelo	24/10/97
6ª	Livre Escolha da Câmara dos Deputados	Inciso II do § 2º do art. 73 da Constituição Federal, c/c o inciso II do art. 72 da Lei nº 8.443, de 16/7/1992.	Adilson Motta	18/1/98
7ª	Escolha, pela Presidência da República, em lista tríplice, entre Membros do Ministério Público junto ao TCU.	Inciso I do § 2º do art. 73 da Constituição Federal; inciso I do art. 72 c/c os incisos I e III do art. 105, ambos da Lei nº 8.443, de 16/7/1992; e art. 281 do Regimento Interno do TCU.	Walton Alencar Rodrigues	31/3/99
8ª	Livre Escolha do Senado Federal	Inciso II do § 2º do art. 73 da Constituição Federal, c/c o inciso II do art. 72 da Lei nº 8.443, de 16/7/1992.	Guilherme Gracindo Soares Palmeira	25/6/99

**V – COMISSÃO REPRESENTATIVA
DO CONGRESSO NACIONAL**

V – COMISSÃO REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

A – Período de 1.7.2000 a 31.7.2000

A Comissão Representativa do Congresso Nacional eleita em suas Casas em 28 de junho de 2000, nos termos do § 4º do art. 58 da Constituição Federal, para exercer seu mandato no período de 1º a 31 de julho de 2000, conforme comunicação da Presidência, publicada no *Diário do Senado Federal* de 30-6-2000, ficou assim constituída:

Titulares	Senadores	Suplentes
	PMDB	
Nabor Júnior	1.Casildo Maldaner	
Maguito Vilela	2.Gerson Camata	
Mauro Miranda	3.Iris Rezende	
	PFL	
Carlos Patrocínio	1.Edison Lobão	
Bello Parga	2.Francelino Pereira	
Jonas Pinheiro		
	PSDB	
Geraldo Melo	1.José Roberto Arruda	
	2.Ricardo Santos	
	Bloco Oposição (PT-PDT)	
Lauro Campos	1.Heloisa Helena	

Deputados

Titulares

Suplentes

Bloco (PSDB-PTB)

Juquinha	1. Antônio Jorge
Maria Abadia	2. Jovair Arantes
Roberto Jefferson	3. Jutahy Júnior
Ubiratan Aguiar	4. Lidia Quinan

Bloco (PMDB-PST-PTN)

Eunício Oliveira	1. Alberto Fraga
Jorge Pinheiro	2. Mendes Ribeiro Filho
Pedro Chaves	3. Osmar Serraglio

PFL

Aracely de Paula	1. Luciano Castro
Kátia Abreu	2. Paulo Octávio
Paes Landim	3. Ronaldo Caiado

PT

Geraldo Magela	1. Paulo Paim
Pedro Celso	2. Virgílio Guimarães

PPB

Márcio Reinaldo Moreira	1. Herculano Anghinetti
Wigberto Tartuce	2. Roberto Balestra

PDT

Fernando Coruja	1. João Sampaio
-----------------	-----------------

Bloco (PSB e PC do B)

Djalma Paes	1. Sérgio Miranda
-------------	-------------------

PV

Bispo Rodrigues	1.
-----------------	----

A.1 – Trabalhos Realizados

A Comissão instalou-se, no Plenário do Senado Federal, às 16h do dia 19 de julho de 2000, sob a Presidência do Senador Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente do Senado Federal.

Durante o período de seu mandato, a Comissão realizou 1 (uma) reunião, na qual foram registradas as seguintes proposições:

Proposições Apresentadas

1) Requerimentos

Nº	Autor	Assunto	Resultado
1/2000-CRCN	Dep. Geraldo Magela	Requer, "com base no Art. 7º, inciso XI, da Resolução nº 3, de 1990-CN, seja convidado para depor na Comissão Representativa do Congresso Nacional, o Senhor Eduardo Jorge Caldas Pereira, ex-Secretário Geral da Presidência da República, a fim de prestar esclarecimentos sobre suas ligações, quando ocupante do referido cargo, com o Juiz do Trabalho Nicolau dos Santos Neto, do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, veiculadas nos jornais Valor Econômico e Folha de São Paulo, respectivamente em suas edições dos dias 06 e 07 de Julho de 2000".	Aprovado o Parecer nº 1, de 2000-CRCN, proferido pelo Sr. Carlos Patrocínio, ressalvada a Indicação nº 1, de 2000-CRCN. À Subcomissão Permanente destinada a acompanhar e fiscalizar as "indicações apontadas" no Relatório Final da "CPI do Judiciário" e receber novas denúncias e informações relacionadas com o objetivo da investigação.
2/2000-CRCN	Sen. Heloísa Helena	Tendo em vista as gravíssimas declarações e fatos publicados pelos jornais da grande imprensa nacional (cópias em anexo), nos três últimos dias, envolvendo o ex-Secretário Geral da Presidência da República, Eduardo Jorge Caldas Pereira, venho solicitar o pronunciamento dessa ilustre Comissão sobre o assunto, haja vista tratar-se de tema da maior seriedade, cujo esclarecimento faz-se imprescindível.	Aprovado o Parecer nº 1, de 2000-CRCN, proferido pelo Sr. Carlos Patrocínio, ressalvada a Indicação nº 1, de 2000-CRCN. À Subcomissão Permanente destinada a acompanhar e fiscalizar as "indicações apontadas" no Relatório Final da "CPI do Judiciário" e receber novas denúncias e informações relacionadas com o objetivo da investigação.
3/2000-CRCN	Dep. Pedro Celso	Requer, "com base no Art. 7º, inciso XI, da Resolução nº 3, de 1990-CN, seja convidado para depor na Comissão Representativa do Congresso Nacional, o Senhor Governador do Distrito Federal, Joaquim Domingos Roriz, a fim de prestar esclarecimentos sobre notícia veiculada no Correio Braziliense de 7 de julho de 2000, relativas à prática de crime de incitação à violência cometidos por Sua Excelência em ato público".	Rejeitado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
4/2000-CRCN	Dep. Vivaldo Barbosa	Convita o ex-Secretário Eduardo Jorge para prestar os esclarecimentos sobre o seu envolvimento com o ex-Juiz José Nicolau e com o ex-Senador Luiz Estevão.	Aprovado o Parecer nº 1, de 2000-CRCN, proferido pelo Sr. Carlos Patrocínio, ressalvada a Indicação nº 1, de 2000-CRCN. À Subcomissão Permanente destinada a acompanhar e fiscalizar as "indicações apontadas" no Relatório Final da "CPI do Judiciário" e receber novas denúncias e informações relacionadas com o objetivo da investigação.
5/2000-CRCN	Sen. Heloísa Helena	Tendo em vista as reportagens publicadas hoje, 13.07.2000, em vários jornais do país, principalmente no jornal Folha de São Paulo, página A6 e Correio Braziliense, páginas 6 e 7, envolvendo o atual e o ex-ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, MARTUS ANTÔNIO RODRIGUES TAVARES E ANDREA SANDRO CALABI, respectivamente, na liberação de verbas orçamentárias para construção do Fórum Trabalhista de São Paulo, venho solicitar o pronunciamento dessa ilustre Comissão sobre o assunto, haja vista tratar-se de tema da maior seriedade, cujo o esclarecimento faz-se imprescindível.	Aprovado o Parecer nº 1, de 2000-CRCN, proferido pelo Sr. Carlos Patrocínio, ressalvada a Indicação nº 1, de 2000-CRCN. À Subcomissão Permanente destinada a acompanhar e fiscalizar as "indicações apontadas" no Relatório Final da "CPI do Judiciário" e receber novas denúncias e informações relacionadas com o objetivo da investigação.
6/2000-CRCN	Dep. Djalma Paes	Requer, "com base nos incisos IX e XI do art. 7º da Resolução nº 3, de 1990-CN, a convocação do Senhor Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, para prestar esclarecimentos a respeito da liberação de dotações suplementares para obras de construção do Fórum Trabalhista – Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, Segunda Região".	Aprovado o Parecer nº 1, de 2000-CRCN, proferido pelo Sr. Carlos Patrocínio, ressalvada a Indicação nº 1, de 2000-CRCN. À Subcomissão Permanente destinada a acompanhar e fiscalizar as "indicações apontadas" no Relatório Final da "CPI do Judiciário" e receber novas denúncias e informações relacionadas com o objetivo da investigação.
7/2000-CRCN	Dep. Walter Pinheiro	Solicita ao Exmo. Sr. Ministro das Comunicações informações a respeito de débito de entidades executantes dos serviços de telecomunicações, referentes à Taxa de Fiscalização de Funcionamento – TFF; à Multa de Infração à Legislação de Telecomunicações; ao Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofreqüência; e à Taxa de Fiscalização de Instalação – TFI.	Encaminhado à Câmara dos Deputados através do Of. nº 189/2000-CN, de 1º-8-2000
8/2000-CRCN	Dep. Adão Preto	Solicita informações ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, a respeito do cancelamento de cadastro de propriedades rurais.	Encaminhado à Câmara dos Deputados através do Of. nº 189/2000-CN, de 1º-8-2000
9/2000-CRCN	Dep. Tilden Santiago	Requer, "com base no Art. 7º, inciso XI, da Resolução nº 3, de 1990-CN, seja Convocado para depor na Comissão Representativa do Congresso Nacional, o Ministro das Minas e Energia Dr. Rodolpho Tourinho Neto a fim de prestar esclarecimentos sobre o vazamento de óleo na refinaria Presidente Getúlio Vargas, REPAR, no Estado do Paraná, atingindo os Rios Iguaçu e Birigüi, ocorrido no dia 17 de julho de 2000".	Encaminhado à Câmara dos Deputados através do Of. nº 189/2000-CN, de 1º-8-2000

Nº	Autor	Assunto	Resultado
10/2000-CRCN	Dep. Tilden Santiago	Requer, "com base Art. 7º, incisos VII e XI, convidar para depor o Presidente da Petrobrás, Dr. Henry Philippe Ricshstul e o Dr. David Zilbersztajn, Diretor Presidente da Agência Nacional do Petróleo, ANP, a fim prestarem esclarecimentos sobre o vazamento de óleo na refinaria Presidente Getúlio Vargas, REPAR, no Estado do Paraná, atingindo os Rios Iguazu e Birigüi, ocorrido no dia 17 de julho de 2000".	Encaminhado à Câmara dos Deputados através do Of. nº 189/2000-CN, de 1º-8-2000
11/2000-CRCN	Dep. Arthur Virgílio Neto	Requer, "nos termos do art. 7º, inciso XI, da Resolução nº 3 de 1990, do CN que seja convidado para depor na Comissão Representativa do Congresso Nacional, o Deputado João Coser (PT-ES), a fim de prestar esclarecimentos sobre a motivação que o levou a apresentar, ao PLN 08/96-CN, a emenda nº 80010138 que destina R\$ 18.030.000 à construção do Fórum Trabalhista da Primeira Instância da Cidade de São Paulo - SP".	Aprovado o Parecer nº 1, de 2000-CRCN, proferido pelo Sr. Carlos Patrocínio, ressalvada a Indicação nº 1, de 2000-CRCN. À Subcomissão Permanente destinada a acompanhar e fiscalizar as "indicações apontadas" no Relatório Final da "CPI do Judiciário" e receber novas denúncias e informações relacionadas com o objetivo da investigação.
12/2000-CRCN	Dep. Arthur Virgílio Neto	Solicita seja convidado o Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Iram Saraiva a fim de prestar esclarecimentos sobre a participação do TCU na liberação de recursos para o Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo.	Aprovado o Parecer nº 1, de 2000-CRCN, proferido pelo Sr. Carlos Patrocínio, ressalvada a Indicação nº 1, de 2000-CRCN. À Subcomissão Permanente destinada a acompanhar e fiscalizar as "indicações apontadas" no Relatório Final da "CPI do Judiciário" e receber novas denúncias e informações relacionadas com o objetivo da investigação.
13/2000-CRCN	Dep. Arthur Virgílio Neto	Solicita seja convidado o Sr. Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro Wagner Antônio Pimenta, a fim prestar esclarecimentos sobre a participação do TST na liberação de recursos para o Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo.	Aprovado o Parecer nº 1, de 2000-CRCN, proferido pelo Sr. Carlos Patrocínio, ressalvada a Indicação nº 1, de 2000-CRCN. À Subcomissão Permanente destinada a acompanhar e fiscalizar as "indicações apontadas" no Relatório Final da "CPI do Judiciário" e receber novas denúncias e informações relacionadas com o objetivo da investigação.
14/2000-CRCN	Dep. Walter Pinheiro	Requer, "com base no Art. 7º incisos VII e XI da Resolução nº 3, de 1990-CN, convidar para depor o ex-Presidente da Comissão Mista de Orçamento ao Senador Carlos Bezerra, ex-Presidente da Comissão Mista de Orçamento, no ano de 1997, a fim de prestar esclarecimentos acerca da liberação de recursos orçamentários para a construção do Fórum Trabalhista de São Paulo".	Aprovado o Parecer nº 1, de 2000-CRCN, proferido pelo Sr. Carlos Patrocínio, ressalvada a Indicação nº 1, de 2000-CRCN. À Subcomissão Permanente destinada a acompanhar e fiscalizar as "indicações apontadas" no Relatório Final da "CPI do Judiciário" e receber novas denúncias e informações relacionadas com o objetivo da investigação.

Nº	Autor	Assunto	Resultado
15/2000-CRCN	Dep. Walter Pinheiro	Requer, "com base no Art. 7º incisos VII e XI da Resolução nº 3, de 1990-CN, convidar para depor o deputado Hélio Rosas, autor do destaque que acrescentou R\$ 8 milhões à dotação orçamentária do Fórum Trabalhista de São Paulo, a fim de prestar esclarecimentos acerca da liberação de recursos públicos para a referida obra".	Aprovado o Parecer nº 1, de 2000-CRCN, proferido pelo Sr. Carlos Patrocínio, ressalvada a Indicação nº 1, de 2000-CRCN. À Subcomissão Permanente destinada a acompanhar e fiscalizar as "indicações apontadas" no Relatório Final da "CPI do Judiciário" e receber novas denúncias e informações relacionadas com o objetivo da investigação.
16/2000-CRCN	Dep. Walter Pinheiro	Requer, "com base no Art. 7º incisos VII e XI da Resolução nº 3, de 1990-CN, convidar para depor o ex-Presidente da Comissão Mista de Orçamento a deputada Yeda Crusius, ex-Presidente da Comissão Especial criada no âmbito da Comissão Mista de Orçamento, no ano de 1997, comissão esta encarregada de avaliar o relatório do TCU sobre obras consideradas irregulares, fim de prestar esclarecimentos acerca da liberação de recursos orçamentários para a construção do Fórum Trabalhista de São Paulo".	Aprovado o Parecer nº 1, de 2000-CRCN, proferido pelo Sr. Carlos Patrocínio, ressalvada a Indicação nº 1, de 2000-CRCN. À Subcomissão Permanente destinada a acompanhar e fiscalizar as "indicações apontadas" no Relatório Final da "CPI do Judiciário" e receber novas denúncias e informações relacionadas com o objetivo da investigação.
17/2000-CRCN	Dep. Arthur Virgílio Neto	Encerramento da discussão do Parecer referente ao Requerimento nº 1/2000-CRCN.	Aprovado
18/2000-CRCN		Requer ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, informações sobre contratação e remuneração de serviços terceirizados prestados ao Ministério e aos órgãos federais a ele vinculados.	Encaminhado à Câmara dos Deputados através do Of. nº 189/2000-CN, de 1º-8-2000

A.2 – PARTICIPAÇÃO DOS CONGRESSISTAS NA DIREÇÃO DOS TRABALHOS

Senadores	Presidência
Geraldo Melo	1
Carlos Patrocínio	1

Deputados	Presidência
Ubiratan Aguiar	1

De acordo com o disposto no parágrafo único do art. 8º da Resolução nº 3, de 1990-CN, a reunião da Comissão Representativa foi secretariada pelo servidor Raimundo Carreiro Silva, Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal.

B) Período de 16.12.2000 a 14.2.2001

A Comissão Representativa do Congresso Nacional eleita em suas Casas em 14 de dezembro de 2000, nos termos do § 4º do art. 58 da Constituição Federal, para exercer seu mandato no período de 16 de dezembro de 2000 a 14 de fevereiro de 2001, conforme comunicação da Presidência, publicada no *Diário do Senado Federal* de 15.12.2000, ficou assim constituída:

Titulares	Senadores	Suplentes
	PMDB	
Ramez Tebet	1.Jader Barbalho	
Renan Calheiros	2.Nabor Júnior	
Amir Lando	3.Ney Suassuna	
	PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1.Hugo Napoleão	
Carlos Patrocínio	2.Francelino Pereira	
Edison Lobão		
	PSDB	
Geraldo Melo	1.José Roberto Arruda	
	2.Ricardo Santos	
	PPS	
Paulo Hartung	1.Roberto Freire	

Deputados

Titulares

Suplentes

Bloco (PSDB-PTB)

Antônio Jorge	1. Aécio Neves
Jovair Arantes	2. Dino Fernandes
Juquinha	3. Eduardo Seabra
Maria Abadia	4. Jutahy Júnior

Bloco (PMDB-PST-PTN)

Igor Avelino	1. Alberto Fraga
Pedro Chaves	2. Jorge Wilson
Pedro Novais	3. Mendes Ribeiro Filho

PFL

Kátia Abreu	1. Ildefonso Cordeiro
Paes Landim	2. Moroni Torgan
Ronaldo Caiado	3. Paulo Octávio

PT

Geraldo Magela	1. Paulo Paim
Pedro Celso	2. Virgílio Guimarães

PPB

Márcio Reinaldo Moreira	1. Roberto Balestra
Severino Cavalcanti	2. Wigberto Tartuce

PDT

Fernando Coruja	1. Euripedes Miranda
-----------------	----------------------

Bloco (PSB e PC do B)

Gonzaga Patriota	1. Agnelo Queiroz
------------------	-------------------

PHS

Roberto Argenta	1.
-----------------	----

Nota: Os trabalhos da Comissão desse período serão publicados em Suplemento ao presente Relatório.

**SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA
DA 51ª LEGISLATURA**

SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA

(Período de 5.1 a 14.2.2000)

A Sessão Legislativa Extraordinária foi convocada para a apreciação de matérias consideradas urgentes e de interesse público relevante, conforme se segue:

I – ATO CONVOCATÓRIO (do Presidente da República)

**“Mensagem nº 1.294, de 1999-CN
(nº 1.980/99, na origem)**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Com fundamento no art. 57, § 6º, inciso II, da Constituição Federal, convoco o Congresso Nacional para, no período de 5 de janeiro a 14 de fevereiro de 2000, em sessão legislativa extraordinária, deliberar sobre:

1 - Matérias de que tratam os arts. 49, inciso I (tratados, acordos ou atos internacionais); 51 (competência privativa da Câmara dos Deputados); 52 (competência privativa do Senado Federal); 62 (medidas provisórias) e 166 (matérias orçamentárias) da Constituição Federal;

2 - Matérias sob o regime de urgência do § 1º do art. 64 da Constituição Federal, que estejam tramitando no Congresso Nacional ou que a ele sejam encaminhadas nesta convocação extraordinária;

3 - As proposições em anexo.

Brasília, 20 de dezembro de 1999

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Presidente da República”

Câmara dos Deputados

PEC	96/92	- Introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário. (Reforma do Judiciário)
PEC	175/95	- Altera o capítulo do Sistema Tributário Nacional. (Reforma Tributária)
PEC	203/95	- Dá nova redação ao § 1º do art. 222 da Constituição Federal, suprimindo-se o § 2º do referido artigo, que trata da propriedade de empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora de sons e imagens.
PEC	472/97	- Altera dispositivos dos artigos 48, 62 e 84 da Constituição Federal e dá outras providências. (Regulamentação de Medidas Provisórias)
PEC	601/98	- Altera a redação do artigo 6º da Constituição Federal. (Incluindo a moradia nos direitos sociais)
PEC	7/99	- Dá nova redação ao inciso XXIX do art. 7º e revoga o art. 233 da Constituição Federal. (Prazos prescricionais nas ações trabalhistas)
PEC	85/99	- Acrescenta o art. 76 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (FEF – Desvinculação de Receitas)
PEC	136/99	- Dispõe sobre a contribuição social para manutenção do regime de previdência dos servidores públicos, dos militares da União e dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. (Contribuição de inativos)
PEC	137/99	- Estabelece limite para remuneração, subsídio, provento ou pensão, aplicável aos três Poderes e ao Ministério Público. (Subteto)
PLP	220/98	- Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências.
PLP	9/99	- Dispõe sobre as normas gerais para a instituição de Regime de Previdência Complementar pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.
PLP	18/99	- Regula o art. 163, incisos I, II, III e IV, e o art. 169 da Constituição Federal, dispõe sobre princípios fundamentais e normas gerais de finanças públicas e estabelece o regime de gestão fiscal responsável, bem assim altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990. (Lei de Responsabilidade Fiscal)
PLP	23/99	- Acresce e altera dispositivos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. (Consolidação das Leis)
PLP	78/99	- Altera os arts. 88 e 121 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1973 (Dispondo que o Procurador-Geral do Trabalho e o Procurador-Geral da Justiça Militar poderão ser reconduzidos sem limitação de número de mandatos)
PL	621/99	- Altera e acresce dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, à Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, e ao Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. (Crime de responsabilidade fiscal)

PL	1.073/99	- Proíbe a venda de arma de fogo e munição em todo o território nacional, e dá outras providências.
PL	1.491/99	- Dispõe sobre a organização do Sistema Nacional de Correios, do seu órgão regulador e dá outras providências.
PL	1.615/99	- Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Transportes, do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, reestrutura o setor federal de transportes, e dá outras providências.
PL	1.617/99	- Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas – ANA, entidade federal de coordenação e apoio do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências.

Senado Federal

PEC	15/98	- Altera o inciso VII do artigo 29 da Constituição Federal. (Gastos com legislativos municipais)
PEC	67/99	- Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.
PEC	90/99	- Altera a redação do artigo 100 da Constituição Federal. (Reformulação do sistema de precatórios)
PEC	92/99	- Acrescenta alínea ao inciso I do art. 102 da Constituição, para conferir ao Supremo Tribunal Federal competência para julgar, originariamente, nos crimes de responsabilidade, os juízes de direito, juízes federais, desembargadores e membros dos Tribunais Regionais Federais.
PEC	96/99	- Institui o Fundo Constitucional de Combate à Pobreza e a Contribuição Social sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e Créditos de Natureza Financeira e dá outras providências.
PLS	614/99	- Proíbe a venda de arma de fogo e munição em todo o território nacional, e dá outras providências.
PLS	687/99	- Define os crimes de responsabilidade dos magistrados, altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que “dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências”, para tipificar novas condutas, e dá outras providências.
PLC	43/99 (complementar)	- Disciplina a perda de cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável, e dá outras providências (<i>carreiras típicas de Estado</i>).
PLC	49/99	- Altera a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, a Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, dispondo sobre a capa-

			citação e competitividade do setor de tecnologia de informação.
PLC	57/99	-	Disciplina o regime de emprego público do pessoal da administração federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.
PLC	60/99	-	Institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações. (FUST)
PLC	63/99 (complementar)	-	Dispõe sobre o regime de Previdência Complementar e dá outras providências.
PLC	PLP 8/99 na CD	-	Dispõe sobre a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, suas autarquias, fundações, sociedade de economia mista e outras entidades públicas e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar, e dá outras providências.

II – INSTALAÇÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA

A Sessão Legislativa foi solenemente instalada, em sessão conjunta das duas Casas do Congresso Nacional, às quatorze horas do dia 5 de janeiro de 2000, sob a direção do Presidente em exercício, Deputado Heráclito Fortes, 1º Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

**III – O SENADO FEDERAL
NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA
DA 51ª LEGISLATURA**

A – ALTERAÇÕES

A .1 – NA FILIAÇÃO PARTIDÁRIA

- Na sessão do dia 11.2.2000, foi lida comunicação, do Senador **Artur da Távola**, sem Partido, solicitando a inclusão de seu nome na Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, para todos os efeitos regimentais, a partir dessa data (DSF de 12.02.2000, página 02325).

A .2 – NA COMPOSIÇÃO PARTIDÁRIA

- em 24.1.2000, o Sr. Geraldo Lessa Santos, 1º Suplente, assumiu o exercício do mandato de Senador da República, pela representação do Estado de Alagoas, adotando o nome parlamentar de **Geraldo Lessa** e filiando-se ao Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, em virtude de licença concedida ao titular, Senador **Teotônio Vilela Filho**, pelo prazo de 121 (cento e vinte e um) dias, a partir de 20.1.2000, para tratar de interesses particulares (RQS nº 22/2000);

A .3 – NA LIDERANÇA

- Em 14.2.2000, foi lido expediente da Bancada do Partido dos Trabalhadores (Ofício S/N/2000, de 10.2.2000), indicando a Srª Senadora **Heloísa Helena** para ocupar a Liderança do Partido a partir de 14.2.2000 (DSF de 15.2.2000, página 2393).

B – O SENADO FEDERAL EM FUNCIONAMENTO

B.1 - MESA

Composição

<p>Presidente Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)</p> <p>1º Vice-Presidente Geraldo Melo (PSDB-RN)</p> <p>2º Vice-Presidente Ademir Andrade (Bloco-PA)</p> <p>1º Secretário Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB)</p> <p>2º Secretário Carlos Patrocínio (PFL-TO)</p>	<p>3º Secretário Nabor Júnior (PMDB-AC)</p> <p>4º Secretário Casildo Maldaner (PMDB-SC)</p> <p>Suplentes de Secretário 1º Eduardo Suplicy (Bloco-SP) 2º Lúdio Coelho (PSDB-MS) 3º Jonas Pinheiro (PFL-MT) 4º Marluce Pinto (PMDB-RR)</p>
---	---

Mapa de publicação das atas de reuniões da Mesa realizadas na 2ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura

Reunião	Pauta da reunião	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
1ª	Apreciação do RQS nº 10/2000, do Processo nº 018843/99, da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul; e distribuição dos RQS nºs 793, 795 e 796/99.	12.1.2000	003	13.1.2000	260
2ª	Apreciação dos RQS nºs 739, 763, 772, 773, 786, 791, 793, 795 e 796/99; e distribuição dos RQS nºs 13 e 14/2000.	20.1.2000	010	22.1.2000	872
3ª	Apreciação do RQS nº 13/2000 e distribuição dos RQS nºs 18, 21, 24, 25, 26, 27, 28, 33, 44, 47 e 54/2000.	9.2.2000	023	10.2.2000	2107
4ª	Constituição de procuradores para representar o Senado Federal perante a 28ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, Ação Popular nº 99.0062347-9. São nomeados os seguintes advogados: Arthur Pereira de Castilho Neto, Eduardo Antônio Lucho Ferrão, Oscar L. de Moraes, Marcus Flávio Horta Caldeira e Gustavo Adolpho Dantas Souto.	9.2.2000	023	10.2.2000	2108
5ª	Apreciação dos RQS nºs 18, 21, 24, 25, 26, 27, 28, 33, 44, 47 e 54/2000 e distribuição dos RQS nºs 62, 66, 67 e 69/2000.	14.2.2000	026	15.2.2000	2447

B.2 – PRESIDÊNCIA

B.2.1) Agenda cumprida pelo Presidente do Senado, Senador Antonio Carlos Magalhães

Dia	Hora	Compromisso
11.1.2000	12h 15h30	- Reunião com os Líderes no Senado Federal - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal.
12.1.2000	15h30	- Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal.
17.1.2000	14h30 16h 17h	- Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Audiência com a Srª Maria João Espírito Santo Bustorff, Presidente da Fundação Ricardo Espírito Santo - Entrevista com o jornalista Carlos Chagas.
18.1.2000	11h 12h 15h30	- Missão do Diálogo Inter-Americano - Audiência com o Sr. Ricardo Teixeira, Presidente da CBF, acompanhado de grupo de inspeção da FIFA - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal.
19.1.2000	11h 15h 15h30	- Audiência com os Srs. Hélio Bicudo, Membro da C.I.D.H.; José Paulo Bisol, Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul; Benedito Domingos Mariano, Coordenador Executivo do Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia - Comparecimento à cerimônia de lançamento do Programa de Ações para o Fortalecimento da Agricultura e Reforma Agrária – Salão Nobre do Palácio do Planalto - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal.
20.1.2000	11h	- Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal.
9.2.2000	15h30 17h	- Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Audiência com o Sr. Antonio Vianna Baptista, Presidente da Telefônica Internacional.
10.2.2000	11h 15h15	- Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal. - Audiência com o Excelentíssimo Senhor Luís Angel González Macchi, Presidente da República do Paraguai – Salão Nobre.

B.2.2) Falas

B.2.2.1) Decisivas

Sessão	Presidência	Assunto
12.1.2000 (DSF de 13.1.2000, página 237)	Antonio Carlos Magalhães	Defere, ad referendum da Mesa, o RQS nº 10/2000, de pedido de informações ao Ministro das Comunicações, em virtude do PLC nº 60/99 constar da pauta da Convocação Extraordinária, ficando interrompida a tramitação, nos termos do inciso IV do art. 216 do Regimento Interno.

Sessão	Presidência	Assunto
17.1.2000 (DSF de 18.1.2000 – página 414)	Antonio Carlos Magalhães	Responde às críticas da imprensa ao Senado Federal.
18.1.2000 (DSF de 19.1.2000 – página 496)	Antonio Carlos Magalhães	Comenta e decide sobre o uso da palavra pelos Srs. Líderes em detrimento das inscrições dos Parlamentares.
18.1.2000 (DSF de 19.1.2000 – página 503)	Antonio Carlos Magalhães	Comenta o comparecimento maciço de Senadores às sessões deliberativas na Convocação Extraordinária e sobre a apresentação de requerimentos de urgência, de Líderes de Partidos, para os PRS nºs 2, 3 e 4/2000, relativos a operações de crédito.
20.1.2000 (DSF de 21.1.2000 – página 658)	Antonio Carlos Magalhães	Comenta sobre pronunciamento do Senador Jader Barbalho justificando a apresentação de Proposta de Emenda Constitucional que altera o período de funcionamento do Congresso Nacional.
27.1.2000 (DSF de 28.1.2000 – página 1231)	Geraldo Melo	Informa o Plenário sobre a Mensagem do Presidente da República solicitando que o PLC nº 37/96 seja apreciado em regime de urgência previsto no art. 64, § 1º, da Constituição Federal (prazo de 45 dias), passando o PLC a integrar a pauta da convocação extraordinária do Congresso Nacional.
2.2.2000 (DSF de 3.2.2000 – página 1614)	Antonio Carlos Magalhães	Comenta e decide sobre o uso da palavra para comunicações inadiáveis e de Liderança.
3.2.2000 (DSF de 4.2.2000 – página 2759)	Antonio Carlos Magalhães	Avisa as Sr ^{as} e Srs. Senadores sobre a necessidade de <i>quorum</i> para votação de matérias constantes da agenda das sessões dos últimos dias da Convocação Extraordinária.

B.2.2.2) Associativas

Sessão	Presidente	Associação da Mesa
10.1.2000 (DSF de 11.1.2000 – página 23)	Antonio Carlos Magalhães	Por ocasião da aprovação do Requerimento nº 1/2000, de inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal Álvaro Valle .
10.1.2000 (DSF de 11.1.2000 – página 29)	Antonio Carlos Magalhães	Por ocasião da aprovação do Requerimento nº 2/2000, de inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal Iturival Nascimento .
11.1.2000 (DSF de 12.1.2000 – página 103)	Antonio Carlos Magalhães	Por ocasião da aprovação do Requerimento nº 4/2000, de inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do apresentador de TV e ex-Deputado Federal Blota Júnior .
17.1.2000 (DSF de 18.1.2000 – página 420)	Ademir Andrade	Por ocasião da aprovação do Requerimento nº 12/2000, de inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Monsenhor Expedito Medeiros .
17.1.2000 (DSF de 18.1.2000 – página 430)	Eduardo Suplicy	Por ocasião do discurso do Senador Artur da Távola, no qual demonstra sua preocupação com a solução parcial dada ao problema dos funcionários da TV Manchete , absorvidos pela Rede TV! .
18.1.2000 (DSF de 19.1.2000 – página 490)	Antonio Carlos Magalhães	Por ocasião da aprovação do Requerimento nº 16/2000, de voto de aplauso em homenagem ao 103º aniversário do jornalista Barbosa Lima Sobrinho .

Sessão	Presidente	Associação da Mesa
20.1.2000 (DSF de 21.1.2000 – página 651)	Antonio Carlos Magalhães	Por ocasião da aprovação do Requerimento nº 715/99, de Voto de Louvor à Dr ^a Lúcia Willadino Braga , pelo justo e merecido recebimento do título de Doutor <i>Honoris Causa</i> , conferido pela Universidade de Reims, na França.
21.1.2000 (DSF de 22.1.2000 – página 781)	Jonas Pinheiro	Por ocasião do pronunciamento do Senador Bernardo Cabral (pela ordem) de agradecimento ao Dr. Aloysio Campos da Paz Júnior , Diretor-Presidente da rede de hospitais Sarah, pelo eficiente tratamento profissional dispensado a S. Ex ^a .
26.1.2000 (DSF de 27.1.2000 – páginas 1063/1064)	Geraldo Melo	Por ocasião do pronunciamento do Senador Gerson Camata de repúdio à reportagem da revista IstoÉ , que envolve o nome de S. Ex ^a com grupos criminosos no Estado do Espírito Santo.
27.1.2000 (DSF de 28.1.2000 – página 1226)	Geraldo Melo	Por ocasião do pronunciamento da Senadora Heloísa Helena (em comunicação inadiável), em que manifesta indignação (reiterada, em seguida, pelo Senador Eduardo Suplicy) com as acusações feitas ao Deputado José Genoíno pelo Deputado Jair Bolsonaro .
27.1.2000 (DSF de 28.1.2000 – página 1243)	Casildo Maldaner	Por ocasião do pronunciamento do Senador Bello Parga (em comunicação inadiável), em que anuncia a entrega solene, em seu gabinete, do Relatório Final da CPI do Sistema Financeiro ao Procurador-Geral da República, Geraldo Brindeiro.
31.1.2000 (DSF de 1º.2000 – página 1318)	Geraldo Melo	Por ocasião do pronunciamento do Senador Ramez Tebet (em comunicação inadiável), de homenagem pelo transcurso do 3º aniversário da Rádio Senado .
1º.2.2000 (DSF de 2.2.2000 – página 1506)	Antonio Carlos Magalhães	Por ocasião das homenagens prestadas na sessão do dia 31.1.2000, quando do encaminhamento do RQS nº 39/2000, dos Senadores Paulo Hartung e Ademir Andrade, de inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-Senador Jutahy Magalhães .
2.2.2000 (DSF de 3.2.2000 – página 2597)	Antonio Carlos Magalhães	Por ocasião do discurso da Senadora Luzia Toledo de contestação de acusações divulgadas pela revista IstoÉ contra o Senador Gerson Camata .
2.2.2000 DSF de 3.2.2000 – página 1674)	Ademir Andrade	Por ocasião do discurso do Senador Ernandes Amorim , apelando ao Ministério da Agricultura para que estenda o programa de erradicação da febre aftosa às regiões Norte e Nordeste e viabilize a comercialização da produção de carne bovina oriunda do Estado de Rondônia.
9.2.2000 (DSF de 10.2.2000 – página 2046)	Antonio Carlos Magalhães	Por ocasião do discurso da Senadora Marina Silva traçando histórico do Partido dos Trabalhadores, que completa, dia 10.2.2000, seu 20º aniversário de fundação.
10.2.2000 (DSF de 11.2.2000 – página 2160)	Antonio Carlos Magalhães	Por ocasião das comemorações do 40º aniversário de criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene .
11.2.2000 (DSF de 12.2.2000 – página 2278)	Geraldo Melo	Por ocasião da aprovação do RQS nº 65/2000, de homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Senador Rachid Saldanha Derzi .
11.2.2000 (DSF de 12.2.2000 – página 2282)	Geraldo Melo	Por ocasião do discurso do Senador Francelino Pereira , criticando as declarações de representante do Fundo Monetário Internacional sobre o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.
14.2.2000 (DSF de 15.2.2000 – página 2404)	Antonio Carlos Magalhães	Por ocasião do discurso da Senadora Marina Silva , despedindo-se da função de Líder do Bloco Oposição.

Sessão	Presidente	Associação da Mesa
14.2.2000 (DSF de 15.2.2000 – página 2413)	Carlos Patrocínio	Por ocasião do discurso da Senadora Heloísa Helena , quando assume a Liderança do Bloco Oposição.

B.2.2.3) Registros da presença de autoridades em Plenário

Sessão	Presidente	Autoridades
10.2.2000 (DSF de 11.2.2000 – página 2144)	Geraldo Melo	Senador Fernando Bezerra , Ministro da Integração Nacional, convidando-o a tomar assento à Mesa (Comemorações do quadragésimo aniversário de criação da Sudene).

B.3 – SESSÕES

B.3.1 - Realizadas

Na 2ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura, o Senado Federal realizou 26 sessões plenárias, sendo:

17 Deliberativas Ordinárias
08 Não-Deliberativas
01 Deliberativa Extraordinária

B.3.2) Homenagens prestadas:

B.3.2.1) Hora do Expediente:

- **Dia 10.2** – em comemoração do 40º aniversário da criação da **Sudene** – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (RQS nº 29/2000, do Senador Francelino Pereira e outros Senadores).

B.3.2.2) Voto de pesar

Dia 10.1 – pelo falecimento do ex-Deputado Federal **Álvaro Valle** (RQS nº 1/2000, do Senador Romeu Tuma);

- pelo falecimento do ex-Deputado Federal **Iturival Nascimento** (RQS nº 2/2000, dos Senadores Iris Rezende, Maguito Vilela e Mauro Miranda);

Dia 11.1 - pelo falecimento do apresentador de TV e ex-Deputado Federal **Blota Júnior**, destacado comunicador do meio televisivo brasileiro (RQS nº 4/2000, dos Senadores Romeu Tuma e Lúcio Alcântara);

- pelo falecimento do jornalista e economista de Sergipe **Paulo Barbosa de Araújo**, ocorrido em 6.1, na cidade de Aracaju – SE (RQS nº 7/2000, dos Senadores Antônio Carlos Valadares e José Eduardo Dutra);

Dia 12.1 - pelo falecimento do ex-Senador e ex-Presidente do Senado, ex-Governador do Rio de Janeiro e ex-Deputado Federal **Paulo Torres**, ocorrido em 11.1 (RQS nº 9/2000, dos Senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda);

Dia 17.1 - pelo falecimento do **Monsenhor Expedito Medeiros**, Sacerdote da Paróquia da cidade de São Paulo do Potengi, no Estado do Rio Grande do Norte (RQS nº 12/2000, do Senador Agnelo Alves);

Dia 31.1 - pelo falecimento do ex-Senador **Jutahy Magalhães**, ocorrido em 31.1, no Estado da Bahia (RQS nº 39/2000, dos Senadores Paulo Hartung e Ademir Andrade);

Dia 1º.2 - pelo falecimento do ex-Deputado Estadual **Emir de Macedo Gomes**, ocorrido em 1º.2, em Vitória – ES (RQS nº 40/2000, do Senador Gerson Camata);

Dia 10.2 - pelo falecimento da ilustre conterrânea **Maria Luíza Misságea Serrão**, ocorrido em 7.2, no Espírito Santo (RQS nº 64/2000, do Senador Gerson Camata);

Dia 11.2 - pelo falecimento do ex-Senador **Rachid Saldanha Derzi** (RQS nº 65/2000, dos Senadores Ramez Tebet, Juvêncio da Fonseca e José Sarney);

B.3.2.3) Voto de Aplauso

Dia 18.1 - em homenagem ao jornalista **Barbosa Lima Sobrinho** pelo transcurso do seu 103º aniversário (RQS nº 16/2000, do Senador Pedro Simon).

B.3.2.4) Voto de Louvor

Dia 20.1 - em homenagem à Drª **Lúcia Willadino Braga**, pelo justo e merecido recebimento do Título de Doutor *Honoris Causa*, conferido pela Universidade de Reims, na França (RQS nº 715/99, do Senador Roberto Saturnino).

B.3.2.5) Voto de Congratulações

Dia 9.2 - em homenagem ao **Partido dos Trabalhadores – PT**, pelo transcurso do 20º aniversário de sua fundação (RQS nº 58/2000, do Senador Eduardo Suplicy e outros Senadores).

B.4 – PARTICIPAÇÃO DOS SENADORES NA DIREÇÃO DOS TRABALHOS

Senadores	Presidência	Secretaria
1. Ademir Andrade	12	-
1. Antonio Carlos Magalhães	15	-
1. Bello Parga	1	-
1. Carlos Patrocínio	15	19
1. Carlos Wilson	1	-
1. Casildo Maldaner	5	3
1. Edison Lobão	3	1
1. Eduardo Siqueira Campos	1	-
1. Eduardo Suplicy	2	2
1. Geraldo Melo	19	-
1. Gilvam Borges	-	1
1. Iris Rezende	2	-
1. Jonas Pinheiro	3	1
1. José Alencar	1	-
1. Lauro Campos	1	-
1. Leomar Quintanilha	5	-
1. Lúdio Coelho	5	5
1. Luiz Otávio	1	1
1. Maria do Carmo Alves	-	1
1. Marina Silva	1	-
1. Marluce Pinto	1	-
1. Moreira Mendes	1	-
1. Mozarildo Cavalcanti	2	-

Senadores	Presidência	Secretaria
1. Nabor Júnior	6	9
1. Ramez Tebet	1	1
1. Roberto Saturnino	-	1
1. Romero Jucá	2	-
1. Tião Viana	1	-

B.5 – PARTICIPAÇÃO DOS SENADORES NOS TRABALHOS

B.5.1 – Proposições apresentadas

SENADORES	PROPOSIÇÕES APRESENTADAS						
	PEC	PLS	PDS	PRS	RQS	PARECER	EMENDA DE PLENÁRIO
Ademir Andrade	-	1	-	-	1	2	-
Agnelo Alves	-	-	-	-	1	1	-
Álvaro Dias	-	1	-	-	-	-	2
Amir Lando	-	-	-	-	1	-	3
Antonio Carlos Magalhães	-	-	-	-	1	-	-
Antônio Carlos Valadares	-	1	-	-	1	-	1
Artur da Távola	2	1	-	-	-	1	-
Bello Parga	-	-	-	-	1	3	-
Bernardo Cabral	-	-	-	1	-	-	-
Carlos Bezerra	-	2	-	-	-	-	-
Carlos Patrocínio	-	-	-	-	1	24	-
Casildo Maldaner	-	3	-	-	-	1	-
Djalma Bessa	-	-	-	-	-	1	-
Edison Lobão	-	-	-	-	1	1	-
Eduardo Suplicy	-	-	1	-	4	1	-
Emília Fernandes	-	-	-	-	2	-	-
Ernandes Amorim	-	-	-	-	1	-	-
Francelino Pereira	-	-	-	-	2	-	-
Freitas Neto	-	-	-	-	-	1	-
Geraldo Althoff	-	-	-	-	2	-	-
Geraldo Cândido	-	1	-	-	3	-	-
Geraldo Melo	-	1	-	-	-	5	-

SENADORES	PROPOSIÇÕES APRESENTADAS						
	PEC	PLS	PDS	PRS	RQS	PARECER	EMENDA DE PLENÁRIO
Gerson Camata	-	1	-	-	3	-	4
Gilberto Mestrinho	-	-	-	-	-	2	-
Gilvam Borges	1	-	-	-	-	-	-
Heloísa Helena	-	-	-	-	2	-	-
Iris Rezende	-	-	-	-	2	-	-
Jader Barbalho	1	-	-	-	2	-	1
Jefferson Péres	-	-	-	-	2	4	1
Jonas Pinheiro	-	-	-	-	1	-	-
Jorge Bornhausen	-	-	-	1	-	-	-
José Alencar	1	-	-	-	-	1	-
José Eduardo Dutra	-	-	-	-	1	3	-
José Fogaça	-	-	-	-	-	3	-
José Jorge	-	-	-	-	1	-	-
José Roberto Arruda	1	-	-	-	-	1	-
José Sarney	-	-	-	-	-	1	-
Leomar Quintanilha	-	1	-	-	-	-	-
Líderes	-	-	-	-	6	-	-
Lúcio Alcântara	-	-	-	-	3	3	-
Lúdio Coelho	-	-	-	-	-	2	-
Luiz Estevão	-	5	-	-	-	-	-
Luzia Toledo	-	5	-	-	-	-	-
Maguito Vilela	-	2	-	-	-	-	-
Marina Silva	-	-	-	-	1	-	-
Moreira Mendes	-	-	-	-	6	1	-
Mozarildo Cavalcanti	1	-	-	1	3	-	1
Nabor Júnior	-	-	-	-	-	1	-

SENADORES	PROPOSIÇÕES APRESENTADAS						
	PEC	PLS	PDS	PRS	RQS	PARECER	EMENDA DE PLENÁRIO
Ney Suassuna	-	-	-	-	2	-	1
Osmar Dias	-	3	-	-	-	-	-
Paulo Hartung	-	1	-	-	1	-	-
Paulo Souto	-	-	-	-	-	1	-
Pedro Piva	-	-	-	-	1	1	-
Pedro Simon	-	-	-	-	2	1	1
Ramez Tebet	-	1	-	-	2	-	-
Roberto Freire	-	1	-	-	-	-	-
Roberto Requião	-	1	1	-	-	-	-
Roberto Saturnino	-	1	-	-	2	-	-
Romero Jucá	-	1	-	-	1	1	-
Romeu Tuma	-	-	-	-	3	2	-
Ronaldo Cunha Lima	-	-	-	-	-	5	-
Sebastião Rocha	-	3	-	-	-	-	-
Teotônio Vilela Filho	-	-	-	-	1	-	-
Tião Viana	1	-	-	-	-	-	-

B.5.2 - Uso da Palavra

SENADORES	Pronunciamento¹	Discussão	Encaminhamento de votação	Explicação pessoal	Comunicação inadiável	Pela ordem	Questão de ordem e solicitação de providência	Aparte
Ademir Andrade	8	1	-	-	-	1	1	3
Agnelo Alves	-	1	1	-	-	-	-	7
Alberto Silva	-	1	-	-	-	-	-	4
Álvaro Dias	3	1	-	-	1	-	-	-
Amir Lando	5	1	-	-	-	1	-	7
Antero Paes de Barros	1	-	-	-	2	-	-	-
Antônio Carlos Valadares	1	3	1	-	1	-	-	6
Arlindo Porto	2	2	-	-	-	-	-	7
Artur da Távola	2	1	-	-	-	-	-	3
Bello Parga	-	1	-	-	1	-	-	-
Bernardo Cabral	3	-	-	-	-	1	1	5
Carlos Bezerra	2	-	-	-	-	1	-	2
Carlos Patrocínio	11	-	-	-	-	-	-	7
Carlos Wilson	-	-	-	-	-	1	-	3
Casildo Maldaner	4	-	-	-	2	-	-	9
Edison Lobão	9	-	-	-	-	-	-	8
Eduardo Siqueira Campos	13	-	-	-	1	-	-	7
Eduardo Suplicy	14	4	3	-	2	7	3	15
Emília Fernandes	2	1	-	-	-	1	-	2
Ernandes Amorim	9	1	-	-	-	-	-	6
Francelino Pereira	11	2	1	-	1	-	-	6
Freitas Neto	2	-	-	-	-	-	-	1

¹ Como "Pronunciamento" consideraram-se as seguintes possibilidades de uso da palavra: art. 14, I; II, "a" e "b"; VII (exceto comunicação inadiável); VIII, "c"; IX e XI do RISF.

SENADORES	Pronunciamento¹	Discussão	Encaminhamento de votação	Explicação pessoal	Comunicação inadiável	Pela ordem	Questão de ordem e solicitação de providência	Aparte
Geraldo Cândido	5	-	-	-	2	-	-	2
Geraldo Lessa	-	-	-	-	-	-	-	2
Geraldo Melo	1	1	-	-	-	-	-	4
Gerson Camata	2	-	-	-	-	1	-	6
Gilberto Mestrinho	-	-	-	-	-	1	-	3
Gilvam Borges	-	-	-	-	-	1	-	2
Heloísa Helena	8	3	-	-	1	1	-	21
Hugo Napoleão	1	-	-	-	1	-	-	7
Iris Rezende	3	-	1	-	-	-	-	6
Jader Barbalho	4	1	-	-	1	1	-	4
Jefferson Peres	7	2	-	-	-	-	-	6
João Alberto Souza	3	-	-	-	-	-	-	-
Jonas Pinheiro	4	-	-	-	-	-	-	-
Jorge Bornhausen	1	-	-	-	-	-	-	-
José Alencar	3	-	1	-	-	-	-	18
José Eduardo Dutra	3	2	2	-	-	1	1	4
José Fogaça	2	-	1	-	-	-	-	2
José Jorge	1	-	-	-	-	-	-	-
José Roberto Arruda	6	-	-	-	-	1	-	6
José Sarney	1	-	-	-	-	-	-	2
Juvêncio da Fonseca	2	1	1	-	-	-	-	1
Lauro Campos	2	4	-	-	-	-	-	7
Leomar Quintanilha	3	-	-	-	-	-	-	5
Lúcio Alcântara	12	2	1	-	-	-	-	3
Lúdio Coelho	2	-	-	-	1	-	-	2

SENADORES	Pronunciamento¹	Discussão	Encaminhamento de votação	Explicação pessoal	Comunicação inadiável	Pela ordem	Questão de ordem e solicitação de providência	Aparte
Luiz Otávio	3	-	-	-	-	-	-	2
Luiz Pontes	1	-	-	-	-	-	-	1
Luzia Toledo	6	-	-	-	-	-	-	1
Maguito Vilela	4	-	1	-	2	-	-	7
Maria do Carmo Alves	5	-	-	-	1	-	-	-
Marina Silva	10	6	1	-	-	-	-	4
Marluce Pinto	-	-	-	-	-	-	-	2
Mauro Miranda	10	-	-	-	-	-	-	3
Moreira Mendes	6	-	-	-	1	-	-	4
Mozarildo Cavalcanti	19	1	-	-	1	1	-	12
Nabor Júnior	3	-	1	-	1	-	-	1
Ney Suassuna	5	1	-	-	1	-	-	7
Osmar Dias	3	-	-	-	-	-	-	-
Paulo Hartung	8	3	1	-	-	-	-	3
Paulo Souto	1	-	-	-	-	-	-	2
Pedro Piva	-	-	-	-	-	1	-	1
Pedro Simon	1	-	1	-	2	1	1	9
Ramez Tebet	3	-	1	-	2	1	-	15
Renan Calheiros	2	-	-	-	-	1	1	2
Roberto Freire	3	2	-	-	2	-	1	3
Roberto Requião	2	2	-	-	4	-	1	4
Roberto Saturnino	6	2	-	-	2	-	-	11
Romero Jucá	11	-	-	-	-	1	1	15
Romeu Tuma	4	-	2	-	2	-	-	16
Ronaldo Cunha Lima	1	-	-	-	-	-	-	-

B.6 – PARTICIPAÇÃO DOS SENADORES EM ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO

- Designados pela Presidência, em 27.2.96, o Senador **Lúcio Alcântara** e, em 1º.7, o Senador **Antonio Carlos Magalhães**, para, como representantes do Senado Federal, integrarem a Comissão Nacional para as Comemorações do “V Centenário do Descobrimento do Brasil” (Decreto de 6 de fevereiro de 1996).

Histórico: No dia 13.01.2000, o Senador **Antonio Carlos Magalhães** recebeu, como membro dessa Comissão, o Dr. **Mário Soares**, Chefe da Delegação Portuguesa da referida Comissão, em sua estada em Porto Seguro - Bahia (Requerimento nº 25/2000-M, de 19.01.2000).

- Designado, em 27.2.96, o Senador **Lúcio Alcântara** para, como representante do Poder Legislativo, integrar a Comissão Especial de Acesso à Informação de Arquivo (Ofício SF/169/96, de 27.2.96).

- Designados, em 11.3.99, os Senadores **Geraldo Melo** e **Jonas Pinheiro**, como representantes do Senado Federal, para acompanhar as reuniões do Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool - CIMA com o Conselho Consultivo para a Política Sucroalcooleira (Resolução nº 1, de 3 de fevereiro de 1999, do Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool – CIMA /Of. SF/164/99, de 11.3).

Histórico: - Na sessão do dia 14.10.99, o Senador **Jonas Pinheiro** fez, em pronunciamento, um balanço das iniciativas e avanços alcançados, por intermédio do Cima e do Comitê Consultivo, na discussão com o Governo Federal e com a sociedade em torno do programa do açúcar e do álcool (DSF nº 161, de 15.10.99, pg. 27632).

- Na sessão do dia 11.01.2000, o Senador **Jonas Pinheiro** anunciou, em pronunciamento, a realização de reunião do Conselho Consultivo do Cima com representantes do setor sucroalcooleiro, marcada para o dia 13 de janeiro de 2000, na Sala 2 da Ala Nilo Coelho, do Senado Federal, para estabelecerem as diretrizes e ações para o ano 2000 e a pauta de negociação com o Governo Federal (DSF nº 2, de 12.01.2000, pgs. 00092/00093).

- Na sessão do dia 14.01.2000, o Senador **Carlos Patrocínio** referiu-se, em pronunciamento, aos pontos principais tratados na reunião do Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool – Cima, realizada no dia 13.01.2000, nas dependências do Senado Federal (DSF nº 5, de 15.01.2000, pg. 00348).

REPRESENTAÇÃO DO SENADO FEDERAL EM ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO

De acordo com o art. 34 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, foram nomeados pelo Senhor Presidente da República, Senhor Fernando Henrique Cardoso, através do Decreto de 9 de fevereiro de 1998, publicado no *Diário Oficial* da União de 10 de fevereiro de 1998, Seção 2, o Sr. **Raimundo Carreiro Silva**, Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal, e o Sr. **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral do Senado Federal, para representarem o Senado Federal no Conselho Consultivo da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel.

B.7 – COMISSÕES

B.7.1) PERMANENTES

B.7.1.1) COMISSÃO DIRETORA

A Comissão Diretora funcionou com a mesma composição da Mesa do Senado Federal, nos termos do disposto no art. 77 do Regimento Interno.

B.7.1.2) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Representação por Partido Nº de integrantes: Titulares: 27 - Suplentes: 27							
Partidos	Bancadas	Proporção	Repres 1	Ajuste 1	Repres 2	Ajuste 2	Repres Final
PMDB	27	9,2000	9	2,7	9	2,7	9
PFL	20	6,67	6	2,8571429	7	2,5	7
PSDB	16	5,33	5	2,6666667	5	2,666667	5
BLOCO	14	4,67	4	2,8	4	2,8	5
PPB	3	1,2000	1	1,5	1	1,5	1
PTB	1	0,33	0		0		0
TOTAL	81	27	25		26		27

Bloco Oposição: **PSB, PT, PDT e PPS²**.
Proporcionalidade partidária fixada, excepcionalmente, em 23.2.99.

Composição

Presidente: Senador Ney Suassuna
Vice-Presidente: Senador Bello Parga

Titulares	PMDB	Suplentes
	PMDB	
Agnelo Alves		1. Gerson Camata
José Fogaça		2. Pedro Simon
José Alencar		3. Roberto Requião
Luiz Estevão		4. Alberto Silva
Maguito Vilela		5. Marluce Pinto
Gilberto Mestrinho		6. Mauro Miranda
Ramez Tebet		7. Wellington Roberto
Ney Suassuna		8. Amir Lando
Carlos Bezerra		9. João Alberto Souza

² Em 05.10.99, o PPS retirou-se do Bloco Oposição.

PFL		
Jorge Bornhausen		1. José Agripino
Francelino Pereira		2. José Jorge
Edison Lobão		3. Romeu Tuma
Bello Parga		4. Bernardo Cabral
Jonas Pinheiro		5. Eduardo Siqueira Campos
Freitas Neto		6. Geraldo Althoff
Paulo Souto		7. Mozarildo Cavalcanti
PSDB		
Antero Paes de Barros		1. (vago)
José Roberto Arruda		2. Sérgio Machado
Lúdio Coelho		3. Luiz Pontes
Romero Jucá		4. Lúcio Alcântara
Pedro Piva		5. Osmar Dias
Bloco Oposição		
Eduardo Suplicy (PT)		1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Lauro Campos (PT)		2. Sebastião Rocha (PDT)
José Eduardo Dutra (PT)		3. Roberto Freire (PPS) ³
Roberto Saturnino (PSB)		4. Marina Silva (PT)
Jefferson Peres (PDT)		5. Heloísa Helena (PT)
PPB		
Luiz Otávio (sem partido)		Ernandes Amorim

Histórico de 2000

Em 15.2.2000, foi publicado o relatório de atividades da Comissão durante o período de convocação extraordinária (DSF de 15.2.2000, pgs. 2437/2438).

Mapa de publicação das atas de reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
1ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	12.1.2000	26	15.2.2000	2528
2ª	Ordinária Visita de Congressistas norte-americanos e canadenses Apreciação de matéria legislativa	18.1.2000	26	15.2.2000	2540
3ª	Ordinária Exposição do Sr. Gesner José de Oliveira Filho , Presidente do CADE, e da Srª Hebe Teixeira Romano Pereira da Silva , Conselheira do CADE. Apreciação de matéria legislativa.	25.1.2000	26	15.2.2000	2559
4ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa.	1.2.2000	26	15.2.2000	2571

³ Até a elaboração deste Relatório, não foi substituído pela Liderança do Bloco.

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
5ª	Extraordinária Exposição dos Srs. Tenente Brigadeiro-do-Ar Carlos de Almeida Baptista , Comandante da Aeronáutica; Maurício Botelho , Presidente da Embraer; Antônio Donizete Ferreira , Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos; e Claudemir Marques de Almeida , representante dos trabalhadores no Conselho da Embraer, sobre as recentes alterações no capital acionário da Embraer.	2.2.2000	26	15.2.2000	2589
6ª	Ordinária Exposição dos Srs. Fábio Barbosa , Secretário do Tesouro Nacional, e Carlos Eduardo da Silva Monteiro , Procurador do Ministério da Fazenda, sobre os critérios utilizados na renegociação da dívida mobiliária do Estado de PE, decorrente da emissão de Letras Financeiras do Estado, destinadas ao pagamento de precatórios judiciais, bem como sobre as negociações da dívida do Município de SP. Apreciação de matéria legislativa	8.2.2000	26	15.2.2000	2630
7ª	Extraordinária Exposição do Sr. Andrea Calabi , Presidente do BNDES, sobre a aplicação de recursos do Orçamento na proporção de 80% para as regiões Sul e Sudeste e 20% para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.	8.2.2000	26	15.2.2000	2661
8ª	Extraordinária Exposição do Sr. Mário Covas , Governador do Estado de SP, sobre a “guerra fiscal” entre Estados da Federação.	9.2.2000	26	15.2.2000	2705
9ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa.	10.2.2000	26	15.2.2000	2738

Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho

B.7.1.3) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Representação por Partido							
Nº de integrantes: Titulares: 29 – Suplentes: 29							
Partido	Bancada	Proporção	Repres 1	Ajuste 1	Repres 2	Ajuste 2	Repres Final
PMDB	26	9,31	9	2,6	9	2,6	9
PFL	21	7,52	7	2,625	7	2,625	8
PSDB	16	5,73	5	2,666667	6	2,285714	6
BLOCO	14	5,01	5	2,333333	5	2,333333	5
PPB	3	1,07	1	1,5	1	1,5	1
PTB	1	0,36	0		0		0
TOTAL	81	29	27		28		29

Bloco Oposição: **PSB, PT, PDT e PPS**⁴
 Proporcionalidade partidária fixada em 16.3.99.

Composição da Comissão de Assuntos Sociais

Presidente: Senador Osmar Dias
Vice-Presidente: Senadora Heloísa Helena

Titulares	Suplentes
PMDB	
Carlos Bezerra	1. Renan Calheiros
Gilvam Borges	2. José Sarney
José Alencar	3. Mauro Miranda
Luiz Estevão	4. Jader Barbalho
Maguito Vilela	5. João Alberto Souza
Marluce Pinto	6. Amir Lando
Pedro Simon	7. Gilberto Mestrinho
(Vago)	8. José Fogaça
(Vago)	9. (Vago)
PFL	
Jonas Pinheiro	1. Edison Lobão
Juvêncio da Fonseca	2. Freitas Neto
Djalma Bessa	3. Bernardo Cabral
Geraldo Althoff	4. Paulo Souto
Moreira Mendes	5. José Agripino
Maria do Carmo Alves	6. Jorge Bornhausen
Eduardo Siqueira Campos	7. (Vago)
Mozarildo Cavalcanti	8. (Vago)

⁴ Em 05.10.99, o PPS retirou-se do Bloco Oposição.

PSDB		
Antero Paes de Barros		1. Artur da Tavola ⁵
Luiz Pontes		2. Luzia Toledo
Lúcio Alcântara		3. Pedro Piva
Osmar Dias		4. José Roberto Arruda
Sérgio Machado		5. Teotônio Vilela Filho ⁶
Romero Jucá		6. Álvaro Dias
Bloco Oposição		
Geraldo Cândido (PT)		Emilia Fernandes (PDT)
Marina Silva (PT)		Lauro Campos (PT)
Sebastião Rocha (PDT)		Roberto Freire (PPS) ⁷
Heloísa Helena (PT)		José Eduardo Dutra (PT)
Tião Viana (PT)		Jefferson Péres (PDT)
PPB		
Leomar Quintanilha		Ernandes Amorim

Secretário: José Roberto Cruz

**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO
DE CASOS DE EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS**

Requerimento aprovado na 6ª reunião da CAS, realizada no dia 28/04/99.

Subcomissão instalada na 8ª reunião da CAS, realizada em 12/05/99.

Composição

Presidente: Senadora Marluce Pinto

Relatora: Senadora Heloísa Helena

PMDB
Marluce Pinto
Luiz Estevão
PFL
Geraldo Althoff
Maria do Carmo Alves
PSDB
Osmar Dias
BLOCO OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB E PPS)
Heloísa Helena
Tião Viana
Emilia Fernandes

Secretário: José Roberto Cruz

⁵ Desfilou-se do Partido em 17.8.99 e a ele retornou em 11.2.2000.

⁶ Em 25.1.2000, foi substituído pelo Senador Geraldo Lessa.

⁷ Até a elaboração deste Relatório, não foi substituído pela Liderança do Bloco.

**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**

Requerimento aprovado na 11ª reunião da CAS, realizada em 26/05/99.
Subcomissão instalada e designada na 27ª reunião da CAS, realizada em 6/10/99

Composição

Presidente: Senador Luiz Estevão

PMDB
Luiz Estevão
Marluce Pinto
PFL
Juvêncio da Fonseca
Djalma Bessa
PSDB
Antero Paes de Barros
BLOCO OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB E PPS)
Sebastião Rocha
PPB
Leomar Quintanilha

Secretário: José Roberto Cruz

B.7.1.4) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Representação por Partido									
Nº de integrantes: Titulares: 23 – Suplentes: 23									
Partido	Bancada	Proporção	Repres 1	Ajuste 1	Repres 2	Ajuste 2	Repres 3	Ajuste 3	Repres Final
PMDB	26	7,38	7	3,25	7	3,25	8	2,888889	8
PFL	21	5,96	5	3,5	6	3	6	3	6
PSDB	16	4,54	4	3,2	4	3,2	4	3,2	5
BLOCO	14	3,98	3	3,5	4	2,8	4	2,8	4
PPB	3	0,85	0	3	0	3	0	3	0
PTB	1	0,28	0		0		0		0
TOTAL	81	23	19		21		22		23

Bloco Oposição: **PSB, PT, PDT E PPS⁸**.
 Proporcionalidade partidária fixada em 16.3.99.

Composição

Presidente: Senador José Agripino
Vice-Presidente: Senador Ramez Tebet

Titulares	Suplentes
PMDB	
Amir Lando	1. Carlos Bezerra
Renan Calheiros	2. Agnelo Alves
Iris Rezende	3. Gilvam Borges
Jader Barbalho	4. Luiz Estevão
José Fogaça	5. Ney Suassuna
Pedro Simon	6. Wellington Roberto
Ramez Tebet	7. José Alencar
Roberto Requião	8. (Vago)
PFL	
Bernardo Cabral	1. Moreira Mendes
José Agripino	2. Djalma Bessa
Edison Lobão	3. Bello Parga
Francelino Pereira	4. Juvêncio da Fonseca
Romeu Tuma	5. José Jorge
Maria do Carmo Alves	6. Mozarildo Cavalcanti
PSDB	
Álvaro Dias	1. Artur da Tavola ⁹
Carlos Wilson ¹⁰	2. Pedro Piva
Lúcio Alcântara	3. Luiz Pontes
Luzia Toledo	4. Romero Jucá
Sérgio Machado	5. Teotônio Vilela Filho ¹¹

⁸ Em 05.10.99, o PPS retirou-se do Bloco Oposição.

⁹ Desfilou-se do Partido em 17.8.99 e a ele retornou em 11.2.2000.

¹⁰ Desfilou-se do Partido em 31.8.99. Em 23.9.99, filiou-se ao Partido Popular Socialista – PPS.

¹¹ Em 25.1.2000, foi substituído pelo Senador Geraldo Lessa.

Bloco Oposição

Antônio Carlos Valadares (PSB)		Sebastião Rocha (PDT)
Roberto Freire (PPS) ¹²		Marina Silva (PT)
José Eduardo Dutra (PT)		Heloísa Helena (PT)
Jefferson Peres (PDT)		Eduardo Suplicy (PT)

Histórico de 2000

Em 15.2.2000, foi publicado o relatório de atividades da Comissão durante o período da convocação extraordinária (DSF de 15.2.2000, pgs. 2439/2440).

Mapa de publicação das atas de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
1ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa.	11.1.2000	26	15.2.2000	2743
2ª	Extraordinária Conjunta com a CRE Apreciação de matérias em tramitação conjunta: PLS nºs 292/99, 386/99 e 614/99 (<i>fabrico, trânsito, porte e venda de armas de fogo</i>).	11.1.2000	26	15.2.2000	2763
3ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa.	12.1.2000	26	15.2.2000	2784
4ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa.	12.1.2000	26	15.2.2000	2798

¹² Até a elaboração deste Relatório, não foi substituído pela Liderança do Bloco.

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
5ª	Extraordinária Conjunta com a CRE Exposições dos Srs. Wantuir Jacini , Vice-Diretor da Polícia Federal; Anthony Garotinho , Governador do Estado do Rio de Janeiro; Antônio Marcos Moraes de Barros , Presidente da Companhia Brasileira de Cartuchos; Rubem César Fernandes , Presidente da entidade "Viva Rio"; Carlos Alberto Murgel , Diretor-Presidente da Taurus e Presidente da Associação Nacional de Indústrias de Armas e Munições; Oscar Vilhena Vieira , Secretário-Executivo do Ilanud, Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento de Delinquentes; ex-Senador Irapuan Costa Júnior ; José Fauri , Membro e Instrutor da Acadepol, Academia de Polícia Civil do RS; e Marcelo Torres , Presidente da ANPCA, Associação Nacional dos Proprietários e Comerciantes de Armas, para instruir a apreciação das seguintes matérias em tramitação conjunta: PLS nºs 292, 386 e 614/99 (<i>fabrico, trânsito, porte e venda de armas de fogo</i>).	13.1.2000	26	15.2.2000	2807
6ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa.	20.1.2000	26	15.2.2000	2847
7ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa.	25.1.2000	26	15.2.2000	2866
8ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa.	26.1.2000	26	15.2.2000	2881
			26	15.2.2000	2998
9ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa.	2.2.2000	26	15.2.2000	2521
			26	15.2.2000	2902
10ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa.	3.2.2000	26	15.2.2000	2908
11ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa. Arguição do Sr. Marcus Herndl e apreciação de seu nome para o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar.	8.2.2000	26	15.2.2000	2913
12ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa.	9.2.2000	26	15.2.2000	2922
13ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa.	9.2.2000	26	15.2.2000	2940
14ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa.	10.2.2000	26	15.2.2000	2966

Secretário: Altair Gonçalves Soares

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS “INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA CPI DO PODER JUDICIÁRIO (INSTITUÍDA PELO REQUERIMENTO Nº 118/99) E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DE INVESTIGAÇÃO DA CPI, CATALOGÁ-LAS, ANALISÁ-LAS E, QUANDO COUBER, ENCAMINHÁ-LAS AOS ÓRGÃOS E AUTORIDADES COMPETENTES

Requerimento aprovado na 51ª reunião da CCJ, realizada em 15/12/99.

(Subcomissão a ser designada e instalada)
(sete membros)

Presidente:

Vice-Presidente:

PMDB – 3

PFL – 2

PSDB – 1

BLOCO OPOSIÇÃO - 1

B.7.1.5) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Representação por Partido Nº de integrantes: Titulares: 27 – Suplentes: 27							
Partido	Bancada	Proporção	Repres 1	Ajuste 1	Repres 2	Ajuste 2	Repres Final
PMDB	26	8,67	8	2,8888889	9	2,6	9
PFL	21	7,2000	7	2,625	7	2,625	7
PSDB	16	5,33	5	2,6666667	5	2,666667	5
BLOCO	14	4,67	4	2,8	4	2,8	5
PPB	3	1,2000	1	1,5	1	1,5	1
PTB	1	0,33	0		0		0
TOTAL	81	27	25		26		27

Bloco Oposição: **PSB, PT, PDT e PPS**¹³.
Proporcionalidade partidária fixada em 16.3.99.

Composição

Presidente: Senador Freitas Neto
Vice-Presidente: Senadora Luzia Toledo

Titulares		Suplentes
PMDB		
Amir Lando		1. Maguito Vilela
Agnelo Alves		2. Ney Suassuna
Gerson Camata		3. Ramez Tebet
Iris Rezende		4. Alberto Silva
José Sarney		5. Jader Barbalho
Pedro Simon		6. (Vago)
Roberto Requião		7. José Fogaça
Gilvam Borges		8. (Vago)
Luiz Estevão		9. (Vago)
PFL		
Hugo Napoleão		1. Geraldo Althoff
Freitas Neto		2. Francelino Pereira
Djalma Bessa		3. Jonas Pinheiro
José Jorge		4. Mozarildo Cavalcanti
Jorge Bornhausen		5. Romeu Tuma
Eduardo Siqueira Campos		6. Edison Lobão
Bello Parga		7. Maria do Carmo Alves

¹³ Em 05.10.99, o PPS retirou-se do Bloco Oposição.

PSDB		
Álvaro Dias		1. Carlos Wilson ¹⁴
Artur da Távola ¹⁵		2. Osmar Dias
Luzia Toledo		3. (Cedida ao PPS em 30.11.99)
Lúcio Alcântara		4. Lúdio Coelho
Teotônio Vilela Filho ¹⁶		5. Antero Paes de Barros
Bloco Oposição		
Sebastião Rocha (PDT)		Geraldo Cândido (PT)
Heloísa Helena (PT)		Antonio Carlos Valadares (PSB)
Emília Fernandes (PDT)		Lauro Campos (PT)
Roberto Saturnino (PSB)		Tião Viana (PT)
Marina Silva (PT)		Jefferson Peres (PDT)
PPB		
Luiz Otávio (sem partido)		Leomar Quintanilha

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE RÁDIO E TELEVISÃO**

Requerimento aprovado na 2ª reunião da Comissão de Educação, realizada em 06/04/99.

Subcomissão instalada na 8ª reunião da Comissão de Educação, realizada em 22/06/99

Composição

Presidente: Senador Pedro Simon

Vice-Presidente: Senador Artur da Távola¹⁷

PMDB
Amir Lando
Gerson Camata
Pedro Simon
PFL
Djalma Bessa
Romeu Tuma
PSDB
Álvaro Dias
Artur da Távola ¹⁸
BLOCO OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)
Geraldo Cândido
Emília Fernandes
Composição aprovada na 7ª Reunião (extraordinária) da Comissão de Educação, realizada em 15.06.99.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

¹⁴ Filiou-se ao PPS em 23.9.99.

¹⁵ Desfilou-se do Partido em 17.8.99 e a ele retornou em 11.2.2000.

¹⁶ Em 25.1.2000, foi substituído pelo Senador Geraldo Lessa.

¹⁷ Desfilou-se do Partido em 17.8.99 e a ele retornou em 11.2.2000.

¹⁸ Desfilou-se do Partido em 17.8.99 e a ele retornou em 11.2.2000.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO CINEMA BRASILEIRO

Requerimento aprovado na 7ª reunião da Comissão de Educação, realizada em 15/06/99.
Subcomissão instalada na 11ª reunião da Comissão de Educação, realizada em 29/06/99
Requerimento de prorrogação dos trabalhos da Subcomissão aprovado na 29ª Reunião da CE, em 7.12.99.

Presidente: Senador José Fogaça
Relator: Senador Francelino Pereira

PMDB
José Fogaça
Maguito Vilela
PFL
Francelino Pereira
PSDB
Teotonio Vilela Filho
BLOCO OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS¹⁹)
Roberto Saturnino
PPB
Luiz Otávio (sem partido)

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Histórico de 2000

Na sessão de 26.1.2000, o Sr. Senador Francelino Pereira proferiu discurso relatando a sessão de abertura da 3ª Mostra de Cinema de Tiradentes, realizada no dia 21.1.2000, na cidade de Tiradentes, MG (conforme já anunciara em discurso pronunciado na sessão do dia 21.1.2000 e publicado no DSF de 22.1.2000, pg. 807), sessão que presidiu na condição de Relator da Subcomissão do Cinema Brasileiro (DSF de 27.1.2000, pgs. 1050/1051).

Na sessão de 4.2.2000, o Sr. Senador Francelino Pereira proferiu discurso relatando a sessão de encerramento da 3ª Mostra de Cinema de Tiradentes, realizada em 29.1.2000, na cidade de Tiradentes, MG, sessão que também presidiu na qualidade de Relator da Subcomissão do Cinema Brasileiro, tendo recebido, ao final, a "Carta de Tiradentes", redigida por representantes do Fórum Nacional dos Organizadores de Eventos Audiovisuais Brasileiros, documento a ser enviado à Subcomissão do Cinema Brasileiro e à Secretaria para o Desenvolvimento do Audiovisual, do Ministério da Cultura. O Senador concluiu seu pronunciamento anunciando que encaminhará, à Mesa, requerimento de consignação de Voto de Aplauso para a referida Mostra de Cinema de Tiradentes (DSF de 5.2.2000, pgs. 1840/1843).

Ainda na sessão de 4.2.2000, foi lido o RQS nº 53/2000, solicitando, nos termos do art. 222 do RISF, consignação de voto de aplauso à 3ª Mostra de Cinema de Tiradentes, em Minas Gerais (DSF de 5.2.2000, pg. 1795).

Na sessão de 14.2.2000, o Sr. Senador Francelino Pereira proferiu discurso relatando a cerimônia do Grande Prêmio Cinema Brasil, realizada no dia 12 de fevereiro último, no Hotel Quitandinha, em Petrópolis, RJ, que contou com a presença de S. Exª e a do Senador Saturnino Braga, ambos membros da Subcomissão do Cinema Brasileiro; do Ministro da Cultura, Sr. Francisco Weffort; do Governador do RJ, Sr. Anthony Garotinho; e do Prefeito de Petrópolis, Sr. Leandro Sampaio. O evento foi promovido pelo Ministério da Cultura (DSF de 15.2.2000, pg. 2429).

¹⁹ Em 05.10.99, o PPS retirou-se do Bloco Oposição.

B.7.1.6) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Representação por Partido									
Nº de integrantes: Titulares: 17 - Suplentes: 9									
Partido	Bancada	Proporção	Repres 1	Ajuste 1	Repres 2	Ajuste 2	Repres 3	Ajuste 3	Repres Final
PMDB	26	5,46	5	4,333333	5	4,333333	6	3,714286	6
PFL	21	4,41	4	4,2	4	4,2	4	4,2	5
PSDB	16	3,36	3	4	3	4	3	4	3
BLOCO	14	2,94	2	4,666667	3	3,5	3	3,5	3
PPB	3	0,63	0		0		0		0
PTB	1	0,21	0		0		0		0
TOTAL	81	17	14		15		16		17

Nº de integrantes: Suplentes: 9									
Partido	Bancada	Proporção	Repres 1	Ajuste 1	Repres 2	Ajuste 2	Repres Final		
PMDB	26	2,89	2	8,666667	3	6,5	3		
PFL	21	2,33	2	7	2	7	2		
PSDB	16	1,78	1	8	1	8	2		
BLOCO	14	1,56	1	7	1	7	2		
PPB	3	0,33	0		0		0		
PTB	1	0,11	0		0		0		
TOTAL	81	9	6		7		9		

Bloco Oposição: **PSB, PT, PDT E PPS**²⁰.
 Proporcionalidade partidária fixada em 16.3.99.

Composição

Presidente: Senador Romero Jucá
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma

Titulares	Suplentes
PMDB	
Alberto Silva	1. Gilvam Borges
(Vago)	2. Iris Rezende
João Alberto Souza	3. Renan Calheiros
Marluce Pinto	
Ney Suassuna	
Wellington Roberto	
PFL	
Hugo Napoleão	1. Bello Parga
Geraldo Althoff	2. Francelino Pereira
Romeu Tuma	
Moreira Mendes	
(Vaga cedida ao PPB em 9.3.99)	

²⁰ Em 05.10.99, o PPS retirou-se do Bloco Oposição.

PSDB		
Carlos Wilson ²¹		1. Pedro Piva
Luiz Pontes		2. Sérgio Machado
Romero Jucá		
Bloco Oposição		
Eduardo Suplicy (PT)		Geraldo Cândido (PT)
José Eduardo Dutra (PT)		Roberto Saturnino (PSB)
Jefferson Péres (PDT)		
PPB		
Ernandes Amorim (por cessão do PFL)		

Secretário: José Francisco B. Carvalho

²¹ Desfilou-se do Partido em 31.8.99. Em 23.9.99, filiou-se ao Partido Popular Socialista – PPS.

B.7.1.7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Representação por Partido									
Nº de integrantes: Titulares: 19 – Suplentes: 19									
Partido	Bancada	Proporção	Repres 1	Ajuste 1	Repres 2	Ajuste 2	Repres 3	Ajuste 3	Repres Final
PMDB	26	6,10	6	3,714286	6	3,714286	6	3,71429	7
PFL	21	4,93	4	4,2	5	3,5	5	3,5	5
PSDB	16	3,75	3	4	3	4	4	3,2	4
BLOCO	14	3,28	3	3,5	3	3,5	3	3,5	3
PPB	3	0,70	0		0		0		0
PTB	1	0,23	0		0		0		0
TOTAL	81	19	16		17		18		19

Bloco Oposição: **PSB, PT, PDT E PPS²²**.
 Proporcionalidade partidária fixada em 16.3.99.

Composição

Presidente: Senador José Sarney
Vice-Presidente: Senador Carlos Wilson²³

Titulares	Suplentes
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Agnelo Alves
Jader Barbalho	2. Gerson Camata
João Alberto Souza	3. Luiz Estevão
José Sarney	4. Maguito Vilela
Mauro Miranda	5. Marluce Pinto
Wellington Roberto	6. José Alencar
José Fogaça	7. Pedro Simon
PFL	
Bernardo Cabral	1. Hugo Napoleão
Romeu Tuma	2. José Agripino
José Jorge	3. Djalma Bessa
Moreira Mendes	4. Geraldo Althoff
Mozarildo Cavalcanti	5. Paulo Souto
PSDB	
Artur da Távola ²⁴	1. Lúcio Alcântara
Carlos Wilson ²⁵	2. José Roberto Arruda
Lúdio Coelho	3. Romero Jucá
Pedro Piva	4. Sérgio Machado

²² Em 05.10.99, o PPS retirou-se do Bloco Oposição.

²³ Desfilhou-se do Partido em 31.8.99. Em 23.9.99, filiou-se ao Partido Popular Socialista – PPS.

²⁴ Desfilhou-se do Partido em 17.8.99 e a ele retornou em 11.2.2000.

²⁵ Desfilhou-se do Partido em 31.8.99. Em 23.9.99, filiou-se ao Partido Popular Socialista – PPS.

Bloco Oposição

Lauro Campos (PT)		Sebastião Rocha (PDT)
Eduardo Suplicy (PT)		Roberto Saturnino (PSB)
Tião Viana (PT)		Emilia Fernandes (PDT)

Histórico de 2000

Em 15.2.2000, foi publicado o relatório das atividades da Comissão durante o período da convocação extraordinária (DSF de 15.2.2000, pg. 2441).

Mapa de publicação das atas das reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
1ª	Extraordinária Conjunta com a CCJ Apreciação de matéria legislativa: PLS nºs 292, 386 e 614/99 <i>(fabrico, trânsito, porte e venda de armas de fogo)</i>	11.1.2000	16	1º.2.2000	1368
2ª	Extraordinária Conjunta com a CCJ Exposições dos Srs. Wantuir Jacini , Vice-Diretor da Polícia Federal; Anthony Garotinho , Governador do Estado do Rio de Janeiro; Antônio Marcos Moraes de Barros , Presidente da Companhia Brasileira de Cartuchos; Rubem César Fernandes , Presidente da entidade "Viva Rio"; Carlos Alberto Murgel , Diretor-Presidente da Taurus e Presidente da Associação Nacional de Indústrias de Armas e Munições; Oscar Vilhena Vieira , Secretário-Executivo do Ilanud, Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento de Delinqüentes; ex-Senador Irapuan Costa Júnior ; José Fauri , Membro e Instrutor da Acadepol, Academia de Polícia Civil do RS; e Marcelo Torres , Presidente da ANPCA, Associação Nacional dos Proprietários e Comerciantes de Armas, para instruir a apreciação das seguintes matérias em tramitação conjunta: PLS nºs 292, 386 e 614/99 <i>(fabrico, trânsito, porte e venda de armas de fogo)</i> .	11.1.2000	16	1º.2.2000	1388
3ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	18.1.2000	26	15.2.2000	2509

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
4ª	Ordinária Arguição dos Srs. Isnard Penha Brasil Júnior e Joaquim Luís Cardoso Palmeiro e apreciação de seus nomes para os cargos de Embaixadores do Brasil junto à República Argelina Democrática e Popular e junto à Grande Jámahiriya Árabe Popular Socialista da Líbia, respectivamente. Apreciação do nome do Sr. Ricardo Carvalho do Nascimento Borges , para o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica da Mauritânia e à República da Gâmbia cumulativamente. (Ata publicada sem notas taquigráficas.)	25.1.2000	26	15.2.2000	2513
5ª	Ordinária Arguição dos Srs. Valter Pecly Moreira e Carlos Alberto Pessoa Pardellas e apreciação de seus nomes para os cargos de Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos e de Embaixador do Brasil junto à República da Macedônia cumulativamente com a República da Croácia, respectivamente. ²⁶ Apreciação de matéria legislativa.	1.2.2000	26	15.2.2000	2514
6ª	Extraordinária Concedida vista coletiva dos PLS nºs 292, 386 e 614/99 (<i>fabrico, trânsito, porte e venda de armas de fogo</i>)	2.2.2000	26	15.2.2000	2520

Secretário: Marcos Santos Parente Filho

²⁶ Das notas taquigráficas constou apenas a arguição do Sr. Valter Pecly Moreira.

B.7.1.8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

Representação por Partido									
Nº de integrantes: Titulares: 23 – Suplentes: 23									
Partido	Bancada	Proporção	Repres 1	Ajuste 1	Repres 2	Ajuste 2	Repres 3	Ajuste 3	Repres Final
PMDB	26	7,38	7	3,25	7	3,25	8	2,888889	8
PFL	21	5,96	5	3,5	6	3	6	3	6
PSDB	16	4,54	4	3,2	4	3,2	4	3,2	5
BLOCO	14	3,98	3	3,5	4	2,8	4	2,8	4
PPB	3	0,85	0	3	0	3	0	3	0
PTB	1	0,28	0		0		0		0
TOTAL	81	23	19		21		22		23

Bloco Oposição: **PSB, PT, PDT E PPS²⁷**.
 Proporcionalidade partidária fixada em 16.3.99.

Composição

Presidente: Senadora Emilia Fernandes
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva

Titulares		Suplentes
PMDB		
Alberto Silva		1. Carlos Bezerra
Gerson Camata		2. Iris Rezende
Marluce Pinto		3. José Sarney
Mauro Miranda		4. Ramez Tebet
Gilvam Borges		5. Roberto Requião
(Vago)		6. Gilberto Mestrinho
(Vago)		7. (Vago)
(Vago)		8. (Vago)
PFL		
José Agripino		1. Jonas Pinheiro
Paulo Souto		2. Jorge Bornhausen
Mozarildo Cavalcanti		3. Hugo Napoleão
José Jorge		4. Maria do Carmo Alves
Juvêncio da Fonseca		5. Eduardo Siqueira Campos
Arlindo Porto (vaga cedida ao PTB em 9.3.99)		6. Freitas Neto
PSDB		
José Roberto Arruda		1. Álvaro Dias
Luiz Pontes		2. Antero Paes de Barros
Osmar Dias		3. Lúdio Coelho
Romero Jucá		4. (Vago)
Teotônio Vilela Filho ²⁸		5. (Vaga cedida ao PPS em 30.11.99)

²⁷ Em 05.10.99, o PPS retirou-se do Bloco Oposição.

²⁸ Em 25.1.2000, foi substituído pelo Senador Geraldo Lessa.

Bloco Oposição		
Antonio Carlos Valadares (PSB)		Eduardo Suplicy (PT)
Emilia Fernandes (PDT)		Tião Viana (PT)
Geraldo Cândido (PT)		José Eduardo Dutra (PT)
Roberto Freire (PPS) ²⁹		Roberto Saturnino (PSB)
PTB		
Arlindo Porto (Vaga cedida pelo PFL em 9.3.99)		

Histórico de 2000

Em 15.2.2000, foi publicado o relatório de atividades da Comissão durante o período da convocação extraordinária (DSF de 15.2.2000, pgs. 2442/2443).

Mapa de publicação das atas das reuniões da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
1ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa.	27.1.2000	26	15.2.2000	2983
2ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa.	27.1.2000	26	15.2.2000	2996
3ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa. Exposições dos Srs. Henri Philippe Reichstul , Presidente da Petrobrás; Roberto Kishinami , Diretor-Geral do Greenpeace; Deputado Fernando Gabeira , representando o Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do RJ; Axel Grael , da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente do RJ; engenheiros Laércio Horta e Rodolfo Landi ; e Marcelo Furtado , para prestarem esclarecimentos sobre causas, conseqüências e providências a respeito do desastre ambiental causado pelo vazamento de óleo ocorrido na Baía da Guanabara.	2.2.2000	26	15.2.2000	3019
4ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa.	10.2.2000	26	15.2.2000	3063

Secretário: Celso Parente

²⁹ Até a elaboração deste Relatório, não foi substituído pela Liderança do Bloco.

B.8 – MATÉRIA LEGISLATIVA

B.8.1) PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO (PEC)

Apresentadas e recebidas	9
Apreciadas (de origem no Senado Federal – Substitutivo da Câmara)	1
Recebida da Câmara para promulgação	1

B.8.1.1) De Sessões Legislativas anteriores

Número	1º Signatário	Ementa	Resultado
67/99 – SF ³⁰	Antonio Carlos Magalhães	Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.	Tramitando
96/99 – SF ³¹	Comissão Mista Especial de Combate à Pobreza	Institui o Fundo Constitucional de Combate à Pobreza e a Contribuição Social sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e Créditos de Natureza Financeira e dá outras providências.	Tramitando

B.8.1.2) Da presente Sessão Legislativa

Número	1º Signatário	Ementa	Resultado
1/2000 – SF	Tião Viana	Altera o artigo 104 da Constituição Federal e dá outras providências (<i>nomeação de Ministros do Superior Tribunal de Justiça</i>).	Tramitando
2/2000 – SF	José Alencar	Insera dispositivo na Constituição Federal para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária decorrente de emendas de parlamentares.	Tramitando
3/2000 – SF	Jader Barbalho	Altera o <i>caput</i> e os §§ 4º, 6º, II, e 7º e acresce o § 8º ao artigo 57 da Constituição Federal (<i>período de funcionamento e convocação extraordinária do Congresso Nacional</i>).	Tramitando
4/2000 – SF 85/99 – CD	Presidente da República	Acrescenta o art. 76 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (<i>Desvinculação de Receitas da União</i>).	Tramitando
5/2000 – SF	José Roberto Arruda	Dispõe sobre o recesso parlamentar e as férias forenses coletivas.	Tramitando
6/2000 – SF	Mozarildo Cavalcanti	Altera o art. 57 da Constituição Federal.	Tramitando

³⁰ Tramita em conjunto com a PEC nº 96/99.

³¹ Tramita em conjunto com a PEC nº 67/99.

Número	1º Signatário	Ementa	Resultado
7/2000 – SF	Gilvam Borges	Dá nova redação ao art. 24, XV, e inclui § 3º no art. 230 da Constituição Federal.	Tramitando
8/2000 – SF	Artur da Távola	Acrescenta parágrafos ao art. 228 da Constituição Federal, a fim de estabelecer critérios para julgamento de ato infracional doloso contra a vida.	Tramitando
9/2000 – SF	Artur da Távola	Altera a alínea “c” do inciso I do art. 12 da Constituição Federal.	Tramitando

B.8.1.3) Apreciada (Substitutivo da Câmara)

Número	1º Signatário	Ementa	Resultado
15-A/98 – SF 627/98 – CD	Esperidião Amin	Altera o art. 29 e acrescenta artigo à Constituição Federal (<i>limites de gastos com legislativos municipais</i>).	Aprovada em 1º turno em 19.1.2000 Aprovada em 2º turno em 2.2.2000 Emenda Constitucional nº 25, de 14.2.2000

B.8.1.4) Recebida da Câmara para promulgação

Número	1º Signatário	Ementa	Resultado
28/96 – SF 601/98 – CD	Mauro Miranda	Altera a redação do artigo 6º da Constituição Federal (<i>inclui o direito à moradia</i>).	Emenda Constitucional nº 26, de 14.2.2000

B.8.2) PROJETOS DE LEI DO SENADO (PLS)

B.8.2.1) Da presente Sessão Legislativa

Número	Autor	Ementa	Resultado
1/2000	Maguito Vilela	Impõe às empresas prestadoras de serviços de telefonia a obrigação de fazer constar de sua publicidade as tarifas dos serviços por elas prestados.	Tramitando
2/2000	Roberto Saturnino	Estabelece restrições ao financiamento pelo BNDES a pessoas jurídicas cujo poder de controle seja detido por pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior, alterando a Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952.	Tramitando

Número	Autor	Ementa	Resultado
3/2000	Luiz Estevão	Regulamenta o art. 37, X, da Constituição Federal, e dá outras providências (<i>revisão geral da remuneração dos servidores públicos</i>).	Tramitando
4/2000	Gerson Camata	Dispõe sobre a cobrança de pedágio nas rodovias brasileiras e dá outras providências.	Tramitando
5/2000	Sebastião Rocha	Acrescenta dispositivos à Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para conceder o benefício do seguro-desemprego aos trabalhadores que especifica e dá outras providências.	Tramitando
6/2000	Sebastião Rocha	Altera o Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965), para determinar a criação do Conselho dos Partidos Políticos, integrado por representantes de todos os partidos que participam do pleito, incumbido de fiscalizar o processo eleitoral.	Tramitando
7/2000	Sebastião Rocha	Altera a Lei nº 8.072, de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências (<i>inclui a falsificação da moeda entre os crimes hediondos</i>).	Tramitando
8/2000	Geraldo Cândido	Altera a redação dos arts. 58, 59 e 61 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), dispondo sobre a duração máxima da jornada de trabalho.	Tramitando
9/2000	Ademir Andrade	Altera o art. 2º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989 (<i>compensação financeira pelo resultado de exploração de recursos naturais</i>), e dá outras providências.	Tramitando
10/2000	Luzia Toledo	Dispõe sobre a existência de acomodações separadas para fumantes e não-fumantes em estabelecimentos hoteleiros.	Tramitando
11/2000	Luzia Toledo	Altera o inciso I do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (<i>umenta, de dois para cinco dias, o prazo da licença por motivo de nojo para os celetistas</i>).	Tramitando
12/2000	Luzia Toledo	Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998 (<i>serviço voluntário</i>).	Tramitando

Número	Autor	Ementa	Resultado
13/2000	Casildo Maldaner	Acrescenta dispositivos à Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e à Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que dispõem, respectivamente, sobre imposto de renda das pessoas jurídicas e das pessoas físicas (<i>contribuições e doações de pessoas físicas e jurídicas a órgãos e fundos de defesa civil</i>).	Tramitando
14/2000 Complementar	Casildo Maldaner	Institui a Contribuição sobre Seguros, altera a legislação sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas e dá outras providências.	Tramitando
15/2000	Romero Jucá	Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para incluir, entre os documentos necessários ao registro de candidaturas, o exame laboratorial que menciona.	Tramitando
16/2000	Antônio Carlos Valadares	Faculta a dedução, na declaração de rendimentos do Imposto de Renda das pessoas físicas, de despesas com medicamentos para uso próprio de aposentados e pensionistas com idade igual ou superior a sessenta anos.	Tramitando
17/2000 Complementar	Roberto Freire	Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Pólo Petrolina/PE e Juazeiro/BA e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Pólo Petrolina/PE e Juazeiro/BA.	Tramitando
18/2000	Casildo Maldaner	Altera o art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o FGTS, de forma a incluir, entre as hipóteses para movimentação da conta vinculada do trabalhador, catástrofes ocasionadas pela natureza.	Tramitando
19/2000	Geraldo Melo	Disciplina o fornecimento de energia elétrica à agricultura irrigada, às glebas que façam parte de programas de reforma agrária ou que tenham área total de até dez hectares e dá outras providências.	Tramitando
20/2000	Luzia Toledo	Autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo de Apoio à Microempresa, a ser administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, e dá outras providências.	Tramitando
21/2000	Maguito Vilela	Veda a concessão de empréstimos ou financiamentos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, a pessoas jurídicas cujo poder de controle seja detido por pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior, alterando a Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952.	Tramitando

Número	Autor	Ementa	Resultado
22/2000	Artur da Távola	Disciplina a desindexação das dívidas judiciais e dá outras providências.	Tramitando
23/2000	Osmar Dias	Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que “dispõe sobre o regime de concessão e prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências”, estabelecendo critérios de transparência para a exploração de concessões públicas.	Tramitando
24/2000	Carlos Bezerra	Altera o art. 171 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para tipificar o crime de cópia de dados bancários.	Tramitando
25/2000	Álvaro Dias	Altera a Lei nº 8.692, de 28 de julho de 1993, e dá outras providências.	Tramitando
26/2000	Paulo Hartung	Altera a redação do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para definir que o Presidente do Banco Central comparecerá, pessoalmente, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, para fazer relato sobre a execução da programação monetária que se finda e a exposição e entrega da Programação Monetária Trimestral.	Tramitando
27/2000	Ramez Tebet	Dá nova redação ao § 1º do art. 8º da Lei nº 9.099, de 1995, para permitir, nos Juizados Especiais, a autoria de ações aos micro e pequenos empresários.	Tramitando
28/2000	Roberto Requião	Acrescenta § 3º-A ao art. 36 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que “estabelece normas para as eleições”, e revoga os arts. 323, 324, 325, 326 e 327 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que “institui o Código Eleitoral”.	Tramitando
29/2000	Luiz Estevão	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Samambaia, no Distrito Federal, e dá outras providências.	Tramitando
30/2000	Luiz Estevão	Acrescenta dispositivo ao art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.	Tramitando
31/2000	Luiz Estevão	Acrescenta dispositivo ao art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, com a redação dada pela Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.	Tramitando

Número	Autor	Ementa	Resultado
32/2000	Luzia Toledo	Acrescenta parágrafo único ao art. 39 da Lei nº 5.700, de 1971, "que dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais, e dá outras providências.	Tramitando
33/2000	Leomar Quintanilha	Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de aparelhos sensores e bloqueadores de vazamento de gás utilizados nos locais que especifica.	Tramitando
34/2000	Osmar Dias	Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que "dispõe sobre o regime de concessão e prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências", determinando que todas as concessões de serviços públicos sejam precedidas de relatório de impacto econômico-social.	Tramitando
35/2000	Luiz Estevão	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal do Gama, no Distrito Federal, e dá outras providências.	Tramitando
36/2000 Complementar	Carlos Bezerra	Regulamenta o § 3º do art. 192 da Constituição Federal, que dispõe sobre a cobrança de juros reais máximos de doze por cento ao ano e dá outras providências.	Tramitando
37/2000	Osmar Dias	Altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que "dispõe sobre o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não", dispondo sobre a distribuição do prêmio arrecadado pelas seguradoras e a orientação ao segurado e vítimas de trânsito.	Tramitando

B.8.3) PROJETOS DE LEI DA CÂMARA (PLC)

Recebidos na presente Sessão Legislativa	
De iniciativa parlamentar	1
De iniciativa do Executivo	3
Total	4
Aprovados e enviados à sanção	
De iniciativa do Presidente da República	1

B.8.3.1) De Sessões Legislativas anteriores

NÚMERO		Autor	Ementa	Resultado
SF	CD			
57/99	4.811/98	Presidente da República	Disciplina o regime de emprego público do pessoal da administração federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.	À sanção Vetado parcialmente Lei nº 9.962, de 22.2.2000
60/99 ³²	3.808/97	Deputado José Pimentel	Institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST).	Tramitando

B.8.3.2) Da Presente Sessão Legislativa

NÚMERO		Autor	Ementa	Resultado
SF	CD			
1/2000 Compl.	8/99 Compl.	Presidente da República	Dispõe sobre a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar, e dá outras providências.	Tramitando
2/2000	3.864/97	Deputado Inácio Arruda	Dispõe sobre o valor das benfeitorias executadas com recursos públicos nas desapropriações para fins de reforma agrária.	Tramitando
3/2000	1.617/99	Presidente da República	Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas – ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências.	Tramitando
4/2000 Compl.	18/99 Compl.	Presidente da República	Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.	Tramitando

³² Tramitação interrompida em 12.1.2000, tendo em vista a aprovação do RQS nº 10/2000, de informações relacionadas com a matéria. Em 19.1.2000, tendo em vista o atendimento ao requerimento, o projeto voltou à sua tramitação normal.

B.8.4) PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO (PDS)

Aprovados e promulgados	6
Aprovado e encaminhado à Câmara dos Deputados	1
Apresentados e recebidos na presente Sessão Legislativa	43

B.8.4.1) De Sessão Legislativa anterior

Número	Autor	Ementa	Resultado
5/99 – SF 697/98 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto da Convenção Internacional Contra a Tomada de Reféns, concluída em Nova Iorque, em 18 de dezembro de 1979.	Decreto Legislativo nº 2, de 26.1.2000
15/99 – SF 718/98 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto do Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais, concluído em São Luiz, República Argentina, em 25 de junho de 1996.	Decreto Legislativo nº 3, de 26.1.2000
43/99 – SF 781/99 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprovado o texto do Protocolo de Defesa da Concorrência do Mercosul, assinado em Fortaleza, no dia 17 de dezembro de 1996, Bem como o respectivo anexo, assinado em Assunção, em 18 de junho de 1997.	Decreto Legislativo nº 6, de 15.2.2000
123/99 – SF 58/99 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto do Acordo sobre a Cooperação na Pesquisa e nos Usos do Espaço Exterior para Fins Pacíficos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia, em Brasília, em 21 de novembro de 1997.	Decreto Legislativo nº 4, de 28.1.2000
183/99 – SF 40/99 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto do Acordo sobre Transferência de Presos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte, em Londres, em 20 de agosto de 1998.	Decreto Legislativo nº 1, de 13.1.2000
225/99 – SF 109/99 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto do Acordo para implementação das Disposições da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982, sobre a Conservação e Ordenamento de Populações de Peixes Transzonais e de Populações de Peixes Altamente Migratórios, concluída em Nova York, em 4 de dezembro de 1995.	Decreto Legislativo nº 5, de 28.1.2000

B.8.4.2) Recebidos e apresentados na presente Sessão Legislativa

Número	Autor	Ementa	Resultado
1/2000 – SF 85/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOCIEDADE PATENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
2/2000 – SF 89/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO PAIQUERÊ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Londrina, Estado do Paraná.	Tramitando
3/2000 – SF 90/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO DIFUSORA APUCARANA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Apucarana, Estado do Paraná.	Tramitando
4/2000 – SF 96/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO CULTURA DE GUAÍRA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guaíra, Estado de São Paulo.	Tramitando
5/2000 – SF 101/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO PIRATININGA DE PIRAJU LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Piraju, Estado de São Paulo.	Tramitando
6/2000 – SF 105/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada a O DIÁRIO RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.	Tramitando
7/2000 – SF 133/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ a executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Icapuí, Estado do Ceará.	Tramitando
8/2000 – SF 144/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO SARA NOSSA TERRA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Planaltina, Estado de Goiás.	Tramitando
9/2000 – SF 175/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO FM CONCÓRDIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Três Lagoas, Estado do Mato Grosso do Sul.	Tramitando
10/2000 – SF 190/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO CULTURAL NOSSA SENHORA DE LOURDES DE MARINGÁ para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens (TV) na cidade de Maringá, Estado do Paraná.	Tramitando

Número	Autor	Ementa	Resultado
11/2000 – SF 208/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão ao SISTEMA DE COMUNICAÇÃO RIO BONITO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Palmas, Estado do Tocantins.	Tramitando
12/2000 – SF 209/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão ao SISTEMA DE COMUNICAÇÃO RIO BONITO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Gurupi, Estado de Tocantins.	Tramitando
13/2000 – SF 211/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da JERÔNIMO T. MINAMIHARA & CIA. LTDA. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Assaí, Estado do Paraná.	Tramitando
14/2000 – SF 247/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da TV GLOBO DE JUIZ DE FORA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (TV) na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
15/2000 – SF 249/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOCIEDADE DE RADIODIFUSÃO CAPIVARI LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Capivari, Estado de São Paulo.	Tramitando
16/2000 – SF 251/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO E TELEVISÃO IGUAÇU S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.	Tramitando
17/2000 – SF 256/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à VALENTE PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caçu, Estado de Goiás.	Tramitando
18/2000 – SF 257/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA GOIANO DE TELECOMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás.	Tramitando
19/2000 – SF 258/99 – SF	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO PRINCESA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná.	Tramitando
20/2000 – SF 259/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA DE COMUNICAÇÃO RIO BONITO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araguaçema, Estado do Tocantins.	Tramitando

Número	Autor	Ementa	Resultado
21/2000 – SF 260/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.	Tramitando
22/2000 – SF 264/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão à BRASIL AMAZÔNIA COMUNICAÇÃO E EMPREENDIMENTOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Abaetetuba, Estado do Pará.	Tramitando
23/2000 – SF 265/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à UNIVERSIDADE SANTA CECÍLIA – UNISANTA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santos, Estado de São Paulo.	Tramitando
24/2000 – SF 270/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO SARA NOSSA TERRA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araucária, Estado do Paraná.	Tramitando
25/2000 – SF 272/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à SOCIEDADE VALE DO ARAGUAIA DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Palmas, Estado do Tocantins.	Tramitando
26/2000 – SF 274/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão ao DIÁRIO DE SUZANO RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salesópolis, Estado de São Paulo.	Tramitando
27/2000 – SF 286/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da SOCIEDADE RÁDIO EMISSORA METROPOLITANA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.	Tramitando
28/2000 – SF 287/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO COLMÉIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.	Tramitando
29/2000 – SF 288/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a autorização outorgada à PREFEITURA MUNICIPAL DE AMPARO – RÁDIO CULTURA MUNICIPAL DE AMPARO para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Amparo, Estado de São Paulo.	Tramitando
30/2000 – SF 291/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO CANOA GRANDE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Igarapu, Estado de São Paulo.	Tramitando

Número	Autor	Ementa	Resultado
31/2000 – SF 294/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à S/A RÁDIO GUARANI para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
32/2000 – SF	Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal	Aprova a Programação Monetária relativa ao primeiro trimestre de 2000.	Aprovado em 13.1.2000. À Câmara dos Deputados
33/2000 – SF 282/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO E TV MAIRA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Candeias do Jamari, Estado de Rondônia.	Tramitando
34/2000 – SF	Roberto Requião	Susta ato do Ministro de Estado da Fazenda que autorizou o refinanciamento dos títulos públicos de responsabilidade do Tesouro do Estado de Pernambuco emitidos para o pagamento de precatórios judiciais.	Tramitando
35/2000 – SF 241/99 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto do Acordo para a Provisão de Apoio às Operações da Missão de Observadores Militares Equador-Peru (MOMEPII), celebrado entre o Brasil e o Peru, em Lima, em 9 de junho de 1998.	Tramitando
36/2000 – SF 242/99 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto do Acordo para a Provisão de Apoio às Operações da Missão de Observadores Militares Equador-Peru (MOMEPII), celebrado entre o Brasil e o Equador, em Quito, em 18 de junho de 1998.	Tramitando
37/2000 – SF 315/99 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto do Acordo sobre a Isenção Recíproca de Vistos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia, em Brasília, em 14 de julho de 1999.	Tramitando
38/2000 – SF 346/99 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Cooperação entre as Academias Diplomáticas de Ambos os Países, celebrado em Lima, em 21 de julho de 1999.	Tramitando
39/2000 – SF	Eduardo Suplicy	Susta a aplicação do disposto no art. 1º do Decreto de 23 de dezembro de 1999, de autoria do Poder Executivo, publicado no D. O. U. de 24 de dezembro de 1999 (seção I, nº 246, pág. 8).	Tramitando
40/2000 – SF 162/99 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos Regulares, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça, em Brasília, em 29 de julho de 1998	Tramitando
41/2000 – SF 168/99 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto da Convenção sobre a Segurança do Pessoal das Nações Unidas e Pessoal Associado, concluída em Nova York, em 9 de dezembro de 1994	Tramitando

Número	Autor	Ementa	Resultado
42/2000 – SF 189/99 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto final, após modificações de cunho vernacular, em substituição àquele encaminhado pela Mensagem nº 1.259, de 1996, da Convenção Interamericana contra a Corrupção, concluída originalmente em Caracas, em 29 de março de 1996, com reserva para o art. XI, “e”	Tramitando
43/2000 – SF 235/99 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto da Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais, concluída em Paris, em 17 de dezembro de 1997 – com interpretação do art. 9º, § 3º (sigilo bancário).	Tramitando

B.8.5) PROJETOS DE RESOLUÇÃO (PRS)

Aprovados e promulgados:	
de Sessão Legislativa anterior	2
da presente Sessão Legislativa	9
Total	11

Apresentados na presente Sessão Legislativa	15
--	-----------

B.8.5.1) da Sessão Legislativa anterior

Número	Autor	Ementa	Resultado
31/99	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a União a celebrar o Aditivo ao Acordo de Reescalonamento de Dívida firmado entre a República Federativa do Brasil e a República do Suriname, em 10 de janeiro de 1996, em Brasília.	Resolução nº 6, de 3.2.2000
32/99	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a União a Celebrar acordo com a Telecomunicações do Suriname - TELESUR, referente ao Convênio de Crédito firmado em 15 de dezembro de 1986.	Resolução nº 7, de 3.2.2000

B.8.5.2) Apresentados na presente Sessão Legislativa

Número	Autor	Ementa	Resultado
1/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a União a contratar operação de reescalonamento de seus créditos junto à República de Zâmbia, no montante de US\$20,358,120.96 (vinte milhões, trezentos e cinquenta e oito mil, cento e vinte dólares norte-americanos e noventa e seis centavos).	Resolução nº 5, de 3.2.2000
2/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a República Federativa do Brasil a prestar garantia na operação de crédito externo a ser contratada entre a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás – e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de quarenta e três milhões e quatrocentos mil dólares norte-americanos, destinando-se os recursos ao financiamento do Projeto de Conservação de Energia – Procel.	Resolução nº 1, de 21.1.2000
3/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor equivalente a até cinco milhões e cinquenta mil dólares norte-americanos, destinada a financiar parcialmente o Projeto de Assistência Técnica para a Reforma da Previdência Social.	Resolução nº 2, de 21.1.2000

Número	Autor	Ementa	Resultado
4/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a União a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até quinze milhões de dólares norte-americanos, de principal, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, destinada ao financiamento parcial do Segundo Projeto relativo ao Programa Nacional do Meio Ambiente - PNMA II.	Resolução nº 3, de 21.1.2000
5/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a União a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até onze milhões de dólares norte-americanos, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Desenvolvimento do Turismo na Amazônia Legal, cuja execução compete à Secretaria de Coordenação da Amazônia, do Ministério do Meio Ambiente.	Resolução nº 4, de 28.1.2000
6/2000	Bernardo Cabral	Regulamenta a Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, no âmbito do Senado Federal, e dá outras providências (<i>plebiscito e referendo</i>).	Tramitando
7/2000	Mozarildo Cavalcanti	Altera a redação do art. 126 do Regimento Interno do Senado Federal.	Tramitando
8/2000	Jorge Bornhausen	Autoriza os Municípios a contratarem operações de crédito com a Caixa Econômica Federal, destinadas à implantação de programas de fortalecimento e modernização da máquina administrativa municipal.	Tramitando
9/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT a elevar temporariamente seu limite de endividamento e a contratar duas operações de crédito externo, sendo a primeira com o Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW, no valor equivalente a até cento e vinte e um milhões, quinhentos e quinze mil, quatrocentos e noventa e três marcos alemães, e a segunda com o Société Gen�rale – Banco Sogeral, no valor equivalente a até cinquenta e três milhões, setecentos e sessenta e seis mil, oitocentos e trinta e nove euros, ambas destinadas ao financiamento parcial do Projeto de Automação do Sistema de Triagem de Objetos Postais.	Resolução n� 8, de 9.2.2000
10/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até trinta milhões e trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD.	Resolução n� 9, de 9.2.2000

Número	Autor	Ementa	Resultado
11/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a União a contratar operações financeiras de que trata o Contrato de Reestruturação de Dívida da República de Moçambique para com a República Federativa do Brasil, no valor equivalente a cento e cinquenta milhões, oitocentos e quatro mil, quatrocentos e trinta e um dólares norte-americanos e quarenta e sete centavos, com base na Ata de Entendimentos de 21 de novembro de 1996, celebrada no âmbito do chamado Clube de Paris	Tramitando
12/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a Prefeitura Municipal de Cachoeirinha - RS a contratar operação de crédito junto ao FUNDOPIMES, cujo órgão gestor é o Banco do Estado do Rio Grande do Sul - BANRISUL, no valor de dois milhões de reais, destinada a financiamento de investimento em infra-estrutura urbana.	Tramitando
13/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a União a realizar operações financeiras de que trata o Contrato de Reestruturação de Débitos da República de Cabo Verde para com a República Federativa do Brasil, no valor de sete milhões, duzentos e noventa e três mil, oitocentos e três dólares norte-americanos e vinte centavos, oriundos de financiamentos do Fundo de Financiamento à Exportação - FINEX, cujos créditos passaram a integrar, por força da Lei nº 8.187, de 1º de junho de 1991, o Programa de Financiamento às Exportações - PROEX.	Tramitando
14/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a Prefeitura do Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no valor de quatro milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil reais, destinando-se os recursos ao financiamento da modernização da administração tributária municipal.	Resolução nº 10, de 15.2.2000
15/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até duzentos e cinquenta milhões de dólares norte-americanos, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.	Resolução nº 11, de 15.2.2000

B.8.6) REQUERIMENTOS

Apresentados nesta Sessão Legislativa	71
Aprovados em plenário	39
Deferidos pela Mesa	13
Retirados	2
Rejeitado	1
Em tramitação	10
Acatados pela Presidência e publicados	6

B.8.6.1) Da Sessão Legislativa anterior

Número	Autor	Assunto	Resultado
199/99 ³³	Ademir Andrade	Pedido de informações, ao Ministro da Justiça, referentes a denúncias publicadas na revista Veja , de 13.1.99, em relação à aquisição de áreas de grande extensão territorial no Pará, pelo Sr. Cecílio do Rego Almeida, onde estariam ocorrendo crimes.	Deferido pela Mesa em 25.5.99 Aguardando atendimento
200/99 ³⁴	Ademir Andrade	Pedido de informações, ao Ministro Extraordinário de Política Fundiária, relativas à apropriação de áreas de 4,7 milhões de hectares de terras, situadas no Estado do Pará, pelo Sr. Cecílio do Rego Almeida.	Deferido pela Mesa em 25.5.99 Atendido (Ofício nº 35/2000, de 8.2)
279/99	José Eduardo Dutra	Sobrestamento da deliberação sobre o PRS nº 31/99.	Prejudicado tendo em vista que o seu objeto foi atendido através do RQS nº 215/99
280/99	José Eduardo Dutra	Sobrestamento da deliberação sobre o PRS nº 32/99.	Prejudicado tendo em vista que o seu objeto foi atendido através do RQS nº 215/99
430/99	Lúcio Alcântara	Pedido de informações, ao Chefe do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentável do Ibama, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente, sobre a evolução da produção da borracha, subsídios concedidos ao setor, empresas beneficiadas e quantidade consumida de borracha.	Deferido pela Mesa em 1º.9.99 Atendido (Ofício nº 41/2000, de 12.1)
516/99	Romero Jucá	Pedido de informações, ao Ministério da Justiça, relacionadas à população carcerária em todo o País.	Deferido pela Mesa em 9.11.99 Atendido (Aviso nº 1.251/99, de 8.12)
546/99	Ney Suassuna	Pedido de informações, ao Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, através do Ministro de Estado da Saúde, relativas à aplicação da Portaria nº 802, de 8/10/98, republicada em 7/4/99, e da Resolução nº 391, de 9/8/99 - Regulamento Técnico para Medicamentos Genéricos.	Deferido pela Mesa em 9.11.99 Atendido (Aviso nº 33/2000, de 27.1)

³³ Constou do Relatório da Presidência de 1999 como tendo sido atendido, mas, até 3.2.2000, ainda aguardava atendimento. Na sessão do dia 3.2.2000, o Senador Ademir Andrade, fazendo uso da palavra pela ordem, solicitou providências da Mesa no sentido de reiterar, junto ao Ministério da Justiça, a resposta ao requerimento de informações, expedido em 31.5.99 (DSF de 4.2.2000, pgs. 1750/1751).

³⁴ Na sessão do dia 3.2.2000, o Senador Ademir Andrade, fazendo uso da palavra pela ordem, solicitou providências da Mesa no sentido de reiterar, junto ao Ministério Extraordinário da Política Fundiária, resposta ao requerimento de informações, expedido em 31.5.99 (DSF de 4.2.2000, pgs. 1750/1751).

Número	Autor	Assunto	Resultado
586/99	Artur da Távola	Pedido de informações, ao Ministro da Fazenda, relativas às instituições financeiras socorridas pelo PROER.	Deferido pela Mesa em 9.11.99 Atendido (Aviso nº 730/99, de 23.12.)
595/99	Roberto Requião	Pedido de informações, ao Secretário da Receita Federal, por intermédio do Ministro da Fazenda, sobre remessas ao exterior feitas pelo Grupo Abril, a partir das chamadas contas CC-5.	Deferido pela Mesa em 9.11.99 Atendido (Aviso nº 711/99, de 16.12)
596/99	Geraldo Cândido	Pedido de informações, ao Ministro da Fazenda, a respeito da privatização do Banerj.	Deferido pela Mesa em 9.11.99 Atendido (Aviso nº 714/99, de 16.12)
617/99	Geraldo Cândido	Pedido de informações, ao Ministro da Saúde, sobre as verbas destinadas, ao Município de Saquarema/RJ, pelo SUS.	Deferido pela Mesa em 9.11.99 Atendido (Aviso nº 2/2000, de 4.1)
626/99	Comissão de Fiscalização e Controle	Pedido de informações, ao Tribunal de Contas da União – TCU, acerca dos desdobramentos da auditoria operacional realizada na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – BASA.	Aprovado Atendido (Aviso nº 1.131/99, de 23.12)
636/99	Luiz Estevão	Pedido de informações, ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, sobre o Programa de Desligamento Voluntário – PDV – instituído pela Medida Provisória nº 1.917/99 e suas reedições.	Deferido pela Mesa em 9.11.99 Atendido (Ofício nº 483/99, de 13.12)
637/99	Luiz Estevão	Pedido de informações, ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, sobre a vantagem de 28,86% de que trata a Medida Provisória nº 1.704/98 e suas reedições, cujo prazo de adesão foi prorrogado pelo art. 28 da Medida Provisória nº 1.917/99 e suas reedições.	Deferido pela Mesa em 9.11.99 Atendido (Ofício nº 11/2000, de 13.1)
638/99	Álvaro Dias	Pedido de informações, ao Ministro da Fazenda, relacionadas às dívidas interna e externa do Estado do Paraná.	Deferido pela Mesa em 9.11.99 Atendido parcialmente (Aviso nº 705/99, de 16.12) Aguardando atendimento
652/99	Tião Viana	Pedido de informações, ao Ministro da Justiça, relativas à demarcação das terras indígenas, a partir da promulgação da Constituição.	Deferido pela Mesa em 9.11.99 Atendido (Aviso nº 1.329/99, de 22.12)
653/99	Geraldo Cândido	Pedido de informações, ao Ministro das Relações Exteriores, sobre as medidas oficiais que pretende tomar ou já tomou o Governo Brasileiro, no sentido do reconhecimento do Timor Leste como país independente.	Deferido pela Mesa em 9.11.99 Atendido (Ofício nº 55/99, de 15.12)

Número	Autor	Assunto	Resultado
662/99	Pedro Simon	Pedido de informações, ao Ministro da Agricultura e do Abastecimento, relativas ao Projeto Novas Fronteiras.	Deferido pela Mesa em 1º.12.99 Atendido (Aviso nº 731/99, de 17.12)
663/99	Eduardo Suplicy	Pedido de informações, ao Ministro da Fazenda, relacionadas à última troca de títulos do Plano Brady por Bônus Globais, pelo Banco Central.	Deferido pela Mesa em 1º.12.99 Atendido (Aviso nº 12/2000, de 6.1)
667/99	Romero Jucá	Pedido de informações, à Petrobrás, através do Ministério das Minas e Energia, sobre medidas adotadas pelo Conselho de Administração daquela empresa com relação ao fundo de pensão dos seus funcionários (Petros).	Deferido pela Mesa em 1º.12.99 Atendido (Aviso nº 259/99, de 16.12)
668/99	Ernandes Amorim	Pedido de informações, ao Ministro da Fazenda, sobre o valor e encargos dos financiamentos prestados pelo BNDES, ao capital nacional e externo, em privatizações, nos últimos cinco anos.	Deferido pela Mesa em 1º.12.99 Respondido (Aviso nº 715/99, de 16.12)
676/99	Luiz Estevão	Pedido de informações, ao Ministério da Saúde, sobre dotações para custeio de serviços de assessoria de imprensa do Ministério.	Deferido pela Mesa em 1º.12.99 Atendido (Aviso nº 807/99, de 22.12)
677/99	Luiz Estevão	Pedido de informações, ao Ministro Extraordinário de Política Fundiária, sobre dotação para custeio de serviços de imprensa do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.	Deferido pela Mesa em 1º.12.99 Atendido (Ofício nº 11/2000, de 31.1)
678/99	Luiz Estevão	Pedido de informações, ao Ministro da Educação, sobre dotação para custeio de serviços de assessoria de imprensa do Ministério.	Deferido pela Mesa em 1º.12.99 Atendido (Ofício nº 10/2000, de 18.1)
691/99	Iris Rezende	Pedido de informações, ao Presidente do Banco Central, através do Ministro da Fazenda, relativas à aquisição do BBC - Banco Brasileiro Comercial S.A., em liquidação extrajudicial, por alguma instituição financeira nacional ou estrangeira.	Deferido pela Mesa em 1º.12.99 Atendido (Aviso nº 34/2000, de 19.1)
703/99	Heloísa Helena	Solicita, ao Tribunal de Contas da União, a remessa de cópia do relatório final da auditoria realizada nas contas da Previdência Social, assim como o voto do Sr. Ministro Adilson Mota.	Aprovado Atendido (Aviso nº 1.121/99, de 16.12)
708/99	Lúcio Alcântara	Pedido de informações, ao Ministro da Saúde, referentes aos hospitais universitários e de ensino.	Deferido pela Mesa em 15.12.99 Atendido (Aviso nº 1/2000, de 4.1)

Número	Autor	Assunto	Resultado
715/99	Roberto Saturnino	Voto de louvor à Dr ^a Lúcia Willadino Braga, pelo justo e merecido recebimento do título de Doutor <i>Honoris Causa</i> , conferido pela Universidade de Reims, na França.	Aprovado
737/99	Romero Jucá	Pedido de informações, ao Ministro de Minas e Energia, sobre os motivos técnico-financeiros que levam o Governo brasileiro a iniciar a construção da Usina Nuclear Angra 3.	Deferido pela Mesa em 15.12.99 Atendido (Aviso nº 263/99, de 28.12)
738/99	Antônio Carlos Valadares	Pedido de informações, ao Ministro da Fazenda, sobre alguns pontos do Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Governo, de relatoria do Ministro Bento J. Bugarin.	Deferido pela Mesa em 15.12.99 Atendido (Aviso nº 24/2000, de 13.1)
739/99	Osmar Dias	Pedido de informações ao Secretário da Receita Federal, através do Ministro da Fazenda, sobre as salas de bingo que comprovadamente efetuaram sonegação de imposto.	Deferido pela Mesa em 20.1.2000 Aguardando atendimento
763/99	Osmar Dias e Heloísa Helena	Pedido de informações, ao Ministro da Agricultura, sobre a aplicação dos recursos do Programa de Apoio e Desenvolvimento da Fruticultura Irrigada do Nordeste, criado através do Decreto de 26 de setembro de 1997.	Deferido pela Mesa em 20.1.2000 Aguardando atendimento
772/99	Carlos Wilson	Pedido de informações, ao Ministro da Fazenda, a respeito de acordo entre a União e o Governo do Estado do Rio de Janeiro, em relação ao Rio-Previdência.	Deferido pela Mesa em 20.1.2000 Aguardando atendimento
773/99	Iris Rezende	Pedido de informações, ao Ministro da Defesa, sobre as medidas concretas que têm sido adotadas pelo Departamento de Aviação Civil, objetivando a reestruturação da aviação civil brasileira e o que existe de concreto quanto à noticiada fusão de companhias aéreas.	Deferido pela Mesa em 20.1.2000 Aguardando atendimento
786/99	Gilvam Borges	Pedido de informações, ao Ministro da Saúde, relativas à venda no mercado brasileiro das chamadas bebidas energéticas.	Deferido pela Mesa em 20.1.2000 Aguardando atendimento
791/99	Álvaro Dias	Pedido de informações, ao Ministro da Fazenda, sobre a possível alienação de parcela da composição acionária da Petrobrás.	Deferido pela Mesa em 20.1.2000 Aguardando atendimento
793/99	Casildo Maldaner	Pedido de informações, ao Ministro da Fazenda, relativas ao Ofício nº S/63/99 (do Banco Central do Brasil, encaminhando manifestação desse Órgão acerca de operação de crédito para saneamento e posterior privatização do Besc).	Deferido pela Mesa em 20.1.2000 Aguardando atendimento

Número	Autor	Assunto	Resultado
795/99	Geraldo Cândido	Solicitando, ao Presidente da Caixa Econômica, através do Ministro da Fazenda, o envio do Termo Aditivo ao Contrato de Abertura de Contas, Nomeação de Agente Fiduciário e outros pactos firmados entre o Estado do Rio de Janeiro e a Caixa Econômica Federal.	Deferido pela Mesa em 20.1.2000 Aguardando atendimento
796/99	Edison Lobão	Pedido de informações, aos Ministros da Fazenda, da Previdência e Assistência Social e do Trabalho e Emprego, sobre os maiores devedores de tributos e contribuições devidos à Receita Federal, à Cofins, ao INSS e ao PIS-PASEP.	Deferido pela Mesa em 20.1.2000 Aguardando atendimento

B.8.6.2) Da presente Sessão Legislativa

Número	Autor	Assunto	Resultado
1/2000	Romeu Tuma	Inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal Álvaro Valle.	Aprovado
2/2000	Iris Rezende, Maguito Vilela e Mauro Miranda	Inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal Iturival Nascimento.	Aprovado
3/2000	Iris Rezende e Maguito Vilela	Envio, ao Governador Joaquim Roriz, do Distrito Federal, de mensagem de sentidos pêsames pelo trágico acidente ocorrido com sua irmã, Sr ^a Iris Roriz Solano, resultando no seu falecimento, e votos de pesar aos seus demais irmãos, bem como ao esposo da falecida, o jornalista Luiz Einar Neri Solano, e seus filhos.	As providências para o atendimento da solicitação foram tomadas conforme fala da Presidência (DSF de 11.1.2000, pg. 65)
4/2000	Romeu Tuma e Lúcio Alcântara	Inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do apresentador de TV e ex-Deputado Federal Blota Júnior, destacado comunicador do meio televisivo brasileiro.	Aprovado
5/2000	Jefferson Péres	Dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos do Parecer nº 2, de 2000, da CCJ, sobre a PEC nº 15-A/98.	Aprovado
6/2000	Ney Suassuna	Audiência da CAE sobre PLC nº 63/99-Complementar.	Retirado (RQS nº 36/2000)
7/2000	Antônio Carlos Valadares e José Eduardo Dutra	Inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do jornalista e economista de Sergipe Paulo Barbosa de Araújo, ocorrido quinta-feira, dia 6 de janeiro, na cidade de Aracaju-SE.	Aprovado
8/2000	Mozarildo Cavalcanti	Dispensa de publicação do Parecer nº 4/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PDS nº 183/99.	Aprovado
9/2000	Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda	Inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-Senador e ex-Presidente do Senado, ex-Governador do Rio de Janeiro, ex-Deputado Federal Paulo Torres, ocorrido em 11.1.2000.	Aprovado
10/2000	Jader Barbalho	Pedido de informações, ao Ministro das Comunicações, através do Diretor-Presidente da ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações, sobre o cumprimento das metas de universalização dos serviços de telecomunicações e de qualidade de serviços, bem como de cópias de relatórios de acompanhamento da execução do Plano de Universalização de Metas e do Plano de Metas de Qualidade de Serviços.	Deferido ad referendum da Mesa em 12.1.2000 Aprovado pela Mesa em 12.1.2000 (1 ^a Reunião às 17h) Atendido (Aviso nº 15/2000, de 18.1)
11/2000	Jader Barbalho	Audiência da CI sobre o PLC nº 60/99.	Aprovado

Número	Autor	Assunto	Resultado
12/2000	Agnelo Alves	Inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Monsenhor Expedito Medeiros, Sacerdote da Paróquia da cidade de São Paulo do Potengi, no Estado do Rio Grande do Norte.	Aprovado
13/2000	Eduardo Suplicy	Pedido de informações, ao Ministro das Comunicações, sobre as medidas adotadas pelo Ministério das Comunicações e pela Anatel visando coibir que a Embratel volte a bloquear o sinal da <i>TV Cultura</i> , emissora mantida pelo Governo do Estado de São Paulo.	Deferido pela Mesa em 9.2.2000 Aguardando atendimento
14/2000	Geraldo Cândido	Pedido de informações à INB – Indústrias Nucleares do Brasil S.A., em Resende, RJ, através do Ministro das Minas e Energia, relativas ao transporte de material radioativo, ao tratamento químico da monazita e à Bacia de Rejeitos.	Retirado (RQS nº 61/2000)
15/2000	Mozarildo Cavalcanti	Convocação do Sr. Ministro da Saúde, Dr. José Serra, para dar explicações sobre os problemas de febre amarela e dengue no Brasil.	Tramitando
16/2000	Pedro Simon	Voto de aplauso em homenagem ao jornalista Barbosa Lima Sobrinho pelo transcurso do seu 103º aniversário.	Aprovado
17/2000	Líderes	Urgência, art. 336, II, do RISF, para os PRS nºs 2, 3 e 4/2000.	Aprovado
18/2000	Roberto Saturnino	Pedido de informações, ao Banco Central, através do Ministro da Fazenda, sobre a composição dos investimentos diretos estrangeiros ingressados no ano de 1999.	Deferido pela Mesa em 14.2.2000 Aguardando atendimento
19/2000	Moreira Mendes	Dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos, para inclusão em Ordem do Dia, do PDS nº 5/99.	Aprovado
20/2000	Jonas Pinheiro	Dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos, para inclusão em Ordem do Dia, do PDS nº 15/99.	Aprovado
21/2000	Ernandes Amorim	Pedido de informações, ao Ministro da Indústria e Comércio, sobre os encargos dos financiamentos prestados pelo BNDES ao capital nacional e ao capital externo em privatizações nos últimos 5 anos.	Deferido pela Mesa em 14.2.2000 Aguardando atendimento
22/2000	Teotônio Vilela Filho	Licença, nos termos do art. 43, II, do RISF, para tratar de interesses particulares, pelo prazo de 121 (cento e vinte e um) dias, a contar de 20.1.2000.	Aprovado
23/2000	Emília Fernandes	Audiência da CI sobre o PLC nº 27/99.	Tramitando

Número	Autor	Assunto	Resultado
24/2000	Roberto Saturnino	Pedido de informações, ao Ministro da Fazenda, referentes a determinado cartão recebido, em fins de dezembro/99, por funcionários do Banco do Brasil lotados no Rio de Janeiro.	Deferido pela Mesa em 14.2.2000 Aguardando atendimento
25/2000	Moreira Mendes	Pedido de informações, ao Ministro da Previdência e Assistência Social, relativas à existência de débitos com a Previdência Social, das empresas aéreas nacionais e estrangeiras em operação no País.	Deferido pela Mesa em 14.2.2000 Aguardando atendimento
26/2000	Moreira Mendes	Pedido de informações e cópia de documentos, ao Ministro da Defesa, referentes à autorização dada às companhias aéreas estrangeiras para operarem no País.	Deferido pela Mesa em 14.2.2000 Aguardando atendimento
27/2000	Moreira Mendes	Pedido de informações à Caixa Econômica Federal, através do Ministro da Fazenda, relativas à existência de débito das companhias aéreas nacionais e estrangeiras que atuam no País, relativo ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.	Deferido pela Mesa em 14.2.2000 Aguardando atendimento
28/2000	Moreira Mendes	Pedido de informações à Infraero, através do Ministro da Defesa, relativas à existência de débitos das companhias aéreas nacionais e estrangeiras em operação no País, referentes ao repasse das taxas de embarque e demais taxas aeroportuárias.	Deferido pela Mesa em 14.2.2000 Aguardando atendimento
29/2000	Francelino Pereira e outros Senadores	Solicitando que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão ordinária do dia 10/02/2000 seja dedicado à comemoração do 40º aniversário de criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene.	Aprovado Homenagem prestada no dia 10/02/2000.
30/2000	Líderes	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 5/2000.	Aprovado
31/2000	Moreira Mendes	Dispensa de publicação do Parecer nº 30/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PDS nº 5/99.	Aprovado
32/2000	Romeu Tuma	Dispensa de publicação do Parecer nº 31/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PDS nº 15/99.	Aprovado
33/2000	Marina Silva	Pedido de informações, ao Ministro das Minas e Energia, sobre o desastre causado pelo vazamento na Refinaria de Duque de Caxias.	Deferido pela Mesa em 14.2.2000 Aguardando atendimento
34/2000	Líderes	Urgência, art. 336, II, do RISF, para PLC nº 57/99.	Aprovado

Número	Autor	Assunto	Resultado
35/2000	Lúcio Alcântara e outros Senadores	Tramitação conjunta das PEC nºs 67 e 96/99.	Aprovado
36/2000	Ney Suassuna	Retirada do RQS nº 6/2000.	Aprovado
37/2000	Pedro Piva	Dispensa de publicação do Parecer nº 34/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PDS nº 123/99.	Aprovado
38/2000	Ademir Andrade	Dispensa de publicação do Parecer nº 35/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PDS nº 225/99	Aprovado
39/2000	Paulo Hartung e Ademir Andrade	Inserção em ata de voto de profundo pesar em face do falecimento do ex-Senador Jutahy Magalhães, ocorrido em 31.1, no Estado da Bahia.	Aprovado
40/2000	Gerson Camata	Inserção nos Anais desta Casa de voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Deputado Estadual Emir de Macedo Gomes, ocorrido dia 1º.2, em Vitória – ES.	Aprovado
41/2000	Mozarildo Cavalcanti	Retirada da Emenda nº 2-Plen. oferecida ao PLC nº 57/99.	Deferido
42/2000	Gerson Camata	Retirada da Emenda nº 3-Plen. oferecido ao PLC nº 57/99.	Deferido
43/2000	Jefferson Péres	Retirada da Emenda nº 1-Plen. oferecida ao PLC nº 57/99.	Deferido
44/2000	Pedro Simon	Pedido de informações, ao Ministro das Minas e Energia, sobre o vazamento de duto de óleo combustível, em 17 de janeiro, na Baía de Guanabara.	Deferido pela Mesa em 14.2.2000 Aguardando atendimento
45/2000	José Eduardo Dutra	Dispensa de publicação do Parecer nº 40/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PRS nº 1/2000.	Aprovado
46/2000	Edison Lobão	Dispensa de interstício para o Parecer nº 39/2000, da CCJ, sobre a PEC nº 90/99, a fim de que a matéria conste da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa (dia 3.2.2000).	Aprovado
47/2000	Romero Jucá	Pedido de informações, ao Banco Central, através do Ministério da Fazenda, relacionadas ao montante do prejuízo, em consequência da venda, pela PRE-VI, de 12,5% do controle acionário da Itaúsa.	Deferido pela Mesa em 14.2.2000 Aguardando atendimento
48/2000	Geraldo Althoff	Dispensa de publicado do Parecer nº 42/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PRS nº 31/99.	Aprovado

Número	Autor	Assunto	Resultado
49/2000	Geraldo Althoff	Dispensa de publicado do Parecer nº 43/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PRS nº 32/99.	Aprovado
50/2000	Líderes (PMDB, Governo, PFL, PPB, Bloco e PSDB)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 9/2000.	Aprovado
51/2000	Líderes (PMDB, PFL, PPB, Bloco e PSDB)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 10/2000.	Aprovado
52/2000	Emília Fernandes	Audiência da CI sobre o PLC nº 37/96.	Rejeitado
53/2000	Francelino Pereira	Voto de aplauso à 3ª Mostra de Cinema de Tiradentes, realizada nos dias 21 e 29 de janeiro deste ano, na histórica cidade de Tiradentes - MG.	Tramitando
54/2000	Heloísa Helena	Pedido de informações, ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, sobre os documentos "Documento de País" do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e "Estratégia de Assistência ao País" do Banco Mundial (BIRD).	Deferido pela Mesa em 14.2.2000 Aguardando atendimento
55/2000	Bello Parga	Tramitação conjunta do PLS nº 164/99 com o PLS nº 166/96.	Tramitando
56/2000	Ramez Tebet	Retirada do PLS nº 27/2000.	Tramitando
57/2000	José Jorge e outros Senadores	Solicitam que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão ordinária do dia 28 de março de 2000, seja dedicado a comemorar o centenário de nascimento do sociólogo Gilberto Freire, que transcorrerá no mencionado mês.	Aprovado
58/2000	Eduardo Suplicy e outros Senadores	Voto de Congratulações ao Partido dos Trabalhadores, pela comemoração dos 20 (vinte) anos de sua fundação que transcorre dia 10.2.2000.	Aprovado
59/2000	Lúcio Alcântara	Dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos do Parecer nº 48/2000, da CCJ, sobre a PEC nº 4/2000.	Aprovado
60/2000	Líderes (Governo, PFL, PMDB e PSDB)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para a MSF nº 61/2000.	Aprovado
61/2000	Geraldo Cândido	Retirada do RQS nº 14/2000.	Deferido
62/2000	Geraldo Cândido	Pedido de informações, à INB – Indústrias Nucleares do Brasil S.A., em Resende, Estado do Rio de Janeiro, através do Ministro da Ciência e Tecnologia, relativas ao transporte de material radioativo.	Tramitando
63/2000	Lúcio Alcântara	Dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos do Parecer nº 51/2000, da CCJ, sobre as PEC nºs 67 e 96/99.	Aprovado

Número	Autor	Assunto	Resultado
64/2000	Gerson Camata	Inserção nos Anais desta Casa de Voto de Profundo pesar pelo falecimento da ilustre conterrânea Maria Luísa Missá-gia Serrão, ocorrido dia 7.2, no Espírito Santo.	À publicação (DSF de 11.2.2000 – página 2249)
65/2000	Ramez Tebet, Juvêncio da Fonseca e José Sarney	Homenagens de pesar pelo falecimento, ocorrido dia 10.2, do ex-Senador Rachid Saldanha Derzi.	Aprovado
66/2000	Eduardo Suplicy e Romeu Tuma	Pedido de informações, ao Ministro da Justiça, acerca da introdução, em abril próximo, de cédulas de R\$ 10,00 (dez reais), de polímero, a serem fornecidas pela empresa australiana Note Printing Australia Limited.	Tramitando
67/2000	Eduardo Suplicy e Romeu Tuma	Pedido de informações, ao Ministro da Fazenda, acerca da introdução, em abril próximo, de cédulas de R\$ 10,00 (dez reais), de polímero, a serem fornecidas pela empresa australiana Note Printing Australia Limited.	Tramitando
68/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 14/2000.	Aprovado
69/2000	Amir Lando	Pedido de informações, ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, referentes aos contratos de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social aos adquirentes das empresas estatais, no âmbito do Programa Nacional de Desestatizações.	Tramitando
70/2000	Carlos Patrocínio	Dispensa de publicação do Parecer nº 55/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PDS 43/99.	Aprovado
71/2000	Heloísa Helena	Pedido, ao Ministro da Fazenda, de cópia de documentos do Processo nº 13802.000402/97-16, da Receita Federal, que trata do perdão da dívida resultante de impostos atrasados da Igreja Universal do Reino de Deus.	Tramitando

B.8.7) PARECERES

B.8.7.1 – Lidos em Plenário

Da Mesa	21
Da Comissão Diretora	18
Da Comissão de Assuntos Econômicos	15
Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	10
Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	5
TOTAL	69

B.8.7.1.1) Emitidos pela Mesa

Número	Relator	Matéria
20	Carlos Patrocínio	RQS nº 739/99.
21	Carlos Patrocínio	RQS nº 763/99.
22	Carlos Patrocínio	RQS nº 772/99.
23	Carlos Patrocínio	RQS nº 773/99.
24	Carlos Patrocínio	RQS nº 786/99.
25	Carlos Patrocínio	RQS nº 791/99.
26	Carlos Patrocínio	RQS nº 793/99.
27	Carlos Patrocínio	RQS nº 795/99.
28	Carlos Patrocínio	RQS nº 796/99.
49	Nabor Júnior	RQS nº 13/2000.
59	Carlos Patrocínio	RQS nº 18/2000.
60	Carlos Patrocínio	RQS nº 21/2000.
61	Carlos Patrocínio	RQS nº 24/2000.
62	Carlos Patrocínio	RQS nº 25/2000.
63	Carlos Patrocínio	RQS nº 26/2000.
64	Carlos Patrocínio	RQS nº 27/2000.
65	Carlos Patrocínio	RQS nº 28/2000.
66	Carlos Patrocínio	RQS nº 33/2000.
67	Carlos Patrocínio	RQS nº 44/2000.
68	Carlos Patrocínio	RQS nº 47/2000.
69	Carlos Patrocínio	RQS nº 54/2000.

B.8.7.1.2) Emitidos pelas Comissões**B.8.7.1.2.1) Comissão Diretora**

Número	Relator	Matéria
4	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 183/99.
6	Carlos Patrocínio	Redação final do PDS nº 32/2000.
17	Carlos Patrocínio	Redação final do PRS nº 2/2000.
18	Carlos Patrocínio	Redação final do PRS nº 3/2000.
19	Carlos Patrocínio	Redação final do PRS nº 4/2000.
30	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 5/99.
31	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 15/99.
34	Ademir Andrade	Redação final do PDS nº 123/99.
35	Ademir Andrade	Redação final do PDS nº 225/99.
36	Eduardo Suplicy	Redação final do PRS nº 5/2000.
40	Casildo Maldaner	Redação final do PRS nº 1/2000.
42	Geraldo Melo	Redação final do PRS nº 31/99.
43	Geraldo Melo	Redação final do PRS nº 32/99.
46	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS nº 9/2000.
47	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS nº 10/2000.
55	Geraldo Melo	Redação final do PDS nº 43/99.
57	Geraldo Melo	Redação final do PRS nº 14/2000.
58	Geraldo Melo	Redação final do PRS nº 15/2000.

B.8.7.1.2.2) Comissão de Assuntos Econômicos

Número	Relator	Matéria
1	Lúcio Alcântara	PLC nº 60/99.
3	Bello Parga	MSF nº 1/2000, apresentando o PDS nº 32/2000.
7	José Eduardo Dutra	MSF nº 133/99, apresentando o PRS nº 1/2000.
8	Paulo Souto	MSF nº 228/99, apresentando o PRS nº 2/2000.
9	Bello Parga	MSF nº 3/2000, apresentando o PRS nº 3/2000.
10	Bello Parga	MSF nº 5/2000, apresentando o PRS nº 4/2000.
29	Jefferson Péres	MSF nº 4/2000, apresentando o PRS nº 5/2000.
33	José Alencar (<i>ad hoc</i>)	Of. nº S/59/99.
37	José Fogaça (<i>ad hoc</i>)	MSF nº 220/99, apresentando o PRS nº 9/2000.
38	Agnelo Alves	MSF nº 6/2000, apresentando o PRS nº 10/2000.
44	José Eduardo Dutra	MSF nº 170/99, apresentando o PRS nº 11/2000.
45	Lúdio Coelho	Of. nº S/2/2000, apresentando o PRS nº 12/2000.
52	José Eduardo Dutra	MSF nº 195/99, apresentando o PRS nº 13/2000.
53	Freitas Neto	Of. nº S/4/2000, apresentando o PRS nº 14/2000.
54	José Roberto Arruda	MSF nº 61/2000, apresentando o PRS nº 15/2000.

B.8.7.1.2.3) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Número	Relator	Matéria
2	Jefferson Péres	PEC nº 15-A/98.
5	Jefferson Péres	PLS nº 687/99.
11	Djalma Bessa (<i>ad hoc</i>)	RQS nº 715/99.
12	Jefferson Péres	Redação, para o segundo turno, da PEC nº 15-A/98.
32	Romeu Tuma	PLC nº 57/99.
39	Edison Lobão	PEC nº 90/99.
48	Lúcio Alcântara	PEC nº 4/2000.
50	Romeu Tuma	MSF nº 64/2000.
51	Lúcio Alcântara	PEC nº 67/99.
56	Romero Jucá	PLC nº 43/99-Complementar.

B.8.7.1.2.4) Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Número	Relator	Matéria
13	Moreira Mendes (<i>ad hoc</i>)	PDS nº 5/99.
14	José Fogaça	PDS nº 15/99.
15	Pedro Piva	PDS nº 123/99.
16	Gilberto Mestrinho	PDS nº 225/99.
41	Lúdio Coelho	PDS nº 43/99.

B.8.7.2) INCLUÍDOS EM ORDEM DO DIA

B.8.7.2.1) Emitidos pelas Comissões

B.8.7.2.1.1) Numerados

Número	Comissão	Relator	Matéria	Resultado
1147/99	CI	Gerson Camata	MSF nº 239/99	Aprovado em 12.1.2000
50/2000	CCJ	Romeu Tuma	MSF nº 64/2000	Aprovado em 14.2.2000

B.8.7.2.1.2) Sem número

Comissão	Relator	Matéria	Resultado
CRE	Artur da Távola	MSF nº 221/99	Aprovado em 9.2.2000
CRE	José Fogaça	MSF nº 225/99	Aprovado em 9.2.2000
CRE	José Sarney	MSF nº 66/2000	Aprovado em 9.2.2000
CRE	Pedro Simon	MSF nº 7/2000	Aprovado em 9.2.2000
CRE	Gilberto Mestrinho	MSF nº 65/2000	Aprovado em 9.2.2000

B.8.8) EMENDAS OFERECIDAS EM PLENÁRIO

B.8.8.1) PEC

Número	1º Signatário	Assunto	Matéria	Resultado
2-Plen	Pedro Simon	Acrescenta inciso I ao art. 77 do substitutivo ³⁵ à PEC, renumerando-se os demais.	PEC nº 67/99 (tramitando em conjunto com a PEC nº 96/99)	Tramitando
2-Plen	Ney Suassuna	Altera o caput do art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, contante do art. 2º da PEC.	PEC nº 90/99	Tramitando
3-Plen	Antônio Carlos Valadares	Altera a redação do art. 2ª da PEC.		Tramitando
4-Plen	Álvaro Dias	Altera o § 3º-A do art. 100 da Constituição, acrescentado pela PEC.		Tramitando
5-Plen	Álvaro Dias	Acrescenta § 3º-A ao art. 100 da Constituição, de acordo com a redação dada pelo art. 1º da PEC.		Tramitando

³⁵ Trata-se da Emenda (substitutiva) nº 1-CCJ, oferecida pelo Relator, Senador Lúcio Alcântara, no Parecer nº 51/2000, ainda não apreciada em Plenário (DSF de 15.2.2000, pg. 2394).

B.8.8.2) PLS

Número	Autor	Assunto	Matéria	Resultado
1-Plen	Gerson Camata	Acrescenta redação ao texto, onde couber.	PLS nº 687/99	Tramitando

B.8.8.3) PLC

Número	Autor	Assunto	Matéria	Resultado
1-Plen	Amir Lando	Altera a redação do art. 1º do projeto.	PLC nº 60/99	Tramitando
2-Plen		Suprime o art. 2º do projeto, renumerando-se os demais.		Tramitando
3-Plen		Acrescenta inciso I ao art. 4º do projeto, renumerando-se os demais.		Tramitando
4-Plen	Gerson Camata	Altera a redação do inciso VI do art. 5º do projeto.		Tramitando
5-Plen	Jader Barbalho	Altera a redação do § 1º do art. 5º do projeto.		Tramitando
6-Plen	Gerson Camata	Acrescenta § 4º ao art. 5º do projeto.		Tramitando
1-Plen	Jefferson Péres	Suprime o § 4º do art. 1º do projeto.	PLC nº 57/99	Retirada (RQS nº 43/2000)
2-Plen	Mozarildo Cavalcanti	Altera a redação dos §§ 2º a 4º do projeto.		Retirada (RQS nº 41/2000)
3-Plen	Gerson Camata	Acrescenta art. 3º ao projeto, renumerando os demais.		Retirada (RQS nº 42/2000)

B.9 – QUESTÕES DE ORDEM E SOLICITAÇÕES DE PROVIDÊNCIAS

B.9.1) Numeradas

Número	Leitura	Autor	Assunto	Resultado
1/2000	21.1.2000	Eduardo Suplicy	Solicita exame das operações realizadas pelos controladores da Embraer, a fim de verificar possível desrespeito às restrições impostas pela Resolução nº 69, de 1994, do SF, no tocante à participação acionária estrangeira na privatização da empresa.	Despachada à CCJ ((DSF de 22.1.2000, pgs. 793/798)

B.9.2) Sem número

Sessão	Autor	Assunto	Resultado
10.01.2000	Eduardo Suplicy	Solicita providências junto ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Sr. Alcides Tápias, no sentido da complementação das informações prestadas em resposta ao Requerimento nº 561/99, de sua autoria.	A Presidência informa que a Mesa reiterará o pedido de informações ao Ministro, encaminhando também o discurso do Senador (DSF de 11.01.2000, pgs. 00061/00063). (Em 11.01.2000, através do Of. nº 154/SF, a Presidência encaminhou ao Sr. Ministro, em aditamento ao Of. nº 1144/SF, de 10.11.99, as notas taquigráficas do pronunciamento do Senador Eduardo Suplicy)
11.01.2000	Roberto Freire	Solicita a inclusão, na pauta da convocação extraordinária, da PEC nº 86/99 (<i>assegura recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde</i>), aprovada em dois turnos na Câmara dos Deputados.	A Presidência informa que proposta de emenda constitucional no mesmo sentido foi rejeitada na sessão legislativa anterior (<i>PEC nº 19/97, do Senador Antônio Carlos Valadares</i>) e que a solicitação do Senador será atendida no mês de fevereiro de 2000 (DSF de 12.01.2000, pg. 00105). (Em 29.2.2000, o Sr. Presidente recebeu, em seu gabinete, o Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns e a Drª Zilda Arns Neumann, Coordenadora Nacional da Pastoral da Criança, que foram solicitar empenho para a aprovação da referida PEC – <i>Jornal do Senado</i> , edição de 1º.3.2000, pg. 2.)

Sessão	Autor	Assunto	Resultado
18.1.2000	Pedro Simon	Solicita dispensa da audiência da CCJ e a votação imediata do RQS nº 16/2000, de sua autoria, de manifestação de voto de aplauso ao jornalista Barbosa Lima Sobrinho pelo transcurso do seu 103º aniversário; em seguida, anuncia que apresentará requerimento de realização de sessão especial em homenagem ao mesmo jornalista.	A Presidência, após consulta ao Plenário e com a sua anuência, coloca o RQS nº 16/2000 imediatamente em votação, o qual é aprovado após o encaminhamento da votação pelo seu autor, e anuncia sua disposição de, juntamente com o Presidente da Câmara dos Deputados, realizar sessão especial em homenagem ao jornalista, que também foi Deputado Federal (DSF de 19.1.2000, pgs. 487 ae 490).
19.01.2000	Romero Jucá	Solicita divulgação maciça, nos órgãos de comunicação, da Medida Provisória nº 1.988/99 <i>(que permite a renegociação das dívidas de agricultores e empresários com os fundos constitucionais de financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste)</i> .	A Presidência, exercida pelo Senador Carlos Patrocínio, acata a solicitação e informa que será atendida na forma do Regimento (DSF de 20.1.2000, pgs. 597/599). (A TV Senado transmitiu, ao vivo, a sessão do dia 19.1.2000 e o Jornal do Senado , edição do dia 20.1.2000, pg. 8, publicou artigo divulgando o pronunciamento do Senador Romero Jucá.)
20.01.2000	Eduardo Suplicy	Falando pela ordem, alerta para a possibilidade de estar havendo desrespeito à decisão do Senado que limita, em 40%, a participação acionária estrangeira na privatização da Embraer.	A Presidência solicita que o Senador Eduardo Suplicy encaminhe por escrito à Mesa questão, para que esta possa ser encaminhada ao exame da CCJ (DSF de 21.1.2000, pg. 657/658). Na sessão do dia 21.1.2000, o Senador Eduardo Suplicy formalizou a sua Questão de Ordem, que tomou o número 1/2000, e a Presidência, exercida pelo Senador Edison Lobão, informou que, cumprindo determinação do Presidente do Senado, iria encaminhá-la ao exame da CCJ (DSF de 22.1.2000, pgs. 793/798) (ver Questão de Ordem nº 1/2000).
26.01.2000	Bernardo Cabral	Solicita a remessa de cópia do discurso do Senador Hugo Napoleão <i>(contendo denúncias de corrupção envolvendo o Governador do Piauí)</i> ao Procurador-Geral da República, bem como a remessa de cópia de seu próprio discurso e documentos anexos <i>(a respeito da redução de recursos destinados aos programas Pró-Amazônia e Promotec, de combate ao narcotráfico na Região Amazônica)</i> aos órgãos que especifica (DSF de 27.1.2000, pgs. 1066/1070 e 1081/1176).	Em 31.1.2000, a Presidência enviou cópia do discurso do Senador Hugo Napoleão ao Sr. Procurador-Geral da República (Ofício S/N de 31.1.2000), e enviou cópia do discurso (e respectivos anexos) do Senador Bernardo Cabral ao Procurador-Geral da República, ao Ministro das Relações Exteriores, ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, ao Ministro da Justiça, ao Ministro da Defesa, ao Ministro da Fazenda (Ofícios S/N de 31.1.2000).

Sessão	Autor	Assunto	Resultado
01.02.2000	José Eduardo Dutra	Com base no art. 14 da Resolução nº 20/93-SF, solicita à Presidência que encaminhe, ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, todas as peças relativas à representação que sete Partidos com assento no Congresso Nacional encaminharam à Mesa do Senado, solicitando a abertura de processo disciplinar referente ao Senador Luiz Estevão.	<p>A Presidência esclarece, primeiramente, a questão da contradição que teria havido entre os pareceres emitidos pela Advocacia do Senado, reafirmando, contudo, que a decisão sobre o assunto cabe unicamente aos Senadores. Em seguida, informa que o processo será enviado, no mesmo dia, para o Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, resguardado o direito de defesa do Senador envolvido (DSF de 2.2.2000, pg. 1454).</p> <p>Segue-se esclarecimento do Corregedor do Senado, Senador Romeu Tuma, sobre possível acusação de que S. Ex^a estaria retardando o encaminhamento da representação dos Partidos ao Conselho de Ética (DSF de 2.2.2000, pg. 1454).</p> <p>Manifestaram-se, ainda, sobre o assunto, pela ordem, os Senadores Jader Barbalho, Heloisa Helena e José Eduardo Dutra (DSF de 2.2.2000, pgs. 1455/1456).</p> <p>A Representação foi anunciada na sessão do dia 8.12.99 (DSF de 9.12.99, pg. 34267) e tomou o número 2/99, tendo sido despachada à Advocacia do Senado na mesma data. Em 12.1.2000, foi remetida ao Corregedor do Senado, Senador Romeu Tuma, e, em 1.2.2000, ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, onde está tramitando.</p>
03.02.2000	Roberto Requião	<p>Solicita esclarecimentos junto ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sr. Martus Tavares, por ter prestado informação falsa em resposta a requerimento encaminhado a esse Ministério, sobre a terceirização do Projeto Brasil em Ação (<i>RQS nº 154/99, que requer, nos termos regimentais, sejam prestadas, pelo Ministro de Estado do Orçamento e Gestão, informações sobre o programa 'Brasil em Ação'.</i>).</p> <p>Contraditando a questão de ordem, o Senador José Roberto Arruda contesta a declaração do Senador Roberto Requião e anuncia que encaminhará a contestação à Mesa, por escrito, na forma do Regimento. Adianta, contudo, que "o Ministério do Orçamento e Gestão, ao fazer os levantamentos para o Programa de Desenvolvimento, contratou consultoria na forma da lei brasileira, e essa consultoria foi inclusive muito bem-sucedida ao levantar todos os dados necessários. Os esclarecimentos detalhados serão oferecidos à Mesa, como V. Ex^a determina."</p>	<p>A Presidência solicita ao Senador Roberto Requião que formalize por escrito seu requerimento oral, para que ele possa receber despacho e encaminhamento devidos (DSF de 4.2.2000, pgs. 1742/1743).</p> <p>A Presidência esclarece que "não determinou que a questão de ordem fosse formulada por escrito, pois isso não seria um procedimento regimental. A Mesa determinou que o requerimento do Senador fosse formulado por escrito, como manda o Regimento." (DSF de 4.2.2000, pg. 1743).</p>

Sessão	Autor	Assunto	Resultado
03.02.2000	Ademir Andrade	Solicita providências em relação a requerimentos de informação encaminhados, em 31/5/99, aos Ministérios de Política Fundiária (RQS nº 200/99) e da Justiça (RQS nº 199/99), sobre denúncias de irregularidades na propriedade de Cecílio do Rego Almeida no Estado do Pará.	<p>A Presidência informa que as informações serão reiteradas aos Ministérios (DSF de 4.2.2000, pgs. 1750/1751).</p> <p>(O RQS nº 200/99 foi atendido em 14.2.2000, através do Ofício nº 35/2000, de 8.2, do Ministro do Desenvolvimento Agrário (DSF de 15.2.2000, pg. 2363)</p>
09.02.2000	Renan Calheiros	<p>Questiona o encaminhamento dos Projetos de Lei nºs 292, 386 e 614/99 (<i>venta e uso de armas</i>) à CRE, para apreciação do mérito, e solicita que as matérias sejam despachadas à CCJ para exame da preliminar de constitucionalidade, sobre a qual levanta dúvidas o próprio parecer do Relator naquela Comissão, Senador Pedro Piva.</p> <p>O Senador Pedro Piva, Relator das matérias na CRE, contraditou o autor, informando que essa Comissão votará o mérito dos projetos, que, em seguida, serão analisados na CCJ, conforme determinado anteriormente.</p>	<p>A Presidência informa que a questão de ordem será melhor estudada à luz do Regimento, para então se lhe dar uma solução definitiva, prometida para o dia seguinte (DSF de 10.2.2000, pgs. 2057/2058).</p>

B.10 – RECURSOS

(RISF, art. 91, § 3)

Número	Leitura no Plenário	Autor	Matéria
1/2000	13.1.2000	Iris Rezende e outros Senadores	PLS nº 687/99

B.11 – MENSAGENS RECEBIDAS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

B.11.1) Art. 52, III, da Constituição Federal (Escolha de autoridade)

B.11.1.1) De Sessões Legislativas anteriores

Número		Nome	Cargo	Resultado
SF	Origem			
239/99	1.816/99	Eloi Fernández y Fernández	Diretor da Agência Nacional do Petróleo – ANP. (Recondução).	Aprovado em 12.1.2000

B.11.1.2) Da presente Sessão Legislativa

Número		Nome	Cargo	Resultado
SF	Origem			
64/2000	111/2000	Marcus Herndl	Ministro do Superior Tribunal Militar.	Aprovado em 14.2.2000
73/2000	186/2000	Solange Beatriz Palheiro Mendes de Almeida	Diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar, com mandato de quatro anos.	Tramitando
74/2000	187/2000	Luiz Arnaldo Pereira da Cunha Júnior	Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar, com mandato de três anos.	Tramitando
75/2000	188/2000	Ariel Rocha de Cunto	Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência.	Tramitando

B.11.2) Art. 52, IV, da Constituição Federal (Escolha de Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente)

B.11.2.1) De Sessões Legislativas anteriores

Número		Nome	Cargo	Resultado
SF	Origem			
221/99	1.715/99	Joaquim Luís Cardoso Palmeiro	Embaixador do Brasil junto à Grande Jámahiriya Árabe Popular Socialista da Líbia.	Aprovado em 9.2.2000
225/99	1.782/99	Ricardo Carvalho do Nascimento Borges	Embaixador do Brasil junto à República Islâmica da Mauritânia e República da Gâmbia. (cumulativamente)	Aprovado em 9.2.2000

B.11.2.2) Da presente Sessão Legislativa

Número		Nome	Cargo	Resultado
SF	Origem			
7/2000	1.944/99	Isnard Penha Brasil Júnior	Embaixador do Brasil junto à República Argelina Democrática e Popular.	Aprovado em 9.2.2000
65/2000	112/2000	Carlos Alberto Pessôa Pardellas	Embaixador do Brasil junto à República da Macedônia (cumulativamente com a República da Bulgária).	Aprovado em 9.2.2000
66/2000	113/2000	Valter Pecly Moreira	Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos.	Aprovado em 9.2.2000
71/2000	182/2000	Lauro Barbosa da Silva Moreira	Embaixador do Brasil junto ao Reino do Marrocos.	Tramitando
72/2000	184/2000	Arthur Vivacqua Corrêa Meyer	Embaixador do Brasil junto à República de Guiné-Bissau.	Tramitando

B.11.3) Art. 52, V, da Constituição Federal (Operações Financeiras)

B.11.3.1) De Sessão Legislativa anterior

Número		Assunto	Resultado
SF	Origem		
203/97 ³⁶	1.438/97	Submete à deliberação do Senado o Aditivo ao Acordo de Reescalamento de Dívida firmado entre a República Federativa do Brasil e a República do Suriname em 10 de janeiro de 1996, em Brasília.	Transformada no PRS nº 31/99 (Parecer nº 140, da CAE) Resolução nº 6, de 3.2.2000
204/97	1.439/97	Submete à apreciação do Senado, nos termos do art. 52, V, da Constituição Federal, o Acordo de Reescalamento de Dívida entre a República Federativa do Brasil e a Telecomunicações do Suriname – TELESUR, referente ao Convênio de Crédito firmado em 15 de dezembro de 1986.	Transformada no PRS nº 32/99 (Parecer nº 141, da CAE) Resolução nº 7, de 3.2.2000
133/99	933/99	Solicita sejam autorizadas operações de que trata o acordo de reescalamento de débitos da República da Zâmbia para com a República Federativa do Brasil, no valor estimado de vinte milhões, trezentos e cinquenta e oito mil, cento e vinte dólares norte-americanos e noventa e seis centavos, com base na Ata de Entendimentos de 28 de fevereiro de 1996, celebrada no âmbito do "Clube de Paris".	Transformada no PRS nº 1/2000 (Parecer nº 7/2000, da CAE) Resolução nº 5, de 3.2.2000

³⁶ Apensada, em 28.11.97, ao processado do PRS nº 96/97, transformado na Resolução nº 84, de 10.9.97.

Número		Assunto	Resultado
SF	Origem		
170/99	1.298/99	Solicita sejam autorizadas operações financeiras de que trata o Contrato de Reestruturação de Dívida da República de Moçambique para com a República Federativa do Brasil, no valor de cento e cinqüenta milhões, oitocentos e quatro mil, quatrocentos e trinta e um dólares norte-americanos e quarenta e sete centavos, com base na Ata de Entendimentos de 21 de novembro de 1996, celebrado no âmbito do chamado Clube de Paris.	Transformada no PRS nº 11/2000 (Parecer nº 44/2000, da CAE) Tramitando
195/99	1.488/99	Solicita sejam autorizadas operações financeiras de que trata o Contrato de Reestruturação de Débitos da República de Cabo Verde para com a República Federativa do Brasil, no valor de sete milhões, duzentos e noventa e três mil, oitocentos e três dólares norte-americanos e vinte centavos, oriundos de financiamentos do Fundo de Financiamento à Exportação – FINEX, cujos créditos passaram a integrar o Programa de Financiamento às Exportações – PROEX.	Transformada no PRS nº 13/2000 (Parecer nº 52/2000, da CAE) Tramitando
220/99	1.712/99	Solicita seja autorizada a elevação temporária do limite de endividamento da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT para que possa implementar ações para a recuperação e modernização empresarial e tecnológica, contidas no Programa de Recuperação e Ampliação do Sistema de Telecomunicações e do Sistema Postal - PASTE.	Transformada no PRS nº 9/2000 (Parecer nº 37/2000) Resolução nº 8, de 9.2.2000
228/99	1.787/99	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de quarenta e três milhões e quatrocentos mil dólares norte-americanos, entre a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás – e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao financiamento do Projeto de Conservação de Energia – Procel.	Transformada no PRS nº 2/2000 (Parecer nº 8/2000, da CAE) Resolução nº 1, de 21.1.2000

B.11.3.2) Da presente Sessão Legislativa

Número		Assunto	Resultado
SF	Origem		
3/2000	2/00	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até cinco milhões e cinqüenta mil dólares norte-americanos, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Assistência Técnica para Reforma da Previdência Social.	Transformada no PRS nº 3/2000 (Parecer nº 9/2000, da CAE) Resolução nº 2, de 21.1.2000

Número		Assunto	Resultado
SF	Origem		
4/2000	1.991/99	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até onze milhões de dólares norte-americanos, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Desenvolvimento do Turismo na Amazônia Legal.	Transformada no PRS nº 5/2000 (Parecer nº 29/2000, da CAE) Resolução nº 4, de 28.1.2000
5/2000	1.992/99	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até quinze milhões de dólares norte-americanos, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao financiamento parcial do Segundo Projeto relativo ao Programa Nacional do Meio Ambiente – PNMA II.	Transformada no PRS nº 4/2000 (Parecer nº 10/2000, da CAE) Resolução nº 3, de 21.1.2000
6/2000	1.993/99	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até trinta milhões e trezentos mil dólares norte-americanos, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada a financiar, parcialmente, o Projeto de Assistência Técnica a Saneamento para População de Baixa Renda.	Transformada no PRS nº 10/2000 (Parecer nº 38/2000, da CAE) Resolução nº 9, de 9.2.2000
61/2000	103/2000	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor equivalente a até duzentos e cinquenta milhões de dólares norte-americanos, de principal, destinada ao financiamento parcial do Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio-PROMED - 1ª fase.	Transformado no PRS nº 15/2000 (Parecer nº 54/2000, da CAE) Resolução nº 11, de 15.2.2000
62/2000	109/2000	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, entre a República Federativa do Brasil e o Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW, no valor de vinte e oito milhões, setecentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e sessenta e sete euros, de principal, destinada ao financiamento de oitenta e cinco por cento de contrato comercial de importação de bens e serviços a serem fornecidos pela Carl Zeiss Jena GmbH, no âmbito do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários.	Tramitando

Número		Assunto	Resultado
SF	Origem		
63/2000	110/2000	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, entre a República Federativa do Brasil e o Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW, no valor de cinco milhões, setenta e dois mil, novecentos e cinco euros, de principal, destinada ao financiamento de quinze por cento (parcela à vista) de contrato comercial de importação de bens e serviços a serem fornecidos pela Carl Zeiss Jena GmbH, no âmbito do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários.	Tramitando

B.11.4) Art. 64, § 1º, da Constituição Federal (Urgência para projeto)

Número		Assunto	Resultado
SF	Origem		
67/2000	130/2000	Solicita seja atribuído o regime de urgência ao Projeto de Lei da Câmara que tramita no Senado Federal com o nº 37, de 1996 (nº 2.891/92, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo, substâncias nocivas e outros poluentes em águas sob jurisdição nacional, e dá outras providências, encaminhado ao Congresso Nacional com a Mensagem nº 175, de 1992.	A Presidência comunica ao Plenário que o referido Projeto passa a integrar a pauta da convocação extraordinária do Congresso Nacional (2ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura), de acordo com o item nº 2 da Mensagem nº 1.294, de 1999-CN.

B.11.5) Arts. 6º e 7º da Lei nº 9.069, 29.6.95 (Programação Monetária e Emissões de Real)

Número		Assunto	Resultado
SF	Origem		
1/2000	2.015/99	Encaminha a programação monetária relativa ao primeiro trimestre de 2000.	Transformada no PDS nº 32/2000 (Parecer nº 3/2000, da CAE) Projeto aprovado em 13.1.2000 e remetido à Câmara dos Deputados
68/2000	2.016/99	Encaminha o demonstrativo das emissões do Real referente ao mês de novembro de 1999, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.	À CAE, para conhecimento, e ao Arquivo

B.11.6) Art. 6º da Resolução nº 96/SF, de 10.12.98
(Programa de Apoio Financeiro ao Governo Brasileiro)

Número		Assunto	Resultado
SF	Origem		
2/2000	1.977/99	Encaminha o demonstrativo do cumprimento das metas indicativas e critérios de desempenho relativos ao Programa de Apoio Financeiro ao Governo Brasileiro, liderado pelo Fundo Monetário Internacional, correspondente ao terceiro trimestre de 1999.	Anexada ao processado do PRS nº 112/98, convertido na Resolução nº 96/98-SF.

B.11.7) Medida Provisória nº 1.969-13/2000,
Resoluções nºs 78/98 e 37/99 e Decreto nº 3.099/99

Número		Assunto	Resultado
SF	Origem		
76/2000	203/2000	Submete à apreciação do Senado Contrato de Confissão, Consolidação, Promessa de Assunção e Refinanciamento de Dívidas celebrado entre a União e o Município de São Paulo, tendo por objeto o refinanciamento de obrigações financeiras de responsabilidade desse Município.	Tramitando

B.12 – OFÍCIOS “S”

B.12.1) Art. 52, V a X, da Constituição Federal

B.12.1.1) De Sessão Legislativa anterior

Número		Assunto	Resultado
SF	Origem		
59/99 ³⁷	4.246/99	do Banco Central do Brasil, encaminhando relatório sobre operação de troca de títulos do tipo Brady por um novo título do tipo Global, conduzida por esse Órgão, na qualidade de agente do Tesouro Nacional, no valor de dois bilhões de dólares estadunidenses, e comunicando que o texto da documentação traduzida será encaminhado a esta Casa tão logo esteja disponível.	Tramitando

B.12.1.2) Da presente Sessão Legislativa

Número		Assunto	Resultado
SF	Origem		
1/2000	308/99	da Prefeitura Municipal de Joinville, solicitando, nos termos da Resolução nº 37, de 1999, autorização do Senado Federal para que possa habilitar-se a contratar operação de crédito destinada ao Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios – PNAFM.	Tramitando
2/2000	227/2000	do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, manifestação daquele Órgão acerca da solicitação da Prefeitura Municipal de Cachoeirinha - RS para que possa contratar operação de crédito junto ao Fundopimes, cujo órgão gestor é o Banco do Estado do Rio Grande do Sul – Banrisul, no valor de dois milhões de reais, destinada ao financiamento de investimentos em infraestrutura urbana.	Transformado no PRS nº 12/2000 (Parecer nº 45/2000, da CAE) Tramitando
3/2000	230/2000	do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, manifestação daquele Órgão acerca da solicitação da Prefeitura Municipal de Santos - SP para que possa contratar operação de crédito no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM, administrado pela Caixa Econômica Federal – CEF, no valor de doze milhões, vinte e um mil e trezentos reais, a preços de 31 de julho de 1999.	Tramitando

³⁷ Em 2.2.2000, foi anexado, ao seu processado, o Ofício nº 348/2000, do Banco Central do Brasil, encaminhando versão traduzida da documentação referente ao relatório.

Número		Assunto	Resultado
SF	Origem		
4/2000	229/2000	do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, manifestação daquele Órgão acerca da solicitação da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - MG para que possa contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no âmbito do Programa de Apoio à Modernização da Administração Tributária Municipal, no valor de quatro milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil reais, destinada a financiar a modernização da administração tributária municipal.	Transformado no PRS nº 14/2000 (Parecer nº 53/2000, da CAE) Resolução nº 10, de 15.2.2000

B.12.2) Art. 53, § 1º, da Constituição Federal

B.12.2.1) Da presente Sessão Legislativa

Of. nº S/5/2000 (1.820/99), do Supremo Tribunal Federal	Tramitando na CCJ
Of. nº S/6/2000 (11/2000) do Supremo Tribunal Federal	Tramitando na CCJ
Of. nº S/7/2000 (69/2000) do Supremo Tribunal Federal	Tramitando na CCJ

B.13 – DIVERSOS

B.13.1) De Sessão Legislativa anterior

Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
85/96 ³⁸	1º.10.96	Referente ao Aviso nº 533/96 – do Presidente do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 610/96, adotada pelo referido Tribunal, na Sessão Ordinária do Plenário de 25.9.96, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam (TC 005.708/94-0), sobre relatórios de auditoria operacional realçada na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e no Banco da Amazônia S/A, instituições supervisora e operadora, respectivamente, do Fundo de Investimento da Amazônia – FINAM.	Despachado à CFC

³⁸ Anexadas, ao seu processado, as informações prestadas em resposta ao RQS nº 626/99, da CFC, para onde retorna a matéria, para continuar sua tramitação (DSF de 22.1.2000, pg. 747).

B.14 – REPRESENTAÇÃO

B.14.1) Art. 71, XI, da Constituição Federal (Sustação de contratos)

Número	Autor	Assunto	Resultado
1/99	Presidente do Tribunal de Contas da União	Susta, com fundamento no inciso XI do art. 71 da Constituição Federal, cláusulas dos contratos firmados entre a União, através do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, e as empresas concessionárias Ponte Rio-Niterói S.A., Novadutra S.A., Cia. Concer, Rio-Teresópolis S.A. e Concepa S.A., por infringência do disposto no art. 150, incisos I e III, alínea “a”, da Constituição, conforme decisão tomada, por unanimidade, em sessão dessa Corte de Contas, realizada em 11.8.99.	Encaminhada à Câmara dos Deputados para iniciar sua tramitação (Of. nº 699/99 (SF), de 17.8.99)

B.14.2) Decoro Parlamentar

Número	Recebimento	Autor	Assunto	Resultado
2/99	Em 8.12.99 (DSF de 9.12.99, pg. 34267)	Partidos: PT, PDT, PSB, PPS, PCdoB, PV e PL	Representação apresentada contra o Senador Luiz Estevão, por quebra de decoro parlamentar.	Despachada à Advocacia do SF em 8.12.99. Despachada ao Corregedor do Senado, Senador Romeu Tuma, em 12.1.2000. Despachada ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar em 1.2.2000. Tramitando (ver Conselho de Ética e Decoro Parlamentar)

B.15 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

Composição

Presidente: Senador Ramez Tebet³⁹

Vice-Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca⁴⁰

Titulares		Suplentes
PMDB		
Casildo Maldaner		Marluce Pinto
Ramez Tebet		Gerson Camata
Nabor Júnior		(Vago)
Ney Suassuna		(Vago)
Amir Lando		(Vago)
PFL		
Geraldo Althoff		José Agripino
Francelino Pereira		Carlos Patrocínio
Paulo Souto		Djalma Bessa
Juvêncio da Fonseca		Freitas Neto
PSDB		
Lúcio Alcântara		Antero Paes de Barros
Osmar Dias		Luzia Toledo
José Roberto Arruda		Romero Jucá
Bloco Oposição		
Lauro Campos (PT)		José Eduardo Dutra (PT)
Heloísa Helena (PT)		Marina Silva (PT)
Jefferson Péres (PDT)		Roberto Saturnino (PSB)

Senador Romeu Tuma - Membro nato (art. 25 da Resolução nº 20/93).
Eleição realizada em 30.6.99

³⁹ Eleito em 24.11.99, de acordo com a Resolução nº 20/93 (Ata da reunião – DSF nº 187, de 25.11.99, página 31737).

⁴⁰ Eleito em 24.11.99, de acordo com a Resolução nº 20/93 (Ata da reunião – DSF nº 187, de 25.11.99, página 31737).

Matéria recebida pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Documento	Recebimento no CEDP	Autor	Assunto	Resultado
Representação nº 2/99	Em 1.2.2000	Partidos: PT, PDT, PSB, PPS, PCdoB, PV e PL	Representação apresentada contra o Senador Luiz Estevão, por quebra de decoro parlamentar.	Tramitando

Documento	Recebimento no CEDP	Autor	Assunto	Resultado
Denúncia nº 1/99	Em 9.2.2000	Deputado Salomão Afonso de Souza Cruz	Denúncia feita contra o Sr. Waldemar Johanson e o Senador Romero Jucá Filho, por presumida utilização de recursos públicos oriundos da União, via empresa pública Eletronorte/RR (Bovesa), para a prática, em tese, de crime de improbidade administrativa explícita.	Tramitando

Histórico de 2000

Em **14.02.2000**, o Presidente do Conselho, Senador Ramez Tebet, fez publicar convocação para a **1ª reunião** do Conselho, marcada para **23.2.2000**, às 10h, na sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a dar conhecimento de matéria recebida (DSF de 15.2.2000, pg. 2429).

Mapa de publicação das atas de reuniões do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar realizadas na 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Sessão Legislativa	Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
				Número	Data	Página
1ª Ordinária	1ª	Eleição e posse do Presidente e do Vice-Presidente	24.11.99	187	25.11.99	31737

B.16 – ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Ao se encerrar os trabalhos da Sessão Legislativa, o Presidente do Senado Federal, Senador Antonio Carlos Magalhães pronunciou as seguintes palavras:

“Sr^{as} e Srs. Senadores, encerramos hoje o período de convocação extraordinária do Congresso Nacional, feita pelo Senhor Presidente da República, para a apreciação de matérias de interesse do País.

O Senado Federal, no período de 05 de janeiro a esta data, cumpriu o seu papel. As Comissões apreciaram um total de 31 proposições, destacando-se entre elas os projetos de lei que regulam a Reforma Administrativa. O Plenário da Casa aprovou duas propostas de emenda à Constituição, promulgadas hoje: uma estabelecendo limites para as despesas com legislativos municipais; e outra incluindo a moradia entre os direitos sociais. Mas não foi só isso. O Senado discutiu e avançou bastante na apreciação de duas propostas de emenda à Constituição: a primeira, de iniciativa do Senhor Presidente da República, desvinculando receitas orçamentárias da União; e a outra, de iniciativa do Senado Federal, que cria o Fundo de Erradicação da Pobreza.

Por outro lado, também a Câmara dos Deputados cumpriu rigorosamente com suas atividades, produzindo realmente um trabalho digno de nota, o que exalta a atuação das duas Casas do Congresso.

Tenho, porém, a lamentar que, a despeito do trabalho e do desejo do Presidente Michel Temer, a Câmara dos Deputados ainda ficou devendo à Nação a emenda, já votada pelo Senado Federal, que limita a edição de medidas provisórias, uma vez que ao Poder Legislativo cabe legislar, e não ao Poder Executivo. Tais limites, infelizmente, não foram delineados nesta convocação extraordinária, como era de se esperar, pela Câmara dos Deputados. Entretanto, temos certeza de que aquela Casa, dentro de pouco tempo, ou por meio de uma interpretação da Câmara e do Senado em relação a matérias que são aprovadas duas vezes em cada Casa, ou por iniciativa do próprio Presidente, chegará a uma conclusão, em muito pouco tempo, para limitar a edição de medidas provisórias. Esse é o nosso propósito; essa será a nossa próxima luta. E, temos certeza, contaremos com o Presidente Michel Temer para comandar o processo na Câmara, que já foi votado duas vezes, para fazermos uma única emenda à Constituição, limitando, como já disse, a edição de medidas provisórias.

Gostaria, mais uma vez, de demonstrar o meu orgulho em relação aos Srs. Senadores, que, mesmo em uma sessão como a de hoje, somam um *quorum* com mais de 70 presenças na Casa, evidenciando, assim, o interesse e o zelo pela coisa pública, dando mais uma prova de que o Poder Legislativo é essencial e indispensável à vida democrática do País. Registro, pois, o grande orgulho dos colegas que tenho. Por isso, neste instante, desejo congratular-me com todos, agradecendo o trabalho que fizeram pelo Senado e pelo País.

Muito obrigado. (Palmas)”

**IV – O CONGRESSO NACIONAL
EM REUNIÃO CONJUNTA DE SUAS CASAS,
NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA
DA 51ª LEGISLATURA**

**IV - O CONGRESSO NACIONAL
EM REUNIÃO CONJUNTA DE SUAS CASAS,
NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA
DA 51ª LEGISLATURA**

A - SESSÕES REALIZADAS

Realizaram-se 3 sessões conjuntas, sendo 1 para tratar de matéria legislativa e 2 solenes.

As sessões solenes foram as seguintes:

Data	Finalidade
5-1-2000	Destinada à instalação dos Trabalhos da 2ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura. (realizada no Plenário do Senado Federal)
14-2-2000	Destinada à promulgação das Emendas Constitucionais nºs 25 e 26, de 2000. (realizada no Plenário do Senado Federal)

**B - PARTICIPAÇÃO DOS CONGRESSISTAS
NA DIREÇÃO DOS TRABALHOS**

Senadores	Presidência	Secretaria
Antonio Carlos Magalhães	2	-
Carlos Patrocínio	-	1

Deputados	Presidência	Secretaria
Heráclito Fortes	1	-
Pauderney Avelino	-	1

C - MATÉRIA LEGISLATIVA

1 – PROJETOS DE LEI (PLN)

a) Da Sessão Legislativa anterior

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
19/99-CN	839/99-CN (nº 1.265/99, na origem)	Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2000/2003.	Em tramitação
20/99-CN	840/99-CN (nº 1.264/99, na origem)	Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2000.	Em tramitação

2 – PROJETOS DE RESOLUÇÃO (PRN)

a) De Sessão Legislativa anterior

Nº	Autor	Ementa	Resultado
9/99-CN	Das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal	Altera a Resolução nº 1, de 1970-CN, que dispõe sobre o Regimento Comum do Congresso Nacional.	Resolução nº 1, de 2000-CN (DOU 31-1-2000)

3 – MEDIDAS PROVISÓRIAS (MP)

Total das Medidas Provisórias	235
- aprovadas e sancionadas (nos termos de Projeto de Lei de Conversão).....	002
- aprovadas e promulgadas	001
- perderam eficácia	148
- revogadas	006
- em tramitação	078
- Pareceres numerados proferidos pela Comissão Mista e publicados no Diário do Congresso Nacional e Diário do Senado Federal	003
- Pareceres orais proferidos em plenário, em substituição à Comissão Mista, e publicados no Diário do Congresso Nacional.....	006

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas	Resultado	Observação
1.925-4, public. em 4-2-2000	105/2000-CN (nº 144/2000, na origem)	Dispõe sobre a Cédula de Crédito Bancário.	1.925-2 e 1.925-3.	Em tramitação	-
1.933-10, public. em 4-2-2000	106/2000-CN (nº 145/2000, na origem)	Dispõe sobre os reajustes do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de maio de 1999 e dos benefícios mantidos pela Previdência Social a partir de 1º de junho de 1999.	1.933-8 e 1.933-9.	Em tramitação	-
1.934-10, public. em 4-2-2000	107/2000-CN (nº 146/2000, na origem)	Altera a Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963, autoriza a doação de bens e dá outras providências.	1.934-8 e 1.934-9.	Em tramitação	-

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas	Resultado	Observação
1.935-11, public. em 4-2-2000	108/2000-CN (nº 147/2000, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da Seguridade Social e Fiscal da União, em favor da Presidência da República e do Ministério da Defesa, créditos extraordinários no valor de R\$ 132.242.089,00, para os fins que especifica.	1.935-9 e 1.935-10.	Em tramitação	-
1.936-43, public. em 4-2-2000	109/2000-CN (nº 148/2000, na origem)	Altera a redação dos arts. 14, 18, 34, 44 e 49 da Lei nº 9.082, de 25 de julho de 1995, dos arts. 18, 19, 34, 35 e do § 4º do art. 53 da Lei nº 9.293, de 15 de julho de 1996, que dispõem, respectivamente, sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para os exercícios de 1996 e 1997.	1.936-41 e 1.936-42.	Em tramitação	-
1.937-12, public. em 4-2-2000	110/2000-CN (nº 149/2000, na origem)	Altera dispositivos da Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 1999.	1.937-10 e 1.937-11.	Em tramitação	-
1.938-13, public. em 4-2-2000	111/2000-CN (nº 150/2000, na origem)	Autoriza a União a adquirir ou pagar obrigações de pessoas jurídicas de direito público interno, relativas a operações financeiras externas, e dá outras providências.	1.938-11 e 1.938-12.	Em tramitação	-
1.939-25, public. em 5-2-2000 (Ed. Extra)	142/2000-CN (nº 181/2000, na origem)	Restaura a vigência da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis destinados ao transporte autônomo de passageiros e ao uso de portadores de deficiência física, reduz o imposto de importação para os produtos que especifica, e dá outras providências.	1.939-23 e 1.939-24.	Em tramitação	-
1.940-18, public. em 4-2-2000	112/2000-CN (nº 151/2000, na origem)	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, da Lei nº 5.627, de 1º de dezembro de 1970, e dá outras providências.	1.940-16 e 1.940-17.	Em tramitação	-

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas	Resultado	Observação
1.941-15, public. em 4-2-2000	113/2000-CN (nº 152/2000, na origem)	Dispõe sobre a aquisição de produtos para a implementação de ações de saúde no âmbito do Ministério da Saúde.	1.941-13 e 1.941-14..	Em tramitação	-
1.942-14, public. em 4-2-2000	114/2000-CN (nº 153/2000, na origem)	Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, que altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências.	1.942-12 e 1.942-13.	Em tramitação	-
1.943-49, public. em 4-2-2000	115/2000-CN (nº 154/2000, na origem)	Altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências.	1.943-47 e 1.943-48.	Em tramitação	-
1.944-11, public. em 4-2-2000	116/2000-CN (nº 155/2000, na origem)	Cria o Programa de Arrendamento Residencial, institui o arrendamento residencial com opção de compra e dá outras providências.	1.944-9 e 1.944-10.	Em tramitação	-
1.945-48, public. em 4-2-2000	117/2000-CN (nº 156/2000, na origem)	Dispõe sobre o salário mínimo para o período de 1º de maio de 1996 a 30 de abril de 1997.	1.945-46 e 1.945-47.	Em tramitação	-
1.946-36, public. em 4-2-2000	118/2000-CN (nº 157/2000, na origem)	Dispõe sobre o salário mínimo para o período de 1º de maio de 1997 a 30 de abril de 1998.	1.946-34 e 1.946-35.	Em tramitação	-
1.947-23, public. em 4-2-2000	119/2000-CN (nº 158/2000, na origem)	Dispõe sobre o salário mínimo a vigorar a partir de 1º de maio de 1998.	1.947-21 e 1.947-22.	Em tramitação	-
1.948-51, public. em 4-2-2000	120/2000-CN (nº 159/2000, na origem)	Dispõe sobre a emissão de Notas do Tesouro Nacional - NTN destinadas a aumento de capital do Banco do Brasil S.A., e dá outras providências.	1.948-49 e 1.948-50.	Em tramitação	-

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas	Resultado	Observação
1.949-20, public. em 4-2-2000	121/2000-CN (nº 160/2000, na origem)	Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.	1.949-18 e 1.949-19.	Em tramitação	-
1.950-60, public. em 4-2-2000	122/2000-CN (nº 161/2000, na origem)	Dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real e dá outras providências.	1.950-58 e 1.950-59.	Em tramitação	-
1.951-22, public. em 4-2-2000	123/2000-CN (nº 162/2000, na origem)	Dispõe sobre a adoção de medidas relacionadas com o Sistema Financeiro da Habitação - SFH, altera as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.692, de 28 de julho de 1993, e dá outras providências.	1.951-20 e 1.951-21.	Em tramitação	-
1.952-20, public. em 4-2-2000	124/2000-CN (nº 163/2000, na origem)	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para dispor sobre o trabalho a tempo parcial, a suspensão do contrato de trabalho e o programa de qualificação profissional, modifica as Leis nºs 6.321, de 14 de abril de 1976, 6.494, de 7 de dezembro de 1977, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e 9.601, de 21 de janeiro de 1998, e dá outras providências.	1.952-18 e 1.952-19.	Em tramitação	-
1.953-15, public. em 4-2-2000	125/2000-CN (nº 164/2000, na origem)	Institui o Auxílio-Transporte aos militares, servidores e empregados públicos da administração federal direta, autárquica e fundacional da União, e revoga o § 1º do art. 1º da Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985.	1.953-13 e 1.953-14.	Em tramitação	-
1.954-23, public. em 4-2-2000	126/2000-CN (nº 165/2000, na origem)	Institui o Programa Especial de Financiamento para combate aos efeitos da estiagem na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, e dá outras providências.	1.954-21 e 1.954-22.	Em tramitação	-
1.955-64, public. em 4-2-2000	127/2000-CN (nº 166/2000, na origem)	Dispõe sobre o pagamento dos militares e dos servidores públicos do Poder Executivo Federal, inclusive suas autarquias e fundações, bem como dos empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista e de suas subsidiárias, e dá outras providências.	1.955-62 e 1.955-63.	Em tramitação	-

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas	Resultado	Observação
1.956-46, public. em 4-2-2000	128/2000-CN (nº 167/2000, na origem)	Dá nova redação aos arts. 3º, 16 e 44 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e dispõe sobre a proibição do incremento da conversão de áreas florestais em áreas agrícolas na região Norte e na parte Norte da região Centro-Oeste, e dá outras providências.	1.956-44 e 1.956-45.	Em tramitação	<p>MP 1.885-42, 1.885-43 (revogada pela a MP nº 1.956-44)</p> <p>*Parecer nº 39/99-CN Admissibilidade (DSF 12-11-99)</p> <p>*Parecer nº 40/99-CN Mérito (DSF 12-11-99) PLV nº 7/99 Relator: Dep. Moacir Micheletto.</p> <p>*Pareceres convalidados de acordo com o Ofício 103/99-CN, publicado no DSF de 7-5-99, pág. 10573/74.</p>
1.957-32, public. em 4-2-2000	129/2000-CN (nº 168/2000, na origem)	Autoriza a União a receber em valores mobiliários os dividendos e juros sobre o capital próprio a serem pagos por entidades de cujo capital o Tesouro Nacional participe, e dá outras providências.	1.957-30 e 1.957-31.	Em tramitação	-
1.958-27, public. em 4-2-2000	130/2000-CN (nº 169/2000, na origem)	Dispõe sobre a instituição de sociedade de crédito ao microempreendedor, altera dispositivos das Leis nºs 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 8.029, de 12 de abril de 1990, e 8.934, de 18 de novembro de 1994, e dá outras providências.	1.958-25 e 1.958-26.	Em tramitação	-
1.959-18, public. em 4-2-2000	131/2000-CN (nº 170/2000, na origem)	Acresce parágrafo ao art. 4º da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento.	1.959-16 e 1.959-17.	Em tramitação	-

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas	Resultado	Observação
1.960-58, public. em 4-2-2000	132/2000-CN (nº 171/2000, na origem)	Altera a legislação referente ao Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e ao Fundo da Marinha Mercante - FMM, e dá outras providências.	1.960-56 e 1.960-57.	Em tramitação	-
1.961-19, public. em 5-2-2000 (Ed. Extra)	143/2000-CN (nº 183/2000, na origem)	Dispõe sobre o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária - RECOOP, autoriza a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP, e dá outras providências.	1.961-17 e 1.961-18.	Em tramitação	-
1.962-22, public. em 4-2-2000	133/2000-CN (nº 172/2000, na origem)	Estende aos servidores públicos civis do Poder Executivo Federal a vantagem de vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento, objeto da decisão do Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.	1.962-20 e 1.962-21.	Em tramitação	-
1.963-15, public. em 4-2-2000	134/2000-CN (nº 173/2000, na origem)	Dispõe sobre a administração dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, consolida e atualiza a legislação pertinente ao assunto e dá outras providências.	1.963-13 e 1.963-14.	Em tramitação	-
1.964-23, public. em 4-2-2000	135/2000-CN (nº 174/2000, na origem)	Altera as Leis nºs 6.368, de 21 de outubro de 1976, e 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e dá outras providências.	1.964-21 e 1.964-22.	Em tramitação	-
1.965-11 public. em 4-2-2000	136/2000-CN (nº 175/2000, na origem)	Estabelece a nulidade das disposições contratuais que menciona, inverte, nas hipóteses que prevê, o ônus da prova nas ações intentadas para sua declaração, e altera o art. 1º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.	1.965-9 e 1.965-10.	Em tramitação	-
1.966-5 public. em 4-2-2000	137/2000-CN (nº 176/2000, na origem)	Altera dispositivos da Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996, que institui a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, dispõe sobre a remuneração dos recursos do Fundo de Participação PIS-PASEP, do Fundo de Amparo ao Trabalhador e do Fundo da Marinha Mercante.	1.966-3 e 1.966-4.	Em tramitação	-

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas	Resultado	Observação
1.967-4, public. em 4-2-2000	138/2000-CN (nº 177/2000, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito extraordinário no valor de R\$ 240.000.000,00, para os fins que especifica.	1.967-2 e 1.967-3.	Em tramitação	-
1.968-3, public. em 4-2-2000	139/2000-CN (nº 178/2000, na origem)	Altera dispositivos da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares.	1.968-1 e 1.968-2.	Em tramitação	-
1.969-13, public. em 4-2-2000	140/2000-CN (nº 179/2000, na origem)	Estabelece critérios para consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Municípios.	1.969-11 e 1.969-12.	Em tramitação	-
1.970-7, public. em 11-2-2000	145/2000-CN (nº 204/2000, na origem)	Institui , no âmbito do Poder Executivo da União, o Programa de Desligamento Voluntário - PDV, a jornada de trabalho reduzida com remuneração proporcional e a licença sem remuneração com pagamento de incentivo em pecúnia, destinados ao servidor da administração pública direta, autárquica e fundacional.	1.970-5 e 1.970-6.	Em tramitação	-
1.971-8, public. em 11-2-2000	146/2000-CN (nº 189/2000, na origem)	Dispõe sobre a reestruturação da Carreira Auditoria do Tesouro Nacional e organização da Carreira Auditoria-Fiscal da Previdência Social e da Carreira Auditoria Fiscal do Trabalho.	1.971-6 e 1.971-7.	Em tramitação	-
1.972-10, public. em 11-2-2000	147/2000-CN (nº 190/2000, na origem)	Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências.	1.972-8 e 1.972-9.	Em tramitação	-
1.973-58, public. em 11-2-2000	148/2000-CN (nº 191/2000, na origem)	Dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais, e dá outras providências.	1.973-56 e 1.973-57.	Em tramitação	-

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas	Resultado	Observação
1.974-76, public. em 11-2-2000	149/2000-CN (nº 192/2000, na origem)	Dispõe sobre os títulos da dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional, consolidando a legislação em vigor sobre a matéria.	1.974-74 e 1.974-75.	Em tramitação	-
1.975-22, public. em 11-2-2000	150/2000-CN (nº 193/2000, na origem)	Dá nova redação ao art. 9º da Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores, e dá outras providências.	1.975-20 e 1.975-21.	Em tramitação	-
1.976-23, public. em 11-2-2000	151/2000-CN (nº 194/2000, na origem)	Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos privados de assistência à saúde, e dá outras providências.	1.976-21 e 1.976-22.	Em tramitação	-
1.977-12, public. em 11-2-2000	152/2000-CN (nº 195/2000, na origem)	Institui medidas adicionais de estímulo e apoio à reestruturação e ao ajuste fiscal dos Estados e dá outras providências.	1.977-10 e 1.977-11.	Em tramitação	-
1.978-21, public. em 11-2-2000	153/2000-CN (nº 196/2000, na origem)	Dispõe sobre a renegociação de dívidas no âmbito do Programa de Crédito Educativo, e dá outras outras providências.	1.978-19 e 1.978-20.	Em tramitação	-
1.979-15, public. em 11-2-2000	154/2000-CN (nº 205/2000, na origem)	Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, e dá outras providências.	1.979-13 e 1.979-14.	Em tramitação	-
1.980-15, public. em 11-2-2000	155/2000-CN (nº 197/2000, na origem)	Dispõe sobre as relações financeiras entre a União e o Banco Central do Brasil e dá outras providências.	1.980-13 e 1.980-14.	Em tramitação	-
1.981-44, public. em 11-2-2000	156/2000-CN (nº 201/2000, na origem)	Dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS; altera o Decreto-Lei nº 2.406, de 5 de janeiro de 1988, e as Leis nºs 8.004, 8.100 e 8.692, de 14 de março de 1990, 5 de dezembro de 1990, e 28 de julho de 1993, respectivamente; e dá outras providências.	1.981-42 e 1.981-43.	Em tramitação	-

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas	Resultado	Observação
1.982-67, public. em 11-2-2000	157/2000-CN (nº 198/2000, na origem)	Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências.	1.982-65 e 1.982-66.	Em tramitação	-
1.983-47, public. em 11-2-2000	158/2000-CN (nº 199/2000, na origem)	Estabelece mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, dispõe sobre a privatização de instituições financeiras, e dá outras providências.	1.983-45 e 1.983-46.	Em tramitação	-
1.984-14, public. em 11-2-2000	159/2000-CN (nº 207/2000, na origem)	Acresce e altera dispositivos das Leis nºs 8.437, de 30 de junho de 1992, 9.028, de 12 de abril de 1995, e 9.494, de 10 de setembro de 1997, e dá outras providências.	1.984-12 e 1.984-13.	Em tramitação	-
1.985-24, public. em 11-2-2000	160/2000-CN (nº 200/2000, na origem)	Dispõe sobre operações financeiras entre o Tesouro Nacional e as entidades que menciona, e dá outras providências.	1.985-22 e 1.985-23.	Em tramitação	-
1.986-2, public. em 11-2-2000	161/2000-CN (nº 206/2000, na origem)	Acresce dispositivos à Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico, para facultar o acesso ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e ao seguro-desemprego.	1.986 e 1.986-1.	Em tramitação	-
1.987-27, public. em 12-2-2000 (Ed. Extra)	162/2000-CN (nº 209/2000, na origem)	Dispõe sobre a regulação, fiscalização e supervisão dos mercados de títulos ou contratos de investimento coletivo, e dá outras providências.	1.987-25 e 1.987-26.	Em tramitação	-

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas	Resultado	Observação
1.988-17, public. em 12-2-2000 (Ed. Extra)	163/2000-CN (nº 210/2000, na origem)	Dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.	1.988-15 e 1.988-16.	Em tramitação	<p>MP 1.988-16,</p> <p>*Parecer nº 2/2000-CN Admissibilidade (DSF 1º-2-2000) Relator: Dep. Francisco Garcia.</p> <p>*Parecer convalidado de acordo com o Ofício 103/99-CN, publicado no DSF de 7-5-99, pág. 10573/74.</p>
1.989-19, public. em 12-2-2000 (Ed. Extra)	164/2000-CN (nº 211/2000, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, crédito extraordinário no valor de R\$ 68.383.840.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.	1.989-17 e 1.989-18.	Em tramitação	-
1.990-28, public. em 12-2-2000 (Ed. Extra)	165/2000-CN (nº 212/2000, na origem)	Altera a legislação do imposto de renda relativamente à incidência na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras, inclusive de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, à conversão, em capital social, de obrigações no exterior de pessoas jurídicas domiciliadas no País, amplia as hipóteses de opção, pelas pessoas físicas, pelo desconto simplificado, regula a informação, na declaração de rendimentos, de depósitos mantidos em bancos no exterior, e dá outras providências.	1.990-26 e 1.990-27.	Em tramitação	-

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas	Resultado	Observação
1.991-14, public. em 12-2-2000 (Ed. Extra)	166/2000-CN (nº 227/2000, na origem)	Altera a legislação das Contribuições para a Seguridade Social - COFINS, para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP e do Imposto sobre a Renda, e dá outras providências.	1.991-12 e 1.991-13.	Em tramitação	-
1.992-25, public. em 12-2-2000 (Ed. Extra)	167/2000-CN (nº 213/2000, na origem)	Altera a redação dos arts. 26, 27, 31, 44 e 59 da Lei nº 9.473, de 22 de julho de 1997, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 1998.	1.992-23 e 1.992-24.	Em tramitação	-
1.993-26, public. em 15-12-99	1.277/99-CN (nº 1.919/99, na origem)	Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 9.530, de 10 de dezembro de 1997.	-	Revogada	MP 1.993-26 foi revogada pela MP 2.010-27.
1.994-36, public. em 12-2-2000 (Ed. Extra)	168/2000-CN (nº 228/2000, na origem)	Dispõe sobre a concessão de financiamento vinculado à exportação de bens ou serviços nacionais, e dá outras providências.	1.994-34 e 1.994-35.	Em tramitação	-
1.995-75, public. em 12-2-2000 (Ed. Extra)	169/2000-CN (nº 229/2000, na origem)	Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.	1.995-73 e 1995-74.	Em tramitação	-
1.996-21, public. em 12-2-2000 (Ed. Extra)	170/2000-CN (nº 214/2000, na origem)	Dá nova redação ao art. 57 da Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965, que dispõe sobre o regime jurídico peculiar aos funcionários policiais civis da União e do Distrito Federal, e dá outras providências.	1.996-19 e 1.996-20.	Em tramitação	-
1.997-35, public. em 12-2-2000 (Ed. Extra)	171/2000-CN (nº 222/2000, na origem)	Acresce e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências.	1.997-33 e 1.997-34.	Em tramitação	-

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas	Resultado	Observação
1.998-62, public. em 12-2-2000 (Ed. Extra)	172/2000-CN (nº 215/2000, na origem)	Dá nova redação aos arts. 6º e 9º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, e acresce dispositivo à Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996.	1.998-60 e 1.998-61.	Em tramitação	-
1.999-15, public. em 12-2-2000 (Ed. Extra)	173/2000-CN (nº 223/2000, na origem)	Altera dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.	1.999-13 e 1.999-14.	Em tramitação	-
2.000-13, public. em 12-2-2000 (Ed. Extra)	174/2000-CN (nº 216/2000, na origem)	Altera dispositivos da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e dá outras providências.	2.000-11 e 2.000-12.	Em tramitação	-
2.001-5, public. em 12-2-2000 (Ed. Extra)	175/2000-CN (nº 217/2000, na origem)	Dispõe sobre a realização de contratos de financiamento de projetos de estruturação dos assentados e colonos nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária, aprovados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, com risco para o Tesouro Nacional ou para os Fundos Constitucionais das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.	2.001-3 e 2.001-4.	Em tramitação	-
2.002-2, public. em 15-12-99	1.286/99-CN (nº 1.928/99, na origem)	Altera dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, institui a Taxa de Autorização do Bingo, e dá outras providências.	-	Revogada	MP 2.002-2 foi revogada pela MP 2.011-3.
2.003-1, public. em 15-12-99	1.287/99-CN (nº 1.929/99, na origem)	Cria a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e dá outras providências.	-	Revogada	MP 2.003-1 foi revogada pela MP 2.012-2.
2.004-5, public. em 12-2-2000 (Ed. Extra)	176/2000-CN (nº 218/2000, na origem)	Institui o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS.	2.004-3 e 2.004-4.	Em tramitação	-

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas	Resultado	Observação
2.005-3, public. em 15-12-99	1.289/99-CN (nº 1.931/99, na origem)	Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.	-	Revogada	MP 2.005-3 foi revogada pela MP 2.013-4.
2.006, public. em 15-12-99	1.290/99-CN (nº 1.932/99, na origem)	Altera e acresce dispositivos à Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, e dá outras providências.	-	Revogada	MP 2.006 foi revogada pela MP 2.014-1.
2.007, public. em 15-12-99	1.291/99-CN (nº 1.933/99, na origem)	Institui a Taxa de Serviços Administrativos – TSA, em favor da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, e dá outras providências.	-	Revogada	MP 2.007 foi revogada pela MP 2.015-1.
2.008-2, public. em 12-2-2000 (Ed. Extra)	177/2000-CN (nº 219/2000, na origem)	Dispõe sobre a atuação das câmaras e dos prestadores de serviços de compensação e de liquidação, no âmbito do sistema de pagamentos, e dá outras providências.	2.008 e 2.008-1.	Em tramitação	-
2.009-2, public. em 12-2-2000 (Ed. Extra)	178/2000-CN (nº 220/2000, na origem)	Assegura percepção de gratificação por servidores da Carreira Policial Federal, e dá outras providências.	2.009 e 2.009-1.	Em tramitação	-
2.010-28, public. em 29-1-2000 (Ed. Extra)	102/2000-CN (nº 134/2000, na origem)	Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 9.530, de 10 de dezembro de 1997.	2.010-27.	Em tramitação	-
2.011-4, public. em 29-1-2000 (Ed. Extra)	103/2000-CN (nº 135/2000, na origem)	Altera dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, institui a Taxa de Autorização do Bingo, e dá outras providências.	2.011-3.	Em tramitação	MP 2.011-3 revogou a MP 2.002-2.

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas	Resultado	Observação
2.012-2, public. em 31-12-99	3/2000-CN (nº 2.033/99, na origem)	Cria a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e dá outras providências.	-	Parecer Oral - Admissibilidade e Mérito (DCN 27-1-2000) PLV nº 2/2000 Relator: Dep. Ronaldo Cezar Coelho . Convertida na Lei nº 9.961, de 28-1-2000 (DO 29-1-2000 – Ed. Extra)	MP 2.012-2 revogou a MP 2.003-1. MP 2.012-2 aprovada nos termos do PLV nº 2/2000.
2.013-4, public. em 31-12-99	4/2000-CN (nº 2.034/99, na origem)	Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.	-	Parecer Oral - Admissibilidade e Mérito (DCN 27-1-2000) Relator: Dep. Antonio Cambraia. Convertida na Lei nº 9.959, de 27-1-2000 (DO 28-1-2000)	MP 2.013-4 revogou a MP 2.005-3. MP 2.013-4 aprovada na íntegra.
2.014-2, public. em 29-1-2000 (Ed. Extra)	104/2000-CN (nº 136/2000, na origem)	Altera e acresce dispositivos à Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, e dá outras providências.	2.014-1.	Em tramitação	MP 2.014-1 revogou a MP 2.006.

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas	Resultado	Observação
2.015-1, public. em 31-12-99	6/2000-CN (nº 2.036/99, na origem)	Institui a Taxa de Serviços Administrativos – TSA, em favor da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, estabelece preços a serem cobrados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, cria a Taxa de Fiscalização Ambiental – TFA, e dá outras providências.	-	Parecer Oral - Admissibilidade e Mérito (DCN 27-1-2000) PLV nº 1/2000 Relator: Dep. Pauderney Ave-lino. Convertida na Lei nº 9.960, de 28-1-2000 (DO 29-1-2000 – Ed. Extra)	MP 2.015-1 revogou a MP 2.007. MP 2.015-1 aprovada nos termos do PLV nº 1/2000.
2.016-1, public. em 4-2-2000	141/2000-CN (nº 180/2000, na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 165.000.000,00, para os fins que especifica.	2.016.	Em tramitação	-
2.017, public. em 20-1-2000	101/2000-CN (nº 108/2000, na origem)	Acresce dispositivo à Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994, que institui a Cédula de Produto Rural, e dá outras providências.	-	Em tramitação	MP 2.017 *Parecer nº 3/2000-CN Admissibilidade (DSF 10-2-2000) *Parecer nº 4/2000-CN Mérito (DSF 10-2-2000) Relator: Sen. Jonas Pinheiro
2.018, public. em 10-2-2000	144/2000-CN (nº 185/2000, na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério do Meio Ambiente, no valor de R\$ 51.050.000,00, para os fins que especifica.	-	Em tramitação	-

4 – REQUERIMENTOS (RQN)

Total dos Requerimentos.....	22
- aprovados.....	05
- rejeitados.....	16
- prejudicados.....	01

Nº	Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
1/2000-CN	26-01-2000	Dep. Arthur Virgílio Neto - Líder do Governo no Congresso Nacional e outros Congressistas	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado.
2/2000-CN	26-01-2000	Dep. Fernando Coruja – Liderança do PDT	Inversão da Ordem do Dia.	Prejudicado.
3/2000-CN	26-01-2000	Dep. José Genoíno e outro Senhor Congressista –Liderança do PT	Destaque para votação em separado da Emenda nº 1, apresentada à MP. nº 2.013-4, antiga 1.924.	Rejeitado.
4/2000-CN	26-01-2000	Dep. José Genoíno e outro Senhor Congressista –Liderança do PT	Destaque para votação em separado da Emenda nº 2, apresentada à MP. nº 2.013-4, antiga 1.924.	Rejeitado.
5/2000-CN	26-01-2000	Dep. José Genoíno e outro Senhor Congressista –Liderança do PT	Destaque para votação em separado da Emenda nº 3, apresentada à MP. nº 2.013-4, antiga 1.924.	Rejeitado.
6/2000-CN	26-01-2000	Dep. José Genoíno e outro Senhor Congressista –Liderança do PT	Destaque para votação em separado da Emenda nº 4, apresentada à MP. nº 2.013-4, antiga 1.924.	Rejeitado.
7/2000-CN	26-01-2000	Dep. José Genoíno e outro Senhor Congressista –Liderança do PT	Destaque para votação em separado da Emenda nº 8, apresentada à MP. nº 2.013-4, antiga 1.924.	Rejeitado.

Nº	Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
8/2000-CN	26-01-2000	Dep. José Genoíno e outro Senhor Congressista –Liderança do PT	Destaque para votação em separado da Emenda nº 9, apresentada à MP. nº 2.013-4, antiga 1.924.	Rejeitado.
9/2000-CN	26-01-2000	Dep. José Genoíno e outro Senhor Congressista –Liderança do PT	Destaque para votação em separado da Emenda nº 10, apresentada à MP. nº 2.013-4, antiga 1.924.	Rejeitado.
10/2000-CN	26-01-2000	Dep. Fernando Coruja – Liderança do PDT	Destaque para votação em separado da Emenda nº 11, do Deputado Fernando Coruja.	Rejeitado.
11/2000-CN	26-01-2000	Dep. Arthur Virgílio Neto - Líder do Governo no Congresso Nacional	Votação em globo dos requerimentos de destaques apresentados à MP. nº 2.013-4/99.	Aprovado.
12/2000-CN	26-01-2000	Dep. Arthur Virgílio Neto - Líder do Governo no Congresso Nacional	Inclusão do PRN nº 9/99.	Aprovado.
13/2000-CN	26-01-2000	Dep. Arthur Virgílio Neto - Líder do Governo no Congresso Nacional	Preferência para votar após a MP nº 2.015-01 o PRN nº 9/99.	Aprovado.
14/2000-CN	26-01-2000	Dep. Paulo Octávio e outro Senhor Congressista – Liderança do PFL	Destaque para suprimir o art. 1º do texto do PLV, mantendo-se o art. 1º da MP nº 2.012-2/99.	Rejeitado.
15/2000-CN	26-01-2000	Dep. Paulo Octávio e outro Senhor Congressista – Liderança do PFL	Destaque para votação em separado do art. 1º da MP nº 2.012-2/99.	Rejeitado.
16/2000-CN	26-01-2000	Dep. José Genoíno e outro Senhor Congressista –Liderança do PT	Destaque para votação em separado da Emenda nº 16, apresentada à MP nº 2.012-2/99.	Rejeitado.
17/2000-CN	26-01-2000	Dep. José Genoíno e outro Senhor Congressista –Liderança do PT	Destaque para votação em separado da Emenda nº 17, apresentada à MP nº 2.012-2/99.	Rejeitado.

Nº	Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
18/2000-CN	26-01-2000	Dep. José Genoíno e outro Senhor Congressista –Liderança do PT	Destaque para votação em separado da Emenda nº 18, apresentada à MP nº 2.012-2/99.	Rejeitado.
19/2000-CN	26-01-2000	Dep. José Genoíno e outro Senhor Congressista –Liderança do PT	Destaque para votação em separado da Emenda nº 19, apresentada à MP nº 2.012-2/99.	Rejeitado.
20/2000-CN	26-01-2000	Dep. José Genoíno e outro Senhor Congressista –Liderança do PT	Destaque para votação em separado da Emenda nº 20, apresentada à MP nº 2.012-2/99.	Rejeitado.
21/2000-CN	26-01-2000	Dep. José Genoíno e outro Senhor Congressista –Liderança do PT	Destaque para votação em separado da Emenda nº 21, apresentada à MP nº 2.012-2/99.	Rejeitado.
22/2000-CN	26-01-2000	Dep. Arthur Virgílio Neto - Líder do Governo no Congresso Nacional e outro Congressista	Votação, em globo, dos requerimentos de destaques apresentados à MP nº 2.012-2/99.	Aprovado.

D - PARTICIPAÇÃO DOS CONGRESSISTAS NOS TRABALHOS

SENADORES	Proposições Apresentadas		Uso da Palavra					Participação nas Comissões Mistas						
	RE-QUERIMENTO	PROJETO DE RESOLUÇÃO	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO	DISCUSSÃO	APARTE	PRONUNCIAMENTO	QUESTÃO DE ORDEM	C. M. DE ORÇAMENTO	C. P. M. DE INQUÉRITO	ESPECIAIS	VETOS	MEDIDAS PROVISÓRIAS	PARECERES	RELATÓRIOS
Antonio Carlos Valadares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Bernardo Cabral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Carlos Bezerra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Edison Lobão	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	2	-	-
Ernandes Amorim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Francelino Pereira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Freitas Neto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Gilberto Mestrinho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Hugo Napoleão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Jader Barbalho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Jonas Pinheiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
José Fogaça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
José Jorge	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Leomar Quintanilha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Maguito Vilela	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Maria do Carmo Alves	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Marina Silva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Mozarildo Cavalcanti	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Nabor Júnior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Osmar Dias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Ramez Tebet	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Sebastião Rocha	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-
Sérgio Machado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-

DEPUTADOS	Proposições Apresentadas		Uso da Palavra					Participação nas Comissões Mistas						
	RE-QUERIMENTO	PROJETO DE RESOLUÇÃO	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO	DISCUSSÃO	APARTE	PRONUNCIAMENTO	QUESTÃO DE ORDEM	C. M. DE ORÇAMENTO	C. P. M. DE INQUÉRITO	ESPECIAIS	VETOS	MEDIDAS PROVISÓRIAS	PARECERES	RELATÓRIOS
Adauto Pereira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Aécio Neves	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	2	-	-
Alberto Fraga	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Alberto Goldman	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Alberto Mourão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Aldir Cabral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Almir Sá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Aloizio Mercadante	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Antonio Cambraia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-
Antonio Carlos Biscaia	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Antônio do Valle	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Antônio José Mota	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-
Arlindo Chinaglia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Armando Abílio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Armando Monteiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Arnaldo Faria de Sá	-	-	3	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Aroldo Cedraz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Arthur Virgílio	5	-	-	1	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Ary Kara	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Átila Lins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Augusto Nardes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Avenzoar Arruda	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-
Ayrton Xerez	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Babá	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Benedito Dias	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Betinho Rosado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Bispo Rodrigues	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Carlos Dunga	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Cezar Schirmer	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-

DEPUTADOS	Proposições Apresentadas		Uso da Palavra					Participação nas Comissões Mistas						
	RE-QUERIMENTO	PROJETO DE RESOLUÇÃO	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO	DISCUSSÃO	APARTE	PRONUNCIAMENTO	QUESTÃO DE ORDEM	C. M. DE ORÇAMENTO	C. P. M. DE INQUÉRITO	ESPECIAIS	VETOS	MEDIDAS PROVISÓRIAS	PARECERES	RELATÓRIOS
Cleonâncio Fonseca	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Confúcio Moura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Costa Ferreira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Cunha Bueno	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-
Dr. Hélio	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Dr. Rosinha	-	-	-	1	-	1	1	-	-	-	-	1	-	-
Edinho Bez	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Edmar Moreira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Eduardo Paes	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Eliseu Moura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Enivaldo Ribeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Eurico Miranda	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-
Fernando Coruja	2	-	-	1	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Fernando Diniz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Fernando Gabeira	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Fetter Júnior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Francisco Garcia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Gastão Vieira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Geddel Vieira Lima	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Geovan Freitas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Geraldo Magela	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-
Geraldo Simões	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Gerson Gabrielli	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Gerson Peres	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	2	-	-
Gilmar Machado	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Glycon Terra Pinto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Henrique Fontana	-	-	-	1	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Hermes Parcianello	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Iberê Ferreira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Iédio Rosa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-

DEPUTADOS	Proposições Apresentadas		Uso da Palavra					Participação nas Comissões Mistas						
	RE-QUERIMENTO	PROJETO DE RESOLUÇÃO	ENCAMINHAMEN. VOTAÇÃO	DISCUSSÃO	APARTE	PRONUNCIAMENTO	QUESTÃO DE ORDEM	C. M. DE ORÇAMENTO	C. P. M. DE INQUÉRITO	ESPECIAIS	VETOS	MEDIDAS PROVISÓRIAS	PARECERES	RELATÓRIOS
Inocência Oliveira	-	-	1	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-
João Coser	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
João Fassarella	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
João Grandão	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
João Pizzolatti	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
João Ribeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
João Tota	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Joel de Hollanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Jorge Alberto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Jorge Costa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Jorge Pinheiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
José Borba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
José Carlos Aleluia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
José Carlos Vieira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
José Genoino	13	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-
José Melo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
José Pimentel	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
José Rocha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
José Thomaz Nonô	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Júlio Delgado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Jurandil Juarez	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Jutahy Júnior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Lael Varella	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Luis Carlos Heinze	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Luiz Fernando	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Luiz Sérgio	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Luiza Erundina	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Márcio Reinaldo Moreira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Maria Abadia	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mattos Nascimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-

DEPUTADOS	Proposições Apresentadas		Uso da Palavra					Participação nas Comissões Mistas						
	RE-QUERIMENTO	PROJETO DE RESOLUÇÃO	ENCAMINHAMEN. VOTAÇÃO	DISCUSSÃO	APARTE	PRONUNCIAMENTO	QUESTÃO DE ORDEM	C. M. DE ORÇAMENTO	C. P. M. DE INQUÉRITO	ESPECIAIS	VETOS	MEDIDAS PROVISÓRIAS	PARECERES	RELATÓRIOS
Romel Anízio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Ronaldo Cezar Coelho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-
Ronaldo Vasconcellos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Rubem Medina	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Salvador Zimbaldi	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Sérgio Barcellos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Sérgio Barros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Silas Brasileiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Teté Bezerra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Ursicino Queiroz	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Werner Wanderer	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Zaire Rezende	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Zezé Perrella	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-

E – COMISSÕES

E.1 - COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO:

Presidente de honra: Senador José Sarney - PMDB-AP
Presidente: Deputado Julio Redecker - PPB-RS
Vice-Presidente: Senador José Fogaça - PMDB-RS
Secretário-Geral: Senador Jorge Bornhausen - PFL-SC
Secretário-Geral Adjunto: Deputado Feu Rosa - PSDB-ES
(16 Titulares e 16 Suplentes)

SENADORES

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
José Fogaça-RS		1. Pedro Simon-RS	
Casildo Maldaner-SC		2. Amir Lando-RO	
Roberto Requião-PR		3. Marluce Pinto-RR	
PFL			
Geraldo Althoff-SC		1. José Jorge-PE	
Jorge Bornhausen-SC		2. Djalma Bessa-BA	
PSDB			
Pedro Piva-SP		1. Geraldo Lessa	
Antero Paes de Barros-MT(2)		2. Luzia Toledo	
BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB-PPS) (1)			
Emilia Fernandes-RS		1. Roberto Saturnino-RJ	

MEMBRO NATO

José Sarney, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Nota: Em 1º-2-99, constituiu-se o Bloco Parlamentar de Oposição, com os seguintes partidos: PT/PDT/PSB/PPS.

DEPUTADOS

TITULARES		SUPLENTE	
PFL			
Ney Lopes-RN		1. Luciano Pizzatto-PR	
Santos Filho-PR		2. Maluly Netto-SP	
PMDB			
Confúcio Moura-RO		1. Edison Andrino-SC	
Germano Rigotto-RS		2. Osmar Serraglio-PR	
PSDB			
Feu Rosa-ES		1. Marisa Serrano-MS	
Nelson Marchezan-RS		2. João Herrmann Neto-SP (cessão)	
PT			
Luiz Mainardi-RS		1. Paulo Delgado-MG	
PPB			
Júlio Redecker-RS		1. Celso Russomanno-SP	

(1) - Em 5-10-99, o PPS retirou-se do Bloco Oposição.

(2) - O Senador Antero Paes de Barros substituiu o Senador Álvaro Dias a partir de 3-2-2000.

**V – COMISSÃO REPRESENTATIVA
(Período de 16.12.1999 a 14.2.2000)**

V – COMISSÃO REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

A Comissão Representativa do Congresso Nacional, nos termos do disposto do § 4º do art. 58 da Constituição Federal, eleita em suas Casas, para exercer seu mandato no período de 16 de dezembro de 1999 a 14 de fevereiro de 2000, conforme comunicação da Presidência, ficou assim constituída:

Titulares	Senadores
	Suplentes
	<u>PMDB</u>
Nabor Júnior	1.Casildo Maldaner
Renan Calheiros	2.Mauro Miranda
Iris Rezende	3.Maguito Vilela
	<u>PFL</u>
Carlos Patrocínio	1.Edison Lobão
Bello Parga	2.Francelino Pereira
	<u>BLOCO OPOSIÇÃO(PT-PDT-PSB)</u>
Roberto Saturnino	1.Geraldo Cândido
	<u>PSDB</u>
Geraldo Melo	1.Lúdio Coelho

Titulares	Deputados
	Suplentes
	<u>PFL</u>
Darci Coelho	1.Aracely de Paula
Paes Landim	2.Paulo Braga
Vilmar Rocha	3.Paulo Octávio
	<u>PMDB</u>
Eunício Oliveira	1.Alberto Fraga
Jorge Pinheiro	2.Euler Moraes
Ricardo Noronha	3.Pedro Chaves
	<u>PSDB</u>
Julio Semeghini	1.Danilo de Castro
Lúcia Vânia	2.Dr. Heleno
Maria Abadia	3.Juquinha
	<u>PT</u>
Geraldo Magela	1.João Fassarella
Pedro Celso	2.Pedro Wilson
	<u>PPB</u>
Márcio Reinaldo Moreira	1.Roberto Balestra
	<u>PTB</u>
Luiz Antonio Fleury	1.Magno Malta
	<u>PDT</u>
Celso Jacob	1.Fernando Coruja
	<u>BLOCO (PSB - PC do B)</u>
José Antonio	1.Agnelo Queiroz
	<u>PPS</u>
Clementino Coelho	1.Márcio Bittar

Obs.: A Comissão não foi instalada.

TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA

A Terceira Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura realizou-se no período de 16 a 29 de dezembro de 2000 e foi convocada para apreciação de matéria considerada urgente e de interesse público relevante, conforme se segue:

I – ATOS CONVOCATÓRIOS

a) Dos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal

(DSF de 13.12.2000 – Sumário e DOFC de 13.12.2000 – Seção 1)

O Presidente da Câmara dos Deputados e o Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo inciso II do parágrafo 6º do art. 57 da Constituição da República Federativa do Brasil, fazem saber que o Congresso Nacional é convocado extraordinariamente, no período de 16 a 29 de dezembro de 2000, dispensada a realização de sessões plenárias, salvo nos dias 27, 28 e 29, para votação da matéria, sem pagamento de ajuda de custo, para apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 17, de 2000, que “Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2001”.

Congresso Nacional, 12 de dezembro de 2000

Deputado **Michel Temer**
Presidente da Câmara dos Deputados

Senador **Antonio Carlos Magalhães**
Presidente do Senado Federal

b) Dos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal - Aditamento

(DSF de 26.12.2000 – 1ª página)

O Presidente da Câmara dos Deputados e o Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo inciso II do parágrafo 6º do art. 57 da Constituição da República Federativa do Brasil, em aditamento ao Ato Convocatório de 12 de dezembro de 2000, publicado no *Diário Oficial da União* do dia imediato, fazem saber que o Congresso Nacional é convocado extraordinariamente, no período de 16 a 29 de dezembro de 2000, dispensada a realização de sessões plenárias, salvo nos dias 27, 28 e 29, sem pagamento de ajuda de custo, para apreciação de matérias em curso nas duas Casas Legislativas e no Congresso Nacional reunido em sessão conjunta.

Congresso Nacional, em 26 de dezembro de 2000.

Deputado **Michel Temer**
Presidente da Câmara dos Deputados

Senador **Antonio Carlos Magalhães**
Presidente do Senado Federal

II – O SENADO FEDERAL
NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA
DA 51ª LEGISLATURA

A – ALTERAÇÕES

A.1 – NA REPRESENTAÇÃO DOS ESTADOS E NA COMPOSIÇÃO PARTIDÁRIA

- Em 17.12.2000, reassumiu o exercício do mandato de Senador da República, pela representação do Estado de Santa Catarina, o Senador **Casildo Maldaner**, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, encerrando-se, assim, o mandato de seu Suplente, Senador **Henrique Loyola**.

- Em 19.12.2000, reassumiu o exercício do mandato de Senador da República, pela representação do Estado de Goiás, o Senador **Mauro Miranda**, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, encerrando-se, assim, o mandato de seu Suplente, Senador **Albino Boaventura**.

B – O SENADO FEDERAL EM FUNCIONAMENTO

B.1 – MESA

Composição

<p>Presidente Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)</p> <p>1º Vice-Presidente Geraldo Melo (PSDB-RN)</p> <p>2º Vice-Presidente Ademir Andrade (Bloco-PA)</p> <p>1º Secretário Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB)</p> <p>2º Secretário Carlos Patrocínio (PFL-TO)</p>	<p>3º Secretário Nabor Júnior (PMDB-AC)</p> <p>4º Secretário Casildo Maldaner¹ (PMDB-SC)</p> <p>Suplentes de Secretário 1º Eduardo Suplicy (Bloco-SP) 2º Lúdio Coelho (PSDB-MS) 3º Jonas Pinheiro (PFL-MT) 4º Marluce Pinto (PMDB-RR)</p>
---	---

Mapa de publicação das atas de reuniões da Mesa

Sessão Legislativa	Reunião	Pauta da reunião	Data	Publicação no DSF		
				Número	Data	Página
3ª Extraordinária	26ª	1) Discussão e votação dos RQS nºs 610, 611, 612, 613, 620, 621, 617, 618 e 671/2000; 2) distribuição do RQS nº 668/2000.	28.12.2000	205	29.12.2000	25723

B.2 – PRESIDÊNCIA

B.2.1) Falas

B.2.1.1) De elogio

Sessão	Presidência/Assunto	Fala
28.12.2000 (DSF de 29.12.2000 – página 25686)	Antonio Carlos Magalhães	Ao Senador Amir Lando, pelo notável trabalho realizado frente ao Orçamento da União de 2001, como seu Relator

¹ Em 17.12.2000, reassumiu o exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.

B.2.1.2) De encerramento dos trabalhos

Sessão	Presidente	Assunto
28.12.2000 (DSF de 29.12.2000 – página 25685)	Antonio Carlos Magalhães	Encerra os trabalhos da 3ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura, louvando o Senado pelo comparecimento de seus membros aos trabalhos realizados.

B.3 – SESSÕES

B.3.1 - Realizadas

Na 3ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura, o Senado Federal realizou 2 (duas) sessões plenárias e 1 (uma) reunião, sendo as sessões:

01 (uma) Deliberativa Ordinária e
01 (uma) Não-Deliberativa

B.4 – PARTICIPAÇÃO DOS SENADORES NA DIREÇÃO DOS TRABALHOS

Senadores	Presidência	Secretaria
Ademir Andrade	1	-
Álvaro Dias	1	-
Antonio Carlos Magalhães	2	-
Bello Parga	-	2
Casildo Maldaner	1	-
Djalma Bessa	1	-
Geraldo Melo	1	-
Gilvam Borges	-	1
José Alencar	1	-
Nabor Júnior	1	-
Romeu Tuma	-	1

B.5 – PARTICIPAÇÃO DOS SENADORES NOS TRABALHOS

B.5.1 – Proposições apresentadas

SENADORES	PROPOSIÇÕES APRESENTADAS						
	PEC	PLS	PDS	PRS	RQS	PARECER	EMENDA DE PLENÁRIO
Carlos Patrocínio	-	-	-	-	2	6	-
Djalma Bessa	-	-	-	-	1	-	-
Eduardo Suplicy	-	-	-	-	1	4	-
Emília Fernandes	-	-	-	-	1	-	-
Geraldo Melo	-	-	-	-	-	1	-
Líderes	-	-	-	-	3	-	-
Lúdio Coelho	-	-	-	-	-	2	-
Marluce Pinto	-	-	-	-	-	3	-
Mauro Miranda	-	-	-	-	2	-	-
Nabor Júnior	-	-	-	-	-	11	-
Ney Suassuna	-	-	-	-	-	2	-
Pedro Piva	-	-	-	-	-	2	-
Tião Viana	-	-	-	-	1	-	-

B.5.2 - Uso da Palavra

SENADORES	*Pronunciamento	Discussão	Encaminhamento de votação	Explicação pessoal	Comunicação inadiável	Pela ordem	Questão de ordem e solicitação de providência	Aparte
Álvaro Dias	2	-	-	-	-	-	-	-
Amir Lando		-	-	-	-	-	-	1
Casildo Maldaner	1	-	-	-	-	-	-	1
Edison Lobão	-	-	-	-	-	1	-	2
Eduardo Suplicy	2	-	-	-	-	-	-	-
Ernandes Amorim	1	-	-	-	-	-	-	-
Geraldo Cândido	1	-	-	-	-	-	-	2
Geraldo Melo	-	-	-	-	-	-	-	1
Gerson Camata	-	-	-	-	-	-	-	1
Heloísa Helena	2	1	-	-	-	-	-	2
Iris Rezende	-	-	-	-	-	-	-	1
Jefferson Peres	-	1	-	-	-	-	-	-
José Alencar	-	-	-	-	-	-	-	1
José Eduardo Dutra	-	-	-	-	-	-	-	1
José Jorge	-	1	-	-	-	-	-	-
José Roberto Arruda	1	-	-	-	-	-	-	1
Júlio Eduardo	-	-	-	-	-	-	-	1
Lúcio Alcântara	1	-	-	-	-	-	-	-
Luiz Otávio	1	1	-	-	-	-	-	-
Moreira Mendes	2	-	-	-	-	-	-	1
Ney Suassuna	1	-	-	-	-	-	-	-
Osmar Dias	1	-	-	-	-	-	-	-

* Como "Pronunciamento" consideraram-se as seguintes possibilidades de uso da palavra: art. 14, I; II, "a" e "b"; VII (exceto comunicação inadiável); VIII, "c"; IX e XI do RISF.

SENADORES	*Pronunciamento	Discussão	Encaminhamento de votação	Explicação pessoal	Comunicação inadiável	Pela ordem	Questão de ordem e solicitação de providência	Aparte
Paulo Hartung	1	1	-	-	-	-	-	-
Paulo Souto	-	-	-	-	-	-	-	1
Pedro Simon	-	-	-	-	-	-	-	6
Ricardo Santos	-	1	-	-	-	-	-	-
Roberto Freire	1	2	-	-	-	-	-	2
Roberto Requião	2	-	-	-	-	-	-	4
Roberto Saturnino	1	1	-	-	-	-	-	-
Romeu Tuma	-	-	-	-	-	-	-	2
Sebastião Rocha	1	-	-	-	-	-	-	-

B.6 – COMISSÕES²

B.6.1) PERMANENTES

B.6.1.1) COMISSÃO DIRETORA

A Comissão Diretora funcionou com a mesma composição da Mesa do Senado Federal, nos termos do disposto no art. 77 do Regimento Interno.

B.6.1.2) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Composição

Presidente: Senador Ney Suassuna
Vice-Presidente: Senador Bello Parga

Titulares		Suplentes
PMDB		
Agnelo Alves		1. Gerson Camata
José Fogaça		2. Pedro Simon
José Alencar		3. Roberto Requião
Renan Calheiros		4. Alberto Silva
Maguito Vilela		5. Marluce Pinto
Gilberto Mestrinho		6. Mauro Miranda ³
Ramez Tebet		7. Wellington Roberto
Ney Suassuna		8. Amir Lando
Carlos Bezerra		9. João Alberto Souza
PFL		
Jorge Bornhausen		1. José Agripino
Francelino Pereira		2. José Jorge
Edison Lobão		3. Romeu Tuma
Bello Parga		4. Bernardo Cabral
Jonas Pinheiro		5. Eduardo Siqueira Campos
Freitas Neto		6. Geraldo Althoff
Paulo Souto		7. Mozarildo Cavalcanti
PSDB		
Antero Paes de Barros		1. Sérgio Machado
Ricardo Santos		2. José Roberto Arruda
Lúdio Coelho		3. Luiz Pontes
Romero Jucá		4. Lúcio Alcântara
Pedro Piva		5. Osmar Dias
Bloco Oposição (PT, PDT e PV)		
Eduardo Suplicy (PT)		1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Lauro Campos (PT)		2. Sebastião Rocha (PDT)
José Eduardo Dutra (PT)		3. Carlos Wilson (PPS)
Roberto Saturnino (PSB)		4. Júlio Eduardo (PV)
Jefferson Peres (PDT)		5. Heloísa Helena (PT)

² As Comissões passaram a funcionar a partir de 26.12.2000 em decorrência do aditamento ao Ato Convocatório.

³ Em 19.12.2000, reassumiu o exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.

PPB		
Luiz Otávio (sem Partido)		Ernandes Amorim ⁴

Mapa de publicação das atas de reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
1ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	28.12.2000	206	30.12.2000	25847

Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho

B.6.1.3) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Composição

Presidente: Senador Osmar Dias
Vice-Presidente: Senadora Heloísa Helena

Titulares		Suplentes
PMDB		
Carlos Bezerra		1. Renan Calheiros
Gilvam Borges		2. José Sarney
José Alencar		3. Albino Boaventura ⁵
Henrique Loyola ⁶		4. Jader Barbalho
Maguito Vilela		5. João Alberto Souza
Marluce Pinto		6. Amir Lando
Pedro Simon		7. Gilberto Mestrinho
(vago)		8. José Fogaça
(Vago)		9. Valmir Amaral
PFL		
Jonas Pinheiro		1. Edison Lobão
Juvêncio da Fonseca		2. Freitas Neto
Djalma Bessa		3. Bernardo Cabral
Geraldo Althoff		4. Paulo Souto
Moreira Mendes		5. José Agripino
Maria do Carmo Alves		6. Jorge Bornhausen
Eduardo Siqueira Campos		7. (Vago)
Mozarildo Cavalcanti		8. (Vago)

⁴ Em 14.12.2000, foi lida comunicação de renúncia ao mandato de Senador da República, a partir de 31.12.2000, com efeitos a partir de 1º.01.2001, em virtude da eleição de S. Exª para a Prefeitura de Ariquemes – RO.

⁵ Atuou nessa vaga de suplente da Comissão até 18.12.2000, quando encerrou o exercício de seu mandato, tendo em vista o retorno do titular, Senador Mauro Miranda.

⁶ Atuou nessa vaga de titular da Comissão até 16.12.2000, quando encerrou o exercício de seu mandato, tendo em vista o retorno do titular, Senador Casildo Maldaner.

PSDB		
Antero Paes de Barros		1. Artur da Távola ⁷
Luiz Pontes		2. Ricardo Santos
Lúcio Alcântara		3. Pedro Piva
Osmar Dias		4. José Roberto Arruda
Sérgio Machado		5. Teotônio Vilela Filho
Romero Jucá		6. Álvaro Dias
Bloco Oposição (PT, PDT e PV)		
Geraldo Cândido (PT)		Emilia Fernandes (PDT)
Júlio Eduardo (PV)		Lauro Campos (PT)
Sebastião Rocha (PDT)		Roberto Freire (PPS)
Heloísa Helena (PT)		José Eduardo Dutra (PT)
Tião Viana (PT)		Jefferson Péres (PDT)
PPB		
Leomar Quintanilha		Ernandes Amorim ⁸

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DA QUESTÃO HABITACIONAL NO BRASIL

Parecer sobre a Indicação nº 1/2000 aprovado na 10ª reunião da CAS, realizada em 26.04.2000.

Designados os seus Membros na 16ª reunião da CAS, realizada em 1.6.2000

Coordenador: Senador Mauro Miranda ⁹

PMDB	
	Mauro Miranda ¹⁰
	Carlos Bezerra
	Pedro Simon
PFL	
	Djalma Bessa
	Maria do Carmo Alves
PSDB	
	Sérgio Machado
	Romero Jucá
BLOCO OPOSIÇÃO (PT, PDT e PV)	
	Sebastião Rocha (PDT)
	Geraldo Cândido (PT)

⁷ Em 15.12.2000, foi lida comunicação de seu afastamento do exercício do mandato a partir de 1º.01.2001, para assumir o cargo de Secretário de Cultura da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

⁸ Em 14.12.2000, foi lida comunicação de renúncia ao mandato de Senador da República, a partir de 31.12.2000, com efeitos a partir de 1º.01.2001, por ter sido eleito para a Prefeitura de Ariquemes – RO.

⁹ Em 19.12.2000, reassumiu o exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.

¹⁰ Em 19.12.2000, reassumiu o exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.

B.6.1.4) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Composição

Presidente: Senador José Agripino
Vice-Presidente: Senador Ramez Tebet

Titulares		Suplentes
PMDB		
Amir Lando		1. Carlos Bezerra
Renan Calheiros		2. Agnelo Alves
Iris Rezende		3. Gilvam Borges
Jader Barbalho		4. Henrique Loyola ¹¹
José Fogaça		5. Ney Suassuna
Pedro Simon		6. Wellington Roberto
Ramez Tebet		7. José Alencar
Roberto Requião		8. (Vago)
PFL		
Bernardo Cabral		1. Moreira Mendes
José Agripino		2. Djalma Bessa
Edison Lobão		3. Bello Parga
Francelino Pereira		4. Juvêncio da Fonseca
Romeu Tuma		5. José Jorge
Maria do Carmo Alves		6. Mozarildo Cavalcanti
PSDB		
Álvaro Dias		1. Antero Paes de Barros
Artur da Távola ¹²		2. Pedro Piva
Lúcio Alcântara		3. Luiz Pontes
José Roberto Arruda		4. Romero Jucá
Sérgio Machado		5. Teotônio Vilela Filho
Bloco Oposição (PT, PDT e PV)		
Antônio Carlos Valadares (PSB)		Sebastião Rocha (PDT)
Roberto Freire (PPS)		Júlio Eduardo (PV)
José Eduardo Dutra (PT)		Heloísa Helena (PT)
Jefferson Peres (PDT)		Eduardo Suplicy (PT)

¹¹ Atuou nessa vaga de suplente da Comissão até 16.12.2000, quando encerrou o exercício de seu mandato, tendo em vista o retorno do titular, Senador Casildo Maldaner.

¹² Em 15.12.2000, foi lida comunicação de seu afastamento do exercício do mandato a partir de 1º.01.2001, para assumir o cargo de Secretário de Cultura da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

B.6.1.5) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Composição

Presidente: Senador Freitas Neto

Titulares		Suplentes
PMDB		
Amir Lando		1. Maguito Vilela
Agnelo Alves		2. Ney Suassuna
Gerson Camata		3. Ramez Tebet
Iris Rezende		4. Alberto Silva
José Sarney		5. Jader Barbalho
Pedro Simon		6. Valmir Amaral
Roberto Requião		7. José Fogaça
Gilvam Borges		8. Albino Boaventura ¹³
Henrique Loyola ¹⁴		9. (Vago)
PFL		
Hugo Napoleão		1. Geraldo Althoff
Freitas Neto		2. Francelino Pereira
Djalma Bessa		3. Jonas Pinheiro
José Jorge		4. Mozarildo Cavalcanti
Jorge Bornhausen		5. Romeu Tuma
Eduardo Siqueira Campos		6. Edison Lobão
Bello Parga		7. Maria do Carmo Alves
PSDB		
Álvaro Dias		1. Carlos Wilson (PPS)
Artur da Távola ¹⁵		2. Osmar Dias
Ricardo Santos		3. (Cedida ao PPS em 30.11.99) ¹⁶
Lúcio Alcântara		4. Lúdio Coelho
Teotônio Vilela Filho		5. Antero Paes de Barros
Bloco Oposição (PT, PDT e PV)		
Sebastião Rocha (PDT)		Geraldo Cândido (PT)
Heloísa Helena (PT)		Antonio Carlos Valadares (PSB)
Emilia Fernandes (PDT)		Lauro Campos (PT)
Roberto Saturnino (PSB)		Tião Viana (PT)
Júlio Eduardo (PV)		Jefferson Peres (PDT)
PPB		
(Vago)		Leomar Quintanilha
PPS		
		Paulo Hartung (Vaga cedida ao PPS pelo PSDB em 30.11.99)

¹³ Atuou nessa vaga de suplente da Comissão até 18.12.2000, quando encerrou o exercício de seu mandato, tendo em vista o retorno do titular, Senador Mauro Miranda.

¹⁴ Atuou nessa vaga de titular da Comissão até 16.12.2000, quando encerrou o exercício de seu mandato, tendo em vista o retorno do titular, Senador Casildo Maldaner.

¹⁵ Em 15.12.2000, foi lida comunicação de seu afastamento do exercício do mandato a partir de 1º.01.2001, para assumir o cargo de Secretário de Cultura da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

¹⁶ DFS de 1.12.99, pg. 32415.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE RÁDIO E TELEVISÃO

Requerimento aprovado na 2ª reunião da Comissão de Educação, realizada em 06/04/99.

Subcomissão instalada na 8ª reunião da Comissão de Educação, realizada em 22/06/99

Composição

Presidente: Senador Pedro Simon

Vice-Presidente: Senador Artur da Távola ¹⁷

Titulares		Suplentes
PMDB		
Amir Lando		1. Maguito Vilela
Gerson Camata		2. Agnelo Alves
Pedro Simon		3. Ramez Tebet
PFL		
Djalma Bessa		1. Eduardo Siqueira Campos
Romeu Tuma		2. Hugo Napoleão
PSDB		
Álvaro Dias		1. Lúcio Alcântara
Artur da Távola ¹⁸		2. (Vago)
Bloco Oposição (PT, PDT e PV)		
Geraldo Cândido (PT)		Tião Viana (PT)
Emília Fernandes (PDT)		Antônio Carlos Valadares (PSB)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO CINEMA BRASILEIRO

Requerimento aprovado na 7ª reunião da Comissão de Educação, realizada em 15/06/99.

Subcomissão instalada na 11ª reunião da Comissão de Educação, realizada em 29/06/99

Presidente: Senador José Fogaça

Relator: Senador Francelino Pereira

Titulares		Suplentes
PMDB		
José Fogaça		1. Agnelo Alves
(vago)		2. Gerson Camata
PFL		
Francelino Pereira		1. Maria do Carmo Alves
PSDB		
Lúcio Alcântara		1. Artur da Távola ¹⁹
Bloco Oposição (PT, PDT e PV)		
Roberto Saturnino (PSB)		1. Sebastião Rocha (PDT)
PPB		
Luiz Otávio		1. Leomar Quintanilha

¹⁷ Em 15.12.2000, foi lida comunicação de seu afastamento do exercício do mandato a partir de 1º.01.2001, para assumir o cargo de Secretário de Cultura da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

¹⁸ Em 15.12.2000, foi lida comunicação de seu afastamento do exercício do mandato a partir de 1º.01.2001, para assumir o cargo de Secretário de Cultura da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

¹⁹ Em 15.12.2000, foi lida comunicação de seu afastamento do exercício do mandato a partir de 1º.01.2001, para assumir o cargo de Secretário de Cultura da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

B.6.1.6) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Composição

Presidente: Senador Romero Jucá
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma

Titulares		Suplentes
PMDB		
Alberto Silva		1. Gilvam Borges
Valmir Amaral		2. Iris Rezende
João Alberto Souza		3. Renan Calheiros
Marluce Pinto		
Ney Suassuna		
Wellington Roberto		
PFL		
Hugo Napoleão		1. Bello Parga
Geraldo Althoff		2. Francelino Pereira
Romeu Tuma		
Moreira Mendes		
(Vaga cedida ao PPB em 9.3.99)		
PSDB		
Ricardo Santos		1. Pedro Piva
Luiz Pontes		2. Sérgio Machado
Romero Jucá		
Bloco Oposição (PT, PDT e PV)		
Eduardo Suplicy (PT)		Geraldo Cândido (PT)
José Eduardo Dutra (PT)		Roberto Saturnino (PSB)
Jefferson Péres (PDT)		
PPB		
Ernandes Amorim ²⁰		
(Vaga cedida pelo PFL em 9.3.99)		

²⁰ Em 14.12.2000, foi lida comunicação de renúncia ao mandato de Senador da República, a partir de 31.12.2000, com efeitos a partir de 1º.01.2001, por ter sido eleito para a Prefeitura de Ariquemes – RO.

B.6.1.7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Composição

Presidente: Senador José Sarney
Vice-Presidente: Senador Carlos Wilson

Titulares		Suplentes
PMDB		
Gilberto Mestrinho		1. Agnelo Alves
Jader Barbalho		2. Gerson Camata
João Alberto Souza		3. Henrique Loyola ²¹
José Sarney		4. Maguito Vilela
Mauro Miranda ²²		5. Marluce Pinto
Wellington Roberto		6. José Alencar
José Fogaça		7. Pedro Simon
PFL		
Bernardo Cabral		1. Hugo Napoleão
Romeu Tuma		2. José Agripino
José Jorge		3. Djalma Bessa
Moreira Mendes		4. Geraldo Althoff
Mozarildo Cavalcanti		5. Paulo Souto
PSDB		
Artur da Távola ²³		1. Lúcio Alcântara
Álvaro Dias		2. José Roberto Arruda
Lúdio Coelho		3. Romero Jucá
Pedro Piva		4. Sérgio Machado
Bloco Oposição (PT, PDT e PV)		
Lauro Campos (PT)		Sebastião Rocha (PDT)
Eduardo Suplicy (PT)		Roberto Saturnino (PSB)
Tião Viana (PT)		Emilia Fernandes (PDT)

²¹ Atuou nessa vaga de suplente da Comissão até 16.12.2000, quando encerrou o exercício de seu mandato, tendo em vista o retorno do titular, Senador Casildo Maldaner.

²² Em 19.12.2000, reassumiu o exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.

²³ Em 15.12.2000, foi lida comunicação de seu afastamento do exercício do mandato a partir de 1º.01.2001, para assumir o cargo de Secretário de Cultura da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

B.6.1.8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

Composição

Presidente: Senadora Emilia Fernandes
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva

Titulares		Suplentes
PMDB		
Alberto Silva		1. Carlos Bezerra
Gerson Camata		2. Iris Rezende
Marluce Pinto		3. José Sarney
Albino Boaventura ²⁴		4. Ramez Tebet
Gilvam Borges		5. Roberto Requião
Valmir Amaral		6. Gilberto Mestrinho
(Vago)		7. (Vago)
(Vago)		8. (Vago)
PFL		
José Agripino		1. Jonas Pinheiro
Paulo Souto		2. Jorge Bornhausen
Mozarildo Cavalcanti		3. Hugo Napoleão
(vago)		4. Maria do Carmo Alves
Juvêncio da Fonseca		5. Eduardo Siqueira Campos
(Vaga cedida ao PTB em 9.3.99)		6. Freitas Neto
PSDB		
José Roberto Arruda		1. Álvaro Dias
Luiz Pontes		2. Antero Paes de Barros
Osmar Dias		3. Lúdio Coelho
Romero Jucá		4. (Vago)
Teotônio Vilela Filho		5. (Vaga cedida ao PPS em 30.11.99)
Bloco Oposição (PT, PDT e PV)		
Antonio Carlos Valadares (PSB)		1. Eduardo Suplicy
Emilia Fernandes		2. Júlio Eduardo
Geraldo Cândido		3. José Eduardo Dutra
Roberto Freire (PPS)		4. Roberto Saturnino (PSB)
PTB		
Arlindo Porto (Vaga cedida ao PTB pelo PFL em 9.3.99)		
PPS		
		1. Carlos Wilson (Vaga cedida ao PPS pelo PSDB em 30.11.99)

²⁴ Atuou nessa vaga de Titular da Comissão até 18.12.2000, quando encerrou o exercício de seu mandato, tendo em vista o retorno do titular, Senador Mauro Miranda.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
SUBCOMISSÃO DESTINADA A APURAR *IN LOCO* O VAZAMENTO DE ÓLEO OCORRIDO NA
BAÍA DE GUANABARA, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

Composição

Presidente	Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)
Membros	Senador Arlindo Porto (PTB-MG)
	Senador Geraldo Cândido (PT-RJ)
	Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
	Senador Mauro Miranda ²⁵ (PMDB-GO)

²⁵ Em 19.12.2000, reassumiu o exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.

B.7 – MATÉRIA LEGISLATIVA

B.7.1) PROJETOS DE LEI DA CÂMARA (PLC)

DE SESSÃO LEGISLATIVA ANTERIOR	
Aprovado e sancionado com veto parcial	
De iniciativa do Presidente da República	1
Subtotal	1
Aprovado e sancionado sem veto	
De iniciativa do Presidente da República	1
Subtotal	1
TOTAL	2

B.7.1.1) De Sessões Legislativas anteriores

NÚMERO		Autor	Ementa	Resultado
SF	CD			
32/2000	2.978/2000	Presidente da República	Institui contribuição de intervenção de domínio econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação e dá outras providências.	À sanção Vetado parcialmente Lei nº 10.168, de 29.12.2000
40/2000	2.281/99	Presidente da República	Autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social a doar imóvel que especifica ao Município de Recife – PE.	À sanção Lei nº 10.175, de 10.1.2001

B.7.2) PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO (PDS)

DE SESSÕES LEGISLATIVAS ANTERIORES	
Aprovados e promulgados	
De iniciativa de Comissões na Câmara dos Deputados	15
TOTAL	15

B.7.2.1) De Sessões Legislativas Anteriores

Número	Autor	Ementa	Resultado
5/98 – SF 258/96 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto do Tratado de Exatridição celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Coréia, em Brasília, em 1º de setembro de 1995.	Decreto Legislativo nº 263, de 28.12.2000
160/2000 – SF 377/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE ITAPOÁ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapoá, Estado de Santa Catarina.	Decreto Legislativo nº 269, de 29.12.2000
180/2000 – SF 414/2000 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto do Acordo sobre Arbitragem Comercial Internacional do Mercosul, concluído em Buenos Aires em 23 de julho de 1998.	Decreto Legislativo nº 265, de 29.12.2000
181/2000 – SF 108/99 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova a participação do Brasil no Fundo de Meio Ambiente Global “Global Environment Facility – GEF” Reestruturado, com contribuição inicial equivalente a Direito Especial de Saque – DES quatro milhões, de acordo com os termos do Instrumento para a criação do Fundo Reestruturado de Meio Ambiente, concluído em Genebra, Suíça, em maio de 1994.	Decreto Legislativo nº 266, de 29.12.2000
183/2000 – SF 401/2000 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto da Convenção Interamericana sobre o Cumprimento de Sentenças Penais no Exterior, concluída em Manágua, em 9 de junho de 1993.	Decreto Legislativo nº 268, de 29.12.2000
184/2000 – SF 403/2000 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Zimbábue, celebrado em Brasília, em 16 de setembro de 1999.	Decreto Legislativo nº 267, de 29.12.2000
203/2000 – SF 429/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO MUNDIAL FM DE TOLEDO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Toledo, Estado do Paraná.	Decreto Legislativo nº 270, de 29.12.2000
220/2000 – SF 458/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO JOSÉ DE PAIVA NETTO, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 272, de 29.12.2000

Número	Autor	Ementa	Resultado
221/2000 – SF 461/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO EDUCATIVA DE RÁDIO E TELEVISÃO OURO PRETO para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 273, de 29.12.2000
237/2000 – SF 383/99 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto do Acordo Geral de Cooperação celebrado pelo Governo da República Federativa do Brasil no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em Praia, Cabo Verde, em 17 de julho de 1998.	Decreto Legislativo nº 264, de 28.12.2000
261/2000 – SF 535/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ACCNR - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CENTRO NORTE DE RÁDIO E DIFUSÃO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Colíder, Estado de Mato Grosso.	Decreto Legislativo nº 274, de 29.12.2000
272/2000 – SF 548/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE MONTE DOURADO DA AMAZÔNIA a executar serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Monte Dourado, Município de Almerim, Estado do Pará.	Decreto Legislativo nº 275, de 29.12.2000
273/2000 – SF 677/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA VERA CRUZ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amapá, Estado do Amapá.	Decreto Legislativo nº 276, de 29.12.2000
275/2000 – SF 540/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO RÁDIO EDUCADORA DE BRAGANÇA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bragança, Estado do Pará.	Decreto Legislativo nº 271, de 29.12.2000
276/2000 – SF 675/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão À FUNDAÇÃO NACIONAL DA CULTURA NEGRA E MISCIGENAÇÕES BRASILEIRAS para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Capanema, Estado do Pará.	Decreto Legislativo nº 277, de 29.12.2000

B.7.3) PROJETOS DE RESOLUÇÃO (PRS)

DE SESSÃO LEGISLATIVA ANTERIOR	
Aprovados e promulgados	
De iniciativa de Comissões	2
TOTAL	2

DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA	
Aprovados e promulgados	
De iniciativa de Comissões	2
TOTAL	2

B.7.3.1) De Sessão Legislativa anterior

Número	Autor	Ementa	Resultado
77/2000	Comissão Diretora	Cria, no âmbito do Senado Federal, a Universidade do Legislativo Brasileiro.	Resolução nº 1, de 15.1.2001
92/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$19,125,000.00 (dezenove milhões, cento e vinte e cinco mil dólares norte-americanos), junto ao Eximbank Magyar (Budapeste/Hungria).	Resolução nº 77, de 29.12.2000

B.7.3.2) Da presente Sessão Legislativa

Número	Autor	Ementa	Resultado
93/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a União a contratar operação de crédito externo, com a Marubeni Europe plc., no valor equivalente a até JPY 592.765.500,00 (quinhentos e noventa e dois milhões, setecentos e sessenta e cinco mil e quinhentos inenes japoneses) de principal, para os fins que especifica.	Resolução nº 75, de 29.12.2000
94/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operações de crédito externo no valor equivalente até US\$285,000,000.00 (duzentos e oitenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), junto aos Bank Hapoalim B.M, Bank Leumi Le-Israel e dBanco Bilbao Vizcaya Argentaria – BBVA, destinados ao financiamento do Programa de Modernização das Aeronaves F5, no âmbito do Plano de Reequipamento da Força Aérea Brasileira.	Resolução nº 76, de 29.12.2000

B.7.4) REQUERIMENTOS (RQS)

DE SESSÃO LEGISLATIVA ANTERIOR	
Deferidos pela Mesa	
De iniciativa de Senadores	8
TOTAL	8

DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA	
Aprovados	
De iniciativa de Senadores	7
De iniciativa de Líderes	3
Subtotal	10
Deferido pela Mesa	
De iniciativa de Senadores	1
Subtotal	1
TOTAL	11

B.7.4.1) De Sessão Legislativa anterior

Número	Autor	Assunto	Resultado
514/00	Heloísa Helena	Solicita informações ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, sobre o documento "Documento de País" do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	Deferido pela Mesa em 26.10.2000 Atendido parcialmente (Ofício nº 440/MP, de 29.11)
543/2000	Artur da Távola	Pedido de informações, ao Ministro das Comunicações, sobre as Rádios Nacionais da Amazônia e Rio de Janeiro.	Deferido pela Mesa em 5.12.2000 Atendido (Ofício /GAB /SECOM/PR nº 15, de 8.1.2001)
545/2000	Pedro Simon	Pedido de informações, ao Ministro da Justiça, sobre prazos de instauração de averiguações preliminares e de processo administrativo devidos pela Secretaria de Direito Econômico - SDE, e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, em representação que especifica.	Deferido pela Mesa em 23.11.2000 Atendido (Aviso nº 1214/MJ, de 15.12.2000)
549/2000	Heloísa Helena	Pedido de informações, ao Ministro da Fazenda, relacionadas à arrecadação de CPMF resultante das aplicações de investidores não-residentes no mercado acionário brasileiro.	Deferido pela Mesa em 22.11.2000 Atendido (Aviso nº 715/MF, de 22.12.2000)

Número	Autor	Assunto	Resultado
550/2000	José Eduardo Dutra	Pedido de informações, ao Ministro das Minas e Energia, relacionadas à contratação da empresa Norueguesa PGS para operar o banco de dados geofícios da indústria do Petróleo.	Deferido pela Mesa em 22.11.2000 Atendido (Aviso nº 246/MME, de 12.12.2000)
553/2000	Lúcio Alcântara	Pedido de informações, ao Ministro da Fazenda, relativas às contas "CC-5", considerando as denúncias feitas à Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro Nacional sobre a sonegação fiscal e lavagem de dinheiro originário de atividades ilícitas como o narcotráfico e o contrabando.	Deferido pela Mesa em 22.11.2000 Atendido (Aviso nº 716/MF, de 22.12.2000)
558/2000	Romero Jucá	Pedido de informações, ao Presidente da Caixa Econômica Federal, através do Ministro da Fazenda, sobre a procedência da transferência de 1,6 bilhões da CEF para a Funcef, destinados à aposentadoria de 55.000 funcionários da CEF.	Deferido pela Mesa em 22.11.2000 Atendido (Aviso nº 714/MF, de 22.12.2000)
573/2000	Heloísa Helena	Pedido de informações, ao Ministro da Ciência e Tecnologia, sobre contratos e convênios entre o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INPE) e a Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espacial (FUNCATE).	Deferido pela Mesa em 5.12.2000 Atendido (Ofício GAB/MCT nº 2, de 6.1.2001)
581/2000	Geraldo Cândido	Pedido de informações, ao Ministro de Minas e Energia, sobre a celebração de contratos de prestação de serviços entre a Eletrobrás e as Universidades e Fundações sem fins lucrativos.	Deferido pela Mesa em 5.12.2000 Atendido (Aviso nº 257/MME, de 28.12.2000)
585/2000	Eduardo Siqueira Campos	Pedido de informações, ao Ministro da Fazenda, referentes à extensão das relações existentes entre o Banco Central, a rede bancária e a empresa SE-RASA.	Deferido <i>ad referendum</i> da Mesa em 23.11.2000 Deferido pela Mesa em 5.12.2000 Atendido (Aviso nº 713/MF, de 22.12.2000)
600/2000	Carlos Wilson	Pedido de informações, ao Ministro de Minas e Energia, relativas a liberação de recursos para financiar obras de eletrificação rural em Pernambuco, por meio da concessionária privada de energia elétrica estadual, sucessora da Celpe – o consórcio Guaraniana.	Deferido pela Mesa em 13.12.2000 Atendido (Aviso nº 261/MME, de 28.12.2000)
610/2000	Roberto Requião	Pedido de cópia, ao Ministro da Fazenda, do contrato e termos aditivos firmados entre a Caixa Econômica Federal e a empresa GTECH Brasil Ltda..	Deferido pela Mesa em 28.12.2000 Aguardando atendimento

Número	Autor	Assunto	Resultado
611/2000	Ronaldo Cunha Lima	Pedido de informações, ao Ministro da Justiça, acerca de todos os recursos liberados em favor do Estado da Paraíba, no âmbito daquele Ministério, nos últimos cinco anos, bem como os valores despendidos pelo Estado a título de contrapartida.	Deferido pela Mesa em 28.12.2000 Atendido (Aviso nº 19/MJ, de 9.1.2001)
612/2000	Ronaldo Cunha Lima	Pedido de informações, ao Ministro da Saúde, acerca de todos os recursos liberados em favor do Estado da Paraíba, no âmbito daquele Ministério, nos últimos cinco anos, bem como os valores despendidos pelo Estado a título de contrapartida.	Deferido pela Mesa em 28.12.2000 Aguardando atendimento
613/2000	Ronaldo Cunha Lima	Pedido de informações, ao Ministro da Educação, acerca de todos os recursos liberados em favor do Estado da Paraíba, no âmbito daquele Ministério, nos últimos cinco anos, bem como os valores despendidos pelo Estado a título de contrapartida.	Deferido pela Mesa em 28.12.2000 Aguardando atendimento
617/2000	Antônio Carlos Valadares	Pedido de informações, ao Ministro da Saúde, sobre o montante em reais dos recursos da CPMF transferidos este ano pela União, mês a mês, a partir de janeiro, ao Ministério da Saúde.	Deferido pela Mesa em 28.12.2000 Aguardando atendimento
618/2000	Antônio Carlos Valadares	Pedido de informações, ao Ministro da Fazenda, relativas ao valor global da arrecadação da CPMF feita por todas as agências bancárias no período compreendido entre 1º de janeiro e 30 de novembro do corrente ano.	Deferido pela Mesa em 28.12.2000 Aguardando atendimento
620/2000	Ademir Andrade	Pedido de informações, ao Ministro das Comunicações, sobre a regulamentação e o controle exercido sobre as concessionárias dos serviços de telecomunicações.	Deferido pela Mesa em 28.12.2000 Aguardando atendimento
621/2000	Ademir Andrade	Pedido de informações, ao Ministro da Justiça, sobre o controle exercido nas propagandas veiculadas na imprensa pelas companhias de telecomunicações.	Deferido pela Mesa em 28.12.2000 Aguardando atendimento

B.7.4.2) Da presente Sessão Legislativa

Número	Autor	Assunto	Resultado
669/2000	Líderes (Governo, PSDB, PPS, PMDB e PFL)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 92/2000.	Aprovado
670/2000	Líderes (Governo, PFL, PSDB e PMDB)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para a MSF nº 259/2000.	Aprovado
671/2000	Eduardo Suplicy e outros Senadores	Pedido de encaminhado, pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, de todos os estudos que foram efetuados visando a alteração do nome da Petrobras para PetroBrax, principalmente, com o detalhamento possível quanto ao resultado que se pretende alcançar em contrapartida aos gastos que se estimam serem necessários para sua realização.	Deferido pela Mesa em 28.12.2000 Aguardando atendimento
672/2000	Emilia Fernandes	Dispensa de publicação do Parecer nº 1.331/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PDS nº 5/98.	Aprovado
673/2000	Djalma Bessa	Dispensa de publicação do Parecer nº 1.332/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PDS nº 180/2000.	Aprovado
674/2000	Mauro Miranda	Dispensa de publicação do Parecer nº 1.333/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PDS nº 181/2000.	Aprovado
675/2000	Carlos Patrocínio e Djalma Bessa	Dispensa de publicação do Parecer nº 1.334/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PDS nº 183/2000.	Aprovado
676/2000	Tião Viana	Dispensa de publicação do Parecer nº 1.335/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PDS nº 184/2000.	Aprovado
677/2000	Mauro Miranda	Dispensa de publicação do Parecer nº 1.336/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PDS nº 237/2000.	Aprovado
678/2000	Líderes (Governo, PFL e PMDB)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 94/2000.	Aprovado
679/2000	Carlos Patrocínio	Dispensa de publicação do Parecer nº 1.348/2000, para imediata discussão e votação da redação final do PRS nº 77/2000.	Aprovado

B.7.5) PARECERES

EMITIDOS NA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA	
Comissão Diretora	19
Comissão de Assuntos Econômicos	2
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	2
Emitidos pela Mesa e lidos em Plenário	8
TOTAL	31

EMITIDOS NA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA E INCLUÍDOS EM ORDEM DO DIA	
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	2
TOTAL	2

B.7.5.1) EMITIDOS PELAS COMISSÕES E LIDOS EM PLENÁRIO

B.7.5.1.1) Comissão Diretora

Número	Relator	Matéria
1.328	Geraldo Melo	Redação final do PRS nº 92/2000.
1.330	Marluce Pinto	Redação final do PRS nº 93/2000.
1.331	Nabor Júnior	Redação final do PDS nº 5/98.
1.332	Eduardo Suplicy	Redação final do PDS nº 180/2000.
1.333	Eduardo Suplicy	Redação final do PDS nº 181/2000.
1.334	Nabor Júnior	Redação final do PDS nº 183/2000.
1.335	Nabor Júnior	Redação final do PDS nº 184/2000.
1.336	Eduardo Suplicy	Redação final do PDS nº 237/2000.
1.337	Eduardo Suplicy	Redação final do PDS nº 160/2000.
1.338	Nabor Júnior	Redação final do PDS nº 203/2000.
1.339	Nabor Júnior	Redação final do PDS nº 220/2000.
1.340	Marluce Pinto	Redação final do PDS nº 221/2000.
1.341	Nabor Júnior	Redação final do PDS nº 261/2000.
1.342	Nabor Júnior	Redação final do PDS nº 272/2000.
1.343	Nabor Júnior	Redação final do PDS nº 273/2000.
1.344	Lúdio Coelho	Redação final do PDS nº 275/2000.
1.345	Lúdio Coelho	Redação final do PDS nº 276/2000.
1.347	Marluce Pinto	Redação final do PRS nº 94/2000.
1.348	Nabor Júnior	Redação final do PRS nº 77/2000.

B.7.5.1.2) Comissão de Assuntos Econômicos

Número	Relator	Matéria
1.329	Ney Suassuna	MSF nº 259/2000, apresentando o PRS nº 92/2000.
1.345	Ney Suassuna (ad hoc)	MSF nº 245/2000, apresentando o PRS nº 94/2000.

B.7.5.1.3) Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Número	Relator	Matéria
1.349	Pedro Piva	MSF nº 238/2000.
1.350	Pedro Piva	MSF nº 242/2000.

B.7.5.2) PARECERES EMITIDOS PELA MESA E LIDOS EM PLENÁRIO

Número	Relator	Matéria
1.351	Carlos Patrocínio	RQS nº 610/2000.
1.352	Carlos Patrocínio	RQS nº 611/2000.
1.353	Carlos Patrocínio	RQS nº 612/2000.
1.354	Carlos Patrocínio	RQS nº 613/2000.
1.355	Nabor Júnior	RQS nº 617/2000.
1.356	Nabor Júnior	RQS nº 618/2000.
1.357	Carlos Patrocínio	RQS nº 620/2000.
1.358	Carlos Patrocínio	RQS nº 621/2000.

B.7.5.3) EMITIDOS PELAS COMISSÕES E INCLUÍDOS EM ORDEM DO DIA

B.7.5.3.1) Numerados

Número	Comissão	Relator	Matéria	Resultado
1.349/2000	CRE	Pedro Piva	MSF nº 238/2000	Aprovado em 28.12.2000
1.350/2000	CRE	Pedro Piva	MSF nº 242/2000	Aprovado em 28.12.2000

B.8 – MENSAGENS RECEBIDAS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

DE SESSÃO LEGISLATIVA ANTERIOR	
Art. 52, IV, da Constituição Federal (Chefes de Missão Diplomática)	
Indicações aprovadas	2
TOTAL	2

DE SESSÃO LEGISLATIVA ANTERIOR	
Art. 52, V, da Constituição Federal (Operações Financeiras)	
Transformada em PRS que foi promulgado	1
TOTAL	1

DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA	
Art. 52, V, da Constituição Federal (Operações Financeiras)	
Transformada em PRS que foi promulgado	1
Em tramitação	1
TOTAL	2

B.8.1) Art. 52, IV, da Constituição Federal (Escolha de Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente)

B.8.1.1) De Sessões Legislativas anteriores

Número		Nome	Cargo	Resultado
SF	Origem			
238/2000	1.719/2000	Jório Salgado Gama Filho	Embaixador do Brasil junto à República da África do Sul.	Aprovada a indicação em 28.12.2000
242/2000	1.808/2000	Helder Martins de Moraes	Embaixador do Brasil junto à República da Ucrânia.	Aprovada a indicação em 28.12.2000

B.8.2) Art. 52, V, da Constituição Federal (Operações Financeiras)

B.8.2.1) De Sessão Legislativa anterior

Número		Assunto	Resultado
SF	Origem		
245/2000	1.811/2000	Solicita seja autorizada a contratação de operações de crédito externo, no valor total de duzentos e oitenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América, entre a República Federativa do Brasil e os <i>Bank Hapoalim B.M.</i> , <i>Bank Leumi Le-Israel</i> e <i>Banco Bilbao Vizcaya Argentaria BBVA</i> , destinados ao financiamento do Programa de Modernização das Aeronaves F5, no âmbito do Programa de Reequipamento da Força Aérea Brasileira.	Transformada no PRS nº 94/2000 (Parecer nº 1.346/2000, da CAE) Resolução nº 76, de 29.12.2000

B.8.2.2) Da presente Sessão Legislativa

Número		Assunto	Resultado
SF	Origem		
²⁶ 258/2000	1.896/2000	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a noventa milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre o Governo do Estado do Ceará e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada a financiar, parcialmente, o Projeto de Melhoria da Qualidade da Educação Básica no Estado do Ceará.	Tramitando
259/2000	1.904/2000	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até quinhentos e noventa e dois milhões, setecentos e sessenta e cinco mil e quinhentos ienes japoneses, de principal, entre a República Federativa do Brasil e a <i>Marubeni Europe plc.</i> , destinada ao financiamento de 15% relativos ao pagamento de sinal (“down payment”) das aquisições de equipamentos de Endoscopia, Radioterapia I, Gama Câmara, no âmbito do Programa de Modernização Gerencial e Reequipamento da Rede Hospitalar.	Transformada no PRS nº 93/2000 (Parecer nº 1.329/2000, da CAE) Resolução nº 75, de 29.12.2000

²⁶ Em 28.12.2000, foi anexado, ao seu processado, o Ofício nº 3.762/2000, de 28.12, do Banco Central do Brasil.

B.9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

Composição

Presidente: Senador Ramez Tebet
Vice-Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca

Titulares		Suplentes
PMDB		
Casildo Maldaner ²⁷		Marluce Pinto
Ramez Tebet		Gerson Camata
Nabor Júnior		Jader Barbalho
Ney Suassuna		Renan Calheiros
Amir Lando		Carlos Bezerra
PFL		
Geraldo Althoff		José Agripino
Francelino Pereira		Carlos Patrocínio
Paulo Souto		Djalma Bessa
Juvêncio da Fonseca		Freitas Neto
PSDB		
Lúcio Alcântara		Antero Paes de Barros
Osmar Dias		Ricardo Santos
José Roberto Arruda		Romero Jucá
Bloco Oposição (PT, PDT e PV)		
Lauro Campos		José Eduardo Dutra
Heloísa Helena		Marina Silva ²⁸
Jefferson Péres		Roberto Saturnino (PSB)

Eleição realizada em 30.6.99

Senador Romeu Tuma – Corregedor do Senado Federal (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)

²⁷ Em 17.12.2000, reassumiu o exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.

²⁸ Em licença para tratamento de saúde no período de 10.10.2000 a 7.2.2001 (RQS nº 524/2000).

**III – O CONGRESSO NACIONAL,
EM REUNIÃO CONJUNTA DE SUAS CASAS,
NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA
DA 51ª LEGISLATURA**

**O CONGRESSO NACIONAL,
EM REUNIÃO CONJUNTA DE SUAS CASAS,
NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA
DA 51ª LEGISLATURA**

A – SESSÕES REALIZADAS

Realizou-se uma sessão conjunta.

**B – PARTICIPAÇÃO DOS CONGRESSISTAS
NA DIREÇÃO DOS TRABALHOS**

Senadores	Presidência	Secretaria
Antonio Carlos Magalhães	1	-
Carlos Patrocínio	-	1

C – MATÉRIA LEGISLATIVA

1 – PROJETOS DE LEI (PLN)

Total de Projetos de Lei.....	04
- aprovados e sancionados.....	02
- em tramitação.....	02
- Pareceres numerados proferidos pela Comissão Mista e publicados no Diário do Congresso Nacional e Diário do Senado Federal.....	02

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
2/2000-CN	498/2000-CN (nº 782/2000, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir créditos suplementares, no exercício de 2000, para reforço de dotações orçamentárias constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União.	Em tramitação
16/2000-CN	789/2000-CN (nº 1.222/2000, na origem) 1.006/2000-CN (nº 1.564/2000, na origem) – encaminhando alterações ao PLN 16/2000-CN.	Altera programas e ações do Plano Plurianual para o período de 2000/2003.	De acordo com o Parecer nº 143/2000-CN o PLN nº 16, foi desmembrado em 16 e 16-A. Em tramitação
16-A/2000-CN	789/2000-CN (nº 1.222/2000, na origem)	Altera as ações do programa “Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro” constante do Plano Plurianual para o período de 2000/2003, Lei nº 9.989, de 21 de julho de 2000.	Parecer nº 143/2000-CN (DSF 28-12-2000) Relator: Sen. Jonas Pinheiro. Apresentado como conclusão do Parecer nº 143/2000-CN. Transformado na Lei nº 10.178, de 12-1-2001 (DO 15-1-2001)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
17/2000-CN	790/2000-CN (nº 1.224/2000, na origem)	Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2001.	Parecer nº 144/2000-CN (DCN 29-12-2000) Relator: Sen. Amir Lando .
	821/2000-CN (nº 1.279/2000, na origem) – encaminhando os demonstrativos contendo informações complementares ao PLN 17/2000-CN.		Parecer nº 145/2000-CN (Redação Final) (DCN 29-12-2000) Transformado na Lei nº 10.171, de 5-1-2001 (DO 8-1-2001)

2 - PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO (PDN)

Total dos Projetos de Decreto Legislativo	02
- transformado em Decreto Legislativo do Congresso Nacional.....	01
- em tramitação.....	01

Nº	Autor	Ementa	Resultado
28/2000-CN	-	Autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2000, no Subtítulo 20.607.0379.1836..0031 – Construção de Obras de Infra-Estrutura de Irrigação de Uso Comum – Perímetro de Irrigação Platôs de Guadalupe no Estado do Piauí, Unidade Orçamentária 53.203 – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).	Como conclusão do Parecer nº 146/2000-CN, da CMPOPF. (DCN 29-12-2000) Relator: Sen. Jonas Pinheiro Decreto Legislativo nº 28/2000-CN (Public. no DOU-E de 30-12-2000)
29/2000-CN	-	Autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2000, no subtítulo 26.782.0236.5709.0011 – Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Oeste – Norte – BR-421/RO – Ariquemes – Guajará-Mirim – Nova Mamoré, da Unidade Orçamentária 39.201 – DNER, no valor R\$ 25.000,00.	Como conclusão do Parecer nº 147/2000-CN, da CMPOPF. (DCN 29-12-2000) Relator: Sen. Moreira Mendes Em tramitação

3 – PROJETOS DE RESOLUÇÃO (PRN)

Total dos Projetos de Resolução	19
- em tramitação.....	19

De Sessões Legislativas anteriores

Nº	Autor	Ementa	Resultado
1/85-CN	Dep. Francisco Amaral e outros Senhores Congressistas	Dispõe sobre a abertura das sessões.	Em tramitação.
5/89-CN	Dep. Antonio Carlos Konder Reis e outros Senhores Congressistas	Altera o Regimento Comum - Resolução nº 1, de 1970-CN, alterada pelas Resoluções nº 2, de 1972-CN e nº 2, de 1980-CN.	Em tramitação.
1/90-CN	Dep. Aluízio Campos e outros Senhores Congressistas	Altera disposições do Regimento Comum sobre a delegação legislativa.	Em tramitação.
3/95-CN	Sen. José Eduardo Dutra e outros Senhores Congressistas	Regulamenta a escolha de membros do Conselho de Comunicação Social pelo Congresso Nacional.	Em tramitação.
10/95-CN	Oriundo do PLS nº 47/95.	Institui prêmio Ulysses Guimarães do Mérito Democrático.	Em tramitação (Casas Separadas)
1/97-CN	Sen. Sebastião Rocha e outros Senhores Congressistas	Institui a Comissão Mista Permanente de Constituição e Justiça do Congresso Nacional.	Em tramitação.
1/98-CN	Sen. Odacir Soares e outros Senhores Congressistas	Altera a Resolução nº 1, de 1989-CN, que dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, introduzindo o exame de adequação financeira e orçamentária no Congresso Nacional.	Em tramitação.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
3/98-CN	Sen. Mauro Miranda e outros Senhores Congressistas	Acrescenta parágrafo ao art. 20 da Resolução nº 2, de 1995-CN, que dispõe sobre a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para acrescentar regras sobre a apresentação de emendas coletivas.	Em tramitação.
1/99-CN	Mesa da Câmara dos Deputados	Regulamenta os arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 9.506, de 1997.	Em tramitação (Casas Separadas)
3/99-CN	Dep. Miro Teixeira e outros Senhores Congressistas	Institui com base no art. 128 do Regimento Comum, no âmbito do Congresso Nacional, Comissão Mista de Moeda e crédito, de caráter permanente.	Em tramitação
4/99-CN	Sen. Paulo Souto e outros Senhores Congressistas	Acrescenta inciso IIIA ao art. 16 da Resolução nº 2, de 1995-CN, para estabelecer relação de correspondência entre o custo total e o tempo de execução dos subprojetos decorrentes de emendas à proposta de lei orçamentária anual.	Em tramitação
5/99-CN	Sen. Ademir Andrade e outros Senhores Congressistas	Suprime o § 2º e altera a redação do § 3º, ambos do art. 45 da Resolução nº 1, de 1970-CN - Regimento Comum.	Em tramitação
6/99-CN	Sen. Osmar Dias e outros Senhores Congressistas	Altera a Resolução nº 2, de 1995-CN, restabelecendo a obrigatoriedade da renovação dos membros titulares da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.	Em tramitação
7/99-CN	Dep. Miro Teixeira e outros Senhores Congressistas	Inclui artigo na Resolução nº 1, de 1970-CN. <i>(“Art. 9º-A. Na constituição das Comissões Mistas, na eleição de seus Presidentes e Vice-Presidentes, bem como na designação dos Relatores e dos Relatores substitutos assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos e dos Blocos Parlamentares que participem do Congresso Nacional assim como a alternância entre as Casas que o compõem.”)</i>	Em tramitação
1/2000-CN	Dep. José Roberto Batochio e outros Senhores Congressistas	Dispõe sobre a apreciação de medidas provisórias pelo Congresso Nacional.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
2/2000-CN	Sen. Maguito Vilela e outros Senhores Congressistas	Institui a Comissão Permanente do Congresso Nacional destinada a acompanhar e fiscalizar as ações destinadas à erradicação da pobreza e à redução das desigualdades sociais e regionais.	Em tramitação
4/2000-CN	Sen. Pedro Piva e outros Senhores Congressistas	Extingue a figura das Emendas Individuais ao Orçamento da União e cria o instituto das Emendas Partidárias, alterando a redação do Art. 15, revogando o Art. 19 e acrescentando inciso ao Art. 20 da Resolução 02, de 1995-CN.	Em tramitação
5/2000-CN	Sen. Antonio Carlos Magalhães e outros Senhores Congressistas	Altera a Resolução nº 2, de 1995-CN, que dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, e sobre a tramitação de matérias a que se refere o mesmo artigo.	Em tramitação
6/2000-CN	Dep. Giovanni Queiroz e outros Senhores Congressistas	Altera de dez para quinze o número de emendas coletivas de bancadas estaduais, de que trata o art. 20 da Resolução nº 2, de 1995-CN e dá outras providências	Em tramitação

4 - MEDIDAS PROVISÓRIAS (MP)

Total das Medidas Provisórias	199
- perderam eficácia	051
- revogadas	072
- em tramitação	076

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas	Resultado	Observação
1.925-15, public. em 15-12-2000	1.187/2000-CN (nº 1.843/2000, na origem)	Dispõe sobre a Cédula de Crédito Bancário.	-	Revogada	MP 1.925-15 foi revogada e reeditada pela MP 2.065-16.
1.934-21, public. em 22-12-2000	1.207/2000-CN (nº 1.934/2000, na origem)	Altera a Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963, autoriza a doação de bens e dá outras providências.	1.934-20.	Revogada	MP 1.934-20 Parecer nº 136/2000-CN Mérito (DSF 9-12-2000) Relator: Sen. Wellington Roberto MP 1.934-21 foi revogada e reeditada pela MP 2.066-22.
1.938-24, public. em 15-12-2000	1.188/2000-CN (nº 1.845/2000, na origem)	Autoriza a União a adquirir ou pagar obrigações de pessoas jurídicas de direito público interno, relativas a operações financeiras externas, e dá outras providências.	-	Revogada	MP 1.938-24 foi revogada e reeditada pela MP 2.067-25.
1.939-36, public. em 15-12-2000	1.189/2000-CN (nº 1.846/2000, na origem)	Restaura a vigência da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis destinados ao transporte autônomo de passageiros e ao uso de portadores de deficiência física, reduz o imposto de importação para os produtos que especifica, e dá outras providências.	-	Revogada	MP 1.939-36 foi revogada e reeditada pela MP 2.068-37.

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas	Resultado	Observação
1.940-29, public. em 15-12-2000	1.190/2000-CN (nº 1.847/2000, na origem)	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, da Lei nº 5.627, de 1º de dezembro de 1970, e dá outras providências.	-	Revogada	MP 1.940-29 foi revogada e reeditada pela MP 2.069-30.
1.941-26, public. em 15-12-2000	1.191/2000-CN (nº 1.848/2000, na origem)	Dispõe sobre a aquisição de produtos para a implementação de ações de saúde no âmbito do Ministério da Saúde.	-	Revogada	MP 1.941-26 foi revogada e reeditada pela MP 2.070-27.
1.942-25, public. em 15-12-2000	1.192/2000-CN (nº 1.849/2000, na origem)	Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, que altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências.	-	Revogada	MP 1.942-25 foi revogada e reeditada pela MP 2.071-26.
1.944-22, public. em 15-12-2000	1.193/2000-CN (nº 1.850/2000, na origem)	Cria o Programa de Arrendamento Residencial, institui o arrendamento residencial com opção de compra e dá outras providências.	-	Revogada	MP 1.944-22 foi revogada e reeditada pela MP 2.135-23.
1.948-62, public. em 15-12-2000	1.194/2000-CN (nº 1.851/2000, na origem)	Dispõe sobre a emissão de Notas do Tesouro Nacional - NTN destinadas a aumento de capital do Banco do Brasil S.A., e dá outras providências.	-	Revogada	MP 1.948-62 foi revogada e reeditada pela MP 2.072-63.
1.949-31, public. em 15-12-2000	1.195/2000-CN (nº 1.852/2000, na origem)	Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.	-	Revogada	MP 1.949-31 foi revogada e reeditada pela MP 2.073-32.
1.950-71, public. em 15-12-2000	1.196/2000-CN (nº 1.853/2000, na origem)	Dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real e dá outras providências.	-	Revogada	MP 1.950-71 foi revogada e reeditada pela MP 2.074-72.
1.951-33, public. em 14-12-2000	1.186/2000-CN (nº 1.839/2000, na origem)	Dispõe sobre a adoção de medidas relacionadas com o Sistema Financeiro da Habitação - SFH, altera as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.692, de 28 de julho de 1993, e dá outras providências.	-	Revogada	MP 1.951-33 foi revogada e reeditada pela MP 2.075-34.

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas	Resultado	Observação
1.952-31, public. em 15-12-2000	1.197/2000-CN (nº 1.860/2000, na origem)	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para dispor sobre o trabalho a tempo parcial, a suspensão do contrato de trabalho e o programa de qualificação profissional, modifica as Leis nºs 4.923, de 23 de dezembro de 1965, 6.321, de 14 de abril de 1976, 6.494, de 7 de dezembro de 1977, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e 9.601, de 21 de janeiro de 1998, e dá outras providências.	-	Revogada	MP 1.952-31 foi revogada e reeditada pela MP 2.076-32.
1.953-26, public. em 15-12-2000	1.198/2000-CN (nº 1.854/2000, na origem)	Institui o Auxílio-Transporte aos militares, servidores e empregados públicos da administração federal direta, autárquica e fundacional da União, e revoga o § 1º do art. 1º da Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985.	-	Revogada	MP 1.953-26 foi revogada e reeditada pela MP 2.077-27.
1.954-34, public. em 15-12-2000	1.199/2000-CN (nº 1.855/2000, na origem)	Institui o Programa Especial de Financiamento para combate aos efeitos da estiagem na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, e dá outras providências.	-	Revogada	MP 1.954-34 foi revogada e reeditada pela MP 2.078-35.
1.955-75, public. em 15-12-2000	1.200/2000-CN (nº 1.856/2000, na origem)	Dispõe sobre o pagamento dos militares e dos servidores públicos do Poder Executivo Federal, inclusive suas autarquias e fundações, bem como dos empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista e de suas subsidiárias, e dá outras providências.	-	Revogada	MP 1.955-75 foi revogada e reeditada pela MP 2.079-76.

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas	Resultado	Observação
1.956-57, public. em 15-12-2000	1.201/2000-CN (nº 1.857/2000, na origem)	Altera os arts. 1º, 4º, 14, 16 e 44, e acresce dispositivos à Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o Código Florestal, bem como altera o art. 10 da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, e dá outras providências.	-	Revogada	MP 1.885-42 , (revogada pela a MP nº 1.956-43) *Parecer nº 39/99-CN Admissibilidade (DSF 12-11-99) *Parecer nº 12/2000-CN Mérito (DSF 11-5-2000) PLV nº 5/2000 Relator: Dep. Moacir Micheletto. *Pareceres convalidados de acordo com o Ofício 103/99-CN, publicado no DSF de 7-5-99, pág. 10573/74. MP 1.956-57 foi revogada e reeditada pela MP 2.080-58.
1.957-43, public. em 15-12-2000	1.202/2000-CN (nº 1.858/2000, na origem)	Autoriza a União a receber em valores mobiliários os dividendos e juros sobre o capital próprio a serem pagos por entidades de cujo capital o Tesouro Nacional participe, e dá outras providências.	-	Revogada	MP 1.957-43 foi revogada e reeditada pela MP 2.081-44.
1.958-38, public. em 15-12-2000	1.203/2000-CN (nº 1.859/2000, na origem)	Dispõe sobre a instituição de sociedade de crédito ao micro-empendedor, altera dispositivos das Leis nºs 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 8.029, de 12 de abril de 1990, e 8.934, de 18 de novembro de 1994, e dá outras providências.	-	Revogada	MP 1.958-38 foi revogada e reeditada pela MP 2.082-39.
1.959-29, public. em 22-12-2000	1.208/2000-CN (nº 1.981/2000, na origem)	Altera dispositivos da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento.	1.959-28.	Revogada	MP 1.959-29 foi revogada e reeditada pela MP 2.083-30.
1.960-69, public. em 22-12-2000	1.209/2000-CN (nº 1.935/2000, na origem)	Altera a legislação referente ao Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e ao Fundo da Marinha Mercante - FMM, e dá outras providências.	1.960-68.	Revogada	MP 1.960-69 foi revogada e reeditada pela MP 2.084-70.

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas	Resultado	Observação
1.961-30, public. em 22-12-2000	1.210/2000-CN (nº 1.936/2000, na origem)	Dispõe sobre o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária - RECOOP, autoriza a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP, e dá outras providências.	1.961-29.	Revogada	MP 1.961-30 foi revogada e reeditada pela MP 2.085-31.
1.962-33, public. em 22-12-2000	1.211/2000-CN (nº 1.982/2000, na origem)	Estende aos servidores públicos civis do Poder Executivo Federal a vantagem de vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento, objeto da decisão do Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.	1.962-32.	Revogada	MP 1.962-33 foi revogada e reeditada pela MP 2.086-34.
1.963-26, public. em 22-12-2000	1.212/2000-CN (nº 1.937/2000, na origem)	Dispõe sobre a administração dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, consolida e atualiza a legislação pertinente ao assunto e dá outras providências.	1.963-25.	Revogada	MP 1.963-26 foi revogada e reeditada pela MP 2.087-27.
1.964-34, public. em 22-12-2000	1.213/2000-CN (nº 1.938/2000, na origem)	Altera as Leis nºs 6.368, de 21 de outubro de 1976, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e 9.525, de 3 de dezembro de 1997, e dá outras providências.	1.964-33.	Revogada	MP 1.964-34 foi revogada e reeditada pela MP 2.088-35.
1.965-22 public. em 22-12-2000	1.214/2000-CN (nº 1.939/2000, na origem)	Estabelece a nulidade das disposições contratuais que menciona, inverte, nas hipóteses que prevê, o ônus da prova nas ações intentadas para sua declaração.	1.965-21.	Revogada	MP 1.965-22 foi revogada e reeditada pela MP 2.089-23.
1.966-16, public. em 22-12-2000	1.215/2000-CN (nº 1.940/2000, na origem)	Altera dispositivos da Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996, que institui a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, dispõe sobre a remuneração dos recursos do Fundo de Participação PIS-PASEP, do Fundo de Amparo ao Trabalhador e do Fundo da Marinha Mercante.	1.966-15.	Revogada	MP 1.966-16 foi revogada e reeditada pela MP 2.090-17.
1.968-14, public. em 22-12-2000	1.216/2000-CN (nº 1.941/2000, na origem)	Altera dispositivos da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares.	1.968-13.	Revogada	MP 1.968-14 foi revogada e reeditada pela MP 2.091-15.
1.970-18, public. em 22-12-2000	1.217/2000-CN (nº 1.942/2000, na origem)	Institui, no âmbito do Poder Executivo da União, o Programa de Desligamento Voluntário - PDV, a jornada de trabalho reduzida com remuneração proporcional e a licença sem remuneração com pagamento de incentivo em pecúnia, destinados ao servidor da administração pública direta, autárquica e fundacional.	1.970-17.	Revogada	MP 1.970-18 foi revogada e reeditada pela MP 2.092-19.

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas	Resultado	Observação
1.971-19, public. em 22-12-2000	1.218/2000-CN (nº 1.983/2000, na origem)	Dispõe sobre a reestruturação da Carreira Auditoria do Tesouro Nacional e organização da Carreira Auditoria-Fiscal da Previdência Social e da Carreira Auditoria Fiscal do Trabalho.	1.971-18.	Revogada	MP 1.971-19 foi revogada e reeditada pela MP 2.093-20.
1.972-21, public. em 22-12-2000	1.219/2000-CN (nº 1.984/2000, na origem)	Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências.	1.972-20.	Revogada	MP 1.972-10, *Parecer nº 5/2000-CN Admissibilidade (DSF 3-3-2000) Relator: Dep. Osvaldo Biolchi. *Parecer convalidado de acordo com o Ofício 103/99-CN, publicado no DSF de 7-5-99, pág. 10573/74. MP 1.972-21 foi revogada e reeditada pela MP 2.094-22.
1.973-69, public. em 22-12-2000	1.220/2000-CN (nº 1.943/2000, na origem)	Dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais, e dá outras providências.	1.973-68.	Revogada	MP 1.973-69 foi revogada e reeditada pela MP 2.095-70.
1.974-87, public. em 22-12-2000	1.221/2000-CN (nº 1.944/2000, na origem)	Dispõe sobre os títulos da dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional, consolidando a legislação em vigor sobre a matéria.	1.974-86.	Revogada	MP 1.974-87 foi revogada e reeditada pela MP 2.096-88.
1.976-34, public. em 22-12-2000	1.222/2000-CN (nº 1.985/2000, na origem)	Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos privados de assistência à saúde, e dá outras providências.	1.976-33.	Revogada	MP 1.976-34 foi revogada e reeditada pela MP 2.097-35.
1.977-23, public. em 22-12-2000	1.223/2000-CN (nº 1.986/2000, na origem)	Institui medidas adicionais de estímulo e apoio à reestruturação e ao ajuste fiscal dos Estados e dá outras providências.	1.977-22.	Revogada	MP 1.977-23 foi revogada e reeditada pela MP 2.098-24.
1.978-32, public. em 22-12-2000	1.224/2000-CN (nº 1.945/2000, na origem)	Dispõe sobre a renegociação de dívidas no âmbito do Programa de Crédito Educativo, e dá outras providências.	1.978-31.	Revogada	MP 1.978-32 foi revogada e reeditada pela MP 2.099-33.

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas	Resultado	Observação
1.979-26 public. em 22-12-2000	1.225/2000-CN (nº 1.987/2000, na origem)	Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, altera a Lei nº 9.533, de 10 de dezembro de 1997, que dispõe sobre programa de garantia de renda mínima, e dá outras providências.	1.979-25.	Revogada	MP 1.979-26 foi revogada e reeditada pela MP 2.100-27.
1.980-26, public. em 22-12-2000	1.226/2000-CN (nº 1.946/2000, na origem)	Dispõe sobre as relações financeiras entre a União e o Banco Central do Brasil e dá outras providências.	1.980-25.	Revogada	MP 1.980-26 foi revogada e reeditada pela MP 2.101-27.
1.984-25, public. em 22-12-2000	1.227/2000-CN (nº 1.988/2000, na origem)	Acresce e altera dispositivos das Leis nºs 8.437, de 30 de junho de 1992, 9.028, de 12 de abril de 1995, 9.494, de 10 de setembro de 1997, 7.347, de 24 de julho de 1985, 8.429, de 2 de junho de 1992, 9.704, de 17 de novembro de 1998, do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.869, de 11 de janeiro de 1973, e 4.348, de 26 de junho de 1964 e dá outras providências.	1.984-24.	Revogada	MP 1.984-25 foi revogada e reeditada pela MP 2.102-26.
1.985-35, public. em 22-12-2000	1.228/2000-CN (nº 1.989/2000, na origem)	Dispõe sobre operações financeiras entre o Tesouro Nacional e as entidades que menciona, e dá outras providências.	1.985-34.	Revogada	MP 1.985-35 foi revogada e reeditada pela MP 2.103-36.
1.986-13, public. em 22-12-2000	1.229/2000-CN (nº 1.947/2000, na origem)	Acresce dispositivos à Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico, para facultar o acesso ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e ao seguro-desemprego.	1.986-12.	Revogada	MP 1.986-13 foi revogada e reeditada pela MP 2.104-14.
2.014-13, public. em 22-12-2000	1.230/2000-CN (nº 1.948/2000, na origem)	Altera e acresce dispositivos à Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, e dá outras providências.	2.014-12.	Revogada	MP 2.014-13 foi revogada e reeditada pela MP 2.105-14.
2.021-9, public. em 22-12-2000	1.231/2000-CN (nº 1.949/2000, na origem)	Acresce dispositivos ao Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, para dispor sobre o financiamento a projetos de implantação e recuperação de infra-estrutura de pesquisa nas instituições públicas de ensino superior e de pesquisa, e dá outras providências.	2.021-8.	Revogada	MP 2.021-9 foi revogada e reeditada pela MP 2.106-10.

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas	Resultado	Observação
2.025-9, public. em 22-12-2000	1.232/2000-CN (nº 1.950/2000, na origem)	Institui o Vale-Pedágio obrigatório sobre transporte rodoviário de carga e dá outras providências.	2.025-8.	Revogada	MP 2.025-9 foi revogada e reeditada pela MP 2.107-10.
2.026-8, public. em 22-12-2000	1.233/2000-CN (nº 1.951/2000, na origem)	Institui, no âmbito da União, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.	2.026-7.	Revogada	MP 2.026-8 foi revogada e reeditada pela MP 2.108-9.
2.027-46, public. em 22-12-2000	1.234/2000-CN (nº 1.952/2000, na origem)	Acresce e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, das Leis nºs 4.504, de 30 de novembro de 1964, 8.177, de 1º de março de 1991 e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências.	2.027-45.	Revogada	MP 2.027-46 foi revogada e reeditada pela MP 2.109-47.
2.031-38, public. em 22-12-2000	1.235/2000-CN (nº 1.953/2000, na origem)	Dispõe sobre a regulação, fiscalização e supervisão dos mercados de títulos ou contratos de investimento coletivo, e dá outras providências.	2.031-37.	Revogada	MP 2.031-38 foi revogada e reeditada pela MP 2.110-39.
2.033-39, public. em 22-12-2000	1.236/2000-CN (nº 1.954/2000, na origem)	Altera a legislação do imposto de renda relativamente à incidência na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras, inclusive de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, à conversão, em capital social, de obrigações no exterior de pessoas jurídicas domiciliadas no País, amplia as hipóteses de opção, pelas pessoas físicas, pelo desconto simplificado, regula a informação, na declaração de rendimentos, de depósitos mantidos em bancos no exterior, e dá outras providências.	2.033-38.	Revogada	MP 2.033-39 foi revogada e reeditada pela MP 2.132-40.
2.034-47, public. em 22-12-2000	1.237/2000-CN (nº 1.955/2000, na origem)	Dispõe sobre a concessão de financiamento vinculado à exportação de bens ou serviços nacionais, e dá outras providências.	2.034-46.	Revogada	MP 2.034-47 foi revogada e reeditada pela MP 2.111-48.

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas	Resultado	Observação
2.035-28, public. em 22-12-2000	1.238/2000-CN (nº 1.990/2000, na origem)	Dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.	-	Revogada	OBS: Foi reeditada tendo em vista que o PLV nº 8/2000, oriundo da MP 2.035-27, aprovado em 14-12-2000, não havia sido sancionado até a data da sua vigência. MP 2.035-28 foi revogada e reeditada pela MP 2.133-29.
2.036-86, public. em 22-12-2000	1.239/2000-CN (nº 1.991/2000, na origem)	Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.	2.036-85.	Revogada	MP 2.036-86 foi revogada e reeditada pela MP 2.112-87.
2.037-25, public. em 22-12-2000	1.240/2000-CN (nº 1.992/2000, na origem)	Altera a legislação das Contribuições para a Seguridade Social - COFINS, para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP e do Imposto sobre a Renda, e dá outras providências.	2.037-24..	Revogada	MP 2.037-25 foi revogada e reeditada pela MP 2.113-26.
2.038-73, public. em 22-12-2000	1.241/2000-CN (nº 1.956/2000, na origem)	Dá nova redação aos arts. 6º e 9º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, e acresce dispositivo à Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996.	2.038-72.	Revogada	MP 2.038-73 foi revogada e reeditada pela MP 2.114-74.
2.039-24, public. em 22-12-2000	1.242/2000-CN (nº 1.993/2000, na origem)	Altera dispositivos da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e dá outras providências.	2.039-23.	Revogada	MP 2.039-24 foi revogada e reeditada pela MP 2.134-25.
2.040-13, public. em 22-12-2000	1.243/2000-CN (nº 1.994/2000, na origem)	Dispõe sobre a atuação das câmaras e dos prestadores de serviços de compensação e de liquidação, no âmbito do sistema de pagamentos, e dá outras providências.	2.040-12.	Revogada	MP 2.040-13 foi revogada e reeditada pela MP 2.115-14.

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas	Resultado	Observação
2.041-13, public. em 22-12-2000	1.244/2000-CN (nº 1.995/2000, na origem)	Assegura percepção de gratificação por servidores das Carreiras Policial Federal, Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal, dá nova redação ao art. 57 da Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965, que dispõe sobre o regime jurídico peculiar aos funcionários policiais civis da União e do Distrito Federal, e dá outras providências.	2.041-12.	Revogada	MP 2.041-13 foi revogada e reeditada pela MP 2.116-14.
2.042-12, public. em 22-12-2000	1.245/2000-CN (nº 1.996/2000, na origem)	Acresce e altera dispositivos da Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994, que institui a Cédula de Produto Rural, e dá outras providências.	2.042-11.	Revogada	MP 2.042-12 foi revogada e reeditada pela MP 2.117-13.
2.043-25, public. em 22-12-2000	1.246/2000-CN (nº 1.957/2000, na origem)	Estabelece critérios para consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Municípios.	2.043-24.	Revogada	MP 2.043-25 foi revogada e reeditada pela MP 2.118-26.
2.044-59, public. em 22-12-2000	1.247/2000-CN (nº 1.958/2000, na origem)	Estabelece mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, dispõe sobre a privatização de instituições financeiras, e dá outras providências.	2.044-58.	Revogada	MP 2.044-59 foi revogada e reeditada pela MP 2.119-60.
2.045-7, public. em 22-12-2000	1.248/2000-CN (nº 1.997/2000, na origem)	Institui o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, e dá outras providências.	2.045-6.	Revogada	MP 2.045-7 foi revogada e reeditada pela MP 2.120-8.
2.046-37, public. em 22-12-2000	1.249/2000-CN (nº 1.959/2000, na origem)	Altera dispositivos das Leis nºs 9.082, de 25 de julho de 1995, 9.293, de 15 de julho de 1996, 9.473, de 22 de julho de 1997, 9.692, de 27 de julho de 1998, e 9.811, de 28 de julho de 1999, e 9.995, de 25 de julho de 2000, que dispõem sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para os exercícios de 1996, 1997, 1998, 1999, 2000 e 2001, respectivamente.	2.046-36.	Revogada	MP 2.046-37 foi revogada e reeditada pela MP 2.121-38.
2.048-32, public. em 22-12-2000	1.250/2000-CN (nº 1.998/2000, na origem)	Dispõe sobre a criação, reestruturação e organização de carreiras, cargos e funções comissionadas técnicas no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.	2.048-31.	Revogada	MP 2.048-32 foi revogada e reeditada pela MP 2.136-33.
2.049-26, public. em 22-12-2000	1.251/2000-CN (nº 1.999/2000, na origem)	Altera dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.	2.049-25.	Revogada	MP 2.048-26 foi revogada e reeditada pela MP 2.123-27.

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas	Resultado	Observação
2.050-16, public. em 22-12-2000	1.252/2000-CN (nº 1.960/2000, na origem)	Dispõe sobre a realização de contratos de financiamento do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRO-NAF, e de projetos de estruturação dos assentados e colonos nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária, aprovados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, bem como dos beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra, com risco para o Tesouro Nacional ou para os Fundos Constitucionais das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e dá outras providências.	2.050-15.	Revogada	MP 2.050-16 foi revogada e reeditada pela MP 2.124-17.
2.051-10, public. em 22-12-2000	1.253/2000-CN (nº 2.000/2000, na origem)	Institui a Gratificação de Incentivo à Docência e dá outras providências.	2.051-9.	Revogada	MP 2.051-10 foi revogada e reeditada pela MP 2.125-11.
2.052-6, public. em 22-12-2000	1.254/2000-CN (nº 1.961/2000, na origem)	Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição, os arts. 1º, 8º, alínea “j”, 10, alínea “c”, 15 e 16, alíneas 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e a transferência de tecnologia para sua conservação e utilização, e dá outras providências.	2.052-5.	Revogada	MP 2.052-6 foi revogada e reeditada pela MP 2.126-7.
2.053-34 public. em 28-12-2000	1.258/2000-CN (nº 2.029/2000, na origem)	Dá nova redação ao art. 9º da Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores, e dá outras providências.	2.053-33.	Em tramitação	-
2.056-4, public. em 8-12-2000	1.184/2000-CN (nº 1.826/2000, na origem)	Altera o art. 10 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo, e acresce dispositivos ao art. 10 da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, que dispõe sobre a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis e estabelece sanções administrativas.	-	Revogada	MP 2.056-4 foi revogada e reeditada pela MP 2.127-5.

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas	Resultado	Observação
2.058-4, public. em 15-12-2000	1.204/2000-CN (nº 1.844/2000, na origem)	Altera a legislação do imposto sobre a renda no que se refere aos incentivos fiscais de isenção e de redução, define diretrizes para os incentivos fiscais de aplicação de parcela do imposto sobre a renda nos Fundos de Investimentos Regionais, e dá outras providências.	-	Revogada	MP 2.058-4 foi revogada e reeditada pela MP 2.128-5.
2.060-3, public. em 22-12-2000	1.255/2000-CN (nº 2.001/2000, na origem)	Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela Previdência Social, e altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991, 9.604, de 5 de fevereiro de 1998, 9.639, de 25 de maio de 1998, 9.717, de 27 de novembro de 1998, e 9.796, de 5 de maio de 1999, e dá outras providências.	2.060-2.	Revogada	MP 2.060-3 foi revogada e reeditada pela MP 2.129-4.
2.061-3, public. em 28-12-2000	1.259/2000-CN (nº 2.030/2000, na origem)	Dispõe sobre o Programa de Recuperação Fiscal - Refis.	2.061-2.	Em tramitação	-
2.062-61, public. em 29-12-2000	1.327/2000-CN (nº 2.103/2000, na origem)	Altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências.	2.062-60.	Em tramitação	MP 2.062-60 revogou e reeditou a MP 1.943-59.
2.063, public. em 19-12-2000 (Republ. no DO de 19-12-2000-Ed. Extra)	1.205/2000-CN (nº 1.873/2000, na origem)	Define normas de regulação para o setor de medicamentos, institui a Fórmula Paramétrica de Reajuste de Preços de Medicamentos – FPR, cria a Câmara de Medicamentos e dá outras providências.	-	Revogada	MP 2.063 foi revogada e reeditada pela MP 2.130-1.
2.064, public. em 22-12-2000	1.256/2000-CN (nº 2.002/2000, na origem)	Dispõe sobre a especialização das sociedades seguradoras em planos privados de assistência à saúde e dá outras providências.	-	Revogada	MP 2.064 foi revogada e reeditada pela MP 2.122-1.
2.065-16, public. em 28-12-2000	1.260/2000-CN (nº 2.031/2000, na origem)	Dispõe sobre a Cédula de Crédito Bancário.	-	Em tramitação	MP 2.065-16 revogou e reeditou a MP 1.925-15.

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas	Resultado	Observação
2.066-22, public. em 28-12-2000 (Retif. no DO de 4-1-2001)	1.261/2000-CN (nº 2.032/2000, na origem)	Altera a Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963, autoriza a doação de bens e dá outras providências.	-	Em tramitação	<p>MP 1.934-20</p> <p>*Parecer nº 136/2000-CN Mérito (DSF 9-12-2000) Relator: Sen. Wellington Roberto</p> <p>*Parecer convalidado de acordo com o Ofício 103/99-CN, publicado no DSF de 7-5-99, pág. 10573/74.</p> <p>MP 2.066-22 revogou e reeditou a MP 1.934-21.</p>
2.067-25, public. em 28-12-2000 (Retif. no DO de 4-1-2001)	1.262/2000-CN (nº 2.033/2000, na origem)	Autoriza a União a adquirir ou pagar obrigações de pessoas jurídicas de direito público interno, relativas a operações financeiras externas, e dá outras providências.	-	Em tramitação	MP 2.067-25 revogou e reeditou a MP 1.938-24.
2.068-37, public. em 28-12-2000	1.263/2000-CN (nº 2.034/2000, na origem)	Restaura a vigência da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis destinados ao transporte autônomo de passageiros e ao uso de portadores de deficiência física, reduz o imposto de importação para os produtos que especifica, e dá outras providências.	-	Em tramitação	MP 2.068-37 revogou e reeditou a MP 1.939-36.
2.069-30, public. em 28-12-2000	1.264/2000-CN (nº 2.035/2000, na origem)	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, da Lei nº 5.627, de 1º de dezembro de 1970, e dá outras providências.	-	Em tramitação	MP 2.069-30 revogou e reeditou a MP 1.940-29.
2.070-27, public. em 28-12-2000	1.265/2000-CN (nº 2.036/2000, na origem)	Dispõe sobre a aquisição de produtos para a implementação de ações de saúde no âmbito do Ministério da Saúde.	-	Em tramitação	MP 2.070-27 revogou e reeditou a MP 1.941-26.

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas	Resultado	Observação
2.071-26, public. em 28-12-2000 (Retif. no DO de 4-1-2001)	1.266/2000-CN (nº 2.037/2000, na origem)	Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, que altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências.	-	Em tramitação	MP 2.071-26 revogou e reeditou a MP 1.942-25.
2.072-63, public. em 28-12-2000 (Retif. no DO de 4-1-2001)	1.267/2000-CN (nº 2.038/2000, na origem)	Dispõe sobre a emissão de Notas do Tesouro Nacional - NTN destinadas a aumento de capital do Banco do Brasil S.A., e dá outras providências.	-	Em tramitação	MP 2.072-63 revogou e reeditou a MP 1.948-62.
2.073-32, public. em 28-12-2000	1.268/2000-CN (nº 2.039/2000, na origem)	Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.	-	Em tramitação	MP 2.073-32 revogou e reeditou a MP 1.949-31.
2.074-72, public. em 28-12-2000 (Retif. no DO de 4-1-2001)	1.269/2000-CN (nº 2.040/2000, na origem)	Dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real e dá outras providências.	-	Em tramitação	MP 2.074-72 revogou e reeditou a MP 1.950-71.
2.075-34, public. em 28-12-2000 (Retif. no DO de 4-1-2001)	1.270/2000-CN (nº 2.041/2000, na origem)	Dispõe sobre a adoção de medidas relacionadas com o Sistema Financeiro da Habitação - SFH, altera as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.692, de 28 de julho de 1993, e dá outras providências.	-	Em tramitação	MP 2.075-34 revogou e reeditou a MP 1.951-33.
2.076-32, public. em 28-12-2000	1.271/2000-CN (nº 2.042/2000, na origem)	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para dispor sobre o trabalho a tempo parcial, a suspensão do contrato de trabalho e o programa de qualificação profissional, modifica as Leis nºs 4.923, de 23 de dezembro de 1965, 6.321, de 14 de abril de 1976, 6.494, de 7 de dezembro de 1977, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e 9.601, de 21 de janeiro de 1998, e dá outras providências.	-	Em tramitação	MP 2.076-32 revogou e reeditou a MP 1.952-31.
2.077-27, public. em 28-12-2000 (Retif. no DO de 4-1-2001)	1.272/2000-CN (nº 2.043/2000, na origem)	Institui o Auxílio-Transporte aos militares, servidores e empregados públicos da administração federal direta, autárquica e fundacional da União, e revoga o § 1º do art. 1º da Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985.	-	Em tramitação	MP 2.077-27 revogou e reeditou a MP 1.953-26.

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas	Resultado	Observação
2.078-35, public. em 28-12-2000 (Retif. no DO de 4-1-2001)	1.273/2000-CN (nº 2.044/2000, na origem)	Institui o Programa Especial de Financiamento para combate aos efeitos da estiagem na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, e dá outras providências.	-	Em tramitação	MP 2.078-35 revogou e reeditou a MP 1.954-34.
2.079-76, public. em 28-12-2000 (Retif. no DO de 4-1-2001)	1.274/2000-CN (nº 2.045/2000, na origem)	Dispõe sobre o pagamento dos militares e dos servidores públicos do Poder Executivo Federal, inclusive suas autarquias e fundações, bem como dos empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista e de suas subsidiárias, e dá outras providências.	-	Em tramitação	MP 2.079-76 revogou e reeditou a MP 1.955-75.
2.080-58, public. em 28-12-2000	1.275/2000-CN (nº 2.046/2000, na origem)	Altera os arts. 1º, 4º, 14, 16 e 44, e acresce dispositivos à Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o Código Florestal, bem como altera o art. 10 da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, e dá outras providências.	-	Em tramitação	MP 2.080-58 revogou e reeditou a MP 1.956-57. MP 1.885-42 , (revogada pela a MP nº 1.956-43) *Parecer nº 39/99-CN Admissibilidade (DSF 12-11-99) Relator: Dep. Moacir Micheletto. MP 1.956-49 *Parecer nº 12/2000-CN Mérito (DSF 11-5-2000) PLV nº 5/2000 Relator: Dep. Moacir Micheletto. *Pareceres convalidados de acordo com o Ofício 103/99-CN, publicado no DSF de 7-5-99, pág. 10573/74.

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas	Resultado	Observação
2.081-44, public. em 28-12-2000 (Retif. no DO de 4-1-2001)	1.276/2000-CN (nº 2.047/2000, na origem)	Autoriza a União a receber em valores mobiliários os dividendos e juros sobre o capital próprio a serem pagos por entidades de cujo capital o Tesouro Nacional participe, e dá outras providências.	-	Em tramitação	MP 2.081-44 revogou e reeditou a MP 1.957-43.
2.082-39, public. em 28-12-2000	1.277/2000-CN (nº 2.048/2000, na origem)	Dispõe sobre a instituição de sociedade de crédito ao microempreendedor, altera dispositivos das Leis nºs 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 8.029, de 12 de abril de 1990, e 8.934, de 18 de novembro de 1994, e dá outras providências.	-	Em tramitação	MP 2.082-39 revogou e reeditou a MP 1.958-38.
2.083-30, public. em 28-12-2000	1.278/2000-CN (nº 2.049/2000, na origem)	Altera dispositivos da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento.	-	Em tramitação	MP 2.083-30 revogou e reeditou a MP 1.959-29.
2.084-70, public. em 28-12-2000 (Retif. no DO de 4-1-2001)	1.279/2000-CN (nº 2.050/2000, na origem)	Altera a legislação referente ao Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e ao Fundo da Marinha Mercante - FMM, e dá outras providências.	-	Em tramitação	MP 2.084-70 revogou e reeditou a MP 1.960-69.
2.085-31, public. em 28-12-2000 (Retif. no DO de 4-1-2001)	1.280/2000-CN (nº 2.051/2000, na origem)	Dispõe sobre o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária - RECOOP, autoriza a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP, e dá outras providências.	-	Em tramitação	MP 2.085-31 revogou e reeditou a MP 1.961-30.
2.086-34, public. em 28-12-2000 (Retif. no DO de 4-1-2001)	1.281/2000-CN (nº 2.052/2000, na origem)	Estende aos servidores públicos civis do Poder Executivo Federal a vantagem de vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento, objeto da decisão do Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.	-	Em tramitação	MP 2.086-34 revogou e reeditou a MP 1.962-33.
2.087-27, public. em 28-12-2000	1.282/2000-CN (nº 2.053/2000, na origem)	Dispõe sobre a administração dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, consolida e atualiza a legislação pertinente ao assunto e dá outras providências.	-	Em tramitação	MP 2.087-27 revogou e reeditou a MP 1.963-26.

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas	Resultado	Observação
2.088-35, public. em 28-12-2000 (Retif. no DO de 4-1-2001)	1.283/2000-CN (nº 2.054/2000, na origem)	Altera as Leis nºs 6.368, de 21 de outubro de 1976, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e 9.525, de 3 de dezembro de 1997, e dá outras providências.	-	Em tramitação	MP 2.088-35 revogou e reeditou a MP 1.964-34.
2.089-23, public. em 28-12-2000	1.284/2000-CN (nº 2.055/2000, na origem)	Estabelece a nulidade das disposições contratuais que menciona, inverte, nas hipóteses que prevê, o ônus da prova nas ações intentadas para sua declaração.	-	Em tramitação	MP 2.089-23 revogou e reeditou a MP 1.965-22.
2.090-17, public. em 28-12-2000 (Retif. no DO de 4-1-2001)	1.285/2000-CN (nº 2.056/2000, na origem)	Altera dispositivos da Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996, que institui a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, dispõe sobre a remuneração dos recursos do Fundo de Participação PIS-PASEP, do Fundo de Amparo ao Trabalhador e do Fundo da Marinha Mercante.	-	Em tramitação	MP 2.090-17 revogou e reeditou a MP 1.966-16.
2.091-15, public. em 28-12-2000	1.286/2000-CN (nº 2.057/2000, na origem)	Altera dispositivos da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares.	-	Em tramitação	MP 2.091-15 revogou e reeditou a MP 1.968-14.
2.092-19, public. em 28-12-2000 (Retif. no DO de 4-1-2001)	1.287/2000-CN (nº 2.058/2000, na origem)	Institui, no âmbito do Poder Executivo da União, o Programa de Desligamento Voluntário - PDV, a jornada de trabalho reduzida com remuneração proporcional e a licença sem remuneração com pagamento de incentivo em pecúnia, destinados ao servidor da administração pública direta, autárquica e fundacional.	-	Em tramitação	MP 2.092-19 revogou e reeditou a MP 1.970-18.
2.093-20, public. em 28-12-2000 (Retif. no DO de 4-1-2001)	1.288/2000-CN (nº 2.059/2000, na origem)	Dispõe sobre a reestruturação da Carreira Auditoria do Tesouro Nacional e organização da Carreira Auditoria-Fiscal da Previdência Social e da Carreira Auditoria Fiscal do Trabalho.	-	Em tramitação	MP 2.093-20 revogou e reeditou a MP 1.971-19.

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas	Resultado	Observação
2.094-22, public. em 28-12-2000 (Retif. no DO de 4-1-2001)	1.289/2000-CN (nº 2.060/2000, na origem)	Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências.	-	Em tramitação	<p>MP 1.972-10, *Parecer nº 5/2000-CN Admissibilidade (DSF 3-3-2000) Relator: Dep. Osvaldo Biolchi.</p> <p>*Parecer convalidado de acordo com o Ofício 103/99-CN, publicado no DSF de 7-5-99, pág. 10573/74.</p> <p>MP 2.094-22 revogou e reeditou a MP 1.972-21.</p>
2.095-70, public. em 28-12-2000 (Retif. no DO de 4-1-2001)	1.290/2000-CN (nº 2.061/2000, na origem)	Dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais, e dá outras providências.	-	Em tramitação	MP 2.095-70 revogou e reeditou a MP 1.973-69.
2.096-88, public. em 28-12-2000 (Retif. no DO de 4-1-2001)	1.291/2000-CN (nº 2.062/2000, na origem)	Dispõe sobre os títulos da dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional, consolidando a legislação em vigor sobre a matéria.	-	Em tramitação	MP 2.096-88 revogou e reeditou a MP 1.974-87.
2.097-35, public. em 28-12-2000	1.292/2000-CN (nº 2.063/2000, na origem)	Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos privados de assistência à saúde, e dá outras providências.	-	Em tramitação	MP 2.097-35 revogou e reeditou a MP 1.976-34.
2.098-24, public. em 28-12-2000	1.293/2000-CN (nº 2.064/2000, na origem)	Institui medidas adicionais de estímulo e apoio à reestruturação e ao ajuste fiscal dos Estados e dá outras providências.	-	Em tramitação	MP 2.098-24 revogou e reeditou a MP 1.977-23.
2.099-33, public. em 28-12-2000	1.294/2000-CN (nº 2.065/2000, na origem)	Dispõe sobre a renegociação de dívidas no âmbito do Programa de Crédito Educativo, e dá outras providências.	-	Em tramitação	MP 2.099-33 revogou e reeditou a MP 1.978-32.

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas	Resultado	Observação
2.100-27, public. em 28-12-2000	1.295/2000-CN (nº 2.066/2000, na origem)	Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, altera a Lei nº 9.533, de 10 de dezembro de 1997, que dispõe sobre programa de garantia de renda mínima, e dá outras providências.	-	Em tramitação	MP 2.100-27 revogou e reeditou a MP 1.979-26.
2.101-27, public. em 28-12-2000 (Retif. no DO de 4-1-2001)	1.296/2000-CN (nº 2.067/2000, na origem)	Dispõe sobre as relações financeiras entre a União e o Banco Central do Brasil e dá outras providências.	-	Em tramitação	MP 2.101-27 revogou e reeditou a MP 1.980-26.
2.102-26, public. em 28-12-2000 (Retif. no DO de 4-1-2001)	1.297/2000-CN (nº 2.068/2000, na origem)	Acresce e altera dispositivos das Leis nºs 8.437, de 30 de junho de 1992, 9.028, de 12 de abril de 1995, 9.494, de 10 de setembro de 1997, 7.347, de 24 de julho de 1985, 8.429, de 2 de junho de 1992, 9.704, de 17 de novembro de 1998, do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.869, de 11 de janeiro de 1973, e 4.348, de 26 de junho de 1964 e dá outras providências.	-	Em tramitação	MP 2.102-26 revogou e reeditou a MP 1.984-25.
2.103-36, public. em 28-12-2000 (Retif. no DO de 4-1-2001)	1.298/2000-CN (nº 2.069/2000, na origem)	Dispõe sobre operações financeiras entre o Tesouro Nacional e as entidades que menciona, e dá outras providências.	-	Em tramitação	MP 2.103-36 revogou e reeditou a MP 1.985-35.
2.104-14, public. em 28-12-2000	1.299/2000-CN (nº 2.070/2000, na origem)	Acresce dispositivos à Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico, para facultar o acesso ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e ao seguro-desemprego.	-	Em tramitação	MP 2.104-14 revogou e reeditou a MP 1.986-13.
2.105-14, public. em 28-12-2000 (Retif. no DO de 4-1-2001)	1.300/2000-CN (nº 2.071/2000, na origem)	Altera e acresce dispositivos à Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, e dá outras providências.	-	Em tramitação	MP 2.105-14 revogou e reeditou a MP 2.014-13.

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas	Resultado	Observação
2.106-10, public. em 28-12-2000	1.301/2000-CN (nº 2.072/2000, na origem)	Acresce dispositivos ao Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, para dispor sobre o financiamento a projetos de implantação e recuperação de infra-estrutura de pesquisa nas instituições públicas de ensino superior e de pesquisa, e dá outras providências.	-	Em tramitação	MP 2.106-10 revogou e reeditou a MP 2.021-9.
2.107-10, public. em 28-12-2000	1.302/2000-CN (nº 2.073/2000, na origem)	Institui o Vale-Pedágio obrigatório sobre transporte rodoviário de carga e dá outras providências.	-	Em tramitação	MP 2.107-10 revogou e reeditou a MP 2.025-9.
2.108-9, public. em 28-12-2000 (Retif. no DO de 4-1-2001)	1.303/2000-CN (nº 2.074/2000, na origem)	Institui, no âmbito da União, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.	-	Em tramitação	MP 2.108-9 revogou e reeditou a MP 2.026-8.
2.109-47, public. em 28-12-2000	1.304/2000-CN (nº 2.075/2000, na origem)	Acresce e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, das Leis nºs 4.504, de 30 de novembro de 1964, 8.177, de 1º de março de 1991 e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências.	-	Em tramitação	MP 2.109-47 revogou e reeditou a MP 2.027-46.
2.110-39, public. em 28-12-2000	1.305/2000-CN (nº 2.076/2000, na origem)	Dispõe sobre a regulação, fiscalização e supervisão dos mercados de títulos ou contratos de investimento coletivo, e dá outras providências.	-	Em tramitação	MP 2.110-39 revogou e reeditou a MP 2.031-38.
2.111-48, public. em 28-12-2000 (Retif. no DO de 4-1-2001)	1.306/2000-CN (nº 2.077/2000, na origem)	Dispõe sobre a concessão de financiamento vinculado à exportação de bens ou serviços nacionais, e dá outras providências.	-	Em tramitação	MP 2.111-48 revogou e reeditou a MP 2.034-47.
2.112-87, public. em 28-12-2000 (Retif. no DO de 4-1-2001)	1.307/2000-CN (nº 2.078/2000, na origem)	Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.	-	Em tramitação	MP 2.112-87 revogou e reeditou a MP 2.036-86.
2.113-26, public. em 28-12-2000	1.308/2000-CN (nº 2.079/2000, na origem)	Altera a legislação das Contribuições para a Seguridade Social - COFINS, para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP e do Imposto sobre a Renda, e dá outras providências.	-	Em tramitação	MP 2.113-26 revogou e reeditou a MP 2.037-25.

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas	Resultado	Observação
2.114-74, public. em 28-12-2000 (Retif. no DO de 4-1-2001)	1.309/2000-CN (nº 2.080/2000, na origem)	Dá nova redação aos arts. 6º e 9º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, e acresce dispositivo à Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996.	-	Em tramitação	MP 2.114-74 revogou e reeditou a MP 2.038-73.
2.115-14, public. em 28-12-2000	1.310/2000-CN (nº 2.081/2000, na origem)	Dispõe sobre a atuação das câmaras e dos prestadores de serviços de compensação e de liquidação, no âmbito do sistema de pagamentos, e dá outras providências.	-	Em tramitação	MP 2.115-14 revogou e reeditou a MP 2.040-13.
2.116-14, public. em 28-12-2000 (Retif. no DO de 4-1-2001)	1.311/2000-CN (nº 2.082/2000, na origem)	Assegura percepção de gratificação por servidores das carreiras Policial Federal, Delegado de Polícia do Distrito Federal, e de Polícia Civil do Distrito Federal, altera as Leis nºs 4.878, de 3 de dezembro de 1965, 5.619, de 3 de novembro de 1970, e 5.906, de 23 de julho de 1973, e dá outras providências.	-	Em tramitação	MP 2.116-14 revogou e reeditou a MP 2.041-13.
2.117-13, public. em 28-12-2000	1.312/2000-CN (nº 2.083/2000, na origem)	Acresce e altera dispositivos da Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994, que institui a Cédula de Produto Rural, e dá outras providências.	-	Em tramitação	MP 2.117-13 revogou e reeditou a MP 2.042-12.
2.118-26, public. em 28-12-2000	1.313/2000-CN (nº 2.084/2000, na origem)	Estabelece critérios para consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Municípios.	-	Em tramitação	MP 2.118-26 revogou e reeditou a MP 2.043-25.
2.119-60, public. em 28-12-2000 (Retif. no DO de 4-1-2001)	1.314/2000-CN (nº 2.085/2000, na origem)	Estabelece mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, dispõe sobre a privatização de instituições financeiras, e dá outras providências.	-	Em tramitação	MP 2.119-60 revogou e reeditou a MP 2.044-59.
2.120-8, public. em 28-12-2000	1.315/2000-CN (nº 2.086/2000, na origem)	Institui o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, e dá outras providências.	-	Em tramitação	MP 2.120-8 revogou e reeditou a MP 2.045-7.

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas	Resultado	Observação
2.121-38, public. em 28-12-2000 (Retif. no DO de 4-1-2001)	1.316/2000-CN (nº 2.087/2000, na origem)	Altera dispositivos das Leis nºs 9.082, de 25 de julho de 1995, 9.293, de 15 de julho de 1996, 9.473, de 22 de julho de 1997, 9.692, de 27 de julho de 1998, e 9.811, de 28 de julho de 1999, e 9.995, de 25 de julho de 2000, que dispõem sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para os exercícios de 1996, 1997, 1998, 1999, 2000 e 2001, respectivamente.	-	Em tramitação	MP 2.121-38 revogou e reeditou a MP 2.046-37.
2.122-1, public. em 28-12-2000	1.317/2000-CN (nº 2.097/2000, na origem)	Dispõe sobre a especialização das sociedades seguradoras em planos privados de assistência à saúde e dá outras providências.	-	Em tramitação	MP 2.122-1 revogou e reeditou a MP 2.064.
2.123-27, public. em 28-12-2000	1.318/2000-CN (nº 2.089/2000, na origem)	Altera dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.	-	Em tramitação	MP 2.123-27 revogou e reeditou a MP 2.049-26.
2.124-17, public. em 28-12-2000 (Retif. no DO de 4-1-2001)	1.319/2000-CN (nº 2.090/2000, na origem)	Dispõe sobre a realização de contratos de financiamento do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRO-NAF, e de projetos de estruturação dos assentados e colonos nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária, aprovados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, bem como dos beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra, com risco para o Tesouro Nacional ou para os Fundos Constitucionais das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e dá outras providências.	-	Em tramitação	MP 2.124-17 revogou e reeditou a MP 2.050-16.
2.125-11, public. em 28-12-2000 (Retif. no DO de 4-1-2001)	1.320/2000-CN (nº 2.091/2000, na origem)	Institui a Gratificação de Incentivo à Docência e dá outras providências.	-	Em tramitação	MP 2.125-11 revogou e reeditou a MP 2.051-10.

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas	Resultado	Observação
2.126-7, public. em 28-12-2000	1.321/2000-CN (nº 2.092/2000, na origem)	Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição, os arts. 1º, 8º, alínea “j”, 10, alínea “c”, 15 e 16, alíneas 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e a transferência de tecnologia para sua conservação e utilização, e dá outras providências.	-	Em tramitação	MP 2.126-7 revogou e reeditou a MP 2.052-6.
2.127-5, public. em 28-12-2000	1.322/2000-CN (nº 2.093/2000, na origem)	Altera o art. 10 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo, e acresce dispositivos ao art. 10 da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, que dispõe sobre a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis e estabelece sanções administrativas.	-	Em tramitação	MP 2.127-5 revogou e reeditou a MP 2.056-4.
2.128-5, public. em 28-12-2000	1.323/2000-CN (nº 2.094/2000, na origem)	Altera a legislação do imposto sobre a renda no que se refere aos incentivos fiscais de isenção e de redução, define diretrizes para os incentivos fiscais de aplicação de parcela do imposto sobre a renda nos Fundos de Investimentos Regionais, e dá outras providências.	-	Em tramitação	MP 2.128-5 revogou e reeditou a MP 2.058-4.
2.129-4, public. em 28-12-2000	1.324/2000-CN (nº 2.095/2000, na origem)	Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela Previdência Social, e altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991, 9.604, de 5 de fevereiro de 1998, 9.639, de 25 de maio de 1998, 9.717, de 27 de novembro de 1998, e 9.796, de 5 de maio de 1999, e dá outras providências.	-	Em tramitação	MP 2.129-4 revogou e reeditou a MP 2.060-3.
2.130-1, public. em 28-12-2000	1.325/2000-CN (nº 2.096/2000, na origem)	Define normas de regulação para o setor de medicamentos, institui a Fórmula Paramétrica de Reajuste de Preços de Medicamentos – FPR, cria a Câmara de Medicamentos e dá outras providências.	-	Revogada	MP 2.130-1 revogou e reeditou a MP 2.063. MP 2.130-1 foi revogada e reeditada pela MP 2.138-2.

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas	Resultado	Observação
2.131, public. em 29-12-2000	1.328/2000-CN (nº 2.101/2000, na origem)	Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nºs 3.765, de 4 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências.	-	Em tramitação	-
2.132-40, public. em 29-12-2000	1.329/2000-CN (nº 2.104/2000, na origem)	Altera a legislação do imposto de renda relativamente à incidência na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras, inclusive de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, à conversão, em capital social, de obrigações no exterior de pessoas jurídicas domiciliadas no País, amplia as hipóteses de opção, pelas pessoas físicas, pelo desconto simplificado, regula a informação, na declaração de rendimentos, de depósitos mantidos em bancos no exterior, e dá outras providências.	-	Em tramitação	MP 2.132-40 revogou e reeditou a MP 2.033-39.
2.133-29, public. em 29-12-2000	1.330/2000-CN (nº 2.105/2000, na origem)	Dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.	-	Em tramitação	MP 2.133-29 revogou e reeditou a MP 2.035-28.
2.134-25, public. em 29-12-2000	1.331/2000-CN (nº 2.106/2000, na origem)	Altera dispositivos da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e dá outras providências.	-	Em tramitação	MP 2.134-25 revogou e reeditou a MP 2.039-24.
2.135-23, public. em 29-12-2000	1.332/2000-CN (nº 2.108/2000, na origem)	Cria o Programa de Arrendamento Residencial, institui o arrendamento residencial com opção de compra e dá outras providências.	-	Em tramitação	MP 2.135-23 revogou e reeditou a MP 1.944-22.
2.136-33, public. em 29-12-2000	1.333/2000-CN (nº 2.109/2000, na origem)	Dispõe sobre a criação, reestruturação e organização de carreiras, cargos e funções comissionadas técnicas no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.	-	Em tramitação	MP 2.136-33 revogou e reeditou a MP 2.048-32.
2.137, public. em 29-12-2000	1.334/2000-CN (nº 2.110/2000, na origem)	Acresce e altera dispositivos da Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e dá outras providências.	-	Em tramitação	-

Nº	Mensagem	Ementa	Reeditadas	Resultado	Observação
2.138-2, public. em 29-12-2000	1.335/2000-CN (nº 2.111/2000, na origem)	Define normas de regulação para o setor de medicamentos, institui a Fórmula Paramétrica de Reajuste de Preços de Medicamentos – FPR, cria a Câmara de Medicamentos e dá outras providências.	-	Em tramitação	MP 2.138-2 revogou e reeditou a MP 2.130-1.

5 – VETOS

Total dos Projetos.....	042
Total dos Vetos.....	273
- em tramitação	273

De Sessões Legislativas anteriores

Mensagem	Projeto	Ementa	Resultado
202/94-CN (nº 503/94, na origem)	PLC nº 34/94 (PL nº 2.535/92, na Casa de ori- gem)	Dispõe sobre o exercício da profissão de desenhista.	Em tramitação Total - 1 Veto Total
117/95-CN (nº 188/95, na origem)	PLC nº 207/93 (PL nº 1.830/91, na Casa de ori- gem)	Dispõe sobre a importação de produtos de origem animal e vegetal destinados ao consumo.	Em tramitação Total - 1 Veto Total
472/95-CN (nº 985/95, na origem)	PLS nº 340/91 (PL nº 4.386/94, na Câmara dos Deputados)	Cria a área de livre comércio de Cáceres e dá outras providências.	Em tramitação Total - 1 Veto Total
41/96-CN (nº 1.473/95, na origem)	PLC nº 29/95 (PL nº 407/91, na Casa de ori- gem)	Acrescenta dispositivos à Lei nº 2.604, de 17 de setembro de 1955, que “regula o exercício da enfermagem profissional”, estabelecendo limite para a jornada normal de trabalho.	Em tramitação Total - 1 Veto Total Relatório nº 2/96-CN (DCN 22.03.96) Relatora: Dep. Lídia Qui- nan
128/96-CN (nº 228/96, na origem)	PLC nº 5/96 (PL nº 1.355/95, na Casa de ori- gem)	Reorganiza as classes da Carreira Policial Federal, fixa a remuneração dos cargos que as integram e dá outras providências.	Em tramitação Total - 2 Veto Parcial Relatório nº 3/96-CN (DCN 03.04.96) Relator: Dep. Wigberto Tartuce
541/96-CN (nº 869/96, na origem)	PLC nº 57/96 - Complementar (PL nº 95/96- Complementar, na Casa de ori- gem)	Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre presta- ções de serviços de transporte interestadu- al e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências.	Em tramitação Total - 38 Veto Parcial

Mensagem	Projeto	Ementa	Resultado
131/97-CN (nº 1.439/96, na origem)	PLC nº 92/96 (PL nº 2.380/96, na Casa de ori- gem)	Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.	Em tramitação Total - 3 Veto Parcial
193/97-CN (nº 248/97, na origem)	PLC nº 64/96 (PL nº 7.865/86, na Casa de ori- gem)	Institui o Sistema Nacional de Armas - SINARM, estabelece condições para o registro e para o porte de arma de fogo, define crimes e dá outras providências.	Em tramitação Total - 2 Veto Parcial
621/97-CN (nº 1.056/97, na origem)	PLC nº 73/94 (PL nº 3.710/93, na Casa de ori- gem)	Institui o Código de Trânsito Brasileiro.	Mantidos os vetos na sessão de 15-9-99 Total - 119 Veto Parcial
			OBS.: Faltando ser apreciados
			Total - 9
217/98-CN (nº 1.645/97, na origem)	PLC nº 112/92 (PL nº 2.802/92, na Casa de ori- gem)	Altera o art. 389 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação Total - 1 Veto Total
221/98-CN (nº 1.504/97, na origem)	PLV nº 13/97 (oriundo da MP nº 1.596- 14/97)	Altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.	Em tramitação Total - 7 Veto Parcial
761/98-CN (nº 858/98, na origem)	PLS nº 195/95 (nº 4.573/98, na Câmara dos De- putados)	Concede anistia de multas cominadas pelo Tribunal Superior do Trabalho a entidades sindicais representativas dos empregados da Empresa Petróleo Brasileiro S/A - Petrobrás, no período em que menciona.	Em tramitação Total - 2 Veto Parcial
740/99-CN (nº 673/99, na origem)	PLC nº 29/96 (PL nº 382/91, na Casa de ori- gem)	Insera na Consolidação das Leis do Trabalho regras sobre o acesso da mulher ao mercado de trabalho e dá outras providências.	Em tramitação Total - 16 Veto Parcial
838/99-CN (nº 967/99, na origem)	PLS nº 307/95 (nº 3.152/97, na Câmara dos De- putados)	Altera a redação do art. 4º do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista, e dá outras providências.	Em tramitação Total - 1 Veto Total

Mensagem	Projeto	Ementa	Resultado
1.200/99-CN (nº 1.436/99, na origem)	PLS nº 32/96 (nº 2.211/96, na Câmara dos De- putados)	Institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, dispondo so- bre o tratamento jurídico diferenciado, sim- plificado e favorecido previsto nos arts. 170 e 179 da Constituição Federal.	Em tramitação Total - 1 Veto Parcial
265/2000-CN (nº 1.807/99, na origem)	PLC nº 17/99 (PL nº 2.872/97, na Casa de ori- gem) Veto Parcial nº 2/2000	Dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1º do art. 102 da Constituição Federal.	Em tramitação Total - 7 Veto Parcial
266/2000-CN (nº 1.895/99, na origem)	PLC nº 50/95 (PL nº 2.001/91, na Casa de ori- gem) Veto Total nº 3/2000	Introduz alterações na Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que institui o seguro- desemprego, visando a estender o benefí- cio ao empregado doméstico e dá outras providências.	Em tramitação Total - 1 Veto Total
270/2000-CN (nº 1/2000, na origem)	PLC nº 38/98 (PL nº 3.066/97, na Casa de ori- gem) Veto Parcial nº 7/2000	Dispõe sobre a Carreira de Apoio Técnico- Administrativo do Ministério Público da União, fixa os valores de sua remuneração e dá outras providências.	Em tramitação Total - 8 Veto Parcial
271/2000-CN (nº 247/2000, na origem)	PLC nº 57/99 (PL nº 4.811/98, na Casa de ori- gem) Veto Parcial nº 8/2000	Disciplina o regime de emprego público do pessoal da Administração federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras pro- vidências.	Em tramitação Total - 2 Veto Parcial
272/2000-CN (nº 1.749/99, na origem)	PLV nº 5/99 (oriundo da MP nº 1.890- 67/99) Veto Parcial nº 9/2000	Dispõe sobre o valor total das anuidades escolares e dá outras providências.	Em tramitação Total - 4 Veto Parcial

Mensagem	Projeto	Ementa	Resultado
491/2000-CN (nº 627/2000, na origem)	PLC nº 4/2000- Complementar (PL Complementar nº 18/99, na Casa de ori- gem) Veto Parcial nº 12/2000	Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.	Em tramitação Total - 25 Veto Parcial
493/2000-CN (nº 671/2000, na origem)	PL nº 20/99-CN Veto Parcial nº 14/2000	Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2000.	Em tramitação Total - 24 Veto Parcial
496/2000-CN (nº 705/2000, na origem)	PLC nº 8/2000 (PL nº 4.257/98, na Casa de ori- gem) Veto Parcial nº 17/2000	Institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências.	Em tramitação Total - 2 Veto Parcial
517/2000-CN (nº 780/2000, na origem)	PLS nº 27/95 (nº 1.645/96, na Câmara dos De- putados) Veto Parcial nº 19/2000	Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.	Em tramitação Total - 1 Veto Parcial
776/2000-CN (nº 958/2000, na origem)	PLV nº 7/2000 (oriundo da MP nº 2.011- 8/2000) Veto Parcial nº 33/2000	Altera dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e dá outras providências.	Em tramitação Total - 3 Veto Parcial
777/2000-CN (nº 960/2000, na origem)	PLC nº 54/93 (PL nº 444/91, na Casa de ori- gem) Veto Parcial nº 20/2000	Dispõe sobre a prestação de assistência religiosa nas entidades hospitalares públicas e privadas, bem como nos estabelecimentos prisionais civis e militares.	Em tramitação Total - 2 Veto Parcial

Mensagem	Projeto	Ementa	Resultado
778/2000-CN (nº 961/2000, na origem)	PLC nº 23/2000 (PL nº 933/99, na Casa de ori- gem) Veto Parcial nº 21/2000	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de de- zembro de 1940 – Código Penal e dá ou- tras proviências.	Em tramitação Total - 1 Veto Parcial
779/2000-CN (nº 966/2000, na origem)	PLC nº 3/2000 (PL nº 1.617/99, na Casa de ori- gem) Veto Parcial nº 22/2000	Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas – ANA, entidade federal de implementa- ção da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências.	Em tramitação Total - 7 Veto Parcial
780/2000-CN (nº 967/2000, na origem)	PLC nº 27/1999 (PL nº 2.892/92, na Casa de ori- gem) Veto Parcial nº 23/2000	Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III, e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.	Em tramitação Total - 11 Veto Parcial
781/2000-CN (nº 968/2000, na origem)	PLC nº 20/2000 (PL nº 2.549/2000, na Casa de ori- gem) Veto Parcial nº 24/2000	Dispõe sobre a gestão de recursos huma- nos das Agências Reguladoras e dá provi- dências.	Em tramitação Total - 1 Veto Parcial
782/2000-CN (nº 970/2000, na origem)	PLS nº 135/96 (nº 3.189/97, na Câmara dos De- putados) Veto Total nº 25/2000	Altera a redação do art. 224 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro 1940 – Código Penal.	Em tramitação Total - 1 Veto Total
783/2000-CN (nº 971/2000, na origem)	PLC nº 24/2000 (PL nº 256/99, na Casa de ori- gem) Veto Total nº 26/2000	Acrescenta parágrafos aos arts. 179 e 207 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.	Em tramitação Total - 1 Veto Total

Mensagem	Projeto	Ementa	Resultado
784/2000-CN (nº 972/2000, na origem)	PLC nº 33/2000 (PL nº 2.904/2000, na Casa de ori- gem) Veto Parcial nº 27/2000	Dispõe sobre a transferência de títulos da dívida pública da União para os Estados, e dá outras providências.	Em tramitação Total - 1 Veto Parcial
785/2000-CN (nº 975/2000, na origem)	PL nº 19/99-CN Veto Parcial nº 28/2000	Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2000/2003.	Em tramitação Total - 53 Veto Parcial
786/2000-CN (nº 976/2000, na origem)	PLC nº 27/2000 (PL nº 2.985/2000, na Casa de ori- gem) Veto Parcial nº 29/2000	Prorroga o período de transição previsto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo, e dá outras providências, e altera dispositivos da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, que altera a legislação tributária federal.	Em tramitação Total - 5 Veto Parcial
787/2000-CN (nº 984/2000, na origem)	PL nº 1/2000-CN Veto Parcial nº 30/2000	Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2001 e dá outras providências.	Em tramitação Total - 14 Veto Parcial
788/2000-CN (nº 1.109/2000, na origem)	PLC nº 60/99 (PL nº 3.808/97, na Casa de ori- gem) Veto Parcial nº 31/2000	Institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações.	Em tramitação Total - 5 Veto Parcial
822/2000-CN (nº 1.272/2000, na origem)	PLC nº 36/2000 (PL nº 2.974/2000, na Casa de ori- gem) Veto Parcial nº 32/2000	Reabre o prazo de opção ao REFIS.	Em tramitação Total - 1 Veto Parcial
945/2000-CN (nº 1.483/2000, na origem)	PLS nº 115/96 (nº 3.098/97, na Câmara dos De- putados) Veto Total nº 34/2000	Restringe o uso de capuz em operações policiais.	Em tramitação Total - 1 Veto Total

Mensagem	Projeto	Ementa	Resultado
967/2000-CN (nº 1.502/2000, na origem)	PLC nº 50/2000 (PL nº 4.434/98, na Casa de ori- gem) Veto Parcial nº 35/2000	Altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Imposto e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES.	Em tramitação Total - 1 Veto Parcial
1.023/2000-CN (nº 1.661/2000, na origem)	PLS nº 297/91 (nº 3.403/92, na Câmara dos De- putados) Veto Parcial nº 36/2000	Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.	Em tramitação Total - 1 Veto Parcial
1.178/2000-CN (nº 1.794/2000, na origem)	PLC nº 47/99 (PL nº 3.939/97, na Casa de ori- gem) Veto Parcial nº 37/2000	Institui o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – Fun-tel, e dá outras providências.	Em tramitação Total - 4 Veto Parcial

6 – REQUERIMENTOS (RQN)

Total dos Requerimentos.....	05
- aprovados.....	04
- rejeitado.....	01

Nº	Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
102/2000-CN	28-12-2000	Dep. Aloizio Mercadante – Líder do PT e outros Senhores Congressistas	Destaque para votação da Emenda nº 5022007, apresentada ao PL nº 17/2000-CN.	Rejeitado
103/2000-CN	28-12-2000	Dep. Dr. Hélio e outros Senhores Congressistas	Destaque para votação em separado da Emenda nº 50110003, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, apresentada ao PL nº 17/2000-CN.	Aprovado
104/2000-CN	28-12-2000	Dep. Arthur Virgílio Neto – Líder do Governo no Congresso Nacional e outros Senhores Congressistas	Inclusão em Ordem do Dia do PLN nº 16-A/2000.	Aprovado
105/2000-CN	28-12-2000	Dep. Arthur Virgílio Neto – Líder do Governo no Congresso Nacional	Inclusão em Ordem do Dia do PDN nº 28/2000.	Aprovado
106/2000-CN	28-12-2000	Dep. Arthur Virgílio Neto – Líder do Governo no Congresso Nacional	Inclusão em Ordem do Dia do PDN nº 29/2000.	Aprovado

D – MENSAGEM RECEBIDA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Nº	Autor	Ementa	Resultado
817/2000-CN (nº 1.220/2000, na origem)	Presidente da República	Submetendo à deliberação do Congresso Nacional a Exposição de Motivos nº 33, de 28 de agosto de 2000, do Senhor Ministro de Estado dos Transportes, com esclarecimentos sobre as medidas saneadoras adotadas em projeto de responsabilidade do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER.	Lida na sessão de 13-9-2000

E – PARTICIPAÇÃO DOS CONGRESSISTAS NOS TRABALHOS

Senadores	Proposições Apresentadas		Uso da Palavra					Participação nas Comissões Mistas						
	Re- Queri- Mento	Projeto De reso- Lução	Encami- Nhamen- Votação	Discussão	Aparte	Pronun- ciamento	Questão De Ordem	C. M. De Orça- Mento	C. P. M. De Inqué- rito	Especiais	Vetos	Medidas Provi- sórias	Pare- Ceres	Rela- tórios
Ademir Andrade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Amir Lando	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	1	-
Arlindo Porto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Carlos Patrocínio	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edison Lobão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Ernandes Amorim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Francelino Pereira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Heloisa Helena	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Hugo Napoleão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Iris Rezende	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Jader Barbalho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Jefferson Péres	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Jonas Pinheiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-
José Alencar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Leomar Quintanilha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Moreira Mendes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Osmar Dias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Paulo Hartung	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Roberto Freire	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Roberto Saturnino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Romeu Tuma	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Sérgio Machado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-

Deputados	Proposições Apresentadas		Uso da Palavra					Participação nas Comissões Mistas						
	Re-Querimento	Projeto De resolução	Encami-Nhamen. Votação	Discussão	Aparte	Pronun-Ciamento	Questão De Ordem	C. M. De Orça-Mento	C. P. M. De Inqué-Rito	Especiais	Vetos	Medidas Provi-Sórias	Pare-Ceres	Rela-Tórios
Aécio Neves	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Agnelo Queiroz	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Albérico Filho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Alexandre Cardoso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Aloizio Mercadante	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Antonio Carlos Pannunzio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Antônio do Valle	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Antonio Pallocci	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Armando Monteiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Arthur Virgílio	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Clementino Coelho	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cunha Bueno	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De Velasco	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Dr. Hélio	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Euler Ribeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Eurípedes Miranda	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fernando Gabeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Geraldo Magela	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gerson Peres	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Giovanni Queiroz	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Inocência Oliveira	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Jandira Feghali	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
João Caldas	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
João Coser	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
João Hermann Neto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Luiz Antonio Fleury	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Miro Teixeira	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Narcio Rodrigues	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-

Deputados	Proposições Apresentadas		Uso da Palavra					Participação nas Comissões Mistas						
	Re-Querimento	Projeto De resolução	Encami-Nhamen. Votação	Discussão	Aparte	Pronun-Ciamento	Questão De Ordem	C. M. De Orça-Mento	C. P. M. De Inqué-Rito	Especiais	Vetos	Medidas Provi-Sórias	Pare-Ceres	Rela-Tórios
Odelmo Leão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Pauderney Avelino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Professor Luizinho	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Regis Cavalcante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Ricardo Barros	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sérgio Miranda	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ursicino Queiroz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Valdemar Costa Neto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-

F – COMISSÕES

F.1 – MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

(**)Número de membros: 22 Senadores e 64 Deputados

Designação feita em 10-8-2000 (SF)

Comissão instalada em 12-9-2000

COMPOSIÇÃO:

Presidente: Dep. Alberto Goldman - PSDB-SP

1º Vice-Presidente: Sen. Jonas Pinheiro - PFL-MT

2º Vice-Presidente: Dep. Pedro Chaves - PMDB-GO

3º Vice-Presidente: Sen. Lúcio Alcântara - PSDB-CE

Relator-Geral do Orçamento: Sen. Amir Lando - PMDB-RO

SENADORES

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
Ramez Tebet		1-Alberto Silva(6)	
Wellington Roberto		2-Gilvam Borges(6)	
Nabor Júnior(17)		3-Ney Suassuna(6)	
Gilberto Mestrinho		4-vago	
Amir Lando(7)		5- vago	
Carlos Bezerra(6)		6- vago	
Marluce Pinto(6)		7- vago	
PFL			
Mozarildo Cavalcanti		1-José Jorge	
Moreira Mendes		2-Romeu Tuma	
Juvêncio da Fonseca		3-Hugo Napoleão	
Carlos Patrocínio		4-Francelino Pereira	
Jonas Pinheiro		5-Geraldo Althoff	
Vago		6-Eduardo Siqueira Campos(10)	
PSDB			
Antero de Barros(4)		1-Ricardo Santos(4)	
Lúcio Alcântara(4)		2-Sergio Machado(4)	
Luiz Pontes(4)		3-Osmar Dias(4)	
Romero Jucá(4)		4-Lúdio Coelho(4)	
BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB)			
Emilia Fernandes		1-Antônio Carlos Valadares(34)	
Lauro Campos		2-Eduardo Suplicy	
Tião Viana		3-José Eduardo Dutra	
Sebastião Rocha		4-Jefferson Péres	
PPS			
Paulo Hartung		1-Roberto Freire	

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
Bloco (PSDB-PTB)	
Félix Mendonça(2)	1-Eduardo Paes(2)
Fernando Gonçalves(2)	2-Nilton Capixaba(2)(13)
José Carlos Elias(2)	3-Renildo Leal(2)
Arnon Bezerra(8)	4-Max Rosenmann(8)
Alberto Goldman(8)	5-Fátima Pelaes(8)
Alexandre Santos(8)	6-Juquinha(8)
Anivaldo Vale(8)	7-Lídia Quinan(8)
Adolfo Marinho(8)	8-Marcus Vicente(8)
Sérgio Guerra(8) (29)	9-Mário Negromonte(8)
Helenildo Ribeiro(8)	10-Pedro Henry(8)
João Leão(8)	11-Raimundo Gomes de Matos(8)
Narcio Rodrigues(8)	12-Ricarte de Freitas(8)
Nilo Coelho(8)	13-Roberto Rocha(8)
Paulo Kobayashi(8)	14-Danilo de Castro(8) (29)
Paulo Mourão(8)	15-Ricardo Rique(8)
Pedro Canedo(8)	16-João Almeida(8)
Bloco (PMDB-PST-PTN)	
Milton Monti (24)	1-Antônio Feijão
Armando Abílio	2-Coriolano Chaves
Domiciano Cabral	3-Darcísio Perondi
Eunício Oliveira	4-Jorge Wilson
José Borba	5-Alberto Mourão (24)
José Priante	6-Olavo Calheiros(1)
Marçal Filho	7-Jorge Alberto(14)
Nair Xavier Lobo	8-José Chaves(15)
Pedro Chaves	9-Waldemir Moka(18)
Pedro Novais	10-Teté Bezerra(26)
Silas Brasileiro	11-João Henrique(27)
Renato Vianna(12)	12-Alceste Almeida(35)
Igor Avelino(25)	13-vago
PFL	
Antônio Carlos Konder Reis(3)	1-Benito Gama(3) (28)
Aracely de Paula(3)	2-Átila Lins(3)
Cesar Bandeira(3)	3-Francisco Garcia(3)
Jorge Khoury(3)	4-Francisco Rodrigues(3)
Laura Carneiro(3)	5-Jaime Martins(3)
Luciano Castro(3)	6-João Ribeiro(3)
Mussa Demes(3)	7-Expedito Júnior(3) (32)
Neuton Lima(3)	8-José Thomaz Nonô(3)
Oswaldo Coelho(3)	9-Ildefonso Cordeiro(3) (23)
Paulo Braga(3)	10-Zila Bezerra(3)
Santos Filho(3)	11-Gerson Gabrielli(5)
Wilson Braga(3)	12-Gervásio Silva(11)
PT	
Jorge Bittar(20)	1-João Paulo
João Coser	2-Arlindo Chinágli
Virgílio Guimarães(19)	3-João Fassarella(19)

João Grandão	4-Fernando Marroni (9) (21) (22)
Luiz Sérgio	5-Dr. Rosinha(9)
Pedro Celso	6-Gilmar Machado(9) (20)
Carlito Merss(21)	7-Professor Luizinho(9)

PPB

Iberê Ferreira	1-Eliseu Moura
Almir Sá	2-João Tota
Nelson Meurer	3-Ary Kara
Roberto Balestra	4-Augusto Nardes
Cleonânicio Fonseca	5-Márcio Reinaldo Moreira(16)
Wagner Salustiano	6-Ricardo Barros(16)

PDT

Airton Dipp	1-Fernando Coruja
Eurípedes Miranda	2-Olímpio Pires
Giovanni Queiroz	3-Pompeo de Mattos

BLOCO (PSB-PC do B)

Gonzaga Patriota(31)(33)	1-Agnelo Queiroz
Sérgio Miranda	2-Djalma Paes

BLOCO (PL-PSL)

João Caldas	1-Eujácio Simões
Pastor Valdeci Paiva	2-Marcos Cintra

PPS

João Herrmann Neto	1-Agnaldo Muniz
Rubens Bueno	2-Clementino Coelho

(**) Composição da Comissão alterada de acordo com a Resolução nº 2/2000-CN

- (1) Indicação feita em 23-8-2000 – Bloco (PMDB-PST-PTN) - (CD)
- (2) Indicações feitas em 24-8-2000 – Bloco (PSDB-PTB) - (CD)
- (3) Indicações feitas em 25-8-2000 – PFL - (CD)
- (4) Indicações feitas em 30-8-2000 – PSDB - (SF)
- (5) Indicação feita em 30-8-2000 – PFL - (CD)
- (6) Indicações feitas em 4-9-2000 – PMDB – (SF)
- (7) Substituindo o Sen. Mauro Miranda (T) em 4-9-2000 – PMDB – (SF)
- (8) Indicações feitas em 12-9-2000 – Bloco (PSDB-PTB) - (CD)
- (9) Indicações feitas em 12-9-2000 – PT - (CD)
- (10) Indicação feita em 13-9-2000 - PFL - (SF)
- (11) Indicação feita em 13-9-2000 – PFL - (CD)
- (12) Indicação feita em 18-9-2000 – Bloco (PMDB-PST-PTN) - (CD)
- (13) Substituindo o Dep. Nelson Marquezelli (S) em 19-9-2000 - Bloco (PSDB-PTB) - (CD)
- (14) Indicação feita em 4-10-2000 – Bloco (PMDB-PST-PTN) - (CD)
- (15) Indicação feita em 4-10-2000 – Bloco (PMDB-PST-PTN) - (CD)
- (16) Indicações feitas em 4-10-2000 – PPB - (CD)
- (17) Substituindo o Sen. José Alencar (T) em 17-10-2000 – PMDB – (SF)
- (18) Indicação feita em 17-10-2000 – Bloco (PMDB-PST-PTN) - (CD)
- (19) Remanejando o Dep. Virgílio Guimarães de suplente para titular e o Dep. João Fassarella, de titular para suplente em 19-10-2000 – PT – (CD)
- (20) Remanejando o Dep. Jorge Bittar de suplente para titular e o Dep. Gilmar Machado, de titular para suplente em 19-10-2000 – PT – (CD)
- (21) Remanejando o Dep. Carlito Merss de suplente para titular substituindo o Dep Fernando Marroni e indicando o Dep. Geraldo Magela na vaga deixada pelo Dep. Carlito Merss (S) em 19-10-2000 – PT – (CD)
- (22) Substituindo o Dep. Geraldo Magela (S) em 20-10-2000 (S) – PT – (CD)
- (23) Substituindo o Dep. Rogério Silva em 6-11-2000 (S) – PFL – (CD)
- (24) Substituindo o Dep. Alberto Mourão (T), que passa à qualidade de suplente em 10-11-2000 – Bloco (PMDB/PST/PTN) - (CD)
- (25) Indicação do Dep. Igor Avelino (T) em 22-11-2000 - Bloco (PMDB/PST/PTN) – (CD)

- (26) Indicação da Dep. Teté Bezerra (S) em 7-12-2000 - Bloco (PMDB/PST/PTN) – (CD)
- (27) Indicação do Dep. João Henrique(S) em 7-12-2000 - Bloco (PMDB/PST/PTN) – (CD)
- (28) Substituindo o Dep. Aroldo Cedraz em 11-12-2000 (S) – PFL – (CD)
- (29) Remanejando o Dep. Sérgio Guerra de suplente para titular e o Dep. Danilo de Castro, de titular para suplente em 12-12-2000 – Bloco (PSDB-PTB) - (CD)
- (30) Substituindo o Dep. Aroldo Cedraz em 11-12-2000 (S) – PFL – (CD)
- (31) Substituindo o Dep. Gonzaga Patriota em 13-12-2000 (T) – Bloco (PSB/PC do B) – (CD)
- (32) Substituindo o Dep. José Lourenço em 13-12-2000 (S) – PFL – (CD)
- (33) Substituindo o Dep. Givaldo Carimbão em 14-12-2000 (T) – Bloco (PSB/PC do B) – (CD)
- (34) Substituindo a Sen. Heloísa Helena em 14-12-2000 (S) – Bloco Oposição (PT-PDT-PSB) – (SF)
- (35) Indicação do Dep. Alceste Almeida (S) em 14-12-2000 - Bloco (PMDB/PST/PTN) – (CD)

**Mapa de publicação das atas das reuniões da
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

Reunião	Natureza	Data	Publicação do DCN
6ª Audiência Pública	Reunião convocada com o objetivo de receber o Senhor Ministro de Estado da Integração Nacional, Dr. Fernando Bezerra, visando a prestar esclarecimentos acerca do Projeto de Lei nº 17/2000-CN – Proposta Orçamentária para 2001.	20-12-2000	Aguardando remessa da ata, pela CMPOPF, para publicação

F.2 – PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO:

Presidente de honra: Senador José Sarney - PMDB-AP
Presidente: Deputado Julio Redecker - PPB-RS
Vice-Presidente: Senador José Fogaça - PMDB-RS
Secretário-Geral: Senador Jorge Bornhausen - PFL-SC
Secretário-Geral Adjunto: Deputado Feu Rosa - PSDB-ES
(16 Titulares e 16 Suplentes)

SENADORES

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
José Fogaça-RS		1. Pedro Simon-RS	
Casildo Maldaner-SC ²⁹		2. Amir Lando-RO	
Roberto Requião-PR		3. Marluce Pinto-RR	
PFL			
Geraldo Althoff-SC		1. José Jorge-PE	
Jorge Bornhausen-SC		2. Djalma Bessa-BA	
PSDB			
Pedro Piva-SP		1. Geraldo Lessa ³⁰	
Antero Paes de Barros-MT ³¹		2. Luzia Toledo ³²	
BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB-PPS) ^{33 34 35}			
Emília Fernandes-RS		1. Roberto Saturnino-RJ	
MEMBRO NATO			
José Sarney, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional			

Nota: Em 1º-2-99, constituiu-se o Bloco Parlamentar de Oposição, com os seguintes partidos: PT/PDT/PSB/PPS.

²⁹ O Senador Casildo Maldaner entrou de licença para tratar de interesse particular, no período de 18-8 a 16-12-2000 (RQS nº 454/2000), sendo substituído pelo Senador Henrique Loyola no período compreendido entre 24-10 e 17-12-2000. Em 15-12-2000, foi lido o Ofício nº 207/00-GSCMAL, de 15-12-2000, comunicando seu retorno ao exercício do mandato a partir do dia 17-12-2000, tendo em vista o término de sua licença.

³⁰ Em 22-5-2000, encerrou-se o exercício do seu mandato, tendo em vista o término da licença do titular.

³¹ O Senador Antero Paes de Barros substituiu o Senador Álvaro Dias a partir de 3-2-2000.

³² Em 1º-6-2000, reassumiu o exercício do mandato o titular, Senador Ricardo Santos.

³³ Em 27-3-2000, o PSB retirou-se do Bloco Oposição (Of. nº 004/2000-GLPSB, de 23-3-2000, lido na Sessão de 24-3-2000).

³⁴ Em 5-10-99, o PPS retirou-se do Bloco Oposição.

³⁵ Em 11-10-2000, foi lida comunicação do Bloco Oposição, de que, a partir dessa data, passa a se constituir das bancadas do Partido dos Trabalhadores, Partido Democrático Trabalhista e Partido Verde.

DEPUTADOS

TITULARES		SUPLENTES
PFL		
Ney Lopes-RN		1.Luciano Pizzatto-PR
Santos Filho-PR		2.Maluly Netto-SP
PMDB		
Confúcio Moura-RO		1.Edison Andrino-SC
Germano Rigotto-RS		2.Osmar Serraglio-PR
PSDB		
Feu Rosa-ES		1.Marisa Serrano-MS ³⁶
Nelson Marchezan-RS		2.João Herrmann Neto-SP (cessão) ³⁷
PT		
Luiz Mainardi-RS		1.Paulo Delgado-MG
PPB		
Júlio Redecker-RS		1.Celso Russomanno-SP

³⁶ A Deputada Marisa Serrano substitui o Deputado Antonio Carlos Pannunzio em 24-4-2000.

³⁷ O Deputado João Herrmann Neto substituiu o Deputado Narcio Rodrigues.

F.3 – PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

F.3.1) Detinada a apurar, em todo o País, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviários, ferroviários e aquaviários.

Criação: 29-3-2000 - Requerimento nº 23, de 2000-CN

Instalação: 16-5-2000

Autor: Deputado Oscar Andrade

Designação da Comissão: 10-5-2000

Prazo final no Congresso: 10-12-2001 → Prazo prorrogado em virtude de aprovação do Req. nº 83/2000-CN – lido na sessão do dia 13-9-2000.

Composição

Presidente: Senador Romeu Tuma – PFL-SP

Vice-Presidente: Deputado Mário Negromonte – PSDB-BA

Relator: Deputado Oscar Andrade – PFL-RO

SENADORES

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
Maguito Vilela (10)		1. Alberto Silva	
Gerson Camata		2. Renan Calheiros (10)	
Marluce Pinto (9)		3. Agnelo Alves	
Wellington Roberto		4. Gilvam Borges	
PFL			
Moreira Mendes		1. Freitas Neto	
Romeu Tuma (2)		2. Edison Lobão	
Geraldo Althoff (5)		3. Jonas Pinheiro	
PSDB			
Antero Paes de Barros		1. Luiz Pontes (4)	
Ricardo Santos(4)(8)		2. Romero Jucá (4)	
BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT)			
Sebastião Rocha		1. Jefferson Peres	
Geraldo Cândido		2. José Eduardo Dutra	

DEPUTADOS

TITULARES		SUPLENTE	
Bloco (PSDB/PTB)			
Aloizio Santos-ES		1. Márcio Fortes-RJ (6)	
Chico da Princesa-PR		2. Raimundo Gomes de Matos-CE (3)	
Mário Negromonte-BA		3. Silvio Torres-SP	
Bloco (PMDB/PST/PTN)			
Carlos Dunga-PB		1. Albérico Filho-MA	
Alberto Fraga-DF (11)		2. Waldir Schmidt-RS	
PFL			
Jaime Martins-MG		1. Gervásio Silva-SC	
Oscar Andrade-RO		2. Robson Tuma-SP	

PT

Nelson Pellegrino-BA (7)	1.Telma de Souza-SP (1)
PPB	
Ary Kara-SP(13)	1.Almir Sá-RR
PDT	
Pompeo de Mattos-RS	1.Cabo Júlio-MG (cessão-PL) (12)
BLOCO (PSB-PC do B)	
Eduardo Campos-PE	1.Gonzaga Patriota-PE

- (1) Substituindo o Dep. Arlindo Chinaglia (S) em 16-5-2000 – PT-CD
- (2) Substituindo o Sen. Geraldo Althoff (T) em 16-5-2000 – PFL-SF
- (3) Substituindo o Dep. Sérgio Reis (S) em 17-5-2000 – Bloco (PSDB-PTB)-CD
- (4) Substituindo o Sen. Álvaro Dias (T), Sen. Luiz Pontes (S) e o Sen. Romero Jucá (S) em 18-5-2000 – PSDB-SF
- (5) Substituindo o Sen. José Jorge (T) em 19-5-2000 – PFL-SF
- (6) Substituindo o Dep. Feu Rosa (S) em 24-5-2000 – Bloco (PSDB-PTB)-CD
- (7) Substituindo o Dep. Carlos Santana (T) em 1º-6-2000 – PT-CD
- (8) Substituindo a Sen. Luzia Toledo (T) em 5-6-2000 – PSDB-SF
- (9) Substituindo o Sen. Mauro Miranda (T) em 14-6-2000 – PMDB-SF
- (10) Remanejando o Sen. Maguito Vilela de suplente para titular e o Sen. Renan Calheiros, de titular para suplente em 15-6-2000 – PMDB-SF
- (11) Substituindo o Dep. Eunício de Oliveira (T) em 21-6-2000 – Bloco (PMDB-PST-PTN)-CD
- (12) Indicação do Dep. Cabo Júlio (S) (Cessão-PL) em 13-11-2000 – PDT-CD
- (13) Substituindo o Dep. José Janene (T) em 15-12-2000 – PPB-CD

**QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA
EXTRAORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA
(Período de 29.1 a 14.2.2001)**

O Relatório da Presidência sobre o período da 4ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura será publicado em Suplemento ao presente Relatório.

**COLABORARAM NA ELABORAÇÃO
DO PRESENTE RELATÓRIO:**

Sônia Maria da Trindade Fátima
Diretora da Subsecretaria de Coordenação Legislativa
do Senado Federal – SSCLSF

Heloísa Helena Dias
Diretora da Subsecretaria de Coordenação Legislativa
do Congresso Nacional – SSCLCN

Paulo Lourenço Rodrigues
Chefe do Serviço de Estatística da SSCLSF

Aurenice Oliveira Câmara Brandão
Assistente Técnico da SSCLCN

Marcia Lyra Nascimento Egg
Analista Legislativo - Assessoramento

REVISÃO

Sarah Abrahão
Assessora da Presidência do Senado Federal

Claudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa Adjunta

COLABORARAM NA ELABORAÇÃO DO PRESENTE RELATÓRIO

Sônia Maria da Trindade Fátima

Diretora da Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Senado – SSCLSF

Heloísa Helena Dias

Diretora da Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional
– SSCLCN

Paulo Lourenço Rodrigues

Chefe do Serviço de Estatística da SSCLSF

Aurenice Oliveira Câmara Brandão

Assistente Técnico da SSCLCN

Márcia Lyra Nascimento Egg

Chefe do Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

REVISÃO

Claudia Lyra Nascimento

Secretária-Geral da Mesa, Adjunta